REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LIX - Nº 160 - SÁBADO, 25 DE SETEMBRO DE 2004-BRASÍLIA-DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2003/2004)

PRESIDENTE	JOÃO PAULO CUNHA – PT – SP
1º VICE-PRESIDENTE	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PFL – PE
2º VICE-PRESIDENTE	LUIZ PIAUHYLINO – PSDB – PE
1º SECRETÁRIO	GEDDEL VIEIRA LIMA – PMDB – BA
2º SECRETÁRIO	SEVERINO CAVALCANTI – PPB – PE
3º SECRETÁRIO	NILTON CAPIXABA – PTB – RO
4º SECRETÁRIO	CIRO NOGUEIRA – PFL – PI
1° SUPLENTE DE SECRETÁRIO	GONZAGA PATRIOTA – PSB – PE
2º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	WILSON SANTOS – PSDB – MT
3º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	CONFÚCIO MOURA – PMDB – RO
4º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	JOÃO CALDAS – PL – AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEÇÃO I

SUMÁRIO

1 – ATA DA 198ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2004.

*** Inexistência de *quorum* regimental para abertura da sessão**

I – **Abertura da sessão**.

II – **Leitura e assinatura da ata da sessão anterior.**

III – **Leitura do expediente.**

MENSAGEM

Nº 576/2004 – Do Poder Executivo – Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute em 4 de dezembro de 2003..... 41547

OFÍCIOS

Nº 115/04 – Da Senhora Vilma Leiko Kato, Promotora de Justiça da Comarca de Carlópolis, do Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando cópias de expedientes protocolados pelo Senhor Ivonei Oscar da Silva, registrados como Procedimento Investigatório Civil sob nºs 011 e 012/2004, respectivamente. 41550

Nº 249/04 – Do Senhor José Antônio O Bernardez, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, solicitando a origem ou fonte das "Notícias" referidas no item "N" do relatório final da CPI do Narcotráfico, relacionadas ao ex-Deputado Federal Sérgio Naya..... 41562

Nº 769/04 – Do Senhor Rony Ferreira, Juiz Federal da 2ª Vara Federal e JEF Previdenciário da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, Paraná, encaminhando cópia das atas das audiências realizadas nos autos de Ação Civil Pública nº 87.1018182-2. 41564

Nº 1/04 – Do Senhor Luiz Carlos Prestes Filho, Coordenador Executivo da Comissão Estadual de Defesa da Propriedade Intelectual – CODEPIN, do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando as propostas aprovadas, em reunião realizada em 05 de agosto do corrente ano, relacionadas ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. 41567

Nº 282/04 – Do Senhor Newton Gibson, Presidente da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga – ABTC, encaminhando cópia da Carta aprovada no "V Congresso Nacional Intermodal dos Transportadores de Cargas"..... 41568

Nº 2.189/04 – Do Senhor Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, deferindo a solicitação de redistribuição para o PL nº 2.002/03, contida no Requerimento nº 2.171/04, de autoria do Senhor Deputado Mário Heringer, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. 41572

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 201/2004 – Do Sr. Nazareno Fonteles – Alterar a redação do artigo 1º, inciso, I, parte final das alíneas b, c, d, e, g e h da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com a finalidade de elevar para trinta anos o prazo de cessação de inelegibilidade, entre outras alterações..... 41573

Nº 202/2004 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para estabelecer a adoção de condutas para abertura e manutenção de contas de depósito, e na contratação de operações e prestação de serviços pelas instituições financeiras. 41575

Nº 203/2004 – Do Sr. Chico Alencar – Altera o art. 1º da Lei complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências..... 41577

PROJETOS DE LEI

Nº 4.114/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Dispõe sobre a instalação de hidrômetros individuais em unidades de condomínio e dá outras providências." 41578

Nº 4.118/2004 – Do Sr. Carlos Nader – Torna obrigatório o adestramento de animais agressivos para permissão de trânsito em locais públicos e de uso comum 41578

Nº 4.129/2004 – Do Sr. Edison Andrino – Tipifica o crime de sequestro-relâmpago..... 41579

Nº 4.134/2004 – Do Sr. Julio Lopes – Dispõe sobre custas e emolumentos referentes a registro de imóveis, concede isenção tributária na alienação de bem imóvel, prevê a atualização monetária

dos bens e direitos das pessoas físicas, e dá outras providências..... 41579

Nº 4.136/2004 – Do Sr. Ivan Paixão – Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, determinando percentual de arrecadação da CPMF para aplicação obrigatória em hospitais universitários federais, estaduais e municipais. 41580

Nº 4.138/2004 – Do Sr. Jefferson Campos – Dispõe sobre a necessidade de anuência prévia dos clientes para o provimento de serviços adicionais pelas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado. 41582

Nº 4.139/2004 – Do Sr. Jefferson Campos – Altera a legislação do Imposto de Renda, limita a dedução de despesas de depreciação, e dá outras providências..... 41582

Nº 4.140/2004 – Do Sr. Jefferson Campos – Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a circulação de veículos utilizados no transporte público coletivo alternativo 41583

Nº 4.141/2004 – Do Sr. Júlio Redecker – Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de mensagem de advertência nos cartões telefônicos pré-pagos.. 41584

Nº 4.142/2004 – Do Poder Executivo – Dispõe sobre o ensino na Marinha. 41585

Nº 4.143/2004 – Do Sr. Jamil Murad – Dispõe sobre a criação, reprodução, comercialização, importação e condução de cães das raças que menciona e dá outras providências. 41588

Nº 4.144/2004 – Do Sr. Marcos Abramo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências..... 41590

Nº 4.145/2004 – Do Sr. Marcos Abramo – Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, tornando permanente o crime previsto no artigo 237 dessa mesma lei. .. 41596

Nº 4.147/2004 – Do Sr. Jurandir Boia – Dispõe sobre o florestamento das matas ciliares dos reservatórios de hidrelétricas. 41596

Nº 4.148/2004 – Do Sr. Robson Tuma – Acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988..... 41597

Nº 4.149/2004 – Do Sr. Carlos Sampaio – Dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências." 41597

Nº 4.150/2004 – Do Sr. Carlos Sampaio – Altera a redação do art. 536 da Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 – Código de Processo Civil..... 41598

Nº 4.151/2004 – Do Sr. Carlos Sampaio – Altera a redação do parágrafo único do art. 384 do Decreto-lei nº 3.689, de 03 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal. 41599

Nº 4.152/2004 – Da Srª. Ann Pontes – Criminaliza o porte de arma sem munição. 41600

Nº 4.153/2004 – Da Srª. Ann Pontes – Dispõe sobre a realização de exame de corpo de delito em vítimas de violência sexual em hospitais do Sistema Único de Saúde. 41601

Nº 4.154/2004 – Do Sr. Almir Moura – Estabelece condições para a comercialização de cartões indutivos pelas prestadoras do serviço telefônico fixo comutado..... 41602

Nº 4.155/2004 – Do Sr. Almir Moura – Estabelece regras de relacionamento com os consumidores para as empresas que se utilizam de centrais de atendimento telefônico de prefixo 0300 ou assemelhados. 41603

Nº 4.156/2004 – Do Sr. Carlos Dunga – Denomina "Governador Ernani Sátyro" trecho de cento e treze quilômetros da BR-361, entre as cidades de Patos e Itaporangal, no Estado da Paraíba. 41604

Nº 4.161/2004 – Da Srª. Selma Schons – Dispõe sobre o exercício das profissões de chaveiro e de instalador de sistemas de segurança. 41605

Nº 4.162/2004 – Da Srª. Selma Schons – Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da carne de peixe e seus derivados nos cardápios do programa de alimentação escolar. 41606

Nº 4.163/2004 – Do Sr. Paulo Afonso – Altera a legislação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, e dá outras providências..... 41607

Nº 4.164/2004 – Do Sr. Rafael Guerra – Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei dos Planos de Saúde, para definir amplitude de cobertura para realização de transplantes. 41609

Nº 4.167/2004 – Do Sr. Paulo Lima – Estabelece critérios para a delimitação das Áreas Locais de prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado e para a tarifação de ligações telefônicas originadas e terminadas dentro dos limites de uma mesma Área Local..... 41610

Nº 4.172/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Cria a campanha de divulgação, objetivando a prevenção da Hantavirose em todo o território nacional e dá outras providências."..... 41611

Nº 4.175/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Estabelece a obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizante para a saúde dos humanos nas dependências de academia de ginástica, "sport center", "fitness", clube esportivo ou similar e dá outras providências.". 41612

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Nº 211/2004 – Do Poder Executivo – Abre, em favor dos Ministérios dos Transportes e da In-

tegração Nacional, crédito extraordinário no valor de R$ 60.000.000,00, para os fins que especifica. 41613

Nº 212/2004 – Do Poder Executivo – Altera dispositivos da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa a remuneração dos cargos que as integram, e da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, que cria a Carreira de Policial Rodoviário Federal; institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Federal – GEAPF, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal – GEAPRF e a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, e dá outras providências..... 41620

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1.376/2004 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003..... 41679

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 168/2004 – Do Sr. Giacobo – Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades nas licitações de coleta de lixo no País..... 41683

INDICAÇÕES

Nº 3.745/2004 – Da Comissão de Minas e Energia – Requer o envio de Indicação à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, sugerindo a adoção de providências com o objetivo de alcançar agilização no estudo e liberação de licenças ambientais para a execução de empreendimentos de geração de energia elétrica no Estado do Paraná. 41687

Nº 3.746/2004 – Da Comissão de Minas e Energia – Requer o envio de Indicação à Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, sugerindo a adoção de providências com o objetivo de alcançar agilização no estudo e liberação de licenças ambientais para a execução de empreendimentos de geração de energia elétrica no Estado do Paraná. 41688

Nº 3.747/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Angra dos Reis – RJ."..... 41688

Nº 3.748/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Aperibé – RJ."..... 41688

Nº 3.749/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Araruama – RJ." 41689

Nº 3.750/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Areal – RJ."..... 41689

Nº 3.751/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Armação de Búzios- RJ."..... 41689

Nº 3.752/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Arraial do Cabo- RJ."..... 41689

Nº 3.753/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Barra do Piraí- RJ."..... 41690

Nº 3.754/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Barra Mansa- RJ." 41690

Nº 3.755/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Belford Roxo- RJ." 41690

Nº 3.756/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Bom Jardim- RJ."..... 41690

Nº 3.757/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Bom Jesus de Itabapoana – RJ." 41690

Nº 3.758/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cabo Frio – RJ." 41691

Nº 3.759/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cachoeiras de Macacu – RJ." 41691

Nº 3.760/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cambuci – RJ."..... 41691

Nº 3.761/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Campos dos Goytacazes – RJ."..... 41691

Nº 3.762/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cantagalo – RJ."..... 41692

Nº 3.763/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação

de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Carapebús – RJ."..... 41692

Nº 3.764/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cardoso Moreira – RJ." 41692

Nº 3.765/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Carmo – RJ." 41692

Nº 3.766/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Casimiro de Abreu – RJ." 41692

Nº 3.767/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Comendador Levy Gasparian- RJ."..... 41693

Nº 3.768/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Conceição de Macabú – RJ." 41693

Nº 3.769/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cordeiro – RJ." 41693

Nº 3.770/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Duas Barras – RJ." 41693

Nº 3.771/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Duque de Caxias – RJ."..... 41694

Nº 3.772/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Engenheiro Paulo de Frontim – RJ.". 41694

Nº 3.773/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Guapimirim – RJ."..... 41694

Nº 3.774/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Iguaba Grande- RJ." 41694

Nº 3.775/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaboraí – RJ." 41694

Nº 3776/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaguaí- RJ." 41695

Nº 3.777/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Italva – RJ." 41695

Nº 3.778/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaocara – RJ." 41695

Nº 3.779/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaperuna – RJ." 41695

Nº 3.780/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itatiaia – RJ."..... 41696

Nº 3.781/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Japeri – RJ." 41696

Nº 3.782/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Laje do Muriaé – RJ." 41696

Nº 3.783/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Macaé – RJ." 41696

Nº 3.784/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Macuco – RJ."..... 41696

Nº 3.785/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Magé – RJ." 41697

Nº 3.786/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Mangaratiba – RJ." 41697

Nº 3.787/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Maricá – RJ." 41697

Nº 3.788/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Mendes- RJ." 41697

Nº 3.789/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Mesquita – RJ."..... 41698

Nº 3.790/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Miguel Pereira – RJ." 41698

Nº 3.791/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação

de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Miracema – RJ." 41698

Nº 3.792/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Natividade – RJ." 41698

Nº 3.793/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Nilópolis – RJ."..... 41698

Nº 3.794/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Niterói – RJ."..... 41699

Nº 3.795/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Nova Friburgo – RJ."..... 41699

Nº 3.796/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Nova Iguaçú – RJ." 41699

Nº 3.797/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paracambi – RJ." 41699

Nº 3.798/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paraíba do Sul – RJ."..... 41700

Nº 3.799/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paraty – RJ."..... 41700

Nº 3.800/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paty do Alferes – RJ."..... 41700

Nº 3.801/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Petrópolis – RJ." 41700

Nº 3.802/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Pinheiral – RJ." 41700

Nº 3.803/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Piraí – RJ."..... 41701

Nº 3.804/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Porciúncula – RJ."..... 41701

Nº 3.805/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Porto Real – RJ." 41701

Nº 3.806/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Quatis – RJ."..... 41701

Nº 3.807/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Queimados – RJ."..... 41702

Nº 3.808/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Quissamã – RJ."..... 41702

Nº 3.809/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Resende – RJ."..... 41702

Nº 3.810/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio Bonito – RJ."..... 41702

Nº 3.811/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio Claro – RJ." 41703

Nº 3.812/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio das Flores – RJ."..... 41703

Nº 813/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio das Ostras – RJ." 41703

Nº 3.814/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio de Janeiro – RJ."..... 41703

Nº 3.815/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Santa Maria Madalena – RJ."..... 41703

Nº 3.816/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Santo Antonio de Pádua – RJ."..... 41704

Nº 3.817/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Fidélis – RJ." 41704

Nº 3.818/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Francisco de Itabapoana – RJ." 41704

Nº 3.819/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação

de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Gonçalo – RJ." 41704

Nº 3.820/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São João da Barra – RJ." 41705

Nº 3.821/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São José de Ubá – RJ."..... 41705

Nº 3.822/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São José do Rio Preto – RJ." 41705

Nº 3.823/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Pedro da Aldeia – RJ." 41705

Nº 3.824/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Sebastião do Alto – RJ."..... 41705

Nº 3.825/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Sapucaia – RJ." 41706

Nº 3.826/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Saquarema – RJ."..... 41706

Nº 3.827/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Seropédica – RJ."..... 41706

Nº 3.828/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Silva Jardim – RJ."..... 41706

Nº 3.829/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Sumidouro – RJ."..... 41707

Nº 3.830/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Tanguá – RJ."..... 41707

Nº 3.831/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Teresópolis – RJ." 41707

Nº 3.832/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Trajano de Moraes – RJ."..... 41707

Nº 3.833/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Três Rios – RJ." 41707

Nº 3.834/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Valença -RJ." 41708

Nº 3.835/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Varre-Sai -RJ."i 41708

Nº 3.836/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Vassouras -RJ." 41708

Nº 3.837/2004 – Do Sr. Carlos Nader – "Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Volta Redonda -RJ."..... 41708

Nº 3.838/2004 – Do Sr. Geraldo Resende – Sugere a liberação imediata de recursos orçamentários destinados à implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); o pacto de convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para que tal verba seja utilizada para atender as deficiências do campus da UFMS em Dourados, e ainda, que envie o Projeto de Criação da UFGD para o Congresso Nacional. 41709

Nº 3.839/2004 – Do Sr. Geraldo Resende – Sugere ao Ministério do Planejamento a liberação imediata de recursos orçamentários destinados à implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); o pacto de convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para que tal verba seja utilizada para atender as deficiências do campus da UFMS em Dourados, e ainda, que envie o Projeto de Criação da UFGD para o Congresso Nacional. 41709

Nº 3.840/2004 – Do Sr. Geraldo Resende – Sugerea liberação imediata de recursos orçamentários destinados à implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); o pacto de convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para que tal verba seja utilizada para atender as deficiências do campus da UFMS em Dourados, e ainda, que envie o Projeto de Criação da UFGD para o Congresso Nacional. 41710

Nº 3.841/2004 – Do Sr. Geraldo Resende – Sugere à Presidência da República a liberação imediata de recursos orçamentários destinados à implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); o pacto de convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para que tal verba seja utilizada para atender as deficiências do campus da UFMS em Dourados, e ainda, que envie o Projeto de Criação da UFGD para o Congresso Nacional. 41711

Nº 3.842/2004 – Do Sr. Confúcio Moura – Sugere ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que

tome providências para a solução de conflitos agrários que ocorrem em Rio Alto Floresta/RO..... 41711

Nº 3.843/2004 – Do Sr. Ivan Paixão – Sugere ao Ministério da Saúde que seja criado Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o tratamento da trombocitemia essencial por intermédio do medicamento ANAGRELIDE..... 41712

Nº 3.844/2004 – Do Sr. Lobbe Neto – Sugere ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, extensão para casos de aposentadoria em que os servidores públicos mediante comprovação de fato por uma Junta Médica Oficial e a medicina especializada conforme a Lei nº 8.112, de 1990, art. 186, I, § 1º..... 41714

Nº 3.845/2004 – Da Srª. Iriny Lopes – Sugere ao Ministro de Estado da Fazenda a adoção de medidas para restabelecer o enquadramento das Oficinas Mecânicas optantes do Simples Federal. 41714

Nº 3.846/2004 – Da Srª. Iriny Lopes – Sugere ao Ministro Chefe da Casa Civil a adoção de medidas para restabelecer o enquadramento das Oficinas Mecânicas optantes do Simples Federal. 41715

Nº 3.847/2004 – Do Sr. Ronaldo Vasconcellos – Sugere ao Ministro da Justiça, por meio da Secretaria de Direito Econômico, que se adote providências no sentido de exigir a colocação de preços nos anúncios de classificados de jornais..... 41715

Nº 3.848/2004 – Do Sr. Lincoln Portela – Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão dos medicamentos usados no tratamento da disfunção erétil na lista dos medicamentos de controle especial... 41715

Nº 3.849/2004 – Da Srª. Perpétua Almeida – Sugere ao Ministério da Justiça a veiculação em rede nacional de rádio e televisão de propaganda educativa acerca das regras do estatuto do desarmamento, particularmente as relativas aos caçadores e aos portadores de armas em áreas rurais. .. 41716

Nº 3.850/2004 – Do Sr. Luiz Antonio Fleury – Sugere ao Ministério da Saúde a intensificação de ações de prevenção do câncer bucal pelo SUS.... 41716

REQUERIMENTOS

Nº 2.155/04 – Do Senhor Deputado Nélson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, requerendo a revisão do despacho inicial aposto ao PL nº 36/03..... 41717

Nº 2.172/04 – Da Senhora Deputada Celcita Pinheiro, solicitando a retirada de sua assinatura de apoiamento à PEC nº 304/04..... 41717

SESSÃO ORDINÁRIA DE 24-9-2004

IV – Pequeno Expediente

ALBERTO FRAGA (PTB – DF) – Réplica ao pronunciamento do Deputado Luiz Antonio Fleury, proferido em sessão anterior, com críticas à manifestação do orador sobre a parcialidade do Presidente da República no certame eleitoral para a Prefeitura de São Paulo, Estado de São Paulo. Protesto contra descumprimento, pelas universidades federais, de dispositivo legal garantidor de vagas aos filhos de militares, quando transferidos para outro Estado.. 41718

EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Apoio à reeleição da Prefeita Nilmar Ruiz, da cidade de Palmas, Estado do Tocantins. Protesto contra a criação de milícia armada no Município por militantes do Partido dos Trabalhadores..... 41719

EDUARDO GOMES (PSDB – TO – Como Líder) – Inadmissibilidade das agressões praticadas pela milícia do PT contra equipe de televisão. Necessidade de intervenção da Justiça para coibição da arbitrariedade..... 41719

OSÓRIO ADRIANO (PFL – DF) – Prejuízos causados a Estados e ao Distrito Federal pela política fiscal adotada pelo Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin..... 41720

OSÓRIO ADRIANO (PFL – DF – Como Líder) – Defesa de realização de nova reforma tributária. Apoio à adoção do Imposto de Valor Agregado. Necessidade de discussão de impasse fiscal com Estados pelo Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. 41721

V – Grande Expediente

BABÁ (Sem Partido – PA) – Resultados negativos da implementação do neoliberalismo no Brasil. Não cumprimento, pelo Governo petista, das promessas de campanha. Críticas à política econômica adotada pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Apoio à greve dos bancários..... 41721

PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Manifestação de boas-vindas aos alunos da Escola Classe nº 13, da cidade-satélite de Taguatinga, Distrito Federal. 41725

Apresentação de proposições: SEVERINO CAVALCANTI..... 41725

VI – Comunicações Parlamentares

(Não houve oradores.)

VII – Encerramento

2 – DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Declara prejudicada a Reclamação formulada pelo Senhor Deputado Lincoln Portela, a respeito da possível autoconvocação extraordinária do Congresso Nacional no mês de julho do ano em curso..... 41728

3 – DESPACHO DO PRESIDENTE

No processo nº 2004/115.796, acolhe a sugestão do Senhor Corregedor da Casa, para determinar o seu arquivamento..... 41728

COMISSÕES

4 – ATAS DE COMISSÕES

a) Comissão Especial destinada a "averigüar o processo relacionado à crise da Parlamat": * 5ª Reunião (Extraordinária), em 05.02.04, * 6ª Reunião (Extraordinária), em 10.02.04, * 7ª Reunião (Extraordinária), em 11.02.04, * 8ª Reunião (Ordinária), em 11.02.04, * 9ª Reunião (Ordinária), em 17.02.04 e * 11ª Reunião (Ordinária), em 10.03.04. 41728

b) Comissão Especial destinada a "Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude": * 1ª Reunião (Ordinária), em 07.05.03, * 2ª Reunião (Ordinária), em 15.05.03,

* 3ª Reunião (Ordinária), em 22.05.03, * 4ª Reunião (Ordinária), em 29.05.03, * 5ª Reunião (Ordinária), em 05.06.03, * 6ª Reunião (Ordinária), em 12.06.03, * 8ª Reunião (Ordinária), em 26.06.03, * 9ª Reunião (Ordinária), em 07.08.03, * 11ª Reunião (Ordinária), em 21.08.03, * 13ª Reunião (Ordinária), em 28.08.03, * 14ª Reunião (Ordinária), em 04.09.03 e * 15ª Reunião (Ordinária), em 11.09.03. 41896

* Atas com Notas Taquigráficas

SEÇÃO II

5 – MESA

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

7 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

8 – COMISSÕES

Ata da 198ª Sessão, em 24 de setembro de 2004

Presidência dos Srs. Osório Adriano e Alberto Fraga;
§ 2º do artigo 18 do Regimento Interno

O SR. PRESIDENTE (Osório Adriano) – Não havendo *quorum* regimental para abertura da sessão, nos termos do § 3° do art. 79 do Regimento Interno, aguardar-se-á até meia hora para que ele se complete.

I – ABERTURA DA SESSÃO

(Às 9 Horas e 16 Minutos)

O SR. PRESIDENTE (Osório Adriano) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ALBERTO FRAGA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Osório Adriano) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. EDUARDO GOMES, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 576, DE 2004
(Do Poder Executivo)
AVISO Nº 1 .110/04 — C. CIVIL

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute em 4 de dezembro de 2003.

Despacho: As Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute em 4 de dezembro de 2003.

Brasília, 19 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 103/ABC/DAI/DCJ/DOPI/ARC-MRE-PAIN-BRAS-LBAN

Brasília, 19 de abril de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, assinado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute, por ocasião da visita presidencial àquele país.

2. A assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas, tais como agricultura, comércio e investimentos, cooperação para o desenvolvimento, educação, energia, fortalecimento institucional, indústria, meio ambiente e recursos naturais, extração mineral, pequenas e médias empresas, saúde e transporte e comunicações.

3. A cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países. Para tanto, poderão ser convocadas reuniões entre as partes, quando necessário, para assegurar a implementação do Acordo.

4. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com as cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA LIBANESA.

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo da República Libanesa (doravante denominados "Partes"), Desejosos de fortalecer os laços de amizade existentes entre o Brasil e o Líbano;

Considerando o interesse que possuem no desenvolvimento econômico e social de seus respectivos países;

Convencidos de que o desenvolvimento deve ser sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas que podem resultar de uma cooperação técnica entre os dois países em áreas de interesse comum;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Sem prejuízo da possibilidade de estender posteriormente cooperação técnica a outras áreas, as duas Partes consideram os seguintes temas como prioritários para a cooperação:

a) agricultura;
b) comércio e investimentos;
c) cooperação para o desenvolvimento;
d) educação;
e) energia;
f) fortalecimento institucional;
g) indústria;
h) meio-ambiente e recursos naturais
i) extração mineral;
j) pequenas e médias empresas;
k) saúde; e
l) transporte e comunicações.

ARTIGO II

1. A implementação da cooperação técnica será estabelecida por meio de um plano de trabalho com a indicação dos principais programas setoriais, projetos e atividades a serem desenvolvidos no âmbito do presente acordo.

2. Os programas setoriais e os projetos, assim como as fontes de financiamento e os mecanismos operacionais, serão definidos por ajustes complementares ao presente acordo.

3. As Partes admitirão, sempre que conveniente, a participação de instituições dos setores público e privado, assim como de organizações não-governamentais dos países, nos programas setoriais e projetos elaborados no âmbito do presente acordo.

ARTIGO III

A fim de atingir os objetivos do presente acordo, as Partes deverão adotar as seguintes ações necessárias:

a) organizar reuniões de trabalho;

b) elaborar programas de estágio e formação, aperfeiçoamento profissional;

c) organizar seminários e conferências;

d) prover serviços de consultoria;

e) enviar e receber funcionários, técnicos, peritos e consultores;

f) promover o intercâmbio de dados e informações,sobre as áreas prioritárias, entre as instituições designadas pelas Partes;

g) recomendar a incorporação de novas áreas de cooperação técnica entre os dois países, sempre que necessário;

h) prover equipamentos e materiais indispensáveis à realização de programas setoriais e de projetos estabelecidos de comum acordo e seus respectivos ajustes complementares; e

i) prover o material bibliográfico, as informações e toda a documentação disponível nas áreas correspondentes aos programas setoriais e aos projetos de cooperação em execução.

2. Sem prejuízo das formas de cooperação técnica estabelecidas no presente artigo, qualquer outra modalidade poderá ser implementada de comum acordo entre as Partes.

ARTIGO IV

Um grupo de trabalho será constituído por representantes das duas Partes e deverá reunir-se uma vez por ano, alternadamente no Brasil e no Líbano.

2. O grupo de trabalho deverá:

a) identificar políticas e estratégias de cooperação técnica, com o auxílio das instituições nacionais competentes, que poderão ser adotadas pelas autoridades nacionais competentes e para fazer avançar e diversificar as iniciativas conjuntas das duas Partes nas áreas prioritárias a que se refere o Artigo I;

b) avaliar e definir as áreas prioritárias de trabalho para a execução da cooperação técnica;

c) examinar e avaliar o plano de trabalho;

d) avaliar os resultados obtidos na implementação dos programas setoriais e dos projetos e atividades realizados no âmbito do presente acordo e de seus ajustes complementares; e

e) apresentar às autoridades competentes das duas Partes as recomendações julgadas pertinentes.

ARTIGO V

Cada uma das Partes deverá garantir que os documentos, informações e outros conhecimentos fornecidos pela outra Parte no âmbito da implementação do presente acordo e declarados como confidenciais, não sejam divulgados, nem transmitidos a terceiros sem o seu consentimento.

ARTIGO VI

1. Os programas setoriais e os projetos estabelecidos no âmbito do presente acordo serão executados com recursos financeiros definidos nos ajustes complementares.

2. Os recursos financeiros destinados à cooperação técnica decorrentes do presente acordo poderão ser provenientes de:

a) recursos orçamentários e extra-orçamentários do Governo brasileiro;

b) recursos orçamentários e extra-orçamentários do Governo libanês;

c) recursos orçamentários e extra-orçamentários de instituições que participem da cooperação técnica; e

d) recursos orçamentários e extra-orçamentários de terceiros países, assim como de organismos, fundos e programas regionais e internacionais.

ARTIGO VII

1. As Partes assegurarão a equivalência e reciprocidade quanto ao financiamento de projetos e de todas as outras ações de cooperação técnica em execução no âmbito do presente acordo, mediante um co-financiamento e divisão eqüitativa de custos.

2. As Partes poderão utilizar, caso seja necessário, os fundos destinados à cooperação técnica horizontal, para financiar alguns projetos ou ações específicas.

ARTIGO VIII

As Partes poderão, quando julgarem necessário, solicitar a participação de instituições públicas ou privadas, organismo ou programas regionais ou internacionais, assim como países terceiros, por meio da implementação de programas setoriais e projetos realizados no âmbito do presente Acordo.

ARTIGO IX

1. No âmbito do presente Acordo, as Panes assegurarão aos funcionários, técnicos, peritos e consultores, indicados por uma das Partes, o apoio logístico, facilidades de transporte e acesso à informação necessária para o cumprimento de suas funções específicas, bem como facilidades a serem definidas nos Ajustes Complementares.

2. Da mesma forma, cada Parte deverá oferecer aos funcionários, técnicos, peritos e consultores o apoio necessário para facilitar a sua instalação.

ARTIGO X

1. No âmbito deste Acordo e dos Ajustes Complementares previstos, cada Parte concederá aos funcionários, técnicos, peritos e consultores designados pela outra Parte para exercer suas funções no seu território, bem como aos seus dependentes legais:

a) visto oficial que garanta entrar, permanecer e deixar o País livremente, dispensado de pagamento de emolumentos consulares e, quando necessário, uma autorização de estada e uma carteira de trabalho;

b) isenção de impostos e demais gravames incidentes sobre importação de objetos de uso doméstico e pessoal, destinados à primeira instalação, salvo para o cônjuge e desde que não constituam despesas de armazenagem, transporte e outras relativas a serviços análogos, sempre que o prazo de permanência no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;

c) idênticas isenções e restrições àquelas previstas na alínea **b** deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;

d) isenção de impostos quanto a salários e vencimentos a cargo da instituição da Pane que os enviou. Os eventuais vencimentos e indenizações pagos pelo país anfitrião serão submetidos à legislação local, no âmbito de acordos de bitributação eventualmente assinados entre as partes;

e) facilidades de repartição em situações de crise;e

f) imunidade civil, conforme a lei, no caso de prejuízo causado a terceiros nos seus respectivos territórios, no exercício das funções atribuídas por meio do presente Acordo e de Ajustes Complementares, exceto nos casos de fraude ou falta grave. Esta imunidade não se estende a danos e prejuízos provocados no caso de um acidente por um veículo de sua propriedade ou de sua utilização. Conforme as leis e regulamentos do país anfitrião, os funcionários, técnicos, peritos e consultores deverão contratar seguro contra terceiros

para os veículos a eles pertencentes ou por eles utilizados.

2. A indicação dos funcionários, técnicos, peritos e consultores caberá ao país de origem e deverá ser aprovada pelo país anfitrião.

ARTIGO XI

Os funcionários, técnicos, peritos e consultores designados por uma das Partes para exercer suas funções no seu território, no âmbito do presente Acordo, deverão exercer suas atividades em função do estabelecido em cada projeto ou ação e estarão sujeitos às leis e aos regulamentos vigentes no território do país anfitrião, à exceção das disposições do Artigo X do presente Acordo.

ARTIGO XII

1. São isentos de todas as taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação os bens, equipamentos e materiais eventualmente fornecidos, a qualquer título, por uma das Partes à outra, para a execução de programas setoriais e projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo e de seus Ajustes Complementares.

2. Ao término da implementação dos programas setoriais e projetos, todos aqueles equipamentos e materiais que não tiverem sido doados por uma Parte à outra deverão ser reexportados com igual isenção de taxas, impostos e demais gravames de exportação e de importação.

ARTIGO XIII

1. O presente Acordo entrará em vigor por um período de 5 (cinco) anos e poderá ser prorrogado automaticamente por períodos iguais e consecutivos mediante a troca de notas diplomáticas.

2. O presente Acordo será ratificado por cada uma das Partes conforme suas disposições constitucionais pertinentes e entrará em vigor na data de troca de instrumentos de ratificação.

3. A entrada em vigor do presente Acordo não afetará a implementação dos acordos assinados por cada uma das Partes no âmbito das relações bilaterais e dos mecanismos regionais e sub-regionais de integração.

ARTIGO XIV

1. O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento por uma das Partes, mediante notificação, via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de recebimento da notificação.

2. Em caso do denúncia do presente Acordo, os programas setoriais, projetos e atividades em fase de execução não serão afetados, exceto nos casos em que as duas Partes decidam expressamente de forma contrária.

Feito em Beirute, em 4 de dezembro de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português, árabe e francês, sendo os três textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em francês prevalecerá.

Pelo Governo da Republica pelo Governo da República

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA LIBANESA

Ofício nº 115/2004

Carlópolis, 15 de julho de 2004

Excelentíssimo Senhor
João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional
Ed. Principal, Praça dos Três Poderes
CEP 70160-900 – Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminho-lhe cópia do expediente protocolado por Ivonei Oscar da Silva, nesta Promotoria de Justiça de Carlópolis – PR, autuado e registrado como Procedimento Investigatório Civil sob nº011/2004, *e* requeiro que Vossa Excelência se manifeste a respeito, caso assim o queira, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 ("O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis").

Sem mais para o momento, valho-me do ensejo para externar-lhe protestos de distinta consideração e apreço. – **Vilma Leika Kato,** Promotora de Justiça.

Ofício nº 127/2004

Carlópolis, 15 de julho de 2004

Excelentíssimo Senhor
João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional
Ed. Principal, Praça dos Três Poderes
CEP 70160-900 – Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminho-lhe cópia do expediente protocolado por Ivonei Oscar da Silva, nesta Promotoria de Justiça de Carlópolis – PR, autuado e registrado como Procedimento Investigatório Civil sob nº 12/2004, e requeiro que Vossa Excelência se manifeste a respeito, caso assim o queira, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85 ("O Ministério Público poderá instaurar sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis").

Sem mais para o momento, valho-me do ensejo para externar-lhe protestos de distinta consideração e apreço. – **Vilma Leika Kato,** Promotora de Justiça.

Ofício nº 476/04

Carlópolis, 12 de julho de 2004

"Não se deve, à primeira vista, estimar os Louvres nem condenar as galés." (Os Trabalhadores do Mar – Victor Hugo)

Senhora Promotora de Justiça:

Por meio do presente e objetivando corrigir distorções históricas a respeito dos setores de carceragem temporárias das Delegacias de Polícia e flagrante ilegalidade perante a Lei de Execuções Penais e a Constituição Federal de 1988, passo a expor e requerer o que segue:

1 – Introdução:

1.1 – A Constituição Federal de 1988 e as Penas:

Com o advento da Constituição Federal de 1988, foram inseridos na mesma diversos princípios gerais ligados ao sistema penal e outros especificamente relativos à cominação, aplicação e execução das penas. Dentre os princípios inseridos no texto constitucional que regem a pena estão o da legalidade, responsabilidade personalíssima, da individualização e da humanização.

Vamos aqui discorrer apenas sobre o Princípio da Humanização da Pena, mais por economia do que por desnecessidade. A Constituição Federal de 1988 é farta em dispositivos que conferem limites à atuação estatal no exercício do **jus puniendi**, em respeito à vida e à dignidade humana. Desta forma, a Constituição Federal em seu art. 5º dispõe que não haverá penas: **a)** de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; **b)** de caráter perpétuo; **c)** de trabalhos forçados; **d)** de banimento; **e)** cruéis.

Acerca do Princípio da Humanização da Pena, Sérgio Salomão Shecaira e Alceu Corrêa Junior, na obra **Pena e Constituição** asseveram: "O Estado democrático de direito elenca como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88). Portanto, o homem deve ser a medida primeira para a tutela do Estado, alcançando ainda maior destaque no Direito Penal onde o condenado será encarado como sujeito de direitos, e deverá manter todos os seus direitos fundamentais que não forem lesados pela perda da liberdade em caso de pena privativa. *Note-se que a pena é privativa da liberdade, e não da dignidade, respeito e outros direitos inerentes à pessoa humana".* (grifo nosso)

Desta forma, a atividade administrativa da execução da pena adquiriu, com o advento da CF/88, **status** de garantia constitucional, ou conforme entendimento jurisprudencial: "Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a execução da pena, além de se constituir numa atividade administrativa, adquiriu **status** de garantia constitucional, como se depreende do art. 5º, XXXIX, XLVI, XLVII e XLIX, tornando o sentenciado sujeito da relação processual, detentor de obrigações, deveres e ônus, e, também, titular de direitos, faculdades e poderes" (RJDTAMCRIM 32/422).

Em síntese, é direito constitucional do preso, quer ele provisório ou condenado, como titular de direitos, que os mesmos sejam respeitados e cumpridos pelo ente estatal, quer administrativo, quer jurisdicional. Direitos estes que estão sendo negados aos presos que se encontram no setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis, como tentaremos expor.

2 – Dos Estabelecimentos Penais:

"Fui acordado do assombroso sono por um sonoro estampido, estremecendo, como quem é bruscamente despertado. Pus-me em pé e, já movendo os olhos, procurei saber onde me encontrava, atento a tudo. Na verdade, eu me achava junto à borda do indescritível vale das dores, de onde soavam infinitos ais." A Divina Comédia, Canto IV, Inferno – Dante Alighieri.

Nos termos da exposição de motivos da Lei de Execução Penal, os estabelecimentos penais compreendem: 1º – Penitenciária, destinada ao condenado a reclusão, a ser cumprida em regime fechado; 2º – a Colônia Agrícola, Industrial ou similar, reservada para a execução da pena de reclusão ou detenção em regime semi-aberto; 3º – a Casa do Albergado, prevista para recolher os condenados à pena privativa de liberdade em regime aberto e à pena de limitação de fim de semana; 4º – o Centro de Observação, onde serão realizados os exames gerais e o criminológico; 5º – o

Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, que se destina aos doentes mentais, portadores de desenvolvimento mental incompleto ou retardado e aos que manifestam perturbação das faculdades mentais; e 6º – a Cadeia Pública, para onde devem ser remetidos os presos provisórios (prisão em flagrante, prisão temporária, prisão preventiva ou em razão de pronúncia e, finalmente, os condenados enquanto não transitar em julgado a sentença.

2.1 – Definição do que venha a ser Cadela Publica

> **"Mestre, o que ensinas é verdadeiro e merece minha fé a tal ponto que, a isso comparada, qualquer outra lição parece carvão extinto. Mas dize-me: outro daqueles vultos que avançam merece atenção? Nisso, agora, me concentro". A Divina Comédia, Canto XX, Inferno – Dante Alighieri.**

O artigo 102 da Lei de Execuções Penais prevê a existência, dentre os estabelecimentos penais, da Cadeia Pública, destinada ao recolhimento de presos provisórios e que em cada comarca terá que existir pelo menos uma (art. 103), sendo que as mesmas devem observar na construção as exigências mínimas referidas no artigo 88 e seu parágrafo único, também da LEP.

Pelo que se observa da lei, referidas Cadeias Públicas são um estabelecimento penal, exclusivas para presos provisórios, sujeitas as normas diretrizes da LEP, que tem "natureza jurídica híbrida, constituindo em atividade jurisdicional e administrativa do Estado. A função jurisdicional é exercida pelo Estado-juiz, através do processo de execução. Já a função administrativa é desempenhada pelo Estado-administração, a cargo das autoridades penitenciárias. Não se constitui o exercício dessa função administrativa a atividade policial, mas atividade de administração penitenciária". (Haroldo Caetano da Silva**, Manual da execução penal** – Campinas: Bookseller, 2001)

Desta forma, o termo utilizado, "Cadeia Pública das Delegacias de Polícia" é juridicamente incorreto e fere as diretrizes da LEP. Tal terminologia não serve para definir os locais existentes nas Delegacias de Polícia para abrigar, não provisoriamente, mas apenas pelo tempo necessário para a formalização da prisão em flagrante (máximo 24 horas) e no máximo em casos de prisões preventivas e temporárias até o tempo de conclusão do inquérito policial, devendo o preso, então de imediato, ser transferido para um estabelecimento penal condizente ao seu **status**.

Correto está, portanto, o ilustre Delegado Divisional da DPI, Dr. Paulo Ernesto Araújo Cunha, que utiliza o termo Setor de Carceragem Temporária das Delegacias de Polícia e que referidas **unidades policiais** deveriam se destinar a permanência temporária de presos e não provisória e em muitos casos, absurdamente, para execução de pena (grifo nosso). Sendo uma unidade policial, não pode a Delegacia de Polícia comportar uma cadeia pública, que seria uma unidade prisional ou nos termos da LEP, um estabelecimento penal.

Conforme ensina Haroldo Caetano da Silva, em obra já citada, quando comenta a respeito da direção e pessoal dos estabelecimentos penais, aí incluídas também as cadeias públicas, diz que é necessário se distinguir a atividade policial da atividade de administração penitenciária e que "a distinção é necessária em vista das distorções que têm predominado em boa parte dos Estados brasileiros, onde a administração penitenciária é confiada a integrantes das polícias civil e militar. Esse panorama bem demonstra a pura e simples priorização da execução penal, enquanto instrumento de segregação, repressão e castigo, em detrimento do seu principal objetivo, que seria a harmoniosa reinclusão social do condenado e do internado. A reforma penitenciária preconizada pela LEP reconhece na ressocialização a mais importante diretriz a ser obtida na execução da pena e da medida de segurança, meta que somente poderá ser alcançada, dentre outros fatores, se houver preparação técnica e formação humanística da direção e do pessoal penitenciário. Não que os integrantes das corporacões policiais sejam ineptos ao desempenho das atividades penitenciárias, mas porque, além do flagrante desvio da fundo (às polícias são conferidas atribuicões específicas, sobretudo a prevenção, a repressão e a investigacão criminal), a administração penitenciária é orientada por princípios distintos daqueles que norteiam a atividade policial e nem sempre a doutrina e os preceitos relacionados à recuperação do condenado – para o seu retorno harmonioso ao meio livre – são bem assimilados por quem não tenha formação especializada."

E prossegue o referido doutrinador: "A administração penitenciária delineada pela LEP exige capacitação por parte dos seus integrantes, desde a direção dos estabelecimentos penais, passando pelos serviços burocráticos, de instrução técnica e chegando às atividades de vigilância, atendendo sempre a pressupostos pessoais indicativos da vocação e habilitação para o exercício das funções".

Assim, podemos concluir, não só que meia dúzia de celas fétidas e superlotadas alocadas nas delegacias de polícia não podem ser denominadas como Cadeia Pública, como a atividade de Delegados de Polícia, investigadores e escrivões é incompatível com qualquer tipo de atividade pertinente a direção, administração,

atividade de vigilância referente a estabelecimentos penais ou mais especificamente. Cadeia Pública.

Gostaríamos neste ponto de reproduzirmos entendimento emanado através de ofício circular nº 200/04-fmc, do ilustre Delegado de Polícia titular da Divisão Policial do Interior do Departamento da Polícia Civil do Paraná o qual esclarece:

"Atendo-me, agora, aos expedientes que tenho visto e que se referem aos Setores de Carceragens Temporárias: ofícios, relatórios, expedientes enviados aos Juízes e Promotores de Justiça pelos Delegados de Polícia, encontrei expressões usuais e errôneas, as quais não mais devem ser empregadas em documentos oficiais expedidos por Unidades desta Divisão, aliás, como já determinei, são eles: Cadeia Pública, Mini-Presídio, presídio, presos provisórios, Setor de Carceragem Provisória, nossa Cadeia Pública, Setor de Carceragem Temporária da Cadeia Pública da Delegacia de Polícia...

Substituí-las por: Setor de Carceragem Temporária, Preso Temporário, haverá de em muito contribuir para mudar a cultura, restabelecendo a verdade fática e legal necessárias.

Por que da utilização do termo Temporário(A), para os Setores de Carceragens e para os presos nelas encontráveis?

Existem somente duas condições para que pessoas sejam presas: ou por força de Auto de Prisão em Flagrante Delito ou por Mandado de Prisão Cautelar.

Em ambas situações devem elas permanecer pelo tempo de conclusão o Auto de Prisão em Flagrante ou dos atos necessários à formalização do cumprimento do Mandado de Prisão Cautelar e sua comunicação ao Juízo de Direito competente.

Isto feito, a não ser que restem diligências a serem concluídas, com as quais o preso concorde expressamente em colaborar, e, com autorização do Magistrado que dará prazo para sua permanência na Delegacia de Polícia a pedido da Autoridade Policial, exaure-se a competência do Delegado de Polícia.

Então é Temporário porque é para o ato.

O Delegado de Polícia inicia e conclui sua prestação, apresentando os resultados dela, segundo suas convicções, não sofrendo qualquer tipo de interferência por tratar-se de procedimento inquisitorial, não sujeito, portanto, ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

Entregue a prestação, passa o preso a denominar-se Provisório porque sua situação será analisada pelo Judiciário, agora sob a égide do contraditório e da ampla defesa, que poderá ou não mantê-lo sob regime mais gravoso.

Esta análise leva tempo, portanto, não define o Judiciário, ao contrário do Delegado de Polícia, imediatamente a situação do preso.

As razões para que se adeqüe a terminologia são simples e facilmente perceptíveis, senão vejamos: ao empregar as expressões ditas como usuais e errôneas deve-se levar em conta que todos os atos assim praticados são ilegais e passíveis de responsabilização em todas as esferas judiciais e administrativas, além de induzirem em erro as demais Autoridades Públicas envolvidas, as quais, ao interpretarem como Cadeias Públicas, mini-presídios, presídios e etc., os Setores de Carceragens Temporárias das Unidades Policiais não vêem razão para retirar os presos destas pois, no mínimo, seria redundância.

Não sendo nenhum Delegado de Polícia ou qualquer outro Policial Civil que preste serviços subordinado à esta Divisão, Diretor de Cadeia Pública, Presídio, Mini-Presídio, Complexo Médico-penal e similares – para aqueles que acham ao contrário, juntem cópia do ato do executivo nomeando-lhes para o cargo e o título de posse na função correspondente – todo e qualquer ato privativo dessas Autoridades como: expedição de atestado de conduta carcerária; acompanhamento de execução de penas de reclusão, regime aberto, semi-aberto, remoção de réus para exames criminológicos, notadamente os soltos e adolescentes dentre outros, são absolutamente ilegais, pois extrapolam a esfera de competencia do Delegado de Polícia e por isso, caracterizadores de crime em tese, usurpação de função pública, constrangimento ilegal e improbidade administrativa.

Tendo em mente os princípios da dignidade da pessoa humana, legalidade, razoabilidade, isonomia, a observância da atividade-fim da Polícia Judiciária e, ainda, resguardar responsabilidades, este Divisional ordenou a todas as Autoridades Policiais sob sua subordinação que, cada qual, no âmbito de sua competência, adotasse as providências legais pertinentes junto aos Juízos de Direito e das Varas de Execução Penal das Comarcas respectivas e, de posse de todos os documentos – respostas dos Juízes, levantamento da situação prisional dos presos, levantamento das instalações carcerárias, efetivo policial para trabalho na Unidade, demonstração do conflito de competência argüido pelos magistrados, que resulta numa imensa burocracia, sem que ninguém se dê por competente para a resolução da problemática dos presos, retirando-os das Delegacias de Polícia para regime prisional adequado, etc. – com base na legislação específica, representasse ao Ministério Público de suas respectivas Comarcas, elucidando-os sobre o equívoco (Cadeia Pública X Setor de Carceragem Temporária, vide

histórico fl.1), fazendo juntada de toda a documentação e pedindo-lhe providências." Sábia explanação, objetivando corrigir "equivoco cultural perenizado".

2.2 – Das Dependências Físicas E Sua Precariedade

> "Além disso, as condições de detenção em muitos lugares, conforme abertamente anunciado pelas próprias autoridades, são subumanas. As piores condições encontradas pelo Relator Especial tendiam a ser em celas de delegadas de polícia, onde as pessoas eram mantidas por mais tempo do que o período legalmente prescrito de 24 horas. O Relator Espedal sente-se compelido a observar a intolerável agressão aos sentido encontrada na maioria dos locais de detenção, principalmente nas carceragens policiais visitadas, agressão para a qual o Relator Especial não tem palavras para apressar. O problema não foi atenuado pelo fato de as autoridades muitas vezes estarem dentes e o haverem advertido das condições que descobriria.

O Relator Especial só pôde concordar com a afirmação comum que ouviu daquela que se encontravam amontoados do lado de dentro das grades, no sentido de que "eles nos tratam como animais e esperam que nos comportemos conto seres humanos quando sairmos." Relatório da Human Rights Watch.

O setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis, possui uma parte antiga, construída em tijolo e cimento, construída provavelmente na época do Governador Lupion, com quatro celas, sendo três delas sem banheiro e com um beliche em cimento e uma cela com beliche em cimento e banheiro. Para as três celas acima descritas existe apenas um banheiro comum para todas e separado das mesmas. A parte nova da cadeia da Delegacia de Polícia de Carlópolis, construída provavelmente entre os anos de 1989/1990, é constituída de duas galeria, tendo cada uma das mesmas três celas e cada uma das celas com 8 (oito) metros quadrados, contendo duas camas, de cimento, vaso sanitário, pia e chuveiro.

No que tange a parte antiga do setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis, a mesma é totalmente isolada da parte nova e não possui a menor condição de segurança, posto que as paredes são construídas apenas de tijolo e cimento, o que facilita fugas através dos chamados "tatus". instalações hidráulicas e elétricas são extremamente precárias, com vazamento de água e infiltrações e constantes curtos circuitos nas instalações elétricas, que são velhas e cheias de "gambiarras" o que acarreta muitas vezes a queda da chave geral, prejudicando os equipamentos de informática existentes na delegacia. Mesmo assim, tal área comporta hoje 4 (quatro) pessoas, sendo 2 (dois) menores apreendidos, 1 (uma) mulher e 1 (um) homem, sendo que a presa fica em uma cela individual com banheiro, o preso maior fica em uma cela e os 2 (dois) menores ficam em uma única cela, voltando a repetir que para as três celas existe um único banheiro, separado das mesmas, o que gera inúmeros problemas para os Polícias de plantão que a todo momento têm de ficar abrindo e fechando celas para os maiores e os menores freqüentarem o banheiro para suas necessidades fisiológicas e higiênicas. Um absurdo, que fere as determinações previstas na Lei de Execuções Penais e no Estatuto da Criança e do Adolescente, além do que, o eterno risco que corre o plantonista, que constantemente tem de abrir e fechar celas para presos e apreendidos urinarem, defecarem, tomarem banho, escovarem os dentes. Perdoem-me o linguajar, acredito não chulo, mas que demonstra a triste realidade na qual se encontram os presos e apreendidos e pior, os Políciais civis, que exercendo uma função anômala para a qual foram treinados, deixam de exercer a função primordial de polícia judiciária, para virarem verdadeiros "babás de presos", isto porém é outra história, que comentaremos posteriormente.

No que tange à parte nova do setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis, a situação também não é das melhores, posto que os problemas hidráulicos e elétricos também aqui se repetem e em virtude da alta população carcerária, estamos tendo problemas constantes de entupimento dos encanamentos de esgoto, que geram inúmeros problemas de saúde para os detentos, sendo o mais comum presença de micoses de pele.

A entrada da parte nova do setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis se dá por um portão único, constituído de barras de ferro e chapa, o qual dá acesso a um corredor constituído de duas galerias. A galeria da esquerda possui um portão de barras de ferro, que ao transpô-lo adentra-se em um corredor, que possui lado a lado três celas. A primeira cela possui hoje três presos, sendo um em cada cama e um dorme no corredor entre as camas. Referida cela encontra-se com problemas hidráulicos e de esgoto, inclusive com rompimento de um dos canos do esgoto, e seria necessário isolá-la por não ter condições de uso, até que o Estado procedesse a reforma necessária. Porém se fizer isto, onde serão colocados referidos presos? A segunda cela possui 3 (três) presos, sendo um em cada beliche e um dormindo no corredor, também com problemas elétricos e hidráulicos, com vazamentos em chuveiro, torneira

e caixa de descarga do vaso sanitário. A terceira cela, também com três presos, é um retrato da segunda.

Na galeria do lado direito, também composta por três celas, sendo que as duas primeiras abrigam 4 (quatro) presos cada, sendo que dois dormem nas camas de concreto e dois dormem no chão, como se diz na gíria dos detentos, "dormem na praia e de valete". A última cela comporta 3 (três) presos. Nestas três celas da referida galeria, se repete o retrato fatídico e calamitoso das demais celas da primeira galeria, problemas hidráulicos, elétricos e de esgoto.

A Lei de Execuções Penais, determina em seu artigo 104, diz que celas das ***cadeias públicas*** (em negrito e grifado face a explanação contida nos itens anteriores), devem observar as exigências mínimas referidas no artigo 88 da referida lei, ou seja, o preso deve ser alojado em cela individual, que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório e prossegue em seu parágrafo único, letras **a** e **b**, que os requisitos básicos da unidade celular são salubridade e condicionamento térmico adequado à existência humana e **área mínima de 6,00m²** (**seis metros quadrados**). Grifo nosso.

Conforme relatado acima e pelas condições de superlotação, pouca ventilação, temperaturas excessivas decorrentes desta região, não há que se falar em salubridade e condicionamento térmico adequado à existência humana. Adequado talvez para a proliferação de fungos, viroses, bactérias, ratos, baratas e outras espécies típicas da fauna que habita os locais de pouca higiene e salubridade precária. Constantemente os presos adoecem em conseqüência de doenças de pele, do aparelho respiratório e intestinal, isso sem que o estado forneça assistência médica e odontológica nas ***cadeias públicas***. Triste **ananke** destes presos (ananke – palavra grega que significa fatalidade).

A letra **b** do parágrafo único do artigo 88 da Lei de Execuções Penais, determina que a unidade celular deve ter área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados). Afirma no item 98 da Exposição de Motivos da LEP: *"O projeto adota, sem vacilação, a regra de cela individual, com requisitos básicos quanto à salubridade e área mínima. As penitenciárias e cadeias públicas terão, necessariamente, as celas individuais (...)".* Grifo nosso. Segundo Haroldo Caetano da Silva, em Manual de Execução Penal, o "artigo 88 da LEP é norma de aplicação imediata, cogente, devendo ser obrigatoriamente observadas as disposições na elaboração de projetos e na edificação de estabelecimentos penais (...).

Pois então lá vamos nós novamente. No que tange a ala antiga do setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis, todas as celas possuem menos de 6,00m² (seis metros quadrados), sendo que das quatro, apenas uma possui aparelho sanitário e lavatório e que é ocupada por uma única presa, da comarca de Joaquim Távora, onde não existe cela para mulheres. As outras três celas não possuem aparelho sanitário e lavatório, uma das celas abriga um preso maior, já condenado por tráfico de drogas e uma abriga dois menores apreendidos presos. Uma afronta mortal à norma do artigo 88 da LEP, que seria de **aplicação imediata e cogente**.

Dirão talvez os ingênuos de plantão, que estas celas foram construídas antes do advento da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execuções Penais), por isso não preenchem os requisitos mínimos exigidos na norma. É verdade, como é verdade que se a mesma não está adequada às disposições legais, devem sofrer, elas, o efeito da marreta, ou seja, destruição. Nada melhor que o efeito da força do aço nas masmorras que não condizem com a aspiração legal.

Mas o que dizer da ala nova do referido setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis. Sua construção, ocorrida entre os anos de 89/90, já sob a égide da Lei de Execuções Penais, que é de 1.984, possui seis celas de 8,00m² (oito metros quadrados) cada, e que abrigam de três a quatro presos cada. Deveriam abrigar no máximo um preso, no que totalizaria seis presos em toda a parte nova, segundo determina o artigo 88 da LEP. Encontram-se nesta nova ala 20 (vinte) presos, ou seja, mais do que o triplo da capacidade determinada legalmente. Nunca o novo me pareceu tão velho, tão roto, tão mofo.

2.4 – Dos Presos do Setor de Carceragem Temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis

> **"As pessoas legitimamente presas em flagrante delito não deveriam ser mantidas em delegacias de polícia por um período além das 24 horas necessárias para a obtenção de um mandado judicial de prisão provisória. A superlotação das cadeias de prisões provisórias não pode servir de justificativa para se deixar os detentos nas mãos da polícia (onde, de qualquer modo, a condição de superlotação parece ser substancialmente mais grave do que até mesmo em algumas das unidades prisionais mais superlotadas) Human Rights Watch, grifo nosso.**

Conforme se observa no relatório diário, em anexo, o setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis conta hoje com 22 (vinte e dois) presos maiores, ou melhor, corrigindo, 23 (vinte e três) presos, pois a equipe de plantão acaba de prender um

foragido da Colônia Penal Agrícola e 2 (dois) menores internados por medida socioeducativa, totalizando uma população carcerária de 25 (vinte e cinco) pessoas, sendo, 13 (treze) presos condenados, dos quais 9 (nove) em regime fechado e que possuem M.I., para remoção ao Sistema Penitenciário e 2 (dois) condenados que ainda não possuem M.I., embora já tenha sido solicitado por este delegado de polícia, por meio dos ofícios nº 74/04 e 428/04 e um preso recapturado e que é foragido do Sistema Penitenciário de São Paulo, sendo que para este, já está sendo agendada vaga para remoção para a Penitenciária II de Bauru – SP e este último que acaba de ser recapturado e que é foragido da Colônia Penal Agrícola. Os demais presos são provisórios, porém possuem os mesmos direitos e obrigações dos presos condenados.

Portanto, não existe nenhum preso neste setor de carceragem que seja temporário, todos ou são condenados, inclusive com M.I. ou provisórios, portanto de responsabilidade da Seju.

3 – Da Lei de Execuções Penais e os Direitos Nela Elencados:

O artigo 66 da Lei de Execuções Penais discorre sobre a competência do juiz da execução, onde está elencado "zelar pelo correto cumprimento da pena e medida de segurança;" (inciso VI), "inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade;" inciso VII) e "interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal." (inciso VIII).

Assim, cabe ao Juiz da Vara de Execuções penais fiscalizar e zelar pelo correto cumprimento da pena. Trata-se aqui do princípio da legalidade da execução penal, também disposto no artigo 2º da referida lei, pelo qual o processo executivo obedecerá estritamente às disposições legais reguladores da matéria. Só pelo que já foi exposto acima, podemos observar que o princípio da legalidade e o zelo pelo correto cumprimento da pena não vêm sendo cumpridos no Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, posto existirem presos condenados cumprindo sua pena no setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis, setor este alienígena e ilícito, por não estar previsto na Lei de Execuções Penais como estabelecimento penal.

A respeito do princípio da legalidade da execução penal, o item 10 da exposição de motivos assevera: *"*O princípio da legalidade domina o corpo e o espírito do projeto, de forma a impedir que o excesso ou o desvio da execução comprometam a dignidade e a humanidade do direito penal". Desta forma, pelo que se observa, é que os presos que estão cumprindo pena no setor de carceragem da Delegacia de Polícia de Carlópolis, estão sofrendo de excesso na execução de suas penas, por descumprimento também do artigo 3º da LEP, conforme observamos acima e teremos oportunidade de discorrermos mais detalhadamente no decorrer deste.

O artigo 185 da LEP prevê que haverá excesso de execução sempre que algum ato for praticado além dos limites findos na sentença, em normas legais e regulamentares. A doutrina por seu turno define excesso como tudo aquilo que ultrapassa o permitido, o legal, o normal. Oras, se o condenado, mesmo em regime fechado, está cumprindo pena nos setores de carceragem temporária das delegacias de polícia, comprovado está o excesso, em face das condições mínimas destes setores em abrigar condenados, privando-os de alimentação, higiene, saúde, educação, trabalho, espaço físico, assistência médico-odontológica, jurídica, religiosa, etc. Salienta-se ainda, que o excesso também está comprovado nos casos em que os presos condenados em regime fechado já fazem jus a outro, ou seja, semi-aberto (observar a situação dos presos Aristeu Mendonça, João Batista Neves da Silva Junior, Jorge Antonio Ribeiro e Claudemar José Machado, os quais, salvo engano, já possuem direito a progressão de regime) e ainda os que estão condenados a regime semi-aberto e que encontram-se cumprindo pena em regime fechado (observe-se caso do preso José Edi Freire de Lima). Desta forma, a execução da pena no setor de carceragem da Delegacia de Polícia de Carlópolis, caracteriza a prática de ato que ultrapassa as disposições da sentença, devendo de pronto ser rechaçado pela Justiça e pelo Ministério Público.

3.1 – **Da Assistência:**

Nos termos do artigo 11 da Lei de Execuções Penais, a assistência será material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa e deve ser concebida como instrumento de prevenção do delito, da reincidência e de orientação para o retorno ao convívio social. A forma de sua prestação é estabelecida nos artigos 12/37 da Lei de Execuções Penais, de modo que não haja justificativa – por ausência de normatização da questão – para desatenção a esses basilares direitos do preso (art 41, VII, da LEP).

3.2 – Da Assistência Material:

Prescreve a Lei de Execuções Penais, em seu artigo 12, que a assistência material consiste no fornecimento, pelo Estado, de alimentação, vestuário e instalações higiênicas, direitos estes também previstos no artigo 41, inciso I e VII da citada lei, aos quais, os presos do setor de carceragem da Delegacia de Polícia de Carlópolis não têm acesso, por não estarem cumprindo suas penas em estabelecimentos prisionais. Aqui, mais uma vez se vê a diferenciação entre os presos que encontram-se em estabelecimentos penais adequados à lei e os que cumprem suas penas nos setores de carceragem. Plagiando um juiz, distingue-se aqui os presos bonitos e os presos feios. Os presos bonitos são aqueles que cumprem suas penas

nos estabelecimentos penais dispostos na LEP, tendo eles todos os direitos e assistências garantidos dentro destes estabelecimentos, os presos feios, são aqueles que se vêem obrigados a cumprirem suas penas em setores de carceragem imundos, fétidos, superlotados. Os feios são o resíduo da população carcerária (em que pese serem a sua grande maioria), chegados à indigência, são os malévolos mal recompensados, os vencidos do duelo social, os famintos que foram devorados, os miseráveis na dupla e lamentável acepção da palavra, os quase fantasmas do Sistema Penitenciário. São os que foram ajuntados a um canto de imundícies (leia-se setores de carceragem temporária), onde de quando em quando passa a vassoura da justiça.

3.2.1 – Da Alimentação:

'fome mais do que fome
é
terror é
terrorismo
fome mais do que
nome
é
atentado é
crime
contra a
humanidade.
Poema de Moacir Cirne

O artigo 11 e seguintes da LEP diz que é dever do Estado as assistências: material, saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. A assistência material consiste no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. O Estado hoje fornece o valor de R$2,00 (dois reais) de verba à título de pré-de-preso, para a alimentação de presos pobres, para propiciar aos mesmos café da manhã, almoço e jantar (fato este que é ilegal, como verificaremos a seguir). Os setores de carceragem temporária das Delegacias de Policia muitas vezes não possuem cozinheiras, sendo a alimentação preparada ou pelos próprios presos, ou por presos de faxina, com ordem judicial ou pelos próprios investigadores de policia. No caso de Carlópolis, se não fosse a ação samaritana do Conselho da Comunidade de Carlópolis, que fornece uma cozinheira para a realização da alimentação dos presos, talvez não fosse diferente do que em outros setores de carceragem. Cabe aqui algumas indagações, como: Qual o valor nutricional das refeições elaboradas com tão parco recurso *e* a verba do pré de preso existe para fornecimento de alimentação de presos condenados e provisórios ou é uma verba destinada a alimentação do mesmo pelo tempo mínimo necessário durante sua autuação em flagrante e ou a sua remoção para o sistema penitenciário? E se não fosse a atuação do Conselho da Comunidade, que complementa a alimentação, teríamos nos setores de carceragem da Delegacia de Carlópolis uma tropa de presos desnutridos e anêmicos.

Citando Mirabete: "Segundo as Regras Mínimas da ONU, todo o preso deverá receber da Administração, nas horas usuais, uma alimentação de boa qualidade, bem preparada e servida, cujo valor seja suficiente para a manutenção de sua saúde e de suas forças (nº 20.1). O tema de alimentação nas prisões é de grande importância, não só porque o interno tem direito a uma alimentação sã e suficiente para a sua subsistência normal, podendo ressentir-se sua saúde, de sua insuficiência ou baixa qualidade, mas também porque é esse um poderoso fator que pode incidir positiva ou negativamente, conforme o caso, no regime disciplinar dos estabelecimentos penitenciários. Uma boa alimentação não vai fazer feliz um homem que esta na prisão, mas evita os motins e, por isso, a alimentação não deve ser descuidada, mas, pelo contrário, escrupulosamente atendida." (Julio Fabrini Mirabete, Execução Penal: Comentários à Lei 7.210, de 11-7-84, 9ª ed. – Revista e atualizada – São Paulo: Atlas, 2000)

3.2.1.1 – Do Pré de Preso:

Neste tópico aproveito a oportunidade para confessar minha total ignorância referente ao pré-de-preso, respaldando-me somente em brilhante pesquisa realizada por Luiz Pellegrin Neto, Superintendente da Divisão Policial do Interior do Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná, a qual transcrevo:

"Passo a tratar do segundo assunto que, refere-se ao Pré-de-preso, liberado por meio do Fundo Rotativo (Lei nº 10050/92), com recursos alocados no orçamento do Departamento da Polícia Civil, cuja finalidade é a de, no. interior do Estado, alimentar aos presos que encontram-se nos Setores de Carceragens Temporárias das Delegacias de Polícia.

Diga-se, recurso este irrisório e aviltante para os fins e que se destina, ou seja, fornecer, nas Delegacias de Polícia, três refeições diárias aos presos (temporários e condenados), para isto, sendo liberados trimestralmente R$2,00 (dois reais) por preso/dia.

Para os gestores/recebedores evidentemente que nada significa, mas para o Estado a soma é volumosa, se efetuarmos o cálculo pela média de 6.500 presos. Assim para um e para o outro não atende a finalidade.

Desta forma, dando busca à legislação não encontrei lei que autorize tal ato.

Encontrei sim, aquela em que se baseou o Administrador para a perenização da ilegalidade, a Lei nº 111, de 14 de outubro de 1948, publicada no dia 15-10-1948 revogada em virtude do Art. 150 da Emenda Constitucional nº 3, de 29-5-1971 e do Decreto nº 698 de 19-8-1971, quando da criação da Secretaria da Justiça.

Tratam ainda do mesmo tema os Decretos nºs 2.101/93; 1.476, e a Resolução 132/96, equivocadamente, pautados na lei supra mencionada.

Portanto, desde o ano de 1971 até o ano de 2000, quando, por dois anos, houve a criação da Secreta-

ria de Estado de Segurança, Justiça e da Cidadania, fundindo as atribuições das referidas Secretarias, não há prescrição legal, até a presente data, que autorize qualquer despesa que diga respeito aos presos sob qualquer regime prisional nas Delegacias de Polícia deste Departamento.

Diante disso, entendo, s.m.j.. se não existe previsão legal, também não existe dotação orçamentária quer pela Secretaria de Segurança Pública, quer pela Secretaria Estadual de Justiça no que tange a verba de pré-de-preso, destinada a alimentação de presos nos setores de carceragem da Policia Civil do Paraná, existindo portanto, a prática **in thesis** de improbidade administrativa.

3.2.2 – Do Vestuário:

> **"Forçados a conseguir seus próprios colchões, roupas de cama, vestimentas e produtos de higiene pessoal, muitos presos dependem do apoio de suas famílias ou de outros de fora dos presídios. A luta por espaço e a falta de provisão básica por parte das autoridades leva à exploração dos presos por eles mesmos. Assim, um preso sem dinheiro ou apoio familiar é vítima de outros presos." (HRW: O Brasil atrás das grades – condições)**

No que tange a vestuário, inexistem verbas para tal no setor de carceragem da Delegacia de Polícia, assim como inexistem colchões e roupas de cama fornecidas pelo estado. Colchões quando existem, são doações efetuadas pela sociedade, através do Conselho da Comunidade de Carlópolis. Os colchões, geralmente velhos e que vão passando de preso para preso, junto com os mesmos, vão passando também as micoses, as pulgas e os percevejos. Bem diferente do que determina o parágrafo 2º do artigo 8º da Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que estabelece Regras Mínimas para o Tratamento de Preso no Brasil, que diz que "o preso disporá de cama individual, provida de roupas, mantidas e mudadas correta e regularmente, a fim de assegurar condições básicas de Limpeza e conforto". Sem falar nos presos que "dormem na praia e de valete." Traduzindo: no chão, geralmente sem colchão, com apenas um cobertor pega-pulgas e um preso cheirando o chulé do outro, porque "malandro não dorme de rosto colado com malandro." Perdoem minha linguagem politicamente incorreta, mas hoje os politicamente corretos são escravos da omissão e do conformismo.

3.2.3 – Instalações Higiênicas:

> **"Vocês vão ver é como um depósito de lixo: os presos aqui foram descartados como lixo. As condições são subumanas. Podes escrever mesmo: "subumanas" (HRW: O Brasil atrás das grades — Delegacias de Polícia)**

Instalações higiênicas deveriam ser constituídas de chuveiro, pia e vaso sanitário e deveriam ser constituídas de tal forma que se mantivesse a privacidade do preso. Em nosso setor de carceragem existem celas sem banheiros e nas que existem banheiros não há um mínimo de privacidade, como pode-se observar nas fotos em anexo e se é que podemos chamar as mesmas de "instalações higiênicas".

Vale lembrar, que o artigo 42 da LEP, determina que se aplicam os direitos previstos no artigo 41 da mesma, tanto aos presos provisórios e condenados.

3.2.4 – Demais Assistências e Direitos:

Acredito nem valer a pena discorrer sobre o direito que os presos tem a assistência à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, para não perdermos tempo em divagações e leituras para concluirmos que tais assistências inexistem, por parte do estado no setor de carceragem da Delegacia de Policia de Carlópolis.

Dos 23 (vinte e três) presos existentes no setor de carceragem temporária da Delegacia de Policia de Carlópolis, 13 (treze) possuem condenação, sendo um condenado ao regime semi-aberto e 4 (quatro), acredito eu, que já teriam direito a progressão para o regime semi-aberto e que deveriam estar na Colônia Penal Agrícola, passível a situação destes de **habeas corpus**, em face de estarem cumprindo em regime fechado, ou seja, com maior rigor, a pena imposta.

Existem ainda 3 (três) menores apreendidos no setor de carceragem temporária da Delegacia de Carlópolis, cumprindo medida sócio-educativa, os quais deveriam estar em unidades educacionais próprias.

Finalmente, para tomar mais obscuro o inferno de Dante, um dos presos existentes no setor de carceragem temporária da Delegacia é aidético e deveria estar em um estabelecimento prisional que propiciasse atendimento e tratamento médico adequado a sua saúde ou ao que ainda resta dela.

4 – Do Efetivo Policial Civil Disponível

Inicialmente, cumpre salientar que a Polícia Militar não faz a guarda externa no setor de carceragem da Delegacia de Polícia de Carlópolis.

Hoje a Delegacia de Polícia Civil conta com quatro investigadores de policia lotados nesta unidade, realizando os mesmos escala de plantio de 12/36 horas,

conforme determinação do Senhor Delegado Geral da Policia Civil.

Portando, a cada período de 12 horas, permanece um único investigador de policia pana realização dos trabalhos de vigilância, atendimento aos presos, além de atendimento ao público, registro de ocorrência, cumprimento de ordens de serviços, intimações, investigações e escolta de presos para audiência.

Ora, não é preciso fazer muito esforço, para perceber que as funções de polícia judiciária ficam totalmente prejudicados, em face de os quatro investigadores, lotados nesta Delegacia, exercem exclusivamente as funções de carceragem e escolta de presos, função para a qual não foram treinados. Cabe aqui, também um simples raciocínio, o investigador de policia prende alguém pela manhã, após intensa investigação. Logo após, o mesmo policial tem que entrar nas galerias para fechar os presos nas celas, levar as marmitas de alimentação, abrir novamente as celas para que recebam as visitas de familiares, abrir o solário para colocá-los no sol. Imagine o que passa pela cabeça daquele preso e pior, pela cabeça do policial civil. Tem razão Haroldo Caetano da Silva, conforme já exposto acima, e que de forma educada, optou não pela inaptidão do policial, mas pelo desvio de função.

Ser policial é uma profissão de fé e abdicações, onde é preciso ter talento e aptidão nata e acima de tudo treinamento. Qual treinamento receberam nossos investigadores para o desempenho das atividades penitenciárias?

Cabe aqui comentar uma lenda existente na mitologia grega que fala sobre Prometeu, que é representado como o amigo da humanidade e sempre agiu em defesa desta, ensinando aos homens a civilização e as artes. Ao assim fazer desobedeceu as ordens de Júpiter e tornou-se ele próprio alvo da ira do rei dos deuses e dos homens. Júpiter mandou acorrentá-lo num rochedo do Cáucaso, onde um abutre lhe arrancava o fígado, que se renovava a medida que era devorado, tortura poderia terminar a qualquer momento, se prometeu se resignasse e se arrependesse de ter sido amigo dos homens. Porém, não se rebaixou a fazê-lo. Tornou-se, assim, símbolo da abnegada resistência a um sofrimento imerecido e da força de vontade de resistir a opressão.

Assim têm sido nossos policiais civis.

Titã no exercício de sua função, mesmo para aquelas que não foi treinado. Deixou de ser um colecionador de provas, um coletor de evidências; um historiador de seu tempo, em busca da verdade real sobre um crime;

Deixou de ser um coletor de evidências visando a elucidação dos fatos;

Deixou a recuperação de bens e a prisão dos marginais, para exercer essencialmente as funções de carcereiro;

Que prêmio merece?

Nenhum.

Apenas um profundo e silente sofrimento

Tal como Prometeu da mitologia

Cabe a ti

O abutre, a corrente, a rocha

E o orgulho de sofrer sem um lamento.

Concluo, neste tópico, que o número de policiais civis existentes nesta unidade é insuficiente para as atividades carcerárias necessária para 23 (vinte e três) presos e 2 (dois) menores apreendidos, além de ser flagrante o desvio de função.

5 – Dos Mandados de Intimação Expedidos Pela Vep

Conforme pode-se observar nos Mandados de Intimação (MI) expedidos pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Ferreira do Valle, MM. Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Londrina, consta nos ofícios de comunicação *e* autorização de remoção de presos para *o* Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

De posse dos respectivos MI, esta autoridade policial oficiou do Diretor da Penitenciária Estadual de Londrina e o Coordenador Geral do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, solicitando a remoção dos mesmos, porém as respostas sempre são as mesmas, falta de vagas no sistema penitenciário.

Oras, como bem observou o Dr.Paulo Ernesto Araújo Cunha, em ofício nº 198/04, "Verifica-se que o princípio da isonomia, em se falando de agendamento, não é observado quando se trata de Unidades Policiais Civis, pois não pode a Autoridade Policial, quando da chegada da vítima, testemunhas, indiciados e condutor na Delegacia de Policia, apanhar sua agenda e dizer-lhes: – "por falta de vagas no Setor de Carceragem Temporária desta Delegacia de Polícia, retornem às suas residências que quando houver vagas para prender eu lhes chamo..." . Apesar a carceragem estar lotadas de presos que já deveriam encontrar-se em Estabelecimentos Penais (Cadeias Públicas ou Penitenciárias).

Ou seja, o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná pode alegar falta de vagas, enquanto os setores de carceragem das delegacias de policia são obrigadas a receber e manter presos condenados e provisórios infinitas vezes mais do que a sua capacidade e condições. Além de ilegal é extremamente injusto, pelos motivos acima já expostos, pois o Sistema Penitenciário possui condições legais, físicas, pessoas, treinamento e etc., para cumprir a Lei de Execuções Penais, não recebendo os presos sob a simples alegação de falta de vagas enquanto os setores de carceragem temporária das Delegacias de Polícias, carentes de quaisquer das condições impostas pela LEP, não podem alegar nada, para não receberem presos. O Estado, administrador da execução penal, esta sendo extremamente injusto, não só com os presos, como com a falta de consideração e respeito aos servidores da policia civil.

6 – Do Ministério Público Como Fiscal da Lei

Segundo o disposto no art. 127 da Constituição Federal, "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-

lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

Assim como nos demais campos de atuação, também na execução penal a atividade ministerial orientar-se-á segundo a sua destinação constitucional e, como a defesa do regime democrático pressupõe o cumprimento das leis e respeito aos direitos individuais do cidadão, deverá o Ministério Público estar atento aos princípios norteadores da execução penal que, fundamentalmente, tem por objetivo, como informa o art. 1º da LEP, "efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado". Desta firma, cabe ao Ministério Público, como fiscal da lei, buscar todos os meios necessários para a efetivação da execução penal dentro dos limites da legalidade. Para tanto, a própria LEP, em seu art. 68, inciso II, o qual não tem caráter exaustivo, atribui ao Ministério Público a incumbência de requerer "todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo". No caso em tela e pelo flagrante desrespeito a LEP, por parte da SEJU e do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, em não receber presos condenados e com M.I. já expedidos, cabe ao Ministério Público, como fiscal da lei, acionar o Poder Judiciário, através de ação civil publica, contra o Estado do Paraná, objetivando a remoção dos presos condenados por sentença transitada em julgado, para o sistema penitenciário, bem como com relação aos presos provisórios, os quais devem ser removidos para a Cadeia Publicado Ahú, por inexistir nesta comarca Cadeia Pública, conforme explanações acima, bem como em face da Lei de Execuções Penais prever que os preços provisórios possuem os mesmos direitos dos presos condenados.

7 – Ações Civis Públicas

Lei nº 7347/85

"Art. 1º Regem-se pelas disposições desta lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causado:

IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

> "Art, 3º – A Ação Civil Pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento em obrigação de fazer ou não fazer".
>
> "Art. 5º A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público,…"
>
> "Art. 11º Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a concessão da atividade nociva, sob pena de execução especifica, ou de cominação de multa diária, se esta não for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor".
>
> "Art. 12º Poderá o juiz conceder liminar, com ou sem justificativa prévia, em decisão, sujeita a agravo."

Segundo o magistério de José Carlos Barbosa, ao se referir á tutela preventiva dos interesses coletivos ou difusos: "Se a justificativa civil tem aí um papel a desempenhar, ele será necessariamente o de prover no sentido de prevenir ofensas a tais interesses, ou de pelo menos fazê-las cessar o mais depressa possível e evitar-lhes a repetição; nunca o de simplesmente oferecer aos interessados o pífio consolo de uma indenização que de modo nenhum os compensaria adequadamente do prejuízo acaso sofrido, insuscetível de medir-se com o metro da pecúnia" (Temas de Direito Processual, Saraiva, 1988, p.24).

Evidenciado esta pelo entendimento doutrinário, que utiliza entre outros exemplos os "investidores no mercado de valores imobiliário ou o direito dos alunos de determinado curso", que os direitos ora em questão se enquadram dentre aqueles defendidos pelos legitimados para ajuizar ações civis públicas, dentre os quais destaca-se o Ministério Público.

Rodolfo Camargo Mancuso, ensina que: "A legitimidade ativa para agir, em sua acepção tradicional, de cunho individualístico, tem sido entendida como a coincidência ou a pertinência entre a titularidade de um direito ou de uma situação de vantagem e a pessoa que, na ação, ocupa o pólo ativo. Essa pessoa toma-se legitimada, porque é ela a detentor do poder de fazer valer em Juízo aquele direito ou aquela situação. Em se tratando de interesses difusos, que – por definição – não comportam apropriação em termos de exclusividade, a justa pane não pode ser buscada nesta relação de titularidade; ela será reconhecida em função de elementos objetivos: relevância social desses interesses, urgência da tutela, aptidão, idoneidade, adequação de quem se apresente como seu portador ou representante. É o que na disciplina das **class actions**, denomina-se **adequacy of representation".**

A situação do setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis atenta tanto conta os direitos fundamentais dos detentos, conforme já foi comentado, quanto a segurança pública de todos os habitantes desta comarca, assim como aos turistas, posto que a mesma é conhecida pela sua tranqüilidade e pelo seu potencial turístico, tanto que nos finais de semana, existe uma população turística superior a três mil pessoas, quem vêm para cá usufruir de suas belezas naturais, pesca e tranqüilidade.

O artigo 144 da Magna Carta estabelece que a segurança pública é dever do Estado, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

O Estado do Paraná, portanto, está em débito com a população de Carlópolis no que pertine ao cumprimento de seu dever de prover a segurança pública, no que diz respeito aos presos condenados e provisórios e que permanecem no setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia local.

E é isto que queremos demonstrar no presente ofício, onde por um lado defende o interesse da comu-

nidade que tem direito à segurança pública, por outro defende também os direitos coletivos dos detidos no setor de carceragem temporária local.

De fato, à comunidade de Carlópolis possui o direito difuso à segurança pública, do qual são titulares pessoas indeterminadas (os residentes e os turistas) ligadas por circunstancias de fato (ausência de segurança pública em razão da inadequação das instalações do setor de carceragem local e de urna superpopulação carcerária muito acima do aceitável).

Já aos detentos, obrigados a suportar a vida em condições insalubres, corresponde direito coletivo, cujo titular é o grupo de pessoas (detentos condenados, provisórios, presentes, passados e eventuais) ligados entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídico base (a sujeição de todos ao poder executório-penal do Estado).

Tanto em um como no outro caso é o Ministério Público legitimado a pleitear em juízo o cumprimento das normas que salvaguardam direitos difusos e coletivos. Tal decorre de uma série de dispositivos legais, inclusive constitucionais, abaixo transcritos:

Constituição Federal –

Art. 129 – São funções institucionais do Ministério Público:

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; ”

Interpretando-se o artigo 6º do CPC pátrio em forma liberal, por modo a acomodá-lo à norma dos interesses (legítimos, difusos) e não somente dos direitos subjetivos, chega-se á conclusão de que a Legitimação estabelecida no artigo 5º da Lei nº 7.347/85 em sede de interesses difusos é de tipo ordinário, porque daquela exegese sistemática e teleológica resultará que o Ministério Público, os entes políticos, seus órgãos descentralizados e as associações receberão poder de agir na justiça, em nome próprio, defendendo interesses que lhes são próprios, embora em temos de colegitimação, a saber os interesses difusos socialmente relevantes, que estão incumbidos de tutelar.” (Rodolfo de Camargo Mancuso, Interesses Difusos –Conceito e Legitimação para Agir, 4 ed., E.RT, 1997)

7.1 – Do Foro Competente:

O art. 2º da Lei nº 7347/85 estabelece o foro competente para o conhecimento da Ação Civil Pública, prescrevendo: “As ações previstas nesta lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa

7.2 – Da Liminar:

Conforme foi exposto acima, o setor de carceragem da Delegacia de Policia de Carlópolis não é, nos termos da LEP cadeia pública ou penitenciária ou minipresídio e deveria abrigar apenas presos temporários, pelo prazo máximo de 24 horas, porém abriga presos condenados e presos provisórios, os quais, conforme determinações da citada lei, têm os mesmos direitos dos presos condenados.

Sabe-se que boa parte dos problemas causados com a superpopulação do setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis, fato que acentua a precariedade do prédio usado para a custódia de detidos, é a presença, na comarca, de pessoas já condenadas, em razão da alegada lotação das penitenciárias.

A população está e sente-se insegura e os detentos estão sofrendo danos de ordem moral e até com reflexos patrimoniais. De outra pane, não há como manter-se uma divisão ou separação de presos provisórios, condenados, de forma que corre-se o risco de misturar-se presos perigosos com cidadãos eventualmente detidos/segregados provisoriamente.

De outra parte, e que se afigura mais grave, não tem o Estado encontrado alternativas eficazes à remoção de presos condenados e provisórios para os estabelecimentos penais adequados. A simples demora já é o bastante para que condenados definitivos a regime fechado tenham que cumprir suas penas em um estabelecimento impróprio, inadequado e extremamente degradante e de péssimas condições. O mesmo diga-se dos presos provisórios. Pior que isso é a possibilidade constate de fugas nos setores de carceragem, que sem sombra de dúvidas coloca a sociedade sob alerta de perigo, num verdadeiro clima de pavor.

Assim, existindo “fumaça do bom direito” – figura de linguagem inapropriada para fazer referência às diversas normas, algumas de natureza constitucional acima transcritas, bem como “perigo na demora” da prestação jurisdicional, perigo este caracterizado pela sempre iminente possibilidade de evasões de presos, cometimento de outros crimes no interior do setor de carceragem, péssimas condições de segurança no setor de carceragem temporária, solicita que na ação civil pública, seja requerido a concessão de medida liminar, sem justificativa prévia, consistente na disponibilização de vagas e imediata remoção pelos órgãos competentes do Estado do Paraná de todos os presos condenados e provisórios (conforme Relatório Diário de Presos em anexo) e que se encontram irregularmente no setor de carceragem temporária desta delegacia e que na esteira do pedido de liminar seja requerido se imponha, no caso de não cumprimento da ordem liminar, nos termos do artigo 12 da Lei n° 7.347/85, multa diária no valor de R$1.000,00 (mil reais) destinado ao Fundo Penitenciário, por cada preso condenado e provisório que não for transferido para estabelecimento penal adequado.

8 – Do Requerimento:

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência, como fiscal da lei e pelos fatos e fundamentos acima expostos:

a) Seja impetrada Ação Civil Pública, Contra o Estado do Paraná, com fundamento na Leis n° 8.625/93, n° 7.347/85 e n° 7.210/84, com pedido de liminar sem justificativa prévia para a remoção de todos os presos condenados para a Penitenciária Estadual de Londrina, ou qualquer outra que o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná viabilizar vagas e os presos provisórios, para a Cadeia Pública do Ahú, em Curitiba, constantes do Relatório Diário de Presos em anexo, sob pena de pagamento de multa diária, em dinheiro, em valor a ser fixado pelo Juiz, dentro de parâmetros que possam coagir o Estado ao cumprimento da obrigação estipulada, com lastro nos artigos 11 da Lei n° 7.347/85 e 461 do Código de Processo Civil;

b) A concessão de antecipação de tutela, consistente na imediata e cabal proibição de encaminhamento de toda e qualquer pessoa presa ou detida para o setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis, sob pena de pagamento de multa diária em dinheiro, em valor a ser fixado pelo Juiz, dentro de parâmetros que possam coagir o Estado ao cumprimento da obrigação estipulada com lastro nos artigos 11 da Lei nº 7.347/85 e 461 do Código de Processo Civil;

c) Na mesma Ação Civil Pública seja solicitado à condenação do Estado do Paraná a obrigação de não fazer, consistente na proibição futura de destinação, remoção ou transferência de presos para o setor de carceragem temporária da Delegacia de Polícia de Carlópolis, sem condições pelos atos acima expostos, objetivando-se desta forma evitar a renovação da presente situação;

d) Seja comunicado o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais e de Execuções Penais, para tomarem ciência e as medidas legais cabíveis a respeito dos fatos acima expostos;

e) Seja oficiado para as devidas providências os seguintes órgãos: a) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; b) Departamento Penitenciário Nacional, órgão do Ministério da Justiça; c) ao Conselho Penitenciário do Estado do Paraná; d) ás Varas de Execuções Penais de todo o Estado do Paraná; e) ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que encaminhe cópia da presente situação a Comissão de Direitos Humanos; f) ao Presidente da Câmara dos Deputados, para que encaminhe cópia da presente situação a Comissão de Direitos Humanos daquela casa; g) a ONG Human Rights Watch de Direitos Humanos,

Na oportunidade, apresento a vossa excelência, protestos de elevada estima e apreço. – **Ivonei Oscar da Silva,** Delegado de Polícia.

Encaminhe-se à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, nos termos do art. 32, inciso VIII, alínea **a**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Oficie-se ao ilustre Procurador-Geral de Justiça do **Parquet** do Estado do Paraná e, após, **publique-se.**

Brasília, 24 de setembro de 2004. – **João Paulo Cunha,** Presidente.

Ofício nº 249/2004

Rio de Janeiro/RJ, 19 de julho de 2004

Ao
Exmº Senhor Presidente
Da Câmara dos Deputados Federal/CPI
Praça dos Três Poderse, Gabinete 648/Anexo 4
CEP: 70160-900 Brasília/DF
Ref.: Peça de Informacão nº MP 6354/01
(favor mencionar a referência acima ao responder)

Senhor Presidente,

Reiterando o termo do ofício nº 64/2004 de de 1º de março de 2004 e visando instruir o procedimento em epígrafe, sirvo-me do presente para solicitar a V. Exª., que informe a esta Promotoria de Investigação Penal a origem ou fonte das "Notícias" referidas no item "N" do relatório final da CPI do narcotráfico, que indicavam a ligação do ex-Deputado Federal Sérgio Naya com tráfico ilício de entorpecentes.

Na oportunidade, apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **José Antonio O. Bernardez**, Promotor de Justiça, Mat. 2266.

DIRETORIA LEGISLATIVA

Em 12-8-2004

À Senhora Diretora do Centro de Documentação e Informação, para providências.

Atenciosamente, – **Afrísio Vieira Lima Filho**, Diretor Legislativo

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Processo nº 118.162/2004

Em13-8-2004

À Coordenação de Arquivo para instruir o processo. – **Nelda Mendonça Raulino,** Diretora

COORDENAÇÃO DE ARQUIVO

Em 24-8-2004

Ao Centro de Documentação e Informação, encaminhando, conforme listagem juntada a este processo e, com cópia dos documentos relativos ao item "N" do relatório final da CPI do Narcotráfico contidas em envelope anexo. – **Mônica Eva Pacheco Schaper**, Diretora-Substituta

Processo nº 118.162/2004
(listagem cópia dos documentos, que seguem em anexo)

	Documento
1	Requerimento, de 12-4-00, da Deputada Laura Carneiro, solicitando ao Juiz do Caso Sérgio Naya acesso aos dados obtidos no exame de computador apreendido, que contém matéria de interesse da Comissão.
2	Of.1701/00-Pres., aos Juizes de Direito da 33ª Vara Criminal do RJ, da 4ª Vara de Falências do RJ e da 23ª Vara Criminal do RJ, solicitando cópias dos dados constantes do HD-winchester do microcomputador apreendido na sede da empresa SERSAN, de responsabilidade do ex-Deputado Sérgio Naya.
3	Ofício nº 1701/00-Pres., ao Juiz de Direito da 33ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, Sr. Heraldo Saturnino de Oliveira, solicitando dados constantes do HD do microcomputador apreendido na sede da empresa SERSAN, de responsabilidade do ex-Deputado Sérgio Naya.
4	Of. 1436/00, de 14-4-00, do Juiz de Direito/RJ, Sr. Heraldo Saturnino de Oliveira, informando que não apreendeu, não determinou a apreensão e não tem em seu poder computador da empresa SERSAN.
5	Ofício nº 1702/00-Pres., ao Juiz de Direito da 4º Vara de Falências do Rio de Janeiro, Dr. Marcel Laguna Duque Estrada, solicitando que sejam fornecidos os dados constantes no HD do microcomputador da empresa SERSAN, de responsabilidade do ex-Deputado Sérgio Naya.
6	Of.1679/00-Pres., à Sra. Denise Rolins, solicitando fornecimento de dados constantes no HD do microcomputador apreendido nos dias 3 e 4-3-98 na sede da empresa SERSAN.
7	Of.1848/00, de 19-4-00, do Sr. Joel Pereira dos Santos, Juiz de Direito, informando não constar dos autos da Queixa Crime nº 2000.001.036238-0, movida por Sérgio Augusto Naya contra Nélio Soares de Andrade, a unidade de informática referenciada no citado ofício, o que impossibilita o encaminhamento dos dados solicitados.
8	Of.1823/00-Pres., ao Dep. Michel Temer, solicitando a dispensa das atividades de Casa do Dep. Paulo Baltazar para acompanhar a abertura de um microcomputador, da empresa SERSAN, no Rio de Janeiro.
9	Autorização da Deputada Elcione Barbalho ao Sr. Itabajara Catta Preta Filho, para representar a CPI no ato de abertura e verificação do conteúdo do computador da Sersan e receber cópia integral do conteúdo do HD do equipamento.
10	Ata de comparecimento ao ato de abertura do computador da SERSAN/MATERSAN, perante o Juiz Marcel Laguna Duque Estrada, do Rio de Janeiro.
11	Of.1881/00-Pres., ao Sr. Eustáquio Márcio de Oliveira, Diretor do INC/DPF, solicitando que seja feita a leitura das informações encontradas no disco rígido do computador apreendido na sede da empresa SERSAN.
12	Of.2155/00-Pres., de 16-5-00, ao Sr. Eustáquio Márcio de Oliveira, Diretor do INC/DPF, solicitando o relatório do HD do computador apreendido na sede da empresa SERSAN, caso Sérgio Naya.
13	Of.2368/00-Pres., ao Setor de Crimes por Computadores, Sr. André Caricati, encaminhando cópia do software que se destina exclusivamente à cópia dos dados contidos no HD do microcomputador apreendido na sede da empresa Sersan atualmente sob a responsabilidade do Instituto.
14	Of. nº1236/00 - INC, do Eustáquio Márcio de Oliveira, Diretor do Instituto Nacional de Criminalistica, encaminhando o Laudo nº793/00 - INC, de 2-6-00, referente a exame em mídia de armazenamento computacional, acompanhado do material examinado devidamente lacrado e rubricado.
15	Laudo nº793/00 - INC, de 2-6-00. Laudo de exame em mídia de armazenamento computacional.
16	Of.1562/00-INC, do Diretor do Instituto Nacional de Criminalistica, Sr. Eustáquio Márcio de Oliveira, encaminhando o Memo.165/00-SECC/INC, devolvendo a cópia do software adobe acrobat 4.0.

Publique-se. Oficie-se. Arquive-se nos autos da CPI.

Em 24/09/2004.

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Ofício nº 769/04 – CI

Foz do Iguaçu, 18 de agosto de 2004

Excelentíssimo Senhor João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional
Ed. Principal, Praça dos Três Poderes
Brasília – DF
70160-900

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Em razão da gravidade dos fatos ocorridos, encaminho a Vossa Excelência, para eventuais providências que entender cabíveis, cópia das atas das audiências realizadas nos autos de Ação Civil Pública nº 87.1018182-2, em que é autor o Ministério Público Federal e réus a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Respeitosamente. – **Rony Ferreira,** Juiz Federal.

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 21 de agosto de 2001, às 14h00min, na sala de audiências da 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, onde encontrava-se presente o Excelentíssimo Juiz Federal, Dr. Rony Ferreira, comigo, Celso Rogério Mochi, Técnico Judiciário, foi procedida à abertura da audiência, observadas as formalidades legais, nos autos da **Ação Diversa nº 87.101.8182-2.**

Apregoadas as partes, verificou-se a presença do **Dr. João Facundo Celestino de Oliveira**, Advogado da União, do **Dr. Salvador Oliva Neto**, Procurador Federal, representante do IBAMA, do **Dr. Carlos Alberto de Queiroz Barreto**, Procurador Federal, representante da FUNAI, dos **Srs. Reinaldo Cesar Santos Zuardi, Mario Fuyo Terajima e Vinícius Kaminski Milazzo**, integrantes da Comissão de Reflorestamento da Reserva Indígena de Ocoy, do **Sr. Vladinei Tadeu da Silva**, Administrador Executivo Regional da FUNAI em Guarapuava/PR, e do **Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior**, Procurador da República.

Os debates foram iniciados pelo Juízo, que reportando-se aos documentos juntados pelo IBAMA e FUNAI indagou às partes qual o caminho a ser adotado no que respeita ao reflorestamento da área, tendo em vista que o cumprimento deste item da sentença acaba sendo prejudicial aos indígenas, segundo apuraram os técnicos do IBAMA e FUNAI. Em seguida fizeram uso da palavra os técnicos do IBAMA e FUNAI, bem como MPF e o Procurador da FUNAI, sendo que diante das dificuldades apontadas nos relatórios as partes envolvidas concluíram nos seguintes termos:

1) Antes de se dar cumprimento ao comando da sentença, de promover o reflorestamento da reserva indígena, a FUNAI apresentará ao MPF e ao Juízo, em seis meses, contados da data desta audiência, um laudo antropológico dos avá-guarani. Com tal laudo, voltarão as partes a se reunir extraprocessualmente para analisar qual o caminho a seguir e, sendo necessário, solicitarão audiência em juízo;

Fica acertado que a comissão formada por membros do IBAMA e FUNAI acompanhará os trabalhos do laudo antropológico.

Ainda com relação ao laudo antropológico, nada obstante a representação da FUNAI nesta audiência, requer o MPF seja oficiado a seu Presidente sobre a urgência e necessidade de tal estudo, alertando-o sobre o prazo para a entrega.

2) Sem prejuízo da providência anterior, ficam mantidas as comissões e fica mantido o dever do IBAMA e da FUNAI de fornecer trimestralmente ao MPF relatórios comprobatórios de fiscalização da reserva indígena;

3) O MPF concorda em fixar como termo de cessação da mora da obrigação de fazer o dia 24 de janeiro de 2001, data essa em que apresentou sua execução em relação ao

período compreendido entre agosto de 2000 e janeiro de 2001, consoante petição das folhas 1094/1095. Fica suspensa, portanto, a multa diária a partir de 24 de janeiro, voltando a incidir se não apresentado o laudo antropológico no prazo fixado no item 1 esta deliberação.

4) Com relação aos honorários do perito, o IBAMA salienta que depositará nesta data metade do valor devido, atualizado monetariamente. Quanto à FUNAI, alega a mesma não ter verba para pagamento. Nada obstante, o Procurador presente se compromete verificar se possui orçamento disponível para tanto, e no prazo de quinze dias peticionará nos autos informando se pagará sua metade voluntariamente.

Nada mais havendo, encerrou-se esta ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, Celso Rogério Mochi, a digitei e a assino.

MM. Juiz Federal

Procurador da República

Advogado da União

Procurador Federal/IBAMA

Procurador Federal/FUNAI

Administrador Executivo do FUNAI

Comissão de Reflorestamento

ATA DE AUDIÊNCIA

Autos nº : **87.1018182-2 - ACAO DIVERSA**
Data : terça-feira, 17 de agosto de 2004
Horário : 14:00
Local : Sala de Audiências da Segunda Vara Federal de Foz do Iguaçu/PR
Juiz : Rony Ferreira
Autor/a/s/es : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
Proc/Rep : Dr(a) JORGE IRAJA LOURO SODRÉ
Ré/u/s : FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI
Proc/Repre/a/s: Dr(a). DERLI CARDOZO FIUZA
Antrop/Funai : MARIA LUCIA BRANT DE CARVALHO - AUSENTE
Proc/IBAMA : DR. MARCELO ALBERTO GORSKI BORGES
FUNAI/Gpuava : WILLIAMS SILVA AMANCIO

Aberta a audiência, constatou-se a ausência da Antropóloga da FUNAI (Maria Lúcia Brant de Carvalho); presentes o Procurador da FUNAI, o Procurador da República, o Chefe do Setor Administrativo da FUNAI em Guarapuava e também o Procurador do IBAMA.

Iniciados os trabalhos, pelo Juízo foi lamentado o descaso da FUNAI, pois passados três anos da Audiência que concluiu pela necessidade do Laudo Antropológico, até o momento NADA FOI APRESENTADO PELA FUNAI, exceto sucessivas desculpas desprovidas de fundamentos plausíveis. Tal inércia tem exposto os indígenas ao total abandono e relegados à própria sorte, inclusive passando fome atualmente.

Dada a palavra ao Chefe Administrativo da Funai em Guarapuava-PR, Sr; Willianma Silva Amâncio, disse esse que teria falado por telefone minutos antes da audiência com a Antropóloga encarregada do Laudo, tendo essa dito que ainda não concluiu o Laudo, e que necessitaria de mais um ano para concluí-lo. Segundo o representante da Funai, disse-lhe ainda a Antropóloga que teria mantido contato com o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador Jorge Irajá, e que estaria entabulando conversas para obter dilação do prazo para entrega do Laudo.

Dada a palavra ao Dr. Jorge Irajá, Procurador da República, disse esse que efetivamente manteve contato com a Antropóloga, tendo essa dito não ter concluído o Laudo, e que necessitaria de mais prazo para tanto.

Em seguida, pelo MPF foi dito que concorda com a dilação do prazo para entrega do Laudo, PELO PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 03 (Três) MESES, posto que faz TRÊS ANOS QUE O PRAZO SE INICIOU, não havendo razoes plausíveis para concessão de prazo maior do que três meses.

PELO IBAMA foi requerido que os relatórios sob sua responsabilidade deixem de ser TRIMESTRAIS e passem a ser SEMESTRAIS, haja vista dificuldades materiais e pessoais enfrentada pelo IBAMA no PR. O MPF DISCORDOU do pedido.

Pelo Juízo foi decidido:

1) Com relação ao LAUDO ANTROPOLOGICO, ante a concordância do MPF, concedo o prazo improrrogável de TRES MESES PARA SUA ENTREGA, prazo este que se inicia a partir da presente AUDIENCIA, ficando certo, ainda, que a não entrega do LAUDO pela Antropóloga será entendido como desobediência a ordem judicial, passível de prisão por consistir crime tipificado no Código Penal Brasileiro. Referido Laudo deverá ser juntado a estes autos dentro do prazo ora definido.

1.1) Com cópia da ata desta audiência dê-se ciência por Ofício ao Presidente da República, ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara, ao Presidente da Funai, ao Presidente do Ibama, ao Ministro do Meio Ambiente e ao Ministro da Justiça.

1.2) Sem prejuízo da FUNAI já sair intimada NESTA AUDIENCIA, intime-se PESSOALMENTE a ANTROPOLOGA MARIA LUCIA BRANT DE CARVALHO. Saliento, contudo, que o prazo de três meses será contado desta audiência, e não da intimação da Antropóloga.

2) Indefiro o pedido feito pelo IBAMA, pois a trimestralidade determinada é razoável, não sendo crível que o IBAMA não disponha de recursos materiais e humanos para

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU

elaborar relatórios de relativa simplicidade, pois consistentes em mera constatação da situação ambiental da reserva indígena.

Nada mais havendo para constar, foi dado por encerrado o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado. Para constar, eu, Everton José Borges, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevo.

Juiz Federal

Procurador(a) da República
AUSENTE

Maria Lúcia Brant de Carvalho/FUNAI

Willams Silva Augusto

Prod. Reprod. de FUNAI
AUSENTE

Maria Lúcia Brant de Carvalho/FUNAI

Procurador do IBAMA

Às Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Oficie-se e, após, publique-se.
Em 24/9/04

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

CODEPIN/1/04

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2004

Excelentíssimo Senhor
João Paulo Cunha
Digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados

Excelentíssimo Senhor,

Sentindo-nos honrados em participar da Comissão Estadual de Defesa da Propriedade Intelectual – CODEPIN, servimo-nos da presente para encaminhar a Vossa Excelência as propostas aprovadas, em reunião realizada no último dia 5 de agosto de 2004, relacionadas ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI – Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Inpi, nos termos do art. 2° da Lei n° 5.648, de 11 de dezembro de 1970 (com nova redação dada pelo art. 240 da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996), "tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial".

O instituto tem, portanto, função importante, destacada e insubstituível no processo de desenvolvimento do País, por meio da execução das normas de sua competência.

Ocorre, no entanto, que passados 18 (dezoito) meses de novo Governo Federal, somente nos últimos dias a imprensa noticiou que o atual Secretário de Tecnologia Industrial, assumirá, também, o cargo máximo daquela Autarquia Federal.

A demora na nomeação definitiva do presidente do instituto denotou, desinteresse por tão importante entidade pública. Houve real preocupação por parte dos próprios funcionários lotados naquela autarquia, por parte dos usuários (titulares de registros de marcas e de patentes, assim como por parte dos interessados em contratos de tecnologia e registro de **softwares**), além dos profissionais que atuam, na forma da legislação em vigor, perante o instituto. O ato do Executivo Federal poderá, portanto, se acompanhado de outras medidas, atender às expectativas da sociedade e de investidores estrangeiros.

Por outro lado, repousa igual preocupação no meio da sociedade diretamente envolvida (funcionários, comerciantes, empresários, profissionais liberais, dentre outros) o estado precário das instalações do Inpi, a deterioração de seus serviços para a comunidade e a possível transferência da instituição para outro estado da federação, o que provocará expressiva perda de empregos qualificados no Rio de Janeiro.

As questões que envolvem a estrutura administrativa e a capacidade econômica-financeira do instituto podem ser resolvidas, usando os próprios recursos auferidos pelo Inpi com a prestação de seus serviços, sem ferir o princípio da economicidade que deve reger os atos dos ordenadores de despesa no âmbito público.

Desta forma, confiamos na capacidade de Vossa Excelência em bem conduzir essas importantes questões, que trarão benefícios, para todos os envolvidos.

Atenciosamente, – **Luiz Carlos Prestes Filho**, Coordenador Executivo da Codepin**.**

Entidades com Representação na Codepin

• Delegacia de Repressão a Crimes de Informática – Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

• Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI

• Sociedade Brasileira de Autores – SBAT

• Associação de Designers Gráficos – ADG/RJ

• Associação de Defesa da Propriedade Intelectual – ADEPI

• Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro – SINDMUSI

• Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos – APDIF/RJ

• Rede de Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro – REDETEC/REPICT

• Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro

• União Brasileira de Compositores – UBC

• Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais – ECAD

• Associação Brasileira da Propriedade Industrial – ABPI

• Secretaria da Receita do Estado do Rio de Janeiro

• Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro

• Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB

• Instituto Nacional de Tecnologia – INT

• Fundação Biblioteca Nacional – FBN

• Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

• Escola Nacional de Belas Artes – EBA

• Sindicato Nacional dos Editores de Livros – SNEL

• Associação Brasileira de Defesa dos Direitos Reprográficos – ABDR

• Secretaria de Justiça e Direitos do Cidadão do Estado do Rio de Janeiro

• Associação Brasileira de Produtores de Discos – ABPD

• Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica – SNIC

• Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ

• Associação Brasileira de Direito de Informática e Telecomunicações – ABDI

• Sydney y Sanches Advogados

• Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos – APDIF Brasil

À Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio**.**

Em 24-9-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF.ABTC.PRE/Nº 282/2004

Brasília, 20 de agosto de 2004

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado
Dr. Prof. João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Com os meus cumprimentos, agradeço a colaboração para o êxito do V Congresso Nacional Intermodal dos Transportadores de Cargas, realizado em Foz do Iguaçu – PR, nos dias 4, 5 e 6 de agosto do corrente ano.

Aproveito o ensejo a fim de enviar ao ilustre e culto parlamentar uma cópia da Carta aprovada pelo Encontro, sendo que o seu conteúdo é de grande importância para o fortalecimento do Setor de Transporte e, dentro do possível, peço para registrar nos Anais do Congresso Nacional.

Na oportunidade, reitero meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, – **Newton Gibson**, Presidente.

V Congresso Nacional Intermodal dos Transportadores de Carga

Carta de Foz do Iguaçu/Paraná

Os transportadores de carga, reunidos na Cidade de Foz do Iguaçu/Paraná, por ocasião do V Congresso Nacional Intermodal dos Transportadores de Carga, com o escopo de fomentar o debate para que conheçamos a realidade do que o mundo pensa do Brasil, a fim de que possamos exercer esta presença na globalização, bem como promover a discussão e a reflexão sobre o verdadeiro estado da economia e as opções possíveis no caminho do desenvolvimen-

to sustentado, com abordagem de diversos temas de interesse do Setor de Transporte, divulgam a Quinta Carta de Foz do Iguaçu – Paraná, que, ratificando os princípios básicos contidos nas cartas anteriores, apresenta aos Poderes Públicos da União, estados, municípios e à sociedade em geral os pontos de convergências seguintes:

I – O Brasil frente a um Tríplice desafio: negociações simultâneas da OMC (Organização Mundial do Comércio) da ALCA (Área Livre de Comércio das Américas) e do acordo CE (Comunidade Européia/Mercosul)

O momento atual apresenta para o Brasil e para o Mercosul um desafio único da história das suas relações internacionais, qual seja, o de negociar simultaneamente três acordos internacionais. A Alca, constitui hoje um grande desafio para os países em desenvolvimento. Espera-se que a criação da zona hemisférica de livre comércio consolide as relações que existem entre países da região, unidos pelo objetivo essencial de fortalecer a democracia, lutas contra a pobreza e alcançar o desenvolvimento e a prosperidade. Busca-se um equilíbrio estável que não altere as condições de concorrência em que se desenvolvem os agentes privados. Aspecto de fundamental importância no marco das negociações atualmente em curso para a formação da Alca, do ponto de vista dos países de menor desenvolvimento, é a necessidade de que os resultados do processo sejam objeto de uma avaliação de conjunto, que compense os desvios eventualmente ocorridos nas mesas de entendimentos, consideradas em particular.

Enfim, a Alca pode ser vista, pelos países em desenvolvimento, como uma via muito importante para precipitar uma mudança duradoura nas relações internacionais, em nível hemisférico e mundial. O mundo moderno está vinculado pelo intercâmbio de idéias, informações, aspirações de todas as Nações, e a visão de conjunto, forçosamente, à consideração dos anseios de todos os atores do novo esquema internacional. Aos países em desenvolvimento corresponde um papel de primeira linha nas mudanças do futuro. A liberalização comercial é um meio para alcançar os mais altos e transcendentes objetivos, num mundo que relativizou uma grande parte dos valores tradicionais.

Imaginar uma Alca sem o Brasil seria colocar os produtores brasileiros em situação de desvantagem em comparação a seus concorrentes da Colômbia, da Argentina ou do México, o que não se pode conceber.

II – O Fortalecimento do Mercosul – Oceano Pacífico e suas conseqüências para o transporte de cargas

O Brasil presidirá o Bloco Mercosul até dezembro de 2004. Inclusive, a Venezuela entrou como membro associado do bloco e é aguardada para breve a formalização do México na mesma condição.

Há alguns anos, diziam que o Mercosul só negociaria com a Antártida, mas agora existe uma fila de países querendo negociar com o Mercosul. É conveniente lembrar que Chile, Peru e Bolívia já são associados do Mercosul e os governos da Colômbia e do Equador também manifestaram essa intenção. Estão em andamento as negociações para o fechamento de um acordo de comércio entre o Mercosul e a União Européia, que deverá ser concluído até outubro deste ano.

Ponto a considerar é a decisão política de avançar na infra-estrutura física da integração que aponte para uma verdadeira e livre circulação dos bens na união aduaneira. Entre os temas prioritários figuram a integração da energia e do transporte, as normas aduaneiras e a simplificação de trâmites.

Não existe desculpa aceitável para as persistentes barreiras aduaneiras e burocráticas entre os países da região. Dessa forma, o Mercosul tem condições de avançar para uma agenda governamental pragmática que tenha como objetivo aprofundar o processo de integração e, ao mesmo tempo, incentivar os atores privados interessados em adotar estratégias empresariais regionalizadas. Para isso é necessário promover uma maior coordenação das políticas macroeconômicas. Assim como o estabelecimento de políticas industriais convergentes e consensuais em que se privilegie o diálogo, evite-se o avassalamento de um país sobre o outro e se fomente a complementariedade e o comércio intra-industrial. Paralelamente, avançar na questão da integração física, tema não muito discutido, mas de vital importância e que não pode continuar sendo adiado. Processo virtuoso de integração requer convergência cambial mínima.

A integração física da América do Sul terá reflexos diretos para o Mercosul, pois facilitará a introdução de novos países no bloco, o que virá a fortalecê-lo. Com isso, os países sul-americanos terão maior poder de barganha no que diz respeito às negociações para a entrada da América do Sul na ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). A potencial integração sul-americana via corredores para o Pacífico representa um aumento na competitividade dos produtos brasileiros nos mercados orientais, principalmente na China e Rússia.

A saída para o Pacífico dos produtos brasileiros por via terrestre já é uma realidade. Caminhões cortam os Andes em direção a Lima, no Peru, partindo de São Paulo, sendo a consagração da rota de integração entre o Atlântico e o Pacífico no continente sul-americano. Seu objetivo é o mais óbvio: encurtar as distâncias e baratear o custo do transporte de produtos destinados ao Oriente.

A presidência do Mercosul é alternada entre os Estados-Partes a cada seis (6) meses. O Brasil assume a presidência temporária do Mercosul com o desafio de fazer o bloco mais do que um grupo de países interessados em aumentar o comércio. Ao longo deste semestre, o Governo do Brasil vai procurar solucionar e resolver questões pendentes, como a eliminação das distorções na Tarifa Externa Comum (TEC), bem assim, ampliar a pauta com temas sociais, como saúde, educação, livre circulação de pessoas e agricultura familiar.

A importância da consolidação do Mercosul é fundamental, porque os Estados-Partes unidos formam o segundo maior conjunto de produtores agrícolas do mundo.

É preciso fortalecer o Mercosul como um ambiente não apenas de negócios ou de comércio, mas de articulação das forças da América do Sul e da própria América Latina, não sendo aceitável limitar o esforço da integração na simples busca da liderança política regional, em detrimento do desenvolvimento das relações de comércio e do fortalecimento do bloco latino.

III – Abrindo caminho até o Pacífico

O projeto denominado "Impacto Econômico e Espacial do Desenvolvimento do Centro-Oeste Brasileiro e Abertura de um Eixo de Comércio Exterior com o Pacífico" prevê a criação de rotas do Brasil para o Oceano Pacífico. Entre as principais metas estão: o fortalecimento da economia, elevação da safra nacional de grãos e das exportações para os países da Ásia, principalmente produtos agrícolas, e fomento do Centro-Oeste brasileiro, trazendo inegável benefícios ao transportador.

O caminho Brasil/Pacífico elevará de 71,3 milhões para 152 milhões de toneladas a produção de grãos (milho e soja) colhidos na região. O programa prevê a geração de 187 mil empregos diretos na agricultura, num total geral de 747 mil postos de trabalho, considerando a indústria e os serviços. As rotas podem reduzir em até 7.400km a distância percorrida pelos nossos produtos até os portos asiáticos. Atualmente, muitos desses produtos saem do Porto de Santos, passam pelo Canadá do Panamá e vão até São Francisco, nos Estados Unidos, para depois cruzarem o Pacífico.

É marco fundamental para o setor transportador das três Américas começar a discutir uma política continental comum para o transporte, levando à frente estratégias pioneiras e fundamentais na busca de uma política tarifária única; para a normatização do transporte continental; para o desenvolvimento organizacional e tecnológico das empresas e para o treinamento dos recursos humanos do setor, entre outras medidas fundamentais.

IV – As Empresas e a nova Lei de Falência

Imposta há seis décadas, nos estertores da ditadura varguista, o Decreto-Lei n° 7.661, de 21 de junho de 1945, limitava-se a oferecer regras para o fechamento das empresas com dificuldades financeiras e critérios para que os credores pudessem tentar ressarcir seus prejuízos. Já a nova norma legal, que acaba com a figura jurídica da concordata, tem por objetivo viabilizar a recuperação dessas empresas, criando as condições legais necessárias para garantir a continuidade de seus negócios e preservar seus postos de trabalho. Abandona-se, portanto, a superada noção de alijar do cenário econômico empresas em dificuldades, para acolher a moderna concepção de propiciar-lhes a recuperação e, assim, preservar-lhes, mantendo-as como fator de produção de riqueza.

Embora o Projeto de Lei n° 71/2003 – Câmara dos Deputados (PL n° 4.376/93 do Poder Executivo) – já estivesse em discussão no Congresso Nacional há mais de dez anos, só conseguiu tramitar, recentemente, graças ao empenho do Ministro Antônio Palocci, que, desde que assumiu o Ministério da Fazenda, sempre enfatizou a importância da modernização do Direito Falimentar, inclusive, a matéria foi incluída no acordo firmado em 2003 com o fundo Monetário Internacional (FMI).

Um dos pontos positivos da nova Lei de Falências será o fim da sucessão tributária e trabalhista. Na prática, isto significa que quem adquirir uma empresa com problemas de caixa não assumirá a responsabilidade por ações judiciais ou crédito não honrados pelos antigos controladores. Por permitir uma real avaliação da companhia e afastar o risco de futuras condenações, essa medida estimula os processos de fusões, com efeitos salutares para a economia de mercado.

Outro ponto importante é o dispositivo que proíbe o confisco, pelos credores dos bens alienados considerados essenciais ao funcionamento da empresa, como veículos, máquinas e equipamentos. Ao favorecer um acordo entre empregados, fornecedores, investidores e Fisco para reestruturar as dívidas, a nova Lei de Falências irá evitar a desvalorização dos ativos da companhia e manter seu potencial de geração de tributos. Além disso, ao permitir que as instituições financeiras recebam o que lhes é devido, a nova Lei de Falências também contribui para a redução dos **spreads** bancários. O reconhecimento formal das garantias reais dos financiadores é fundamental para aumentar a oferta de crédito no País e viabilizar investimentos em planos de expansão e novas atividades.

O principal ponto da nova Lei é o reconhecimento de que a empresa exerce uma função social por ser geradora de riquezas, de empregos e impostos. O ob-

jetivo é o de levar em consideração que a empresa se sobrepõe ao empresário.

V – Escoamento da Produção

Apesar do aumento na movimentação de carga em 2003/2004, a insuficiência de investimentos em obras que possibilitem o escoamento da produção tem trazido prejuízos incalculáveis à economia e ao transportador, de que nos serve de exemplo as paralisações no Porto de Paranaguá, que colocam em discussão a eficiência e a eficácia do terminal portuário. É conveniente registrar que a fila de caminhões chegou a uma extensão de 130 quilômetros durante o período de paralisação.

A crise assumiu um caráter político, sendo imprescindível resolver a causa de tanta insatisfação, que indiscutivelmente reside na questão operacional.

VI – SEST/SENAT

O trabalho do SEST/SENAT é um exemplo de iniciativa da comunidade, no caso, do setor de transporte para minimizar as escabrosidades sociais. Por meio de 121 (cento e vinte e um) estabelecimentos operacionais em funcionamento, dos Postos de atendimento ao trabalhador do Transporte na Estrada e dos Centros Assistencial e Profissional Integrado do Trabalhador em Transporte, o SEST/SENAT está realizando a sua parte na grande obra de construir o Brasil socialmente mais justo, que há de germinar no novo milênio.

O empresário precisa estar comprometido com a ação do SEST/SENAT e ter em mente que estas entidades propiciam as ferramentas para alavancar a capacitação e a produtividade por meio da reciclagem profissional. O que foi antes um sonho é hoje um exemplo que se realiza, a cada dia, em cada trabalhador atendido pelo sistema. Instituição viva, comprometida com a qualidade de vida e a responsabilidade social.

VII – Transporte e Consumo de Combustível

As empresas de transporte devem se ajustar aos novos tempos, procurando sempre meios de racionalizar custos, ganhar eficácia e produtividade para, definitivamente, inserir o setor de transporte num mercado cada vez mais competitivo e globalizado. Existem estimativas que apontam a possibilidade de uma economia de até 30% do consumo de combustíveis, cujo aproveitamento no dia-a-dia da empresa poder gerar impactos positivos e ajudar a diminuir a influência, no setor de transportes, das constantes altas do preço do petróleo.

A ABTC discutiu e se preocupa permanentemente com os assuntos que seguem:

I – Trabalho em comum nas apresentações de sugestões apontando proposições e acordos para unificar a legislação e tratados procurando fortalecer o Mercosul, pois, é fundamental para a integração continental visando à Alca.

II – A ABTC reivindica o disciplinamento do setor e que o Estado brasileiro resgate com os empresários de transportes e os transportadores autônomos uma dívida de muitas décadas, reconhecendo o equívoco histórico de ter permitido que o transporte rodoviário de cargas em nosso País ocorresse à margem de qualquer tipo de regulamento, inclusive de seus aspectos econômicos. A ausência de regras transformou o frete rodoviário cobrado no Brasil num dos mais baixos do mundo, impedindo o crescimento do setor. A inexistência de uma norma legal e a falta de perspectiva dos empresários de transporte de cargas impedem investimentos na integração de modais, renovação da frota, rastreamento de veículos, segurança logística, armazenamento de cargas e qualificação de mão-de-obra. Ninguém vai aportar investimentos num empreendimento que é desprovido de regras. E isso conduz a situações anômalas, como a associação de caminhoneiros às cooperativas para enfrentar dificuldades crescentes no mercado.

O disciplinamento reivindicado pela ABTC é uma matéria que necessita de urgência na solução do problema, impondo-se a aprovação do PL n° 4.358, de 2001, de autoria da Comissão de Viação e Transportes, como uma das ações necessárias à normatização do setor.

III – É permanente a preocupação da ABTC com os aspectos jurídicos que norteiam a atividade do setor de transportes, revelando os seus estudos sobre a Lei de Falência a necessidade de sua aprovação incontinenti, no estilo da redação aprovada no Senado Federal.

A ABTC, com o V Congresso Nacional Intermodal dos Transportadores de Cargas, procurou contribuir com o Governo e o setor, num amplo e inédito debate sobre a multimodalidade, infra-estrutura, logística concessões e investimentos no setor, entre outros temas que impactam na atividade transportadora e, conseqüentemente, influenciam a economia do País.

Mais uma vez o Governo procura resolver seus problemas com aumento nos tributos, o que traz conseqüências danosas ao setor produtivo, sendo de relevo notar a preocupação do transportador com os noticiados aumentos dos preços dos combustíveis, que influenciam diretamente na composição dos custos de transporte.

Diante dos fatos, a ABTC propõe e recomenda:

a) Oferecer subsídios ao Congresso Nacional visando aperfeiçoar as propostas em tramitação, que dispõe sobre matéria afeta ao transporte rodoviário de carga, e mudanças na

legislação trabalhista e falimentar, fortalecendo o direito da livre negociação entre empregados e empregadores, a fim de que o negociado esteja acima do legislado, dando força aos órgãos sindicais para pactuarem os termos que considerem mais adequados à categoria profissional e econômica que representam;

b) Continuar reivindicando, permanentemente, ao Governo Federal que os recursos arrecadados pela CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sejam corretamente aplicados, não se lhes desviando a finalidade, impondo-se a sua aplicação ao financiamento de programas e obras de infra-estrutura dos transportes em suas múltiplas modalidades, porquanto isso se constituiu em providência de vital importância à circulação de riquezas no País, sem o que restará prejudicado o crescimento nacional;

c) Permanecer com firme propósito de ver aprovado o PL n° 5.979 – A/1, que cuida da inspeção técnica veicular, que irá propiciar à população maior segurança, reduzindo os acidentes de trânsito e gastos públicos devido ao controle das condições mínimas de segurança dos veículos, bem como a proteção do meio ambiente por meio do controle de emissão de poluentes e ruído;

d) Estimular a permanente valorização do SEST/SENAT, com a ampla participação do empresariado e trabalhador do setor, com a criação de unidades estruturadas para recepcionar o transportador em deslocamento nas rodovias;

e) Participação enfática do setor de transporte nas negociações ligadas à Organização Mundial de Comércio, à Alca, ao Mercosul e ao acordo ligado à Comunidade Européia, integrando econômica e politicamente o transportador ao mundo.

Na oportunidade, formulo uma homenagem aos transportadores de cargas pioneiros, que enfrentaram perigos e situações difíceis, no intuito de garantir a liberdade dos cidadãos em escolher este ou aquele produto, dessa ou daquela região. Atualmente, continuam os transportadores lutando para abrir novas fronteiras, ligando o Brasil aos países da América Latina, no intuito de ativar a saída para o Pacífico, com a superação de suas dificuldades, de que avulta de importância a mais completa falta de regulamentação do setor.

Cumpre, por dever de justiça, manifestar gratidão ao Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Clésio Andrade, Vice-Governador de Minas Gerais, que tornou o encontro um sucesso; agradecer ao Governador do Paraná, Roberto Requião, ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, ao Presidente da Fetranspar, Luís Anselmo Trombini, à Petrobrás Brasileira S/A., à Direção Executiva da ANTF e aos demais companheiros que compõe a Comissão Organizadora deste V Congresso, dirigentes das diversas entidades representativas do Setor Sindical, autoridades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, aos parlamentares, à Petrobrás Distribuidora S/A., aos expositores que compuseram a Feira Automotiva, aos funcionários da ABTC, aos órgãos de imprensa escrita, falada e televisada – aos que trabalharam anonimamente, e finalmente à administração do Hotel Mabu Thermas & Resort, que cedeu suas modernas instalações para o êxito do evento.

Agradeço, também, a todos os que estiveram presentes abrilhantando a realização do "V Congresso Nacional Intermodal dos Transportadores de Cargas".

Muito obrigado e até 2005, – **Newton Gibson**, Presidente da ABTC.

À Comissão de Viação e Transportes, nos termos do art. 254, § 4°, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Brasília, 24 de Setembro de 2004. -– **João Paulo Cunha,** Presidente.

SGM/P N° 2.189/04

Brasília, 24 de setembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Mário Heringer
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
Nesta

Senhor Presidente,

Em atenção ao Requerimento n° 2.171/04, solicitando novo despacho para o Projeto de Lei n° 2002, de 2003, do Sr. Ricarte de Freitas, que "dispõe sobre exploração agrícola em terras indígenas, cria o Fundo de Assistência ao Índio, e dá outras providências", no sentido de que seja incluída a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, comunico que exarei despacho do seguinte teor:

"Em face das alterações produzidas pela Resolução n° 20/04, Defiro a solicitação de redistribuição (RICD, art. 141). Exclua-se a Comissão de Defesa do Consumidor (anteriormente denominada Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias) do despacho inicial aposto ao Projeto de Lei n° 2002/03 e inclua-se, em seu lugar, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Oficie-se e, após, **publique-se**."

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração. – **João Paulo Cunha,** Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.171, DE 2004

Ofício n° 527/04

Brasília, 26 de agosto de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, nos termos do art. 141 c/c art. 32, inciso VIII, do Regimento Interno da Casa, providências no sentido de incluir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias no despacho inicial aposto ao Projeto de Lei n° 2002/2003, de autoria do Deputado Ricarte de Freitas, que "Dispõe sobre a exploração agrícola em terras indígenas, cria o Fundo de Assistência ao Índio, e dá outras providências".

Ressalto a importância da Comissão em participar deste processo legislativo, uma vez que a temática proposta diz respeito integralmente às demandas concernentes às nossas atribuições regimentais.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Heringer,** Presidente.

Em face das alterações produzidas pela Resolução nº 20/04, Defiro a solicitação de distribuição (RICD, art. 141). Exclua-se a Comissão de Defesa do Consumidor (anteriormente denominada Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias) do despacho inicial aposto ao Projeto de Lei n° 2002/03 e inclua-se, em seu lugar, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 24-9-04. – **João Paulo Cunha,** Presidente.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 201, DE 2004

(Do Sr. Nazareno Fonteles)

Alterar a redação do artigo 1º, inciso, I, parte final das alíneas b, c, d, e, g e h **da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com a finalidade de elevar para trinta anos o prazo de cessação de inelegibilidade, entre outras alterações.**

Despacho: Apense-se Ao PLP-229/1998.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º – As alíneas *b, c, d, e, g* e *h,* do art. 1º, inciso I da Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º São inelegíveis:

I – .....

b) os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos trinta anos subseqüentes ao término da legislatura;

c) o Presidente e o Vice-Presidente da República, o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Federal, Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos trinta anos subseqüentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos trinta anos seguintes;

e) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de trinta anos, após o cumprimento da pena;

g) os membros dos poderes públicos que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão hou-

ver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos trinta anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos trinta anos seguintes ao término do seu mandato ou do período de sua permanência no cargo;

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei Complementar nº 64/1990, foi editada com a finalidade de estabelecer prazos durante os quais os agentes públicos ficam impossibilitados de participar da vida eleitoral na condição de candidatos.

A inobservância aos princípios da moralidade e da probidade administrativa, erigidos no art. 14, par. 9º da Constituição Federal, constituem o alicerce desta Lei Complementar, que ainda leva em consideração a vida pregressa do candidato, com a finalidade de viabilizar a normalidade e a legitimidade das eleições combatendo a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta e indireta.

Assim, no centro do projeto de lei que ora apresentamos, estão as condições de elegibilidade, entendidas como requisitos fundamentais para que um cidadão possa concorrer a um cargo eletivo, exercendo a sua cidadania passiva.

Neste sentido, é importante destacar que *ser elegível* representa*,* ter *o* direito político de ser votado, sendo, a um só tempo **direito** à elegibilidade e **dever** de bem representar os cidadãos, que pelo voto tornaram um candidato, seu legítimo representante.

Para efeito desta proposição, o prazo da inelegibilidade relativa aplicada, *v.g.*, aos representantes do Legislativo, do Executivo, de candidatos que abusaram do poder econômico ou político, aos condenados criminalmente pela prática de crimes contra a economia popular e aos detentores de cargos públicos que abusaram desta condição, passa a ser de 30 (trinta) anos.

Desta forma, pelo período de 30 (trinta) anos, os mencionados sujeitos estarão no exercício de um direito político negativo, em razão da consideração de sua vida pregressa, que acabou por comprovar a falta do compromisso com a população e com o regime democrático.

A inelegibilidade pelo prazo aqui proposto é medida, no mínimo, razoável para punir agente público que fere a confiança da população, depositada em decorrência do exercício da cidadania ativa e materializada por um mandato eletivo ou por um exercício de cargo, emprego ou função pública. A má administração do dinheiro público afeta sobremaneira a vida da sociedade e por isso os responsáveis devem ser afastados, pelo período de 30 (trinta) anos, da vida pública.

Cumpre destacar que a inclusão na alínea *c*, do Presidente e do Vice-Presidente da Republica, tem o escopo de reforçar o propósito ético de atuação dos agentes públicos, não deixando de fora sequer o maior representante do nosso país, que também poderia se ver tolhido do direito de se eleger caso venha a atentar contra os mandamentos constitucionais e a confiança da população.

O mal provocado por um administrador público desleal e improbo alcança proporções que certamente se equivalem a de qualquer crime hediondo. A analogia não é exagerada, pois que o desvio ou a má utilização de verbas públicas retira da população o acesso a direitos constitucionais básicos como a saúde e educação, acabando por fragilizar suas vidas.

Para a determinação deste prazo, urge destacar que utilizamos como parâmetro o limite imposto pela legislação brasileira para o cumprimento das penas decorrentes das mais graves condutas criminosas. Não poderia, assim, ser outro o prazo de inelegibilidade, posto que atenta de forma impiedosa contra a "vida" da população.

Assim se manifesta Jacques Généreux, em *O Horror Político – O horror não é econômico*, 4ª edição. Bertrand Brasil, p. 123:

> "...a fraude e o delito do poder político são mais graves do que o delito e o roubo particulares. O ladrão só causa prejuízo a suas vítimas diretas, só mancha sua própria honra. Quanto ao político desonesto, ele não é responsável apenas pelos danos diretos infringidos a seus governados. Ele corrói a credibilidade geral do poder perante os cidadãos, alimenta a propaganda da extrema direita; atenta contra a democracia, contra a sociedade como um todo. Enfim, o mínimo que se pode fazer, quando um eleito é declarado culpado de corrupção, de desvio de bens sociais ou de malversação do dinheiro público, é declará-lo inelegível pelo resto da vida."

A inelegibilidade de candidatos acusados de favorecimento indevido, de malversação do dinheiro pú-

blico ou de enriquecimento ilícito no exercício de cargos públicos comprova a força do regime democrático que, acreditando na conduta lícita e proba, permite a eleição pelo povo dos seus representantes, ou a sua destituição, bastando para tanto, que haja desrespeito aos mandamentos da Constituição Federal.

Diversas outras condutas, gravíssimas por seus reflexos sociais poderiam ser objeto desta proposição, mas é certo que as tratadas pela Lei Complementar nº64/1990 são as que causam maior ofensa à população, posto que representam uma traição ao povo que pelo exercício do voto, confia a um agente público, o futuro das instituições públicas, da sua cidade, da sua região ou do seu país.

A inelegibilidade, direito político negativo, constitucionalmente previsto, deverá implicar no afastamento da capacidade eleitoral passiva do cidadão pelo prazo de 30 (trinta) anos, resgatando, assim, junto à sociedade, a confiança nos agentes públicos, enquanto homens e mulheres de compromisso social.

É a moralidade na atuação administrativa, característica do interesse geral no Estado Democrático de Direito, que pretendemos resgatar com a previsão deste prazo de inelegibilidade.

Os homens públicos vivem uma crise de credibilidade, resultado de algumas desastrosas atuações junto a órgãos públicos, na condição de eleitos ou não. A reviravolta desta crise e o soerguimento da estrutura pública como instrumento de apoio ao cidadão depende de uma mudança de postura que deve partir dos próprios agentes públicos.

Com estas considerações, esperamos contar com o apoio dos membros desta Casa, para a aprovação desta proposição de inegável alcance social e de reforço à credibilidade do povo brasileiro nos agentes públicos.

Sala de Sessões, 15 de setembro de 2004. – **Nazareno Fonteles,** Deputado Federal PT/PI.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 202, DE 2004
(Do Sr. Ronaldo Vasconcellos)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para estabelecer a adoção de condutas para abertura e manutenção de contas de depósito, e na contratação de operações e prestação de serviços pelas instituições financeiras.

Despacho: Às Comissões de Defesa do Consumidor; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, Ricd) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação do Plenário

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 41-A. As instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem adotar as seguintes medidas na abertura de conta de depósitos à vista e na contratação de operações e prestação de serviços com os respectivos titulares, sem prejuízo de outras estabelecidas em lei e nas normas emanadas pelas autoridades competentes:

I – conferência dos dados informados pelo proponente na proposta de abertura de conta ante, no que couber:

a) Secretaria da Receita Federal;

b) o Sistema de Informação de Crédito e o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil.

II – entrega de cópia com conteúdo integral do contrato de abertura da conta de depósito à vista, no qual é expressamente proibida a inclusão de cláusula que:

a) exija a assinatura do proponente em qualquer título de crédito em branco;

b) permita ou implique a emissão, pela instituição, de título de crédito, circulável por meio de endosso do titular da conta;

c) permita o cancelamento ou interrupção de fornecimento de serviço sem prévia comunicação ao titular da conta;

d) permita a alteração de valor cobrado a título de prestação de serviço ou a inclusão de serviço remunerado sem prévio aviso ao titular da conta;

e) estabeleça foro diverso do da residência do titular da conta;

f) delegue à instituição o direito de aplicar, sem prévia comunicação, em fundos de qualquer natureza ou em conta de depósito de poupança, os recursos mantidos na conta pelo titular;

g) restrinja ou impeça a aplicação da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, na defesa e proteção dos interesses do titular da conta."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Recentemente, a Pro Teste, entidade civil sem fins lucrativos que atua em defesa dos consumidores, realizou um teste complexo com quinze bancos, aí incluídos os dez maiores do País. Um dos aspectos do teste consistiu na abertura de contas nos principais bancos, com detalhada análise dos termos dos respectivos contratos e das despesas de prestação de serviços e manutenção da conta.

Causou-nos especial indignação a constatação, pela citada entidade, do cenário que combina atendentes despreparados, contratos abusivos e tarifas elevadas. Quanto ao primeiro aspecto, não há medida legislativa que possa remediá-la, pois obrigar os bancos, por norma legal, a contratar pessoas preparadas seria inconstitucional e injurídico, por motivos óbvios. Quanto ao último aspecto, preço dos serviços prestados, estamos, também, sem liberdade para atuar, já que as atividades econômicas se pautam pela liberdade de iniciativa. Neste contexto não há mais controle ou imposição de preços por parte dos poderes públicos sobre a iniciativa privada, salvo quando a atividade envolve muito elevada relevância social. No caso dos bancos, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu restrições de cobrança de tarifas para alguns poucos serviços, mas lhes é concedida ampla liberdade para cobrar pelos demais.

Quanto à ocorrência de abusos nos contratos de abertura de contas, entendemos que o legislador pode e deve atuar. Neste sentido, propomos no presente projeto de lei que os bancos devem, obrigatoriamente, conferir os dados e informações apresentados por quem propõe abrir uma conta corrente com aqueles que constam sobre ele ou ela na Receita Federal e no Banco Central do Brasil, como forma de diminuir a incidência de contas com números de CPF ou de CNPJ duplicados ou fraudados, e de titulares com restrições cadastrais em outros bancos. Estas medidas levariam a uma melhor seleção dos correntistas das instituições bancárias. Propomos também a proibição, nos contratos de abertura de contas, de inclusão de cláusulas que prejudicam o titular da conta, conforme apontado na pesquisa da Pro Teste.

Entendemos que a Lei n° 4.595/64, que disciplina o Sistema Financeiro Nacional, é o melhor ambiente para as obrigações que pretendemos estabelecer para as instituições financeiras.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para o aperfeiçoamento e para a aprovação do presente projeto de lei complementar, de forma a depurar a atividade bancária de práticas abusivas contra seus clientes.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Ronaldo Vasconcellos.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO IV
Das Instituições Financeiras

.....

SEÇÃO IV
Das Instituições Financeiras Privadas

.....

Art. 41. Não se consideram como sendo operações de seções de crédito as vendas a prazo realizadas pelas cooperativas agropastoris a seus associados, de bens e produtos destinados às suas atividades econômicas.

CAPÍTULO V
Das Penalidades

Art. 42. O art. 2º da Lei nº 1.808, de 7 de janeiro de 1953, terá a seguinte redação:

"Art. 2º Os diretores e gerentes das instituições financeiras respondem solidàriamente pelas obrigações assumidas pelas mesmas durante sua gestão, até que elas se cumpram.

Parágrafo único. Havendo prejuízos, a responsabilidade solidária se circunscreverá ao respectivo montante."

** Prejudicado pela revogação da Lei nº 1.808, de 7 de janeiro de 1953, pela Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.*

.....

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a Proteção do Consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º O presente Código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

.....
.....

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 203, DE 2004

(Dos Srs.Chico Alencar, e Antonio Carlos Biscaia)

Altera o art. 1º da Lei complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

Despacho: À Comissão de: Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea "e", do inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 64, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....
.....
a) .....
e) os que estiverem respondendo a processo judicial pela prática de crime descrito no art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, ou na Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990, e os que tenham sido condenados em primeira instância pela Justiça Estadual, Distrital, Federal ou Militar pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, por crimes eleitorais, pela exploração sexual de crianças e adolescentes e utilização de mão-de-obra escrava, ampliando-se a inelegibilidade pelo prazo de 3 (três) anos, após o cumprimento de pena."

Art. 2º. Acrescente-se o § 4º, ao inciso VII, do art. 1º:

"VII .....
§ 1º .....
§ 4º A inelegibilidade prevista na alínea e, do inciso I, cessará se o postulante a registro de candidatura for considerado inocente após o trânsito em julgado do processo".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Levantamento do jornal **O Globo** de 5/9/2004, dando conta de que 20% dos candidatos às eleições municipais do Rio de Janeiro (40% na Baixada Fluminense!) respondem a processos, alguns por crimes graves, como homicídio e tráfico de drogas, sensibilizou a opinião pública, que passou a exigir uma tomada de posição, do Judiciário e do Legislativo, no sentido de pôr termo a essa situação esdrúxula. Ante o fato, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ), Desembargador **Marcus Faver**, alegando que a Constituição estabelecia o princípio da moralidade como requisito à candidatura, anunciou que impugnaria todos os candidatos que estivessem respondendo a processos criminais e que divulgaria a lista com os seus nomes.

Como o Direito brasileiro, corretamente, consagra a presunção de inocência até prova em contrário, ou seja, até que o indiciado seja declarado definitivamente culpado, anunciou-se que os candidatos, valendo-se do fato de que sobre eles não pesava sentença transitada em julgado, recorreriam ao aos Tribunais superiores para revogarem a hipotética decisão do TRE-RJ. Com isso, poderiam permanecer na disputa e, pior, vitoriosos no pleito, ganhariam imunidade e foro privilegiado, já que a Lei garante esse benefício aos que têm mandato.

A polêmica surgida não produziu unanimidade nem consenso entre os juízes do TRE-RJ sobre a tese defendida pelo Presidente daquela corte. Por outro lado, ministros do Tribunal Superior Eleitoral também levantaram óbices à anunciada iniciativa do Desembargador **Marcus Faver**, o que provocou um recuo, tendo o Presidente do TRE fluminense divulgado uma lista com somente três candidatos impugnados por processos criminais. E desistiu de divulgar os demais nomes, responsabilizando os partidos políticos pelo lançamento de candidatos processados criminalmente. E exortando o Legislativo a estabelecer novas e necessárias vedações, que, obviamente, não são penas criminais.

De nossa parte, respeitando o princípio da presunção da inocência, mas entendendo que o candidato a mandato eletivo e a cargos da maior importância na hierarquia dos Municípios, dos Estados e da União não podem simplesmente se escudar nesse princípio e em mandatos – para se isentarem da apreciação dos tribunais, como o comum dos cidadãos, a respeito de atos delituosos praticados –, optamos por apresentar o presente Projeto de Lei Complementar que outro propósito não tem senão contribuir, na forma como prega o art. 37 da Constituição da República, para a moralidade e a probidade na administração pública. E barrar o perigoso e anti-democrático processo de captura das instituições oriundas do voto popular pelo banditismo.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Chico Alencar,** Deputado **Antonio Carlos Biscaia.**

PROJETO DE LEI Nº 4.114, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Dispõe sobre a instalação de hidrômetros individuais em unidades de condomínio e dá outras providências."

Despacho: Às Comissões de: Desenvolvimento Urbano Defesa do Consumidor Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A empresa concessionária de serviço de abastecimento de água instalará, por solicitação dos consumidores, hidrômetros individuais em unidades de condomínio.

Parágrafo único – As despesas decorrentes da aquisição e da instalação do equipamento decorrerão por conta do consumidor.

Art. 2º O teor desta lei será divulgado ao consumidor por meio de informação impressa na conta mensal de água emitida pela empresa concessionária.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias contados da data da sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A medição individualizada de água em conjuntos habitacionais constitui-se numa metodologia muito importante para a redução do desperdício domiciliar, pois permite que cada um conheça o seu consumo e pague proporcionalmente a ele.

O sistema tradicionalmente utilizado para medição do consumo de água nos apartamentos de edifícios multifamiliares é injusto porque a cobrança pelos serviços é efetuada com base na média do consumo registrado no hidrômetro do ramal predial do edifício, rateado pelo número de apartamentos.

Além de injusto socialmente, esse sistema não incentiva a redução do consumo de água, visto que, mesmo sendo o usuário cuidadoso e econômico, essa economia não se reflete diretamente na sua conta de água/esgotos.

Assim sendo, independentemente do consumo individual real de cada apartamento, tenha ele um ou dez moradores, sempre a cobrança pelos serviços é feita de forma igual.

Por essa razão, a medição individual de água em apartamentos constitui-se numa metodologia destinada à indução do usuário a uma postura de uso racional do produto.

Diante do aqui exposto solicito o apoio dos nobres Pares, para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL/RJ.

PROJETO DE LEI Nº 4.118, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

Torna obrigatório o adestramento de animais agressivos para permissão de trânsito em locais públicos e de uso comum

Despacho: Apense-se Ao PL Nº 3.683/2004.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, *caput* – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade de adestramento de animais agressivos.

Art.2º Os proprietários de animais agressivos são obrigados a adestrá-los para poderem transitar com eles em logradouros públicos.

Parágrafo único Os animais agressivos terão atestado de adestramento fornecido pelas autoridades locais de controle de zoonoses.

Art. 3º Considera-se animal agressivo, para efeitos desta Lei, todo o animal cuja ferocidade ou falta de contenção e de adestramento adequados coloca em risco a integridade da pessoa.

§ 1º Considera-se animal agressivo todo o cão de guarda e de ataque.

§ 2º Os cães agressivos somente poderão transitar em logradouros públicos se conduzidos por pessoa maior de 18 anos e se utilizarem os mecanismos de contenção adequados, como coleira-enforcador e focinheira.

Art. 3º A não observância do disposto nesta lei implicará na captura do animal e na sua condução ao órgão público destinado à guarda provisória e multa.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este Projeto de Lei se justifica pelo fato de que inúmeros casos de ataques de cães ferozes têm ocorrido, principalmente a crianças e idosos, em áreas públicas e de uso comum. As notícias abundam nos meios de comunicação e até hoje a legislação não conseguiu dar cobro a essa situação.

Desta forma, o projeto de lei não pretende proibir a criação ou impor o sacrifício desses animais com temperamento agressivo, mas sim o seu recolhimento a setores públicos competentes para o respectivo adestramento e posterior melhor aproveitamento dos mesmos.

Por fim, cabe salientar , que não temos nada contra os animais, mas defendemos o direito da população em transitar pelos locais públicos e de uso comum sem o perigo de defrontar com um animal feroz, que pode colocar em risco sua integridade física, principalmente das crianças e das pessoas idosas.

Diante do aqui exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL/RJ.

PROJETO DE LEI Nº 4.129, DE 2004

(Do Sr. Edison Andrino)

Tipifica o crime de sequestro-relâmpago.

Despacho: Apense-se Ao PL-4025/2004.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Publicação Inicial Art. 137, *caput* – RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tipifica o crime de sequestro-relâmpago.

Art. 2º O **caput** do artigo 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159. Seqüestrar pessoa, por qualquer que seja o lapso de tempo, com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate.

Pena – reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos, e multa (NR)."

Art. 3º Fica revogado o parágrafo 5º do artigo 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É público e notório que, entre os crimes mais praticados no Brasil, encontra-se o chamado "seqüestro-relâmpago".

Ocorre que, apesar de toda a violência contida em sua prática, a jurisprudência dominante o considera como mera causa de aumento de pena do crime de roubo.

Ora, no roubo a vítima sofre subtração imediata de seus haveres. Já no "seqüestro-relâmpago" é exposta a situação muito mais grave, levada de um lugar para outro, sob o poder do agente. Não há como confundir este crime, cuja prática se alastra, com o de roubo.

Assim, conto com o apoio de meus Pares, no sentido de aprovar este projeto de lei, tipificando devidamente a prática de um crime que vem aterrorizando os grandes centros urbanos.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Edison Andrino.**

PROJETO DE LEI Nº 4.134, DE 2004

(Do Sr. Julio Lopes)

Dispõe sobre custas e emolumentos referentes a registro de imóveis, concede isenção tributária na alienação de bem imóvel, prevê a atualização monetária dos bens e direitos das pessoas físicas, e dá outras providências.

Despacho: Às Comissões de: Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas ficam isentas do pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital auferido na alienação de imóvel, nos casos em que o produto da operação seja utilizado na aquisição de

outro imóvel, de valor superior ao valor de venda do bem alienado.

§ 1º A aquisição do imóvel de valor superior deverá ocorrer até o último dia útil do mês subseqüente ao da alienação, vedando-se a concessão de qualquer crédito fiscal ou restituição de valores em caso de aquisições ocorridas após essa data.

§ 2º A isenção aplica-se a alienações de mais de um imóvel de um mesmo titular pessoa física, desde que o produto das alienações seja utilizado na forma prevista no **caput**.

Art. 2º O custo de aquisição dos bens e direitos pertencentes às pessoas físicas serão atualizados monetariamente para fins de registro na declaração anual de bens e direitos e de apuração do imposto de renda sobre o ganho de capital.

§ 1º A atualização monetária para fins de apuração do ganho de capital será feita anualmente.

§ 2º O Ministério da Fazenda, por intermédio do Secretaria da Receita Federal – SRF, divulgará os índices a serem utilizados para a atualização monetária, com base no Índice de Preço ao Consumidor Ampliado – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 3º Interrompida a apuração ou divulgação do IPCA, os índices de atualização serão estabelecidos com base nos indicadores disponíveis, observada precedência àqueles apurados por instituições oficiais de pesquisa.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, a SRF divulgará a metodologia adotada para a determinação dos índices de atualização.

Art. 3º O art. 290 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 290 .....

.....

§ 6º Nos demais atos relacionados com a aquisição imobiliária e com a averbação de construção para fins residenciais, as custas e emolumentos devidos aos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, desde que o negócio não supere o valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), estarão sujeitos às seguintes limitações:

a) imóvel de até 60 m² (sessenta metros quadrados) de área construída: 20% (vinte por cento) do valor da tabela cartorária normal;

b) imóvel de mais de 60 m² (sessenta metros quadrados) até 70 m² (setenta metros quadrados) de área construída: 30% (trinta por cento) do valor da tabela cartorária normal;

c) imóvel de mais de 70 m² (setenta metros quadrados) e até 80 m² (oitenta metros quadrados) de área construída: 40% (quarenta por cento) do valor da tabela cartorária normal." (NR)

Art. 4º O disposto no inciso II do art. 17 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, não se aplica às pessoas físicas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005.

Justificação

A construção civil é um dos maiores empregadores de mão-de-obra da economia. Além disso, esse ramo é capaz de utilizar pessoal com menor qualificação profissional, retirando das ruas e das filas de desemprego indivíduos que não estão capacitados a preencher as vagas que exigem maior escolaridade e treinamento. Na realidade, a construção civil é única porta de entrada no mercado de trabalho para um expressivo contigente de trabalhadores.

Não obstante a importância do setor, o mercado imobiliário encontra-se estagnado. As altas taxas de juros praticadas no país, o encolhimento da renda das famílias e a pesada tributação sobre as operações imobiliárias deprimem os investimentos na construção civil.

O presente Projeto de Lei busca reverter essa situação e recuperar as atividades relacionadas ao ramo imobiliário. Nesse sentido, estamos propondo a criação de uma isenção do imposto de renda para os ganhos de capital que sejam utilizados na aquisição de unidade imobiliária de valor superior ao do imóvel vendido. Além disso, os bens e direitos das pessoas físicas poderão ser atualizados monetariamente para fins da apuração do ganho de capital, acabando com uma distorção na tributação, que taxa como lucros meros efeitos inflacionários sobre o valor do imóvel. Finalmente, estamos fixando limites para a cobrança de custas e emolumentos para o registro de imóveis de pequeno valor.

Entendemos que esta nossa iniciativa é justificada pelas razões acima expostas, motivo pelo qual contamos com o apoio dos ilustres pares do Congresso Nacional para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Júlio Lopes.**

PROJETO DE LEI Nº 4.136, DE 2004

(Do Sr. Ivan Paixão)

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 18 da Lei nº 9.311, de 24 de outu-

bro de 1996, determinando percentual de arrecadação da CPMF para aplicação obrigatória em hospitais universitários federais, estaduais e municipais.

Despacho: Às Comissões de: Seguridade Social e Família Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, Ricd) Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao parágrafo único do artigo 18 da Lei n.º 9.311, de 24 de outubro de 1996, a seguinte redação:

"Art.18 .....

Parágrafo Único. Do produto da arrecadação da contribuição destinada ao Fundo Nacional de Saúde, de que trata o caput, o percentual de 50% será obrigatoriamente destinado aos hospitais universitários federais, estaduais e municipais com base em contratos de gestão pactuados com as três esferas de governo do Sistema Único de Saúde."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os Hospitais Universitários e de Ensino – HUE's desempenham um papel central na produção de conhecimentos e na formação médica, em nível de graduação e pós-graduação, além do papel que cumprem na oferta de serviços à população mais carente. Todavia, os recursos de custeio destas unidades são maioritariamente dependentes da oferta de serviços ao Sistema Único de Saúde condicionados, portanto, a um sistema de pagamento por produção de atos médicos que apresenta graves distorções e produz conseqüências indesejáveis sobre as formas de organização dos serviços prestados.

Desta forma, a ausência de uma política governamental para esses estabelecimentos torna incertos os recursos para investimentos. Associado a este aspecto, destaca-se a escassez de pessoal permanente para o desempenho das funções assistenciais e de ensino, limitando a oferta de serviços e a expansão das potencialidades de formação profissional e de pesquisa nos hospitais. Por outro lado, a vinculação e dependência normativa destes estabelecimentos às universidades, que lhes subtrai autonomia decisória, é um elemento adicional a reforçar propostas de mudanças.

Em íntima associação aos fatos já abordados coloca-se a crise do modelo assistencial nestes estabelecimentos que se assenta no questionamento dos saberes e práticas, calcados na especialização, na fragmentação dos seres humanos, na intervenção baseada em procedimentos e no uso intensivo de tecnologias, em detrimento da integralidade da atenção.

Observa-se que a crítica dos movimentos de reforma do ensino médico – em âmbito mundial – ao modelo de formação baseado no hospital não tem conseguido afetar a maioria dos docentes e pesquisadores que protagonizam as práticas de ensino nos HUE's. Por outro lado, a pressão da demanda dos usuários do SUS e a dependência da produção de atos para obtenção de recursos, estão forçando o aumento da produtividade como meio de assegurar os recursos necessários ao funcionamento dos serviços.

De fato, ainda estamos longe de uma integração pactuada e cooperativa, em que as duas partes assumam compromissos mútuos e compartilhem responsabilidades, na construção do SUS, na formação de pessoal para a saúde e na produção de conhecimentos voltada para as diferentes necessidades epidemiológicas da nossa população.

As iniciativas dos dirigentes dos HUE's estão voltadas para administrar o cotidiano da crise, procurando minorar seus aspectos mais críticos. Os gestores do SUS, por sua vez, não têm ido além de uma atitude de reclamação e de cobrança por mudanças no perfil assistencial desses estabelecimentos, mas não apresentam propostas de um novo patamar de relacionamento com as universidades. A população usuária, dada sua dispersão, não tem conseguido canalizar suas insatisfações de forma organizada para produzir movimentos reivindicatórios, que contribuam para impulsionar mudanças nos hospitais em sintonia com suas necessidades de saúde.

A efetiva integração dos HUE's ao SUS se coloca, portanto, como mais um desafio a ser enfrentado, visto que as várias iniciativas implantadas até o momento ainda não tiveram pleno êxito. Cremos que essa integração não pode ficar restrita a articulação dos HUE's na rede, na condição de prestador de serviços complexos referenciados, mas deve ser pensada como uma relação em que se estabeleçam compromissos assistenciais, de ensino e pesquisa, voltados para fortalecer a formação de pessoal para o sistema de saúde, a educação continuada e a produção de conhecimentos.

Na vertente da interação dos HUE's no SUS, propomos, por meio deste Projeto de Lei, um novo patamar de relacionamento, com base na proposta já defendida pela Associação Brasileira de Hospitais Universitários

e de Ensino – ABRAUE, de financiamento global, com base em contratos de gestão em que se pactuem metas que sirvam de base para avaliação dos contratos, superando, assim, a atual modalidade de pagamento por procedimentos, cada vez mais complexos e custosos, sem uma criteriosa avaliação de resultados.

Sala das Sessões 14 de setembro de 2004. – Deputado **Ivan Paixão,** PPS/SE.

PROJETO DE LEI Nº 4.138, DE 2004

(Do Sr. Jefferson Campos)

Dispõe sobre a necessidade de anuência prévia dos clientes para o provimento de serviços adicionais pelas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado.

Despacho: Às Comissões de: Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática Defesa Do Consumidor Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade de anuência prévia dos clientes quando do fornecimento de serviços adicionais pelas prestadoras do serviço telefônico fixo comutado.

Art. 2º Dependerá de anuência prévia do cliente por escrito, o provimento de serviços adicionais ofertados pelas prestadoras do serviço telefônico fixo comutado por meio de telefone, Internet ou qualquer outra forma de atendimento à distância.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput aos serviços prestados gratuitamente ou mediante pagamento.

§ 2º Deverão ser encaminhadas aos clientes, juntamente com o termo de anuência, informações detalhadas sobre custos e sobre prazos e condições de cancelamento de cada serviço adicional.

§ 3º Por solicitação do cliente, o material referido no parágrafo anterior deverá ser encaminhado pela prestadora àqueles que já sejam usuários de serviços adicionais na data de publicação desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 90 (noventa dias) após a sua publicação.

Justificação

Denúncias veiculadas na imprensa tornaram visíveis práticas abusivas por parte das prestadoras de serviço telefônico fixo que oferecem serviços do tipo "secretária eletrônica" ou "identificação de chamadas", mas não esclarecem seus usuários sobre todos os custos relacionados com a operação dos referidos serviços. A falta de esclarecimento quanto aos procedimentos de cancelamento desses serviços adicionais é outro aspecto que tem motivado diversas reclamações dos clientes junto aos Procon. Em alguns casos, os serviços adicionais são colocados à disposição dos assinantes de forma totalmente gratuita, porém sem o consentimento dos clientes, que podem não desejar o serviço por diversas razões.

A oferta desses serviços, por intermédio de centrais de venda por telefone ou pela Internet, também favorece as citadas práticas. No primeiro caso, porque ao vendedor só interessa informar as vantagens do serviço e os benefícios a serem auferidos com a sua contratação. Os sítios das empresas também tendem a dar maior divulgação a esses aspectos positivos sempre com o objetivo de atrair novos clientes.

Para minimizar possíveis prejuízos impostos aos assinantes pelas empresas de telefonia fixa, optamos pela apresentação de projeto de lei que estabelece a necessidade de anuência prévia por escrito do usuário para o fornecimento de serviços adicionais. Obrigamos ainda que sejam encaminhadas juntamente com o termo de anuência informações detalhadas sobre os custos envolvidos e sobre o prazo e condições de cancelamento do serviço.

Esperamos que essa nossa iniciativa contribua para minorar o desequilíbrio hoje existente na relação entre usuários e prestadoras do serviço telefônico fixo comutado. Por essa razão, pedimos aos nobres Pares nesta Casa o necessário apoio para sua célere tramitação e aprovação.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Jefferson Campos.**

PROJETO DE LEI Nº 4.139, DE 2004

(Do Sr. Jefferson Campos)

Altera a legislação do Imposto de Renda, limita a dedução de despesas de depreciação, e dá outras providências.

Despacho: Às Comissões de: Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, Ricd) Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

A dedução das despesas de depreciação, para fins da determinação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, sujeita-se às normas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se somente às pessoas jurídicas que apurem o IRPJ e a CSLL com base no lucro real e aufiram lucro líquido anual superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

A pessoa jurídica deverá adicionar ao lucro líquido, para determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os seguintes percentuais do valor total das despesas de depreciação incorridas no período de apuração em que se verifique a condição prevista no parágrafo único do art. 1º:

I – 30%, se o índice de lucratividade da mão-de-obra for superior a R$ 150.000,01 (cento e cinqüenta mil reais e um centavo) por empregado contratado;

II – 20%, se o índice de lucratividade da mão-de-obra for entre R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) e R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) por empregado contratado;

III – 10%, se o índice de lucratividade da mão-de-obra for entre R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) e R$ 100.000,00 (cem mil reais) por empregado contratado.

Parágrafo único. Considera-se índice de lucratividade da mão-de-obra o valor equivalente à divisão do lucro líquido anual pelo número médio de empregados, contratados e registrados de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT durante o mesmo período.

O Poder Executivo, mantidos os percentuais de redução das despesas de depreciação previstos nos incisos do art. 2º, poderá fixar faixas diferenciadas de índices de lucratividade da mão de obra em função do setor ou atividade econômica.

Parágrafo único. Os índices de lucratividade da mão de obra não poderão superar em mais de 25% (vinte e cinco por cento) os valores fixados nos incisos do art. 2º.

A Secretaria da Receita Federal expedirá as normas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005.

Justificação

O desemprego é uma dos piores flagelos da realidade sócio-econômica brasileira. Muitas empresas adquirem equipamentos para agilizar o processo de produção, gerando também economia de mão-de-obra. As máquinas têm substituído o emprego qualificado, e contratos de terceiros, que não conseguem receber direitos trabalhistas, impedem a geração de novos postos de trabalho. Não que consideramos errada a informatização, mas chamamos a atenção para a necessidade de geração de empregos. Assim, uma empresa que obtenha altos lucros deve ser incentivada a contratar um maior número de funcionários.

É o que pretendemos com a apresentação deste Projeto de Lei. Estamos propondo que o imposto de renda da pessoa jurídica seja utilizado como instrumento de indução à contratação de mão-de-obra, restringindo a dedução das despesas de depreciação das máquinas e equipamentos das grandes empresas.

Entendemos que esta nossa iniciativa é justificada pelas razões acima expostas, motivo pelo qual contamos com o apoio dos ilustres pares do Congresso Nacional para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Jefferson Campos.**

PROJETO DE LEI Nº 4.140, DE 2004

(Do Sr. Jefferson Campos)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a circulação de veículos utilizados no transporte público coletivo alternativo.

Despacho: Às Comissões de: Viação e Transportes Constituição E Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 6º Esta lei altera os arts. 61 e 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a circulação de veículos utilizados no transporte público coletivo alternativo.

Art. 7º O art. 61 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61. ..... .

.....

II – ..... .

a).....

2) noventa quilômetros por hora, para ônibus, microônibus e veículos utilizados no transporte público coletivo alternativo;

....."(NR)

Art. 3º O art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105. .....

.....

II – para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de cinco lugares e os de carga com peso bruto total superior a quatro mil, quinhentos e trinta e seus quilogramas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

....."(NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação díficil.

Justificação

É comum ver-se nas cidades os veículos utilizados no transporte público alternativo de passageiros circularem em condições que comprometem a segurança do trânsito, desenvolvendo velocidade incompatível com a permitida para a via, além de manobras arriscadas nos pontos de paradas.

Impõe-se a presença do ente estatal responsável pela prestação do serviço público, fiscalizando, de forma, regular e severa, o cumprimento da legislação existente.

Se utilizado para o mesmo fim, transporte público coletivo de passageiros, aos veículos devem ser impostas as mesmas exigências, independente de suas dimensões e potência, sejam vans e kombis do transporte alternativo, sejam ônibus e microônibus de transporte convencional.

Assim, deve-se exigir dos veículos utilizados no transporte público alternativo a velocidade de 90 Km/h nas rodovias, como também o tacógrafo como equipamento obrigatório, para facilitar os procedimentos de fiscalização.

Com as alterações propostas ao Código de Trânsito Brasileiro, pretende-se nivelar a prestação dos serviços de transporte público coletivo de passageiros alternativo e convencional a um mesmo patamar de segurança, beneficiando à população usuária.

Tendo em vista um trânsito seguro e responsável, contamos com o apoio dos nossos Pares para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Jefferson Campos.**

PROJETO DE LEI Nº 4.141, DE 2004

(Do Sr. Júlio Redecker)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de mensagem de advertência nos cartões telefônicos pré-pagos

Despacho: Apense-se ao PL-2741/2003.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece que as prestadoras de serviços móvel celular e móvel pessoal deverão incluir nos cartões telefônicos pré-pagos as mensagens de advertência que especifica.

Art. 2º As prestadoras do serviços móvel celular e pessoal são obrigadas a incluir nos cartões telefônicos pré-pagos uma das seguintes mensagens de advertência:

I – Dirigir falando ao celular é perigoso.

II – Não fale ao celular enquanto dirige.

III – Celular e volante não combinam: perigo de acidente.

Art. 3º A inobservância do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às penalidades previstas no art. 173 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Justificação

O vertiginoso aumento do uso de aparelhos celulares em todo o mundo trouxe diversas preocupações para as autoridades governamentais. A primeira preocupação óbvia relaciona-se com os possíveis danos à saúde provocados pela radiação eletromagnética produzida por esses equipamentos.

Estudos realizados tanto por cientistas como por organismos internacionais responsáveis pela proteção da saúde da população ainda não conseguiram estabelecer correlação direta entre o uso de celulares e algum tipo de doença. O único risco comprovado do uso desses aparelhos é o aumento da incidência de acidentes de trânsito, quando o motorista fala ao celular.

Quanto à essa preocupação, o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 1997, já considera infração média, sujeita a multa, dirigir o veículo "utilizando-se de fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular" (art. 252, inciso VI). Contudo, essa medida não tem sido suficiente para diminuir o número de acidentes de trânsito nos quais foram envolvidas pessoas que falavam ao celular enquanto dirigiam.

Relatório do Laboratório Britânico de Pesquisa em Transportes aponta que essa conduta é mais perigosa do que dirigir embriagado, pois o motorista com o celular ao ouvido reage muito mais lentamente aos perigos. A distância de frenagem, por exemplo, aumenta significativamente: a 120km/h, é 14 metros mais longa do que a de um motorista que se encontra com ambas as mãos ao volante e 10 metros mais longa do que a de um motorista embriagado. Ademais, condutores que falam ao celular enquanto dirigem, mesmo os que

utilizam fone de ouvido, ficam com a visão afunilada e com as mesmas reações de quem está sob o efeito de 0,8 decigramas de álcool. Para se ter uma idéia dos riscos envolvidos, basta verificar que a legislação brasileira considera "dirigir sob a influência de álcool, em nível superior a 0,6 decigramas por litro de sangue" infração gravíssima, sujeita a multa e a suspensão do direito de dirigir.

Assim sendo, optamos por apresentar o presente projeto de lei com o intuito de promover amplo esclarecimento da população quanto aos riscos envolvidos com o uso do celular ao volante. Consideramos que a inclusão de mensagem de advertência nos cartões comercializados pelas prestadoras de serviço móvel atingirá esse objetivo, pois grande parcela da população, cerca de 80% dos usuários desse serviço, utiliza o sistema pré-pago.

Dada a relevância da matéria, esperamos contar com o fundamental apoio de nosso Pares nesta Casa para sua célere tramitação e aprovação.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Júlio Redeck.**

PROJETO DE LEI Nº 4.142, DE 2004
(Do Poder Executivo)
MENSAGEM Nº 577/2004

Dispõe sobre o ensino na Marinha.

Despacho: Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Educação e Cultura; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º O ensino na Marinha obedece a processo contínuo e progressivo de educação, com características próprias, constantemente atualizado e aprimorado, desde a formação inicial até os níveis mais elevados de qualificação, visando prover ao pessoal da Marinha o conhecimento básico, profissional e militar-naval necessário ao cumprimento de sua missão constitucional.

Parágrafo único. Atendidos os aspectos que lhe são peculiares, o ensino na Marinha observa as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecidas em legislação federal específica.

Art. 2º O ensino na Marinha baseia-se nos seguintes princípios:

I – integração à educação nacional;

II – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

III – garantia de padrão de qualidade;

IV – profissionalização contínua e progressiva;

V – preservação da ética, dos valores militares e das tradições navais;

VI – avaliação integral e contínua;

VII – titulações próprias ou equivalentes às de outros sistemas de ensino; e

VIII – efetivo aproveitamento da qualificação adquirida, em prol da Instituição.

CAPÍTULO II
Do Sistema de Ensino Naval

Art. 3º A Marinha mantém o Sistema de Ensino Naval – SEN, destinado a capacitar o pessoal militar e civil para o desempenho, na paz e na guerra, dos cargos e funções previstos em sua organização, nos termos desta Lei.

Art. 4º O SEN abrange diferentes níveis e modalidades de ensino, finalidades de cursos e estágios, e estabelecimentos de ensino.

Parágrafo único. O SEN poderá ser complementado por cursos e estágios julgados de interesse, conduzidos em organizações extra-Marinha, militares ou civis, nacionais ou estrangeiras, conforme regulamentado pela Marinha.

Art. 5º Quanto ao nível e à modalidade, o ensino proporcionado pelo SEN terá, em conformidade com a legislação que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, correspondência com:

I – a educação básica, no que se refere ao ensino médio;

II – a educação profissional; e

III – a educação superior.

Parágrafo único. Fica assegurada a equivalência dos cursos do SEN, quanto aos seus níveis e modalidades, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 6º O SEN, por intermédio de cursos e estágios de diferentes finalidades, proverá os seguintes tipos de ensino:

I – ensino básico – destinado a assegurar a base humanística e científica necessária ao preparo militar e ao desenvolvimento da cultura em geral;

II – ensino profissional – destinado a proporcionar a habilitação para o exercício de funções operativas e técnicas e para a realização de atividades especializadas; e

III – ensino militar-naval – destinado a desenvolver as qualidades morais, cívicas e físicas, assim como para transmitir conhecimentos essencialmente militares e navais.

Art. 7º Para atender ao seu propósito, o SEN é constituído pelos seguintes cursos:

I – para o pessoal militar:

a) preparação de aspirantes-visa ao preparo e seleção de alunos para acesso aos cursos de graduação de oficiais;

b) formação de oficiais-visa ao preparo para o desempenho dos cargos e o exercício das funções peculiares aos graus hierárquicos iniciais de quadros e corpos específicos e para a prestação do serviço militar inicial;

c) formação de praças-visa ao preparo para o exercício das funções peculiares aos graus hierárquicos iniciais dos círculos a que se destinam e para a prestação do serviço militar inicial;

d) graduação de oficiais-visa ao preparo para o desempenho dos cargos e o exercício das funções peculiares aos graus hierárquicos iniciais de quadros e corpos específicos;

e) especialização destinado à habilitação para o cumprimento de tarefas profissionais que exijam o domínio de conhecimentos e técnicas específicas;

f) subespecialização destinado à preparação do pessoal selecionado para desempenho em setores restritos da Marinha, que exigem aptidões ou habilitações complementares às que são conferidas pela especialização;

g) aperfeiçoamento destinado à atualização e ampliação de conhecimentos necessários ao desempenho de cargos e ao exercício de funções próprias de graus hierárquicos intermediários e superiores;

h) especial destinado à preparação do pessoal para serviços que exijam qualificações particulares não conferidas pelos cursos de especialização, subespecialização e aperfeiçoamento;

i) expedito – destinado a suplementar a habilitação técnico-profissional do pessoal, conforme necessidade ocasional do serviço naval, tendo caráter transitório;

j) extraordinário – destinado ao aprimoramento técnico-profissional do pessoal, preenchendo, na época considerada, lacunas deixadas pelos demais cursos, sendo realizados em organizações extra-Marinha;

l) pós-graduação – destinado a desenvolver e aprofundar a formação adquirida nos cursos superiores de graduação, com incentivo à pesquisa científica e tecnológica; e

m) altos estudos militares – destinados à capacitação de oficiais para o exercício de funções de Estado-Maior e para o desempenho de cargos de comando, chefia e direção, possuindo caráter de pós-graduação;

II – para o pessoal civil, além dos cursos previstos nas alíneas "h" a "m" do inciso I, será oferecido treinamento, destinado a ampliar e atualizar os conhecimentos dos servidores, bem assim desenvolver suas aptidões e integrá-los na organização militar em que estiverem lotados.

Art. 8º O estágio constitui atividade de ensino que visa à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, de modo a complementar a educação recebida.

Art. 9º A matrícula nos cursos que permitem o ingresso na Marinha dependerá de aprovação prévia em concurso público, cujo edital estabelecerá as condições de escolaridade, preparo técnico e profissional, sexo, limites de idade, idoneidade, saúde, higidez física e aptidão psicológica requeridas pelas exigências profissionais da atividade e carreira a que se destinam.

Art. 10. Os militares e civis da Marinha serão selecionados, indicados e matriculados em cursos e estágios, em atendimento aos requisitos previstos nos respectivos planos de carreira, por determinação da Administração Naval.

Art. 11. Os cursos e estágios do SEN poderão ser freqüentados por militares das nações amigas, das demais Forças Singulares, das Forças Auxiliares e por civis, por determinação da Administração Naval.

CAPÍTULO III
Do Ensino Para o Pessoal da Reserva

Art. 12. O ensino para o pessoal da reserva será intermitente, sendo estabelecido em conformidade com as necessidades conjunturais de atendimento ao preparo da Marinha.

Art. 13. O pessoal da reserva estará obrigado, sempre que a Marinha julgar necessário, a freqüentar cursos e estágios, bem assim a participar de exercícios de aplicação, visando ao aperfeiçoamento e à atualização de conhecimentos militares.

CAPÍTULO IV
Da Política, Direção e Administração do Ensino da Marinha

Art. 14. Ao Comandante da Marinha compete:

I – estabelecer a política de ensino da marinha, baixando diretrizes ao órgão de direção setorial responsável pela supervisão e administração das atividades de ensino relacionadas com o pessoal da Marinha;

II – regular o exercício de instrutoria;

III – regular a participação de pessoal extra-Marinha em cursos e estágios do SEN;

IV – regular a participação de pessoal da Marinha em cursos e estágios ministrados em estabelecimentos e instituições extra-Marinha;

V – regular a matrícula nos cursos e estágios dos estabelecimentos de ensino da Marinha; e

VI – estabelecer normas para o cálculo de custos dos cursos e estágios, com vistas à indenização prevista no art. 26 desta Lei.

Art. 15. A Diretoria de Ensino da Marinha – DEnsM é o órgão central do SEN.

Art. 16. Cabe ao órgão central do SEN, responsável pelas atividades de ensino nos termos da Estrutura Básica da Organização da Marinha do Brasil, exercer, sem prejuízo da subordinação prevista, a orientação normativa, a supervisão funcional e a fiscalização específica das organizações de execução.

§ 1º Os cursos de Altos Estudos Militares, em razão da inter-relação de suas disciplinas com a disseminação e fixação da doutrina naval, serão diretamente supervisionados pelo Estado-Maior da Armada.

§ 2º O planejamento, a administração geral, a direção, o controle e a supervisão técnico-pedagógica dos cursos destinados ao pessoal do Corpo de Fuzileiros Navais serão feitos pelo órgão de direção setorial do Corpo de Fuzileiros Navais, observada a orientação normativa da DEnsM, sem prejuízo da subordinação prevista na estrutura da Marinha.

Art. 17. Na execução dos cursos e estágios previstos nesta Lei, as atribuições específicas de ensino serão da competência do titular do estabelecimento onde eles são ministrados.

CAPÍTULO V
Dos Estabelecimentos de Ensino da Marinha

Art. 18. Os estabelecimentos de ensino da Marinha serão as organizações militares responsáveis pela condução dos cursos e estágios do SEN.

§ 1º O Colégio Naval será o estabelecimento responsável pelo curso de educação básica de ensino médio.

§ 2º A Escola Naval será o estabelecimento responsável pelos cursos de educação superior de graduação em Ciências Navais.

§ 3º A Escola de Guerra Naval será o estabelecimento responsável pelos cursos de educação superior de pós-graduação em Ciências Navais.

§ 4º Os estabelecimentos responsáveis pelos demais cursos serão definidos na regulamentação desta Lei.

Art. 19. Os cursos e estágios do SEN poderão ser conduzidos em outras organizações militares da Marinha não específicas de ensino, mas estruturadas de modo a possibilitar a sua realização.

Art. 20. Os cursos e estágios do SEN poderão ser ministrados a distancia.

Art. 21. Os diplomas e os certificados dos cursos e estágios serão expedidos e registrados pelos respectivos estabelecimentos de ensino, conforme regulamentação desta Lei, e terão validade nacional.

CAPÍTULO VI
Dos Currículos

Art. 22. O currículo é o documento básico que define as atividades escolares desenvolvidas no âmbito de curso ou estágio, estabelecendo seus objetivos, estrutura, duração e aferição do aproveitamento escolar.

Art. 23. Os currículos dos cursos e estágios do SEN serão aprovados pelo Diretor de Ensino da Marinha.

Parágrafo único. Os currículos dos cursos de Altos Estudos Militares serão aprovados pelo Chefe do Estado-Maior da Armada.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Finais

Art. 24. A organização e as atribuições do corpo docente dos estabelecimentos de ensino da Marinha constituirão matéria regulada por lei específica.

Parágrafo único. O desempenho de atividades docentes por parte de militares receberá a denominação de Instrutoria e obedecerá a normas específicas da Marinha.

Art. 25. O Ensino Profissional Marítimo, destinado ao preparo técnico-profissional do pessoal a ser empregado pela Marinha Mercante, é de responsabilidade da Marinha e objeto de legislação específica.

Art. 26. As despesas realizadas pela União na formação e no preparo do pessoal da Marinha, por meio do SEN, deverão ser indenizadas aos cofres públicos pelo militar da ativa, no caso de violação do princípio estabelecido no inciso VIII do art. 2º desta Lei, conforme previsto no Estatuto dos Militares.

Art. 27. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Fica revogada a Lei nº 6.540, de 28 de junho de 1978.

Brasília,

EM Nº 161/MD

Brasília, 15 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre o Ensino na Marinha.

2. A medida tem o propósito de alterar a Lei nº 6.540, de 28 de junho de 1978, que dispõe sobre o ensino na Marinha, de modo a adequá-la à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e à evolução do Sistema de Ensino da Marinha.

3. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Constituição, como a lei maior de um Estado, estabelece normas que organizam toda a estrutura social, política e jurídica do País. Dentro dessa estrutura fundamental do Estado, sob o título "Ordem Social", a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 disciplina em capítulo específico a educação nacional. Existem, também, diversos dispositivos constitucionais que regulam de forma implícita o regime jurídico educacional, como ocorre, por exemplo, nos Direitos e Garantias Fundamentais dispostos no artigo 5º da Carta Magna.

4. A educação nacional, conforme previsto na Constituição, é direito de todos, dever do Estado e da família. A obrigação estatal com a educação compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cada qual com seu respectivo sistema de ensino e regime de colaboração.

5. Destarte, compete privativamente à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, hoje concretizada na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6. Também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases, a lei geral de educação traz em seu texto as competências do sistema federal e a base de atuação dos demais sistemas, por isso, no art. 83 excepciona que "o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino". Diante disso, despiciendo citar a importância e relevância da Lei de Ensino da Marinha, que organiza e disciplina sua estrutura educacional, atendendo às peculiaridades da vida militar-naval.

7. O ensino na Marinha do Brasil, atualmente regulado pela Lei nº 6.540, de 28 de junho de 1978, visa prover ao pessoal da Marinha o conhecimento geral, técnico e científico necessário para cumprimento de sua missão constitucional. Da mesma forma que o ensino civil, o ensino militar-naval vem ao longo dos anos se reestruturando, tornando-se imperiosa a atualização da Lei de Ensino da Marinha, que embora recepcionada pela Lei Fundamental, há muito se tornou obsoleta diante da evolução do sistema educacional brasileiro e do sistema educacional militar-naval.

8. Um sistema educacional desatualizado, que não mais atenda à realidade e às necessidades da Marinha, traz como conseqüência problemas estruturais impossíveis de serem sanados. Assim, as mudanças apresentadas se fazem imprescindíveis para o melhor funcionamento desta Força Armada.

9. São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição do Projeto de Lei em questão.

Respeitosamente, **Jose Viegas Filho.**

PROJETO DE LEI Nº 4.143, DE 2004

(Do Sr. Jamil Murad)

Dispõe sobre a criação, reprodução, comercialização, importação e condução de cães das raças que menciona e dá outras providências.

Despacho: Apense-se ao PL-nº 2.361/2000.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Publicação inicial Art. 137, **caput** – RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica impedida a comercialização da raça "Pitt Bull", Rottweiller ou de produto de cruzamento dessas raças em todo o território nacional.

Art. 2º Todos os cães da raça "Pit Bull", Rottwaller ou de produto do cruzamento dessas raças, fica obrigado, no prazo de 30 (trinta)dias, contados a partir da data da publicação desta Lei, aos seguintes procedimentos: vacinar o cão; providenciar o registro do cão no Ministério da Agricultura; oferecer condições adequadas de criação, não submetendo o animal a tratamento desumano ou cruel;

Munir o animal de equipamentos de segurança – coleira (enforcadeira) e focinheira – ao conduzi-lo em lugares públicos.

Art. 2º Para todos os efeitos desta Lei, o Ministério da Agricultura, sob a orientação de médicos veterinários, deverá elaborar formulário próprio onde, dentre as informações que julgar necessárias, deverá constar:

I – número seqüencial de registro determinado pelo Ministério;

II – nome completo do proprietário, ou responsável maior de dezoito anos;

III – número do registro do documento de identificação (Registro Geral), Estado e Órgão responsável pela emissão;

IV – número do registro no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda;

V – endereço residencial do proprietário acompanhado de cópia autenticada de documento comprobatório;

VI – característica gerais do animal;

VII – idade do animal;

VIII- forma de aquisição e, se possuir, cópia autenticada do "pedrigree" do animal;

IX – O animal a que se refere no caput deste artigo, só poderá circular em logradouros públicos em logradouros públicos no horário entre as 22 e as 6 horas e deverá estar equipado com coleira (enforcadeira) e focinheira;

X – os menores de dezoito anos ficam proibidos de conduzir o animal, ainda que acompanhado de seu representante legal.

Art. 3º A identificação ou a tatuagem na orelha do animal, deverá ser feita por técnico especializado ou clínica credenciada pelo Ministério.

§ 1º Fica vedada a circulação em vias e locais públicos, de animais da raça "Pitt Bull", sem coleiras e guias de segurança, com a devida identificação do Ministério.

§ 2º No prazo de 180 dias, todos os cães da raça "Pitt Bull", macho ou fêmea, deverão passar por processo de esterilização, que deverá ser realizado por um profissional médico veterinário.

§ 3º O não cumprimento desta Lei acarretará ao proprietário do animal, o pagamento de multa no valor de R$ 842,00, corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços – IGPM.

Art. 4º É vedada a permanência de cão das raças mencionadas nesta Lei em praças, jardins, parques públicos, pistas de caminhada e nas proximidades de unidades de ensino, públicos ou particulares.

Art. 5º O proprietário e/ou condutor de cães a que se refere esta Lei é responsável pelos danos que o animal sob sua guarda e/ou condução venha causar a terceiros, ficando sujeito ás sanções penais e legais cabíveis, além daquelas dispostas no art. 8º da presente Lei.

Art. 6º Qualquer pessoa do povo poderá requisitar força policial, mediante a constatação da inobservância de qualquer dispositivo desta Lei, para que a mesma seja cumprida.

Art. 7º O não cumprimento ao dispositivo desta Lei acarretará ao infrator, seja ele proprietário e/ou condutor as seguintes sanções, independentemente de outras sanções legais existentes e pertinentes à espécie, que poderão ainda ser cumulativas.

I – apreensão do animal e multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais);

II – multa no valor de R$ 1000,00 (um mil reais) no caso de reincidência;

III – obrigatoriedade de reparar ou compensar os danos causados, independentemente da agressão ter sido feita contra pessoas e/ou animais;

IV – a aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo independe da aplicação do disposto no inciso III;

V – Os valores a que se referem os incisos I e II deste artigo deverão ser reajustado de acordo com os índices vigentes.

Parágrafo único, Para os efeitos desta Lei, considera-se reincidência a constatação da mesma situação que motivou a apreensão referida no inciso I deste artigo, no período mínimo de 90 (noventa) dias.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este Projeto de Lei pretende estabelecer medidas preventivas visando impedir ataques de cães de raças violentas e eliminar sua presença no território nacional a médio prazo.

Seguindo o exemplo de medidas semelhantes já adotadas em países como Inglaterra e França e, mais recentemente, nas cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O objetivo é irradicá-los totalmente em período entre 8 (oito) a 10(dez) anos, (média de vida desses animais), bem como os animais que resultem dos seus cruzamentos, cães naturalmente agressivos com outros animais da mesma raça, o que vem sendo motivo para a promoção de brigas de cães e para o uso destes como instrumento de ameaça ao público.

Os cães da raça "*Pitt Bull", "Rottwalle"* têm como principais características, a agilidade, força física e mandíbulas muito forte. São animais reconhecidamente anti-sociais, tornando-se um eminente perigo, ameaçador a outros animais e, principalmente, ao bem estar e á vida do ser humano. A criação destes animais, na maioria dos casos, escapa do controle de seu criador que acaba se tornando vítima potencial, sem deixar de mencionar o perigo que representa para todos os seres à sua volta. O que ensejou a apresentação deste Projeto, foi ocorrência de vários acidentes, inclusive com farta publicação, envolvendo crianças e até por vezes o próprio dono ou condutor desses cães. São cães que além da capacidade de vencer um oponente duas ou até três vezes maior, sobressai-se, ainda; pela coragem, agressividade, vigor, robustez, agilidade e incansável resistência. Esses cães são capazes de dar 7 mordidas a cada 5 segundos na vítima. Tem-se, segundo pesquisa, grande resistências física e tolerância á dor, mostrando grande capacidade de recuperação das lesões sofridas.

Por suas estaturas, são de médio porte: o macho a altura média entre 43 e 57 cm e as fêmeas entre 40 e 52cm; pesam entre 23 e 36kg. No Brasil, passou-se

a tê-lo como cão de guarda pessoal, tão logo que comece a ganhar desenvoltura, aflora a sua verdadeira índole violenta. Observa-se então, que é animal extremamente egoísta, ataca qualquer outro cachorro que cruze o seu caminho. Sua mandíbula exerce uma pressão de 500 kg, podendo com facilidade estraçalhar sua vítima.

Na Inglaterra, onde a posse e criação destes cães já estão proibidos desde 1996, devido ao risco comprovado que representava á incolumidade física das pessoas. Na França, foram esterelizados a fim de provocar sua completa extinção. Nos Estados Unidos da América, o dono do animal, na maioria dos casos, é condenado á prisão em regime fechado, quando o ataque provoca a morte ou lesões corporais de natureza grave nas vítimas. A Alemanha proibiu no país a importação e a criação de cães de ataque, entre eles o "*Pitt Bull*" e o "*Rottwalle*", dentre elas a obrigatoriedade de licença por parte dos proprietários de cães dessas raças e a exigência de licença por parte dos proprietários de cães e a exigência de que em lugares públicos eles usem focinheira e coleira puxadas por correntes.

Aprofundando minha pesquisa, pude concluir as raças em apreço, foi uma depuração transgênica, trabalhada ao longo dos tempos. No passado os ingleses os eram grandes entusiastas de lutas de ringue entre touros e esses cães treinados em arenas – até levavam vantagens. Os "*Dogs Pits*" em Londres, realizavam-se rinhas, onde competiam cães de 07 aos de vida com uma carreira de 30 vitórias. Assim, originou-se então o nome da raça "*Pitt Bull*". *Pitt* = lugar onde lutavam seus ancestrais no velho oeste e "*Bull*", porque lutava com touros.

Embora primeiramente afamado como um cão lutador, também trabalha na predação de outros animais. Como cão de guarda, seus resultados sempre foram desastrosos e decepcionantes, mas isto continua sendo explorado e criados por amadores ávidos pelo lucro imediato.

A vida das pessoas, tal qual preceituam vários dispositivos legais, é o bem maior perseguido pelo direito e como tal deve ser entendido e defendido. Incumbe ao poder público, para assegurar a qualidade de vida, definir espaços territoriais e seus componentes a qualidade de vida, definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

Ao nosso ver, a proteção à vida e segurança dos cidadãos exige ação enérgica e determinada do poder público.

São estes os motivos que nos levam a apresentar este Projeto de Lei e a pedir o indispensável apoio aos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Jamil Murad.**

PROJETO DE LEI Nº 4.144, DE 2004

(Do Sr. Marcos Abramo)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências.

Despacho: Às Comissões de: Seguridade Social e Família Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências.

Art. 2º Acrescente-se ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a seção V do Capítulo VI do Título I, com a seguinte redação:

"SEÇÃO V

Dos crimes informáticos

Sabotagem informática

Art. 154-A. Impedir o funcionamento ou interferir na operação de um sistema informatizado por meio de invasão, introdução, transmissão, dano, apagamento, deterioração, alteração ou supressão de dados informáticos com o objetivo de dificultar, embaraçar ou impedir o funcionamento do sistema informatizado.

Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem cria, vende, produz, distribui, fornece a terceiro ou mantém a posse intencional de meio indevido de acesso a sistema informatizado.

§ 2º Somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a União, Estado, Distrito Federal, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista.

§ 3º Não constitui crime o impedimento ou interferência no funcionamento de sistema informatizado caso haja permissão expressa do responsável pelo sistema.

Falsidade informática

Art. 154-B. Danificar, alterar, apagar, introduzir ou suprimir dados informáticos de modo a obter ou produzir dados não autênticos para induzir terceiros a erro com a finalidade de obter, para si ou para outrem, vantagem indevida.

Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem cria, vende, produz, distribui, fornece a terceiros ou mantém a posse intencional de meio indevido de falsificação de dados informáticos.

§ 2º Somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a União, Estado, Distrito Federal, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista.

§ 3º A conduta prevista no *caput* deste artigo constitui crime indiferentemente se os dados obtidos ou produzidos estiverem ou não em forma diretamente legível ou inteligível.

Fraude informática

Art. 154-C. Causar a perda de coisa alheia com intenção fraudulenta de obter, para si ou para outrem, benefício econômico por meio de:

I – dano, alteração, apagamento, introdução ou supressão de dados informáticos; ou

II – interferência no funcionamento de um sistema informático.

Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem cria, vende, produz, distribui, fornece a terceiros ou mantém a posse intencional de meio indevido que cause a perda de coisa alheia nos termos deste artigo.

§ 2º Somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a União, Estado, Distrito Federal, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista.

Sistema informatizado, dados informáticos, provedor de serviço, assinante, dados de tráfego, dados de conteúdo e informação de assinante

Art. 154-D Para efeitos penais, considera-se:

I – Sistema informatizado: qualquer dispositivo isolado ou grupo de dispositivos relacionados ou interligados, em que um ou mais dentre eles executa o tratamento automatizado de dados;

II – Dados informáticos: qualquer representação de fatos, informações ou conceitos expressa sob uma forma suscetível de processamento em um sistema informatizado, incluindo programas de computador aptos a fazer um sistema informatizado executar uma ou mais funções;

III – Provedor de serviço:

a) Qualquer entidade pública ou privada que faculte aos usuários dos seus serviços a possibilidade de se comunicar por meio de um sistema informatizado; ou

b) Qualquer outra entidade que processe ou armazene dados informáticos em nome de um serviço de comunicação ou dos usuários desse serviço;

IV – Assinante: usuário do serviço prestado pelo provedor de serviço;

V – Dados de tráfego: todos os dados informáticos relacionados a uma comunicação efetuada por meio de um sistema informatizado que forem gerados por esse sistema como elemento de uma cadeia de comunicação e que indicarem a origem, destino, trajeto, hora, data, tamanho, duração e tipo da comunicação;

VI – Dados de conteúdo: todos os dados informáticos relativos ao conteúdo de uma comunicação ou de uma mensagem; e

VII – Informação de assinante: qualquer informação referente ao assinante que esteja disponível na forma de dados informáticos ou em qualquer outra forma interpretável pelo provedor do serviço, excluindo dados de tráfego ou de conteúdo, que contenha dados relativos ao:

a) tipo do serviço de comunicação utilizado e período de prestação do serviço ao assinante;

b) identidade, endereço postal ou geográfico, telefone de contato e informações de faturamento e pagamento do assinante; e

c) qualquer outra informação sobre o local de instalação do equipamento de comunicação do assinante, se cabível." (NR)

Art. 3º Dê-se ao art. 7º da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a seguinte redação:

> "Art. 7º Para os procedimentos de interceptação de que trata esta Lei, a autoridade policial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público e aos demais provedores de serviços de telecomunicações, de acesso à Internet e correlatos". (NR)

Art. 4º Acrescente-se ao § 1º do art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o inciso IV com a seguinte redação:

> "..... .
>
> IV – intencionalmente armazena, guarda ou mantém a posse, em meio eletrônico, de fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.
>
> ....."(NR)

Art. 5º Os provedores de serviços de comunicações deverão manter cadastro de seus assinantes e registro dos acessos executados por eles.

§ 1º O cadastro deverá conter, no mínimo, as seguintes informações de assinante relativas a cada usuário:

I – nome ou razão social;

II – endereço com Código de Endereçamento Postal;

III – número telefônico de contato;

IV – número de registro do assinante no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Poder Executivo;

V – informações de faturamento e pagamento;

VI – tipo de serviço de comunicação utilizado;

VII – período de prestação do serviço ao assinante; e

VIII – local de instalação do equipamento de comunicação do assinante, se cabível.

§ 2º O registro dos acessos executados pelo assinante deverá conter, pelo menos, os seguintes dados de tráfego referentes a cada acesso:

I – identificação do usuário;

II – data e hora de conexão e desconexão;

III – endereço de rede do usuário na transação;

IV – código de acesso telefônico ou identificação do ponto de rede utilizado para executar a conexão; e

V – tipo do serviço utilizado.

§ 3º O provedor de serviço deverá preservar as informações de assinante relativas a cada usuário pelo prazo mínimo de cinco anos após a desvinculação entre as partes.

§ 4º Os dados de tráfego relativos aos acessos executados pelo assinante deverão ser preservados pelo provedor de serviço pelo prazo mínimo de cinco anos contados a partir da sua ocorrência.

§ 5º As informações de que trata este artigo somente poderão ser fornecidas às autoridades competentes mediante determinação judicial.

§ 6º O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o provedor do serviço à multa de até dois mil reais a cada informação não registrada, acrescida de um terço em caso de reincidência.

§ 7º O provedor de serviço se obriga a armazenar o conteúdo de dados específicos hospedados por terceiros em seu sistema informático, bem como cooperar e ajudar as autoridades competentes na coleta ou armazenamento desses dados, desde que haja determinação judicial específica com essa intenção.

Art. 6º Para efeito da investigação criminal ou instrução processual penal dos crimes informáticos, é lícita a execução das seguintes medidas, desde que devidamente autorizadas por autoridade judicial competente:

I – provisão de segurança física e lógica a um sistema informático ou parte dele, ou a um meio de suporte ao armazenamento de dados informáticos;

II – elaboração ou retenção de cópia de dados informáticos;

III – preservação da integridade de dados informáticos armazenados;

IV – impedimento ao acesso ou remoção de dados informáticos de sistema informático;

V – revelação de informações de assinante ou de dados de tráfego específicos que estejam sob a guarda do provedor de serviço, segundo o disposto no art. 5º desta Lei; e

VI – busca e apreensão de dados informáticos armazenados ou dos meios de suporte a esses dados, estejam eles sob a guarda do provedor de serviço ou do assinante.

§ 1º Se no decorrer da investigação criminal ou da instrução processual penal forem detectados indícios relevantes de que os dados informáticos objeto da investigação ou instrução processual estão armazenados em outro sistema informático, as autoridades responsáveis pela investigação ou instrução processual poderão, de forma sumária, estender a medida executada ao outro sistema informático ou parte dele.

§ 2º Caso seja verificada a necessidade da preservação do sigilo na execução das medidas de que trata este artigo, os registros dessa execução deverão ser efetuados em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, de forma a preservar o sigilo das diligências.

§ 3º O pedido de execução das medidas de que trata este artigo conterá a demonstração de que a sua realização é necessária para a apuração da infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.

§ 4º Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a execução das medidas.

§ 5º O juiz, no prazo máximo de vinte e quatro horas, decidirá sobre o pedido de execução das medidas de que trata este artigo.

§ 6º Em caráter excepcional, os órgãos de investigação competentes terão a prerrogativa de requerer, enquanto aguardam determinação judicial, que o provedor de serviço ou o guardião dos dados informáticos sob investigação preservem a integridade ou mantenham confidenciais todos os dados, registros e informações solicitadas por esses órgãos que estejam relacionados com a investigação em questão.

§ 7º A decisão adotada pelo juiz deverá indicar a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual

período uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

§ 8º Deferido o pedido para execução das medidas de que trata este artigo, a autoridade policial conduzirá os procedimentos, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização.

§ 9º Para a execução das medidas de que trata este artigo, a autoridade policial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público e aos demais provedores de serviços de telecomunicações, de acesso à Internet e correlatos.

§ 10. As medidas de que trata este artigo são aplicáveis inclusive para sistemas informáticos operados em benefício de um grupo fechado de usuários, mesmo que não empreguem redes de comunicações públicas ou que não estejam conectados a outro sistema informático, seja público ou privado.

Art. 7º O Poder Executivo designará um órgão para assistência mútua internacional que se portará como autoridade central responsável pelo contato com países estrangeiros para receber e enviar solicitações de investigações relacionadas a sistemas e dados informáticos, ou para a coleta de evidências em forma eletrônica de infrações criminais.

§ 1º A autoridade central será responsável pela execução dos pedidos recebidos ou pela transmissão destes às autoridades competentes para a sua execução.

§ 2º A autoridade central poderá, em circunstâncias urgentes, enviar ou receber pedidos de assistência mútua por meios sumários de comunicação, inclusive fac-símile ou correio eletrônico, desde que tais meios ofereçam níveis apropriados de segurança e autenticação e confirmação formal.

§ 3º Em caso de urgência, os pedidos para assistência mútua formulados por países estrangeiros poderão ser recebidos por autoridades brasileiras distintas da autoridade central de que trata o *caput* deste artigo, desde que seja dada ciência imediata às autoridades centrais brasileira e do país de origem da solicitação.

§ 4º Em caso de urgência, os pedidos para assistência mútua formulados pelo Brasil poderão ser enviados por autoridades brasileiras distintas da autoridade central de que trata o *caput* deste artigo, desde que seja dada ciência imediata às autoridades centrais brasileira e do país destinatário da solicitação.

§ 5º A assistência mútua de que trata o *caput* deste artigo incluirá:

a) a provisão de aconselhamento técnico;

b) a adoção de medidas que permitam a execução sumária dos procedimentos previstos no art. 6º;

c) a coleta de evidências em forma eletrônica;

d) a provisão de informações legais; e

e) a localização de suspeitos.

§ 6º Deverá ser mantido sigilo sobre os procedimentos de assistência mútua executados desde que haja solicitação expressa por parte do país requerente da assistência e que as leis brasileiras não exijam a sua publicidade.

§ 7º Serão recusados os pedidos de assistência mútua relacionados a condutas que não sejam consideradas infrações no Brasil ou aqueles em que a execução do pedido cause riscos à soberania, segurança ou ordem pública nacionais.

§ 8º O disposto neste artigo estará condicionado à existência de reciprocidade entre o Brasil e o país estrangeiro requerente ou recebedor do pedido de assistência mútua.

Art. 8º Fará parte da estrutura da autoridade central de que trata o art. 7º um órgão específico responsável pela assistência imediata e ininterrupta a países estrangeiros com a finalidade de prestar aconselhamento técnico, receber solicitações de apuração de infrações criminais relacionadas a sistemas e dados informáticos e coletar evidências em forma eletrônica de infrações criminais.

§ 1º O órgão de que trata o *caput* deste artigo deverá ter capacidade de se comunicar por meios sumários com órgãos similares estrangeiros, bem como de adotar as medidas necessárias para o rápido encaminhamento dos pedidos de preservação sumária de dados informáticos elaborados por países estrangeiros em conformidade com o art. 9º.

§ 2º O disposto neste artigo estará condicionado à existência de reciprocidade entre o Brasil e o país estrangeiro.

Art. 9º Os países estrangeiros poderão solicitar à autoridade central brasileira de que trata o art. 7º a preservação sumária de dados informáticos armazenados, devendo para isso especificar:

I – a identificação da autoridade que está requerendo a preservação de dados;

II – a infração que é alvo da investigação ou procedimento criminal;

III – breve resumo dos fatos relacionados;

IV – dados informáticos armazenados a serem preservados e sua relação com a infração;

V – qualquer informação disponível com a finalidade de identificar o guardião dos dados informáticos armazenados ou o local do sistema informático;

VI – a necessidade da preservação; e

VII – que o país requerente manifeste a intenção de submeter um pedido formal de assistência mútua para busca, apreensão ou diligência similar.

§ 1º Ao receber o pedido de preservação sumária de dados formulado por país estrangeiro, a autoridade central brasileira adotará todas as medidas apropriadas para preservar de forma sumária os dados especificados.

§ 2º A preservação de dados não deverá ser autorizada por período de tempo inferior a 60 (sessenta) dias, prazo no qual o país estrangeiro deverá submeter pedido formal de assistência mútua à autoridade central brasileira.

§ 3º Após o recebimento de um pedido de preservação de dados informáticos requerido em conformidade com o disposto neste artigo, eles deverão permanecer preservados até que as autoridades competentes brasileiras adotem uma decisão definitiva sobre o pedido de assistência mútua a ele relacionado.

§ 4º Serão recusados os pedidos de preservação de dados informáticos relacionados a condutas que não sejam consideradas infrações no Brasil ou aqueles em que a execução do pedido cause riscos à soberania, segurança ou ordem pública nacionais.

§ 5º O disposto neste artigo estará condicionado à existência de reciprocidade entre o Brasil e o país estrangeiro.

Art. 10. A interceptação em tempo real do fluxo de comunicações em sistemas informáticos relativo a dados de conteúdo e de tráfego é regulada pela Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 e por esta Lei, no que couber.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Nos últimos anos, a introdução das novas comodidades proporcionadas pelas tecnologias da informática tem sido acompanhada pela crescente ação dos piratas cibernéticos – os chamados *hackers*. Embora parte da população brasileira venha se habituando paulatinamente a utilizar os serviços prestados via Internet, o volume do comércio eletrônico no País ainda se encontra muito aquém do seu potencial de crescimento em decorrência da insegurança do cidadão em realizar transações comerciais por intermédio da rede mundial de computadores. Até mesmo instituições públicas de grande respeitabilidade perante a opinião pública, como o Banco do Brasil, o Banco Central e o Supremo Tribunal Federal, vêm sendo vítimas da ação criminosa dos *hackers*.

O quadro que se delineia não se observa somente no Brasil, mas principalmente nos países desenvolvidos, onde têm ocorrido intensas discussões sobre a viabilidade da adoção de mecanismos legais com o objetivo de conter a proliferação dos crimes digitais. Fruto desses debates, a Comunidade Européia aprovou, em 23 de novembro de 2001, a Convenção em Cibercrime. O instrumento proposto tipifica como crime diversas condutas praticadas no mundo das tecnologias da informação, além de prever dispositivos específicos com o intuito de agilizar a apuração desses delitos e promover a cooperação entre as nações signatárias da Convenção na sua investigação.

No Brasil, a ausência de um arcabouço jurídico que permita às autoridades judiciárias nacionais enfrentar e punir com rapidez os responsáveis pelas fraudes informáticas estimulou a Câmara dos Deputados a aprofundar o debate legislativo acerca da matéria. A discussão travada sobre o assunto nesta Casa culminou com a aprovação, no ano de 2003, do Projeto de Lei nº 84, de 1999, de autoria do Deputado Luiz Piauhylino, que dispõe sobre os crimes cibernéticos e impõe penalidades para uma série de condutas ilícitas específicas cometidas no ambiente virtual. Atualmente, a proposição se encontra tramitando na Comissão de Educação do Senado Federal, onde já recebeu parecer favorável do Relator no Órgão, Senador Eduardo Azeredo.

Em nosso entendimento, para que o País possa expandir o segmento do comércio eletrônico, é necessário que o nosso ordenamento jurídico esteja sintonizado com a legislação internacional acerca da matéria. Nesse sentido, a intenção do Projeto de Lei de nossa autoria consiste em complementar o PL nº 84, de 1999, na forma em que foi remetido pela Câmara dos Deputados ao Senado Federal, de sorte a adequar as leis brasileiras – vigentes e futuras – ao que estabelece a Convenção Européia.

De forma simplificada, a Convenção em Cibercrime proposta pela Comunidade Européia foi segmentada em quatro partes principais. A primeira delas trata da definição da terminologia relativa aos crimes virtuais e da tipificação dos delitos. Dentre eles, os crimes de acesso ilegal, dano informático, uso indevido de dispositivos informáticos e pornografia infantil já são previstos, no todo ou em parte, no PL aprovado na Câmara dos Deputados. Da mesma forma, o crime de interceptação ilegal já é tipificado na Lei da Escuta – Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, enquanto que as infrações relacionadas a violações a direitos autorais e conexos já são tratadas na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, na Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, e no art. 184 do Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Não obstante, os crimes de sabotagem informática, falsidade informática e fraude informática, embora recebam menção expressa na Convenção, não são prescritos nem na legislação vigente nem no Projeto

de Lei em apreciação no Senado Federal. Por esse motivo, em nossa proposição, optamos por propor que essas infrações sejam introduzidas ao Código Penal brasileiro. Além disso, no art. 2º de nosso Projeto também adequamos a terminologia utilizada no Código ao disposto na Convenção Européia.

Ademais, o art. 3º de nossa proposta modifica a Lei da Escuta de modo a determinar que não apenas as concessionárias de serviços públicos sejam obrigadas a prestar auxílio ao Poder Público na interceptação de dados informáticos em investigações criminais, mas também os provedores de acesso à Internet e demais empresas prestadoras de serviços correlatos. O dispositivo facilitará sobremaneira a atuação das autoridades policiais, que hoje se vêem limitadas na sua ação contra os *hackers*.

O art. 4º, por sua vez, transforma em crime a posse intencional em meio eletrônico de imagens pornográficas envolvendo crianças ou adolescentes. Por meio desse mecanismo, será legalmente possível enquadrar como criminosos aqueles usuários que detêm em seu poder grande volume de imagens digitalizadas com conteúdo relacionado a atos de pedofilia e que não foram flagrados pelos órgãos de investigação competentes durante a transmissão ou recepção dessas fotos pela rede.

A segunda parte da Convenção Européia trata de providências atinentes à execução processual e à apuração dos crimes cibernéticos. Dentre elas, destaca-se o dispositivo instituído com o objetivo de obrigar os provedores de acesso à Internet a registrar a identidade de seus assinantes e as conexões efetuadas por eles. Além disso, a Convenção impõe aos provedores o encargo de preservar, de forma sumária, dados de assinantes que estejam sob investigação, tais como páginas pessoais hospedadas no provedor que façam apologia a práticas consideradas ilegais no Brasil. Adicionalmente, são previstas medidas com o intuito de tornar mais céleres as diligências relacionadas aos crimes digitais.

Nesse sentido, o art. 5º de nossa proposição prescreve obrigações para os provedores em conformidade com o disposto na Convenção. Ademais, o art. 6º estabelece procedimentos processuais com a intenção de tornar mais desembaraçada a atuação das autoridades policiais e do Ministério Público na apuração das infrações informáticas.

A terceira parte da Convenção dispõe sobre instrumentos de cooperação internacional no combate ao cibercrime. Com esse objetivo, prevê a instituição de mecanismos de assistência mútua entre as nações, assim como a instalação de uma rede de funcionamento 24/7 – vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana – para prestação de assistência imediata entre países na investigação de crimes informáticos. Além disso, possui dispositivo que permite a uma nação solicitar a outra a preservação sumária de dados pré-determinados, de modo que sejam reduzidos os riscos de comprometimento na apuração dessa modalidade de crime.

O art. 7º do Projeto de Lei de nossa lavra propõe a instituição de uma autoridade central responsável pelo contato com países estrangeiros no tratamento de delitos virtuais. Por sua vez, o art. 8º prevê a implantação da rede 24/7 proposta pela Convenção Européia, que hoje já opera no Brasil de maneira informal. Em adição, o art. 9º estabelece procedimentos processuais referentes às solicitações internacionais de preservação sumária de dados informáticos.

Por fim, a quarta e última parte da Convenção apresenta as suas disposições gerais. Nesse capítulo, é prevista a adesão de países não pertencentes à União Européia, desde que haja o convite por parte do Conselho Europeu e a nação interessada consinta com os termos do instrumento.

Acreditamos que, por meio do disposto no Projeto de Lei oferecido, se completará o processo de modernização da legislação brasileira no que diz respeito aos crimes informáticos, iniciado nesta Casa por ocasião da discussão do PL nº 84, de 1999, e de outras proposições que o antecederam.

Além de estabelecer mecanismos essenciais para a agilização da apuração dos delitos digitais, a adaptação da nossa lei aos preceitos da Convenção Européia em Cibercrime permitirá ao País pleitear a assinatura de tal instrumento. Ao se tornar seu signatário, o Brasil estará se equiparando à grande parte das nações desenvolvidas do planeta no que tange ao combate aos crimes dessa natureza.

Ademais, a aprovação do Projeto de Lei apresentado representa uma oportunidade singular para que o Brasil expanda o mercado local de comércio eletrônico e ao mesmo tempo cumpra o desafio de afastar o estigma que ostenta no cenário internacional de abrigar um paraíso de impunidade para os piratas cibernéticos.

Dessa forma, face à relevância da proposição para a nossa sociedade, contamos com o apoio dos ilustres Pares para aprovar a presente iniciativa.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Marcos Abramo.**

PROJETO DE LEI Nº 4.145, DE 2004

(Do Sr. Marcos Abramo)

Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, tornando permanente o crime previsto no artigo 237 dessa mesma lei.

Despacho: Às Comissões de Seguridade Social e Família Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei torna permanente o crime de subtração de criança ou adolescente ao poder de quem o tenha sob sua guarda.

Art. 2ª A Lei nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art. 227A. O crime previsto no artigo 237 desta lei é considerado permanente."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que ora apresenta à consideração da Câmara dos Deputados visa a tornar permanente o crime previsto no artigo 237 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que tipifica o ato de subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto. Assim fazendo, procuro evitar que a prescrição ocorra em lapso temporal no qual resta inócua a norma, tendo em vista que a pena máxima é de seis anos de reclusão.

Recentes casos ocorridos na própria capital do nosso país tornam inúteis outras considerações acerca da questão, dada à notoriedade de que se viram cercados.

Sendo assim, conto com o esclarecido apoio de meus Pares no sentido da aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 15 de sete mbro de 2004. – Deputado **Marcos Abramo.**

PROJETO DE LEI Nº 4.147, DE 2004

(Do Sr. Jurandir Boia)

Dispõe sobre o florestamento das matas ciliares dos reservatórios de hidrelétricas.

Despacho: Às Comissões de Minas e Energia Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas concessionárias de usinas hidrelétricas que possuam reservatórios de regularização anual e estejam em funcionamento na data de publicação desta lei, estão obrigadas a fazer o florestamento das matas ciliares dos reservatórios em uma faixa de, no mínimo, 100 metros.

Art. 2º Para as novas usinas hidrelétricas com reservatório de regularização anual, o florestamento terá suas condições estabelecidas e aprovadas quando da análise dos Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

A idéia de tornar obrigatório o florestamento de reservatórios de hidroelétricas não tem por objetivo apenas disciplinar que o mesmo seja realizado pelas empresas concessionárias de usinas hidrelétricas, mas também proteger a vida útil dos reservatórios que dependem diretamente do uso do solo das bacias hidrográficas. Se a erosão do solo em condições naturais é um processo irreversível, imaginemos a velocidade e consequências sócioambientais e econômicas causadas pelo assoreamento de um reservatório monitorado pela ação humana.

Nesse sentido, o florestamento das margens das matas ciliares dos reservatórios se apresenta fundamental para prevenir e controlar os processos erosivos. A vegetação ciliar colabora, de maneira essencial, na retenção das partículas do solo que descem das partes mais altas da bacia carreadas pelas águas pluviais que escorrem pelas superfícies das encostas. Auxilia, inclusive, no controle do desmoronamento das margens por ação do próprio lago.

A proposta da obrigação do florestamento só deve recair, de imediato, sobre as usinas que já se encontram em funcionamento vem da razão que, nas usinas que estão em fase de estudo e projeto as condições devem ser estabelecidas nos Estudos de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Jurandir Bóia,** PSB-AL.

PROJETO DE LEI Nº 4.148, DE 2004

(Do Sr. Robson Tuma)

Acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Despacho: Às Comissões de Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) – Art. 24, II

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 8º O parágrago único do artigo 22 da Lei nº7713 de 22 de dezembro de 1988 passa a ser parágrafo primeiro.

Art. 9º Acrescenta-se ao art.22 da Lei 7713/1988 um parágrafo segundo com a seguinte redação:

§ 2º o valor da atualização monetária não integra o valor do ganho de capital realizado.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O processo inflacionário que ainda remanece – não constitui fonte de renda, nos termos do definido no art. 43 do CTN, gerando mera atualização monetária correspondente à perda de valor de substância da moeda.

Sendo a renda o produto da aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica do capital, do trabalho ou da conjunção de ambos, à evidência, a mera atualização monetária resultante da perda de substância da moeda, não representa ganho de capital por essa razão, a introdução da norma objeto deste projeto de lei restabelece a justiça nas relações entre a União e o contribuinte, fazendo com que a legislação ordinária se adapte à materialidade do imposto, descrita no art. 153, III da CF e explicitada na Lei Complementar (art. 43 do CTN).

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – **Robson Tuma,** Deputado Federal.

PROJETO DE LEI Nº 4.149, DE 2004

(Do Sr. Carlos Sampaio)

Dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências."

Despacho: Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 11º Esta lei define causa de aumento de pena para o crime de disparo de arma de fogo, previsto pelo art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Art. 12º O art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Disparo de arma de fogo**

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é cometido com arma de fogo de uso proibido ou restrito, a pena é de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º O crime previsto neste artigo é inafiançável. (NR)"

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a apresentação deste projeto de lei, temos em vista corrigir lapso apresentado pela Lei 10.826, de 2003.

Se o agente comete o crime de disparo de arma de fogo, previsto pelo art. 15, será apenado com reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Todavia, a posse ou porte de arma de fogo de uso proibido ou restrito acarreta a pena de reclusão de três a seis anos, e multa.

Evidentemente, não é coerente que o disparo de arma de fogo de uso proibido ou restrito acarrete pena menor do que a posse ou porte da mesma, motivo pelo qual contamos com o esclarecido apoio de nossos Pares para a conversão deste projeto de lei em norma jurídica.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Sampaio.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO IV
Dos Crimes e das Penas

.....

Disparo de arma de fogo

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável.

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

II – modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz;

III – possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

V – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente; e

VI – produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 4.150, DE 2004

(Do Sr. Carlos Sampaio)

Altera a redação do art. 536 da Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o prazo para interposição de embargos declaratórios no processo civil.

Art. 2º O art. 536 da Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 536. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omisso, não estando sujeitos a preparo." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Conforme o artigo 536 do Código de Processo Civil, o prazo para a oposição de embargos de declaração é de cinco dias contados da data da intimação da decisão contra a qual se quer recorrer.

Tal recurso é de extrema importância para o processo civil, uma vez que visa a esclarecer eventuais contradições, obscuridades e omissões presentes em uma decisão, bem como tem por finalidade prequestionar a matéria eventualmente não mencionada no julgado para uma futura interposição de recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça ou de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

No entanto, apesar da inegável relevância desse recurso, muitas vezes a sua interposição torna-se de-

masiadamente difícil para os advogados, uma vez que o prazo de cinco dias, já exíguo, pode vir a restringir-se ainda mais, chegando a atingir dois dias.

Visualizemos o seguinte exemplo, emblemático dessa problemática. Uma decisão publicada numa quarta-feira, sendo que sexta-feira é feriado, terá o seu prazo recursal iniciado na quinta-feira, com termo final na segunda-feira. Neste caso, o prazo, que era de cinco dias, fica reduzido para apenas dois, em evidente prejuízo do advogado e da parte por ele representada.

A proposta é a de que, especificamente no tocante aos embargos de declaração, face à sua importância para uma perfeita prestação jurisdicional, o prazo para a sua interposição passe a ser de cinco dias ÚTEIS, motivo pelo qual se propõe a modificação do art. 536 do Código de Processo Civil, nos moldes acima demonstrados.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Sampaio.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO I
Do Processo de Conhecimento

.....

TÍTULO X
Dos Recursos

.....

CAPÍTULO V
Dos Embargos de Declaração

.....

Art. 536. Os embargos serão opostos, no prazo de cinco dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omisso, não estando sujeitos a preparo.

** Artigo com redação dada pela Lei nº 8.950, de 13/12/1994.*

Art. 537. O juiz julgará os embargos em cinco dias; nos tribunais, o relator apresentará os embargos em mesa na sessão subseqüente, proferindo voto.

** Artigo com redação dada pela Lei nº 8.950, de 13/12/1994.*

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 4.151, DE 2004

(Do Sr. Carlos Sampaio)

Altera a redação do parágrafo único do art. 384 do Decreto-lei nº 3.689, de 03 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei aumenta o prazo concedido à defesa quando a nova definição jurídica dada ao fato implicar a aplicação de pena mais grave.

Art. 2º O parágrafo único do art. 384 do Decreto-lei nº 3.689, de 03 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 384. .....

Parágrafo único. Se houver possibilidade de nova definição jurídica que importe aplicação de pena mais grave, o juiz baixará o processo, a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia ou a queixa, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, abrindo-se, em seguida, o prazo de 8 (oito) dias à defesa, que poderá oferecer prova, arrolando até três testemunhas." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O artigo 384 do Código de Processo Penal trata das hipóteses em que o juiz modifica a capitulação do fato descrito na denúncia em razão de circunstância elementar apurada durante a instrução criminal e que não havia constado da peça acusatória.

Enquanto no art. 383 do CPP (*emendatio libelli*), a mudança diz respeito somente à capitulação jurídica, não sofrendo alteração os fatos descritos pela denúncia, nas hipóteses do art. 384 os próprios fatos são modificados. Uma vez procedida à fase instrutória e colhidas as provas, verifica-se a necessidade de alteração do libelo, ou seja, da própria acusação, de acordo com

a configuração do novo tipo penal surgido. É o caso, por exemplo, do processo relativo ao crime de furto e que, pela prova da violência trazida aos autos, acaba por demonstrar a ocorrência de roubo.

Estamos diante da denominada *mutatio libelli*. Se o juiz, ao modificar a capitulação do crime, o fizer por outro cuja pena seja igual ou inferior ao do delito descrito na denúncia, deverá baixar os autos para que a defesa se manifeste no prazo de 8 (oito) dias, consoante o art. 384, *caput*, que trata da *mutatio libelli* sem aditamento da denúncia.

Ao contrário, na *mutatio libelli* com aditamento (art. 384, parágrafo único), a nova definição jurídica importa em crime com pena mais grave (como no exemplo do furto e do roubo), devendo o magistrado determinar o aditamento da denúncia e, posteriormente, a oitiva da defesa, no prazo de 3 (três) dias.

Verifica-se, então, a incongruência do texto legal em vigor. Quando a situação beneficia o réu, em razão de crime com pena inferior à inicialmente prevista, a defesa tem o prazo de 8 (oito) dias para se manifestar. Já quando a nova capitulação é prejudicial ao acusado, o prazo é de apenas 3 (três) dias.

Não se pode aceitar que o prazo legal seja menor quando a situação é prejudicial à defesa, sendo indispensável alterar-se o parágrafo único do art. 384 do Código de Processo Penal para que o prazo lá estipulado passe a ser, no mínimo, igual àquele do *caput* do mesmo artigo.

Por estes motivos, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que presta homenagens ao princípio constitucional da ampla defesa.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Sampaio.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

DECRETO – LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

.....

LIVRO I
Do Processo em Geral

.....

TÍTULO XII
Da Sentença

.....

Art. 383. O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em conseqüência, tenha de aplicar pena mais grave.

Art. 384. Se o juiz reconhecer a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em conseqüência de prova existente nos autos de circunstância elementar, não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou na queixa, baixará o processo, a fim de que a defesa, no prazo de 8 (oito) dias, fale e, se quiser, produza prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.

Parágrafo único. Se houver possibilidade de nova definição jurídica que importe aplicação de pena mais grave, o juiz baixará o processo, a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia ou a queixa, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, abrindo-se, em seguida, o prazo de 3 (três) dias à defesa, que poderá oferecer prova, arrolando até três testemunhas.

Art. 385. Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 4.152, DE 2004

(Da Sra. Ann Pontes)

Criminaliza o porte de arma sem munição.

Despacho: Apense-se ao PL Nº 3.672/2004.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei criminaliza o porte de arma sem munição.

Art. 2º Os arts. 6º, 12º, 14º, 16º, incisos IV e V, 170 e 18º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, e sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redução:

"Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo, municiada ou não, em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria:

....."

"Art. 12 Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, municiada ou não, acessório ou munição, de uso permitido,em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior da sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

....."

"Art. 14 Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar , manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, municiada ou não, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

....."

"Art.16 Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, municiada ou não, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

.....

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo, municiada ou não, com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado:

V – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, municiada ou não, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente; e

....."

"Art. 17 Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, municiada ou não, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal regulamentar "

"Art. 18 Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, municiada ou não, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente

Art. 3º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição que ora apresento à consideração de meus Pares visa a suprir lacuna ostentada pela Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Essa lei, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo sem munição.

Porte de arma sem munição é transporte, não configurando o crime previsto na lei – como recentemente apontou o Supremo Tribunal Federal, em julgamento levado a cabo em sua turma de direito penal.

Assim, na certeza de estar alcançando os objetivos que intentamos ao votar a Lei nº 10.826, solicito apoio no sentido da aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputada **Ann Pontes,** PMDB/PA.

PROJETO DE LEI Nº 4.153, DE 2004

(Da Sra. Ann Pontes)

Dispõe sobre a realização de exame de corpo de delito em vítimas de violência sexual em hospitais do Sistema Único de Saúde.

Despacho: Às Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As vítimas de violência sexual que forem encaminhadas aos hospitais do Sistema Único de Saúde terão direito a realização de exame de corpo de delito.

§ 1º. Considera-se violência sexual, para efeito desta lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida.

§ 2º. O atendimento será prestado pelo médico de plantão do hospital do SUS, que realizará o exame da vítima e fará laudo descritivo das lesões encontradas.

Art. 2º. O atendimento às vítimas de violência sexual incluirá, obrigatoriedade de:

I – encaminhamento à assistência psicológica;

II – prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;

III – anticoncepção de emergência;

IV – reparo das lesões;

V – realização de exames laboratoriais;

VI – coleta de provas;

§ 1º. É obrigatório o acompanhamento médico, psicológico e social da vítima até sua completa recuperação.

Art. 3º. O laudo elaborado pelo médico atendente terá valor de auto de corpo de delito e terá a assinatura de um outro profissional de nível superior na área de saúde.

Art. 4º. As intervenções previstas e a elaboração do laudo obedecerão às normas regulamentadas exaradas pelas autoridades sanitárias.

Art. 5º. As vítimas serão transportadas em ambulâncias requisitadas pela autoridade policial.

Art. 6º. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis as unidades de saúde que descumprirem o que determina esta lei estarão sujeitos as penas administrativas e ao descredenciamento do Sistema Único de Saúde.

Art. 7º. É vedada a divulgação de qualquer forma de identificação da vítima , bem como de seu endereço de acordo com a legislação em vigor.

§ 1º. Incorre na mesma pena que exibe, total ou parcialmente, fotografia da vítima de violência sexual de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º. Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista na lei, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão de publicação ou a suspensão da programação da emissora até por dois dias, bem como da publicação do período até por dois números.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor em 180(cento e oitenta) dias após sua publicação.

Justificação

A violência sexual é um problema mundial com efeito sobretudo social, pois afeta o bem-estar, a segurança, as possibilidades de desenvolvimento sexual e a auto estima violentados.

Estamos plenamente de acordo quanto a necessidade de humanizar o atendimento a pessoas em situações de extrema fragilidade em virtude da violência sexual.

Já existe manual técnico do Sistema Único de Saúde quanto às condutas a serem adotadas com mulheres vítimas de estupro. Observamos que, no texto do referido manual, as recomendações da atenção humanizada prestadas por equipes multidisciplinares que orientam a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a contracepção de urgência não ficaram claras, onde pretendemos incluí-la na lei, assim como a obrigatoriedade de acompanhamento psicológico ate a recuperação da vítima.

É assustadora a ocorrência de violência sexual de criança do sexo masculino, segundo o Ministério da Saúde, algo em torno de 15% das ocorrências. Este fato nos leva a considerar ideal o procedimento adotado pelas normas do SUS, que determina a presença de outros profissionais além do ginecologista, as quais deverão ser seguidas onde houver estrutura. No entanto, esta não é a realidade encontrada na totalidade dos hospitais e postos de saúde brasileiros que não possuem médicos legistas, psicólogos e assistentes sociais de plantão.

Um dos problemas que ajuda a diminuir ainda mais o registro de boletins de ocorrência se deve ao fato das vítimas se recusarem a passar pela constrangedora coleta de prova do crime, o exame de corpo de delito, numa sala do IML (Instituto Médico Legal), onde são feitas também autópsias inclusive de mortos e acidente de trânsito e chacinas. Humanizar a acolhida às vítimas ajuda a aumentar a quantidade de queixas levadas às delegacias, contribuindo para diminuição da violência.

Este projeto é apresentado com o intuito de diminuir o desconforto de vítimas de violência sexual que resolvem registrar ocorrência, buscando assim incentivar as denuncias e reprimir a ato.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputada **Ann Pontes,** PMDB/PA.

PROJETO DE LEI Nº 4.154, DE 2004

(Do Sr. Almir Moura)

Estabelece condições para a comercialização de cartões indutivos pelas prestadoras do serviço telefônico fixo comutado.

Despacho: Às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga as prestadoras do serviço telefônico fixo comutado a comercializarem cartões indutivos para uso em telefones públicos nos valores que especifica e dá outras providências.

Art. 2º As prestadoras do serviço telefônico fixo comutado deverão manter, obrigatoriamente, em todos

os postos de venda cartões indutivos de 10, 20, 30, 40, 50, 100 e 200 créditos.

§ 1º O preço cobrado pelos cartões indutivos deverá ser diretamente proporcional ao número de créditos.

§ 2º O término da validade dos cartões indutivos somente ocorrerá com a extinção de todos os créditos.

Art. 3º A comercialização de cartões indutivos em desacordo com o disposto nesta Lei sujeitará as prestadoras do serviço telefônico fixo comutado às sanções previstas no art. 173 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Justificação

A comercialização de cartões indutivos não está, a nosso ver, atendendo de forma adequada à demanda dos usuários de telefones públicos. Na maioria dos pontos de venda, é comum encontrarmos apenas cartões com número elevado de créditos, sem falar que as prestadoras simplesmente deixaram de disponibilizar cartões de 10 créditos.

O projeto de lei que ora apresentamos pretende, portanto, corrigir essas distorções, obrigando que as prestadoras do serviço telefônico fixo comutado comercializem cartões indutivos com ampla gama de valores, variando desde 10 até 200 créditos. Queremos com a proposta ampliar o leque de escolha dos usuários de telefones públicos que ficam hoje à mercê das empresas que definem de forma unilateral os cartões que serão colocados à venda.

Também para preservar o interesse dos usuários, a proposta estabelece que o preço a ser cobrado pelos cartões deverá ser proporcional ao número de créditos e que a validade dos mesmos somente terminará quando se extinguirem os créditos.

Com essa nossa iniciativa objetivamos contribuir para melhorar o serviço prestado aos usuários de telefones públicos e por isso, esperamos contar com o fundamental apoio de nossos Pares nesta Casa para sua aprovação.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Almir Moura.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe Sobre a Organização dos Serviços de Telecomunicações, a Criação e Funcionamento de um Órgão Regulador e Outros Aspectos Institucionais, nos Termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

LIVRO III
Da Organização dos Serviços de Telecomunicações

.....

TÍTULO VI
Das Sanções

CAPÍTULO I
Das Sanções Administrativas

Art. 173. A infração desta Lei ou das demais normas aplicáveis, bem como a inobservância dos deveres decorrentes dos contratos de concessão ou dos atos de permissão, autorização de serviço ou autorização de uso de radiofreqüência, sujeitará os infratores às seguintes sanções, aplicáveis pela Agência, sem prejuízo das de natureza civil e penal:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária;

IV – caducidade;

V – declaração de inidoneidade.

Art. 174. Toda acusação será circunstanciada, permanecendo em sigilo até sua completa apuração.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 4.155, DE 2004
(Do Sr. Almir Moura)

Estabelece regras de relacionamento com os consumidores para as empresas que se utilizam de centrais de atendimento telefônico de prefixo 0300 ou assemelhados.

Despacho: Apense-se este ao PL Nº 3.811/2004.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 13º Esta lei submete a utilização de centrais de atendimento acessadas por meio de prefixo telefônico 0300 por empresas privadas fornecedoras de bens ou serviços às regras que especifica.

Art. 14º As empresas privadas fornecedoras de bens ou serviços que utilizam centrais de atendimento acessadas por meio do prefixo 0300 para prestar aten-

dimento telefônico ao público não poderão submeter o consumidor a qualquer tipo de espera.

Art. 15º A prestação do atendimento ao consumidor em desacordo com o disposto no art. 2º desta lei desobrigará o usuário do pagamento dos respectivos custos de atendimento.

Art. 16º A instalação das centrais de atendimento em desacordo com o estabelecido nesta Lei sujeitará as empresas privadas fornecedoras de bens e serviços às sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 17º Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Justificação

A instalação de centrais de atendimento acessadas por meio do prefixo 0300, que, em muitos casos, vieram substituir os serviços 0800, vem causando inúmeros prejuízos para os consumidores. Primeiramente porque as ligações para esses serviços não são gratuitas. Ao contrário, a tarifa cobrada por minuto para uma ligação oriunda de telefone fixo é cinco vezes maior do que a de uma ligação local. Em segundo lugar, porque, na maioria das situações, o usuário é obrigado a esperar muito tempo para ser atendido, devido ao pequeno número de atendentes, sem falar nos casos de atendimento totalmente automatizado, em que são obrigados a digitar uma série de números para percorrer um extenso menu, enquanto o tempo da ligação continua sendo contado para fins de tarifação.

Por essas razões, o uso indiscriminado de centrais 0300 vem provocando inúmeras reclamações da população junto aos órgãos de defesa do consumidor. Com o objetivo de coibir essas práticas que tanto incomodam os consumidores, seja pelo alto custo das ligações telefônicas que realizam para as centrais de atendimento 0300, seja pelo tempo perdido com a utilização do sistema, optamos por apresentar proposta legislativa proibindo as empresas de submeterem os usuários a qualquer tipo de espera.

Dessa forma, visamos impedir que as empresas instalem centrais de atendimento com capacidade muito abaixo da demanda prevista, penalizando apenas os usuários. Com a aprovação dessa medida, as centrais não poderão simplesmente, como fazem atualmente, captar a ligação e deixar os usuários esperando tempo ilimitado até que uma das posições de atendimento esteja disponível. As empresas que não redimensionarem suas centrais de atendimento passarão, portanto, a arcar com o ônus de perder ligações, o que muitas vezes significará a perda de potenciais clientes.

Dada a relevância da matéria para o aprimoramento das relações de consumo em nosso País, esperamos obter o indispensável apoio de nossos Pares nesta Casa para sua aprovação.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Almir Moura.**

PROJETO DE LEI Nº 4.156, DE 2004

(Do Sr. Carlos Dunga)

Denomina "Governador Ernani Sátyro" trecho de cento e treze quilômetros da BR-361, entre as cidades de Patos e Itaporangal, no Estado da Paraíba.

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 18º Fica denominada "Rodovia Governador Ernani Sátyro" o trecho de cento e treze quilômetros da Rodovia BR-361, com início no quilômetro zero e término no quilômetro cento e treze, entre as cidades de Patos e Itaporanga, no Estado da Paraíba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

Nascido em Patos-PB em 11 de setembro de 1909, Ernani Ayres Sátyro e Souza teve toda a sua vida dedicada em prol do povo brasileiro e, em particular, do povo do Estado da Paraíba.

Em sua trajetória política elegeu-se para diversos cargos legislativos, exercendo os mandatos de Deputado Estadual na Paraíba, no período de 1934 a 1937 e de Deputado Federal por oito legislaturas, entre os anos de 1945 e 1986. Nessa fase, foi relator de importantes projetos, entre os quais destacam-se o projeto de anistia aos presos políticos e o projeto do novo Código Civil.

Em 1968 renunciou ao mandato de Deputado Federal para ser nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar, onde se aposentou no ano seguinte para concorrer ao cargo de Governador do Estado da Paraíba, exercido entre os anos de 1971 e 1975. No poder executivo ocupou, ainda, diversos cargos importantes, entres eles o de Prefeito de João Pessoa, em 1940.

Sua administração à frente do Governo da Paraíba foi caracterizada pela construção de obras que relevaram o seu nome como administrador competente e honesto. Durante o seu governo, foram construídos o Centro Administrativo, em Jaguaribe; o prédio da As-

sembléia Legislativa; os estádios de futebol de João Pessoa e de Campina Grande; o Conjunto Castelo Branco, além de colégios, estradas, redes de água e esgoto, tanto na capital como no interior do Estado.

Durante todo esse tempo em que se dedicou à política, Ernani Sátyro não deixou de lado as suas atividades profissionais e literárias. Foi advogado, fazendeiro, cronista, romancista e ensaísta, com assento na Academia Paraibana de Letras, na Academia Brasiliense de Letras e na Academia de Letras de Campina Grande. Publicou vários artigos e livros entre eles os poemas "O Canto do Retardatário" e "Dia de São José" e os romances "O Quadro-Negro" e "Mariana".

Em 1984, foi homenageado pela assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, pela Academia Paraibana de Letras, pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e por outras instituições paraibanas, em decorrência da passagem de seus cinqüenta anos de vida pública.

Portanto, por tratar-se de exemplar homem público paraibano, falecido em 8 de maio de 1986, pretendemos fazer essa justa homenagem, dando o seu nome a um trecho da BR-361 que cruza o Estado da Paraíba. Esperamos, para isso, contar com o apoio dos nobres Colegas Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Dunga.**

PROJETO DE LEI Nº 4.161, DE 2004

(Da Sra. Selma Schons)

Dispõe sobre o exercício das profissões de chaveiro e de instalador de sistemas de segurança.

Despacho: Apense-se este ao Pl Nº 1.404/2003.

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regulamenta o exercício da profissão de chaveiro e de instalador de sistema de segurança.

Art. 2º São requisitos mínimos para o exercício da profissão:

I – ser maior de dezoito anos de idade;

II – não ter antecedentes criminais;

III – comprovar habilitação em curso específico mantido por instituições oficiais ou privadas legalmente habilitadas.

Parágrafo único: É assegurado o registro do profissional que exerça, comprovadamente, atividades próprias de chaveiro ou de instalador de sistema de segurança há mais de um ano, a partir da promulgação desta lei.

Art. 3º São atribuições específicas do chaveiro:

I – confecção de cópias de chaves em geral;

II – abrir portas ou trocar o segredo de fechaduras de residências, de automóveis ou de cofres.

Parágrafo único: É permitido ao chaveiro, no exercício de suas atribuições, fazer uso de "mixas" ou gazuas.

Art. 4º Instalador de sistema de segurança é o profissional que realiza a venda, instalação e manutenção de todo e qualquer dispositivo ou equipamento mecânico e eletro-eletrônico de segurança para imóveis e/ou veículos.

Art. 5º Os Chaveiros e Instaladores de sistemas de segurança farão parte do Cadastro de Chaveiros e Instaladores de sistemas de segurança instituído e administrado pelas Secretarias de Segurança Pública dos estados e do Distrito Federal.

Parágrafo único: O órgão responsável pelo cadastro emitirá certificado que deverá estar afixado no estabelecimento do cadastrado de modo visível ao público.

Art. 6º Os chaveiros e instaladores de sistema de segurança manterão controle, por meio de formulário padronizado, das informações sobre os serviços executados, os respectivos clientes e a autorização expressa para a sua execução.

Art. 7º Os chaveiros e os instaladores de sistema de segurança, para o exercício de suas profissões, deverão, obrigatoriamente, inscrever-se nos Conselhos Regionais de Chaveiro e de Instaladores de Sistema de Segurança de sua respectiva região.

Art. 8º Fica instituído o "Dia do Chaveiro" a ser comemorado, anualmente, na data de 29 de junho.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O ofício de copiar chaves e instalar sistemas de segurança está passando por importantes transformações no mercado brasileiro. Atentos a esse dinamismo, três deputados federais já apresentaram proposições destinadas a regulamentar o setor, garantindo respaldo legal aos profissionais que exercem as funções e também para os consumidores brasileiros.

O presente projeto de lei, além de também propor a regulamentação da profissão, prevê a criação de um cadastro estadual, a realização de cursos de

especialização e a emissão de certificados atestando a habilitação do profissional.

É hora de regulamentarmos esta atividade, que cresce a cada dia no Brasil. Atualmente, segundo o Sindicato Nacional dos Chaveiros Profissionais (SINAC), há cerca de 22 mil profissionais legalizados (com empresas abertas) no País. O setor ainda é dominado por instalações familiares, mas cada vez mais surgem interessados em ingressar na atividade. É justo que o parlamento se preocupe com a qualidade e a segurança que devem resguardar a oferta desse serviço, essencial para a comunidade.

Pelos motivos expostos, apresentamos esta proposição, para a qual contamos com o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputada **Selma Schons,** PT/PR.

PROJETO DE LEI Nº 4.162, DE 2004

(Da Sra. Selma Schons)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da carne de peixe e seus derivados nos cardápios do programa de alimentação escolar.

Despacho: Apense-se ao PI Nº 2.964/1992.

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Do Plenário

Publicação Inicial Art. 137, caput – RICD.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º A carne de peixe e seus derivados constarão, obrigatoriamente, dos cardápios do Programa Nacional de Merenda Escolar.

Art. 2º Cabe aos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar, instituídos por força da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, orientar as escolas na elaboração dos cardápios, de forma a otimizar o uso da carne de peixe e seus derivados nas refeições dos alunos.

§ 1º Cabe aos mesmos Conselhos fiscalizar, semestralmente, a observância desta norma, pelo exame dos balanços contábeis, e providenciar, se necessário, a devida correção junto às autoridades competentes.

§ 2º A reiterada inobservância da norma estabelecida no art. 1º incorrerá na suspensão de transferência de recursos federais para o ente infrator.

Art 3º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Justificação

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos mais antigos programas sociais do Governo Federal, com origem na década de 40. Com a promulgação da Constituição Cidadã, de 1988, o direito à alimentação escolar foi estendido para todos os alunos do Ensino Fundamental, o que beneficiou os alunos da pré-escola e das creches públicas e filantrópicas, cadastradas no censo escolar do Ministério da Educação. O Programa contribui para a melhoria da capacidade de aprendizagem, para a formação de bons hábitos alimentares, e ainda reduz a evasão escolar. O PNAE é o maior projeto de alimentação do mundo: tem um orçamento de R$1,025 bilhão e, em 2004, está atendendo a 37,4 milhões de alunos, inclusive em comunidades indígenas.

A responsabilidade pela aquisição dos produtos e elaboração dos cardápios é dos Estados, Distrito federal e Municípios. A tarefa, feita sob orientação de nutricionistas habilitados e com a supervisão do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), procura respeitar os hábitos alimentares locais e a vocação agrícola de cada região. A intenção da presente proposição é fazer com que a merenda escolar que é servida aos estudantes brasileiros passe a contar, em sua composição, com a carne de peixe, propriamente dita, e subprodutos como a polpa, que pode ser utilizada *in natura* ou na forma de salsichas, bolinhos, hambúrgueres, empanados e sopas, entre outras.

Conforme a Resolução FNDE nº 1, de 16/01/03, a merenda deve suprir, no mínimo, por refeição, 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos beneficiados, durante sua permanência em sala de aula. A adição do peixe na merenda se encaixa perfeitamente nessa exigência, à medida que é um alimento saboroso e de fácil digestão, sendo fonte de proteínas de alto valor nutritivo, e de vários minerais essenciais, além de vitaminas e de gordura, o peixe é saudável e rico em nutrientes. A carne de peixe contém em média 18 % de proteínas, excelente fonte de minerais como cálcio, ferro, sódio, e é rica em vitaminas A, D e do complexo B, além de Ômega 3. A inclusão de produtos derivados do peixe na merenda escolar vai enriquecê-la e colaborar com o desenvolvimento físico e mental dos estudantes brasileiros.

Outra vantagem é o impulso que esta medida vai dar ao setor pesqueiro nacional, fortalecendo a cadeia produtiva pesca artesanal e empresarial e propiciando a geração de postos de trabalho e renda, que movimentarão as economias locais e mesmo nacional.

Essas foram as razões que nos levaram a apresentar este projeto de lei, para o qual esperamos contar com o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputada **Selma Schons.**

PROJETO DE LEI Nº 4.163, DE 2004

(Do Sr. Paulo Afonso)

Altera a legislação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, e dá outras providências.

Despacho: Às Comissões De Finanças E Tributação (Mérito E Art. 54, Ricd) E Constituição E Justiça E De Cidadania (Art. 54 Ricd).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

VIII – nos lançamentos a débito em contas correntes de depósito para crédito em contas de depósito de poupança, dos mesmos titulares.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Justificação

Para a imensa maioria da população brasileira, a caderneta de poupança é única aplicação financeira acessível. Em geral, as operações em fundos de investimento, bolsas de valores e títulos e valores mobiliários somente podem ser realizadas por cidadãos que possuem renda suficiente para tornar o negócio lucrativo para as instituições financeiras. Para se livrarem dos pequenos poupadores, bancos, corretoras e distribuidoras de valores cobram tarifas altas ou fixam valores mínimos de aplicação incompatíveis com a renda das classes menos abastadas.

Sensível a essa realidade, buscamos, mediante o presente Projeto de Lei, dispensar a saída de recursos das contas correntes que tenham como destino os depósitos em cadernetas de poupança do pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF. Assim, o titular de conta bancária que queira transferir dinheiro de sua conta corrente para a poupança não mais pagará a referida contribuição, sendo que tal proposição visa incentivar correntistas a investirem na aplicação mais segura existente do país.

Entendemos que esta nossa iniciativa é justificada pelas razões acima expostas, motivo pelo qual contamos com o apoio dos ilustres pares do Congresso Nacional para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Paulo Afonso.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

LEI Nº 9.311, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996

Institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

.....

Art. 8º A alíquota fica reduzida a zero:

I – nos lançamentos a débito em contas de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósito em consignação de pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, introduzidos pelo art. 1º da Lei nº 8.951, de 13 de dezembro de 1994, para crédito em conta corrente de depósito ou conta de poupança, dos mesmos titulares;

II – nos lançamentos relativos a movimentação de valores de conta corrente de depósito, para conta de idêntica natureza, dos mesmos titulares, exceto nos casos de lançamentos a crédito na hipótese de que trata o inciso II do art. 2º;

III – nos lançamentos em contas correntes de depósito das sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, das sociedades de investimento e fundos de investimento constituídos nos termos dos artigos 49 e 50 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, das sociedades corretoras de mercadorias e dos serviços de liquidação, compensação e custódia vinculados às bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, e das instituições financeiras não referidas no inciso IV do art. 2º, bem como das cooperativas de crédito, desde que os respectivos valores sejam movimentados em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para as operações a que se refere o § 3º deste artigo;

IV – nos lançamentos efetuados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas, relativos as operações a que se refere o § 3º deste artigo;

V – nos pagamentos de cheques, efetuados por instituição financeira, cujos valores não tenham sido

creditados em nome do beneficiário nas contas referidas no inciso I do art. 2º;

VI – nos lançamentos relativos aos ajustes diários exigidos em mercados organizados de liquidação futura e específico das operações a que se refere o inciso V do art. 2º.

§ 1º O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, expedirá normas para assegurar o cumprimento do disposto nos incisos I, II e VI deste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos previstos nos referidos incisos.

§ 2º A aplicação da alíquota zero prevista nos incisos I, II e VI deste artigo fica condicionada ao cumprimento das normas que vierem a ser estabelecidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 3º O disposto nos incisos III e IV deste artigo restringe-se a operações relacionadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, dentre as que constituam o objeto social das referidas entidades.

§ 4º O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica a contas conjuntas de pessoas físicas, com mais de dois titulares, e a quaisquer contas conjuntas de pessoas jurídicas.

§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá estabelecer limite de valor do lançamento, para efeito de aplicação da alíquota zero, independentemente do fato gerador a que se refira.

§ 6º O disposto no inciso V deste artigo não se aplica a cheques que emitidos por instituição financeira, tenham sido adquiridos em dinheiro.

Art. 9º É facultado ao Poder Executivo alterar a alíquota da contribuição, observado o limite máximo previsto no art. 7º.

** A vigência desta Lei foi prorrogada até 31/12/2007 por força do art. 90 do ADCT.*

VIDE LEI Nº LEI Nº 10.892, DE 13 DE JULHO DE 2004

.....

.....

LEI Nº 10.892, DE 13 DE JULHO DE 2004

Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 8º e 16 da Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

.....

VII – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito para investimento, aberta e utilizada exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável, de qualquer natureza, inclusive em contas de depósito de poupança.

§ 1º O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, expedirá normas para assegurar o cumprimento do disposto nos incisos I, II, VI e VII do **caput** deste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos previstos nos referidos incisos.

.....

§ 7º Para a realização de aplicações financeiras, é obrigatória a abertura de contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 8º As aplicações financeiras serão efetivadas somente por meio de lançamentos a débito em contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo.

§ 9º Ficam autorizadas a efetivação e a manutenção de aplicações financeiras em contas de depósito de poupança não integradas a contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo, observadas as disposições estabelecidas na legislação e na regulamentação em vigor.

§ 10. Não integram as contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo:

I – as operações e os contratos de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II – as contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973;

III – as operações a que se refere o inciso V do **caput** do art. 2º desta Lei, quando sujeitas a ajustes diários.

§ 11. O ingresso de recursos novos nas contas correntes de depósito para investimento será feito exclusivamente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular, por cheque de sua emissão, cruzado e intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 12. Os valores das retiradas de recursos das contas correntes de depósito para investimento, quando não destinados à realização de aplicações financeiras, serão pagos exclusivamente ao beneficiário por meio de crédito em sua conta corrente de depósito, de cheque, cruzado e intransferível, ou de outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 13. Aplica-se o disposto no inciso II do **caput** deste artigo nos lançamentos relativos a movimentação de valores entre contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo.

§ 14. As operações a que se refere o inciso V do **caput** do art. 2ª desta Lei, quando não sujeitas a ajustes diários, integram as contas correntes de depósitos para investimentos.

§ 15. A partir de 1ª de outubro de 2006, os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação das aplicações financeiras existentes em 30 de setembro de 2004, exceto em contas de depósito de poupança, poderão ser creditados diretamente ao beneficiário, em conta corrente de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo.

§ 16. No caso de pessoas jurídicas, as contas correntes de depósito não poderão ser conjuntas.

§ 17. Em relação às operações referentes às contas correntes de depósito para investimento ou em relação à manutenção destas, as instituições financeiras, caso venham a estabelecer cobrança de tarifas, não poderão exigi-las em valor superior às fixadas para as demais operações de mesma natureza, observadas as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional." (NR)

.....

Art. 2º As multas a que se referem os incisos I e II do art. 44 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, serão de 150% (cento e cinqüenta por cento) e de 300% (trezentos por cento), respectivamente, nos casos de utilização diversa da prevista na legislação das contas correntes de depósito sujeitas ao benefício da alíquota 0 (zero) de que trata o art. 8º da Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996, bem como da inobservância de normas baixadas pelo Banco Central do Brasil de que resultar falta de cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF devida.

§ 1º Na hipótese de que trata o **caput** deste artigo, se o contribuinte não atender, no prazo marcado, à intimação para prestar esclarecimentos, as multas a que se referem os incisos I e II do **caput** do art. 44 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passarão a ser de 225% (duzentos e vinte e cinco por cento) e 450% (quatrocentos e cinqüenta por cento), respectivamente.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo aplica-se, inclusive, na hipótese de descumprimento da obrigatoriedade de crédito em conta corrente de depósito a vista do beneficiário dos valores correspondentes às seguintes operações:

I – cobrança de créditos de qualquer natureza, direitos ou valores, representados ou não por títulos, inclusive cheques;

II – recebimento de carnês, contas ou faturas de qualquer natureza, bem como de quaisquer outros valores não abrangidos no inciso I deste parágrafo.

§ 3º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo aplica-se às instituições responsáveis pela cobrança e recolhimento da CPMF, inclusive àquelas relacionadas no inciso III do art. 8o da Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996, e no inciso I do caput do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 4.164, DE 2004

(Dos Srs.Rafael Guerra, Dr. Francisco Gonçalves, e Geraldo Resende)

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei dos Planos de Saúde, para definir amplitude de cobertura para realização de transplantes.

Despacho: Apense-se ao Pl Nº 642/2003.

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Dê-se ao § 4º, do art. 10, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, a seguinte redação:

"Art. 10. .....

§ 4º A amplitude das coberturas, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será definida por normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, as quais não poderão excluir os tipos de transplante regularmente oferecidos pelo Sistema Único de Saúde." (NR)

Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Justificação

O projeto que apresentamos, os parlamentares que atuaram na Comissão Externa destinada a averiguar denúncias referentes a interferências na lista de espera de pacientes necessitados de transplante de medula óssea no Instituto Nacional do Câncer (2004), resulta de recomendação dessa Comissão para alterar a Lei nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, a fim de garantir a cobertura para os transplantes de medula óssea.

O § 4º , do art. 10, da Lei no 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, indica que a amplitude das coberturas, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será definida por normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A ANS emitiu resolução, CONSU nº 12, de 03 de novembro de 1998, que garante cobertura apenas para transplantes de rim e de córnea, bem como as despesas com seus procedimentos vinculados.

Nossa proposição apresenta parâmetro que define a amplitude de cobertura de transplantes a serem custeados pelos planos e seguros privados de assistência à saúde: os transplantes regularmente oferecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Essa medida prevê que o órgão regulamentador, a ANS, não poderá excluir da cobertura dos planos de saúde os tipos de transplante que são rotineiramente fornecidos pelo SUS, como o de medula óssea e outros.

Também permitirá o ressarcimento pelas operadoras ao SUS, previsto no art. 32 da Lei nº 9.656, de 1998.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres Deputados para aprovar o projeto nesta Casa.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Rafael Guerra,** Deputado **Dr. Francisco Gonçalves,** Deputado **Geraldo Resende.**

PROJETO DE LEI Nº 4.167, DE 2004

(Do Sr. Paulo Lima)

Estabelece critérios para a delimitação das Áreas Locais de prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado e para a tarifação de ligações telefônicas originadas e terminadas dentro dos limites de uma mesma Área Local.

Despacho: Apense-se ao Pl Nº 6.711/2002.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Do Plenário

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – Ricd

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei Estabelece critérios para a delimitação das Áreas Locais de prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado e para a tarifação de ligações telefônicas originadas e terminadas dentro dos limites de uma mesma Área Local.

Art. 2º Acrescente-se à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o art. 109-A, com a seguinte redação:

"Art. 109-A. As prestadoras do Serviço de Telefonia Fixo Comutado serão obrigadas a utilizar tarifação local para qualquer ligação telefônica originada e terminada dentro dos limites de uma mesma Área Local.

§ 1º É vedada a cobrança de tarifa interurbana ou conurbada para as ligações telefônicas de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Cada Área Local deverá corresponder à unidade territorial abrangida por uma microrregião geográfica, assim definida pelo órgão do Poder Executivo competente para produzir e analisar informações geográficas do País." (NR)

Art. 3º Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Justificação

Em resposta à crescente demanda da sociedade brasileira pela eliminação da prática adotada pelas operadoras de telefonia fixa de cobrar tarifas conurbadas ou interurbanas por ligações efetuadas dentros dos limites de um mesmo município, a Agência Nacional

de Telecomunicações – Anatel – expediu a Resolução nº 373, de 3 de junho de 2004.

A norma, que aprovou o novo regulamento sobre Áreas Locais do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC –, realizou uma reavaliação dessas áreas, reduzindo-as de cerca de 7.600 para aproximadamente 5.360. Além disso, suprimiu o conceito de *tarifa conurbada*, que obrigava o usuário a pagar um valor superior ao de ligação local para chamadas efetuadas entre localidades vizinhas. Do ponto de vista do consumidor, o instrumento introduzido permite que diversas ligações anteriormente consideradas como conurbadas ou de longa distância passem agora a ser cobradas como locais.

No que tange à telefonia móvel, a Agência também instituiu regulamentação com o objetivo de aumentar a área de abrangência do serviço. Em 2003, o número de áreas nacionais de tarifação do Serviço Móvel Pessoal – SMP – foi reduzido de 512 para 67.

Embora o novo regulamento do STFC represente sensível avanço nas relações entre prestadoras e usuários, o decréscimo no número de áreas locais ainda não se mostra compatível com a realidade tecnológica e econômica do setor de telefonia, nem tampouco corresponde às reais expectativas do consumidor do serviço.

Diante do quadro que se delineia, o presente Projeto de Lei propõe a introdução de dispositivo na Lei Geral de Telecomunicações – LGT – com a intenção de reduzir significativamente o número de áreas de tarifação do STFC. Nesse sentido, propomos que cada microrregião geográfica definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – corresponda a apenas uma Área Local de prestação do STFC. Levando em conta que o órgão particiona o território nacional em 558 microrregiões geográficas, por meio da proposição apresentada, o número de Áreas Locais seria reduzido a cerca de 10% do seu quantitativo atual.

Além disso, em nosso Projeto obrigamos as operadoras de telefonia fixa a cobrar tarifa local para qualquer chamada originada e terminada dentro dos limites de uma mesma Área Local. Em caso de descumprimento do disposto na proposição, a empresa infratora se submeterá às penalidades da LGT.

Por fim, para que as prestadoras tenham condições técnicas de adequar seus procedimentos de tarifação ao que dispõe o Projeto, fixamos o prazo de noventa após a publicação da lei para que o instrumento instituído passe a surtir efeitos práticos.

Uma expressiva diminuição no número de Áreas Locais causará sensível impacto junto à sociedade brasileira, sobretudo às classes de baixa renda. O barateamento do custo das ligações realizadas entre centros urbanos próximos permitirá que a população carente amplie seu leque de oportunidades de comunicação, em completa sintonia com o princípio da universalização da telefonia – principal pilar do modelo de exploração dos serviços de telecomunicações adotado pelo País a partir da década passada.

Ademais, a medida proporcionará forte impulso à democratização do acesso à rede mundial de computadores no Brasil. Como atualmente apenas 15% dos municípios brasileiros dispõem de provedores de Internet, numerosa parcela da população só tem condições de se conectar à rede efetuando chamadas telefônicas de longa distância. Conseqüentemente, a redução do número de Áreas Locais diminuirá o custo do acesso à Internet em grande parte do território nacional, seja por meio do serviço discado ou através de banda larga. Em adição, a expansão da base de clientes plugados à rede estimulará novos investimentos no setor, incentivará o incremento da produção industrial e promoverá a geração de mais empregos.

Além disso, a diminuição do número de Áreas Locais representa um estímulo para a entrada de novas operadoras no mercado à medida em que proporciona o aumento da abrangência territorial da telefonia local. Em um segmento duramente criticado pela opinião pública em razão das caríssimas tarifas praticadas, a redução de barreiras ao ingresso de novas empresas consiste em uma maneira adequada de se incrementar a competição e tornar mais acessível o preço dos serviços prestados.

Levando-se em consideração o interesse econômico dos usuários e a necessidade da adoção de mecanismos legais que facilitem a implementação das políticas de inclusão digital, acreditamos que a iniciativa legislativa apresentada seja de grande relevância para a população brasileira. Por esse motivo, solicitamos o apoiamento necessário dos ilustres Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2004. – Deputado **Paulo Lima.**

PROJETO DE LEI Nº 4.172, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Cria a campanha de divulgação, objetivando a prevenção da Hantavirose em todo o território nacional e dá outras providências."

Despacho: Às Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º- Os órgãos competentes do Poder Executivo, criarão campanha de divulgação, no âmbito nacional, objetivando a informação e a prevenção da Hantavirose entre a população.

Parágrafo único- A campanha, disposta no "caput", abordará as formas de contágio, os sintomas, informações que objetivem a prevenção e alerta sobre a gravidade da doença.

Artigo 2º- As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 3º- O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180(cento e vinte dias), a partir da data de sua publicação.

Artigo 4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Hantavirose é uma doença gravíssima, que, na maioria absoluta dos casos, termina em óbito. No Distrito Federal, onde a doença mais atacou este ano, já foram contabilizadas várias mortes.

Todavia, engana-se quem acredita ser uma doença, cujo foco da ação, seja apenas a região do Distrito Federal. Todas as cidades, no País, cujo entorno faz limite com áreas de cerrados, vegetação, zona rural enfim, estão, infelizmente, sujeitas à doença.

A infecção é transmitida por roedores silvestres. Estes, próximos aos centros urbanos, inúmeras vezes perdem o hábito de caçar ou coletar, no meio rural, sua alimentação e passam a procurar sua comida na área urbana.

Avançando sobre as cidades, esses roedores transmitem a doença através de sua urina, fezes ou saliva, em partículas dispersas no ar, ou mesmo por suas mordidas e, ainda, pelo contato de pele ferida com os excrementos deles. A doença ataca os pulmões e rins. Seus sintomas são febre alta, dores musculares, tosse seca e dificuldade de respirar.

A enfermidade é ainda mais grave se considerarmos que o período de incubação da mesma varia de quatro até sessenta dias e que não existe tratamento específico, devendo-se procurar um médico, logo nos primeiros sintomas, para que sejam tomadas medidas de suporte, objetivando fortalecer o doente.

A prevenção recomendada consiste em evitar entrar em ambientes fechados e sem ventilação, como depósitos e salas, nas áreas rurais. Limpar piso e móveis com água sanitária ou detergente para evitar que a poeira, juntamente com partículas de fezes, urina e saliva de ratos, se espalhem, além de descartar quaisquer resíduos de alimentos de animais domésticos, para que não sirvam de comida aos roedores.

A doença não escolhe vítimas. No Distrito Federal, São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, matou moradores das áreas mais carentes, rurais e de classe média.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nossos nobres pares para aprovação desta importante propositura.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader**, PL-RJ.

PROJETO DE LEI Nº 4.175, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Estabelece a obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizante para a saúde dos humanos nas dependências de academia de ginástica, "sport center", "fitness", clube esportivo ou similar e dá outras providências."

Despacho: Às Comissões de Seguridade Social e Família; Turismo e Desporto e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva Pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1° As academias de ginástica, "fitness", "sport centers", clubes esportivos e outros estabelecimentos congêneres ficam obrigados a fixarem em suas dependências, nos locais de trânsito e permanência de alunos e freqüentadores, placas alusivas sobre o

uso inadequado de anabolizante em humanos, com os seguintes dizeres:

> "O Uso de Anabolizantes Prejudica o Sistema Cardiovascular, Causam Lesões nos Rins e Fígado, Degradam a Atividade Cerebral e Aumentam o Risco de Câncer".

Art.2º A não observância do disposto no artigo anterior, sujeitará o responsável pelo estabelecimento esportivo às seguintes penalidades:

I – multa diária de 150 (cento e cinqüenta) Ufir's;

II – no caso de reincidência: suspensão temporária das atividades do infrator pelo prazo máximo de 30 dias,

III – descumprimento após a terceira constatação: cassação do alvará de funcionamento.

Art. 3º A fiscalização desta lei ficará a cargo do órgão competente do Poder Executivo.

Art. 4° O Poder executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A busca de corpos esculpidos à base de remédio está levando jovens de aparência saudável a um vício muitas vezes sem volta. O motivo é o uso dos chamados esteróides anabolizantes. Apesar de não haver estatísticas, sabe-se que vem crescendo o número de consumidores da droga. E não são apenas os atletas em busca de mais força, velocidade, e resistência dos músculos os únicos a usá-lo. Homens, jovens e mulheres que querem apenas ganhar massa corporal em pouco tempo também se deixam seduzir pelos efeitos da droga. O abuso desse medicamento não é novidade. O maior problema, atualmente, segundo especialistas, é a adesão às drogas nas academias convencionais.

Nos Estados Unidos, os anabolizantes já são considerados uma droga proibida, que só pode ser vendida com receita médica. Na Suécia, existem serviços que encaminham os usuários para tratamento, como se ele fosse um viciado em droga. No Brasil, apesar da proibição de venda, a Vigilância Sanitária é falha e os esteróides continuam sendo consumidos em larga escala.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Estudos e Combate ao Doping, esses produtos são facilmente adquiridos em lojas de produtos veterinários e levam a alterações cardiológicas, hepáticas e endocrinológicas, além de lesões nos rins e fígado, seqüelas neurológicas e maior risco de câncer de próstata nos humanos.

Divulgar todos estes malefícios é importante para que os jovens e esportistas sejam esclarecidos sobre os graves danos que causam às suas saúdes e, desta forma, sejam desestimulados a se utilizarem desta droga que é corriqueiramente oferecida em academia de ginástica e similares como se fosse inofensiva e milagrosa.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 211, DE 2004
(Do Poder Executivo)
MENSAGEM Nº 570/2004
AVISO Nº 1.095/2004 C. CIVIL

Abre, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R$60.000.000,00, para os fins que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Despacho Publique-se. Submeta-se ao Plenário

Apreciação Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto em favor do Ministério dos Transportes crédito extraordinário no valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o **caput** decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2003.

Art. 2º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo II desta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o **caput** decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo III desta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2004, 183º da Independência e 116º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO III — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**RESERVA DE CONTINGENCIA**							**50.000.000**
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							50.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	100	50.000.000
		TOTAL - FISCAL							50.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							50.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0237	**CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS**							**10.000.000**
		PROJETOS							
26 782	0237 12GX	OBRAS EMERGENCIAIS PARA O REESTABELECIMENTO DO TRAFEGO SOBRE O ESTREITO DOS MOSQUITOS NA BR-135/MA - CREDITO EXTRAORDINARIO							10.000.000
26 782	0237 12GX 0021	OBRAS EMERGENCIAIS PARA O REESTABELECIMENTO DO TRAFEGO SOBRE O ESTREITO DOS MOSQUITOS NA BR-135/MA - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO MARANHAO							10.000.000
		OBRA EXECUTADA (M) 1022	F	4	2	90	0	311	10.000.000
		TOTAL - FISCAL							10.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							10.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO II — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1029	**RESPOSTA AOS DESASTRES**							**50.000.000**
		ATIVIDADES							
06 182	**1029 86AF**	**RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO**							**50.000.000**
06 182	1029 86AF 0001	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - NACIONAL							2.000.000
		LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 2	F	4	2	90	0	100	2.000.000
06 182	1029 86AF 0023	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO CEARA							4.000.000
		LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 1	F	4	2	30	0	100	4.000.000
06 182	1029 86AF 0025	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DA PARAIBA							7.100.000
		LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 5	F	4	2	30	0	100	7.100.000
06 182	1029 86AF 0051	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DO MATO GROSSO							10.000.000
		LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 20	F	4	2	30	0	100	10.000.000
06 182	1029 86AF 0052	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - NO ESTADO DE GOIAS							10.300.000
		LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 1	F	4	2	30	0	100	10.300.000
06 182	1029 86AF 0101	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - MACEIO - AL							12.000.000
		LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	12.000.000
06 182	*1029 86AF 0103*	*RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES* - CREDITO EXTRAORDINARIO - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - PELOTAS - RS							2.500.000
		LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	2.500.000
06 182	1029 86AF 0105	RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - CREDITO EXTRAORDINARIO - CAMARAGIBE - PE							2.100.000
		LOCAL REABILITADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	2.100.000
		TOTAL - FISCAL							50.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							50.000.000

EM nº 264/MP.

Brasília, 5 de setembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor global de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional.

2. No caso do Ministério dos Transportes, o crédito, no valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), tem por objetivo restabelecer as condições de normalidade do tráfego sobre o Estreito dos Mosquitos na BR–135, no Estado do Maranhão.

3. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a estrutura do vão central da ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, no Município de São Luís, único acesso rodoviário da Ilha de Upaon-Açu ao Continente, foi recentemente danificada e apresenta avaria de grande proporção, prejudicando o tráfego em suas vias e provocando o isolamento parcial dos municípios com o restante do Estado e o País.

4. Avaliações técnicas indicam que a recuperação da ponte avariada exige a interrupção total do tráfego, atualmente liberado como forma paliativa para veículos leves, em virtude do estado precário de segurança face â instabilidade estrutural daquela obra de arte especial.

5. Paralelamente, esta recuperação implica ainda a adaptação da ponte ferroviária, contígua à ponte danificada, o que viabilizará o tráfego rodoviário provisório de veículos, bem como a conclusão das obras da segunda ponte rodoviária sobre o Estreito dos Mosquitos.

6. A urgência e relevância da matéria são justificadas pelo grave risco à segurança das pessoas e bens, públicos e particulares, e de desabastecimento de produtos de todas as espécies, considerando que as condições de tráfego são precárias e não permitem o trânsito de veículos de carga pesados, fato que redundou na declaração pelo Governo do Maranhão de estado de calamidade pública, pelo prazo de 180 dias, por meio do Decreto nº 20.728, de 24 de agosto de 2004.

7. Quanto ao Ministério da Integração Nacional, os recursos propostos, no valor de R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais), destinam-se â execução de ações emergenciais de defesa civil, para atender a diversos Municípios atingidos por fortes chuvas que ocorreram recentemente nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Paraíba, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Sul, provocando inundações, desmoronamentos e rompimento de barragens.

8. Os desastres desabrigaram famílias e danificaram seriamente a infra-estrutura rural e urbana de vários municípios, sendo que as ações de socorro às vítimas e a recuperação dos cenários afetados extrapolam a capacidade de intervenção local à conta de dotações orçamentárias municipais e estaduais, fazendo-se necessário o aporte de recursos do Governo Federal.

9. O presente crédito está em conformidade com as disposições do art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, e será viabilizado com recursos provenientes de superávit financeiro, relativo à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico –Combustíveis, apurado no Balanço Patrimonial da União de 2003, e de anulação parcial da Reserva de Contingência.

10. Nessas condições e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, que visa a efetivar a abertura do referido crédito extraordinário.

Respeitosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ofício nº 768 (CN).

Brasília, 23 de setembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminha processado de Medida Provisória.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 211, de 2004, que “abre, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para os fins que especifica.”

Informo, por oportuno, que à Medida foram oferecidas 5 (cinco) emendas e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer.

Atenciosamente, – Senadora **Heloísa Helena**, no exercício da Presidência do Senado Federal.

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 211**, adotada em 6 de setembro de 2004 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que "Abre, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R$60.000.000,00, para os fins que especifica":

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado DIMAS RAMALHO	002
Deputado EDUARDO SCIARRA	003
Deputado EDUARDO VALVERDE	001
Deputado JOSÉ BORBA	005
Deputado RICARDO BARROS	004

TOTAL DE EMENDAS: 005

MP 211

EMENDA Nº

MP 211/2004

00001

AUTOR: DEPUTADO **EDUARDO VALVERDE** PT/RO

Altera a redação do art. 2º e Anexo II, da MP Nº 211, que abre, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, crédito extraordinário, para os fins que especifica.

Emenda Modificativa:

Dê-se ao Artigo 2º, da Medida Provisória nº 211 a seguinte redação:

Art. 2º - Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério de Integração Nacional, no valor de 55.000.000,00 (cinqüenta e cinco milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo II desta Medida Provisória.

Acrescente-se ao Anexo II desta MP a seguinte Funcional Programática: **06.182.1029.4570.XXXX "Rec ,peração de Danos Causados por Desastres Naturais – Crédito Extraordinário – Recuoeração de Danos Causados por Desastres – Crédito Extraordinário – No Estado de Rondônia",** Órgão 53.000/ UO 53.101/ ESF. F/ GND 4/ RP 2/ MOD 40/ IU 0/FTE 100, no valor de R5.000.000,00

Aumente-se o cancelamento no Anexo III, na Funcional Programática: **99.999.0999.0998.0105 – Reserva de Contingência – Fiscal**, no mesmo Órgão e UO, na ESF F/ GND 9/ RP 0/ MOD 99/ IU 0/ FTE 100, o valor de R$5.000.000,00, passando o total dos cancelamentos a R$55.000.000.

JUSTIFICAÇÃO

Tomando em consideração que o Estado de Rondônia é freqüentemente assolado por desastres naturais e que, por falta da necessária dotação orçamentária, a população local deixa de ser atendida em suas necessidades decorridas destes fenômenos, considero imprescindível dotar ao Ministério de Integração Nacional recursos orçamentários básicos que estejam à disposição para qualquer eventualidade.

Sala de Sessões em, de setembro de 2004.

EDUARDO VALVERDE
DEPUTADO FEDERAL PT/RO

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MP 211

00002

MEDIDAS PROVISÓRIAS

INSTRUÇÕES NO VERSO	MP 211 / 2004	PAGINA 01 DE 01

TEXTO

Acresça-se ao seguinte subtítulo o valor proposto:

- 06.182.1029.XXXX.XXXX – Recuperação de Danos Causados por Desastres – Estado de São Paulo
Valor: R$ 5.000.000,00 GND 4 Mod. Aplic. 40

Cancelamentos:

- 06.182.1029.86AF.0001 – Recuperação de Danos Causados por Desastres – Nacional
Valor: R$ 2.000.000,00 GND 4 Mod. Aplic. 90

- 06.182.1029.86AF.0101 – Recuperação de Danos Causados por Desastres – Maceió/AL
Valor R$ 3.000.000,00 GND 4 Mod. Aplic. 40

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar os municípios do Estado de São Paulo de recursos para aplicação na recuperação de danos causados por desastres. A aplicação de tais recursos irá promover a melhoria das condições de vida das populações, principalmente as mais carentes, que são as mais afetadas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. Dimas Ramalho	SP	PPS

DATA	ASSINATURA
14/09/2004	

SENADO FEDERAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 212, DE 2004
(Do Poder Executivo)
MENSAGEM Nº 574/2004
AVISO Nº 1.102/004 – C. Civil

Altera dispositivos da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa a remuneração dos cargos que as integram, e da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, que cria a Carreira de Policial Rodoviário Federal; institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Federal – GEAPF, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal – GEAPRF e a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, e dá outras providências; pendente de parecer da Comissão Mista.

Despacho: **Publique-se**. Submeta-se ao Plenário.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 212, DE 9 DE SETEMBRO DE 2004.

Altera dispositivos da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996 que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa a remuneração dos cargos que as integram, e da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, que cria a Carreira de Policial Rodoviário Federal; institui a Gratificação Especifica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Federal – GEAPF, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Policia Rodoviária Federai, a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal – GEAPRF e a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Carreira Policial Federal de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, e a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, é reorganizada de acordo com o Anexo I desta Medida Provisória,

Art. 2º O vencimento básico dos cargos da Carreira Policial Federal é o constante do Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º A Lei nº 9.266, de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O ingresso nos cargos da Carreira Policial Federal far-se-á mediante concurso público, exigido o curso superior completo, em nível de graduação, sempre na terceira classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

(NR)

"Art. 5º A partir de 1º de julho de 2004, a Indenização de Habilitação Policial Federal, instituída pelo Decreto-Lei nº 2.251, de 1985, passa a ser calculada, na Carreira de que trata esta lei, nos seguintes percentuais, incidentes sobre o vencimento básico do servidor:

I – trinta e cinco por cento para os cargos de Delegado de Policia Federal e Perito Criminal Federal; e

II – quinze por cento para os cargos de Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal." (NR)

Art. 4º O **caput** do art. 4º da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998. passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A remuneração dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal constitui-se de vencimento básico, Gratificação de Atividade Policial Rodoviário Federal no percentual de duzentos por cento, Gratificação de Desgaste Físico e Mental no percentual de duzentos por cento, Gratificação de Atividade de Risco no percentual de duzentos por cento e outras vantagens de caráter pessoal definidas em lei." (NR)

Art. 5º Fica instituída a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Federal – GEAPF, devida exclusivamente aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Policia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, no percentual de duzentos por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 6º A GEAPF será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, e não servirá de base

de cálculo para quaisquer outros benefícios, parcelas remuneratórias ou vantagens.

Art. 7º A GEAPF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Art. 8º Os servidores a que se refere o art. 5º desta Medida Provisória, que não se encontrem no efetivo exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo no Departamento de Policia Federal, somente farão jus a GEAPF quando cedidos para:

I – a Presidência da República, a Vice-Presidência da República ou o Ministério da Justiça; ou

II – órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, distintos dos indicados no inciso I, e investidos em cargo em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, DAS 6 ou DAS 5, ou equivalentes.

Art. 9º É vedada a redistribuição dos servidores a que se refere o art 5º desta Medida Provisória.

Art. 10º Fica estruturado o Plano Especial de Cargos do Departamento de Policia Rodoviária Federal, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Policia Rodoviária Federal em 30 de junho de 2004, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo III.

§ 1º O enquadramento dos servidores de que trata o **caput**, na tabela de vencimento, obedecerá à posição constante do Anexo IV.

§ 2º Na aplicação do disposto neste artigo, não poderá ocorrer mudança de nível.

§ 3º O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de sessenta dias, a contar do início da vigência desta Medida Provisória.

§ 4º Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o **caput** que não optarem na forma do § 3º serão redistribuídos pra outros órgãos da administração pública federal.

§ 5º Os cargos de nível superior e intermediário das categorias funcionais da sistemática de classificação da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que estejam vagos na data da publicação desta Medida Provisória serão transformados nos cargos correspondentes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Policia Rodoviária Federal.

§ 6º Os cargos de nível auxiliar integrantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Policia Rodoviária Federal serão extintos quando vagos.

§ 7º O posicionamento dos inativos na tabela de remuneração será referenciado à situação em que se encontravam no momento de passagem para a inatividade.

§ 8º É vedada a redistribuição de servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Policia Rodoviária Federal, bem assim a redistribuição de outros servidores para o Departamento de Policia Rodoviária Federal.

Art. 11. O vencimento básico dos cargos que compõem o Plano Especial de Cargos do Departamento de Policia Rodoviária Federal são os constantes do Anexo V.

Parágrafo único. Sobre os valores da tabela constante do Anexo V incidirá qualquer índice concedido a título de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, a partir de lº de janeiro de 2004.

Art. 12. Fica instituída a Gratificação Especifica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal – GEAPRF, devida exclusivamente aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Policia Rodoviária Federal, no percentual de duzentos por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 13. A GEAPRF será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 1992, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, instituída pela Lei nº 10.404, de 2002, e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, parcelas remuneratórias ou vantagens.

Art. 14. A GEAPRF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Art. 15. Os servidores a que se refere o art. 10 desta Medida Provisória, que não se encontrem no efetivo exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo no Departamento de Policia Rodoviária Federal, somente farão jus à GEAPRF quando cedidos para:

I – a Presidência da República, a Vice-Presidência da Repúb1ica ou o Ministério da Justiça; ou

II – órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, distintos dos indicados no inciso I, e investidos em cargo em comissão de Natureza Especial e do

Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, DAS 6 ou DAS 5, ou equivalentes.

Art. 16. O ingresso nos cargos referidos no art. 10 desta Medida Provisória far-se-á mediante prévia aprovação em concurso público de provas, no primeiro padrão de vencimento da classe inicial do respectivo cargo.

Parágrafo único. São requisitos para ingresso nos cargos referidos no art. 10 desta Medida Provisória:

I – diploma de conclusão de ensino superior, em nível de graduação, e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível superior; e

II – diploma de conclusão de ensino médio e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível intermediário.

Art. 17. O desenvolvimento do servidor do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma do regulamento.

Art. 18. E de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ressalvados os casos amparados em legislação específica.

Art. 19. É vedada a cessão de servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, exceto para:

I – a Presidência da República, a Vice-Presidência da República ou o Ministério da Justiça; ou

II – órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, distintos dos indicados no inciso I, e investidos em cargo em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, DAS 6 ou DAS 5, ou equivalentes.

Art. 20. A restrição de que trata o § lº do art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, não se aplica aos servidores pertencentes ao Plano a que se refere o art. 10 desta Medida Provisória.

Art. 21. Fica criada a Gratificação de incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, devida aos ocupantes dos cargos de provavelmente efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observado o quantitativo máximo fixado em regulamento, enquanto permanecerem nesta condição.

Parágrafo único. A GIÂPU será paga aos servidores a que a ela fazem jus, em função da superação das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, de acordo com os valores máximos estabelecidos no Anexo VI, observado o respectivo nível.

Art. 22. A GIAPU será paga observando-se os seguintes parâmetros:

I – até quarenta por cento, em decorrência dos resultados avaliação de desempenho e da contribuição individual para o cumprimento das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial;

II – vinte por cento, no mínimo, em decorrência da avaliação do resultado institucional do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União no cumprimento de metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, computadas de forma individualizada para cada unidade;

III – até quarenta por cento, em decorrência da avaliação da superação das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União, computadas em âmbito nacional, considerando-se a totalidade dos resultados da Secretaria.

§ lº Os critérios e procedimentos de avaliação de desempenho dos servidores e dos resultados institucionais de cada unidade e da Secretaria do Patrimônio da União como um todo, bem como os critérios de fixação de metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, para efeito do disposto neste artigo, inclusive os parâmetros a serem considerados, serão estabelecidos em regulamento especifico, no prazo de trinta dias a contar da data de publicação desta Medida Provisória.

§ 2º Para fins de pagamento da GIAPU, quando da fixação das metas de que trata o **caput** deste artigo, serão definidos os valores mínimos de cada indicador, conforme as metas fixadas, em que a GIAPU será igual a zero e os valores a partir dos quais ela será igual a cem por cento, sendo os percentuais de gratificação, nesse intervalo, distribuídos proporcional e linearmente.

§ 3º A GIÁPU será apurada, em cada ano, mensalmente, com base nos indicadores previstos, acumu-

lados de janeiro até o segundo mês anterior àquele em que é devida a gratificação.

§ 4º Em relação aos meses de janeiro e fevereiro, a GIAPU será apurada com base nos resultados acumulados de janeiro a dezembro do ano anterior, promovendo-se os ajustes devidos no mês de abril subseqüente.

Art. 23. A partir do primeiro dia do mês em que forem fixadas as metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial e até que sejam processados os resultados da respectiva avaliação de desempenho, poderão ser antecipados até cinqüenta por cento do valor máximo da GLAPU, observando-se, nesse caso:

I – a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para a realização da despesa; e

II – a compensação da antecipação concedida nos pagamentos das referidas gratificações dentro do mesmo exercício financeiro.

Parágrafo único. Na impossibilidade da compensação integral da antecipação concedida na forma do inciso II do **caput** deste artigo, o saldo remanescente deverá ser compensado nos valores devidos em cada mês no exercício financeiro seguinte, até a quitação do resíduo.

Art. 24. A GIAPU não será paga caso o resultado total da arrecadação verificada seja inferior à sua despesa e às metas fixadas em ato do Poder Executivo.

Art. 25. A GIAPU não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

§ 1º É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus a GIAPU.

§ 2º Até que seja processada sua primeira avaliação de desempenho, o servidor que passe a fazer jus a GIAPU perceberá, dentre as seguintes situações, a que produzir efeitos financeiros mais benéficos:

I – em relação à parcela da GIAPU calculada com base na avaliação individual, um terço do respectivo percentual máximo, sendo-lhe atribuído o mesmo valor devido aos demais servidores no que diz respeito às outras parcelas da referida gratificação; ou

II – o valor da gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, a que fazia jus em decorrência do seu cargo efetivo, recebido na data anterior àquela em que passou a fazer jus a GIAPU.

Art. 26. Até a edição do regulamento mencionado no § lº do art. 22 desta Medida Provisória, os servidores em exercício na Secretaria do Patrimônio da União continuarão a receber somente as gratificações de desempenho de atividade ou produtividade a que já façam jus em decorrência do exercício dos respectivos cargos efetivos.

Art. 27. A GIAPU integrará os proventos de aposentadoria e as pensões somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos sessenta meses e será calculada, para essa finalidade, pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor nos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão.

§ 1º O interstício exigido na parte inicial do **caput** deste artigo não se aplica aos casos de:

I – aposentadorias que ocorrerem por força do art. 186, incisos I e II, da Lei nº 8.112, de 1990; ou

II – afastamentos, no interesse da administração, para missão ou estudo no exterior, ou para servir em organismo internacional.

§ 2º A média aritmética a que se refere à parte final do **caput** deste artigo será apurada com base no período:

I – ocorrido entre a instituição da gratificação e o mês anterior à efetiva aposentadoria, na hipótese de que trata o inciso I do § 1º deste artigo; ou

II – de doze meses de percepção das gratificações, subseqüentes ao retomo do servidor, na hipótese do inciso II do § 1º deste artigo.

§ 3º A parcela incorporada aos proventos com base no disposto no **caput** deste artigo não poderá ser percebida cumulativamente com a parcela incorporada em decorrência do recebimento de gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo, facultado o direito de opção pela incorporação aos proventos da parcela mais vantajosa.

Art. 28. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de lº de junho de 2004, quanto ao disposto nos arts. 1º a 8º e l0 a 15.

Art. 29. Revoga-se o § 1º do art. 4º da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998.

Brasília, 9 de setembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
CARGOS	CLASSE	CLASSE	CARGOS
Delegado de Polícia Federal	ESPECIAL	ESPECIAL	Delegado de Polícia Federal
Perito Criminal Federal	PRIMEIRA	PRIMEIRA	Perito Criminal Federal
Escrivão de Polícia Federal	SEGUNDA	SEGUNDA	Escrivão de Polícia Federal
Agente de Polícia Federal			Agente de Polícia Federal
Papiloscopista Policial Federal		TERCEIRA	Papiloscopista Policial Federal

ANEXO II

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL

a) Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal

Em R$

CARGOS	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO	
		VIGÊNCIA 1º de julho de 2004	VIGÊNCIA 1º de julho de 2005
Delegado de Polícia Federal Perito Criminal Federal	ESPECIAL	609,62	648,24
	PRIMEIRA	601,74	639,65
	SEGUNDA	514,30	546,71
	TERCEIRA	458,92	487,83

b) Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal

Em R$

CARGOS	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO	
		VIGÊNCIA 1º de julho de 2004	VIGÊNCIA 1º de julho de 2005
Escrivão de Polícia Federal Agente de Polícia Federal Papiloscopista Policial Federal	ESPECIAL	404,01	429,46
	PRIMEIRA	331,51	352,39
	SEGUNDA	275,51	292,86
	TERCEIRA	262,39	278,89

ANEXO III

ESTRUTURA DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Superior, Intermediário e Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Especial	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

ANEXO IV

TABELA DE CORRELAÇÃO DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGOS
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Superior, Intermediário e Auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em 30 de junho de 2004.	A	III	III	ESPECIAL	Cargos de Provimento Efetivo de Nível Superior, Intermediário e Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO V

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Em R$

Classe	Padrão	Nível do Cargo		
		Superior	Intermediário	Auxiliar
Especial	III	565,45	387,13	221,69
	II	529,07	358,07	211,32
	I	494,41	343,15	201,27
C	VI	487,08	328,84	191,75
	V	473,00	326,49	182,66
	IV	459,39	312,93	174,04
	III	446,17	299,92	165,81
	II	433,34	287,44	158,00
	I	420,88	275,55	150,61
B	VI	408,79	264,10	143,57
	V	397,05	253,20	136,86
	IV	385,65	242,73	130,49
	III	374,58	232,72	124,46
	II	363,82	223,13	118,70
	I	353,41	213,96	113,22
A	V	343,29	205,18	108,00
	IV	333,45	196,75	103,06
	III	279,61	162,54	87,19
	II	271,59	155,87	83,20
	I	263,80	149,49	79,40

ANEXO VI

VALORES MÁXIMOS DA GRATIFICAÇÃO DE INCREMENTO Á ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - GIAPU

Nível do Cargo	Valor máximo da GIAPU
Superior	R$ 1.600,00
Intermediário	R$ 950,00
Auxiliar	R$ 550,00

EM Interministerial nº 253/2004/MP/MJ.

Brasília, 31 de agosto de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência a anexa proposta de edição de Medida Provisória que altera dispositivos da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa a remuneração dos cargos que as integram, e da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, que cria a Carreira de Policial Rodoviário Federal; além de instituir a Gratificação Específica de Apoio Técnico-administrativo à Atividade Policial Federal, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, e a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

2. A proposta tem por objetivo dar cumprimento ao acordo firmado pelo Governo Federal, Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça – e as entidades representativas dos servidores – Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF, Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF, Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – APCF e Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF, representantes dos servidores que integram as Carreiras de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal no âmbito das negociações havidas, com vistas à concessão de reajuste remuneratório aos mencionados servidores.

3. Importante ressaltar que o formato escolhido para os servidores da Carreira de Polícia Federal de reestruturação da carreira com a criação da terceira classe em cada um dos cargos que a integram, e do aumento do vencimento básico e dos percentuais de indenização de habilitação, para todos os integrantes da mencionada carreira, permite a valorização dos servidores que atuam diretamente na atividade finalística da área policial federal e está em consonância com as diretrizes de Governo de promover uma política de revitalização de remunerações.

4. Com a mesma finalidade, propõe-se para os integrantes da Carreira de Policial Rodoviário Federal o aumento dos percentuais de suas gratificações específicas – Gratificação de Atividade Policial Rodoviário Federal, Gratificação de Desgaste Físico e Mental e Gratificação de Atividade de Risco o que fará com que estes servidores percebam estas vantagens em percentuais iguais aos que já vem sendo pagos a categorias que executam atividades similares, particularmente quanto à natureza e ao grau de complexidade.

5. Sobre a instituição da Gratificação Específica de Apoio Técnico-administrativo à Atividade Policial Federal – GEAPF, devida exclusivamente aos integrantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 20 de maio de 2003, no percentual de duzentos por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, o que se pretende é restabelecer a lógica remuneratória interna e reduzir as diferenças de remuneração existentes entre os servidores de carreira do órgão e os pertencentes a outros planos, o que tem causado dificuldades de gestão nas relações de trabalho.

6. Trata também esta proposta da estruturação do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em 30 de junho de 2004, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela.

7. A estruturação deste Plano, à semelhança do que já foi feito para o Departamento de Polícia Federal, permitirá que seja dado o tratamento adequado aos servidores de apoio técnico-administrativo, vinculados à área de segurança pública, que exercem suas atividades em condições especiais de trabalho, o que justifica que lhes seja dispensado tratamento remuneratório diferenciado em relação às demais áreas de suporte da Administração Pública Federal.

8. Por sua vez, a proposta de instituição da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU tem por objetivo dar cumprimento ao acordo firmado pelo Governo Federal – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – e a entidade representativa dos servidores daquela Secretaria – com vistas à concessão de reajuste remuneratório aos mencionados servidores. O formato escolhido, de atribuição de urna gratificação de valor fixo por nível de escolaridade do cargo, permite contemplar aqueles servidores que atualmente percebem as menores remunerações, em estrita sintonia com as diretrizes de Governo, promovendo uma política de revitalização de remunerações. Além disso, a opção por uma gratificação vinculada ao cumprimento de metas de arrecadação é semelhante ao que foi proposto para outros órgãos do Governo e visa incrementar a arrecadação federal na área da administração patrimonial da União, mediante o desenvolvimento e o aperfeiço-

amento das atividades de fiscalização e de cobrança das contribuições federais.

9. Por fim, propõe-se ajustar a redação do disposto no art. 14 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, de forma a adequar o pagamento da antecipação das gratificações por ela instituída aos entendimentos estabelecidos entre a administração e os servidores beneficiados.

10. As medidas propostas alcançam em seus efeitos quinze mil, trezentos e quarenta e três integrantes da Carreira Policial Federal; doze mil quatrocentos e quarenta e um integrantes da Carreira de Policial Rodoviário Federal; dois mil novecentos e quarenta e um servidores do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal; e novecentos e dezoito servidores que integrarão o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. No âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, a medida alcança em seus efeitos quatrocentos e oitenta e quatro servidores ativos.

11. Quanto às alterações promovidas na remuneração da Policia Federal e Polícia Rodoviária Federal, o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, pode ser considerado plenamente atendido, uma vez que as despesas relativas a 2004, da ordem de R$ 144,8 milhões, foram incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2004, em funcional específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado, calculada e demonstrada no anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias. No exercício de 2005, a despesa será de R$320,83 milhões e em 2006, quando estará anualizada, o impacto adicional será de R$365,16 milhões, o que reduzirá a margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado desses exercícios, no entanto o montante apurado se mostra compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histérica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

12. Igualmente, em relação à instituição da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF está atendida, uma vez que as despesas relativas a 2004, da ordem de R$4,28 milhões, foram incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2004, em funcional específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado, calculada e demonstrada no anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos exercícios de 2005 e 2006, nos quais a despesa já estará anualizada, o impacto adicional será de R$7,98 milhões, o que reduzirá a margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios, no entanto o montante apurado se mostra compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

13. São estas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória em questão.

Respeitosamente,

Ofício nº 769 (CN)

Brasília, 23 de setembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Encaminha processado de Medida Provisória.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 212, de 2004, que "altera dispositivos da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa a remuneração dos cargos que as integram e da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, que cria a Carreira de Policial Rodoviário Federal; institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Federal GEAPF, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal – GEAPRF e a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, e dá outras providências."

Informo, por oportuno, que à Medida foram oferecidas 36 (trinta e seis) emendas e que a Comissão Mista designada não se instalou.

Atenciosamente, – Senadora **Heloísa Helena**, no exercício da Presidência do Senado Federal.

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 212**, ADOTADA, EM 09 DE SETEMBRO DE 2004 E PUBLICADA NO DIA 10 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.266, DE 15 DE MARÇO DE 1996, QUE REORGANIZA AS CLASSES DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL E FIXA A REMUNERAÇÃO DOS CARGOS QUE AS INTEGRAM, E DA LEI Nº 9.654, DE 2 DE JUNHO DE 1998, QUE CRIA A CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL; INSTITUI A GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO À ATIVIDADE POLICIAL FEDERAL – GEAPF, O PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, A GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO À ATIVIDADE POLICIAL RODOVIÁRIA FEDERAL – GEAPRF E A GRATIFICAÇÃO DE INCREMENTO À ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – GIAPU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputada Alice Portugal	004 e 006
Senador Arthur Virgílio	024
Deputado Beto Albuquerque	007
Deputado Carlos Alberto Leréia	*008, 028 029 e 033*
Deputado Carlos Santana	001, 002, 017, 019, 022, 034 e 035
Deputado Gonzaga Patriota	012
Deputado José Carlos Aleluia	003, 015, 016, 018, 020, *021, 023, 027, 030, 031 e* 032
Deputado José Carlos Machado	014
Deputado Luiz Couto	009
Deputado Marcelo Ortiz	005 e 010
Deputada Neyde Aparecida	036
Deputado Nilson Mourão	025
Deputado Wasny de Roure	011, 013 e 026

SSACM
TOTAL DE EMENDAS: 036

MPV - 212

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição
16/09/04	Medida Provisória nº 212, de 09 de setembro de 2004.

autor	nº do prontuário
Deputado CARLOS SANTANA	290

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3 ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Acrescenta-se ao art. 1º desta Medida Provisória, os seguintes parágrafos:

§ 1º Fica criada, no âmbito do Poder Executivo, a Carreira de Policial Ferroviário Federal, com as atribuições previstas na Constituição Federal e Legislação Específica.

§ 2º O ingresso nos cargos da carreira de que trata esta Lei dar-se-á mediante aprovação em concurso público, constituído de duas fases, ambas eliminatórias e classificatórias, sendo a primeira de exame psicotécnico e de provas e títulos e a segunda constituída de curso de formação.

§ 3º - São requisitos de escolaridade para o ingresso na carreira o diploma de curso de segundo grau oficialmente reconhecido, assim como os demais critérios que vierem a ser definidos no edital do concurso.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 144, Inciso III, § 3º, a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegura-se a sua Missão Institucional, bem como a subordinação do Ministério da Justiça.

PARLAMENTAR

Brasília

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00002

data	Proposição
16/09/04	Medida Provisória nº 212, de 09 de setembro de 2004.

Autor	nº do prontuário
Deputado CARLOS SANTANA	290

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Acrescenta-se ao art. 2º desta Medida Provisória, os seguintes parágrafos:

§ 1º - A carreira de Policial Ferroviário Federal de que trata esta Lei terá a mesma estrutura de classes e padrões e tabela de vencimentos previstos na Lei n.º 8.460, de 17 de setembro de 1992, enquadrando-se os servidores na mesma posição em que se encontrem na data da publicação desta Lei.

§ 2º - Os vencimentos do cargo de Policial Ferroviário Federal constituem-se do vencimento básico e das seguintes gratificações:

I – Gratificação de Função Policial especializada por ficar, compulsoriamente, incompatibilizado para o desempenho de qualquer outra atividade, pública ou privada;

II – Gratificação de desgaste físico e mental, decorrente da atividade inerente ao cargo;

III – Gratificação de atividade de risco, decorrente dos riscos que estão sujeitos os ocupantes do cargo.

§ 3º - A percepção dos benefícios pecuniários previstos neste artigo é incompatível com a de outros benefícios instituídos sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 4º - As gratificações a que se refere este artigo serão calculadas percentualmente, sobre vencimento do cargo efetivo do policial na forma a ser fixada pelo Presidente da República.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 144, Inciso III, § 3º, a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegura-se a sua Missão Institucional, bem como a subordinação do Ministério da Justiça.

PARLAMENTAR

Brasília

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00003

data 16 10 91 e 04

Proposição
Medida Provisória nº 212 /2004

Autor
Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 2º da Lei 9.266/96 e seus anexos I e II, alterados pelo art. 3º e anexos I e II da Medida Provisória 212/04 a seguinte redação:

"Art. 2º O ingresso nos cargos da Carreira Policial Federal far-se-á mediante concurso público, exigido o curso superior completo, em nível de graduação, sempre na **segunda** classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente."

ANEXO I
ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA
CARGOS	CLASSE	CLASSE	CARGOS
	ESPECIAL	ESPECIAL	
Delegado de Polícia Federal			Delegado de Polícia Federal
Perito Criminal Federal			Perito Criminal Federal
Escrivão de Polícia Federal	PRIMEIRA	PRIMEIRA	Escrivão de Polícia Federal
Agente de Polícia Federal			Agente de Polícia Federal
Papiloscopista Policial Federal			Papiloscopista Policial Federal
	SEGUNDA	SEGUNDA	

ANEXO II

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL

a) Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal

Em R$

CARGOS	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO	
		VIGÊNCIA 1º de julho de 2004	VIGÊNCIA 1º de julho de 2005
Delegado de Polícia Federal Perito Criminal Federal	ESPECIAL	609,62	648,24
	PRIMEIRA	601,74	639,65
	SEGUNDA	514,30	546,71

b) Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal

Em R$

CARGOS	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO	
		VIGÊNCIA 1º de julho de 2004	VIGÊNCIA 1º de julho de 2005
Escrivão de Polícia Federal Agente de Polícia Federal Papiloscopista Policial Federal	ESPECIAL	404,01	429,46
	PRIMEIRA	331,51	352,39
	SEGUNDA	275,51	292,86

Justificativa:

A atual redação da MP propõe uma terceira classe e isso certamente trará conseqüências judiciais à União, pois atualmente a Polícia Federal realiza 05 (cinco) concursos, um para cada cargo, com publicação do salarial inicial de segunda classe.

Com a criação da terceira classe as regras publicadas nos editais serão alteradas trazendo prejuízo para os candidatos.

Ademais, a criação desta classe seria uma inovação negativa, pois as outras carreiras, típicas de Estado, também não possuem.

PARLAMENTAR

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00004

data	proposição
	Medida Provisória nº 212/2004

Autor	nº do prontuário
Deputada Alice Portugal - PC do B/BA	

1. X Supressiva	2. substitutiva	3 modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global

Página 1/2	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 4º da MP nº 212/04 a expressão **"caput do"**, passando a ter a seguinte redação :

Art. 4º "O art. 4º da lei nº 9.654, de 02 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação: "

Justificativa

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto do referido artigo 4º da Lei nº 9.654, de 02.06.98, com o art. 4º da Lei nº 9.266, de 15.03.96, e com o art. 1º da Lei nº 10.874, de 01.06.04, que tratam das Carreiras Policial Rodoviário Federal, Policial Federal e Policial Civil, e, também, com os arts. 1º, 2º e 3º desta Medida Provisória, promovendo, assim, tratamento equânime aos integrantes dessas carreiras, considerando que essas instituições são mantidas e organizadas pela União, especialmente, levando em conta que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal são instituições federais integradas ao mesmo Ministério – da Justiça, as quais estão, juntamente, inseridas no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Relativamente ao texto proposto em relação a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, tal proposta visa dar o mesmo tratamento dispensado aos servidores do extinto DNER, hoje DNIT, nos termos do art. 28 da MP nº 210, de 31.08.04, e o art. 71 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, tendo em vista que os Policiais Rodoviários Federais, também, percebem tais benefícios, especialmente, considerando que o Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, se comprometeu em solucionar essa questão através de Minuta de MP encaminhada via da EM Interministerial nº 062/2004.

Assim, **o Ministro de Estado da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, em 23 de abril de 2004, **reconheceu a necessidade de se *"melhorar a estrutura remuneratória dos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, dentro do princípio de isonomia"*, bem como a necessidade de se reorganizar essa carreira**, tendo em vista que as atuais classes iniciais têm vencimento básico abaixo do salário mínimo, inclusive com complementação mensal para alcançar o salário vigente, cuja decisão ministerial foi tomada através de negociação coletiva, mediante acordo com a direção do DPRF e com a Representação Federativa da classe, vide EM INTERMINISTERIAL Nº 062/MJ/MP e minuta de Medida Provisória, textos em anexo, endereçadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em cuja minuta de MP se estabeleceu o prazo de cento e vinte dias

Fls. 0

para encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei dispondo sobre a reorganização da Carreira Policial Rodoviário Federal (art. 4º da proposta de MP), cujo prazo já se expirou sem que houvesse sido cumprida a promessa do Ministro da Justiça, devidamente documentada e assinada, além do mais, a citada minuta de MP sequer foi editada na forma proposta. Cumpre ressaltar que parte das redações ora propostas foram contempladas no acordo assinado pelo Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, via da minuta de MP (art. 1º e 2º) encaminhada pela EM 062/2004 supracitada, conforme comprova o Memorando nº 218/2004 do Diretor-Geral do DPRF, restando, portanto, a esta Casa Legislativa fazer tais alterações e adequações.

PARLAMENTAR

Deputada Alice Portugal

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	pro 00005
	Medida Provisória nº 212/2004

Autor	nº do prontuário
Marcelo Ortiz	

1. X Supressiva	2. substitutiva	3 modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do art. 4º da MP nº 212/04 a expressão "caput do".

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto do supracitado artigo com o art. 4º da Lei nº 9.266/96 que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, e com os arts. 1º, 2º, 3º, 10 e 11 desta Medida Provisória, promovendo, assim, tratamento equânime aos integrantes das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, bem como entre os próprios servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, evitando, assim, privilégios aos servidores do quadro de apoio administrativo e injustiça aos Policiais Rodoviários Federais.

Ademais, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal são instituições federais integradas ao mesmo Ministério da Justiça, mantidas e organizadas pela União, considerando que esses órgãos estão, juntamente, inseridos no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, necessitando, portanto, que se corrija tais equívocos.

Assim, **o Ministro de Estado da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, em 23 de abri de 2004, **reconheceu a necessidade de se *"melhorar a estrutura remuneratória dos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, dentro do princípio de isonomia"*, bem como a necessidade de se reorganizar essa carreira**, tendo em vista que as atuais classes iniciais têm vencimento básico abaixo do salário mínimo, inclusive com complementação mensal para alcançar o salário vigente, cuja decisão ministerial foi tomada através de negociação coletiva, mediante acordo com a direção do DPRF e com a FENAPRF, vide EM Nº 062/2004/MJ/MP e MEMO Nº 218/DPRF (anexos).

Sala das Sessões, em de de 2004

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00006

data	proposição
	Medida Provisória nº 212/2004

Autor	nº do prontuário
Deputada Alice Portugal PC do B/BA	

1. ( ) Supressiva 2. ( ) substitutiva 3 (X) modificativa 4. ( ) aditiva 5. ( ) Substitutivo global

Página 1/2	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

No art. 4º da MP 212/2004 alterem-se as palavras **"desgaste físico e mental"** substituindo-as para **"compensação orgânica"**.

Art. 4º .....

"Art. 4º A remuneração dos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal constitui-se de vencimento básico, gratificação de atividade Policial Rodoviário Federal no percentual de duzentos por cento, gratificação de compensação orgânica no percentual de duzentos por cento, gratificação de atividade de risco no percentual de duzentos por cento e outras vantagens de caráter pessoal."

Justificativa

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto do referido artigo 4º da Lei nº 9.654, de 02.06.98, com o art. 4º da Lei nº 9.266, de 15.03.96, e com o art. 1º da Lei nº 10.874, de 01.06.04, que tratam das Carreiras Policial Rodoviário Federal, Policial Federal e Policial Civil, e, também, com os arts. 1º, 2º e 3º desta Medida Provisória, promovendo, assim, tratamento equânime aos integrantes dessas carreiras, considerando que essas instituições são mantidas e organizadas pela União, especialmente, levando em conta que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal são instituições federais integradas ao mesmo Ministério – da Justiça, as quais estão, juntamente, inseridas no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Relativamente ao texto proposto em relação a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, tal proposta visa dar o mesmo tratamento dispensado aos servidores do extinto DNER, hoje DNIT, nos termos do art. 28 da MP nº 210, de 31.08.04, c/c o art. 71 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, tendo em vista que os Policiais Rodoviários Federais, também, percebem tais benefícios, especialmente, considerando que o Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, se comprometeu em solucionar essa questão através de Minuta de MP encaminhada via da EM Interministerial nº 062/2004.

Assim, o **Ministro de Estado da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, em 23 de abril de 2004, **reconheceu a necessidade de se *"melhorar a estrutura remuneratória dos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, dentro do princípio de isonomia"*, bem como a necessidade de se reorganizar essa carreira**, tendo em vista que as atuais classes iniciais têm vencimento básico abaixo do salário mínimo, inclusive com complementação mensal para alcançar o

salário vigente, cuja decisão ministerial foi tomada através de negociação coletiva, mediante acordo com a direção do DPRF e com a Representação Federativa da classe, vide EM INTERMINISTERIAL Nº 062/MJ/MP e minuta de Medida Provisória, textos em anexo, endereçadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em cuja minuta de MP se estabeleceu o prazo de cento e vinte dias para encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei dispondo sobre a reorganização da Carreira Policial Rodoviário Federal (art. 4º da proposta de MP), cujo prazo já se expirou sem que houvesse sido cumprida a promessa do Ministro da Justiça, devidamente documentada e assinada, além do mais, a citada minuta de MP sequer foi editada na forma proposta. Cumpre ressaltar que parte das redações ora propostas foram contempladas no acordo assinado pelo Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, via da minuta de MP (art. 1º e 2º) encaminhada pela EM 062/2004 supracitada, conforme comprova o Memorando nº 218/2004 do Diretor-Geral do DPRF, restando, portanto, a esta Casa Legislativa fazer tais alterações e adequações.

PARLAMENTAR

Deputada Alice Portugal

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00007

Data: 13/09/2004	Proposição: MP 212/04
Autor: Deputado BETO ALBUQUERQUE	Nº Prontuário: 490

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/2	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

Modifique-se o art. 4º da Medida Provisória nº 212/2004 com a seguinte redação:

"Art. 4º A Lei nº 9.654, de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A Carreira Policial Rodoviário Federal é reorganizada de acordo com o Anexo VI desta Medida Provisória, mediante o respectivo enquadramento dos servidores.

Art. 3º O Ingresso nos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal far-se-á mediante concurso público, exigido o curso superior completo, em nível de graduação, sempre na terceira classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

Art. 4º A remuneração dos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal constitui-se de vencimento básico, Gratificação de Atividade Policial Rodoviário Federal no percentual de duzentos por cento, Gratificação de Compensação Orgânica no percentual de duzentos por cento, Gratificação de Atividade de Risco no percentual do duzentos por cento e outras vantagens de caráter pessoal.

Parágrafo único. Fica transformada em vantagem pessoal nominalmente identificada a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, de que trata o Decreto-Lei nº 2.194, de 26 de dezembro de 1984, devida aos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, ativos, inativos e pensionistas, que estejam percebendo tal gratificação na data de publicação desta Medida Provisória"." (NR)

Assinatura

ANEXO VI

ESTRUTURA DE CARGOS E TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

CARGOS	Situação anterior	Situação nova	Vencimento Básico	
	Classe	Classe	Vigência 1º de julho de 2004	Vigência 1º de julho de 2005
Policial Rodoviário Federal	A	ESPECIAL	404,01	429,46
	B	PRIMEIRA	331,51	352,39
	C	SEGUNDA	275,51	292,86
	D	TERCEIRA	262,39	278,89

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto da Medida Provisória com as reais necessidades da carreira Policial Rodoviário Federal, a exemplo do que ocorre com os integrantes da Carreira Policial Federal nos arts. 1º, 2º, e 3º, promovendo, assim, tratamento equânime aos integrantes dessas carreiras, pois, estando a Polícia Rodoviária Federal, juntamente com a Policia Federal, inserida no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, necessário se faz tais adequações.

Assinatura

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00008**

Data	Proposição
16.09.2004	Medida Provisória nº 212, de 06.09.2004

Autor	nº do prontuário
CARLOS ALBERTO LERÉIA	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
	4.º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao **caput** do art. 4.º da Lei n.º 9.654, de 2 de junho de 1998, constante do art. 4º da presente Medida Provisória, a seguinte redação:

"Art. 4º A remuneração dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal constitui-se de vencimento básico, Gratificação de Atividade Policial Rodoviário Federal no percentual de duzentos por cento, Gratificação de **Compensação Orgânica** no percentual de duzentos por cento, Gratificação de Atividade de Risco no percentual de duzentos por cento e outras vantagens de caráter pessoal definidas em lei." (NR)

Justificativa

de 02.06.98, com o art. 4º da Lei nº 9.266, de 15.03.96, e com o art. 1º da Lei nº 10.874, de 01.06.04, que tratam das Carreiras Policial Rodoviário Federal, Policial Federal e Policial Civil, e, também, com os arts. 1º, 2º e 3º desta Medida Provisória, promovendo, assim, tratamento equânime aos integrantes dessas carreiras, considerando que essas instituições são mantidas e organizadas pela União, especialmente, levando em conta que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal são instituições federais integradas ao mesmo Ministério – da Justiça, as quais estão, juntamente, inseridas no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Relativamente ao texto proposto em relação a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, tal proposta visa dar o mesmo tratamento dispensado aos servidores do extinto DNER, hoje DNIT, nos termos do art. 28 da MP nº 210, de 31.08.04, c/c o art. 71 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, tendo em vista que os Policiais Rodoviários Federais, também, percebem tais benefícios, especialmente, considerando que o Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, se comprometeu em solucionar essa questão através de Minuta de MP encaminhada via da EM Interministerial nº 062/2004.

SENADO FEDERAL

Assim, o **Ministro de Estado da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, em 23 de abril de 2004, **reconheceu a necessidade de se "melhorar a estrutura remuneratória dos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, dentro do princípio de isonomia", bem como a necessidade de se reorganizar essa carreira**, tendo em vista que as atuais classes iniciais têm vencimento básico abaixo do salário mínimo, inclusive com complementação mensal para alcançar o salário vigente, cuja decisão ministerial foi tomada através de negociação coletiva, mediante acordo com a direção do DPRF e com a Representação Federativa da classe, vide EM INTERMINISTERIAL Nº 062/MJ/MP e minuta de Medida Provisória, textos em anexo, endereçadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em cuja minuta de MP se estabeleceu o prazo de cento e vinte dias para encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei dispondo sobre a reorganização da Carreira Policial Rodoviário Federal (art. 4º da proposta de MP), cujo prazo já se expirou sem que houvesse sido cumprida a promessa do Ministro da Justiça, devidamente documentada e assinada, além do mais, a citada minuta de MP sequer foi editada na forma proposta. Cumpre ressaltar que parte das redações ora propostas foram contempladas no acordo assinado pelo Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, via da minuta de MP (art. 1º e 2º) encaminhada pela EM 062/2004 supracitada, conforme comprova o Memorando nº 218/2004 do Diretor-Geral do DPRF, restando, portanto, a esta Casa Legislativa fazer tais alterações e adequações.

PARLAMENTAR

DEPUTADO CARLOS ALBERTO LEREIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 212, de 09 de setembro de 2004

EMENDA MODIFICATIVA
(Dep. Luiz Couto)

MPV - 212

00009

Dê-se ao Art. 4º da Medida Provisória Nº 212/2004 a seguinte redação:

"Art. 4º - O art. 4º da Lei nº 9.654, de 02 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - A remuneração dos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal constitui-se de Vencimento Básico, Gratificação de Atividade Policial Rodoviário Federal no percentual de duzentos por cento, Gratificação de Compensação Orgânica no percentual de duzentos por cento, Gratificação de Atividade de Risco no percentual de duzentos por cento e outras vantagens de caráter pessoal.

Parágrafo Único - As gratificações referidas neste Artigo serão calculadas sobre o vencimento básico percebido pelo servidor, a este não se incorporando, e não serão computadas ou acumuladas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento." (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto de referido Artigo 4º da Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, com o Artigo 4º da Lei Nº 9.266, de 15 de março de 1996, e com o Artigo 1º da Lei Nº 10.874, de 1º de unho de 2004 que tratam das Carreiras Policial Rodoviário Federal, Policial Federal e Policial Civil, dando assim, tratamento equânime aos integrantes dessas Carreiras, considerando que essas Instituições são mantidas e organizadas pela União, especialmente, levando em conta que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal são Instituições Federais integradas ao mesmo Ministério – da Justiça, as quais estão juntamente, inseridas no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o Artigo 144, caput, Incisos I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Ademais, o texto proposto teve o aval do Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, que se comprometeu em solucionar esta questão através de Minuta de MP encaminhada ao Ministério do Planejamento em 23 de abril de 2004, via da Exposição de Motivos Interministerial Nº 062/2004, onde se comprova que a redação proposta no Artigo1º daquela sugestão ministerial era exatamente igual à desta Emenda.

Assim, resta a esta Casa Legislativa corrigir o equívoco promovido na elaboração da Medida Provisória, quando de sua tramitação pelos Ministérios envolvidos.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2004

Luiz Couto
Deputado Federal

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00010

data	proposição
	Medida Provisória nº 212/2004

Autor	nº do prontuário
Marcelo Ortiz	

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/2	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 4º da Lei nº 9654 de 02 de janeiro de 1998, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 4º A remuneração dos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal constitui-se de vencimento básico, gratificação de atividade policial rodoviário federal no percentual de duzentos por cento, gratificação de compensação orgânica no percentual de duzentos por cento, gratificação de atividade de risco no percentual de duzentos por cento e outras vantagens de caráter pessoal."

"§ 1º O ingresso nos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal far-se-á mediante concurso público, exigido o curso superior completo, em nível de graduação, sempre na classe inicial, observados os requisitos fixados na legislação pertinente".

"§ 2º A Carreira Policial Rodoviário Federal terá a mesma estrutura de classes, padrões e tabelas de vencimentos aplicáveis aos cargos de provimento efetivo de nível superior do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na forma prevista nos Anexos III, IV e V desta Medida Provisória."

§ 3º As gratificações referidas neste artigo serão calculadas sobre o vencimento básico percebido pelo servidor, a este não se incorporando, e não serão computadas ou acumuladas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto do supracitado artigo com o art. 4º da Lei nº 9.266/96 e com os arts. 1º, 2º, 3º, 10 e 11 desta Medida Provisória, promovendo, assim, tratamento equânime aos integrantes das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, bem como entre os próprios servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, evitando, assim, privilégios aos servidores do quadro de apoio administrativo e injustiça aos Policiais Rodoviários Federais.

Ademais, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal são instituições federais integradas ao mesmo Ministério da Justiça, mantidas e organizadas pela União, considerando que esses órgãos estão, juntamente, inseridos no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, necessitando, portanto, que se corrija tais equívocos.

Assim, **o Ministro de Estado da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, em 23 de abri de 2004, **reconheceu a necessidade de se *"melhorar a estrutura remuneratória dos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, dentro do princípio de isonomia"*, bem como a necessidade de se reorganizar essa carreira**, tendo em vista que as atuais classes iniciais têm vencimento básico abaixo do salário mínimo, inclusive com complementação mensal para alcançar o salário vigente, cuja decisão ministerial foi tomada através de negociação coletiva, mediante acordo com a direção do DPRF e com a FENAPRF, vide EM Nº 062/2004/MJ/MP e MEMO Nº 218/DPRF (anexos).

Sala das Sessões, em de de 2004

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00011

data	proposição
	Medida Provisória nº 212/2004

Autor	nº do prontuário
Deputado Wasny de Roure - PT/DF	

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ X modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/2	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º da MP nº 212/04 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A remuneração dos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal constitui-se de vencimento básico, gratificação de atividade policial rodoviário federal no percentual de duzentos por cento, gratificação de compensação orgânica no percentual de duzentos por cento, gratificação de atividade de risco no percentual de duzentos por cento e outras vantagens de caráter pessoal."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto do referido artigo 4º da Lei nº 9.654, de 02.06.98, com o art. 4º da Lei nº 9.266, de 15.03.96, e com o art. 1º da Lei nº 10.874, de 01.06.04, que tratam das Carreiras Policial Rodoviário Federal, Policial Federal e Policial Civil, dando, assim, tratamento equânime aos integrantes dessas carreiras, considerando que essas instituições são mantidas e organizadas pela União, especialmente, levando em conta que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal são instituições federais integradas ao mesmo Ministério – da Justiça, as quais estão, juntamente, inseridas no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Ademais, o texto proposto teve o aval do Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, que se comprometeu em solucionar essa questão através de Minuta de MP encaminhada ao Presidente da Republica, em 23.04.04, via da EM Interministerial nº 062/2004 (em anexo), onde se comprova que a redação proposta no artigo 1º daquela sugestão ministerial era exatamente igual à desta emenda.

Assim, resta a esta Casa Legislativa corrigir o equívoco promovido na elaboração da Medida Provisória, quando de sua tramitação pelos Ministérios envolvidos.

PARLAMENTAR

Deputado Wasny de Roure

MPV - 212

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 212/2004

Autor	nº do prontuário
Deputado Gonzaga Patriota - PSB/PE	

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☑ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/2	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

No art. 4º da MP nº 212/04 acrescente-se **"parágrafos 1º, 2º e 3º"**, bem como **"Anexo VI"**, passando o citado artigo e os dispositivos acrescidos a ficarem com a seguinte redação:

"Art. 4º ....."

"§ 1º A Carreira Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, é reorganizada de acordo com o Anexo VI desta Medida Provisória, mediante o enquadramento dos servidores nas respectivas classes e tabelas de vencimentos."

"§ 2º O ingresso nos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal far-se-á mediante concurso público, exigido o curso superior completo, em nível de graduação, sempre na terceira classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

"§ 3º Fica transformada em vantagem pessoal nominalmente identificada a *Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, de que trata o Decreto-Lei nº 2.194, de 26 de dezembro de 1984, devida aos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, ativos, inativos e pensionistas, que estejam percebendo tal gratificação na data de publicação desta Medida Provisória".*

Justificativa

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto do referido artigo 4º da Lei nº 9.654, de 02.06.98, com o art. 4º da Lei nº 9.266, de 15.03.96, e com o art. 1º da Lei nº 10.874, de 01.06.04, que tratam das Carreiras Policial Rodoviário Federal, Policial Federal e Policial Civil, e, também, com os arts. 1º, 2º e 3º desta Medida Provisória, promovendo, assim, tratamento equânime aos integrantes dessas carreiras, considerando que essas instituições são mantidas e organizadas pela União, especialmente, levando em conta que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal são instituições federais integradas ao mesmo Ministério – da Justiça, as quais estão, juntamente, inseridas no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Relativamente ao texto proposto em relação a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, tal proposta visa dar o mesmo tratamento dispensado aos servidores do extinto DNER, hoje DNIT, nos termos do art. 28 da MP nº 210, de 31.08.04, c/c o art. 71 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, tendo em vista que os Policiais Rodoviários Federais, também, percebem tais benefícios, especialmente, considerando que o Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, se comprometeu em solucionar essa questão através de Minuta de MP

encaminhada via da EM Interministerial nº 062/2004.

Assim, **o Ministro de Estado da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, em 23 de abril de 2004, **reconheceu a necessidade de se *"melhorar a estrutura remuneratória dos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, dentro do princípio de isonomia"*, bem como a necessidade de se reorganizar essa carreira**, tendo em vista que as atuais classes iniciais têm vencimento básico abaixo do salário mínimo, inclusive com complementação mensal para alcançar o salário vigente, cuja decisão ministerial foi tomada através de negociação coletiva, mediante acordo com a direção do DPRF e com a Representação Federativa da classe, vide EM INTERMINISTERIAL Nº 062/MJ/MP e minuta de Medida Provisória, textos em anexo, endereçadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em cuja minuta de MP se estabeleceu o prazo de cento e vinte dias para encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei dispondo sobre a reorganização da Carreira Policial Rodoviário Federal (art. 4º da proposta de MP), cujo prazo já se expirou sem que houvesse sido cumprida a promessa do Ministro da Justiça, devidamente documentada e assinada, além do mais, a citada minuta de MP sequer foi editada na forma proposta. Cumpre ressaltar que parte das redações ora propostas foram contempladas no acordo assinado pelo Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, via da minuta de MP (art. 1º e 2º) encaminhada pela EM 062/2004 supracitada, conforme comprova o Memorando nº 218/2004 do Diretor-Geral do DPRF, restando, portanto, a esta Casa Legislativa fazer tais alterações e adequações.

"ANEXO VI
ESTRUTURA DE CARGOS E TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL"

CARGO	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA		
	CLASSE	PADRÃO	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO	
				VIGÊNCIA *1º de julho de 2004*	VIGÊNCIA *1º de julho de 2005*
POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL	A	III II I	ESPECIAL	404,01	429,46
	B	VI V IV III II I	PRIMEIRA	331,51	352,39
	C	VI V IV III II I	SEGUNDA	275,51	292,86
	D	V IV III II I	TERCEIRA	262,39	278,89

PARLAMENTAR

Deputado Gonzaga Patriota

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00013

data	proposição
	Medida Provisória nº 212/2004

Autor	nº do prontuário
Deputado Wasny de Roure - PT/DF	

1. ( ) Supressiva 2. ( ) substitutiva 3. ( ) modificativa 4. ( ) aditiva 5. ( ) Substitutivo global

Página 1/2	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

No art. 4º da MP nº 212/04 acrescente-se "**parágrafos 1º, 2º e 3º**", bem como "**Anexo VI**", passando o citado artigo e os dispositivos acrescidos a ficarem com a seguinte redação:

"Art. 4º ....."

"§ 1º A Carreira Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, é reorganizada de acordo com o Anexo VI desta Medida Provisória, mediante o enquadramento dos servidores nas respectivas classes e tabelas de vencimentos."

"§ 2º O ingresso nos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal far-se-á mediante concurso público, exigido o curso superior completo, em nível de graduação, sempre na terceira classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

"§ 3º Fica transformada em vantagem pessoal nominalmente identificada a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, de que trata o Decreto-Lei nº 2.194, de 26 de dezembro de 1984, devida aos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, ativos, inativos e pensionistas, que estejam percebendo tal gratificação na data de publicação desta Medida Provisória".

Justificativa

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto do referido artigo 4º da Lei nº 9.654, de 02.06.98, com o art. 4º da Lei nº 9.266, de 15.03.96, e com o art. 1º da Lei nº 10.874, de 01.06.04, que tratam das Carreiras Policial Rodoviário Federal, Policial Federal e Policial Civil, e, também, com os arts. 1º, 2º e 3º desta Medida Provisória, promovendo, assim, tratamento equânime aos integrantes dessas carreiras, considerando que essas instituições são mantidas e organizadas pela União, especialmente, levando em conta que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal são instituições federais integradas ao mesmo Ministério – da Justiça, as quais estão, juntamente, inseridas no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Relativamente ao texto proposto em relação a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, tal proposta visa dar o mesmo tratamento dispensado aos servidores do extinto DNER, hoje DNIT, nos termos do art. 28 da MP nº 210, de 31.08.04, c/c o art. 71 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, tendo em vista que os Policiais Rodoviários Federais, também, percebem tais benefícios, especialmente, considerando que o Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, se comprometeu em solucionar essa questão através de Minuta de MP

encaminhada via da EM Interministerial nº 062/2004.

Assim, **o Ministro de Estado da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, em 23 de abril de 2004, **reconheceu a necessidade de se *"melhorar a estrutura remuneratória dos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, dentro do princípio de isonomia"*, bem como a necessidade de se reorganizar essa carreira**, tendo em vista que as atuais classes iniciais têm vencimento básico abaixo do salário mínimo, inclusive com complementação mensal para alcançar o salário vigente, cuja decisão ministerial foi tomada através de negociação coletiva, mediante acordo com a direção do DPRF e com a Representação Federativa da classe, vide EM INTERMINISTERIAL Nº 062/MJ/MP e minuta de Medida Provisória, textos em anexo, endereçadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em cuja minuta de MP se estabeleceu o prazo de cento e vinte dias para encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei dispondo sobre a reorganização da Carreira Policial Rodoviário Federal (art. 4º da proposta de MP), cujo prazo já se expirou sem que houvesse sido cumprida a promessa do Ministro da Justiça, devidamente documentada e assinada, além do mais, a citada minuta de MP sequer foi editada na forma proposta. Cumpre ressaltar que parte das redações ora propostas foram contempladas no acordo assinado pelo Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, via da minuta de MP (art. 1º e 2º) encaminhada pela EM 062/2004 supracitada, conforme comprova o Memorando nº 218/2004 do Diretor-Geral do DPRF, restando, portanto, a esta Casa Legislativa fazer tais alterações e adequações.

"ANEXO VI
ESTRUTURA DE CARGOS E TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL"

CARGO	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA		
	CLASSE	PADRÃO	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO	
				VIGÊNCIA 1º de julho de 2004	VIGÊNCIA 1º de julho de 2005
POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL	A	III II I	ESPECIAL	404,01	429,46
	B	VI V IV III II I	PRIMEIRA	331,51	352,39
	C	VI V IV III II I	SEGUNDA	275,51	292,86
	D	V IV III II I	TERCEIRA	262,39	278,89

PARLAMENTAR

Deputado Wasny de Roure

	MPV - 212
DATA 14 /09/2004	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 212/2004
	00014

AUTOR
JOSÉ CARLOS MACHADO

TIPO

( ) SUPRESSIVA ( ) SUBSTITUTIVA ( ) MODIFICATIVA (X) ADITIVA ( ) GLOBAL

ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA
5º				1 / 1

Inclua-se ***novo artigo 5º*** na Medida Provisória nº 212/2004, *renumerando-se os demais artigos*, cujo texto terá a seguinte redação:

"Art. 5º A Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:"

"Art. 2º A *Carreira* Policial Rodoviário Federal é reorganizada de acordo com o Anexo VI desta Medida Provisória, *mediante o enquadramento dos servidores nas* respectivas classes e tabelas de vencimentos."

"Art. 3º O ingresso nos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal far-se-á *mediante concurso público*, exigido o curso superior completo, em nível de *graduação, sempre na terceira classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente*."

"ANEXO VI

ESTRUTURA DE CARGOS E TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL"

CARGO	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA		
	CLASSE	PADRÃO	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO	
				VIGÊNCIA *1º de julho de 2004*	VIGÊNCIA *1º de julho de 2005*
POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL	A	III II I	ESPECIAL	404,01	429,46
	B	VI V IV III II I	PRIMEIRA	331,51	352,00
	C	VI V IV III II I	SEGUNDA	275,51	292,00
	D	V IV III II I	TERCEIRA	262,39	278,00

4C6D7B4505

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto da supracitada Medida Provisória com as reais necessidades da carreira Policial Rodoviário Federal, a exemplo do que ocorre com os integrantes da Carreira Policial Federal nos arts. 1º, 2º e 3º, promovendo, assim, tratamento equânime aos integrantes dessas carreiras, pois, estando a Polícia Rodoviária Federal, juntamente com a Polícia Federal, inserida no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, necessário se faz tais adequações.

Ademais, **o Ministro de Estado da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, em 23 de abri de 2004, **reconheceu a necessidade de se *"melhorar a estrutura remuneratória dos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, dentro do princípio de isonomia"*, bem como a necessidade de se reorganizar essa carreira**, tendo em vista que as atuais classes iniciais têm vencimento básico abaixo do salário mínimo, inclusive com complementação mensal para alcançar o salário vigente, cuja decisão ministerial foi tomada através de negociação coletiva, mediante acordo com a direção do DPRF e com a Representação Federativa da classe, vide EM INTERMINISTERIAL Nº 062/MJ/MP, de 23.04.04, encaminhando minuta de Medida Provisória ao Presidente da Republica, textos em anexos, em cuja minuta de MP se estabeleceu o prazo de cento e vinte dias para encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei dispondo sobre a reorganização da Carreira Policial Rodoviário Federal (art. 4º da proposta de MP), cujo prazo já se expirou sem que houvesse sido cumprida a promessa do Ministro da Justiça, devidamente documentada e assinada, além do mais, a citada minuta de MP sequer foi editada na forma proposta. Cumpre ressaltar que parte das redações ora propostas foram contempladas no acordo assinado pelo Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, via da minuta de MP anexa a supracitada EM 062/2004, conforme comprova o Memorando nº 218/2004 do Diretor-Geral do DPRF (em anexo).

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004

JOSÉ CARLOS MACHADO
Deputado Federal
PFL/SE

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00015

data 16/9/2004

Proposição
Medida Provisória nº 212 /2004

Autor
Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 7º da MP 212/2004 a seguinte redação:

" Art. 7º A GEAPF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, sujeita à revisão na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a dos servidores em atividade."

Justificativa

O que se vê no texto original é mais uma tentativa de impor o fim da paridade para os profissionais aposentados e pensionistas. Esta emenda propõe a equiparação destes servidores aos da ativa.

PARLAMENTAR

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00016

data 16/09/04

Proposição
Medida Provisória nº 212 /2004

Autor
Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao inciso II do art. 8º da MP 212/2004 a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

II - órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, distintos dos indicados no inciso I, e investidos em cargo em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, DAS 6, DAS 5, DAS 4 ou equivalentes."

Justificativa

O DAS 4 já faz parte do "segundo patamar" dentro dos cargos de direção e assessoramento superior. A pessoa que possui um DAS 4 exerce função importante de coordenação de área. Portanto, nada mais justo que faça *jus* à GEAPF.

PARLAMENTAR

MPV - 212

00017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição
16/09/04	Medida Provisória nº 212, de 09 de setembro de 2004.

Autor	nº do prontuário
Deputado CARLOS SANTANA	290

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Acrescenta-se o parágrafo único ao art. 9º desta Medida Provisória:

§ Único - Os ocupantes de cargos da carreira de Policial Ferroviário Federal ficam sujeitos a integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 144, Inciso III, § 3º, a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegura-se a sua Missão Institucional, bem como a subordinação do Ministério da Justiça.

Brasília

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00018

data 16/9/04

Proposição
Medida Provisória nº 212 /2004

Autor
Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao § 3º do art. 10 da MP 212/2004 a seguinte redação:

"Art 10 .....

.....

§ 3º O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar do início da vigência desta Medida Provisória.

.....(NR)"

Justificativa

Exatamente por ser irretratável, a opção do servidor em enquadrar-se no Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem que ser bastante analisada. Dessa forma, é importante o aumento do prazo de sessenta para noventa dias permitindo ao servidor fazer sua opção com segurança.

PARLAMENTAR

MPV - 212

00019

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição
16/09/04	Medida Provisória nº 212, de 09 de setembro de 2004.

Autor	nº do prontuário
Deputado CARLOS SANTANA	290

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Acrescenta-se o parágrafo 9º ao art. 10 desta Medida Provisória:

§ 9º - Os cargos em comissão e as funções de confiança do Departamento de Polícia Ferroviária Federal serão preenchidos, preferencialmente, por servidores integrantes da carreira que tenham comportamento exemplar e que estejam posicionados nas classes finais, ressalvados os casos de interesse da administração, conforme normas a serem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 144, Inciso III, § 3º, a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegura-se a sua Missão Institucional, bem como a subordinação do Ministério da Justiça.

Brasília

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00020

data 16/9/2004

Proposição
Medida Provisória nº 212 /2004

Autor
Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 14 da MP 212/2004 a seguinte redação:

" Art. 14 A GEAPRF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, sujeita à revisão na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a dos servidores em atividade."

Justificativa

O que se vê no texto original é mais uma tentativa de impor o fim da paridade para os profissionais aposentados e pensionistas. Esta emenda propõe a equiparação destes servidores aos da ativa.

PARLAMENTAR

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00021

data 16/9/2004

Proposição
Medida Provisória nº 212 /2004

Autor
Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao inciso II do art. 15 da MP 212/2004 a seguinte redação:

"Art. 15 .....

.....

II - órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, distintos dos indicados no inciso I, e investidos em cargo em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, DAS 6, DAS 5, DAS 4 ou equivalentes."

Justificativa

O DAS 4 já faz parte do "segundo patamar" dentro dos cargos de direção e assessoramento superior. A pessoa que possui um DAS 4 exerce função importante de coordenação de área. Portanto, nada mais justo que faça jus à GEAPRF.

PARLAMENTAR

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00022

data	Proposição
16/09/04	Medida Provisória nº 212, de 09 de setembro de 2004.

Autor	nº do prontuário
Deputado CARLOS SANTANA	290

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Acrescenta-se o parágrafo único ao art. 18 desta Medida Provisória:

§ Único - É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes da carreira de Policial Ferroviário Federal de que trata esta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 144. Inciso III. § 3º. a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim. assegura-se a sua Missão Institucional. bem como a subordinação do Ministério da Justiça.

Brasília

MPV - 212

00023

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
16/9/04

Proposição
Medida Provisória nº 212 /2004

Autor
Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao inciso II do art. 19 da MP 212/2004 a seguinte redação:

"Art 19 .....

.....

II - órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, distintos dos indicados no inciso I, e investidos em cargo em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, DAS 6, DAS 5, DAS 4, ou equivalentes. (NR)"

Justificativa

O DAS 4 já faz parte do "segundo patamar" dentro dos direção e assessoramento superior. A pessoa que possui um DAS 4 exerce função importante de coordenação de área. Portanto, nada mais justo que, mesmo sendo servidor do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, possa ser cedido.

PARLAMENTAR

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00024**

Data	proposição
14/09/2004	Medida Provisória nº 212, de 09/09/2004

Autor	nº do prontuário
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO	

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 35 da Medida Provisória n.º 212, de 2004, a seguinte redação:

"*Art. 25. A GIAPU não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de* ***cálculo***."

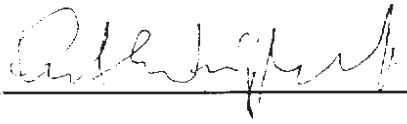
JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende adequar o texto da Medida Provisória ao vernáculo, corrigindo-se erro gráfico, um provável erro de digitação. É que, no texto da Medida Provisória sob análise a palavra "***cálculo***" está erroneamente grafada (*cáclulo*).

Isto demonstra, simplesmente, que o texto deste importante instrumento legal, que é a Medida Provisória, não foi revisado. Neste sentido, a oposição vem cumprir com seu papel de corrigir o governo, respeitando o patrimônio público que representa a língua portuguesa.

Sala das Sessões, 14 setembro de 2004.

PARLAMENTAR



MPV - 212

00025

Emenda à Medida Provisória Nº 212 de 09/09/2004

Art. 1º - Dê-se ao artigo 25 da Medida Provisória nº 212 a seguinte redação:

Art. 25 - A GIAPU será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Administrativa – GDATA, instituída pela Lei Nº 10.404, de 09/01/2002, e não servir de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, parcelas remuneratórias ou vantagens.

§1º - suprime-se

§2º - passa a ser o § 1º com a seguinte redação: Até que seja processada sua primeira avaliação de desempenho, o servidor que passe a fazer jus à GIAPU perceberá, em relação à parcela da avaliação individual, 1/3 (um terço) do respectivo percentual máximo, sendo-lhe atribuído o mesmo valor devido aos demais servidores no que diz respeito às outras parcelas da referida gratificação.

Art. 2º - Suprime-se o Artigo 26 da MP-212 e renumere os demais

Art. 3º - Suprime-se o § 1º do Art. 27 renumerado para Art. 26 da MP-212

Art. 4º - Dê-se a seguinte redação para o Artigo 29 da MP-212, renumerado para Artigo 28

Art. 28 – Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2004.

JUSTIFICAÇÃO

Submetemos à apreciação desta comissão, as seguintes propostas de emendas ao texto da MP Nº 212 de 09/09/2004, publicado no DOU de 10/09/2004 e republicada no dou de 15/09/2004, com as razões e motivos que à seguir passa a expor:

- Os Arts. 21º e 27º da supra mencionada MP, referem-se aos servidores integrantes do Plano de Classificação de Cargos – PCC,

em exercício na Secretaria de Patrimônio da União – SPU, órgão este caracterizado como executor de atividade típica de Estado, conforme a Lei 9636/98.

- Esta MP refere-se à instituição de gratificações para servidores do PCC em exercício na Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria do Patrimônio da União.
- Os Arts. 01° a 20° referem-se aos servidores do PCC DA Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.. Tais gratificações estão disciplinadas nos Arts. 5° e 12°; sendo que nos Arts. 6° e 13° garantem a percepção da gratificação ora criada em conjunto com a GDATA, instituída pela Lei 10.404 de 2002
- Enquanto os Arts. 21° a 27° referem-se aos servidores do PCC, em exercício na SPU, que, conforme disciplina o Art. 25°, a gratificação instituída não poderá ser percebida em conjunto com a GDATA, pois será necessário optar entre a continuidade do recebimento da GDATA, ou o recebimento da GIAPU.
- Ainda no Art. 29° determina que os efeitos financeiros retroajam a 1° de julho de 2004 apenas para os servidores da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, excluindo os servidores da SPU.
- Tal situação implica em tratamento desigual, ferindo o princípio constitucional inscrito no Art. 5° da CF/88, à servidores que integram o mesmo Plano de Gratificação de Cargos.
- Por estas razões a presente proposta de emenda e a solicitação de apoio aos meus pares

Sala de Sessões, 16 de setembro de 2004

Nilson Mourão
Deputado Federal

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00026

data	Proposição
16/9/2004	Medida Provisória nº 212

Autor	nº do prontuário
WASNY DE ROURE	

1 X Supressiva 2. X substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 - A GIAPU será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Administrativa - GDATA, instituída pela Lei Nº 10.404, de 09/01/2002, e não servir de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, parcelas remuneratórias ou vantagens.

§1º - suprime-se

§2º - passa a ser o § 1º com a seguinte redação: Até que seja processada sua primeira avaliação de desempenho, o servidor que passe a fazer jus à GIAPU perceberá, em relação à parcela da avaliação individual, 1/3 (um terço) do respectivo percentual máximo, sendo-lhe atribuído o mesmo valor devido aos demais servidores no que diz respeito às outras parcelas da referida gratificação.

Art. 26 - suprime-se

Art. 27 - § 1º - suprime-se

Art. 29 - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2004.

JUSTIFICAÇÃO

Submetemos à apreciação desta comissão, as seguintes propostas de emendas ao texto da MP Nº 212 de 09/09/2004, publicado no DOU de 10/09/2004 e republicada no dou de 15/09/2004, com as razões e motivos que à seguir passa a expor:

SENADO FEDERAL

- Os Arts. 21° e 27° da supra mencionada MP, referem-se aos servidores integrantes do Plano de Classificação de Cargos - PCC, em exercício na Secretaria de Patrimônio da União - SPU, órgão este caracterizado como executor de atividade típica de Estado, conforme a Lei 9636/98.
- Esta MP refere-se à instituição de gratificações para servidores do PCC em exercício na Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria do Patrimônio da União.
- Os Arts. 01° a 20° referem-se aos servidores do PCC DA Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.. Tais gratificações estão disciplinadas nos Arts. 5° e 12°; sendo que nos Arts. 6° e 13° garantem a percepção da gratificação ora criada em conjunto com a GDATA, instituída pela Lei 10.404 de 2002
- Enquanto os Arts. 21° a 27° referem-se aos servidores do PCC, em exercício na SPU, que, conforme disciplina o Art. 25°, a gratificação instituída não poderá ser percebida em conjunto com a GDATA, pois será necessário optar entre a continuidade do recebimento da GDATA, ou o recebimento da GIAPU.
- Ainda no Art. 29° determina que os efeitos financeiros retroajam a 1° de julho de 2004 apenas para os servidores da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, excluindo os servidores da SPU.
- Tal situação implica em tratamento desigual, ferindo o princípio constitucional insculpido no Art. 5° da CF/88, à servidores que integram o mesmo Plano de Gratificação de Cargos.
- Por estas razões a presente proposta de emenda, anexa.

PARLAMENTAR

MPV - 212

00027

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data: 16/09/2004

Proposição: Medida Provisória nº 212 /2004

Autor: Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário:

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao § 4º do art. 27 da MP 212/2004 a seguinte redação:

" Art. 27.....

.....

§ 4º A GIAPU estará sujeita à revisão na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a dos servidores em atividade.(NR)"

Justificativa

O que se vê no texto original é mais uma tentativa de impor o fim da paridade para os profissionais aposentados e pensionistas. Esta emenda propõe a equiparação destes servidores aos da ativa.

PARLAMENTAR

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00028**

Data	Proposição
16.09.2004	Medida Provisória nº 212, de 06.09.2004

Autor	nº do prontuário
CARLOS ALBERTO LERÉIA	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
	4.º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se **Parágrafo único** no art. 28, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Fica transformada em vantagem pessoal nominalmente identificada a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, de que trata o Decreto-Lei nº 2.194, de 26 de dezembro de 1984, devida aos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, ativos, inativos e pensionistas, que estejam percebendo tal gratificação na data de publicação desta Medida Provisória".

JUSTIFICATIVA

A inclusão do dispositivo supracitado tem por objetivo assegurar a percepção da GDAR aos atuais beneficiários desta gratificação, sem gerar expectativas de direito aos demais servidores do DPRF, nos moldes adotados aos servidores do extinto DNER, via do art. 71 da MP nº 2.229-43, de 06.09.01, ora transformada em vantagem pessoal pelo art. 28 da supracitada MP nº 210, de 31.08.04, cuja proposta, também, foi objeto de acordo com o Ministro da Justiça, MARCIO THOMAZ BASTOS, vide EM INTERMINISTERIAL Nº 062/MJ/MP, de 23.04.04, conforme se vê no art. 2º da minuta de MP apresentada pelo Ministro.

PARLAMENTAR

DEPUTADO CARLOS ALBERTO LEREIA

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00029**

Data	Proposição
16.09.2004	Medida Provisória nº 212, de 06.09.2004

Autor	nº do prontuário
CARLOS ALBERTO LERÉIA	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
	4.º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao artigo 29:

"**Art. 29**. Revogam-se os incisos e §§ 1° e 2° do art. 4° da Lei n° 9.654, de 2 de junho de 1998."

JUSTIFICATIVA

A proposta ora apresentada tem por objetivo compatibilizar a nova redação do artigo 4° da Lei n° 9.654, de 02.06.04, considerando que as gratificações originalmente haviam sido definidas nos incisos e agora foram aglutinadas no caput do citado artigo, portanto, necessitando de se revogar tais incisos, assim como a necessidade de se revogar de forma conjunta os §§ 1° e 2°, não somente o § 1° como foi colocado por essa Medida Provisória, haja vista que esses dispositivos geraram dúvidas e interpretações equivocadas na aplicação das referidas gratificações com a Gratificação por Operações Especiais, aplicáveis a todos Policiais mantidos pela União, bem como compatibilizar a redação do supracitado art. 4° da Lei n° 9.654/98 com a redação do art. 4° da Lei n° 9.266, de 15.03.96, e do art. 1° da Lei n° 10.874, de 01.06.04, os quais, similarmente, tratam das Carreiras Policial Federal e Policial Civil do Distrito Federal, especialmente considerando que a Polícia Rodoviária Federal está Juntamente com a Polícia Federal intyegrada ao mesmo Ministério – da Justiça e, também, inserida no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1° e 2°, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, portanto, necessário se faz tais adequações.

PARLAMENTAR

DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00030**

data 16/09/2004

Proposição
Medida Provisória nº 212 /2004

Autor
Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se à tabela "a", do Anexo II da Medida Provisória nº 212/2004 a seguinte redação:

ANEXO II

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL

a) Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal

Em R$

CARGOS	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO VIGÊNCIA 1º de julho de 2004	VENCIMENTO BÁSICO VIGÊNCIA 1º de julho de 2005
Delegado de Polícia Federal Perito Criminal Federal	ESPECIAL	704,03	748,38
	PRIMEIRA	601,74	639,65
	SEGUNDA	514,30	546,71
	TERCEIRA	458,92	487,83

Justificativa:

Na atual redação, o reajuste proposto ao Perito Criminal Federal e ao Delegado de Polícia Federal quando passa à classe especial é de somente 1% (um por cento).

Este índice não se mostra razoável, pois ao chegar à classe especial os Peritos e Delegados além de adquirem tempo de serviço, experiência, qualificação técnica, terão a responsabilidade de dirigir e coordenar as ações do Departamento de Polícia Federal por uma diferença tão insignificante e desproporcional, vista a responsabilidade advinda das atribuições da classe especial que merecem ser reconhecidas sob pena de desvalorizar a hierarquia em uma instituição tão nobre.

PARLAMENTAR

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00031**

data 16/9/04

Proposição
Medida Provisória nº 212 /2004

Autor
Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se às tabelas A e B do Anexo II da MP 212/2004 a seguinte redação:

ANEXO II

TABELAS DE VENCIMENTO BASICO DOS CARGOS DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL

a) Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal

Em R$

CARGOS	CLASSE	VENCIMENTO BASICO VIGÊNCIA 1º de julho de 2004	VENCIMENTO BASICO **VIGÊNCIA 1º de julho de 2005**
Delegado de Polícia Federal Perito Criminal Federal	ESPECIAL	609,62	**731,54**
	PRIMEIRA	601,74	**722,08**
	SEGUNDA	514,30	**617,16**
	TERCEIRA	458,92	**550,7**

b) Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal

Em R$

CARGOS	CLASSE	VENCIMENTO BASICO VIGÊNCIA 1º de julho de 2004	VENCIMENTO BASICO **VIGÊNCIA 1º de julho de 2005**
	ESPECIAL	404,01	**484,81**
Escrivão de Polícia Federal Agente de Polícia Federal Papiloscopista Policial Federal	PRIMEIRA	331,51	**397,81**
	SEGUNDA	275,51	**330,61**
	TERCEIRA	262,39	**314,86**

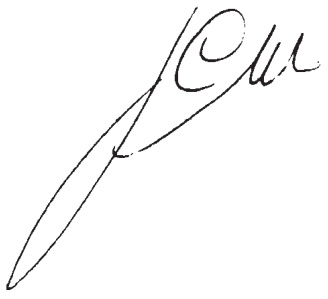
Justificativa:

A carreira policial federal deve ser valorizada e reconhecida como típica e exclusiva de Estado.

O índice proposto aos policias federais para o ano 2005 demonstra ser inferior, com relação às demais atividades típicas de Estado, pois muitos terão seus vencimentos corrigidos em média 20% (vinte por cento) no ano de 2005.

Visando corrigir este índice alteramos os valores propostos para 2005, valorizando assim a atividade do Policial Federal. Também, há previsão orçamentária que recepcione este índice.

PARLAMENTAR



MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00032**

data 16/9/04

Proposição
Medida Provisória nº 212 /2004

Autor
Deputado José Carlos Aleluia

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 1º-A Parágrafo Incisos Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se às tabelas A e B do Anexo II da MP 212/2004 a seguinte redação:

ANEXO II

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL

a) Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal

Em R$

CARGOS	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO VIGÊNCIA 1º de junho de 2004	VENCIMENTO BÁSICO VIGÊNCIA 1º de junho de 2005
Delegado de Polícia Federal Perito Criminal Federal	ESPECIAL	609,62	648,24
	PRIMEIRA	601,74	639,65
	SEGUNDA	514,30	546,71
	TERCEIRA	458,92	487,83

b) Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal

Em R$

CARGOS	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO VIGÊNCIA 1º de junho de 2004	VENCIMENTO BÁSICO VIGÊNCIA 1º de junho de 2005
Escrivão de Polícia Federal Agente de Polícia Federal Papiloscopista Policial Federal	ESPECIAL	404,01	429,46
	PRIMEIRA	331,51	352,39
	SEGUNDA	275,51	292,86

Justificativa:

Na atual redação, no "Art. 28. a entrada em vigor da Medida Provisória é na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de **1º de junho de 2004**, quanto ao disposto nos arts. 1º a 8º e 10 a 15"

A emenda corrige o erro nas tabelas que contradiz com o texto expresso da vigência do reajuste salarial dos Policiais Federais apresentado no Anexo II.

PARLAMENTAR

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00033

Data	Proposição
16.09.2004	Medida Provisória nº 212, de 06.09.2004

Autor	nº do prontuário
CARLOS ALBERTO LERÉIA	

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
	4.º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentar onde couber o seguinte artigo:

A Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A Carreira Policial Rodoviário Federal é reorganizada de acordo com o Anexo VI desta Medida Provisória, mediante o enquadramento dos servidores nas respectivas classes e tabelas de vencimentos."

"Art. 3º O ingresso nos cargos da Carreira Policial Rodoviário Federal far-se-á mediante concurso público, exigido o curso superior completo, em nível de graduação, sempre na terceira classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade de adequar o texto da supracitada Medida Provisória com as reais necessidades da carreira Policial Rodoviário Federal, a exemplo do que ocorre com os integrantes da Carreira Policial Federal nos arts. 1º, 2º e 3º, promovendo, assim, tratamento equânime aos integrantes dessas carreiras, pois, estando a Polícia Rodoviária Federal, juntamente com a Polícia Federal, inserida no Sistema de Segurança Pública, estabelecido pela Constituição Federal, de acordo com o art. 144, caput, inciso I e II e §§ 1º e 2º, com a finalidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, necessário se faz tais adequações.

Ademais, o **Ministro de Estado da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS**, em 23 de abri de 2004, **reconheceu a necessidade de se "melhorar a estrutura remuneratória dos** integrantes **da Carreira** Policial **Rodoviário Federal, dentro do princípio de isonomia", bem como a necessidade de se**

reorganizar essa carreira, tendo em vista que as atuais classes iniciais têm vencimento básico abaixo do salário mínimo, inclusive com complementação mensal para alcançar o salário vigente, cuja decisão ministerial foi tomada através de negociação coletiva, mediante acordo com a direção do DPRF e com a Representação Federativa da classe, vide EM INTERMINISTERIAL Nº 062/MJ/MP, de 23.04.04, encaminhando minuta de Medida Provisória ao Presidente da Republica, textos em anexos, em cuja minuta de MP se estabeleceu o prazo de cento e vinte dias para encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei dispondo sobre a reorganização da Carreira Policial Rodoviário Federal (art. 4º da proposta de MP), cujo prazo já se expirou sem que houvesse sido cumprida a promessa do Ministro da Justiça, devidamente documentada e assinada, além do mais, a citada minuta de MP sequer foi editada na forma proposta. Cumpre ressaltar que parte das redações ora propostas foram contempladas no acordo assinado pelo Ministro da Justiça, MÁRCIO THOMAZ BASTOS, via da minuta de MP anexa a supracitada EM 062/2004, conforme comprova o Memorando nº 218/2004 do Diretor-Geral do DPRF.

"ANEXO VI

ESTRUTURA DE CARGOS E TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL"

CARGO	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA		
	CLASSE	PADRÃO	CLASSE	VENCIMENTO BÁSICO	
				VIGÊNCIA 1º de julho de 2004	VIGÊNCIA 1º de julho de 2005
POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL	A	III II I	ESPECIAL	404.01	429.46
	B	VI V IV III II I	PRIMEIRA	331.51	352.39
	C	VI V IV III II I	SEGUNDA	275.51	292.86
	D	V IV III II I	TERCEIRA	262.39	278.89

PARLAMENTAR

DEPUTADO CARLOS ALBERTO LEREIA

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00034

Data	Proposição
16/09/04	Medida Provisória nº 212, de 09 de setembro de 2004.

Autor	nº do prontuário
Deputado CARLOS SANTANA	290

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Inclui-se onde couber a esta Medida Provisória os seguinte artigos:

Art. ... Compete ao Ministério do Orçamento e Gestão, ouvido o Ministério da Justiça, a definição de normas e procedimentos para promoção na carreira de que trata esta Lei, do Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

Art. ... Os funcionários do Departamento de Polícia Ferroviária Federal, que se encontrem à disposição de outros órgãos, deverão retornar ao exercício de seus cargos no prazo máximo de trinta dias, contados da publicação desta Lei.

Art. ... A partir da publicação desta Lei, será dado um prazo de 60 (sessenta) dias, para que os Policiais Ferroviários Federais que estejam em disponibilidade ou desviados de função policial, no âmbito da ferrovia, ou fora dela, façam o pedido, por requerimento de opção, para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 144, Inciso III, § 3°, a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegura-se a sua Missão Institucional, bem como a subordinação do Ministério da Justiça.

Brasília

MPV - 212

00035

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição
16/09/04	Medida Provisória nº 212, de 09 de setembro de 2004.

autor	nº do prontuário
Deputado CARLOS SANTANA	290

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Modificativa

A Ementa desta Medida Provisória passa a ter a seguinte redação:

Altera dispositivos da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa a remuneração dos cargos que as integram, e da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, que cria a Carreira de Policial Rodoviário Federal; institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Federal - GEAPF, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal – GEAPRF e a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU, cria a Carreira de Policial Ferroviário Federal, e dá outras providências.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, previu no Capítulo da Segurança Pública, art. 144, as Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal, e suas missões institucionais, bem como no seu parágrafo 7º, que a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. Sendo assim, é de urgência e relevância que esta Casa normatize a situação da Polícia Ferroviária Federal.

PARLAMENTAR

Brasília

MPV - 212

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00036

data	proposição
15/09/2004	Medida Provisória nº 212/2004

autora	nº do prontuário
Deputada Neyde Aparecida	

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva 3 [ ] modificativa 4. (X) aditiva 5. [ ] Substitutivo global

Página 1/1	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 212/2004, onde couber, um artigo com a seguinte redação:

Art. Fica transformada em vantagem pessoal nominalmente identificada a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, de que trata o Decreto-Lei nº 2.194, de 26 de dezembro de 1984, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais e devida aos integrantes da Carreira Policial Rodoviário Federal, ativos, inativos e pensionistas, que estejam percebendo tal gratificação na data de publicação desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Integra a remuneração dos policiais rodoviários federais, ativos, inativos e pensionistas, que ingressaram na carreira antes de 1994 - cerca de 60% do quadro atual - a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias - GDAR

A referida gratificação foi criada pelo Decreto-Lei nº 2.194, de 26 de dezembro de 1984, e atribuída a todos os servidores do extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do qual fazia parte a Policia Rodoviária Federal - PRF. Em 1991, a PRF passou a integrar o Ministério da Justiça, e houve entendimento, à época, que os policiais rodoviários federais continuariam a perceber a GDAR.

Com a alteração efetuada pela MP 212/2004, faz-se necessário transformar a GDAR em vantagem pessoal nominalmente identificada, a fim de, definitivamente, e a exemplo do que já foi adotado para os demais servidores do extinto DNER, garantir aos policiais rodoviários federais o mesmo tratamento (art. 28 da MP nº 210/2004).

PARLAMENTAR

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.376, DE 2004
(Da Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional)
Mensagem nº 159/2004

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Despacho: Às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2° Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2004. – Deputado **Carlos Melles**, Presidente.

MENSAGEM N° 159, DE 2004
(Do Poder Executivo)

Submete o texto do Memorando de Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos setores da pesca e da Aqüicultura, celebrado em Havana, 2003.

Despacho: Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art.54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário

MENSAGEM N° 159

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Cuba para a Cooperação nos Setores da Pesca e da Aqüicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Brasília, 8 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM N° 55 DPB/MRE – EAGR.

Brasília, 5 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à alta consideração de Vossa Excelência e anexo texto do "Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Cuba para a Cooperação nos Setores da Pesca e da Aqüicultura", assinado, em 26 de setembro de 2003, em Havana.

2. O referido instrumento tem por objetivo estabelecer quadro de referência para programas de cooperação bilateral no setor pesqueiro e aqüícola. O Memorando prevê, dentre as iniciativas bilaterais, o aproveitamento sustentável dos recursos, a promoção e o melhoramento da produção pesqueira e aqüícola, mediante a transferência de tecnologias e intercâmbio de experiências: a formação e a capacitação de especialistas e técnicos: o intercâmbio comercial no setor, sobre bases mutuamente vantajosas.

3. Nessas condições, à luz da relevância que a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca conferiu ao referido memorando para o aprimoramento da atividade pesqueira em ambos os países, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias

autênticas do texto do "Memorando para a Cooperação nos Setores da Pesca e da Aqüicultura", com vistas à sua apreciação pelo Poder Legislativo.

Respeitosamente.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A *REPÚ*BLICA DE CUBA PARA A COOPERACÃO NOS SETORES DA PESCA E O A AQÜICULTURA

O Governo da República Federativa do Brasil e
O Governo da República de Cuba
(doravante denominados "as Partes").

Interessados em promover os laços de amizade e desejosos de desenvolver e diversificar as relações de cooperação e comércio nos setores da pesca e da aqüicultura dos dois países sobre a base de interesses *mútuos;*

Reconhecendo a importância que devem ter a pesca e a aqüicultura, dentro do Programa Mundial de Segurança Alimentar, do Programa "Fome Zero" do Governo da República Federativa do Brasil e dos programas de desenvolvimento sócio-econômico implementados pelo Governo da República de Cuba, como alternativa para garantir um suprimento estável e seguro de proteína animal á população;

Levando em conta o desejo de obter findos exportáveis com os quais sustentar outros planos de desenvolvimento de ambos os países, bem como a necessidade de conciliar posições na tomada de decisões e políticas a seguir das várias organizações internacionais e regionais relacionadas com o setor pesqueiro;

Com o objetivo de contribuir com *o* dinamismo e a modernização da pesca e da aqüicultura para o abastecimento da população, o comércio pesqueiro e a competitividade;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I
Dos Objetivos

As Partes formularão e executarão um programa de cooperação com os seguintes objetivos:

a) O aproveitamento sustentável dos recursos:

b) A promoção e o melhoramento da produção pesqueira e aqüícola, mediante a transferência de tecnologias e intercâmbio de experiênciîas:

c) A formação e a capacitação de especialistas e técnicos;

d) O intercâmbio comercial no setor, sobre bases mutuamente vantajosas.

As modalidades de aplicação dos projetos de cooperaÇão serão determinadas pelas Partes. termo em conta as características de cada ação, mediante os contratos correspondentes entre os representantes das Partes envolvidas.

ARTIGO II
Das Modalidades de Cooperação

Para atingir os objetivos apontados rio Artigo I, as Panes cooperarão nas seguintes linhas e modalidades:

a) Lagosta: As Partes cooperarão na pesquisa e estudo das populações de lagostas, com o objetivo de conseguir um aproveitamento ótimo do recurso sobre bases sustentáveis. Da mesma maneira, as Partes comprometer-se-ão a verificar a possibilidade de que sejam estabelecidos acordos, com vistas à renovação e à modernização da frota brasileira de pesca de lagostas;

b) Camarão: As Partes cooperarão no que se refere ao intercâmbio de experiências, informação e capacitação de especialistas sobre a cultivo do camarão, tendo em conta o desenvolvimento e a produtividade obtidos neste setor em ambos os países;

c) Pesca artesanal: A Parte cubana cooperará com a parte brasileira, oferecendo assistência técnica e capacitação aos pescadores artesanais brasileiros, para lograr o aproveitamento ótimo das capturas;

d) Cultivo em águas anteriores: As Panes cooperarão nodesenvolvimento da aqüilcultura em águas doces, caseadas na experiência atingida por ambos os países aa cultura de diferentes espécies de peixes e crustáceos:

e) Empresas mistas: As Partes avaliarão a possibilidade deestabelecer parcerias econômicas internacionais naquelas atividades de interesse mútuo, em que as mesmas sejam convenientes:

f) Intercâmbio científico: As Partes se coadjuvarão no estabelecimento de convênios de cooperação científicos técnicos entre os Centros de Pesquisa dedicados aos estudos sobre pesca e aqüicultura com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível, bem como fortalecer a pesquisa científica e a superacão acadêmica nas áreas de interesse para o desenvolvimento das instituicões.

ARTIGO III

Dos Orgãos Responsáveis pela Implementação

Os órgãos responsáveis pela implementação do presente Memorando de Entendimento serão a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, pela República Federativa do Brasil, e o Ministério da Pesca, pela República de Cuba.

ARTIGO IV

Das Disposições Finais

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor ria data da segunda nota diplomática pela qual as Panes comuniquem o cumprimento dos requisitos legais internos necessárias á sua entrada em vigor. Permanecerá em vigor pelo prazo de *5* (cinco) anos, podendo ser prorrogado mediante entendimento entre as Partes.

O presente Memorando de Entendimento poderá ser emendado a qualquer momento por meio de troca de Notas, por via diplomática. As emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo lº deste Artigo.

As Partes poderão denunciar o presente memorando de entendimento por meio de comunicação escrita, pela via diplomática. A denúncia surtirá efeito 3 (três) meses após sua notificação.

Feito na cidade de Havana, em 26 de setembro de 2003, em dois exemplares originais, aos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores Pelo Governo da República de Cuba **Alfredo López Valdés,** Ministro da Indústria Pesqueira da República de Cuba.

Aviso nº 333 – C. Civil.

Brasília, 8 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Geddel Vieira Lima
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Memorando de Entendimento entre Brasil e Cuba.

Senhor Primeiro Secretário.

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor República relativa no texto do Memorando de Entendimento entre o Governo Presidente da República Federativa do Brasil e a República de Cuba para a Cooperação nos Setores da Pesca e da Aqüicultura, celebrado em Havana, 26 de setembro de 2003.

Atenciosamente. – **José Dirceu de Oliveira e Silva,** Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

I – Relatório

O Poder Executivo, nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Agricultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003, por meio da Mensagem nº 159, de 2004, assinada em 7 de abril de 2004, acompanhada da Exposição de Motivos nº 55 DPB MRE-EAGR, firmada em 5 de março de 2004, por meio eletrônico, pelo Ministro Interino das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães.

Os autos de tramitação estão instruídos de acordo com as normas processuais-legislativas pertinentes. devendo, todavia, enumerarem-se suas folhas. A matéria foi distribuída, além desta, às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O ato internacional em pauta é composto por um preâmbulo e quatro artigos, pertinentes aos objetivos, modalidades de cooperação, órgãos responsáveis pela implementação e disposições finais.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme se ressalta na exposição de motivos, o instrumento em tela tem o objetivo de estabelecer um marco referencial entre Brasil e Cuba para programas de cooperação bilateral no setor pesqueiro e agrícola, mediante transferência de tecnologia e intercâmbio de experiências, formação e capacitação de especialistas e técnicos e intercâmbio comercial em bases que tragam vantagens aos dois Estados Partes.

No preâmbulo, enfatiza-se que é desejo comum dos dois países desenvolver e diversificar as relações de cooperação e comércio nos setores da pesca e aqüicultura, ressaltando-se a importância da pesca dentro do Programa Mundial de Segurança Alimentar e dos programas socioeconômicos implementados pelos governos de ambos como alternativa para garantir um suprimento estável e seguro de proteína à população.

Menciona-se, ademais, a necessidade que os dois países têm de obter fundos exportáveis e a ne-

cessidade de buscarem plataformas comuns para a tomada de decisões e estabelecimento de políticas de ação a seguir nas várias organizações internacionais e regionais relacionadas ao setor pesqueiro.

No Artigo 1º do instrumento em pauta, estabeleceram-se, como principais objetivos do memorando, o aproveitamento sustentável de recursos; a promoção e o melhoramento da produção pesqueira e agrícola mediante transferência de tecnologias e intercâmbio de experiências; a formação e capacitação de especialistas e técnicos e um intercâmbio comercial que traga vantagens a ambos.

No Artigo II, por outro lado, abordam-se as modalidades de cooperação, que ocorrerão na área de pesca de lagosta e camarão; pesca artesanal, cultivo em águas interiores. Abre-se a possibilidade de serem formadas e prevê-se intercâmbio científico.

O Artigo III trata dos órgãos responsáveis para a implementação do instrumento, quais sejam a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência, em nome do Brasil, e o Ministério da Pesca, pela República de Cuba.

O Artigo IV é pertinente às disposições finais que, como é de praxe em instrumentos congêneres, abordam os aspectos pertinentes à possibilidade de emendas ao instrumento ou de denúncia do mesmo. estabelecendo-se forma e prazos.

Segundo informações do sue do Ministério da Pesca de Cuba, a pesca naquele país é parte de uma estratégia de desenvolvimento que leva em consideração o uso nacional dos recursos naturais e a proteção no meio ambiente.

A importância da pesca em Cuba decorre, principalmente de sua contribuição em oferta de alimentos à população. Alicerça-se em um programa de administração para a exploração dos recursos naturais e a ampliação da produção dos recursos aqüícolas.

Dados pertinentes a 1999, informam que a captura pesqueira alcançou 144,9 milhões de toneladas, advindas da plataforma insular, aqüicultura de peixes de água doce, carcinocultura e caladeros internacionais.

Há, em Cuba, 17 fábricas para a industrialização de produtos pesqueiros que estão dentro dos padrões e normas internacionais de qualidade, destacando-se a produção de lagosta inteira pré-cozida, camarão inteiro congelado e diversos tipos de pescado advindos de pesqueiros internacionais.

É importante ressaltar, quanto à esse último aspecto, que Cuba ratificou a Convenção sobre Direito do Mar em 15 de agosto de 1984, assumindo, em relação aos pesqueiros internacionais, os mesmos direitos e obrigações.

O consumo interno de pescado em Cuba alcança mais de 130 mil toneladas de produtos pesqueiros, existindo, naquele país, cerca de 150 peixarias-modelo que comercializam mais de 11,9 mil toneladas de peixe.

Os produtos pesqueiros representaram 2,2% dos ingressos de divisas decorrentes de exportação de bens durante a década de 80 em Cuba, tendo aumentado para 4,9% na década de 90.

A atividade pesqueira cubana, atualmente combina pesca industrial e artesanal.

Entre as características mais importantes dessa atividade econômica em Cuba deve-se mencionar uma organização bastante completa do sistema de produção, que inclui uma vasta rede de armazéns e facilidades para a recepção, processamento, transporte e distribuição de produtos pesqueiros, assim como para a manutenção, reparação e construção de embarcações de pesca e aproveitamento quase total dos recursos das águas próximas à costa, com exceção das espécies de águas mais profundas.

O Brasil, de outro lado, com seus 8400 km de costa marítima, tem, na pesca, apenas 0,4% de seu PIB, área que, certamente, tem potencial para expansão, considerando as dimensões continentais de nosso País, a riqueza de suas águas interiores. É de todo conveniente, portanto, que nos dediquemos a aprimorar nossa ação nesse importante setor econômico, estabelecendo o maior número possível de parcerias e otimização dos recursos e investimentos no setor.

O memorando em análise vem, pois, ao encontro dos legítimos anseios e aspirações dos dois países, que muito têm a lucrar com o estreitamento dos laços de cooperação recíproca.

O instrumento em pauta segue a mesma linha de cooperação adotada em atos internacionais congêneres celebrados pelo Brasil com outros países. Não encontra, ademais, qualquer óbice em face do direito internacional, ao contrário, vai na direção das ações destinadas a promover o entendimento entre os povos por meio da cooperação e da solidariedade, alicerces tão necessários à paz.

Trata-se, além disso, de cooperação internacional com forte cunho sociohumanitário, já que os embargos econômicos e o isolamento político capitaneado pelos Estados Unidos da América e imposto à Cuba no cenário internacional, indubitavelmente acarretaram na população cubana ônus adicionais àqueles decorrentes de seu próprio processo sócio-político-econômico, que encontra linhas convergentes aos demais processos evolutivos dos outros países em desenvolvimento.

É hora, afinal, de criarmos uma utopia de paz e uma cultura multipolar, acima das buscas de poder

hegemônico e unipolar. Conforme lembra, com propriedade, João Baptista Herkenhott, em seu livro Utopia e Direito (p. 14, ed. Livraria do Advogado, Porto Alegre, RS, 2002), citando as palavras ditas pelo Frei Fernandes de Brito, quando preso esteve, "a primeira função do pensamento utópico é favorecer a crítica da realidade", mas as utopias nisso não se esgotam, pois "elas são, também, uma forma de ação". Propõem aos homens os meios para proverem "seu destino à luz de uma visão global de desenvolvimento histórico'. Esta a razão pela qual o "princípio da esperança anima o mundo e nos mantém em plena e ininterrupta ação construtiva, dando sentido à vida atual: hoje e agora construímos o mundo de amanhã, e, dialeticamente, é essa atividade que faz com que a esperança seja um objetivo realizável".

Voto, pois, pela aprovação legislativa ao texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura, celebrada em Havana, em 26 de setembro de 2003, nos termos da proposta de Decreto Legislativo em anexo, convicto de que será um instrumento útil aos dois países.

Sala da Comissão, de de 2004. – Deputado **Edison Andrino**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº DE 2004

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura, celebrada em Havana, em 26 de setembro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Agricultura, celebrada em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2004. – Deputado **Edison Andrino**, Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação da Mensagem nº 159/2004, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta, acatando o parecer do relator, Deputado Edison Andrino.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Carlos Melles – Presidente, Maninha e André Zacharow – Vice--Presidentes, Arnon Bezerra, Átila Lins, Edison Andrino, Fernando Lopes, Feu Rosa, Francisco Rodrigues, Lincoln Portela, Murilo Zauith, Pastor Frankembergen, Vieira Reis, Zarattini, Antonio Carlos Mendes Thame, Fernando Gabeira, João Paulo Gomes da Silva, Leonardo Monteiro e Professora Raquel Teixeira.

Plenário Franco Montoro, 25 de agosto de 2004. – Deputado **Carlos Melles, Presidente.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD)
Nº 168, DE 2004
(Do Sr. Giacobo e outros)

Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades nas licitações de coleta de lixo no País.

Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação (Art. 54 Ricd); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Fica instituída Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades nas licitações de coleta de lixo nos municípios brasileiros.

Art. 2º. A comissão será constituída por 22 membros e igual número de suplentes, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis, para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 3º. Os recursos administrativos e assessoramento necessários ao funcionamento da comissão serão providos pelo Departamento de Comissões e pelos órgãos de Consultoria da Casa.

Art. 4º As despesas decorrentes do funcionamento da comissão de que trata esta resolução correrão à conta de recursos do orçamento da Câmara dos Deputados.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Diante das diversas denúncias de irregularidades nas licitações de coleta de lixo em vários municípios brasileiros, principalmente nos grandes centros, onde o volume de recursos é maior, faz-se necessária uma ampla investigação da ação de empresas especializadas em fraudar certames licitatórios em todo o País. A ação dessas empresas, que têm se apossado de forma vergonhosa do erário público, vem se expandindo cada vez mais, podendo ser considerada a formação de verdadeiros cartéis.

As medidas tomadas pelo Ministério Público nos estados não têm sido suficientes para resolver estas questões, razão pela qual peço a criação da referida CPI, com o objetivo de investigar, apurar e, em conjunto com o MP, trazer à tona toda e qualquer irregularidade que possa existir nos contratos feitos pelas administrações municipais.

O Caso de maior repercussão aconteceu recentemente em São Paulo, Capital, onde foi protocolado requerimento de CPI para investigar o resultado da licitação, antecipado por documento enviado à redação do Jornal Folha de S. Paulo e registrado em cartório, o qual fala de um suposto acerto de empresas que se estende à concorrência dos serviços de varrição, suspensa pelo TCM.

As referidas denúncias vêm se acumulando por vários anos.

O Correio Braziliense, em sua edição de 04 de janeiro mostra a seguinte matéria: "CONTRATO DENUNCIADO – Em março de 1999, a Enterpa Ambiental S. A. assinou seu primeiro contrato com o GDF, no valor de R$ 5,89 milhões, em caráter emergencial e sem licitação. Desde então, passou a responder pelo recolhimento e transporte de 15% do lixo doméstico e 60% dos resíduos hospitalares de Brasília. No ano passado, o GDF iniciou a licitação do serviço de limpeza urbana e coleta de lixo em todo o DF. O processo chegou a ser suspenso, devido a denúncias de irregularidades no edital, e somente em outubro foi anunciada a vencedora: A Enterpa. O valor do contrato é de R$ 360 milhões em cinco anos, ou R$ 6 milhões por mês. O Ministério Público questionou a lisura da licitação, denunciou a existência de cláusulas abusivas e arbitrárias no edital e exigiu a anulação do contrato com a empresa, mas não conseguiu".

Só para confirmar as suspeitas de formação de cartel, transcrevo parte de matéria publicada no Diário de Pernambuco de 19/08/01: "A Justiça contestou o contrato de recolhimento de lixo da prefeitura do Recife. Ele previa que uma única empresa poderia ter o monopólio de 80% do trabalho, sobrando 20% para todas as restantes. As evidências de que a licitação estava dirigida paras as grandes empresas ganharem fez com que o contato fosse cancelado e gerou uma CPI da Câmara dos Vereadores."

No Rio de Janeiro, o Jornal O DIA, no dia 17 de maio de 2003 diz o seguinte: "PROMOTORES INVESTIGARAM POR DOIS ANOS – Após dois anos de investigações, o Ministério Público estadual conseguiu levantar o que seria uma série de fraudes e irregularidades em licitações em Duque de Caxias, Belford Roxo e São João de Meriti, na contratação de empresas responsáveis pela coleta de lixo nas três cidades. As investigações viraram duas ações civis públicas impetradas pelo MP. Nas ações, além das cassações dos mandatos dos três prefeitos, o MP pede a quebra dos sigilos bancário e fiscal e o bloqueio dos bens de todos os envolvidos. As denúncias dos Promotores foram sobre desrespeitos às normas licitatórias, favorecimento de empresas e superfaturamento"

Tenho certeza de que há muito mais irregularidades a serem apuradas. Esta Casa não pode deixar que verdadeiras quadrilhas levem o dinheiro público sem fazer nada. A criação desta CPI é imperiosa e urgente e o seu requerimento através de Projeto de Resolução seria uma ação imediata da Câmara dos Deputados na defesa de recursos que deveriam ser utilizados para proporcionar um melhor bem-estar à população.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Giacobo**

Proposição: PRC-168/2004
Autor: GIACOBO E OUTROS
Data de Apresentação: 14-09-2004 18:26:00
Ementa: Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades nas licitações de coleta de lixo no País.
Possui Assinaturas Suficientes: SIM
Total de Assinaturas:
Confirmadas:171
Não Conferem:16
Fora do Exercício:0
Repetidas:97
Ilegíveis:0
Retiradas:0

Assinaturas Confirmadas

1 – ADÃO PRETTO (PT – RS)
2 – ALBERTO FRAGA (PTB – DF)
3 – ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP)
4 – ALCESTE ALMEIDA (PMDB – RR)
5 – ALCEU COLLARES (PDT – RS)
6 – ALMIR MOURA (PL – RJ)
7 – ALMIR SÁ (PL – RR)
8 – AMADOR TUT (PL – MT)
9 – ANDRÉ DE PAULA (PFL – PE)

10 – ANDRÉ LUIZ (PMDB – RJ)
11 – ANDRÉ ZACHAROW (PP – PR)
12 – ANSELMO (PT – RO)
13 – ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS)
14 – ARIOSTO HOLANDA (PSDB – CE)
15 – ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT – PR)
16 – AUGUSTO NARDES (PP – RS)
17 – BABÁ (S.PART. – PA)
18 – BERNARDO ARISTON (PMDB – RJ)
19 – CARLOS MOTA (PL – MG)
20 – CARLOS NADER (PL – RJ)
21 – CARLOS RODRIGUES (PL – RJ)
22 – CARLOS SOUZA (PP – AM)
23 – CELCITA PINHEIRO (PFL – MT)
24 – CELSO RUSSOMANNO (PP – SP)
25 – CÉSAR MEDEIROS (PT – MG)
26 – CHICO ALENCAR (PT – RJ)
27 – CLÁUDIO MAGRÃO (PPS – SP)
28 – CLEONÂNCIO FONSECA (PP – SE)
29 – COLBERT MARTINS (PPS – BA)
30 – CORIOLANO SALES (PFL – BA)
31 – CORONEL ALVES (PL – AP)
32 – DAMIAO FELICIANO (PP – PB)
33 – DOMICIANO CABRAL (PSDB – PB)
34 – DR. BENEDITO DIAS (PP – AP)
35 – DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB – MG)
36 – DR. HELENO (PP – RJ)
37 – DR. PINOTTI (PFL – SP)
38 – DR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA)
39 – DR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR)
40 – EDMAR MOREIRA (PL – MG)
41 – EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG)
42 – EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ)
43 – EDUARDO GOMES (PSDB – TO)
44 – EDUARDO SCIARRA (PFL – PR)
45 – ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA – SP)
46 – ELISEU MOURA (PP – MA)
47 – ENIO TATICO (PTB – GO)
48 – FERNANDO DINIZ (PMDB – MG)
49 – FERNANDO FERRO (PT – PE)
50 – FRANCISCO APPIO (PP – RS)
51 – FRANCISCO GARCIA (PP – AM)
52 – FRANCISCO RODRIGUES (PFL – RR)
53 – GERALDO RESENDE (PPS – MS)
54 – GERVÁSIO OLIVEIRA (PDT – AP)
55 – GIACOBO (PL – PR)
56 – GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)
57 – GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL)
58 – GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE)
59 – GORETE PEREIRA (PL – CE)
60 – GUSTAVO FRUET (PMDB – PR)
61 – HAMILTON CASARA (PSB – RO)
62 – HELENILDO RIBEIRO (PSDB – AL)
63 – HELENO SILVA (PL – SE)
64 – HUMBERTO MICHILES (PL – AM)
65 – ILDEU ARAUJO (PP – SP)
66 – INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)
67 – INALDO LEITÃO (PL – PB)
68 – JAIME MARTINS (PL – MG)
69 – JAIR BOLSONARO (PTB – RJ)
70 – JAIRO CARNEIRO (PFL – BA)
71 – JOÃO BATISTA (PFL – SP)
72 – JOÃO CARLOS BACELAR (PFL – BA)
73 – JOÃO MATOS (PMDB – SC)
74 – JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG)
75 – JORGE BOEIRA (PT – SC)
76 – JORGE PINHEIRO (PL – DF)
77 – JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL – BA)
78 – JOSÉ CARLOS ELIAS (PTB – ES)
79 – JOSÉ DIVINO (PMDB – RJ)
80 – JOSÉ RAJÃO (–)
81 – JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL)
82 – JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA)
83 – JOVINO CÂNDIDO (PV – SP)
84 – JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)
85 – JULIO SEMEGHINI (PSDB – SP)
86 – JURANDIR BOIA (PSB – AL)
87 – JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA)
88 – LAVOISIER MAIA (PSB – RN)
89 – LEODEGAR TISCOSKI (PP – SC)
90 – LEONARDO MATTOS (PV – MG)
91 – LEONARDO VILELA (PP – GO)
92 – LINCOLN PORTELA (PL – MG)
93 – LUCIANO LEITOA (PSB – MA)
94 – LUIZ BASSUMA (PT – BA)
95 – LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO)
96 – LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR)
97 – LUIZ COUTO (PT – PB)
98 – LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP)
99 – MANATO (PDT – ES)
100 – MARCELINO FRAGA (PMDB – ES)
101 – MARCELO CASTRO (PMDB – PI)
102 – MARCELO ORTIZ (PV – SP)
103 – MARCONDES GADELHA (PTB – PB)
104 – MARCOS ABRAMO (PFL – SP)
105 – MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PL – MG)
106 – MAURÍCIO RABELO (PL – TO)
107 – MAURO LOPES (PMDB – MG)
108 – MAURO PASSOS (PT – SC)
109 – MEDEIROS (PL – SP)
110 – MIGUEL DE SOUZA (PL – RO)
111 – MILTON CARDIAS (PTB – RS)
112 – MURILO ZAUITH (PFL – MS)
113 – NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG)
114 – NÉLIO DIAS (PP – RN)
115 – NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP)

116 – NELSON MEURER (PP – PR)
117 – NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)
118 – NILSON MOURÃO (PT – AC)
119 – NILSON PINTO (PSDB – PA)
120 – NILTON BAIANO (PP – ES)
121 – OLIVEIRA FILHO (PL – PR)
122 – OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR)
123 – OSÓRIO ADRIANO (PFL – DF)
124 – OSVALDO REIS (PMDB – TO)
125 – PAES LANDIM (PTB – PI)
126 – PASTOR AMARILDO (PSC – TO)
127 – PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB – CE)
128 – PASTOR REINALDO (PTB – RS)
129 – PAULO GOUVÊA (PL – RS)
130 – PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP)
131 – PAULO LIMA (PMDB – SP)
132 – PAULO PIMENTA (PT – RS)
133 – PAULO ROCHA (PT – PA)
134 – PEDRO IRUJO (PL – BA)
135 – PHILEMON RODRIGUES (PTB – PB)
136 – POMPEO DE MATTOS (PDT – RS)
137 – RAFAEL GUERRA (PSDB – MG)
138 – REINALDO BETÃO (PL – RJ)
139 – RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)
140 – ROBÉRIO NUNES (PFL – BA)
141 – RONALDO DIMAS (PSDB – TO)
142 – RONALDO VASCONCELLOS (PTB – MG)
143 – RONIVON SANTIAGO (PP – AC)
144 – RUBINELLI (PT – SP)
145 – SANDES JÚNIOR (PP – GO)
146 – SANDRO MABEL (PL – GO)
147 – SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG)
148 – SILAS CÂMARA (PTB – AM)
149 – SIMPLÍCIO MÁRIO (PT – PI)
150 – SUELY CAMPOS (PP – RR)
151 – TAKAYAMA (PMDB – PR)
152 – TATICO (PTB – DF)
153 – VANDERLEI ASSIS (PP – SP)
154 – VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)
155 – VICENTINHO (PT – SP)
156 – VIEIRA REIS (PMDB – RJ)
157 – VIGNATTI (PT – SC)
158 – VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG)
159 – WAGNER LAGO (PP – MA)
160 – WALDEMIR MOKA (PMDB – MS)
161 – WALTER FELDMAN (PSDB – SP)
162 – WANDERVAL SANTOS (PL – SP)
163 – WASNY DE ROURE (PT – DF)
164 – WELLINGTON ROBERTO (PL – PB)
165 – WILSON SANTIAGO (PMDB – PB)
166 – WLADIMIR COSTA (PMDB – PA)
167 – ZÉ GERALDO (PT – PA)
168 – ZENALDO COUTINHO (PSDB – PA)
169 – ZEQUINHA MARINHO (PSC – PA)
170 – ZICO BRONZEADO (PT – AC)
171 – ZONTA (PP – SC)

Assinaturas que Não Conferem

1 – ADÃO PRETTO (PT – RS)
2 – CARLOS DUNGA (PTB – PB)
3 – FERNANDO GABEIRA (S.PART. – RJ)
4 – GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)
5 – GONZAGA MOTA (PSDB – CE)
6 – JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP)
7 – JOSIAS QUINTAL (PMDB – RJ)
8 – MORONI TORGAN (PFL – CE)
9 – NELSON TRAD (PMDB – MS)
10 – PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE)
11 – RAFAEL GUERRA (PSDB – MG)
12 – RONIVON SANTIAGO (PP – AC)
13 – TADEU FILIPPELLI (–)
14 – WELLINGTON ROBERTO (PL – PB)
15 – ZÉ GERALDO (PT – PA)
16 – ZEZÉU RIBEIRO (PT – BA)

Assinaturas Repetidas

1 – ADÃO PRETTO (PT – RS)
2 – ALCESTE ALMEIDA (PMDB – RR)
3 – AMADOR TUT (PL – MT)
4 – ANDRÉ LUIZ (PMDB – RJ)
5 – ANSELMO (PT – RO)
6 – ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS)
7 – ARIOSTO HOLANDA (PSDB – CE)
8 – BERNARDO ARISTON (PMDB – RJ)
9 – CARLOS MOTA (PL – MG)
10 – CARLOS NADER (PL – RJ)
11 – CARLOS RODRIGUES (PL – RJ)
12 – CELSO RUSSOMANNO (PP – SP)
13 – CORIOLANO SALES (PFL – BA)
14 – DAMIAO FELICIANO (PP – PB)
15 – DR. BENEDITO DIAS (PP – AP)
16 – DR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA)
17 – EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG)
18 – EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ)
19 – EDUARDO SCIARRA (PFL – PR)
20 – ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA – SP)
21 – FRANCISCO APPIO (PP – RS)
22 – GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL)
23 – GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE)
24 – GUSTAVO FRUET (PMDB – PR)
25 – HELENILDO RIBEIRO (PSDB – AL)
26 – INALDO LEITÃO (PL – PB)
27 – JAIME MARTINS (PL – MG)
28 – JAIR BOLSONARO (PTB – RJ)
29 – JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG)
30 – JOSÉ RAJÃO (–)

31 – JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL)
32 – JOSIAS QUINTAL (PMDB – RJ)
33 – JOVINO CÂNDIDO (PV – SP)
34 – LAVOISIER MAIA (PSB – RN)
35 – LEODEGAR TISCOSKI (PP – SC)
36 – LEONARDO MATTOS (PV – MG)
37 – LUCIANO LEITOA (PSB – MA)
38 – MANATO (PDT – ES)
39 – MARCONDES GADELHA (PTB – PB)
40 – MARCOS ABRAMO (PFL – SP)
41 – MAURÍCIO RABELO (PL – TO)
42 – MAURO LOPES (PMDB – MG)
43 – MIGUEL DE SOUZA (PL – RO)
44 – NELSON MEURER (PP – PR)
45 – NEUCIMAR FRAGA (PL – ES)
46 – PASTOR AMARILDO (PSC – TO)
47 – PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB – CE)
48 – PASTOR REINALDO (PTB – RS)
49 – PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE)
50 – PHILEMON RODRIGUES (PTB – PB)
51 – POMPEO DE MATTOS (PDT – RS)
52 – REINALDO BETÃO (PL – RJ)
53 – RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)
54 – RONALDO VASCONCELLOS (PTB – MG)
55 – SANDES JÚNIOR (PP – GO)
56 – SANDRO MABEL (PL – GO)
57 – SILAS CÂMARA (PTB – AM)
58 – TATICO (PTB – DF)
59 – VANDERLEI ASSIS (PP – SP)
60 – VIEIRA REIS (PMDB – RJ)
61 – VIGNATTI (PT – SC)
62 – VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG)
63 – WANDERVAL SANTOS (PL – SP)
64 – WASNY DE ROURE (PT – DF)
65 – ZICO BRONZEADO (PT – AC)

INDICAÇÃO Nº 3.745, DE 2004
(Da Comissão de Minas e Energia)

Requer o envio de Indicação à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, sugerindo a adoção de providências com o objetivo de alcançar agilização no estudo e liberação de licenças ambientais para a execução de empreendimentos de geração de energia elétrica no Estado do Paraná.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssima Senhora Ministra Marina Silva:

Atendendo ao apelo do Governo Lula e concordando plenamente que, se não forem tomadas iniciativas a tempo e hora, o risco de "apagão" cresce na proporção em que a economia nacional experimenta desenvolvimento e progresso, empresários brasileiros, notadamente os paranaenses, vêm buscando tornar real o aproveitamento do potencial hídrico do Estado do Paraná, através da construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e de Usinas Termelétricas – UTEs.

Acontece que o Instituto Ambiental do Paraná – IAP não somente vem postergando a emissão de licenças ambientais, como tem cassado licenças já concedidas.

No início do mês em curso, o titular daquela entidade, em declaração à imprensa, notadamente à Gazeta do Povo de Curitiba, assegurava que nenhuma licença será concedida antes que o zoneamento ecológico-econômico esteja concluído.

Expõe aquela autoridade que o que norteia a liberação ou não de licença são parâmetros políticos e ideológicos e que o pano de fundo é o fato de o governo do Estado do Paraná ser contra o mercado livre de energia e querer mudanças na política do setor elétrico nacional.

Nossa preocupação é a de que a postura adotada pelo IAP não somente faz crescer a possibilidade de indisponibilidade de energia elétrica, como leva os empresários ao desânimo e à desistência de investir num setor essencial ao desenvolvimento do País e ao bem-estar de nosso povo.

É, ainda, com tais preocupações que sugerimos que Vossa Excelência tome providências que venham a convencer o Governador Roberto Requião a rever a posição defendida pelo órgão ambiental estadual e estabeleça um programa que leve à agilização do estudo e conseqüente liberação das necessárias licenças ambientais, para que as unidades geradoras de energia elétrica programadas para o Estado do Paraná possam, enfim, sair do papel.

Lembramos, por oportuno, que o governo paranaense, através da Companhia Paranaense de Energia – COPEL se encontra inadimplente junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, não sendo, pois, razoável que, além do não-cumprimento das obrigações, desenvolva ações que culminem em prejuízos irreparáveis à Nação brasileira.

Temos a certeza de que, assim procedendo, estará a Senhora Ministra dando provas de sua competência na gestão técnica dos assuntos sob sua responsabilidade, de seu inequívoco compromisso com a geração de empregos e o crescimento econômico de nosso País e da legítima preocupação com a gestão do meio ambiente.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2004. – Deputado **João Pizzolatti,** Presidente da Comissão de Minas e Energia.

INDICAÇÃO Nº 3.746, DE 2004
(Da Comissão de Minas e Energia)

Requer o envio de Indicação à Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, sugerindo a adoção de providências com o objetivo de alcançar agilização no estudo e liberação de licenças ambientais para a execução de empreendimentos de geração de energia elétrica no Estado do Paraná.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssima Senhora Ministra Dilma Rousseff:

Atendendo ao apelo do Governo Lula e concordando plenamente que, se não forem tomadas iniciativas a tempo e hora, o risco de "apagão" cresce na proporção em que a economia nacional experimenta desenvolvimento e progresso, empresários brasileiros, notadamente os paranaenses, vêm buscando tornar real o aproveitamento do potencial hídrico do Estado do Paraná, através da construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e de Usinas Termelétricas – UTEs.

Acontece que o Instituto Ambiental do Paraná – IAP não somente vem postergando a emissão de licenças ambientais, como tem cassado licenças já concedidas.

No início do mês em curso, o titular daquela entidade, em declaração à imprensa, notadamente à Gazeta do Povo de Curitiba, assegurava que nenhuma licença será concedida antes que o zoneamento ecológico-econômico esteja concluído.

Expõe aquela autoridade que o que norteia a liberação ou não de licença são parâmetros políticos e ideológicos e que o pano de fundo é o fato de o governo do Estado do Paraná ser contra o mercado livre de energia e querer mudanças na política do setor elétrico nacional.

Nossa preocupação é a de que a postura adotada pelo IAP não somente faz crescer a possibilidade de indisponibilidade de energia elétrica, como leva os empresários ao desânimo e à desistência de investir num setor essencial ao desenvolvimento do País e ao bem-estar de nosso povo.

É, ainda, com tais preocupações que sugerimos que Vossa Excelência tome providências que venham a convencer o Governador Roberto Requião a rever a posição defendida pelo órgão ambiental estadual e estabeleça um programa que leve à agilização do estudo e conseqüente liberação das necessárias licenças ambientais, para que as unidades geradoras de energia elétrica programadas para o Estado do Paraná possam, enfim, sair do papel.

Lembramos, por oportuno, que o governo paranaense, através da Companhia Paranaense de Energia – COPEL se encontra inadimplente junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, não sendo, pois, razoável que, além do não-cumprimento das obrigações, desenvolva ações que culminem em prejuízos irreparáveis à Nação brasileira.

Temos a certeza de que, assim procedendo, estará a Senhora Ministra dando provas de sua competência na gestão técnica dos assuntos sob sua responsabilidade, de seu inequívoco compromisso com a geração de empregos e o crescimento econômico de nosso País.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2004. – Deputado **João Pizzolatti,** Presidente da Comissão de Minas e Energia

INDICAÇÃO Nº 3.747, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Angra dos Reis – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Angra dos Reis – RJ.

O município de Angra dos Reis, é um dos mais prejudicados devido ao grande número de enchentes, onde os córregos e valões, transbordam provocando enchentes que inundam bairros e favelas por todo o município.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.748, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Aperibé – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Aperibé – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.749, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Araruama – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Araruama – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader**, PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.750, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Areal – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Areal – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.751, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Armação de Búzios- RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Armação de Búzios – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.752, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Arraial do Cabo- RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Arraial do Cabo – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.753, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Barra do Piraí- RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Barra do Piraí – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.754, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Barra Mansa- RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Barra Mansa – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.755, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Belford Roxo- RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Belford Roxo – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.756, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Bom Jardim- RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Bom Jardim – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.757, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Bom Jesus de Itabapoana – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Bom Jesus de Itabapoana – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.758, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cabo Frio – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cabo Frio – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.759, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cachoeiras de Macacu – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cachoeiras de Macacu – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.760, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cambuci – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cambuci – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.761, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Campos dos Goytacazes – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Campos dos Goytacazes – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos so-

lucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.762, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cantagalo – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cantagalo – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.763, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"**Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Carapebús – RJ."**

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Carapebús – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 4 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.764, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cardoso Moreira – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cardoso Moreira – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.765, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Carmo – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Carmo – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.766, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Casimiro de Abreu – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Casimiro de Abreu – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.767, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Comendador Levy Gasparian- RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Comendador Levy Gasparian – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.768, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Conceição de Macabú – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Conceição de Macabú – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.769, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cordeiro – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Cordeiro – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.770, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Duas Barras – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Duas Barras – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos so-

lucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.771, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Duque de Caxias – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Duque de Caxias – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.772, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Engenheiro Paulo de Frontim – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Engenheiro Paulo de Frontim – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.773, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Guapimirim – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Guapimirim – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.774, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Iguaba Grande- RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Iguaba Grande – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.775, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaboraí – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaboraí – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.776, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaguaí- RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaguaí – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.777, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"**Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Italva – RJ.**"

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Italva – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.778, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaocara – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaocara – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO N.º 3.779, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaperuna – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itaperuna – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos so-

lucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.780, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itatiaia – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Itatiaia – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.781, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Japeri – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Japeri – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader, PL-RJ.**

INDICAÇÃO Nº 3.782, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Laje do Muriaé – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Laje do Muriaé – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.783, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Macaé – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Macaé – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.784, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Macuco – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Macuco – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.785, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Magé – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Magé – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.786, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Mangaratiba – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Mangaratiba – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.787, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Maricá – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Maricá – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.788, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Mendes- RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Mendes – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos so-

lucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.789, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Mesquita – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Mesquita – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – **Deputado Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.790, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Miguel Pereira – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Miguel Pereira – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.791, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Miracema – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Miracema – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.792, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Natividade – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Natividade – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.793, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Nilópolis – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Nilópolis – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004.– Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.794, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"**Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Niterói – RJ."**

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Niterói – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader**, PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.795, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Nova Friburgo – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Nova Friburgo – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader**, PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.796, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Nova Iguaçú – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Nova Iguaçú – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.797, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paracambi – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paracambi – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos so-

lucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.798, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paraíba do Sul – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paraíba do Sul – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.799, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paraty – RJ.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paraty – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, de de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.800, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paty do Alferes – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Paty do Alferes – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.801, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Petrópolis – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Petrópolis – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO N.º 3.802, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Pinheiral – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Pinheiral – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.803, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Piraí – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Piraí – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.804, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Porciúncula – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Porciúncula – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.805, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Porto Real – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Porto Real – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.– Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.806, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Quatis – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Quatis – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.807, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Queimados – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Queimados – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.808, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Quissamã – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Quissamã – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.809, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Resende – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Resende – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.810, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio Bonito – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio Bonito – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.811, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio Claro – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio Claro – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.812, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio das Flores – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio das Flores – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.813, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio das Ostras – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Apreciação: Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio das Ostras – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.814, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio de Janeiro – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Rio de Janeiro – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.815, DE 2004
(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Santa Maria Madalena – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Santa Maria Madalena – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ

INDICAÇÃO Nº 3.816, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Santo Antonio de Pádua – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Santo Antonio de Pádua – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.817, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Fidélis – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Fidélis – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.818, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Francisco de Itabapoana – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Francisco de Itabapoana – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.819, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Gonçalo – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Gonçalo – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos so-

lucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.820, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São João da Barra – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São João da Barra – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.821, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São José de Ubá – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São José de Ubá – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.822, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"**Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São José do Rio Preto – RJ."**

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São José do Rio Preto – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.823, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Pedro da Aldeia – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Pedro da Aldeia – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO N.º 3.824, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Sebastião do Alto – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de São Sebastião do Alto – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.– Deputado **Carlos Nader,**PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.825, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Sapucaia – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Sapucaia – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.826, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Saquarema – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Saquarema – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.827, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Seropédica – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Seropédica – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.828, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Silva Jardim – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Silva Jardim – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos so-

lucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.829, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Sumidouro – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Sumidouro – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.830, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Tanguá – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Tanguá – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.831, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Teresópolis – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Teresópolis – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.,

INDICAÇÃO Nº 3.832, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Trajano de Moraes – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Trajano de Moraes – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.833, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Três Rios – RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Três Rios – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ

INDICAÇÃO Nº 3.834, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Valença -RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Valença – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.835, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Varre-Sai -RJ."i

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Varre-Sai – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.836, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Vassouras -RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Vassouras – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos solucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.837, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Sugere ao Ministro da Integração Nacional a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Volta Redonda -RJ."

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Com cordiais cumprimentos, venho por meio desta sugerir a Vossa Excelência, a implantação de obras de canalização de córregos e valões, no Município de Volta Redonda – RJ.

Observando que só com medidas preventivas e eficiente do Ministério da Integração Nacional e da Secretária de Nacional de Defesa Civil, poderemos so-

lucionar este grave problema que assola a população carente de nosso Estado.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 3.838, DE 2004

(Do Sr. Geraldo Resende)

Sugere a liberação imediata de recursos orçamentários destinados à implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); o pacto de convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para que tal verba seja utilizada para atender as deficiências do campus da UFMS em Dourados, e ainda, que envie o Projeto de Criação da UFGD para o Congresso Nacional.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação:

O presente pedido se deve ao fato de que o próprio governo federal tem anunciado, através da imprensa nacional, o seu interesse em priorizar a criação da UFGD. Inclusive em resposta a ofício que encaminhamos ao Ministério da Educação recebemos resposta, datada de 16 de julho último, de que o referido projeto encontrava-se pronto, prestes a ser enviado ao Ministério do Planejamento.

Ocorre que a bancada de Mato Grosso do Sul, percebendo a importância deste projeto, se uniu, e apresentou emenda ao Orçamento Geral da União de 2004, destinando R$ 4,565 milhões para o início da implantação da UFGD. Esse montante, ao nosso ver, pode ser liberado paralelamente ao encaminhamento do projeto dentro do governo federal e, posteriormente, no Congresso Nacional, para suprir as graves deficiências que afetam o campus douradense da UFMS. Para tanto, necessário se faz o empenho da emenda com a maior brevidade possível.

Esses recursos, poderiam ser repassados à UFMS através de convênio em que esteja estipulada a garantia de que o mesmo será investido no campus de Dourados. Parte desses recursos poderiam ser utilizados, inclusive, no término da obra do bloco da Medicina, tendo em vista que convênio feito há vários anos pelo governo do Estado, Prefeitura de Dourados, UFMS e UEMS não foi cumprido.

Outra parte pode ser usada para suprir outras necessidades apontadas pela equipe encarregada dos estudos visando a criação da UFGD, coordenada pelo professor Omar Daniel, já que esse campus enfrenta sérios problemas hoje, como falta de professores, falta de materiais didáticos e até material de expediente.

Isso ocorre, ao nosso ver, porque a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sabedora que o campus douradense deverá se emancipar, deixou de fazer investimentos no mesmo, priorizando outras unidades. Portanto, já que o Governo Federal tem anunciado sua disposição em criar a UFGD, que acelere esse processo, especialmente no que tange ao envio definitivo do projeto de criação da UFGD ao Congresso Nacional.

Aliás, é de se registrar que em resposta a um de nossos renitentes Requerimentos, o MEC em 16 de Julho passado, pelo Ministro Interino à época, Fernando Haddad, informou oficialmente que o trâmite do projeto da UFGD foi concluído dentro daquele Ministério, estando em vias de ser encaminhado ao Ministério do Planejamento para as formalidades que lhe compete, muito próximo pois de ser remetido a esta Casa de Leis, fato que aguardamos ansiosos, tanto quanto aguardavam e já foram atendidos os colegas que trabalharam pela implantação da UFABC.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Geraldo Resende –** PPS/MS

INDICAÇÃO Nº 3.839, DE 2004

(Do Sr. Geraldo Resende)

Sugere ao Ministério do Planejamento a liberação imediata de recursos orçamentários destinados à implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); o pacto de convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para que tal verba seja utilizada para atender as deficiências do campus da UFMS em Dourados, e ainda, que envie o Projeto de Criação da UFGD para o Congresso Nacional.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento:

O presente pedido se deve ao fato de que o próprio governo federal tem anunciado, através da imprensa nacional, o seu interesse em priorizar a criação da UFGD. Inclusive em resposta a ofício que encaminhamos ao Ministério da Educação recebemos resposta, datada de 16 de julho último, de que o referido projeto encontrava-se pronto, prestes a ser enviado ao Ministério do Planejamento.

Ocorre que a bancada de Mato Grosso do Sul, percebendo a importância deste projeto, se uniu, e apresentou emenda ao Orçamento Geral da União de 2004, destinando R$ 4,565 milhões para o início da implantação da UFGD. Esse montante, ao nosso ver,

pode ser liberado paralelamente ao encaminhamento do projeto dentro do governo federal e, posteriormente, no Congresso Nacional, para suprir as graves deficiências que afetam o campus douradense da UFMS. Para tanto, necessário se faz o empenho da emenda com a maior brevidade possível.

Esses recursos, poderiam ser repassados à UFMS através de convênio em que esteja estipulada a garantia de que o mesmo será investido no campus de Dourados. Parte desses recursos poderiam ser utilizados, inclusive, no término da obra do bloco da Medicina, tendo em vista que convênio feito há vários anos pelo governo do Estado, Prefeitura de Dourados, UFMS e UEMS não foi cumprido.

Outra parte pode ser usada para suprir outras necessidades apontadas pela equipe encarregada dos estudos visando a criação da UFGD, coordenada pelo professor Omar Daniel, já que esse campus enfrenta sérios problemas hoje, como falta de professores, falta de materiais didáticos e até material de expediente.

Isso ocorre, ao nosso ver, porque a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sabedora que o campus douradense deverá se emancipar, deixou de fazer investimentos no mesmo, priorizando outras unidades. Portanto, já que o Governo Federal tem anunciado sua disposição em criar a UFGD, que acelere esse processo, especialmente no que tange ao envio definitivo do projeto de criação da UFGD ao Congresso Nacional.

Aliás, é de se registrar que em resposta a um de nossos renitentes Requerimentos, o MEC em 16 de Julho passado, pelo Ministro Interino à época, Fernando Haddad, informou oficialmente que o trâmite do projeto da UFGD foi concluído dentro daquele Ministério, estando em vias de ser encaminhado ao Ministério do Planejamento para as formalidades que lhe compete, muito próximo pois de ser remetido a esta Casa de Leis, fato que aguardamos ansiosos, tanto quanto aguardavam e já foram atendidos os colegas que trabalharam pela implantação da UFABC.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Geraldo Resende –** PPS/MS.

INDICAÇÃO Nº 3.840, DE 2004

(Do Sr. Geraldo Resende)

Sugere a liberação imediata de recursos orçamentários destinados à implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); o pacto de convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para que tal verba seja utilizada para atender as deficiências do campus da UFMS em Dourados, e ainda, que envie o Projeto de Criação da UFGD para o Congresso Nacional.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Articulação Política:

O presente pedido se deve ao fato de que o próprio governo federal tem anunciado, através da imprensa nacional, o seu interesse em priorizar a criação da UFGD. Inclusive em resposta a ofício que encaminhamos ao Ministério da Educação recebemos resposta, datada de 16 de julho último, de que o referido projeto encontrava-se pronto, prestes a ser enviado ao Ministério do Planejamento.

Ocorre que a bancada de Mato Grosso do Sul, percebendo a importância deste projeto, se uniu, e apresentou emenda ao Orçamento Geral da União de 2004, destinando R$ 4,565 milhões para o início da implantação da UFGD. Esse montante, ao nosso ver, pode ser liberado paralelamente ao encaminhamento do projeto dentro do governo federal e, posteriormente, no Congresso Nacional, para suprir as graves deficiências que afetam o campus douradense da UFMS. Para tanto, necessário se faz o empenho da emenda com a maior brevidade possível.

Esses recursos, poderiam ser repassados à UFMS através de convênio em que esteja estipulada a garantia de que o mesmo será investido no campus de Dourados. Parte desses recursos poderiam ser utilizados, inclusive, no término da obra do bloco da Medicina, tendo em vista que convênio feito há vários anos pelo governo do Estado, Prefeitura de Dourados, UFMS e UEMS não foi cumprido.

Outra parte pode ser usada para suprir outras necessidades apontadas pela equipe encarregada dos estudos visando a criação da UFGD, coordenada pelo professor Omar Daniel, já que esse campus enfrenta sérios problemas hoje, como falta de professores, falta de materiais didáticos e até material de expediente.

Isso ocorre, ao nosso ver, porque a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sabedora que o campus douradense deverá se emancipar, deixou de fazer investimentos no mesmo, priorizando outras unidades. Portanto, já que o Governo Federal tem anunciado sua disposição em criar a UFGD, que acelere esse processo, especialmente no que tange ao envio definitivo do projeto de criação da UFGD ao Congresso Nacional.

Aliás, é de se registrar que em resposta a um de nossos renitentes Requerimentos, o MEC em 16 de Julho passado, pelo Ministro Interino à época, Fernando Haddad, informou oficialmente que o trâmite do projeto da UFGD foi concluído dentro daquele Ministério, estando em vias de ser encaminhado ao Ministério do Planejamento para as formalidades que lhe compete, muito próximo pois de ser remetido a esta Casa de Leis, fato que aguardamos ansiosos, tanto quanto

aguardavam e já foram atendidos os colegas que trabalharam pela implantação da UFABC.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Geraldo Resende –** PPS/MS.

INDICAÇÃO Nº 3.841, DE 2004

(Do Sr. Geraldo Resende)

Sugere à Presidência da República a liberação imediata de recursos orçamentários destinados à implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); o pacto de convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para que tal verba seja utilizada para atender as deficiências do campus da UFMS em Dourados, e ainda, que envie o Projeto de Criação da UFGD para o Congresso Nacional.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Casa Civil:

O presente pedido se deve ao fato de que o próprio governo federal tem anunciado, através da imprensa nacional, o seu interesse em priorizar a criação da UFGD. Inclusive em resposta a ofício que encaminhamos ao Ministério da Educação recebemos resposta, datada de 16 de julho último, de que o referido projeto encontrava-se pronto, prestes a ser enviado ao Ministério do Planejamento.

Ocorre que a bancada de Mato Grosso do Sul, percebendo a importância deste projeto, se uniu, e apresentou emenda ao Orçamento Geral da União de 2004, destinando R$ 4,565 milhões para o início da implantação da UFGD. Esse montante, ao nosso ver, pode ser liberado paralelamente ao encaminhamento do projeto dentro do governo federal e, posteriormente, no Congresso Nacional, para suprir as graves deficiências que afetam o campus douradense da UFMS. Para tanto, necessário se faz o empenho da emenda com a maior brevidade possível.

Esses recursos, poderiam ser repassados à UFMS através de convênio em que esteja estipulada a garantia de que o mesmo será investido no campus de Dourados. Parte desses recursos poderiam ser utilizados, inclusive, no término da obra do bloco da Medicina, tendo em vista que convênio feito há vários anos pelo governo do Estado, Prefeitura de Dourados, UFMS e UEMS não foi cumprido.

Outra parte pode ser usada para suprir outras necessidades apontadas pela equipe encarregada dos estudos visando a criação da UFGD, coordenada pelo professor Omar Daniel, já que esse campus enfrenta sérios problemas hoje, como falta de professores, falta de materiais didáticos e até material de expediente.

Isso ocorre, ao nosso ver, porque a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sabedora que o campus douradense deverá se emancipar, deixou de fazer investimentos no mesmo, priorizando outras unidades. Portanto, já que o Governo Federal tem anunciado sua disposição em criar a UFGD, que acelere esse processo, especialmente no que tange ao envio definitivo do projeto de criação da UFGD ao Congresso Nacional.

Aliás, é de se registrar que em resposta a um de nossos renitentes Requerimentos, o MEC em 16 de Julho passado, pelo Ministro Interino à época, Fernando Haddad, informou oficialmente que o trâmite do projeto da UFGD foi concluído dentro daquele Ministério, estando em vias de ser encaminhado ao Ministério do Planejamento para as formalidades que lhe compete, muito próximo pois de ser remetido a esta Casa de Leis, fato que aguardamos ansiosos, tanto quanto aguardavam e já foram atendidos os colegas que trabalharam pela implantação da UFABC.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Geraldo Resende –** PPS/MS

INDICAÇÃO Nº 3.842, DE 2004

(Do Sr. Confúcio Moura)

Sugere ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que tome providências para a solução de conflitos agrários que ocorrem em Rio Alto Floresta/RO.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário,

O Deputado Federal Confúcio Moura dirige-se a Vossa Excelência para expor e reivindicar o seguinte:

1. Considerando que desde 1992 está ocorrendo um grave problema com relação à posse e uso de terras na margem esquerda da Rodovia BR 421, na altura da localidade Rio Alto Floresta, município de Monte Negro/RO;

2. Considerando que existe uma área de aproximadamente 55.000 ha dentro do referido município pertencente ao INCRA, e que há mais de 10 anos 500 famílias residem no local, sendo que várias possuem o título e propriedade desde 1975 e que trabalham no cultivo de diversos produtos, tais como milho, café, arroz, feijão;

3. Considerando que essas famílias vêm sofrendo todo tipo de ameaça e perseguições ao longo de décadas, inclusive com ameaças feitas por "jagunços" armados, que freqüentemente se passam por policiais federais e florestais, confiscando ou destru-

indo as plantações, máquinas e roubando animais e equipamentos;

4. Considerando que recentemente quatro pessoas foram assassinadas covardemente, por resistirem à ordem desses supostos policiais de saírem do local, ordem essa baseada apenas na força, sem nenhum mandado judicial;

5. Considerando que nas duas últimas semanas ocorreram duas tentativas de homicídio, chegando a violência a tal ponto que uma criança teve o braço quebrado em três lugares, e que até a presente data, nenhuma autoridade de Rondônia, quer seja dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário demonstrou interesse para a solução de tão grave problema, nem mesmo manifestou solidariedade às famílias;

6. Considerando que, segundo os moradores da área, essas irregularidades são cometidas por funcionários do INCRA, da FUNAI e pela Polícia Federal, os quais alegam que a área em litígio pertence à Reserva Indígena Urueu-wau-wau, sendo, porém, que essas terras estão 45 km distantes de sua aldeia e que os índios declaradamente não têm qualquer interesse nelas;

7. Considerando que, curiosamente, após a expulsão de algumas famílias, a área está sendo vendida para fazendeiros locais e que na região já foram abertas estradas para transporte da madeira que está sendo extraída irregularmente:

Diante desses fatos, sugerimos a Vossa Excelência tomar as providências necessárias para a solução desse conflito em favor dessas famílias pobres que vêm sofrendo, ao longo de tantos anos, com toda essa pressão de políticos inescrupulosos, autoridades negligentes, funcionários públicos corruptos e jagunços violentos a mando de fazendeiros e pessoas interessadas em especular com as terras que já poderiam ter sido regularizadas há décadas, não fosse a negligência, burocracia e lentidão dos administradores.

Os agricultores da região de Rio Alta Floresta dependem da regularização de sua situação para que haja fim da violência, dos assassinatos e das ameaças a que homens, mulheres e crianças estão sujeitos. Por isso é urgente que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio de seus órgãos competentes, sobretudo o INCRA, intervenha na área antes que mais calamidades ocorram. Que seja feita justiça a essas centenas de famílias de trabalhadores, que elas sejam assentadas e recebam legalmente os títulos definitivos das terras que já ocupam há tantos anos, conforme prevê a legislação em vigor.

Assim, as providências a serem tomadas, sem prejuízo de outras medidas técnicas – é o nosso desejo, devem obviamente refletir a questão denunciada em três dimensões, uma vez que faz-se necessário:

1. definir a área, à luz da plotagem, e vistoriá-la, com o propósito, dentre outros, de confirmação do espaçamento mínimo exigido e de observância obrigatória;

2. se for o caso, proceder à indenização dos custos àqueles que eventualmente tenham sido prejudicados em seus legítimos direitos de assentamento por qualquer que tenha sido a decisão ou a ordem lesiva e, conseqüentemente, à relocação em espaço devido e/ou

3. assentar em outras áreas, uma vez confirmado o direito, corroborando definitivamente com o direito à titularidade adquirido.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Confúcio Moura,** PMDB/RO

INDICAÇÃO Nº 3.843, DE 2004

(Do Sr. Ivan Paixão)

Sugere ao Ministério da Saúde que seja criado Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o tratamento da trombocitemia essencial por intermédio do medicamento Anagrelide.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

A Trombocitemia Essencial-TE, também denominada trombocitemia idiopática, trombofilia essencial ou trombocitose essencial, é uma desordem mieloproliferativa crônica, caracterizada por proliferação de megacariócitos na medula óssea (MO), levando ao aumento persistente de plaquetas circulantes. Além do número elevado de plaquetas, essa doença é caracterizada por acentuada hiperplasia de megacariócitos na medula óssea, esplenomegalia e um curso clínico caracterizado por episódios trombóticos e/ou hemorrágicos.

Em geral, a TE apresenta um curso clínico indolente, mas progressivo ao longo de várias décadas. Sem tratamento, cerca de metade dos pacientes evoluem para óbito após uma média de 18 meses de evolução (na maioria dos casos, em decorrência de episódios trombóticos). Pacientes tratados com as drogas atualmente utilizadas no Brasil podem evoluir para mielofibrose e cerca de 15% daqueles que recebem radioisótopos desenvolvem leucemia aguda.

A incidência da doença é desconhecida apesar dos vários estudos epidemiológicos. A idade média no diagnóstico está entre 50 e 60 anos. É relatada trombocitemia essencial em crianças, mas é um acha-

do extremamente raro. Os mecanismos que levam à trombocitose ainda não são conhecidos, mas existem relatos de produção anormal quantitativa e qualitativa de plaquetas oriundas de um clone de megacariócitos anormais.

Com relação às manifestações clínicas, aproximadamente 85% dos casos são assintomáticos, sendo o diagnóstico feito acidentalmente. O quadro clínico é muito variável, podendo ocorrer perda de peso, cefaléia, febre, sudorese, prurido, ataques isquêmicos transitórios, amaurose fugaz, angina, priapismo e abortamento no primeiro trimestre da gravidez.

O diagnóstico de TE, além de anamnese, exame físico, hemograma com plaquetometria, é confirmado por mielograma e biópsia de medula óssea. Pacientes acima de 60 anos com TE associada a fatores de risco cardiovasculares e com história prévia de trombose devem receber terapêutica com a finalidade de diminuir o número de plaquetas, como hidroxiuréia, anagrelide e plaquetaferese.

Com o advento dos contadores automáticos, pacientes assintomáticos com trombocitose vêm se tornando um desafio freqüente. A trombocitose ocorre em duas situações: a trombocitose reacional (TR) e a trombocitemia. A TR está relacionada ao aumento de interleucina-6, como resultado de doenças infecciosas e inflamatórias crônicas e neoplasias. Outras etiologias da TR são: anemia ferropriva, estados hemolíticos, síndromes mielodisplásicas (anemia refratária com excesso de blastos, síndrome do 5q- e esplenectomizados). A TE pode estar associada com outras doenças mieloproliferativas crônicas, como a leucemia mielóide crônica (LMC), a policitemia vera (PV) e a mielofibrose primária (MP) .

A distinção entre TE e TR é clinicamente relevante por causa das complicações trombóticas, hemorrágicas ou ambas e também das consideráveis variações no prognóstico. Na TE, os eventos trombóticos podem ocorrer em quase todo o sistema vascular, dando surgimento a uma grande variedade de alterações isquêmicas oculares, cardíacas, neurológicas e periféricas. As complicações mais freqüentes incluem isquemia digital, isquemia cerebrovascular e coronariana, síndrome de Budd-Chiari e abortos espontâneos de repetição. Envolvimento das mãos e/ ou pés, simulando neuropatia diabética é comum. A hepatomegalia é encontrada em apenas 16% e a esplenomegalia, em 38% dos pacientes. Além disso, o consumo de plaquetas e a trombose plaquetária é descrita como causa de pré-eclâmpsia e retardo do crescimento fetal.

Com o estudo da ferrocinética, massa eritrocitária, mielograma, biópsia óssea e citogenética, a TE pode ser diferenciada da LMC, PV, MP e TR. A hidroxiuréia tem sido, no Brasil, a droga de primeira linha em pacientes com TE e história de trombose, isquemia cérebro-vascular ou digital. É também indicada em pacientes assintomáticos com risco de complicações hemorrágicas, incluindo aqueles com idade avançada (60 anos), associados a riscos cárdio-vasculares ou extrema trombocitose. Contudo, vários efeitos colaterais têm sido descritos como: leucopenia, macrocitose, alterações cutâneas (hiperpigmentação, rash maculopapular, atrofia de pele, úlceras e pápulas violáceas), náuseas e vômitos.

A trombocitemia essencial é doença grave e potencialmente fatal. O diagnóstico e tratamento precoces são primordiais para que se obtenha bom prognóstico e o anagrelide (Agrylin) já é considerada droga de primeira escolha no tratamento da TE em países desenvolvidos por apresentar menores efeitos colaterais.

A assistência farmacêutica, de acordo com o Ministério da Saúde, constitui parte fundamental dos serviços de atenção à saúde do cidadão. Em muitos casos, inclusive, a estratégia terapêutica para a recuperação do paciente ou para a redução dos riscos da doença e agravos somente é possível a partir da utilização de algum tipo de medicamento específico. Nesse contexto, o direito constitucional à saúde assegurado à população brasileira só se materializa em sua plenitude mediante o acesso do paciente à determinados tipos de medicamentos.

Assim, em plena conformidade com a Política Nacional de Medicamentos e a necessidade de gerenciar adequadamente o Programa de Medicamentos Excepcionais além de promover o uso racional de medicamentos, solicitamos à Vossa Excelência e equipe técnica, a elaboração de um Protocolo Clínico contendo Diretrizes Terapêuticas para o tratamento da trombocitemia essencial por meio do anagrelide.

Ao desenvolver o trabalho de construção deste protocolo, entre outros já existentes, o Ministério da Saúde estará se incorporando, certamente, ao movimento internacional da Medicina Baseada em Evidências e passando a disseminar o conhecimento sobre a matéria no nosso território, assumindo responsabilidades antes não expressas, chamando, enfim, os

agentes deste processo à discussão com auxílio da comunidade científica; construindo, desta forma, uma nova dimensão de gestão em medicamentos, fazendo jus, com certeza, ao reconhecimento e respeito de toda a sociedade brasileira.

Na oportunidade, expressamos à Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Brasília, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Ivan Paixão,** PPS/SE.

INDICAÇÃO Nº 3.844, DE 2004

(Do Sr. Lobbe Neto)

Sugere ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, extensão para casos de aposentadoria em que os servidores públicos mediante comprovação de fato por uma Junta Médica Oficial e a medicina especializada conforme a Lei nº 8.112, de 1990, art. 186, I, § 1º.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão:

A Lei 8.112 , de 1990, no caput do art. 186, diz que o servidor será aposentado " por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstias profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos".

No seu § 1º, o mesmo dispositivo além de relacionar as doenças tidas como graves, contagiosas ou incuráveis, admite a possibilidade de considerar para esse efeito, outras que a Lei indicar, com base na medicina especializada.

Isso demonstra a preocupação do legislador em definir critérios para a atualização da Lei nesse particular, já que os avanços da ciência médica , tornam este um processo dinâmico, sujeito a mudanças, ao longo do tempo.

Nessas circunstâncias, indicamos ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão , a seguinte sugestão:

a) Que proceda estudo para corrigir tal situação, alterando o art. 186, I , § 1º, da Lei 8.112, de 1990, de modo a corrigir injustiças que vêm ocorrendo, já que muitas moléstias são de tal forma incapacitantes e onerosas em seu tratamento que não comporta outra alternativa.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Lobbe Neto,** Vice-Líder do PSDB.

INDICAÇÃO Nº 3.845, DE 2004

(Da Sra. Iriny Lopes)

Sugere ao Ministro de Estado da Fazenda a adoção de medidas para restabelecer o enquadramento das Oficinas Mecânicas optantes do Simples Federal.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Receita Federal promoveu o desenquadramento de mais de 100.000(Cem mil) pequenas oficinas de reparação de autos, do Sistema Tributário Simplificado conhecido como "Simples Federal", instituído pela Lei nº 9.317/96. O setor de reparação de veículos congrega aproximadamente 150.000(Cento e cinqüenta mil) estabelecimentos que envolvem diretamente cerca de hum milhão de empregos. Estima-se que a medida atinja diretamente cerca de 70% das empresas do setor optantes do "Simples Federal", representando mais de 100.000(Cem mil) pequenas Empresas, responsáveis pela geração de 600.000(Seiscentos mil) empregos diretos com carteira assinada.

Além do desenquadramento das empresas do setor de reparação de veículos, a Receita Federal equipara as Oficinas Mecânicas a das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços, exigindo a contratação de um profissional com formação em engenharia, ou a este assemelhado, o que certamente onera as pequenas empresas, inclusive com a possibilidade da declaração de falência antecipada a estes pequenos empresários. É importante lembrar, que há vários anos o setor possui regulamento de certificação através do INMETRO, no qual em nenhum momento exige a presença de um engenheiro em seus quadros funcionais.

Com o objetivo de solucionar adequadamente a questão, recorremos a Vossa Excelência para que seja dado encaminhamento legal da atual situação das pequenas Oficinas Mecânicas que correm risco de insolvência e, consequentemente a geração de inúmeros desempregados.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputada **Iriny Lopes.**

INDICAÇÃO Nº 3.846, DE 2004

(Da Sra. Iriny Lopes)

Sugere ao Ministro Chefe da Casa Civil a adoção de medidas para restabelecer o enquadramento das Oficinas Mecânicas optantes do Simples Federal.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Receita Federal promoveu o desenquadramento de mais de 100.000(Cem mil) pequenas oficinas de reparação de autos, do Sistema Tributário Simplificado conhecido como "Simples Federal", instituído pela Lei nº 9.317/96. O setor de reparação de veículos congrega aproximadamente 150.000(Cento e cinqüenta mil) estabelecimentos que envolvem diretamente cerca de hum milhão de empregos. Estima-se que a medida atinja diretamente cerca de 70% das empresas do setor optantes do "Simples Federal", representando mais de 100.000(Cem mil) pequenas Empresas, responsáveis pela geração de 600.000(Seiscentos mil) empregos diretos com carteira assinada.

Além do desenquadramento das empresas do setor de reparação de veículos, a Receita Federal equipara as Oficinas Mecânicas a das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços, exigindo a contratação de um profissional com formação em engenharia, ou a este assemelhado, o que certamente onera as pequenas empresas, inclusive com a possibilidade da declaração de falência antecipada a estes pequenos empresários. É importante lembrar, que há vários anos o setor possui regulamento de certificação através do INMETRO, no qual em nenhum momento exige a presença de um engenheiro em seus quadros funcionais.

Com o objetivo de solucionar adequadamente a questão, recorremos a Vossa Excelência para que seja dado encaminhamento legal da atual situação das pequenas Oficinas Mecânicas que correm risco de insolvência e, consequentemente a geração de inúmeros desempregados.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputada **Iriny Lopes.**

INDICAÇÃO Nº 3.847, DE 2004

(Do Sr. Ronaldo Vasconcellos)

Sugere ao Ministro da Justiça, por meio da Secretaria de Direito Econômico, que se adote providências no sentido de exigir a colocação de preços nos anúncios de classificados de jornais.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça:

Dirijo-me a V. Exa. para sugerir o seguinte:

1. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), em seu artigo 31, exige que a oferta e apresentação de produtos ou serviços contenha, dentre outras informações, os respectivos preços.

2. Ocorre que os jornais, quase que em geral, não vêm cumprindo tal determinação em seus anúncios de classificados.

Em face do exposto, e para que se propicie mais transparência e proteção aos consumidores, solicita-se que o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Direito Econômico, adote providências no sentido de que fiscalize com mais rigor, exigindo o cumprimento de tal dispositivo legal.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Ronaldo Vasconcellos.**

INDICAÇÃO Nº 3.848, DE 2004

(Do Sr. Lincoln Portela)

Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão dos medicamentos usados no tratamento da disfunção erétil na lista dos medicamentos de controle especial.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

Sabe V.Exa. que os medicamentos utilizados para o tratamento da disfunção erétil têm sido consumidos por jovens e pessoas que carecem de indicação médica para o seu uso. Em outras palavras, ao contrário do que manda a lei, não há necessidade da apresentação da prescrição médica para poder adquirir e consumir tais medicamentos.

O conhecimento que se tem dos novos medicamentos é aquele derivado da pesquisa pré-clínica, em animais, e clínica, em pequenos grupos de pessoas, em ensaios controlados contra placebo.

O sildenafil e substâncias congêneres, são moléculas relativamente novas. Isto significa que sua farmacologia ainda não está estabilizada, no sentido do pleno conhecimento dos efeitos que ela pode provocar no longo prazo e quando utilizada por amplíssimos grupos populacionais.

Por estes motivos, estamos absolutamente preocupados com o intenso e difundido uso destes tipos de medicamentos – sildenafil e seus congêneres – completamente à margem de qualquer indicação ou monitoramento médico. As conseqüências para a

saúde pública podem ser altamente danosas a perdurar tal situação.

Nesse sentido, sugerimos a V. Exa. a inclusão dos medicamentos utilizados no tratamento da disfunção erétil na lista dos medicamentos de controle especial, que exigem a apresentação e a retenção da receita na farmácia ou que exigem prescrição em receituário especial.

Temos certeza de que V. Exa. também se preocupa com o uso equivocado e irracional de medicamentos e suas nefastas conseqüências para a saúde pública nacional e por isso estamos certos de sua sensibilidade para o fato.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2004. – Deputado **Lincoln Portela.**

INDICAÇÃO Nº 3.849, DE 2004

(Da Sra. Perpétua Almeida)

Sugere ao Ministério da Justiça a veiculação em rede nacional de rádio e televisão de propaganda educativa acerca das regras do estatuto do desarmamento, particularmente as relativas aos caçadores e aos portadores de armas em áreas rurais.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça :

A aprovação e a regulamentação do Estatuto do Desarmamento foi um grande marco na sociedade brasileira para combater-se a ampliação da violência e para reduzir-se a criminalidade. Porém, a sua implementação, principalmente nas regiões longuínquas da amazônia, necessita de maiores informações e detalhamentos por parte do poder público.

Há muita confusão e imcompreensão das regras do estatuto entre a população humilde do interior, entre caçadores e mesmo entre pessoas mais instruídas das cidades do Acre. Logo após a aprovação do estatuto as autoridades policiais começaram a recolher as armas de caçadores e moradores rurais, pois estes não possuíam a autorização para a posse do armamento. Isto criou grande insatisfação entre estes setores e críticas ao governo federal, que na visão desses homens, estava os impedindo de buscarem seu alimento diário ou garantirem sua segurança.

Na verdade, o Estatuto do Desarmamento permite a posse de armas pelas citadas categorias, desde de que estas solicitem as unidades do exército na região o direito, nada mais correto, já que, nestes casos, elas são utilizadas para garantir a sobrevivência ou para proteger os possuídores, moradores de áreas desabitadas e desprovidas de ações de segurança pública. Infelizmente, esta informação é desconhecida pela maioria da população alvo da medida, além disso, as instituições militares estão distantes das áreas de atuação destes setores, dificultando o acesso a referida faculdade legal.

Diante do exposto, Senhor Ministro, e certa de que a medida colaborará para a melhoria da açãoes de segurança pública no Brasil, manifesto minha confiança em contar com o empenho de V. Exa. e do corpo técnico e administrativo do Ministério da Justiça, para garantir a veiculação em rede nacional de rádio e televisão de propaganda educativa acerca das regras do estatuto do desarmamento, particularmente as relativas a caçadores e portadores de armas em áreas rurais.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2004. – **Perpétua Almeida,** Deputada Federal PCdoB – AC

INDICAÇÃO Nº 3.850, DE 2004

(Do Sr. Luiz Antonio Fleury)

Sugere ao Ministério da Saúde a intensificação de ações de prevenção do câncer bucal pelo SUS.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro:

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), em 2003, ocorreram no Brasil 10.635 novos casos de câncer da cavidade oral e 3.245 óbitos por essa causa.

Também é relevante destacar o sofrimento causado pelo câncer bucal para as pessoas que apesar de sobrevirem à doença apresentam mutilações físicas e danos emocionais.

O diagnóstico precoce do câncer bucal é essencial para que o tratamento tenha êxito.

Infelizmente observa-se que existe um despreparo dos serviços de saúde em diagnosticar precocemente as lesões cancerosas e desatenção no encaminhamento para o início do tratamento logo após o exame histopatológico.

Segundo pesquisa da Universidade de São Paulo o tempo médio decorrido entre a primeira visita e o início do tratamento foi de 84 dias.

Considerando que o Ministério da Saúde (2004) indicou nas diretrizes da política nacional de saúde bucal que a prevenção e controle do câncer bucal é um das ações previstas para ampliar e qualificar a atenção básica à saúde, e que também está fortalecendo a estrutura do SUS relacionada aos serviços de saúde na área odontológica por meio do Programa Brasil Sorridente, sugerimos que V.Exª. determine a intensificação de ações de prevenção do câncer bucal pelo SUS de modo a reduzir o tempo diagnóstico e de início de tratamento do câncer bucal em nosso País.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2004. – Deputado **Luiz Antonio Fleury.**

Ao Exmº Sr. Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO Nº 2.155, DE 2004
(Da Comissão de Finanças e Tributação)

Requer a revisão do despacho aposto ao PL nº 36/03, do Sr. Bismarck Maia.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a V. Exª revisão do despacho aposto ao PL nº 36/03, do Sr. Bismarck Maia, que "especifica condições a serem observadas para a implementação de programas de incentivo ao turismo financiados, no todo ou em parte, por recursos públicos federais", para que esta comissão, além do aspecto da adequação financeira e orçamentária, também se pronuncie sobre o mérito da matéria, nos termos do art. 32, IX, a, do Regimento Interno, conforme requerimento do relator, Deputado José Militão, cópia anexa.

Sala da Comissão, 14 de setembro de 2004. – Deputado **Nelson Bornier,** Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2004
(Do Deputado José Militão)

Requer seja solicitada à Presidência da Câmara dos Deputados a reconsideração do despacho de distribuição do Projeto de Lei nº 36/2003.

Senhor Presidente,

Procedendo ao exame do projeto de lei em epígrafe, verifiquei que seu artigo terceiro trata de matéria atinente ao Sistema Financeiro Nacional e entidades a ele vinculadas, qual seja, estabelece o cumprimento de condições a serem observadas na implantação de programas de incentivo ao turismo, financiados no todo ou em parte, por instituições financeiras oficiais, que se encontrem em execução, após o prazo de 3 (três) anos da publicação da lei.

Assim, requeiro a V. Exª, na qualidade de relator, que venha a ser encaminhada ao Presidente da Casa solicitação no sentido de reconsiderar o despacho inicial de distribuição, para que esta comissão, além do aspecto da adequação financeira e orçamentária, também manifeste-se sobre o mérito da proposição, nos termos do art. 32, IX, a, do Regimento Interno da Câmara.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2004. – Deputado **José Militão**

Defiro. Revejo o despacho inicial aposto ao PL nº 36/2003, para que a CFT venha a se manifestar também quanto ao mérito (RICD, art. 141). Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 24-9-2004. – **João Paulo Cunha,** Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.172 DE 2004
(Da Srª Celcita Pinheiro)

Requer retirada de assinatura da PEC nº 304/2004.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência retirada de minha assinatura da PEC nº 304/2004, pois a estatização dos serviços notariais e de registros vai contra meu interesse em relação a este assunto.

Tendo em vista o bom desempenho destas instituições em meu estado.

Justificação

O projeto de lei acima referido, versa sobre assunto polêmico e de grande interesse dos seguimentos notariais de todo território nacional. – **Celcita Pinheiro,** Deputada Federal.

Indefiro, nos termos do § 4º, do art. 102, do RICD. Oficie-se e, após, **publique-se.**

Em 24-9-2004. – **João Paulo Cunha,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osório Adriano) – Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem ocupei esta tribuna e fiz um comentário a respeito do pedido de desculpas que o Presidente Lula fez, alegando desconhecimento de que não poderia pedir voto para a sua candidata à Prefeitura de São Paulo, na inauguração de obra pública. Disse e mantenho as minhas palavras. Falei também da prepotência e arrogância da candidata Marta Favre quando se dirige às pessoas ou quando fala de outros políticos.

Até aí, Sr. Presidente, nada de anormal, porque isso já é de conhecimento público. Mas o que me causou surpresa foi o Deputado Luiz Antonio Fleury, pessoa que prezo muito nesta Casa, vir à tribuna em seguida, após um correligionário do seu partido ter dito essas palavras, e, com toda a sua experiência de tribuno, quase me repreender, dizendo que os Parlamentares deveriam ficar presos às suas regiões.

Eu não concordo. Primeiro, não aceito mordaça; segundo, sou Deputado Federal – repito, federal –, o que quer dizer nacional. Eu digo o que quiser, de onde quiser e como quiser, desde que não venha à tribuna e fira o decoro parlamentar, o que é grave.

Acho que o Deputado Luiz Antonio Fleury teve muita pressa e um excesso de zelo tremendo para talvez tentar repreender-me pelas palavras ditas sobre o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores.

Reafirmo o meu respeito ao Deputado Luiz Antonio Fleury, que sempre vi com bons olhos. Mas não posso aceitar, em hipótese alguma, tal atitude. Era como se estivesse me repreendendo, porque disse que o Presidente Lula não está preparado nem para ser síndico de condomínio, pois pediu desculpas e afirmou que não sabia que aquilo era proibido.

Não aceito que nenhum Parlamentar, especialmente do meu partido, diga que as questões políticas de São Paulo são inerentes apenas aos Deputados de São Paulo. Sou Deputado Federal eleito pelo Distrito Federal, mas com alcance em todo o território nacional. Do contrário, as leis por nós elaboradas não teriam efeito em todo o País. Houve excesso de zelo por parte do Deputado Luiz Antonio Fleury. Espero encontrá-lo para saber pessoalmente qual foi a verdadeira intenção ao fazer afirmações com relação a mim, até porque prezo muito a sua amizade.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto. Espero que o **slogan** do Governo Federal *O Brasil é um País de todos* seja verdadeiro. O que estão fazendo com os filhos dos militares é uma excrescência, é um absurdo. Como se não bastassem os salários miseráveis pagos aos militares federais, com a verdadeira esmola que recentemente o Governo Lula lhes concedeu: reajuste de apenas 10%, que não dá para manter sequer a educação dos seus filhos, agora as universidades querem descumprir dispositivo de lei federal que diz que o militar federal, ao ser transferido de um lugar para outro, de um Estado para outro, tem assegurada a transferência de seus filhos, assim como da esposa, para uma universidade federal.

Os militares têm esse direito. Quem os critica não sabe o que é a vida de um servidor militar. Hoje ele está em Brasília, amanhã no Amazonas e depois de amanhã em Alagoas. Como fica a educação de seus filhos? Se não houver esse dispositivo na lei, os filhos dos militares não conseguirão estudar.

Vejo hoje movimentos de estudantes porque a UnB, evidentemente numa atitude de retaliação, cancelou o vestibular para Direito, com a desculpa de que as vagas dos militares causavam prejuízo.

É evidente que não, Sr. Presidente. O máximo que pode ter acontecido, no curso de Direito especialmente, é a ocupação de 4 ou 5 vagas. Como a UnB quer cancelar ou cancelou o vestibular por causa da lei?

Sr. Presidente, se o Brasil é um país de todos, como diz o **slogan**, o **marketing** do PT, que se mantenham os militares inseridos no conceito de "todos", porque a discriminação, o revanchismo está ficando muito patente, muito ostensivo no Governo Federal, por parte de algumas autoridades que, há tempos, tentaram tomar o Governo pelas armas e só não conseguiram porque os militares se impuseram.

Hoje, infelizmente, percebemos aquele discurso malcriado, revanchista, de alguns cidadãos para prejudicar os militares. Basta ver que um general, após 45 anos de dedicação... Não quero saber se faz algo ou não, arranjem ocupação para as Forças Armadas. O que está errado, Deputado Eduardo Gomes, é um general ganhar menos que um agente da Polícia Federal. O agente deve ganhar muito bem, e o general também.

É essa a situação em que vivem os militares hoje no País inteiro. Não é à toa que quando abrem concurso para policial rodoviário federal 140 cadetes deixam a AMAN para fazer o concurso.

Sr. Presidente, isso mostra verdadeiramente qual a situação em que os militares vivem hoje no País. E foi por isso que ontem li manifesto à Nação. Eles mandaram um recado. Espero que o Governo Lula não se faça de desentendido. Depois que a situação se agravar, não digam que não foram avisados.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa **A Voz do Brasil**.

O SR. EDUARDO GOMES (PSDB-TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Palmas, Capital do Estado de Tocantins, é uma cidade ordeira. Orgulho-me de ter sido Vereador naquele Município por 2 mandatos. Fui Presidente da Câmara Municipal, eleito por unanimidade, com os votos de todos os colegas, inclusive dos Vereadores de oposição. Orgulho-me também de ter recebido a maior votação da história de Palmas para representá-la neste Parlamento, na qualidade de Deputado Federal.

Palmas vive momentos de democracia, de política aberta, de disputa entre os candidatos a Vereador e entre os 4 candidatos que pretendem governar aquela cidade nos próximos 4 anos. Com muito orgulho, fazemos parte da coligação que apóia a reeleição da Prefeita Nilmar Ruiz.

A população de Palmas é composta praticamente de 60% de eleitores oriundos das cidades do interior do nosso Estado. Os outros 40% vieram de todo o País e fazem da nossa Capital uma cidade com projeção de dias melhores, de futuro, de planejamento, de estrutura para os desejos e sonhos de milhares de brasileiros que ali encontraram o lugar ideal para viver e criar seus filhos.

Sr. Presidente, Deputado Alberto Fraga, V.Exa., desta tribuna, várias vezes fez observações pontuais sobre o Estatuto do Desarmamento. Lembro-me de que V.Exa. falava sobre a possibilidade de, numa campanha maciça de desarmamento, deixarmos espaço para criação de grupos paramilitares, de milícias. Essa observação, que soava como verdadeiro espanto, faz-me vir a esta tribuna – daqui a poucos minutos vou ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos – prestar esclarecimentos à população brasileira sobre o que esta ocorrendo na cidade de Palmas.

Sempre tivemos em Palmas um processo político bem disputado. Tanto é que a Prefeita Nilmar Ruiz, que sofreu todos os tipos de acusações, ganhou a eleição democraticamente. Isso ficou comprovado em todas as instâncias de julgamento que consolidaram o pleito aprovado pelo povo e pela Justiça.

Mais uma vez partimos para uma disputa acirrada. Em que pese a vantagem momentânea do nosso adversário, a população começou a se movimentar.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Gomes, o Sr. Osório Adriano, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Fraga, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, peço que me seja concedido o tempo destinado à Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Gomes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. EDUARDO GOMES (PSDB-TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o processo político-eleitoral serve para que a população se movimente, em que pese a vantagem momentânea do adversário. É por isso que há eleição. Ela serve para que os candidatos, em qualquer posição que estejam na pesquisa, tenham a possibilidade de transformar o pleito, na medida em que a população vai conhecendo-os – no caso de Palmas, na medida em que vai desconhecendo o candidato, que não vai a debate e foge da discussão dos problemas da cidade.

Sr. Presidente, para nosso grande espanto, Palmas começou, através do **site** do Partido dos Trabalhadores e da movimentação de pessoas do PT oriundas de outros Estados, a ser assolada por verdadeira milícia, por pessoas armadas, sem a menor condição de portar uma arma. Oficialmente, deixam claro que estão ali para produzir provas de crime eleitoral. Cinqüenta veículos – esse número deverá chegar a 150 – trafegam e abordam os cidadãos, mandando-os descer do carro, batendo neles, prendendo-os e fazendo o que querem.

Sr. Presidente, qualquer líder político ou militante de qualquer que seja a coligação merece proteção da sociedade. Essa responsabilidade é nossa, que queremos que o processo de Palmas seja democrático. Quando o povo se movimenta, a disputa é acirrada mesmo. Sei que vamos ganhar as eleições. Entretanto, não vamos admitir em Palmas situações como a que envolveu uma equipe de televisão, que teve quebrados seus equipamentos por seguranças armados, policiais da reserva que portavam armas.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Nobre Deputado Eduardo Gomes, V.Exa. dispõe de 6 minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO GOMES – Agradeço a V.Exa. a oportunidade que me dá de concluir este registro que considero importante.

Sr. Presidente, independentemente da coligação e do partido do militante, entendemos que qualquer cidadão deve ser respeitado e não merece ser tratado da forma como o pessoal do PT está procedendo em Palmas. Trata-se de cidade bonita e próspera, que desperta o interesse de turistas de todo o Brasil, mas receio que daqui a alguns dias tenhamos turistas espancados por fotografarem o Palácio. Basta portar

uma câmara ou estar na rua para ser questionado ou abordado.

Não pensei que viria tão cedo a esta tribuna tecer comentários a respeito das observações do Deputado Alberto Fraga. Será que a campanha do desarmamento, com a mídia e tudo o mais, não foi arquitetada para que nas eleições – meu Deus do céu! – houvesse milícias aparelhadas em determinadas cidades do País e o povo sendo insuflado para um confronto?

O pior é que, no caso da equipe de televisão que foi espancada, não houve confronto, mas sim agressão. A equipe estava filmando, trabalhando e teve, por ordem do candidato do PT, o seu equipamento quebrado, a sua fita rasgada. Repercutiu na imprensa, de forma categórica, a atitude de insuflar a formação de milícia.

Cabe apenas à Polícia Federal a produção de provas de crime eleitoral. Também estamos preparados para denunciar crimes eleitorais a qualquer momento. Não podemos confundir denúncia com produção de prova. Da forma como está sendo feita, é ilegal a produção de prova. Não podemos permitir esse tipo de procedimento.

Estou no Congresso Nacional há 1 ano e 8 meses e não me lembro de ter visto tramitar nesta Casa ou no Senado projeto de lei para criação da polícia política do PT. Portanto, não podemos aceitar esses fatos, sob pena de tirar a tranqüilidade da família palmense, independentemente, repito, da decisão política de qualquer que seja o cidadão de Palmas. Não podemos deixar a cidade sem a tranqüilidade costumeira. Sua população foi para o cerrado, construiu a Capital e fez dela um lugar agradável para viver e conviver com os amigos.

A eleição será no dia 3 de outubro, domingo. No dia 4, conviveremos em família de novo. Qual será o resultado, depois dessa atitude do Partido dos Trabalhadores? Quantos confrontos teremos até lá?

A população de Palmas não vai se intimidar. Aquela cidade tem um bom nível de vida. Em que pese o processo político acirrado das eleições, a Prefeita Nilmar Gavino Ruiz possui mais de 80% de aprovação. O povo não aceita esse tipo de procedimento que ocorre nas ruas.

Sei que essa eleição será disputada voto a voto. Tenho absoluta certeza disso, pois estou nesta Casa a partir de uma identidade muito forte com aquele povo que me fez Vereador e, hoje, Deputado Federal.

Portanto, faço essas observações para que fiquem registradas nesta Casa, talvez até em sintonia com algumas coisas, mesmo que eu divirja de alguns pontos, em relação ao que disse aqui, meses atrás, o Deputado Alberto Fraga. Será que vamos admitir esse tipo de comportamento, ou seja, a população sitiada por conta da prática de colocarem arma de fogo nas mãos de quem não está preparado? Vamos fazer uma solicitação à Polícia Federal, ao Ministro da Justiça, à Secretaria de Direitos Humanos para que a mais jovem Capital do Brasil não sofra uma guerrilha armada a partir do despreparo de alguns homens públicos que acham que a eleição deve ser ganha com pressão, com medo e, principalmente, tirando o direito de ir e vir do cidadão palmense. Não vamos admitir isso.

Finalizo dizendo que tenho a consciência absolutamente tranqüila. É isso que a família palmense quer. Continuarei da mesma forma, na cidade de Palmas. Nunca tive segurança, não ando com segurança. Estou sempre por conta do povo de Palmas, que toma conta de mim e gosta de seus políticos.

Que essas eleições sirvam de exemplo para que não se aceite esse tipo de prática na política brasileira, ainda mais na mais jovem Capital do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osório Adriano.

O SR. OSÓRIO ADRIANO (PFL-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante toda a semana teci comentários a respeito da guerra fiscal que estamos vendo em nosso País, agora revigorada pelas medidas tomadas pelo Governo do Estado de São Paulo, que continuará criando transtornos aos empresários e consumidores e agravando a situação financeira de vários Estados da Federação, especialmente os do Centro-Oeste.

A imprensa anuncia hoje que os 11 Estados metidos nessa guerra agora têm mais um parceiro, o Rio de Janeiro, que decidiu entrar nessa disputa através do seu ilustre Secretário de Fazenda, Mário Tinoco – que, em tempos passados, ocupou o mesmo cargo aqui no Distrito Federal –, que não aceitará mais créditos de ICM de Estados que concedam incentivos fiscais.

Sr. Presidente, a situação é muito grave. A cada dia, mais e mais confusão é gerada por esse problema, que se iniciou em julho a partir de decisão do Governador Geraldo Alckmin, de São Paulo. Lamentamos muito, mas não se faz guerra a ninguém sem ter resposta, e foi o que ele recebeu. S.Exa. não vai prejudicar nosso Distrito Federal, o Estado de Goiás, enfim, o Centro-Oeste, sem que reajamos a essa tentativa.

O Estado de São Paulo exporta muito mais para o Centro-Oeste do que importa desses Estados. Então, francamente, não vejo solução para o impasse se o Governador Geraldo Alckmin não decidir cancelar a medida tomada há cerca de 2 meses. Agora que

12 Estados estão envolvidos nessa disputa, somente através de uma grande reunião de Governadores poderemos encontrar uma solução consensual, que não prejudique ninguém.

O Distrito Federal está perdendo cerca de 10 milhões de reais por mês em função dessa disputa. Pode não ser muito dinheiro para São Paulo, mas para o nosso Distrito Federal é um montante apreciável.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Osório Adriano, para uma Comunicação de Liderança, pelo PFL.

O SR. OSÓRIO ADRIANO (PFL-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há anos, tive a honra de presidir uma Comissão Especial relativa ao Imposto Único. Dela ficou um substitutivo, aprovado pela Comissão, elaborado pelo ilustre representante do Rio Grande do Sul Luis Roberto Ponte, que reduzia os 60 impostos e taxas que hoje são recolhidos pelas empresas a apenas 5 ou 6.

Neste instante, Sr. Presidente, quero ressaltar a importância de uma nova reforma tributária, porque a que foi aprovada nesta Casa no ano passado, francamente, não trouxe nada de novo. Foi apenas um arranjo nas leis tributárias deste País para permitir ao Governo Federal arrecadar um pouco mais, o que vem acontecendo. Todo mês há um recorde de arrecadação em nosso País.

Voltando ao assunto do substitutivo de Luis Roberto Ponte, Sr. Presidente, ele, em 5 ou 6 leis, resolvia o problema da arrecadação no nosso País.

Não defendo a unificação das alíquotas do ICM em nosso País. Seriam 3 ou 4 alíquotas, unificadas em todo o País. Defendo, Sr. Presidente, o IVA – Imposto de Valor Agregado.

Em que constitui se o IVA, Sr. Presidente? É muito fácil. Todos os países mais desenvolvidos do mundo hoje trabalham com esse valor agregado. Paga-se sobre aquilo que foi agregado a determinado produto.

Essa é uma das soluções que temos que discutir aqui, mas não se faz isso da noite para o dia. Realmente, as coisas têm que ser profundamente discutidas antes de se tomar a decisão final.

O Imposto sobre Valor Agregado – IVA, pelo mundo afora, é aquele que melhores resultados tem dado e que não permite a guerra fiscal atual.

Sr. Presidente, lamento que o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, não tenha ainda se decidido a dialogar com os demais Estados, dando fim a essa disputa desastrada que não interessa a ninguém e prejudica o povo e o nosso País.

Hoje, em Aracaju, ocorrerá uma reunião do CONFAZ com os Secretários de Fazenda dos 27 Estados, mas essa questão da guerra fiscal não será discutida. Ontem se tentou o entendimento, mas não se conseguiu nada, apesar do esforço do Secretário do Distrito Federal, Eduardo Almeida. Aliás, S.Sa. tem sido um batalhador no sentido de que não seja causado ao País esse prejuízo. O Governador de São Paulo iniciou essa luta entre irmãos, mas o nosso Secretário não conseguiu incluir o assunto na reunião de hoje.

Ontem eu disse desta tribuna que, se não houvesse acordo nos entendimentos que se processavam, hoje a reunião do CONFAZ seria uma perda de tempo, porque sequer discutirão o problema criado pelo Sr. Geraldo Alckmin.

Sr. Presidente, torçamos para que, ao final do dia, as notícias sejam melhores e a paz tenha voltado ao nosso País, a fim de que possamos trabalhar e as indústrias continuem a desenvolver o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Babá.

O SR. BABÁ (Sem Partido-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros trabalhadores que nos ouvem pela **Rádio Câmara** e nos assistem pela **TV Câmara**, neste fim de semana, participei de um encontro latino-americano, convidado pelo Movimento Socialista dos Trabalhadores da Argentina e por partidos e organizações argentinas de esquerda, como o Partido Comunista.

Esse encontro contou com a participação de companheiros da Venezuela, do Peru, do Equador, do Chile, da Argentina, do Brasil e do Panamá. O grande debate que travamos referiu-se aos ataques sistemáticos que os Presidentes desses países têm feito aos trabalhadores, o que já se repete por alguns anos, desde a implementação do plano neoliberal, aliado ao processo de privatizações, como ocorreu no Governo Menem, que privatizou tudo e entregou o patrimônio público argentino às empresas multinacionais.

Hoje, a Argentina não tem sequer uma empresa estatal, porque todo seu patrimônio foi entregue ao capital multinacional, sob o discurso de que o dinheiro arrecadado com as privatizações seria utilizado para reduzir a dívida, gerar empregos, melhorar as condições de vida da classe trabalhadora e desonerar o Estado

de serviços que, pelo plano neoliberal, não seriam de sua responsabilidade.

No início do Governo Collor, houve o princípio da implementação desse plano neoliberal, que teve continuidade no Governo Itamar Franco, levando à privatização do setor siderúrgico do País. Obviamente, iniciaram-se os ataques aos trabalhadores.

Depois, Fernando Henrique Cardoso, em 8 anos de governo, privatizou 70% das empresas estatais brasileiras. O resultado foi trágico: o congelamento salarial dos trabalhadores, a venda de empresas importantes, como a Vale do Rio Doce, a preço muito baixo diante de seu patrimônio, e a entrega de setores estratégicos.

Só não foram privatizados a PETROBRAS, as hidrelétricas e os Correios, porque houve uma luta ferrenha dos trabalhadores brasileiros, capitaneada pelos sindicatos, que nesta Casa contou com a participação da bancada do Partido dos Trabalhadores, o que impediu Fernando Henrique Cardoso de atingir os mesmos objetivos de Menem.

Na Argentina, o desemprego aproximou-se dos 20% e o patrimônio foi gasto apenas para amortizar parte dos juros da dívida.

No Brasil, não foi diferente. Todo dinheiro arrecadado, estimado em cerca de 100 bilhões de reais, com a privatização da EMBRATEL, da Vale do Rio Doce e de outras empresas estatais importantes, como o BANESPA, que já se encontrava federalizado no Governo Fernando Henrique Cardoso, não foi suficiente sequer para pagar os juros da dívida.

A dívida interna brasileira, que no início do Governo Collor era de 10 bilhões de reais, passou para 68 no fim do Governo Itamar, cujo Ministro da Fazenda era Fernando Henrique Cardoso, que implementou o Plano Real. Ao final dos 8 anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, essa dívida passou para cerca de 850 bilhões de reais.

No mesmo período, o Governo Fernando Henrique Cardoso pagou, de juros e amortização, quase a totalidade dessa dívida, que continuava a crescer.

Com base no enfrentamento do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Partido dos Trabalhadores preparou sua luta histórica, desde a ditadura militar, atravessando os Governos de Sarney, Collor e Itamar e do próprio Fernando Henrique Cardoso. O PT fortaleceu-se, e a imagem de Lula cresceu em função do embate do partido contra aquela política econômica.

O resultado foi também trágico para o País. No que diz respeito à luta pela reforma agrária, só no meu Estado, do Governo Collor para cá, foram assassinados cerca de 700 trabalhadores, lideranças sindicais, Deputados Estaduais, advogados, padres e freiras. Na condição de membro do Partido dos Trabalhadores, durante todos esses anos, envolvemo-nos nessa luta.

Vieram as derrotas eleitorais de Lula. Nesse processo, a bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, apesar das derrotas eleitorais para Presidência da República, cresceu, ampliou-se o número de Vereadores e Prefeitos, o PT cresceu como partido e a imagem de Lula crescia a cada eleição.

Na eleição de 2002, o povo brasileiro, cansado da política econômica que Fernando Henrique Cardoso vinha implementando a serviço do Fundo Monetário Internacional e dos banqueiros, elegeu Lula para Presidente da República. Lula foi vitorioso no processo eleitoral, porque a classe trabalhadora disse um grande "não" à política neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Não foi diferente em outros países. Os Presidentes que implementaram os planos neoliberais neste continente foram derrotados eleitoralmente. Foi assim que aconteceu com o ex-Presidente da Argentina, Carlos Menem, que perdeu para Fernando de la Rúa, eleito com um discurso contrário ao de Menem. Mas, ao assumir, De la Rúa deu continuidade à política que Menem implementava na Argentina e o resultado foi a mobilização maciça dos trabalhadores argentinos que o levou a fugir da Casa Rosada, de helicóptero, sob o peso das mobilizações populares. O mesmo processo ocorreu no Brasil, quando Lula se elegeu com o mesmo discurso de oposição ao planejamento econômico neoliberal.

O que temos visto durante todo este processo? A capitulação dia a dia do Governo Lula à política econômica que tanto combatemos. Iniciou-se com a ida de Henrique Meirelles para o Banco Central e depois com a ampliação da meta de superávit de 3,75% para 4,25%. Para os trabalhadores que nos ouvem, meta de superávit primário – às vezes muitos não compreendem – é que o Governo arrecada menos do que gasta, sem contabilizar a parcela de juros e amortização de dívidas, para, portanto, mostrar um superávit. O Governo tem de gastar menos do que arrecada, a fim de que esse superávit primário seja utilizado para o pagamento de juros.

Foi assim durante todo o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Os servidores pagaram peso pesado durante esse Governo com a perda de poder aquisitivo de mais de 80% em seus salários. Os trabalhadores esperavam que Lula, ao assumir, viesse

a enfrentar essa política. Mas qual não foi a surpresa dos trabalhadores, e até dos setores mais críticos, ao ver o processo das alianças que se ampliavam durante as disputas eleitorais, nas quais Lula foi se aliando ao pior do que existia na política brasileira já na eleição de 2002? No segundo turno, essas alianças se ampliaram ainda mais. A lógica do Governo Lula foi manter todo o planejamento econômico neoliberal que tanto combatíamos.

Qual foi o resultado do primeiro ano do Governo Lula? A privatização da previdência dos servidores públicos.

Houve mobilização maciça. E esta Casa teve a infelicidade de ver um pelotão de choque da Polícia Militar de Roriz invadi-la para impedir a entrada de trabalhadores e arrastar servidores dentro do Congresso Nacional, mantendo dirigentes da FASUBRA em cárcere privado dentro desta Casa, antecipando-se a votação da reforma da Previdência para ser possível seguir os desígnios neoliberais e aprová-la.

Nós nos embatemos com essa iniciativa – o Deputado João Fontes, a Deputada Luciana Genro, a Senadora Heloísa Helena e eu – e fomos expulsos do Partido dos Trabalhadores justamente por combatermos essa política, que não se restringia apenas à reforma da Previdência, mas também à manutenção de altas metas de superávit primário e de altos juros no País, onde os banqueiros deitaram e rolaram no último ano e meio do Governo Lula. Tiveram lucros altíssimos. Estão tendo, na verdade, o paraíso durante o Governo Lula.

Agora estão a atacar a greve dos bancários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BRADESCO, do Itaú, do Citibank.

Aliás, trata-se de bancos privados que financiaram a campanha de Lula. Por isso mesmo, os banqueiros estão sendo agraciados com altos juros. E o Fundo Monetário Internacional vê mês a mês a entrada de mais de 10 bilhões de reais apenas na parcela de juros da dívida.

Esse processo tem causado traumas aos trabalhadores brasileiros, porque, no ano passado, além da reforma da Previdência, esta Casa votou as Leis de Falências, para privilegiar os banqueiros, e dos Transgênicos. E agora se está tentando, por nova medida provisória, aprová-la para beneficiar os produtores de soja que destroem a natureza para poderem utilizar um produto de exportação que não alimenta a população brasileira, mas que vai alimentar os porcos e os bois da Europa, dos Estados Unidos, em detrimento da fome do povo brasileiro, que amplia a cada dia.

Evidentemente, esperávamos que o Governo Lula fosse de enfrentamento. E os trabalhadores apostaram nesse enfrentamento. Mas houve uma seqüência de leis votadas nesta Casa, tudo para beneficiar o capital privado, os grandes empresários nacionais e as multinacionais.

E o que se vê, após um ano e meio do Governo Lula? Com relação à política econômica, pagou-se 187 bilhões de reais apenas de juros da dívida! Portanto, mais de 10 bilhões de juros ao mês! É um dinheiro que faz falta, obviamente, para a reforma agrária, para a saúde, para a educação, para as universidades, para investimentos em infra-estrutura, para a construção de estradas e ferrovias, para a conclusão de grandes obras, como a Transamazônica e a eclusa de Tucuruí, no nosso Estado.

Qual é a lógica do Governo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados? Em vez de enfrentar o monstro imperialista e o Fundo Monetário Internacional, Lula os capitula, dia a dia. Para estar na mídia mundial, reúne-se na ONU para lançar o Programa Fome Zero Mundial. Vejam bem. Enquanto a população brasileira está passando fome, por força da política econômica implementada por este Governo, Lula diz, diante do palco internacional, que para amainar a fome mundial deve-se tirar dinheiro das negociações financeiras. Na verdade, esse discurso é falso, porque, no mesmo dia em que Lula fazia este pronunciamento na ONU, o Ministro Palocci, juntamente com Henrique Meirelles, ex-Presidente do Banco de Boston, anunciavam a ampliação da meta de superávit primário de 4,25% para 4,5%. E ainda alguns diretores reclamaram dessa taxa, queriam 5%. Aliás, a meta de superávit primário do Governo Lula foi, em 12 meses, de 4,65%, sendo que nos últimos meses bateu a casa dos 5%.

Farei comentário sobre declaração do Presidente Lula, justificando o aumento da meta de superávit primário. Disse, depois de participar de reunião com a junta orçamentária, que teremos dinheiro de folga. Mas já estamos chegando ao fim do ano e sabemos que não dará tempo de o Governo aplicar na construção de algum projeto e concluí-lo.

Em vez de ficar jogando dinheiro pelo ladrão – na verdade, Lula está jogando dinheiro para os ladrões –, vamos aumentar o superávit. Pelo menos diminuiremos a dívida. Com o pouquinho que sobrar, vamos fazer o quê? Gastar? Vamos fazer política com esse dinheiro? Vamos distribuí-lo, como se faz com a farra do boi? Ou

então vamos assumir nossa responsabilidade e dizer que vamos pagar parte do que devemos.

Ora, como não há grandes obras a fazer no País? Como o Governo Lula tira parte do salário mínimo, no valor de 260 reais, de 13 milhões de aposentados para ampliar a meta de superávit primário? E a rodovia Belém–Brasília, que está destruída; a Transamazônica, que não se conclui; a BR-101, que liga a Região Sul à Nordeste, que também está destruída?

Farra do boi, Presidente Lula? V.Exa. está fazendo a farra dos banqueiros! Esta é a verdade dos fatos.

Farra do boi, Presidente Lula? V.Exa. está fazendo a farra das multinacionais, das empresas que tanto condenamos. Não adianta ir ao exterior fazer discurso de combate ao FMI, quando, no mesmo momento, no País, ajoelha-se perante o Fundo Monetário Internacional, Presidente Lula!

Como não há necessidade desse dinheiro no País, Presidente Lula? E o saneamento básico? Quantas crianças estão morrendo devido à falta de saneamento nas cidades, de doenças básicas, Presidente Lula? E V.Exa. disse que seria o Presidente mais preparado para falar da fome, porque sentiu a dor da fome em seu estômago – o que é verdade! Mas parece que não o emociona ver que os aposentados que recebem 260 reais estão passando fome. Quantos pais de família estão desesperados porque estão desempregados e não têm o que dar de comer as suas crianças, que estão com dor no estômago, provocada pela fome?

Presidente Lula, não adianta fazer discurso na ONU e mídia no exterior para tentar iludir a população brasileira, porque a realidade dos fatos é cruel.

Presidente Lula, não existe algo pior para os trabalhadores do que a traição! V.Exa. está traindo princípios históricos da classe trabalhadora brasileira. V.Exa. deveria justamente enfrentar os poderosos, os banqueiros internacionais e as multinacionais. V.Exa. age de forma contrária a esses princípios. Na PETROBRAS, manda licitar poços petrolíferos para entregar nosso petróleo, extremamente necessário ao País. Para quê? Para as empresas multinacionais exportá-lo. Por que exportar petróleo se necessitamos dele, se o importamos, se temos reserva determinada de petróleo? Justamente para manter uma meta alta de superávit primário e fazer a farra dos banqueiros.

Obviamente, espanto-me com declarações do Presidente Lula ao dizer que esse dinheiro não tem importância para o País. Como não? Quantas hidrelétricas deixam de ser construídas por ano? Quantas rodovias ou ferrovias deixam de ser concretizadas? E qual a saída do Presidente Lula? Pegar esse dinheiro e enfrentar os banqueiros? Não. A saída é tentar comprar o Congresso Nacional por meio de cargos, de dinheiro vivo. A revista **Veja** disse que o PT comprou o PTB, sua base aliada, por 10 milhões de reais, para ajudar os candidatos petebistas nessas eleições. O PTB de Roberto Jefferson, da tropa de choque de Collor de Mello, hoje é queridinho do peito de Lula, assim como ACM.

Qual a saída? No lugar de declarar a moratória dessa dívida para investir no País, o Governo Lula paga os banqueiros, diz que não tem dinheiro, mas quer ver aprovado o projeto da parceria público-privada, que passou pela Câmara rapidamente e está empacado no Senado Federal.

Qual é a teoria da parceria público-privada? Entregar as estradas brasileiras à iniciativa privada, para que ela cobre pedágio dos caminhoneiros – como faz o Estado de São Paulo –, dos trabalhadores, que passam com seus carros e já pagam impostos altíssimos, ou mesmo para que se construam hidrelétricas, usando, entretanto, financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Eu diria que é parceria prostituída público-privada, porque entrará dinheiro público e será dada garantia às empresas que vierem a investir esse dinheiro. Se por acaso tiverem prejuízo, ainda lhes será dada garantia de ações de empresas estatais. Não é possível aceitarmos um fato como esse.

A meta de superávit primário foi ampliada. E é desejo do Governo que ela aumente no ano de 2005 para 5% do Produto Interno Bruto. O pagamento de juros aos banqueiros pelo Governo não falha, mas observem no Orçamento da União o que o Governo Lula gastou. Vejam o que ocorreu com as emendas, que S.Exa. diz serem desnecessárias, inclusive com as de bancada. O orçamento da União para infra-estrutura, saneamento básico, geração de empregos, obras em pequenas cidades abandonadas, não é cumprido. O Governo corta esses recursos justamente para ter uma sobra vultosa para continuar agradando os banqueiros.

Não foi para isso, com certeza, que a classe trabalhadora brasileira elegeu Lula para Presidente da República. Podem fazer toda propaganda enganosa que quiserem. Antigamente, dizia-se que Perón, da Argentina, tinha a política de pão e circo. A política do Governo Lula é de migalhas de pão e circo. O Governo mostra um cenário como se o País estivesse nos melhores do mundo.

É impressionante vermos o **Jornal Nacional** como porta-voz oficial do Governo Lula. Quando assistimos a esse e a outros jornais, principalmente os da Rede Globo, temos a impressão de estarmos vivendo num país sem fome, sem miséria, com emprego para todos. Quando assistimos aos analistas fazendo a avaliação da política econômica do Governo, temos a impressão de que a meta de superávit primária ainda é pouca.

Aliás, os analistas econômicos que trabalham nos grandes meios de comunicação obviamente fazem suas avaliações pró-capital. Mas no mesmo dia, no mesmo jornal, analistas econômicos são pagos de forma indireta para realizarem seminários. Determinados jornalistas deveriam perceber que o papel que cumprem nessa história é também uma forma de corrupção. E o que se pode fazer num processo desses?

A única saída para os trabalhadores brasileiros é fazer o que os companheiros do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BRADESCO e do Itaú estão fazendo, como os companheiros da Justiça Estadual de São Paulo, em greve há mais de 80 dias, ou os companheiros metalúrgicos, que começaram uma greve para exigir aumento. É ridículo vermos banqueiros pagarem 50 mil reais para chegar de helicóptero aos bancos. Eles têm lucros altíssimos, mas dizem que não têm dinheiro para conceder aumento justo aos bancários.

Portanto, companheiros do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BRADESCO, do Itaú e dos bancos privados, cujos banqueiros também tiveram altos lucros, vamos ampliar essa luta. A única forma de derrotarmos a política econômica do Governo Lula, que é neoliberal, sem dúvida, é a luta do povo trabalhador.

Sr. Presidente, Deputado Alberto Fraga, o Presidente Lula perdeu o norte da história. S.Exa. se orienta hoje muito mais pelo que determina o Fundo Monetário Internacional, os banqueiros e o Sr. Henrique Meirelles, que está a serviço dos banqueiros no Banco Central. Mas a classe trabalhadora do País começa a mobilizar-se. Não pensem que vai ser fácil implementar as reformas trabalhista e sindical, que estão sendo preparadas em acordo com empresários para retirar direitos e conquistas dos trabalhadores. No dia 25 de novembro, trabalhadores e estudantes ocuparão Brasília numa grande marcha para impedir essas reformas e a reforma universitária, que está a serviço do grande capital da educação implantado no País.

Portanto, vamos à luta, companheiros trabalhadores!

Companheiros bancários, vamos derrotar os banqueiros!

Derrotar os banqueiros significa ampliar a greve dos bancários, montar piquetes nas ruas, mostrar aos trabalhadores que se esses banqueiros têm as benesses do Governo Lula, não podem ter mais a passividade, como não estão tendo dos bancários, que estão cansados de desemprego e arrocho salarial, anos e anos. Agora eles estão respondendo.

Tenho certeza de que, como os trabalhadores latino-americanos estão dando resposta a seu Presidente, os trabalhadores brasileiros saberão dar uma resposta efetiva ao Governo Lula, lutando para derrotar essa política e declarar moratória a essa dívida, para gerar emprego no País e romper com a lógica do Fundo Monetário Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Parabenizo o nobre Deputado Babá pelo pronunciamento, pela coragem e coerência.

Durante o discurso do Sr. Babá, assumem sucessivamente a presidência os Srs. Osório Adriano e Alberto Fraga, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Anuncio a visita dos alunos da Escola Classe nº 13, da cidade-satélite de Taguatinga.

Sejam bem-vindos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – **Apresentação de proposições.**

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:

Autor	Proposição	Ementa
Severino Cavalcanti	REQ 2180/2004	Solicita a realização de sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia das Crianças.

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Vai-se passar ao horário de

VI – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Não há oradores inscritos.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando outra para a próxima segunda-feira, dia 27, às 14 horas.

AVISOS

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

EMENDAS

RECURSOS

ATO DO PRESIDENTE

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a excepcionalidade do presente período que antecede as eleições municipais e tendo em vista a necessidade de viabilizar, em sua normalidade, a apreciação de importantes matérias em tramitação na Câmara dos Deputados, resolve determinar a suspensão dos prazos recursais previstos no Regimento Interno, até a edição de Ato determinando o reinício de sua fluência, ficando devolvidos os prazos decorridos a partir de 02 de agosto do corrente.

Brasília, 8 de setembro de 2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente da Câmara dos Deputados.

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE SETEMBRO DE 2004

Dia 27, 2ª-feira

15:00 DR. HÉLIO (PDT – SP)
15:25 CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS)
15:50 EDSON DUARTE (PV – BA)
16:15 PAULO LIMA (PMDB – SP)
16:40 TAKAYAMA (PMDB – PR)
17:05 MARCELLO SIQUEIRA (PMDB – MG)
17:30 ZEZÉU RIBEIRO (PT – BA)
17:55 SANDRO MABEL (PL – GO)
18:20 OSVALDO REIS (PMDB – TO)

Dia 28, 3ª-feira

15:00 LEANDRO VILELA (PMDB – GO)
15:25 GIACOBO (PL – PR)

Dia 29, 4ª-feira

15:00 NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG)
15:25 PEDRO FERNANDES (PTB – MA)

Dia 30, 5ª-feira

15:00 PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM)
15:25 ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 30-9-04

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 930/03 – do Sr. Julio Lopes – que "altera a Redação do art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 23 de janeiro de 2002 – Código Civil". (Apensado: PL 982/2003)

RELATORA: Deputada JUÍZA DENISE FROSSARD.

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-9-04

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 700/03 – do Sr. Pompeo de Mattos – que "dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de filmagem nos shopping centers e similares".

RELATOR: Deputado REGINALDO GERMANO.

PROJETO DE LEI Nº 1.767/03 – do Sr. Neucimar Fraga – que "fixa prazo para conclusão de ação fiscalizatória do Tribunal de Contas da União realizadas em obras e edificações e dá outras providências".

RELATOR: Deputado JOSÉ PIMENTEL.

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-9-04

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 1.652/03 – do Sr. Luiz Alberto – que “”Altera o art.2º da Lei nº 5.859 de 11 de dezembro de 1972 e dá outras providências””.
RELATOR: Deputado DARCI COELHO.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 28/09/2004)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.042/04 – do Poder Executivo – que “autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Boliviana e seis à Força Aérea Paraguaia”.
RELATOR: Deputado FRANCISCO RODRIGUES.

II – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 24-9-2004:

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.376/2004
PROJETO DE LEI Nº 4.094/2004

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:
PROJETO DE LEI Nº 3.015/2004
PROJETO DE LEI Nº 4.167/2004

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.375/2004
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.376/2004
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.378/2004
PROJETO DE LEI Nº 3.100/2000
PROJETO DE LEI Nº 3.015/2004
PROJETO DE LEI Nº 4.127/2004
PROJETO DE LEI Nº 4.143/2004
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 201/2004

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:
PROJETO DE LEI Nº 3.015/2004
Comissão de Finanças e Tributação:
PROJETO DE LEI Nº 3.015/2004

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.376/2004
PROJETO DE LEI Nº 4.118/2004

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional:
PROJETO DE LEI Nº 4.128/2004
PROJETO DE LEI Nº 4.142/2004

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.375/2004
PROJETO DE LEI Nº 4.152/2004

Comissão de Seguridade Social e Família:
PROJETO DE LEI Nº 4.132/2004
PROJETO DE LEI Nº 4.133/2004
PROJETO DE LEI Nº 4.158/2004

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
PROJETO DE LEI Nº 4.157/2004
PROJETO DE LEI Nº 4.159/2004

Comissão de Turismo e Desporto:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.378/2004

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 3.638, de 2000, que “institui o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais e dá outras providências”.:
PROJETO DE LEI Nº 5.278/2001
PROJETO DE LEI Nº 101/2003
PROJETO DE LEI Nº 264/2003
PROJETO DE LEI Nº 308/2003
PROJETO DE LEI Nº 312/2003
PROJETO DE LEI Nº 604/2003
PROJETO DE LEI Nº 669/2003
PROJETO DE LEI Nº 1.395/2003
PROJETO DE LEI Nº 1.577/2003
PROJETO DE LEI Nº 1.732/2003
PROJETO DE LEI Nº 1.913/2003
PROJETO DE LEI Nº 2.905/2004

(Encerra-se a sessão às 10 horas e 23 minutos.)

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA EM RECLAMAÇÃO

Decisão da Presidência em Reclamação

O nobre Deputado Licoln Portela, na Sessão Plenária de 15 de junho de 2004, fez uso da palavra para apresentar reclamação em face do anúncio, feito pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de possível autoconvocação do Congresso Nacional para o mês de julho do ano em curso. De acordo com o ilustre parlamentar, se as Casas do Congresso Nacional trabalhassem a toda carga, não haveria necessidade de tal convocação extraordinária.

Com efeito, a autoconvocação extraordinária do Congresso Nacional, diante de cujo anúncio se insurgiu o ilustre parlamentar, não ocorreu, razão pela qual declaro prejudicada a reclamação.

Publique-se. Oficie-se ao autor, dando-lhe ciência do teor da presente decisão.

Arquive-se.

Em 24-9-2004. **João Paulo Cunha**, Presidente.

O SR. LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V. Exª. a palavra.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um minuto para uma reclamação.

Sr. Presidente, V.Exª. tem sido um ícone nesta Casa e quero parabenizá-lo por isso, sem nenhuma expressão demagógica. Gostaria que V. Exª. atentasse para uma questão da Casa: são l7h3Omin e sei da sua luta. Estamos falando em autoconvocar esta Casa no mês de julho. Logo após a eleição, já passamos por duas convocações extraordinárias e não tivemos tempo para descanso. Alguns parlamentares marcaram cirurgias para o mês de julho. Portanto, se incrementarmos os trabalhos desta Casa nesses últimos 15 dias de junho, votando às quintas-feiras e, se for preciso, às sextas-feiras, não precisaremos estar aqui no mês de julho – penso que com sua preciosa ajuda poderemos fazer isso. Poderíamos até começar a Ordem do Dia um pouco mais cedo, a fim de agilizarmos a apreciação de matérias.

Sr. Presidente, sabemos da sua coerência. Portanto, solicitamos a V. Exª. que sejam criadas melhores condições no mês de julho para incrementarmos a votação de matérias.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nobre deputado, V.Exª. tem razão. Levarei suas preocupações ao Presidente João Paulo Cunha. Outros parlamentares também me procuraram hoje para saber sobre a possibilidade de fazermos um esforço concentrado nas duas últimas semanas deste mês, para que tenhamos o recesso de julho assegurado, quando, logo após as convenções,

O SR. EDSON EZEQUIEL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V. Exª. a palavra.

O SR. EDSON EZEQUIEL (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de eleitor do Presidente Lula no segundo turno, tenho tido alegrias e frustrações.

Inicialmente quero me referir a uma alegria: foi contemplado com o Projeto Soldado-Cidadão o 3º Batalhão de Infantaria da minha cidade, São Gonçalo, da qual tive a honra de ser prefeito por 2 mandatos e que me conduziu a esta Casa pela segunda vez como deputado federal.

O 3º Batalhão de Infantaria é um patrimônio da cidade de São Gonçalo, o segundo maior colégio eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, e foi contemplado com o Programa Soldado-Cidadão, importante meio de profissionalização de jovens e, conseqüentemente, um atenuante à atração desses jovens à violência e a coisas que não merecem nosso crédito e nossa confiança.

Por outro lado, temos frustrações, a exemplo do salário mínimo de 260 reais.Fomos obrigados a votar favoravelmente aos 275 reais, de acordo com a emenda da Oposição, porque queremos alavancar a distribuição de renda e o desenvolvimento. E frustrações como o episódio do cadastramento dos aposentados.

Processo nº 2004/115.796

DESPACHO DO PRESIDENTE

Os presentes autos versam sobre denúncia formulada pelo vereador de Presidente Prudente – SP, Sr. José Rocha Sobrinho, baseada em notícia veiculada no Jornal Imparcial de Presidente Prudente, no sentido de que o Deputado Federal Paulo Lima teria se utilizado de assinatura falsa para validar assembléia da Associação Prudentina de Educação e Cultura, mantenedora da Universidade do Oeste Paulista.

Encaminhados os autos ao Senhor Corregedor da Câmara dos Deputados, este se manifestou no sentido do arquivamento por falta de provas, ponderando que a denúncia se assenta em simples notícia veiculada pela imprensa.

O Senhor corregedor registrou que essa conduta foi adotada em caso anterior, conforme Ofício SGM/P nº 2.656, de 28 de novembro de 2003.

Preliminarmente, verifico que a denúncia não foi numerada como representação, providência que determino nesta decisão.

Quanto ao mais, realmente não deve ter seguimento na Casa a representação contra deputado federal desacompanhada de adminículo probatório, a teor do estatuído no art. 5º, parágrafo único, do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Sendo assim, determino a numeração da peça de denúncia como representação, e, quanto ao que nela se contém, acolho a sugestão do Senhor Corregedor da Casa, para determinar o seu arquivamento.

Oficie-se e, após, **publique-se.**

Brasília, 24 de setembro de 2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

COMISSÕES

ATAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVERIGUAR O PROCESSO RELACIONADO À CRISE DA PARMALAT.

Ata da 5ª Reunião (Extraordinária) Realizada Em 5 de fevereiro de 2004.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat, no Plenário 9, Anexo 2 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Ronaldo Caiado e Zonta – Vice-Presidentes; Abelardo Lupion, Antonio Carlos Mendes Thame, Augusto Nardes, Durval Orlato, Enio Tatico, Jamil Murad, João Grandão, Josias Gomes, Luiz Carlos Hauly, Nelson Marquezelli, Osvaldo Biolchi e Paulo Baltazar – Titulares; Anselmo, Josias Quintal, Leonardo Vilela, Luis Carlos Heinze, Paulo Rubem Santiago e Roberto Balestra – Suplentes.Compareceram também os Deputados André de Paula, Edmar Moreira, José Pimentel e Zarattini, como não-membros.Deixaram de comparecer os Deputados Cezar Silvestri, Enio Bacci, Kátia Abreu, Leandro Vilela, Paulo Marinho. Os Deputados Assis Miguel do Couto, Vittorio Medioli e Waldemir Moka não compareceram por estarem em viagem de Missão Oficial. ABERTURA: Havendo número regimental, o Deputado Ronaldo Caiado, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da quarta reunião, realizada no dia quatro de fevereiro de dois mil e quatro. Em votação, a Ata foi aprovada. ORDEM DO DIA: A reunião foi convocada para ouvir em audiência pública o Presidente da Parmalat, Sr. Ricardo Gonçalves, o Contador daquela Empresa, Sr. Ivan Zorzo, o Sr. Alpoim da Silva Botelho, representante do Comitê de Fiscalização da Parmalat, e o Sr. Carlos Montero, ex-Diretor da Parmalat. Os expositores fizeram as suas exposições na ordem acima, exceto o Sr. Ivan Zorzo, cuja exposição inicial foi dispensada em razão da presença do Presidente da Parmalat, ficando a sua participação reservada para o momento de responder às perguntas dos deputados. Os expositores, inclusive o Sr. Ivan Zorzo, foram interpelados pelos Deputados João Grandão – falando pela Relatoria – Zonta, Osvaldo Biolchi, Enio Tatico, José Pimentel, Roberto Balestra, Jamil Murad, Paulo Rubem Santiago, Leonardo Vilela, Abelardo Lupion, Antonio Carlos Mendes Thame, Cesar Silvestri, Edmar Moreira, Adão Pretto, Luiz Carlos Hauly e Ronaldo Caiado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente convocou novas reuniões, uma para o dia dez de fevereiro, às dez horas, para audiência pública com o Presidente da Carital Brasil; Presidente da Carital Prosport; Presidente da Parmalat Participações, e com o Presidente da ETTI Jundiaí; e outra também para aquele mesmo dia, às quatorze horas e trinta minutos, para ouvir em Audiência Pública o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Dr. ROBERTO RODRIGUES. O Presidente encerrou os trabalhos às quatorze horas e cinquenta e oito minutos. E, para constar, eu _____, Valdivino Tolentino Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 5ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 4ª reunião a todos os membros presentes, indago se há necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Está dispensada a leitura.

Em discussão.

Não havendo oradores inscritos, passa-se à votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião foi convocada para ouvirmos, em audiência pública, os seguintes convidados: Sr. Ricardo Gonçalves, Presidente da Parmalat Brasil; Sr. Ivan Zorzo, contador da Parmalat; Sr. Alpoim da Silva Botelho, representante do Comitê de Fiscalização da

Parmalat; e Sr. Carlos Montero, ex-Diretor Financeiro da Parmalat.

Nos termos regimentais, cada convidado dispõe de até 20 minutos para sua exposição inicial.

Conforme decisão da Comissão, ouviremos, se for necessário e se for o entendimento da Comissão, os 4 convidados. Logo após, daremos início às perguntas.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, como está presente o Presidente da Parmalat, seria dispensável, inicialmente, o depoimento do contador, já que o Sr. Ricardo Gonçalves falará pela empresa. Após ouvirmos o Sr. Carlos Montero e o Sr. Alpoim da Silva Botelho, no debate, poderemos indagar o contador Ivan Zorzo.

Essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – O Deputado Zonta propõe que a prioridade seja dada ao Presidente da Parmalat, ao seu ex-Diretor Financeiro e ao Sr. Alpoim da Silva Botelho, representante do Comitê de Fiscalização. Logo a seguir, dentro das necessidades, poderemos ouvir o Sr. Ivan Zorzo, contador da Parmalat.

Com a palavra ao Deputado Osvaldo Biolchi.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da Mesa, demais convidados, concordo com o Deputado Zonta, entretanto, deixaria essa decisão para posterior, caso o Presidente da empresa não satisfaça a todos no prazo regimental de 20 minutos. De qualquer maneira, a dispensa do depoimento do contador não nos impedirá de dirigir perguntas a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Segundo a proposta apresentada, se todos os membros da Comissão estiverem de acordo, iniciaremos então com a apresentação do Presidente da Parmalat Brasil, Sr. Ricardo Gonçalves, que disporá de até 20 minutos para sua exposição inicial.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Gonçalves.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, esclareço que sou administrador da Parmalat Brasil S.A., contratado em novembro de 2001 pelo então Sr. Calisto Tanzi, com quem estive em entrevista em outubro de 2001. Jamais havia conhecido esse cavalheiro antes disso.

É importante ressaltar aos senhores que ele era eminente figura dentro da sociedade italiana, extremamente bem recebida dentro da comunidade em que vivia e muito bem relacionada no mercado financeiro. Portanto, naquele momento em que tomei a decisão de ingressar na Parmalat não havia nada que me indicasse, nenhum outro quesito a respeito de entrar ou não nessa organização, considerada uma jóia da empresa de alimentação na Itália.

Comecei a trabalhar com a incumbência de poder reestruturar a empresa, uma vez que a Parmalat Brasil, que é a empresa operacional, tinha apresentado resultados negativos. Esclareço, *a* **priori**, aos senhores que existem outras empresas coligadas à Parmalat na Itália da qual não sou responsável. Minha responsabilidade é exclusiva da Parmalat Brasil S.A., que industrializa e comercializa produtos alimentícios no Brasil e os vende ao mercado consumidor.

Naquela altura, o Sr. Tanzi, o administrador a quem eu respondia na sociedade, deu-me essa incumbência, e apresentei um plano para resgatar a companhia num período de aproximadamente 3 a 4 anos. Ao longo desse plano, teríamos de receber ajuda financeira por parte da Parmalat da Itália. Portanto, a companhia – e é bom os senhores reterem esta informação – Parmalat Brasil S.A. necessitava de financiamento e fundos oriundos da Itália para poder sustentar a operação do Brasil.

Quando ocorreu essa surpresa – que conhecemos pelos mesmos meios que os senhores presentes nesta sala, por meio da imprensa – sobre fraudes e toda essa confusão que se armou na Itália, em primeiro lugar, o efeito imediato para nós, da Parmalat Brasil, foi simplesmente o estanque de ajuda financeira da noite para o dia.

Em segundo lugar, a comunidade financeira internacional em absoluto se moveu a criar certa dúvida a respeito das operações da Parmalat, como se criou no mundo inteiro. No Brasil isso provocou certo constrangimento nas nossas operações, oriundas de duas fontes. Primeiro, a Parmalat Brasil, conforme aponta seu balanço depositado na Comissão de Valores Mobiliários, tem uma dívida a curto prazo que começou a vencer. Os bancos, portanto, começaram a exigir o pagamento da dívida ou senão reter fundos para honrar esses compromissos de curto prazo.

Ademais, a Parmalat tinha fechado um pacote de fundo de securitização, que nos assegurava uma linha de crédito com descontos de recebíveis correspondente mais ou menos a 130 milhões de reais. Esse fundo de recebíveis foi simplesmente desativado, não foi liqüidado, mas ficou em um estado de dormência, o que nos fez provocar outro constrangimento sobre nossa posição financeira.

Com essa situação, tomamos a primeira medida, em dezembro – temos de recordar que estamos há parcos 2 meses de todo o início dessa crise –, de começar a conter o nosso caixa, trabalhar com fluxo

de caixa com certa contenção. Priorizamos, então, o pagamento da folha dos nossos empregados e o pagamento dos nossos produtores de leite. Avisamos nossos fornecedores que estaríamos atrasando o pagamento até recompor nossa situação de fluxo financeiro.

Iniciamos, naquele momento, entendimentos com a comunidade financeira local para poder recompor nossa situação e novamente retomar nossa linha de produção.

Infelizmente, a comunidade financeira não correspondeu àquilo que esperávamos. E, a partir do momento em que o Sr. Enrico Bondi foi admitido como administrador de emergência da Parmalat da Itália, passou a ser o meu chefe administrador (mantemos contatos telefônicos cotidianamente), solicitamos fundos a ele, que afirmou ter dificuldades legais italianas – nada a ver com o problema brasileiro – que o impediam de tomar providências nesse sentido.

Isso provocou uma série de constrangimentos dentro da companhia. Cada vez mais ela teve dificuldades em administrar seu fluxo de caixa, uma vez que não havia recomposição do seu capital de giro.

Começamos a ser assolados com enorme volume de protestos. Para os senhores terem idéia, na data que antecedeu o pedido de concordata frente à corte, já havia 317 pedidos de protestos e 5 pedidos de falências, ainda não citadas.

Por isso, decidimos fazer aquela publicação em todos os meios de comunicação, o que foi muito difícil. Essa medida tinha de ser tomada, senão correríamos o risco de ter uma situação que iria levar a companhia à inoperância.

Há 2 meses temos sido constantemente assolados pelos bancos que retêm nossos fundos de caixa, o que nos constrange enormemente quanto à administração deles. Chegamos inclusive a situações em que a companhia tinha contas em bancos, entretanto não podíamos movimentar nenhum centavo delas.

Essa a situação a que foi levada a Parmalat.

Sou administrador profissional, tenho defendido a hipótese de que a empresa é viável e pode operar no Brasil, mas necessita, simplesmente, dentro dessa circunstância – perdoem-me por usar a palavra "simplesmente" –, ser reestruturada e poder contemplar uma nova realidade, mas não podemos contar com a ajuda de ninguém, a não ser da própria Parmalat. Para fazermos essa reestruturação – contratamos equipes para prestar esse serviço –, necessitamos, inicialmente, de tirar a Parmalat dessa situação constrangedora com relação ao seu fluxo de caixa, situação muito penosa e nada agradável.

Tentamos até pagar, no dia 15 de janeiro, os produtores de leite do Estado de Goiás, mas eles não foram efetuados, porque os fundos de caixa estavam retidos em contas bancárias. O mesmo ocorreu com a comunidade de Itaperuna.

A nossa administração de fluxo de caixa, como administradores e responsáveis pela companhia, tem sido muito difícil. Temos honrado a folha de pagamento. Os trabalhadores têm recebido seus salários. Mas fizemos um grande exercício na última sexta-feira para que os pagamentos fossem efetuados a tempo. Conseguimos a liberação das contas somente no final daquele dia, e somente na terça-feira conseguimos honrar a folha de pagamento da companhia.

Essa situação nos preocupa enormemente. Devemos trabalhar para resgatar a Parmalat, a fim de que alguém do Brasil, interessado, queira comprá-la e dar continuidade a ela, já que – repito – é viável.

Temos o firme propósito de seguir com essa operação e fazer com que ela persista, pela sua importância em várias regiões do País onde está presente, pois ela emprega milhares de brasileiros. Só para os senhores terem noção, a Parmalat possui 6 mil e 200 empregados, 20 mil fornecedores, incluindo produtores de leite, transportistas, além de fornecedores em matéria de embalagem e matérias-primas.

Portanto, ela tem importante alcance. Na época em que estávamos operando normalmente, a Parmalat detinha 5% do leite produzido no País. Seu grau de importância é tal que para nós seria impossível imaginá-la inoperante ou não dando continuidade dentro do contexto em que vivemos no Brasil.

O nosso propósito é levá-la adiante. Estamos apresentando algumas propostas de medidas provisórias não exclusivas à Parmalat, mas antecipações aos mecanismos legais já votados na Câmara dos Deputados, que permitirão assegurarmos aos credores que entrarem na operação da concordata da Parmalat prioridade no recebimento, para que se sintam juridicamente confortáveis em contemplar a empresa e ajudar a resgatá-la.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Alpoim da Silva Botelho, representante do Comitê de Fiscalização da Parmalat.

Conforme aprovação desta Comissão, vamos dar seqüência à ordem. Após as perguntas iniciais dos Parlamentares, faremos perguntas ao contador, se necessário for.

S.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. ALPOIM DA SILVA BOTELHO – Bom dia a todos.

O juiz da 42ª Vara Cível de São Paulo nomeou-nos Administradores Judiciais da Parmalat. Basicamente, o respeitável despacho do juiz determinou o monito-

ramento da empresa, isto é, o acompanhamento diário das operações da empresa, mais especificamente de entradas e saídas de numerário, bancos, caixas; o acompanhamento do faturamento da empresa; a realização e transformação em numerário para pagamentos de dívidas da empresa. Enfim, o monitoramento teve início em 20 de janeiro, quando fomos nomeados por medida judicial.

O despacho do eminente juiz também decretou que o exame das contas da Parmalat retroagisse a 90 dias. Evidentemente, diante desse quadro, temos duas frentes de trabalho: uma, o acompanhamento diário dos fatos administrativos da empresa e, outra, o exame retroativo a 90 dias, podendo se estender a período anterior a requerimento do comitê.

Essa medida de acompanhamento das operações da empresa foi requerida por um credor do Banco Sumitomo e acolhida pelo juiz da 42ª Vara Cível, conforme já citei.

O exame dos trabalhos teve início em 20 de janeiro, quando procuramos, em contato com a empresa, cumprir ordem judicial. Na prática, passamos a tomar conhecimento diário dos registros oficiais da empresa, dos extratos bancários, por meio de um membro da comissão permanente da empresa junto ao financeiro. Aliás, fomos muito bem recebidos pela Parmalat, que nos abriu as contas. Essas entradas e saídas de todos os bancos estão sendo acompanhadas e identificadas.

Também tivemos acesso ao sistema financeiro da empresa, que é integrado ao contábil – permitindo maior segurança à transferência dos valores do financeiro para a contabilidade. Seu funcionamento já foi acolhido e entendido pelo comitê, sem solicitação, de modo eficaz.

Evidentemente, demoraram alguns dias para adquirirmos o conhecimento de toda essa mecânica, mas hoje estamos melhor preparados, acompanhamos o dia-a-dia da empresa, e nos resta apenas melhor definição do faturamento, ainda em estudo.

A Parmalat fatura em 20 locais e o acompanhamento do faturamento, também de ordem judicial, já cria um pouco mais de dificuldade na instalação do mecanismo de controle que nos dê segurança. Deve retirar do sistema contábil da empresa essas informações para dar credibilidade ao que for apurado.

Desejo também ressaltar que o Comitê de Fiscalização, sob minha supervisão, foi por mim alertado para que não fornecesse declarações à imprensa sobre a Parmalat. Foram veiculadas notícias sobre o rombo da empresa, etc., mas os valores ainda não foram apurados. Seria irresponsabilidade nossa emitirmos tal afirmação, pois o processo se encontra em período embrionário de apuração. Por isso, reitero que o comitê não se aventurou a fornecer nenhum valor à imprensa a respeito dessa multinacional, que possui 6 mil empregados, fatura milhões de reais, e tem complexos e necessários controles.

São essas as minhas breves palavras – sem entrar em números, que deixo para as eventuais perguntas – sobre a atuação do Comitê de Fiscalização da Parmalat, em obediência à determinação judicial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Carlos Montero, ex-Diretor Financeiro da Parmalat.

S.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. CARLOS MONTERO – Bom-dia a todos.

Inicialmente, vou fazer breve histórico da minha passagem pela Parmalat. De todos os presentes creio ter sido eu o que mais tempo permaneceu na empresa. Fui contratado por ela em junho de 1991, quando ela já havia iniciado o processo de fusões e começou a crescer no País, salvo engano, em 1990, com a aquisição da Laticínios Teixeira, da Alimba e da Via Láctea, que hoje possui fábrica em Jundiaí. Justamente em virtude da necessidade do crescimento que passava naquele momento, assumi a direção financeira da empresa e participei de todo esse processo, iniciado antes da minha entrada, até 1996. Depois foi adquirida a Batavo, em 1998.

Trabalhava na Parmalat operacional, conforme o Sr. Ricardo Gonçalves se referiu, aquela que produzia e vendia ao público consumidor, e, à época, ela fez aproximadamente 30 aquisições no Brasil.

Houve muito trabalho e esforço para administrar essas 30 empresas. Naquele momento, a Parmalat passou também por processos de reestruturação – ultimamente tem-se falado muito de reestruturação da Parmalat – embutidos desde o início do seu crescimento. Cada fase foi diferente da seguinte.

A partir de 1995, a Parmalat começou a fazer algumas aquisições na América do Sul, conduzidas inicialmente pela diretoria do Brasil. No final de 1998, houve nova reestruturação da Parmalat, conduzida pela empresa italiana, pessoalmente pelo Sr. Tanzi. Foi então criada nova estrutura jurídica – não era uma **holding**, mas uma equipe – para coordenar as operações na América do Sul, para acompanhar resultados, orçamentos, definir estratégias, cobrar resultados, fazer o necessário de sinergia entre os países, exportação de produtos e transferência de tecnologia de um país para outro.

Naquele momento, saí da parte operacional da Parmalat no Brasil, fui convidado a compor a equipe que coordenava a América do Sul, mas durou pouco

tempo. No início de 2000, houve a saída do Presidente da Parmalat, o Sr. Gianni Grisendi, e a Itália tomou algumas outras providências, nomeou outro Presidente no Brasil em substituição ao Sr. Grisendi. A estrutura na América do Sul coordenava também o Brasil e foi dividida em 2 seções: outros países e o Brasil. Não me lembro se depois do Sr. Miguel entrou o Sr. Ricardo Gonçalves.

Enfim, fiquei coordenando a Parmalat na América do Sul, todos os outros países, exceto o Brasil, que ficou diretamente subordinado à Itália.

A Parmalat operava em 8 países, fora o Brasil, o que representava à época 40% do total da América do Sul, e o Brasil 60%. Também fiquei responsável pela direção das **holdings** da Parmalat no Brasil.

Meu principal trabalho era coordenar as operações desses países na América do Sul e as **holdings** do Brasil, que demandavam pouco tempo; apesar de grandes volumes de recursos, suas atividades de trabalho eram pequenas.

Em março de 2002, pedi demissão da Parmalat, fiquei 3 meses em processo de transição e acabei saindo em junho de 2002. Estou hoje nesta Comissão à disposição dos senhores para tentar ajudar.

A crise da Parmalat me deixou bastante frustrado, pois trabalhei 11 anos na empresa, exatamente no período em que mais teve sucesso, não no Brasil, mas mundialmente era reconhecida como modelo de excelência. As notícias que recebíamos diariamente eram praticamente boas. Os analistas de todos os bancos internacionais recomendavam compras de ações da Parmalat, porque era uma empresa que estava no caminho certo. No Brasil também, talvez em menor escala. Enfim, era reconhecidamente uma empresa modelo, um **case** de mercado, teve importante crescimento interno, por meio de aquisições.

Esse fato nos surpreendeu muito.

Concordo com o Presidente da Parmalat Ricardo Gonçalves, o que for possível fazer para a empresa continuar a contribuir para o mercado será extremamente positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Antes de passar a palavra ao Deputado João Grandão, que substitui o Deputado Assis Miguel do Couto, Relator da Comissão, vou discutir com os membros da Comissão procedimentos para avançarmos nas perguntas a serem formuladas, já que, além do Relator, há 11 Parlamentares inscritos.

Os 3 expositores foram extremamente concisos e economizaram seu tempo. Com isso, em 26 minutos pudemos ouvi-los.

Assim, solicito aos nobres pares que, assim como as exposições feitas, formulem suas perguntas de forma direta e objetiva para obtermos o máximo de informações. Esta reunião é muito importante para esta Comissão Especial, que, sem dúvida, poderá delinear ou traçar o rumo de todas as nossas ações a partir de agora.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, sugiro fazermos novamente um bloco de 3 Parlamentares e condensarmos as perguntas aos 4 expositores presentes, incluído o contador, para que não se retorne o nível de perguntas. Em seguida, concederíamos tempo para que eles se explicassem e, ao final, poderíamos fazer réplica ou tréplica, caso seja necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Como tem sido rotina nesta Comissão e, em conformidade com a proposta apresentada pelo Deputado Zonta, faremos um bloco de 3 Parlamentares. Depois, os expositores responderão.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, há 11 Deputados inscritos para fazer perguntas. Por isso, sugiro aumentarmos o número de 3 para 5 Deputados em cada bloco. Assim, aproveitaremos melhor o tempo e seremos mais econômicos. Do contrário, vamos demorar muito para concluir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Em discussão a proposta apresentada pelo Deputado Abelardo Lupion de ampliarmos de 3 para 5 Deputados em cada um dos blocos, a fim de agilizar o andamento de nossos trabalhos.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Neste momento, passo a palavra ao Relator **ad hoc,** Deputado João Grandão, para que formule suas perguntas.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, senhores expositores, registro minha responsabilidade de Relator **ad hoc**, em substituição ao Deputado Assis do Couto que se encontra com o Presidente desta Comissão, Deputado Waldemir Moka, colhendo informações sobre a crise da Parmalat na Itália.

Com todo respeito aos expositores, devo admitir que fiquei um pouco surpreso com a rapidez da fala de S.Sas. nesta audiência pública. Talvez estivessem

preocupados em disponibilizar mais tempo para o debate, mas acredito que devam dispor de maior número de informações do que as passadas nos 10 minutos de cada um.

Tenho algumas considerações e sugeriria que cada um fizesse suas anotações para formular perguntas segundo esse contexto.

Em relação à questão da dificuldade legal, segundo o Presidente da Parmalat, Dr. Ricardo Gonçalves, desejo saber o que S.Sa. considera dificuldade legal em relação a determinado personagem da empresa, como, por exemplo, o diretor da empresa que mantinha contato com ele e efetivamente informava sobre a situação dela, principalmente em relação ao fluxo de caixa.

Em relação aos 6 mil e 200 empregados da Parmalat, desejo saber qual o atual passivo trabalhista da empresa e se é possível especificar as suas dívidas fiscais no Brasil.

Quais empresas constituem o Grupo Parmalat Brasil?

Outra pergunta extensiva ao Sr. Carlos Montero, em relação às **holdings** controladas pela Parmalat. Quais foram as atividades específicas dessas **holdings** e até que ponto essas empresas tinham conhecimento da situação enfrentada pela empresa?

Qual o valor total das dívidas, uma vez que sabemos que elas existem, conforme dito pelo próprio representante do Comitê de Fiscalização, que afirmou não ter divulgado nenhum número para a imprensa?

Na minha avaliação, há especulação de alguns setores da imprensa.

Quais as dívidas da Parmalat com os fornecedores de leite e com os bancos? As cooperativas têm mais comprometimento com relação à dívida. Qual o valor estimado do seu patrimônio para termos noção, no que se refere à dívida e ao patrimônio?

Quanto aos fornecedores de leite, qual o atual número? Como eram feitos o cadastro de fornecimento e os registros de entrega? Havia controle de emissão de notas fiscais? Se não obtivermos dessas informações, a Comissão não disporá de dados, no seu processo investigatório, que possam convencer os Parlamentares.

Qual a situação de cada unidade da Parmalat, sob intervenção jurídica, respeitando a questão jurisdicional, uma vez que várias ações foram apresentadas por intermédio da matriz?

Essa pergunta nos remete a refletir sobre as perspectivas de manutenção das operações, uma vez que foi relatado nesta Comissão que o problema é delicado, em termos de fluxo financeiro.

Se os problemas da Parmalat no Brasil decorrem de contaminação da situação na matriz, conforme relatado, por que seu contador afirma que ela seria a principal responsável pela situação da empresa no mundo? A imprensa divulgou que havia no País uma lambança, que o dinheiro ia e vinha, segundo o contador da empresa.

Enquanto administradores, V.Sas., tendo conhecimento da atual situação da empresa, acreditam haver alguma perspectiva de recuperação? Este debate é fundamental até em razão do dinheiro público que pode estar envolvido ou foi solicitado, para ver se é possível alguma flexibilização.

Antecipo meu pedido de desculpas aos expositores, quando disse que suas intervenções foram rápidas. Com certeza, V.Sas. teriam muito mais dados a nos repassar, dispunham de 20 minutos, mas só utilizaram 10 minutos.

Desde já, coloco-me à disposição dos senhores, enquanto Relator **ad hoc**, para quaisquer esclarecimentos.

Eram essas as minhas indagações.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – Sr. Presidente, concordamos que cada bloco de 5 Deputados abrirá espaço para as respostas serem dadas em conjunto. Parece-me que há 11 inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – A lista já ampliou, temos 14 inscritos.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – Como o Relator dispôs de maior tempo, o ideal seria os expositores responderem logo às perguntas, de extrema importância, a base do fundamento desta audiência pública, até para não repeti-las.

Já se foram quase 30 minutos e não dispomos de nenhum valor da Parmalat, nem ativo, nem passivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – A proposta apresentada pelo Deputado Osvaldo Biolchi altera um pouco aquilo que havia sido decidido pela Comissão, mas temos oportunidade de deliberar sobre ela. S.Exa. alega que as perguntas formuladas pelo Relator **ad hoc**, Deputado João Grandão, são fundamentais para os membros da Comissão avançarem na formulação de outras perguntas.

Se houver concordância dos membros da Comissão, poderemos fazer uma concessão ao Relator **ad hoc** para que os expositores respondam a cada uma das perguntas. Afinal, o tempo destinado à formulação delas foi superior à exposição dos convidados. Isso demonstra claramente a complexidade e a extensão da dúvida de todos os Parlamentares e o quanto a exposição foi inconclusiva.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, concordo com o Deputado Osvaldo Biolchi, quando diz serem imprescindíveis os expositores responderem de imediato às perguntas, pois nos pouparia muito tempo.

Também sugiro a V.Exa. que os documentos referentes às respostas sejam encaminhados à Relatoria, pois precisamos ter algum subsídio para continuar nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Acolho o pedido de V.Exa. Não só o Relator como a Secretaria da Mesa solicitarão todos os dados, conforme formulação do Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Entendo ser oportuno V.Exa. esclarecer aos expositores a responsabilidade, o alcance e o que poderá advir desta Comissão, para que no futuro não haja qualquer dúvida quanto às atitudes ou às medidas tomadas pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD – Sr. Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, já que a palavra será repassada aos expositores, apelo para que S.Sas. passem a esta Comissão as informações fundamentais. Se houve elogio no que diz respeito à ocupação de pouco tempo, em contrapartida nada foi dito praticamente. A Parmalat estourou, pediu concordata e o seu diretor financeiro fez aqui um verdadeiro piquenique. Este local não é para fazer piquenique. Esta audiência pública é para tomarmos conhecimentos dos problemas havidos na empresa. Dar declaração à imprensa é outra coisa!

Esta Comissão terá de municiar o Governo de informações para tomar providências. Ou baterá na porta do Tesouro Nacional, do BNDES, para pedir não sei quantos milhões de reais, sob nossa responsabilidade, sem dispor de nenhuma informação? Trata-se de uma nova etapa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Sem dúvida.

Quanto aos esclarecimentos solicitados pelo Deputado Roberto Balestra, não só os expositores foram informados, trata-se de Comissão Especial, instalada no período de convocação extraordinária, com poderes de convidar todos os atuais e ex-diretores que participam da estrutura Parmalat Brasil, se necessário também da Carital Brasil, como os demais órgãos de Governo, ou todos os outros segmentos envolvidos na crise Parmalat.

Essas informações não só serão gravadas como serão fundamentais para análise do Relator e dos membros da Comissão. Se houver necessidade, evoluiremos para uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta Comissão foi constituída para esclarecer, no primeiro momento, o problema do endividamento da Parmalat, que levou à situação de caos os produtores rurais, que estão sem receber há mais de 60 dias, os vários trabalhadores da empresa, que foram demitidos, e a pecuária de leite do nosso País. Ela presta grande desserviço ao País neste momento, quando caminhava para sua auto-suficiência. Certamente, essa crise criou um descrédito e uma desesperança em todo o setor da pecuária leiteira.

Os dados dos expositores são fundamentais para nós. O Deputado Jamil Murad também foi objetivo.

É preciso os expositores não tergiversarem nas perguntas, mas apresentarem dados buscando objetividade nas respostas, para que o Relator possa concluir seu trabalho.

O SR. DEPUTADO ZARATTINI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ZARATTINI – Sr. Presidente, desejo saber se seria possível o Relator **ad hoc**, o Deputado João Grandão, aditar mais 1 item em suas várias perguntas, principalmente a que se refere a passivo previdenciário e eventuais dívidas creditícias e impostos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Deputado Zarattini, vamos seguir o acordado pela Comissão, ou seja, os expositores vão responder às perguntas formuladas pelo Relator. Em seguida, faremos questionamentos em bloco, e V.Exa. terá oportunidade de expor sua dúvida.

O SR. DEPUTADO ZARATTINI – Sr. Presidente, não vou fazer nenhuma exposição, pergunto apenas ao Relator **ad hoc**, Deputado João Grandão, se concorda em aditar às suas várias perguntas se existiriam eventuais contas de remessas para o exterior da conta CC-5 do Grupo Parmalat e de suas **holdings**.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – O Deputado João Grandão, Relator **ad hoc**, acata

a sugestão apresentada por V.Exa.. Sua observação está incluída nas perguntas formuladas.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Gonçalves para responder às perguntas.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Sr. Presidente, antes de responder às perguntas, desejo esclarecer a esta Comissão que, quando ingressei, em novembro de 2001, o diretor financeiro da companhia Parmalat não era o Sr. Carlos Montero. Logo, ele não tem de prestar contas à administração a partir do momento em que assumi como Presidente da companhia. O diretor financeiro da companhia era o Sr. Andrea Ventura, com quem trabalho até hoje na empresa.

Vou responder agora a cada um dos quesitos. Se por acaso não for preciso, por favor, V.Exa. me interrompa que esclarecerei com todo o gosto.

O Sr. Enrico Bondi foi designado pela legislação italiana administrador de emergência de uma companhia cujo volume de dívidas era desconhecido no momento em que foi nomeado. Ele tem prazo legal para estimar o volume dessa dívida da empresa na Itália e foi declarado o administrador de emergência do Grupo Parmalat na Itália. Com essa capacidade, ele tem de responder a certas exigências legais ligadas ao Governo italiano e aos Ministérios Públicos italianos que o nomearam, suas dificuldades legais, não as brasileiras, mas as italianas, que lhe dificultaram justificar frente ao Governo italiano alguma remessa de fundos para o Brasil. Isso sempre lhe criou certa dificuldade para apoiar o Brasil com dinheiro fresco vindo do exterior, muito embora estivesse disposto a dar esse apoio.

Não sei se a explicação ficou clara.

Em relação ao passivo trabalhista, a companhia tem mantido todos os seus salários em dia. Obviamente, temos algumas provisões e alguns depósitos judiciais que fazem parte do dia-a-dia da operação de uma organização.

Temos 22 milhões de reais aprovisionados na área trabalhista e 7 milhões de reais na área fiscal. Há 4 milhões de reais de depósitos judiciais na área trabalhista e 2 milhões de reais na fiscal. Porém, repito, tanto a parte fiscal quanto a trabalhista estão dentro da normalidade da operação. Não há nada que não seja normal e corriqueiro de uma sociedade que exerce sua atividade normal.

Em relação à pergunta do Relator sobre a **holding**, não considero apropriada respondê-la, uma vez que não tenho conhecimento das suas operações nem responsabilidade sobre elas. Não tenho condições de qualificá-la. V.Exa. deve dirigir-se aos administradores, que são os responsáveis. Minha responsabilidade é pela Parmalat Brasil S.A.

Quanto ao valor total da dívida, que pode ser colocado no nosso balanço patrimonial provisório, fechado em 31 de dezembro de 2003, ainda não foi declarada a Comissão de Valores Mobiliários. Porém, acredito que a Comissão me autoriza a fazer. Temos tanto os balanços que foram auditados pela Comissão de Valores assim como balanço aprovisionado. Nossa dívida de financiamentos, fechada no balanço de 31 de dezembro, é de 298 milhões e 200 mil reais. Claro que há centavos, mas não vou mencionar. Só estou fornecendo a ordem de grandeza.

Nossa dívida de financiamento exigível a longo prazo é de aproximadamente 155 milhões e 900 mil reais. Isso corresponde à área de financiamento.

Além disso, temos dívidas com fornecedores que, neste momento, chegam a 153 milhões e 100 mil reais. Essa é a composição do valor total da dívida extraído do balanço de dezembro. Porém, desejo sensibilizar V.Exas. no sentido de que, na verdade, a forma emergencial, conforme descrevi, como ingressamos no mês de janeiro, naturalmente evoluiu de forma bastante acelerada, pois estávamos em situação pré-concordatária e não estávamos procedendo a pagamentos normais de uma atividade.

Nesse balanço, os senhores podem ver o reflexo parcial da problemática que começou por volta do dia 5 a 10 de dezembro. Mas não estão aqui presentes os impactos que vieram contra nós no mês de janeiro, sejam provenientes de retenção de fundos de bancos, seja porque simplesmente a Parmalat não dispunha de fundos suficientes para pagar seus fornecedores e outros produtores.

Com relação ao patrimônio líquido da companhia, fechado no dia 31 de dezembro, são 505 milhões e 507 mil reais.

Temos aproximadamente 11 mil fornecedores de leite no País, que podem ser divididos em duas grandes categorias para efeito de simplificação da nossa discussão. Trabalhamos diretamente com produtores, assim como compramos leite de cooperativas, que aglutinam uma série de produtores de pequeno porte.

Portanto, esse é o volume do número de produtores. Isso não significa necessariamente o número de contatos em termos de produção de leite, uma vez que podemos ter cooperativas que aglutinam leite de distritos produtores e fazem a entrega diretamente nas nossas fábricas.

Sobre o registro de entrega, nossa preocupação na Parmalat não é só em registrar contabilmente a entrega para fazermos frente à movimentação de fundos da organização, mas também a fundamental qualidade do leite entregue.

Existem certos parâmetros de qualidade que são estabelecidos. Somos obrigados, portanto, por conta dessa variação, a controlar esse leite de cada fornecedor para termos condições de identificar um ou outro problema existente nessas operações do dia-a-dia.

Vamos a esse produtor corrigir o problema que eventualmente possa estar ocorrendo, não necessariamente um problema provocado por ele, mas problemas de temperatura, de manuseio do produto e alguns indicadores de contaminação de produtos conhecidos no mercado. É assim que registramos.

Temos um registro diário de cada entrada de leite. Se for uma cooperativa, naturalmente há uma nota fiscal de entrada de leite; se for um produtor, registramos sua entrada para controlar a qualidade do leite.

Sobre a operação de cada unidade, apesar de minha sucinta explanação inicial, procurei deixar claro que a situação evolui cotidianamente de forma dramática.

Quando digo aos senhores que determinada instalação está nessa ou naquela condição, é uma situação que se contempla naquele momento. Se estamos fazendo uma administração precária de fundos, estamos frente a uma situação em que não necessariamente temos condições de prover todas as matérias-primas necessárias em nossas fábricas.

Portanto, vou dar aos senhores a posição de nossas fábricas ontem. Em Carazinho e em Garanhuns, na fábrica de biscoitos, estávamos trabalhando de forma precária; em Jundiaí, funcionavam somente duas linhas, e a fábrica de sucos está parada; em Santa Helena de Goiás, estávamos sem operação; em Itaperuna, tivemos de parar por falta de óleo combustível; em Araçatuba, a fábrica dos produtos Etti parou; em Ouro Preto do Oeste, a fábrica estava parada. Esse o funcionamento das nossas instalações, por falta de matéria-prima.

A perspectiva de manter as operações tem sido constante. Estivemos visitando membros do Governo e de instituições creditícias com as quais temos contato, exatamente essas que refletem no balanço dessas dívidas. Estamos insistindo em manter um fluxo de fundos novos na organização, a fim de garantir a operação. Para tanto, elaboramos proposta de medida provisória.

Como sabem os senhores, a Lei de Falências e Concordatas agrega passivos e ativos de empresas, o que nos impede de tratar nossos ativos de forma operacionalmente viável, que nos permita oxigenar uma organização carente de recursos para que ela possa, então, fazer frente às operações. Acreditamos possível manter as operações sempre que se dispuser de fundos para operá-los.

Na condição de administrador responsável pela companhia, durante os últimos 2 meses, estive constantemente buscando fundos. Insisti tanto com a Itália, apesar de todas as suas limitações legais, quanto com as instituições financeiras. Até agora, porém, não buscamos ajuda financeira do Estado. A ele pleiteamos a edição de medida provisória que nos permita, com os nossos próprios ativos, financiar a nossa operação. Nunca propusemos nada além disso.

Com relação ao comentário sobre a contaminação da matriz, o contador da empresa, Sr. Gianfranco Bocchi, em declaração dada à imprensa, disse literalmente que se fosse necessário buscar alguma explicação, ter-se-ia de olhar para o Brasil. No entanto, nossa contabilidade é totalmente transparente, nosso procedimento na Parmalat Brasil S.A. também. Os balanços estão publicados e auditados – a Comissão os vem estudando. Portanto, não tenho outra explicação senão esta: Sr. Deputado, não faço a menor idéia sobre a que esse Sr. Bocchi se referiu. Não tenho, neste momento, nenhuma informação que me possa levar a dizer aos senhores outra coisa senão que simplesmente desconheço o motivo por que ele falou isso.

Quanto à pergunta relativa à remessa de recursos via CC-5 para o exterior, ocupei-me em buscar no Banco Central certificado que declarasse se a Parmalat Brasil S.A. havia feito remessas nos últimos 4 anos, o que inclui período anterior à minha gestão. O certificado apresentado pelo Banco Central afirma que a Parmalat Brasil S.A., empresa da qual sou Presidente, não fez, nos últimos 4 anos, nenhuma remessa de fundos ao exterior.

(Não identificado) – Por que 4 e não 5 anos?

O SR. RICARDO GONÇALVES – Eu não sei. Pedi 4 por pedir.

(Intervenção inaudível.)

O SR. RICARDO GONÇALVES – O senhor me perdoe, mas eu sou o Presidente da companhia desde novembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Por favor, gostaria que V.Sa. concluísse a exposição. O debate entre as partes não é possível.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Além dessas, Deputado, não tenho registrada nenhuma outra pergunta. Se omiti alguma coisa, por favor me diga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Alpoim da Silva Botelho.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Lembro-me que entre suas perguntas, o Relator questionou quais eram as empresas que compunham a **holding**.

(Não identificado) – Ele já se referiu a isso.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Perdão, não ouvi esse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Concedo a palavra ao Sr. Alpoim da Silva Botelho.

O SR. ALPOIM DA SILVA BOTELHO – As perguntas versaram praticamente a respeito do estado da empresa anterior. Acompanho-a desde o dia 20 de janeiro e tenho colhido informações a partir dessa data. De maneira que, pelo curto prazo, não formulei um banco de dados ainda para responder o que foi perguntado, mas a partir do dia 20 terei algumas informações. Com base no balanço, estou à disposição para responder perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Montero.

O SR. CARLOS MONTERO – A respeito das **holdings**, no Brasil são duas: primeiro, a Parmalat Participações, acionista da Parmalat Alimentos. Essa empresa fazia praticamente todas as aquisições no Brasil. Recebia recursos da matriz sob a forma ou de empréstimos intercompanhias ou capital ou empréstimos no mercado financeiro para suportar as aquisições feitas no País. Ela tem função de **holding** realmente. Na minha época, tinha 2 ou 3 funcionários simplesmente. Ela só administrava o passivo originado das aquisições, da necessidade de capital de giro da Parmalat operacional, dos prejuízos que durante um período a Parmalat teve no Brasil. Eu era diretor dessa companhia. Saí de lá em março de 2002.

Portanto, esta é a principal **holding**: a Parmalat Participações do Brasil Ltda.

Segundo, a Carital. Criada no segundo semestre de 1999, essa empresa fez parte de um dos processos de reestruturação.

Como disse inicialmente, a Parmalat cresceu no Brasil a partir de uma série de aquisições. Posso citar algumas: Spam Representações, Alimba, Grupo Betânia. Dessas empresas nasceram fábricas localizadas, durante algum tempo, próximo de onde a Parmalat estava. Se se tratava de um centro de distribuição em São Paulo, a Parmalat passava a ter 4%, 5% de distribuição em São Paulo.

Houve o processo de reorganização. A operação dessas empresas foi transferida em grande parte para a Parmalat. Restaram ou empresas sem atividade ou ativos sem produção, isto é, fábricas desativadas. Num certo momento, a Parmalat teve de concentrar tudo, para ganhar escala e produtividade. Todos os ativos improdutivos, todas as empresas desativadas foram transferidas para a Parmalat Administração.

Quase todas as fábricas da Parmalat Alimentos são oriundas de outras aquisições. A de Santa Helena de Goiás, por exemplo, se não me engano, é originária da Laticínios Teixeira. A Carital foi criada justamente para permitir que a Parmalat Alimentos pudesse trabalhar sem ter seus resultados influenciados por uma série de custos, de elementos que atrapalhassem o dia-a-dia da companhia. Para essa companhia, então, foram transferidos ativos e passivos correspondentes. Durante o período em que eu estava lá, a Parmalat suportou todos os passivos dessa companhia. Tudo foi pago dentro dos prazos e condições. Em nenhum momento, até março de 2002, a companhia deixou de honrar qualquer compromisso.

Infelizmente, como disse, tenho poucos números. Saí da empresa há 2 anos – e também é difícil guardar de cabeça números depois de 2 anos. Mas o que posso dizer é que era uma empresa criada com este objetivo: separar todos os ativos não produtivos – e eram muitos.

Não contei a relação que o Sr. Ricardo Gonçalves fez, 7 ou 8 fábricas, mas acredito que a Parmalat tenha comprado 30 empresas no Brasil. Com essas 30 empresas, podemos dizer que foram adquiridas 40 ou 50 fábricas. Inclusive, na época, o leite no Brasil era capitado de maneira muito diferente de como é hoje. Havia muitos pequenos centros de captação de leite. Lembro-me de que eram mais de 200 postos. Portanto, era um ativo muito importante.

A Spam atuava numa área de supermercados para atender produtores, vendendo desde produtos alimentícios até produtos agropecuários. Tudo isso foi transferido para a Carital. E o objetivo da Carital era justamente ir diminuindo seu patrimônio. Desde sua criação, imagino que ligadas à **holding** da Carital havia umas 20 ou 25 empresas – e também esse número não é exato. Quando saí, eram por volta de 8. O que foi feito com essas empresas? Elas foram sendo incorporadas, os ativos foram sendo vendidos, as dívidas foram sendo pagas.

Volto a repetir: até aquele momento, todas as dívidas, todos os contratos da Carital foram honrados, dentro das condições e dos prazos estabelecidos. E a Carital nada mais era do que um pedaço da Parmalat, que havia sido dividida em duas empresas justamente para facilitar a operação da Parmalat Alimentos, para que não ficasse uma mesma equipe se preocupando em administrar uma infinidade de ativos ociosos e o principal da companhia, que era a geração de produtos etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Antes de passar a palavra ao Deputado Zonta,

seguindo a ordem de inscrição, pergunto ao Sr. Carlos Montero se não dispõe de números mais concretos relativos à situação da época em que era diretor financeiro da Parmalat. Ou seja, Parmalat Participações e Carital, o que isso representava, naquela época, em termos de endividamento? Pergunto se S.Sa. teria pelo menos esses dados para fornecer aos membros da Comissão para que pudéssemos analisá-los e, então, evoluir nas perguntas.

O SR. CARLOS MONTERO – Sr. Presidente, peço desculpas, mas o que dissesse, em termos de dados, não seria real. Recebi o convite para estar aqui na quarta-feira, no final do dia. Eram umas 7h da noite. Viajei e cheguei ontem a Brasília. Até imaginei que teria condições de citar alguns números, mas, na verdade, eles poderiam estar totalmente errados. Seria um chute. Então, não tenho como mencionar números. O que posso dizer é que o passivo da Parmalat Participações é muito superior ao da Parmalat Administração. Realmente não faço a mínima idéia de qual seja esse número hoje, mas, na minha época, já era um número importante, um número grande. Acho melhor não falar para não errar. Como disse, não tenho condições de citar um número próximo da realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Obrigado.

Dando continuidade, passo a palavra ao Deputado Zonta.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, representantes da Parmalat presentes, gostaria de, se me permitem, aditar que um dos objetivos da Comissão, além de proteger o interesse nacional dos produtores e os empregos, é também procurar contribuir para que a Parmalat continue suas atividades no Brasil ou seja substituída. Nós nos esforçaremos nesse sentido.

Mas vou direto ao ponto – e perdoem-me a franqueza das perguntas. O Sr. Ricardo Gonçalves citou aqui o número de funcionários e disse que o número de produtores diretos, incluídos os que entregam, gira em torno de 11 mil. Pergunto se nesse número estão computados os das cooperativas, porque só em Santa Catarina, Estado que represento, são mais de 15 mil produtores, que, de forma direta ou por intermédio de outras empresas, integram a produção. Em suma, esse é o grande problema social que estamos enfrentando no Brasil em função da crise da Parmalat. Para cada família de produtor, são 2 empregos diretos. Então, pergunto se a empresa tem como fornecer esse total – além dos produtores diretos, também os de cooperativas ou outras empresas.

Insistindo na questão do montante da dívida, V.Sa. disse que, segundo balanço de dezembro, a dívida fechou em torno de 606 milhões, e o patrimônio líquido, em 505 milhões. Informações publicadas na Itália, porém, apontam que a dívida gira em torno de 1 bilhão e 700 milhões de dólares. Essa informação vem da Itália, inclusive da comissão capitaneada pelo nosso Presidente naquele país que teve encontros com o Sr. Enrico Bondi, com o Parlamento e também com o Ministro da Produção italiano. Enfim, segundo informações daqui, o total da dívida gira em torno de 600 milhões, e, de lá, o valor seria 1 bilhão e 700 milhões de dólares. Como se explica isso? Afinal, qual é o compromisso de V.Sa. com a matriz, em relação ao controle financeiro das dívidas e ao controle patrimonial? Precisamos deixar isso bem claro.

Quero também perguntar sobre a remessa de dinheiro nos últimos anos, não só do CC-5, mas de forma geral, do Brasil para a Itália e da Itália para o Brasil. V.Sa. teria esses números, o volume remetido e também o recebido?

Outra questão. Qual o grau de independência de gestão administrativa e financeira da Parmalat Alimentos, administrada por V.Sa., em relação à matriz? Há total independência, autonomia financeira, liberdade de ação, de pagamento, ou V.Sa. recebe, digamos assim, uma determinação lá da Itália?

Pergunto também ao Sr. Ricardo Gonçalves sobre uma suposta transferência patrimonial. O Sr. Enrico Bondi, interventor nomeado, teria informado, ou o Ministro da Produção da Itália, à Comissão que ele, Enrico Bondi, tem autonomia para autorizar a venda de unidades da Parmalat aqui no Brasil. Gostaria de saber se essa informação confere.

Outro ponto diz respeito à concordata. V.Sa. sugeriu a edição de uma medida provisória. Também acredito que isso é importante, até porque parece que os bancos se anteciparam, e hoje estão garantidos, sob todas as formas, seus créditos.

Enquanto isso, os produtores, os trabalhadores podem não ter seus direitos garantidos. Inclusive entendo que não estão computados na dívida os valores referentes à entrega da produção de janeiro. Gostaria de saber sobre isso. Então, se a Parmalat Brasil tem pressa em que a concordata seja determinada, por que pediu 90 dias para entregar os documentos? O que há atrás disso? Afinal, se pede concordata, se quer uma determinação rápida, por que pedir 90 dias para entregar os documentos em juízo?

Pergunto agora ao Sr. Alpoim da Silva Botelho, representante do Comitê de Fiscalização da Parmalat, se essa designação do Comitê é só para proteger o sistema financeiro ou se é para proteger todos os envolvidos no sistema Parmalat. A atuação do Comitê se dá apenas na Parmalat Alimentos ou também

nas duas outras **holdings**? Se possível, gostaria que V.Sa. nos passasse os números levantados até agora. E também gostaria de saber qual é o prazo dado ao Comitê para apresentar o relatório final.

Sendo eu técnico em contabilidade e o Sr. Ivan Zorzo, contador, aí vai uma pergunta de profissional para profissional. Sabemos que a contabilidade tem de espelhar a empresa – e tem que ser assim. Esperamos que a regra não seja aquela segundo a qual 2 mais 2 são 4 ou quanto o patrão quiser. Então, se o balanço é real, transparente, por que a surpresa com a nova realidade? E o balanço feito aqui? É acoplado ao da matriz? É descentralizado nas suas unidades? Enfim, como são feitos o balanço e o controle financeiro? Se é por unidade, se é centralizado, que relação tem com a contabilidade da matriz, na Itália?

Ao Sr. Carlos Montero, reforço a indagação: afinal, a Carital e a Parmalat Participações podem ser responsabilizadas pelo grande volume da dívida? Onde entra o futebol, nesse aspecto do patrocínio? Gostaria de saber se V.Sa. possui dados sobre o volume das aquisições feitas no Brasil e de onde emanaram as determinações para tais compras.

Por último, o contador, lá da Itália, mencionou o nome de V.Sa. como sendo um dos informadores de que no Brasil teria acontecido o grande desvirtuamento. Qual sua relação nisso?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Obrigado, Deputado Zonta.

Antes de passar a palavra ao segundo inscrito, peço que cada Parlamentar faça sua exposição e formulação de perguntas num prazo de 3 minutos. Dado o avançado da hora – são 11h57min –, precisamos realmente desse esforço.

Passo a palavra ao Deputado Osvaldo Biolchi.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, Srs. Deputados, imprensa, demais presentes, as questões que quero levantar são mais jurídicas. Vejo aqui na lista dos advogados contratados pela Parmalat o nome do Prof. Thomas Felsberg, aqui presente, e o do Dr. Carlos Miguel Aidar. Os dois, aliás, assinaram a petição. Então, Sr. Presidente, com sua permissão e dos demais Parlamentares, quero dirigir minhas perguntas ao Dr. Thomas Felsberg.

Por exemplo, por que essa petição, tão curtinha, que não diz nada com nada, foi o requerimento da concordata? São perguntas jurídicas que não estão embasadas nem na nossa legislação. Por isso, peço permissão aos Srs. Parlamentares para ouvir esses dois, ao menos o Dr. Thomas Felsberg, que conheço há tempos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Pelo Regimento Interno, nobre Parlamentar, eles poderão falar por intermédio dos representantes que estão à mesa.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – Obrigado.

Diante disso, quero perguntar ao Presidente, ao contador ou a quem souber – talvez ao representante da Justiça brasileira – por que essa petição tão simplória, que não diz nada com nada, só veio atrapalhar a Parmalat? Não sei se V.Sa. concorda, Dr. Ricardo Gonçalves, mas depois de feita e apresentada essa petição, semana passada – o pedido de concordata –, por meio dos advogados da Parmalat, a empresa vem caindo. Mais uma semana, e ela vai fechar, se não houver a edição de uma medida provisória mais séria. Por quê? Aqui não se requer nada. Poderiam ao menos apresentar o passivo e o ativo, mas não dizem nada. Nessa página constam 104 advogados. Nessa outra, deve haver umas 15, 20 linhas. Valor da causa: 10 mil reais.

Sou um homem muito sincero.

O Dr. Thomas Felsberg está aqui presente. Não sei se ele leu ou se é de sua autoria essa petição desastrosa, que veio causar danos. Se o juiz quisesse, com base nela, poderia decretar a falência da empresa.

Estou preocupado com a Parmalat Brasil em Carazinho, cidade de onde sou oriundo. Produzíamos quase 1 milhão de litros por dia – tomara que tenha aumentado. Nos últimos 2 meses, quase que semanalmente, eu ia à imprensa pedir para, por favor, continuarem com o fornecimento, porque – o Dr. Thomas Felsberg sabe – são credores que, privilegiados pelo art. 147, não entram na concordata.

Tenho recebido vários telefonemas, não digo de ameaças, mas de observações justas e procedentes de alguns amigos meus, fretistas. Eu gostaria que o senhor dissesse, se possível, quanto as empresas da região têm a receber. O senhor ou o contador da Parmalat. No mínimo, 8 a 9 milhões de reais, segundo é do meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Peço ao nobre Parlamentar que conclua.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – Vou concluir.

V.Sa. disse quando foi contratado. Conheço seu currículo, seu passado, seus antecedentes e sua grande capacidade. Acredito na sua afirmação, como acredito na de seu colega, Dr. Afonso Champi, com quem eu mantinha contato por telefone, de que a Parmalat da Itália iria ajudar o Brasil, iria fazer a remessa. Mas V.Sa. não disse se veio e quanto veio, como não disse se houve remessa do Brasil, segundo diz a imprensa, das

holdings. A Batavo, por exemplo, faz parte da Parmalat. Quanto deve a Batavo? Qual a sua situação?

A Parmalat não está em regime de concordata coisa nenhuma. Poderiam requerer, no mínimo, a suspensão das atuais e futuras execuções, mas só souberam requerer prazo de 90 dias.

Desculpem-me a crítica. Sou advogado também e sei que deve doer na carne ouvir essas afirmações. Aliás, fiz algumas considerações a respeito dessa contratação e voltarei a falar, porém por maior tempo.

Quanto a esse pedido, repito: ele só veio prejudicar a empresa. Telefonei para o Dr. Afonso Champi a fim de saber o que tinha acontecido, porque não se falava em concordata.

Sempre, na qualidade de Parlamentar – não de advogado, apesar de eu poder advogar –, coloquei-me à disposição da Parmalat Brasil, porque sei o quanto essa empresa cresceu e sei que o País precisa de impostos e especialmente de ocupar sua mão-de-obra.

Dito isso, Sr. Presidente, encerro, antes agradecendo o tempo a mim concedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Deputado Enio Tatico, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, Sr. Ricardo Gonçalves, Sr. Alpoim da Silva Botelho, Sr. Ivan Zorzo, Sr. Relator, Deputado João Grandão, Sr. Carlos Montero, senhoras e senhores, serei bem franco.

O Sr. Carlos Montero disse que não quer falar em números. É muito difícil fazer perguntas sem que haja números, até porque isso não aconteceu do dia para a noite. Mesmo assim, se o senhor estava na empresa até 2002, vou fazer-lhe uma pergunta.

Disseram que a Parmalat deu prejuízo de 212 milhões de dólares na América do Sul e lucro de 44 milhões de dólares na Europa e no restante do mundo. Informaram também que o passivo da empresa no Brasil é de 1,8 bilhão de dólares. Pergunto qual é o ativo no Brasil, se procedem esse ativo de 505 milhões de dólares e esse passivo de 606 milhões de dólares, patrimônio líquido. Se a participação da Parmalat na **holding** era só de 160 milhões de dólares, esse dado não confere, contabilmente.

Serei mais claro, porque esses números devem ser esclarecidos.

Dirijo-me agora ao Presidente da Parmalat. Há notícia (fonte: Rede Globo, **Jornal Nacional***)* de que houve um desvio de 1,4 bilhão de dólares para o exterior, para as Ilhas Cayman; de que o Brasil seria um braço para a lavagem de dinheiro, em função de, na Itália, as leis serem diferentes, e de que se abriu essa filial com a intenção de lavar dinheiro – se esse dinheiro realmente foi para as Ilhas Cayman, com certeza.

Outra pergunta. Quando essa empresa foi auditada e se vislumbrou que ela era viável para o mercado financeiro, o senhor já era seu Presidente ou já tinha deixado o cargo?

São essas as minhas perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Deputado José Pimentel, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, começo registrando que, quando o Banco Nacional entrou em dificuldades, os administradores diziam que seus balanços eram transparentes. Quando aprofundamos a investigação, por meio da CPI, chegamos à conclusão de que o balanço tinha sido fraudado de 1987 a 1995, quando houve a intervenção do Banco Central.

O que quero dizer com isso? Que, efetivamente, Sr. Presidente, precisaremos da CPI para investigar isso aqui. O discurso que estou ouvindo é o mesmo do Banco Nacional, do BAMERINDUS, do Banco Econômico e outros. A propósito, registro que a CPI do BANESTADO já identificou a remessa de razoável quantidade de recursos por intermédio da CC-5.

É evidente que o Sr. Ricardo Gonçalves, bem assessorado e competente que é, diz que a declaração que ele tem é de um tempo para cá, porque o tempo anterior já sabemos. Já está comprovado, e a isso S.Sa. não precisa se reportar. E, do montante ali registrado, algo em torno de 500 milhões de dólares passou pelo Uruguai – isso também já foi identificado.

O processo de investigação, Sr. Ricardo Gonçalves, está bem adiantado, não está tão simples assim.

V.Sa. diz que o balanço é transparente. Acredito na sua palavra.

Agora volto-me para o Sr. Alpoim da Silva Botelho. O balanço da Parmalat, de setembro de 2003, registra um contrato de mútuo de 188 milhões entre a empresa que o Sr. Ricardo Gonçalves preside e sua controladora, a Parmalat Participações. Pergunto a V.Sa.: a que se refere esse contrato de mútuo, nesse montante que está no balanço de setembro de 2003? Precisamos ter grande preocupação com produtores, fornecedores e trabalhadores.

Nesse aspecto, deveríamos, ao lado das várias ações já implementadas, desenvolver outras que possam proteger os pequenos produtores, as cooperativas e os fornecedores. A empresa nós sabemos onde vai dar. Não vai ser diferente daqueles bancos a que fazia referência, até porque a prática de gestão é muito parecida, não tenho dúvidas disso. Poderíamos desenvolver uma série de ações ao lado de outras com que trabalhamos. Muito se fez nesta Comissão, com

apoio do Parlamento, do Governo e de entidades que querem manter os empregos, proteger os fornecedores, as cooperativas e os produtores.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por exemplo, poderia nos ajudar, juntamente com a CONAB, estabelecendo um sistema de aquisição dessas produções no âmbito da Lei nº 10.696, já aprovada. Não seria preciso um mecanismo legal, mas, sim, resoluções e encaminhamento. Sei que já houve iniciativas nesse sentido, mas acredito que podemos avançar muito. Está se iniciando o ano letivo, e os colégios terão de comprar a merenda escolar. Poderiam os produtores, as cooperativas, os Governos Estaduais e Municipais e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com apoio do MEC, formar um **pool** para lhes permitir a aquisição dessa matéria-prima.

De igual forma, poderíamos, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, adotar todo um procedimento de compra de produção e de abastecimento das populações mais pobres. E, assim como o Programa Bolsa Família, que está sendo estendido para as regiões metropolitanas a partir de janeiro de 2004, ele poderia tornar-se um espaço grande de trabalho.

Com isso, quero dizer que não podemos deixar os fornecedores nem as cooperativas na mão dessa empresa. Ela é inviável tecnicamente, e quem ali colocar dinheiro sabe para onde ele vai. Digo isso porque a empresa oferecia, como parte das garantias, a própria produção. Essa produção desapareceu. E sendo os controladores fiéis depositários da produção, eles se transformaram nos "recebíveis" a que o Dr. Ricardo Gonçalves faz referência. Os "recebíveis" não apareceram, mas existem. Não estão dentro da empresa, mas existem. Por quê? Porque a produção foi vendida.

Então, pergunto ao Sr. Ricardo Gonçalves onde se encontram esses "recebíveis" da produção que foi vendida e que, lamentavelmente, nos registros da empresa ultimamente não aparecem, para que possamos ter um pouco mais de transparência neste diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao último orador do primeiro bloco, Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas Parlamentares e expositores, vou procurar ser bastante sucinto e o mais objetivo possível. Vou-me dispensar de fazer algumas perguntas, porque já foram feitas.

Todos nós sabemos que quem investe quer retorno. Todos que aportam capital em alguma empresa querem o retorno desse capital. Logicamente, quando a Parmalat da Itália investiu no Brasil fez aporte de capital, esperando que esse capital retornasse a sua origem em determinado prazo, que não sei dimensionar, porque não conheço as origens da empresa no País. Posteriormente ao início da atividades, a empresa conseguiu crescer – logicamente, quando veio para cá, encontrou terra fértil e possibilidade de crescimento.

Vou dirigir minha pergunta ao Dr. Ricardo Gonçalves, se é que ele poderá me responder. Não podendo, solicitarei ao Sr. Alpoim da Silva Botelho que o faça, se tiver alcançado essas informações.

De acordo com o levantamento que está sendo feito pela área de contabilidade, a Parmalat fez um primeiro aporte e começou um processo de compra de outras empresas para posteriormente formar a **holding**. Nesse período, ela deve ter obtido lucro e, como disse o Dr. Carlos Montero, também dado prejuízo. Quero saber se essas compras contemplam algum lucro auferido pela empresa; ou se esse lucro, por acaso existente, em determinado período, foi remetido à matriz; ou se todas as aquisições foram compras e estão sendo pagas com recursos do movimento diário – de entrada e saída de mercadorias, como, às vezes, vemos. Por quê? Porque ela compra matéria-prima com determinado prazo para pagamento e acaba formando capital de giro com a matéria-prima do produtor.

Seguindo essa ótica, quero saber se a empresa aportou capital do produtor para a aquisição de alguma empresa; se isso está claro no balanço ou se a empresa usa de outros artifícios para fazer essas compras.

Quero ainda saber se existe apenas capital italiano nos investimentos feitos no Brasil ou recursos brasileiros conseqüentes de algum lucro na empresa ou apenas do capital conseguido no prazo da aquisição das matérias-primas. Se isso aconteceu e o quanto representa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Ricardo Gonçalves. Em seguida, ouviremos o Sr. Alpoim da Silva Botelho, o Sr. Ivan Zorzo e o Sr. Carlos Montero.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, apenas uma intervenção, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Pois não. Tem V.Exa. a palavra, nobre Deputado Enio Tatico.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Quero informar que apenas uma empresa deve 130 mil reais para a Parmalat. Então, os recebíveis existem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Mais uma vez peço silêncio ao Plenário para podermos ouvir os expositores.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Gonçalves.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Sr. Presidente, primeiramente vou endereçar a resposta ao Deputado Zonta. S.Exa. me perguntou a respeito dos produtores

diretos. Os 11 mil produtores são os registrados conosco. Ou seja, V.Exa. tem razão. Existem produtores que vendem em algumas cooperativas, as quais não identificamos. Essas entregas são feitas diretamente a nossa fábrica, e avaliamos a qualidade do leite no momento em que está sendo entregue no caminhão-tanque.

Em relação à segunda pergunta, devo dizer que a dívida da Parmalat com as instituições financeiras, sejam locais ou internacionais, registrada no balanço é de aproximadamente 160 milhões de dólares. Simplesmente traduzi em dólares para facilitar o trânsito entre o valor mencionado por V.Exa e o que a Parmalat Brasil S.A. tem registrado. A diferença, Deputado Zonta, e não posso especificar o valor, está registrada em outra sociedade que não a Parmalat Brasil S.A., pela qual sou responsável.

Respondo de forma muito especial a respeito da relação da matriz, por uma razão muito simples: até o princípio de dezembro de 2003, eu me reportava ao Sr. Calisto Tanzi, na Itália, pessoa que nos visitava periodicamente, fazia reuniões com nossa diretoria para determinar a política de restruturação da empresa. Digamos que o cordão umbilical da relação administrativa com a matriz se rompeu com a situação inesperada que todos conhecemos. Hoje, quando tenho de discutir sobre questões relativas a Parmalat Brasil S.A., reporto-me ao Sr. Enrico Bondi.

V.Exa. perguntou sobre as remessas da Itália para o Brasil ou o inverso. Para responder, terei de me reportar à minha primeira explanação.

A Parmalat Brasil S.A. necessitava de recursos provindos da Itália e os utilizava mensalmente. Tais recursos entravam no País por intermédio das companhias **holdings**, mas, na prática, havia um fluxo positivo de fundos na contabilidade da Parmalat Brasil S. A. Em momento algum, foi feita remessa de fundos para empresa deficitária. Portanto, não havia fluxo ao contrário.

V.Exa. perguntou ainda sobre o grau de independência da gestão da Parmalat Brasil S.A. com relação a matriz. É lógico que tínhamos a responsabilidade de levar adiante a empresa. É lógico que sobre suas linhas mestras de conduta, tais como orçamento, política de investimento ou outro problema mais sério com a organização, discutíamos o Sr. Calisto Tanzi. Depois, passamos a discutir com o Sr. Enrico Bondi. Não há qualquer propósito de discutirmos políticas de investimentos, estamos discutindo uma crise financeira.

Sobre a transferência patrimonial, o Sr. Bondi já nos deu a sua aprovação verbal – falta apenas a escrita – para reunirmos as partes interessadas na compra da Parmalat Brasil S.A. Mas, na verdade, a negociação não depende somente de uma autorização do Sr. Bondi, e, sim, de todos os credores, que têm de estar de acordo com o procedimento. Portanto, é necessário que todos os envolvidos participem da negociação. E isso não é impossível. Creio que podemos proceder a uma transferência patrimonial. Tanto é assim que o Sr. Bondi aprova a idéia. Ainda esta semana conversamos com S.Sa. a respeito do assunto.

A respeito da concordata, devo dizer que seguimos os procedimentos formulados pelos conselheiros jurídicos e procedemos ao que estava previsto em lei.

Creio ter respondido não só a pergunta de V.Exa., mas também a do Deputado Osvaldo Biolchi.

O Deputado Biolchi perguntou sobre os produtores e fretistas. Na verdade, estamos tão sensíveis aos problemas dos produtores quanto aos dos fretistas. O problema não é só deles, mas de sobrevivência de uma unidade operacional chamada Parmalat Brasil S.A., que está numa situação de fluxo de caixa que a impede de fazer frente a suas despesas.

V.Exa. perguntou também a respeito da Batavo. A Parmalat Brasil S.A., com 51% de participação acionária, detém o controle dessa importante e tradicional empresa do setor de laticínios. Hoje em dia, ela possui estrutura operacional distinta.

O Deputado Tatico indagou sobre notícias veiculadas pela Rede Globo. Desconheço a proveniência dessa notícia de 1,4 bilhões de dólares, por uma razão muito simples: a companhia não conseguiria fazer frente a esse montante mencionado por V.Exa., nem mesmo mandando todo o seu faturamento de um ano. Como disse, buscamos no Banco Central um certificado dizendo que a empresa não fez nenhuma remessa. Desconheço o que V.Exa. diz a respeito das Ilhas Cayman. Nunca discuti no Grupo Parmalat a respeito desse assunto e desconheço sua veiculação na empresa.

V.Exa. me perguntou se deixei o cargo de Presidente da Parmalat. Não. E aqui estou em função do cargo que ocupo.

O Deputado José Pimentel me perguntou a respeito de recebíveis vendidos e não registrados. Todas as operações estão registradas na contabilidade da Parmalat. Para ir mais além e certificá-lo de que isso é verdadeiro – e devo dizer que o fundo de recebíveis da companhia foi constituído por entidades financeiras independentes e chegou a 130 milhões de reais, valor correspondente a aproximadamente 1 mês de venda –, quando foi decidido esgotar esse fundo, as cotas foram vendidas à sua totalidade. Portanto, a companhia não só afirma que não houve recebíveis, como o fundo de recebíveis comprova esse fato. Temos feito algumas transações, usando recebíveis como desconto, para poder manter a operação da empresa, e esses fundos não têm demonstrado nenhuma dificuldade em ser liqüidados. A companhia não fez nenhuma venda

de produto que não exista ou algum recebível que não tenha sido registrado na sua contabilidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – V.Sa. citou o faturamento anual da Parmalat?

O SR. RICARDO GONÇALVES – A receita bruta de vendas, no balancete encerrado no dia 31 de dezembro, alcançou 1 bilhão, 553 milhões, 845 mil reais. Esse balancete não está consolidado com as vendas da Batavo, que somariam aproximadamente 500 milhões de reais. Portanto, 2 bilhões de reais de faturamento da empresa em receita bruta.

O Deputado Roberto Balestra perguntou a respeito de retorno sobre investimento. Antes, quero me reportar à minha primeira explanação, para depois explicar a V.Exa., com mais detalhe, a respeito do assunto.

Em novembro de 2001, ingressei na Parmalat na qualidade de administrador profissional com a missão explícita de resgatar a empresa, Sr. Deputado. O que fizemos durante dois anos? A empresa possuía cerca de 17 fábricas espalhadas pelo País afora, sem nenhuma unidade operacional, sem nenhuma integração. Durante estes 2 últimos anos, ocupamo-nos exatamente em dar lógica operacional e estrutura de custos que nos permitissem ser competitivos no mercado. Por certo, formos assolados pela crise econômica do ano de 2003, porém a nossa trajetória – se V.Exa. buscar nos dados gerenciais disponíveis, vai-se dar conta disso – estava começando a ter resultados positivos, estava partindo para um direcionamento de acordo com o plano que havíamos apresentado ao Sr. Tanzi, naquele momento.

Para dar uma idéia da nossa restruturação, Sr. Deputado, na área de refrigerados, possuíamos as fábricas de Natal, Jundiaí, Porto Alegre, Manhuaçu e Carambeí, que se ocupavam simplesmente da produção de produtos refrigerados, e fazia com que a complexidade operacional fosse extremamente grande. Tivemos de fazer verdadeiras reorganizações. Centralizamos em Carambeí absolutamente toda a produção de produtos refrigerados, com alocação e mobilização de equipamentos, que nos custou muito dinheiro em investimento. Eles estão lá operando, e hoje em dia é uma operação muito mais racional. Só que movimentar equipamento e fazer toda essa mudança requer tempo, não é algo que se faz da noite para o dia. Entramos nesse processo e inclusive fizemos vendas de fábricas que não nos interessavam como operação, como o caso das fábricas de Jaraguá do Sul e Cerqueira César e a Neugbauer, que produzia chocolates. Preocupamo-nos em fazer essa venda para entidades que pudessem dar continuidade ao trabalho, cuja atividade não era de nosso interesse. Deveriam manter os trabalhos e a continuidade das operações nesses locais.

Portanto, V.Exa. tem razão quanto a essa área de retorno de investimentos. Estamos buscando esse retorno e essas estruturações em centros de distribuição. Tínhamos 12 centros, hoje dispomos de apenas 5. Terminamos de inaugurar a centralização da nossa produção em Garanhuns. Todos esses movimentos que fizemos tiveram o propósito de reestruturar a empresa e permitir que ela fosse competitiva, coisa que não era o caso no momento em que cheguei à Parmalat.

V.Exa. fez algumas perguntas sobre o período de aquisição e sobre o uso desse capital. Infelizmente, não posso responder a essa pergunta porque todas as aquisições feitas pela Parmalat foram anteriores a minha gestão. Participei apenas de duas. A primeira foi a da Fleschmann Royal. Compramos 3 unidades mais a marca Glória, a unidade de Itaperuna, a de Cerqueira César e a de Jaraguá do Sul, que terminei de descrever. O dinheiro utilizado para a aquisição foi proveniente de investimento dos acionistas da Itália.

A segunda aquisição, que depois foi desfeita, mas que saiu na imprensa, e é importante que V.Exa. tenha conhecimento, diz respeito à fábrica de Rio Verde, que havíamos adquirido do Grupo Unilever. Fizemos uma aquisição aprovada pelo Sr. Tanzi, com o dinheiro que viria de recursos naturalmente das injeções, não estamos falando em importâncias enormes na aquisição e, em momento algum, comprometeu-se capital de giro ou valores destinados a outros fornecedores para fazermos essas aquisições.

Afirmo ainda que, durante os 2 anos em que estou trabalhando na Parmalat, à exceção deste período crítico que estamos vivendo, estivemos com nossas obrigações em dia, pagamos aos nossos fornecedores e aos produtores de leite da forma como devíamos. Basta consultar nossa contabilidade para comprovar.

Creio ter respondido todas as perguntas formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Alpoim da Silva Botelho.

O SR. ALPOIM DA SILVA BOTELHO – O Deputado perguntou qual a extensão dos trabalhos da comissão, se ela protege apenas o banco que requereu a medida ou todos os credores. A medida foi proposta pelo Banco Sumitomo mas evidentemente que a sua aplicação, na prática, se estende a todos os credores, porque ela visa ao acompanhamento do estado patrimonial da empresa, de todo o numerário, como eu já disse, de entradas e saídas, faturamento, inclusive do patrimônio físico, o ativo imobilizado que só poderia ser vendido com uma apreciação do comitê, isso para salvaguardar, então, os credores.

Talvez a comissão não tenha a intenção de bloquear as atividades operacionais da empresa no que

toca à venda de bens imóveis. Se a venda de algum bem imóvel não utilizado nas atividades da empresa for interessante para capital de giro ou para pagamento de dívidas urgentes, é evidente que, sendo analisada, não haveria nenhum impedimento, apesar do fato de que agora há a concordata que dá outra conotação, mas baseio-me apenas na medida judicial do dia 20 para responder à pergunta.

V.Exa. perguntou ainda se a medida judicial é só na Parmalat Industrial ou se alcança também outras empresas do grupo. Não, a medida é só na Parmalat Industrial, e eu não poderia adentrar nas outras empresas para examinar as contas.

No tocante a números, sinto que há dúvidas. Como já foi dito aqui, o balanço de 31 de dezembro ainda não está encerrado. Então, os números eventualmente podem sofrer alguns ajustes. Entretanto, eu poderia dizer, com a concordância ou não do contador, que estão bem próximos da realidade.

Por achar relevante, quero aproveitar para falar sobre os números constantes do balanço de 31 de dezembro, dando o seguinte panorama para apreciação dos nobres Deputados. Sob a minha ótica, devo dizer que encontrei a parte administrativa da empresa Parmalat, que me diz respeito, muito bem organizada, com controles eficientes. Tanto que tive condições de apurar os números que aqui estão. Evidentemente, a medida não abrange a parte operacional, tanto de produção como comercial.

Em 31 de dezembro de 2003, sujeito a pequenos ajustes, o ativo circulante da empresa importa em 316 milhões. Estou tirando esses números do balanço da empresa. O passivo circulante importa em 521 milhões. O realizável, a longo prazo, no ativo da empresa, importa em 248 milhões, e o exigível, a longo prazo, no passivo, 307 milhões. Isso possibilita reflexão sobre a empresa, porque, sem querer ditar alguma receita, que não é o caso, o ativo soma 554 milhões e o passivo 828 milhões. Há diferença de 274 milhões entre ativo e passivo, deixando de lado o ativo permanente e o patrimônio líquido, evidentemente, porque não vêm ao caso. Só para citar dado comparativo, ressalto que a empresa fatura em torno de 130 milhões por mês, conforme já foi mencionado.

Ora, a empresa, em termos de fornecedores e empregados, tem poucas dívidas, está em dia. A folha de pagamento de todos os empregados foi paga na segunda-feira, com recursos advindos do capital de giro da empresa no Banco Itaú.

No meu modo de ver, a empresa merece atenção especial em razão dessa pequena diferença. Ela não está num estado decadente, mas vem acumulando prejuízos ao longo dos anos. A administração da empresa poderia fazer um plano de ação e reverter esse quadro. Atrevo-me a dizer, Excelência, que com pouco aporte de capital e com a administração que tem já se recuperaria, porque o seu estado patrimonial não é tão desesperador.

Sinto-me à vontade para citar os números, porque são oficiais.

O nobre Deputado perguntou sobre o prazo que temos para realizar o nosso trabalho. O juiz determinou que entregássemos um plano de administração até o dia 10 de fevereiro, terça-feira, dizendo como vamos proceder na empresa. Estamos elaborando esse plano com base na cultura que adquirimos na empresa. E o prazo para encerramento dos trabalhos, podendo ser prorrogável, desde que requerido e justificado, é de 120 dias.

Portanto, há essas 2 peças a apresentar até o dia 10 de fevereiro.

Há ainda o plano de trabalho a ser exercido dentro da empresa. Porque não faço administração compartilhada; somos uma comissão nomeada pelo Poder Judiciário para acompanhar os fatos administrativos da empresa.

O Deputado me perguntou sobre os desvios de dólares para o exterior. *(Intervenção inaudível)*.

O SR. ALPOIM DA SILVA BOTELHO – São de 1 bilhão e 400 milhões de dólares. A Comissão deve retroagir pela ordem judicial a 90 dias. Como ela entrou em atividade dia 20 de janeiro, vai retroagir 90 dias. São aquelas duas frentes de trabalho: uma, daqui para frente; a outra, retroagindo 90 dias.

Um dos itens desse plano de trabalho retroativo é o exame de valores relevantes e significativos que vamos perquirir nos registros contábeis da empresa – não no balanço nem no balancete. Vamos descer ao registro contábil, individualizado nas partidas da empresa. Esse trabalho de exame dos valores relevantes será feito. Se a comissão encontrar algo que mereça comentário, vamos colocar no relatório a ser entregue ao juiz. Obviamente, devido ao curto prazo, ainda não tivemos condições de examinar.

Perguntou-se sobre o capital vindo da Itália e sua aplicação, se foi para compra de imóveis, enfim, para ativo imobilizado, ou para capital de giro. Vou me reportar ao que já dito anteriormente, fazendo levantamentos retroativos.

Se encontrarmos registrado na empresa ingresso de numerário de valor significativo, vindo não só do exterior, mas mesmo do mercado interno, que obviamente não seja proveniente de vendas, a nossa comissão também investigará esses valores, relatará sua origem e aquilo em que foi aplicado. Peço aguardo, porque,

se houver interesse, vamos entrar com isso nos autos do Juízo da 42ª Vara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Concedo a palavra ao Sr. Ivan Zorzo.

O SR. IVAN ZORZO – Primeiramente, bom dia a todos.

Quero dizer que minha entrada como contador da Parmalat Brasil S.A. data de 1º de julho de 2002.

Com relação às perguntas feitas pelo Deputado Zonta sobre a forma e a confecção do balanço patrimonial da Parmalat Brasil S.A., informo que é feita pela competência. Portanto, todos os registros, conforme sua competência, são registrados. Atualmente a Parmalat Brasil é toda centralizada em São Paulo; existem n filiais. Há um sistema integrado, e, portanto, todas as informações são registradas diariamente e vão para a matriz. Efetuamos nosso balanço mensalmente. É dessa forma que trabalha nossa contabilidade. Há o Departamento de Controladoria na matriz, com sede em São Paulo.

Agora, quanto à relação da Parmalat Brasil S.A. com a da Itália, trimestralmente passamos relatórios gerenciais da forma que nos solicitam. Em poucas palavras, reclassificamos algumas contas, conforme a legislação da Itália. Então, vem tudo preparado; apenas transferimos uma conta daqui para lá – mas o resultado é o mesmo –, para atender as necessidades deles.

Todo o setor financeiro da Parmalat Brasil S.A. é centralizado em São Paulo, tanto a tesouraria como contas a pagar e a receber. As filiais trabalham com pequeno fundo fixo para sua operação diariamente, mas não faz pagamento nem cobrança .

Creio ter respondido a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Carlos Montero.

O SR. CARLOS MONTERO – O Deputado Zonta me perguntou se a Carital ou a Participações atrapalhou a atividade da Parmalat Brasil S.A. no País. Tenho a dizer que a Carital, num primeiro momento, ajudou bastante, porque tirou de dentro da Parmalat Brasil – e este era o objetivo – todas as atividades improdutivas, imóveis etc. Trouxe diversos ativos e passivos. Enquanto estive lá, esses passivos sempre foram pagos pela Parmalat Itália. Em momento algum foram enviados recursos nem da Parmalat Administração nem da Parmalat Brasil S.A. para liquidação desses recursos. Então, a Carital teve vida independente, eliminando os custos dessa reestruturação feita em 1999.

Depois da minha saída, o Sr. Andrea Ventura assumiu minhas funções na Participações, também diretor financeiro da Parmalat Brasil S.A. Hoje não sei quem é o contador da Parmalat Participações, se o Sr. Ivan Zorzo, mas o balanço da empresa é transparente, auditado por uma empresa ligada diretamente à Itália.

Escutei dizerem que a dívida do Brasil seria de 1 bilhão e 800 milhões de dólares. Sr. Presidente, considero importante citar alguns números, mas volto a insistir que não os tenho de cabeça. Lembro que, quando saí, o passivo financeiro da Parmalat Participações girava em torno de 1 bilhão e 300 milhões de reais, valor bastante diferente de 1 bilhão e 800 milhões de dólares. Não sei se isso ocorreu em 2001 ou 2002, mas, se ocorreu em 2002, imagino que tenha mudado muito. Realmente, é um passivo grande, originário do processo de aquisições, do processo de necessidade de capital de giro da Parmalat Brasil S.A. e também dos períodos de prejuízo que aconteceram na empresa.

V.Exas. me perguntaram sobre o patrimônio da Parmalat Brasil S.A., sobre os 505 milhões. Estou fora desde 1999. Seria mais fácil consultar o Ricardo, pois ele possui todos os números.

Deixei de responder a uma pergunta formulada pelo Deputado Zonta a respeito do futebol, tradição da Parmalat. A Parmalat na Itália incentivou o Brasil a fazer algo parecido com o que eles faziam na Itália. A equipe Parma pertence à Parmalat, e a utiliza para fins de **marketing**. Por instrução da Itália, começou-se aqui no Brasil importante trabalho com o Palmeiras, diferente do que tinha sido feito até aquele momento no Brasil, e creio até que em qualquer outro lugar do mundo. Não havia patrocínio mensal, e sim uma parceria. Às vezes, a Parmalat discutia projetos, programas, orçamentos, participava da compra de jogadores, enfim, participava da administração do Palmeiras. Mas, num certo momento, a empresa desistiu de continuar usando o futebol como instrumento de **marketing**. Essa foi uma das atividades que passou a ser controlada pela Carital, empresa incumbida de negociar o rompimento do contrato com o Palmeiras, fato que ocorreu em meados de 2001. Foi feito um acerto final, alguns jogadores foram vendidos. A atividade foi vastamente fiscalizada por todos os órgãos competentes, inclusive o Banco Central.

Já fora do Palmeiras, e durante certo período, a Parmalat patrocinou o Juventude. Foi feito um contrato anual, com valor mensal fixo a ser pago para a utilização do nome na camisa. Não me recordo de a empresa ter participado da venda ou compra de jogadores. Foi simplesmente um patrocínio, também com objetivo de *marketing*. A Parmalat patrocinou ainda o Etti Jundiaí. O projeto teve início antes do rompimento do contrato com o Palmeiras, e antes de a Parmalat desistir de usar o futebol como **marketing**.

No caso do Etti Jundiaí, foi um processo totalmente diferente e novo no Brasil; creio ter sido o primeiro clube-empresa. A Parmalat era acionista da Etti, e, junto com o Palmeiras, o Etti Jundiaí passou a ser controlado pela Carital, a fim de ser desfeito, vendido, devolvido ao antigo proprietário, o que foi feito. Assim que possível, ele voltou ao Paulista de Jundiaí, time original. Mas a Parmalat acabou abandonando o futebol.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Para que fique bem claro, quem operacionalizou o futebol foi a Parmalat industrial, Participações ou a Carital?

O SR. CARLOS MONTERO – A Parmalat Administração, em 1992. Depois, passou para a Carital, com o objetivo de se desfazer da atividade, justamente para tirar da Parmalat Administração essa responsabilidade.

Faltou alguma resposta?

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sim, a respeito do movimento financeiro.

O SR. CARLOS MONTERO – Bem, acho que a minha resposta é igual à do Ricardo, talvez com uma diferença: o grande movimento financeiro, o maior endividamento, o maior passivo financeiro estava dentro da Parmalat Participações. Pelo menos, em 2001, era de 1 bilhão e 300 milhões de reais. E havia todo mês vencimentos, pagamentos, renovações etc. Para mim, 1 bilhão e 300 milhões de reais, um pouco mais ou um pouco menos que isso, é um valor importantíssimo que a Parmalat investiu no Brasil. Não só em investimentos, mas também empréstimos. Que eu me lembre, quando saí, todas essas operações eram negociadas e avalizadas pela Parmalat SpA. Tínhamos pouco relacionamento com o mercado financeiro local, e eu pouco me reunia com representantes de bancos brasileiros. E 90% desses 1 bilhão e 300 milhões eram negociados com os grandes bancos internacionais. Evidentemente, tínhamos contato quase semanalmente com o Tonna, para administrar esse passivo. Realmente, foi enviado muito dinheiro para o Brasil, concentrado na Parmalat Participações.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, S.Sa. deixou de responder a uma pergunta e sugeriu que o Dr. Ivan seria o contador da Parmalat Participações.

O SR. CARLOS MONTERO – Não sugeri. Disse não saber se ele é ou não contador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Quero restabelecer a ordem que determinamos.

Sr. Montero, pergunto: o Sr. Ivan Zorzo é o responsável pela parte contábil, conforme sugestão apresentada pelo Deputado Abelardo Lupion?

E mais: S.Sa. disse que a dívida da Parmalat Participações é de aproximadamente 1 bilhão e 300 milhões de reais. Pergunto: V.Sa. não tem idéia do valor da dívida da Carital Brasil nesse mesmo período, quando esteve participando da **holding**?

O SR. CARLOS MONTERO – Quando saí, o passivo financeiro da Carital Brasil era pequeno. Se não me engano, venceria depois de 2004. Então, acredito que o passivo financeiro da Carital pode ser zero. A empresa deve, sim, à Parmalat Itália, que mandou recursos para liquidar seu passivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Pergunto ao Sr. Ivan Zorzo se S.Sa. é o responsável pela parte contábil da Parmalat Participações.

O SR. IVAN ZORZO – Sim. A partir de 1º de julho de 2002 sou o contador da Parmalat Participações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Obrigado.

Neste momento, seguindo a ordem de inscrição, passo a palavra ao Deputado Anselmo. V.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem a palavra o Deputado Osvaldo Biolchi.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – Lamento muito, mas estou com uma audiência marcada com o Presidente do Banco do Brasil. Valho-me do art. 256, § 5º, sobre a tréplica. Tenho direito à tréplica e gostaria de complementar algumas considerações importantes.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Acredito que a tréplica teria de ser concedida pelo Presidente.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – A tréplica está prevista no art. 256, § 5º do Regimento Interno. Estamos perdendo tempo. Tenho direito líquido e certo, e dele não abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Regimentalmente, concedo a palavra a V.Exa. Peço-lhe que seja breve.

O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI – Obrigado. Quero esclarecer a todos, especialmente à assessoria jurídica presente, que minhas observações hoje são simplesmente na condição de Parlamentar, inclusive as críticas, que considero positivas.

Tomei a liberdade, Sr. Presidente, de sair daqui e falar com o Dr. Botelho, com o Dr. Ivan, e fazer-lhes uma pergunta. Sei que o juiz da 42ª Vara de São Paulo concedeu uma cautelar ao banco japonês. Esse mesmo juiz, que, aliás deu sólidas contribuições para a elaboração da proposta de recuperação da empresa, também constituiu comitê. É estranho, Sr. Presidente, que a assessoria jurídica tenha agravado dessa decisão. Não queria isso, mas o Sr. Alpoim informou que o

Tribunal manteve a decisão. Quer dizer, hoje a Justiça brasileira está vendo as coisas sob outro prisma. E tenho certeza do que vou afirmar, especialmente ao Sr. Ricardo. Os 50 ou 100 milhões – citados nos jornais **Valor Econômico** e **Gazeta Mercantil** –, desculpem-me a expressão, é uma bagatela para os bancos. Ontem recebi um telefonema do Vice-Presidente do Banco do Brasil para me informar a razão por que o banco tomou atitude contra a Parmalat. São recebíveis líquidos certos, previstos na nossa proposta, que eles têm no Tribunal de Contas.

Tenho certeza que o titular da 42ª Vara iria dar despacho dizendo que os novos aportes de recursos financeiros, as compras a prazo previstas no art. 12, da nossa proposta, iriam vingar para a Parmalat também, como outros juízes estão fazendo. Em Fortaleza, a Justiça está adotando esse procedimento. Esse é o trabalho que esta Comissão deveria ter feito.

Vemos a boa vontade do Governo. Entretanto, há certas dificuldades constitucionais, previstas no art. 62, para editar medida provisória sobre prazos e processos civis.

Quero dizer, de público, que contem conosco e com a Comissão. Lamentavelmente, tenho que me ausentar agora. Mas as críticas que fiz não foram na qualidade de advogado, e sim na de Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Deputado Anselmo. *(Pausa.)*

S.Exa. está ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD – Sr. Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, senhores convidados, Sr. Relator, Deputado João Grandão, logicamente, muito do que me preocupava já foi contemplado nas intervenções dos Srs. Deputados que me antecederam e também esclarecido pelos convidados.

A nossa preocupação é como manter a empresa funcionando. O Presidente da Parmalat Brasil S.A. diz que o Sr. Bondi autorizou a venda da empresa. A situação é muito grave. Na audiência anterior, o Sr. Paulo Singer levantava a hipótese de uma cooperativa de produtores e trabalhadores brasileiros assumirem a empresa. A outra possibilidade era a de a concorrente assumir o controle, o que levaria a uma maior concentração do mercado em suas mãos, o que não interessaria para o Brasil.

Temos de investigar o porquê da crise na Parmalat. Depois de praticamente 3 horas de reunião, muitas dúvidas ainda precisam ser esclarecidas. Devemos tomar algumas medidas. O Deputado José Pimentel levantou a hipótese de instalarmos uma CPI para investigar de forma mais incisiva o que aconteceu com a Parmalat. Disseram aqui que mensalmente enviavam dinheiro para o Brasil. Esse é um fato inusitado, porque as filiais é que costumam mandar dinheiro para a matriz. Precisamos investigar por que, ao longo da crise – e parece que ela vem de muito tempo –, só esta filial manda dinheiro daqui para lá. Quer dizer, a empresa está sem dinheiro, já a puseram à venda, está difícil, e V.Sa. diz que, com um pouco de capital, ela pode voltar a funcionar. Mas, segundo informação do presidente, um pouco de capital já não foi injetado pela matriz, ao longo desse tempo todo? A doença é essa mesma? O tratamento é arrumar um pouco de capital? Parece-me que não.

Por que o juiz mandou investigar apenas as contas de até 3 meses passados? V.Sa. entrou no dia 20 de janeiro. Ora, o juiz tem o poder de mandar investigar tudo o que aconteceu com a empresa antes, para saber por que chegou a esse ponto. Por que apenas 3 meses? Parece-me que há problemas anteriores, e temos necessidade de saber como foram criados. Há citação da CPI do BANESTADO, há problemas de remessa de dinheiro para as Ilhas Cayman, há essa história que o Presidente Ricardo Gonçalves levantou, ou seja, que alguém da empresa, na Itália, falou: *"O problema é no Brasil. O ralo é no Brasil."*

O Sr. Carlos Montero, de maneira muito hábil, ficou tantos anos como responsável financeiro, mas sabe pouca coisa a respeito da empresa nessa parte. Pode ser problema de memória curta, porque qualquer ser humano pode não ter grande memória. No entanto, continuar sonegando informações a esta Comissão, é inaceitável! Esse não é um problema pequeno. Tentativas de resolver foram feitas e o problema se agravou. Essa questão me incomoda muito e acho que a audiência tem grande valor.

Vou fazer uma audiência com os membros da Comissão – o Deputado Nelson Marquezelli, que ocupa a Presidência neste instante; o Deputado Mendes Thame, o Deputado Durval Orlato – em São Paulo, na Assembléia Legislativa, na terça-feira, das 9 horas ao meio dia.

Termino esta intervenção, expondo minha preocupação sobre como a Parmalat chegou a esse ponto. Enquanto isso, os responsáveis continuam nos sonegando informações, a nós e aos interessados, de maneira geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) – Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a atenção dos nobres Deputados para algumas lacunas que me parecem bastante graves e que, se não as observarmos, corremos o risco de termos

transformado esta audiência em uma audiência absolutamente improdutiva, que pode passar como uma grande fraude para aqueles que apostam na atuação das Comissões Especiais desta Casa, especialmente com a participação de todas as bancadas.

Desde o início, temos um grave problema. O Sr. Ivan Zorzo que está à Mesa informou ser contador desde 1º de julho de 2002. O Sr. Alpoim da Silva Botelho, nomeado pelo eminente magistrado da 42ª Vara, tem a responsabilidade de ater-se a um retrovisor de 90 dias. O Sr. Ricardo Gonçalves entrou na direção da empresa a partir de 2001, para encetar um plano de recuperação. O Sr. Carlos Montero permaneceu de 1991 a 2002 à frente da diretoria financeira e, pelo que entendemos, tanto da Parmalat industrial – Parmalat Brasil S.A...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Não?! Então, da Parmalat, holding. *(Pausa.)*

Então, parece-me que falta tempo e gente nesta Mesa, pois, do contrário, não precisaríamos montar esse quebra-cabeça. Até porque algumas respostas que nos estão sendo dadas são absolutamente insuficientes; ou, se tentam nos convencer de que as informações disponíveis em toda a imprensa brasileira e mundial não são viáveis, a tentativa é inócua.

Dirijo-me, primeiro, ao Sr. Carlos Montero – já que ele me parecer ser o personagem que, durante mais tempo, esteve à frente dos negócios da Parmalat Participações Ltda. –, pois algumas questões não estão sendo esclarecidas. Em primeiro lugar, se de 1991 a 2002 esteve à frente da diretoria financeira, seria importante que V.Sa. nos revelasse, de fato, se houve ou não a transferência no montante já disponibilizado pelo Banco Central à CPI do BANESTADO que monta, segundo valores publicados, a 1 bilhão 700 milhões, pelas contas CC-5. Estas informações nos revelam que, pelo menos, 580 milhões teriam sido transferidos para uma outra empresa, que não foi citada por nenhum dos membros da Mesa: a Wishaw Trading.

Ao mesmo tempo, não foi informado, a pedido de nenhum dos Deputados, quem é de fato a Parmalat Participações Ltda., quem é a Carital, quem são os sócios, quem são os controladores, quem é a Wishaw Trading que, pelas informações do Banco Central à CPI do BANESTADO, teria recebido a transferência de 580 milhões de reais.

Não podemos convidar as pessoas para que venham aqui e saiam sem que nada, absolutamente nada de concreto seja dito. Isso passa a ser um problema de retrovisor e de memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) – V.Exa. pode fazer as perguntas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – As perguntas vão para o Sr. Carlos Montero.

Que V.Sa. informe a esta Comissão quem são, de fato, os controladores da Parmalat Participações Ltda.; quem são ou quem foram os controladores ou sócios, os que estiveram à frente da Carital; quem eram, quem são, quem foram os sócios ou controladores da Wishaw Trading.

Se V.Sa., na condição de diretor financeiro, confirma a remessa dos valores já informados à CPI do BANESTADO pelo Banco Central, e se também confirma a remessa de 580 milhões de reais à empresa Wishaw Trading.

Que V.Sa. também informe a esta Comissão se são procedentes as informações de que, na compra, por quase uma década, de um conjunto de unidades industriais no Brasil, ágios teriam sido pagos na ordem de até 110 milhões de reais, e que, ao se desfazer de alguns desses ativos, a empresa teria apurado prejuízos, que estão aqui publicados, da ordem de 107 milhões de reais. Mas até agora nem a Parmalat Brasil nem a Parmalat Participações expediu qualquer nota pública contestando ou desmentindo essas informações.

Ao Sr. Ricardo Gonçalves, primeiro, quero ter a informação de que empresas, antes de S.Sa. ser nomeado para ocupar a Presidência da Parmalat, em 2001, teve oportunidade de participar como executivo.

Em segundo lugar, S.Sa. afirmou que todas as operações estão registradas – e vários dos senhores afirmaram que os balanços são todos transparentes. Assim, S.Sa. há de convir em que é absolutamente inócua a informação de que o Banco Central lhe concedera uma certidão de que, no prazo requerido por V.Sa., não há registro de remessas. Mas V.Sa. foi nomeado diretor da empresa, como principal executivo, para apresentar um plano de recuperação. Então, independentemente de o Banco Central lhe ter ou não lhe ter dado essa certidão, é evidente que V.Sa. deve ter uma memória a respeito da empresa, sobre onde consta algum registro, ou não, de que foram feitas remessas para a Parmalat Participações ou pelas contas CC-5, para fora do País. Peço a V.Sa. que nos fale da situação anterior à certidão do Banco Central, até porque a empresa não começou a partir da data daquela certidão. Quero saber se foram ou não registradas transferências, desde quando V.Sa. assumiu a empresa, para a Parmalat Participações e se algumas das unidades industriais da Parmalat, hoje, no País, dispõem de incentivos fiscais dos respectivos governos estaduais.

Ao Sr. Ivan Zorzo, que nos informa ser contador a partir de 1º de julho de 2002, seria importante que pudesse nos revelar o que ele encontrou, quando as-

sumiu essa responsabilidade profissional, até porque a contabilidade da empresa não começou no dia 1º de julho de 2002. Falta um tempo de memória na gestão financeira, nas operações patrimoniais, nas operações com as demais empresas do grupo. Sem essas informações, é como se estivéssemos brincando de convidar pessoas, que têm outras responsabilidades, outras tarefas, para virem a esta Comissão; e também estaríamos jogando fora o tempo dos integrantes desta Comissão.

Faço essas perguntas, mas quero corroborar as preocupações de alguns Deputados. Parece-me que já conhecemos a participação do Poder Judiciário na busca da solução para esse conflito de interesses, ou seja, a posição dos credores da empresa. Foi aberto, desde 22 de janeiro, inquérito na Polícia Federal e já há atuação do Ministério Público Federal. Creio que, se permanecer a complexidade quanto à memória das operações na empresa, não vamos ter outra opção senão a de transformar esta Comissão numa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço que os senhores me respondam, porque me parece que o descasamento de prazos... O Sr. Alpoim, por determinação judicial, só se responsabiliza pelos últimos 90 dias; o Sr. Ricardo, de 2001 a 2003; o contador, a partir de 2002; o Diretor Financeiro, há 11 anos. E as coisas não batem. Há informações que não vêm à tona, e certamente teremos de nos aprofundar.

São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) – Com a palavra o Deputado Durval Orlato. *(Pausa.)*

S.Exa. está ausente.

Com a palavra o Deputado Leonardo Vilela.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, nobres Deputados, senhores convidados, em primeiro lugar, registro perante esta Comissão o sentimento de indignação e de preocupação por parte dos produtores de leite do Brasil em relação à inação, à forma de atuação do Governo Federal no caso da crise da Parmalat. São cerca de 20.000 produtores que fornecem leite direta ou indiretamente à Parmalat em todo o Brasil e que estão inseguros, muitos sem receber, muitos passando por dificuldades financeiras extremamente complicadas, deixando a atividade e, não raro, abatendo seus animais.

Os problemas que levaram a Parmalat a essa situação já aconteceram. Cabe a esta Comissão, a uma possível CPI, a outros órgão de investigação, apurar as causas e, se possível, identificar os responsáveis, se houver, e puni-los como manda a lei.

Agora, o que me deixa angustiado e preocupado – e já disse isso há 10 dias, quando da instalação da Comissão Especial – é que a crise se agrava; a cada momento, mais pessoas ficam sem emprego, mais produtores enfrentam dificuldades e nada é feito. As coisas continuam correndo, vemos fábricas da Parmalat fechando ou diminuindo suas atividades.

Pergunto ao Sr. Ricardo Gonçalves que operação está em curso neste momento na fábrica de Itaperuna, no Rio de Janeiro. Recebi informações de que carretas estão tirando material, equipamentos daquela fábrica. A informação é de hoje de manhã.

Quero saber também do Presidente da Parmalat como pretende recuperar a empresa, se o que vemos é a redução gradativa no fornecimento de leite e de outras matérias-primas para a empresa? A fábrica de Santa Helena de Goiás, no meu Estado, fechou por absoluta falta de matéria-prima. O que vemos no gráfico é que, de 900.000 litros de leite por dia, houve progressiva queda até o fechamento da indústria.

Como a empresa poderá se recuperar, se os produtores não estão recebendo, estão inseguros, angustiados, com créditos a receber, e não os recebem, porque dizem que estão bloqueados no Banco do Brasil e que não podem repassar recursos da Itália porque, senão, vão para os fornecedores?

Enfim, quero entender como se pretende fazer a recuperação dessa empresa sem que receba matéria-prima.

Também pergunto que tipo de operação deu origem aos créditos da Parmalat Alimentos do Brasil S.A. com a Parmalat SpA e a Monlat, no valor de 200 milhões de reais, aproximadamente, que foram lançados no ativo do balanço da empresa?

A outra indagação ao Presidente é no sentido de que informe o número de fornecedores diretos da Parmalat por indústria, por região, e não de forma global.

Sr. Presidente, Deputado Nelson Marquezelli, registro nossa preocupação com essa situação e com a falta de ação enérgica do Governo Federal, seja editando medida provisória que coloque em vigor a Lei de Falências, já aprovada por esta Casa, seja intervindo na empresa para garantir o pagamento aos fornecedores e o emprego dos funcionários da empresa.

Preocupa-me muito a situação das empresas que estão sendo fechadas ou cuja atividade industrial está sendo reduzida. É preciso que as partes interessadas encontrem solução: que seja venda, arrendamento ou qualquer outra forma, para manter essas indústrias funcionando, sob pena de termos a desorganização completa do setor lácteo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Esclareço ao Deputado Leonardo Vilela que o Governo brasileiro tomou algumas providências por

intermédio do Ministério da Agricultura: concessão de crédito, visita à Itália, o acompanhamento que esta Comissão tem feito.

Digo também ao Deputado Rubens que, ao mesmo tempo, nossa Comissão tem poderes para se transformar numa CPI, se for necessário, para fazer as aberturas de conta, de crédito, de balanço, de tudo aquilo que já foi acertado com a Presidência da Casa. Foi por estarmos em convocação extraordinária que esta Comissão foi instituída dessa forma. Mas, no reinício dos trabalhos legislativos da Casa, esta Comissão poderá transformar-se em CPI.

Para responder às indagações dos 3 Deputados, passo a palavra ao Dr. Ricardo Gonçalves, Presidente da Parmalat.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, combinamos que seriam 5 Deputados, e sou o 5º inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – V.Exa. é o próximo.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Quero formular perguntas e obter respostas, porque combinamos que seriam 5 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – O nosso papel hoje nesta Comissão é extraordinário, não é normal. A Parmalat, como qualquer outra empresa, está num processo comercial. É a aplicação da lei da oferta e da procura. Cada ator dessa cena tem o seu papel. Cabe ao Ministério Público, à Polícia Federal e ao Banco Central investigar fraudes. Não é nossa responsabilidade.

Quanto à remessa de dinheiro para o exterior, o Banco Central é que tem de investigar. A nós não cabe, absolutamente, esse tipo de papel. Esta Comissão foi instalada – é importante que atentemos para isso – em razão do caos criado pela 2ª maior empresa láctea do Brasil, tendo chegado ao ponto a que chegou.

Somos de vários Estados brasileiros. Temos nossos problemas nas nossas bases, vemos o que lá está ocorrendo. Temos de intervir dentro do possível, respeitando a lei da oferta e da procura, o mercado, mas olhando o problema social existente neste momento, uma vez que o leite é a cultura mais social que existe. O que vemos hoje aqui é a Parmalat visível. S.Sa. preside a Parmalat visível, que poderá, de alguma maneira, tentar solucionar essa transição.

V.Sa. nos mostrou um quadro que nos preocupou sobremaneira: a maioria das suas fábricas estão sem condições de operar por absoluta falta de matéria prima, criando problemas aos fornecedores, que, se não tiverem outra empresa para entregar seu produto, simplesmente terão de abater seus animais, soltar as suas vacas no campo, e daí se virarem para conseguir sustentar suas famílias.

Domingo passado retornei da Índia. Lá, o leite é o dobro do que é pago aqui no Brasil. É óbvio que o sistema é perverso. Já fui produtor de leite, e hoje atendo a várias cooperativas do setor leiteiro no meu Estado, o Paraná. Acompanhei o processo da aquisição de 51% da Batavo pela Parmalat. Naquele momento, a preocupação era justamente essa: o que faríamos, para ser úteis, já que a Justiça se manifestava? O resultado, hoje, é um controlador, que representa o sistema financeiro, e nós, que representamos os produtores. Portanto, nós, como controladores dos votos daqueles que nos fizeram seus representantes, temos a obrigação de fazer alguma coisa. De quanto a Parmalat precisaria para continuar operando? Esta é a pergunta mais importante, porque é sobre isso que o produtor quer saber. Não queremos aqui descobrir o sexo dos anjos, tergiversar, descobrir os culpados.

Dr. Ricardo Gonçalves, V.Sa., na qualidade de Presidente da empresa, sugeriria a participação governamental, de dinheiro público, para estancarmos o pavor criado pela iminente quebra, a fim de novamente darmos credibilidade aos postos de coleta, e que o mercado, nessa fase de transição, adquirisse uma ou outra unidade, porque é assim que se faz no capitalismo. Portanto, quem estaria disponível, interessado na aquisição dessas unidades que estão prestes a fechar? Já existe alguma cooperativa, empresa interessada, para que, a 4 mãos, fizéssemos essa transição, a fim de que as unidades não desempreguem nem deixem de receber o produto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo palavra ao último orador inscrito no 2º bloco, o nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que disporá de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores convidados para esta reunião tão profícua, a minha pergunta, dirigida ao Dr. Alpoim da Silva Botelho, é a seguinte: como foi formada essa comissão? quem a compõe? qual o seu objetivo? qual o prazo que tem disponível?

E mais: os dados visam fornecer subsídios para a retomada das atividades da empresa ou são, simplesmente, uma averiguação para cumprir uma missão daqueles que designaram a comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Está encerrado o 2º bloco.

Passo a palavra ao Sr. Ricardo Gonçalves.

O SR. RICARDO GONÇALVES – O Deputado Jamil Murad pergunta-me se eu teria autorização para

vender a Parmalat. Não, não tenho autorização para vender a Parmalat; tenho autorização para negociar a venda da Parmalat e submetê-la às partes que possam ter de falar alguma coisa a respeito. Uma é o acionista da empresa, a Parmalat, na Itália, e, depois, naturalmente, os credores no Brasil. Não há possibilidade de negociação sem se passar antes pelos credores.

Perguntou-me também porque chegamos lá?. Obrigo-me a reportar à minha primeira explanação, ou seja, à somatória dos fatores: ajuda financeira constante da Itália, corte de crédito e exigências por parte das instituições financeiras do País em exigir pagamentos e reter importâncias em conta. A eliminação do fundo de recebíveis que tínhamos dentro da operação simplesmente constrangeu o fluxo de caixa da empresa, deixando-nos incapazes de alimentar o fluxo normal e fazer o giro para a empresa funcionar.

O Deputado Paulo Rubem perguntou onde trabalhei antes. Durante 31 anos fui empregado da Companhia Nestlé. Ingressei como escriturário, em São Paulo, fiz carreira no grupo, que terminou depois de eu ter ocupado o cargo de Presidente da Nestlé no Chile, durante 5 anos, e, posteriormente, Presidente da Nestlé no Brasil. Por motivos de ordem pessoal, em abril, abandonei a Presidência da Nestlé, que foi assumida por outra pessoa responsável. Durante 6 meses trabalhei na área de águas minerais para a América Latina, e, no dia 5 de novembro de 2001, assumi o cargo de Diretor-Presidente da Parmalat Brasil S.A.

Com relação aos registros internos e algumas transações, asseguro a V.Exa. que não houve transações de contas CC-5 dentro da Parmalat Brasil S.A., nem remessas de importâncias durante o tempo em que estive na presidência. Pelo contrário, como afirmei, dependíamos, para alimentação do nosso fluxo de caixa, de dinheiro proveniente dos acionistas.

Quanto aos incentivos fiscais, temos incentivos nos Estados de Goiás, Pernambuco e São Paulo. Não são específicos da Parmalat, mas incentivos que os governos estaduais delegam a empresas que se instalam em suas regiões.

Sobre a operação em Itaperuna, questionada pelo Deputado Leonardo Vilela, tenho condições de responder não só com relação a Itaperuna, mas também com relação a outras unidades fabris. O equipamentos de propriedade da Parmalat estão instalados nos mesmos lugares, à exceção das remodelações ao longo da nossa restruturação. Se houve algum movimento de equipamentos, os mesmos são de terceiros. Em Santa Helena, por exemplo, retiraram uma máquina alugada; o Governador do Estado até me indagou a respeito. Essa retirada de equipamento nada mais é do que um "pique" de uma máquina alugada à Tetrapac. Como não iríamos continuar pagando aluguel por uma questão de restrição de gastos, a máquina foi retirada. Porém, essa máquina não compromete a capacidade de produção de Santa Helena. Não tenho conhecimento, neste momento, para dizer a V.Exa. que tipo de equipamento está sendo retirado de Itaperuna – infelizmente não tenho essa resposta –, mas lhe asseguro que não é equipamento da Parmalat.

V.Exa. pergunta como recuperar a empresa. Diria a V.Exa. – e os senhores me perdoem – que vou combinar um pouco com a resposta ao Deputado Abelardo Lupion a respeito de como fazer para recuperar. Em primeiro lugar, ontem fiz uma carta ao Conselho de Administração da Parmalat em que eu indicava todo esse processo penoso por que estamos passando. Na verdade, o que tem ocorrido com a Parmalat – digo agora do ponto de vista de administrador responsável pela atividade – é que temos tido muita dificuldade de obter fundos de fora. Não obtivemos nenhum até agora. As instituições financeiras com as quais mantínhamos relações nos fecham as portas e nos estrangulam em termos de operações, inclusive com retenções de fundos em contas bancárias. E, portanto, hoje em dia, administramos nossos fluxos de caixa baseados exclusivamente nos recebíveis da empresa.

Administrar fluxos de caixa com recebíveis sem que se tenha a composição de capital que lhe permita fazer o próximo giro da empresa e começar a alimentar o fluxo do caixa cria uma situação bastante dramática para a empresa. Então, eu gostaria de que os senhores reconhecessem a situação dramática, porque essa é a situação em que estamos vivendo neste momento e que eu mencionei ao Conselho, porque é uma forma de eu manifestar minha dificuldade em fazer a administração a partir de fundos que provenham de nada. Não disponho de fundos, como posso administrar isso?!

V.Exa. me perguntou de quanto a companhia necessitava. Ali, naquela nota, está indicado o quanto ela necessita. Ali está indicado: são 75 milhões de reais. Esse seria o valor de capital que precisaríamos, de dinheiro fresco, proveniente de alguma fonte. Não quero, neste momento, identificar com os senhores se é dinheiro público ou privado. Por favor, não me entendam mal! Simplesmente estou identificando a operação como se fosse a necessidade de um negócio que está ali funcionando. E, nessa minha capacidade, identificamos que esse dinheiro seria necessário para que pudéssemos fazer frente às operações, começar a retomar nossas atividades. Esse é o nosso propósito: 75 milhões de reais. Isso é o de que precisaríamos.

Temos veiculado sugestões. Ontem à tarde estivemos novamente com as instituições financeiras para conversar e apresentar a situação da empresa,

que é do conhecimento deles. Permitimos não só que houvesse, por motivos legais, a administração especial, mas vou ainda mais longe. Abrimos a organização para que outras entidades ligadas às instituições financeiras busquem informação, para demonstrar a transparência do nosso propósito de buscar uma salvaguarda para o resgate da Parmalat. A única forma de fazer com que o produtor de leite possa ter o seu leite pago e o seu giro assegurado é pela sobrevivência dessa companhia, que não dispõe de outra forma que não seja a sua sobrevivência.

Sugerimos a medida provisória como uma maneira de se poder gerar esse fundo por meio de recursos provenientes da própria organização e que possa, inclusive, propiciar que pessoas interessadas – não temos a identificação dessas pessoas; sabemos delas, as pessoas se manifestam, mas não de maneira oficial que nos permita mencionar aos senhores que tais pessoas estão realmente interessadas. São indicações: *"Estamos interessados e gostaríamos de conversar"*. Só que, para abrir essa possibilidade de poder negociar e satisfazer essa autorização que o Sr. Enrico Bondi nos assegurou, de poder negociar alguma coisa, precisamos ter alguma facilidade legal. Hoje em dia, o mecanismo, o dispositivo legal da concordata nos fecha as portas. A administração especial, de certa maneira, também nos impede, porque eles têm a incumbência de fazer com que os ativos operacionais da Parmalat não sejam alienados para uma possível operação.

Portanto, a administração atual está algemada, do ponto de vista operacional. Sabemos que há coisas que podemos fazer. Temos propostas a fazer, mas encontramos cada vez mais dificuldades para satisfazer essa necessidade de manter a Parmalat viva. Eu acredito na sua viabilidade. Com isso respondi à pergunta.

Deputado Leonardo Vilela, V.Exa. me fez uma pergunta a respeito da operação de mútuo. Esclareço que a nota – acredito que não preciso lê-la por inteiro, mas posso assegurar à assembléia que é esta a nota explicativa auditada pelo auditor independente – explica com detalhes essa operação de mútuo que existia entre as empresas do grupo, que nada mais é do que um mecanismo utilizado para financiar a operação da Parmalat. Ela se encontra aqui.

Deputado, V.Exa. me fez uma pergunta sobre o número de fornecedores por fábrica, em detalhe. V.Exa. me perdoe, mas não disponho dessa informação de memória. Posso perguntar, e me incumbo de enviá-la à Mesa de forma detalhada por cada fábrica. Entendo que a pergunta se refere a fornecedores tanto de matéria prima quanto de embalagem. Farei isso, separando, inclusive por fábricas também os produtores de leite, para que V.Exa. tenha uma informação satisfatória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem a palavra o Sr. Alpoim da Silva Botelho.

O SR. ALPOIM DA SILVA BOTELHO – Em primeiro lugar, devo responder ao nobre Deputado Jamil Murad. S.Exa. gostaria de saber o porquê de se retroagir 3 meses no exame das contas, se as notícias se referem a possíveis desvios anteriores. A medida é judicial e não foi fixa, mas flexível. O juiz, no despacho, fixou 3 meses, com a possibilidade de retroagir mais tempo se for o caso.

Outro ponto abordado por S.Exa foi minha declaração de que pouco dinheiro seria suficiente para a empresa. Insisto que sim. Precisamos entender a Parmalat por 2 ângulos: um é o momento imediato, para não causar desemprego; o outro são as operações anteriores, que estão sendo muito bem debatidas aqui. O Presidente da companhia acabou de relatar que, com 75 milhões de reais, ele reativa as operações. Com 75 milhões de reais, pagaremos os fornecedores e reativaremos a empresa a pleno vapor. O passado é questão de pesquisa. É um outro assunto que deve ser analisado com vagar.

O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame perguntou quem formou a Comissão. Ela foi eleita pelo Juiz que me nomeou coordenador da administração responsável e mais 2 colaboradores, formando o comitê. São 3 membros. Dividimos os trabalhos em 3 áreas: acompanhamento do dia-a-dia; pesquisa da relação societária; contratos de remessas e valores significativos, conforme já relatei. Enfim, nós 3, nomeados pelo juiz, cada um com uma incumbência definida, deveremos proceder ao nosso trabalho de acordo com a ordem judicial.

No tocante ao prazo, a resposta são 120 dias para apresentar relatório. O juiz também não fixou 120 dias como definitivo. Evidentemente, se chegarmos à conclusão de que precisaremos de mais tempo, vamos relatar para o juiz e aguardar a sua decisão.

Outra pergunta foi neste sentido, se o nosso trabalho serviria para fornecer subsídios à administração da empresa, uma possível informação para sua recuperação etc. Creio que sim. Se o nosso relatório tiver essa qualidade, servirá como subsídio para a empresa. A comissão não tem o poder de recuperar a empresa. Não se trata de administração judicial compartilhada na recuperação da empresa. Ela, é, entre aspas, "fiscalizatória": fiscalizar as operações do dia-a-dia e levá-las ao conhecimento do juiz e também evitar, conforme já foi bem relatado aqui, a venda de ativos, a não ser que essa venda seja de extrema necessidade, e que eles não estejam gerando riqueza.

Se a empresa tiver bens e imóveis fora de uso, sem produzir riqueza nenhuma, por que não vender esses bens e capitalizar a empresa? É o que ela está precisando fazer. Não adianta ter uma série de terrenos, imóveis em desuso e ficar com eles no ativo permanente, arcando com despesas em meio à falta de capital de giro. Essa é a nossa posição em resposta à pergunta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Não há nenhum bem da empresa, por enquanto, bloqueado judicialmente?

O SR. ALPOIM DA SILVA BOTELHO – Bem bloqueado judicialmente?! Veja bem, de acordo com o Juiz da 42ª Vara, e de que eu tenha conhecimento, não. Entretanto, a empresa agora requereu concordata. Nos seus processos de dívida com os bancos ela deve ter dado bens em garantia. Evidentemente, o patrimônio está onerado de alguma forma. Não sei se todo ou parte dele. Ela tem patrimônio imenso. Mas bloqueado pela Justiça da 42ª Vara, posso responder que não há.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem a palavra o Sr. Carlos Montero.

O SR. CARLOS MONTERO – Deputado Paulo Rubem Santiago, com relação à pergunta de V.Exa. sobre quem são os acionistas dessas empresas, são Parmalat SpA, que é dona de 100% de todas essas empresas; aliás, vou entrar um pouco na questão da Wishaw, sediada no Uruguai e pertencente à Parmalat SpA, que a utilizava para tomar recursos no mercado financeiro. Os papéis que ela lançou no mercado financeiro por essa empresa são 100% garantidos pela Parmalat SpA. Esses recursos eram utilizados para atender às necessidades no Brasil. Eram enviados para o Brasil.

Esses números de remessa de valores da Parmalat (cerca de 580 milhões; não os conheço com exatidão) parecem-me razoáveis. O que posso afirmar, com certeza, é que a Parmalat Participações pode ter enviado 580 milhões para fora para liquidar financiamentos que estavam vencendo, operações financeiras do dia-a-dia. E, com certeza, até porque existe o passivo contabilizado, todos os registros, a entrada de recursos é maior que a saída. Saíram recursos simplesmente mediante um processo financeiro. Quase todo o passivo da Parmalat é em dólares, tomado de bancos no exterior. Quando o passivo vence, envia-se o recurso para o exterior, ou se traz outros recursos do exterior, de outro financiamento, ou a Parmalat SpA mandava alguns recursos. Parte desses recursos ia para participações, outra parte desses recursos vinha para a Parmalat Brasil. Mas posso afirmar, com certeza, que, se saíram 580 milhões, entrou mais do que isso; e que esses 580 milhões eram simplesmente para pagar os financiamentos que já tinham entrado inicialmente.

Quanto ao ágio em alguma compra, também afirmo que, durante o período em que estive na Parmalat, desconheço isso totalmente. Todas as aquisições da Parmalat foram acompanhadas ou por bancos ou por grandes bancas de advogados – negociações totalmente normais. Posso afirmar, absolutamente, que desconheço; não conheço, nunca soube de nenhuma compra efetuada com ágio pela Parmalat.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Bem...

O SR. RICARDO GONÇALVES – Acho que não ficou no ar nenhuma pergunta.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Pois não.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Gostaria, de forma muito breve, de usar o direito que o Regimento me assegura, e em apenas 2 aspectos: um dirigido ao Presidente da empresa, Sr. Ricardo Gonçalves, e outro ao convidado que acaba de me responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Gostaria que V.Exa. realmente usasse exclusivamente os 3 minutos de direito à tréplica.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Com relação ao Sr. Ricardo Gonçalves. Parece-me que o Sr. Ricardo, ao tentar responder a uma das minhas perguntas, repetiu sua afirmação anterior. Na verdade, o senhor havia afirmado antes que, no período em que o senhor vem exercendo essa responsabilidade na empresa, não foi registrada nenhuma remessa. Não foi isso que perguntei ao senhor, e o senhor me respondeu da mesma forma que na primeira vez. E até enriquecida por uma resposta que me deu: a de ter tido experiência durante 31 anos na Nestlé.

Parece-me mais do que evidente que o senhor tem capacidade, como executivo, de não olhar a empresa somente a partir do dia em que o senhor entrou, mas desde o momento em que a empresa começou a apresentar problemas. Não lhe perguntei se durante o período em que está à frente da empresa houve remessa. Eu lhe perguntei se, quando o senhor assumiu, encontrou nas operações realizadas antecedentemente na empresa registros, uma vez que afirmou que tudo que foi operado pela empresa está registrado, assim como informou que o balanço é transparente. Então, a partir do momento em que o senhor entrou, o senhor já respondeu. Mas não foi essa a minha pergunta. Se o senhor encontrou ou não nos registros antecedentes, nos exercícios anteriores, especialmente a partir de 1998, ou a partir de 1996, que são as datas veicu-

ladas pelos meios de comunicação, registros de transferências ao exterior por parte da Parmalat Brasil S.A. É esta a pergunta.

E, para o senhor Carlos, parece que as coisas ficam mais complicadas, se não entendi de outra forma. O senhor afirma que a Parmalat SpA é a dona de todas. É a sócia unitária, talvez; ou há outros sócios? Eu lhe perguntei exatamente isso. O senhor me respondeu dizendo que há apenas um sócio, e isto não equaciona a necessidade de conhecermos essa estrutura, até porque todos nós queremos o que alguns Deputados já disseram aqui: a recuperação, a volta da produção, a volta da capacidade da empresa para operar dignamente no País. Agora, o que não podemos é começar a discutir medidas jurídicas ou eventualmente espaços de renegociação financeira, correndo o risco de que práticas anteriores indevidas, ou supostamente indevidas, voltem a acontecer. O que eu perguntei ao senhor foi exatamente quem são os sócios, nome por nome, empresas, controladores da Carital, da Parmalat Holding. Essa empresa Wishaw, no Uruguai, o senhor afirma que era usada para a matriz tomar recursos no mercado financeiro, através de títulos que eram lastreados pela Parmalat SpA. Ora, se eram lastreados pela Parmalat SpA, por que a Parmalat Holding Participações teve de remeter? E, se remeteu 580... E o senhor disse que entrou mais do que isso. Então, se entrou mais do que isso, como a empresa se encontra nesta situação de hoje?

As coisas não estão explicadas. Gostaria que o senhor fosse mais preciso e afirmasse, de fato, se essa empresa foi utilizada para captação no mercado financeiro, se eram operações lastreadas pela Parmalat SpA. Por que a Parmalat daqui teve de remeter os 580 milhões, se eram operações lastreadas pela Itália?

Em segundo lugar, se o senhor afirmou que, tendo saído 580 milhões, entrou mais do que isso, quando entrou, durante que período, e se entrou mais do que isso, por que estamos nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Presidente da Parmalat Brasil, Sr. Ricardo Gonçalves.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Sr. Deputado Paulo Rubem Santiago, V.Exa. me perdoe, interpretei mal sua pergunta.

A primeira coisa que digo a V.Exa. é que não tenho conhecimento e não fiz uma varredura, nem auditoria precisa na empresa, prévia à minha assunção como diretor-presidente da companhia.

Por que não o fiz? Eu gostaria de me reportar à minha fala original, quando afirmei a V.Exas. que, em outubro de 2001, tive uma entrevista com o Sr. Calisto Tanzi, na Itália, e ali encontrei uma eminente personalidade da sociedade italiana, um homem benemérito na comunidade de Parma, um homem aceito e honrado na sociedade italiana, com uma Parmalat que era considerada uma jóia da coroa na comunidade italiana na indústria de alimentação. Tratava-se de uma empresa cuja cotação na Bolsa de Valores e na Standard & Poors indicava que tinha tudo de bom.

Nessas condições, não via razão em desperdiçar meu esforço para energizar para o passado, quando, na verdade, minha contratação era para modificar uma situação do passado que era ruim, de falta de rentabilidade, uma estrutura operacional ruim. Essa foi a razão. Portanto, não fiz nenhuma investigação e não posso fazer nenhuma afirmação a V.Exa. a respeito.

Aproveito esta oportunidade para passar ao Presidente da Mesa, Deputado Caiado, o organograma da estrutura da Parmalat, assim como a nota que dirigi ao conselho, como terminei de afirmar a V.Exa. E V.Exa. poderá, nas discussões que vão se suceder, esclarecer melhor as diferentes sociedades e as diferentes pessoas que participam dessas sociedades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo às mãos do Relator os documentos entregues a esta Presidência.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Montero.

O SR. CARLOS MONTERO – Sr. Deputado, quero lembrar que, na verdade, faz 2 anos que saí de lá e não sei se as estruturas continuam as mesmas. E a Parmalat era uma infinidade de empresas. É difícil ter tudo isso na cabeça.

O que posso afirmar é que todas chegavam na Parmalat SpA. Na Parmalat Participações, acho que era diretamente a Parmalat SpA e uma empresa chamada New Civel(?). Não me recordo a participação de cada uma exatamente, acho que mais de 90% da Parmalat SpA. Na Carital, era uma empresa chamada Carital Foods, indiretamente. Na Wishaw, tenho uma pequena dúvida. Acho que, durante minha saída, havia uma mudança, a própria Parmalat Participações teria uma participação pequena na Wishaw, a Parmalat Uruguai e mais outra Parmalat, que não me recordo qual, mas todas elas terminando na Parmalat SpA.

A remessa. Quando digo que saíram 580 e entraram 580, que os títulos eram lastreados pela Parmalat SpA, na Wishaw, era mais ou menos o seguinte. Vamos imaginar uma primeira operação de 10 milhões. A Parmalat tomou no mercado, através da Wishaw, 10 milhões de dólares, por um prazo de 3 meses; emprestou para o Brasil esses 10 milhões de dólares, e, depois de 3 meses, a Parmalat Participações pagou esse empréstimo de 10 milhões. A Parmalat Itália, através da Wishaw, tomou outro empréstimo, de 20, numa necessidade maior do Brasil, mandou 20 para cá, com

vencimento 6 meses depois. A Parmalat Participações devolveu 20 para lá. Quando falo que mandou mais para cá, não é que hoje existam mais do que os 580 milhões lá. É que houve justamente esse movimento de ida e vinda, de pagamento de... A Parmalat, por exemplo, lançou papéis no mercado, eurobonds – aqui Parmalat Participações, diretamente. Nos vencimentos, enviou recursos para pagar esses eurobonds. Tomou outros tipos de empréstimo, entrou com os recursos. Por isso, digo que, no total, com certeza, o movimento positivo de entrada é maior do que o movimento de saída, porque hoje, não sei os números, provavelmente a Parmalat Participações deve para a Wishaw um tanto de dinheiro, que é o que veio a mais de lá para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra agora aos últimos Parlamentares do último bloco.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Augusto Nardes. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores membros da Parmalat, tivemos na última segunda-feira uma audiência pública no Estado do Paraná, a qual tive a oportunidade de coordenar. Logicamente foi debatida a cadeia produtiva do leite como um todo, mas, sem dúvida alguma, o motivo da reunião foi a crise da Parmalat.

Chegou a ser discutida e questionada a vinda de multinacionais para o País, principalmente quando os Governos, de forma geral, dão incentivos fiscais a essas empresas. Quando essas empresas se instalam no País, muitas vezes iniciam seu trabalho pagando um preço diferenciado, superior ao preço de mercado, o que inviabiliza as empresas concorrentes, que aquelas acabam adquirindo. Depois, a empresa constituída monopoliza o setor e acaba, muitas vezes, até praticando **dumping** e fazendo com que as que restam quebrem. Não quero entrar nesse questionamento, mas isso foi discutido lá.

Sem dúvida alguma, todas as entidades, todas as instituições e empresas cooperativas que participam do setor produtivo da cadeia do leite apelaram para que esta Comissão tentasse achar uma fórmula para que a Parmalat e, no caso específico do Paraná, a Batavo tivessem continuidade. Defendo essa posição.

As informações que nos passam, e estou me dirigindo ao Sr. Ricardo, são de que a Parmalat, no caso da Batavo, tem 51%, 46% são das 3 cooperativas tradicionais do Paraná e 3% seriam de outra cooperativa de Santa Catarina, compondo-se os 100% da participação acionária. Dizem também que a Batavo, como empresa independente do grupo, é superavitária.

As perguntas que faço são as seguintes. Há boa vontade por parte da Parmalat em negociar ou há interesse por parte das cooperativas na negociação da venda da participação acionária por parte da Parmalat ou de parte dessas ações, para que essas cooperativas passem a ter o controle acionário? Há realmente alguma negociação nesse sentido? Há vontade política por parte da Parmalat em realizar esse negócio?

De acordo com as informações de V.Sa., a Batavo representa em torno de 25% do faturamento da Parmalat no Brasil. O faturamento bruto da Parmalat seria em torno de 2 bilhões, e o faturamento da Batavo seria de 500 milhões ao ano. Sua assessoria jurídica vê possibilidade nessa transação, em razão da crise que a Parmalat vive no momento?

Logicamente minha pergunta é no sentido de saber se, se houver possibilidade de negociação com as cooperativas – há interesse por parte delas –, há vontade política por parte da Parmalat ou se haveria necessidade de uma participação por parte do Governo para que essa transação fosse feita.

V.Sa. falou da idéia de que fosse remetida a esta Casa uma medida provisória antecipando a Lei de Recuperação Judicial, que tramita no Congresso Nacional. No caso da Batavo, também haveria essa necessidade ou ela poderia ser tratada de forma independente, numa negociação independente, independentemente da medida provisória?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Concedo a palavra ao segundo inscrito neste terceiro bloco, Deputado Edmar Moreira, pelo prazo de 3 minutos.

Temos apenas mais um inscrito, para finalizar, o Deputado Adão Pretto. Peço aos Srs. Deputados que permaneçam na Comissão, porque temos de aprovar a pauta para a próxima terça-feira. Já há vários requerimentos aprovados.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA – Sr. Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, Sr. Relator, Deputado João Grandão, senhores membros da comissão, senhores convidados, por economia de tempo, não farei perguntas aos nossos convidados, porque acho que não tenho direito, até por questão de delicadeza, de foro íntimo e de julgamento, de exteriorizar aquilo que penso do representante da Parmalat aqui presente. Com certeza, toda e qualquer menção que eu fizer estarei referindo-me à multinacional, à pessoa jurídica Parmalat, e não, evidentemente, a nenhum dos senhores que nos honram com a presença.

Justificado, então, o motivo pelo qual não lhes vou fazer pergunta alguma, porque pelo que ouvi, e acompanhei desde o início, já me dou absolutamente por satisfeito. Desculpem-me, não ouvi nada, absolutamente nada daquilo que deveríamos ter ouvido, para, pelo menos, recebermos uma satisfação daquilo que realmente ocorreu.

Sr. Presidente Ronaldo Caiado, com certeza, o DNA político de V.Exa. está intimamente ligado ao produtor rural. E foi assim que eu o conheci. Então, de certa maneira, ficamos tranqüilos, não só pelo fato de V.Exa. presidir esta Comissão, mas também pelo alto nível de todos os Srs. Deputados que a compõem.

Eu não tive a honra de participar como membro efetivo desta Comissão, Sr. Presidente, mas me dedico à pecuária leiteira desde menino, desde pequeno. Então, aquilo que falamos, que exteriorizamos, com certeza é porque conhecemos tudo aquilo que se passa no nosso interior.

Podemos avaliar o problema causado pela Parmalat. É muito fácil, é só dividirmos a quantidade de captação de área de leite da Parmalat por 110 litros, média do produtor rural brasileiro – 110 litros de leite, não mais. E se quisermos saber a quantidade de vacas produtoras incluídas nesse processo, é só dividirmos por 3, que é a média da produção leiteira do nosso rebanho, que é geneticamente muito pobre. Os senhores sabem disso, ou deveriam saber. Enquanto temos em Israel, por exemplo, 18 quilos de leite **per capita,** produção diária, a produção brasileira é de 3 quilos. Eu já tive oportunidade de falar com nossas autoridades, meu caro Presidente, que, se mandássemos um terço do nosso rebanho leiteiro para corte, com os dois terços remanescentes, se melhorássemos a genética desse rebanho, com certeza, tiraríamos muito mais leite.

Eu acompanhei de perto, como produtor de leite, quando a Parmalat chegou. E chegou como um trator, tirando empregos, desativando linhas leiteiras. Aquele cidadão que tinha o seu tratorzinho que levava o leite para a cooperativa, aquele cidadão que tinha o seu caminhão com motor recondicionado pela quarta ou quinta vez e, quem sabe... Eu não quero ter acesso a esse ativo, passivo, liquidez, se foram 580 milhões para o exterior, mas voltou muito mais. É aquela tabuada que absolutamente não me interessa.

O que me interessa, o que nos interessa, Sr. Presidente – e aqui faço um apelo a esta Comissão –, são 2 medidas absolutamente elementares e urgentes.

Primeiro, é que não pode haver solução de continuidade, para que nossos produtores continuem a colocar seu produto no mercado, através de merenda escolar ou de cesta básica, não sei. Com certeza, teremos facilidade em atingir esse objetivo, porque, realmente, o leite é um alimento de primeira necessidade, é universal. Eu não preciso fazer aqui apologia ao leite, falando da falta que faz à criança.

Tenho certeza de que o Governo do Presidente Lula, mais do que nenhum outro, facilitará o trabalho do produtor rural, para que ele continue a colocar essa matéria-prima no mercado, porque a vaca não espera, a vaca não entende de Comissão, de CPI. Vai haver até constrangimento quando eu for à fazenda no final de semana. Aquela vaquinha já cansada de guerra, que durante 24 horas produz leite – são bombeados mais de 600 litros de sangue no seu úbere –, se pudesse falar, diria: *"Puxa vida! Eu trabalho tanto, e vocês sequer têm a competência de entregar o meu produto em mãos honestas, que possam realmente recompensar nosso trabalho"*.

Sr. Presidente, tive que ouvir aqui hoje o Presidente da Parmalat sugerir uma medida provisória. O endereço está errado, Sr. Presidente. Aqui não elaboramos medidas provisórias. Elaboramos projetos de lei. O endereço da medida provisória é outro. O senhor tem de fazer a proposta num outro endereço.

E o senhor falou ainda mais: *"Ajudem-me, para que eu possa pagar"*. Puxa vida! Em outras palavras: devo, mas não vou pagar. Vocês me emprestam, me ajudam, senão eu não pago.

Sr. Presidente, é um mineiro do interior de Minas Gerais que tem muito orgulho de ser produtor rural e que ama a pecuária leiteira que vem dizer que nós precisamos tomar providências urgentes.

Meu caro Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, estamos tão-somente colhendo aquilo que plantamos. Por ocasião da instalação da Parmalat no Brasil, houve omissão, negligência total das nossas autoridades, e a Parmalat veio, fez o que fez e deu no que está dando. Estamos frente a frente não a um estelionato eleitoral, mas, diria, a um estelionato *"leital"*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO – Sr. Presidente, prezados colegas e convidados, quero dizer que já fui contemplado pela intervenção de vários colegas, mas quero reforçar o seguinte: gostaria de saber se os diretores da empresa Parmalat estão conscientes do que está sendo feito de injustiça neste País. Quantos pais e quantas mães não dormem à noite pensando na sua família, ou porque vão perder o emprego ou porque vão parar de entregar o leite! Vejam quanto desgosto isso está causando!

E foi dito aqui que a empresa tem um faturamento mensal bruto de 130 milhões. Eu faço uma compara-

ção bem simples. Eu moro num bairro da cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul. Perto da minha Casa, instalou-se uma quitanda que só vendia frutas há mais ou menos um ano. Começou a vender outras mercadorias, foi sendo ampliada e hoje é um mercadinho. O proprietário até já trocou de carro. E eu fico me perguntando como é que uma empresa dessas quebra com um movimento desses.

O que aconteceu? Segundo V.Sas. disseram aqui, parece que a coisa foi toda feita dentro dos conformes. O que aconteceu então?

O Presidente disse que esta Comissão foi criada porque estamos em convocação extraordinária. Agora ela será transformada em CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito. Não ficaremos de braços cruzados assistindo a tudo isso.

Para finalizar, faço algumas perguntas: quais ofertas a Parmalat já recebeu – se é que as recebeu – para a sua venda? Quais são seus principais credores? Se não mudar nada, quantos dias a Parmalat tem de existência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, que acaba de adentrar o recinto da Comissão. S.Exa. é o último inscrito.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores convidados, acredito que a minha posição seja a mesma dos demais. O caminho talvez seja a mudança legal, a adoção da mesma legislação italiana: a intervenção. Tal intervenção deveria ser gerida pelas cooperativas de leite, cada Estado têm as suas, ou a empresa deveria definir com o Governo, a Justiça e a Casa sua saída do mercado. Não há mais como manter a Parmalat, depois dos escândalos que vêm da Itália e dos que apareceram no Brasil. Não vejo sobrevivência para a empresa com essa marca, com esse nome.

Infelizmente os acontecimentos que se sucederam levaram a essa situação e colocaram em risco o fornecedor, o produtor de leite, o emprego, o cliente e o credor.

A nossa legislação não é suficiente, já temos discutido isso. O caso Parmalat deve servir de modelo para tomarmos uma decisão para todos os futuros casos semelhantes no Brasil.

Evidentemente, o capital estrangeiro é muito bem-vindo. Cremos que a origem desse capital seja lícita; isso é o que nós brasileiros queremos. Não queremos dinheiro escuso e sujo no Brasil. Não queremos que o País seja uma lavanderia, que passem a fazer aqui lavagem de dinheiro.

A nossa lei contra lavagem de dinheiro é recente, ainda não tem 8 anos. Estamos aprendendo a punir os crimes de lavagem de dinheiro, que são muitos.

Devemos fazer um trabalho pedagógico no caso Parmalat. Essa é a intenção do Deputado Ronaldo Caiado e desta Comissão, que pretende ter legislação eficiente. O Parlamento e o Poder Executivo devem ser mais vigilantes no controle das empresas no Brasil. Sem dúvida, uma empresa que fatura 2 bilhões de reais por ano tem de estar na prateleira do Fisco, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tem de estar sob supervisão, porque está entre as mil maiores empresas do Brasil. Isso significa ter responsabilidade, porque a empresa pode estar ferindo a ordem econômica nacional e a economia popular.

Evidentemente, o CADE é um órgão que recepciona as demandas. Sábia decisão do conselho de não permitir a concentração de mercado. Por 5 votos a 1, não permitiu que a Nestlé comprasse a Garoto. Temos de louvar e parabenizar o CADE por defender a economia de mercado e a economia popular.

No Brasil, temos a mania de achar que todo capital estrangeiro é bem-vindo e que se pode tomar conta do mercado. Aqui se pode estabelecer monopólio e oligopólio à vontade. É a casa da mãe Joana. Mas não deve ser assim, e sabemos disso.

Sr. Presidente, com relação ao relatório da Parmalat – não quero dirigir a palavra ao representante da Parmalat –, acho que o Relator adjunto e o Presidente da Comissão, que estão na Itália, devem usar o mesmo padrão e rigor da legislação italiana. Na minha opinião, deveríamos copiar, na íntegra, a legislação italiana, que deve estar de acordo com o padrão da União Européia, e aplicá-la com rigor, **ipsis litteris**: punição, intervenção, domínio, defesa do interesse nacional.

Na qualidade de Deputado que tem trabalhado há 13 anos nas áreas de economia, finanças e tributação desta Casa e dado sua colaboração para o desenvolvimento do Brasil, principalmente recepcionando capitais que vêm do exterior, afirmo que esta Comissão está corretíssima.

Esta audiência será transcrita e transmitida para o Brasil. Ela pode não ter resultado prático, agora, mas estamos forçando o Governo, inclusive dando apoio à Justiça, para que se tomem as providências necessárias para o País.

Repito: devemos copiar a legislação italiana.

Sr. Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Ricardo Gonçalves.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Responderei à pergunta do Deputado Cezar Silvestri a respeito da

Batávia. Foi perguntado se haveria vontade política de vender a Batávia. Claro que sim. Acho que o nosso norte, em termos de direcionamento é pela manutenção das atividades. É lógico que a venda da Batávia pode representar uma forma de satisfazer esse norte. Sabemos que os demais acionistas da Batávia têm interesse, embora oficialmente não haja nada por escrito. Precisamos vencer a etapa de ter uma estrutura legal que nos permita realizar o que estou afirmando para V.Exa.

Aproveito a oportunidade para entregar sugestão ao Deputado Ronaldo Caiado. Perdoe-me se ficou entendido que seria uma proposta à Casa. Na verdade, trata-se de gesto simbólico para mostrar o que consideramos possível solução para o problema da Parmalat. V.Exa. me perguntou sobre a participação do Governo na aquisição ou não da Batávia. Acho que o Governo participar ou não dessa aquisição não é neste momento a parte mais importante. O mais importante é a vontade de se montar operação que permita fazer com que a Batávia e a Parmalat continuem funcionando. Gostaria de insistir muito neste assunto da continuidade das operações, porque essa tem sido a nossa missão.

Responderei ao Deputado Adão Pretto a respeito das ofertas para venda. Muitas empresas têm mostrado interesse em nossas atividades de biscoito e suco; já recebemos algumas indicações com relação à fábrica de Itaperuna e à fábrica de Santa Helena, especificamente; ou seja, existem entidades interessadas no todo; existem entidades interessadas na parte de Araçatuba. Portanto, há interessados. O nosso problema está na criação de mecanismo que satisfaça a venda. Obviamente, o interesse de todas as partes deve ser satisfeito. Quando V.Exa. fala em vender alguma coisa, isso significa que deve haver um valor, o qual tem de satisfazer todas as partes envolvidas.

Perguntou-me V.Exa. sobre os dias de existência da Parmalat. Nessa nota que entreguei ao Deputado Ronaldo Caiado e ao Conselho, disse que a sobrevivência da empresa era uma questão de dias – não estou falando em semanas, mas em dias, que não sei precisar quantos. Essa não é uma resposta matemática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Alpoim da Silva Botelho.

O SR. ALPOIM DA SILVA BOTELHO – As perguntas formuladas não foram direcionadas ao Comitê, mas ao Presidente da Parmalat, que já as respondeu, salvo melhor juízo. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Carlos Montero.

O SR. CARLOS MONTERO – Também acho que o Presidente da Parmalat respondeu a todas as ponderações dos últimos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Solicito a presença do nobre Relator **ad hoc**, antes de fazer as considerações finais, a fim de que peça mais alguns esclarecimentos para o bom andamento dos trabalhos.

Passo a palavra ao nobre Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, usando do meu direito de tréplica, gostaria de formular uma pergunta ao Dr. Alpoim ou ao Dr. Ricardo Gonçalves. Sabemos que existem incentivos fiscais em diversos Estados brasileiros, inclusive em Goiás, meu Estado. Na contabilidade levantada até agora, esses incentivos fiscais aparecem como capital de giro, ou para compra de ativos ou de bens, ou para fazer promoção, utilizando a máxima dentro da lei da oferta e da procura, para baixar preços, quer dizer, suportar prejuízos para poder alcançar um mercado maior?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados, jornalistas, acho que ficou muito claro, principalmente para os que têm participado ativamente desta Comissão, que alguns dados que tínhamos expectativa de que fossem revelados nesta audiência ainda ficaram pendentes. Não estou dizendo que os convidados fizeram corpo mole, mas a expectativa desta Comissão era muito grande.

Pergunto ao Sr. Carlos Montero, ex-diretor financeiro da Parmalat, se tem noção do valor das transferências da Parmalat Alimentos para a Parmalat Participações.

Aproveitando o momento, deixo o convite aos dirigentes da Parmalat Participações para prestar esclarecimento a esta Comissão, a fim de nos ajudar a melhorar o debate.

Faço uma pergunta ao responsável por todas as empresas do Brasil.

Se estiver errado, peço que me corrija. V.Sa. era responsável por essa empresa no Brasil. Todas as transferências eram feitas pela **holding**. Tem-se noção dessas transferências da CC-5. Gostaria de saber a relação existente entre elas.

O Sr. Alpoim foi nomeado pela Justiça. Não tenho o direito de duvidar dele, mas tenho o direito de dizer que, com toda essa responsabilidade que lhe foi dada e com todo o empenho do juiz competente, deixa-nos um tanto preocupados sua afirmação de que não tem muitas informações. S.Sa. disse que foram passados todos os extratos bancários, todas as informações. Parece-me que, mesmo assim, não tem dados para que possamos efetivamente obter as informações de que

gostaríamos. Isso me preocupa. Não se trata absolutamente de falta de confiança ou de qualquer suspeita, até porque não tenho esse direito.

Sr. Presidente, diante do que ouvimos, nossa responsabilidade aumenta ainda mais.

Não gosto da expressão "samba do crioulo doido", porque a considero racista. Diria que este é realmente um balaio-de-gatos. As coisas estão completamente atabalhoadas. Não sei se as informações são imprecisas de propósito.

Concordo com o Deputado quando diz que isso não é um estelionato eleitoral, mas é um estelionato "leital". Se não tomarmos cuidado, daqui a uns dias o problema vai estourar nos pequenos produtores e nas cooperativas. Com certeza, temos de tomar cuidado.

Passarei os documentos que me foram entregues à nossa Secretaria para que os envie ao Deputado Assis Miguel do Couto, que se encontra na Itália.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de participar desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Concedo a palavra ao Deputado Enio Tatico.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Pergunto ao Dr. Ricardo se não houve auditoria em abril do ano passado na Parmalat Brasil, ou na Parmalat Participações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Formulada a pergunta, no momento oportuno serão dadas as explicações necessárias.

Antes de encerrar esta reunião de audiência pública, gostaria de fazer alguns comentários.

Esta Comissão Especial foi instalada no momento em que a Casa foi convocada extraordinariamente. Todos os Parlamentares presentes se dedicaram em tempo integral à busca de solução, forçando o Governo em vários momentos a promover intervenção no sentido de respeitar o ativo dessa empresa no Brasil para poder quitar os compromissos com os produtores, respeitando os trabalhadores e garantindo a eles oportunidade de emprego.

O objetivo desta Comissão é buscar o pagamento de milhares e milhares de produtores rurais. Segundo relatos feitos por Parlamentares, em várias regiões do Brasil os produtores não têm como matricular seus filhos, nem condições de superar as despesas mínimas de sua residência; a situação é de caos social.

Realmente devemos estudar com profundidade o assunto. O Brasil não pode mais ficar na dependência de situações em que há monopólios, ou pelo menos concentração significativa de parte do mercado, seja em âmbito nacional ou estadual. Quando há qualquer acidente de percurso, provoca-se desestabilização de setores tão importantes quanto o da pecuária de leite.

É preciso estudar, sim, e adequar a legislação brasileira à economia globalizada. Precisamos de legislação mais atuante, que proporcione reação rápida a todos esses processos que possam ser instalados. Um terremoto na Itália provocou muito mais estragos no Brasil do que naquele país. Essa é a nossa realidade. Lá, o Governo interveio em 5 dias. Aqui, estamos até hoje sem nenhuma decisão tomada, numa situação que prejudica produtores, fornecedores e trabalhadores, situação de verdadeira angústia.

Temos de mostrar que o Brasil já não é mais dependente da importação de leite. Há 5 anos gastávamos mais de 560 milhões de dólares de divisas para atender ao mercado interno; hoje já somos, graças a Deus, superavitários e capazes de atender à demanda nacional e também de exportar.

Esperávamos dados não diria mais convincentes, mas que pudessem explicar a gravidade da situação. Estamos vendo que a Parmalat Brasil – pelo menos acredito que essa é a interpretação que todos aqui fizeram – passa a ser uma unidade, de certa maneira, protegida, não sei se blindada. Os grandes problemas estão ligados às outras estruturas que a compõem: a Parmalat Participações ou a Carital Brasil e todas as demais.

Essa entidade se apresenta, tanto do ponto de vista contábil quanto das explicações de seus dirigentes, com toda a saúde, em condições de continuar atuando. No entanto, vemos exatamente o contrário: todos os fornecedores e grande parte dos trabalhadores demitidos estão vivendo situação, sem dúvida alguma, de verdadeiro inferno astral.

Procuraremos estender os convites aos demais segmentos da Parmalat Brasil. Proporei a esta Comissão – apesar de ser prerrogativa da Presidência, gostaria de discutir com os demais membros – que, para a próxima reunião, na terça-feira pela manhã, sejam convidados os representantes das seguintes empresas: Carital Brasil, Carital Prosport, Parmalat Participações e Etti Jundiaí. Na parte da tarde, teríamos o Sr. Ministro da Agricultura, que não pôde estar conosco ontem por ter viajado com a comitiva do Presidente da República.

Sendo assim, esperamos, num curto espaço de tempo, avançar e chegar à causa determinante de todo esse colapso no setor da pecuária de leite provocado pela crise na Parmalat.

Com esse ponto bem claro, como disse o Deputado Luiz Carlos Hauly, pressionaremos o CADE e, cada vez mais, a Secretaria de Direito Econômico, a fim de conter o processo de monopólio de empresas que tentam desestabilizar pequenos laticínios no País.

Trabalharemos com o objetivo de aprovar uma legislação mais ágil para atuarmos em momentos importantes como este.

Ao responder a interpelações de alguns Parlamentares, o Presidente da Parmalat no Brasil disse que algumas empresas já se mostram interessadas em comprar algumas unidades da Parmalat Brasil. Desde seu primeiro depoimento faz essa afirmação.

O Deputado Zonta perguntou ao Presidente da Parmalat a respeito do pedido de concordata e da apresentação dos documentos. O Presidente da empresa respondeu que foi aconselhado por sua assessoria jurídica e que o prazo solicitado era de 90 dias entre o pedido da concordata e a entrega dos documentos.

O prazo, que foi alongado para 90 dias, não seria para ganhar tempo antes de ser decretada a concordata, para que a Parmalat pudesse vender parte do patrimônio, ou seja, a Parmalat Brasil? Essa é a pergunta que faço ao Presidente da Parmalat Brasil.

Trago, portanto, ao conhecimento dos Srs. Parlamentares que na próxima terça-feira, dia 10 de fevereiro, no Plenário 9, ouviremos pela manhã os representantes da Carital Brasil, da Carital Prosport, da Parmalat Participações e da Etti Jundiaí. Terça-feira à tarde, no Plenário 9, teremos a presença do Ministro da Agricultura.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, o Regimento não permite convidarmos os palestrantes de hoje para a próxima reunião. Isso só seria possível se no nosso convite estivesse claro que eles aceitariam estar aqui também na reunião de terça-feira. Existem algumas lacunas. Se eles estiverem presentes, poderemos enriquecer ainda mais as informações de que precisamos para acelerar o processo de conclusão dos trabalhos. A sociedade cobra a conclusão do trabalho o mais rapidamente possível.

Na qualidade de membro da Comissão, solicito aos expositores presentes que participem da próxima reunião que realizaremos na terça-feira. Como disse, regimentalmente, não podemos convidá-los oficialmente, mas fica o nosso convite particular e de outros Parlamentares, que entendem que há necessidade da presença dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – O Deputado Roberto Balestra formulou convite aos representantes da Parmalat Brasil, para que estejam presentes na próxima reunião de terça-feira, na qual poderão nos auxiliar na discussão a respeito do assunto e trazer dados relevantes para que o Relator possa construir o seu documento final.

Concedo a palavra ao Presidente da Parmalat, Sr. Ricardo Gonçalves.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, o Relator Deputado João Grandão disse que os documentos entregues hoje pela direção da Parmalat seriam passados ao Relator Deputado Assis Miguel do Couto. Solicito ao Deputado João Grandão que também os envie aos gabinetes, a fim de que possamos questionar os convidados da próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Nobre Deputado Cezar Silvestri, essa é uma rotina preestabelecida. A Secretaria da Comissão encaminhará a todos os gabinetes ainda hoje todos os documentos entregues nesta reunião.

Com a palavra o Sr. Ricardo Gonçalves.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Em primeiro lugar, com relação à auditoria que teria sido feita na Parmalat, esclareço que somos auditados normalmente por auditores independentes. Abril é a época em que são feitas as auditorias, em que há o fechamentos das nossas contas. Então, sempre estamos sendo auditados. Não sei se o Deputado estaria perguntando sobre auditorias que normalmente os acionistas mandam fazer para reportarem ao exterior ou sobre outro tipo de auditoria.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Seria essa auditoria. Na época em que foi feita essa auditoria, passou-se informação para o mercado financeiro brasileiro sobre a viabilidade da empresa. Seis meses depois, vivemos esta crise.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Gostaria que o Sr. Deputado apreciasse que naquela época, até setembro de 2003, quando depositamos nossas informações financeiras na Bolsa de Valores de São Paulo, estas estavam auditadas, corretas, correspondiam à atividades da empresa. Fomos surpreendidos. Entendo que os Srs. Deputados não estejam satisfeitos com as explicações, mas fomos surpreendidos por um acidente de percurso monumental no exterior. Como bem disse o Deputado Ronaldo Caiado, um verdadeiro terremoto. Em 2 meses simplesmente as portas da Parmalat Brasil se fecharam. Não tínhamos mais créditos, as contas estavam seqüestradas, as linhas de crédito não estavam abertas e não havia nenhuma ajuda por parte da Itália, porque lá a companhia é desonesta. Foi cometido crime lá fora.

Existe diferença muito grande entre uma companhia com seu balanço depositado numa bolsa de valores totalmente auditada e um evento novo, com

tudo mudado. E tudo mudou, as portas simplesmente se fecharam. Não é muito complicado as pessoas buscarem no fluxo de caixa da empresa explicações.

Quanto a outra pergunta feita pelo Deputado Ronaldo Caiado – se o prazo da concordata teria sido uma forma de a Parmalat da Itália vender seus ativos no País e, portanto, sair da concordata –, repondo que não. Tínhamos alguns impedimentos que já existiam na época da decretação da concordata e que não nos permitiam vender os ativos. Não nos esqueçamos de que o Banco Sumitomo já tinha seu interventor e naquela altura já havia controle sobre a venda dos ativos operacionais da empresa. Então, dificilmente a Parmalat da Itália poderia – vamos ver se interpretei bem a sua pergunta – aproveitar-se de um prazo para poder executar uma operação, uma vez que estávamos legalmente impedidos.

Asseguro ainda a V.Exa. que não faço absolutamente nada que não esteja de acordo com a lei. A lei não assegurava esse direito, e, portanto, a Parmalat da Itália não poderia, nem mesmo se tivesse pensado nisso de maneira hipotética, se aproveitar da situação.

Com relação ao convite para comparecer novamente à reunião, realmente tenho um problema de agenda na terça-feira. Se por acaso a Mesa considerar e decidir fazer um convite nas mesmas condições que foi feito, mais do que encantado, poderia rever a agenda e estar presente para prestar os esclarecimentos que V.Exas. julguem necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Alpoim da Silva Botelho.

O SR. ALPOIM DA SILVA BOTELHO – Com referência ao comparecimento, sou subordinado ao Meritíssimo Juiz da 42ª Vara de São Paulo. Transmitir o convite e, se liberado, não vejo inconveniente em estar aqui.

Sobre o incentivo fiscal, creio que essa pergunta poderia ser melhor respondida pelo contador. O balanço da empresa, que ainda não foi entregue, é provisório. Não chegamos a esse nível de detalhe por absoluta falta de tempo. O tempo foi muito exíguo.

O nobre Relator disse que nos esquivamos de alguns números ou não o apresentamos. É preciso registrar que a Comissão tem o acompanhamento diário das operações da empresa; os números pretéritos estão sendo analisados. Não teria condições alguma de vir aqui com 10 dias de trabalho e ficar demonstrando números. Com muita tranqüilidade, apresentei o ativo e o passivo da empresa, o circulante ativo e o circulante passivo, o exigível, o realizável a longo prazo, comparei os números. Faço essa ressalva. Baseado no balanço, apresentei alguns números para que todos tivessem a fotografia da empresa.

Repito, com todo o respeito, que a diferença entre o ativo e o passivo não era um valor significativo que pusesse a empresa em risco para retornar imediatamente às atividades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Ivan Zorzo para responder às indagações feitas pelo Deputado Roberto Balestra sobre os incentivos do Estado de Goiás.

O SR. IVAN ZORZO – Sr. Deputado, apuramos o livro de semestre mensalmente dentro do regulamento do Fomentar e o contabilizamos normal dentro da empresa.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Mas não foi isso que perguntei. Quero saber se esse dinheiro foi utilizado para capital de giro, se foi utilizado para compra de ativos ou para concorrência, se foi utilizado na concorrência de preços para que a empresa pudesse ocupar espaço. Foi isso que perguntei. Quanto a estar registrada, tenho certeza de que está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Ricardo Gonçalves.

O SR. RICARDO GONÇALVES – Responderei a V.Exa. essa pergunta. Em primeiro lugar, possuo estatísticas em meu escritório que posso enviar à Mesa, para demonstrar que, na verdade, somos a empresa que vende leite no mercado a preço **premium**. Quer dizer, somos uma empresa presente no mercado com preço bastante elevado de comercialização. Não fazemos **dumping**. Ao contrário, procuramos valorizar o produto. Portanto, não praticamos preço abaixo do que vendemos. Isso é válido para o País inteiro. Posso demonstrar a V.Exa. essa prática nos nossos principais concorrentes.

Com relação ao Fomentar, ressalto que ele foi utilizado dentro do giro normal da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Há uma pergunta formulada ao Sr. Carlos Montero.

SR. CARLOS MONTERO – Primeiro, a respeito do convite de terça-feira, creio que não haverá problema em estar presente.

Presto um esclarecimento ao Deputado João Grandão. Na verdade, nunca fui responsável por todas as empresas da Parmalat no Brasil. Fui um dos diretores. Quase todo o tempo, havia um Presidente e outros diretores que faziam parte da administração da Parmalat no Brasil. Peço desculpas, mas não entendi a pergunta que V.Exa me fez. O valor do quê, exatamente?

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Questionei se V.Sa. tinha noção do valor que foi transferido de uma empresa para outra, por exemplo, para a Parmalat Brasil. Pelo que entendi, as **holdings** faziam todo o processo transacional.

Houve transferência por meio dessa conta CC-5. O Presidente disse que, nos últimos 4 anos, não houve transferência. Gostaria de saber de V.Sa., que trabalhou antes desse período, se foi feita ou não essa transferência. No caso afirmativo, gostaria de saber para quais empresas.

O SR. CARLOS MONTERO – Transferência entre as empresas?

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Entre as empresas.

O SR. CARLOS MONTERO – A Parmalat Participações é acionista da Parmalat Brasil. Algumas vezes há movimento financeiro entre uma e outra. Na minha época existia isso. Quanto à Carital, foi feita uma transferência de ativos e passivos em 1999 e, a partir daí, não me recordo de transferências da Parmalat Participações nem da Parmalat Brasil para a Carital. Todo o passivo da Carital foi pago por remessa recebida de alguma das empresas da Parmalat do exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Devido ao adiantado da hora, já são 14h55min, encerrarei a presente reunião.

Não havendo mais quem queira se manifestar, convoco reunião para terça-feira, às 10 horas da manhã, no Plenário 9. Peço esforço aos Srs. Parlamentares no sentido de que se façam presentes. À tarde, teremos audiência com o Sr. Ministro da Agricultura.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar a reunião, peço um minuto.

Acho que seria uma falta de consideração se não fizéssemos algum comentário a respeito do comportamento do Juiz da 42ª Vara de São Paulo.

Entendemos que o comportamento dele engrandece o Judiciário brasileiro, principalmente quando toma atitude em defesa do social. Ao permitir a intervenção na administração do banco e tentar o diálogo constante com o Executivo brasileiro e com o Parlamento, o juiz dá demonstração de grandeza e de espírito elevado. Como já disseram, sua visão é completamente diferente daquela que conhecemos do Judiciário.

Peço ao seu representante que seja portador do nosso reconhecimento. Tenho a impressão de que não falo apenas em meu nome, mas em nome dos Parlamentares que compõem esta Comissão. À ele, o nosso reconhecimento pela grandeza do trabalho que vem elaborando na defesa intransigente daquilo que é mais importante: a busca da continuidade do funcionamento da empresa, preservando os empregos e o trabalho dos fornecedores de matéria-prima ou de outros materiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Agradeço a todos a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVERIGUAR O PROCESSO RELACIONADO À CRISE DA PARMALAT.

Ata da 6ª Reunião (Extraordinária),

Realizada em 10 De Fevereiro De 2004.

Às dez horas e trinta minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat, no Plenário 9, Anexo 2 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Waldemir Moka – Presidente; Ronaldo Caiado e Zonta – Vice-Presidentes; Assis Miguel do Couto – Relator; Augusto Nardes, Cezar Silvestri, Durval Orlato, João Grandão, Leandro Vilela, Luiz Carlos Hauly, Osvaldo Biolchi e Paulo Baltazar – Titulares; Anselmo, Coriolano Sales, Francisco Turra, Josias Quintal, Jurandir Boia, Leonardo Vilela, Luis Carlos Heinze, Paulo Rubem Santiago e Reginaldo Lopes – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Abelardo Lupion, Antonio Carlos Mendes Thame, Enio Bacci, Enio Tatico, Jamil Murad, Josias Gomes, Kátia Abreu, Nelson Marquezelli, Paulo Marinho e Vittorio Medioli. O Deputado Marcus Vicente, Suplente, justificou por meio de Ofício a sua ausência à Reunião, por estar em viagem de Missão Oficial. ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da quinta reunião, realizada no dia cinco de fevereiro de dois mil e quatro. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE**: O Presidente comunicou que a Parmalat havia informado que a empresa Etti-Jundiaí havia sido vendida ao Paulista de Jundiaí e que a Carital Prosport havia sido incorporada pela Carital Brasil, razão por que não estavam presentes os seus representantes para a audiência do dia. **ORDEM DO DIA**: Audiência pública com o Diretor-Presidente da Carital Brasil, Sr. Carlos Alberto Padeti; com o Administrador da Parmalat Participações, Sr. Andrea Ventura; com o Presidente da Carital Prosport; e com o Presidente da ETTI-Jundiaí. Em primeiro lugar falou o os Diretor-Presidente da Carital Brasil, e a seguir o Administrador da Parmalat Participações, que foram interpelados pelos Deputados Assis Miguel do Couto, Durval Orlato, Augusto Nardes, Zonta, Ronaldo Caiado, Cezar Silvestri, Paulo Rubem Santiago, Waldemir Moka, Leonardo Vilela e Luiz Carlos Hauly. Estando presentes no recinto o Sr. Francisco Estevão Rincon Mungioli, Consultor Externo da Carital Brasil, e o Sr. Carlos Montero, ex-Diretor da Parmalat, ambos

citados durante os debates, o Presidente submeteu ao Plenário a decisão de convidá-los à Mesa para serem ouvidos, o que foi aprovado por unanimidade. Após breves explanações, responderam a diversas questões formuladas pelos Deputados. A reunião foi suspensa às treze horas e cinqüenta minutos para a saída dos convidados e reaberta às treze horas e cinqüenta e um minutos. Na seqüência houve debates sobre assuntos internos da Comissão. Não havendo quem mais quisesse fazer uso da palavra, o Presidente encerrou a Reunião às quatorze horas e vinte e três minutos. E, para constar, eu _____, Valdivino Tolentino Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Declaro abertos os trabalhos da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat.

Tendo em vista distribuição de cópias da ata da 5ª reunião a todos os membros presentes, indago se há necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, solicitamos a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Em requerimento verbal, o Deputado Zonta pede dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão a ata da sessão anterior.

Encerrada a discussão. Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação da presente ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião foi convocada para ouvirmos, em audiência pública, os seguintes convidados: o Sr. Andrea Ventura, Administrador da Parmalat Participações; o Sr. Carlos Alberto Padetti, Diretor-Presidente da Carital Brasil; o Presidente da Carital Prosport; e o Presidente da Etti Jundiaí.

Nos termos regimentais, cada convidado dispõe de até 20 minutos para sua exposição inicial. Encerradas essas explanações, os Parlamentares dispõem de até 3 minutos para interpelarem os palestrantes, que terão tempo igual para responder. Serão facultadas a réplica e a eventual tréplica pelo mesmo prazo.

Convido, neste momento, o Sr. Carlos Alberto Padetti, Diretor-Presidente da Carital Brasil, e o Sr. Andrea Ventura, Administrador da Parmalat Participações, para tomarem assento à Mesa.

A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que o Sr. Valdivino Tolentino Filho, Secretário da Comissão, traz a público que a Etti Jundiaí foi vendida em junho de 2002 para a Paulista Futebol Clube; e a Carital Prosport foi incorporada pela Carital Brasil em novembro de 2002. Dessa forma, a Carital Prosport será representada aqui também pelo Diretor da Carital Brasil. Evidentemente, a Mesa, se necessário, fará uma convocação específica ao representante da Etti Jundiaí.

Concedo a palavra, para sua exposição inicial, ao Sr. Carlos Alberto Padetti, Diretor-Presidente da Carital Brasil, que terá inicialmente 20 minutos para sua exposição.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Bom-dia. A Carital Brasil Ltda. é uma empresa que tem como sócios a Carital Food Distributors, com 99,99% de participação, e Carlos Alberto Padetti, com 0,0003%, atendendo a uma formalidade legal aqui no Brasil. Portanto, é uma empresa multinacional.

A Carital se localiza no Caribe e é controlada pela Parmalat SpA, da Itália. Abaixo da Carital Brasil, temos a Zircônia Participações Ltda., da qual a Carital Brasil detém 99,9999%, e Carlos Alberto Padetti também com os 0,0003%.

Abaixo da Zircônia, seguindo a mesma linha, temos a Spam Representações Ltda., em que Zircônia Participações Ltda. detém 99,9999% e a Carital Brasil Ltda. 0,0019%.

Ainda abaixo da Zircônia, temos a Cilpe Indústria e Comércio de Laticínios Ltda., da qual a Zircônia tem a participação de 99,9999% e a Carital Brasil 0,0003%.

Abaixo da Cilpe, temos a Garanhuns Industrial S.A., Gisa, em que a Cilpe detém 99,9510% e outros 0,0490%. Esse basicamente é o organograma da Carital Brasil Ltda.

A empresa Carital Brasil Ltda. depende de captação de recursos oriundos da Parmalat SpA. Na cisão da Parmalat Participações manteve-se o CNPJ da Parmalat Participações, alterando apenas o nome para Carital Brasil Ltda.

O que a Carital Brasil Ltda. administra? Administra um passivo oriundo da Parmalat Brasil, mediante remessa de recursos via Parmalat SpA. Seria basicamente isso: a Carital Brasil Ltda. administra um passivo oriundo da Parmalat Participações.

Não gera caixa a Carital Brasil Ltda., pois depende de recursos de terceiros para administrar esse passivo. Seria basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – V.Sa. já encerrou?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na seqüência, concedo a palavra ao Sr. Andrea Ventura, administrador da Parmalat Participações. V.Sa. também dispõe de 20 minutos.

O SR. ANDREA VENTURA – Bom-dia a todos. Gostaria de começar com uma apresentação pessoal. Sou Andrea Ventura, um cidadão italiano. Comecei a trabalhar no grupo Parmalat no segundo semestre do ano de 1999. Fui contratado no mercado para ser Diretor Administrativo e Financeiro da Parmalat Brasil Indústria de Alimentos, ou seja, empresa operacional.

Como eu estava trabalhando na Europa e, obviamente, não conhecia nada do Brasil, ficou definido que o primeiro semestre da minha permanência no grupo seria sem cargo algum, mas simplesmente para conhecer o grupo Parmalat, o Brasil e todas as legislações e as problemáticas do grupo aqui neste País.

Assim, comecei a exercer o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Parmalat no Brasil somente em fevereiro do ano 2000. Por isso comecei a trabalhar aqui no Brasil simplesmente envolvido na empresa operacional em 2000. Nessa época, a Parmalat do Brasil estava atravessando um momento muito importante de mudança, porque o começo de 2000 coincidiu com a saída do grupo do então Presidente Gianni Grisendi e a substituição dele por outro profissional, cujo nome é Miguel Reyes Borzone.

Fui chamado a trabalhar junto ao então Presidente da Parmalat na época, Miguel Reyes, tentando ajudar na obra, no plano de reorganização do grupo Parmalat do Brasil na parte operacional, resultado de um crescimento muito rápido que tinha acontecido principalmente nos anos 90, como foi delatado em reunião anterior desta mesma Comissão. Havia necessidade de se rever a estrutura da companhia.

Esse trabalho começou no ano de 2000, junto a Miguel Reyes Borzone e demais diretores da companhia. Infelizmente, em 2001, não tínhamos atingido os resultados esperados em termos de rentabilidade da companhia, que continuava deficitária. E o *borde*, na Itália, o Sr. Calisto Tanzi, que, na época, era o Presidente do Grupo Parmalat, decidiu mais uma troca do executivo, substituindo Miguel Reyes Borzone por Ricardo Gonçalves em novembro de 2001. Eu continuava, nessa época, como Diretor Administrativo e Financeiro da Parmalat do Brasil, na empresa operacional, trabalhando, desde então, com o Sr. Ricardo Gonçalves.

Em 2002, em seguida das demissões apresentadas pelo então Administrador da Parmalat Participações, Carlos Montero, fui chamado a assumir essa posição. Por isso estou nessa posição que está indicada hoje. Venho a esta Comissão na qualidade de Administrador da Parmalat Participações, cargo que assumi em julho de 2002.

Continuo a exercer o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Parmalat Operacional.

Quando começou a grande crise do grupo Parmalat – que é uma crise que se gerou lá fora, a nível da controlante, a Parmalat da Itália, com tudo que apareceu no seu balanço, fraudes, etc. –, fui chamado na Itália para ajudar a equipe do interventor, Sr. Enrico Bondi, a entender melhor a situação no Brasil e possivelmente ajudar no plano que será apresentado ao Governo italiano e aos credores. Passei, naquele País, por investigações obviamente da justiça italiana e expliquei tudo o que tinha sido feito no Brasil. Expliquei que a operação, pelo menos na parte que compete à gestão de que participei, não tem problemas parecidos com aqueles na Itália.

Desde então, trabalho muito próximo à nova equipe do Sr. Enrico Bondi, interventor do Governo italiano, tentando solucionar a crise aqui no Brasil como parte importante da crise do grupo Parmalat. Faço esse adendo apenas para dar uma idéia do meu trabalho. Meu histórico é de um executivo contratado especificamente para trabalhar na parte operacional da Parmalat no Brasil.

Depois, passei a assumir esse cargo na empresa de Participações e agora trabalho muito junto à Itália.

Falarei um pouco sobre a Parmalat Participações porque acredito serem essas as informações que de mim desejam obter. A Parmalat Participações é uma empresa que tinha, antes da crise – porque hoje tudo está diferente –, uma atividade financeira de captação de recursos e gerenciamento de dívidas. Esses recursos eram destinados historicamente a investimentos do Grupo Parmalat, principalmente aqui no Brasil. Sendo assim, a Parmalat Participações é controladora da Parmalat do Brasil, originou os investimentos necessários ao crescimento operacional.

Posso falar com conhecimento de causa da Parmalat Participações no período em que estive envolvido na sua gestão. Partes ou operações feitas anteriormente eu conheço de forma indireta, por isso responderei. Em alguns casos, poderei não ter todos os conhecimentos requeridos. Na fase da minha gestão, de minha responsabilidade, obviamente, tenho todas as informações.

É importante entender a diferença de estratégia que o grupo tinha no Brasil e nas duas empresas, a operacional e a Parmalat Participações?

A Parmalat Brasil S.A., como já foi dito em várias oportunidades, é uma empresa que sempre teve problema de rentabilidade em gerar os resultados esperados por qualquer acionista. Foi uma empresa de grande sucesso

de imagem, no sentido de ter marcas extremamente bem sucedidas aqui no Brasil, campanhas e propagandas que são lembradas ainda hoje por todos, produtos que podem ser encontrados em qualquer ponto de vendas e de ótima qualidade.

Essa forte presença comercial e industrial, porém, nunca foi capaz de gerar um resultado satisfatório para o acionista. Pelo contrário, o acionista, constantemente – isso já foi declarado e está escrito no balanço da Parmalat S.A. –, teve que contribuir com o seu resultado, de forma a absorver parte do prejuízo que ela mesma gerava.

A estratégia na área financeira, pelo que posso falar da Parmalat Brasil, Indústrias e Alimentos, a empresa operacional, portanto, era aquela que recebia recursos do grupo Parmalat, de forma a manter a dívida num nível sustentável pela operação e, possivelmente, encontrar fontes de financiamentos que permitissem acompanhar o plano de investimentos que sempre foi feito no Brasil. Nunca se deixou de ser investir dinheiro no Brasil, mesmo nos últimos anos. E também, se possível, se focava uma atividade de financiamento à Parmalat Brasil com bancos nacionais que conhecessem a operação local brasileira. Esse era o quadro que tínhamos feito e que estamos tentando procurar.

No final de 2003, lançamos no mercado uma operação que teria sido muito importante para a Parmalat: um fundo de securitização, com venda de recebíveis da Parmalat Brasil. Infelizmente, o estourar da crise do grupo também danificou essa operação, que foi liquidada com plena satisfação dos investidores, mas que gerou para a Parmalat Brasil a perda de uma fonte importante de recursos financeiros.

Com tudo isso, queria falar o seguinte: a Parmalat do Brasil é uma empresa que sempre recebeu recursos. Gostaria de citar aqui alguns números. A Parmalat do Brasil recebeu do grupo, através da própria controlante, Parmalat Participações, quase 200 milhões de reais nos últimos 2 anos em contribuições financeiras. O grupo assumiu quase que 400 milhões de resultados negativos nos últimos 4 anos. Por isso o fluxo líquido que o grupo teve a favor da Parmalat Brasil sempre foi o de enviar os recursos que o grupo poderia alocar na empresa operacional, para permitir a sobrevivência dela, mesmo com resultado insatisfatório.

Obviamente, esse resultado insatisfatório era um fato, mas não era aceito pacificamente nem pelos executivos locais nem pelas controladoras da Itália. A Diretoria atual estava comprometida com o plano que já estava começando a dar bons resultados no segundo semestre do ano passado.

Infelizmente, o que aconteceu danificou também esse caminho positivo que a Parmalat estava tendo.

Nessa estratégia, voltamos a falar da Parmalat Participações, que, como já falamos, é uma empresa que tem natureza financeira, cujo objetivo era captar os recursos necessários ao crescimento no País.

É importante salientar, portanto, que a Parmalat Participações tem uma dívida bruta muito elevada: 1,6 bilhões de dólares. Posso dizer que essa dívida existe praticamente desde que entrei na Parmalat Participações. As variações dessa dívida são devidas. Falarei primeiro da variação cambial, depois, passarei alguns números ao Presidente, e então tratarei dos juros sobre a rolagem da dívida. Por isso posso falar que nos últimos 2 anos a Parmalat Participações não vem fazendo novas captações, mas simplesmente rolagem de dívida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Poderia V.Sa. falar um pouco mais próximo do microfone, por favor.

O SR. ANDREA VENTURA – Pois não, desculpe. Estava falando da composição da dívida.

Esse valor da dívida é principalmente captado por bancos ou instituições financeiras estrangeiras. Na última data levantada, que seria o final de novembro, 93% da dívida total do grupo da Parmalat Participações estão com os bancos ou institutos do exterior avalizados pela Parmalat Itália. Essa era a forma de captar recursos sempre com a aval da controlante italiana. Somente 7% dessa dívida estava com bancos nacionais.

Quanto à composição por moeda, que também é um aspecto importante, temos a dizer que 50% dessa dívida é denominada em euro. O euro teve um processo de reavaliação contra todas as demais moedas, incluindo o dólar dos Estados Unidos, e o real do Brasil, em quase 30% no período em que estou como responsável dessa empresa, entre junho de 2002 e final de 2003. Obviamente, isso explica um aumento da dívida denominada em reais. Mas se olharmos a variação da dívida, denominada em moeda que está financiada, verificaremos que é bem menos importante. Daqui a pouco tratarei desse assunto.

Qual era a estratégia que o grupo tinha definido a respeito dessa Parmalat Participações? Como falamos, essa dívida vem de um período bem anterior a minha assunção ao cargo e, portanto, o objetivo do grupo era reduzir essa dívida e alongar a permanência dentro da companhia. A redução da dívida estava prevista com a operação feita em 500 milhões de euros. Era uma operação de captação de recursos, essa também feita anteriormente à minha entrada na Parmalat Participações, mas que tinha como escopo uma missão de obrigações conversíveis em capital da empresa, que teria permitido reduzir para um valor de 500 milhões

de euros essa dívida. Por isso é que estão falando de mais de 650 milhões de dólares. Depois disso, tinha continuamente aporte do grupo para essa Parmalat Participações realizar o pagamento de dívida, conforme a possibilidade financeira do grupo.

A respeito disso, só para dar mais alguns números – depois detalhes serão disponíveis em relação às perguntas específicas –, o grupo, no período que foi responsável por isso, desde 1º de julho de 2002, passou à Parmalat Participações cerca de 50 milhões de dólares. E a Parmalat Participações passou, como falei antes, para a Parmalat do Brasil cerca de 200 milhões de reais.

As movimentações líquidas da Parmalat Participações sempre foram ativas no Brasil. É claro que uma empresa que tem como função gerencial uma dívida desse tamanho tem a necessidade de fluxos de entradas e saídas do País quando tem dívida vencendo. O saldo líquido, devido aos aportes de dinheiro que o grupo sempre providenciou, é positivo nesse mesmo período – 25 milhões de dólares. Por isso eu gostaria de deixar claro para todos os senhores: a operação brasileira – a Parmalat Brasil e a Parmalat Participações – sempre foi sustentada com aportes de recursos financeiros por parte do grupo Parmalat do exterior. Infelizmente, os resultados que vínhamos tendo no Brasil obrigavam o fluxo de recursos para a nossa operação aqui no Brasil. A Parmalat Brasil sempre conseguiu receber recursos do grupo Parmalat quando tinha necessidade disso. E a prova se encontra no balanço mesmo da Parmalat Brasil. Mesmo com resultado negativo no ano de 2003, a Parmalat Brasil conseguiu reduzir a própria dívida graças aos aportes feitos pelo grupo Parmalat nesse mesmo período. Isso foi efetivamente até o começo da crise. Nesse momento, obviamente, o grupo teve que parar, não teve mais condição de repassar recursos. Então, a Parmalat Brasil, que estava com um fluxo de caixa deficitário, começou a entrar na situação que estamos encontrando hoje.

Quanto à composição da dívida, ressaltamos que não foram feitas operações de mercado que não fossem de rolagem. É importante dividir a evolução da dívida na moeda que foi captada. Quando entrei na Parmalat Participações, em julho de 2002, a empresa tinha uma dívida em euro de 615 milhões, que dariam uns 665 hoje. A diferença são os juros capitalizados em dólares, que não foram pagos por causa da situação do grupo Parmalat; uma evolução de 580 milhões para 758. Aqui, mais uma vez, são os juros mais os prejuízos acumulados que entraram nessa conta. Não foram feitas, nesse período, operações de finanças, posso dizer, estruturadas, não foram feitas operações no mercado. Todas as operações da Parmalat Participações foram feitas nos períodos anteriores.

Outra dúvida que eu gostaria de esclarecer nessa minha abertura – depois, obviamente, ficarei à disposição de V.Exas. para responder a perguntas – refere-se às garantias que a Parmalat Brasil teria prestado para a Parmalat Participações. Conforme o resultado trimestral, último ITR de setembro, consta uma garantia prestada por um valor de 206 milhões de reais. Essa garantia é oriunda de operações lançadas ao mercado na década de 90; não são garantias geradas no último período.

Quanto à dúvida sobre o recurso da Parmalat operacional para a Parmalat Participações, eu gostaria de citar 2 aspectos: primeiro, estou falando de uma controladora e de uma controlante, por isso tinham um relacionamento muito próximo. Em segundo lugar, como falei, o saldo líquido de 2003 é maior que 200 reais. Mas, quando começou – gostaria de citar mais um ponto –, no mês de setembro, foram transferidos em favor da Parmalat Brasil cerca de 90 milhões de reais. Por isso o grupo fez um esforço muito grande em favor da operacional, nessa tentativa de melhorar as suas condições financeiras. Obviamente, no período que começaram os problemas de imagem pública, não ainda o problema de acertar ou declarar fraudes dentro do grupo Parmalat – estou falando do período de outubro, novembro –, a Parmalat Brasil retornou uma parte desse dinheiro. Refiro-me a 30 milhões de reais, no saldo líquido, pouco mais de 200 milhões de reais. Por isso, até lá, tinham enviado 234. Trinta milhões mais ou menos voltaram para a Parmalat Participações, a fim de ajudar no momento de dificuldade. Esse era um dinheiro que tinha sido recebido pela Parmalat do Brasil há menos de 30 dias.

Último ponto, esse mútuo crescimento da Parmalat Participações e da Parmalat Brasil. Acho que o Sr. Ricardo Gonçalves já deixou com esta Comissão os documentos do balanço que explicam bem tudo isso – nada mais que o resultado dessa absorção de resultado negativo que o grupo fazia da Parmalat Brasil. Não é devido a movimentações de dinheiro, a movimentação financeira entre as duas empresas. Ou seja, se positivo, significa recursos entrando dentro da operacional, nunca o contrário.

Sr. Presidente, quase que esgotei os 20 minutos, por isso eu deixaria tempo para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deixo V.Sa. à vontade, se quiser fazer a complementação. V.Sa. dispõe de mais tempo.

O SR. ANDREA VENTURA – Sr. Presidente, não sei se vale a pena, porque tentei traçar o quadro geral

da situação, com bastantes números, para que V.Exas. agora elaborem suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Apenas gostaria de deixá-los à vontade com relação ao tempo.

Neste momento, então, passo palavra aos Srs. Deputados. Lembro que há uma lista de inscrição para as inquisições. Naturalmente, começo concedendo a palavra ao ilustre Relator desta Comissão Especial, Deputado Assis Miguel do Couto, que tem a prioridade nas indagações.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Inicialmente, registro minha saudação aos Parlamentares presentes, aos demais acompanhantes desta reunião e à Mesa, e cumprimento o Presidente Waldemir Moka.

Sr. Andrea Ventura, eu queria fazer algumas perguntas bastante objetivas com a expectativa de que as respostas também correspondam.

Primeiro, a Parmalat Participações obtinha um passivo de 615 milhões de euros ou 758 milhões de dólares. Eu queria que esse passivo fosse um pouco mais especificado, distribuído. Fala-se que 93% estão nos bancos no exterior e 7% nos bancos nacionais. Indo mais além, quanto é o passivo tributário e trabalhista da empresa?

Em segundo lugar, é difícil entender a engenharia organizativa e institucional das duas empresas mencionadas. Gostaria de saber quem controla quem. Na verdade, a Parmalat Participações é controlada por quem, além do que foi exposto? Há empresas fora do País, em chamados paraísos fiscais, que controlam empresas ligadas à Parmalat Participações?

Terceira questão: quais são os acionistas da Parmalat Alimentos? Se possível, explique o tipo de ações e valores de mercado.

Todas as informações prestadas a esta Comissão dão conta de que houve um processo amplo de aquisição e de restruturação do grupo Parmalat no Brasil, principalmente a Parmalat Alimentos. Qual o volume de recursos aplicados nesse processo nos últimos 5 anos? Se possível, especifique as origens dos alimentos. Falou V.Sa. que os recursos vindos são da Parmalat italiana. Os representantes da empresa, na audiência do dia 5 de fevereiro, foram unânimes em afirmar que a responsabilidade sobre a remessa de recurso ao exterior não era da Parmalat Alimentos, mas da controladora. A pergunta é: qual o volume de recursos enviados para o exterior, no caso, a matriz, nos últimos 5 anos?

A princípio são essas as perguntas à empresa Parmalat Participações.

Não estou satisfeito com a exposição sobre quem controla a Carital no Brasil. Creio que serão necessárias maiores explicações. Quais as atividades dessa empresa no Brasil? Nos últimos 5 anos, o que ela fez? Expôs V.Sa. que a empresa apenas administra o passivo. Que passivo é esse? De quem é, quanto é?

Na audiência do dia 5, o Sr. Carlos Montero, ex-Diretor Financeiro da Parmalat, informou que somente em uma operação foi enviada ao Brasil a importância de 10 milhões de dólares. Quanto somam as operações da empresa nos últimos 5 anos? Qual o destino dos recursos que porventura tenham entrado no Brasil? Conseqüentemente, qual o volume dos recursos enviados por essa empresa ao exterior?

São essas as perguntas que gostaria de fazer. Creio que os nobres colegas terão muitas outras, que necessariamente terão de ser retornadas. Portanto, voltaremos a insistir em alguns pontos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Volto a palavra, inicialmente, ao Sr. Andrea Ventura, para que possa responder ao Deputado Assis Miguel do Couto, nosso Relator.

O SR. ANDREA VENTURA – Responderei às perguntas do Deputado Assis Miguel do Couto.

Foquei, na abertura, a dívida financeira porque está sendo muito questionada. Até na reunião anterior foi feita essa pergunta. Falei da moeda, porque acho importante entender o efeito da variação cambial quando se fala em dívida em reais ou até mesmo dívida em dólares. Cinqüenta por cento da dívida, repito, é representada em euro, que passa por um processo de valorização muito forte nos últimos 18 meses. Dei outra informação de que só 7% dessa dívida seria com bancos nacionais, para deixar claro que a Parmalat Participações precisava buscar recursos financeiros principalmente do exterior, porque tinha garantia e aval do Grupo Parmalat, da Parmalat Itália. Vale a pena lembrar que era uma empresa considerada bem gerenciada, com bons números, até com **rating** internacional, que dava possibilidade para investidores institucionais. Hoje, claro, tudo assume uma luz completamente diferente, mas, naquela época, tinha muitos investidores internacionais interessados em emprestar dinheiro para o grupo Parmalat e para a Parmalat Brasil, especificamente a Parmalat Participações.

Não entendi se V.Exa. gostaria de ter mais abertura sobre essas linhas de dívida ou somente a parte trabalhista e tributária, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Por exemplo, em relação a esses 7% com bancos nacionais, quais seriam as instituições?

O SR. ANDREA VENTURA – As instituições envolvidas são Banco do Brasil, Banco Fibra, Banco Rural e Banco BIC. Cada um desses bancos, com valores menores de 10 milhões de dólares. São valores, na média, em torno de 5 milhões de dólares cada um. Esses são os bancos nacionais que estão envolvidos. E os demais institutos que têm financiamento conosco são grandes bancos internacionais.

V.Exa. está interessado em conhecer os nomes ou não?

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sim.

O SR. ANDREA VENTURA – Os principais bancos que têm operações com a Parmalat Participações são: Credit Suisse First Boston, BankBoston, Bank of America, Citibank, Santander, ABN Amro Bank. Esses são os principais bancos com os quais a Parmalat Participações opera. Depois, há operações que são realizadas no mercado. Não sabemos quem são os investidores finais, operações feitas no mercado, operações com bônus feitas na década passada.

Quanto ao passivo tributário e trabalhista, hoje não há nada disso na Parmalat Participações. A Parmalat Participações não tem passivo tributário, não tem nenhuma provisão, não tem nenhuma ação que leve até a um passivo desse tipo, nem passivo trabalhista. Sempre foi uma empresa que, pela sua natureza, teve poucos funcionários e não gerou situações de passivo.

Se V.Exa. estiver interessado em conhecer as contingências ou a provisão que está na Parmalat operacional, posso dar essa informação.

Na Parmalat Brasil, na parte operacional, há uma provisão de 43 milhões de reais à frente de contingências trabalhistas, tributárias e cíveis.

Não sei se está respondida a pergunta.

A outra pergunta que V.Exa. me fez foi em relação à cadeia de controle, que esqueci de mencionar na minha apresentação. Peço desculpas por isso. A Parmalat Participações é controlada por 93% do próprio capital pela mesma Parmalat SpA. Parmalat SpA era **holding** de empresa operacional italiana também. Por isso, 7% estavam com outra empresa que se chama Parmalat Food Holding, anteriormente conhecida como New Sievel. É uma empresa do Reino Unido, controlada 100% pela Parmalat SpA. Depois, tenho cotas que estão comigo, como pessoa física. Valem menos 0,0002% da minha participação pessoal no capital, e só feita para fim formal. Por isso, nenhuma das controladoras da Parmalat Participações tem sede em países que são paraísos fiscais. Uma é uma empresa sediada na Itália e outra, na Inglaterra.

A Parmalat Participações – os senhores têm um organograma do grupo – controla uma outra empresa **holding** que se chama Parmalat Empreendimentos. Esse empreendimento não tem operações, é uma **holding** constituída a fim de permitir, em 1999, um aporte de capital por investidores estrangeiros, cujo nome são 2 veículos Food Holding Ltda. e Dairy Holding Ltda. Esses são investidores terceiros do grupo Parmalat.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – O senhor saberia dizer quem são donos ou compradores da Parmalat SpA?

O SR. ANDREA VENTURA – A controladora da Parmalat SpA é a Parmalat Finanziaria, que é uma **holding** italiana licitada na bolsa italiana de valores. Por cima delas, estavam os acionistas da bolsa e a família Tanzi, com percentual de controle que tinham até dezembro. Vamos dizer que é uma empresa italiana até chegar nas pessoas físicas.

Estava explicando que Parmalat Empreendimentos depois controla 99,98% das associações da Parmalat Brasil S.A . A parte das ações que estão no mercado é absolutamente mínima: só 0,02% do capital interno da companhia.

V.Exa. me perguntou se existe um valor de mercado. Não, porque a ação não está sendo negociada, pelo menos desde que cheguei no Brasil, não tenho notícia de negociações por não ter efetivamente ações no mercado.

Custo de estruturação. Declaramos em nosso balanço, em uma área exposta para CVM, que o custo que estimamos nesses 4 anos, de 2000 a 2003, remonta em 433 milhões de reais. Esse valor foi a balanço e nosso resultado também explicado nas notas.

Como falei, o prejuízo que esse custo de estruturação passou a gerar foi financiado, em boa parte, com as contribuições derivadas do grupo Parmalat e outra parte com aumento da dívida da Parmalat Brasil, que aconteceu nesse mesmo período, nos últimos 4 anos.

Quanto aos valores para o exterior nos últimos 5 anos, só falei antes dos números que conheço por ser da minha gestão. Nesse período, o saldo líquido é positivo. Ou seja, o Brasil recebeu valores do grupo muito maiores do que mandou para fora. O que mandou foram pagamentos de empréstimos que estavam vencendo ou pagamentos de grupos com empresas do grupo. Todas essas movimentações feitas na minha época estão regularmente registradas e legais.

Obviamente, agora está começando a surgir uma exigência de conhecer melhor, e nós pedimos formalmente ao Banco Central para nos dar uma listagem de todas as movimentações para o exterior, porque são referentes a administrações antecedentes à minha. Assim que tiver essa informação, providenciaremos para a Comissão. Não sei se está tudo respondido.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Há só um ponto que considero importante: o passivo tributário, na sua avaliação, poderia estar em outra empresa do grupo no Brasil descarregada ou em empresas que foram substituídas pela atual Parmalat Participações?

O SR. ANDREA VENTURA – Estou com uma dificuldade de responder, porque posso falar sobre a situação atual da Parmalat Participações. Se no passado foi transferida uma contingência para outras empresas, num período que não estava envolvido, não sei. Desconheço a resposta. Posso falar da situação de hoje.

A Parmalat, neste momento, não tem nenhuma situação. Recebi do meu assessor uma abertura das contingências da Parmalat Brasil. Se V.Exa. quiser essas informações, posso lhe dar.

Dos 42 milhões que estão provisionados na Parmalat Brasil S.A., 27 milhões são trabalhistas, 7 milhões são tributários, 8 milhões são cíveis. Temos, em depósitos judiciais, 10 milhões, sendo: 4 trabalhistas, 4 tributários e 2 cíveis. Esses são valores até 31 de dezembro de 2003 da Parmalat Brasil.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Sr. Carlos Alberto Padetti.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Quem controla a Carital é a Carital Food, uma empresa situada no Mar do Caribe. Esse é o controlador da Carital Brasil, da qual também tenho participação minoritária, atendendo à legislação do País. Posso responder que eu estou na empresa desde agosto de 2002.

As atividades, na verdade, são administrar o passivo herdado em função da cisão da Parmalat Participações Ltda. Nós o administramos mediante envio de recursos da Parmalat SpA. O que aconteceu quando houve essa cisão da Parmalat Participações? Feito esse trabalho para sanear a Parmalat Participações, a Carital assumiu praticamente toda a parte do passivo; é claro que veio junto parte do ativo também. A atividade basicamente é essa.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – É possível definir esse passivo em grandes linhas?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Sim. Esse passivo é formado da seguinte maneira: de um total de cerca de 2 milhões, 1 milhão 966, nós temos 58...

(Intervenção inaudível.)

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Reais.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Dois milhões ou 2 bilhões?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Um bilhão, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e três.

A composição deste passivo: empréstimos e financiamentos...

(Intervenção inaudível.)

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Dois bilhões. Empréstimos e financiamentos de curto prazo, uma dívida já rolada, já vencida, 278 milhões. Impostos, taxas e contribuições a curto e longo prazo, oriundos de autos diversos, 180 milhões, com os quais nós entramos no REFIS 2, e 58 milhões que seriam a curto prazo, o que dá um total de débito de cerca de 220 milhões. Dívidas com empresas ligadas, 778 milhões, e uma parcela a longo prazo, que seria o principal do **chasing**, dívida essa garantida pela Itália, perfazendo 648 milhões. Seria basicamente esse o histórico do passivo.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – O total desse passivo, em reais é...

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Em reais.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Um bilhão...

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Um bilhão, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e três reais.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Dois bilhões...

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Dois bilhões.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu pediria apenas que o Sr. Carlos Alberto pudesse repetir os 2 últimos itens do passivo, as dívidas com empresas coligadas e com o banco.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Dívida com empresas ligadas: 778 milhões. O principal da parcela a longo prazo com o **chasing**, com vencimento em 2006: 648 milhões.

Quanto à origem dos recursos, em percentuais, há, 66% originários da Wishaw, empresa situada no Uruguai.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Por favor, sobre que montante de entradas? De receitas? Total?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – A origem dos recursos é justamente para administrar esse passivo.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – O.k.!

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – A origem dos recursos para isso veio das seguintes fontes: 66% basicamente da Wishaw 24% da Parmalat Brasil; 7% de aluguéis de imóveis; 2% de venda e empréstimo de atletas; 1% oriundo de diversas fontes.

A destinação dos recursos, obviamente, é para saldar dívidas de REFIS, a curto e longo prazo.

Volume de dinheiro enviado para o exterior? Inexiste, mesmo porque nós não geramos caixa.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Pela Carital não existe envio de remessas de recursos?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Não, nós não geramos caixa. Apenas administramos esse passivo mediante a remessa de dinheiro da Wishaw, via Parmalat SpA.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Porventura, por pessoas físicas ligadas à empresa, houve remessas?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Desconheço. (*Pausa*.)

É isso, basicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na seqüência, passo a palavra ao Deputado Durval Orlato, o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Pela ordem, Sr. Presidente. As inscrições não conferem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – O Deputado Durval Orlato é o autor do requerimento, por isso estou dando prioridade a S.Exa. Na seqüência, falará o Deputado Augusto Nardes. S.Exa. tem prioridade por ser autor.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Há necessidade de esclarecer o assunto. Vamos acabar virando meros espectadores, se não houver seqüência. A réplica e a tréplica ficaram na seqüência das outras perguntas e só ocorrerão depois do detalhamento.

Gostaria também, pela ordem, de saber qual será o procedimento adotado. Quantos vão perguntar para depois haver resposta? Ou cada um pergunta e ouve a resposta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado Zonta, nas audiências, pelo menos da nossa Comissão, dois ou três Deputados perguntam e, em seguida, o convidado responde. Em função da complexidade do assunto, no entanto, sugiro – e submeto minha sugestão ao Plenário – que se pergunte e, imediatamente, a resposta seja dada, considerando-se que nas perguntas ha números. Penso que seria este o melhor procedimento: o da pergunta individualizada. Pergunta e resposta!

O SR. DEPUTADO ZONTA – Com réplica e tréplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Sim, de cada um.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Quantos Parlamentares estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Até agora, 5.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Gostaria que V.Exa. também restringisse os 3 minutos da réplica e da tréplica, senão, acredito, não teremos como obter boa resposta para todos os que querem formular perguntas hoje. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tentarei, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Durval Orlato.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Parlamentares, representantes e convidados, para esclarecer a situação da Parmalat, boa parte dos meus questionamentos foram abordados pelo Relator.

Primeiro, o Banco do Brasil fez um bloqueio dos estoques da Parmalat Alimentos em função da sua dívida.

Gostaria de saber se a dívida foi feita pela Parmalat Participações, pela Carital Brasil ou pela Parmalat Almentos.

Quem, afinal, foi ao banco, contraiu a dívida e utilizou o dinheiro?

Creio que o dinheiro tenha sido solicitado e utilizado pela Parmalat Alimentos. Mas como os nomes da Carital Brasil e da Parmalat Participações aparecem – a cada pergunta descobrimos mais um parceiro na história –, gostaria de saber quem solicitou o dinheiro ao Banco do Brasil.

Segundo, em 1999, a Parmalat Participações criou uma empresa chamada Etti Jundiaí, com a compra do Paulista Futebol Clube. Estou com o contrato em mão. O Paulista Futebol Clube transformou-se em Etti Jundiaí, até por questão comercial, pois era a marca de um leite concorrente. O valor da compra foi de 2 milhões, 457 mil.

Em 2001, consta no balanço uma dívida do Etti Jundiaí Futebol Ltda. no valor de 73 milhões, 2 anos depois. Ou seja, a empresa foi comprada por 2 milhões, 457 mil. O Etti deixou ou não dívida ao Paulista de 40 vezes mais? Essa dívida ficou com quem? A dívida ficou com o Etti Jundiaí, que acabou fechando, embora pertencesse à Parmalat Participações? Quem assumiu a dívida constante do balanço do Etti Jundiaí?

Terceiro, a Parmalat, à época – não saberia precisar quando, porque não conhecia esse monte de parceiros envolvidos, mas deve ter sido pelas explicações da Parmalat Participações –, comprou, mediante leilão, um terreno de 200 mil metros quadrados, em Jundiaí, para situar o Centro de Treinamento de Jogadores no Brasil, CETEU. A construção da área deveria levar 2 anos para ser concluída. Foi comprada à época por um preço bastante simbólico. Tratava-se de área modificada, para esquentar e, praticamente, direcionar o leilão. Tudo bem. Era causa nobre o esporte. Assim, fomos tocando.

Temos informações de que não foi feito nada no local. Quando o Etti Jundiaí, controlado pela Parmalat Participações, rescindiu o contrato de 30 anos com o Paulista Futebol Clube, antes do tempo – em questão de alguns anos acabou se retirando –, ofereceu-lhe o citado terreno e assumiu toda sua dívida. Contudo, hoje, na gravação da rádio que fiz com o Vice-Presidente, à época, e Presidente do Paulista, hoje, Sr. Eduardo Palhares, o Vice do Sr. Carlos Monteiro – como falei Presidente do Etti, à época – disse que as contas do Paulista estão todas saneadas. Então, alguém ficou com os 73 milhões de prejuízo.

Gostaria de saber se é verdade o que disse o Vice-Presidente do Etti, à época. Os senhores confirmam ou não isso? A dívida ficou com o Paulista? O terreno teria sido dado como forma de rescisão do contrato? Há irregularidade nisso, porque uma cláusula do contrato diz que o uso era específico. Em não se cumprindo, retornaria ao patrimônio público.

Existe uma outra questão envolvendo o terreno da Hanna Transportes, de propriedade do Sr. Carlos Fernandes, que prestava serviços à Parmalat. Ele tinha alguns créditos com a empresa e lhe foram oferecidos, como forma de pagamento, esse terreno em Jundiaí e outro em Lucélia, também no Estado de São Paulo, mas parece que o Sr. Carlos Fernandes teria recusado.

A Parmalat Participações do Brasil ficou com esse terreno? Hoje ela é ou não proprietária desse terreno de 200 mil metros quadrados em Jundiaí? Com quem ficou esse terreno numa área nobre da cidade, inclusive com fundos para a represa? Gostaria de obter essa informação.

Passo para a última questão. Peço ao senhor que forneça o contrato e o destrato de compra e venda do Juventude, do Rio Grande do Sul, e do Paulista Futebol Clube, de Jundiaí. É um mistério a forma como foi feita a compra e a devolução desses times, pois ninguém tem conhecimento de extrato.

Gostaria que o senhor fornecesse, posteriormente, a esta Comissão o contrato e o destrato desses 2 times.

Por ora é somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao Sr. Andrea Ventura.

O SR. ANDREA VENTURA – A primeira pergunta que o Deputado Durval Orlato fez foi a respeito do dinheiro do Banco do Brasil. Insisto em dizer que o Grupo Parmalat captava recursos e operava com bancos por meio de duas empresas: a Parmalat Brasil e a Parmalat Participações. Temos uma linha de crédito com o Banco do Brasil por meio da Parmalat Brasil, a indústria de alimentos, que está garantida por estoque e cujo vencimento será nos próximos dias. Ela deu origem a todo esse problema de bloqueio de dinheiro no Banco do Brasil. Por isso, o dinheiro que gerou problemas com o Banco do Brasil é relativo à operação da Parmalat Alimentos, a Parmalat Indústria. Ela contraiu o empréstimo e utilizou o dinheiro para atender a exigências.

Também mencionei que o Banco do Brasil tem uma outra linha de crédito com a Parmalat Participações. Essa foi uma negociação separada.

Portanto, há duas empresas do Grupo Parmalat com contrato de financiamento no Banco do Brasil. Na Parmalat Participações, o valor é, mais ou menos, de 8 milhões de dólares, ou seja, estou falando de 20 e poucos milhões de reais.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – E na Parmalat Alimentos?

O SR. ANDREA VENTURA – Nela, o valor é de 50 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Está bom. *(Risos.)*

O SR. ANDREA VENTURA – Quanto às perguntas que V.Exa. fez a respeito do futebol, no passado, a Parmalat Participações cedeu para a Carital as atividades de futebol. Por isso, acho que quem tem de responder às indagações é o Sr. Padetti ou quem eventualmente participou da negociação na época. Eu não estou a par de nada. Mas posso falar que hoje não existe terreno entre os ativos da Parmalat Participações.

Portanto, acho que o Sr. Padetti poderá responder melhor.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Esse problema do Paulista também é anterior à minha gestão. Sei que existe o destrato entre o Paulista e a Carital Prosport, inclusive composto de 4 anexos, nos quais estão arrolados todos os atletas. Não tenho esse contrato aqui, mas poderei encaminhá-lo num segundo momento. Esse é o único detalhe que sei a respeito das transações oriundas do futebol. Mas existe o contrato, sim.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Com relação à questão da compra por 2 milhões e 400 e depois o Etti Jundiaí fechando um balanço de 73 milhões de dívidas, com quem ficou esse montante?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Não saberia responder. Isso foi feito anteriormente à nossa gestão.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – O senhor se compromete a fornecer à Comissão para que possamos analisar.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – O contrato?

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – O contrato, o destrato e com quem ficou essa dívida.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Pois, não. Vou verificar para tentar elucidar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na seqüência, usará da palavra o nobre Deputado Augusto Nardes.

Apenas quero deixar claro que é cada vez mais complicado entender essa questão da Parmalat – contratos, documentos, anotações. Não estou dizendo que há má-fé, mas sempre se diz que há uma controladora. Na Itália, ocorre o mesmo. Ouvi o Sr. Enrico Bondi dizer que o senhor veio para cá na qualidade de principal gerente financeiro operacional, com uma equipe específica para reestruturar a empresa. Mas vejo que o senhor está aqui há mais de ano. E a informação que tive lá foi de que o senhor veio especificamente por causa da crise. Mas terei oportunidade de esclarecer esse problema.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. também perguntasse ao Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, quais foram as garantias dadas pela Parmalat Participações do Brasil, uma vez que ela é apenas devoradora de passivos. Portanto, gostaria que V.Exa. indagasse como se pode emprestar 24 milhões de reais a uma empresa que não tem patrimônio para dar como garantia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sr. Presidente, realmente V.Exa. tem razão em observar que está muito nebuloso todo esse quadro. Fiquei muito preocupado com o depoimento do Sr. Carlos Alberto Padetti, que na verdade falou pouco, já que deve conhecer muito mais. Ele deve ter um histórico, uma vivência, ainda mais por ser integrante de uma empresa controladora da Parmalat. Parece-me que o senhor desconhece profundamente as questões e a própria história da empresa, pois lá ingressou em 2002. E o seu passado em relação à empresa? Como o senhor teve o privilégio de ter essa participação, colocando seu nome na própria controladora, a Carital?

Gostaria que explicasse mais sobre essa questão, porque me parece que o senhor está aqui fazendo algumas observações como se desconhecesse toda a história. O que existe por detrás de tudo isso? Gostaria que o senhor nos contasse como entrou na empresa, qual sua origem, como é sua participação. Enfim, que nos explicasse melhor tudo isso.

O depoimento do Sr. Andrea Aventura foi importante no sentido de esclarecer alguns pontos. Mas como se explica uma empresa como a Parmalat fazer investimentos durante vários anos de prejuízo? Como ela conseguiu colocar dinheiro aqui, tendo, por vários anos, essa situação de dificuldade?

Gostaria de ouvir o histórico sobre esses anos de prejuízo. No Brasil, sabemos que houve uma série de atropelos por parte da Parmalat, para acabar com algumas pequenas e médias empresas, fazendo pressão para que as pequenas desaparecessem. Mas mesmo tendo prejuízo ela continuou enviando esses recursos.

Com relação aos atletas, não há mascaramento dos prejuízos da Parmalat em nosso País?

Eram essas as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Inicialmente, tem a palavra o Sr. Carlos Alberto Padetti.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Primeiramente, fui convidado pelo então gerente jurídico da Parmalat para auxiliar a administração da Carital Brasil, que, na época, tinha como Presidente o Sr. Francisco Mungioli. Meu trabalho era simplesmente ajudar na administração o então presidente, que deixou o cargo há cerca de 30 dias. Portanto, assumi a presidência da empresa tão-somente há 30 dias.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – E como o senhor explica sua participação diretamente na sociedade? O senhor disse que participa junto com a Carital.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Exatamente. Entrei na sociedade em atendimento à legislação brasileira, que determina a necessidade de um sócio brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Mas, há 30 dias apenas?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Não, desde março de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Permite-me, nobre Deputado Augusto Nardes?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Seria correto afirmar que a Carital foi, na verdade, formada apenas para absorver todo o prejuízo no grupo Brasil? Formaram uma empresa para ficar apenas com o passivo, para que as outras tivessem condições de operar? Seria correto afirmar isso?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na verdade, é como se a Carital fosse um depósito de dívida, de todo esse passivo de 2 bilhões.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Oriundo da Parmalat Participações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Quer dizer, limparam a Parmalat Participações e colocaram toda a dívida nessa Parmalat, que é a Carital. E esse grupo está apenas administrando a dívida?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Afirmativo.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sr. Presidente, apenas para complementar.

Sr. Carlos Alberto Padetti, como o senhor explica sua participação nesse processo, sabendo para onde tudo estava sendo direcionado. Como o senhor explica ter colocado seu nome numa situação bastante nebulosa, referente a esse débito, esse passivo.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Na época da minha participação, havia o compromisso de que teríamos os recursos para gerir esse passivo. Não tínhamos a mínima idéia do que iria acontecer, mas a garantia da Parmalat SpA de que haveria recursos para administrarmos o passivo. Por isso, aceitei o convite do então gerente jurídico da Parmalat.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Sr. Andrea Ventura.

O SR. ANDREA VENTURA – As perguntas do Deputado Augusto Nardes foram a respeito do histórico da Parmalat no Brasil. Como falei, cheguei à Parmalat no ano de 2000, nesse cargo. Desde então, a Parmalat Brasil, a operação Parmalat sempre foi deficitária, com resultados constantemente negativos nos anos em que aqui estive.

Posso falar que em 1998 e 1999 ela também apresentou resultado negativo. Esse é o período que consigo acompanhar com números. O motivo por que um acionista decide continuar investindo numa operação deficitária? Eu era um executivo da companhia, nunca fui sócio ou nada disso, por isso não sei dizer por que o Sr. Tanzi – o dono, na época, da Parmalat – continuava apostando no Brasil.

Sem dúvida, aqui foi feito um grande investimento por parte do grupo, em termos de aquisição de empresas. O senhor acha que isso teve o intento de destruir. Não sei qual foi, mas, sem dúvida, permitiu o crescimento da Parmalat no Brasil, com grande investimento em marcas conhecidas no País inteiro. A idéia era também de que todo esse investimento tinha de dar um retorno. Talvez isso tenha sido uma insistência errada do acionista, mas, no final, cabia a ele tomar as decisões. Na condição de executivos, apenas tentamos gerenciar a empresa da forma mais adequada possível.

Parece-me que a outra pergunta era a respeito do mascaramento de números. Sobre isso, posso falar algo. Desde a minha assunção no ano de 2000, o balanço da Parmalat vem sempre sendo feito com todas as regras e todos os controles previstos. Temos auditoria independente, estamos sujeitos a controle da CVM na parte operacional. Até hoje não houve nenhuma objeção ao conteúdo ou à formulação do nosso balanço.

Gostaria de deixar claro outro aspecto, pois talvez esteja sendo um pouco confundido. A Operação Carital foi feita em 1999. Desde então, o grupo nunca mais utilizou a Carital para mascarar os próprios resultados, que estão constantemente negativos desde 2000. O grupo chegou a contribuir para reduzir esse prejuízo, por isso seria até ilógico, de um lado, absorver um prejuízo, do outro, mascarar um lucro. Ou seja, o grupo fez exatamente o contrário, tentou mostrar que, no final, com algumas correções, o número não era tão ruim assim. Talvez essa questão não interesse aos acionistas. Por isso diria que nunca houve interesse em alterar resultado. Muito pelo contrário. Tudo foi sempre esclarecido nas nossas notas. Este é meu entendimento como profissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – O senhor me permite? (Pausa.)

Dr. Ventura, o senhor fala como se a Capital Alimento e a Carital fossem diferentes. No fundo, Parmalat é um grupo só. Na verdade tem um prejuízo de 12 bilhões de euros no mundo inteiro; aqui também. Na Itália, os bancos, em dezembro, ainda estavam pulverizando bônus no mercado. Os bancos simplesmente tinham investimentos e títulos, transformaram esses títulos em bônus e os pequenos poupadores de lá é que ficaram com essa dívida. Então, quando se fala em Parmalat, Alimentos ou Carital, estamos falando de um grupo só. Prejuízo é prejuízo. Pode até ser diferente do ponto de vista jurídico, mas do ponto de vista do grupo, não. O grupo é um só – repito.

Penso que esta Comissão tem de ir a fundo, exatamente porque, para mim, é um jogo. Crio uma empresa, tiro toda a parte ruim, deixo a boa operando. Uma capta e a outra fica com o passivo. Tudo bem. Mas alguém vai ficar com o prejuízo no final. Não há dúvida disso. Então, temos de ser claros. Não estou querendo responsabilizá-lo. Mas não há como argumentar. É evidente que juridicamente são questões distintas, mas o grupo é um só. No final há um controlador, a família Tanzi ou outras pessoas agora. Mas quem vai responder por isso? Esse é o problema. No Brasil, há produtores e cooperativas com prejuízo.

Desculpe-me, Deputado. Por favor.

O SR. ANDREA VENTURA – Entendo sua observação. Efetivamente, o Grupo Parmalat está com problemas e dívidas enormes, está de fato quebrado. Os administradores e os donos anteriores estão na cadeia, na Itália, ou seja, estão pagando por isso. A única coisa que estou fazendo aqui é delimitar a minha responsabilidade pessoal. Não posso assumir a fraude cometida pelo Sr. Tanzi, na Itália. Seria injusto para mim.

Sempre operei no Brasil dentro das regras. Estou fazendo meu depoimento como administrador e como executivo dessa empresa no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Também fui claro quando disse exatamente isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – O que senti – V.Exa. estava em viagem à Itália –, na audiência pública que tivemos na semana passada, é que chegamos a um ponto em que esta Comissão precisa ser mais ágil. Todos os depoentes que aqui vieram depor, Presidente Waldemir Moka – queria deixar claro isso –, dizem que assumiram há pouco tempo, há 2 meses, há 6 meses. Temos de convocar os diretores dos últimos 5 anos. Caso contrário, sempre vai haver dificuldade de entendimento, não saberemos até onde vai a responsabilidade de cada um dos diretores, porque todos falam a mesma coisa. Esta a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Vamos chegar lá, Deputado. Pode ter certeza.

Com a palavra o Deputado Zonta.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, nobres Parlamentares, cumprimento os representantes da Parmalat e os da Carital.

Antes de passar para as perguntas, permito me fazer algumas interpretações. No litoral catarinense, os pequenos pescadores, que não têm vencimentos, aqueles que recentemente foram discriminados no projeto de pesca do Governo, quando não conseguem entender alguma coisa, dizem que se trata de um verdadeiro balaio de siri. Quando aparece 1 siri no balaio, é necessário puxar bastante para virem todos. É o que temos de fazer.

Essa é uma verdadeira Torre de Babel. Essa é uma gororoba difícil de entender. Por isso, duas atitudes urgentes devem ser tomadas: uma do Governo, na antecipação da vigência da Lei de Falências, ou seja, ou se edita medida provisória para tratar desse assunto ou não se vai a lugar algum; outra, é a transformação da Comissão Especial em CPI. Temos de tomar essas providências para aprofundar as investigações. Temos de procurar entender um pouco mais, pois ainda estamos bem confusos.

O Sr. Andrea Ventura disse que até novembro a situação do Grupo Parmalat era saudável, que tinha crédito. De repente, em 1 mês, dívida de 17 bilhões de dólares. E S.Sa. afirmou que os balanços eram transparentes, reais. Estou falando do grupo. Está difícil de entender, de engolir. Sou de formação contabilista. Não acredito que isso tenha fundamento, que seja transparente. Se estava bem, então, o Grupo Parmalat estava produzindo um balanço fantasioso.

Nesse contexto, o Presidente da Parmalat do Brasil esteve nesta Comissão e afirmou que a dívida da Parmalat Industrial ou Brasil estava em torno de 300 milhões de dólares. V.Sa. confirmou que a dívida da Parmalat Participações estava em torno de 1 bilhão e 600 milhões de dólares. O Presidente da Carital disse que a dívida da empresa era de 1 bilhão e 963 milhões de reais, em torno de 700 milhões de dólares. Quando o problema veio à tona, a Itália informou que a dívida no Brasil representava 1 bilhão e 700 milhões de dólares. Agora já chegou a 2 bilhões e 600 milhões de dólares. Somados os números informados pelos 3 depoentes à Comissão, chegamos a esse valor. Mas, se a remessa de lá para cá sempre foi maior do que a remessa daqui para lá, como se explica toda essa dívida? Aonde foi parar todo esse dinheiro? Embora V.Sa. tenha assumido seu cargo na empresa recentemente, gostaria que me dissesse para onde foi todo esse dinheiro. Gostaria de saber se os pequenos produtores estão com crédito, se a dívida com os bancos brasileiros não representa muito e como foram feitos os empréstimos. Como se explica tudo isso? Tem razão, então, a matriz italiana em dizer que o Brasil foi um grande escoadouro que causou o rombo? Pelos números, parece que sim.

Insisto no seguinte. Se a remessa de lá para cá foi maior do que a devolução de cá para lá, e se os balanços apuraram, através dos anos, sempre haver prejuízo, como é que o balanço até novembro estava bom, estava saudável? Ouvimos essa afirmação de V.Sa.

Com relação à Carital, se 99% dela pertence à Carital Food, com sede no Caribe, nenhuma remessa ocorreu daqui para lá? E a Carital Food entrou com quanto? Se ela tem sede no Caribe, entrou apenas com a ascensão da dívida do passivo? Não entrou com nada? Não foi nada daqui para lá? São as minhas perguntas neste momento.

Além disso, quanto ao futebol, o Deputado Durval colocou a questão do Etti de Jundiaí. O senhor poderia informar quanto foi o prejuízo na questão Palmeiras e Juventude?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Dr. Ventura.

O SR. ANDREA VENTURA – Deputado Zonta, acredito já ter respondido a uma das suas perguntas quando respondi ao Presidente da Mesa. A crise Parmalat estourou em novembro e o motivo foi uma enorme fraude, amplamente divulgada pela imprensa, as pessoas envolvidas foram detidas, ou seja, o Presidente da Parmalat e 2 diretores financeiros, o anterior e o que estava em exercício, contadores e auditores. Estão todos presos. É inegável que, até novembro, o Grupo Parmalat tinha uma imagem saudável no mundo. Isso é um fato, não é uma interpretação minha. O **grupo tinha ratings positivos, bancos de investimento** lhe emprestavam dinheiro, tinha tudo. Era uma opinião pública aclarada com fatos. Claro que, uma vez que se comprove que há uma fraude, tudo isso desaparece num dia, o que é justo até, penso.

O que estou tentando dizer, Sr. Deputado, é que não devemos confundir a Parmalat do Brasil com o

que aconteceu lá fora. Afinal de contas, todas essas correções foram feitas e identificadas, com a grande colaboração do Sr. Tonna, do Sr. Bocchi etc., que foram presos e testemunharam, e não saiu nada relativamente a correções do Brasil nem sobre o número da dívida até hoje. Isso é um fato também.

Quando disse que o balanço, até novembro, era saudável, talvez, pelo meu português, que é falho, não esteja entendendo do ponto de vista de resultado, mas da aplicação de princípios contáveis. Desculpem. Talvez tenha sido a minha incapacidade de falar um português correto.

Voltando à pergunta da dívida, o Sr. Ricardo Gonçalves falou de uma dívida de 160 milhões de dólares na operacional.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Milhões de reais.

O SR. ANDREA VENTURA – Mas lá estavam incluídos fornecedores, acho. Não sei se estão falando de dívida financeira.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Dívida total. Soma fornecedores, financiamentos e tudo.

O SR. ANDREA VENTURA – Porque os 14 bilhões e 300 que o Bondi declarou é de dívida financeira. Por isso, o número é de 160 milhões da Parmalat Brasil e 1,6 bilhão da Parmalat Participações.

No consolidado há uma operação de empréstimo obrigacionário, que está sendo estudada, porque há documentos da Itália que comprovam que boa parte dessa dívida já era recomprada. Por isso, o efeito que tem no consolidado pode ser diferente do efeito que tem no Brasil. No Brasil, consideramos tudo como uma dívida. Mas, talvez, lá fora seja algo que está sendo investigado, estudado. O valor pode baixar, pode ser menor.

Essa dívida explicada pelo Sr. Padetti, pelo que eu entendi, é, em máxima parte, contra empresas do Grupo Parmalat. Ele é que deveria explicar, porque a parte que ele tem com os bancos é total, conforme o senhor mencionou.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Gostaria de completar. Não sei se o senhor tem conhecimento, já que se fala em números, de que a auditoria que está acompanhando o Dr. Bondi teria chegado à conclusão de que, separando a questão Parmalat da Europa e América Latina, especialmente no Brasil, a empresa seria viável. O senhor tem conhecimento dessa informação?

O SR. ANDREA VENTURA – Vou tentar responder também a pergunta anterior do Sr. Presidente da Mesa.

Trabalhei nesse período com a equipe do Sr. Bondi. Acho que houve um mal-entendido quando S.Sa. falou da minha permanência no Brasil. Eu estava trabalhando na Parmalat, como disse antes, desde 2000. Ele teve oportunidade de me conhecer lá em Parma, nesse período que trabalhamos juntos. Eu trabalhei num grupo; ele trabalhou no dele. Talvez o que ele queira dizer é que há uma pessoa no Brasil em quem confia. Eu só tenho de agradecer ao Sr. Bondi a confiança e a boa avaliação que fez de mim. Talvez tenha deixado um mal-entendido ao dizer que eu era um executivo novo. O que o Sr. Bondi queria falar é que havia uma pessoa que estava acompanhando e passando informações de forma que ele pudesse tomar as melhores decisões.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Desculpe. Ele disse textualmente que tinha enviado para o Brasil um diretor-financeiro específico e citou o nome do senhor, cuja função era acompanhar, criar uma equipe também específica para ajudar. Eu estranhei, mas também não teria...

O SR. ANDREA VENTURA – O meu histórico está contado para todo o mundo. Acho que houve uma ponderação errada do Sr. Bondi.

Voltando à pergunta de V.Exa., eu participei de grupos de trabalho lá e acho que essa abordagem não se refere a dívidas, porque a grande parte da dívida, fora do que estamos falando, está efetivamente na Parmalat Itália ou em empresas ligadas a ela. Esses 14,3 bilhões não têm nada a ver com o Brasil. Por isso, quando a Price Waterhouse colocou em questão excluir a América Latina, se é verdade, isso não pode ser relativamente à dívida, porque a maior parte da dívida está relacionada à Parmalat SpA. Como disse antes, toda a dívida da Parmalat Participações tem o aval da Parmalat Itália. Por isso, essa dívida é deles, é da Itália. Não pode ser considerado um problema brasileiro. Posso falar isso pela empresa operacional, que estamos tentando solucionar.

Quero registrar mais um ponto. Estamos estudando, junto ao Sr. Bondi, a possibilidade de juntar os credores da Parmalat Participações em uma reunião na Itália, porque ele, de fato, tem muito mais direitos contra a Parmalat da Itália que contra a Parmalat do Brasil. Com relação à Parmalat do Brasil, a única coisa que eles podem esperar é, no caso de uma venda, receber uma parte do dinheiro. Isso a Parmalat Participações só receberia por ser dona, mas eles não têm direito à Parmalat Brasil.

Volto a repetir: a dívida que temos aqui no Brasil é atribuída a uma empresa juridicamente brasileira, mas quem terá de responder por ela será a Parmalat SpA. Essa hipótese de dividir a América Latina, portanto, não resolve o problema da SpA, a meu ver.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Só gostaria de fazer mais uma pergunta. V.Sa. disse que o valor da dívida anunciada foi de 14 bilhões de euros. Nesse total, não está incluída a da Parmalat Brasil?

O SR. ANDREA VENTURA – Não, desculpe. É bom deixar isso claro. Está tudo incluído. O que estou dizendo é que o Sr. Bondi não pode, mesmo se quisesse, cortar simplesmente a América Latina e deixar de lado essa dívida, porque ela faz parte desses 14,3 bilhões. Ele deverá fazer um plano que dê satisfação também a esses credores. Por isso digo que é impossível essa hipótese levantada por V.Exa., de simplesmente separar. Muito pelo contrário, o interesse do Sr. Bondi é valorizar o ativo da Parmalat Brasil para gerar até mais recursos, no caso de uma possível venda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Sr. Carlos Alberto Padetti.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Nobre Deputado, a Carital Food assumiu apenas a participação societária. Quem paga essas dívidas é a Parmalat SpA, e quem possivelmente controla a Carital Food é a própria Parmalat SpA. Não houve envio de dinheiro da Carital Food para o Brasil. Os recursos foram provenientes da Wishaw, da própria Parmalat – no ano de 2003, quase 46 milhões de reais –, da Parmalat Participações, da administração de imóveis e venda ou empréstimo de atletas, simplesmente.

Volto a dizer: a Carital Food assumiu a participação societária na Carital Brasil. Essas dívidas aqui são de responsabilidade da Parmalat SpA, que possivelmente controla a própria Carital Food, que fica no Caribe.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Possivelmente ou ...

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Não, desconheço.

O SR. DEPUTADO ZONTA – "Possivelmente" é muito vago.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Acredito que seja a Parmalat SpA que controla a Carital Food.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Volto a insistir, para ser mais explícito. Como é que uma empresa cria uma participação, assume um passivo desse tamanho – 1 bilhão e 963 milhões de reais – e não é responsável por ele? Afinal, ela tem ou não 99% de participação? Se tem, é responsável pela dívida.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Tem.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Então, ela é responsável pela dívida.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – É responsável pela dívida.

O SR. DEPUTADO ZONTA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, objetivamente, o quadro que se desenha é o seguinte: a Parmalat da Itália se viu diante de uma crise. Então, acionou e articulou o Brasil para fabricar prejuízos. Mandava dinheiro para cá e aqui no Brasil – o que o Deputado Durval Orlato ou o Deputado Zonta disse sobre a área do esporte – ele era desviado.

O que fica claro? De repente, o Brasil tem uma dívida – eu e o Deputado Zonta somamos – de 2 bilhões e 460 milhões de reais: 700 milhões da Carital, 1 bilhão e 600 milhões da Parmalat Participações e 160 milhões da Parmalat Brasil. Então, são 2 bilhões e 460 milhões de dólares, valor que, multiplicado por 3, dá uma quantia bem maior do que o orçamento de muitos Estados brasileiros.

Então, aqui se criou o prejuízo. Esse dinheiro veio para o Brasil e desapareceu; ou seja, o Brasil fabricou o prejuízo e esse dinheiro foi "esquentado" em outro local. Pergunto: onde foi parar esse dinheiro, já que não se pagou às cooperativas, não se quitaram as dívidas? Aliás, a dívida referente ao clube, que na época foi comprado por 2 milhões, se transformou em 77 milhões.

O que estamos vendo, Sr. Presidente, é que o braço Brasil serviu para dar continuidade a esse processo de fraude, o que, provavelmente, na Europa ou nos Estados Unidos não seria feito com a mesma facilidade. Essa é a nossa inquietação.

E o nosso Presidente diz mais: vários bancos emitiram títulos lastreados na empresa brasileira. A garantia estava no Brasil? Não, a garantia estava lá, na Itália. Isso quer dizer que esses que compraram os títulos lá ficaram com o prejuízo, como os nossos produtores rurais.

Vejam bem, Srs. Andrea Ventura e Carlos Alberto Padetti, com o conhecimento que têm da estrutura dessa empresa, não seria mais fácil nos esclarecer sobre exatamente em que ponto a estrutura da empresa no Brasil foi utilizada nesse mecanismo fraudulento de repasse de dinheiro?

Tendo sido gerados, ou fabricados, tais prejuízos no Brasil, na verdade isso não quita essa questão. É uma conta fantasiosa. Esse dinheiro foi parar em algum paraíso fiscal ou foi incluído no patrimônio de diretores, de familiares.

Repito: onde está esse dinheiro? Não posso acreditar que essa dívida de 14 bilhões de euros, mais de 55 bilhões de reais, simplesmente tenha sido resultado de má gestão da empresa. Como o senhor disse, há um escândalo na Europa, o diretor e o presidente estão presos, mas quem está preso no Brasil? Quem é o responsável por tudo isso?

Essa é a indignação, nobre Relator, de milhares de produtores, não só do meu Estado, Goiás, mas do Brasil inteiro. Se eles estão acompanhando esta audiência,

devem estar imaginando o seguinte: o que temos a ver com isso? Ninguém sinaliza sequer com a possibilidade de recebermos aquilo que foi resultado de um trabalho de meses a fio. De repente, ninguém sabe de nada! Meu período é esse; daqui para trás, não sei. A dívida é essa, não sei como ela chegou a tal ponto.

Portanto, Sr. Presidente, concordo plenamente com sua tese. V.Exa. tem-se dedicado integralmente, como o nobre Relator e vários Parlamentares, a esse trabalho. Caso o Governo não promova uma rápida intervenção no processo, temos, a partir de hoje, de começar a colher assinaturas para instalarmos uma CPI. Sem levantarmos esses dados, sem quebrarmos sigilos bancários e sem contratarmos especialistas e auditores capazes de nos mostrar onde está o sorvedouro de todo esse dinheiro, ficaremos aqui fazendo audiências estanques.

O Presidente da Parmalat Brasil vem a esta Casa e desenha um quadro maravilhoso. Essa empresa, segundo a sua descrição, é totalmente viável; não há por que não se investir nela. Estamos vendo hoje a Parmalat Participações e a Carital... Bom, quando entrei, daqui para frente, 1 bilhão e 600 milhões de dólares, outros 700 milhões de dólares... E o produtor brasileiro, como também aqueles que adquiriram os títulos na Europa, estão sendo iludidos e ludibriados.

A pergunta que formulo aos senhores é clara: gostaria que nos esclarecessem a respeito dessa operação que promoveu o desvio do dinheiro que veio para a Parmalat Participações ou para a Carital Brasil e que não chegou ao seu objetivo final; ou seja, quais notas foram maquiadas. Esse volume de dívida foi decorrente de compra de time de futebol ou de outras empresas, enfim, onde foi parar esse dinheiro? Objetivamente, é isso que queremos saber. Precisamos diagnosticar essa questão. Não podemos deixar que o ativo da Parmalat seja destruído e os produtores e trabalhadores brasileiros não venham a receber o que têm direito.

Era isso que gostaria de perguntar aos Srs. Andrea Ventura e Carlos Alberto Padetti.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Sr. Andrea Ventura.

O SR. ANDREA VENTURA – Não sei o que responder, porque minha posição foi diferente da sua. Volto a insistir, Deputado Ronaldo Caiado: posso assumir a responsabilidade por tudo o que aconteceu na minha gestão. Na minha gestão, não houve nenhum aumento da dívida que não seja resultado comprovado do pagamento de juros ou de dinheiro enviado a contribuir à Parmalat Brasil. O resultado do balanço da Parmalat Brasil foi auditado, está aberto para qualquer investigação. Portanto, sobre o desvio mencionado por V.Exa., não posso dar indicações, pois desconheço esse fato.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, diante desse quadro, fica difícil continuar a argumentação, uma vez que o Sr. Andrea Ventura se preserva e não nos fornece dados sobre o período anterior à sua gestão. Seria o mesmo que eu atender a um paciente – sou médico-cirurgião – e não saber a que cirurgias ele já foi submetido.

O senhor me desculpe, mas não posso crer que o administrador da Parmalat Participações, um homem que veio com todas as credenciais da Parmalat da Itália, chegue aqui e diga que tem condições de avaliar a empresa apenas a partir do período em que a recebeu. Repito: esse argumento não nos convence. O senhor tem até o direito de não querer dizer. Agora, dizer que não conhece a realidade de como as coisas ocorreram... Desculpe, mas o senhor é capaz, sim, de nos passar a real radiografia do quadro da Parmalat Participações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – V.Sa. quer responder?

O SR. ANDREA VENTURA – Quero dizer apenas o seguinte: V.Exa. está levantando dúvidas acerca de um passado da Parmalat do qual não participei. Estamos dispostos a cooperar com a investigação, a prestar todas as informações a respeito. Somente isso. Não posso responsabilizar-me por coisas que não conheço.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, gostaria só de esclarecer ao Sr. Andrea Ventura que não estamos pedindo que ele assuma responsabilidades, e sim que nos dê uma posição, não do contexto específico de quando assumiu a empresa, mas a respeito de como essa dívida chegou a tal montante, a quem ela serviu. É isso que gostaríamos de saber.

O SR. ANDREA VENTURA – Bom, acho que esse é o interesse de todos, não somente desta Comissão. Agora sua posição ficou mais clara. Agradeço a explicação.

Efetivamente, a origem de tudo isso deverá ser avaliada. Agora, como disse, desconheço. Não posso dar essa resposta hoje simplesmente porque não a tenho, mas os dados têm que estar disponíveis na Parmalat.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, pela ordem. Pergunto se poderia abrir mão da minha inscrição e solicitar um aparte, apenas para complementar, porque é a mesma linha de raciocínio do Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na sua frente há apenas o Deputado Paulo Rubem Santiago. V.Exa. permite?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Claro.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, na audiência pública passada, deixei clara a intenção do Paraná, um caso à parte, porque lá está instalada a Batávia. Segundo o Presidente da Parmalat no Brasil, é uma empresa totalmente viável. A Parmalat tem uma participação acionária de 51% e várias cooperativas, 3 do Paraná e mais 1 em Santa Catarina, totalizam 49%.

Todas as instituições e entidades que fazem parte da cadeia produtiva, não só os produtores, apelaram para esta Comissão no sentido de achar uma maneira de viabilizar e dar continuidade à Batávia pelo aspecto social que representa em nosso Estado. É lógico que estamos na torcida de que haja continuidade não só no Paraná, como em todos os Estados da Federação.

A linha de raciocínio do Deputado Caiado é exatamente igual a minha: qual a impressão que temos?

O Deputado Durval informou que a Parmalat comprou o time de futebol Etti Jundiaí por 2 milhões e 600 mil. Dois anos depois, está com um prejuízo de 75 milhões. Faz-se um contrato por 30 anos e paga-se não sei quanto pelo terreno para rescindi-lo.

A Parmalat está no Brasil há quantos anos? Desde 1974. Sendo uma empresa com nome internacional, a segunda maior da Itália, será que a direção da Parmalat italiana não está vendo que o Brasil é um mau negócio? Houve prejuízo de 2 bilhões e 600 milhões de dólares na Parmalat Participações, nem tanto na Parmalat Alimentos, mas depois entra a Carital, que absorve todo o prejuízo.

Fica claro que, com a anuência dos diretores da Parmalat – inclusive, estão presos –, havia esquemas para burlar os acionistas da matriz, a Parmalat SpA, o que causou prejuízos não só no Brasil. Chegou a haver prejuízo de 14,3 bilhões de euros. A Parmalat não está num ramo de atividade tão ruim. Por exemplo, a Nestlé, que é uma concorrente, está ganhando muito dinheiro no País.

Na verdade, fabricava-se prejuízo e se remetia dinheiro da matriz para cobri lo. Todos esses ex-diretores presentes afirmaram que não houve remessa para o exterior. Foram remetidos 500 milhões, mas entrou muito mais dinheiro. É uma lavagem de dinheiro ao contrário: fabrica-se o prejuízo e o dinheiro vem da matriz. É lógico que os diretores da matriz sabiam que a empresa iria quebrar. Era uma questão de tempo.

O Deputado Durval Orlato levantou uma dúvida que complementa a do Deputado Ronaldo Caiado: os 70 milhões para cobrir o prejuízo podem ter vindo e realmente sido pagos. Quem diz que esse prejuízo é real? Quem diz que o prejuízo, em vez de 2 milhões, não foi de 10 milhões? Paga-se 70 milhões, depois combina se com aquele que recebeu para devolver uma parte. Isso é muito grave, porque, além de lesar os acionistas da Parmalat, lesa os bancos que acreditaram na empresa. Certamente, os fornecedores e os produtores rurais serão prejudicados, o que trará um problema social muito grande para o País. Temos de apurar isso com profundidade. Parece-me que é isso que está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Acho que o senhor responde às duas perguntas juntas.

O SR. ANDREA VENTURA – Parece-me que foram colocados pontos que têm dúvidas quanto à realidade do prejuízo aqui no Brasil. O que posso falar é que o nosso balanço está disponível e já existe uma parte revisada por terceiros, pelos interventores. Posso falar simplesmente que desde que estou na Parmalat Brasil, infelizmente, o resultado nunca foi positivo. Não se gerou prejuízo; ele aconteceu. Insisto no que respondi anteriormente. O grupo contribuiu para reduzir esse prejuízo com aporte de dinheiro. Dá para duvidar disso? Não sei. Pelo menos na época da minha gestão – infelizmente, mais uma vez, tenho que marcar o meu território – tudo foi feito conforme todas as regras e tudo o que está permitido dentro deste País. Não houve desvio nem lavagem de dinheiro na minha gestão. Também não houve fabricação de prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – O Deputado Cezar Silvestri abriu mão. Tem a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comunico a V.Exas., inicialmente, que, atendendo a uma deliberação desta Comissão, na última sexta-feira, dia 6, conduzimos uma audiência pública no Município de Garanhuns, agreste meridional do Estado de Pernambuco, que contou com participação de 290 fornecedores, unidades familiares e pequenas cooperativas da indústria Parmalat. Contamos com a participação do Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco e do Presidente da Comissão de Desenvolvimento do Agreste Meridional, que representa as 35 cidades daquela região. Em seguida, fizemos uma visita à indústria Parmalat, onde constatamos o que já é notícia de domínio público: a progressiva paralisação de algumas atividades daquela empresa, que, em setembro do ano passado, com muita pompa, inaugurou seus novos equipamentos, inclusive contando com o aval de incentivos fiscais do Governo do Estado.

Passaremos à Presidência o relato dessa audiência pública. Verificamos ser estarrecedora a situação em que se encontram os produtores daquela região – Pernambuco e Alagoas. Seria muito interessante que alguns dos que vêm dirigindo ou daqueles que passaram anos e anos à frente desse emaranhado de empresas coligadas passassem uma semana, uma quinzena ou um mês nas pequenas fazendas, junto aos pequenos produtores, para perceberem as graves conseqüências dessa situação provocada ora – dizem uns – pelas irregularidades ocorridas na Itália ora – constatamos nós – por problemas que também vêm ocorrendo nas unidades aqui do País. Submeteremos a matéria à apreciação de V.Exa., Sr. Presidente.

Quero expressar aqui uma preocupação: as Comissões Parlamentares de Inquérito desta Casa têm-nos ensinado que não são importantes apenas os depoimentos das pessoas, mas também a observação, de nossa parte, Deputados, do comportamento das pessoas que estão assistindo aos depoimentos. Durante as respostas dos Srs. Andrea Ventura e Carlos Alberto, observei algumas pessoas, inclusive algumas que estiveram na sessão passada prestando esclarecimentos, que nitidamente se estavam comunicando durante os depoimentos com outras pessoas fora deste plenário ou até demonstravam, com um sorriso ou ar de contentamento, a sua reação a respostas nitidamente evasivas, como já abordou o Deputado Ronaldo Caiado, a fatos que estão relacionados estruturalmente com a vida das empresas, que me parecem sofrer de um mecanismo de apagamento. A partir de determinado momento, em que algumas autoridades assumem responsabilidades com a empresa, deleta-se muita coisa da vida financeira, das negociações da empresa e até da historicidade dos passivos, cujos valores são agora estimados.

Sr. Presidente, ou transformamos esta Comissão Especial numa Comissão Parlamentar de Inquérito e passamos a fazer as sessões absolutamente fechadas, com a participação dos Deputados, da assessoria delegada da Comissão e dos depoentes, ou, involuntariamente, seremos atores coadjuvantes de uma grande encenação.

Eu, que tive a oportunidade, como vários Deputados desta Casa, de participar de outras Comissões Parlamentares de Inquérito, sinto-me forçado a fazer essa declaração, porque observei algumas pessoas que estão nas últimas fileiras exultantes, com um sorriso nos lábios, diante de algumas respostas, até expressando, via comunicação telefônica, o que se passa aqui.

Em primeiro lugar, quero corroborar os depoimentos dos Deputados Ronaldo Caiado e Francisco Turra no sentido de que temos de transformar esta Comissão numa CPI, até porque não podemos ficar convidando pessoas para virem à Comissão sem que esclareçam o que ocorreu quando lá chegaram. Isso não existe na vida privada. Não conhecemos nenhum negócio em que os que entram não conhecem, não têm informações, sequer operam de modo informatizado.

As pessoas que aqui têm prestado esclarecimentos possuem uma amnésia impressionante. Sequer a memória do que lá foi encontrado pode ser esclarecido nesta Comissão. Por exemplo, no depoimento passado, ao ser referir à Carital Brasil, um dos depoentes fez referência aqui ao fato de que no entorno dessa empresa ou dessa participante do sistema Parmalat havia de 20 a 25 outras empresas. Tive o cuidado de ouvir as fitas, o que está confirmado.

Vejo, neste organograma que nos foi fornecido, que o Sr. Carlos Alberto não só preside a Carital Brasil como a Zircônia Participações Ltda., a Spam Representações Ltda., a Cilpe Indústria e Comércio de Laticínios Ltda. e a Gisa Garanhuns Industrial Ltda. S.Sa. não esclareceu devidamente, no meu ponto de vista, quem é a Carital Food, se ela é controlada majoritariamente pela Parmalat SpA.

Por sua vez, o Sr. André Ventura esclareceu que a Parmalat SpA é controlada pela Parmalat Finanziaria, que, por sua vez, segundo documentos da justiça italiana e da promotoria daquele País, está sendo acusada de ter faturado em duplicidade as mesmas mercadorias para pelo menos 33 distribuidoras e centenas de supermercados e, através deste mecanismo, ter obtido junto a 40 bancos um financiamento de 4 bilhões de euros.

Por mais que as pessoas venham aqui esclarecer evasivamente as questões que são perguntadas, as coisas estão andando na Itália. Estamos tomando conhecimento das informações.

Então, como é que o Sr. Carlos Alberto afirma, respondendo ao Presidente da Comissão, que a dívida foi passada para ser mastigada pela Carital, dívida oriunda da Parmalat Participações – copiei literalmente a resposta que ele deu. Que dívida é essa que monta os valores de 1 bilhão, 960 milhões, oriunda, segundo ele – está gravado –, da Parmalat Participações? Qual é a natureza dessa dívida da Parmalat Participações? Qual é a participação desta empresa? Que outras empresas são essas que aparecem, inclusive com o Sr. Carlos Alberto na Presidência? Por que continuam vindo as pessoas novatas no sistema ou no esquema? Por que ninguém responde – mais uma vez perguntarei – pelas remessas apuradas pelo Banco Central que estão com a CPI do BANESTADO?

Um veio aqui e disse que pediu a certidão só do período em que esteve na empresa, como se isso

bastasse para responder alguma coisa. Pelo que observei, o Sr. André Ventura informou que também solicitará informações ao Banco Central. Não precisa. Se for para ouvir esse tipo de esclarecimento, quero que convoquemos o Presidente e o Relator da CPI do BANESTADO, que nos colocarão aqui a historicidade destas remessas, até porque, cada vez que são feitos os depoimentos, fica mais difícil entender quem mandou para quem, quem recebeu, quem foi fiador, quem não pagou, de quem é a dívida. Vira e mexe, é o maior sistema de drenagem que já vi. É de fazer inveja ao melhor sistema de saneamento que pode haver no País. É o maior sistema de drenagem.

Falou-se aqui que a Wishaw financiou 66% da responsabilidade desses passivos, mas não se apresentou a movimentação dos recursos. Sabemos que pelo menos 580 milhões foram depositados, via operação CC-5, para a Wishaw Trading no Uruguai. Agora, ninguém sabe quem foi. Proponho que esta Comissão publique nos jornais: "Procura-se".

Estamos participando, evidentemente, de um processo orquestrado. Não pretendo mais, com todo o respeito ao nosso esforço, participar de nenhuma reunião desta Comissão com representantes desse grupo, que são evasivos, parece que combinam entre si o que dizer e o que não dizer, como se pudéssemos ficar convocando reuniões de uma Comissão sem os devidos esclarecimentos.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de fazer aqui algumas perguntas, que não sei se serão respondidas. Primeiro, sobre o processo Carital Brasil. De fato, a Carital Food é a controladora. Quem controla a Carital Food? Qual o capital da Carital do Brasil? Qual é sua participação acionária e majoritária? Gostaria de saber se todo o processo é remetido à Parmalat SpA, se a Carital Food participa ou não. Possivelmente, para quem é sócio minoritário numa empresa que tem a responsabilidade de um passivo de 1 bilhão e 960 milhões, não convence. Perdoe nos, mas encontre uma resposta que possa ser coerente com sua participação na empresa e com a participação no capital da Carital Food.

O senhor falou da cisão. É a primeira vez que alguém aqui fala da cisão. Qual cisão? Por que houve essa cisão? Que empresa foi cindida e que outras empresas foram geradas a partir da cisão?

O Sr. André Ventura, administrador da Parmalat Participações, também parece não ter conhecimento dessas remessas. O senhor confirma que essa dívida, destrinchada aqui pelo Sr. Carlos Alberto, é oriunda da Parmalat Participações, como ele afirmou? Está gravado, com captação de imagem. Que dívida é essa? A dívida de 1 bilhão e 960 milhões, drenados para serem mastigados pela Carital Brasil, é oriunda da Parmalat Participações. É dívida referente a que operações? A Parmalat Participações assumiu empréstimos bancários e transferiu para a Parmalat Brasil, porque o balanço de 2003, segundo todos os meios de comunicação, revela que a Parmalat Brasil teria repassado 188 milhões à Parmalat Participações. Como era a transação entre as empresas? Quem transferia recursos para quem? Quem assumia o passivo de quem? Isso está muito confuso, ou por falta de informações ou porque todo esse processo era um grande imbróglio.

Afirmou-se aqui que a Parmalat Brasil e a Carital Brasil teriam recebido garantias da Parmalat SpA para honrar os passivos. Não ficou muito clara também essa triangulação. A Parmalat Brasil foi cindida ou teria sido cindida? Quem controla a Carital Food é a Parmalat SpA, que, por sua vez, é controlada pela Parmalat Finanziaria, que está sendo denunciada por fraude no registro de transações comerciais para captação de empréstimos. Informou-se que a dívida era oriunda da Parmalat Participações. Qual é o motivo dessa dívida?

Wishaw Trading: quem criou essa empresa? Para que ela foi criada? Por que se registram 580 milhões de transferências para a Wishaw e por que não há registro – ou pelo menos os senhores não apresentaram – dos 66% que corresponderiam aos recebimentos transferidos, pela Wishaw Trading, para a Carital?

É preciso fecharmos esse quebra-cabeça, e só vamos fechá-lo, de fato, quando constituirmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito e obtivermos a quebra do sigilo bancário de todas as empresas que aparecem dentro desta superestrutura, porque, sem a quebra desse sigilo, não teremos condições de verificar as relações financeiras, repasses, recebimentos e negociações desses passivos.

Não podemos, Sr. Presidente, continuar a ver passar o tempo com grande número de Deputados em uma Comissão como esta, sabendo da importância desse assunto para o conjunto dos produtores da cadeia produtiva de leite em nosso País, recebendo de forma evasiva, desconectada e mal organizada as informações, como temos recebido.

De antemão, proponho que hoje recolhamos assinaturas para constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e passemos a atuar de acordo com a prerrogativa de uma CPI. Acredito que esta conversa vai mudar de caráter e teremos condições de apurar os fatos devidamente.

Repito: preferencialmente, convocando reuniões fechadas, para que pessoas não fiquem aqui nas filas fazendo comunicações por sinais, indiretas, até como

forma de induzir ou orientar como e o que se deve dizer quando questionadas pelos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Sr. Andrea.

O SR. ANDREA VENTURA – A pergunta mais uma vez é sobre a origem da dívida da Carital, sendo que essa daqui é da Parmalat Participações, pela afirmação do Sr. Padetti.

A operação informada pelo Sr. Padetti é de 1999. Infelizmente, mais uma vez, repito que naquela época nem estava no Brasil, por isso não conheço a origem dessa dívida. Pode ser algo a ser investigado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Permita-me perguntar se o senhor não tem registro dessas operações, já que o senhor expressou mais de uma vez que o balanço, os dados contábeis estão todos à disposição. O senhor chegou em 1999, mas já encontrou alguma coisa, não encontrou um deserto na empresa, mas toda uma vida empresarial. O senhor não tem registro disso?

O SR. ANDREA VENTURA – Tenho de esclarecer que a cessão foi da Parmalat Participações. Eu comecei a cuidar da empresa no ano passado. Já havia passado 3 anos ou mais desde essa cessão. Honestamente, não fui procurar lá atrás. É lógico que a documentação é a essência de toda a companhia. É só procurar e investigar com as pessoas que participaram dessa época, mas não sou eu. É só isso que gostaria de deixar claro.

A segunda pergunta era o mútuo entre a Parmalat Brasil, empresa operacional, e a Parmalat Participações. Tentei explicar isso antes; o mecanismo, o Sr. Ricardo Gonçales explicou na reunião passada, está explicado na nota 7 ou na nota 6 do nosso balanço, que é uma questão de absorção de prejuízo feita pela controladora, à frente da qual há uma movimentação financeira ativa em favor da Parmalat do Brasil. Por isso aqui é absorção de prejuízo e aporte de dinheiro.

A terceira pergunta que anotei foi sobre as garantias prestadas pela Parmalat Itália. Esse era o esquema que permitia captar recursos para as empresas brasileiras. Qual o motivo disso? Voltamos um pouco atrás, até novembro, o Grupo Parmalat apresenta balanço positivo, tinha consideração pelos investidores e, portanto, uma garantia prestada por ela permitia, com muita facilidade, encontrar financiadores interessados. Por isso, bancos e investidores estrangeiros que trabalhavam com a Parmalat Participações e em muitos casos com a Parmalat Brasil, quando eram bancos estrangeiros, pediam essa garantia da Itália. A Itália prestava isso com conforto.

Não sei se estão respondidas todas as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Mais uma vez me parece ser reincidência da evasão, ou seja, o senhor assume responsabilidade com uma empresa e diz que não pode esclarecer as operações anteriores, porque chegou lá e não olhou.

Repito o que disse na semana passada: nosso problema é de retrovisor, só se olha a traseira de ontem, de 30 dias, de 60 dias, de 90 dias. Uma empresa que está numa situação como essa tinha de fazer levantamento vintenário, no mínimo. No momento em que essas operações começaram a ocorrer de forma mais intensa, com fluxo mais regular, seria fundamental que essas operações fossem auditadas, até para que os senhores possam sair do buraco em que se encontram.

Evidentemente, quando as coisas assumirem um caráter mais investigativo, inclusive dispondo desse diagnóstico em relação ao qual os senhores não querem ajudar e contribuir com a Comissão sob o argumento de que chegaram em 1999, 2000 e 2001, as coisas serão esclarecidas. Então, o que se ganha quando o senhor e outros que depuseram aqui na semana anterior reiteradas vezes afirmam que não têm informação porque *"assumi em 1º de julho de 2003", "assumi em 1999", "eu só tenho 90 dias para olhar para a empresa*"? O que se quer omitir? Desde quando a omissão é o instrumento adequado para se recuperar a saúde financeira de uma empresa, Sr. Presidente?

Não considero plausível nenhuma de suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Esta é uma Comissão Especial. Depois vamos discutir internamente a opção dos Srs. Parlamentares.

Está muito claro. Acho que as respostas são evasivas demais. Na condição de Presidente, não posso concordar com isso, mas também entendo que, a não ser que tenhamos outra forma de Comissão, fica realmente difícil.

Antes de passar a palavra ao Deputado Leandro Vilela e, na seqüência, ao último inscrito, Deputado Leonardo Vilela, quero fazer uma pergunta direta.

A Parmalat pediu concordata. V.Sa., evidentemente, participou disso. Não consigo entender. O Sr. Enrico Bondi dizia que era preciso agilizar, ajudar no pedido de concordata. Ao mesmo tempo em que pedem a concordata, solicitam prazo de 90 dias para apresentar os documentos. Não é possível. Quem quer que saia realmente uma decisão, tem de agir rapidamente. Pelo menos até ontem, eu não obtive informação se a Parmalat apresentou os documentos. Como o Poder Judiciário vai conceder concordata se não tem em mão pelos menos os documentos necessários para que faça um juízo? Quem pede concordata tem

de comprovar que pode pagar, mas precisa de prazo. Onde estão esses documentos? Qual a dificuldade de apresentá-los?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, pela ordem. Eu também havia feito perguntas ao Sr. Carlos Alberto e gostaria que S.Sa. tivesse a oportunidade de respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Reiterando, Deputado, a Carital Food assumiu a participação societária na Carital Brasil.

A Carital Food fica especificamente nas Antilhas Holandesas, com sede em Curaçao. Seu capital social é de 3 milhões, 279 mil, 130 reais, divididos em 3 milhões, 279 mil, 130 cotas – valor nominal por cota: 1 real. A Carital participa com 3 milhões, 279 mil, 129 cotas, com o valor total de 3 milhões, 279 mil, 120 reais. Eu, Carlos Alberto Padetti, possuo 1 cota, no valor total de 1 real.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Quem controla as demais cotas? V.Sa. é proprietário de uma cota de 1 real. Quem é proprietário das demais cotas?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – A Carital Food. Só há os dois.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Quem é Carital Food?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – A Carital Food é uma agência controlada pela Parmalat. Eu não tenho acesso aos documentos das Antilhas Holandesas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Quero um esclarecimento. Não quero monopolizar a palavra, mas peço que nos explique como V.Sa. aceita ser sócio de uma empresa por um real. Foi uma promoção. V.Sa. não sabe quem é o outro lado da sociedade e assume a responsabilidade de mastigar uma dívida de 1 bilhão e 960 milhões, na condição de presidente? Não é convincente. V.Sa. sabe muito mais do que nos está dizendo – é evidente. V.Sa. entra como sócio com 1 real numa empresa que tem um capital de 3 milhões para assumir um passivo de 1 bilhão e 960 milhões, não sei quantas mil vezes maior do que o seu capital, e não sabe quem controla a Carital Food? Não sabe quem é o seu sócio? Como V.Sa. é sócio de uma empresa sem ter acesso aos documentos constitutivos? V.Sa. não nos convence dessa forma.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Atendendo à própria legislação brasileira, aceitei ser o sócio, detendo uma cota e representando a Carital no Brasil.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – V.Sa. assinou documentos quando assumiu a sua participação societária na empresa? Tem cópia desses documentos?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Quem assina pela Carital Food na cópia que está com V.Sa.?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – O Sr. Francisco Estevão Rincon Mungioli.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – V.Sa. conhece essa pessoa?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – V.Sa. poderia nos dar informações sobre a participação dessa pessoa na sociedade?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Ele é o ex-Diretor Presidente da Carital.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Até quando ele foi Diretor Presidente?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Até janeiro de 2004.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Até janeiro deste ano?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Ou seja, depois que a crise se tornou pública, inclusive em âmbito internacional, esse senhor deixou a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Posso fazer uma pergunta?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Esse Sr. Francisco Estevão Rincon Mungioli está presente no recinto?

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Seria importante que ele pudesse prestar algumas informações.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Ia sugerir que fosse chamado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Submeto à deliberação do Plenário o convite para que o Sr. Francisco Estevão Rincon Mungioli componha a Mesa, uma vez que S.Sa. representa, parece-me, parte importante em todo o processo. Os Srs. Parlamentares concordam?

(Não identificado) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Por favor.

Com a aquiescência do Deputado Leonardo Vilela, vou deixar ainda a palavra com o Deputado Paulo

Rubem Santiago, pois certamente S.Exa. fará mais algumas perguntas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez quero fazer minhas as palavras de todos os membros desta Comissão no sentido de que o nosso objetivo não é passar todo o tempo de trabalho vestidos de investigadores, seja do Ministério Público Federal, seja da Polícia Federal, seja do Banco Central, seja da Receita Federal. O que queremos é ter a clareza do porquê dessa situação estar hoje se revelando a todo o País. Todos viemos a esta Comissão num período de convocação extraordinária representando a confiança, a esperança e a certeza dos milhares de produtores da imensa bacia leiteira do País de que poderemos encontrar uma alternativa que possa ser aplicada num terreno firme onde eventuais decisões jurídicas, aportes de recursos de bancos ou de Governo Federal possam produzir os resultados que esperamos. Enquanto não tivermos a certeza do terreno em que pisamos, fica difícil emprestarmos o nosso apoio a decisões, do ponto de vista jurídico ou financeiro. Talvez eu não tenha tantas perguntas, até porque apenas presumia que algumas pessoas estavam assistindo aos depoimentos. Sendo informado, então, pelo Sr. Carlos Alberto de que o Sr. Estevão estava à frente da empresa até janeiro de 2004, inicialmente pergunto ao Sr. Estevão durante quanto tempo esteve à frente da empresa; se S.Sa. é de fato o controlador do restante das quotas e se representa alguma outra empresa que seja controladora. Peço ainda que S.Sa. nos descreva sinteticamente quais as operações que essa Carital Food fez juntamente com a Carital Brasil, já que é a controladora majoritária. Se a Carital Brasil quebrar ou tiver mais problemas, eles vão ser transferidos para o controlador majoritário, até porque é quem tem o capital maior constitutivo da empresa, e não o Sr. Carlos Alberto, que, embora tenha função executiva, só dispõe de 1 real no capital da empresa.

Inicialmente, pergunto ao Sr. Estevão por quanto tempo S.Sa. esteve à frente da Carital Food, da Carital Brasil, e que transações foram feitas? O que se transferiu de recurso da Parmalat SpA para a Carital Brasil? O que a Carital Brasil assumiu de passivos ou na condição de avalista de outras transações financeiras que por ventura tenham ocorrido para capitalizar-se a Parmalat Brasil ou relações com a Parmalat Participações, já que todas formam um grande novelo que estamos querendo desenrolar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Sr. Francisco Estevão Rincon Mungioli.

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Bom-dia a todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de responder a todas as perguntas, quero fazer um preâmbulo da minha passagem pela empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – V.Sa. pode ficar à vontade.

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Passei pela Parmalat Brasil, que na época chamava-se Parmalat Indústria e Comércio (PIC), atuando como Gerente de Controle e, posteriormente, assumi a Gerência de Auditoria Operacional Interna, uma auditoria de procedimentos e de controles, e não contábil, até porque a empresa possui a auditoria externa para tratar dessa área.

Fiquei nesses cargos de 1997 até janeiro de 2001. Posteriormente, a empresa, por determinação de restruturação, decidiu extinguir a auditoria interna. Naquele momento, fui desligado da empresa, demitido e, em julho de 2002, convidado pelo Gerente Jurídico, Dr. Paulo Engler, e pela própria Parmalat para retornar ao grupo na condição de Diretor da Carital.

Naquela oportunidade, disseram-nos que todo o passivo da Carital seria honrado e pago pela Parmalat Itália. Evidentemente, há uma questão de controle societário no que diz respeito à Parmalat SpA ou à Parmalat Finanziaria, mas, em termos de fluxo financeiro, os recursos para pagar as dívidas da Carital seriam fornecidos pela Parmalat SpA e viriam via Wishaw Trading ou via Parmalat Participações, o que foi apresentado pelo Padetti no fluxo de 2003.

O meu mandato foi do final de julho de 2002 até dezembro de 2003. No dia 5 de janeiro, pedi o meu desligamento da empresa, entreguei minha carta de renúncia. Essas dívidas da Carital são as remanescentes da antiga Parmalat Participações e, no caso da Zircônia, da antiga Parmalat Indústria e Comércio. Tudo aquilo que não foi vertido para a nova Parmalat Brasil S/A e para nova Parmalat Participações ficou na antiga Participações, que apenas mudou a denominação social para Carital Brasil Ltda. A PIC mudou a denominação para Zircônia. Isso é público, está registrado na Junta, quer dizer, o CNPJ é o mesmo até hoje, não foi alterado. Portanto, aquilo que está na Carital é aquilo que remanesceu das antigas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Desculpe-me, mas V.Sa está dizendo que o CNPJ é o mesmo e que só mudaram o nome, como se fosse um nome fantasia? É isso?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Exatamente, porque foi criada uma nova Parmalat Participações. A antiga se chamava Parmalat Participações e a nova se chama Parmalat Participações do Brasil Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Sim, mas a antiga ficou com a dívida.

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Não é bem assim, ficou com uma parte da dívida, aquilo que não foi vertido para a nova empresa, quando da sua constituição, está sendo administrado pela Carital. Se analisarmos esse passivo de 1 bilhão e 900 milhões de reais, veremos que a maior parte desse valor é comprado pela empresas do grupo. Portanto, se tem uma dívida que, na realidade, não é de liquidação, ou seja, que alguém vai me pressionar para pagar; é uma dívida para com o próprio grupo que remanesceu de saldos passados. Isso vem de 1998, quando efetivamente era a antiga Parmalat Participações. Então, hoje temos de administrar dívidas oriundas de processos e contingências, aquelas que significam efetivamente o desembolso mensal. À época da nossa assunção ao cargo, tivemos a garantia da Parmalat SpA da transferência dos recursos necessários, via Wishaw ou via Parmalat Participações, para que pudéssemos fazer a liquidação mensal, como foi realizada até novembro de 2003.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, vou formular algumas perguntas ao Sr. Francisco Estevão. V.Sa. foi convidado a assumir o cargo pelo gerente jurídico de qual empresa? Não prestei atenção.

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Da Parmalat Brasil.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Para ir para a Carital?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Exatamente, para retornar ao grupo como Diretor da Carital.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Mas V.Sa. encontrou a Carital já constituída?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Todos esses saldos administrados por nós foram provenientes de uma operação realizada em 1997 ou 1998. Sinceramente não participei disso, mas, em 1997 ou 1998, foi realizada uma conferência de bens, onde todos os ativos operacionais foram vertidos para esse novo grupo de empresas, que se denomina Parmalat Participações e Parmalat do Brasil. Uma parte do passivo que não foi vertido vem sendo administrado pela Carital desde 1999. Os administradores que entraram na Carital vêm administrando esse passivo e solicitando recursos necessários, mês a mês, para que essas dívidas sejam honradas. Fundamentalmente são passivos contingentes, processos trabalhistas, acordos, execuções, autuações fiscais, parcelamento, etc.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – V.Sa. informou um período de tempo, entre 1997 a 2001. Nesse período, V.Sa. esteve na Carital ou numa outra empresa?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Estava na Parmalat.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – V.Sa. informou também sobre a participação da Wishaw Trading como a portadora de recursos para que a Carital pagasse as contas.

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – A Parmalat SpA é solicitada a enviar os recursos necessários para que essas contas sejam pagas. Ela determina quem vai fornecer, se a Parmalat Participações ou a Wishaw.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – V.Sa. sabe dizer quando foi criada a Wishaw e como a empresa operava? Tratava-se apenas de uma intermediária?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – É uma **trading** uruguaia. O grupo definiu que o envio de recursos para o Brasil seria via Wishaw.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – V.Sa. pode afirmar que os recursos recebidos pela Wishaw vinham sempre da SpA ou ela tinha autonomia, por exemplo, para emitir papéis e captar recursos no mercado?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Não, ela tem autonomia para captar também se precisar. Na realidade, nós solicitamos o recurso. É bom deixar claro que a Parmalat SpA, de uma forma ou de outra, via Carital Food, que se reporta à uma outra empresa, não sei se direta ou indireta, fecha-se na Parmalat SpA ou Parlamat Finanziaria, as duas principais empresas que geram recursos. No Brasil, temos a Parmalat Brasil S.A., a Parmalat Participações e o Grupo Carital. Todavia, as decisões são tomadas no âmbito da Parmalat SpA.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – V.Sa. pode informar se, durante o período em que esteve na Carital, tomou conhecimento de valores? V.Sa. poderia confirmar, durante esse período, se a Wishaw repassou recursos para a Carital?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – A Wishaw repassou até novembro, e hoje não repassa mais. No ano passado, a Wishaw repassou 66%, percentual que já forneceu dos recursos totais: cerca de 45 milhões.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – A Wishaw também recebia da Parmalat Brasil ou da Parmalat Participações de volta esses recursos?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Não, que eu saiba não. A Wishaw só envia dinheiro para a Carital.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Para arrumar mais?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – A Carital, sob nossa administração, desde que entrei lá, só pede dinheiro. Infelizmente somos geradores de pouquíssimos recursos. Ou eu vendo um imóvel que foi considerado, à época, não operacional...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Podemos, segundo sua informação, digamos assim, riscar a Carital dessa operação registrada pelo Banco Central, levantada do conjunto de operações de remessa pelas contas CC-5, que registraram 580 milhões transferidos para a Wishaw? Podemos riscar a Carital da lista de possíveis emitentes dessa transferência?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Olha, Deputado, se eu dissesse isso, estaria mentindo. E não estou aqui para isso, mas para prestar um depoimento, na tentativa de ajudar o Sr. Carlos Alberto Padetti, que está há 1 mês no cargo.

Fiquei muito bravo quando aconteceu isso tudo na Itália. Estive lá em 30 de setembro e 1º de outubro. Transmiti a eles todas as informações relativas ao REFIS 2, que saiu em agosto, setembro. Expliquei todo o benefício do REFIS. Disse que o REFIS – enquanto processo é processo – é corrigido pela SELIC. Na hora que se embarca no REFIS, troca-se a SELIC por TJLP. À época, a SELIC estava muito alta e a TJLP era a metade do valor. Havia um ganho de 50% em cima dos juros. Havia 50% do perdão da dívida.

Dois meses depois, estourou a crise da Parmalat. Fiquei realmente muito bravo, porque pagamos os meses de agosto, setembro, outubro e novembro. Em dezembro, estourou esse escândalo na Itália, uma surpresa para todos. Jamais deixaram de enviar dinheiro para nós.

A nossa contratação, minha e do Sr. Carlos Alberto Padetti, foi no sentido de administrar a dívida. E administrar a dívida significa ter um passivo para pagar de forma inteligente. Podem-se reduzir os custos da empresa pagando essa dívida da forma mais vantajosa possível. Essa dívida foi honrada de acordo com a lei.

Ficamos extremamente chateados. Diante disso, afirmei que, infelizmente, não era mais possível realizar o trabalho para o qual fui contratado. Administrar a dívida é muito bonito, mas é preciso dinheiro para pagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Assis Miguel do Couto, que fará alguns questionamentos.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sr. Francisco, tenho uma dúvida. Alguns dizem que a Carital não tem receitas, mas tem aluguéis e percentagens.

Quem operava as negociações de atletas, por exemplo, durante esse período da Carital? Quanto a Carital ganhava com isso? E qual o volume movimentado nessas negociações de atletas? Essa era uma operação da Carital no seu período. Como isso funcionava?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Francisco Estevão Rincon Mungioli.

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Quando assumimos, no final de julho de 2002, a Carital recebeu do antigo Etti Jundiaí, atual Paulista, o reconhecimento, via rescisão do contrato de parceria, de percentual sobre direito econômico de alguns atletas que federativamente estão no Paulista. A Parmalat SpA, Parmalat Itália, por meio do Sr. Stefano Tanzi, que era a pessoa que conduzia os negócios de futebol, determinou claramente a saída do grupo do futebol. Ou seja, era uma operação remanescente. A partir do momento em que entramos, tínhamos que tentar, da melhor forma possível, sair do futebol.

A maior parte desses atletas são juvenis, juniores, não são atletas de expressão. Diante disso, partimos para um processo de empréstimo, na medida do possível, e de venda, também na medida do possível, porque hoje no futebol não há grandes negócios. Em 2003 realizamos negócios de venda de atletas que montam 600 mil reais, mas são pouquíssimos atletas, o valor é totalmente irrelevante.

Em termos de vendas de imóveis, eu teria que pegar o valor, mas...

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Só mais uma pergunta: as operações eram somente com esse time, essa equipe de Jundiaí, ou havia outras operações, com outras empresas?

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Não, não, os únicos atletas que temos, que nossa administração ficou de tocar para frente, são remanescentes da parceria com o Etti Jundiaí. Não tínhamos outros tipos de atleta, a partir de julho de 2002.

A antiga Carital Prosport, que foi incorporada à Carital Brasil, já estava esvaziada, não tinha mais nada. Cabia a nós administrar e sair do futebol com esses atletas.

Então, vamos lá: imóveis geraram 3,5 milhões de reais; atletas, 626 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, fiz uma pergunta. Quero entender por que, ao pedir concordata, se pediu também um prazo de 90 dias. Pelo menos a meu juízo, havia necessidade de agilizar a concordata, até porque, a continuar essa

situação, o prejuízo seria cada vez maior. Os produtores, evidentemente, nessa situação, não vão mais entregar leite. Não havendo leite, não há como funcionar. Não consigo entender por que não se entregam os documentos para que os juízes possam, pelo menos, tentar decidir em cima dessa concordata.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Com a palavra o Deputado Leonardo Vilela.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Obrigado, Sr. Presidente. Tenho essa mesma dúvida, e já a externei, na semana passada, para o Presidente da Parmalat, Ricardo Gonçalves. Ficamos sabendo – se não nos foi passada alguma informação errada – que todas as unidades da Parmalat estão fechadas, paradas, ou funcionando com extrema precariedade.

Não vemos como a empresa pode recuperar-se e sair da concordata. Essa é a dúvida que persiste, por mais que façamos essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Retorno a palavra ao Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Os senhores estão apostando numa encenação. Pedem concordata, mas no fundo não a querem. Pedem concordata, mas não apresentam documento. Se não apresentam documento, não há como decidir, isso é óbvio. Essa é uma resposta importante. Precisamos, no mínimo, ter sinceridade de propósitos. Do contrário, não vai passar de grande encenação. Até julgaria que há má-fé. Se querem a concordata, acham que ela é alternativa, então, apresentem os documentos. Que a Parmalat mostre que o pedido de concordata é viável. Do contrário, vai ser difícil.

Estive em audiência com o Ministro da Indústria da Itália, Sr. Antonio Marzano, e com o Sr. Enrico Bondi. Parece-me muito claro que há toda uma preocupação – e não poderia ser diferente – de preservar a Parmalat, na sede da Itália. Foi perguntado ao Sr. Enrico Bondi e ao Ministro se eles poderiam, a qualquer momento, vender, desfazer-se, ou liquidar unidades da Parmalat no Brasil. Eles responderam afirmativamente. Se não estou enganado, ouvi de V.Sa. que isso não seria possível. Posso estar enganado, mas acho que ouvi dizer que seria muito difícil vender alguma coisa aqui no Brasil. Não sei se seria possível, se houvesse interesse. O Sr. Enrico Bondi é o interventor, embora com característica diferente. Pelo menos pela legislação de que tenho conhecimento, ele tem poderes para fazer a liquidação da empresa.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Se me permite, Deputado Waldemir Moka e Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Com a palavra o nobre Deputado Zonta.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sobre a indagação do Deputado Waldemir Moka acerca da possibilidade de venda, trago informação de Santa Catarina e do Paraná. Existe manifesto interesse das cooperativas de Santa Catarina e do Paraná em adquirir parte das ações da Parmalat na Batávia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Concedo a palavra ao Sr. Andrea Ventura.

O SR. ANDREA VENTURA – Falando da concordata, esse assunto já foi discutido efetivamente na semana passada pelo nosso Presidente, Ricardo Gonçalves. O motivo do pedido da concordata foi efetivamente uma tentativa de evitar a falência da Parmalat, num momento extremamente crítico, e ganhar um pouco de tempo para conseguir identificar alternativas que permitissem o que estamos fazendo com muito esforço: a continuidade da operação Parmalat no Brasil. Entendemos que a operação é importante para todos e que tem um valor intrínseco muito bom. Na verdade, fomos aconselhados por nossos consultores jurídicos. O prazo era uma forma de ganhar tempo necessário para estudar como e de que forma avançar.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Então, nunca quiseram a concordata.

O SR. ANDREA VENTURA – Não, não diria isso, porque a concordata foi solicitada.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Mas como mecanismo jurídico, de proteção, nunca como alternativa ou solução para sair da crise. É isso que quero saber.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sr. Presidente, só complementando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Que influência teve o interventor da Itália, Enrico Bondi, nesse pedido de concordata estranho, com 90 dias para a entrega dos documentos. Qual a participação do interventor nessa posição dos senhores no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Sr. Andrea Ventura, gostaria que V.Sa. retornasse exatamente ao leito da pergunta formulada pelo Deputado Waldemir Moka, e, ao concluir, estendesse a resposta à pergunta feita pelo nobre Relator.

O SR. ANDREA VENTURA – Não diria que o escopo não é a concordata; o escopo é encontrar melhor mecanismo para permitir a sobrevivência da Parmalat. A concordata garante uma ajuda, mas sozinha não entendemos que permitiria a sobrevivência da Parmalat, na situação em que se encontra hoje, ou seja,

sem fontes de financiamento, ou mantendo a estrutura proprietária atual. Por isso repito: o motivo de pedido de concordata foi efetivamente ganhar tempo para a direção da empresa encontrar soluções alternativas. Esse é o motivo dos 90 dias.

Talvez valha a pena, antes de passar à sua resposta, complementar, se os senhores estiverem de acordo. O Sr. Enrico Bondi participou da decisão e tinha uma idéia de procedimentos de empresas em dificuldades ou próximas à falência de acordo com o que vivenciou na Itália. A visão que ele tinha da concordata era a de um procedimento parecido com o que existe, por exemplo, nos Estados Unidos, o chamado **Chapter Eleven,** no qual a concordata dá uma proteção adicional aos novos credores que surjam nessa fase.

Por que eles estão interessados nisso? Acredito que isso tenha sido objeto de conversação dos senhores na Itália. Uma forma de preferência dada não aos credores, num regime parecido de concordata, permitiria encontrar novas fontes de financiamentos para a Parmalat Brasil continuar funcionando e permitiria à Parmalat Itália colocar dinheiro na Parmalat Brasil. Isso por uma questão legal.

O interventor tem obrigação de ver se o Governo italiano e os credores preservam os ativos que têm nas mãos e, portanto, poderia colocar dinheiro dentro de uma empresa. Com risco de falência ou em regime de concordata sem proteções como o brasileiro, não haveria condições de colocar esse dinheiro. Ele precisaria de uma forma de proteção que o justificasse à frente do Governo italiano. Por isso, o Sr. Enrico Bondi insistiu muito nessa medida provisória, que também estamos solicitando no Brasil. A concordata era vista como uma forma, talvez, de receber ajuda do Governo e, depois, obter essa medida provisória.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Concordo, mas, para haver concordata, há um pré-requisito: a entrega dos documentos. Se não os entregam, não há concordata. E V.Sas. não entregam o documento. Ouvi o Sr. Bondi falar com o senhor por telefone e dar uma orientação direta para que providenciasse, daquele dia para o outro dia, a entrega dos documentos, o que até hoje não foi feito, pelo menos não tenho notícia. É isso que desejo saber.

Na verdade, o pedido de concordata serviu para fazer um bloqueio, uma blindagem, mas não resolveu, evidentemente. Todos no Brasil também queremos a continuidade da estrutura, queremos seu funcionamento para preservar os empregos, os produtores e as cooperativas. Mas, se V.Sas. não entregam o documento, a concordata é uma alternativa que não serve. Essa é uma alternativa que o Governo brasileiro e nós temos de esquecer, porque ela é só **pro forma,** é apenas um mecanismo jurídico, não é para valer, não é uma alternativa para vencermos a crise. Esse é o ponto que desejo abordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Andrea Ventura.

O SR. ANDREA VENTURA – Minha visão, que é a da Parmalat, é diferente. Estamos procurando uma forma de salvar a Parmalat. Se for a melhor forma, apresentaremos todos os documentos necessários. Alternativamente estamos buscando tudo. Nossa idéia é continuar com a concordata. É o ponto.

O senhor falou que, na Itália, ficou clara uma prioridade do Governo italiano de preservar as operações da Parmalat Itália. Creio, é óbvio, que esse é o interesse nacional.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Acho correto. Não poderia nem ser diferente.

O SR. ANDREA VENTURA – O ponto da venda é importante. Não sei se foi, mais uma vez, um erro meu de expressão. Acho que não falei da impossibilidade de vender, mas da impossibilidade de a Itália enviar recursos na atual situação jurídica, conforme expliquei há pouco, ou seja, o regime de concordata brasileiro não o permite ao Sr. Enrico Bondi. Não sei se houve um mal-entendido. Desculpem-me.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Alguém falou de o Enrico Bondi querer se livrar, entre aspas, da Parmalat na América e V.Sa. disse que isso não seria possível porque as contas da Parmalat Brasil, na verdade, são controladas na Itália. Entendi, indiretamente, que, se não podem vendê-la na América Latina, não podem vendê-la no Brasil.

O SR. ANDREA VENTURA – Desculpem-me, mais uma vez. É melhor esclarecer isso. Estava conversando que não estava sendo possível a idéia simplesmente de cortar a América Latina para se esquecer de um problema. Não era relacionado a uma hipótese de venda. A hipótese de venda da Parmalat no Brasil está sendo avaliada, estamos discutindo isso com o Sr. Bondi. Obviamente, percebendo que o valor de ativo da Parmalat Brasil está-se empobrecendo porque as operações estão paralisando, temos interesse de preservar esse valor e fazer qualquer coisa: concordata ou, até, uma venda. Para fazer uma venda, o ponto crítico é que se precisa de certo tempo para encontrar pessoas interessadas. Já apareceram vários interessados, e estamos abertos a negociações de vendas. A Batávia é uma das que poderiam ser parte de uma venda. Obviamente um regime de concordata deveria ser feito com acordo do juiz, e estamos dispostos a procurá-lo, mas é uma oportunidade.

A Parmalat não está querendo preservar o controle da operação no Brasil, entendendo que não é

possível, frente às dificuldades que a operação está encontrando neste País. Por isso, concordata é uma via, vendas é uma via, outras linhas de financiamento que a permitam continuar seriam outra via.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Carlos Alberto Padetti e ao Sr. Francisco Estevão Rincon Mungioli. Desde já, desculpem-me a forma direta como faço a pergunta.

Na verdade, V.Sa. é um profissional, um executivo ou – desculpe-me a expressão – apenas um laranja nesse esquema? Desculpe-me, novamente, minha pergunta direta. Mas seu comportamento, suas respostas nesta Comissão me fazem concluir que V.Sa. não participa da empresa, apenas empresta seu nome, tanto nesta como em outras, porque o senhor é Presidente de várias outras empresas. Não estou querendo ser mal-educado, nem lhe faltar com o respeito. Mas quero uma resposta direta.

Se V.Sa. realmente exerce papel de executivo, acho que teria de ter pelo menos um conhecimento mais direto do assunto. V.Sa. assumiu a Presidência e disse: *"Assumi a Presidência há 30 dias, mas já fazia parte, já trabalhava na empresa".* Qual era sua função antes de assumir a Presidência e depois de assumi-la?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – O Deputado Paulo Rubem Santiago gostaria de fazer um complemento a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, aproveitando o mote do Deputado Waldemir Moka, quero expressar uma estranheza. Descobrimos, por uma sucessão de perguntas ao Sr. Carlos Alberto, que o Sr. Francisco Estevão estava também integrando a sociedade. Mas verifiquei, num documento da Junta Comercial de São Paulo, que o Sr. Francisco Estevão entra como procurador, não é proprietário quotista da Carital Food. Peço que essas coisas sejam esclarecidas. Ele é procurador, como também foi procurador da Dancent Corporation o Sr. Carlos de Souza Monteiro. Não sei se é o mesmo Sr. Carlos que esteve na Comissão semana passada.

Quanto mais mexemos, mais descobrimos. Uma vez que o senhor esteve aqui semana passada, seria bom que nos informasse quem controla a Carital Food. Gostaria que o Sr. Carlos também nos ajudasse, já que estamos na mesma reunião e com os mesmos documentos, a descobrir quem controlava essa Dancent Corporation. Primeiro, por favor, o Sr. Francisco, na seqüência da resposta ao Deputado Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Em primeiro lugar, passo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Padetti, para que possa responder ao Deputado Waldemir Moka.

Peço ao Sr. Carlos Montero que tome assento à Mesa para responder ao complemento da pergunta formulada pelo Deputado Paulo Rubem Santiago.

Com a palavra o Sr. Carlos Alberto Padetti.

O SR. CARLOS ALBERTO PADETTI – Deputado Waldemir Moka, com relação a ser laranja, minha resposta é negativa. Sou administrador, assumi primeiramente para auxiliar o Sr. Francisco. Não sou laranja, sou um administrador. Tenho formação em Direito com especialização em Direito Tributário. Fui convocado para auxiliar o Sr. Francisco Mungioli na administração e continuamos no mesmo diapasão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Francisco Estevão Rincon Mungioli.

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Deputado Paulo Rubem Santiago, fui procurador da Carital Food de setembro de 2002 a setembro de 2003. A procuração venceu e, em função desses aspectos todos que estão ocorrendo na Itália, o Sr. Enrico Bondi precisa concluir o levantamento de todas as empresas que tem lá fora, para que possa emitir nova procuração. Portanto, fui procurador, sim, com uma procuração com validade de 1 ano, da Carital Food no Brasil.

A Carital Food tem como sócia quotista, se a minha memória não falha, algumas empresas em outros paraísos fiscais, sim. Devo ter talvez até o contrato social da Carital Food.

É preciso que fique muito claro que também é muito difícil para nós entender essa estrutura toda criada na Parmalat da Itália. A grande verdade é que o recurso ou a determinação de fornecê-lo parte da Parmalat SpA. Portanto, ela pode ter uma sócia quotista. De uma forma final, isso tem que se amarrar na Parmalat SpA.

Vou poder arrumar o contrato social para os senhores e tentar informar quem são os sócios quotistas da Carital Food, mas isso é efetivamente um emaranhado que termina ou na Finanziaria ou na SpA. Essa estrutura foi montada. Na minha opinião, passa pelas Antilhas ou Cayman e termina na SpA. No fundo, quem gere, quem administra, quem dá a palavra final e quem determina o que vai ou não ser pago é a Parmalat SpA ou a Finanziaria. Era a figura do diretor financeiro de lá.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Ou seja, sem querer partir de um prejulgamento, é evidente que empresas constituídas em determinadas localidades do mundo, especialmente no Caribe, Antilhas Holandesas, Curaçao, etc., conferem aos seus sócios quotistas determinados benefícios fiscais. Mesmo que na origem a remessa dos recursos seja

da Parmalat SpA, essa sucessão de paradas entre empresas controladoras até chegar à Carital Food e ao Brasil confere à Parmalat SpA uma série de benefícios fiscais, o que pode implicar para a Justiça italiana evidência – não estou prejulgando – de que isso foi montado para que, no meio desse caminho, houvesse benefícios fiscais de alguma forma, evitando, assim, ação mais dura do Fisco italiano ou até atuando de uma maneira mais fácil na relação com as empresas no Brasil. Estou presumindo, não estou acusando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Carlos Montero.

O SR. CARLOS MONTERO – Gostaria de reforçar o que o Francisco Mungioli falou. Na verdade, é importante deixar claro que, independentemente do societário – e eu falei isso na semana passada –, a Carital Food terminava na Parmalat SpA. Também não sabia quais eram os caminhos, mas, com certeza, acionista final era a Parmalat SpA, que decidia de onde vinham os recursos, como vinham e quais os valores.

Todos os recursos que vieram, por outro lado, também não passaram pelos paraísos fiscais. Os recursos vieram ou da Wishaw, do Uruguai, que era uma empresa constituída, subordinada e pertencente à Parmalat SpA, ou a Parmalat Participações. Os recursos não vieram lá desses paraísos fiscais.

O importante, independentemente de sabermos qual o caminho societário até lá, é que, até aquele momento – reforçando o que disse o Andrea –, a Parmalat era uma empresa de excelência mundial. Creio que até novembro todo o passivo foi pago dentro de todas as condições contratuais, dentro de todos os vencimentos, etc. Não tínhamos nenhum motivo para achar que a Carital não fosse suportar todos os passivos que existiam, como suportou com o dinheiro da Parmalat SpA até aquele momento. Acreditávamos que a Parmalat estava numa situação muito diferente do que fomos descobrir depois.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Poderíamos colocar essa empresa da qual o senhor foi procurador, a Dancent Corporation, na mesma vitrina da Carital Food? Ela tinha outros sócios? Quem eram os sócios? Por quanto tempo o senhor foi procurador dessa empresa?

O SR. CARLOS MONTERO – Não sei dizer exatamente por quanto tempo. Provavelmente de 1999 até junho de 2002.

Como eu falava, havia uma exigência legal também do Brasil. Fui diretor, como expliquei na audiência passada, da Carital, no início dela. Até para os documentos societários etc. precisava de um procurador, e nada mais natural que o diretor da Carital fosse o procurador da Carital Food também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Sr. Francisco Estevão Rincon Mungioli, que gostaria de complementar a sua resposta anterior.

O SR. FRANCISCO ESTEVÃO RINCON MUNGIOLI – Deputado, seu raciocínio é perfeito, mas há algo que nos deixa também curioso nessa história. Apenas a participação societária é via Carital Food. Não sei quantas têm no meio do caminho entre a Carital Food e a Parmalat SpA. Mas esses benefícios, eventualmente fiscais, por estarem em um paraíso fiscal, só caberiam na medida em que houve remessa de recursos. E não há remessa de recursos. A remessa de recursos veio via Wishaw, que é consolidada na Parmalat SpA.

Portanto, podemos inferir que, além desses aspectos todos, desse escândalo que está sendo levantado na Itália, existia uma série de procedimentos de abrir empresas, uma ficava subordinada a outra, mas não envolve necessariamente ganho de benefícios fiscais. É apenas uma estrutura societária extremamente complicada. Para nós também é complicada, também ficamos na dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Quer dizer que os senhores não conseguem esclarecer ao Plenário o porquê dessa multiplicação de empresas no decorrer desse processo entre a empresa, na Itália, e a Parmalat Participações Brasil. Por que tantas empresas intermediárias?

Com a palavra o Deputado Zonta.

O SR. DEPUTADO ZONTA – O Sr. Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, fez uma indagação agora. Os senhores não estão entendendo o porquê da presença dessas empresas. Se não havia benefício fiscal algum, também fica estranho ter sede em paraísos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – E a quem elas servem? Essa é a verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Que empresa era a Dancent Corporation? Quem a controlava? O senhor não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – O Deputado Paulo Rubem Santiago exige que o Sr. Carlos Montero retorne à resposta e diga para que serve realmente essa empresa Dancent Corporation.

O SR. CARLOS MONTERO – Deputado, tanto a Dancent Corporation quanto a Carital Food foram empresas criadas pela Itália, e não temos absolutamente nenhuma atuação sobre essa decisão.

Justamente porque saí da empresa há um bom tempo, me faltaram alguns números. De lá para cá, tentei buscá-los. Não mantenho contato com a em-

presa, mas posso dar uma visão também da evolução dos números.

A Carital, quando foi criada, se eu não estou enganado, foi transferido para ela, ou ficou nela, um passivo de 770 milhões de reais. Volto a insistir: todo o relacionamento de decisão, de recurso, de conversa, de assessoria foi feito pela Parmalat SpA. Provavelmente esse número de 770 para 1.960 também, como todos os recursos que vieram foram em moeda estrangeira, deve ter grande parte de variação cambial, etc. Volto a insistir: na verdade, a todo momento, em toda dívida, em todo vencimento, a SpA mandava dinheiro para cá. E a Carital – acho que aqui temos 2 administradores da Carital, desde o início – nunca mandou dinheiro para fora. Ela só recebeu dinheiro para liqüidar as dívidas que tinham sido oriundas da Parmalat Participações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Passo a palavra ao Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – O senhor, antes de vir para cá, também trabalhava no grupo Parmalat?

O SR. ANDREA VENTURA – Fui contratado no mercado.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Foi contratado no mercado. Há um ano, um ano e meio?

O SR. ANDREA VENTURA – Não.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Está aqui no Brasil desde quando?

O SR. ANDREA VENTURA – Fevereiro de 2000.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Há 4 anos. E nesses 4 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – É importante, Sr. Andrea, que o senhor fale próximo ao microfone.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – O senhor é um homem experiente. O prejuízo dado pela Parmalat Brasil nunca chamou a atenção do pessoal? É complicado entender isso. Havia conivência do pessoal lá de cima? Essa coisa era para dar prejuízo mesmo? É difícil alguém entender isso.

Uma outra pergunta. A informação lá da Itália é de que nas Ilhas Cayman havia supostamente um depósito de 5 bilhões de dólares, que, na verdade, não passava de xerox de um título que nunca existiu. É uma fraude grosseira. Não tem sentido imaginar que em uma empresa desse porte, envolvendo tanta gente, com essa estrutura, com patrimônio bilionário, possa fraudar com xerox do título do Bank of America. E nós estamos falando de 5 bilhões de dólares, esse era o título.

Estamos falando de no mínimo 5 ou 6 anos de uma empresa que andou nessa ciranda, fraudando documento. Também não me cabe entender que essas fraudes não tenham conivência dos bancos europeus, sobretudo da Itália. Quem auditava a Parmalat? E esse prejuízo?

Não quero fazer juízo, mas é importante que as autoridades do mercado financeiro, as pessoas que respondem por essa auditoria venham a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Concedo a palavra ao Sr. Andrea Ventura, para rapidamente responder ao Deputado Waldemir Moka.

Em seguida, passarei a palavra ao Deputado Zonta e ao Deputado Leonardo Vilela, em conjunto, para encerrarmos a lista de inscrições. Portanto, peço paciência a S.Exas.

O SR. ANDREA VENTURA – Deputado Waldemir Moka, eu já disse anteriormente a outro Sr. Deputado que me fez a mesma pergunta que posso concordar com ela. Não é normal para um acionista aceitar perder tanto dinheiro em um mesmo país sem conseguir reverter esse resultado.

À luz de tudo o que aconteceu, que V.Exa. mencionou – como as fraudes grosseiras que foram feitas –, eu consigo entender que o interesse do acionista no resultado real do grupo não era o que normalmente se tem, sendo que, depois, o resultado consolidado era feito à mão, como se diz aqui no Brasil. Por isso, eu acho que ele continuava investindo na operação brasileira, muito importante para o grupo, dinheiro que era tomado emprestado dos bancos.

Eu, honestamente, como pessoa da área financeira, não posso interpretar o processo de decisão dele. Estou muito focado em resultado. Acho que ele tem que ser o objetivo primário de qualquer empreendimento.

Concordo com V.Exa. nos conceitos, mas, o que levou o Sr. Tanzi a continuar fazendo isso, eu não sei responder.

A respeito dessa empresa nas Ilhas Cayman eu sei tanto quanto V.Exa. Pelo que li nos jornais, efetivamente foi uma fraude colossal, imensa. Infelizmente, funcionou por muitos anos. Por isso, tem que ter, sem dúvida, a conivência de muitos órgãos envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Concedo a palavra ao Deputado Zonta.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, tenho apenas uma pergunta para o Dr. Andrea. Seria bom se ele pudesse sintetizar a resposta.

A primeira preocupação desta Comissão é em saber como a Parmalat vai pagar os produtores e fornecedores e o que está sendo feito para manter os empregos e resgatar os direitos trabalhistas dos funcionários da empresa. Gostaria de saber dele se vê possibilidade de isso ser feito.

É a pergunta que eu faço.

Além disso, Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma informação: nós realizamos audiência pública em Santa Catarina para tratar do tema, e um dos resultados do nosso trabalho está contido numa decisão liminar da Juíza Denise Comel, graças à qual já foi feita a intervenção na empresa e foram afastados do Grupo Batávia os gestores da Parmalat, passando-se a gestão plena para os acionistas minoritários, as cooperativas. Isso não deixa de ser resultado do trabalho da Comissão, Sr. Presidente, o qual possibilitou tal encaminhamento.

Além da pergunta, eu tenho 2 encaminhamentos a fazer.

Nós chegamos à conclusão – hoje ao menos avançamos nisso – de que a dívida do Grupo Parmalat no Brasil está hoje em torno de 2,46 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado Zonta, um minuto, por favor.

Eu gostaria de organizar os trabalhos da seguinte forma: primeiro encerraríamos a fase de perguntas. Depois, após dispensar os convidados, os Parlamentares permaneceriam aqui, a fim de fazermos os necessários encaminhamentos, como o que V.Exa. está sugerindo.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Pois não. Então, solicito a V.Exa. que me inscreva para fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Vilela.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Eu ratifico a pergunta do Deputado Zonta, no que diz respeito ao futuro das unidades industriais da Parmalat. Segundo me informaram, estão todas paralisadas ou funcionando precariamente.

E gostaria de saber também quem é a controladora da Wishaw.

Sr. Presidente, eu também gostaria de me inscrever para os encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao Sr. Andrea Ventura.

O SR. ANDREA VENTURA – As perguntas dos Srs. Deputados Zonta e Leonardo Vilela são a respeito do futuro das operações da empresa.

Efetivamente, eu não diria que as fábricas estão paradas, mas que estão funcionando de modo muito irregular, na maioria dos casos.

Toda a diretoria da Parmalat do Brasil está trabalhando para encontrar soluções para a empresa receber recursos financeiros e honrar as dívidas com os produtores, além de permitir a continuação de suas operações.

O grande desafio que estamos tentando vencer é o de encontrar um meio de realizar isso, conforme o Sr. Ricardo Gonçalves já explicou a V.Exas. na semana passada. Estão procurando um interessado em comprar a companhia, como bancos que aceitem nela colocar **fresh money**, dinheiro novo.

Esses são os objetivos.

Outra alternativa seria a edição de medida provisória que permitisse sobreviver até que a Itália nos aportasse recursos financeiros.

Com relação à pergunta a respeito da Batávia, eu acho que é mais uma afirmação do que uma indagação. Eu tenho conhecimento da medida que foi tomada lá. Nós achamos que, com os direitos que temos como sócios, não podemos ser ignorados. Quanto à gestão da empresa, nós já estamos tomando as providências, mas sabemos que uma situação desse tipo é grave.

A Batávia está passando pela seguinte situação: seus cooperados têm interesse em negociar a recompra das ações. Eles nos conhecem muito bem. Como eu disse, não há obstáculos – devo deixar isso claro – que impeçam alguém de discutir oportunidades de venda do negócio Parmalat ou de parte dele, posto que isso é de interesse dos credores, que hoje são efetivamente os que têm de receber cuidado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – A Batávia seria individualizada?

O SR. ANDREA VENTURA – A Batávia já é individualizada.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Já é individualizada, não é?

Desejo esclarecer este aspecto, porque se trata de assunto que diz respeito ao Paraná, em especial, ao Município de Carambeí. Nós todos do Paraná e de Santa Catarina temos interesse direto na Batávia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não, Deputado.

O SR. ANDREA VENTURA – Bom, a Batávia sempre manteve a sua independência operacional do Grupo Parmalat.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Só para que fique claro, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta, que, ao meu ver, possibilitará o esclarecimento da dúvida do Deputado Luiz Carlos Hauly e da nossa.

Sr. Andrea, o senhor afirmou que, de acordo com a assessoria jurídica da empresa, o prazo que a Parmalat solicitou no pedido de concordata, de 90 dias, era exatamente o necessário para que pudesse fazer certas negociações, inclusive a possível venda da empresa no Brasil.

A pergunta que fica para todos nós é a seguinte: pelo fato de ser independente juridicamente, a empresa poderia ser vendida para as cooperativas, mesmo com o pedido de concordata em andamento ou precisaria da

autorização do juiz responsável pela análise do pedido de concordata? Como funciona isso na prática?

O SR. ANDREA VENTURA – Eu sinto muito, mas meu conhecimento das leis brasileiras não é adequado para uma resposta correta a respeito do tema.

No entanto, já sabemos que é possível, talvez pedindo a autorização do juiz, obter a aprovação da venda. Não acredito que haja obstáculos intransponíveis para a realização do negócio, mesmo que tenha de ser pedida a autorização do juiz.

Não gostaria, porém, de dar uma resposta definitiva à pergunta, porque não tenho competência para tanto. Declaro-me incompetente para tanto.

Quanto à dívida total do Grupo Parmalat, que V.Exa. mencionou, eu diria que a parte da Carital tem de ser dividida entre o que se deve aos bancos e o que não se deve a essas instituições, porque a **infragruppo** é uma conta entre a companhia que desaparece e o consolidado. Não faz parte daqueles 14 bilhões.

Em relação aos controladores da Wishaw, conforme meus conhecimentos, são empresas do Grupo Parmalat. A empresa é 100% controlada pelo Grupo Parmalat.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao Deputado Assis Miguel do Couto, que tem uma observação a fazer.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Ainda sobre a Batávia, observa-se, pelo organograma apresentado, que ela não tem nenhuma ligação com o conjunto das outras empresas. A quem ela se reporta? Quem controla a Batávia? Estou interessado no tema principalmente porque este é um caso específico a ser encaminhado no Estado do Paraná.

O SR. ANDREA VENTURA – Bom, neste ponto eu acho que V.Exa. tem razão. Está faltando aqui uma indicação. Não sei se podemos corrigir isso no organograma.

A Batávia S.A. hoje é controlada pela Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos, que detém em 51% das suas ações. Os outros 49% das ações estão divididos – vou citar um número aproximado: 45,5% estão com a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. – CCLPL, e os 2,5% restantes pertencem à Agromilk, a Cooperativa Central de Laticínios do Oeste Catarinense

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – A Agromilk tem 3,5%.

O SR. ANDREA VENTURA – Sim, 3,5%. O restante está com a CCLPL. São duas cooperativas centrais, uma do Paraná e uma outra da...

(*Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Não havendo mais nenhuma indagação do Plenário, encerrarei, neste momento, esta parte da audiência pública relativa à ausculta dos Srs. Carlos Alberto Padetti, Andrea Ventura, Carlos Montero e Francisco Estevão Mungioli.

Antes de dispensar os convidados, a Presidência agradece a todos a presença e solicita aos Srs. Deputados que continuem presentes para que façamos, a partir de agora, os encaminhamentos decorrentes desta audiência pública.

Suspendo a reunião por 2 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Está reaberta a reunião.

O SR. DEPUTADO ZONTA – *(Falha na gravação.)* Lamentavelmente, o Brasil detém, por intermédio do Grupo Parmalat, uma dívida de 2,46 bilhões de dólares.

Lamentavelmente também, sabe-se que veio dinheiro da Itália para o Brasil e, daqui a pouco, o que o ex-contador afirmou acabará tornando verdadeiro: constataremos que o Brasil está servindo de ralo para se dar sumiço a esse dinheiro.

E esse problema já está afetando a credibilidade do Brasil com relação a futuros investimentos. Não podemos tapar o sol com a peneira.

Além disso, estamos tratando de cerca de 150 mil empregos diretos. Se considerarmos o número dos produtores, com 2 empregados em cada propriedade, mais os empregos gerados por transportadores e fornecedores, veremos que se trata de volume bastante expressivo de postos de trabalho.

Estamos tratando, portanto, de ação que efetivamente representa grande prejuízo à economia popular em âmbito nacional. E a desestruturação pode estar contaminando o setor leiteiro.

Por essas razões, proponho 2 encaminhamentos. O primeiro é no sentido de que imediatamente procuremos a forma legal de transformar esta Comissão Especial numa CPI – e precisamos fazê-lo imediatamente. O segundo é no sentido de que não passe de amanhã a decisão do Governo de intervir na Parmalat para salvaguardar os interesses dos empregados e dos produtores, a fim de que depois a CPI possa continuar investigando o caso.

Ouvimos várias vezes o Dr. Andrea Ventura declarar que, se não houver intervenção na empresa, ela irá à falência. E sabemos que, se isso ocorrer, tudo será perdido, principalmente os créditos dos produtores.

É o meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Vilela.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, Sr. Relator, apóio os 2 encaminhamentos feitos pelo Deputado Zonta e acrescentarei um terceiro.

Antes, porém, registro minha indignação e meu espanto com a fragilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Assistimos hoje a espetáculo montado por uma série de empresas, com um emaranhado de sociedades e controladoras, destinado tão-somente a lesar o sistema financeiro internacional. E, como resultado disso, vimos dezenas de milhares de produtores de leite lesados; milhares de postos de trabalho fechados e o setor lácteo absolutamente desorganizado no Brasil.

Pior, Sr. Presidente: assistimos ainda à passividade das autoridades econômicas do Governo Federal – os Ministérios da Justiça e da Fazenda e o Banco Central –, apesar da fragilidade dos depoimentos que ouvimos hoje e nos outros dias. Isso me assusta, deixa-me extremamente preocupado.

Percebemos, Sr. Presidente, que se montou um esquema de lavagem de dinheiro que utiliza o Brasil e lesa a economia nacional.

Portanto, ao lado dos 2 encaminhamentos feitos pelo Deputado Zonta – da formação da CPI e da intervenção na empresa, de modo a assegurar o recebimento dos créditos pelos produtores de leite e, principalmente, a manutenção dos postos de trabalho por parte dos empregados da Parmalat –, apresento requerimento verbal para que V.Exa. convoque – ou convide, para usar um eufemismo – para comparecer a esta Comissão o Ministro da Justiça e o Ministro da Fazenda, já que o Presidente do Banco Central deverá estar aqui amanhã. Assim, poderemos ouvir dessas autoridades que providências estão sendo adotadas em relação à crise da Parmalat e que precauções serão tomadas pela área econômica do Governo Federal para que fatos como esses, que lesam a economia do País, não se repitam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado Assis Miguel do Couto, V.Exa. quer fazer algum encaminhamento ou comentário, antes de a Presidência apresentar a decisão ao Plenário? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, minha preocupação em relação ao problema é muito grande. Foi montada uma cadeia de dívidas muito bem organizada e esquematizada. Aparentemente, parece que está tudo solto, mas, ao contrário, todo o esquema está muito bem estruturado e organizado, do ponto de vista do interesse deles.

Em primeiro lugar, ressalto que a dívida, no valor anunciado pelo grupo, não existe. Afinal, uma empresa que fatura 2 bilhões por ano não pode ter 7,5 bilhões de dívidas no Brasil. Acredito tratar-se de dívidas fictícias, dentro de montagem que visa ao calote. Não pode ser outra coisa.

Para onde vamos? O que desejamos? Solução? Defesa do fornecedor, o pequeno produtor de leite? Sim. Queremos defender também o consumidor final, para que as empresas no Brasil não alterem o preço de seus produtos e para que não haja desabastecimento de leite e derivados no Brasil? Sim.

No meio do caminho que precisamos percorrer para alcançar nossos objetivos estão a Parmalat, seus fornecedores – todos eles, excluindo-se os de leite – e o grosso dos seus credores. Quem são? Que título tem essa rubrica da dívida para cada empresa? E na empresa, é total? É individualizada? Não é?

Como V.Exas. podem ver, tenho muitas dúvidas.

O Deputado Cezar Silvestri perguntou a um advogado aqui presente a respeito da individualização da cooperativa de Carambeí, face à decisão tomada ontem pela Juíza Denise Comel, do Paraná, que facilitou às cooperativas produtoras de leite, que são sócias minoritárias, a assunção da direção da empresa. Que providência será tomada a esse respeito? Vai-se alugar o barracão da empresa? Vai-se assumir o seu ativo e o passivo? Os demais acionistas serão solidários com a dívida da empresa? Não serão?

Para responder a todas essas perguntas temos de montar uma excelente assessoria para esta Comissão, convocando-se, para tanto, a Consultoria Legislativa da Casa e também outros profissionais – a OAB e o Conselho Federal de Contabilidade, entre outras entidades nacionais, para dar apoio estrutural ao trabalho do Relator, da Presidência, e, conseqüentemente, desta Comissão.

Recebemos grande conjunto de informações orais. É muito pouco o que temos escrito. Agora, devemos consolidá-las e escrevê-las no mapa, o qual deve ser posto na parede, como faz a Polícia Federal quando está tentando desvendar um esquema de quadrilhas. Refiro-me a algo semelhante a um gráfico, mas com informações sobre o número de pessoas, valores, entrada e saída de recursos.

Semana passada, o Deputado José Pimentel, que estava em missão especial, ao fazer uma interrelação deste caso com o investigado pela CPI do BANESTADO, disse que há, sim, grande remessa de dinheiro para o exterior, da mesma forma como há o ingresso de recursos no Brasil.

Temos de juntar todas as peças dessa engrenagem. O grande trabalho que esta Comissão pode fazer é, a meu ver, mapear e analisar o parecer; dar apoio ao Relator, para que S.Exa. possa elaborar uma peça completa sobre essa armadilha, esse labirinto mon-

tado para dar o calote, para tungar o sistema financeiro nacional – não há outra palavra para descrever o que foi feito.

Todos os que pretendem praticar fraudes vêm para o Brasil, porque este é um país de Terceiro Mundo. Nossa Nação, assim como os demais países em desenvolvimento, passa a ser alvo das multinacionais, que no Brasil não querem sequer respeitar a decisão do CADE relativa à Nestlé – que, para mim, é questão singular: um órgão do Governo brasileiro determinou que a Nestlé não poderia ter comprado a Garoto. Agora, querem entrar na Justiça contra tal decisão. Em qualquer país do mundo, a compra não poderia ter sido feita, mas este é o país do jeitinho. E eles jogam com o jeitinho brasileiro para tentar ficar impunes.

A União Européia, principalmente a Itália, tem de se manifestar oficialmente ao Brasil acerca da questão. Não é a primeira empresa de origem italiana que nos traz problemas – já é a segunda. O Governo italiano terá de se pronunciar acerca do caso, e não só a Justiça daquele país, a qual está cumprindo seu papel, pois está no encalço do Grupo Parmalat.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, não sei se este é o momento mais adequado para tratar do tema que vou abordar, mas, de qualquer forma, V.Exa. e o Relator, que estiveram na Itália, poderiam nos dar uma orientação.

Na reunião passada, várias perguntas dos Deputados foram centradas na possibilidade de intervenção por parte do Governo Federal na empresa. Parece-nos que a legislação brasileira não permite tal procedimento – esta é uma conclusão pessoal.

Afirmaram muitos Deputados que talvez a solução fosse a intervenção, para que se resolvesse o problema de forma rápida e, assim, se protegessem os produtores de leite e os fornecedores da Parmalat.

A grande verdade, Deputado Luiz Carlos Hauly, é que nenhum de nós acredita em Papai Noel – a empresa fatura 2 bilhões por ano e tem uma dívida de 7,5 bilhões! De acordo com todos os depoimentos, a dívida com os fornecedores é muito pequena. O Relator perguntou sobre o débito fiscal da empresa e lhe foi dito que é mínimo. O débito trabalhista é praticamente nulo. Com relação à dívida com os produtores de leite, citarei o caso do Paraná: a Batávia devia 43 mil reais para apenas 90 produtores do sudoeste. Portanto, não devia praticamente nada.

Deputado Luiz Carlos Hauly, a grande verdade é que a Parmalat do Brasil deve para a matriz, que repassava dinheiro para a empresa no Brasil; era o grande Papai Noel. Havia prejuízo e mais prejuízo. A Parmalat comprava um time de futebol e, 2 anos depois, acumulava 70 milhões de prejuízo, e a matriz mandava dinheiro para cobri-lo. Honrava com muita facilidade todos os compromissos e dívidas assumidos pela empresa no Brasil, sem questioná-los.

Todos vemos que a Parmalat no Brasil se tornou uma fábrica de prejuízos – com a anuência da matriz, é lógico. Do contrário, ela teria fechado a empresa e feito uma auditoria. A matriz não poderia investir dinheiro em uma empresa que fatura 2 bilhões por ano e tem 7,5 bilhões de prejuízo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – O pleito deles é a mudança imediata da Lei de Falências, aprovada aqui e atualmente em tramitação no Senado, para antecipar a sua vigência, pois ela cria facilidades para a recuperação de empresas.

Nós, legisladores – incluo-me entre eles, pois defendi o projeto –, aprovamos de boa-fé a lei, cuja intenção é recuperar as boas empresas, e não esses esquemas internacionais que não temos capacidade de dimensionar.

Fico muito preocupado com o encaminhamento da Lei de Recuperação de Empresas, a chamada Lei de Falências. Os dirigentes da Parmalat querem que seja antecipada a vigência de alguns itens da proposição, por meio de medida provisória.

O Deputado Cezar Silvestri, aliás, colocou o dedo bem na ferida: a empresa deve para quem? Para a Itália. Ou seja, está muito clara a montagem, salvo erro nosso no juízo de valor da situação.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Deputado, logicamente, a cobrança que lhe farão, como nos estão fazendo, será sobre a proposta que a Comissão fará quanto à participação do Governo Federal na resolução do problema. É cabível a intervenção? Esse é um questionamento.

Se se decidir que não cabe a intervenção, deveremos perguntar: se fatiarmos as empresas, em alguns casos, caberá a desapropriação de ações? Alguns advogados dizem que isso é juridicamente possível, de acordo com a nossa legislação. No caso da Batávia, por exemplo, que estamos discutindo muito no Paraná e em Santa Catarina, caberia a desapropriação de parte das ações pelo Governo Federal, de modo que a maioria acionária passasse a ser composta por ele, em conjunto com as cooperativas, as quais dariam continuidade às atividades da empresa?

A grande aspiração do setor, logicamente, é essa continuidade, para que os produtores de leite tenham para quem fornecer. Eles não podem aguardar 2, 3, 4 ou 5 meses pela resolução do problema, porque a atividade que praticam não permite tanto tempo de es-

pera – se uma vaca fica 15 dias sem ser ordenhada, sua produção de leite torna-se prejudicada.

Se houver possibilidade de se intervir na empresa, o que esta Comissão vai propor? Vamos propor essa medida? Vamos criar uma CPI para investigar o problema?

Enfim, eu acho que são muitas as discussões que precisamos travar internamente para decidir que rumo vamos tomar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Assis Miguel do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Serei breve, Sr. Presidente.

Poderíamos ter tido grande decepção com o que foi dito aqui. Na verdade, porém, de certa forma, não me decepcionei tanto com o que foi exposto. Ao contrário, entendo que alcançamos importante avanço: pudemos ter clara idéia de qual é essa teia de organização; de onde vem o controle, principalmente o acionário; de quem é a participação majoritária; quem manda em quem.

A partir de hoje podemos elaborar um quadro e saber quem manda em quem, principalmente no Brasil. Para tanto, precisamos buscar algumas informações importantes, em especial sobre o contrato social dessas empresas.

A audiência de hoje, do meu ponto de vista, representou considerável avanço nesse sentido. Cheguei à conclusão de que quem controla o Grupo Parmalat são basicamente duas empresas sediadas nos chamados paraísos fiscais, e não na Itália. Talvez tenhamos errado na escolha do destino da viagem que fizemos para discutir com quem vai determinar as coisas; deveríamos ter ido aos paraísos fiscais.

Eu chego à afirmação – e não sei se é de fato uma afirmação ou uma conclusão prévia – de que o controle de todo o processo, do ponto de vista empresarial e jurídico, é feito pelas empresas instaladas nos paraísos fiscais. Se são ou não constituídas de italianos; se a Parmalat S.A. faz parte delas, não sei. Isso não interessa. O que interessa é que elas devem estar localizadas nesses paraísos fiscais.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Deputado Assis Miguel do Couto, por favor, deixe-me fazer um rápido aparte. É preciso separarmos as unidades produtivas da parte de serviços e participações. Temos de saber, por exemplo, se compraram unidades produtivas no Brasil. Como pagaram? Ficaram devendo?

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – De serviços.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – De negociata.

Sugiro a V.Exa. que, no seu parecer, trate separadamente da origem da compra. Comprou a Carambeí? Como? Como pagou? Assim V.Exa. terá conhecimento da origem dos recursos empregados. Ficou devendo? Não ficou?

Era essa a consideração que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – A audiência de hoje teve realmente importante alcance.

E precisamos, com muita urgência, das notas taquigráficas desta reunião. Farei, junto ao Presidente da Casa, Deputado João Paulo, gestões para que se proceda a um mutirão, a fim de que, se possível, ainda hoje as tenhamos em mãos, pois elas são importantes para o processo que está em andamento.

A segunda questão que quero abordar – e esse é um ponto importante para o conjunto dos Parlamentares da Comissão e com o qual comungo – é relativo ao fato de que nós, na condição de Comissão Especial, temos muito limitados poderes de investigação, de elucidação de todo o esquema que já percebemos existir. Por isso, há a idéia de se criar uma CPI. E acredito que esse seja o caminho que teremos de trilhar daqui para frente.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Do ponto de vista fiscal, as empresas foram compradas e depois começaram a dar prejuízo. Então, há uma determinação ao Fisco de levantar, nos 5 anos anteriores, em cada unidade, lucro e prejuízo, e de fazer a projeção para o futuro. Acredito que vai haver uma ação fiscal muito grande. Tem de entrar o Fisco federal para avaliar a evasão de tributos via planejamento tributário, que ocorreu da forma mais perversa que já pude observar.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – O.k., Deputado Luiz Carlos Hauly, mas V.Exa. há de convir comigo que, para clarear essas duas questões, temos de saber qual é realmente a composição dessa rede de organizações.

Para a questão do Fisco, temos limites. Podemos dizer que apontamos essa suposição, e, então, uma CPI poderia esclarecer, com mais competência, a questão. Tenho dúvidas, porém, sobre se vamos conseguir.

Vamos conversar com a Receita Federal. Até agora, tivemos dificuldades. Não sabemos realmente dizer qual é o passivo tributário da empresa ou das várias empresas, porque há um limite de sigilo e tudo mais. É preciso quebrar o sigilo. Só a condição de CPI poderia nos dar possibilidade mais concreta de fazê-lo.

Uma terceira questão muito importante nos encaminhamentos é a urgente situação dos produtores, dos trabalhadores das empresas e das regiões onde essas empresas estão instaladas. O impacto social e econômico é enorme, e tende a se agravar.

Acredito pouco provável que consigamos recuperar hoje a sobrevivência funcional das indústrias com o caminho da intervenção. Se fosse há 3 semanas, seria diferente. Discutir imediatamente com o Governo medidas que possam amenizar esses impactos talvez seja o caminho mais prudente, passando pelo fatiamento da empresa, e uma série de coisas.

Assegurar, por meio de medida provisória, que vamos manter esse complexo funcionando, pelo menos como estava há 30 ou 60 dias, é improvável. Poderíamos discutir com o Governo Federal e com os Governos Municipais e Estaduais das regiões um conjunto de medidas e de propostas oriundas das audiências que ocorreram nos Estados, para resolver o que fazer com esses ativos, com essas indústrias e amenizar o impacto que estão sofrendo.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Permita-me ressaltar, caro Relator, que o objetivo da intervenção do Governo é salvar a Parmalat, o que sabemos inviável.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Mas manter o funcionamento do complexo era a idéia inicial.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sim. Manter a atividade e buscar alternativas como a da Batávia, em cada Estado, para que alguém venha dar continuidade à atividade e garantir os créditos porque, por enquanto, o que cair de recursos dentro da Parmalat vai para os bancos.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Entendi. Mas esse é um movimento que temos de fazer nesses dias. Continuaremos a fazer isso, mas, desde o começo, gastamos muito tempo na busca de uma solução. Ainda nesta semana, Deputado Zonta, tem de aparecer uma solução concreta.

Nossa idéia era concluir um relatório preliminar esta semana, para dizer que conseguimos chegar até aqui. Conversei com a Assessoria e Consultoria da Câmara e estamos com certa dificuldade em ter um relatório prévio até quinta-feira, quando termina a convocação extraordinária.

Amanhã vamos ouvir os Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e os bancos. Com essas audiências, vamos ter uma luz para as questões mais urgentes que estamos discutindo.

Posso até dizer que, com as audiências públicas já feitas e as que vão ocorrer, nos gabinetes e nos Estados, temos condições de caminhar para a conclusão de um relatório prévio até quinta-feira. Mas não vou garantir isso agora, porque tenho que ver como se desenrolam os fatos amanhã nessas audiências.

Se não tivermos um relatório prévio para discutir até quinta-feira, cabe a nós, conjuntamente com o Presidente e a Mesa, encontrar uma saída. Vamos voltar ao assunto depois da convocação para concluir isso, ou vamos prorrogar o prazo de nossos trabalhos? Essa é uma questão que temos de tratar com a Mesa. É o que estamos planejando.

Quero mencionar questão levantada pelo Deputado Leonardo Vilela: seria possível ouvir os Ministérios da Justiça e da Fazenda ainda esta semana, se a Comissão assim desejar? Seria possível inclui-los no convite aos Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário? Podemos fazer essa tentativa. Vamos assumir esse compromisso sem garantir que seja executado. Se não for, pode ser mais na frente.

Para finalizar, quero falar duas coisas importantes que representam a grande lição dessa caminhada. Trata-se da Lei de Falências. O que discutimos na Casa sobre esse assunto realmente foi um avanço. Mas o caso Parmalat nos dá algumas lições. Saio com a conclusão de que ela tem limites. Temos de discutir melhor a questão mais à frente.

O Deputado Waldemir Moka já mencionou que o Presidente da Comissão de Finanças do Parlamento Europeu levantou com muita veemência a preocupação de que o sistema bancário mundial deixa de cumprir o papel de captador e financiador, para fomentar o setor produtivo ou outros, e passa a assumir, cada vez mais, a função de mexer com papéis. Associado a isso, há a globalização desse sistema. Estamos numa situação bastante delicada.

A Itália, neste momento, esforça-se para rever toda a sua legislação bancária, que é de 1936. O Brasil vai caminhar para um debate sobre esse ponto também. Mas isso não é suficiente, porque o sistema está globalizado.

O Ministro da Produção da Itália nos disse que de 75% a 80% do escândalo ocorrido é de responsabilidade de bancos que não são italianos. São bancos que circulam o mundo emitindo títulos e que induzem empresas a emitir títulos e vender papéis muitas vezes fictícios no mercado. Esse é um sistema financeiro que nos preocupa no âmbito do Brasil e do mundo.

Vale a pena realizar profundo debate sobre o papel dos sistemas financeiro e bancário no Brasil. E

nós devemos assumir esse debate, porque trará desdobramentos interessantes.

São as orientações que trago ao Plenário. Acato as opiniões dos Srs. Deputados no sentido de conduzirmos o trabalho até o final da convocação extraordinária. Depois, veremos o que é possível fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Relator, enfatizando o que V.Exa. disse, ressalto que é extremamente importante, das lições que estamos tirando com esse episódio, nos precaver para que outros episódios como esse não lesem a economia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – A reunião começou às 10h30min e já são 14h20min. Ao encerrar, quero dizer que temos 3 encaminhamentos.

Quanto a transformar a Comissão numa CPI, é evidente que isso não depende tão-somente da Comissão.

É preciso colher assinaturas de Parlamentares. Temos de tomar tal decisão internamente e trabalhar para realizá-la.

Na condição de Presidente da Comissão, concordo com a decisão, desde que o Relator acelere os trabalhos e conclua o parecer. Há 2 pontos que, a meu juízo, não dependem dessa decisão: discutirmos o atual modelo no Brasil, que é concentrador, e apresentar outro que atenda aos interesses do País, porque, quando uma empresa gigante passa por um problema, todos são prejudicados. Temos de discutir o assunto, apresentar alternativa relacionada ao modelo do setor leiteiro. Precisamos encontrar soluções, que, na minha opinião, passam, sim, pelo Governo. O Governo tem de assumir sua responsabilidade. Se o Governo não fizer uma intervenção jurídica, tem de promover um intervenção "branca", ajudar as cooperativas ou as estruturas regionalizadas a assumir esse patrimônio e fazer com que ele se mantenha funcionando, para preservar o emprego e, sobretudo, os produtores e o preço. Isso é fundamental.

O Relator e eu temos esse ponto de vista. O Governo não tem de ter dinheiro para ajudar a Parmalat, mas, em algum momento, terá de ajudar na estrutura das cooperativas, ou algo similar, para que elas tenham a possibilidade de assumir a estrutura da Parmalat.

Esse é o encaminhamento.

Vamos ouvir os Ministros e o setor bancário. A Comissão deve ouvir as autoridades do sistema financeiro do País. Temos de convocar os responsáveis, os auditores da conta da Parmalat no Brasil, se é que eles existem, para sabermos o que está acontecendo, por que, no Brasil, a Parmalat era considerada uma empresa saudável até setembro e, de repente, surge todo esse problema. Também precisamos saber se houve prejuízo no mercado financeiro. É preciso responsabilizar essas pessoas.

No mais, ainda hoje, a Comissão se reunirá com a Presidência da Comissão de Agricultura para discutir o assunto. Marcamos o encontro para as 16h.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVERIGUAR O PROCESSO RELACIONADO À CRISE DA PARMALAT.

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Extraordinária

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA),

Realizada em 11 de Fevereiro de 2004.

Às dez horas e dezenove minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat, no Plenário 11, Anexo 2 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Waldemir Moka – Presidente; Ronaldo Caiado, Zonta e Vittorio Medioli – Vice-Presidentes; Assis Miguel do Couto – Relator; Abelardo Lupion, Antonio Carlos Mendes Thame, Augusto Nardes, Cezar Silvestri, Durval Orlato, Enio Bacci, Jamil Murad, João Grandão, Josias Gomes, Leandro Vilela, Luiz Carlos Hauly, Nelson Marquezelli, Osvaldo Biolchi, Paulo Baltazar e Paulo Marinho – Titulares; Adão Pretto, Anivaldo Vale, Anselmo, Coriolano Sales, Francisco Turra, Josias Quintal, Júlio Redecker, Jurandir Boia, Leonardo Vilela, Luis Carlos Heinze, Paulo Rubem Santiago, Reginaldo Lopes e Roberto Balestra – Suplentes. Compareceram também os Deputados André de Paula, Arnaldo Faria de Sá, Érico Ribeiro, José Carlos Araújo, Leonardo Monteiro, Moacir Micheletto, Orlando Desconsi, Vignatti e Zé Geraldo, não-membros. O Deputado Marcus Vicente justificou a sua ausência por estar viajando em Missão Oficial no período de dez a treze de fevereiro. Deixaram de comparecer os Deputados Enio Tatico e Kátia Abreu. O Deputado Jamil Murad pediu correção da Ata da 6ª reunião, realizada no dia dez de fevereiro, para fazer incluir justificativa da ausência sua e a dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Nelson Marquezelli, que se encontravam, naquela data, em audiência de coleta de informações sobre a crise Parmalat, na Assembléia Legislativa de São Paulo.

ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da sexta reunião, realizada no dia dez de fevereiro de dois mil e quatro. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O Presidente leu a justificativa de ausência enviada pelo Deputado Marcus Vicente; comunicou a manifestação de apoio enviada pela Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco/MG, e o pedido de audiência pública na Comissão feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA. **ORDEM DO DIA:** Audiência Pública com os Senhores Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues; e do Desenvolvimento Agrário, Dr. Miguel Rosseto. Após falarem os convidados, usaram da palavra para interpelação os Deputados Assis Miguel do Couto, Leonardo Vilela, Zonta, Jamil Murad, Reginaldo Lopes, Anivaldo Vale, Cezar Silvestri, Ronaldo Caiado, Abelardo Lupion, Josias Quintal, João Grandão, Durval Orlato, Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Carlos Heinze, Roberto Balestra, Paulo Rubem Santiago, Paulo Baltazar, Orlando Desconsi e Adão Pretto. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente encerrou a Reunião às quatorze horas e vinte minutos. E, para constar, eu _____ _____, Valdivino Tolentino Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 7ª reunião extraordinária da Comissão Especial destinada a averiguar a crise da Parmalat.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 6ª reunião a todos os membros presentes, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Em requerimento verbal, o Deputado Zonta pede a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Em discussão o requerimento verbal do Deputado Zonta.

Não havendo quem queria discuti-lo, em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão a ata da reunião anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

O Deputado Marcus Vicente justifica sua ausência com viagem em missão oficial no período de 10 a 13 de fevereiro corrente.

A Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais, enviou manifesto de apoio ao trabalho desta Comissão, ressaltando a importância da nossa missão.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústria de Alimentação e Afins – CNTA solicita sua participação em audiência pública desta Comissão.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para ouvirmos em audiência pública o Sr. Roberto Rodrigues, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Sr. Miguel Rossetto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Nos termos regimentais, os Srs. Ministros dispõem de até 40 minutos para a exposição inicial. Encerradas as explanações, os Parlamentares dispõem de até 3 minutos para interpelar os palestrantes, que terão igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Passo a palavra ao Ministro Roberto Rodrigues para sua explanação. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD – Sr. Presidente, ao ler a ata, constatei que ela registra minha ausência. Não estava presente porque participava de audiência pública sobre a Parmalat na Assembléia Legislativa de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – E V.Exa. oficiou isso à Secretaria? Já oficiou.

Tem a palavra o Ministro Roberto Rodrigues para sua explanação inicial.

O SR. MINISTRO ROBERTO RODRIGUES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka, pela oportunidade. Deputado Assis Miguel do Couto, Srs. Parlamentares desta Comissão, é para nós uma alegria e um prazer participar desta reunião para discutir assunto polêmico e complexo como a crise da Parmalat.

Sr. Presidente, vou historiar o que foi feito pelo Governo desde que a crise se instalou no País no final do ano passado, especificamente entre o Natal e o Ano Novo. Voltando a Brasília, logo na primeira semana, convocamos reunião da Câmara Setorial do Leite para ouvir qual era a expectativa do setor em relação à Parmalat, quanto à continuidade da atividade produtiva de leite nas regiões em que ela tivesse presença mais forte.

Levantamos dados de que a participação da Parmalat na compra de leite brasileiro limitava-se a pouco

menos de 5% do total da safra e que, embora esse número fosse pequeno em termos de território nacional, a empresa tinha influência muito mais significativa em algumas regiões do País, notadamente no Estado do Rio de Janeiro, Município de Itaperuna; em Santa Helena de Goiás; em Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul; e em Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Recebemos da comissão da Câmara Setorial do Leite um conjunto de solicitações e propostas que foram encaminhadas conforme veremos a seguir.

Depois desse primeiro contato com o setor, passamos a conversar com a Direção da Parmalat, que nos visitou logo na primeira semana do ano e nos garantiu o pagamento total da safra de leite de dezembro no dia 16 de janeiro. Como todos sabemos, não foi totalmente realizado o pagamento, sob o argumento de que alguns recursos foram bloqueados pelo Banco do Brasil. No entanto, a maior parte foi paga.

Passamos a manter contato sistemático com a Parmalat e com empresas do setor, particularmente as cooperativas, com quem temos ligações muito estreitas, para buscar, de acordo com a orientação do Governo brasileiro, prioridades máximas. A primeira era garantir a atividade dos produtores de leite que fornecem para a Parmalat, com o objetivo muito claro de, a curto prazo de, na medida do possível, evitar que os preços caiam, e os produtores fiquem descobertos em relação à produção.

Em um segundo momento, a preocupação do Governo foi com os consumidores de leite brasileiro. A expectativa de eventual rompimento da atividade produtiva por causa da crise da Parmalat poderia representar ações dos produtores na direção do encaminhamento dos seus animais para frigoríficos. Poderiam parar a produção de leite e, com isso, haveria um problema de oferta de leite no curto prazo, quando a entressafra viesse a ocorrer, a partir de março e abril próximos.

A preocupação do Governo era, em curtíssimo prazo, com os produtores de leite, e a médio prazo com os consumidores brasileiro. Obviamente, essa preocupação se revestia também em questão imediata quanto à função dos trabalhadores da Parmalat e os interesses regionais de áreas mais afetadas por eventual constrangimento na atividade produtiva da empresa.

Com base nessas preocupações governamentais e nas sugestões emanadas da Câmara Setorial do Leite, na primeira semana de janeiro algumas ações foram desenvolvidas na área financeira do Governo. Propusemos vigorosa ação na área financeira com relação a EGF para as cooperativas e empresas de leite, para que eventual não-pagamento de leite fosse compensado por empréstimo que bancasse a atuação dos produtores e, segundo, um plano de financiamento de retenção de matrizes para permitir aos produtores que qualquer eventualidade negativa na exploração não os levassem a sacrificar suas vacas para continuarem tendo renda.

Todas essas ações foram definidas a partir de diversas reuniões realizadas no Palácio do Planalto e que culminaram com a criação de um grupo interministerial de acompanhamento do setor, composto pelos Ministros da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, com estreita colaboração desta Comissão da Câmara para que houvesse permanente articulação entre o Executivo e o Legislativo e continuássemos acompanhando todo o processo.

Da integração entre o Legislativo e o Executivo surgiu a idéia de que uma comissão de autoridades brasileiras visitassem a Parmalat na Itália, para que tivessem noção mais concreta acerca do que estava acontecendo lá.

A visita foi feita, como todos sabem, pelo Deputado Waldemir Moka e o Ministro Miguel Rossetto, que esclarecerá os resultados da visita, de modo que dela não me ocuparei.

O Governo, com esse grupo de trabalho, acompanha sistematicamente as ações para ver o que pode ser feito para evitar que os produtores sejam sacrificados, que os consumidores, a médio prazo, não tenham problemas de abastecimento, e que os trabalhadores tenham seus empregos garantidos.

Portanto, a linha de ação do Governo é garantir a operação da atividade leiteira nas áreas em que a Parmalat está localizada, o que não significa necessariamente garantir a salvação da empresa. É preciso que fique muito claro que o Governo está preocupado com os produtores e com os consumidores e não com a empresa, até porque, como todos têm observado, não há ainda clareza objetiva quanto às circunstâncias que levaram a empresa a chegar à situação atual e quanto à exata dimensão do problema. Por isso, a preocupação do Governo é com a produção de leite e não com a empresa.

Continuamos monitorando o processo sistematicamente, com reuniões permanentes, conversando com o setor, com a Parmalat, com seus advogados e consultores encarregados da reorganização eventual da empresa. Continuamos conversando com as cooperativas e com as entidades ligadas ao setor produtor de leite no Brasil inteiro, com os Governos estaduais, com as entidades de classe ligadas aos produtores de leite, monitorando o processo e acompanhando o que está acontecendo.

O Governo entende que uma intervenção governamental na Parmalat, para dar continuidade a seus

trabalhos, não é uma atitude adequada neste momento. Seria uma temeridade assumir algo que ainda é desconhecido por todos nós. O que tem sido observado é que houve forte e clara migração dos produtores de leite da Parmalat, nas regiões nas quais ela tinha dominação de consumo, para outras empresas ou cooperativas. Aparentemente, as condições dos produtores, em geral, estão preservadas.

Do EGF de R$300 milhões alocados para as empresas, segundo informações que recebemos do Banco do Brasil, R$113 milhões já estão disponibilizados para as empresas de leite dessa área, enquanto outros quase R$200 milhões serão disponibilizados nos próximos dias.

O programa de redução de matrizes já foi disponibilizado com um valor de R$200 por matriz, a juros de crédito rural para a agricultura familiar ou para agricultura convencional, no máximo a juros de 8,75% ao ano, com 2 meses de carência para iniciar o pagamento e o prazo de 1 ano para amortizar este pagamento. Neste primeiro momento, apenas para os produtores de leite que tiveram problemas no caso específico da Parmalat. É um programa específico para isso, embora esteja na programação do Governo ampliar o benefício para outros setores da área leiteira brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, essas são as informações iniciais que gostaria de transmitir aos senhores. Seria muito importante que o Ministro Miguel Rossetto nos repassasse as informações que traz da Itália para que pudéssemos completar esse mosaico e entrarmos no debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Passo a palavra ao Ministro Miguel Rossetto.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka.

Bom-dia a todos. Agradeço o convite da Presidência desta Comissão Especial para compartilhar com o Ministro Roberto Rodrigues desta audiência. Desde já homenageio a iniciativa dos Parlamentares que, de forma muito expedita e responsável, constituíram esta Comissão. Meus cumprimentos por esse gesto de grande responsabilidade e agilidade da Câmara dos Deputados.

A partir dos informes do Ministro Roberto Rodrigues farei duas observações em um volume de informações que nos parece importante, para avançarmos no debate. Penso que o senhores, por conta da enorme e qualificada agenda que construíram até então, estão suficientemente informados sobre a importância estratégica do setor leiteiro para o nosso País do ponto de vista econômico e nutricional. É importante o diálogo para o Programa de Segurança Alimentar, tendo em vista a qualidade e o peso que o leite e todos os seus derivados dispõem em programa de qualidade nutricional para o povo brasileiro.

O setor é estratégico para o Governo. Todo o cenário em que estamos trabalhando é de expansão de demanda. Essa crise, as medidas e o quadro que o Ministro Roberto Rodrigues apresenta fazem parte da estratégia que, para o Governo, é orientada para um cenário de expansão da demanda interna e, portanto, da produção.

O Brasil, em 2003, apresentou, graças ao enorme esforço dos nossos agricultores e de todos os envolvidos nessa cadeia, um volume recorde de produção de 23 bilhões de litros de leite. Diminuímos pela metade o volume de importações. Portanto, é um setor que vem trabalhando e produzindo muito, preservando – e essa é a estratégia do Governo – cenário de expansão ou possibilidades de expansão. Por isso, as medidas organizadoras e estimuladoras para o conjunto do setor são tão importantes para o Governo.

Dois ou três números revelam o esforço que estamos fazendo e sua dimensão para o nosso País. Os números que temos não são rigorosamente precisos, mas são razoavelmente confiáveis: 1.800.000 de agricultores envolvidos de alguma forma na produção de leite; 700.000 vinculados ao mercado formal, portanto, à atividade formal do leite. Investimos naquilo que nós, na definição do nosso ambiente de trabalho institucional, chamamos de agricultura familiar. São 580.000 agricultores diretamente envolvidos, respondendo por 52% dessa produção.

Para que tenham idéia do esforço que estamos fazendo em 2004 em favor desse setor, apenas através da linha PRONAF C e D foram investidos, em 2003, R$665 milhões, em todas as linhas de crédito, em assentamentos da reforma agrária, na agricultura familiar. Portanto, R$665 milhões foram investidos diretamente nessa atividade, envolvendo mais de 100.000 agricultores ou famílias de agricultores. Obviamente, esses recursos são ampliados à medida que compactamos todas as linhas de crédito. Nos últimos 5 anos, R$1,3 bilhão foram investidos na atividade de agricultura familiar, nesse setor.

Portanto, o setor é estratégico e tem enorme capacidade de produção de renda para a nossa agricultura, para dinamizar as nossas regiões e criar ambiente muito positivo para colaborar com o programa de qualidade nutricional do povo brasileiro.

O Ministro Roberto Rodrigues falou sobre todas as iniciativas que tomamos e as informações de que dispomos. Cria-se ambiente que nos permite acertar a nossa capacidade de informação e localizar o problema.

As informações, do ponto de vista da produção, estão em grande medida estabilizadas. Não temos in-

formações de queda violenta de preço mínimo. Eventualmente, os Deputados podem compartilhar alguma informação nova, mas as leituras em todas as regiões são no sentido de que não há queda violenta de preço mínimo do leite, o que é uma resposta muito importante para as iniciativas que procuraram de alguma forma preservar o setor e blindar o problema Parmalat. Esse era o grande desafio, exatamente por conta da sazonalidade da produção de leite.

Várias medidas foram tomadas. Uma delas foi a visita ao Governo italiano. É importante precisar que a viagem a Milão, onde conversamos com o interventor, Enrico Bondi, e a Roma, onde conversamos com o Ministro Marzano, contou com a presença muito importante e qualificada dos Deputados Waldemir Moka e Assis Miguel do Couto. Imagino que os Deputados tenham relatado a visita, mas de público registro a importância da presença conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Para ser mais objetivo e ao mesmo tempo qualificar a informação, pergunto ao Deputado Waldemir Moka se os Deputados foram informados sobre a natureza legal do ambiente italiano no tema da intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Os Parlamentares receberam cópia do decreto-lei que instituiu a intervenção na Itália. Penso que a maioria sabe o que aconteceu, mas nunca é demais lembrar.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Não quero estender-me. Rapidamente, explicarei a situação italiana. O tema é importante e remete às agendas estratégicas do nosso País.

A Parmalat na Itália dispõe de condição majoritária no mercado de leite. Alguns dados são reveladores da dimensão e da complexidade do tema que hoje se debate naquele país. A Parmalat na Itália não dispõe de 7 mil produtores; são 6 mil trabalhadores. É enorme o processo de internacionalização no abastecimento desse complexo, por conta das regras do Mercado Comum Europeu.

São 130 mil pequenos investidores na Parmalat, e a agenda de debate é construída a partir da preservação desses interesses. No escândalo financeiro, são mais de 35 personagens presos, do Presidente aos auditores. O processo é de grande envergadura no que se refere a todo o mercado de capitais, à confiabilidade do esquema de financiamento que aparece à medida que o volume de fraudes é aberto na Itália. Os 14 bilhões apurados não são conclusivos em relação ao chamado escândalo financeiro Parmalat. Eles abrem o processo.

A Parmalat não é só a Parmalat Alimentos. Ela tem enorme presença na economia italiana, em vários ramos. Há uma intervenção muito forte do Governo italiano, que introduz mudanças institucionais na legislação de falência. Cria-se um instituto que permite intervenção direta do Governo, a pedido da empresa em condição de insolvência. Essa figura verdadeiramente interrompe a relação do passivo do passado com o futuro desse novo empreendimento. Tecnicamente, o mecanismo da intervenção, que é gerido pela estrutura de Governo, institui nova empresa, e toda a relação do passivo vai ser administrada pelo Governo, pelo poder judicial etc.

Essa nova figura criada fez com que o interventor, o Sr. Enrico Bondi, passasse a administrar o futuro da empresa. Esse é o conceito com que eles trabalham. A prioridade anunciada para nós é basicamente preservar a atividade produtiva, reestruturada no espaço italiano. Todo o ativo internacional, os 36 ativos dos diversos países, será operado a partir da estratégia principal de preservar a continuidade operacional em escala italiana.

Esse o cenário que seguramente está pautando a ação do Governo italiano. Os Parlamentares debateram com o Parlamento italiano uma série de instituições, no sentido de ampliar a capacidade de controle e regulação do mercado de capitais. Esse é o tema fundamental.

Instituições estão sendo criadas porque há, evidentemente, fragilidade demonstrada no caso da Parmalat. O grau – permitam-me dizer isto, por conta de uma informação oficial do Ministro Marzano – de vulgaridade e fragilidade das fraudes contábeis produzidas é absolutamente assustador. Cito um exemplo, e vou direto ao que interessa: a informação do famoso título de 4 bilhões de dólares do Bank of America era, literalmente, xerox fraudado, mas isso estava contabilizado e auditado como elemento alavancador para outros financiamentos.

No diálogo com Enrico Bondi, o nosso posicionamento foi no sentido de buscar informações sobre o grau de responsabilidade do interventor da empresa que tecnicamente preserve a responsabilidade de gestão sobre o empreendimento Parmalat no Brasil.

A nossa preocupação, a partir dos elementos mencionados pelo Ministro Roberto Rodrigues, era anunciar que, para nós, o interventor da Parmalat italiana teria responsabilidade sobre a Parmalat Brasil. O objetivo era buscar informações sobre o futuro do grupo em nosso País.

A informação que tivemos foi a seguinte: mantidas as condições institucionais existentes, a empresa não teria nenhuma maneira de aportar capital, de repassar recursos para sustentar ou alavancar as operações no Brasil. Essa me parece informação determinante. Ao contrário, o objetivo maior da empresa é, obviamente,

preservar a continuidade operacional das unidades na Itália. Essa é uma informação básica, ou seja, não havia manifestação no sentido de sustentar, por meio de transferência de recurso de qualquer natureza, a Parmalat Brasil. Esse é o primeiro ponto importante.

Toda a nossa manifestação conjunta e integrada foi no sentido de cobrarmos essa responsabilidade. Obviamente, esse é um diálogo que continua. Por conta desse ambiente constituído, temos dialogado com o interventor Enrico Bondi nessa perspectiva. Há interesse muito grande do interventor em preservar os ativos da empresa. Essas conversas guardam informações muito precisas. Estamos diante de situação de instabilidade. As manifestações públicas devem ter responsabilidade, para permitir a melhor saída. Basicamente, esse foi o diálogo com o interventor Enrico Bondi, que é um personagem sério.

Enfim, objetivamente, não há manifestação do grupo interventor no sentido de transferência de recursos nessas condições para o Brasil, como de resto para outras filiais em escala mundial.

A conversa com o Ministro Marzano, da forma mais objetiva possível, na nossa opinião – os Deputados Waldemir Moka e Assis Miguel do Couto compartilharam desse diálogo –, foi basicamente no seguinte sentido: pela legislação italiana, o interventor dispõe de 60 dias para apresentar um projeto de reestruturação da nova empresa ou propor a sua liqüidação. Ele tem 60 dias para apresentar ao Governo – no caso, ao Ministro da Atividade Produtiva – uma proposta para o empreendimento: a sua liqüidação ou um projeto de reestruturação. Esse prazo expira no próximo dia 24 de fevereiro. Portanto, nesse período o interventor apresentará ao Ministro Marzano, Ministro da Atividade Produtiva, e ao Ministro da Indústria, que tem uma relação com o Brasil, o seu projeto de reestruturação para a nova empresa.

Qual foi a reivindicação que formalizamos e que foi acolhida pelo Ministro? A reivindicação – obviamente, num patamar que V.Exas., experientes lideranças de governo, compreendem – é a de que, na medida em que esse projeto de reestruturação vier a ser examinado pelo Governo italiano, o Governo brasileiro reclamará a sua participação no processo, o qual desejará acompanhar, uma vez que ele diz respeito à atividade produtiva do Brasil. Basicamente, esse foi o compromisso assumido conosco pelo Ministro Marzano.

Se perdurar o clima de instabilidade no Brasil, se não houver definição sobre o futuro da empresa, das suas unidades industriais e da sua capacidade produtiva, e se esse relatório de reestruturação do grupo apresentar opções para a atividade produtiva no País, o Governo brasileiro será previamente comunicado e fará parte da discussão.

Foi basicamente esse o compromisso político assumido pelo Ministro Marzano conosco. O prazo está prestes a vencer. Temos recebido ligações. Evidentemente, está em andamento um processo paralelo nacional, que V.Exas. estão acompanhando, o qual partiu da matriz italiana.

Encerrarei a minha intervenção, para que possamos depois detalhar as informações. A preocupação e o acompanhamento, nos limites e possibilidades de que o Governo Federal dispõe, estão sendo operados a partir do quadro que o Ministro Roberto apresentou, que contém 3 preocupações centrais, as quais estamos acompanhando: o interesse dos agricultores, a preservação da produção e a manutenção da atividade econômica nas diversas regiões de intervenção da Parmalat e os empregos de cerca de 6 mil trabalhadores dessa indústria.

Este é o cenário até agora, e há a expectativa de criação de um ambiente em que possamos, após separar corretamente os interesses da Parmalat dos nossos, trabalhar, em curto prazo, com uma perspectiva mais otimista na solução dos temas que o Ministro Roberto apresentou: preservação do emprego industrial; preservação da renda e da capacidade produtiva dos agricultores e produtores de leite, os fornecedores; preservação do dinamismo territorial ou regional. São esses os temas que fazem com que o Governo paute o seu acompanhamento ou o concentre em determinadas ações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço as palavras ao Ministro Miguel Rossetto.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Assis Miguel do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Meus cumprimentos ao Presidente desta Comissão, Deputado Waldemir Moka; ao Ministro Roberto Rodrigues; ao Ministro Miguel Rossetto e a todos os pares desta Comissão.

Serei mais direto ao tratar das atuais preocupações com o caso Parmalat, as quais podem provocar alguns questionamentos neste momento.

A primeira delas é em relação ao que poderíamos chamar de escândalo visto na Itália e no Brasil, debatido em pelo menos 2 audiências públicas nesta Comissão e que está relacionado, conforme podemos supor, a um crime organizado, praticado também em nosso País, que envolve o conjunto de empresas em torno da marca Parmalat. Estamos cada vez mais convencidos de que essa parte merece tratamento es-

pecífico exemplar, a ser determinado por esta Casa e pelo Governo brasileiro.

No entanto, este não é o ponto central da audiência de hoje, ao que me parece. Há idéias e propostas dos Parlamentares que compõem esta Comissão de como tratar o assunto.

A segunda preocupação diz respeito à situação que imediatamente se criou nas regiões onde estão instaladas as empresas, no que diz respeito aos produtores, aos trabalhadores das indústrias e aos impactos econômicos e sociais. Tal situação se deve ao fato de que a Parmalat, como empresa de grande peso nas regiões interioranas, criou uma dinâmica econômica que foi, de certa forma, impactada pela crise. A paralisação das suas atividades em regiões como Santa Helena, em Goiás; Carazinho, no Rio Grande do Sul; Ouro Preto do Oeste, em Rondônia; Garanhuns, em Pernambuco; Jundiaí, em São Paulo, entre outras, traz impacto indireto a toda a população desses locais. Esta situação está entre os problemas causados a curto prazo.

A terceira preocupação diz respeito a uma conseqüência da crise que surtirá efeitos a médio prazo: como reestruturar o setor leiteiro, que, conforme os números apresentados, vinha se reestruturando. A crise da Parmalat causa sobre ele danoso impacto. Além disso, oferece-nos a lição de que, na política pública, principalmente no que diz respeito à utilização de recursos públicos, não se pode concentrar absurdo apoio numa empresa multinacional que, apesar de ter grande propaganda, mostrou que não era totalmente confiável. A médio prazo, portanto, precisamos de políticas claras de reestruturação do setor leiteiro.

Sinto que o Governo tem tomado medidas importantes no que diz respeito a questões imediatas relativas aos 2 últimos aspectos citados e tem tido algumas idéias para a estratégia de reestruturação do setor.

Apresentei essas 3 preocupações porque é por elas que norteamos o nosso trabalho. No entanto, há, por parte dos Parlamentares, apreensão sobre o momento atual. Deixarei espaço para as perguntas que, com certeza, os Deputados farão.

Como vamos sair da situação em que nos encontramos neste momento, em que amargamos o desemprego e observamos o esforço do Governo para enfrentar o problema da falta de postos de trabalho? A crise da Parmalat nos coloca na contramão da solução desse problema, pois não só causará o aumento do desemprego direto entre os funcionários das empresas envolvidas, mas também atingirá os agricultores, que perdem com a crise, e as regiões em que se localizam as empresas, cuja dinâmica econômica alterada vai gerar a desocupação de muitas pessoas.

Nesse sentido, apresentarei agora 2 questões centrais. Parece-me que as medidas relativas ao EGF andam bastante lentas. Por isso, pergunto: o que os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário têm feito ou podem fazer para apressar o EGF? Os números mostrados me trazem ainda muita preocupação. Que critérios o banco está usando para definir que empresas e cooperativas estão ou não aptas a receber o EGF? Os Ministérios estão acompanhando esse processo?

Eu sei que o EGF tem 2 aspectos: o primeiro diz respeito à lógica bancária e à legislação, ou seja, à sua regulamentação. Como tem sido o acompanhamento, por parte dos Ministérios, da criação do EGF? Ele não pode ser apressado?

O segundo aspecto se refere aos impactos indiretos, que não dizem respeito apenas ao setor de produção de leite. Refiro-me aos impactos nas regiões onde as empresas estão instaladas; os impactos nas cidades-pólo e nos Municípios vizinhos àqueles em que estão localizadas as empresas, geralmente, pequenas cidades. Como os Ministérios e o Governo, de modo geral, tratam a questão? Há discussão com Prefeituras Municipais das regiões, com o Governo do Estado e com o Governo Federal em torno disso?

O problema ultrapassou o setor leiteiro e causou impacto em todo o território nacional. Como tratá-lo? Parece-me que a crise é iminente.

Provavelmente, terei nova oportunidade para expor outras questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradecemos as palavras ao Relator, Deputado Assis Miguel do Couto.

Esclarecerei agora ao Plenário o procedimento a ser adotado para as indagações dos Srs. Parlamentares. Há 21 Parlamentares inscritos. Inicialmente, peço que observem os 3 minutos concedidos a cada um. As perguntas poderão ser feitas em bloco. Em cada bloco, o Relator e mais 3 Deputados usarão da palavra. Os Ministros anotarão as indagações e depois terão a palavra para respondê-las. Assim, daremos continuidade aos trabalhos.

(Não identificado) – Sr. Presidente, outro dia também havia grande número de Parlamentares, e fizemos blocos de 5 a 6 Deputados. Dessa forma, nosso trabalho se torna mais produtivo, porque aproveitamos melhor o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Há concordância com a sugestão de fazermos blocos de 5 Deputados?

(Não identificado) – Sugiro 3 blocos de 7 Deputados.

(Não identificado) – Prefiro blocos de 5 Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Fica definido que as perguntas serão feitas em blocos de 5 Parlamentares.

Seguirei a ordem de inscrições.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Leonardo Vilela.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Ministros, em primeiro lugar, quero dar uma informação ao Ministro Miguel Rossetto. No Estado de Goiás, segundo maior produtor de leite do Brasil, os preços para o produtor caíram cerca de 20% após a crise da Parmalat. O litro do leite custava cerca de 49 a 50 centavos e hoje está na faixa de 40 centavos. Em casos extremos, há produtores recebendo 20 centavos por litro de leite.

Pergunto aos Ministros a respeito das ações concretas que o Governo está tomando para dar continuidade à atividade produtiva da Parmalat. Vejam, não estou preocupado em salvar a empresa, mas em manter as unidades industriais, preservar os 6 mil empregos e garantir o fornecimento de leite de 20 mil produtores. Esta é a questão.

Peço ao Governo Federal que se empenhe em viabilizar o arrendamento das unidades industriais, preferencialmente para os produtores de leite, por intermédio de suas cooperativas, a fim de evitar concentração altíssima no setor, que é oligopsônio. É preciso que os produtores tenham acesso às unidades industriais.

Volto a citar o exemplo do meu Estado. Em Santa Helena de Goiás, há uma unidade industrial da Parmalat paralisada há uma semana. Foi formalizada ao Presidente Ricardo Gonçalves uma proposta concreta para que a Centroleite, uma central de cooperativas de laticínios de Goiás, assuma essa unidade industrial. É bom lembrar que a Centroleite dispõe de 1 milhão de litros de leite por dia.

O EGF, ao qual já se referiram os Ministros, é uma ação importantíssima do Governo Federal. Sei que o Ministro Roberto Rodrigues, principalmente, tem se empenhado muito nisso e sabe como ninguém da importância desse empréstimo do Governo Federal para permitir a absorção pelo mercado do excedente de leite existente neste momento, que pressiona para baixo o preço pago aos produtores.

Porém, há uma semana, na quarta-feira passada, estive reunido com 30 cooperativas do Brasil inteiro na OCB. Até aquela oportunidade, nenhuma cooperativa tinha conseguido ter acesso ao EGF. Incontinenti, fui ao Vice-Presidente do Banco do Brasil, Ricardo Conceição, e, na oportunidade, foi-me dito que, primeiro, o banco exige garantias muitas vezes impossíveis de serem dadas pelas cooperativas. Queremos que a garantia seja o produto que vai ser processado e que está guardado. Não faz sentido a exigência de garantias adicionais.

Além disso, o banco tem exigido limite de crédito. Como a maioria das cooperativas, apesar de estarem em boa situação financeira, já ultrapassaram o seu limite de crédito, não estão conseguindo obter o empréstimo. Cito como exemplo o caso concreto da COOFEPAR, do Paraná, Estado do nosso Relator: a cooperativa tem invejável saúde financeira, mas, como já está no limite de crédito, o Banco do Brasil se recusa a oferecer-lhe o EGF.

O **mix** de juros é outro problema. O Banco do Brasil exige que a cooperativa tome recursos de outras linhas de crédito não-equalizadas, cujos juros não são de 8,75%. Nesse caso, os juros aumentam, e o empréstimo deixa de ser interessante. Passa a ser uma operação que não interessa às cooperativas nem ao mercado e, portanto, o preço do leite continua sendo pressionado para baixo.

Faltam 2 questões para eu encerrar minha exposição.

Outro problema foi o bloqueio, por parte do Banco do Brasil, de recursos para o pagamento de produtores. Em Goiás, uma cooperativa chegou a ter o seu crédito da conta corrente estornado porque o banco alegou que esses recursos eram destinados à quitação de débitos anteriores. Esse fato indignou os produtores de leite do meu Estado. Possivelmente, isso aconteceu também em outros Estados.

Expus o problema ao Vice-Presidente do Banco do Brasil, que alegou uma série de questões que não me convenceram. Farei esse mesmo questionamento hoje à tarde, na audiência pública, quando estiver aqui o representante do Banco.

A última questão a que quero me referir é a possibilidade de aquisição de leite em pó por parte do Governo Federal. Novamente, a cooperativa de Quirinópolis, de Goiás, assim como a de Morrinhos, no mesmo Estado, recebeu leite em pó como pagamento da dívida da Parmalat. Só que elas têm que pagar os seus produtores, os seus fornecedores e as suas despesas. Estão com o produto estocado, pois não há quem o compre pelo preço de mercado.

Portanto, seria fundamental que o Governo Federal adquirisse o leite em pó das cooperativas, principalmente das que o receberam como pagamento para os seus produtores, para que tenham como repassar isso aos cooperados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradecemos ao Deputado Leonardo Vilela a intervenção.

Concedo a palavra ao Deputado Zonta.

(Não identificado) – Sr. Presidente, um momento, por favor.

Solicito a V.Exa. que mande consertar o som, pois está havendo muitos ruídos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Informo a V.Exas. que o Presidente, neste plenário, não dispõe daquela campainha milagrosa. Por isso, peço a todos que, quando um Parlamentar estiver com a palavra, o respeitem, sobretudo para que os Ministros possam ouvir os questionamentos.

Deputado Zonta, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, primeiro, cumprimento o Ministro Roberto Rodrigues, que iniciou sua exposição manifestando sua preocupação com a câmara setorial e a reunião com as entidades, além de ter feito o levantamento da situação e encaminhado algumas situações.

Também cumprimento o Ministro Miguel Rossetto, que esteve na Itália.

Eu gostaria de dizer que estranhamos que V.Exa., no dia 30 de janeiro, não soubesse da constituição desta Comissão Especial e, ao dirigir ofício ao Presidente da Casa, o tenha feito em nome da Comissão de Agricultura – o que não lhe tira o mérito –, identificando inclusive os Parlamentares que deveriam acompanhá-lo à Itália. Aliás, aproveito para registrar que fomos muito bem representados.

Vivemos efetivamente momento muito delicado. Com toda a franqueza, gostaria de prestar um depoimento antes de fazer as indagações.

Entendemos que, apesar da tomada de posição dos Ministros Roberto Rodrigues e Miguel Rossetto, o Governo ainda não despertou para o momento delicado que a crise da Parmalat está provocando no Brasil: ela não afeta apenas 6 mil empregos diretos; são atingidas, na verdade, mais de 60 mil famílias de pequenos produtores, que entregavam a produção, direta ou indiretamente, à empresa. O relatório da Parmalat fala em 20 mil famílias, mas só em Santa Catarina são 15.929. Só em Santa Catarina! A produção leiteira, como sabemos, representa 2 empregos por família. Portanto, hoje estão em jogo mais de 130 mil empregos.

A par disso, o Ministro Miguel Rossetto falou sobre a importância social e de segurança alimentar do setor leiteiro, e a crise certamente está perturbando o setor.

O Deputado Leonardo Vilela falou sobre os reflexos da crise. Em Santa Catarina, o preço pago pelo leite aos produtores que fornecem para as demais empresas já baixou 20%, de 49 para 39 centavos, porque os compradores dizem ter de assumir as linhas da Parmalat, o que de fato estão fazendo.

O Ministro Roberto Rodrigues expôs bem uma das preocupações que levantamos. Daqui a pouco, as grandes multinacionais, como a Nestlé e a Danone, que estão concentrado o mercado em suas mães e talvez tenham acesso a EGF, dirão que falta leite no mercado e especularão em cima do consumidor.

Considerando-se essas observações, gostaríamos de fazer algumas indagações aos Srs. Ministros.

O Deputado Leonardo já falou sobre o EGF, e quero confirmar o que está ocorrendo em Santa Catarina com cooperativas e empresas do setor.

Tenho em mãos um documento da Lactoplasa que expõe bem o problema. Ela conta com 1.200 produtores que recolhem o leite e o entregam diretamente à Parmalat. Primeiro, esses produtores foram vítimas de confisco de dinheiro: no dia 16 de janeiro, a Parmalat fez um depósito, e o Banco do Brasil o retirou da conta. Além disso, debitou na conta da empresa os títulos que tinham sido emitidos contra a Parmalat, que nem sequer haviam vencido. Com isso, impediu o pagamento aos produtores. O mesmo também aconteceu com mais 2 cooperativas.

Ou seja, o Banco do Brasil, na condição de órgão oficial do Governo, cometeu confisco contra produtores, cooperativas e empresas, e há necessidade de se explicar tal atitude. É lógico que à tarde vamos pedir explicações diretamente ao representante do Banco.

De outro lado, a concessão dos EGFs não está sendo feita como deveria, conforme depoimento de uma empresa do setor, que tem limite de até 600 mil. O banco tinha proposto fazer-lhe empréstimo 600 mil e depois acabou reduzindo o valor para 292 mil – o valor da dívida, dos títulos negociados da Parmalat. Lamentavelmente, o Banco não está nem aí para os produtores. Essa é uma clara verdade, que não podemos ignorar.

Portanto, é necessária uma medida urgente de governo para fazer com que o fluxo dos EGFs seja normalizado e o dinheiro confiscado seja desbloqueado em favor dos produtores.

Por outro lado, há necessidade de uma linha de crédito especial para investimentos, de forma que as cooperativas que assumam as áreas de atuação da Parmalat tenham recursos e possam dar continuidade à atividade da empresa. A Agromilk, de Santa Catarina e que participa da Batávia, fez um apelo na audiência pública realizada naquele Estado: está disposta a comprar o controle acionário ou a alugar as instalações da empresa, mas para isso precisa de dinheiro.

Considero uma questão emergencial, cuja solução é indispensável em todos os Estados, o recebimento, por pequenas ou médias cooperativas ou pequenas empresas do setor, de forma desburocratizada, dos

necessários recursos para assumirem os negócios da Parmalat.

Não podemos simplesmente nos conformar com o fato de que daqui a pouco a Nestlé vai querer comprar tudo. Somos contra tal atitude e vamos fazer tudo para que ela não se concretize. Senão, daqui a pouco estaremos com mais uma bomba nas mãos. Esperamos que não, mas pode acontecer, e, nesse caso, o rombo será maior.

Passarei agora a tratar de outra questão. É lógica, Sr. Ministro Roberto Rodrigues, a preocupação com os produtores, com os empregos e com o futuro da atividade leiteira, mas também deve haver preocupação quanto a 2 atividades fundamentais: a pesquisa e a defesa, que precisam de recursos. É o momento de invocarmos tal necessidade, para que possamos manter muito clara a importância das atividades da produção leiteira, de carnes e de grãos, as quais nos permitirão ocupar o espaço que o mundo nos oferece.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradecemos ao Deputado Zonta a participação.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD – Meus cumprimentos ao Deputado Waldemir Moka, Presidente desta Comissão, e aos Ministros Roberto Rodrigues e Miguel Rossetto.

Ontem, demos seqüência, junto com os Deputados Nelson Marquezelli e Antonio Carlos Mendes Thame, à audiência pública realizada em São Paulo. E, mais uma vez, os representantes da Parmalat não disseram nada. Não disseram nada!

O problema tem repercussão na nossa economia, no destino dos nossos produtores de leite e dos trabalhadores da Parmalat. Dezenas de milhares de pessoas dependem da empresa e estão com seu destino afetado pela atual crise.

Sabemos que uma empresa pode entrar em crise, e os exemplos, ao longo dos séculos, são muitos. No entanto, a que atravessa a Parmalat não é uma crise normal, mas decorrente da prática de um crime organizado, planejado, arquitetado por seus dirigentes.

A atitude dos representantes da Parmalat Brasil mostra que eles não sofreram represálias da Parmalat da Itália. Parece-me que eles fazem parte do conluio que levou à crise da empresa e que teve – e tem tido – graves conseqüências no Brasil.

Ainda não conhecemos toda a dimensão da crise. A Parmalat do Brasil continua pertencendo à **holding** italiana – disseram que autorizam a sua venda, mas não podem vender. Portanto, o nosso destino ainda está ligado ao deles.

Não acho que aqueles que ajudaram e perpetraram o crime aqui dentro sejam inocentes. Pelo comportamento demonstrado até agora, parece-me que têm culpa no cartório, fazem parte da mesma máfia que ajudou a quebrar a Parmalat na Itália.

Enfrentamos uma limitação e precisamos saber se o dinheiro que eles alegam ter enviado para a filial brasileira realmente veio para o Brasil. Nunca vi matriz só mandar dinheiro, ano após ano, para a filial. Normalmente ocorre o contrário, não é, Ministro Rossetto? A filial manda dinheiro para a matriz. A AES não pagava o que devia ao BNDES, mas mandava dinheiro para a sua matriz, nos Estados Unidos. Essa é a norma. Dizem que só vinha dinheiro de lá para cá, mas acho que tem muita carne embaixo desse angu. Por isso, queremos conhecer melhor essa crise.

Para tanto, a minha proposta é que criemos uma CPI, que tem poder de polícia e pode investigar a fundo as contas das empresas envolvidas no escândalo. Com todo o poder que tem, uma CPI poderá investigar o que aconteceu aqui, para eliminar na raiz os problemas para a nossa produção de leite, para os nossos trabalhadores, enfim, para a nossa economia.

Antes de encerrar minha intervenção, quero dizer também que o Governo Lula tomou providências acerca do caso, por meio de seus Ministros da área, Roberto Rodrigues e Miguel Rossetto, que atuaram de maneira firme e ágil. O Congresso Nacional, independente, também tomou firme atitude.

Precisamos nos unir em torno da defesa da nossa produção, do nosso desenvolvimento, do emprego para o nosso trabalhador, enfim, em defesa da nossa economia. Na Assembléia Legislativa de São Paulo, vi produtor derramar leite em protesto, na rampa da Assembléia, porque o produto estava sendo vendido a 10 centavos.

Temos de defender o nosso produtor, a nossa produção de maneira geral, para criar um Brasil de desenvolvimento e não um Brasil onde apenas os balancetes dos banqueiros dêem resultados positivos. Essa é a proposta, esse é o caminho. Temos de dar continuidade a atitudes que nos permitam alcançar nossos objetivos.

Parabenizo os Ministros pela atuação relativa ao problema e parabenizo também a nossa Comissão, na figura do Presidente Moka.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado Jamil Murad a intervenção.

O último inscrito para este bloco é o Deputado Reginaldo Lopes.

V.Exa. tem a palavra, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Bomdia a todos. Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka;

Sr. Relator, Deputado Assis Miguel do Couto; Ministros Roberto Rodrigues e Miguel Rossetto, primeiro farei um relato sobre a audiência que realizamos em Minas Gerais.

Pelo que disse o Deputado Jamil Murad, parece-me haver um consenso dos produtores, das pequenas e médias empresas e das pequenas cooperativas sobre a necessidade, neste momento de crise da Parmalat, de irmos além da crise e promovermos um grande debate sobre um novo modelo para a pecuária leiteira.

O que fica de positivo da história da Parmalat no Brasil talvez seja este grande debate que hoje fazemos. Se soubermos aproveitar o momento para dar um passo à frente, propondo alternativas para a pecuária leiteira, os produtores e a sociedade brasileira têm a ganhar.

Os pequenos produtores e as cooperativas também estão preocupados em saber como vai ficar a indústria da Parmalat no Brasil. Eles não querem a concentração, acham que as atividades da empresa devem ser redistribuídas para várias cooperativas brasileiras e têm medo de que sejam incorporadas pela Nestlé ou pela Itambé.

Quanto à política do Governo em relação ao Empréstimo do Governo Federal – EGF, os produtores também consideram que as condições do empréstimo não lhes são favoráveis, no que diz respeito ao prazo. Não há prazo de carência, e 12 meses é pouco tempo para pagar o empréstimo. Eles pedem um prazo maior. Também consideram a taxa de juros, de 8,75%, um pouco alta.

As pequenas cooperativas e as pequenas e microindústrias afirmam que hoje têm grande capacidade e capilaridade no Brasil, o que lhes permite absorver todo o impacto da crise da Parmalat e até mesmo a produção da Nestlé. Elas têm boa estrutura e estão localizadas em diversas regiões do País. O que é preciso – volta se ao modelo – é uma política de crédito e, nesse caso, uma política de capital de giro. Elas querem capital, porque têm capacidade instalada ociosa, o que lhes dá a possibilidade de não só absorver os produtores que forneciam à Parmalat, como também de ampliar a produção da pecuária leiteira no Brasil. Foram consensuais essas observações dos produtores e das cooperativas do Estado de Minas Gerais.

Houve algumas polêmicas em relação às cooperativas e às pequenas e médias empresas, que acham que foram prejudicadas pela nova política da COFINS, que a Casa aprovou no final do ano passado.

Tenho uma preocupação. Sou autor de projeto de lei em tramitação na Casa que diz que os compradores devem informar periodicamente aos produtores de leite do País o valor que pagarão pelo produto. A proposição determina que, a cada 30 dias, as empresas informem o valor que pagarão pelo leite.

Hoje, faço a seguinte avaliação: como as empresas de laticínios e as cooperativas informam ao produtor que valor pagarão pelo do litro de leite apenas 45 dias após a compra – é lógico que há a questão do mercado, os efeitos da sazonalidade da produção –, isso faz com que, cada vez mais, um pequeno número de supermercados, uma rede de 5 ou 6, manipule o preço que pagam aos laticínios, o que interfere no preço pago na ponta, para o produtor, para o homem do campo. Temos que resolver isso.

Em Minas Gerais, temos discutido – a FAEMG e a Secretaria Estadual de Agricultura – a necessidade de se criar o Conselho Paritário do Leite, cujo objetivo maior seria o estabelecimento de um preço de referência, que interferisse nesse poder de manipulação, por um pequeno número de supermercados, dos preços dos produtos oferecidos pelo homem do campo. Acredito que deveríamos debater a possibilidade de haver um mecanismo que regulasse a informação sobre o preço a ser pago pelos compradores.

Para desenvolver uma política que preserve o pequeno e o médio produtores, a pequena e a média cooperativa, temos de considerar alguns aspectos importantes do atual cenário político do Brasil.

Minha relação com a produção de leite é mais afetiva do que técnica – não sou exatamente um grande entendedor do assunto –, porque venho do campo. Percebo que o que mantém a economia familiar agrícola, o que sustenta a fazenda ainda é a pecuária leiteira, apesar de toda a crítica dos pequenos produtores e de todos nós em relação ao preço pago ao produtor pelo leite. Ao final de cada mês, o produtor recebe um pouco para a manutenção da sua fazenda graças à produção de leite.

Se é verdade que a pecuária leiteira mantém as fazendas e a agricultura familiar neste País, também é verdade que temos de criar para ela um novo modelo, de certa forma parecido com o que aprovamos neste Governo, em janeiro, para o setor energético. Se não tivéssemos tomado tal atitude com relação ao setor energético, também nele surgiria uma crise como a da Parmalat, fruto dos 8 anos da política neoliberal do Governo anterior, do PSDB. Creio que esse novo modelo para o setor energético sirva de exemplo para criarmos um novo modelo para a pecuária leiteira no Brasil.

Quero registrar também que, a partir de uma conversa que tivemos com o Ministro, decidimos agendar um encontro com os pequenos produtores para tratar da situação das pequenas cooperativas. Pretendemos promover um debate, em que ouviremos essas

microempresas e cooperativas que trabalham com a pecuária leiteira.

Eram essas as minhas observações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agora concederei a palavra aos Ministros.

Antes, porém, pretendo estabelecer o seguinte critério para a dinâmica dos debates: como muitas perguntas são comuns aos 2 representantes do Governo Federal, inicialmente eu franquearei a palavra a um Ministro. Num bloco, começará respondendo, por exemplo, o Ministro Roberto Rodrigues, e o Ministro Rossetto complementará a resposta. No outro, a resposta começará pelo Ministro Rossetto, e o Ministro Roberto a complementará. Agiremos assim por uma questão de economia de tempo e para evitar redundância.

Se o Plenário concordar, esse será o critério estabelecido.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Não, os Ministros vão fazer o que o Plenário definir. Os Ministros são nossos convidados, mas a decisão é do Plenário. O Presidente é escravo do Plenário e do Regimento Interno da Casa.

Concedo a palavra o Ministro Roberto Rodrigues, para começar a responder às indagações.

O SR. MINISTRO ROBERTO RODRIGUES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka, e Srs. Parlamentares.

Tentarei responder em bloco às indagações, porque, de certa forma, várias delas se sobrepõem. Mas há 2 ou 3 pontos centrais e comuns a praticamente todas elas.

Um tema foi fortemente tocado pelo Deputado Assis Miguel do Couto e também pelo Deputado Reginaldo Lopes. Trata-se do fato de que a crise da Parmalat, no momento em que vivemos hoje, permite uma rediscussão estrutural do modelo de leite no Brasil.

A esse respeito, algumas questões são essenciais. O Deputado Reginaldo Lopes, por exemplo, observa que o leite tem sido uma atividade de manutenção da pequena propriedade rural. É verdade. Mas temos de olhar para algo mais, temos de almejar o progresso das pequenas, médias e grandes propriedades rurais, e não apenas a sua manutenção.

Quando observamos o que acontece quanto ao leite no mundo inteiro, percebemos que há 3 vertentes centrais da questão, que permitem progresso e consistência na atividade produtiva: tecnologia, escala e agregação de valor.

Produtividade muito baixa, sem tecnologia, não permite avanços. Leite é uma atividade de escala – é preciso que haja volumes significativos de produção. E é fundamental que o produtor se beneficie de mecanismos de agregação de valor, para *(inaudível)* e que seja participante de outras etapas financeiras da cadeia produtiva.

Deputado Reginaldo Lopes, talvez eu tenha uma relação afetiva com o cooperativismo, porque venho da área, da qual participei por mais de 35 anos. Defendo sempre que leite é uma atividade muito vigorosamente adequada ao modelo cooperativista. Em Minas Gerais mesmo, antes de ser Ministro da Agricultura, eu trabalhava no Triângulo Mineiro com um projeto de fusão e incorporação das pequenas cooperativas de leite da região, porque, em seu conjunto, elas formariam uma grande cooperativa, com uma escala adequada para vender até para as multinacionais que operam na região, ao passo que, isoladamente, cada uma teria dificuldades de sobreviver a longo prazo.

Essas 3 questões – tecnologia, escala e agregação de valor – passam fundamentalmente por um movimento cooperativista inserido na questão do leite. A esse respeito, tenho um exemplo que me parece fundamental. A Dinamarca, maior exportadora de leite da Europa, nos anos 60 tinha 1.040 cooperativas de leite e hoje tem 1 apenas. E nenhuma quebrou ao longo do processo. Elas foram se fundindo, juntando-se umas às outras, e hoje praticamente detêm o monopólio da produção e da exportação de leite no país.

No momento em que as 2 últimas cooperativas se fundiram, o órgão dinamarquês que corresponde ao CADE criou uma dificuldade técnica sobre a questão: questionou como poderia uma única cooperativa conduzir todo o processo de produção e comercialização de leite, como se fosse monopólio, digamos assim, de uma única empresa.

Eu, à época Presidente da Aliança Cooperativa Internacional, tive a oportunidade de participar do debate e mostrei que, ao contrário, a cooperativa pertencia a milhares de produtores e, portanto, não havia monopólio algum. Toda a cadeia produtiva tomava conta do processo entre o público e o privado de maneira articulada. O cooperativismo é essa terceira via entre o público e o privado.

Acredito, Deputado Reginaldo Lopes, que, de fato, conforme o Deputado Assis Miguel do Couto também afirmou, a atual crise abre a possibilidade de revisão do modelo leiteiro brasileiro, de acordo com o conceito de que tecnologia, escala e agregação de valor são fundamentais e o cooperativismo pode exercer relevante papel nesse procedimento. Essa foi uma questão tratada com muito vigor por vários dos senhores.

Outra questão tratada com vigor é a relativa ao Banco do Brasil. Vários Parlamentares se manifestaram

sobre 2 pontos principais: as garantias exigidas pelo Banco e a efetiva liberação de recursos para o EGF.

O que posso dizer – e tenho certeza de que o Ministro Rossetto corrobora tal afirmação – é o seguinte: pessoalmente, conversei, em várias ocasiões, com a Presidência do Banco do Brasil, com a Direção do Banco, e também com o Ministro Palocci, solicitando que a exigência de garantias, para o caso específico desse evento, fosse flexibilizada. Para isso, utilizei argumentos da mesma linha aqui defendida pelos Deputados Leonardo Vilela e Zonta. Solicitei que se flexibilizasse esse mecanismo, especialmente para as cooperativas, endividadas ou não, porque este é um momento especial e que, portanto, precisa ser tratado de maneira especial.

Obtivemos respostas. O Ministro Palocci também interferiu no processo, junto ao Banco do Brasil, mas a instituição se preocupa com seus acionistas, pois considera a hipótese de qualquer mecanismo de liberalização, digamos assim, da exigência de garantias ser um complicador para o grupo.

Ainda em relação ao Banco do Brasil, outro assunto abordado aqui várias vezes foi a efetiva liberação dos recursos do EGF. O Ministro Rossetto esteve comigo numa reunião com o Ministro da Fazenda, o representante do Ministério da Justiça e representantes da Direção do Banco do Brasil, na segunda-feira à tarde – portanto, há pouco mais de 40 horas –, oportunidade em que nos foi afirmado que 113 milhões de reais já estavam contratados ou em fase de contratação pelas cooperativas e empresas de laticínios, para que o processo evoluísse rapidamente. Essa informação é de segunda-feira à noite. Imagino que seja verdadeira e solicito que o assunto seja muito vigorosamente tratado hoje à tarde com o representante do Banco do Brasil, que V.Exas. ouvirão.

Assim, limites, garantias e a alocação dos recursos do EGF foram questões tratadas por nós muito insistentemente.

Ainda há, em relação ao tema, outro ponto muito relevante, apresentado pelo Deputado Leonardo Vilela, e sobre a qual o Deputado Moka tem falado comigo praticamente todos os dias, e mais de uma vez por dia: trata-se do bloqueio pelo Banco do Brasil de recursos da Parmalat que eram destinados ao pagamento de produtores ou fornecedores de maneira geral.

Fui ao Banco do Brasil – o Deputado Leonardo Vilela também foi –, especialmente para tratar do problema com a direção da instituição. Lá, recebi uma informação técnica, segundo a qual se tratava de mecanismo contratual e o Banco estava defendendo os direitos dos seus acionistas ao assumir essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Ministro, gostaria de fazer apenas uma observação.

Trata-se de fato muito grave. Tenho a impressão de que isso não é legal. Os Parlamentares disseram, e há registro disso aqui, que foi feito um depósito da Parmalat na conta corrente do produtor e depois ele foi retirado.

Vamos ter oportunidade de discutir o problema hoje à tarde com os representantes do Banco do Brasil.

O SR. MINISTRO ROBERTO RODRIGUES – Eu gostaria muito, Deputado Moka, de ter o retorno dessa discussão, inclusive para que o Governo possa eventualmente assumir alguma posição quanto ao assunto. Eu não conhecia a informação acerca do estorno de depósitos das contas de cooperativas e de cooperados.

Eu tinha a informação clara de que depósitos da Parmalat no Banco do Brasil para pagamento de fornecedores foram, por assim dizer, congelados pelo Banco e não foram repassados à empresa.

Eram essas as questões ligadas ao Banco do Brasil, que considero muito importantes.

O terceiro ponto abordado pelo Deputado Leonardo Vilela tem a ver com a aquisição de leite em pó por parte do Governo. O assunto também foi tratado junto aos gestores do Programa Fome Zero. Hoje, há pouco menos de mil toneladas à disposição das cooperativas que receberam da Parmalat pagamento de leite em pó, e é esperado que o Programa adquira esse produto, particularmente agora, por causa da demanda por atendimento do Nordeste, devido às enchentes.

Qual é o problema existente agora? É um problema técnico, difícil de ser contornado. O Orçamento, até ontem, não havia sido liberado. Portanto, não havia recursos para essa compra por parte do Governo Federal. Porém, ainda ontem eu conversei com o Ministro Patrus Ananias e com o próprio Presidente da República e soube que a expectativa é a de que nas próximas horas possamos efetivar essa compra.

Não obstante, Deputado, entrei em contato com várias empresas e ontem mesmo recebi da Itambé uma resposta importante: ela já havia comprado de algumas cooperativas de Minas Gerais leite hidratado, resultado do leite em pó dado em pagamento pela Parmalat a algumas cooperativas, e também assumiu comigo o compromisso de vender no mercado todo esse produto, que hoje está em poder das cooperativas de Minas Gerais.

Eu não sabia que havia o problema também em Quirinópolis. Vou tratar dessa questão também. Estou vendo que há problemas em Quirinópolis e Morrinhos. Anotei a informação e vou voltar ao tema. Mas, de qualquer forma, o assunto recebeu, desde o primeiro

momento, atenção de nossa parte, e estamos tratando de encaminhar soluções para os problemas de caráter orçamentário, que lamentavelmente impedem maiores avanços no trato da matéria.

O Deputado Zonta aponta uma questão essencial: a necessidade de linhas especiais de crédito para investimentos. Tanto S.Exa. como os Deputados Jamil Murad e Leonardo Vilela apresentam uma expectativa, ou uma visão, da qual nós do Governo compartilhamos. O Ministro Miguel Rossetto, aliás, tem sido muito incisivo ao tratar do tema.

Deputado Assis Miguel do Couto, não respondi a questão de V.Exa. acerca do assunto porque V.Exa. não estava presente no momento em que dele tratava, mas vou aproveitar esta oportunidade para fazê-lo. V.Exa. perguntava como tratar do assunto no médio prazo, levando em consideração o aspecto regional de áreas afetadas pela Parmalat, em especial as economias regionais. Toda a preocupação do Governo é exatamente, como eu disse desde o início, preservar interesses regionais, o do produtor, o do consumidor e o dos trabalhadores da empresa. Por isso, Deputados Murad, Zonta e Vilela, nossa intenção é preservar a atividade, e não necessariamente a empresa. Daí as propostas, que V.Exas. de certa forma corroboram, no sentido de que a solução adotada seja o arrendamento. É a opção pela qual estamos batalhando, mas esse é o tipo de decisão que não depende do Governo; ele trabalha nessa direção, propõe a adoção dessa medida, mas depende de que a empresa, dessa forma, possa trabalhar.

Temos a informação – porque estamos sistematicamente conversando com ela e com outras empresas cooperativas – de que vem havendo um entendimento nessa direção. Só que nossa proposta é no sentido de que o arrendamento seja feito com opção de compra, para que a empresa que eventualmente assumir a operação nessa ou naquela localidade não tenha todo o seu capital comprometido com a atuação naquela área e daqui a pouco surja outra empresa que tenha prioridade na compra. Tenho conversado muito com o Deputado Waldemir Moka, que tem sido um general incansável nesta batalha. Eu, o Ministro Rossetto, os Ministérios da Fazenda e da Justiça estamos conversando com a perspetiva de que o arrendamento seja feito com opção de compra.

Na mesma linha, Deputado Zonta – este é um ponto específico da sua preocupação –, conversei também com o Presidente do BNDES, tendo em vista a idéia de que eventualmente cooperativas que viessem a assumir de maneira fatiada ou partilhada as diferentes áreas de produção recebessem alguma forma de investimento de capital para que pudessem trabalhar imediatamente na atividade, tendo em vista um fato importante: muito possivelmente, como já foi dito hoje, o fornecimento de leite para a Parmalat, além de ter caído em janeiro para muito menos da metade do que vinha sendo feito até dezembro (de 2 milhões e 200 mil litros caiu para menos de 800 mil litros, segundo as informações de que dispomos), não será pago em fevereiro. Ora, quem assumir a empresa terá a preocupação de fazer algum adiantamento aos produtores para que eles possam continuar a atividade, mas evidentemente esse adiantamento será descontado de maneira aritmética, depois, no pagamento do arrendamento e no pagamento do fornecimento posterior. Isso exige, evidentemente, algum tipo de injeção de recursos para que eles possam operar as indústrias.

O assunto está sendo tratado por nós com aquiescência do BNDES, que está aguardando os acontecimentos para poder trabalhar nessa direção. Portanto, o tema também está sendo tratado pelo Governo. Desse modo, Deputado Zonta, quero dizer que todas as preocupações de V.Exa. estão sendo tratadas por nós. Garanto a V.Exa. que o Governo está atento para o problema desde que ele surgiu, com as restrições que tem de considerar com relação ao caso.

Não podemos criar uma exceção para uma empresa cuja situação é desconhecida de todos nós, como V.Exas. mesmos vêm observando. Como disse o Deputado Jamil Murad, há uma indiscutível fraude na Itália – o Ministro Miguel Rossetto já mostrou isso –, e sabemos qual é a extensão ou expressão desse mesmo mecanismo internamente, no Brasil.

Deputado Waldemir Moka, penso que a proposta que o Deputado Jamil Murad apresenta, de transformar em CPI esta Comissão, que tem feito um trabalho impressionantemente positivo, talvez seja de extraordinária ajuda para o próprio Governo, por causa da forma como também podemos operar para ajudar a desvendar – ou a limpar, de alguma forma – o cenário que cerca todo esse acontecimento.

O Deputado Zonta apresentou uma preocupação muito grande quanto à pesquisa e à defesa. Estamos nisso juntos, trabalhando na área orçamentária e cada vez mais preocupados, porque de fato, só na área de carne, no ano passado, vendemos US$4 bilhões, e é preciso preservar esse mercado. E sobre a área de leite, Deputado, temos uma informação importante, da qual o Ministro Rossetto já tratou, **en passant**, na sua exposição: o Brasil, que importava em 1998 US$511 milhões de dólares em produtos lácteos, no ano passado importou apenas US$110 milhões, ou seja, um quinto do que fazia 5 anos antes. E, mais do que isso, exportávamos em 1998 US$8 milhões; no ano passado exportamos US$42 milhões, ou seja, 5 vezes mais.

Portanto, a sua preocupação com pesquisa e defesa e com a própria renovação da reestruturação – à qual o Deputado Reginaldo Lopes se ateve, assim como o Deputado Assis Miguel do Couto – faz parte de uma visão importante para o futuro da área de leite do Brasil.

Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Ministro Roberto Rodrigues.

Concedo a palavra ao Ministro Miguel Rossetto, para fazer as complementações que julgar necessárias.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Serei breve, porque penso que todas as informações que o Ministro Roberto Rodrigues apresentou respondem às indagações feitas e representam a posição do Governo. Vou falar apenas sobre 2 ou 3 temas.

Primeiro, penso que é muito importante e obviamente V.Exas. vão utilizar positivamente o diálogo com os representantes do Banco do Brasil hoje à tarde. Estamos acompanhando as tratativas com o Banco, e o que ele nos informa é que, de fato, o início do processo ficou um pouco truncado, e na última semana, especialmente nos últimos dias, tem havido grande processo de agilização.

Mas há duas observações com relação a isso. Primeiro, é importante para V.Exas., que estão acompanhando esse processo, a seguinte informação: o Governo estabeleceu uma relação com o Banco do Brasil, no que diz respeito ao EGF, em que a remuneração do empréstimo para as cooperativas é de 8,75%. Não há **mix** para cooperativas. Isso é muito importante. Fruto de uma decisão conjunta, o **mix** será operado para empresas, mas para cooperativas não. A taxa de juros do EGF será de 8,75%; é crédito rural. Esse é o compromisso do Banco do Brasil.

Estamos acompanhando as negociações, e obviamente o tema de garantias todos conhecemos. A garantia é o estoque. Portanto, esse é o compromisso do Banco do Brasil conosco, e as informações que vamos monitorar, obviamente, têm que corresponder ao nosso objetivo.

Em segundo lugar, é muito importante o tema dos preços. Não disse aqui que não houve queda de preços. Conhecemos, infelizmente – e ainda é um problema que seguramente vai ser agendado, e deve sê-lo num programa de reestruturação –, a sazonalidade de preço e de oferta de leite, devido à qual ocorre crescimento de oferta e redução de demanda. Por conta dela, convivemos ainda, em algumas regiões, com a chamada *(ininteligível)*, e temos uma redução sazonal histórica. Estamos acompanhando o problema e trabalhando para superá-lo. O Ministério da Agricultura fixou preço mínimo. Portanto, há um acompanhamento permanente.

É evidente que a oscilação histórica do preço decorrente da sazonalidade tem que ser enfrentada. O que o Ministro Roberto Rodrigues está observando é – e eu não queria insistir nisso, por causa do tempo, mas registro, e todos os senhores sabem – que faz parte desta atividade, ao longo dos últimos anos, a redução do preço do leite nesses períodos.

Temos de trabalhar num cenário de estabilização. Todos nós estamos acompanhando o assunto, e para isso os números que os Deputados trazem são muito importantes, porque em várias regiões a queda de preço para o produtor é proporcionalmente menor do que no passado, o que evidentemente não nos satisfaz, porque conseguimos, de alguma forma, conter uma eventual onda oportunista do mercado de aproveitamento da crise da Parmalat, no sentido de contaminá-lo além do que já é de característica sazonal. Esse, na nossa avaliação, tem sido um resultado importante, e seguramente, com a liberação de EGF, avança no sentido de enfraquecer o que já foi discutido.

Para o Governo, não olhamos com simpatia, não desejamos, não achamos que é saudável o resultado de essa crise traduzir-se em concentração ainda maior da atividade em uma ou outra empresa. Isso não é bom. Toda a movimentação do Governo vai no sentido de um padrão de reestruturação que certamente virá. E devemos aproveitar o que a crise pode oferecer de positivo, regionalizando, desconcentrando e organizando a produção.

Assim, o BNDES, o Banco do Brasil e todos os instrumentos de que o Governo dispõe para criar novos empreendimentos sucedâneos serão operados como já são operados neste momento. É muito importante que se diga isso aqui para que os senhores, que são lideranças, dialoguem. É uma preparação para que todos os instrumentos financeiros de que dispomos possam apoiar e estimular novos empreendimentos, preferencialmente com base no nosso cooperativismo.

Por fim, todos nós estamos dialogando permanentemente com representantes dos Governos, das empresas de laticínios e com os trabalhadores. Eu mesmo participarei de reunião à tarde, às 14 horas, com membros de várias cooperativas e de sindicatos, entre outros. Há diálogo permanente com o Ministro Furlan no sentido de estimularmos esse desenho a partir do modelo regionalizado, com base numa estrutura cooperativa, que proteja eventualmente nosso País e nossas regiões de possíveis oscilações.

Obviamente, isso desde já mostra a visão que temos sobre a reestruturação da estratégia de fortalecimento do setor. São os 2 temas para os quais o Governo está atento. No tocante a preços, é óbvio que há acompanhamento e debate em espaços internacio-

nais. Temos de estar sempre acompanhando tudo que se refere ao leite. Agora em fevereiro encerra-se um acordo de preços que vários de vocês conhecem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Esclareço ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto, que já foi Parlamentar desta Casa, que o tratamento que se deve utilizar quando se dirige a Parlamentares é "V.Exa." e não "vocês".

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Muito obrigado. O pronome "vocês" seria não só uma indelicadeza minha como desrespeito, por isso acolho essa manifestação do Parlamentar e passo a chamar todos vocês de V.Exas.

Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Governo está atento a uma agenda de curtíssimo prazo, o fim de um acordo de preços para importação, que estabelece um valor mínimo de importação de *(falha na gravação)* de toneladas de leite em pó e é de grande importância para evitarmos qualquer oscilação de preço interno. O Brasil já viveu experiência ruins, com **dumping** em relação a países do MERCOSUL e a outros países. Estamos atentos para evitar que ações de **dumping** de outros países venham a prejudicar essa estratégia fundamental que é preservar crescimento de produção e renda para toda a estrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Ministro as palavras.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, informo que vários Parlamentares pediram aqui, ontem, a criação de uma CPI, que deve ser solicitada por toda a Comissão. Nesse sentido, proponho que façamos todos um requerimento. Os 21 Parlamentares desta Comissão e os suplentes seríamos autores da proposta. Os Deputados Adão Pretto, Leonardo Vilela e Ronaldo Caiado, entre outros, estão colhendo assinaturas. Esse pedido já teria, no mínimo, 21 assinaturas.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, da minha parte e da parte do Deputado Leandro Vilela, que fizemos requerimento em conjunto, há total acordo. De forma alguma queremos passar por cima da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Não é isso. Deputado Adão Pretto, quero ouvir V.Exa.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO – Se a maioria estiver de acordo, não há problema. Sugiro também que entremos em contato com o Senado para fazermos uma CPI mista, a fim de acelerar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado Ronaldo Caiado, acho que V.Exa. não tinha ainda tomado a iniciativa.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Não, Sr. Presidente, porque é uma decisão da Comissão, que sem dúvida goza de muito maior credibilidade junto à opinião pública. É também um dos objetivos de V.Exa., pois ouvi-o dizer ao nobre Relator que esse deverá ser um dos pontos elencados no relatório final. Então, acho que, até tem respeito ao nobre Relator, esta Comissão deveria emergir com o sentimento da Comissão aqui constituída, como sua.

(Não identificado) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Já aproveito para sugerir, dentro da proposta que vai ser apadrinhada por toda a Comissão, que seja feito no mesmo sentido um projeto de resolução, porque hoje já há 5 CPIs funcionando na Casa, o máximo permitido pelo Regimento da Casa, e há pedidos para mais 20. Por meio de projeto de resolução e com o apoiamento de pelo menos 171 Parlamentares, o Presidente poderá colocá-la em funcionamento imediatamente.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Só para contribuir com o debate, regimentalmente, uma CPI mista fura o bloqueio das demais CPIs. Assim, o objetivo seria atingido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Aviso aos Srs. Parlamentares que estou consultando o Presidente da Casa para saber qual a melhor alternativa para agilizar esse processo.

Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, é compreensível a resistência registrada pelo Governo de não intervir na Parmalat neste momento. Não sei se essa mesma disposição terá eco no Judiciário, ainda mais agora, diante da possibilidade de criação de uma CPI para investigar os fatos.

É compreensível, pelo que disse o Ministro Miguel Rossetto, a disposição que tem o Governo de manter preservados os ativos da Parmalat. Acho que mais importante que a preservação do ativo é o uso produtivo do bem. Julgo que a empresa Parmalat foi ferida de morte, mesmo porque o rol de irregularidades apontadas fere os bons propósitos. A par disso, penso que temos de procurar uma alternativa.

Procurarei ganhar tempo e colaborar com a agilização dos trabalhos desta Comissão, já que grande parte daquilo que constituía minha inquietação foi registrada pelos Ministros Roberto Rodrigues e Miguel Rossetto. Por isso, ouso sugerir ao Governo que ele seja o indutor, o moderador, o regulador desse processo. Ele tem de participar, sim. Não sei a forma; talvez um entendimento, um arrendamento dessas instalações, porque lá estão presentes o conhecimento e a tecnologia. Os empregados brasileiros que estão ali têm esse conhecimento.

Grande parte dos agricultores investiu em genética, em escala de produção e outros têm atividades quase de subsistência, para o custeio dele e da sua família, e parte desses recursos constitui-se na venda de um bezerro, de outra mercadoria ou cultura permanente. Tem de haver um direcionamento desse processo.

Deveríamos procurar talvez um arrendamento das instalações até mesmo por R$1,00. Instalações desse tipo não devem ser desprezadas. Como jogar fora esse conhecimento que seria a verticalização da produção, não só no leite como também na parte de frutas? Ora, é a agroindústria que vai alavancar o desenvolvimento e dar estabilidade à produção!

Deveria haver uma grande empreitada, onde fossem contempladas as cooperativas, as associações de produtores, os empregados das empresas, os fundos de pensão, os fundos constitucionais. Os fundos de pensão investiram até em turismo, na compra de lojas, de espaços em supermercados, em hotéis. Por que não fazer o mesmo nessa situação? Judicialmente, poderia formar-se um **pool** de empresas que a administraria, não a deixaria fechar, mas isso seria feito com a interferência do Governo, na condição de indutor e regulador do processo, a fim de proteger um bem que é nosso, do produtor, dos empregados, e manter o conhecimento adquirido nessa atividade.

Eu teria mais a dizer, mas prefiro registrar apenas isso e parar neste ponto.

(Não identificado) – Deputado, eu sei que não é correto, mas peço um aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Deixo a critério do Presidente. Desde que se preserve meu direito de terminar de falar, nada tenho a opor.

(Não identificado) – Estive em missão na Itália, na semana passada, e acolhi algumas informações que, acredito, possam ajudar o debate e esclarecer os colegas sobre questões que me parecem vêm sendo repetidas e já estão bastante esclarecidas pelas auditorias feitas na Itália, e que se referem também à gestão aqui do Brasil. Se o Presidente me permite, em dois minutos faço isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado, o Regimento não prevê essa possibilidade. Não quero ser descortês com V.Exa., mas tenho de ser guardião do Regimento. Permiti que V.Exa. aparteasse, até porque o Deputado Anivaldo Vale também permitiu. V.Exa está inscrito.

(Não identificado) – Eu sou o último da fila e acho que não haverá mais ninguém aqui dentro. O que vou dizer não vai servir ao debate, mas foi feito um esforço e gasto pela Câmara um investimento com minha ida à Itália, o que poderia colaborar. Mas deixo a critério de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – V.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, vou concluir, a fim de dar a oportunidade de o último inscrito participar. Acho que é hora de desenhar, de um lado, uma engenharia financeira que possa contemplar os pontos que expus, e, de outro, de operacionalizar esse processo, até como uma forma inovadora no trato de casos similares.

Quero fazer um registro, já que estamos caminhando para uma CPI. Estamos discutindo no Congresso Nacional uma lei que diz respeito ao trabalho escravo, e busca-se até o arresto e a distribuição da propriedade. Neste caso, trata-se mais do que trabalho escravo, porque houve uma fraude no mercado internacional, e não podem ser preservados os bens daqueles que roubam aqui, roubam lá fora, jogam aqui dentro, jogam lá para fora. Fazem essa operação e ficamos aqui a ver navios? Não! É chegada a hora de o Congresso Nacional ajustar uma lei que proteja não só a propriedade de todos aqueles que labutam de sol a sol, mas também o nosso interesse no que se refere ao saber, ao conhecimento de uma sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Relator, tentarei ser breve. Logicamente, a conclusão é de que se trata de um encaminhamento investigativo, como já foi dito aqui. Isso dá a idéia de que a Comissão *(falha na gravação)* da proposta de uma CPI, no sentido de propor algumas alternativas, para que tenhamos mantidas essas unidade industriais para proteger o produtor rural, os fornecedores e a cadeia produtiva em geral.

Sr. Presidente, sugiro que na manutenção das unidades industriais tenhamos 2 encaminhamentos. Temos, se não me engano, 7 unidades industriais no País, 6 delas em que 100% do capital é da Parmalat; nos casos específicos do Paraná e de Santa Catarina, onde existe a Batávia, a Parmalat tem 51% das ações e 49% são divididos entre 4 cooperativas.

Dentro do que discutimos, esta Comissão vê como a melhor saída o arrendamento mercantil com opção de compra. Mas o Governo tem de ser extremamente ágil. Ouvi a informação do Ministro Rossetto de que o prazo que o interventor, Sr. Enrico Bondi, tem para tomar a decisão pela continuidade das atividades ou pela decretação da falência da Parmalat italiana se encerrará no dia 24 de fevereiro. Logicamente que, se a decisão dele for pela liquidação da empresa, a repercussão será jurídica, imediata, e dificilmente teremos possibilidade de dar continuidade às unidades industriais brasileiras.

Então, estamos correndo contra o tempo. Há necessidade de uma decisão rápida do Governo, sem intervenção, que parece estar descartada, sem o arrendamento do Mercantil. No caso da Batávia, sugiro seja considerada a possibilidade de desapropriação de parte das ações pelo Governo Federal. Isso é politicamente possível. O valor de partes dessas ações seria depositado em juízo. Não será preciso desapropriar os 51%, mas 4% ou 5%, o que já daria, junto com as cooperativas, a maioria acionária para que essa empresa tenha continuidade.

Com relação à Batávia, Sr. Ministro da Agricultura, está sendo constituída uma nova diretoria, e logicamente eles têm interesse em dar continuidade à atividade. Na segunda-feira eles irão ao Banco do Brasil pedir auxílio na obtenção de capital de giro para que possam dar continuidade ao trabalho.

Apelo para o Ministro no sentido de que converse com o Presidente do Banco do Brasil, a fim de viabilizar a obtenção desse capital *(falha na gravação)*. Mais do que isso, peço ao Presidente da Comissão e ao Relator que, se houver possibilidade, promovamos um encontro especificamente com a Batávia para discutir as questões separadamente, até porque ela representa 25% do faturamento no Brasil, correspondentes a R$ 500 milhões por ano.

Quanto à questão investigativa, Sr. Presidente, V.Exa. e o Deputado Ronaldo Caiado são testemunhas, eu suspeitava que aqui se falava muito em lavagem de dinheiro, mas seria o contrário. Ou seja, eles não estavam aqui esquentando dinheiro; no fundo, eles estavam trazendo dinheiro quente da Itália, lesando os acionistas da empresa, aqueles mais de 130 mil investidores a que se referiu o Ministro Rossetto, e causando prejuízos em todas as suas atividades, como, por exemplo, a compra de um time de futebol. Ontem, em um depoimento, foi dito que um time de futebol foi comprado por 2 milhões, e 2 anos depois já estava com 70 milhões de prejuízo.

Enfim, está claro que em todas as atividades se fabricava prejuízo, e a direção da Parmalat SPA italiana dava uma de Papai Noel e mandava dinheiro para cobrir todos os furos nos últimos 5 anos, de forma constante.

Sr. Presidente, o que é mais grave: acabei de receber notícia de que foi decretada a prisão do Presidente do grupo sírio-italiano – talvez um dos maiores grupos da rede de alimentos —, por estar agindo na mesma linha da Parmalat, fato que repercutirá no Brasil. O grupo sírio comprou uma empresa muito grande no Brasil e também constatou-se que ela está causando prejuízos.

Parece que há uma organização internacional agindo nesse sentido. Não há como não instaurarmos a CPI. A situação precisa ser investigada, embora corramos contra o tempo.

O Deputado Anivaldo Vale falou algo verdadeiro sobre o trabalho escravo, havendo até a possibilidade da desapropriação da propriedade. Nada mais justo do que o Governo tomar uma atitude, com o total apoio do Congresso Nacional, no sentido de preservar a unidade, até porque, se verificarmos todos os depoimentos, são pouquíssimos os fornecedores ou produtores que têm crédito junto à Parmalat. Quem tem crédito são os bancos internacionais que emprestaram dinheiro com o aval da direção da Parmalat italiana. Muitas pessoas estão com a prisão decretada, porque havia acordo entre o banco e a direção da Parmalat, no sentido de lesar os acionistas da empresa.

Se o Governo brasileiro tomar uma atitude, a repercussão será a de que ele preservou produtores e fornecedores nacionais e a cadeia produtiva do leite.

Creio que falo em nome de todos os Parlamentares. O Governo Federal terá total apoio do Congresso Nacional para tomar qualquer medida necessária, no sentido de preservar a cadeia produtiva do leite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Muito obrigado, Deputado Cezar Silvestri.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Srs. Ministros da Agricultura e da Reforma Agrária.

Ministro Miguel Rossetto, corrija-me se eu estiver errado. Segundo os dados que V.Exa. nos forneceu é que hoje em torno de 1,8 milhão de brasileiros estão envolvidos na produção formal de leite. Destes, 700.000 diretamente na produção formal do leite; em torno de 580.000, os pequenos ou agricultura familiar. No total, há um investimento do Governo em torno de 665 milhões de reais.

Baseado no quadro apresentado por V.Exa., vou formular as perguntas.

Estamos convivendo com uma situação que se arrasta desde dezembro até hoje. Em 1998, Sr. Ministro, todos nós, Parlamentares, lutamos duramente nesta Casa para fazer valer uma legislação **antidumping** no Brasil, com a intenção de valorizar a pecuária de leite, assim como acabar ou diminuir a importação desleal e predatória do setor rural. Estimulamos uma política e renegociamos dívida. E com isso, saímos de 1998, quando o Brasil importava mais de 300.000 toneladas de leite, para uma realidade atual, de Brasil que importou 30.000 toneladas de leite, e que já é superavitário no mês de novembro.

Essa é a radiografia Brasil. Evoluímos pela competência, capacidade e garra de todo o setor rural brasileiro. É o resultado que temos. O produtor rural superou todas as dificuldades e adversidades.

Sr. Ministro, hoje um desserviço está sendo repassado, com base nos dados apresentados por V.Exa., eu não diria a 1,8 milhão de brasileiros, mas a 700.000 produtores rurais que se ocupam da pecuária de leite.

Primeiro, eles se sentem desassistidos, Sr. Ministro. Desassistidos!

É como se eu estivesse vendo alguém que tivesse sido atropelado, com fratura exposta, numa fila de hospital e lhe dissesse: vamos aguardar, vamos aguardar, vamos aguardar.

Desculpe-me, mas a iniciativa do Governo em desenhar como sendo uma atitude que vem recuperar a credibilidade do setor para o cidadão continuar produzindo leite, dizendo eu vou autorizar um EGF... Espera aí, EGF para cooperativas? Se a cooperativa tem que dar garantias e o produto não serve como garantia! E a burocracia se arrasta por mais de 90 dias e ainda há um **mix** na cobrança dos juros.

Vou fazer um empréstimo de retenção de cria. Retenção de cria, com taxa de juros de 8,75% daquilo que o produtor rural tem a receber e que está sendo acrescido de juros.

Dizer que vão comprar o estoque das cooperativas que receberam leite em pó é o mesmo que eu fazer um simples curativo num cidadão seriamente ferido.

Desculpe-me, Sr. Ministro, mas não considero essas medidas eficientes para conter essa avalanche, essa destruição, esse desserviço que aconteceu no setor produtivo de leite.

O Deputado Leonardo Vilela foi até um pouco complacente ao dizer que o litro de leite caiu 20% em relação ao preço real. Hoje o preço do leite é comercializado, em Goiás, a 25 centavos o litro, abaixo do preço mínimo. O produtor rural não tem a quem recorrer.

Com tudo isso, desencadeamos no País um descrédito, o mesmo que ocorria, Sr. Ministro Roberto Rodrigues, em 1998: o setor não acreditava porque, de repente, apareciam as importações do leite.

A unidade da Parmalat em Goiás custou mais de 38 milhões de reais para o povo daquele Estado, com incentivos fiscais. Esse dinheiro deixou de ir para a saúde, para a educação e foi para o bolso da empresa. Não podemos considerá-la apenas uma unidade da Parmalat; ela é uma unidade do povo goiano.

Qual a expectativa que tínhamos?

O Banco do Brasil faz parte do Governo Federal. Ao invés de o Banco do Brasil fazer EGF – e o Banco Central faz muitas exigências bancárias – por que não estornar imediatamente esse dinheiro, que estava na conta da cooperativa e do produtor rural? Já seria uma primeira atitude. O cidadão já teria recebido pelo menos...

(*Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Em primeiro lugar, esse dinheiro é do produtor rural. Eles alegam que estavam retendo a operação porque o Banco do Brasil tinha empréstimos com a Parmalat, e esses empréstimos eram dados ao produto em garantia. E eles já haviam comercializado o produto de um empréstimo que ia vencer dia 13 de fevereiro. Eles já fizeram o arresto antecipado de 12 milhões de reais. E hoje o produtor rural não tem dinheiro – não é só em Morrinhos, em Quirinópolis, no sudoeste, em Santa Helena, é no Estado inteiro – nem para pagar a matricula de seus filhos ou o mínimo de material exigido para continuar sua vida. Esta é a nossa realidade.

Em suma, primeiro, esperávamos que o Governo interviesse diretamente no Banco do Brasil e ordenasse que o dinheiro do produtor fosse depositado na conta do produtor.

Segundo ponto. As unidades, pelo que ouvimos aqui – e o Deputado Paulo Santiago, ontem, numa intervenção extremamente lúcida, mostrou com clareza, assim também o Deputado Cezar Silvestri –, ficou claro para todos nós o quanto essas estruturas foram montadas única e exclusivamente, como disse o Deputado Moka muito bem, na figura de laranjas, apenas para desviar o dinheiro do produtor rural brasileiro.

Primeiro, a Carital, cujo capital é de 3 milhões, tem uma dívida de 1 bilhão e 997 milhões de reais. Ontem, o Deputado Paulo Santiago conseguiu desmascarar, desnudar, dissecar o fato, e o Presidente dessa empresa realmente não teve sequer como respondê-lo. A ação que possuir, na condição de Presidente, é de 1 real.

Sr. Ministro, diante de uma quadrilha como essa, esperávamos do Governo posição definida que respaldasse exatamente o que V.Exa. representa também. Modéstia a parte, sempre considerei que a agricultu-

ra não pode ter divisão, mas o Governo quis assim, eu respeito.

O pequeno produtor está desassistido. As ações implementadas em seu favor constituem medicação totalmente ineficaz. Esperamos que sejam tomadas atitudes imediatas com relação a esse assunto, para que tenhamos resultados concretos.

Sozinha, uma unidade será incapaz de se viabilizar. A Parmalat Brasil concentra sobre São Paulo todo o controle que tem; todo o **leasing** feito de todos os aparelhos, em cada uma das unidades. Qualquer uma que for encampada, se não houver intervenção da Parmalat Brasil, seus aparelhos serão arrestados com aqueles laboratórios ou estruturas necessárias ao seu funcionamento. Daí não ter como salvar só uma unidade do Rio, Garanhuns ou Goiás, sem agir nacionalmente.

Para finalizar, Sr. Presidente, o nobre Parlamentar que me antecedeu disse que o modelo do setor de leite no Brasil deve ser mais ou menos o de energia apresentado pela Sra. Ministra. Com todo o respeito, espero que tenha uma distância enorme. Não sei quem da iniciativa privada vai ter coragem de investir ou participar do novo modelo energético brasileiro.

Espero que o modelo do segmento leiteiro respeite os produtores rurais, dando-lhes um preço mínimo e, ao mesmo tempo, impedindo o **dumping,** que, durante muitos anos, foi praticado no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado Ronaldo Caiado a participação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Estou vendo o filme se repetir exatamente como aconteceu no caso da Boi Gordo: estelionato ao incauto. Vende-se imagem de rentabilidade, de modernidade e, quando se abre a caixa-preta, vêem-se meia dúzia de beneficiados e a população pagando preço muito pesado por isso.

Denunciamos a Boi Gordo e a Galos aqui, há 4 anos. Quem perdeu não foi o produtor que conhecia o sistema: quando o boi vai render 30% ao ano? Sabíamos que isso não é possível; mágica não existe em economia. A Parmalat fez exatamente isso com os investidores. Ainda bem que desta vez são os italianos. Meus antepassados que me perdoem.

Pelo meu Estado, eu e os Deputados Cezar Silvestri, Zonta, Luiz Carlos Hauly temos acompanhado o caso, sabemos o que está acontecendo com a Parmalat/Batávia e temos a solução, que é muito simples.

Há liminar concedida para que a gerência fique com a Batávia, e poderíamos imediatamente encontrar solução de desapropriação, de confisco das ações, por crime contra a economia popular, ou através de financiamento direto à Batávia para comprar os 2% de que precisamos – o Deputado Assis Miguel do Couto conhece muito bem – para transferir para ela o controle acionário. A partir daí veríamos o que fazer para esperar que o arcabouço jurídico seja desmembrado, desembrulhado. Mas estaríamos preservando os produtores rurais paranaenses e catarinenses que são credores da Batávia – e nesse ponto temos 4 cooperativas.

Acho crucial, neste momento, a preservação desses produtores. Peço ao Sr. Ministro da Agricultura, que, segunda-feira, juntamente com os Deputados Cezar Silvestri, Zonta e Assis Miguel do Couto, nos reunamos com a Diretoria da Batávia, e, obviamente, com o Banco do Brasil, para encontrar uma solução. É muito cômodo dizer-se que o Banco do Brasil não é estatal, mas na hora em que ele precisa de socorro, a viúva tem de ajudá-lo.

Não podemos brincar em serviço. Precisamos respeitar o produtor rural, preservar a cadeia de produção do leite e evitar o cartel. Há gente com muita sede de leite. Temos de preservar o mercado. A solução é tornar cooperativista o máximo possível o sistema Parmalat. Cada um de nós se propõe, junto com o Governo, a ajudar no que for possível, evitando, obviamente, prejuízos à União e aos produtores, mostrando que o Brasil não se sujeita à ação predatória feita por esses empresários italianos.

Agora, com essa notícia da Círio, mais uma vez uma empresa tradicional brasileira, a Bombril, comprada por eles, nos traz problema para resolver num curto espaço de tempo. Lei de mercado é lei de mercado.

Faço apelo para que, segunda ou terça-feira, V.Exa. marque reunião e estejamos juntos para tentar desarmar essa bomba-relógio retardada que nos armaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado Abelardo Lupion a contribuição.

Concedo a palavra ao Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, serei bastante breve, e até dispenso qualquer resposta de S.Exas., se assim preferirem, mas vou fazer um desabafo.

Exmos. Srs. Ministros, na condição de Parlamentar, estou absolutamente satisfeito com as afirmações de V.Exas. porquanto trataram do problema num plano bastante elevado; mostraram visão estratégica interessante; manifestaram-se contrários a esse processo de concentração, de eliminação de concorrência, que os

Governos, ao longo do tempo, vêm deixando instalar-se no Brasil, nesse segmento. Parabéns.

Mas, quando me coloco no lugar do pequeno proprietário rural, do pequeno cooperativado, do desvalido, sem voz que dependem de suas vaquinhas para subsistir do leite, vejo que estão em grave dificuldade: não têm acesso a EGF; o Banco do Brasil, descumprindo sua função social, apropriou-se indevidamente – assim imagino – dos parcos recursos que a Parmalat, no seu estertor, repassou às cooperativas.

Em São Fidélis, a cooperativa está sem dinheiro para pagar combustível, está em vias de fechar. São 500 produtores na miséria, sem apoio do Governo, na CAPIL, a mais importante cooperativa do Estado. Somente os cooperados que não produziam para a Parmalat não têm acesso a EGF. A cooperativa produz 100.000 litros de leite.

Na medida em que me coloco no lugar dessas pessoas e ouço o discurso de V.Exa., vejo certa impotência do Governo e fico desanimado, perco as esperanças de que o Brasil dê as respostas que a população quer. Invejo o Governo da Itália, que foi rápido e eficaz e prendeu aquelas pessoas.

Aliás, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que envie à Polícia Federal os depoimentos daqueles senhores da Parmalat que aqui compareceram e tiveram conduta ridícula. Em certo momento, quase tive uma recaída, porque fui policial por muito tempo e muitas vezes algemei pessoas, criminosos muito menores.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Pois é, mas gostaria que V.Exa. enviasse os depoimentos à Polícia Federal, pedindo ao Dr. Lacerda que pelo menos dê resposta à sociedade brasileira.

Srs. Ministros, faço veemente apelo para que encontrem fórmula pontual de atender a essas pequenas cooperativas, que envolvam, se possível, o Fome Zero. Seria boa oportunidade para o Governo resolver essas questões pontuais, que vão estourar muito rapidamente.

Relembro exemplo muito importante, que deve até constar dos Anais da Casa e servir de referencial aos Srs. Deputados: sentença de Juiz da Comarca de Itaperuna, interior do Estado do Rio, promoveu intervenção judicial na Cooperativa de Itaperuna, entregando-a aos cooperativados, aos credores, enfim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – O Deputado Assis Miguel do Couto me pediu a palavra para dar uma informação ao Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – É informação muito breve: eu, o Presidente Waldemir Moka e o Deputado Ronaldo Caiado já estivemos com a Polícia Federal, na condição de membros da Mesa, e acertamos o envio das notas taquigráficas da reunião de ontem, só que estamos com dificuldades para recebê-las. Mas a polícia está fazendo averiguações e vai ter posse delas.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Vamos agilizar esse recebimento, Sr. Relator. Com base nelas, eles podem pedir a prisão dessa turma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – A dificuldade é operacional, do corpo de taquígrafos. Já pedi ao Presidente que dê prioridade.

Temos mantido essa sintonia com a Polícia Federal. V.Exa., na condição de ex-Secretário de Segurança, conhece isso e já lhe pedi ajuda nesse sentido.

Passo a palavra ao Ministro Miguel Rossetto.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Serei muito rápido. Acompanho, e penso que também o Ministro Roberto Rodrigues e todo o Governo, as preocupações manifestadas por V.Exas. Houve manifestações responsáveis e preocupadas nesse sentido. Acompanhamos e estamos trabalhando, utilizando todos os instrumentos que aqui já anunciamos. Há forte expectativa de termos capacidade de agilizar, e portanto, responder com mais rapidez e objetividade a essa situação de crise em várias regiões.

Faço referência à compra de estoque de leite em pó, liberação de EGF e acompanhamento direto dos casos, isso é muito importante. Temos mantido vários diálogos com cooperativas, com estruturas estaduais e regionais, de forma a responder, o mais rápido possível, a essas situações.

Hoje à tarde tenho reunião com representantes de vários Estados com o objetivo de minimizar esse problema.

Vamos refletir sobre tudo o que os senhores disseram nesta reunião. Temos de minimizar ao máximo possível o prejuízo direto que as pessoas possam vir a ter. Para tal faz-se necessária a preservação da capacidade produtiva. Evitar a desorganização do setor é fundamental.

Comungo com as preocupações estratégicas aqui levantadas por todos os Parlamentares. Os temas levantados aqui reproduzem de alguma forma a linha de trabalho a ser seguida.

O Governo tem se esforçado para garantir eficiência, para dar uma resposta expedita caso a caso, região a região, sobre todos os temas aqui tratados.

Faço apenas uma referência de natureza geral – e digo isso por conta do diálogo que produzimos durante a viagem e com vários Parlamentares: seguramente a CPI vai operar positivamente, com agenda mais larga para o País com o objetivo de proteger permanente-

mente o País dos movimentos especulativos. Em escala internacional, há uma agenda posta pela Enron, a WorldCom, e agora também pela Parmalat. Então, trata-se de tema de natureza estratégica. Os países querem preservar seus interesses frente a esse fluxo de capitais em escala internacional.

Um segundo tema – vou abordá-lo por conta do diálogo que tivemos – é sobre o importante projeto que os senhores aprovaram aqui: o da Lei de Falências. Ele agora está no Senado para ser apreciado. Seguramente, a experiência que estamos tendo aqui por conta do tema Parmalat pode nos auxiliar numa eventual qualificação do projeto ora em apreciação pelo Senado. Este momento é importante para que haja essa sintonia entre as duas Casas. O Presidente desta Comissão está tendo todo o empenho na discussão do assunto. Está aproveitando o tempo que o Senado está apreciando o projeto da Lei de Falências para adequá-la a partir das experiências aqui adquiridas. Isso obviamente qualifica nosso País a dispor de instrumentos cada vez mais importantes e eficazes para a preservação de nossa capacidade produtiva.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não, Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Gostaria apenas de insistir com o nobre Ministro se realmente, com a resposta dada, S.Exa. exclui totalmente qualquer ação de intervenção do Governo junto à empresa Parmalat. Se isso está totalmente excluído, o caminho dos produtores será única e exclusivamente aguardar a decisão judicial?

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Neste momento, por respeito à manifestação do Deputado, não estamos pensando em intervenção. Estamos acompanhando o processo judicial, o pedido de concordata, enfim, toda essa movimentação. Não excluímos nenhuma alternativa. Neste momento, a posição do Governo é de não-intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na seqüência, passo a palavra ao Ministro Roberto Rodrigues, para alguma complementação que julgar necessária.

O SR. MINISTRO ROBERTO RODRIGUES – Muito pouco. Quero apenas falar a respeito do que disse o Deputado Anivaldo Vale. Não se trata de uma resposta adequada, mas S.Exa. afirma que o Governo tem de ser o indutor do processo. Ele tem procurado fazer isso. Tem conversado com os interessados o tempo todo, sempre negociando exatamente na linha da indução do processo de arrendamento da Comissão de Compra, para que possamos salvar a operação. Esse tem sido o esforço do Governo, efetivamente, na tentativa de ser o indutor do processo.

O Deputado Cezar Silvestri tem toda a razão quando diz que a Batávia é um caso específico. De fato, é um caso específico. E a liminar concedida pela juíza da região abre essa negociação, de modo que estou absolutamente à disposição, na terça-feira de manhã, para recebê-los, com a Batávia, e trabalhar junto ao Banco do Brasil nessa direção.

Aos Deputados Ronaldo Caiado, Abelardo Lupion e Josias Quintal, gostaria de dizer que realmente reconhecemos que as medidas são paliativas. Não estamos dando conserto definitivo para a situação. Estamos fazendo todo o possível dentro da ação governamental para que o remédio seja definitivo. Estamos, contudo, reconhecendo desde sempre que se trata de paliativo.

Disseram aqui – e confesso não saber tudo o que os senhores discutiram sobre o assunto – que houve estorno de recursos da conta de cooperativas de produtores. Isso não é aceitável. Vamos trabalhar nessa direção com o Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na seqüência, o próximo inscrito é o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Estou aguardando que o Ministro retorne para continuarmos ouvindo os senhores. S.Exa. pediu para se afastar por um instante, porque está sendo solicitado pela imprensa. Há grande movimentação da imprensa por aqui. Pedi à assessoria que solicitasse ao Ministro que deixasse a entrevista para depois.

Já vou conceder a palavra a V.Exa. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, nobre Relator, queria nesta oportunidade cumprimentar os Ministros Roberto Rodrigues e Miguel Rosseto. Evidentemente, este cumprimento estende-se ao Governo, uma vez que estamos ouvindo alguns dizerem que o Governo não está participando da questão, não está atento a ela etc. A melhor atenção é a presença nesta Casa de 2 Ministros ligados à área, literalmente envolvidos no processo. Isso demonstra a boa vontade, a preocupação do Governo com relação ao assunto.

É claro que as legislações não são iguais. Cito, por exemplo, a da Itália. Ou seja, existem algumas situações de origem internacional que podem ser tratadas de forma mais igual. Há, contudo, outras que devem ser tratadas de forma diferenciada. É claro que o Brasil não tem o mesmo trato nesse sentido com a Itália.

Não estou querendo defender a questão da Justiça para saber se tem agido corretamente ou não.

Gostaria de fazer uma indagação com relação à situação do Governo italiano. O Ministro Miguel Rosseto esteve lá, juntamente com os Deputados Moka, Assis e com o Parlamentar que esteve aqui há pouco. Quero então saber qual foi a impressão que ficou para os senhores em termos de conhecimento. Qual seria o grau de conhecimento que os senhores imaginam que o Governo italiano tenha sobre essa situação? Os senhores têm conhecimento sobre a verdadeira colcha de retalhos que é o grupo Parmalat aqui no Brasil?

Na verdade, gostaria de registrar – quando da ausência do Deputado Moka e do Relator, o Deputado Ronaldo Caiado conduziu a sessão, e eu estava como Relator **ad hoc** – a falta de compromisso, na minha avaliação, por parte dos dirigentes da Parmalat. Há tantas "parmalats", que nem mais se sabe... A Parmalat está igual a uma árvore genealógica; ou seja, começa em um ponto e depois se ramifica por todos os lados. Ninguém se compromete! Ninguém sabe nada! Uma coisa maluca! Ninguém sabe nada! O ex-diretor cuidava da **holding** – não sei qual; cuidava das finanças e de não-sei-mais-o-quê. Repassou dinheiro, mas não sabe para onde... Enfim, não sabe nada, não tem informações. Veio também um contador, que também não tinha informações. Dizia apenas que numericamente não tinha nada, que não podia dizer...

Na minha opinião, esses senhores não tiveram respeito nem consideração com esta Casa. Primeiro, porque tinham 20 minutos para fazer suas explanações, mas em 7 minutos, Ministro Roberto Rodrigues, Ministro Miguel Rossetto, o Presidente já tinha dado por terminado. O que é isso!? Falaram e não disseram nada. Quer dizer, vem o ex-diretor, vem o contador... Um deles usou a palavra por 9 minutos, dos 20 minutos que lhe foram destinados, e não falou absolutamente nada. Considero isso falta de respeito!

Com relação à situação apresentada, gostaria de saber como os Ministros que estão acompanhando o caso viram essa diferenciação, uma vez que me parece que a situação no Brasil tem uma repercussão muito maior na área social; ou seja, a crise dessa empresa provoca desemprego. É uma situação que terá um abalo social maior. Parece-me que, na Itália, a situação afeta mais o capital, ou seja, a situação das pessoas que tinham ações do grupo Parmalat.

Como V.Exas. vêem essa questão?

Por último, o que os Srs. Ministros que estão acompanhando o caso poderiam fazer, de forma imediata, afora a AGF – não sei se vou usar o termo tranqüilidade —, para pelo menos evitar que os produtores tenham uma reação um pouco mais agressiva em relação à questão? Na verdade, os produtores ainda estão imaginando que a situação pode ser resolvida. Nesses aspectos, como V.Exas. vêem essa questão?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na seqüência, concedo a palavra ao Deputado Durval Orlato.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Srs. Ministros, Deputados Waldemir Moka e Assis, demais Parlamentares, alguns companheiros aqui presentes já fizeram algumas considerações bem explanadas pelos senhores. Gostaria de abordar outra situação específica.

O nosso Governo tem feito brilhante papel neste episódio ímpar, tanto aqui quanto na Itália. Portanto, não se tem restringido somente aos procedimentos padrões que a legislação permite. Quero parabenizá-los porque estão, caso a caso, em tudo que é necessário, armando brechas para que o abastecimento e essa situação possam se normalizar. É bem verdade que tudo tem sido feito como que um belo de um curativo; mas estão deixando o paciente vivo e em condições de esperar um tratamento mais adequado. Vocês estão fazendo isso.

Talvez o Banco do Brasil tenha feito apenas um procedimento padrão, como se tratasse de uma S/A, de uma empresa privada cuja maioria das ações pertencesse ao Governo. O Banco do Brasil detectou que poderia haver algum problema, bloqueou o dinheiro, e pronto. Conversaremos com eles hoje à tarde.

Gostaria de falar sobre algumas considerações que tenho ouvido por aí. Esperar a votação da Lei de Falências, no Senado, mesmo que ocorra na semana que vem, não resolverá absolutamente nada. A Lei de Falências é aplicada depois que o Judiciário decreta que a entidade faliu. Aí se darão todos os benefícios da nova legislação, as garantias que até então não estavam consideradas numa condição falimentar. E se o Judiciário, Ministros Roberto Rodrigues e Miguel Rosseto, demorar 3 meses para decretar a falência? Arrebenta todo o sistema de abastecimento...

Existe um hiato jurídico entre o ato do escândalo – que começa, na semana seguinte, a desencadear os graves problemas – até a decisão jurídica da concordata ou da falência. Isso começou em dezembro. Creio que serão tomadas algumas decisões lá para abril. É bem verdade que o grupo que compõe a Parmalat Alimentos, que é a que conhecemos, que participa da riqueza do nosso País, juntamente com todos os produtores, está interligado e subordinado à Carital Brasil e à Parmalat Participações, que, por sua vez, dependem de remessas de dinheiro, porque não têm receitas, ativos, são verdadeiras devoradoras de pas-

sivo. Se a maré das ilhas caribenhas aumentar, elas recebem dinheiro; caso contrário, não recebem. Isso foi dito aqui.

Entendo a posição do Judiciário ao tentar decidir alguma coisa nesse rolo todo. Durante os 4 ou 5 meses que o Judiciário, como tudo indica, deve levar para apreciar o caso, não há legislação pré-falimentar sob a qual o Governo atue efetivamente; não existe a condição pré-falimentar ou pré-concordatária. Daí entender eu, como já revelei em artigos de minha autoria, que o Governo deveria editar medida provisória que congelasse o escândalo até a decisão do Judiciário.

O Executivo não fará o papel do Judiciário. Durante os 4 ou 5 meses que precederiam a decisão do Judiciário, produtores, fornecedores, enfim, toda a cadeia receberia de acordo com o que foi produzido a cada mês. Ao Judiciário cabe dizer quem vai ou não pagar e quem vai ou não para a cadeia. O fato é que, entre o escândalo e a decisão do Judiciário, que pode demorar 4 ou 5 meses, o único instrumento rápido de que podemos dispor é o da medida provisória, pois, apesar de nossa vontade de aprová-la o mais rápido possível, uma lei enviada a esta Casa não levaria menos de 3 ou 4 meses para percorrer o sistema bicameral. Gostaria de ouvi-los sobre isso.

Ressalto que não queremos uma medida provisória que intervenha no papel do Judiciário ou que venha editar trechos da Lei de Falências, que está para ser aprovada, pois, como eu disse, somente após a decretação da falência é que se pode resolver algo. Queremos uma medida provisória que permita ao Governo intervir de maneira transitória entre o ato do escândalo e o ato do Judiciário e congelar a situação bancária, para que o banco não venha se sobrepor aos interesses do capital nem permita intervenções internacionais. Porque o Governo tem soberania e dever de dispor de legislação que lhe permita atuar até que o Judiciário se pronuncie.

Essa seria uma medida provisória, transitória e eficaz de que necessitamos no momento e de que ainda não dispomos. Trata-se de um caso ímpar, como disse. Também na Itália foi um caso ímpar que obrigou o Governo italiano a mudar rapidamente sua legislação.

Por tudo isso, Srs. Ministros, creio ser este o nosso sentimento: há um hiato temporal não previsto em lei. O nosso Governo, que vem atuando muito bem, deve editar medida provisória que congele a situação, de modo que nenhuma das partes saia prejudicada, sem merecer qualquer intervenção na cadeia produtiva e sobre os empregados, cujo trabalho queremos garantir.

Há 6.000 empregados nas indústrias, mas avalio que são cerca de 100.000, se considerarmos toda a cadeia indireta: produtores de leite, de suco e de trigo, usados nos biscoitos, sem falar em tantos outros elos da cadeia que sempre esquecemos, como os fornecedores de rações para as vacas e os transportadores. Se considerarmos toda a cadeia envolvida, são muito mais do que 4 ou 5 vezes o número de trabalhadores nas indústrias. Estimo que haja 100.000 trabalhadores espalhados na cadeia indireta da Parmalat.

Nosso objetivo é produzir uma legislação eficaz nesse sentido. Quanto à investigação fiscal relativa a todo esse escândalo, a toda essa macarronada diferente, temperada com as várias **tradings, holdings** e paraísos fiscais, deve haver uma CPI. De imediato, contudo e lamentavelmente, o instrumento de que dispomos é o da medida provisória, não para permitir ao Governo intervir na empresa, mas na cadeia produtiva.

Gostaria de ouvir os Srs. Ministros sobre isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Solicito ao Deputado Ronaldo Caiado que assuma a Presidência.

Antes, porém, passo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, Srs. Ministros Roberto Rodrigues e Miguel Rossetto, Sras. e Srs. Deputados, o setor leiteiro muitas vezes é comentado nos livros textos dos primeiros anos dos cursos de Economia em casos clássicos de estudo de microeconomia.

Do lado da oferta, ele é absolutamente pulverizado: mais de 50% da produção de leite vêm de pequenos produtores que não produzem 100 litros por dia. Trata-se, portanto, daquela atomização descrita com clareza nos livros textos como a da economia perfeita. Do lado da procura, ele é oligopsônio: apenas algumas dezenas de empresas compram o produto.

Existem na história do agronegócio brasileiro exemplos concretos – portanto, não precisamos fazer especulações quanto ao futuro – do que ocorre quando o oligopsônio diminui o número de empresas. Em meados de 1970, o Governo Federal financiou duas empresas de citro, para que comprassem todas – não algumas, mas todas – as outras empresas do Estado de São Paulo: restaram apenas duas, a Fischer e uma outra. Para se ter idéia comparativa, há na Flórida mais de 100 empresas processadoras de laranja para suco. Aqui ficamos com duas.

O resultado é aritmético: o total de recursos alocados pelo Governo para aquisição de todas as empresas pelas duas mencionadas foi menor do que o produto dos quase 10% – caiu o preço da caixa de laranja – multiplicados pelo número de laranjas. O anúncio e a conseqüente concretização dessas compras fizeram

despencar o preço da caixa de laranja, que, multiplicado pelo número das frutas, saiu de graça para as fábricas que as compraram.

Estou dizendo isso porque assistimos hoje à evaporação de grande empresa responsável por considerável pedaço desse oligopsônio. A macroeconomia é controvertida, com teorias keynesianas, teorias de Harvard, monetaristas, estruturalistas. A microeconomia, não; ela funciona como um reloginho suíço ou japonês montado em Manaus.

Pode não estar acontecendo agora por questões sazonais, mas o que certamente vai acontecer é que, com menor número de empresas comprando, o produtor vai receber menos e o consumidor vai pagar mais, como ficou muito claro na audiência que tivemos na manhã de segunda-feira. Embora pequena, já houve diminuição do preço pago ao produtor de leite e sensível aumento do preço praticado pelas indústrias na venda aos supermercados. O impacto começou e já foi detectado pela FIPE.

Pois bem. O que queremos? Pode ser que queiramos isso mesmo. A economia, do ponto de vista microeconômico, é schumpeteriana: ela encontra seus próprios caminhos. As empresa se autodestróem, criam novos produtos. Pode ser que essa maior margem de lucro resultante de pagar menos pelo produto e vendê-lo mais caro estimule, a médio prazo, o aumento da produção, o que poderá assim acabar por aumentar o pagamento ao produtor de leite. Pode ser que ela até favoreça a criação de contratos – quem sabe teremos uma agricultura de contrato?

Mas o fato é que temos grande dificuldade de manifestar otimismo neste caso. Achamos que, diminuindo o número de empresas, pode-se repetir o que vem acontecendo com a laranja até hoje, ou seja, o citricultor ficar nas mãos das grandes empresas.

Analisando a postura do Governo Federal neste caso, vejo 2 caminhos: a relativa espera que tem caracterizado o Governo Federal – espera ativa, não passiva, mas ainda assim uma espera para ver o que acontece – ou a atitude mais pró-ativa.

Nós da Oposição reconhecemos a dificuldade de o Governo baixar medida provisória relativa a uma empresa que está **sub judice,** acusada de grandes estelionatos e de desvios de recursos. É muito difícil fazer uma medida provisória como na Itália.

Como disse muito bem o Ministro Roberto Rodrigues, é opção para a empresa receber ajuda do Governo e sair do buraco, mas não tenho dúvidas de que, se deixarmos a situação como está, vai acontecer o que está ocorrendo em São Paulo: o leite será absorvido pelas demais, e a empresa simplesmente se evaporará, pois não haverá ninguém com fidúcia para adquiri-la, com condições de aportar os 75 milhões que ela pede para voltar a operar.

Por isso temos lido nos jornais – não sabemos até que ponto corresponde à realidade – que em alguns locais já está sendo considerada a possibilidade de arrendamento das instalações. Levantamos em São Paulo a possibilidade de ação do Governo como gestor, promotor no sentido de induzir a Parmalat a aceitar a co-gestão com as cooperativas.

Paradoxalmente, nos últimos anos, as cooperativas, que há algumas décadas eram exemplo de contestada administração, evoluíram extraordinariamente e hoje são exemplos de boa administração. Melhor do que S.As. elas poderiam, se houvesse processo de co-gestão organizado por um Governo atuante e presente, realmente ativo, administrar essas empresas, para que pudessem operar e não desaparecessem. Essas unidades não só precisam continuar operando como poderiam representar linha de crédito para as cooperativas que quiserem ter sua própria produção. Aí, sim, representaria grande avanço no abastecimento de leite.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, apenas deixo claro que sou da mesma opinião do nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sr. Presidente, Srs. Ministros Miguel Rossetto e Roberto Rodrigues, Sras. e Srs. Parlamentares, creio que o escândalo da Parmalat foi o maior desse tipo de empresa já ocorrido no mundo e, segundo os números trazidos pelo Ministro Rossetto, suas cifras giram em torno de 14 bilhões de euros, podendo ser ainda maiores.

Já tivemos grandes escândalos nos Estados Unidos com empresas de energia e de telefonia, onde estiveram em jogo cifras de aproximadamente 12 bilhões de dólares. Vejam, portanto, que no caso da Parmalat já estamos falando em cifras de cerca de 18 bilhões de dólares.

Ouvimos nesta Comissão diretores da empresa que estão pedindo socorro ao Governo – foi-nos apresentado documento por eles encaminhado ao Governo pedindo urgência na edição de medida provisória. Contudo, não nos pareceram merecer credibilidade, pois ontem a direção-geral da Parmalat e de suas coligadas resvalavam em todas as respostas às questões que lhes foram feitas. Não dão informações, não querem colaborar; estão, como se diz, “escondendo o leite”.

Como disseram colegas que me antecederam, precisamos com urgência de uma solução, e acho que

desse limão se fará uma limonada. Desde 2000, quando o Deputado Leonardo Vilela ainda era Secretário de Agricultura, assim como o Deputado Zonta, quando se realizaram aquelas CPIs sobre o leite em 6 Estados da Federação, discutiu-se na Comissão de Agricultura com a CNA, com a OCB e com os Ministérios, sobretudo ao longo de 2002 e de 2003, a política do setor leiteiro no Brasil. Houve avanço desde então, mas a decisão para a presente situação deverá trazer benefícios ao setor: certamente não apenas cooperativas, mas também pequenas empresas saudáveis em todo o Brasil têm condições de assumir o espaço em questão.

Semana passada, Ministro Miguel Rossetto, estivemos em audiência no Rio Grande do Sul, quando o Prefeito e os Vereadores de Carazinho nos contaram o drama dos mil e tantos funcionários e perguntavam o que será daquela comunidade se a empresa fechar. Entendemos esse problema. Não sei se outras empresas que ocuparem esse espaço terão condições de absorver especificamente aquela unidade, se os produtores de leite serão remanejados, se fábricas, indústrias, serão reaproveitadas. Acho que o Ministro Roberto Rodrigues e o Ministro Rossetto estão entendendo isso muito bem. Então, temos de discutir com a Comissão que está estudando o tema as alternativas para o setor leiteiro. Acho que desse limão pode-se ainda fazer uma limonada, rediscutindo um trabalho que já vem sendo feito desde os anos de 2000 e 2001. Naquela época várias CPIs foram realizadas e apontaram um norte para a questão do leite no Brasil.

O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame falava sobre o problema do preço do leite. Dados do Centro de Pesquisas de Estudos Agrários mostram que os preços pagos ao produtor, de outubro de 2003 a janeiro de 2004, caíram 13%. No mesmo período, os preços pagos pelo consumidor caíram apenas 6%. Esse é um dos pontos que as CPIs levantaram e o que neste momento eu reforço.

Sempre falamos da indústria, mas há outro agente muito importante nesse setor: o supermercado. Ministro Rossetto, as CPIs levantaram um fato importante sobre os supermercados: o pedágio. Vários processos tratando desse assunto foram encaminhados ao CADE, mas até hoje não obtivemos resposta. É hora de mexermos em todo esse processo.

O caso Parmalat está levantando toda a problemática da área leiteira. Uma CPI certamente levantará outras questões, por isso somos favoráveis a ela. O Governo precisa tomar posição para preservar os produtores e os trabalhadores. Incluem-se aí os transportadores, os fornecedores de matéria-prima. É um grande conjunto da sociedade que está extremamente preocupado. E sabemos que o processo de condução da empresa não vai muito longe, o oxigênio está acabando. Melhor será que o Governo o quanto antes tome uma posição no sentido de darmos novo desenho a esse modelo e um encaminhamento aos produtores, trabalhadores, transportadores, enfim a todo o conglomerado que se inclui nesse complexo da Parmalat.

Sei que a Nestlé tem interesse na indústria, mas não podemos neste momento – e vou dar a minha opinião – concentrar mais a produção. Seguramente, podemos dividir esse mercado, porque há empresas de excelência, privadas ou cooperativas, em condições de assumir o espaço que está sendo deixado pela Parmalat.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradecemos ao Deputado Luis Carlos Heinze.

Tem a palavra o Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Parlamentares, parece-me haver unanimidade entre os membros da Comissão em relação aos encaminhamentos dados, particularmente pelo Governo. Parece-me não haver dúvida quanto à cobrança por parte da Comissão em relação à timidez das ações do Governo. Talvez seja por estarmos do lado de cá e o Governo do lado de lá. Tínhamos esperança de que os acontecimentos dessem mais rápidos.

Falo isso por estar vendo fato inédito no Brasil. Parece-me que o Governo não se deu conta disso e não soube aproveitar o momento oferecido por juiz do Estado de São Paulo, que trata de todas as questões jurídicas do caso Parmalat. Em todos os momentos ele se manifestou no sentido de que, de mãos dadas, o problema poderia ser resolvido. Estávamos no Ministério da Agricultura quando o Deputado Waldemir Moka, Presidente da Comissão, fez essas ponderações ao Ministro Roberto Rodrigues e o colocou em contato com o juiz. Sempre que é procurado, o juiz tem estado à disposição para ajudar a resolver a situação.

Os nossos Poderes são independentes, porém harmônicos. Mas, no momento em que há uma discussão profunda sobre os caminhos a seguir, se a parte jurídica resolve assim ou assado, de que maneira vamos decidir a questão, por medida provisória etc.? O exemplo do juiz para mim já é suficiente para nos levar a acreditar que o Governo já poderia ter convidado o Judiciário, alguém do Supremo Tribunal Federal para discutir o problema, buscar uma solução jurídica, se é que essa é a melhor solução.

Estamos correndo contra o tempo e desprezando pessoas que podem nos dar cobertura jurídica. Não estamos buscando a solução através delas. Por quê? Vejo aqui algumas decisões, e até fico com uma certa dúvida sobre o que aconteceu nos casos dessas duas

cooperativas. A Parmalat tem a sua sede em São Paulo e todas as outras são filiais. Pelas informações que os entendidos nessa parte jurídica já me passaram, apenas a Justiça de São Paulo tem condições de decidir. Então, fico temeroso quanto à eficácia do que já foi decidido em liminar para essas cooperativas. Se a eficácia for perfeita, melhor.

Então, Srs. Ministros, o Governo tem demonstrado, através de V.Exa., Ministro Roberto Rodrigues, desde o primeiro momento, interesse na solução do problema, mas acho que está passando da hora. O Governo deveria convidar o Judiciário, por meio de seus Tribunais Superiores, a buscar uma solução. Acredito não ser demérito nenhum, não diminuirá o Governo em nada procurar a Justiça para chegar a uma solução, assim como o juiz nos procurou.

O juiz é que está procurando resolver o problema, segurando o despacho para que possamos participar dessa discussão. Isso nunca aconteceu no Brasil. Vemos os juízes, tão logo recebem demandas, já despacharem e condenarem. Esse não, está querendo resolver o problema da melhor maneira possível, preservando empregos, mantendo as unidades em funcionamento. Parece até que não estamos querendo isso. Não é esse o entendimento que vejo por parte do Governo. Perdoem-me se estou sendo injusto com os senhores, mas acho que a hora é esta.

Presidente Waldemir Moka, quero louvar sua atitude. Até quero manifestar que, nesses anos todos que estou na Casa, nestes 5 mandatos, pela primeira vez vou assinar um pedido de CPI. Sempre fui contra, porque vejo muita injustiça ser cometida nas CPIs, mas esta quero assinar na presença de V.Exa. e de todos os colegas. Nunca assinei pedido de CPI. Todas que me são apresentadas me nego a assinar porque, repito, vi, ao longo desses anos, muitas injustiças serem cometidas. Nesse caso, não posso permitir que a sociedade brasileira seja lesada por um organismo internacional que está trazendo a nós esse desconforto. Esse é o caminho único e seguro para examinar as contas e verificar quem são os verdadeiros culpados.

Sr. Presidente, quero fazer minhas as palavras do Deputado Ronaldo Caiado quanto à divisão que se procurou criar entre 2 Ministérios para uma mesma função, o que lamento profundamente, porque acho que estamos criando duas categorias de produtores no Brasil. Isso não é bom nem para uma nem para outra. Não se pode dividir os produtores. Temos de ter juízo suficiente para enfrentar as dificuldades que todos conhecemos que o País enfrenta. A Comissão de Agricultura e Política Rural, que é a responsável por esse assunto, precisa desenvolver uma ação muito incisiva para impedir que essa divisão aconteça de direito, já que, por enquanto, ela é apenas de fato. O Brasil não vai suportar uma situação como essa. Temos de entrelaçar as mãos para enfrentarmos juntos essas dificuldades. Se estivermos separados, elas serão muito maiores. Criar duas categorias de produtores no Brasil não é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado Roberto Balestra, o último inscrito neste bloco.

Lembro aos senhores que às 14h30min teremos uma outra audiência e, dado ao adiantado da hora, consulto os Srs. Ministros e o Plenário se não seria melhor fazermos um bloco maior e chamarmos os últimos Deputados inscritos. *(Pausa.)*

Com a concordância do Plenário e dos Srs. Ministros, concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente Waldemir Moka, Sras. e Srs. Deputados, caríssimos Ministros Roberto Rodrigues e Miguel Rossetto, inicialmente trago ao conhecimento de V.Exas. que realizamos audiência na última sexta-feira, dia 06, na cidade de Guaranhuns, no agreste meridional do Estado de Pernambuco. Aquela cidade é sede de uma grande unidade industrial da Parmalat, que adquire 35% da produção do leite de Pernambuco e de Municípios vizinhos do Estado de Alagoas.

No dia da audiência, tomamos conhecimento de 2 fatos. Um deles, já publicado, é a decisão do eminente Juiz da 5ª Vara da Fazenda, Dr. Edvaldo Palmeira que, liminarmente, determinou o bloqueio de todos os bens da empresa, com exceção da movimentação em conta bancária, atendendo a uma ação apresentada em 1994 contra a alienação dos ativos da Companhia Industrial de Pernambuco – CILPE, controladora da GISA – Garanhuns Industrial S.A., empresas do Governo do Estado de Pernambuco.

Além disso, recebemos extratos bancários de 2 produtores, um do Município de Águas Belas, em Pernambuco, e outro da cidade de Batalha, em Alagoas, que comprovam o pagamento, no dia 16 de janeiro, da última quinzena. Foram 70 mil reais para o produtor de Águas Belas e 40 mil para o produtor de Batalha. Esses depósitos, entretanto, foram cancelados pelo Banco do Brasil. Os extratos que nos foram mostrados pelos representantes dos produtores são reveladores dessa atitude indevida do Banco do Brasil que, sem qualquer amparo judicial, entrou indevidamente na conta dos produtores e fez o cancelamento de todos os pagamentos feitos no dia 16 de janeiro. Então, essa é uma decisão que merece ser contestada. O Presidente da Sociedade Nordestina dos Criadores do Estado de Pernambuco, Dr. Ricardo Rodrigues, anunciou ontem

que haverá uma movimentação dos produtores para contestar judicialmente essa ação indevida do Banco do Brasil.

Por outro lado, recordo a atitude dos nossos colegas Deputados do Paraná, que têm se debruçado bastante sobre a situação específica da Batávia. Lá há 2 blocos de controladores: a Parmalat, com 51%, agora afastada por uma decisão da Justiça da Comarca de Carambeí, e as cooperativas, com 49%. Isso, entretanto, não é o que acontece nas outras unidades. Há uma decisão da Justiça do Paraná, outra da 2ª Vara da Comarca de Itaperuna, proclamada pelo Dr. Rubens Casara, e uma terceira da 5ª Vara da Fazenda Pública de Pernambuco, que determina o bloqueio. Assim sendo, fico me perguntando o que os Governos Estaduais – como o do meu Estado e o de Goiás –, que deram incentivos fiscais para a modernização das plantas industriais dessas unidades, estão fazendo. Pelo que consta, eles estão lavando as mãos em relação ao leite da Parmalat.

É inadmissível ficarmos na dúvida em relação a uma lacuna jurídica existente no ordenamento federal e não termos a capacidade de provocar nos Governadores uma iniciativa como a do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Proporia até, Sr. Presidente, que a decisão do juiz da 2ª Vara da Comarca de Itaperuna fosse reproduzida para o conhecimento dos Srs. Deputados, porque o eminente magistrado interpreta de forma muito lúcida esse hipotético conflito entre o direito de propriedade, a função social da propriedade e os objetivos da atividade econômica inscritos na Carta Constitucional, especialmente no que tange os objetivos da República Federativa do Brasil, inscritos no art. 3º.

Pergunto-me se não seriam necessárias ações em cada um dos Estados onde há unidades fabris da Parmalat para que, com ordem judicial, pudéssemos optar pelo que determinou o juiz da Comarca de Itaperuna: a nomeação de um colegiado de gestores, de administradores, com representantes do Estado, que é credor, dos empregados, da ré e dos demais credores. Assim, teríamos uma situação de fato, em que o patrimônio passaria a ser inalienável por uma decisão judicial. Haveria um terreno sólido para que o Poder Público federal discutisse o aporte de recursos, via Banco do Brasil, BNDES ou empréstimos do Governo Federal, sem a preocupação de estarmos colocando dinheiro numa verdadeira areia movediça, como as negociações operadas em todo Grupo Parmalat, desde a Parmalat SPA até as empresas sediadas aqui ou fora do País.

Outro aspecto é que temos realidades bem diferentes. O caso da Batávia é um e o de Pernambuco é outro, porque a maioria dos fornecedores é constituída de produtores individuais, que reconhecem que são desorganizados para enfrentar uma crise como essa. À exceção da cooperativa, de uma associação de produtores do Município de Águas Belas, os produtores individuais são a grande maioria, e têm uma enorme dificuldade em buscar, a curto prazo, respaldo jurídico para se colocarem como credores da empresa.

Talvez fosse importante provocar os Srs. Governadores, especificamente os daqueles Estados que ofereceram incentivos fiscais ou renúncias fiscais do ICMS, a tomarem uma posição. No meu Estado, o Poder Público acaba de decidir por uma mudança na pauta fiscal do leite e do queijo produzido em outros Estados para preservar a competitividade dos produtores locais. Assim, o Estado está operando para promover o equilíbrio da concorrência entre os produtores do Estado e a produção que vem de fora.

Acredito que a decisão da eminente Juíza Denise Comel, da Vara de Carambeí, no Paraná; a do juiz da 2ª Vara de Itaperuna e a do Juiz Edvaldo Palmeira, da 5ª Vara da Fazenda de Pernambuco, podem servir de exemplo para que os outros Estados onde há unidades industriais da empresa consigam o bloqueio dos ativos, a nomeação de um colegiado de gestores e, sob ordem judicial, busquem o restabelecimento dos fluxos financeiros e a retomada da cadeia produtiva com a preservação dessas unidades.

Se for deferida a concordata, tememos ficar nas mãos daqueles que não tiveram a competência devida para promover, de forma capaz, o funcionamento de toda essa estrutura produtiva, a qual, em quase uma década, teve um crescimento vertiginoso, com a aquisição de unidades espalhadas por todo o território nacional.

A partir desse encontro, pretendemos solicitar ao Governador do nosso Estado, Dr. Jarbas Vasconcelos, uma audiência para levar esses dados, especificamente a decisão do juiz da 2ª Vara de Itaperuna. Creio que isso poderá ser mais um elemento a fortalecer uma atitude do Governo do Estado, que é credor, do ponto de vista tributário, e patrocinador de incentivos fiscais. Mais até do que o Governo Federal, o Governo Estadual é responsável por uma economia que envolve mais de 3 dezenas de Municípios de Pernambuco e alguns do Estado de Alagoas, fornecedores dessa bacia leiteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradecendo ao Deputado Paulo Rubem Santiago, concedo a palavra ao Deputado Paulo Baltazar.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, pena que o Ministro Miguel Rossetto tenha tido de se

ausentar por alguns minutos. É bom falar por último porque recolhemos um pouco de tudo aquilo que já foi dito e deixamos de falar aquilo que já foi exaustivamente reprisado. Neste exato momento, estamos fazendo, primeiramente, uma avaliação histórica diante de uma crise anunciada.

V.Exa. nos disse que foi ao Rio de Janeiro, e lá se pôde ouvir de produtores e cooperativas que a intervenção da Parmalat no mercado foi extremamente danosa, principalmente para os pequenos produtores. Só para se ter uma idéia, a cadeia produtiva foi dividida de forma a que os pequenos ficassem separados dos médios e grandes produtores. Com isso, ela fez com que os pequenos produtores não tivessem para quem vender, a não ser para ela mesma, o que tornou o preço aviltante.

Ao fazer essa divisão, ela entrou no mercado de maneira desonesta, do ponto de vista comercial. Os nossos órgãos federais, como o CADE, foram instados para avaliar se essa prática era direita, mas não agiram. Portanto, essa ação danosa de dividir a cadeia de maneira a inviabilizar os pequenos produtores vem sendo feita há um longo tempo.

Começo minha intervenção fazendo uma pergunta ao Governo. Ele tem a radiografia desse processo no Brasil? Quais outras grandes empresas correm o risco de passar por isso? O Governo tem sido atencioso em relação ao caso da AMBEV, da Garoto/Nestlé, o que evita o tipo de concorrência que ocorreu com o pequeno produtor do leite. É importante o Governo saber se isso não acontecerá com outras empresas do setor.

Cumprimento o Governo pelas suas ações, mas reconheço, como integrante da sua base de sustentação, que ele tem sido tímido em relação a ações mais enérgicas. O governo Berlusconi tem sido mais ousado do que o Governo Lula, na medida em que, ao se deparar com uma situação concreta e objetiva, fez, dentro dos ditames legais, uma intervenção para conter os efeitos danosos.

Como fez o Deputado Paulo Rubem Santiago, reporto-me agora à decisão do Juiz. Na minha avaliação, não há um hiato, já que não acreditamos no Estado mínimo e, sim, no Estado necessário para garantir o bem-estar da população. Segundo a decisão do Juiz, o art. 3º da Constituição Federal estabelece que é nosso objetivo construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos. Diz S.Exa. que, em um país de capitalismo tardio, com os problemas sociais aqui encontrados, a inércia do Estado equivaleria à negação da própria Constituição de 1988. Com fulcro na Constituição e com o entendimento de que tanto o Poder Executivo como o Poder Judiciário têm obrigação de garantir esses pressupostos constitucionais, é que se fez um colegiado que pudesse gerir a questão da Parmalat, especificamente da Perona, onde ocorreu o pedido.

Penso que o nosso Governo precisa ousar e intervir para evitar, até como exemplo, outras situações que eventualmente possam acontecer – porque essa não é a primeira e não será a última que acontece no mundo inteiro. Não podem achar que, no Brasil, as coisas vão acontecer porque o Governo não tem poder nem vontade de ação efetiva. De maneira que possamos dar o exemplo a nós mesmos, aos produtores e ao mercado internacional – o tal mercado – de que aqui não farão o que quiserem.

Penso que o Governo – e o nosso Ministro Miguel Rossetto diz que está recolhendo informações —, que tem uma visão progressista em relação à questão da cadeia do leite, por exemplo, da sua importância até para a segurança alimentar, precisa ter uma ação mais efetiva. O Governo pode, sim, fulcrado na Constituição, intervir de uma forma ou de outra. De qualquer maneira, queremos parabenizá-los pelas medidas já tomadas. Mas achamos que o Governo está muito tímido, inclusive em relação ao governo liberal de Berlusconi, na Itália.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na seqüência, Deputado Orlando Desconsi.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Inicialmente, quero saudar o Presidente Waldemir Moka, o Ministro Miguel Rossetto, o Ministro Roberto Rodrigues, o Deputado Assis Miguel Couto, Relator desta Comissão, os colegas Parlamentares e as demais cidadãs e cidadãos que acompanham este debate.

Quero reforçar que é urgente a criação de uma CPI Mista para analisar o assunto, e já se decidiu encaminhá-la por esta Comissão. Mas isso deve ocorrer o mais rápido possível, uma vez que ela tem condições de ser instalada rapidamente, enquanto a CPI da Câmara teria dificuldades para ser instalada, pois já existem 5 em andamento.

Outra questão também já debatida é o modelo da cadeia do leite no País. Quero reforçar a importância de aproveitar-se essa crise para se rediscutir a situação da concentração de grandes empresas.

Acompanhei, na cidade de Santa Rosa, onde morei, a entrada da Parmalat no mercado. Ela foi lá nos recantos da vila, na população mais distante, nos mercadinhos, introduzir o seu produto. Fez a pressão de uma grande empresa, buscando ampliar o seu mercado, liqüidando pequenas cooperativas, pequenas empresas, concentrando o seu poder. Empresa

grande, problema grande; empresa pequena, problema pequeno.

Eu diria que estamos vivendo parte do problema da concentração da cadeia do leite que ocorreu no País. Isso que está ocorrendo na cadeia do leite pode acontecer também em outros setores da economia. E me reporto aos debates ferrenhos que esta Casa já travou em relação à visão de Estado mínimo, ou seja, à terceirização, à quarteirização. Hoje não se sabe quem é o dono das empresas. Esse é um problema que estamos enfrentando no caso Parmalat. Quem é o verdadeiro dono? A quem nós podemos apontar responsabilidade?

É preciso tempo de investigação, que pode ser realizada por meio da CPI ou de outros órgãos competentes, para descobrir quem são os verdadeiros responsáveis por esse processo, pelo desmonte da cadeia produtiva, por meio da terceirização, da quarteirização e de outras práticas resultantes da visão capitalista. Então, esse é um problema.

Muitos que hoje cobram ação enérgica do Estado também defenderam o seu desmonte. Encontramos, no Governo Lula, um Estado fragilizado, que, por isso, precisava realizar concursos. Estamos propondo um conjunto de ações para que o Estado possa agir com mais rapidez e eficiência.

Muitos defenderam arduamente a destruição do papel do Estado. Se o Banco do Brasil errou nessa decisão – o que é provável –, hoje, por ainda estar sob controle de ações públicas, a partir das informações já colhidas aqui ou a serem colhidas hoje à tarde, é possível uma mudança na decisão do Governo. Caso contrário, talvez nem isso pudesse ser feito.

Levanto uma questão para ser pensada pelos nobres Ministros: seria possível estudar, juntamente com o Ministério do Trabalho e a Secretaria de Economia Popular e Solidária, a possibilidade de as unidades se tornarem empresas de autogestão? Quem sabe seria o momento de os trabalhadores atingidos pela crise se tornarem, daqui para frente, os gestores do processo?

Outra questão que pelo menos a mim gera dúvidas: é possível algum movimento com o intuito de acelerar a decretação de falência, permitindo aos juízes agir com mais propriedade na designação de responsáveis? É um caminho viável a ação conjunta desta Comissão e do Governo junto ao Judiciário nesse intuito? Se for, acho que deve ser analisado.

Quanto à questão dos preços abaixo dos mínimos pagos em algumas regiões – não me parece que seja regra em todo o País, nem mesmo em todas as regiões atingidas pela crise —, como foi levantado por alguns Parlamentares, ela deve ser neste momento encaminhada aos Ministros aqui presentes, para que o Governo, com seus instrumentos, aja no sentido de recuperar o preço mínimo e evitar maior prejuízo aos produtores. Está é, na verdade, responsabilidade de todos que tomam conhecimento de pagamentos abaixo do preço mínimo ou da possibilidade de isso acontecer.

Para concluir, quero saudar o Governo por ter, desde o primeiro momento de conhecimento da crise, por meio dos Ministros aqui presentes e também do Ministro Luiz Fernando Furlan – certamente o conjunto do Governo está envolvido —, buscado soluções. Sabemos que não há varinha mágica, e surpreende-me que algumas pessoas achem que o Governo tem de ter solução imediata. Tomar decisões sem informações precisas pode gerar outros problemas.

Acredito em nosso Governo; tenho certeza de que tomará a melhor decisão dentro da legalidade, mas, para tanto, é oportuno que se colham informações, aqui de dentro e lá fora. Repito: uma decisão precipitada pode significar alívio hoje e pesadelo amanhã – assim já vimos acontecer com soluções rapidamente anunciadas.

Portanto, apesar de minha angústia e, sobretudo, da angústia dos produtores e trabalhadores, considero mais cauteloso e mais correto que o Governo colha todas as informações possíveis antes de tomar decisões, que serão assim mais sábias, mais duradouras e mais seguras.

Espero que esta crise possa servir também para que a Casa reflita sobre políticas de incentivo para pequenas e médias empresas com vínculos regionais. Defendem-se, de forma ardorosa, incentivos para grandes multinacionais, e agora estamos colhendo, tristemente, um dos resultados nefastos dessas brigas: a retirada do dinheiro escasso do Poder Público para uma empresa, que muitas vezes repassa o lucro para o seu país de origem, deixando o prejuízo para os brasileiros.

Sr. Presidente, saúdo a iniciativa e a presteza do Governo em colher, neste momento, informações para uma solução definitiva desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Adão Pretto.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO – Sr. Presidente, prezados Ministros e colegas Deputados, serei breve, até porque já fui contemplado por vários oradores, inclusive pelo meu companheiro de partido, Orlando Desconsi.

A única coisa que me alegra e que me dá esperança neste momento é o fato de eu ser socialista, porque o sistema capitalista está demostrando que

não é mais viável. Vemos o exemplo do que o neoliberalismo fez com o nosso País. Sempre defendemos a não-privatização das nossas empresas, e estão aí as multinacionais. No Rio Grande do Sul, a CORLAC foi privatizada e encampada pela Parmalat, e agora passa por grandes dificuldades. Esse sistema neoliberal causou um embaraço ao País. A questão da Parmalat serve de espelho para nós. Para o Governo intervir na Parmalat, pela lei, terá de injetar dinheiro, que vai para o bolso de quem fez a fraude. Não é justo o nosso povo ser novamente lesado.

Vejo as cooperativas como uma saída, em forma de aluguel, de arrendamento ou de proposta de compra. Um companheiro de Pernambuco disse que não há cooperativa em seu Estado. Mais um problema que tem de ser resolvido pelo Governo, com calma, sem atropelos.

Sr. Presidente, 2 Ministros vieram a esta Comissão para tratar desse problema, que não foi criado pelo atual Governo, mas pelo anterior, através dos Ministros Pratini de Moraes e Raul Jungmann. A idéia que se tem hoje é que foram criados 2 Ministérios para debater o caso Parmalat. Pelo que sei, não há guerra entre esses 2 Ministérios. Creio que eles estão atuando, com firmeza, em defesa da agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço aos Srs. Parlamentares a participação.

Passo a palavra ao Ministro Roberto Rodrigues.

O SR. MINISTRO ROBERTO RODRIGUES – Sr. Presidente, Sras. Srs. Parlamentares, para quebrar um pouco a eventual tensão, meu nome é Roberto Rosseti Rodrigues, então, estou bem mais perto do Rossetto do que imaginam.

O Deputado João Grandão indagou-me se o Governo italiano tinha conhecimento do problema da Parmalat. Peço ao Ministro Rossetto que responda a essa pergunta, porque está mais preparado do que eu.

Sr. Presidente, parece-me que as demais manifestações se resumem a 2 questões: uma de caráter estrutural, referente ao problema do rearranjo da cadeia produtiva do leite – até ouvi uma frase interessante do Deputado Paulo Baltazar, relativa à crônica da morte anunciada.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR – Da crise anunciada.

O SR. MINISTRO ROBERTO RODRIGUES – Perdão, da crise anunciada.

Realmente, era algo mais ou menos previsível, razão pela qual, antes de ser Ministro da Agricultura, trabalhei pelo processo de difusão de cooperativas na área do leite, sobretudo no Estado de Minas Gerais.

Então, são 2 questões: uma referente à cadeia produtiva, em que entra um conjunto de perguntas, e outra relativa à questão conjuntural específica da crise da Parmalat.

Em relação ao rearranjo da cadeia produtiva, creio que todos os assuntos foram tratados, à exceção do objeto da pergunta do Deputado Paulo Baltazar: se o Governo tem a radiografia completa do mercado. Não tem. Não temos sequer a radiografia completa do universo de produção da Parmalat. Por quê? Porque embora se diga que 20 mil produtores formais fornecem à Parmalat, sabemos que é muito grande o universo dos que recebem dos seus vizinhos para entregar à Parmalat em nome de um só. Não temos sequer a dimensão da produção de leite na Parmalat, que dirá a do País. No entanto, o Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras – tem feito um esforço muito grande nessa direção, pelo menos no que diz respeito ao movimento cooperativista, dando um diagnóstico muito claro da estrutura da produção de leite no Brasil.

Espero que, com a soma do trabalho da OCB ao relatório do Deputado Moacir Micheletto, relativo à área de produção de leite nacional, consigamos um diagnóstico razoável da estrutura de produção desse setor no Brasil, sem considerar, como V.Exa. tocou, outros setores, que, de uma forma ou de outra, também têm crises anunciadas já há algum tempo.

Para aqueles que não ouviram minha manifestação com relação ao rearranjo da cadeia produtiva, reitero minha confiança de que encontraremos no cooperativismo, a partir de tecnologia, escala e agregação de valor, saída para o problema não só do leite, mas do agronegócio brasileiro. Garanhuns vive uma situação bastante típica, e o José Maria Azevedo deve continuar operando em sua atividade.

Sr. Presidente, há vários temas recorrentes que dizem respeito ao fato de o Governo não ter tomado atitudes suficientemente ágeis para que a crise fosse resolvida rapidamente, a exemplo do que ocorreu com um juiz de Itaperuna e com a Juíza Denise, de Carambeí. A proposta do Deputado Paulo Rubem Santiago de que esse tema seja tratado com outros Governos Estaduais me parece relevante. Em face disso, convidamos esses Governos para que se debrucem sobre o tema da viabilização estadual. O tema sugerido pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, de que o arrendamento com opção de compra fosse agilizado, já foi avaliado. Evidentemente, esse problema tem de ser tratado pelo Governo na posição de indutor, não de realizador, porque ele não tem competência para isso. Já foi inclusive dito aqui que a estrutura legal brasileira não permite essa ação. Estamos trabalhando nesse

sentido diuturnamente. Não é simples, porque se trata de negócio entre parceiros, entre agentes econômicos. Nessa discussão, cada um procura tirar o máximo de proveito da circunstância. Procuramos agilizar o processo com as restrições institucionais existentes.

O Deputado Orlando Desconsi indagou que ações o Governo pode tomar para acelerar a falência da empresa. Não sei se esta é a melhor alternativa para todos nós, porque pode embolar o meio de campo definitivamente e o Governo pode não conseguir um projeto de rearticulação da atividade produtiva para garantir a sobrevida de produtores, trabalhadores e comunidades.

Para mim, esse assunto deve refugir do Executivo e ir para o Judiciário.

Quero consultar o Ministro Miguel Rossetto sobre tema central já abordado anteriormente sobretudo pelo Deputado Durval Orlato, mas também pelos Deputados Ronaldo Caiado, Roberto Balestra e Luis Carlos Heinze, que ampliaram as discussões. Refiro-me a uma medida provisória que previsse mais profunda e mais ágil intervenção e cuidasse da transitoriedade, ou seja, criasse uma ponte entre o momento da crise e o da solução.

Em sua exposição, o Sr. Ministro Rossetto disse que o Governo não excluía nenhuma alternativa, mas havia, para o momento, afastado a possibilidade de intervenção dessa natureza, pelas razões já amplamente discutidas. Com relação ao desconhecimento de todos nós, pelo que ouvi ontem do Presidente Waldemir Moka, essa situação se aprofundou com referência aos próprios gestores da Parmalat, sobre qual é o problema, quem o criou etc. Tamanho é o emaranhado, que uma intervenção não nos pareceu – ao Governo, como um todo – adequada para o momento, porque poderia criar muitos outros problemas para os cofres públicos.

No entanto, quanto à idéia de "congelamento", entre aspas, da atuação transitória, pergunto se não poderíamos, juntos, levá-la ao Governo. Trata-se de uma idéia nova que surge nesta Comissão. Inclusive, pedi ao Presidente Waldemir Moka que nos ajudasse na formatação dessa idéia, a fim de que a levássemos ao conjunto do Governo para que ela fosse reanalisada. Se isso for possível, poderemos agilizar muito a discussão interna do Governo.

Termino minha manifestação, agradecendo ao Sr. Presidente e aos Srs. Parlamentares a oportunidade de trabalhar com todos. Estaremos à disposição, no Ministério da Agricultura, para tratar de qualquer tema com a maior transparência e a maior lealdade a V.Exas., ainda que eventualmente não existam identidades absolutas de pontos de vista. Estamos à disposição desta Casa e de todos os senhores, que hoje tiveram a paciência de nos ouvir.

Muito obrigado. Espero ter apresentado algumas linhas de discussão para um futuro de curtíssimo prazo.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, na minha intervenção, também perguntei – e não sei se será o Sr. Ministro Miguel Rossetto que responderá – se se percebe a interferência. Citei ainda a questão que envolve produtores e capital.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Antes de passar a palavra ao Ministro Rossetto, gostaria de consultar o Relator sobre se tem alguma coisa a dizer. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Miguel Rossetto.

O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO – Sr. Presidente, primeiramente, quero registrar que venho acompanhando o andamento dos trabalhos desta Comissão, por meio de permanente diálogo com o Presidente, o Relator e vários outros Parlamentares. Enalteço a qualidade dos debates produzidos por V.Exas. Isso é muito bom para o País. Tenham absoluta certeza de que vários temas aqui discutidos serão objeto de imediata reflexão por parte do Governo.

Quero fazer duas ou três referências sobre a questão apresentada especialmente pelos Deputados Durval Orlato, Roberto Balestra e outros sobre a idéia de um mecanismo de intervenção. Quero ser absolutamente transparente com V.Exas.

Primeiro ponto: não acompanhei o último debate e a aprovação na Câmara dos Deputados da nova lei sobre falência e recuperação de empresas. Estamos, inclusive, solicitando ao Ministério da Justiça e a várias outras áreas atualização do assunto. Obviamente, não se trata de minha área de trabalho, mas não tenho hoje a capacidade de afirmar se a nova lei aprovada pela Câmara dos Deputados abre ou não instrumentos dessa natureza.

Portanto, penso que a parte de medidas de natureza mais emergencial serão analisadas para saber se há, por conta do debate aqui produzido, necessidade de mudanças nessa legislação em sua tramitação no Senado.

Vou me referir a 3 temas. O Presidente Waldemir Moka e alguns Deputados já passaram a informação, na medida em que nos ofereceram o desenho institucional básico da legislação italiana. Na minha opinião, a complexidade do assunto, desde o ponto de vista do faturamento até o número de empregados, autori-

za esse expediente por parte do Governo. Primeiro, a chamada Lei Marzano, que o Ministro apresenta, só faculta o uso desse expediente de intervenção para empresas com faturamento igual ou superior a 1 bilhão de euros; segundo, só atinge empresas com número superior a mil empregados. Evidentemente, a situação emergencial da Parmalat ensejou legislação especial, conjuntural, mas há um conjunto de temas que deveria ser corretamente analisado. Por quê? Porque corremos o risco, ao inaugurarmos um padrão de demanda à estrutura estatal, de entrar em contradição – por isso fiz referência ao original – com o texto aprovado pela Câmara e que está no Senado.

Penso que a rapidez é importante. O tema posto está pautado para o Governo, mas me parece que exige, sim, boa qualificação de toda legislação, que todos sabemos extremamente complexa. Enfim, independente disso, o tema da intervenção e do acompanhamento, pautado por V.Exas., é absolutamente correto e, obviamente, está incorporado por todos nós.

Por fim, a informação do Governo italiano. Quando nos referimos ao Governo – imagino que o Parlamentar faça essa referência –, não estamos falando só em Poder Executivo, mas do conjunto das instituições republicanas ou estatais que têm responsabilidade institucional no acompanhamento do chamado mercado de capitais, do sistema financeiro, da poupança etc. Desse ponto de vista, da capacidade de informação e acompanhamento do Banco Central italiano, da capacidade de acompanhamento, regulação e controle do conjunto das instituições que têm a responsabilidade de monitorar a Bolsa de Valores etc., é evidente que foi atestada enorme fragilidade institucional, tanto que o próprio Governo italiano e os Parlamentares constróem novas instituições capazes de monitorar, regular e acompanhar o mercado de capitais no sentido mais amplo do conceito. E é importante acompanhar esse debate.

Os Deputados Waldemir Moka e Vittorio Medioli estiveram com o Presidente da Comissão de Finanças da Câmara italiana. E penso que S.Exas. têm contribuições importantes a dar no acompanhamento de tema absolutamente atual, a capacidade geral de informação. Qual é o tema fundamental na economia de mercado neste início de século XXI? A organização das sociedades pelos Estados. A partir da idéia de fidúcia dos balanços – e há toda uma estrutura montada para anunciar essa possibilidade de fidúcia e movimentação dos investidores, que deve ser ou que está em análise por parte não só da Itália, mas por um conjunto de governos e estruturas –, V.Exas. imaginam que todos esses balanços e essas informações eram rigorosa e formalmente auditados por empresas autorizadas a oferecer fidúcia para os investidores em relação à empresa.

Um último dado. Em dezembro, o Deustch Bank e outros bancos limparam suas carteiras internas, repassando para pequenos investidores o volume de crédito comprometido com a Parmalat. Portanto, é evidente que esse tema é atual, contemporâneo. Definitivamente, peço desculpas a V.Exas., talvez por conta da condição de ex-Parlamentar, mas é evidente que essa é uma agenda atual. Vários Parlamentares já se manifestaram. Tenho certeza de que instituições brasileiras estão analisando esse tema e buscando adequação para que possamos proteger a nossa economia no futuro.

Por fim, ressalto que o Governo está não só trabalhando de forma muito forte e integrada, mas também numa posição rigorosamente unitária, conduzindo de forma integrada as suas ações em relação a esse tema, acompanhando com a dedicação, a urgência e a sensibilidade que o tema exige, a partir dos nossos limites e possibilidades. Tenho certeza de que sairemos daqui entusiasmados, com vontade de esgarçar um pouco mais nossas possibilidades, e continuaremos trabalhando e mantendo diálogo com a Comissão.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Solicitei a V.Exa. que fosse votado um requerimento extrapauta na seqüência. Dado o avançado da hora, porém, gostaria de sugerir a V.Exa. que o votássemos no início da próxima reunião. Assim V.Exa. poderia encerrar os trabalhos desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Vou passar a palavra rapidamente ao Relator.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Fiz algumas considerações e não ouvi a manifestação do Sr. Ministro sobre elas. Com relação a essa busca de entendimento com a Justiça, nada foi dito a respeito – e o tema é fundamental. Só conseguimos avançar com o projeto da securitização, por exemplo, quando conversamos com o pessoal da Justiça. Eles nos orientaram como fazer o processo. Fomos ao Superior Tribunal, e a todos os lugares necessários. Parece que não há interesse do Governo em buscar essa integração para sair com o projeto pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado Roberto Balestra, propus ao Ministro Rossetto que juntos criássemos uma MP sobre esse assunto para conversar com a Justiça. Então, a idéia é seguir sua orientação e sua proposta.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Acho que não fui claro, Deputado.

Rapidamente quero dizer algumas coisas. Esta audiência pública entre outras coisas, serve exatamente para esclarecermos esses pontos. A idéia do Deputado Durval Orlato é boa. O decreto-lei que a Comissão traduziu e colocou à disposição de V.Exas. encontrou uma brecha na legislação italiana. Ele permite que empresas pré-falimentares com essas limitações – 1 milhão de euros de faturamento e mais de mil empregados –, em um determinado momento, após intervenção... Passei essas informações ao Relator da medida provisória no Senado, Senador Ramez Tebet. Disse-lhe que talvez fosse a oportunidade de se discutir também essa alternativa. Estamos aqui absolutamente interessados no andamento dessa proposta. É bem verdade que a repercussão na Itália é muito maior. A Parmalat é a segunda maior empresa italiana e tem 50% do mercado italiano.

Há ainda a questão levantada pelo Ministro. É um absurdo. Vejam os senhores, em dezembro, os bancos estavam comercializando bônus, tiraram seu prejuízo e pulverizaram no mercado. Quem é hoje o grande prejudicado na Itália? O pequeno poupador. Isso certamente vai colocar em cheque todo o sistema financeiro da Itália. Estive com o Deputado Giorgio LaMalfa, acompanhado do Deputado Assis Miguel e do Deputado Vittorio Medioli, que estava angustiado com a fragilidade da situação e, inclusive, questionava se não era a mesma argumentação. O Banco Central italiano é uma outra figura, mas tem o mesmo papel. Todas essas questões são realmente preocupantes.

Ao trazer o tema para esta audiência pública, objetivamos mostrar ao Governo – estão presentes 2 Ministros de Estado – a angústia de cada Estado, as suas dificuldades, os exemplos citados pelo Deputados Paulo Baltazar e Paulo Rubem Santiago sobre as decisões judiciais em cada Estado. Ou seja, toda essa argumentação apresentada, tenho certeza, servirá para que os Ministros criem um juízo da gravidade da situação e também apresentem alternativa que possa conter o desgaste, que já é muito grande.

Pior é o fato de que empresas estão parando ou já estão paradas. E temos de garantir a continuidade dessas empresas, preservar empregos e fazer com que os produtores de leite possam processar seu produto.

Por isso ressalto aos Ministros que aqui representam o Governo Lula que esta Comissão está sintonizada, quer participar e decidir junto com o Governo, até porque legitimamente representamos os produtores rurais deste País e a população como um todo.

Passo a palavra ao Deputado Assis Miguel do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Obrigado, Sr. Presidente.

Há 4 temas em discussão. O primeiro seria a concordata – e há o problema jurídico da concordata. Estamos tentando um entendimento. E o Governo, por intermédio do Ministério da Justiça, está procurando resolver a questão.

Na viagem que fizemos à Europa verificamos que havia disposição por parte do Governo de apressar a concordata, executá-la em determinadas condições. E o Ministro Miguel Rossetto esteve empenhado nesse caso na semana passada.

Quando retornamos da viagem, porém, não retomamos essa idéia. Agora não está em discussão só a concordata, parece-me que há uma idéia das judiciais regionais ou locais, que pode ser mais importante do que a concordata neste momento. Retomamos o debate sobre a possibilidade de intervenção por meio de uma medida provisória, talvez com base na Lei de Falências.

Esses pontos, portanto, estão em discussão. Temos, porém, de tomar uma decisão ou, pelo menos, de optar por algo. É o apelo que formulo aos Ministros Miguel Rossetto e Roberto Rodrigues a fim de que possamos, junto com o Ministério da Justiça, encontrar o melhor caminho. Não podemos esperar muito tempo para encontrar essa alternativa ou deixar que as coisas aconteçam naturalmente.

Há também o problema da entrega dos documentos. A empresa pediu 90 dias. O juiz concedeu 30.

Voltaremos ao debate para saber se a concordata é o caminho mais correto.

Poderíamos marcar uma conversa com o Ministério da Justiça. Inclusive o Daniel está na França, mas a sua secretária-adjunta está disposta a conversar conosco para encontrarmos uma saída.

Ontem houve solicitação no sentido de convidarmos o Ministro da Justiça para uma audiência pública nesta Comissão. Entendo que isso é desnecessário neste momento. O Ministério, porém, poderia nos ajudar a encontrar uma saída. Creio que não devamos realizar uma audiência pública com o Ministro da Justiça para tratar disso, mas encontrarmos outras formas de che-

garmos ao mesmo lugar dialogando com o Ministério. É a opinião que apresento a V.Exas.

A segunda questão diz respeito à viagem à Itália. Fiz um apanhado prévio de todas as reuniões das quais participamos, das principais constatações. As cópias estão à disposição.

Quanto ao problema da fraude, do escândalo, sinto que permanecemos na mesma discussão de ontem. É preciso verificar, talvez até criarmos uma CPI.

Sobre as questões imediatas apresentadas, quero parabenizar os Ministros Miguel Rossetto e Roberto Rodrigues pela exposição e, paralelamente, o Governo pelas medidas adotadas. Nesse conjunto de medidas, algumas têm mais velocidade; outras, menos, em função da estrutura funcional, como o EGF, por exemplo. No entanto, observamos que, nessas questões imediatas, ou o problema é jurídico ou é do Executivo de tomar uma decisão a curto prazo a respeito da concordata e da medida provisória, preferindo deixar o barco correr e apoiar as ações judiciais locais. Esse é um ponto imediato, mas não há um encaminhamento concreto.

Também há uma observação em relação ao pagamento dos agricultores. O Ministro Roberto Rodrigues fez uma proposta. Houve um levantamento sobre a situação, que é insuportável. Quando vamos para as nossas bases, o agricultor nos relata que não recebeu o dinheiro da produção do leite que entregou para a Parmalat desde dezembro, porque o banco pegou o seu recurso. É difícil explicar. No processo de concordata, a proposta é tentar reaver esses recursos para pagar os produtores do País – algo em torno de 40 milhões de reais.

O terceiro ponto, das questões mais estratégicas e estruturantes, é evitar os monopólios, incentivar o cooperativismo, ou seja, promover um programa de longo prazo para o setor leiteiro.

Ontem foram citados mais 2 pontos importantes. Nessa viagem para a Itália constatamos que um deles é a fragilidade da nossa Lei de Falências. Inclusive, como está em tramitação no Senado, é possível realizarmos um bom debate sobre ela. Alguns pontos podem ser revistos. Precisamos, o mais rápido possível, de Lei de Falências condizente com a nova realidade do capitalismo mundial e da globalização. É preciso avançar nessa direção.

Outro ponto é o sistema financeiro e bancário. Quem ler o relatório, principalmente a conversa com o Presidente da Comissão de Finanças do Parlamento da Itália, encontrará dura crítica ao sistema financeiro. É necessária uma reestruturação. A Itália está tomando medidas. E nós também temos de avançar nessa direção.

A lição Parmalat vai fazer com que reflitamos sobre 2 pontos: a Lei de Falências e o sistema financeiro, não só o brasileiro, mas o mundial, que está atormentando muitos países.

Agradeço mais uma vez aos Ministros Roberto Rodrigues e Miguel Rossetto a participação. Do meu ponto de vista e pelas argumentações dos Srs. Parlamentares, esta reunião foi riquíssima para o relatório. E pretendemos discuti-lo, na terça-feira da próxima semana, numa reunião específica para isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Fiz ao Relator, Deputado Assis Miguel do Couto, questionamento muito preciso: se os Ministros apresentariam uma saída mais rápida, já foi citada a EGF, ou outra alternativa.

A proposta do Relator, de nos reunirmos com o Ministério da Justiça é, sem sombra de dúvida, uma alternativa mais rápida. Isso é muito importante e tem de ser levado em frente.

O SR. CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, pelo que senti, o Relator fechou sua linha de raciocínio e apresentará o relatório na terça-feira.

Apresentei uma proposta numa das reuniões anteriores e gostaria de saber de V.Exa. e do Relator se acatam a idéia de que, a exemplo do que existe no caso da CPI, também fosse da Comissão a proposta de um projeto de lei que evitasse a concentração, por parte do setor industrial e, principalmente, do setor varejista. A legislação francesa, pelos estudos que fiz na condição de Relator da CPI dos Alimentos, no Paraná, é a melhor opção a ser seguida. Se isso for acatado, gostaria que fosse colocado no relatório como proposta da Comissão. Eu já tenho alguns estudos prontos a respeito. E a proposta poderia ter a assinatura dos 21 membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Nobres Deputados, gostaria de acrescentar um aspecto importante. Inúmeras vezes fui questionado sobre se estou propondo uma CPI.

Primeiro: não estou propondo a criação de CPI; o que estou fazendo – e este é o papel do Relator – é acatar o sentimento do conjunto. Quem está propondo a CPI é a Comissão.

Segundo: em relação à sua proposta, Deputado Cezar Silvestri, o caminho seria o apontado por V.Exa. Realmente, a proposta sairia daqui com muito mais força. Também não haverá nenhum problema se quiserem encaminhar o requerimento para criação de CPI antes de concluirmos o parecer. De minha parte, não há problema; pelo contrário, quanto mais agilidade, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado Assis Miguel do Couto, vamos continuar a fazer debates como este.

O Ministro Miguel Rossetto comunica que falará com a imprensa em nome dos 2 Ministros.

Agradeço aos Srs. Ministros a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVERIGUAR O PROCESSO RELACIONADO À CRISE DA PARMALAT.

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Extraordinária

Ata da 8ª Reunião (Ordinária), realizada em 11 de fevereiro de 2004.

Às quinze horas e onze minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat, no Plenário 11, Anexo 2 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Waldemir Moka, Presidente, Ronaldo Caiado e Zonta – Vice-Presidentes; Assis Miguel do Couto, Relator, Abelardo Lupion, Antonio Carlos Mendes Thame, Cezar Silvestri, Durval Orlato, Enio Tatico, Jamil Murad, João Grandão, Leandro Vilela, Luiz Carlos Hauly, Osvaldo Biolchi e Paulo Baltazar – Titulares; Adão Pretto, Anivaldo Vale, Coriolano Sales, Francisco Turra, Josias Quintal, Jurandir Boia, Leonardo Vilela, Luis Carlos Heinze, Paulo Rubem Santiago, Reginaldo Lopes e Roberto Balestra – Suplentes. Compareceram também os Deputados Ivan Ranzolin, José Pimentel, Vignatti e Zarattini, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Augusto Nardes, Enio Bacci, Josias Gomes, Kátia Abreu, Nelson Marquezelli, Paulo Marinho e Vittorio Medioli. Justificou a ausência o Deputado Marcus Vicente. ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e convidou os expositores a tomarem assento à Mesa. ORDEM DO DIA: Audiência Pública com Dr. Henrique Meirelles – Presidente do Banco Central, representado pelo Sr. Ricardo Liao – Chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros; Dr. Cássio Casseb Lima – Presidente do Banco do Brasil, representado pelo Sr. José Maria Rabelo – Gerente-Geral da Unidade Reestruturação de Ativos Operacionais; Dr. Carlos Lessa – Presidente do BNDES; Dr. Roberto Smith – Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, representado pela Drª Helena Roraima Iracema Leite – Chefe do Gabinete do Presidente, em Brasília, e com o Representante do Comitê Gestor dos Bancos. O Presidente informou que o Comitê de Bancos Credores era uma instituição informal e que por isso não possuía representante que pudesse comparecer àquela Reunião. Inicialmente, falou o Dr. Carlos Lessa, seguindo-se a interpelação pelos Deputados. Falaram, após, o Dr. Ricardo Liao; Dr. José Maria e Drª Helena Raraima. Os Convidados foram interpelados pelos Deputados Assis Miguel do Couto, Zonta, Leonardo Vilela, Zarattini, Ivan Ranzolin, Ronaldo Caiado, Roberto Balestra, Durval Orlato, Antonio Carlos Mendes Thame, Anivaldo Vale, Enio Tatico, João Grandão e Paulo Rubem Santiago. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente encerrou a Reunião às dezoito horas e cinqüenta e oito minutos. E, para constar, eu _____, Valdivino Tolentino Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da oitava reunião ordinária da Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat.

Esta reunião foi convocada para ouvirmos em audiência pública os seguintes convidados: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, representado pelo Sr. Ricardo Liao, Chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros, a quem convido para tomar assento na Mesa Diretora; Dr. Cássio Casseb Lima, Presidente do Banco do Brasil, representado pelo Sr. José Maria Rabelo, Gerente-Geral da Unidade de Reestruturação de Ativos Operacionais, a quem também convido para tomar assento na Mesa Diretora; Dr. Carlos Lessa, Presidente do BNDES; Dr. Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, representado pela Sra. Helena Roraima Iracema Leite, Chefe de Gabinete do Presidente em Brasília. Também tentamos contato com o Comitê Gestor dos Bancos, mas fomos informados de que se trata de comitê informal e sem representação. Convido também o Relator, Deputado Assis Miguel do Couto, para tomar assento na Mesa Diretora.

Nos termos regimentais, cada convidado disporá de 20 minutos para a exposição inicial. Encerradas as explanações, os Parlamentares disporão de até 3 minutos para interpelar os palestrantes, que contarão com igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, se for o caso.

Informo a V.Exas. que, em contato prévio, o Presidente do BNDES me pediu para falar em primeiro lugar e responder logo em seguida aos questionamentos por ter um compromisso – a agenda da Comissão foi decidida ontem à tarde – , e decidi atender ao seu pedido,

pelo que assumo a responsabilidade, para que possa fazer a explanação, que julgo muito importante.

De imediato, então, passo a palavra ao Prof. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS LESSA – Deputado Waldemir Moka, em primeiro lugar, agradeço ao Congresso Nacional o convite ao BNDES para estar presente. É orientação da nossa diretoria comparecer todas as vezes que o Congresso Nacional nos solicitar a presença, salvo quando venha a ser tecnicamente impossível. Na verdade, estou aqui correndo porque a comunicação chegou ontem e nossa agenda já estava muito pesada. Porém, o tema em debate é importante e queremos dizer algumas palavras.

Adotarei tom bastante afirmativo a respeito do assunto. A questão do leite e a crise criada pela situação da Parmalat têm dimensões claramente emergencial e estrutural. A emergencial é aquela que, pela sua dramaticidade, ocupa a maior parte das preocupações. Refiro-me à situação de milhares de produtores, muitos deles de pequeno porte, que se encontram em conjuntura difícil, em que se combina período de safra excedente, digamos assim, período de redução natural de consumo, o período de férias, e situação de fragilidade de grande protagonista do sistema de comercialização de leite, o que cria vulnerabilidade para milhares de pequenos produtores e para muitas cooperativas que estão sem saber direito o que acontecerá amanhã, com implicações sobre a vida dos seus distritos, sedes municipais, etc.

Nessa dimensão emergencial, o BNDES não é protagonista adequado. As nossas relações com a Parmalat se resumem à única operação, aprovada no montante, se não me engano, de 25,8 milhões de reais, para operações de modernização em diversas plantas da Parmalat. Como V.Exas. sabem, muitas delas estão com instalações muito antiquadas e necessitam de aperfeiçoamento e reparação.

Nessa operação, por questões ligadas a nossas classificações de risco e de rito da companhia, exigimos fiança bancária de primeira linha. Com isso, em linguagem bancária, o BNDES não enfrenta nenhum risco Parmalat. Na verdade, a dívida da Parmalat com o BNDES será necessariamente coberta pela empresa, o que é pouco provável, ou pelo banco que assumiu a fiança integral pela operação.

Nesse sentido, estamos numa posição muito cômoda. Porém, o BNDES não procura cadeiras cômodas, mas que correspondem à sua missão como banco de desenvolvimento. Ora, como banco de desenvolvimento, não podemos assistir à vulnerabilidade ou vulnerabilização – se é que posso lançar mão desse neologismo – da economia do leite, principalmente quando um protagonista – se não me engano, o maior protagonista no sistema é a Nestlé, depois vem a Parmalat; creio que a Nestlé é apenas 50% maior em volume do que a Parmalat – enfrenta problema muito sério, o que exige que o banco de desenvolvimento fique muito atento ao que venha a acontecer com a economia do leite.

Por isso, tão logo apareceu a notícia do escândalo da Parmalat – não era necessário ser gênio para deduzir que isso repercutiria no Brasil —, liguei para o Ministro Roberto Rodrigues e disse que o BNDES estava à sua disposição para o equacionamento que viesse a ser dado ao problema. Fazemos questão de cumprir nossa parte ajudando a estruturar o setor.

A reestruturação do setor exigirá necessariamente a aparição de novos protagonistas, que esperamos sejam robustos. Por robusto, não quero dizer gigante, mas organizações sadias que lidem no setor. Seu tamanho pode ir do pequeno ao grande, o importante é que não estejam sob o fantasma de possível colapso. Por isso, nós, do BNDES, estaremos prontos a apoiar operações que impliquem dar musculatura à economia do leite.

Infelizmente, não tenho no banco nenhum especialista no tema e, principalmente, nenhum especialista que nos possa demonstrar rapidamente a situação do ponto de vista produtivo da estrutura industrial disponível no País. Porém, sabemos que no Brasil existe variada e boa competência no assunto e decidimos contratar o mais rápido possível estudo que nos dê uma avaliação de como se encontra o setor, especialmente o setor industrial ligado à economia do leite.

Tão logo seja superada essa fase emergencial, tenho certeza de que o BNDES será convocado pelos Ministros da Agricultura e da Reforma Agrária para ajudar a equacionar o sistema industrial do leite no Brasil.

Na qualidade não de Presidente do Banco, mas na de brasileiro, digo que esse episódio é portador de pelo menos duas lições importantes. A primeira é que o País não pode deixar sua segurança alimentar excessivamente concentrada em poucos parceiros, principalmente se o comprometimento com a vida brasileira não for central. Acho extremamente importante, por questão de segurança alimentar, a existência de estruturas mais diferenciadas, mais diversificadas, que nos dêem maior tranqüilidade e segurança, uma vez que questões como essas são extremamente inquietantes pelas implicações a médio e a longo prazos.

Na verdade, creio que esse problema do leite expõe uma situação que, infelizmente, hoje se estende a muitos outros segmentos da equação alimentar brasi-

leira e tem de ser pensada sob uma visão estratégica e de longo prazo. Temos de pensar dessa maneira.

Comprometo-me, agora volto a me manifestar como Presidente do Banco, a defender nos fóruns de Governo a idéia de que a economia do leite deve ser mais segmentada, com musculatura mais robusta, porque esse setor, pela sua importância para a alimentação, principalmente de crianças de menor idade, tem características estratégicas para o País. Essa será uma posição firme do Banco.

A segunda observação refere-se ao investimento do exterior. Em princípio, creio que é extremamente bem-vindo, pois amplia a capacidade produtiva do País, incorpora novos vetores tecnológicos, amplia a geração de empregos, etc. Porém, investimentos do exterior que representem oligopolização da economia, compra de instalações preexistentes e ausência sequer de modernização dessas instalações não são, em princípio, investimentos de alta prioridade para o País.

Digo isso no plano estritamente pessoal, mas nós, do BNDES, estamos inteiramente dispostos a apoiar investimentos do exterior quando percebermos que têm a primeira característica, ou seja, quando representar o fortalecimento da estrutura produtiva brasileira. Investimentos que representem apenas transferência de ativos e mudança de padrões de controle de mercado, em princípio, para nós, não são prioritários. Prova disso é que o único financiamento que o Banco concedeu à Parmalat foi para começar a modernização de instalações industriais e, pelo que sei, muitas delas estão já excessivamente desgastadas e – por que não dizer? – obsoletas.

Talvez este seja um momento de crise que nos permitirá uma reflexão profunda para daqui sair uma proposta de melhor organização desse segmento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Sr. Carlos Lessa a participação.

Devo dizer aos Deputados que chegaram agora que, devido à agenda do Sr. Carlos Lessa, uma vez que sua presença aqui foi decidida ontem à tarde, comprometi-me com S.Sa. que faria sua exposição em primeiro lugar, responderia a algumas perguntas e, em seguida, retirar-se-ia desta audiência pública. Tomei essa decisão porque considero importante a presença do Presidente do BNDES nesta reunião.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Assis Miguel do Couto, para que faça o questionamento que julgar necessário.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka, demais autoridades, vou diretamente à questão levantada pelo Sr. Carlos Lessa. Parabenizo S.Sa. por sua convicção, que, creio, está de acordo com a grande maioria dos Deputados que compõem esta Comissão e certamente em sintonia com o que pensa o Governo.

Além da preocupação com o leite como segurança alimentar, como primordial para a alimentação das crianças, também tenho um dado importante: no Brasil, o leite faz parte de uma cadeia produtiva que não é muito apetitosa na pauta do agronegócio. Pouco se exporta de leite e poucos empresários rurais investem capital na produção de leite. É mais fácil um empresário investir no agronegócio em soja, em carne bovina, em frango, etc.

O leite também se transformou numa produção essencialmente da agricultura familiar, daqueles pequenos produtores, que, por terem margens tão pequenas e apertadas na produção de grãos, a abandonam e dedicam-se à atividade do leite.

Ao conversarmos com os Ministros, hoje pela manhã, tomamos conhecimento de dados da FAO e do INCRA segundo os quais, em 1998, havia 1 milhão e 800 mil famílias que produziam leite no País; talvez tenhamos perdido um pouco, mas ainda continuamos com 1 milhão e 500 mil famílias, que se dividem entre o mercado informal e o formal. Praticamente cerca de 90% são produtores familiares pequenos. Portanto, o leite tem também esse aspecto social de geração de empregos, que é o grande desafio.

Comungamos com a convicção que S.Exa. aqui expôs. Entretanto, quero fazer uma pergunta bem específica: o BNDES não corre nenhum risco na operação com a Parmalat, mas um banco deu aval a essa operação, que não foi grande. É possível nos dizer qual foi o banco? É só essa minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Para aproveitarmos melhor o tempo, concederei a palavra aos Deputados para fazerem seus questionamentos, e o Dr. Lessa responderá em bloco.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Zonta.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka, Sr. Carlos Lessa, senhores representantes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, reforço a indagação do Relator, Deputado Assis Miguel do Couto. Se o BNDES, como disse V.Sa., não se preocupa com prejuízo com a operação de 25,8 milhões de reais, alguém pode estar correndo esse risco. Gostaria de saber quem é e principalmente se é banco público.

Além disso, desejo saber se esse financiamento foi repassado. V.Sa. já disse que a garantia é dada por esse banco, que é de primeira linha. O BNDES tem conhecimento dessa exigência feita à Parmalat? Houve garantias reais ou não? De quem foi o aval?

Embora esse volume não seja muito significativo no contexto de 2 bilhões 460 milhões de dólares, que é a dívida da Parmalat e suas subsidiárias no Brasil, quais são os reflexos que V.Sa. imagina que poderia haver para o sistema financeiro nacional, fruto dessa crise da Parmalat?

Segundo, há possibilidade real de o BNDES considerar em situação emergencial as cooperativas e as pequenas empresas do setor lácteo nacionais, a fim de que tenham à sua disposição linhas de crédito para investimentos, tanto na aquisição das unidades da Parmalat, para seu funcionamento, quanto para estruturar os empreendimentos já existentes para absorver as linhas de coleta, que hoje estariam à disposição da Parmalat, em fase de serem suspensas? E de que forma pode ser desburocratizado, e se pode ser, além do limite normal, porque sabemos que as cooperativas estão com os limites praticamente tomados?

Entraremos num outro ponto, uma vez que V.Sa. falou muito do princípio dos financiamentos do BNDES. V.Sa. tem esse número, o volume de financiamentos que o BNDES faz a todos os empreendimentos? Quantos por cento representam de investimentos, ou de financiamentos, para as multinacionais situadas no Brasil, ou fora dele?

V.Sa. poderia comentar um pouco os investimentos do exterior, desde que representem vantagens para a produção das empresas nacionais? É um pouco estranha essa afirmação, porque ouvimos, por exemplo, que vão financiar empresas argentinas para exportar para o Brasil. Se está acontecendo, não sabemos como poderíamos ser contemplados na produção.

Eram essas as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – O Deputado Luiz Carlos Hauly inscreveu-se, mas não está presente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leonardo Vilela.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados, ouvi atentamente, Dr. Carlos Lessa, o discurso de V.Sa. Concordo plenamente com essa linha, ou seja, o novo modelo que precisamos propor para a produção de leite.

A cadeia láctea no Brasil passa pela desconcentração do setor, pela participação ativa do produtor no processo industrial, uma vez que as cooperativas de produtores de leite são responsáveis por 40% de toda a captação de leite no País, mas não tem a correspondente capacidade de industrialização. Por quê? Porque não tem acesso a crédito, não tem como se estruturar. As recém-criadas não têm patrimônio, garantias, capital acumulado, as que estão há mais tempo no mercado estão descapitalizadas, com as garantias comprometidas. Tudo isso surge como entrave para que esse setor se fortaleça.

Com relação ao que indagou o Deputado Zonta, existe vontade política, engenharia sendo montada pelo BNDES para financiar essas cooperativas, de modo que a falta de garantia não seja empecilho? Ou seja, utilizando-se, por exemplo, da capitalização dos produtores, por intermédio da retenção de um percentual do leite que fornece diariamente à cooperativa para que ela possa amortizar e quitar essa dívida ao longo dos anos? Isso teria uma dimensão social e econômica enorme e traria segurança para um setor vital da nossa economia e da sociedade, uma vez que se trata de segurança alimentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO ZARATTINI – Dr. Carlos Lessa, é um prazer reencontrá-lo aqui depois de longo tempo na Constituinte.

Interessante sua exposição sobre o problema da segurança alimentar visto como questão estratégica do País.

Alguns países, como o Japão, consideram determinados produtos – o arroz, por exemplo – como monopólio de Estado. Não sei se vigora isso até hoje, mas não precisaríamos chegar a esse ponto quanto ao leite. Quero ouvir sua opinião.

O Ministro Roberto Rodrigues, hoje pela manhã, disse que há necessidade de tecnologia e de produção em escala, e que a tecnologia, na produção do leite e seus derivados, e mesmo na sua distribuição, não deve ser de sofisticação muito grande. O País tem condições para isso, porque, além de tecnologia, temos cientistas, técnicos, engenheiros, assim como também capital.

Compartilho do ponto de vista de alguns Deputados que já falaram, como o Deputado Zonta e outros, de que a segurança alimentar tem de ficar em mãos da iniciativa privada nacional.

Até outro dia, a Parmalat parecia ser uma empresa intocável, como também a AES. Não sabemos o que pode acontecer amanhã com a Nestlé. Tomara que com ela não aconteça nada, porque ninguém aqui quer ter uma visão caótica no mundo capitalista. Mas ficar em mãos da iniciativa privada nacional seria muito importante, por intermédio das cooperativas e de quem quisesse investir nesse setor.

Apesar de a Constituição, no capítulo Da Ordem Econômica e Financeira, ter eliminado, por emenda constitucional, a distinção entre empresa brasileira de capital nacional e empresa brasileira, pergunto se o BNDES, ao fazer seus financiamentos, não poderia,

na questão da segurança alimentar e do leite, restringir esses investimentos somente a empresas brasileiras de capital nacional? É essa a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Ao encerrar este bloco, informo aos Srs. Parlamentares que o Dr. Carlos Lessa fez questão de vir à Comissão, mas citou sua limitação de tempo, motivo pelo qual falará em primeiro lugar. Responderá a esse grupo de perguntas e logo em seguida deverá retirar-se da reunião, quando prosseguiremos com os representantes do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco Central.

Passo a palavra ao Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS LESSA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado-Relator Assis Miguel do Couto perguntou-me se poderia citar o nome do banco. Devo dizer a V.Exa. que, um pouco pela ética bancária, não é conveniente que eu faça isso. O que posso dizer aos senhores, e aí completo com a pergunta ao Deputado Zonta, é que é um dos grandes bancos privados brasileiros. Na verdade, o que quero dizer é que a cobertura da fiança a esse banco não trará dano nenhum.

Quanto a reflexos, não os percebi ainda, mas a verdade é que o observatório do BNDES não é o ideal. Está aqui o representante do Banco Central, que pode talvez dizer alguma coisa sobre esse assunto. Não percebi nenhum indicador nesse sentido.

As questões que levantou são muito importantes. O que vou dizer aqui é a palavra que transmitirei ao Ministro da Agricultura, porém, a questão, do ponto de vista de Governo, está sob a coordenação dos Ministros da Justiça, da Agricultura e da Reforma Agrária. Nossa posição, de banco, é que em princípio deveríamos apoiar novos protagonistas que assumam operações hoje feitas pelo Grupo Parmalat, que serão para nós tão mais bem-vindas quanto vierem acompanhadas de programas de modernização das unidades. Porque, quer a questão da tecnologia, quer a questão da escala, ambas têm relevância. E eu quero que fique localizada onde está sua relevância.

Em primeiro lugar, em matéria de tecnologia, estou absolutamente convicto de que há no Brasil conhecimento da tecnologia do leite em todas as suas dimensões. Citarei, inclusive, uma instituição, com a qual tive contato há vinte e tantos anos, que prestava assistência tecnológica à economia do leite de países do Primeiro Mundo. Trata-se do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, que funciona perto de Juiz de Fora. Lá estava talvez a maior concentração de pesquisas sobre o leite do País. Tenho certeza de que nas nossas universidades há muita gente competente. Essa não é a nossa restrição.

Em relação à questão da escala, Deputado, digo o seguinte: para uma cidade com vinte e tantos milhões de habitantes, é importante que existam operações em grande escala, porque é muito difícil organizar a distribuição do leite, que é perecível quando **in natura**. Se não me engano, resfriado ele só dura 2 dias. Refiro-me àquele do saquinho.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Leite pasteurizado.

O SR. CARLOS LESSA – Isso. Leite pasteurizado. Então, é necessária uma escala maior. Cidades de menor porte podem ser atendidas com unidades menores. Diria que a economia do leite, em princípio, deve estar próxima do mercado. Ou seja, é uma atividade que deve ter, na medida do possível, dispersão por todo o País.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sobre essa linha de crédito, gostaria de explicitar um pouquinho mais. Já há alguns casos concretos. A Batávia, por exemplo, está em Santa Catarina e no Paraná.

O SR. CARLOS LESSA – Eu sei.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Trata-se de uma empresa cujo capital está dividido da seguinte forma: 49% com as cooperativas e 51% com a Parmalat.

O SR. CARLOS LESSA – Agora, houve uma sentença, segundo a qual as cooperativas assumem a gestão.

O SR. DEPUTADO ZONTA – E elas têm todo o interesse em adquirir o controle acionário…

O SR. CARLOS LESSA – Eu sei.

O SR. DEPUTADO ZONTA – ... e até fazer alguns investimentos a mais. Há casos de cooperativas pelo Brasil afora, por Estado, que já têm estrutura e condições de coletar, de industrializar e de colocar o produto no mercado. Mas precisam de recursos para o investimento.

Essa é a questão clara. Tem o BNDES disposição de financiar? E que limite de volume de recursos poderíamos imaginar? Não temos aqui a necessidade, mas se V.Sa. puder falar em números seria bom.

O SR. CARLOS LESSA – Deputado, por acaso eu estive no Paraná sexta-feira e conversei com o gestor da Batávia, que estava exatamente na busca dessa decisão. Na ocasião, inclusive, trocamos idéias sobre essa questão, que me preocupa. Posso afirmar o seguinte: o BNDES está aberto para examinar esses casos. Só que, para dizer que iremos fazer, eu espero que o Ministro da Agricultura dê o sinal.

Deputado Zonta, V.Exa. levantou a questão das multinacionais. Não acho que a presença de multinacionais no segmento dos alimentos seja em si um ele-

mento de insegurança. Porém, acho que a ausência de grandes empresas nacionais ou de protagonistas nacionais expressivos na indústria de alimentos, sim, é uma vulnerabilidade. Esclareço: se há a presença de uma empresa estrangeira que nos traga tecnologia, que aperfeiçoe a competição, tudo bem. Preocupa-me muito quando passam a controlar um segmento muito grande desse mercado. Por quê? Porque um colapso cria situação semelhante a que vivemos neste momento.

Questões ligadas à organização industrial têm dimensão estratégica. E, aí, convirjo inteiramente para a opinião do Deputado Zarattini, no sentido de que é importante haver protagonistas nacionais robustos dentro desse segmento. Robustos não quer dizer gigantescos, quer dizer saudáveis.

Trata-se de posição pessoal do Sr. Carlos Lessa. Posso dizer que é o sentimento, a opinião, da diretoria do Banco. Serei portador dessa mensagem ao Ministro da Agricultura. Por conversa ao telefone, sei que S.Exa. concorda conosco. Mas eu preciso ter o "cumpra-se".

Quanto a investimento no exterior, quero dizer o seguinte: existem muitas cadeias produtivas. O **filet mignon** está próximo do mercado final. Darei um exemplo: em siderurgia, as grandes margens de lucro estão associadas às etapas finais da transformação, ou seja, às etapas ligadas à produção de laminados, de perfis, de redondos, etc. É do interesse, por exemplo, da siderurgia nacional, para fortalecer a economia e a base siderúrgica brasileira, que nossas siderúrgicas se projetem em relação aos mercados do Primeiro Mundo e lá tenham operações de beneficiamento final de produtos siderúrgicos. Isso aumenta a musculatura da nossa siderurgia e, principalmente, a nossa capacidade de vender melhor minério de ferro e placas de aço semi-acabadas. O que fez o Grupo Gerdau? Comprou algumas unidades nos Estados Unidos e no Canadá. A CSN comprou uma unidade em Portugal e disputa agora uma unidade na Europa oriental. É uma operação muito correta do ponto de vista dos interesses brasileiros. Da mesma maneira, diria que a Marcopolo é uma empresa campeã nacional, porque ela não apenas domina por inteiro a tecnologia do ônibus, como opera em 32 países com a montagem de ônibus, cuja concepção e componentes são fabricados aqui. Na verdade, ela é uma multinacional brasileira muito bem-sucedida que robustece a força da matriz brasileira.

Esse tipo de projeção no exterior, eu acho que é estratégica para o País.

No caso específico ao qual fez referência, às ligações Brasil/Argentina, creio que se tratava da operação que foi anunciada no ano passado, na qual o BNDES apoiaria exportações brasileiras para a Argentina e exportações da Argentina para o Brasil. E a razão básica é que essa relação Brasil/Argentina é decisiva para fortalecer a integração sul-americana. Diria que se trata de um objetivo geopolítico muito importante para o Brasil.

Infelizmente, até agora, nenhuma operação foi concluída, porque, entre o anúncio e a conclusão, sua-se muito a camisa. Se V.Exa. quiser saber o que conseguimos fazer na América do Sul no ano passado, foi pouco. Conseguimos apoiar uma usina hidrelétrica no Equador, que já estava semidefinida. Estamos apoiando uma outra usina hidrelétrica e três pequenas usinas na Venezuela.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Acho que não é o caso.

O SR. CARLOS LESSA – Estou apenas prestando uma informação.

Para completar, o Deputado Leonardo Vilela perguntou se estamos procurando uma engenharia para fortalecer a economia do leite. A resposta é sim.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – As cooperativas.

O SR. CARLOS LESSA – Veja bem: há um tema que cresceu muito no âmbito das preocupações do Governo com a inclusão social, que é a chamada economia solidária.

Uma das formas mais rigorosas da economia solidária são as cooperativas. Temos de nos debruçar para aperfeiçoar os dispositivos ligados à cooperativa. Quero dizer a V.Exa., no entanto, que estamos, sim, extremamente interessados. O BNDES financia muitas cooperativas no Brasil. Que eu saiba, depois de ser Presidente, vi aprovadas pelo menos umas 8 operações com cooperativas. Geralmente são as cooperativas maiores, como V.Exa. disse, mas, por sua vez, elas às vezes são fadas madrinhas de uma série de outras cooperativas menores.

Deputado Zarattini, fiquei muito satisfeito de revê-lo. Nós do BNDES achamos que as empresas estrangeiras podem contribuir muito para o desenvolvimento brasileiro, mas também para muitos problemas no Brasil. Na verdade, devemos ter uma postura muito soberana para lidar com essa questão, ou seja, estabelecer quais as condições e de que forma elas podem cooperar com o nosso desenvolvimento.

É ingênua a idéia de que pelo simples fato de serem projeções de multinacionais são positivas. A ingenuidade fica visível – vou lembrá-lo agora —, nos episódios Enron, WorldCom, AES e Parmalat, que envolvem, inclusive, bancos de primeira linha do exterior, misturados com operações muito duvidosas, e empresas de auditoria, que auditaram os balanços

dessas corporações. Tudo isso deveria fazer com que tivéssemos uma postura de atração de bons investimentos produtivos do exterior, mas, ao mesmo tempo, nenhuma ingenuidade no trato dessa questão.

Digo-lhe que uma das coisas que pusemos em prática no BNDES é fazer operações quando elas parecem boas. Mas exigimos fiança corporativa por fiança bancária. Não entramos mais em operações apenas de **project finance,** porque causam um risco muito grande quando dão errado, deixando-nos em situação muito exposta.

Muito obrigado pela sua pergunta. Deputado, agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Dr. Carlos Lessa.

Informo aos Parlamentares que chegaram agora que o Dr. Carlos Lessa pediu para falar em primeiro lugar. Respondeu a todos questionamentos dos Parlamentares presentes. A audiência estava marcada para as 14h30min. Na seqüência, passarei a palavra aos outros convidados. Logo em seguida, prosseguiremos com o debate, seguindo a lista de inscrição.

Passo a palavra ao representante do Dr. Henrique Meirelles, Sr. Ricardo Liao, Chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, que tem a palavra por 20 minutos.

O SR. RICARDO LIAO – Obrigado, Deputado Waldemir Moka. Srs. Deputados Ronaldo Caiado, Zonta, Vittorio Medioli, Assis Miguel do Couto, demais Parlamentares, senhoras e senhores presentes, boa tarde.

Como anunciado pelo Deputado Waldemir Moka, representamos o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, que nos incumbiu de trazer algumas informações referentes ao caso relacionado à Parmalat e de que maneira a falência da empresa italiana repercute no Brasil, dentro de um campo de atuação ou dos vários campos de atuação que o Banco Central desenvolve.

Demonstraremos quais seriam ou teriam sido os primeiros impactos de toda essa situação em relação ao País, tentando identificar, neste primeiro momento, que medidas poderiam ser adotadas para, se identificado algum impacto mais relevante, sanear ou minimizar essa questão. Tenho para V.Exas. algumas observações que depois poderemos explorá-las num ambiente de debates, de questionamentos e respostas.

São várias, na verdade, as vertentes que o caso Parmalat refletiu no Brasil. Temos discussões, como o Presidente do BNDES, Carlos Lessa, trouxe, sobre a questão do financiamento àqueles que se dedicam à atividade leiteira, a questão das cooperativas, dos pequenos produtores, do pagamento a esses pequenos produtores, do financiamento dessas operações, como isso veio se dando ao longo do tempo.

Que tipos de impacto nas operações de crédito, já falando numa dimensão mais ampla, ou seja, a possibilidade de quebra, no sentido mais literal, dessas empresas ou do grupo das empresas Parmalat no Brasil traria ao sistema bancário brasileiro? A resposta que podemos imediatamente dar é não, na medida em que existem, sim, créditos, uma série de operações dentro da vida normal que as empresas do grupo vinham conduzindo.

Logicamente, falando-se em números absolutos, são valores consideráveis; mas se falarmos em números relativos referentes, por exemplo, ao capital das empresas ou ao patrimônio líquido, não são valores de relevância. Ou seja, sob o aspecto mais amplo, não haveria que se discutir qualquer tipo de preocupação em termos do chamado risco sistêmico.

O que mais também nos chamou a atenção, quando das várias matérias trazidas pelos jornais, foi uma declaração, se não me engano, de um dos contadores da empresa, tentando, não sei, desviar o foco da atenção ou efetivamente dando uma informação positiva, ao dizer, talvez literalmente, que se quiserem saber onde foi o dinheiro da Parmalat SpA – se não me engano é esse o nome na Itália – procurem no Brasil.

Avaliamos em primeiro plano se isso seria um desvio de atenção, uma vez que a Parmalat tem grande penetração no Brasil, principalmente por se caracterizar como promotora de clubes de futebol, mais particularmente o Palmeiras, o Esporte Clube Juventude, a Etti Jundiaí Futebol Clube e o Santa Cruz Futebol Clube, entre outros, e que deu efetivamente nova característica ao futebol no Brasil em termos de patrocínio.

Já tivemos nesta Casa e também no Senado CPIs que trataram dos clubes de futebol, a CPI da NIKE, no caso da Seleção Brasileira, e foram questões debatidas quase nacionalmente. E a conclusão, pelo menos o que foi levado ao conhecimento da sociedade, talvez muito pouco tenha sido efetivamente comprovado ou provado, eventualmente nas situações que caracterizassem algum crime ou alguma coisa parecida em que, efetivamente, os responsáveis fossem indiciados e assim tratados.

Quando dessa primeira informação, é uma preocupação nossa no Banco Central, na medida em que temos nas bases de dados do SISBACEN o registro de todas as operações de câmbio, tanto de ingresso como de saída do País, isso desde 1992, seria uma primeira possibilidade verificar-se se a afirmação dada pelo contador italiano teria algum fundo de verdade ou não. E, aí, imediatamente, fizemos um levantamento por moto próprio, independentemente de pedido de

qualquer autoridade, dessa natureza, em que foram capturadas todas as remessas. Fizemos, na verdade, um levantamento de 2000 a 2003, ou seja, de janeiro de 2000 a dezembro de 2003, e efetivamente identificamos uma série de remessas e uma série de ingressos no Brasil, não só da empresa Parmalat Alimentos, como de outras empresas que compõem o grupo. E essa é uma discussão talvez um pouco complexa que não se tem hoje, pelo menos não é do nosso conhecimento, quem são essas empresas ou quais são essas empresas que compõem no Brasil o chamado grupo Parmalat na sua integralidade. Talvez essa seja uma questão sobre a qual tenhamos que discutir também um pouco mais.

Identificamos também situações já levantadas, na verdade, pelo Banco Central. Em 1998 e 1999, processos administrativos foram instaurados pelo Banco Central em relação às empresas que operavam no mercado de câmbio e que tiveram alguma ligação a empresas do grupo Parmalat. O Banco Central verificou irregularidades em relação à legislação cambial. Todos já foram julgados, se não me engano, em primeira instância, que seria o Banco Central, e alguns deles já tiveram decisão pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Ontem, se não me engano, houve reunião e uma das empresas envolvidas na questão estava na pauta da reunião do Conselho.

Com relação a transações comerciais, referimo-nos à importação e exportação de mercadorias – principalmente mercadorias e nem tanto de serviço —, e, no que se refere às transações financeiras, à parte de empréstimos, financiamentos, captação, lançamento de bônus e de papéis e o ingresso de recursos provenientes da colocação desses papéis fora do País.

Como já disse, o impacto nos bancos, conforme nossa avaliação, não é relevante e não deveria provocar nenhum tipo de preocupação à sociedade como um todo. Lógico que é um problema para os bancos que terão que provisionar adequadamente esses créditos e, dependendo do desenrolar do caso das empresas, entre vários pedidos de concordata, falência e coisas dessa natureza, dependendo da condição que a empresa, ao final, observar, aí sim os bancos terão a definitiva orientação do que fazer em relação a esses créditos.

Hoje, há também uma informação, segundo os jornais, provocada por notícias oriundas da CPMI do BANESTADO, em relação a algumas transferências internacionais em reais, as conhecidas CC-5, que protagonizaram algumas dessas empresas do grupo Parmalat.

Existe no Banco Central um pedido feito pelo Senado Federal a respeito do encaminhamento àquela Casa de todas as operações envolvendo as empresas do grupo. A nossa dificuldade está exatamente na definição de que empresas estamos falando. O interregno vai de 1996 a 2003, mas a questão ainda está em trâmite no Senado Federal.

Tivemos também, não sei se foi levado ao conhecimento de V.Exas., uma notícia da Assessoria de Imprensa do Departamento da Polícia Federal sobre a instauração de um inquérito, com sede em São Paulo, se não me engano, conduzido pelo Delegado José Nogueira – e não sei se V.Exas. já tiveram oportunidade de estar com ele —, com quem já tivemos uma série de contatos e reuniões, com o objetivo de buscar melhor instruir, vamos dizer assim, a Polícia Federal dentro dos pedidos de quebra de sigilo que estão sendo promovidos por aquela autoridade.

Enfim, tentamos antecipar ao Delegado as informações de que já dispomos e que possam melhor direcionar o trabalho da Polícia Federal, sem haver dispersão de esforços ou de direcionamento, como eventualmente se observa em questões que tomam maiores proporções, como é o caso Parmalat no Brasil.

Já estivemos também com alguns Procuradores da República em São Paulo, fazendo contatos no mesmo sentido, inclusive com a presença do Delegado José Nogueira. Também essa era nossa preocupação, ou seja, definida uma estratégia prévia por parte dos órgãos responsáveis pela averiguação, busca de informações, eventual criminalização e encaminhamento ao Poder Judiciário das questões criminais, fundamentalmente envolvendo crimes contra o Sistema Financeiro que possam ter sido conduzidas ou tratadas nessas operações, que essa discussão preliminar, sem dúvida, favorecesse, em termos de objetividade, celeridade e tudo o mais, o melhor encaminhamento desse assunto.

Atendemos também a um pedido judicial da 42ª Vara Cível de São Paulo, para onde, da mesma forma, foi encaminhada a relação de todas as operações, não só de remessa de recursos, mas também de ingresso destes no Brasil, de um grupo limitado de empresas, conforme o grau de conhecimento do Banco Central sobre elas.

A reposta foi dada na semana passada, se não me engano, ao Juízo da 42ª Vara. Enfim, agora estamos aguardando medidas que o Poder Judiciário venha determinar, neste caso somente em relação à Parmalat Alimentos, sem envolver as demais empresas do chamado Grupo Parmalat.

Eram essas as informações que gostaria de transmitir aos senhores. Logicamente, ficarei à disposição para o debate que acontecerá após as outras apresentações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Sr. Ricardo Liao e passo a palavra agora ao representante do Dr. Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil, Sr. José Maria Rabelo, Gerente-Geral da Unidade de Reestruturação de Ativos Operacionais, pelo prazo de 20 minutos para sua exposição.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka, Sr. Relator, Deputado Assis Miguel do Couto, Sras. e Srs. Deputados, demais componentes da mesa, senhoras e senhores, em primeiro lugar, em nome da Diretoria do Banco do Brasil e do Presidente Cássio Casseb, gostaria de agradecer o convite para vir aqui prestar as informações que estejam ao nosso alcance em relação ao assunto objeto desta Comissão.

Inicialmente, gostaria de ressaltar que esse assunto, pela sua relevância e também pelo fato de que o modelo de decisão do Banco do Brasil já há algum tempo contempla decisões colegiadas, e não pessoais e individuais, é conduzido por um comitê do qual faço parte, integrado pelos responsáveis nas áreas comercial, de agronegócio, de crédito e jurídica, de forma que todo o Banco do Brasil está envolvido diretamente na condução desse assunto.

Um pouco à semelhança do que mencionou o Prof. Carlos Lessa, a visão que o banco tem sobre o tema é que ele deve ser dividido em 2 pontos: o primeiro é tratar da questão emergencial, eclodida a partir da crise, e o segundo é tratar, na seqüência, se possível simultaneamente, da questão estrutural.

Estamos bastante focados na questão emergencial, que, no Banco do Brasil, divide-se também em 2 frentes: administração dos créditos com o grupo Parmalat, já em risco e que, portanto, requeiram ações dos administradores do banco no sentido de, no cenário dado, garantir o máximo de retorno para esses créditos, responsabilidade do administrador do Banco do Brasil, representando os seus acionistas, que é a própria sociedade brasileira, por intermédio do Tesouro Nacional.

A outra frente é dar as mãos com o setor produtivo envolvido, no sentido de minimizar significativamente o impacto negativo para toda a cadeia envolvida e colhida por essa crise, o que, infelizmente, nem sempre é possível.

É assim que o Banco do Brasil tem trabalhado e o nosso comitê está permanentemente funcionando. As pessoas responsáveis pelas áreas mencionadas por mim também se encontram presentes, porque o tema é prioritário na gestão do Banco do Brasil.

Agradeço novamente a V.Exas. a oportunidade e me coloco à disposição para discutir ou responder quaisquer questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradecemos também ao Dr. José Maria Rabelo.

Passo a palavra à representante do Sr. Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Sra. Helena Roraima Iracema Leite, Chefe de Gabinete daquele Presidente em Brasília. V.Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

A SRA. HELENA RORAIMA IRACEMA LEITE – Muito obrigada. Boa tarde aos senhores. Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Presidente, Deputado Waldemir Moka; o Sr. Relator, Deputado Assis Miguel do Couto; os nossos colegas Ricardo Liao e José Maria Rabelo, assim como os demais Parlamentares e a platéia.

Agradecemos pelo convite feito ao Banco do Nordeste para comparecer a esta reunião. Informo aos membros desta Comissão que o Presidente do Banco do Nordeste gostaria de estar presente, mas, infelizmente, em razão de compromissos assumidos anteriormente, não pôde comparecer. Incumbiu-me S.Sa. de prestar alguns esclarecimentos ou responder a indagações que, porventura, possam surgir a respeito do banco.

Sobre a questão da Parmalat, objeto desta Comissão, tenho a esclarecer que a empresa não é cliente do banco. Portanto, o Banco do Nordeste não tem nenhum negócio com a Parmalat. Entretanto, o BNB, na condição de grande financiador da economia nordestina, está sensível a essa questão e vem tentando, junto com os Estados, lideranças e produtores, identificar e buscar soluções que minimizem a crise dos produtores e das agroindústrias locais.

O banco vem fazendo estudos – e isso é uma preocupação direta da direção do banco e das demais superintendências regionais existentes nos Estados – no sentido de identificar e analisar melhor a situação dos produtores, para saber até onde vai a crise da Parmalat e quais os impactos dela nos produtores locais e na economia do Nordeste.

Nosso Diretor de Gestão de Desenvolvimento, Dr. Pedro Eugênio, tem ido pessoalmente aos Estados conversar com as lideranças dos produtores e os Secretários de Estados para ver qual é a real situação, a fim de buscar soluções para transformar essa crise em oportunidade, antecipando-se a uma possível crise desse segmento.

Assim, coloco-me à disposição para responder quaisquer indagações dos Srs. Parlamentares. As questões que eu não puder responder de imediato, com certeza as repassarei às áreas competentes,

comprometendo-me a respondê-las posteriormente a esta Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Antes de passar a palavra ao Relator, Deputado Assis Miguel do Couto, darei um aviso. A lista de inscrição para os Srs. Parlamentares está aqui na mesa. Acho que a secretária teria começado uma outra lista, mas, evidentemente, temos que obedecer a uma única lista, a que está aqui. Então, peço aos Parlamentares que estão chegando agora que façam sua inscrição na lista que está sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Deputado Assis Miguel do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sr. Presidente, senhoras e senhores representantes dos bancos, Sra. Helena Roraima Iracema Leite, do BNB; Sr. José Maria, do Banco do Brasil; e Ricardo Liao, do Banco Central. Meus cumprimentos e obrigado por terem vindo. A Comissão agradece.

Farei algumas breves perguntas, até porque os Srs. Parlamentares também têm muito a perguntar. Na condição de Relator, usarei desse direito regimental para esclarecer algumas questões importantes. A primeira delas será especificamente dirigida ao representante do Banco Central, mas também gostaria que fosse comentada pelos representantes do BNB e do Banco do Brasil.

Na semana passada, estive na Itália com o Deputado Waldemir Moka, que está aqui, o Deputado Vittorio Medioli, que não se encontra no plenário, e o Ministro Miguel Rossetto. Conversamos com o Presidente da Comissão de Finanças do Parlamento Europeu, responsável pelo decreto-lei que determinou a intervenção na Parmalat. O Sr. Lamalfa, Presidente da Comissão, fez uma dura crítica ao sistema financeiro e bancário na Itália e no mundo. Segundo ele, podemos responsabilizar em grande parte, pelo caso Parmalat e por outros casos de outras empresas que possam estar ocorrendo, um sistema bancário que está mudando de papel, de função, de competência. Quer dizer, os bancos deixam de ser captadores e emprestadores de dinheiro para o setor produtivo ou não-produtivo – função principal para a qual se originaram – e passam rapidamente à função de emissão de papéis, induzindo empresas a entrar nesse jogo. Pelo menos essa foi a afirmação dele.

Disse também que por detrás disso há mais 2 elementos: um deles é que os executivos dos bancos são comissionados e forçam essa situação, porque essas transações lhes dão muitos rendimentos. Juntamente com isso, mencionava o drama da internacionalização do sistema bancário.

Confirmou também essa posição o Ministro da Atividade Produtiva da Itália, Sr. Mazzano, com quem conversamos. Ele disse que 75% a 80% do problema da Parmalat diz respeito aos papéis e títulos, a maior parte deles fictícios, que foram feitos por bancos estrangeiros, não italianos. Reafirmou o problema da internacionalização, o que tornava o controle muito difícil. O Ministro disse também que a lei do sistema financeiro e bancário da Itália é de 1930 e que tudo isso está sendo revisto agora, mercê de um esforço muito grande, mas que o que está fora de controle é a chamada internacionalização, globalização. Por mais que se faça uma lei italiana, a questão internacional fugirá do controle.

Eis a minha pergunta: qual a avaliação dessas afirmações pelos bancos aqui presentes, em especial pelo Banco Central? Estaríamos realmente todos correndo grandes riscos com esses problemas sistêmicos criados pela globalização e pela mudança de papel dos bancos? É isso o que o Banco Central está pensando a respeito? Como o Banco do Brasil e o BNB, bancos públicos, podem colaborar?

Eu gostaria que fossem feitas algumas observações a respeito desse assunto pelo representante do Banco Central e comentários pelas demais autoridades aqui presentes.

A segunda pergunta é dirigida ao representante do Banco do Brasil. Trata-se de uma inquietação permanente nossa. Por mais que se tenha liberado os empréstimos, principalmente de EGF, a lentidão é enorme até chegarem à ponta. Agora mesmo, recebi ligação do Presidente da OCB, que está em reunião lá no Ministério de Desenvolvimento Agrário, na qual S.Exa. me informava que lá a reclamação é total. Viajou o país e só ouviu reclamações de cooperativas de que o EGF não chega.

O problema é sério, porque a empresa Parmalat está quase parada, e o drama é que o preço do leite vai cair. Essas cooperativas e empresas que hoje precisam de EGF têm estoque, não conseguem vender e não têm capital de giro para continuar comprando leite. Se não houver EGF, amargaremos imediatamente, nas próximas semanas, despencar ainda mais o preço do leite.

Eu gostaria de saber, então, o que está faltando para o Banco do Brasil melhor atender a essa demanda e no que podemos ajudar como Parlamentares. Essa é uma preocupação, creio eu, de todos aqui.

Paro por aqui, pois creio que há muitas perguntas.

Não ouvi toda a exposição da representante do BNB, mas gostaria de saber qual é a relação direta

entre aquela instituição e a empresa Parmalat. Houve algum empréstimo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Se os Srs. Parlamentares concordarem, também farei perguntas em bloco, para os senhores também responderem em bloco.

O Deputado Zonta é o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Gostaria de saber quantos são os inscritos e de quantos serão os blocos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Da mesma forma, faremos blocos de 5 Parlamentares, e os convidados respondem em bloco. Até agora temos 11 Deputados inscritos.

Deputado Zonta.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Cumprimento os representantes do Banco Central, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e os demais colegas. Vou direto às perguntas dirigidas a cada um dos representantes.

Tenho algumas preocupações com o comando do Sistema Financeiro Nacional. A pergunta é a seguinte: o Banco Central tem como acompanhar ou está acompanhando a atuação de uma empresa multinacional como a Parmalat, os seus efeitos, as suas captações, as suas operações? Se isso está acontecendo, em que nível chegou esse acompanhamento?

V.Sa. já citou que está promovendo o levantamento das remessas de dinheiro para fora do País, nos últimos anos, da Parmalat, da Carital e da Parmalat Participações. O Banco Central já tem o volume dessas remessas?

Outra questão: de uma hora para outra, apareceu esse rombo internacional, com um balanço que apurou, na realidade, 14,4 bilhões de euros de prejuízo ou de dívida, e 2 bilhões e 460 milhões de dólares no Brasil. Até que ponto, no caso do Brasil, o Banco Central tinha ou tem conhecimento de que as auditorias do Sistema Financeiro, ou do próprio banco, não detectaram que esses balanços estavam fantasiados?

Essa é grande interrogação que fazemos.

Ainda uma questão sobre os reflexos do caso no Sistema Financeiro: gostaria de saber se o Banco Central tem conhecimento do volume global financiado à Parmalat e às suas empresas no Brasil e/ou fora daqui; financiado por instituições brasileiras, quer públicas ou privadas.

Há como o Banco Central acatar uma intervenção do Governo Federal na gestão da Parmalat, de modo a garantir a atividade desenvolvida e os empregos. Essa é a grande preocupação.

Qual é a linha de conduta do Banco Central e a prioridade em suas ações, já que hoje, pelo mundo globalizado, como bem colocado pelo Deputado Assis, observa-se que o Sistema Financeiro Internacional e o mundo todo giram em torno de papéis? O Sistema Financeiro Brasileiro prioriza os papéis ou a produção e o trabalho na hora de definir um financiamento?

Em relação ao Banco do Brasil, ouvi o depoimento do Dr. Rabelo e muito nos preocupou. S.Sa. disse que o banco está bastante preocupado com as ações emergenciais, mas priorizou as ações de recuperação dos créditos do Banco do Brasil. Quer dizer, sentimos na prática o que S.Sa. acabou de confirmar. Disse, ainda, que o banco está procurando dar as mãos aos produtores, mas até agora eles não encontram essa mão. Sejamos claros: até agora não a encontraram.

Por isso perguntamos: essa operação de depósito da Parmalat ocorrida em torno do dia 16 de janeiro para cooperativas ou empresas do mesmo ramo – a exemplo de uma empresa de Santa Catarina, a Lactoplasa, ou de cooperativas como a Cooperaum, Cooper Itaipu, lá de Santa Catarina —, tiveram a remessa de recursos retida pelo Banco do Brasil, praticamente confiscada, para dar cobertura a títulos descontados contra a Parmalat ou aos seus financiamentos?

Essa situação naturalmente prejudicou os produtores e é a pendência do banco para com estes. Indago ainda: como está o caso e sob que motivação o Banco do Brasil agiu para tomar essa decisão?

Reforçando o pedido do Deputado Assis Miguel do Couto, a questão da EGF não está funcionando, pois o banco ainda exige garantias reais do produto e aval. Segundo o banqueiro dos pobres, exige-se garantia para não dar financiamento. É esse o pensamento do Banco do Brasil? É hora de ajudar. Por que não flexibilizar? O Banco do Brasil está disposto a abrir uma linha de financiamento para investimentos de cooperativas, inclusive limites extras àquilo que já têm muitas vezes tomado, para poderem assumir em cada Estado a substituição da Parmalat, sem prejudicar a atividade e os produtores, mais do que já se prejudicou, garantindo-lhes inclusive os empregos?

Dirijo 2 perguntas à representante do Banco do Nordeste: apesar de não haver nenhum financiamento direto à Parmalat, o Banco do Nordeste tem recebido, ou recebia, depósitos para atender diretamente ao produtor ou às cooperativas do Nordeste?

O Banco do Nordeste terá disponibilidade de recursos para socorrer a necessidade das cooperativas ou das empresas do Nordeste que terão de substituir a Parmalat?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na seqüência – como o Deputado Luiz Carlos Hauly está ausente —, concedo a palavra ao Deputado Leonardo Vilela.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, senhores convidados, Sr. Relator, nobres Parlamentares, gostaria de comunicar ao representante do Banco Central, Sr. Ricardo Liao, minha preocupação com relação a esse caso Parmalat. O que vimos foi um emaranhado de empresas sendo criadas, com relações promíscuas entre si e que fizeram do País um verdadeiro entreposto de fraude financeira, de desvio e de lavagem de dinheiro.

Tudo isso – pelo menos é isso o que os indícios indicam —, na minha percepção, demonstra a fragilidade do nosso sistema financeiro. Pergunto a V.Sa.: houve falha do Banco Central em não detectar a tempo que estavam ocorrendo desvios, que estavam ocorrendo problemas que poderiam causar danos à economia nacional?

Outra pergunta ao Sr. Ricardo Liao: que medidas estão sendo tomadas pelo Banco Central para evitar que novos casos como esse da Parmalat possam acontecer no Brasil? Esse caso da Parmalat causa enorme transtorno num setor fundamental para o País, o setor lácteo, que emprega milhares de pessoas, que tem centenas de milhares de produtores de leite. Não são só os produtores da Parmalat que estão prejudicados, mas todo o setor está sofrendo um processo de desorganização. Pergunto: qual o risco de isso ocorrer com outras empresas no futuro?

Ao representante do Banco do Brasil, Sr. José Maria Rabelo, reforço o que foi dito pelos Deputados Assis Miguel Couto e Zonta. Na semana passada, estive com representantes de 32 cooperativas que respondem pela captação de 8 milhões de litros de leite por dia. Até aquele momento, dessas 32 pequenas, médias e grandes cooperativas, nenhuma tinha conseguido acesso ao EGF anunciado com tanto estardalhaço pelo Governo Federal, que era de 200 milhões e passou para 300 milhões.

As queixas foram aquelas já apresentadas: garantias não só do produto, mas também garantias adicionais – nosso entendimento é que o produto seria suficiente e adequado para isso – e limite de crédito. Um caso concreto é o da CONFEPAR, do Paraná, uma cooperativa de boa saúde financeira que não teve o seu EGF liberado por já estar no limite de crédito, sendo que ela precisa desse financiamento para equilíbrio de mercado. Pergunto: qual a quantidade de recursos efetivamente já contratados no EGF? Dessa quantidade, o que foi contratado com as cooperativas de leite? O que o Banco do Brasil pensa em fazer para agilizar esse processo e que o dinheiro efetivamente chegue à cooperativa, ao produtor, uma vez que já estamos ultrapassando o período de safra?

A protelação desses EGFs, que já deveriam estar sendo liberados desde o final do ano passado, já está causando prejuízo ao setor. O preço do leite caiu em algumas regiões mais de 20%.

Para encerrar a minha participação, volto àquela questão do bloqueio de recursos. As cooperativas de Goiás, reunidas na Centro Leite, insistem em denunciar ações temerárias do Banco do Brasil, inclusive prometeram-me enviar extratos bancários revelando que houve depósito na conta de produtores e que estes foram estornados pelo Banco do Brasil no mês de janeiro. O sentimento dos produtores de leite do meu Estado, Goiás, segundo maior produtor do Brasil, é de indignação com o banco.

Já estive com o Dr. Ricardo Conceição, Vice-Presidente do Banco, há 2 semanas, e, naquela ocasião, ele nos assegurou que o estorno foi feito em razão de problemas legais e operacionais. A diretoria da Parmalat continua insistindo nisso. O Presidente Ricardo Gonçalves, em audiência pública nesta Comissão, afirmou que os recursos foram retidos indevidamente, e queremos saber exatamente o que aconteceu, até porque é inadmissível que os produtores que dependem desses recursos para suas necessidades básicas, para a sua alimentação, hoje tenham que abater matrizes, sair da atividade em virtude da falta de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradecemos ao Deputado Leonardo Vilela.

Na seqüência, passamos a palavra ao Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN – Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka, cumprimento V.Exa., o Relator, os representantes do Banco Central e do Banco do Brasil e a Sra. Helena Roraima Iracema Leite, que representa o Banco do Nordeste.

A nossa posição segue a mesma linha do Deputado Zonta. Para não ser repetitivo, vou ater-me mais à questão do Banco do Brasil sobre a possível retenção de créditos. Na realidade, sempre que chega a esta Casa um pedido do Banco do Brasil, a Câmara dos Deputados tem sido intransigente na defesa daquela instituição, que sempre defendeu questões sociais e executou, nas várias oportunidades em que o Brasil cresceu, especialmente na agricultura, um trabalho social preponderante de financiamento e ajuda aos agricultores.

No meu modo de entender, são princípios do banco: ser um banco para captação de recursos e

que exerça toda a sua atividade como banco e como prestador de serviço social.

Temos informações, inclusive por escrito, sobre essa questão da retenção. Santa Catarina é o lugar onde houve o problema mais grave, na Lactoplasa. Seriam 1.200 produtores cujos pagamentos já teriam sido assegurados no mês de dezembro. O Banco do Brasil reteve os recursos e se pagou. Essas são informações que possuímos. Na verdade, precisamos saber a posição do banco, porque, se isso ocorreu, o banco cometeu um ato que deve ser contestado sob todos os aspectos.

O objetivo maior da nossa ação pública, especialmente dos pequenos produtores, como é o caso da Lactoplasa, da minha cidade, Santa Catarina, é tratar o problema como questão de honra, porque não há mais como esses produtores receberem. Se os recursos foram depositados, a empresa entrou em concordata e o banco reteve esses títulos, além de colocar a Lactoplasa como responsável pelos títulos que ainda estavam no banco, a situação é gravíssima e não podemos concordar com esta conduta.

É de fundamental importância que seja dada uma resposta a 1.200 produtores que ficaram em situação dificílima, principalmente nos meses de dezembro e janeiro. A posição do banco é muito importante para nós, a fim de que orientemos os produtores em relação ao que devem fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado Ivan Ranzolin a participação.

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não estive presente no momento em que os Parlamentares que me antecederam formularam suas perguntas. Por essa razão, poderei ser repetitivo em algumas. Conto com a compreensão dos representantes do Banco Central, do Banco do Brasil e do BNDES.

Sr. Presidente, temos interesse em saber se o Banco do Brasil, ao confiscar o depósito feito pela Parmalat para o pagamento dos produtores rurais, conforme matéria veiculada pela imprensa do Estado de Goiás e do Rio de Janeiro, retirou o que havia sido depositado nas cooperativas, em contas de produtores rurais, estornando e arrestando o valor, em torno de 12 milhões de reais, em razão de uma dívida que venceria no Banco do Brasil no dia 13 de fevereiro?

O Banco do Brasil tem de fato operações com a Parmalat, a Parmalat Participações, a Carital Brasil ou qualquer das empresas apendiculares da Parmalat? Quais são os valores e garantias que o Banco do Brasil exigiu para fazer essas operações?

Formulo a seguinte pergunta tanto ao representante do Banco do Brasil quanto ao do Banco Central: procede a informação de que, em reunião no Palácio do Planalto, houve a intenção de redigir medida provisória para promover uma intervenção na Parmalat Brasil e que o Banco Central e o Banco do Brasil se posicionaram contrariamente à intervenção?

Se isso for verdade, por que a decisão, já que o elo mais fraco da corrente, os produtores rurais, os trabalhadores nas empresas e indústrias, está totalmente desprotegido?

Os bancos, sem dúvida nenhuma, não só têm garantias, que devem constar no contrato, como têm corpo de advogados altamente competentes, preparados e capazes para não deixar que casos como esses caiam na coluna de prejuízos do banco.

O produtor rural se sentiu golpeado pelo estorno de algo que já estava na sua conta bancária. A prioridade, portanto, não foi o pagamento de quem forneceu a matéria-prima. O produtor rural entregou o leite, a matéria-prima. O Banco do Brasil, assim como qualquer outro banco, emprestou dinheiro. Há desconhecimento sobre a situação hoje trazida pelo Ministro Miguel Rossetto: 1 milhão e 800 mil brasileiros dependem do leite para se manter, sendo que 700 mil de forma direta. Há, ainda, um total de 580 mil produtores rurais.

Se realmente é prioridade social o pagamento dessas pessoas, e o Governo Federal é acionista em mais de 51% no Banco do Brasil, porque não ter essa sensibilidade no momento em que a empresa encontrava-se em situação pré-falimentar, vítima de escândalo em razão de desvio e lavagem de dinheiro?

Naquele momento, o Banco do Brasil se preocupou em arrestar o dinheiro para garantir os seus empréstimos, em contrapartida deixou os produtores rurais desassistidos. Em segundo lugar, quando os produtores rurais esperavam uma medida provisória do Governo que promovesse intervenção em âmbito nacional – não estou afirmando, mas perguntando —, procede a informação de que o Banco do Brasil e o Banco Central se posicionaram contrariamente à intervenção, fazendo com que a solução caminhasse para decisão judicial? Todos são sabedores de que uma decisão na Justiça caminhará no mínimo por 90 a 120 dias, podendo chegar a 1 ano, já que o prazo de concordata se alongou para 2 anos.

Como é a visão do representante do Banco do Brasil e do representante do Banco Central em relação a essa situação social que se instala hoje no campo?

Acredito que tanto o Presidente do Banco do Brasil como o Presidente do Banco Central não podem ter

uma visão segmentada, que cuide apenas dos interesses do seu banco. Devem ter visão nacional, pois um é o controlador da moeda no Brasil e o outro é o maior agente de fomento da política agrícola nacional.

Sr. Presidente, aguardo a resposta do representante do Banco do Brasil e do Banco Central para ter direito à réplica e debater novamente a matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – O Deputado Ronaldo Caiado foi o quinto Parlamentar a fazer perguntas, portanto, completou-se o bloco.

Concedo a palavra ao representante do Banco Central. Em seguida, concederei a palavra ao representante do Banco do Brasil e ao do Banco do Nordeste, para que respondam às perguntas feitas.

O SR. RICARDO LIAO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tentarei responder às perguntas feitas pelos Srs. Parlamentares.

Inicialmente, responderei à indagação feita pelo Deputado Assis Miguel do Couto sobre o comentário que o representante do Parlamento europeu teria feito na Itália sobre o Sistema Financeiro Nacional.

Com relação ao Sistema Financeiro Nacional, tomamos uma série de medidas. Devido a uma série de crises bancárias que vários países da América Latina, América do Norte, Europa e Leste Europeu enfrentaram nas últimas décadas, várias medidas foram adotadas. Hoje elas se baseiam nas orientações do Comitê de Basiléia, que têm por objetivo estabelecer todo tipo de regra prudente – exatamente dentro da preocupação que impera em relação à Parmalat – para a concessão de créditos, em primeiro plano, e, em segundo plano, a forma de recebimento desses créditos. Crédito não pago significa prejuízo. Sucessão de prejuízo leva ao sistema de insolvência e à liquidação de empresas que compõem o Sistema Financeiro: bancos, corretoras e distribuidoras.

Se os bancos vêm se tornando negociadores de papéis em detrimento do crédito, da produção e do trabalho, acho que essa é uma questão merecedora de profundo debate e reflexão, na medida em que todo o sistema financeiro, ou seja, todos os bancos centrais do mundo e, em meio aos bancos centrais, aqueles que tenham supervisão dentro ou fora da sua estrutura, deve participar, debater e levar suas experiências, seus chamados **cases** dentro dos respectivos países.

Em um passado não muito distante, em razão de séria crise financeira, algumas experiências internacionais, por métodos próprios, de uma maneira ou de outra foram superadas.

Há, na verdade, dentro do sistema financeiro, um dos grandes eixos de movimento do País, de financiamento, captação e direcionamento de recursos.

Discutem-se questões sobre taxas, **spread,** enfim, questões que não comportam solução única. A cada momento de transição no País, tanto sob o aspecto econômico, como o aspecto político, vai-se determinando a melhor conformação da taxa de juros, a melhor disponibilidade ou direcionamento de crédito para esse ou aquele segmento.

O Conselho Monetário Nacional tem como responsabilidade o direcionamento da política de crédito. É com base nessa política estabelecida pelo Conselho que os bancos são obrigados a direcionar percentuais tais e quais de suas captações. A partir daí o Banco Central acompanha e verifica se essas destinações estão sendo adequadas ou não. Quando isso não ocorre, alguns procedimentos são adotados em âmbito administrativo.

O Banco Central atua no sentido de intimar as instituições, na condição de pessoas jurídico-financeiras, de intimar os diretores responsáveis por essas áreas e pela condução dessas políticas e apurar as responsabilidades pela efetivação desses créditos.

Trata-se de rotina do Banco Central. Não é uma questão de domínio público, de conhecimento da sociedade como um todo e talvez isso mascare um pouco a efetiva atuação do banco, por exemplo, nesse segmento. Mas o acompanhamento é feito, há esse direcionamento. Muitas vezes, os bancos, tanto os privados como os estaduais e federais, na verdade, não conseguem cumprir essas metas, esses objetivos, por razões as mais variadas possíveis. Quando o problema é identificado – e o é na maioria das vezes —, há procedimentos internos do Banco Central que resultam em punição administrativa, que chega até ao afastamento de determinados diretores da possibilidade de exercer a sua função de 1 a 20 anos.

Isso acontece rotineiramente no País, mas, volto a dizer, não é matéria de domínio público, de conhecimento público. Às vezes é difícil um melhor entendimento sobre o que acontece em determinadas ocasiões dentro do sistema para se afirmar categoricamente se está ou não havendo o cumprimento dessa função legal do Banco Central, que é muito ampla, na verdade.

Voltando à questão do caso Parmalat, existem informações, por exemplo, de ingressos no País – e remessas por conta desse ingresso —, oriundas de colocações de papéis por empresas do grupo no exterior. Existe essa informação.

Há pouco comentava este fato com o Deputado Assis e ele perguntou-me se eu confirmaria essa informação. Eu digo que sim, é passível de confirmação.

Apenas, e de antemão, parece-nos difícil identificar no rol de empresas que se utilizam do sistema financeiro, e hoje temos em torno de 130 milhões de usuários do sistema financeiro direto, quais aqueles que – e essa talvez seja uma responsabilidade da própria instituição financeira que negocia com determinado cliente, tanto na área de crédito como na tomada ou captação de recursos pela oferta desses papéis, CDBs, títulos do Governo – buscam financiamento para se autosustentar.

Não é como se diz no velho jargão, "ciranda financeira", porque esta existe por si só, ou seja, a ciranda é o objetivo de si mesma. Existe sim o financiamento, a possibilidade de pagamento futuro pela produção de alguma coisa. Ou seja, eu me comprometo de antemão a fazer, a produzir, a exportar ou, enfim, a oferecer produtos ao próprio mercado interno. Se não tenho financiamento, será difícil produzir. Portanto, tenho que emitir algum documento que garanta àquele que me está financiando a possibilidade, primeiro, de eu poder produzir, de custear essa minha produção, e, ao vender, poder pagar o que eu devo e buscar alguma margem de lucro.

Mas é quase impossível, com essa imensa quantidade de empresas produtoras e exportadores, e não só brasileiras, o Banco Central ter capacidade e possibilidade de conhecê-las individualmente, uma a uma. É humanamente impossível.

O que se exige, na verdade, volto a dizer, no relacionamento dos bancos comerciais com o sistema financeiro, ou com empresas comerciais, financeiras, de serviço ou até pessoa jurídica, é que a alocação daquele crédito seja feita de maneira adequada, com todas as proteções que o sistema deve e pode ter para garantir esses créditos. Mas espera-se que o sistema preconize, primeiro, que aquele dinheiro produza alguma coisa e que a função não seja apenas dinheiro produzindo dinheiro.

A legislação da Itália é de 1930, concordo. Como o Deputado falou, buscam-se, a partir dessas crises, soluções, saídas e melhorias de entendimento da matéria. Nossa atividade, por outro lado, ainda é regida pela lei de 1965. Há uma ansiedade muito grande de redefinição da atuação do sistema financeiro, da atuação do Banco Central, enfim, de toda a política creditícia, até por exigência constitucional. Estamos aguardando há um bom tempo.

A falta desse debate também prejudica sobremaneira as novas possibilidades de atuação, responsabilidades novas que possam ser atribuídas não só ao Banco Central, mas a outros órgãos de Governo, no sentido de evitar ou pelo menos prever situações dessa natureza, e não só quando ela estoura no nosso colo, mas políticas de prevenção que evitem ou limitem o risco de isso acontecer.

Questão do Deputado Zonta: *"Você tem como acompanhar as operações da Parmalat?"* Sim, o Banco Central acompanha não só as da Parmalat, mas de todas as empresas que, comercial ou financeiramente, tenham algum relacionamento com empresas ou instituições financeiras no exterior. Por quê? Volto a dizer: todas as operações do mercado formal que transitam por bancos com autorização de operar no mercado de câmbio são registradas no Banco Central.

Então, existe um acompanhamento, eu diria parcial, na medida em que temos, diariamente, cerca de 15 mil registros de operações no sistema de câmbio e em torno de 300 a 400 registros no sistema de transferências internacionais. Na verdade, é humanamente impossível analisar uma a uma a cada dia.

É lógico que existem parâmetros de avaliação dessas operações e, exatamente a partir desses parâmetros já identificamos, no passado, situações envolvendo irregularidades praticadas por empresas do Grupo Parmalat na ação administrativa. Se não me engano, no ano de 2000, algumas foram levadas ao conhecimento do Ministério Público sob suspeição de crime contra o sistema financeiro.

Não soubemos das conseqüências ou do desdobramento desse caso específico que veio à tona, mas pouco depois começamos a lembrar daquela empresa, de outra e assim por diante. Certo é que havia ligações com o Grupo Parmalat, mas, em princípio, aquela organização estava acima de qualquer suspeita para mim e acho que para todos que estamos nesta sala.

Não havia nenhum indício, nenhuma suposição, tanto no Brasil como na Itália, de que aquele grupo pudesse estar, desde então, engendrando alguma fraude, algum desvio de recursos. Acredito que, se isso fosse de domínio público, talvez pouquíssimas pessoas hoje estariam sabendo.

A desconfiança começa a se dar, ou seja, tudo fica negro na medida em que a publicidade é dada a um caso. Aí sim todos começam a indagar sobre a responsabilidade por tais e quais ações.

Volto a dizer: houve uma série de situações identificadas pelo Banco Central, dentro de sua competência, tratadas de maneira adequada. Não chegamos a conhecer seus reflexos na área criminal, por exemplo, nem fomos provocados. Podemos debater essa questão mais tarde, com outros protagonistas.

Só temos condições de afirmar o rombo de 14 bilhões de euros na Itália e 2,4 bilhões de dólares no Brasil analisando os balanços de todas as empresas, função que não é nossa, na medida em que nossa área de atuação não são empresas comerciais, mas

instituições do sistema financeiro: bancos, corretoras, distribuidoras, empresas dessa natureza.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Permite-me V.Sa. uma intervenção? O senhor disse há pouco que o Banco Central estava fazendo acompanhamento da empresa.

O SR. RICARDO LIAO – Sob o aspecto cambial, de nossa competência.

O SR. DEPUTADO ZONTA – E sob o aspecto da análise de balanço e da situação de acompanhamento desse rombo?

O SR. RICARDO LIAO – Não, porque não temos responsabilidade pela atuação da Parmalat como empresa.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Mas pela a atuação dos bancos sim?

O SR. RICARDO LIAO – Dos bancos, claro. O acompanhamento que fazemos com relação a empresas comerciais restringe-se à legislação cambial: a parte comercial, de exportação e importação, e a parte financeira, remessas, empréstimos, financiamentos, títulos, pagamentos de juros, coisas dessa natureza. É importante que se tenha em mente essa distinção. É obrigação dos bancos, na medida em que concedem empréstimos ou passam a realizar negócios com as empresas; aí sim devemos saber qual a capacidade financeira, o capital, o volume de faturamento dessas empresas, para conhecer de antemão se elas comportam aquilo que estão pedindo.

É necessário ao capital ou ao financiamento delas? Depende do direcionamento desse crédito e da expectativa de retorno, porque ninguém empresta com a expectativa de não ter retorno. Lógico que tudo em condições razoáveis de trato, o que nem sempre observamos.

Quanto aos reflexos no sistema financeiro. No momento em que V.Exa. se refere, volto a dizer, à nossa avaliação, no sistema financeiro o reflexo é palatável, absorvível sem qualquer crise, individualizadamente ou em grupo, por sistema. Isso já está sendo tratado por vários desses grupos.

Quanto à questão que S.Exa. apresentou, assim como fez o Deputado Ronaldo Caiado, com relação à possível intervenção do Banco Central na empresa Parmalat, permito-me não me manifestar, porque não estive presente à reunião em que se tratou do tema. Tive notícia de que houve, sim, a negativa ou a impossibilidade técnica de isso acontecer. Não sei se efetivamente foi isso. Então, eu não teria como responder a esse questionamento. Peço perdão aos senhores.

Linha do Banco Central priorizando papéis em vez de trabalho. Recorro à primeira explanação.

Com relação às perguntas do Deputado Leonardo Vilela, foram duas as questões sobre possíveis falha do BC. Não temos como verificar de antemão a operacionalidade da empresa enquanto tal, apenas nos cabe acompanhar as relações comerciais, sob o ponto de vista do câmbio e de crédito e de suas relações com o sistema financeiro. Portanto, não acredito que tenha havido falha. A avaliação dos créditos no sistema financeiro é feita desde 2000 e 2001, desde a criação do Sistema Central de Risco. Hoje é possível ao Banco Central acompanhar a situação individualizada de cada crédito existente e, a partir das condições desse crédito, a melhor classificação em termos de provisionamento dentro do conceito de risco que as empresas financeiras se submetem ao emprestar ou, enfim, financiar determinadas atividades. Disso o Banco Central tem conhecimento.

Outro questionamento: até que ponto, dentro das regras prudenciais de concentração de limite por cliente ou por segmento, houve algum excesso? A resposta seria no sentido de que não houve falha sob o aspecto creditício ou cambial. As medidas certas, dentro da visibilidade que tivemos, foram adotadas, assim como também os procedimentos foram adequados, sob o aspecto administrativo.

O que está sendo feito para evitar novos casos dessa natureza? Apertar a regra prudencial, para que bancos passem a observar com maior detalhamento situações de empresas que começam a abrir sua composição. Ou seja, uma empresa que quer participar da outra. É situação useira e vezeira no Brasil, e preocupação nossa, empresas constituídas apenas para participar umas das outras, sem qualquer atividade, produção ou fim que não seja apenas participar; o que enfumaça a responsabilidade.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, peço a palavra para a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, gostaria de insistir nesta questão. Pela movimentação, pelo volume de crédito e de operações cambiais da Parmalat, pelas remessas ao exterior, não havia indícios de que esses montantes eram muito maiores do que o faturamento da empresa, sua capacidade de endividamento? Se essa for a resposta, continuo extremamente preocupado. Nosso sistema financeiro é muito frágil. Corre-se o risco de haver outras empresas com o mesmo **modus operandi** da Parmalat, ou seja, um emaranhado de participação em subsidiárias fictícias, diretores com quotas de 1 real e sedes em paraísos fiscais.

Então, a economia nacional, repito, é frágil. Estamos sujeitos a mais nuvens e trovoadas, com graves repercussões na vida nacional.

Essa fragilidade não é um fator que vai impedir investimentos estrangeiros e piorar a imagem do Brasil perante a comunidade financeira internacional?

(Não identificado) – Se os senhores, do Banco Central, não têm isso, quem terá?

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Até porque os funcionários da Parmalat não sabem nada.

O SR. RICARDO LIAO – Tentarei complementar a resposta.

Estamos tratando de um caso que, na verdade, não começou aqui. Trata-se – minha percepção é esta, posso estar errado – de um escândalo de uma empresa estrangeira que tinha representantes, subsidiárias e empresas com a mesma denominação no Brasil. O estrondo no exterior impactou a credibilidade dessa empresa no País. O que houve na Parmalat – repito, opinião pessoal – foi falta de credibilidade. Todas as instituições que tinham, até o dia anterior, aquelas empresas em boa conta passaram a exigir seus créditos imediatamente. Isso quebra qualquer um, não só a Parmalat. Qualquer empresa no Brasil que tivesse os créditos imediatamente cobrados por todo o sistema financeiro amanhã quebraria.

A matéria recebeu destaque internacional e houve um comentário do contador italiano de que o problema estaria no Brasil. O problema não está no Brasil, começou na Itália e teve reflexos no Brasil e, talvez, em outros países do mundo.

A fragilidade do nosso sistema está diretamente ligada à fragilidade dos sistemas italiano, inglês, americano ou argentino, na medida em que, se temos essas informações que estou tendo a oportunidade de transmitir aos senhores – e poucos países do mundo as têm —, dificilmente a Itália vai saber, de lá, quanto a Parmalat mandou ou recebeu da Itália para o exterior.

Não sei se houve essa conversa quando da visita dos senhores à Itália, mas acredito que dificilmente os italianos tenham essa informação.

(Intervenção inaudível.)

O SR. RICARDO LIAO – Não, refiro-me ao fato de a autoridade italiana ter essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Quero dar uma informação. O Presidente do Banco Central está sendo questionado duramente exatamente pela fragilidade do sistema. Eles não têm esse controle.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Qual o pressuposto legal que os credores dariam para cobrar dívida vincenda?

O SR. RICARDO LIAO – Desculpa, mas aí é outro um ponto da discussão: débito das contas do pagamento.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, tendo em vista as réplicas e as tréplicas apresentadas e uma vez que os outros convidados ainda nem falaram, temo que não teremos todo o tempo do mundo para debater. Gostaria que V.Exa. limitasse um pouco mais as respostas da Mesa, tornando-as mais objetivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado, é claro que há uma ansiedade, sobretudo por parte daqueles que ainda não fizeram suas indagações, mas são 5 Parlamentares, e o representante está fazendo o possível para responder. O direito à réplica é também permitido regimentalmente. É claro que tentamos ser o máximo possível objetivos.

O SR. RICARDO LIAO – Estou tentando retomar a linha de argumentação. Na verdade existem todos esses registros. O que eu quero dizer? Como na média – repisando uma informação anterior – temos 15 mil ingressos e saídas de recursos via contrato de câmbio diariamente, não vejo como "individualizadamente" cada um deles possa ser analisado profundamente. O que estou dizendo? Por exemplo, no Brasil, eu tenho ingressos, por intermédio, lógico, do sistema bancário, em favor da Parmalat de "x" milhões de dólares como colocação de bônus no mercado internacional. Não tenho, de antemão, como saber se efetivamente na Itália, na Espanha, na França ou na Alemanha alguma empresa do grupo ou ligada ao grupo fez uma colocação de papel, se houve essa captação, se ela foi transitada dentro do sistema bancário e se o que está sendo declarado para mim, no Brasil, de que esse dinheiro tem essa destinação, é verdade. Presumo verdadeira a declaração. Mas se descubro, por várias hipóteses, que isso é falso, tenho uma tipificação penal que diz que falsa declaração em contrato de câmbio é passível de punição com 100% do valor da operação. E é isso o que fazemos, e não podemos fazer mais do que isso. Isso e outras tantas hipóteses em que a lei cambial prevê ilegalidade. Algumas delas são tipificadas como crime e, a partir daí, são levadas ao conhecimento do Ministério Público como crime de ação pública.

Essa é a forma como o Banco Central trata essas situações. Elas são inúmeras, e é lógico que não conseguimos pegar tudo. Mas, para o que conseguimos detectar – e aí são situações mais extremas —, esses são os procedimentos adotados.

V.Exa. fala da inibição de capitais ingressarem no País. Quero falar só daqueles que vêm com outra preocupação e não com a intenção lícita de trazer seu capital para o Brasil para investir, para produzir ou, enfim,

para exportar eventualmente. Mas isso é de tamanha complexidade que é difícil detectar o que de suspeito possa estar eventualmente envolvido naquilo ali para, de antemão, prevenir. Essa é a questão mais difícil de ser tratada, no meu ponto de vista. Hoje, associando a questão de Basiléia com a lavagem de dinheiro, eu diria que os países se aproximaram de uma maneira inacreditável, através de capacitação de conhecimento e de troca de informações. E, certamente, esse caso vai passar por aí também. Porque estamos falando, além de uma fraude ocorrida na Itália, do desdobramento dela no Brasil. E existem fortes indícios de que isso efetivamente aconteceu, mas temos que apurar.

De antemão, não posso afirmar que houve um processo de lavagem de dinheiro no Brasil. Mas que existem indícios, certamente existem.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, quero ser bem objetivo na réplica, formulando apenas duas perguntas ao representante do Banco Central.

Inicialmente quero insistir na tese de que o representante do Banco Central disse que não participou da reunião e, por isso, não poderia emitir nenhuma opinião. Respeito plenamente. Mas, já que veio representando o Banco Central do Brasil, e acho que sensibilizamos os Ministros que hoje pela manhã aqui estiveram, acredito que essa matéria vai voltar à discussão no âmbito do Governo.

A minha primeira pergunta é: V.Sa. estaria sensível, numa segunda discussão, a posicionar-se favoravelmente à emissão de uma medida provisória para intervir no problema dos produtores e solucioná-lo, ou se posicionaria contrariamente? Essa é uma posição de V.Sa., representante do Banco Central.

Entendo ser difícil, às vezes, o Banco Central monitorar todas a operações de crédito, mas no momento em que uma empresa, no Uruguai, repassava a uma empresa no Brasil, a Carital Brasil, 500 milhões de reais, sendo que essa empresa tinha um capital de 3 milhões de reais e uma dívida contraída de 1 bilhão e 970 milhões de reais, pergunto: situações como essa não permitem diagnosticar que essa é uma empresa laranja? Que a empresa não está sendo utilizada exatamente para fazer parte de uma grande fraude nacional? Essa é uma pergunta que todos nós queremos ver respondida.

De repente, uma empresa, no Uruguai, repassa milhões de reais para uma empresa no Brasil. Essa empresa no Brasil tem um capital de 3 milhões de reais e uma dívida de 1 bilhão e 970 milhões de reais. É, sem dúvida nenhuma, a **holding** dessa estrutura toda Parmalat/Brasil. Aí já não é para uma empresa que tem lastro, contabilidade e contrato. Ontem, o Deputado Paulo Rubem Santiago comprovou aqui que o presidente dessa empresa é acionista com 1 real.

Segunda pergunta: quando uma empresa recebe todo esse volume de dinheiro do exterior, o Banco Central sequer avalia, sequer tenta saber se essa empresa tem estrutura para receber esse volume de dinheiro e para que ela serve?

Obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Já vamos entrar na Ordem do Dia.

Sei que o assunto é polêmico, mas quero dizer que não há como o Presidente cortar ou cercear a palavra de nenhum Parlamentar. Peço que V.Exas. entendam que, se o Regimento permite ao Deputado, ao indagar, a réplica e a tréplica, o Presidente é obrigado a admiti-las.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, o Parlamentar tem o tempo de 3 minutos, e creio que a Mesa, para responder, também deveria tê-lo. O representante do Banco Central – e sei que o assunto é complexo – está há 35 minutos respondendo a perguntas da primeira bateria, e há os outros que ainda não falaram. Se houvesse mais objetividade, os repasses nas perguntas acabariam ilustrando melhor o quadro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – A Presidência tem tentado, dentro do possível, conduzir da melhor maneira o debate. Não posso cercear a palavra de ninguém para um assunto como esse.

Peço a V.Sa., Sr. Ricardo Liao, que, sem prejuízo da resposta, seja objetivo.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, quero dar uma sugestão. No último grupo, somos 7 Deputados a falar. Não podem ser chamados 7, ao invés de se fazer um grupo de 5? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Farei isso.

O SR. RICARDO LIAO – Respondendo à pergunta do Deputado Ronaldo Caiado, quero dizer que,

se essa fosse a única solução viável, provavelmente sim.

Parece-me que das perguntas feitas, tentei responder todas, não sei se plenamente.

Muito obrigado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. RICARDO LIAO – Perdão. Eu teria que verificar por que razão essa operação não foi identificada – se é que não foi – ou se existe algum procedimento, dentre esses que já comentei com V.Exa., em termos de verificação da regularidade dessa operação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Passo a palavra ao representante do Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Tentarei ser objetivo. Se eventualmente nessa minha tentativa eu não for suficientemente claro ao abordar as questões, estarei à disposição de todos para esclarecê-las.

Começarei com as ponderações feita pelo Exmo. Sr. Deputado Assis Miguel do Couto, Relator. Creio que o comentário de responsabilizar o sistema financeiro pela crise da empresa ou de qualquer outro tipo de crise assemelhada, por si só, com todo o respeito – e sei que o Relator apenas o retransmitiu —, já se desqualifica.

Quanto à questão do risco do sistema, o representante do Banco Central, que é a autoridade para isso, já deu as informações. O que eu posso dizer, em nome do Banco do Brasil, é que a operação, embora o Banco tenha risco envolvido, está adequadamente provisionada de acordo com as regras da autoridade monetária, e não temos um risco maior de impacto que já não esteja dentro da atividade do Banco.

A discussão sobre o papel do sistema financeiro, financiando papéis ou o setor produtivo, é muito importante, altamente apropriada e uma oportunidade para o Banco do Brasil mostrar, mais uma vez, o seu papel. Aqui eu posso dar, com a permissão de V.Exas., 2 exemplos.

No exemplo específico, objeto desta Comissão, o Banco do Brasil emprestou essencialmente para a atividade produtiva, para as indústrias, que é a atividade que se relaciona com toda a cadeia do setor. Não tenho condições de detalhar todas as operações, mas posso assegurar a V.Exas. que mais de 80% do crédito do Banco do Brasil foram alocados no setor produtivo, na atividade produtiva.

Saindo do caso Parmalat e passando a falar sobre o papel do Banco do Brasil de modo geral, peço licença para solicitar a V.Exas. que façam uma reflexão junto conosco com relação aos balanços do sistema financeiro como um todo que são publicados. Lá, vê-se claramente o comportamento do Banco do Brasil, o crescimento das operações de crédito do Banco do Brasil **versus** o crescimento das operações com papéis. E aí é possível fazer uma comparação entre o Banco e o sistema. Permitam-me insistir que o Banco do Brasil tem cumprido bem o papel de financiar o setor produtivo, e as suas demonstrações financeiras oficiais mostram isso.

Todas as questões apresentadas são, obviamente, importantes, mas uma que está praticamente presente em todas as intervenções diz respeito ao sentimento de lentidão quanto ao apoio que o Banco do Brasil vem dando aos produtores de laticínios, cooperativas, enfim, às pessoas e aos agentes atingidos pela crise no setor.

E eu gostaria de dizer que levarei, humildemente, ao Banco do Brasil esse sentimento, mas tenho que fazer um ligeiro contraponto, com a permissão de V.Exas., para testemunhar o trabalho que temos procurado fazer no Banco do Brasil para novamente minimizar os impactos dessa crise.

Desde que instalado o problema, temos, nas diversas áreas do Banco, tratado dessa questão diariamente no comitê que aqui mencionei. Estamos revisando todos os nossos limites de crédito para os produtores, para as cooperativas de laticínios, para as indústrias envolvidas no sistema, buscando alocar recursos extras para essa finalidade.

O Banco entende que essa velocidade não está de acordo com o anseio dos produtores, até pela crise já instalada. Mas peço licença para lembrar que temos que passar por um processo de análise que tem de respeitar a lei, as normas do Banco Central, as próprias normas internas, e não podemos, diante de uma crise, com toda a sensibilidade que o Banco tem perante todo o setor, atropelar essas normas, caso contrário seremos objeto de fiscalização por parte de V.Exas., mesmo porque esta Casa tem essa competência.

Portanto, asseguro a V.Exas. que estamos procurando fazer o melhor. Se ainda não conseguimos responder ao anseio do setor, tenho a expectativa e a esperança de que a avaliação e o sentimento aqui manifestados serão atendidos proximamente.

Em termos objetivos, a partir da deflagração da crise, hoje já temos limites reanalisados, operações analisadas, discutidas e aprovadas no Banco no volume de 113 milhões para a contratação de AGF – parte já contratada. A parte contratada não é a mais substancial, mas já conta com cronograma de contratação e liberação. E espero que esse impacto e essa visão realmente sejam minimizados.

Passo agora à questão apresentada não só pelo Deputado Zonta, mas também por V.Exa. e outros

Parlamentares, que diz respeito à pretensa ação de confisco que o Banco do Brasil teria feito na conta da Parmalat ou, como outros também mencionaram, eventual estorno que o Banco do Brasil tenha feito na conta dos produtores, dos fornecedores da Parmalat. Essa é uma oportunidade ímpar que o Banco do Brasil tem para tentar – e espero que consigamos – esclarecer esses 2 pontos.

O Banco do Brasil tem operações de crédito com a indústria Parmalat. Essas operações são garantidas por produtos dessas indústrias. E temos autorização da empresa, como de praxe, para que, na ocorrência de vencimento dessas operações, o Banco possa fazer o débito em sua conta corrente, a fim de liquidar ou amortizar essas operações. Isso é previsto contratualmente. E o que o Banco do Brasil fez e tem feito é exatamente isso. O Banco do Brasil não lançou mão dos recursos destinados a fornecedores, mas utilizou-se de uma prerrogativa legal e contratual, até porque muitas vezes os recursos que foram apropriados na conta corrente da Parmalat eram provenientes da própria alienação de produtos que podiam estar em garantia do Banco, até por que o Banco, ao fazer a vistoria em algumas unidades onde esses produtos estariam depositados, constatou insuficiência dessas garantias, notificou regularmente a empresa, como é previsto, e adotou administrativamente as ações que, no nosso entendimento, representam a diligência que o administrador de uma sociedade anônima – além de uma sociedade anônima, uma sociedade anônima com capital majoritariamente da União – tem que fazer.

Então, com relação ao débito na conta da Parmalat para amortizar as operações de crédito, o entendimento do Banco é, cristalinamente, um débito feito de acordo com as condições contratadas com a empresa, sendo, portanto, legal e legítimo.

Outra questão também apresentada foi a do pretenso estorno – e permitam-me V.Exas. chamar de pretenso, porque ainda não conseguimos identificar um caso concreto. Nesse sentido, coloco-me à disposição, nesta Comissão e permanentemente no Banco, para, se os identificarmos, tratarmos desses casos.

Repito: chamo de pretenso porque não tenho nenhum caso concreto identificado. Seria o estorno que – e algumas pessoas estão mencionando, assim como alguns dos senhores, e já ouvimos esse tipo de comentário lá fora também – o Banco pretensamente teria feito na conta de fornecedores da Parmalat, ou seja, teria creditado e depois estornado. Volto a dizer que desconhecemos essa situação, não temos nenhum caso concreto identificado. Se V.Exas. tiverem, coloco-me à disposição para tratar disso.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN – O caso concreto que citei aqui foi o da Lactoplasa, que tem 1.200 produtores.

Na realidade, não posso afirmar que houve o estorno para todos esse produtores porque o documento que apresentamos aqui faz referência a isso. Vou fazer uma leitura rápida, porque esse é um caso concreto. E esses 1.200 produtores não conseguiram sequer linha de crédito no Banco para amenizar esse problema.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Perfeito.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN – O documento, dirigido ao Deputado Zonta, diz o seguinte:

"Servimo-nos do presente para informar a V.Exa. que a nossa empresa tem um crédito a receber da empresa Parmalat do Brasil da ordem de 1 milhão e 298 mil. Isso é correspondente ao mês de dezembro. *Entretanto, não recebemos nenhum desses valores, pois foram bloqueados pelo Banco do Brasil quando a empresa Parmalat fez depósito para pagamento. Esse fato ocorreu em 16 de janeiro de 2004, e até a presente data não foi solucionado o problema.* Por *outro lado, a empresa Parmalat entrou com o pedido de concordata, no dia 28 de janeiro, deixando as condições de credores quirografários. Cumpre destacar que os valores acima mencionados já estão vencidos: 922 mil e mais 312 mil, desde 15 de dezembro de 2003; e 610 mil, em 15 de janeiro de 2004"*.

Esse é um fato concreto. O diretor da empresa nos confirmou que os recursos foram retirados da conta, e o banco creditou.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Desculpe. Retirados de que conta, Deputado?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLINI – Pelas informações, retirado da conta da empresa que vendeu a Parmalat, que pagaria aos produtores.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Insisto que podemos tratar desse caso concreto e ter uma resposta específica, mas, com a permissão de V.Exa., o próprio texto lido não indica necessariamente isso. Indica que a empresa tinha uma expectativa de receber da Parmalat numa determinada data, mas não recebeu. Esse é o entendimento, com a licença de V.Exa. Essa situação é a primeira que mencionei e que configura não o estorno na conta do fornecedor, mas o débito na conta corrente da Parmalat, em relação às operações vencidas no banco.

Novamente, comprometo-me a averiguar. E até afirmando em caráter mais genérico, eu diria que o banco não deu nenhuma orientação para que valores depositados em conta de fornecedor da Parmalat fossem estornados, até porque ele não teria como fazer isso. Seria uma operação ilegal. Não há nenhuma orientação do banco nesse sentido. Se houver

qualquer fato como este, apuraremos e tomaremos as providências.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente...

(Não identificado) – Só um momento, Deputado.

Deputado Zonta, seria o caso de tirarmos uma cópia desse documento e deixarmos...

(Não identificado) – Não. Vamos disponibilizar.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Eu gostaria de fazer uma réplica, para deixar claro o assunto. Vejam bem: a intenção da Parmalat, no dia 16 de janeiro, foi pagar os produtores, as cooperativas e as empresas de laticínios. No caso específico de Santa Catarina, os pagamentos feitos por meio dos bancos do Estado ou do BRADESCO, no mesmo dia, caíram na conta dos produtores e das cooperativas, mas, no caso daqueles que recebem pelo Banco do Brasil, o Banco se apropriou desses valores para resgatar, como disse V.Exa., compromissos que a Parmalat tinha assumido junto ao Banco.

Na realidade, fica bem claro que o Banco do Brasil utilizou o crédito que a Parmalat tinha direcionado para o pagamento aos produtores para resgatar uma conta.

Diz V.Exa. que, na questão da contratação dos EGFs, houve demora ao examinar o cumprimento das normas e fazer as análises. Se o Banco do Brasil emprestou à Parmalat, ele fez essa análise? Não sabia do rombo? Não conhecia o balanço?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Perfeitamente, Deputado. O Banco do Brasil fez a análise do Grupo Parmalat na época própria e emprestou o dinheiro com base nas informações oficiais da empresa, balanços auditados e publicados, que é a documentação legal para essa finalidade. O Banco, de fato, àquela época, não conseguiu identificar uma crise que viria eclodir mundialmente algum tempo depois.

Essa questão já é conhecida, mas o banco não é um dos principais credores da Parmalat. Assim como o Banco do Brasil emprestou dinheiro, dentro de um modelo de análise segundo o qual a empresa tinha limite de crédito e oferecia condições, àquela época, de acordo com as informações disponíveis no mercado para tomar crédito, os demais bancos também emprestaram e em volume bastante superior ao do Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Gostaria de saber se V.Exa. tem conhecimento do volume de crédito que o Banco do Brasil emprestou à Parmalat?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Claro.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Poderia nos informar?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Tenho conhecimento, até porque somos responsáveis por conduzir o assunto, mas peço licença para não detalhar as operações em função do sigilo bancário. Mas posso assegurar que o Banco não é um dos principais credores da Parmalat e reitero que ele emprestou mais de 80% para a atividade industrial.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, tenho direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Peço aos Srs. Parlamentares que estão inscritos que, por favor, sejam objetivos, porque depois ficamos com muita demanda e há reclamações.

Por favor, Deputado, com a máxima objetividade.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Pode ter certeza, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, não vejo nenhuma quebra de sigilo bancário informar o volume de dinheiro que o Banco do Brasil emprestou à Parmalat. Essa foi a pergunta formulada por mim. Em segundo lugar, quanto às garantias, alega o representante do Banco do Brasil que elas eram exatamente os produtos fabricados pela Parmalat. Então, precisamos saber se realmente eram. Como disse o Deputado Zonta, se todos os outros bancos cumpriram o acordo e depositaram o dinheiro para os produtores, por que apenas o Banco do Brasil não repassou esse dinheiro aos produtores de Goiás, Santa Catarina e Rio de Janeiro? Exatamente essa pergunta fez parte da minha primeira indagação formulada ao representante do Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, gostaria de saber, repetindo a primeira pergunta, que não foi respondida: qual o montante de recursos que já foi contratado na modalidade de EGF para o leite? Qual percentual desse montante que foi para as cooperativas?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Não sei se estou equivocado, mas estava tentando seguir a ordem. Eu ia chegar às perguntas dos nobres Deputados. O Deputado Zonta havia perguntado também sobre a disposição do Banco do Brasil em financiar investimento para que eventualmente cooperativas pudessem assumir essas unidades, esses negócios. A disposição do Banco do Brasil é total em financiar esse investimento. É claro que precisa fazer isso havendo linhas adequadas. Hoje o professor Carlos Lessa não está mais aqui, mas as linhas de financiamento, basicamente, são as do BNDES.

O Banco do Brasil tem todo o interesse em financiar a eventual aquisição dessas cooperativas, a renda dessas unidades e analisa com a maior interesse a

possibilidade de fazer uma parceria no sentido de que essas unidades sejam mantidas em funcionamento.

Quero dizer o seguinte quanto às duas questões feitas pelo Deputado Leonardo Vilela: em relação à primeira, volto a dizer que levo para o banco essa avaliação de que o EGF está demorando, não está atendendo ao anseio do setor – e V.Exa. mencionou 32 cooperativas especificamente que não estariam sendo atendidas. Em termos concretos, o Banco do Brasil tem já aprovadas operações para o setor de leite, envolvendo cooperativas e eventualmente produtores – não tenho separado por cooperativas —, no valor de 113 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Desculpe, mas eu perguntei sobre o volume efetivamente contratado e não aprovado, porque sabemos que aprovar é uma coisa e contratar é outra.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Quanto ao volume efetivamente contratado, não tenho aqui o número certo, mas ele está bem abaixo disso ainda. Estamos num processo de contratação e temos uma agenda.

Sobre a pergunta do Deputado Ivan Ranzolin, em relação à Lactoplasa, tenho impressão também de que tratamos.

O Deputado Ronaldo Caiado levantou duas questões sobre confisco e estorno. A postura do banco em relação ao volume de recursos depositados na conta corrente da Parmalat foi a de utilizar uma prerrogativa contratual. De fato, amortizou operações de crédito vencidas. Quanto ao estorno, insisto que não tenho conhecimento de nenhum fato concreto de estorno na conta dos fornecedores e disponho-me a tratar e corrigir, claro, qualquer caso que tenha ocorrido indevidamente.

Comentou V.Exa. exatamente a respeito do volume de operações, valores e garantias com o grupo Parmalat. Embora eu respeite, por óbvio, o entendimento de que essa informação eventualmente pudesse ser passada, por uma questão de entendimento do banco, essas informações estão protegidas pelo sigilo bancário. Mas posso dizer que o banco operava com a Parmalat Indústria, a Batávia e apenas residualmente com a Parmalat Participações.

A última questão, Deputado, que V.Exa. mencionou é sobre a reunião no Palácio do Planalto, em que o Banco do Brasil teria sido contra a edição de uma medida provisória para resolver. Desculpem-me, mas desconheço a participação do Banco do Brasil nessa reunião e eventualmente o posicionamento ele que tenha tomado. Aproveitando o que V.Exa. já havia feito em relação ao representante do Banco Central do Brasil, independentemente disso, posso assegurar que quaisquer medidas, legislativa ou judicial, que objetivem fazer com essas atividades permaneçam nas mãos de cooperativas, dos produtores ou de uma gestão compartilhada, devem ser negociadas para permitir a manutenção dessa atividade e atender aos interesses dos fornecedores, dos empregados, do Estado, eventualmente credor dessa empresa, e dos demais credores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Caiado) – Apesar de ter sido iniciada a Ordem do Dia, pediria aos nobres Parlamentares que ainda não registraram presença que fiquem mais um pouco para continuar o debate nesta Comissão. Sabemos que algumas matérias dependem da nossa presença em plenário. Do contrário, poderemos evoluir. Com isso, passaria ao segundo bloco.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, nobres Srs. Parlamentares, Srs. representantes do Banco Central do Brasil, do Bando do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil, logicamente que as perguntas mais complexas já foram feitas com relação ao volume de financiamento, etc. A cada resposta, o convencimento que nos chega é o de que o único caminho que temos para alcançar os números, os valores e os contratos é uma CPI. Não vejo outro. Só quebraremos o sigilo se houver uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pela primeira vez em 5 mandatos assinei – não assinarei mais porque já assinei agora há pouco – o pedido de instalação de CPI. Fiz isto porque entendi que não há alternativa. Precisamos das informações, que não nos podem ser passadas em razão do sigilo bancário. Precisamos chegar na fonte.

Mesmo assim, quero fazer uma pergunta ao representante do Banco do Brasil com relação às operações com a Parmalat. As operações foram feitas diretamente nas agências dos Estados ou houve a aprovação do comitê de crédito do Banco do Brasil aqui em Brasília?

Parece-me que a resposta já foi dada também, ou seja, que não há o controle de entrada e saída de numerários do exterior para cá e vice-versa. *(Pausa.)* Parece-me que alguém perguntou qual o volume de recursos que veio de lá para cá. O Presidente atual da Parmalat no Brasil, na reunião de quinta-feira passada, afirmou, com todas as letras, que o volume que veio da Itália para cá é muito maior do que o que foi daqui para lá, mas ele não soube precisar o valor, a quantidade. Esse volume pode ser fornecido independentemente da quebra de sigilo bancário?

Sr. Presidente, V.Exa. já fez a solicitação do pedido de instalação de CPI, e eu já anunciei que, pela

primeira vez em cinco mandatos, assinei um pedido de CPI. Agora a minha convicção cresceu mais ainda. Nenhum dos representantes do Banco Central do Brasil ou do Banco do Brasil podem nos fornecer as informações de que precisamos, pelo menos para formar nossa idéia. Precisamos, pelo menos, formar nossa idéias, para não cometermos injustiça desnecessariamente.

V.Exa. está coberto de razão. Esta Comissão deverá acompanhá-lo nessa questão, e coloco-me à disposição para ajudar a colher as demais assinaturas.

Nada mais tenho a perguntar, porque todas as indagações feitas aqui estão dentro do sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado Roberto Balestra as considerações.

Com a palavra o nobre Deputado Durval Orlato.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Primeiramente, devo dizer que sou solidário aos Deputados que realmente querem ver regularizadas as contas dos produtores, a fim de que eles dêem continuidade à produção.

Por outro lado, ainda que o Governo seja majoritário das ações do Banco do Brasil, o primeiro nome dessa instituição é banco. Trata-se de uma sociedade anônima regida pelo direito privado. Banco é banco. Tem o seu aspecto social, mais ainda assim é banco.

Assim como a Parmalat, que ninguém soube como entrou no buraco – serei um pouco advogado do diabo –, nem todas as cooperativas estão com a sua situação em dia e são capazes de contrair empréstimos. Muitas delas estão maquiando suas condições e podem arrebentar a qualquer momento. Não digo todas. Na condição de Presidente de cooperativa que fui e membro da OCB, sei que a grande maioria delas realmente está em situação regular e é muito operante na forma de agir com suas contas, mas devo lembrar que algumas cooperativas, a exemplo da de Cotia e outras, já deram dor de cabeça.

Na hora de emprestar, temos de lembrar que é o nosso dinheiro que está no Banco do Brasil, que poderá ser contraído por empresas privadas nacionais ou internacionais e não ser pago, o que ocasionará problemas. O zelo, principalmente em momento como este, atabalhoado, em que todos querem resolver a situação, pode exigir do banco maior pressa.

Estamos agindo com justeza e solicitando agilidade por parte do banco, mas fragilizar a condição de análise de quem pode contratar é algo temerário, porque vamos escoar um monte de dinheiro que pode não retornar totalmente.

O empréstimo que o Banco do Brasil concedeu à Parmalat Participações, uma devoradora de passivos, foi de 8 milhões e 96 mil dólares, o equivalente a 24 milhões de reais. Para a Parmalat Alimentos foram 50 milhões – já que V.Sa. não pode dizer, tenho em mãos dados sobre os valores – valor até compreensível, porque a empresa tem patrimônio, lastro. Baseado nessas informações, pergunto a V.Sas.: porque emprestaram 24 milhões para uma empresa que só tem dívidas e nada a oferecer de lastro? Se houve lastro, qual foi ele?

Minha pergunta, dirigida aos representantes do Banco Central, é a seguinte: gostaria de saber se os senhores cruzam, com a Receita Federal, as movimentações internacionais de remessa e recebimento dessas empresas? Se isso ocorre – e espero que o sistema já esteja bastante avançado —, o que foi detectado quanto à forma de pagamento ou não recolhimento da receita?

Um detalhe: o Presidente da Parmalat Brasil Alimentos afirmou que nos últimos 4 anos o Banco Central deu-lhe atestado de idoneidade quanto às remessas das contas CC-5. E os 4 anos anteriores a esses foram checados, especialmente no período de 1995 a 2000? Não tenho dúvida de que esse foi o maior período de lavagem de dinheiro.

Deixo, por fim, um desafio: até quando essas quadrilhas estarão à frente das instituições? Até quando elas burlarão o sistema sem que detectemos que estão fazendo lavagem de dinheiro? Elas são muito mais organizadas e fazem esse tipo de ramificação para enganá-los. Não me conformo com isso. Após a explanação de V.Sas., espero obter essa resposta.

Aproveito a oportunidade para lembrar do lado social. Além dos 6 mil funcionários das indústrias que poderão perder o emprego, eu acrescentaria mais 200 crianças da Aldeia Parmalat que foram abandonadas, desde março, e não receberão os 25 mil reais mensais da M&M Tanzi. O Banco do Brasil não poderia assumir esse lado social da questão das 200 crianças? Seriam 200 problemas a menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, às vezes, essas elucidações trazidas nos deixam ainda mais em dúvida.

Há setores que têm a melhor burocracia do Estado, a exemplo do Banco Central, do Itamaraty, dentre outros. Ouvimos que a Parmalat do Brasil chegou a essa situação em que se encontra por problemas iniciados na Itália. Se não fosse por isso, continuaria gozando do crédito e das condições normais de mercado para operar, mesmo após tantos

anos de acúmulo de grandes prejuízos, sendo praticamente 60% do capital da Parmalat do Brasil Indústria de Alimentos. Sentimo-nos muito inseguros sobre os termos desse cadastro, no caso, positivo da Parmalat. Como é criada a análise de crédito pelos bancos ou até que ponto o Banco Central influi ou não nessa questão?

Por outro lado, ouvimos que o Banco do Brasil, caso haja cooperativas interessadas em operar unidades, seja por arrendamento, seja por gestão, desde que haja autorização judicial da 29ª Vara, em São Paulo, estaria disposto a ajudar. Já ouvimos inúmeras vezes dizerem que estão sempre dispostos. No entanto, na última hora, nunca há disponibilidade, não apenas porque a cooperativa não tem condições de receber empréstimos. Aqui foi enfatizado que muitas delas não têm essa condição simplesmente por falta de disponibilidade de crédito.

Pergunto, objetivamente: há necessidade de o Governo Federal criar linha de crédito especial para que o Banco do Brasil ou o sistema bancário disponibilize crédito para as cooperativas operarem por arrendamento mercantil ou por co-gestão nas unidades? Já existe esse crédito ou há necessidade de ação pró-ativa, decisiva, clara, objetiva e rápida do Governo Central para disponibilizar os recursos?

Sr. Presidente, esta é a única pergunta que faço, já que os Deputados que me antecederam foram muito claros, objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Nobre Deputado Anivaldo Vale, V.Exa. não estava aqui quando o chamei e por isso tem agora a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Obrigado, Sr. Presidente. Lamentavelmente, nesta Casa, temos de ser onipresentes. Tive de me retirar, apesar de preocupado em me manter atento à discussão, que reputo da maior importância.

Sr. Presidente, considero feliz a iniciativa de se criar esta Comissão Especial, iniciativa tomada pela Comissão de Agricultura, que V.Exa. preside. Minha preocupação é parecida com a do Deputado Mendes Thame, que focaliza um ponto, enquanto a minha vai além.

Hoje pela manhã, senti, de parte dos Ministros, que não há no momento disposição do Governo em interferir no processo Parmalat. Houve um questionamento entre o Deputado Ronaldo Caiado e o representante do Banco Central, Dr. Ricardo, sobre a iniciativa de colocar esse assunto em pauta.

Compreendo a dificuldade do Banco Central, do Banco do Brasil e de outros que porventura estejam nesse processo, porque não estamos tratando de uma concordata nem de um processo de falência, mas de uma fraude que, ao longo do tempo, foi exitosa e agrediu a inteligência mundial. Esse negócio foi plantado. Quanto à fraude, certamente, não havia um mecanismo capaz de saber que aquele título de 4 bilhões não era xerox que lastreava o patrimônio da empresa, o qual realmente não existia.

Assusta-me a ausência de ações voltadas não só para proteger o pequeno produtor, que tem na atividade da exploração da pecuária leiteira a própria subsistência e a de sua família – são mais de 580 mil –, ou as grandes empresas, mas também o processo tecnológico que foi implantado, a genética que foi trabalhada. Há um custo para esse processo.

Hoje, a estrutura produtiva está comprometida em função de uma fraude, em relação à qual não fomos capazes de reagir pró-ativamente. Estamos diante de um processo reativo. Lamentavelmente, sinto que não há disposição do Governo em interferir neste momento.

Estão presentes representantes do Governo, de um banco público federal e do Banco Central, que trabalha segundo diretrizes voltadas para o Governo. Portanto, há autonomia, mas não há independência em seu processo. Esse assunto é mais sério do que as discussões que têm provocado e as ações que têm sido adotadas.

Sr. Presidente, como disse o Ministro pela manhã, existe disposição do Governo italiano no sentido de criar uma nova empresa e preservar os ativos das empresas. Eu disse também, hoje pela manhã, que mais importante do que os ativos da empresa é a sua utilização positiva. O Governo não pode ficar de cócoras nem ter a postura do avestruz. Temos de criar uma situação que permita reunir conhecimento, experiência e sabedoria dessas instituições brasileiras como forma não só de erradicar esse processo, dar-lhe uma solução e amparar o pequeno produtor, como também de criar mecanismos de defesa daqui para a frente.

No Comitê das Instituições Financeiras Federais, por exemplo, têm assento o Banco Central e todos os bancos públicos federais. Nesse comitê poderia nascer uma diretriz pela qual o Governo traria à discussão, por esta Mesa ou pelo Conselho Monetário, a sugestão de uma norma que o Banco Central pudesse administrar. Temos aqui um caso atípico que pegou de surpresa toda a sociedade, não só a brasileira como a mundial. É preciso criar um mecanismo de defesa para evitar casos futuros.

Sr. Presidente, foi feita uma declaração que não me agradou. Gostaria que V.Exa. enviasse nota taquigráfica ao Presidente do BNDES. Não gostei da solução dada por S.Sa. nesse negócio do leite no saco mole. Embora pasteurizado, tem vida perecível de 2 ou 3 dias. S.Sa. disse: *"Estou lá. Se o Ministro mandar, eu farei".* Isso não é verdade, Sr. Presidente. A ação tem que ser do Governo. Cabe-lhe apenas a discussão de uma operação atípica. Certamente, não deverá ter carta de fiança, mas terá de apresentar taxas de juros diferenciadas e compartilhamento de risco, porque o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste ou outro banco privado não colocará dinheiro numa operação que não tenha rentabilidade ou segurança. O BNDES é o maior banco do mundo, maior do que o Banco Mundial, e todo recurso de longo e médio prazo está no BNDES. O Banco do Brasil capta recurso no mercado, mas não tem essa liberdade de gerir programas de longo prazo, à exceção dos recursos dos fundos constitucionais, que estão no Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Sr. Presidente, apelo para que esta reunião seja imediatamente levada ao conhecimento dos Senadores, porque também no Senado se está discutindo essa questão. O Governo deve convocar toda sua **inteligentzia** do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, do Banco Central, BNDES, dos Ministérios da Agricultura, Planejamento e Desenvolvimento, a fim de buscar uma solução para esse problema, senão ficaremos administrando como formiguinhas: porque não se depositou na conta do pequeno produtor, porque não fizemos isso ou aquilo, porque o EGF não está sendo liberado, etc.

O Banco do Brasil se cercará de garantias. Se V.Exa. conseguir desenhar o **pool** de empresas de que falei, incluindo cooperativas, associações de produtores rurais, empregados e fundos de pensão, poderá obter uma forma operacional nova, cercada de toda segurança de que o sistema precisa.

Como bem lembrou o representante do Banco Central, hoje já existe esse modelo em função do Acordo de Basiléia, um sistema novo, de cerca de 10 anos, que redesenhou o sistema financeiro. Se essa fraude enganou até o sistema financeiro internacional, certamente não será o Banco do Brasil quem a identificará numa filial.

Sr. Presidente, faço também um apelo para provocarmos o Governo e sua estrutura, a fim de que se busque solucionar esse grande caso que está incomodando a sociedade brasileira, como também que se crie mecanismos de defesa que evitem outros casos. A Parmalat está ferida de morte, apesar de ter exercido, ao longo do tempo, um processo importante de verticalização dos produtos, seja do leite, de frutas, etc. e de contar com uma tecnologia competitiva.

Gostaria de ratificar o que disse hoje pela manhã em relação à lei que estamos discutindo no Congresso Nacional a respeito do trabalho escravo: devemos pegar um pequeno produtor ou fazendeiro que não está cumprindo a legislação trabalhista e, sem dar-lhe tempo, prendê-lo, multá-lo e tornar sua propriedade indisponível. A legislação brasileira deveria prever o arresto de bens para fatos como esse, que passariam a ser da União e de uso produtivo para a sociedade. Não é possível nos satisfazermos com a prisão dos diretores. É preciso mais do que isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Deputado Enio Tatico.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, Sr. José Maria e Sra. Helena Leite, gostaria que o Dr. Ricardo Liao explicasse se os papéis aos quais se referiu, que foram negociados no exterior, foram via **offshore** no Uruguai, porque essa operação não foi feita diretamente com a Itália, que é quem a avaliza, e sim com o Brasil. Apesar do aval da Itália, não havia necessidade de o Brasil fazer esse tipo de operação.

Também gostaria que o Dr. Ricardo Liao e o representante do Banco do Brasil informassem se o Banco Central e o Banco do Brasil tinham ciência da auditoria feita na Parmalat em abril do ano passado, dando-lhe condições financeiras de operação e caracterizando-a como viável para o mercado financeiro. Além disso, por que foram realizadas essas auditorias?

Gostaria de saber ainda se o Banco do Brasil continua arrestando produtos e bloqueando as contas da Parmalat, dificultando o recebimento dos produtores. O Banco do Brasil liberou algumas contas para ajudar no pagamento efetuado da última folha de pagamentos? De alguma forma o Banco do Brasil colaborou com os outros bancos citados, como o BRADESCO? O Banco do Brasil realmente reteve esse dinheiro? Em caso afirmativo, por que, se não há ilegalidade, conforme V.Sa. reconheceu?

Gostaria que o Sr. Presidente informasse que o pedido de intervenção do Governo Federal feito por esta Comissão foi tema de reunião ocorrida no Palácio do Planalto. O que mais pesou na decisão do

Governo, naquele dia, foi a opinião do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, e do Presidente do Banco do Brasil. Além desses dois bancos, participaram da reunião com a Casa Civil o Ministério da Justiça e outros órgãos competentes. Por terem maior conhecimento do sistema bancário, foram as opiniões de ambos as que mais pesaram para que não houvesse a intervenção do Governo Federal.

Há intervenção do Banco Sumitomo no ativo da Parmalat em todo o Brasil ou somente em São Paulo? Por que o Banco Sumitomo teve maior habilidade para intervir? Qual o valor envolvido nessa intervenção? O Banco Central tem ciência disso?

Vejo o Banco Central e o Banco do Brasil como as instituições financeiras mais qualificadas para saber a hora exata dessa intervenção. Embora tenham sido contrários à intervenção, de lá para cá se passaram de 15 a 20 dias e houve uma viagem desta Comissão para a Itália, que trouxe novas informações. Essa posição permanece? Como os melhores analistas desse caso, uma vez que são contrários à intervenção, que solução propõem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados e convidados presentes, gostaria de fazer minha primeira pergunta ao representante do Banco do Brasil. Quais as fontes de recursos usadas para o empréstimo à Parmalat? São fontes próprias? Qual a expectativa do Banco do Brasil em reaver esses créditos? Nesse aspecto – talvez não possa ser revelado em função do sigilo bancário –, qual seria a estratégia, uma vez que, pelas informações que temos no âmbito da imprensa, esse valor gira em torno de 30 milhões de dólares?

As supostas transações cambiais efetuadas pela Parmalat, na sua avaliação, implicam ilícito cambial? Pelo que foi abordado, houve uma transação completamente fora do controle, do contexto. Não se sabe qual Parmalat efetuou a transação. A Parmalat está um verdadeiro balaio de gato.

Não se pode, por exemplo, propor uma ação se não há objeto e causa do pedido. Uma ação com essa perspectiva não tem razão de existir. Se houve um ilícito cambial, como ficaria a situação? Houve concorrência? Se houve ilícito, houve crime. Se houve crime, evidentemente, alguém tem de pagar por ele. Se houve crime, houve ilícito cambial, mas ninguém sabe se houve ou não. Então, parece-me que há concorrente nesse aspecto.

O Banco Central ouviu falar desse emaranhado de empresas do Grupo Parmalat? Quando conversamos aqui, a todo momento falava-se da Carital, de uma **holding** e assim por diante. Uma dava dinheiro para outra e vice-versa. No final, ninguém tinha informações, o presidente, o contador. Já repeti isso umas três vezes. Havia conhecimento dessa situação? O Banco Central tomou alguns cuidados, por exemplo, junto à Receita Federal ou aos órgãos competentes? Houve essa preocupação por parte do Banco Central, pelo menos em algum momento?

Em função disso, estamos correndo o risco de um impacto no Tesouro. O Banco Central tem noção de qual seria esse impacto no Tesouro? Até agora, ninguém sabe. Sabemos que tem, mas não quanto. Qual seria a estratégia usada?

Em função da experiência e da responsabilidade de V.Sa., o senhor consideraria que a transação implicou num ilícito cambial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – o último inscrito é o Deputado Paulo Rubem Santiago, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, senhores convidados, prezados Deputados, reafirmo a consideração que fizemos ontem, corroborada por outros colegas. A nossa Comissão praticamente já tem as chaves para fechar as portas dessa primeira etapa.

Estamos caminhando agora para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Embora não seja nossa intenção primordial transformar o problema Parmalat numa investigação policial, é fundamental avançar nessa perspectiva, para que haja segurança, seja para o Banco do Brasil, seja para o BNDES, seja para o BNB. Com a segurança que estão pisando em terra firme e não em mares do Caribe, como vimos ontem, nas inúmeras declarações prestadas por alguns diretores.

Apenas quero nesta Comissão manter a declaração que fiz hoje pela manhã. Quero fazê-la porque isso implica responsabilidade muito grande ao Banco do Brasil.

Farei chegar às mãos do Sr. José Maria Rabelo, que representa, neste momento, o Banco do Brasil, cópia dos 2 extratos do produtor da cidade de Águas Belas, de nome Paulo Murici, e do produtor da cidade de Batalha, em Alagoas, cujo nome não me recordo

agora. Tenho as cópias em Recife, no meu escritório. Está confirmada essa ação do Banco do Brasil cancelando o depósito feito pela Parmalat. Há uma seqüência de pagamentos das quinzenas, se não me falha a memória, desde a última quinzena de outubro ou a primeira quinzena de novembro. No dia 16 de janeiro, os produtores foram surpreendidos, porque, informados pela Parmalat que o depósito havia sido feito, ao se deslocarem às unidades bancárias dessas cidades, receberam a informação de que esses depósitos haviam sido cancelados.

Queremos abordar isso porque sabemos que, muito antes do Banco do Brasil, um banco privado já buscou um amparo judicial para preservar seus ativos e interesses. Não vemos, **a priori,** na atitude de qualquer banco, a tentativa de buscar apoio judicial para preservar seus interesses como financista de uma operação dessa natureza. Não há nada de errado ou de crime. Não entendemos, conforme registrado nesses extratos, o cancelamento de depósito feito pela empresa a toda malha de fornecedores – são quase 1.500 de toda a região do agreste de Pernambuco e da região vizinha do Estado de Alagoas.

Queremos insistir, neste momento, na tese que hoje pela manha expusemos: a participação co-responsável dos Governadores de Estado nessa situação em que buscamos uma intervenção do Governo Federal, senão a intervenção **stricto sensu,** mas uma participação do Governo Federal.

Os Srs. Governadores de Estado, em algumas unidades, aprovaram a concessão de incentivos fiscais para a expansão das unidades industriais da Parmalat e são também responsáveis por medidas de política fiscal, para que sejam protegidas as negociações internas aos Estados.

O nosso Estado acaba de mudar a pauta fiscal do leite e do queijo de coalho para proteger os produtores de Pernambuco da vinda do produto do norte do País e de Estados como Bahia, Sergipe e Alagoas. Então, mudou-se a pauta fiscal e a alíquota que incide sobre a comercialização do leite e do queijo de coalho. Os Governadores também têm responsabilidade.

À luz da sentença do eminente magistrado da 2ª Vara da Comarca de Itaperuna, da intervenção da Juíza da Comarca de Carambeí, no Estado do Paraná, do Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Dr. Edvaldo Palmeira, que já determinou o bloqueio de qualquer atitude que venha impor alienação dos bens da empresa na unidade industrial de Garanhuns, os Governadores também têm responsabilidade para que o processo de reestruturação seja feito, garantido-se a participação dos bancos e a remuneração dos fornecedores, mas sobretudo a plenitude da atividade produtiva na cadeia leiteira.

Estamos tentando uma audiência com o Governador do Estado, nas próximas horas, para levar essa documentação, a ação civil pública, apresentada pelo Estado do Rio de Janeiro, e a sentença do Juiz da 2ª Vara de Itaperuna, que são elementos importantes.

Volto a dizer que faremos chegar às mãos do Sr. José Maria a cópia desses extratos. Tivemos o cuidado de ouvir os produtores, pois foi uma atitude indevida do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – O nobre Deputado Ronaldo Caiado não concedeu a palavra à representante do Banco do Nordeste do Brasil, Sra. Helena Roraima Iracema Leite, que responderá às perguntas ainda do primeiro bloco.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Assis Miguel do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka. A minha intervenção é muito objetiva e será feita em relação à questão do Banco do Brasil. Na minha região, no Paraná, em Francisco Beltrão, a Parmalat recolhia leite não de cooperativas, mas diretamente dos produtores, por meio de um posto de resfriamento que tem no Município de Enéas Marques.

A Parmalat depositava rotineiramente numa conta, passava a lista dos produtores e parte do recurso era creditado para quem era correntista do Banco **on-line,** direto na conta. Aqueles que não eram correntistas do Banco recebiam no caixa. O resultado é que os que não tinham conta corrente, cerca de 96 produtores, se não me engano, não receberam o pagamento de dezembro e janeiro.

Nesse caso, não houve discriminação por parte do próprio Banco do Brasil, já que a lista da empresa era única e os que eram correntistas receberam e os que não eram estão até agora sem receber? Refiro-me à agência de Francisco Beltrão, cujo número não me recordo agora. Já houve várias mobilizações, várias discussões com o Banco, mas o caso ainda não foi resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tem a palavra a Sra. Helena Roraima Iracema Leite, que representa o Presidente do Banco do Nordeste do Brasil.

A SRA. HELENA RORAIMA IRACEMA LEITE – Foram dirigidas a mim duas perguntas, sendo a primeira do Deputado Assis Miguel do Couto, que talvez não tenha compreendido minha manifestação e indaga sobre a responsabilidade que o Banco tem em relação à empresa Parmalat. Reitero que, apesar de a empresa ter, em Garanhuns, Pernambuco, uma unidade de processamento de leite, o Banco não detém nenhum negócio com a Parmalat.

O Deputado pediu que fizéssemos alguma ponderação sobre a questão da Itália, da responsabilidade do sistema bancário e da negociação por meio de títulos, em detrimento de crédito. Ressalto que o negócio dos bancos é crédito, é dinheiro, é intermediação financeira. Esses negócios, de maneira geral – exceto casos raros que o Banco Central até pune, como foi mencionado, em caso de dolo e má-fé – , tendem a ser analisados de forma a que se compatibilizem os riscos, a sustentabilidade dos empreendimentos, o retorno dos capitais e a rentabilidade dos clientes e do capital do banco.

Expandindo um pouco, com relação aos bancos federais, além disso ainda existe um componente de desenvolvimento, o componente social – o Deputado Anivaldo Vale tem conhecimento disso, porque foi Presidente do Banco da Amazônia. Nós, os bancos federais, ainda temos o papel de executor de políticas públicas.

Temos compromisso com o desenvolvimento, com a geração de empregos e renda, com a qualidade dos créditos e com o desenvolvimento do País como um todo, fomentando a economia e integrando o Brasil nos mercados nacionais e internacionais. Existem, como citou o Deputado Anivaldo Vale, as inteligências desses bancos, por meio de seus analistas de créditos e investimentos, que tentam montar uma melhor operação, tanto para os bancos como para os empreendimentos. Acredito que nenhum banco gostaria de ver seus créditos não terem retorno, não só os capitais como também os investimentos.

O Exmo. Deputado Zonta nos indagou se existem depósitos feitos aos produtores do Nordeste por meio da empresa Parmalat. O sistema bancário brasileiro talvez seja um dos melhores do mundo. Nossa compensação nacional é uma das melhores do mundo. Ela é feita durante a noite. Todos os tipos de depósito, principalmente os de grande monta, são feitos à noite por meio de cheques ou outras transações financeiras. Não existe, portanto, ação do banco, seja por meio do seu Presidente ou de qualquer gestor, de tentar bloquear algum tipo de depósito em contas de terceiros, exceto quando não há suprimento de fundos na conta de quem está depositando. Existem prazos de compensação dos cheques depositados nas contas dos clientes, dependendo dos limites de valores. Caso não haja fundo suficiente na conta de quem está depositando, logicamente, o depósito é estornado e o cheque devolvido.

Nós, do Banco do Nordeste, que temos operações com produtores do Nordeste, gostaríamos muito que houvesse esses créditos, principalmente dos produtores com quem a Parmalat tem dívida, porque assim não estariam tão preocupados.

Ainda respondendo ao Deputado Zonta, quanto à disponibilidade de recursos, o Banco detém recursos suficientes tanto para investimento quanto para custeio e implantação de novas empresas de processamento para substituir. Como disse anteriormente, o Banco está tentando, por meio dos Estados, das lideranças dos produtores e das indústrias locais, transformar a crise da Parmalat em oportunidade de alavancarmos a empresa local, a indústria local e fortalecer o sistema de cooperativismo.

Já existe, desde o ano passado, no Estado da Bahia, um protocolo de intenções. A idéia é a criação de um sistema integrado de cooperativas leiteiras no Estado da Bahia. Dentro da Central de Análise do Banco, têm surgido também várias operações no sentido de se implantarem novos sistemas de processamento de leite. Dizem que nos desenvolvemos mais nas situações de crise. Então, estamos tentando aproveitar essa oportunidade e fazer com que as indústrias regionais cresçam mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tem a palavra o Sr. José Maria Rabelo, representante do Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Responderei rapidamente, seguindo a ordem das intervenções dos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Roberto Balestra mencionou a questão do sigilo, considerando seu inconformismo com a limitação da informação e sugerindo a criação da CPI. Essa foi uma sugestão para o Sr. Presidente, mas eu gostaria de me manifestar, claramente, em nome do Banco do Brasil.

O Banco do Brasil não tem o menor interesse em deixar de passar qualquer informação sobre suas operações – como foram tratadas, onde foram decididas, suas características – e se coloca à disposição da Casa para fazê-lo.

Ainda que o entendimento com relação ao sigilo bancário possa não ser unânime, o entendimento do Banco é de que essas informações estão protegidas por sigilo bancário e que, se ele viesse a fornecê-las, eventualmente, estaria fragilizando na própria relação com o cliente. Sugiro, assim, que o Sr. Presidente e a

Comissão analisem alternativas para a obtenção dessas informações, sem que seja preciso uma CPI. Se o cliente autorizar, nós as fornecemos, exatamente na forma como ele autorizar, sem nenhuma dificuldade. O Banco tem interesse que a investigação seja feita o mais profundamente possível.

Então, temos essa limitação, Sr. Deputado. Temos uma relação de contencioso com a empresa. Já temos problemas suficientes para resolver.

Com relação à outra pergunta do Deputado, sobre os níveis em que essas operações foram aprovadas, eu já havia mencionado – e acho que é do conhecimento de V.Exas. – que o Banco trabalha com comitês, em todos os níveis de decisão. Não tenho detalhes sobre essas operações, mas certamente elas foram aprovadas em comitês, desde agências, superintendências e, eventualmente, na diretoria, mas sempre em comitês e nunca decisões individuais.

Com relação ao exposto pelo Exmo. Sr. Deputado Durval Orlato, agradeço-lhe pelas considerações quanto ao primeiro aspecto. O segundo aspecto requer comentário meu, Sr. Deputado. Trata-se de por que o Banco emprestou à Parmalat Participações.

Ao analisar um cliente que faça parte de um grupo econômico, o Banco analisa todo o grupo. Ao estabelecer limites e condições para operar, ele também o faz em relação a todo o grupo, até porque esses grupos têm complexidade suficiente para percebermos que não seria possível analisar o risco de apenas uma das empresas do grupo. Então, o Banco fez isso, direcionou a maior parte dos seus créditos, mais de 80%, como já mencionado, para a Parmalat indústria, para a atividade industrial. E quando ele analisou e decidiu pelo crédito, a exemplo do que fez todo o mercado, tinha informações contábeis oficiais, reconhecidas pela legislação brasileira, auditadas, publicadas, tinha avaliações de agências internacionais de *rating*, que classificava o grupo com *rating* para captação de recursos de mercado internacional. E o Banco não foi capaz, àquela altura, de enxergar a crise que viria a eclodir, como, com a licença de V.Exa., os demais *players* também não enxergaram, inclusive esses, até então, aparentemente insuspeitos.

Digo novamente – sei que estou sendo repetitivo – que o Banco está longe de ser um dos principais credores do grupo.

Por último, vejo com muita simpatia a eventual participação – não do Banco, porque ele não poderia fazer isso – o pleito de que um dos ramos de atuação do Banco do Brasil possa dar algum apoio para a Aldeia. Levo o pleito com interesse e orgulho pelo fato de V.Exa. ter apresentado questão tão relevante aqui. Não posso imaginar qual a solução, mas quem sabe a Fundação Banco do Brasil ou outra alternativa de atuação social do Banco possa tentar minimizar o problema lá.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, quero dizer ao representante do Banco do Brasil que quando da presença dos representantes da Parmalat Participações e da Carital Brasil fomos incisivos numa pergunta. Foram emprestados e utilizados pela Parmalat Alimentos 50 milhões de reais. Então, de certa forma, os outros 24 milhões, ou seja, um pouco mais de 8 milhões de dólares, a Carital Brasil, uma devoradora de passivos, além de receber das Ilhas Cayman, também recebeu do Banco do Brasil para fazer não se sabe o quê. Peço a V.Sa. que, se possível, detenha a atenção sobre esses 24 milhões emprestados à Carital Brasil.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Não foi para a Carital, Sr. Deputado, mas para a Parmalat Participações.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Desculpe-me. Está difícil nós nos acostumarmos com as mutações que eles fizeram.

Onde a Parmalat Participações investiu esses 24 milhões? Foi declarado que a empresa tinha meia dúzia de funcionários, uma sala e um telefone. Se o dinheiro não foi utilizado na Parmalat Alimentos, onde foi utilizado? Precisamos saber onde foi aplicado. Talvez isso não seja do conhecimento do Banco, mas deve ter toda a intenção, na hora de se apresentar a contratação do empréstimo, de se saber onde será utilizado o dinheiro. Se vocês tiverem essa informação, auxiliaria muito à Presidência da Comissão.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Com os instrumentos institucionais, o Banco do Brasil fornece, com o maior interesse, todas as informações sobre o caso, mas adianto, em linhas genéricas, que as operações feitas com o grupo são, em geral, operações de capital de giro e, como tais, não precisam necessariamente de ter finalidade específica. Não há necessidade de investimento com orçamento específico. São operações utilizadas no giro normal do grupo. Nesse sentido, inclusive, usam linhas abertas e vale para atender eventuais picos de necessidade de caixa das empresas. Então, em geral, em operações de capital de giro não teríamos necessariamente a caracterização da finalidade. No entanto, o Banco do Brasil coloca-se à disposição para, pelos meios institucionais cabíveis, fornecer novamente todas as informações necessárias.

O Exmo. Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame pergunta por que o Banco operou com uma empresa que há anos vinha dando prejuízos. Talvez eu seja repetitivo, mas tenho de lembrar que o Grupo Parmalat vinha trabalhando com o Banco do Brasil e

com o mercado, de modo geral, em situação de absoluta normalidade. Vinha pagando suas operações e pagando fornecedores. Nesse sentido, o Banco se colheu de surpresa, como todos os demais parceiros, todas as demais empresas que tinham relação com a Parmalat.

A questão dos anos de prejuízo é realmente relevante. Não vou entrar em técnicas de análise de crédito, mas ressalto que outras questões são relevantes, como a estrutura patrimonial da empresa e do grupo, bem como o comportamento de suas vendas. Por que ela não vinha dando prejuízo se eventualmente estava investindo? Sabemos que o grupo passou por um período de muito investimento. A questão merece análise mais completa, mas eu gostaria apenas de fazer essa observação.

Com relação à necessidade ou não de criação de linha específica para resolver o problema, sem querer parecer comodista, eu gostaria, com a permissão do Deputado Anivaldo Vale, de dizer que o cenário, de modo geral, já foi lido por S.Exa. Nas condições atuais, há linhas com as quais se podem fazer várias coisas, mas numa discussão mais abrangente, envolvendo os diversos agentes, eventualmente podem criar soluções específicas, mais estruturantes para o setor, criando instrumentos que ainda não existam.

O Deputado Enio Tatico nos pergunta objetivamente se o Banco tem conhecimento ou tinha ciência de uma auditoria realizada em abril de 2003. Não tenho a informação, Sr. Deputado. O Banco sempre trabalhou com informações oficiais da empresa, mas com relação a essa, especificamente, não posso dizer a V.Exa. se temos.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – O Presidente da Parmalat informou que são auditorias periódicas e que até abril houve outra auditoria não interna, para fornecer exatamente ao sistema financeiro. Então, como o Banco do Brasil operou esses montantes, não dá para entender como os relatórios de auditoria não chegaram aos senhores.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Sr. Deputado, eu não tenho certeza de que não temos esses relatórios específicos. Não estou afirmando que eles não chegaram até nós, só estou dizendo que não tenho essa informação para V.Exa. agora.

Sobre se o Banco continua arrestando, digo que dentro do arcabouço legal, judicial e da responsabilidade de seus administradores, continua, sim, adotando todas as medidas que estejam ao seu alcance para que satisfaça seus créditos. O arresto é uma das possibilidades, mas há outras medidas judiciais que podem ser adotadas. Tudo vai depender da dinâmica dos processos que podem acontecer. Em síntese, até porque não poderíamos incorrer em qualquer tipo de negligência, que pode até ser caracterizada como crime de responsabilidade na gestão de uma sociedade anônima, certamente o Banco vai continuar adotando as medidas que estejam ao seu alcance para satisfazer seu crédito.

No que diz respeito ao bloqueio, pretendo já ter esclarecido V.Exas., mas repito que o Banco não bloqueou recursos da Parmalat. Ele utilizou uma faculdade contratual não para bloquear, mas para debitar operações de crédito vencidas da Parmalat em sua conta corrente.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Perdão por interromper. V.Sa. tem todo o direito de dizer isso, mas há Parlamentares aqui que afirmaram coisas diferentes, a exemplo do Deputado Paulo Rubem Santiago, que inclusive prometeu até lhe mandar exatamente... V.Sa. tem o direito de dizer o contrário, mas o Deputado tem fé pública. E eu acredito que S.Exa., depois de ter visto o recibo, acredite que essa coisa aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tem a palavra o Sr. José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Respeito o nobre Deputado. Sem dúvida, não coloco em xeque a fé pública do Deputado, apenas tenho a minha responsabilidade como gestor do Banco do Brasil. Não existe nenhum caso concreto de conhecimento do Banco de que tenha acontecido estorno nas contas de fornecedores. Fizemos, sim, débito na conta da Parmalat. Desde o primeiro momento o Banco afirmou que fez, para liquidar suas operações.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – O Banco do Brasil, quando fez o estorno, tinha ciência de que o dinheiro estava sendo depositado para pagar os fornecedores?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Não, não. Volto a dizer que não fizemos estorno, salvo prova em contrário – já que não coloco em dúvida as informações que V.Exas. estão trazendo. Não há nenhum caso identificado de estorno na conta de fornecedores. O que ocorreu foi débito na conta da Parmalat. É diferente.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Pergunto, com relação a esse débito, se, quando o dinheiro foi depositado na conta da Parmalat, a intenção era pagar os fornecedores e se o Banco do Brasil tinha ciência disso, apesar da legalidade de poder estornar na conta da Parmalat.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Não. O Banco do Brasil não tinha ciência de pretensa intenção da Parmalat de pagar fornecedores.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Só para completar a pergunta.

Poderia V.Sa. informar qual foi o volume de recursos retidos – vamos falar em retenção, já que o confisco é algo para ainda levantarmos – da Parmalat no dia 16 de janeiro?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Desculpe, Deputado, mas não tenho essa informação. Posso tentar apurar posteriormente.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Complementando: se houve o depósito e a retirada – uma vez provado isso – , o Banco vai devolver ao produtor?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Se o Banco praticou – estou falando uma obviedade – qualquer ilegalidade, vai corrigir, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Sr. Presidente, devido à insistência, permita-me inquirir, até para compreender a operação bancária.

A Parmalat detém uma conta no Banco do Brasil, em que deposita o dinheiro. O Banco do Brasil fazia as distribuições nas contas dos fornecedores automaticamente ou a Parmalat depositava direto na conta do fornecedor? Qual é a operação interna do Banco? Talvez estejamos aqui batendo cabeça e o problema está aí.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Apenas como adendo à pergunta do Deputado Durval Orlato, vou expor um outro dado, sobre o qual me foi pedida máxima reserva, mas acho que vai contribuir. Não apenas houve estorno, como o pagamento efetuado no início deste mês aos funcionários da indústria Parmalat que tinham conta no Banco do Brasil foi feito por DOC, via Banco Itaú. Isso me foi confirmado pelo Gerente Industrial da empresa, em reunião, na sexta-feira às 15h30, no setor administrativo da empresa. O pagamento dos funcionários foi feito por DOC, via Banco Itaú, porque eles temiam que, fazendo o que fizeram no pagamento dos fornecedores, o Banco praticasse cancelamento e estorno.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Falando um pouco sobre a mecânica, Deputado, acho que é, de fato, extremamente importante. Em condições normais e como se vinha operando até então, a Parmalat tem uma conta corrente no Banco. Nas datas de pagamento dos seus clientes, dos seus fornecedores, processava uma relação e entregava ao Banco – por meios eletrônicos, utilizando os mecanismos de comunicação bancária e tecnologia – , para crédito daqueles valores nas contas dos seus fornecedores, mediante débito na conta corrente da Parmalat. Uma condição para que o crédito fosse feito é que sua conta tivesse saldo. Ela pode ter entregue e...

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Quer dizer que a tecnologia foi o vilão dos fornecedores. Se fosse uma conta simples, de depósito, o Banco do Brasil não teria acionado?

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – O senhor confirma que realmente houve o tratamento de cliente pequeno, como se fosse um cheque sem fundos, como a Dra. Helena explicou? Há mecanismo legal do Banco, sim, de debitar e voltar o cheque. Mas sendo um banco de fomento, seria justo tirar o dinheiro?

Volto a insistir. O senhor tinha conhecimento se essa conta era para pagar fornecedores? O depósito foi feito nela?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Não. Conta corrente normal, de movimentação da empresa, cujos recursos também deveriam ser destinados à liquidação e amortização de dívida no Banco, que o Banco fez utilizando uma...

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Passando na frente do pequeno produtor.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Não. Não passando na frente.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Veja bem. O senhor sabe que o aparato judicial do pequeno produtor é pequeno. Se formos olhar a equipe de advogados do Banco do Brasil e a capacidade de agir em cima de qualquer empresa e pegarmos um pequeno produtor, por ser um banco para atender o pequeno produtor, deveria ter tido respaldo, pelo menos nesse caso, porque se tratava de vários fornecedores e não de uma só instituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Acho que essa questão está vencida. Evidentemente, é uma conta corrente em que todo mês se depositava dinheiro para pagar os produtores. No mês que deu problema, claro, o Banco do Brasil – que tem, na verdade, uma autorização contratual – reteve o dinheiro, porque sabia que, se não o fizesse, não receberia a parte dele. Acho que essa é uma questão vencida.

A questão posta pelo Deputado Paulo Rubem Santiago evidentemente deve merecer a resposta do representante do Banco do Brasil. Conclua, Sr. José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Acho que a interpretação está correta.

O Deputado João Grandão me perguntou com relação às fontes dos recursos dessas operações com o grupo. Basicamente, são fontes de captação do Banco; são recursos de conta própria do Banco, captados

no mercado. São operações, como disse, de capital de giro e dentro da atividade normal do Banco.

Outro ponto é a expectativa em reaver os recursos. É lógico que a nossa expectativa e a nossa estratégia estão focadas em, de fato, buscar, se não a eliminação de todo o prejuízo, sem dúvida, em um cenário de crise, minimizá-lo. É nesse sentido que o administrador do Banco tem o dever de diligência e tem procurado empregá-lo.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – O senhor saltou uma pergunta minha. Posso refazê-la?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Desculpe, Deputado.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Perguntei ao senhor se tinha ciência...

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – A questão da intervenção.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Isso.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Perdão. Repetindo, tinha informado ao Deputado Ronaldo Caiado que não tenho conhecimento da participação do Banco nessa reunião e de qual tenha sido a postura dele. Assim, desconheço.

Por outro lado, posso dizer, repetindo também o que já havia dito ao Deputado Ronaldo Caiado, que o Banco do Brasil tem todo interesse em que alguma medida, seja legislativa, seja judicial, seja negociada, que ajude a manter essa atividade em funcionamento aconteça – conseqüentemente mostre uma viabilidade no funcionamento, especialmente das unidades industriais. Ele participará, quando isso envolver risco para o Banco, para os senhores, para a sociedade brasileira. Temos que ter noção clara de inviabilidade do empreendimento.

Com relação à abordagem do Deputado Paulo Rubem Santiago, aguardo os dados completos. Não precisaria nem dizer, porque é nossa responsabilidade, mas, se constatado o estorno indevido que S.Exa. mencionou, o Banco vai corrigi-lo imediatamente. Não há a menor dúvida.

O Deputado Assis Miguel do Couto mencionou uma pretensa discriminação entre correntistas e não correntistas. Vou verificar o que houve, mas, como foi mencionada a mecânica, é possível – e estou falando em tese – que os recursos não fossem suficientes para pagar todos e, por alguma razão de processamento, tenha sido feito aos correntistas. Mas comprometo-me a verificar especificamente a situação de Francisco Beltrão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Passo a palavra ao Sr. Ricardo Liao, representante do Banco Central do Brasil.

O SR. RICARDO LIAO – Com relação ao questionamento apresentado pelo Deputado Durval Orlato sobre se o BC e a Receita Federal cruzam informações ou dados, objetivamente, a resposta ainda é não. Não obstante, é procedimento usual do Banco Central, na análise de situações em que se vê alguma característica de ilicitude no aspecto cambial e quando abrimos uma operação dessa natureza, investigar, pedir dossiês e informações adicionais aos bancos. Essa é uma das funções que nos compete na verificação das operações no mercado de câmbio. Reiteradas vezes verificamos que o chamado ilícito cambial, como levantado pelo Deputado João Grandão, se dá por falsa declaração em contrato de câmbio.

Normalmente, a falsa declaração é para dar contorno a uma exigência fiscal. Ou seja, há um determinado tipo de investimento ou de ingresso de moeda no País que sofre certa tributação. Se for declarado que é para uma outra finalidade, o investimento entra no País da mesma forma, porém sob declaração falsa. Isso, segundo a lei, é ilícito cambial. Nessas situações, quando deparamos, em tese, com a existência de crime contra a ordem tributária, a matéria é levada formalmente ao conhecimento da Receita Federal.

De 1998 para cá, temos aproximadamente 2 mil situações já levadas ao conhecimento da Receita Federal sob esse aspecto, que podem, além da questão perceptível de nossa parte, conter outras questões de ordem tributária. A partir daí, a Receita Federal, sob a sua competência de atuação, verifica, autua, enfim, faz os lançamentos adequados.

Complementando ainda a questão, há uma iniciativa do Governo, via Gabinete de Gestão Integrada, constituído no Ministério da Justiça, quanto à melhor definição do compartilhamento das informações por todos os órgãos que, por suas competências, detêm informações e que, pelas interpretações talvez até um pouco exageradas de alguns com relação ao sigilo bancário, se vêem impedidos de fazer a troca de informações por meio de, na verdade, permuta de sistemas.

Com relação à declaração prestada pelo Presidente da Parmalat de que não teria feito qualquer remessa, parece-me ser verdadeira quanto à transferência internacional em real, porque por contratos de câmbio e mercado de taxas livres houve remessas, sim. Primeiro, não foi uma declaração do Banco Central, mas uma resposta, como me referi anteriormente, ao Juiz da 42ª Vara Cível de São Paulo, em uma demanda judicial. Houve resposta ao juiz destacando, alinhando, especificando que contratos da Parmalat foram realizados na remessa ou no ingresso de recursos tanto por TI como por contratos de câmbio. Parece-me que

a declaração dele foi parcial: ou foi uma meia verdade ou foi uma meia mentira.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Quanto foi por contrato de câmbio?

O SR. RICARDO LIAO – Não tenho esse número, mas que houve, houve.

A declaração que saiu no jornal nos foi inquirida pelo Delegado José Nogueira, que presidiu o inquérito, a quem já respondemos nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – O Banco Central pode informar à Comissão o valor?

O SR. RICARDO LIAO – Vamos cair na mesma discussão de todas essas questões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Mas os senhores não informaram ao juiz?

O SR. RICARDO LIAO – Sim. O juiz tem competência.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – Mas não está sob sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Não está sob sigilo.

O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO – O juiz decretou sigilo de investigação?

Se ele não decretou, qualquer advogado pode ir lá e puxar as informações.

O SR. RICARDO LIAO – Não. O nosso entendimento em relação a essa situação específica é de que quando um juiz determina a quebra de sigilo bancário, ou fiscal, ou telefônico, ou telegráfico, ou qualquer um que seja, de determinada pessoa, em função de alguém, do Ministério Público, da Polícia Federal, acontece a transferência do sigilo para tal órgão. O sigilo fica transferido para esse órgão.

(Não identificado) – Quer dizer que teríamos de solicitar ao juiz?

O SR. RICARDO LIAO – Não autoriza esse órgão a divulgar essa informação.

(Não identificado) – Sr. Presidente, poderíamos solicitar ao juiz, então.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Gostaria de ressaltar que esta Comissão também tem força, como um juiz. Ninguém estaria aqui fazendo perguntas se não tivesse fé pública neste momento.

O SR. RICARDO LIAO – Vejam bem. O questionamento não é sobre a fé pública que esta Casa e V.Exas. dispõem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Como havia uma informação ao juiz, gostaríamos de saber se poderia ser repassada. Mas evidentemente vamos pedir ao juiz que nos repasse a informação.

O SR. RICARDO LIAO – Por favor, longe de mim querer levantar essa questão.

Enfim, tentando responder à pergunta de V.Exa., essa foi a situação efetiva da declaração dada pelo Sr. Ricardo Gonçalves.

O Deputado Anivaldo Vale pergunta a respeito da proposta de GT que trate da questão assumindo o caso. A inquisição trazida pelo Deputado Ronaldo Caiado se eu seria a favor ou contra uma intervenção do Banco Central, para mim é uma questão muito difícil, porque minha área de atuação é muito técnica e muito pouco política. Para mim, essa é uma questão mais política do que técnica.

A negativa pela técnica seria muito fácil, porque não há previsão legal, ainda que se faça por medida provisória, da possibilidade de o Banco Central intervir em instituição não financeira, pois a *expertise* do Banco Central é intervir em instituição financeira. Fica difícil avaliar, num contexto em que não domino totalmente as informações, se essa seria uma solução técnica ou política.

Quanto às questões trazidas por V.Exa. sobre se os papéis negociados no exterior foram via paraíso fiscal, parece-me que foi isso.

(Não identificado) – *Offshore*.

O SR. RICARDO LIAO – *Offshore* uruguaio.

Não tenho essa informação. Vou ter de analisar o resumo das informações que tenho. Já estamos trabalhando nisso, mas não tenho essa informação pontual.

Sabemos que houve ingresso do Uruguai para o Brasil a título de empréstimo e houve ingresso de bancos estrangeiros – italianos, franceses, alemães, enfim. Não que eles tenham sido os adquirentes desses papéis, mas as formas de captação ou de colocação desses papéis lá fora foram por intermédio deles. Ou seja, alguém comprou um papel emitido pela Parmalat – Alimentos, ou Indústria, ou SpA. Não temos o detalhamento, o histórico delas, mas a operação ponta a ponta. Só conseguiremos obter esse esclarecimento com uma investigação mais aprofundada.

Quanto às auditorias, da mesma forma. Não temos conhecimento, porque as informações sobre auditoria externa que recebemos das empresas relacionam-se a bancos, porque há obrigatoriedade.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, peço desculpas ao convidado, mas nenhuma das minhas perguntas foi respondida. Quanto à auditoria, S.Sa. não sabe responder.

O SR. RICARDO LIAO – Deputado Enio Tatico, não sabemos responder, porque a matéria não é de nossa competência.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Nesse caso, o Banco deveria ter indicado alguém com a competência para responder as perguntas. Digo isso com todo o

respeito ao profissional que V.Sa. é. O que questiono é que o Presidente do Banco Central não informou ao senhor que foi contra na reunião. Deixou V.Sa. vir aqui despreparado. Isso não é certo. Considero uma falta de respeito. Estamos há horas comentando o assunto. Entendo que a solicitação foi feita pelo Presidente, e V.Sa. está cumprindo ordens. Mas acho que ele deveria ter indicado um representante que deve estar balizado para responder as perguntas. O senhor é qualificado, mas não conhece pormenores técnicos da área que nos interessa no momento.

O SR. RICARDO LIAO – Deputado Enio Tatico, minha possibilidade de resposta é nesse sentido. Perdoe-me se não atendi à expectativa nesse particular, mas isso se deve ao fato de a questão ser pessoal do Presidente. Não me sinto à vontade para falar em nome do Presidente. Tenho capacidade de explanar tecnicamente o assunto. Talvez tenha ocorrido um erro de avaliação.

Quanto à intervenção se foi unicamente de responsabilidade do Sumitomo ou de outros bancos, pelo que sabemos, a ação da 40ª Vara Cível de São Paulo foi provocada pelo Banco Sumitomo. E a única ação de que temos conhecimento é a judicial, em que houve pedido do bloqueio e da informação para não permitir nenhuma remessa...

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Parcial ou total?

O SR. RICARDO LIAO – Da Parmalat Alimentos, da disponibilidade que ele mantinha no País, no sistema bancário.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Mesmo com toda a habilidade do Banco do Brasil, que questionamos, chegamos em segundo lugar. O Banco do Brasil possui um ativo, segundo ele, com bens garantindo os empréstimos concedidos. E como reverter o quadro juridicamente, se há intervenção de um banco internacional, proibindo a disponibilidade de qualquer passivo?

O SR. RICARDO LIAO – Deputado, essa questão está sendo conduzida na esfera judicial.

Outro ponto levantado por V.Exa. é: qual a alternativa se não intervir? A saída está sendo discutida nesta Casa, dentro das possibilidades. Não sei responder quais seriam tais saídas. Infelizmente, minha participação nesse rol de perguntas de V.Exa. não foi aproveitável. Peço desculpas.

Com relação às questões levantadas pelo Deputado João Grandão, que suscitou a dúvida sobre se todas as operações da Parmalat se caracterizariam como ilícito cambial, no nosso entendimento, as questões cambiais no Brasil são tratadas pela Lei nº 4.131 e pelo Decreto nº 23.258. O que se chama de ilícito cambial? Um contrato de câmbio em que há falsa declaração de propósito ou de destino de informação, a falsa identidade, ou seja, a pessoa que liqüidou o câmbio, na compra ou na venda, não é a mesma, ou há ilegitimidade, que é uma operação de câmbio fora do banco autorizado, ou há classificação incorreta, por parte do banco, daquele contrato de câmbio. Desses aí, crime, na verdade, o que tipifica a Lei nº 7.492, arts. 21 e 22, é quando, por operações não autorizadas – e entendo operações não previstas na lei – , se promove evasão cambial. Ou seja, por intermédio de ilícitos cambiais, encaminha-se para fora do Brasil a divisa. Há fluxo de ingresso e de saída nesse caso. Estamos avaliando, em cada operação, que ilícito pode ser imputado a ela. Isso é tratado em processo administrativo punitivo. Não basta apenas uma declaração de que tal atitude é ou não ilícito. Há que ser provado e comprovado, lógico.

Quanto ao chamamento de empresas, a que se referiu o Deputado João Grandão, não consigo entender minhas anotações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Sr. Ricardo, o Deputado João Grandão teve de sair. Pediu que justificasse sua ausência.

O SR. RICARDO LIAO – Sr. Presidente, encerro minha intervenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Srs. Deputados, sei que a questão é difícil. Quando se convocam os Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, há a expectativa de que seus representantes possam, numa crise como essa, apresentar decisões aproveitáveis pela Comissão. No caso, em conjunto, poderíamos definir a situação, porque é isso que esperamos.

Mas os Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil têm uma agenda apertada e o convite foi feito de ontem para hoje. De qualquer forma, o Presidente do BNDES esteve presente à reunião.

A Comissão continuará perseguindo seu objetivo. Agradecemos aos Srs. Ricardo Liao, José Maria Rabelo e à Sra. Helena Roraima Iracema Leite, representante do Presidente do Banco do Nordeste, pela presença e pelas informações prestadas.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVERIGUAR O PROCESSO RELACIONADO À CRISE DA PARMALAT

52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

Ata da 9ª Reunião (Ordinária), realizada em 17 de fevereiro de 2004

Às quatorze horas e cinqüenta e oito minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat, no Plenário 7, Anexo 2 da Câmara dos Deputados, com a presen-

ça dos Senhores Deputados Waldemir Moka – Presidente; Zonta – Vice-Presidente; Assis Miguel do Couto – Relator; Abelardo Lupion, Augusto Nardes, Cezar Silvestri, Durval Orlato, Enio Tatico, Jamil Murad e Luiz Carlos Hauly – Titulares; Almir Moura, Anselmo, Carlos Alberto Leréia, Dilceu Sperafico, Francisco Turra, Josias Quintal, Jurandir Boia, Leonardo Vilela, Paulo Rubem Santiago e Roberto Balestra – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Enio Bacci, João Grandão, Josias Gomes, Kátia Abreu, Leandro Vilela, Nelson Marquezelli, Osvaldo Biolchi, Paulo Baltazar, Paulo Marinho, Ronaldo Caiado e Vittorio Medioli. ABERTURA: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da 7ª e 8ª reuniões, realizadas no dia onze de fevereiro de dois mil e quatro. Em votação, as Atas foram aprovadas. EXPEDIENTE: O Presidente deu conhecimento ao Plenário do recebimento de dois Ofícios da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Carazinho, ambos, tratando de propostas para contornar a crise da Parmalat no Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida, o Presidente e o Relator informaram aos presentes sobre o encontro que mantiveram, em São Paulo, com o Juiz Carlos Henrique Abrão. A seguir, debateram sobre os trabalhos da Comissão os Deputados Assis Miguel do Couto, Zonta, Enio Tatico, Abelardo Lupion, Paulo Rubem Santiago, Roberto Balestra e Cezar Silvestri. ORDEM DO DIA: Votação de Requerimentos. O Plenário deliberou pela retirada de pauta dos Requerimentos de n.ºs 23, 24, 27, 29, 30, 31 e 32, todos de 2004, constantes dos itens um a sete, restando em Pauta somente o Requerimento n.º 33/04, item 8. O Presidente informou que já deverá ser alcançado, naquele mesmo dia, o número suficiente de assinaturas no requerimento de constituição de CPI sobre a Crise da Parmalat e que esse pedido poderia ser protocolado independentemente do término dos trabalhos da Comissão Especial, com o que o Plenário concordou. 1 – REQUERIMENTO Nº 23/04 – do Sr. Reginaldo Lopes – que "solicita que sejam convidados o Presidente do Sindicato dos Produtores de Leite de Minas Gerais – SILEMG, Sr. Alberto Ademar do Vales Jr. e o Diretor Regional do SILEMG, Sr. José Eustáquio Bernardino Sena para audiência pública que discutirá crise no setor leiteiro em virtude do Caso Parmalat.". RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 2 – REQUERIMENTO Nº 24/04 – do Sr. Reginaldo Lopes – que "solicita que seja convidado o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Miguel Rosseto para audiência pública que discutirá crise no setor leiteiro em virtude do Caso Parmalat." RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 3 – REQUERIMENTO Nº 27/04 – da Sra. Kátia Abreu – que "nos termos do Art. 52, § 5º do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência a inclusão na Ordem do Dia, para apreciação imediata, do Requerimento extrapauta de autoria da Deputada Kátia Abreu." RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 4 – REQUERIMENTO Nº 29/04 – do Sr. Reginaldo Lopes – que "solicita que seja realizado no Estado de Minas Gerais, audiência pública para discutir a crise no setor leiteiro." RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 5 – REQUERIMENTO Nº 30/04 – do Sr. Reginaldo Lopes – que "solicita que seja instalada uma subcomissão para que seja estudado um novo modelo organizacional do setor leiteiro." RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 6 – REQUERIMENTO Nº 31/04 – do Sr. Josias Quintal – que "solicito que sejam convidados os Senhores CHRISTINO ÁUREO – Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e RODOLFO TAVARES – Presidente da Federação dos Agricultores do Rio de Janeiro (FAERJ) para participarem de audiência pública." RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 7 – REQUERIMENTO Nº 32/04 – do Sr. Durval Orlato – que "requer que sejam convidados o Presidente do Paulista Futebol Clube Ltda, ETTI Jundiaí Futebol Ltda, representantes das empresas Carital Brasil e Parmalat Participações." RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. 8 – REQUERIMENTO Nº 33/04 – do Sr. Assis Miguel do Couto – que "solicita sejam convidados o Dr. Carlos Henrique Abrão, Juiz de Direito da 42ª Vara Cível de São Paulo; o Dr. Keyler Carvalho Rocha, Administrador Judicial Provisório da Parmalat, nomeado pela 42ª Vara Cível – SP; e o Dr. Daniel K. Goldberg, Secretário de Direito Econômico, do Ministério da Justiça à comparecerem a esta comissão para serem ouvidos em Audiência Pública." APROVADO O REQUERIMENTO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente transferiu a reunião anteriormente convocada para ouvir os convidados objeto do Requerimento nº 33/04, item 8 da pauta, aprovado naquela data, do dia dezoito de fevereiro para dois de março próximo. A reunião foi encerrada às quinze horas e cinqüenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 9ª reunião da Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat.

Ata. Tendo em vista a distribuição de cópias das atas da 7ª e 8ª reuniões a todos os membros presentes, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, peço que seja dispensada a leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Em requerimento verbal, o Deputado Enio Tatico pede a dispensa da leitura das atas das sessões anteriores.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o requerimento, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento verbal de dispensa da leitura das atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão as atas das sessões anteriores. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação das atas das 7ª e 8ª reuniões permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Expediente.

A Presidência recebeu ofício do Prefeito de Carazinho, Rio Grande do Sul, comunicando que a Associação de Produtores Avipal/Elegê se propõe a adquirir o leite produzido por todos os fornecedores, bem como a administrar o Complexo Industrial de Carazinho, com aproveitamento total dos empregados.

Em outro ofício, o Prefeito de Carazinho informa sobre a realização de audiências com diversas autoridades, das quais concluiu por sugerir a edição de medida provisória que antecipe os efeitos da Lei de Falências, já aprovada pela Câmara dos Deputados.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para votação dos requerimentos que se encontram sobre as bancadas.

Esclareço que, nos termos regimentais, os requerimentos não são discutidos, mas podem ser encaminhados, pelo prazo de até 5 minutos, por 4 Deputados, sendo 2 favoráveis e 2 contrários, tendo preferência o autor e o Relator.

Antes de passar à votação dos requerimentos, a Presidência quer fornecer algumas informações.

Em decorrência da reunião de emergência ocorrida na quinta-feira passada, com autorização de V.Exas., este Presidente e o Relator foram a São Paulo para audiência com o Juiz Carlos Henrique Abrão e os interventores da Parmalat, entre outros o Sr. Keyler Carvalho Rocha.

Também por solicitação do Presidente, a reunião aconteceu com a presença do Exmo. Sr. Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura. Tivemos oportunidade de conversar pessoalmente com o juiz – até então falávamos apenas e tão-somente por telefone – , que nos deu ciência do porquê da intervenção, convencido de ser a única maneira de fazer com que a indústria Parmalat ainda tivesse alguma possibilidade de funcionamento. S.Exa. defende o funcionamento das estruturas produtivas. Acha que, com a intervenção e principalmente com uma situação em que o passivo da empresa seja congelado, é possível a empresa ter recursos para minimamente honrar seus compromissos, sobretudo com pagamento de salário aos empregados, e comprar insumos para as unidades da Parmalat continuarem a funcionar. É desse jeito que o Juiz Carlos Henrique Abrão vê a intervenção.

S.Exa. procurou nomear para interventores pessoas que, segundo sua visão, têm condições de gerenciamento e, principalmente, ligação com o sistema financeiro, conhecendo sua complexidade. Por isso, foi nomeado o Sr. Keyler Carvalho Rocha, ex-Diretor do Banco Central.

O próprio interventor expôs as dificuldades que a empresa está enfrentando, sobretudo com relação a aporte financeiro. Segundo ele, cada dia vive-se nova situação de angústia porque faltam recursos e não há realmente forma de atendimento.

Saímos da reunião convencidos de que o Sr. Keyler deveria vir à Comissão. Nossos interlocutores fizeram apelo no sentido de que o Governo injete recursos para ajudar neste momento de dificuldades. Assumindo pessoalmente a responsabilidade, eu e o Deputado Assis Miguel do Couto externamos que dificilmente o Governo – até porque foi isso que ouvimos do Presidente do BNDES, Carlos Lessa – faria aporte de recursos para a Parmalat. Poderia, sim, ajudar repassando recursos às cooperativas, que assumiriam o patrimônio, as unidades produtoras, aliás, pensamento que esta Comissão tem desde o início de seu funcionamento.

No entanto, há divergências em relação a esse ponto de vista, porque os interventores entendem que primeiro têm a missão de recuperar a empresa Parmalat para depois tentar a negociação sugerida. Acabamos convencendo S.Sas. de que o importante seria virem à Comissão dizer claramente o que pensam. A partir daí, então, a Comissão decidiria em relação ao aporte de recursos.

É claro que, de antemão, sabemos ser importante que o Banco do Brasil e o BNDES ajudem. Parece que há unanimidade de que os recursos teriam de ser empregados no sentido de dar às cooperativas ou associações condições de assumir as unidades, nunca de recuperar a empresa Parmalat.

Eram essas as duas questões que tinha a abordar.

Ao final, senti que havia por parte deles o convencimento de que, afora essa opção, seria muito difícil outros investidores injetarem recursos na Parmalat. Quem o faria neste momento, a não ser o Governo? E, para tanto, o Governo tinha de obter dos interventores a orientação de agir na direção mencionada: dar às cooperativas condições de assumir o gerenciamento das unidades de produção em cada pólo. É o caso de Carazinho, por exemplo, cujo Prefeito se prontificou a manter todos os empregados. Parece-me ser essa a solução que pode realmente contemplar os produtores.

Com esse entendimento, fechamos a reunião. Disse ao Sr. Keyler que não tinha autoridade para afirmar que ele viria à Comissão. Precisaria relatar a conversa, os integrantes da Comissão teriam de votar requerimento para realização de audiência pública com sua presença e, se aprovado, ele seria convidado para participar de reunião da Comissão. A data seria amanhã, mas, em conversa hoje pela manhã, eles alegaram dificuldades em razão da intervenção que ocorre no momento e da conseqüente dificuldade de deixar amanhã a cidade de São Paulo para vir à Comissão.

Como a próxima semana é de carnaval, ficou acertado que, na primeira terça-feira após o feriado, no dia 2 de março, especificamente, eles estariam aqui. Esse o entendimento que fizemos até agora.

Após esse relato, passo a palavra ao Relator para alguma complementação.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Waldemir Moka, nosso Presidente, resumiu com muita clareza o que foi nossa reunião em São Paulo. Não há muito o que complementar.

Houve uma intervenção, uma medida judicial na quarta-feira à noite, e amanhecemos na quinta-feira com um quadro diferente. A intervenção, segundo a conversa que tivemos – só para enfatizar – , tem primeiramente o propósito de reativar o parque industrial do Grupo Parmalat. Esse me parece o objetivo. No entanto – quero fazer apenas esta ressalva, Presidente Waldemir Moka – , não ficou muito claro para mim qual seria a visão estratégica para o período seguinte ao da reativação do parque industrial.

Também com o objetivo de obter essa informação, seria extremamente importante ouvir o interventor na Comissão. Uma coisa é recuperar o funcionamento do parque industrial para recuperar a empresa Parmalat ou colocar em funcionamento novamente a estratégia da empresa, o que talvez se busca fazer na Itália; outra, é reativar com uma visão estratégica de tomar outro caminho: fatiar sabendo que há dificuldade de recuperação da empresa e, então, trabalhar com um futuro cenário de concordata ou de falência. Essa questão para mim não está muito clara. Para esses objetivos da intervenção e do interventor seriam extremamente necessários o capital, ou seja, o financiamento que a empresa precisa nesse momento – e é preciso criar um ambiente de credibilidade para alcançar esse financiamento, pois esse é um dos nós que têm de ser desamarrados – e o fornecimento de matéria-prima. Grande parte das indústrias está com o fornecimento precário por uma série de razões. Seria preciso um movimento também nessa direção. Sem isso é impossível pensar na reativação.

É possível caminhar no sentido de criar um ambiente favorável para alcançar esses 2 objetivos: o financiamento e o fornecimento da matéria-prima. No entanto, isso pressupõe uma clareza estratégica do que se quer para o futuro. Encontraremos dificuldades se não ouvirmos o que o interventor pensa e não sabermos sob qual estratégia essa intervenção realmente foi realizada.

Gostaria de reafirmar, Presidente Moka, que o objetivo central seria uma audiência pública com a presença do interventor.

Pensávamos em encaminhar um relatório, nesta semana, para ser aprovado, mas estamos também com esse ponto enroscado. Sem ele teremos um pouco de dificuldade de desenhar o cenário futuro para a questão da Parmalat. O cenário pós-intervenção não está claro.

Temos trabalhado intensamente no sentido de discutir um relatório esta semana. Estão aqui os consultores da Câmara dos Deputados e os assessores do gabinete. No entanto, acredito que esse ponto pode nos deixar no meio do caminho, pois precisamos aprofundar o trabalho e essa talvez seja uma deliberação importante a ser tomada, uma vez que orientará o nosso encaminhamento em relação ao relatório.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Se V.Exas. tiverem alguma dúvida, podem perguntar. Não vou fazer a discussão, porque são apenas dúvidas.

Com a palavra o Deputado Francisco Turra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TURRA – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta e uma consideração.

Diante do que foi exposto tanto pelo Presidente quanto pelo Relator, queremos agregar que hoje, antes de sair, ouvi no noticiário que a Parmalat/Carazinho, o Prefeito, a comunidade e o Secretário de Agricultura já estavam em reunião. Reuniram-se ontem com o interventor, que queria conduzir para que um *pool* de cooperativas – a Elegê ou outras – pudesse assumir.

Isso quer dizer que a intervenção unicamente não daria condições da volta dos produtores, dos recursos etc. Então, senti que ele trabalha no sentido de que alguém assuma e ele apenas supervisione. Foi a visão que tive pela notícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tenho uma lista de inscrição.

Deputado Zonta, V.Exa. gostaria de fazer alguma intervenção?

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sim, Sr. Presidente.

Cumprimento V.Exa., o Relator e os colegas Parlamentares. Inicialmente, temos de reconhecer que o trabalho da Comissão alcançou seus objetivos, senão na plenitude, pelo menos em estágio bem avançado.

A questão principal, que era tentar evitar o desmantelamento, ou seja, a paralisação da atividade, em boa parte já está sendo superada.

O principal objetivo não é salvar a Parmalat, mas a atividade, os créditos, os empregos.

Graças a Deus, desde ontem, as cooperativas do Estado de Santa Catarina – e o Paraná também, pois a Batavo substituiu todos os diretores que a Parmalat tinha lá – já estão funcionando, não há problema algum. As cooperativas já assumiram nas regiões onde a Parmalat atuava diretamente. Temos pendência de crédito e de liberação na região, por exemplo, do planalto serrano. Para resolver isso, estamos pedindo audiência com o Banco do Brasil. Parece-me que neste momento o maior entrave – e vimos isso ser levantado na quarta-feira – é o Banco do Brasil, que deveria liberar 113 milhões, mas ninguém recebeu dinheiro algum, a não ser que a Nestlé tenha levado. Precisamos saber disso. Temos de apurar na CPI se foi liberado recursos para a Nestlé. De qualquer forma temos de apurar, porque das cooperativas nenhum tostão foi liberado. Portanto, é necessário agilizar isso.

Mas alcançamos o objetivo. A própria intervenção judicial faz parte de uma vontade e de uma necessidade da Comissão. Não foi o Governo, mas o Poder Judiciário que agiu rápido. Ficamos muito satisfeitos com a intervenção, até porque entendemos que ela é para viabilizar a continuidade de funcionamento da empresa. O primeiro papel é facilitar o entendimento do interventor.

Quero dizer, ouvindo o companheiro Assis, que é difícil, obviamente, o interventor ter uma estratégia, porque ele não foi nomeado, a nosso ver, para isso, mas para segurar as pontas até que se busquem alternativas para a empresa continuar funcionando. E para isso o crédito não pode ser dado à Parmalat ou ao interventor, mas à empresa ou à cooperativa que assumir a atividade. E o caminho está aberto para isso.

Por isso, precisamos nos reunir urgentemente com a Direção do Banco do Brasil e com o Ministro da Agricultura, para que eles coloquem – pelo amor de Deus! – esse dinheiro à disposição de fato, não apenas no papel, no discurso.

Parece-me que de todos os problemas – perdoem-me os representantes de Pernambuco – talvez seja este o mais delicado, porque não sei se há alguma empresa assumindo. O Rio de Janeiro parece que tem cooperativas.

Gostaria também de sugerir que os trabalhos da Comissão sejam encerrados com a ouvida do interventor, do juiz que decretou para o dia 2. A partir daí, vamos à CPI. Penso que aí a Comissão já cumpriu o seu papel. Para as demais estratégias – funcionamento, elaboração e planejamento do setor – , há a Comissão de Agricultura, que tem incumbência para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado Zonta, quero abordar duas questões. Acredito que de hoje para amanhã completaremos o número de assinaturas para a CPI. Faltam algumas, mas tenho quase certeza de que hoje concluiremos. Pretendemos levá-las ao Presidente João Paulo Cunha, que já se manifestou favorável à instalação de uma Comissão Mista. Não vai haver problema. E o trabalho investigativo, que vai procurar proceder à apuração da fraude, será feito pela CPI. É o próximo passo. Pretendemos encerrar, discutindo o modelo no relatório e a questão emergencial.

O Relator tem razão quando diz que, se não ouvirmos o interventor, uma questão ainda vai ficar pendente.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Enio Tatico.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, concordo com o Relator, quando S.Exa. diz que é difícil criar um ambiente favorável de crédito e até de continuidade de funcionamento das empresas. Mas, no meu entender, penso que a única forma seria concretizar essas vendas para os produtores, a fim de que pudessem fazer operações financeiras isoladas, de acordo com a necessidade de cada cooperativa. Enquanto não houver uma forma de concretizar essas vendas, o sistema financeiro não pode entrar, e não vai entrar. O interventor já disse que eles vão administrar por algum tempo. E, nesse intervalo de tempo, teríamos que criar um mecanismo pelo qual o patrimônio da Parmalat fosse passado para os produtores, que, então, negociariam com os bancos individualmente, e nós, por meio da CPI, investigaríamos se houve fraude ou não e que tipo de fraude.

Em um primeiro momento, para se criar um ambiente de crédito e para que o sistema financeiro pos-

sa, de fato, alocar um capital novo, é preciso também que se passe esse ativo da Parmalat para aqueles que serão os donos, que, acredito, serão os produtores de leite. Passar esse ativo para outra empresa poderia criar um monopólio, como bem lembrou o nobre colega. Penso nessa venda para os produtores, o que facilitaria muito para o sistema financeiro. Sugiro que a intervenção seja feita por uma pessoa que conheça a complexidade do sistema financeiro, como disse V.Exa. É necessário também que se conheça a complexidade da parte comercial da empresa. Acredito que com esses 2 pontos poderemos avançar bastante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Sr. Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, no que diz respeito ao Paraná e a Santa Catarina, para nós poderia terminar hoje. O serviço que este Congresso prestou à Batávia é impagável. Nossa intervenção, por si só, já é uma satisfação que damos à sociedade.

Viabilizamos, Deputado Cezar Silvestri – que nos acompanhou na última conversa com o pessoal da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, OCEPAR – , uma empresa sólida, que readquiriu credibilidade em função do nome que tem. Essa conquista já justifica a existência desta Comissão.

Parabenizo todos e agradeço-lhes o apoio. Tenho certeza de que falo em nome de todos os paranaenses e catarinenses que dependem dessa região, que é o coração da minha região eleitoral.

Falar da casa alheia é um problema complexo. Todos estamos aqui para resolver os problemas, ninguém está atrás de fantasmas. Ninguém nesta Comissão procurou culpados; antes de mais nada, procurou-se respeitar o produtor rural. Só por esse comportamento, estamos de parabéns. Ninguém procurou holofotes, ao contrário do que ocorreu em outras CPIs nesta Casa, quando muitos buscaram o individualismo. A exemplo da Batávia, temos que buscar resolver os problemas pontuais dos outros Estados. Para isso, temos setores da CNA e da OCB à nossa disposição.

Todos concordamos que a intervenção não é para recuperar, mas para fazer a transição da empresa. Por mais que o assunto seja entendido no mercado financeiro, não há quem conheça as complexidades de uma distribuição de produtos perecíveis. A distribuição é extremamente complexa, é uma estrutura de guerra que se faz para poder chegar ao ponto certo, no momento certo, na hora certa, ao centro das grandes cidades. Não existe um interventor em condições de manter isso, o que requer muito profissionalismo. As pessoas que hoje conhecem as grandes distribuidoras começaram distribuindo leite nos carrinhos, a cavalo. É uma vida dedicada à distribuição.

Não podemos demorar muito nesse ponto, caso contrário deixaremos que outras empresas ou que outros segmentos se aproveitem do nosso produtor. Estamos vendo que o preço do leito caiu em 40%, 50% em certas regiões. O produtor não agüenta mais. Ele vai soltar as vacas.

Precisamos agir o mais rápido possível para fazer essa transição e para conscientizar os bem-intencionados que estão envolvidos nesta intervenção de que o momento é de agilização do sistema, de regulamentar, disciplinar e captar recursos para aqueles que possam vir a se interessar pelas unidades.

Durante a viagem que fiz de Curitiba para Brasília, li no jornal que a unidade de Jundiaí começará a funcionar. Sabemos que eles conseguirão, não existe possibilidade de ser de outro modo, pois as outras empresas já tomaram esse espaço nas gôndolas. Não existe espaço em economia capitalista que não seja ocupado. Bobeou, dançou! O mercado é extremamente competitivo.

Vejo que a CPI é uma realidade e também a possibilidade da excepcionalização da CPI na Câmara dos Deputados. Acho complexo e difícil uma CPMI. Já estamos nos conhecendo, temos objetivos traçados, o Presidente e o Relator estão por dentro do que está acontecendo, fizeram uma viagem à Itália, enfim, gastamos com isso. O povo brasileiro gastou quando V.Exa. e o Relator foram à Itália para ver o que estava acontecendo. Vamos começar tudo de novo? Temos que dar uma solução de continuidade ao que estamos fazendo. Essa a satisfação que devemos à sociedade. Não concluímos o nosso serviço, apenas começamos a encontrar as pontas soltas desse emaranhado e a descortinar uma realidade que não conhecíamos. Já se investiu nesta Comissão.

Sr. Presidente, não podemos jogar fora as horas que cada um de nós perdeu ou ganhou, em nome do produtor, com as viagens feitas, com o trabalho e com o companheirismo que temos nesta Comissão.

Em nome desta Comissão, sugiro que se coloque em votação a realização da CPI da Câmara dos Deputados. Existe um trabalho iniciado, uma Comissão Especial excepcionalizada. Parecia impossível incluí-la na convocação extraordinária, porque não estava na pauta. Não podemos demorar. Caso contrário, penalizaremos aqueles que estão na base. Temos a obrigação de excepcionalizarmos uma CPI na Câmara.

Precisamos convencer o Presidente – tenho certeza de que S.Exa. será muito sensível aos nossos argumentos – de que o trabalho que iniciamos e que já deu resultados deve continuar, inclusive com os

mesmos membros desta Comissão. Estou convicto de que o pessoal da Batávia virá a esta Comissão para agradecer, na primeira semana, porque graças ao seu trabalho temos hoje a Batávia recuperada e as cooperativas integradas ao sistema, sem que se perdesse um minuto e um espaço sequer.

Era o apelo que tinha a fazer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Muito obrigado, Deputado Abelardo Lupion, pela participação.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, gostaria de informar que, ontem, segunda-feira, das 15h30min às 17h30min, estivemos em audiência com o Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Jarbas Vasconcelos, da qual participaram o Secretário de Estado de Agricultura, Gabriel Maciel, o Secretário de Estado do Planejamento, Raul Henry, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Alexandre Valença, e o Vice-Governador Mendonça Filho. Representando a Organização das Cooperativas do Estado de Pernambuco – OCEPE participaram da audiência o Dr. Malaquias Anselmo, o Presidente da Central Leite, sediada no Município de Caruaru, Sílvio Farias, o Superintendente Regional do INCRA, Dr. João Farias, e também o Presidente da Sociedade dos Criadores do Agreste Meridional, localizada no Município de Garanhuns, José Maria Azevedo.

Sr. Presidente, creio que não teremos uma única solução, um modelo padrão, para sairmos da crise em que se encontram os produtores em todo o território nacional, em função dos acontecimentos ocorridos com a Parmalat.

Ontem, chegamos a um entendimento com o Governador do Estado pela criação de um grupo de trabalho, que não vai apenas buscar soluções para o problema imediato conjuntural dessa crise. A unidade Parmalat de Garanhuns é uma das maiores e mais modernas do País. Ela teve sua expansão inaugurada em setembro do ano passado, com investimentos que chegam a 25 milhões de reais, inclusive com a contrapartida dos incentivos fiscais do Estado de Pernambuco. Mas entendemos que essa crise, como foi dito, nas nossas primeiras reuniões, pelos representantes das entidades nacionais da agricultura e da produção leiteira, poderá abrir oportunidade de novas expectativas para os produtores.

Deputados de outros Estados também se têm referido à situação do nosso Estado, onde existe a grande maioria dos fornecedores de leite do grupo Parmalat. Maioria essa constituída de produtores familiares, que têm a menor parte do ganho na produção leiteira, exatamente por sua reduzida condição de fornecedor de leite *in natura*.

Então, por entendimentos mantidos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, no último fim de semana, reuniu em Brasília todos os Superintendentes do INCRA, acertamos com o Governador do Estado a criação de um grupo de trabalho, composto por produtores e cooperativas. Com a colaboração desta Comissão e do Governo do Estado, esse grupo terá a responsabilidade de apresentar ao Governo de Pernambuco e ao Governo Federal um ou mais projetos que possam representar a transferência de recursos e de tecnologia para que a grande maioria de produtores individuais partam para um processo de organização de cooperativas e também possam, por meio de investimentos, ter um processo de aumento da sua capacidade de valor na produção do leite.

Neste momento, não podemos permitir que ocorra uma solução doméstica em grande parte da bacia leiteira do nosso Estado, diferentemente do que ocorre no Paraná e talvez nos Estados de Goiás, em Santa Helena, e do Rio de Janeiro, em Itaperuna. Ou seja, que um ou mais grupos de médio e grande porte venham arrendar a unidade fabril de Garanhuns. Isso certamente significará o domínio de quase toda a comercialização do leite no Estado, cuja bacia leiteira se espalha em várias regiões do agreste pernambucano.

Encontra-se em curso hoje o Programa do Leite, patrocinado pelo Governo do Estado e conduzido por um grupo de empreendedores, que até já tinham demonstrado interesse de partir para o arrendamento da unidade fabril de Garanhuns. Sabemos que no campo dos interesses privados essas negociações podem até prosperar, depende da estratégia a ser montada pelo interventor, mas entendemos que melhor será para os produtores do nosso Estado, para a manutenção da renda do Município, com maior valor agregado na região, que não caíssemos num novo modelo monopolista. Ou seja, que grupos que já controlam a revenda e comercialização do leite para o Programa do Leite do Estado não assumam também, como empreendedores privados, toda a comercialização, especialmente do leite *in natura*.

Portanto, queremos externar a importância dessa audiência com o Governador do Estado de Pernambuco, que fez parceria com o Governo Federal para que esse grupo de trabalho possa apresentar projetos viáveis, que venham transferir recursos, tecnologia e equipamentos. Com isso, vamos aumentar a margem de lucro e o valor agregado na produção do leite.

Por isso, queremos externar a importância dessa audiência e dizer que continuamos acreditando nos

trabalhos confiados a esta Comissão. A Presidência foi muito bem conduzida por V.Exa., e a Relatoria, pelo Deputado Assis Miguel do Couto. Com a Comissão Parlamentar de Inquérito estaremos, certamente, exercendo uma grande vigilância sanitária e financeira, para que o setor do leite não venha a sofrer dos mesmos problemas que sofreu até o presente momento.

Esse é o relato que faço a V.Exas. Estamos concluindo, do ponto de vista formal, a apresentação do relatório dessa audiência com o Governador do Estado, Dr. Jarbas Vasconcelos. Em seguida, faremos com que o relatório chegue à Secretaria e à Relatoria, se não ainda hoje, no mais tardar amanhã pela manhã, para que conste dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado Paulo Rubem Santiago as palavras.

Há requerimentos sugerindo a vinda de presidentes de sindicatos produtores. Mas penso que esses requerimentos realmente não se justificam mais, uma vez que, em cada Estado, até por decisão da Comissão, foram realizadas reuniões com as federações. O Presidente e o Relator também participaram de uma audiência na CNA com a presença de todas as federações.

Portanto, todos esses requerimentos, na seqüência, sugerindo a vinda de federações, estão prejudicados. Sinceramente, não vejo validade em votá-los.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, pela ordem. Concordo com V.Exa. Deveríamos dar continuidade somente ao oitavo requerimento. Quanto aos outros, por tratar-se do setor leiteiro, na minha opinião, a Comissão de Agricultura poderia acompanhá-los. Enfim, é outro departamento, e não deveríamos misturar agora.

Essa é a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Então, de ofício, entendendo que o Plenário está apoiando a sugestão desta Presidência, retiro os itens de nºs 1 a 7, e coloco em discussão o item nº 8.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, para evitar que qualquer decisão dessa Presidência seja má interpretada no futuro, sugiro votarmos em bloco os 7 itens, rejeitando-os, depois, votarmos o item nº 8, porque o Plenário é soberano neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Atendendo à sugestão do Deputado Abelardo Lupion, esta Presidência coloca em discussão, em bloco, os itens de nºs 1 a 7.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a retirada, em bloco, dos itens de 1 a 7, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos, então, à discussão do item nº 8.

Requerimento nº 33/04, do Sr. Assis Miguel do Couto, sobre convite ao Dr. Carlos Henrique Abrão, Juiz de Direito da 42ª Vara Cível de São Paulo, ao Dr. Keyler Carvalho Rocha, Administrador Judicial Provisório da Parmalat, nomeado pela 42ª Vara Cível/SP, e ao Dr. Daniel K. Goldberg, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, a comparecerem a esta Comissão para serem ouvidos em audiência pública."

Em discussão.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sr. Presidente, na verdade, este requerimento é o desdobramento da reunião em que V.Exa. e eu fomos encarregados de ir a São Paulo para conversar, em especial, com o Dr. Carlos Henrique e o Administrador Judicial, Sr. Keyler.

Se o aprovarmos, creio que também estamos, quero deixar bem claro a este Plenário, estendendo o trabalho da Comissão pelo menos até a primeira semana de março, porque é impossível, pelos contatos feitos – o Secretário da Comissão tem-se ocupado dessa parte – , realizarmos essa audiência pública nesta semana. O Dr. Carlos Henrique está na Itália, o Sr. Keyler Carvalho Rocha está impossibilitado de vir aqui nesta semana, e até já se propôs a vir na terça-feira, 2 de março. Com o Dr. Daniel não há maiores problemas.

Só quero deixar claro que quando aprovarmos esse requerimento, iremos orientar a conclusão dos trabalhos desta Comissão para a primeira semana de março. Antes disso, haverá a semana do carnaval. Vamos torcer bastante para que não haja novidades nesse período. Durante o nosso trabalho, houve um pedido de concordata, que nos orientou para uma ação de emergência. Houve também uma intervenção judicial, que nos orientou a buscar outro caminho. Agora, estamos apostando em uma normalidade, digamos assim, até dia 2 de março, para que possamos, então, concluir nossos trabalhos.

Nesse sentido, este requerimento implica tomarmos um encaminhamento em relação à CPI. Se concluíssemos o trabalho amanhã, votando o relatório – e agora estamos cuidando disso – , também encaminharíamos o pedido da criação da CPI. Não que isso esteja descartado. Cabe encaminhar se vamos conduzir os trabalhos após coletar assinaturas, pois estamos praticamente de acordo com a instalação da CPI. Ou seja, vai constar do nosso relatório a criação

da CPI, mas só será votado e decidido na primeira semana de março.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Na semana passada, decidimos consensualmente que entraríamos com um pedido de CPI, de autoria de todos os membros da Comissão. Ao decidirmos que todos os membros da Comissão seriam os autores da CPI, votamos automaticamente. Já credenciamos à Direção da Comissão a negociação para instalação da CPI. Só precisamos coletar o restante das assinaturas. Os membros da Comissão já o assinaram. Nós somos os autores. A proposta do Presidente foi acatada por unanimidade na nossa Comissão. Acredito que falta apenas coletarmos o número necessário – 175 votos – e encaminharmos à negociação para conseguirmos instalar a CPI na Câmara dos Deputados, como sugeri anteriormente.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Bem lembrado pelo Deputado Abelardo Lupion. Creio que isso deve estar claro na ata. Não haveria maiores problemas. Só precisamos decidir aqui sobre a parte operacional do encaminhamento da instalação da CPI após a coleta de assinaturas. Esse fato aconteceria provavelmente antes da primeira semana de março, ou seja, amanhã ou quinta-feira. Esse encaminhamento procede.

Conforme o Deputado Abelardo Lupion – e acato suas palavras – , dá para desvincularmos o encaminhamento da CPI da conclusão do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Quero fazer uma sugestão. Na verdade – e essa é a preocupação do Relator – , sempre decidimos que o trabalho da Comissão se daria basicamente de 3 formas. O Relator, com as audiências públicas e sugestões, tem material suficiente para propor um modelo e encaminhá-lo aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário. Será um novo modelo sugerido pela Comissão, para evitar o existente, que é concentrador.

O segundo passo é exatamente a questão emergencial. Com a intervenção, embora não se resolva, haverá um encaminhamento. Estamos aguardando a presença dos que representam essa intervenção, para que o Relator possa concluir, propor soluções e até ajudar nessa questão, sobretudo no aporte de recursos públicos, a meu juízo, dependendo de qual cenário esses interventores queiram dar à estrutura da Parmalat.

E o terceiro passo, esta Comissão Especial não tem condição de realizá-lo, até porque se trata de convocação e quebra de sigilo. Trata-se da parte investigativa da fraude, sobre a qual ninguém mais tem dúvida. E a cada dia que passa convenço-me de que, embora tenha partido da Itália, evidentemente a fraude teve a conivência do Brasil. É isso que precisa ser apurado. E só poderemos realizar esse terceiro passo com a proposição desta CPI, pela qual penso que esta Comissão já decidiu. Vamos discutir com o Presidente se é possível realizá-la na Câmara dos Deputados. Caso contrário, será uma Comissão Mista. Essa é uma decisão que depende das condições políticas da Presidência da Câmara.

Na verdade, estou apenas esperando a presença dos interventores, para que possamos concluir o trabalho, sem prejuízo do encaminhamento. Se as assinaturas forem recolhidas e a CPI instalada, mesmo paralelamente a esta Comissão, não haverá prejuízo para os outros 2 procedimentos.

Essa a posição que a Presidência gostaria de submeter ao Plenário.

Ao votarmos o requerimento do Deputado Assis Miguel do Couto, daremos o encaminhamento que acabo de sugerir a V.Exas.

Ouço o contraditório ou a aquiescência de V.Exas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade, embora divagando um pouco, para voltar ao assunto do juiz. Desde o primeiro momento percebemos a intenção clara e transparente que ele sinalizava não apenas para a Comissão e o Congresso, mas para a sociedade. S.Exa. queria inaugurar um tempo novo na Justiça brasileira, inclusive ajudando o Congresso Nacional na elaboração da nova Lei de Falências.

Aquilo que não fomos capazes de encontrar e colocar no texto, ele, de forma prática, colocou naquela petição que, para mim, é uma peça. E gostaria de dizer aos nobres Presidente e Relator que a enviei a todas as cooperativas, a todos os sindicatos e aos juízes de Direito do meu Estado. Mas com uma ressalva: para eles observarem bem que aquilo é uma nova ordem no Brasil, para que aprendam, ao contrário do que até então a Justiça fazia, que para deferir pedido de falência ou aceitar pedido de concordata é necessário considerar a empresa um bem social. Para mim, a atitude do juiz foi do maior alcance possível. E acredito que ele só terminou de escrever a sua decisão, quando esta Comissão, em suas sucessivas audiências públicas sobre o Caso Parmalat, deu-lhe

a segurança necessária. Além da coragem cívica, a Comissão emprestou-lhe também o suporte necessário para prosseguir nesse intento.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o Presidente, o Relator e os colegas pela condução sábia, sem exagero, sem alarde, sem jogar para a platéia, desse processo da Parmalat. Tanto esta Comissão como o juiz tiveram segurança para resolver o problema. Deveríamos receber o juiz com tapete vermelho, porque esse cidadão brasileiro vai fazer história. Mais do que nunca o Congresso Nacional precisa entender o alcance de sua decisão para corrigir a Lei de Falências. Inúmeras vezes, como cidadão comum, e às vezes como Parlamentar, de 12 anos para cá, desde que começaram os planos econômicos, fomos à Presidência do Banco do Brasil e tentamos mostrar à Diretoria que uma empresa não podia simplesmente desaparecer quando tinha uma função social. E eles não entendiam assim. Entendiam que o dinheiro emprestado, apesar de a inflação ser perversa, tinha que ser jogado na conta do cliente, tinha que ser pago, mesmo quando ele tinha um produto com uma correção exigida ou determinada pelo Governo, como é o caso dos combustíveis. O Governo dava uma correção para o álcool de 5% e uma correção monetária de 80%. Então, não existia nenhuma empresa sadia, que desse conta de pagar essa dívida. Esse juiz, de forma muito clara, mostra a todos nós como deve ser o tratamento a uma empresa que, muito acima de ser do patrão, tem função social.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de usar da palavra. Já usei dessas mesmas expressões no plenário, tão logo tomei conhecimento do inteiro teor da decisão do juiz. Sei que V.Exa. também, em nome da Comissão, já o fez.

A ida de V.Exa. a São Paulo deu um cunho muito importante a esse processo e veio coroar de êxito o trabalho da Comissão. Nossa preocupação agora já não é mais com o juiz nem com o interventor, mas com o Tribunal de Justiça de São Paulo. Precisamos ficar atentos para não deixar que o Tribunal caia no conto do paco, porque haverá muitos pedidos para revogar essa liminar ou essa decisão do juiz. Lógico que não temos força para impedir, mas se ficarmos atentos e a cada instante formos à tribuna pedir ao Presidente da Casa para se manifestar, pedir aos políticos de São Paulo para se manifestarem no sentido de que o Tribunal entenda que a questão é social e não somente econômica, vamos conseguir resolver o problema e mudar a Lei de Falências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Muito obrigado, Deputado Roberto Balestra.

Informo que o Tribunal de Justiça rejeitou o pedido de liminar.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Mas outros pedidos virão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Sim, outros virão.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, gostaria de registrar – não tive oportunidade de fazer isso publicamente – minha posição, que logicamente é a mesma de todos os membros desta Comissão no sentido de parabenizar o Juiz Carlos Henrique Abrão pela decisão.

Quero também declarar a contribuição desta Comissão para que ele tomasse decisão tão corajosa. Tive o cuidado de, neste fim de semana, ler a decisão do juiz. São mais de 50 páginas. Quem teve oportunidade de lê-la pôde ver claramente que em todas as páginas, de uma forma ou de outra, S.Exa. citava a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, inclusive utilizando os depoimentos dos que aqui estiveram.

Então, realmente cumprimos nosso papel, como disse muito bem o Deputado Abelardo Lupion. Quero parabenizá-lo, porque tenho a convicção de que a iniciativa foi sua. Lembro-me muito bem de que, logo que fomos convocados, o Deputado Waldemir Moka, na Comissão de Agricultura, comunicou-nos da sua iniciativa de criar esta Comissão, até para que realmente pudéssemos contribuir na defesa dos produtores rurais, dos fornecedores e de todos os que têm ligação com a cadeia produtiva do leite.

Parabenizo V.Exa. e o Relator, Deputado Assis Miguel do Couto, assim como todos os Deputados que compõem esta Comissão. Ficou muito clara a nossa contribuição na decisão do juiz. Do início ao final, S.Exa. citou várias vezes a Comissão e os depoimentos aqui proferidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado Cezar Silvestri.

Em discussão o requerimento do Deputado Assis Miguel do Couto.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica convocada para terça-feira, dia 2 de março, audiência pública com a presença do interventor, Dr. Keyler Carvalho Rocha, do Dr. Daniel Goldberg e também do Juiz Carlos Henrique Abrão.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A AVERIGUAR O PROCESSO RELACIONADO À CRISE DA PARMALAT

52ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 11ª Reunião Ordinária realizada em 10 de março de 2004

Às quinze horas e doze minutos do dia dez de março de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat, no Plenário 5, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Waldemir Moka – Presidente; Ronaldo Caiado e Zonta – Vice-Presidentes; Assis Miguel do Couto – Relator; Abelardo Lupion, Augusto Nardes, Cezar Silvestri, Durval Orlato, Enio Tatico, Jamil Murad, João Grandão, Luiz Carlos Hauly, Nelson Marquezelli, e Vittorio Mediolli – Titulares; Anselmo, Francisco Turra, Josias Quintal, Jurandir Boia, Leonardo Vilela, Luis Carlos Heinze e Paulo Rubem Santiago – Suplentes. Compareceram também os Deputados Érico Ribeiro e José Pimentel, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Enio Bacci, Josias Gomes, Kátia Abreu, Leandro Vilela, Osvaldo Biolchi, Paulo Baltazar e Paulo Marinho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 10ª reunião, realizada no dia dois de março de dois mil e quatro. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA:** Discussão e Votação do Relatório Final da Comissão. O Presidente passou a palavra ao Deputado Assis Miguel Couto do Couto, Relator, para apresentação do seu Relatório. Finda a exposição, passou-se à discussão da matéria. Usaram da palavra os Deputados Zonta, Augusto Nardes, Paulo Rubem Santiago, João Grandão, Enio Tatico, Leonardo Vilela, Cezar Silvestri, Abelardo Lupion e Luiz Carlos Hauly. Durante a discussão, o Relator acatou sugestões apresentadas pelos Deputados que debateram a matéria. Passou-se, então, à votação do Relatório Final, que foi aprovada por unanimidade. Na seqüência o Presidente submeteu à votação a Ata da presente reunião, a qual foi aprovada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e trinta e sete minutos. E, para constar, eu, Valdivino Tolentino Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Waldemir Moka, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados, juntamente com as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Havendo número legal, declaro aberta a 11ª reunião desta Comissão destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat.

Srs. Deputados, tendo havido a distribuição de cópias da Ata da 10ª reunião a todos os presentes, indago se há necessidade de leitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, como já temos conhecimento da Ata, solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – O Deputado Zonta pede a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior.

Em discussão o requerimento verbal do Deputado Zonta.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em discussão a Ata.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação da Ata da sessão anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia: esta reunião foi convocada para a discussão e a votação do relatório final desta Comissão.

Informo aos Srs. Parlamentares que o relatório foi distribuído ontem, por volta das 20h, aos gabinetes de V.Exas. A maioria recebeu-o hoje de manhã, mas já estava disponível também na Internet.

Srs. Parlamentares, reconhecendo que o tempo de que dispomos pode não ser suficiente para procedermos a uma leitura mais apurada do relatório, embora possamos votá-lo ainda hoje e conversei previamente sobre isso com o Relator, em princípio a reunião seria para leitura e discussão da matéria. Se V.Exas. entenderem que precisamos de mais tempo, a Presidência, já tendo tratado disso com o Relator, poderá marcar uma reunião para amanhã ou, eventualmente, até para a semana que vem.

Particularmente, tenho conhecimento do teor do relatório, mas quero externar meu ponto de vista, ressaltando que assino com o Relator nesse particular; aguardo, porém, a manifestação deste Plenário. Nesse sentido, advirto que não cabem emendas, mas sugestões. V.Exas. podem fazer sugestões e o Relator poderá acatá-las ou não. Pode haver destaques, desde que sejam supressivos. Estou apresentando a forma

regimental do trabalho com o relatório, para que não haja dúvidas. Portanto, em princípio, não poderá haver formulação de emendas, e sim apresentação de sugestões. Podemos, repito, acatar destaques supressivos, e acho importante ouvirmos as sugestões, que o Relator pode acatar e incorporar ao relatório.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Assis Miguel do Couto para proceder à apresentação do relatório final.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sr. Presidente, solicito a presença de um dos consultores, Gustavo ou Guilherme, para nos acompanhar e facilitar nosso trabalho.

A questão que V.Exa. levanta é muito importante. Se o Regimento nos traz uma certa amarração, torna-se necessário que caminhemos para o consenso. E se for possível encontrá-lo, mesmo com as observações aqui feitas, poderemos tratar dos pontos levantados nesta reunião e votar o relatório ainda hoje. Essa é nossa expectativa, porque há condições políticas para fazermos isso.

Sr. Presidente, procuramos fazer um relatório que contemplasse todas as discussões travadas nesta Comissão desde o início, todos os pontos de vista manifestados pelos seus integrantes, para facilitar a conclusão do trabalho. Portanto, nesse sentido, acho que temos condições de chegar a uma conclusão.

Estou percebendo que alguns colegas ainda estão lendo o relatório, porque devem tê-lo recebido hoje pela manhã. Ele tem ao todo 52 páginas, mas é bastante descritivo. As conclusões estão nas últimas 10 páginas, e as propostas, mais precisamente, nas últimas 4 páginas, da 46 até a 50.

Minha sugestão é fazermos uma rápida apresentação do conteúdo maior e lermos apenas as páginas finais, onde estão as conclusões. Então, eu leria a introdução, passaria a uma breve apresentação dos demais pontos e depois passaríamos a ler, se os nobres colegas acharem importante, as últimas 10 páginas.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Relator, antes de mais nada, cumprimento V.Exa. pela formatação do relatório e também o Sr. Presidente pela condução dos trabalhos. Como não pude ler atentamente todos os itens, concordo de pronto com a proposta de V.Exa. A leitura da introdução e da conclusão já nos dá uma idéia do conteúdo do relatório, porque participamos das audiências. Portanto, concordo plenamente com a sugestão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Sr. Relator, V.Exa. ouviu do Deputado Zonta aquilo que me parece ser o consenso do Plenário, a não ser que exista uma proposta diferente.

A proposta do Relator é fazer a leitura da introdução e depois ater-se à parte em que se faz o encaminhamento das propostas.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sr. Presidente, feita a exposição inicial será aberto o debate e depois decidido se o relatório será votado hoje ou não? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado Nardes, acho que V.Exa. ainda não estava presente quando eu disse que, embora esta reunião tenha sido convocada para leitura e votação do relatório, o tempo não foi suficiente para analisá-lo, já que somente hoje pela manhã o texto foi entregue aos Parlamentares. Basta que um Parlamentar diga que quer que a votação se dê em outra reunião e a Presidência, de comum acordo com Relator, marcará uma outra data apenas para a votação. Esta reunião, em princípio, seria para apresentação e discussão do relatório. Se houver consenso votaremos o texto ainda hoje, mas não há necessidade de fazê-lo. Não sei se fui claro.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – A prudência de V.Exa., ao deixar a critério do Plenário a decisão, é muito apreciada por todos nós.

Sr. Presidente, minha posição é no sentido de discutirmos o relatório; se surgirem dúvidas que possam ser sanadas hoje, votamos imediatamente; se não houver consenso, votemos então amanhã pela manhã, e assim terminaríamos ainda nesta semana os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Por parte da Presidência e do Relator não há dificuldade alguma de atender à proposta de V.Exa. Se houver outras sugestões, a Consultoria está presente para nos orientar, e o Relator também está disposto a aceitá-las, se for o caso, de forma que o ideal é produzirmos um consenso. Por quê? Porque tão logo encerremos a parte do relatório desta Comissão Especial, vamos dedicar-nos à parte da CPI, que é onde teremos de exercer pressão política, no sentido de que o Presidente do Senado faça a leitura, na sessão do Congresso, do ato de instalação dessa Comissão, já que se começa questionar por que a CPI ainda não foi instalada, e evidentemente o Presidente quer cuidar disso depois de encerrada esta Comissão.

Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Sr. Presidente, confesso que tive o cuidado de, antes de vir para esta reunião, dar uma passada de olhos pelo texto. Li o relatório e estou impressionado. Ele está muito bem feito, é muito objetivo e faz propostas para a reestruturação do setor leiteiro, assunto que também discutimos na Comissão da Agricultura. Propõe medi-

das de curto prazo para amenizar as dificuldades por que passam os produtores de leite, sugerindo inclusive o aporte financeiro do Governo para as cooperativas, utilizando-se o PRONAF, o Banco do Brasil e as ações do Governo Federal para suporte das aquisições pela CONAB, e mostra também o que fazer com relação à Parmalat, respeitando o que era consenso nesta Comissão, ou seja, a necessidade de não sermos coniventes, sob hipótese alguma, com qualquer tentativa que não a de fazermos uma boa transição, para que os produtores sejam beneficiados, apesar dessa crise. Sugere ainda a instalação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, fundamentando com muita propriedade essa proposta. Portanto, quero dizer que o PFL está de acordo e disposto a votar e aprovar hoje o Relatório na íntegra, sem absolutamente destaque algum.

Queremos também parabenizar V.Exa. e sua equipe pela belíssima peça apresentada, que coroa com muito brilhantismo o trabalho de iniciativa do Deputado Waldemir Moka, hoje nosso Presidente, junto com todos Parlamentares interessados em resolver o problema do setor. Estou orgulhoso de fazer parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado Abelardo Lupion as palavras.

Ouço o Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Sr. Presidente, quero corroborar tudo que ouvimos do Deputado Abelardo Lupion. Tive a oportunidade de ler esse relatório e de fato fiquei impressionado com a maneira como foi construído, com o diagnóstico que foi feito, com a cronologia dos acontecimentos e com as propostas nele encerradas. Portanto, parabenizo o Relator e a equipe que participou desse trabalho.

Vamos ouvir o Relator, mas em princípio estou disposto a votar e aprovar o Relatório hoje, porque ele está muito bom. Posso até adiantar que servirá de parâmetro para o relatório da CPI da Pirataria, pela maneira como foi construído. Parabéns, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Deputado Assis Miguel do Couto, o Plenário já deu guarida à sua sugestão. V.Exa. poderia então ler a introdução e logo em seguida as suas propostas; depois o Presidente colocará em debate o relatório como um todo.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Muito obrigado, Presidente Waldemir Moka. As palavras dos Deputados Abelardo Lupion e Josias Quintal são extremamente importantes, não só para mim, como também para toda a equipe que comigo trabalhou. Portanto, meus agradecimentos a V.Exas.

Embora saibamos dos nossos limites, há pontos importantes para cujo aperfeiçoamento V.Exas. podem contribuir neste debate. Esses pontos constarão das notas taquigráficas; portanto, não vamos trair posições. Todas elas serão consideradas, desde que não impliquem mudanças substanciais da lógica do relatório. Se isso for possível, poderemos incluir algumas sugestões. Se as mudanças propostas forem substanciais, queremos tempo para decidir até amanhã se aceitaremos ou não incluí-las no relatório.

Peço desculpas a V.Exas., porque não estou acostumado a ler em voz alta. Portanto, peço a compreensão de todos nesta empreitada.

Introdução:

Em 22 de janeiro deste ano, mediante ato do Presidente desta Casa, o Deputado João Paulo Cunha, foi constituída Comissão Especial para averiguar a crise do Grupo Parmalat, diante dos recentes acontecimentos verificados em sua matriz na Itália, que envolveram atos fraudulentos da Diretoria naquele país e levaram a uma situação de crise financeira todas as filiais do Grupo sediadas no Brasil.

Diante da sucessão de más notícias oriundas da Itália, reportando-se a imensas fraudes investigadas pela Justiça daquele país, tornou-se inevitável o rápido desgaste das empresas Parmalat no mercado brasileiro, gerando a interrupção do pagamento às cooperativas e a milhares de produtores de leite em várias regiões, bem como o atraso do pagamento de seus mais de 6 mil funcionários.

A deterioração financeira da Parmalat Brasil aconteceu em um ritmo muito acelerado. Dia a dia foram sendo noticiados casos de suspensão no fornecimento da matéria-prima – leite, farinha de trigo e outros – necessária à continuidade da atividade produtiva das 8 fábricas instaladas no Brasil. Esse processo culminou, até os dias atuais, em paralisação total ou parcial da maioria das unidades industriais.

Ressalte-se que o Grupo Parmalat, além das 8 unidades industriais, possui 5 centros de distribuição e compra 1,2 bilhões de litros de leite por ano, o que equivale a 5% de toda a produção nacional.

No plano mundial, o recente escândalo da gigante Parmalat na Itália surpreendeu o mercado, considerando-se que a fraude contábil de cerca de 10 bilhões de euros cometida pela matriz da empresa foi extremamente grosseira, porque se utilizou de falsificação de um comprovante de depósito bancário inexistente de 4,9 bilhões de euros em uma filial do Bank of America em um paraíso fiscal.

Em tempos de economia globalizada, época marcada pela concentração de capital e investimentos nos chamados mercados emergentes, grupo no qual o Bra-

sil se insere, como economia em desenvolvimento, os agentes econômicos perderam seu papel de captação e empréstimo de recursos ao setor produtivo, entrando em uma ciranda de emissão de papéis, criação de bônus e títulos muitas vezes fictícios, que permitem rendimentos enormes aos bancos e aos seus executivos comissionados. Essa mudança de identidade do setor financeiro dificulta inclusive o controle e o acompanhamento das operações pelos governos. Fatos dessa natureza têm levado grandes empresas transnacionais a inacreditáveis fraudes contábeis, a exemplo da WorldCom e da Enron, nos Estados Unidos, e agora a Parmalat, na Itália.

Sem dúvida, esses fatos remetem-nos a uma análise do modelo dominante no setor de lácteos no Brasil e vêm fortalecendo a proposta de abertura de mercado para as multinacionais há mais de uma década, em detrimento do desenvolvimento de cooperativas e empresas nacionais. O mercado lácteo, que até o final da década de 80 estava nas mãos de empresas brasileiras de cunho regional, em fim dos anos 90 já era dominado por empresas multinacionais. Até o momento da deflagração do escândalo da Parmalat, das 5 maiores empresas do setor no Brasil, segundo o faturamento, 4 eram multinacionais, sendo que 3 delas, incluída a referida empresa Parmalat, têm origem européia.

Dessa forma, este relatório visa não somente cumprir seu papel de análise e criação de propostas sobre a crise da empresa Parmalat, mas também trazer para o centro das discussões o contexto em que se encontra a cadeia produtiva do leite no Brasil, o papel das cooperativas de leite e o apoio às empresas nacionais, como forma de fortalecimento de uma proposta no sentido de que os produtores de leite – em especial os da agricultura familiar – e o desenvolvimento regional sejam contemplados e valorizados como importantes instrumentos para a construção do Brasil que todos queremos.

Na seqüência dessa introdução, vamos dar uma passada muita rápida pelo item nº 2, que trata da análise da cadeia produtiva de leite no Brasil, ou seja, o setor de leite – achamos mais apropriada a expressão "cadeia produtiva" porque abrange produção, industrialização e consumo. No primeiro item, quanto ao crescimento das multinacionais, a desregulamentação do setor e os impactos de tudo isso na cadeia produtiva do leite nas décadas de 80 e 90, encontramos aqui uma análise bastante precisa, feita por vários consultores. No segundo são analisados os impactos da concentração do mercado para os produtores de leite e para o desenvolvimento regional. Incluímos o componente "desenvolvimento regional" porque a produção de leite é estratégica para a dinâmica econômica dos Municípios interioranos, nas regiões rurais de nosso País. Em algumas empresas constatamos uma redução do número de produtores formais de forma mais acelerada, em outras menos acelerada. Isso está explicado aqui: a redução de preços pagos ao produtor, os impactos negativos no comércio dos pequenos Municípios. Já percebemos, e há notícias nesse sentido, principalmente nas regiões onde estão instaladas as empresas Parmalat, que há um prejuízo na dinâmica econômica desses Municípios e dessas regiões.

Outro item importante é o que diz respeito à agricultura familiar na cadeia produtiva do leite e à geração de trabalho e renda. Fizemos em nossas considerações finais uma importante menção a esse tema, mostrando, do ponto de vista social, o que representa a cadeia produtiva de leite, principalmente para a agricultura familiar.

No item 2.4, sobre o potencial de consumo de leite no Brasil e sobre a qualidade do produto oferecido ao consumidor, buscamos fazer uma análise principalmente sobre a questão de segurança alimentar e a importância do leite nesse contexto, considerando o aumento da demanda e o consumo atual, e mostrando alguns dados importantes, tanto no âmbito nacional como no internacional, sobre esse assunto. Constatamos também que ainda há um enorme espaço para o consumo de derivados de leite no País, o que possibilitará com certeza uma maior expansão do setor.

O item 3 diz respeito ao Grupo Parmalat e aos acontecimentos que o levaram a uma situação de crise. Analisa-se passo a passo como essa crise se foi desenrolando, numa espécie de cronologia dos fatos. No item 3.2 analisamos a situação legal e a estrutura do Grupo Parmalat no Brasil. Fizemos inclusive uma observação sobre uma matéria publicada na imprensa informando que só numa Junta Comercial de São Paulo há, parece, 17 empresas constituídas.

Ouço V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Quero levantar uma questão que agora me parece ser importante. V.Exa. comentou que no dia 3 de março de 2004 o 1º Tribunal de Alçada Cível de São Paulo cassou a decisão do Juiz da 42ª Vara, reconduziu o ex-Presidente Ricardo Gonçalves e o Diretor Financeiro Andrea Ventura aos seus antigos cargos e anulou a decisão que determinou a intervenção na Parmalat Alimento. Acho que a decisão não tem essa abrangência, e isso já foi questionado. Inclusive, amanhã o juiz deverá posicionar-se a esse respeito. Parece-me que ele só permitiu que essas pessoas pudessem sair do País e liberou seus bens, que estavam indisponíveis. Mas quanto a reconduzi-los, a decisão não tem essa

abrangência; tanto é que o interventor ainda continua na presidência. Eu gostaria de ouvir a opinião da nossa Consultoria Jurídica – aliás, foram nossos consultores que me orientaram nesse sentido.

O SR DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Guilherme, há alguma... Correto. É preciso corrigir o texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Parece-me que hoje a decisão é no sentido de que os interventores permaneçam. Inclusive, amanhã tanto os advogados do Grupo Parlamat quanto os próprios interventores devem pronunciar-se, porque a decisão do Juiz não tem essa abrangência. Anuncia-se uma decisão, mas nada acontece. O interventor continua lá, e se continua lá não há como reconduzir o ex-presidente, no caso. Acho que isso tem que ser bem explicado. Há consenso sobre o que estou dizendo, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – O Relator acata, porque há realmente muitas controvérsias, e outras ainda vai haver daqui para a frente. Essa é uma disputa jurídica em que nós ainda vamos ter, provavelmente, outros...

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Acho que não cabe outro título a não ser imbróglio jurídico. Hoje há um imbróglio, uma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – E o prejuízo é grande, na minha avaliação. A meu juízo, e com a minha responsabilidade, o juiz, ao conceder essa liminar, impôs uma determinação. Tenho, por exemplo, a informação de que o Sr. Ventura já não está mais no Brasil. Já foi para a Itália. Os bens que estavam indisponíveis já não mais estão. São essas coisas que me fazem querer acelerar a implantação da CPI.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, a informação que tenho vai na linha do que V.Exa. levanta. Há pouco eu conversava com o Relator. Os antigos diretores não têm interesse de voltar à Direção da empresa. Na verdade, o que eles queriam era ter seus bens desbloqueados e autorização para sair do País, para viajar, mas não têm interesse de voltar à Direção da empresa. Essa é a informação que eu tenho, e acho que é a mesma que V.Exas. receberam

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Será, então, acatada a observação do Sr. Presidente, em consenso com os demais Srs. Deputados. Acho que vamos ter de corrigir esse texto, ajustando-o. Conversei agora com o consultor e lembramos que elaboramos essa parte do texto exatamente no dia em que chegou a notícia. Não havíamos tido acesso ao texto da decisão judicial e quando tivemos não fizemos a correção. Então, realmente temos de corrigir o que aqui está posto.

O item 3.2, como já disse, refere-se à situação legal e à estrutura do Grupo Parmalat no Brasil. Há aqui basicamente uma tabela sobre as empresas instaladas e as atividades produtivas, e mais adiante temos a situação financeira do Grupo Parmalat no Brasil. Sobre esses 2 itens, quero fazer uma ponderação. Em função da dificuldade de acesso a documentos e informações mais precisas – e esta é a leitura de quem ouviu aqui mesmo, na Comissão, várias exposições – , consideramos que não se trata de uma análise precisa da situação financeira da Parmalat. Talvez a CPI, com muita sorte e energia para trabalhar, tenha condições de chegar a informações mais precisas.

O item 3.4 descreve os pontos da decisão judicial e a atual situação jurídica da empresa.

No item 3.5, está uma análise do provável cenário se deferida a concordata preventiva. A concordata está suspensa por conta da decisão judicial. Portanto, trabalhamos com um cenário que não sabemos se vai acontecer.

O item 4 registra as ações da Comissão Especial para averiguar a crise da Parmalat. Aqui está o relato de todas as audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados e nos diversos Estados, com a relação de todos os convidados, dentre eles autoridades.

Tivemos certa dificuldade com relação ao tempo, porque muitos registros demoraram a chegar às nossas mãos. Também tivemos problema de interpretação, pois recebemos um relato geral muito pouco conclusivo da maior parte das audiências, que apenas dizia o que aconteceu, quem nelas esteve presente e se pronunciou. Sabemos que muitas coisas aconteceram após as audiências públicas, e ainda estão acontecendo nos Estados, a exemplo das negociações sobre os ativos e a utilização do parque industrial.

As audiências públicas tiveram o caráter político de chamar atenção para o fato e debatê-lo, mas os processos ocorreram e ainda ocorrem por conta de grupos e comissões que se organizaram nos Estados.

Em seguida, temos o item 4.3, sobre a série de reuniões que ocorreram com órgãos governamentais.

No item 4.4 está a viagem à Itália, da qual participaram o Presidente Waldemir Moka, o Deputado Vittorio Medioli e eu, na qualidade de membros da Comissão; o Ministro Miguel Rossetto e o Sr. Daniel Goldberg, da SDE do Ministério da Justiça, que esteve no primeiro dia. Há um anexo com melhor conteúdo dessas reuniões na Itália.

O item 5 trata dos efeitos da crise da Parmalat sobre a cadeia produtiva do leite no Brasil.

O item 5.1 fala dos efeitos sobre os produtores, funcionários, preços, regiões e segurança alimentar.

A letra *a* aborda a questão dos produtores; a letra *b*, a dinâmica regional, o escoamento de leite e sua relação com o preço; a letra *c*, a questão dos funcionários; e a letra *d*, o impacto na economia regional e a segurança alimentar.

O item 5.2 fala dos riscos e das oportunidades para....

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Relator, peço a palavra para uma observação.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sim, Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – No 5.1, V.Exa. fala*: "A crise da Parmalat de certa forma já vinha sendo anunciada"*. De que forma já vinha sendo anunciada.? Como seria isso?

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Foi apresentado pelo Sr. Daniel Goldberg, da SDE do Ministério da Justiça, um relato muito preciso sobre os últimos 5 anos da Parmalat no Brasil. Ela sempre teve fluxo de caixa negativo. Talvez isso tenha feito com que o Governo não entrasse agora com uma ação de, digamos, intervenção na empresa.

Não sei quanto às CPIs do Leite nos Estados, mas, na conclusão nacional, cujo Relator é o Deputado Moacir Micheletto, se faz leitura dos custos da empresa. É verdade que ela não chega a ser precisa, Deputado João Grandão, no sentido de mostrar que a Parmalat tem risco. Mas, em função da metodologia empresarial adotada, ela faz críticas à atividade produtiva e aos produtos da Parmalat, principalmente o leite UHT. É claro que isso sempre recaía sobre os produtores, que obtinham preços menores para manter a empresa, que, na verdade, não tinha lucro no Brasil.

As CPIs estaduais fazem uma análise sobre o tema. A empresa não tinha, digamos, boa conceituação no Brasil, há mais tempo.

Continuando, passamos para o item 5.2, que faz uma leitura sobre riscos e oportunidades para a cadeia de leite no Brasil.

O item 6 traz considerações a respeito de possível alternativa da reestruturação do parque industrial da Parmalat no Brasil. Então, há uma leitura sobre as perspectivas e considerações a respeito de possível restruturação desse parque industrial.

Depois, entramos no item 7, acerca de aspectos concernentes à crise da Parmalat, que gostaria de ler. Acho que aqui iremos até o final.

Sobre os aspectos sociais de geração de emprego e renda, somente no campo produtivo a cadeia leiteira envolve mais de 1 milhão e 500 mil famílias de produtores. Talvez haja necessidade de correção: não família de produtores, mas unidades produtivas, porque parte delas são familiares e parte são patronais ou empresariais. São, portanto, unidades produtivas. Inclusive a FAO e o INCRA chegam a esse número de 1 milhão e quinhentos mil. Nem todas as unidades produtivas estão no mercado formal de leite, julgamos que talvez a metade pertença ao mercado informal. É importante considerar esse ponto.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Relator, peço a palavra apenas para um esclarecimento. Seis mil funcionários e 1 milhão e 500 mil famílias fazem parte desse setor? O trecho que V.Exa. acabou de ler fala de 1 milhão e 500 mil famílias. Isso procede?

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sim, 1 milhão e 500 mil famílias produtoras de leite no Brasil.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – É isso mesmo?

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Exatamente. Faremos uma pequena alteração: há 1 milhão e 500 mil unidades rurais produtivas, cerca de 80% familiares e 20% não-familiares, empresariais. Faço somente essa observação.

Essa cadeia produtiva do leite tem admirável capacidade de utilização de mão-de-obra e conseqüente geração de emprego e renda. Além disso, envolve mais uma rede de atividades de apoio, a exemplo da capacitação, do processamento, da contribuição, da distribuição e da comercialização dos produtos finais, que promovem a inclusão social. Devemos concluir algo com relação a esse ponto. É importante considerarmos que o leite tem papel fundamental na geração de emprego e na inclusão social.

Com relação ao desenvolvimento regional, a atividade leiteira, em especial aquela levada a efeito por produtores familiares, gera não apenas renda própria, mas tem característica de fluxo mensal de renda. É responsável pela movimentação do comércio e pela dinâmica socioeconômica de inúmeros Municípios interioranos. Esse é um aspecto muito forte, constatado por todos os Srs. Deputados que vivem no interior.

Registro que a data de pagamento do leite em um Município pequeno é dia de festa para o comércio, assim como o dia do pagamento dos agricultores aposentados. São, portanto, 2 elementos fortes da economia.

Segurança alimentar, saúde e potencial de consumo. O leite é alimento fundamental para o desenvolvimento saudável da população. Seu consumo está intimamente relacionado à qualidade de vida. No Brasil, o consumo *per capita* médio de leite, em torno de 130 litros por ano, é extremamente baixo. Segundo dados da FAO, teríamos necessidade de passar de um consumo anual de 21 bilhões para 38 bilhões de litros de leite.

Sem dúvida, programas sociais do Governo Lula deverão criar um cenário favorável ao consumo do leite, que deve ser produto de destaque nas políticas de segurança alimentar.

7.2 – Aspectos Estruturais.

a) O papel do Estado na cadeia produtiva do leite.

Em razão da importância da cadeia produtiva do leite para geração de emprego e renda, desenvolvimento regional e segurança alimentar da população do País, o Estado brasileiro deve fortalecer e implementar políticas que evitem ou reduzam os riscos de interesse inerentes à crise como a da Parmalat. Tais políticas devem aperfeiçoar as estratégias nacionais de segurança alimentar, estimular as exportações e estabelecer um preço mínimo compatível com a necessidade do setor, à semelhança das sugestões apresentadas no relatório final da Proposta de Fiscalização e Controle 63/2001. (Leia-se aqui a conclusão das CPIs Estaduais da Parmalat feitas em 2001.)

b) Dos monopólios.

O modelo do setor leiteiro adotado no País a partir do final da década de 80, com a abertura às exportações e o fortalecimento das multinacionais, a exemplo da Parmalat, resultaram no enfraquecimento ou desaparecimento de empresas e cooperativas nacionais, na redução de poder de negociação dos produtores em preços baixos. Devido ao pouco ou quase nulo controle do Estado, tal modelo colocou em risco a segurança alimentar.

Por isso torna-se fundamental assegurar à Secretaria de Direito Econômico SDE, e ao CADE o papel de instrumentos do Governo para regulação da cadeia leiteira.

A concorrência pode e deve ser um instrumento importante para o fortalecimento do mercado nacional.

c) Do Mercado.

No atual modelo de concentração produtiva e industrial do setor leiteiro, as mudanças no campo do varejo também trouxeram alterações significativas para os produtores. Com a migração do consumo final das pequenas padarias para as grandes redes, devido às características da durabilidade do leite longa vida, o grande varejo, para atrair clientes, passou a fazer uso do poder de pressão sobre os fornecedores de leite no sentido de comprimir os preços do produto.

Os elevados custos adicionais da embalagem tipo longa vida foram repassados pela indústria, em boa medida, aos produtores, reforçando uma rede de exclusão de produtores pelo baixo preço pago ao leite.

d) Do Modelo Tecnológico.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Relator, permita-me uma observação.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sim. Tem a minha permissão, Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Falo na condição de ex-membro da CPI dos Alimentos. V.Exa. citou, em alguns momentos, algumas sugestões do relatório final proposto pela Comissão de Fiscalização e Controle, do Deputado Moacir Micheletto.

Na questão dos mercados, é importante que seja registrada a prática totalmente prejudicial à cadeia produtiva, adotada pelas grandes redes de supermercados. Não direi que ela é ilegal, mas desleal, com certeza, e totalmente abusiva, pois caracteriza abuso de poder econômico pelas grandes redes varejistas.

Se fosse possível registrar isso no relatório, logicamente teríamos oportunidade de investigar com maior profundidade durante a CPI que será instalada. Digo isso porque tive oportunidade de ler os relatórios dos 6 Estados, e todos constataram essa mesma prática feita pelas grandes redes de supermercados, que exigem descontos e bonificações da indústria. Logicamente, a indústria acaba repassando isso ao produtor rural, e nem sempre o consumidor ganha no preço.

É esta a sugestão que apresento.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Creio que podemos acatar a sugestão de V.Exa., Deputado Cezar Silvestri. Poderíamos ampliar este texto com aquele item que fala de...

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Práticas abusivas feitas pelas grandes redes de supermercado, em prejuízo dos produtores rurais. Acho que podemos incluir isso.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Sim, podemos trazer aquele conteúdo para cá e citar a sua origem.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, pela ordem. Sou do ramo de supermercados também. Na verdade, a negociação com uma empresa como a Parmalat não é bem assim como está sendo contado. Às vezes se recebe e às vezes se paga para ter determinado produto lá dentro. É muito diferente do que está sendo colocado. Até entendo que uma grande rede tem maior poder de compra e de barganha, mas não chega a tanto. Empresas do porte da Parmalat e da Nestlé não cedem à pressão de nenhuma grande rede.

Portanto, deixo esta informação para o nobre colega.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, é mais grave ainda. Se as grandes redes não cedem, isso faz com que as médias e pequenas acabem cedendo. Então, o produtor e o pequeno co-

mércio acabam sendo prejudicados, pois concentram cada vez mais na mão das grandes redes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Na opinião de V.Exas. não são divergentes, elas se somam.

Deputado Leonardo, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, pretendo ater-me ao que já foi dito pelos que me antecederam, especialmente pelo Deputado Cezar Silvestri.

Quero abrir um parêntese para cumprimentar o Relator pelo relatório, que, pelo que ouvi hoje pela manhã e agora, ficou bastante amplo e cobriu todos os assuntos tratados na Comissão. Ele está extremamente elucidativo e vai ser fundamental para os trabalhos da CPI da Parmalat.

Com relação à questão dos monopólios e dos mercados, gostaria de enfatizar o processo que já existe na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, do Ministério da Justiça, fruto das CPIs Estaduais do Leite. O Deputado Cezar Silvestri foi Relator da CPI que se realizou no Paraná.

O Ministério da Justiça, por meio da SDE, está instruindo esse processo há mais de 2 anos. É preciso haver agilidade para que esse processo seja encerrado julgado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico deve terminar esse processo sobre indícios de abuso do poder econômico, de formação de cartel, de concentração de monopólio e de oligopsônio por parte das grandes indústrias compradoras de leite e dos supermercados.

Portanto, sugiro que enfatizemos a necessidade de que esse processo seja concluído o mais rapidamente possível, para que providências cabíveis sejam tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Peço permissão ao Plenário para que o Relator faça a leitura de todo o relatório. Enquanto isso, os Srs. Deputados anotariam as considerações que desejarem fazer. Cito o exemplo da observação feita pelo Deputado Leonardo, sobre a qual, como veremos, o Relator faz menção. Inclusive, S.Exa. cobra providências.

Portanto, após S.Exa. concluir a leitura do relatório, iniciaremos o debate.

Com a palavra o Deputado Assis Miguel.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos partir da letra "d", que trata do modelo tecnológico.

O Brasil tem condições implícitas de ser altamente competitivo na produção de leite e de valorizar tecnologias adaptadas à base de pastagem de qualidade, dando prioridade ao baixo custo.

Enquanto na Europa o leite é altamente subsidiado pelo dinheiro público, o Brasil recebe a bênção de Deus, pois apesar das secas esporádicas e das chuvas, o clima e o solo lhe permitem altíssima competitividade. Muitas vezes tentamos adotar o modelo europeu na produção de leite, principalmente o alemão, o que encarece o custo. Esse modelo industrial, contudo – disso todos sabem – , é equivocado.

Na maior parte das regiões onde se encontram instaladas as plantas da empresa, há indústrias capazes de absorver a captação da Parmalat, o que confirma uma capacidade ociosa que não foi analisada pela empresa em sua estratégia expansionista. O próprio atual parque industrial, que é orientado para produtos tipo longa vida, sofreu várias adequações para tentar se ajustar ao mercado, além de estar situado em locais distantes dos grandes centros consumidores. Confirmando essa estratégia equivocada, a Parmalat já vinha apresentando fluxo de caixa negativo há 5 anos, demonstrando ser, quando tomado em bloco, um modelo deficitário sem viabilidade econômica.

As audiências públicas e as reuniões levadas a efeito por esta Comissão Especial foram de fundamental importância para o conhecimento da real extensão da crise instalada no braço brasileiro do Grupo Parmalat, para obtenção de indícios de irregularidades na administração financeira da subsidiária nacional da empresa. Foi por meio delas que obtivemos as informações que nos permitiram analisar a trajetória do Grupo Parmalat no Brasil, bem como o cruzamento desse retrospecto com as dívidas da empresa: trabalhistas, fiscais e para com fornecedores no Brasil.

Nesse sentido, despertou particular interesse dos membros desta Comissão Especial o comportamento dos acionistas italianos – relatado pelos depoentes representantes da Parmalat do Brasil – de investir muito na manutenção, ampliação e promoção das atividades da Parmalat no País, a despeito dos sucessivos resultados negativos apresentados pela filial brasileira. Segundo os depoentes, eram constantes os aportes de recursos por parte da matriz italiana. No entanto, a surpresa não se restringe apenas à agressividade comercial com que o grupo italiano ampliou admiravelmente, durante os anos 90, suas atividades neste País.

Paralelamente ao período de sua expansão industrial, a filial brasileira destinou considerável soma de recursos para o patrocínio de jogadores e de clubes de futebol, bem como levou a cabo grandiosa e prolongada campanha de publicidade para promover seus produtos.

Sabe-se hoje que à época a matriz italiana já enfrentava sérias dificuldades financeiras e que, por esse motivo, burlava, desde então, seus registros contábeis. Ora, não parece razoável que uma empresa com gravíssimos problemas financeiros na Itália envie, sem questionamentos e quase que mensalmente, recursos para cobertura do resultado deficitário das atividades da empresa no Brasil. Qual seria a razão para tamanho interesse pelas atividades brasileiras do grupo?

A essas considerações deve ser somado o fato de o grupo italiano ter conferido à sua subsidiária brasileira uma estrutura organizacional que permitiu a concentração de todas as dívidas decorrentes das atividades do grupo no Brasil em uma única empresa – a Carital do Brasil Ltda. – , que se relacionava intensamente com outra controlada pela matriz italiana sediada no Uruguai. Esta, por sua vez, mantinha relações financeiras com empresas sediadas em paraísos fiscais.

Outro aspecto que chamou a atenção dos membros desta Comissão Especial diz respeito às informações fornecidas por diretores, ex-diretores, presidente e ex-presidentes de empresas ligadas à filial brasileira da multinacional, inclusive da Carital do Brasil Ltda., antes referida. Disseram eles desconhecer qualquer indício de irregularidade cometida pela multinacional no Brasil e no exterior durante o período em que permaneceram como titulares de seus cargos. Semelhantemente, testemunharam não conhecer qualquer irregularidade relativa ao período anterior às suas administrações.

A esse respeito é difícil aceitar a hipótese de que esses profissionais, especialmente aqueles ligados ao gerenciamento financeiro e contábil do Grupo Parmalat, não tiveram o cuidado ao assumir seus postos, de averiguar a regularidade das operações antecedentes que teriam dado origem aos débitos das empresas sob sua responsabilidade.

Tendo presentes todos esses aspectos, impõe-se depreender que a estrutura organizacional conferida pelo grupo italiano às empresas da subsidiária brasileira, além de funcionar como proteção ao ramo industrial nacional, parece ter tido como objetivo facilitar os fluxos financeiros com o exterior. É bom registrar que o Banco Central do Brasil confirmou a existência de remessas de recursos pela Carital do Brasil Ltda. para outros países.

Assim, em face dos aspectos antes tratados, esta Comissão Especial entende que há indícios de irregularidades na administração da subsidiária brasileira do Grupo Parmalat.

Por fim, quanto aos contatos mantidos ou não em audiências públicas por membros da Comissão Especial com diversos órgãos do Poder Executivo, percebemos que o Governo Federal, uma vez encontrando limitações de ordem jurídica para intervir em administração de empresa de capital privado, tende a concentrar suas ações no sentido da indução de alterações no plano estrutural do setor leiteiro brasileiro. No que tange ao campo investigativo, há sinalizações de atuação de órgãos como a Polícia Federal e a Receita Federal.

Passo a apresentar 4 pontos de propostas para serem analisadas, enquanto encaminhamentos sugeridos por esta Comissão.

Vou ler o voto, e, na seqüência, as propostas.

O trabalho da Comissão Especial, criada para analisar a crise da empresa Parmalat no Brasil, alcançou êxito não apenas em seu papel de apurar informações e procurar esclarecimento para os fatos. Igual êxito alcançou ao suscitar e fortalecer a discussão do poder das multinacionais e do modelo globalizado, bem como sua repercussão na economia brasileira, com a devida profundidade que o tema merece.

Com base em todo o exposto, relacionamos a seguir as propostas desta Comissão Especial que deverão amenizar os graves efeitos que a crise ora analisada impõe sobre o setor leiteiro e todos os agentes econômicos envolvidos.

Propostas para a reestruturação do setor leiteiro.

I – Cooperativismo.

Recomendamos a instalação de Comissão Especial nesta Casa para deliberar acerca dos projetos de lei que tratam da regulamentação do art. 174 da Constituição Federal, que trata do cooperativismo e do ato cooperativo. Além disso, recomenda-se priorizar ações de apoio à expansão e ao fortalecimento de cooperativas, mediante sua capacitação para a autogestão no âmbito de órgãos como DENACOOP e SESCOOP.

II – Produção.

Instituir, no âmbito do Poder Executivo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Leite como forma de construir modelo mais digno de vida às milhões de famílias de produtores rurais deste País, com acompanhamento técnico e pesquisas adequados às condições produtivas do Brasil.

III – Consumo.

Recomendamos a promoção pelo Poder Executivo de campanhas publicitárias de valorização do consumo de leite, bem como a ampliação do seu consumo nas escolas e a inclusão do produto nas políticas de segurança alimentar.

IV – Monopólios.

Recomendamos à Comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa que encomende estudo no sentido

da elaboração de projeto de lei que regulamente a ação das indústrias e das redes de distribuição, evitando a concentração do mercado nos produtos considerados essenciais para a segurança alimentar.

V – Garantia de preços.

Recomendamos ao Poder Executivo a adoção de ações no sentido da garantia aos produtores rurais do recebimento do preço mínimo de leite, por meio de instrumentos tais como EGF e AGF.

VI – Comércio internacional.

Como recomendado no relatório da Proposta de Fiscalização e Controle nº 63, de 2001, da Comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa, deve haver esforço do Poder Executivo para ampliação das exportações mediante a adoção de algumas medidas, quais sejam: habilitação de indústrias e produtos para exportação; negociação de acordos de equivalência sanitárias com países importadores; promoção de vinda de missões de técnicos estrangeiros ao Brasil para inspecionar laticínios; tipificação dos produtos lácteos e, finalmente, adoção de acordos visando à ampliação de acesso dos lácteos brasileiros aos mercados externos.

Outro ponto a ser recomendado seria a nova ratificação do tratado no âmbito do MERCOSUL, no tocante aos aspectos da fixação de cotas, conforme consta da PFC nº 63, de 2001.

Também recomendamos o monitoramento das importações e ampliação de uma efetiva política de defesa comercial, com aperfeiçoamento da legislação anti*dumping* e anti-subsídios e regras de origens contra operações de triangulação de produtos, salvaguardas e de fixação de tarifas alfandegárias, especialmente da Tarifa Externa Comum.

Essas são propostas para a reestruturação de setor leiteiro. São 6 pontos.

b) Propostas para adoção de medidas de curto prazo com vistas a minimizar as dificuldades por que passam os produtores de leite atingidos pela crise da Parmalat.

Além das medidas antes elencadas, de caráter estrutural, propomos a seguir providências de curto prazo que julgamos necessárias para minimizar as dificuldades por que passam muitos produtores de leite.

I – disponibilização de maior volume de recursos para as cooperativas, a título de crédito de comercialização, com encargos financeiros máximos de 8,75% ao ano, com o intuito de facilitar a absorção de volume adicional de recebimento de leite;

II – disponibilização no âmbito do PRONAF de nova linha de crédito, a ser instituída pelo Conselho Monetário Nacional, com vista a financiar o custeio e o investimento pecuário para os agricultores familiares atingidos pela crise da Parmalat;

III – recomposição por parte do Banco do Brasil S.A. de eventuais créditos estornados ou cancelados previamente destinados pela Parmalat a produtores de leite e suas cooperativas;

IV – ações prévias do Governo Federal no sentido de promover a obtenção de acordo que retire os haveres dos produtores e cooperativas pendentes de quitação do rol de dívidas da Parmalat, cujos pagamentos serão postergados por até 2 anos, no caso de decretação de concordata;

V – aquisições pela CONAB, no âmbito do Programa Fome Zero, do leite em pó recebido por cooperativas em pagamento de parcela de seus haveres junto à Parmalat.

A medida objetiva viabilizar mediante a monetização do produto o correspondente repasse dos recursos aos credores finais: os associados dessas cooperativas.

Essas foram propostas colocadas no nosso voto como necessárias para amenizar os impactos imediatos sofridos pelos produtores em relação à crise da Parmalat, muitas delas já debatidas na Casa intensiva e extensivamente, já negociadas com o Ministro, com o Banco do Brasil, algumas em andamento.

É justo reconhecer que, pela primeira vez, depois de muitos anos, foi instituído EGF para leite. Conquista desta Comissão.

c) Quanto ao complexo Parmalat no Brasil.

Nesse contexto, entendemos serem inadiáveis as seguintes providências:

I – recomendar ao Poder Executivo que autorize o BNDES, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia a providenciar linhas de crédito que possam financiar as cooperativas de produtores de leite, incentivando-as a arrendar os parques industriais da Parmalat, respeitadas as peculiaridades de cada unidade industrial e de cada região;

Aqui faço pequena correção: também deveríamos incluir, além do arrendamento, a compra. No caso, por exemplo, da Batávia, no Paraná, a solução passa pela compra total das ações ou pelo controle acionário, não passa por arrendamento. Mas sabemos das dificuldades da compra, por motivos judiciais.

II – recomendar ao Poder Executivo que desestimule qualquer aporte de recursos públicos ou oriundos de instituições financeiras públicas para qualquer empresa do Grupo Parmalat. Tais financiamentos só devem ser disponibilizados para as cooperativas de produtores de leite e nunca para as empresas Parmalat;

III – encaminhar cópia deste relatório ao Senado Federal, em especial ao Presidente da Comissão

de Assuntos Econômicos, enfatizando a necessidade urgente de apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003 (PL nº 4.376/93, na origem), que institui a recuperação judicial e trata da falência de empresas no Brasil, uma vez que inúmeros dispositivos do projeto, já aprovado em outubro passado nesta Casa, poderão minimizar os efeitos de um possível processo falimentar sobre todos os credores da Parmalat no Brasil;

IV – igualmente encaminhar cópia deste relatório à Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para que fiscalize o futuro processo de aquisições de unidades industriais do Grupo Parmalat, com o propósito de instaurar processo administrativo, se for o caso, e tomar outras medidas legais preventivas – previstas na Lei nº 8.884, de 1994 – , que deverão evitar a formação de novos monopólios ou oligopólios de empresas que atuam no setor leiteiro;

V – requerer, nos termos regimentais, ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural a criação de Subcomissão com a finalidade de continuar acompanhando a evolução dos acontecimentos relacionados com a crise da Parmalat, em especial o processo de transferência do controle acionário das unidades da empresa e de regularização do passivo junto aos fornecedores de leite.

Essas foram propostas inseridas no voto em relação ao complexo Parmalat no Brasil.

d) Por uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

No que tange às investigações acerca dos desdobramentos e das causas que levaram a empresa Parmalat no Brasil ao estado atual de pré-falência, esta Comissão encontrou limitações regimentais por ser uma Comissão Especial, que não conta com as prerrogativas e atribuições de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.

Isso pôde ser percebido nos contatos com os diversos órgãos do Poder Executivo encarregados de investigar ou de repassar as informações concernentes ao caso, ou mesmo nas audiências públicas realizadas pela Comissão. Sob a alegação de sigilo fiscal e bancário, o Banco Central e a Receita Federal se negaram a repassar a esta Comissão as informações financeiras e fiscais das empresas do complexo Parmalat.

Os depoentes, por sua vez, diretores e ex-diretores das empresas Parmalat, pouco contribuíram, em suas exposições, para elucidar, com a amplitude desejada, os vários aspectos concernentes à atuação da empresa no Brasil. Em especial, não se esclareceram a contento os fluxos financeiros do braço brasileiro do grupo no Brasil e no exterior.

Sendo assim, a nosso ver, algumas sérias e graves questões, dentre muitas outras, ainda merecem ser elucidadas, mediante uma séria investigação do Poder Legislativo, a saber:

a) por que, segundo noticiado em vários jornais, foi pago ágio superior a 100 milhões pelo grupo Parmalat nas várias aquisições de empresas realizadas entre os anos de 1989 e 1999?

b) qual o grau de participação ou conivência da diretoria do Grupo Parmalat no Brasil com possíveis fraudes contábeis que se consubstanciaram em 5 exercícios de seguidos prejuízos no balanço da Parmalat Alimentos S.A.?

c) quais as prováveis fraudes e desvios de recursos que ocorreram nas negociações envolvendo atletas de futebol profissional realizadas pela empresa Carital Brasil e o time então patrocinado pela empresa do grupo Etti, situada na cidade de Jundiaí, São Paulo?

d) por que a Comissão de Valores Mobiliários – CVM não exerceu seu poder de fiscalização e pediu maiores explicações à Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos, empresa de capital aberto e com ações negociadas em bolsa, sobre seus sucessivos prejuízos ao longo de mais de 5 anos?

e) por que no ano de 2002, quando apresentou seu maior prejuízo no Brasil, no valor de 66,4 milhões de reais, a Parmalat Participações, *holding* do grupo no Brasil, transferiu 1,07 bilhão para as suas contas bancárias fora do País?

f) qual a atuação do Banco Central do Brasil na fiscalização do significativo fluxo de remessas ilegais de recursos para o exterior via contas CC-5 realizadas entre 1995 e 1999, na gestão do então Presidente Gianni Grisendi, pelas empresas Zircônia Participações Ltda. e Carital do Brasil Ltda., com destino às contas de uma empresa denominada Wishaw, sediada no Uruguai?

g) qual o real passivo tributário do Grupo Parmalat no Brasil, incluindo uma investigação da utilização dos incentivos fiscais concedidos por vários Estados?

Faço pequena menção sobre esses pontos. Já havíamos encaminhado a sugestão de se instalar CPI. Não necessariamente teríamos de tomar essa decisão nesta audiência. No entanto, achamos por bem enfatizar a importância de se criar CPMI e levantar alguns pontos que, pelo nosso trabalho, consideramos de fundamental importância sejam esclarecidos.

Isso posto, considerando as substanciais lacunas de informações existentes, os indícios de irregularidades levantados ao longo dos trabalhos da Comissão e a reticência dos administradores da empresa em fornecer informações que esclareçam a evolução dos fatos, concluímos pela necessidade e oportunidade de instalação imediata de Comissão Parlamentar de Inquérito, para que, com os poderes de investigação

que lhe são conferidos, possam ser clarificados os vários aspectos que permanecem obscuros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Alguma observação a mais, Deputado Assis Miguel do Couto?

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Não, apenas repito a intenção de promovermos o debate sobre o relatório, sobretudo sobre as propostas apresentadas. Se nesta reunião já houver condição de receber e encaminhar pontos complementares, faremos um esforço para acatá-los. Esta é a minha disposição. Se não for possível, receberemos as propostas e amanhã iremos estudá-las. Voltaríamos a nos reunir para a deliberação final. Estou à disposição de V.Exas. para ouvir, com a máxima atenção, todas as considerações que porventura tenham a fazer.

Ao final, quero também fazer um agradecimento a todos aqueles que colaboraram conosco: à nossa Diretoria, ao Presidente, aos Vice-Presidentes, aos colegas Parlamentares, aos assessores e aos consultores, porque todos se esforçaram bastante neste trabalho. Então, apresentarei uma nota de agradecimento, que não lerei agora, mas fará parte do relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – A Presidência dará o seguinte encaminhamento: passaremos ao debate, porque já há uma lista de Deputados inscritos, e depois decidiremos se votaremos o relatório do jeito que está. Se durante o debate houver sugestões para o Relator e se S.Exa. assumir o compromisso de absorvê-las, poderemos votar o relatório.

Lembro a V.Exas. que não há necessidade dessa votação – quero deixar isso claro – , mas, se houver consenso, não há por que não aproveitarmos esta sessão e votarmos o relatório, a fim de concentrarmos todos os esforços no sentido de implantar a CPMI.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TURRA – Pela ordem, Sr. Presidente. Faria só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TURRA – É apenas sobre a decisão de V.Exa., que considero justíssima. A meu juízo, se não houver contestação ao relatório ou se houver algum aditivo que se possa acrescentar, essa é a forma simbólica de o aprovarmos, visto que merece o nosso louvor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – É o que pretendo fazer.

Na seqüência, concedo a palavra ao Deputado Zonta, primeiro Parlamentar inscrito para discutir ou oferecer sugestão. Tem a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, nobre Relator, caros colegas Parlamentares membros da Comissão Especial, assessores da Comissão e do Relator, membros da imprensa aqui presentes, gostaria de reconhecer o papel fundamental da imprensa brasileira na cobertura deste episódio e dos trabalhos da Comissão Especial, transmitindo à população brasileira aquilo que efetivamente vem ocorrendo durante o trabalho. Quero registrar a contribuição, nas audiências públicas ou nas reuniões ordinárias da Comissão, em Brasília, em Santa Catarina e em outros Estados, da imprensa brasileira, de todos os jornalistas que têm acompanhado o episódio.

Em segundo lugar, gostaria de renovar, como membro da Comissão e como um dos seus Vice-Presidentes, os cumprimentos ao Relator e a toda a sua equipe. Nós estamos orgulhosos do trabalho apresentado, o que efetivamente mostra a seriedade com que foi conduzido e tratado pelos participantes. Todos os participantes, numa unidade impecável, transmitiram para o relatório aquilo que ocorreu e está sendo proposto. Nas proposições desse relatório estabeleceu-se a harmonia. É com orgulho, portanto, como membro desta Comissão, que saúdo o Presidente Waldemir Moka, que conduziu os trabalhos com perspicácia, sabedoria e inteligência, reconhecido por todos nós e, com certeza, por todo o povo brasileiro.

Já discutimos todos os pontos do relatório, e eu diria que não temos nada a acrescer ao seu conteúdo. De acordo com o que foi objetivamente constado, foi apresentada uma proposta estrutural para o setor, para instrumentalização de ações e de investigações que devem ser tomadas imediatamente. Ao aceitar o relatório e votá-lo – o que proponho seja feito ainda hoje – , podemos agilizar os procedimentos tanto para a adoção das propostas, que podem ser acrescidas no futuro pela Comissão de Agricultura e Política Rural e por Comissões Especiais, para a estrutura e a infra-estrutura do setor lácteo, quanto para a necessidade de instalação da CPI, antes que fujam as pessoas de devem ser investigadas.

Portanto, esta é a nossa proposta. Agradeço a todos a oportunidade de participar da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Obrigado, Deputado Zonta.

Com a palavra o Deputado Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Zonta tem razão, porque foi feito um trabalho em conjunto, pelo Deputado Waldemir Moka, Presidente desta Comissão, e pelo Deputado Assis Miguel do Couto, de grande valia para esta Casa e para o Brasil.

Quero cumprimentá-lo, Deputado Waldemir Moka, assim como ao Deputado Zonta, que foi indicado pelo nosso partido, por terem contribuído, tal como todos fizeram, para elevar o nível dos debates. Gostaria de dizer a V.Exa. que estamos no caminho certo, especialmente no que se refere à Comissão Parlamentar de Inquérito. Os dados apresentados pelo Relator são suficientes para nos mostrar a necessidade de investigações, especialmente porque se constatou importante desvio de recursos.

Todos os participantes desta Comissão Especial deram sua contribuição. É inaceitável que o Brasil não tenha tomado atitude mais veloz no sentido de fazer como foi feito na Itália, que preservou a empresa. Nós a perdemos e agora podemos perder os seus equipamentos. Por isso, precisamos agir rápido.

Cumprimento V.Exa., Deputado Waldemir Moka, e o Relator pelo excelente trabalho que foi feito e reafirmo que precisamos nos aprofundar mais nessas investigações, especialmente para recuperar os recursos do Banco do Brasil e dos bancos oficiais que foram perdidos para a Parmalat e, se possível, darmos emprego às pessoas que ficaram desempregadas.

A questão-chave, neste momento, no Brasil – e neste sentido o Relator faz intervenções importantes – é manter o emprego. Perderam-se milhares de empregos.

Quero reiterar o meu apoio ao relatório, cumprimentar o Relator, o Sr. Presidente e todos os Parlamentares que participaram do trabalho desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradecendo à intervenção do Deputado Augusto Nardes, concedo a palavra ao Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Dispenso a minha fala, até porque já estou satisfeito com as intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezado Relator, existem neste relatório aspectos fundamentais que devem ser tratados já, independentemente de constituição de CPI.

Deputado Assis Miguel do Couto, parabenizo V.Exa. e os que o apoiaram na feitura deste relatório, que de forma concisa, direta e objetiva mostra, com muita didática, os passos que devemos dar para, independentemente de investigações de CPI, responder, a curto e a médio prazos, aos problemas que foram sendo descobertos na medida em que a Comissão Especial desenvolvia os seus trabalhos.

Acredito que muitos dos Deputados que participam desta Comissão têm relações profissionais, econômicas, de negócios ou familiares com produtores de leite no País. Não tínhamos uma visão clara da realidade da produção e das bacias leiteiras nas diferentes regiões brasileiras. Quando teve início a crise da Parmalat, vimos que há Estados da Federação com forte organização cooperativista entre os produtores, que não são presas fáceis dos monopólios e dos baixos preços. Encontramos outras Unidades da Federação que visam à melhoria da capacidade produtiva, embora tenham recebido grandes investimentos da Parmalat, a exemplo de Pernambuco, onde a grande maioria de fornecedores é constituída de produtores familiares. Dentre eles, quase 40% jamais foram beneficiados por qualquer política de crédito de investimento com vistas ao aumento de sua capacidade produtiva. Eles têm um nível muito aquém das necessidades de organização dos produtores, para que possam fazer valer a sua força produtiva frente às empresas e às industrias e, ao mesmo tempo, às políticas governamentais para o setor leiteiro.

Sr. Presidente, listarei 5 aspectos que deverão nos preocupar, independentemente dos trabalhos da CPI, e que talvez possam indicar, a partir de agora, uma ação direta junto aos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, pelo significado dessas Pastas governamentais para a melhoria e a ampliação das condições de produção nacionais.

Semana passada, a Polícia Federal apreendeu, se não me engano, 5 carretas carregadas com leite em pó e as levou para a quadra anexa ao prédio da Polícia Federal em Recife. Todo esse leite será incinerado, dadas as condições precárias em que se encontra para o consumo.

Em primeiro lugar, o relatório aponta – deveríamos trabalhar nesta perspectiva – para a busca de soluções para o problema dos monopólios da atual produção leiteira do País. Segundo aspecto: aponta para o baixo nível de modernização, que implica pequeno valor agregado da maioria dos produtos da grande maioria das unidades familiares produtoras de leite. Terceiro: aponta para um diagnóstico claro, completo, transparente da situação do crédito público para os produtores de leite em todo o País.

Talvez precisássemos, com um pouco mais de cobrança e contundência junto aos bancos oficiais, de um diagnóstico do quanto é destinado desse crédito para que a maioria das unidades familiares de pequenos produtores sejam incorporadas às políticas de financiamento, seja para melhoria da matriz produtiva, dos equipamentos, da capacidade de resfriamento, seja para melhoria do valor agregado.

Quarto aspecto, que transpareceu claramente em quase todos os debates relacionados às Unidades da Federação: aponta para a necessidade de ampliarmos a organização cooperativista no setor da produção leiteira. É inconcebível que, no Brasil, milhares de pequenos produtores estejam completamente desassistidos e desorganizados e sejam vítimas fáceis do poder de fogo e da pressão de empresas gigantescas, como a Parmalat, a Nestlé. Essas, por sua vez, ganham com o baixo preço e com o baixo valor agregado da maioria dos produtores.

Quinto aspecto: aponta para a busca de normas que sinalizem uma alternativa soberana para a questão produção nacional *versus* importação do leite.

Todos nós sabemos que o Brasil é um país absolutamente em condições de se tornar auto-suficiente, devendo até aumentar sua produção para atender ao consumo de leite, do qual também houve crescimento. Porém, há pelo menos 12 anos, desde a posse do ex-Presidente Fernando Collor, com a abertura indiscriminada da economia brasileira em inúmeros ramos da atividade econômica, fomos flagrados por comércio absolutamente desigual, com importação descontrolada do leite em pó, que entrou pelo Sul do País e fez com que milhares de produtores não tivessem chance sequer de colocar seu leite na alimentação infantil, pela merenda escolar, em vários Municípios brasileiros.

Esse também é um aspecto que me parece ter ares de segurança nacional, segurança alimentar e segurança para os produtores. Certamente, devemos nos desdobrar para enfrentar esse e outros pontos e encontrar respostas a curto e a médio prazo.

Quero, portanto, parabenizar o Relator, o Presidente, pela firme condução dos trabalhos, e os companheiros que durante todo o tempo se dedicaram diretamente nesta Comissão para que respondêssemos ao problema e apontássemos soluções para além da crise da Parmalat.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado Paulo Rubem Santiago e passo a palavra ao Deputado Assis Miguel do Couto, que quer fazer um comentário sobre o que o Deputado acabou de dizer.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Obrigado, Sr. Presidente. Deputado Paulo Rubem Santiago, V.Exa. levanta questões importantes. Diria que praticamente todas elas estão no relatório, mas acho que nos cabe analisar suas observações e encaixar alguns comentários de acordo com o que está colocado aqui.

Quero referendar a importância do cooperativismo, citado por V.Exa. No Rio Grande do Sul – os gaúchos que estão aqui vão confirmar isto comigo – , uma empresa também de capital externo, a LG, uma das maiores captadoras de leite no País e a maior naquele Estado, mantém na sua base o maior número de pequenos produtores. O segredo dessa situação são as cooperativas. Hoje, 19 cooperativas (eram 21) entregam leite à LG. Elas fazem contrato de 5 anos, acordos. Se comparada a outras empresas multinacionais, a LG é a única que exemplarmente trabalha com pequenos produtores. Estou dando um exemplo. Não quero entrar no mérito, dizer se a LG está certa ou errada, mas salta aos olhos essa questão. São 19 cooperativas muito bem organizadas que entregam à LG quase 70% do leite produzido.

Quero só considerar, Deputado Paulo Rubem Santiago, a importância do cooperativismo. As cooperativas, apesar de terem de lidar com empresa de capital externo com certo monopólio no Estado, conseguem fazer grandes negociações e preservar os produtores de leite na atividade.

Era essa a importante consideração que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Leonardo Vilela. (*Pausa*.)

Vou passar a palavra ao próximo inscrito. Depois, volto a chamar S.Exa.

Com a palavra o Deputado Enio Tatico.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Estou inscrito, mas, como tenho de sair agora, quero deixar registrada nossa satisfação pela atuação do partido e parabenizar o Relator e V.Exa., que é do meu Estado, pela forma como conduziu todo esse difícil processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Agradeço ao Deputado João Grandão.

Com a palavra o Deputado Enio Tatico.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Sr. Presidente, Sr. Relator, também gostaria de parabenizá-los pela forma firme com que conduziram os trabalhos e dizer que, apesar de grande o problema, esta Comissão atingiu o êxito que lhe foi permitido segundo o espaço que houve para trabalhar.

Gostaria de esclarecer um ponto. Acho que devemos votar o relatório para partir para a segunda etapa. O acompanhamento do interventor nomeado agora vai ser via Comissão de Agricultura? Vamos mexer com uma CPI já sabendo que há indícios de lavagem de dinheiro, enfim, crime mesmo. Chegamos à conclusão de que a Parmalat não poderia recuperar-se.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Uma das recomendações do Relator é que na Comissão de Agricultura se crie uma Subcomissão para continuar fazendo esse acompanhamento. Penso que essa sugestão será acatada pelo próximo Presidente da Comissão de Agricultura, cuja indicação, tenho o prazer de comunicar, caberá ao PP – participei hoje dos entendimentos. Tenho certeza de que entre os colegas não haverá... Até porque a própria Comissão vai acabar indicando ou acatando a sugestão do Relator. Então, acho que a sugestão de V.Exa. já está contemplada no relatório.

O SR. DEPUTADO ENIO TATICO – Certo, dou minha pergunta por respondida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Com a palavra o Deputado Cezar Silvestri. Perdão, Cezar, o Deputado Leonardo Vilela está inscrito, e eu já o havia chamado. Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Muito obrigado, Sr. Presidente e Deputado Cezar Silvestri.

Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conforme havia dito anteriormente, o relatório está muito bom, amplo, bastante representativo e é importante para elucidar toda a crise provocada pela Parmalat. Porém, no que se refere à página 15, gostaria de fazer algumas observações e dar minha contribuição, o que não tira em nada o brilho do relatório, não altera seu rumo final.

Faço as observações até por questão de justiça com o cooperativismo de leite no Brasil: na página 15, item 2.5, Cooperativismo, no final do terceiro parágrafo, temos, na última frase: "*Como resultado desse processo, das nove centrais cooperativas constituídas na década de 1970 no Brasil, somente uma permanece nos dias atuais, a Itambé, em Minas Gerais, que recentemente tornou-se uma S.A.*"

Quero fazer 2 observações em relação a essa frase: na verdade, além da Itambé, existem 15 centrais de cooperativas no Brasil, inclusive uma em meu Estado, Goiás: a CENTROLEITE, Central de Cooperativas de Laticínios do Estado. Há a Central Leite Nilza; a Agromilk, em Santa Catarina; a SUDCOOP, que é uma central do Paraná. Tenho até a lista...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA – Não, é a lista das centrais de cooperativas. Então, essa é uma informação que não está correta.

E, na verdade, a Itambé não se tonou uma S.A. Tentou fazer uma operação para associar-se a uma S.A., mas continua sendo uma central de cooperativas. Então, para não macular o relatório, sugiro que seja feita a correção disso.

A outra correção, Sr. Relator, é logo abaixo, no início do quarto parágrafo: "*No entanto, essa estratégia adotada pela cooperativa mineira – que é a única empresa de capital nacional a figurar entre as cinco principais empresas do setor lácteo no Brasil...*" Na verdade, há 2. A própria tabela mostra que, além da Itambé, temos, em quinto lugar, a CCL, a Central Paulista, empresa de capital exclusivamente nacional. Na verdade, entre as 5 maiores, temos 2 de capital nacional, a Itambé e a CCL.

No final desse mesmo parágrafo, observamos o seguinte: *"...verifica-se na estratégia da cooperativa-empresa o mesmo procedimento de exclusão dos produtores menores, semelhante à estratégia das multinacionais*". O que houve no setor cooperativista foi uma exclusão daqueles produtores que chamamos de caroneiros, oportunistas que somente forneciam leite para cooperativas quando o preço destas era maior do que o do mercado. Mas se, por algum motivo, a cooperativa baixasse um pouquinho o preço, eles já mudavam de fornecedor. Então, não tinham fidelidade à cooperativa, e é bom lembrar que fidelidade é um dos princípios básicos sobre os quais se edifica o cooperativismo. Gostaria que isso fosse retificado.

Outra questão também importante, no próximo parágrafo: *"Outras 'cooperativas S.A.', como estão sendo chamadas, têm adotado estratégias semelhantes inclusive em relação ao controle social, que é a base do modelo cooperativista. Há casos em que o direito a voto, por exemplo, tem sido definido de acordo com o volume de produção"*.

É importante notar que, no caso das centrais de cooperativas, a lei permite o voto proporcional ao volume de produção. E, nesse sentido – porque, na verdade, quem é sócio da central não é o produtor, mas as cooperativas singulares – , o peso do voto é proporcional à participação de cada cooperativa na entrega de leite à central. Isso é legal, é permitido por lei, mesmo porque não é o produtor em si, mas sim a central que conta para o voto proporcional.

Finalmente, quero contestar, de forma respeitosa, texto da página 16, primeiro parágrafo, última frase: "*O cooperativismo do setor lácteo já errou uma vez, adotou um modelo individualista, em que o capital financeiro e material foi mais valorizado do que o capital social*". Acredito que isso pode ter ocorrido, e ocorreu, sim, com algumas cooperativas, algumas centrais, mas não deve ser generalizado. A grande questão aqui é que algumas cooperativas, algumas centrais que deturparam o pensamento cooperativista não podem ser igualadas a outras que estão seguindo fielmente os princípios do cooperativismo e que têm papel extremamente importante, tanto econômico quanto social. Gostaria que isso

não fosse generalizado, que fosse dito que algumas ou várias empresas cometeram esses equívocos, mas não que todas as cooperativas, de forma generalizada, equivocaram-se. Só para terminar...

O SR. DEPUTADO ZONTA – Srs. Deputados, a propósito, se me permitem o Relator e o Presidente, quero relatar aqui um fato concreto. Fui Presidente de cooperativa no Alto Uruguai durante 15 anos, e um dos seus grandes feitos, ao contrário do que está escrito aqui, foi recompor o trabalho de uma bacia leiteira, hoje a maior do Estado de Santa Catarina. Em primeiro lugar, foi buscar os créditos dos produtores que tinham ficado em haver de uma empresa privada que faliu e depois, por meio de mais de 3 mil agricultores, compôs a nova bacia leiteira.

Então, o Brasil deve fazer o caminho inverso, buscando superar as dificuldades e oferecendo chances a novas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – A Presidência sugere que seja feita redação, para que as retificações sejam explicadas claramente.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Concluindo, Sr. Presidente. Sr. Relator, se me permite, quero encaminhar ainda hoje um texto com as modificações sugeridas, para que V.Exa. o avalie e, se possível, o inclua no relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Não sei qual é a sugestão, só estou querendo ganhar tempo, se isso for possível. Dependendo da sugestão, o Relator pode comprometer-se a acatá-la, e, ao votarmos – se é que vamos votar – , poderemos já incluir essa alteração. Isso se for possível. Se não for, vamos ter que convocar nova reunião, amanhã, só para a votação. Vamos votar? Estou querendo objetivar os trabalhos, encaminhá-los.

Com a palavra o Relator, Deputado Assis Miguel do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – V.Exa. tem uma série de comentários procedentes, até porque o cooperativismo no Brasil está precisando urgentemente de nova legislação. Colocamos essa recomendação mais na frente.

O primeiro ponto: o que está escrito aqui diz respeito às centrais que foram criadas na década de 70. Estão surgindo novas centrais. Essas que V.Exa. citou talvez sejam as novas centrais. Das que foram criadas na década de 70, sobrou apenas a Itambé, em Minas Gerais. Essa foi a observação feita. Realmente houve uma devassa, acabou.

O segundo ponto, Deputado Leonardo Vilela, é a questão das S.A. Isso me intriga muito. Nada tenho contra as cooperativas serem acionistas ou constituírem S.A. O problema é que não temos uma legislação que esclareça isso, e o ato cooperativo fica uma confusão. Você não sabe se é cooperativa ou S.A. Precisamos resolver esse problema.

Nada tenho contra o fato de várias cooperativas de primeiro ou segundo grau criaram uma S.A. Não é essa a questão. O problema é que hoje há uma confusão sobre isso. No ato cooperativo perdemos muito em relação a isso. Novamente, vemos a necessidade de regulamentar tanto a situação geral do setor, como o ato cooperativo.

Quanto ao terceiro ponto citado por V.Exa. – a estratégia das cooperativas – dá para relativizar. Aceito a sua observação sobre esse aspecto numa proposta. Não são todas as cooperativas que agem dessa maneira. Conheço uma cooperativa do Estado do Paraná que fez, nos últimos anos, um enorme processo de inclusão de produtoras. Temos também o caso das regiões de Capanema e Cascavel. Então, temos que relativizar. Não pode, só pelo fato de ser cooperativa, excluir os produtores.

Já fiz a correção na comparação que havia feito da Itambé com a LG. Não é por ser a LG que ela tem um grande número de produtores na base que não foram excluídos nos últimos anos. O que faz a LG manter os produtores na sua base são as 19 cooperativas. Mais uma vez, a cooperativa é importante para manter os produtores na atividade. Nada temos contra esse ponto.

Da mesma forma, quanto ao último ponto, não erramos uma vez, mas erramos freqüentemente. Quem entra na atividade está sujeito a errar. Muitas cooperativas erraram, mas outras acertaram. Considero procedente a sua observação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – É importante deixar isso claro. O Sr. Márcio Freitas é uma grande liderança, tem feito um excelente trabalho no sentido de estruturar as cooperativas. O Deputado Moacir Micheletto lidera essa frente. Deputado, realmente temos de ter cuidado com a redação. V.Exa. já citou que não é esse o objetivo. Talvez seja o caso de fazermos uma correção no texto, para deixar claro que não se trata de uma crítica generalizada, até porque temos na OCB uma organização que dá grande contribuição para organizar a sociedade em cooperativas.

Com a palavra o Deputado Zonta.

O SR. DEPUTADO ZONTA – V.Exa. me permite completar o exemplo. O Deputado Assis Miguel do Couto é testemunha, assim como os Parlamentares de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná, de que, graças ao sistema cooperativo bem organizado, os efeitos da crise da Parmalat foram praticamente absorvidos. Por exemplo, em Santa Catarina, ainda bem

e graças às cooperativas, os produtores estão entregando produção e recebendo. E observou-se que onde não existe um sistema cooperativo bem estruturado o efeito danoso é muito maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Muito bem lembrado.

Na seqüência, com a palavra o Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente, quero parabenizar o nosso Presidente pela condução dos trabalhos e pela iniciativa de criar esta Comissão Especial no período de recesso legislativo. Uma iniciativa extremamente corajosa e profícua no sentido de agilizarmos nossos trabalhos. Senão, com certeza, hoje estaríamos iniciando o trabalho e, logicamente, a crise já teria se estendido e se agravado muito mais.

Também não poderia deixar de parabenizar o Relator pelo seu belíssimo relatório. Tive oportunidade de ser Relator de uma CPI no Estado do Paraná, sobre assunto correlato. Refiro-me à CPI dos Alimentos, que foi até chamada de CPI do Leite, pela importância social que a cadeia produtiva do leite tem na produção de alimentos em nosso País. Lá criamos uma Subcomissão permanente, que se tornou uma Comissão permanente da Assembléia Legislativa.

Trago algumas sugestões, Deputado Assis Miguel de Couto, que me foram passadas por essa Comissão permanente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para, se possível, serem incluídas no seu relatório. Algumas delas já foram atendidas. Pontualmente, na página 46, que trata dos monopólios, a sugestão passada pela Comissão da Assembléia Legislativa do Paraná seria de elaborarmos um projeto – vi que já consta um – para regulamentar as indústrias, a fim de que não haja poder de concentração.

No ponto em que V.Exa. disse *"projeto de lei que regulamente a ação das indústrias e das redes de distribuição"*, acredito que V.Exa. quis dizer *"das redes varejistas de distribuição"*. É isso? Isso precisa ficar claro, porque algumas indústrias têm o sistema de distribuição terceirizado. Da forma como está, temos a impressão de que seria o controle sobre as redes de distribuição das indústrias que trabalham na cadeia produtiva do leite. Se V.Exa. concordar comigo, a idéia seria de um projeto de lei que regulamente a ação e tire o poder de concentração das redes varejistas de distribuição. Teríamos que acrescentar essa palavra, para que ficasse mais claro.

Atendendo ao que disse o Deputado Leonardo Vilela, que já foi Presidente ou Relator de CPI no seu Estado, se V.Exa. permitir, acrescentaria nesse item da página 46, que trata dos monopólios, complementando a redação, o seguinte: *"e a rápida apuração, por parte do CADE, de denúncias de abuso de poder econômico e de práticas abusivas utilizadas principalmente pelas grandes redes de supermercados, como descontos e bonificações exigidas de seus fornecedores"*.

Na época, praticamente todos os Relatores apresentaram uma denúncia, depois foi apresentada outra, pelo Deputado Moacir Micheletto, junto ao CADE, a qual está tramitando desde 2001 na Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, e até agora não foi julgada pelo CADE.

Sr. Presidente, numa das reuniões que V.Exa. não presidiu – se não me engano, foi o Deputado Ronaldo Caiado que presidiu – , esteve conosco um representante do CADE. A primeira pergunta que fiz a ele foi se a direção do órgão foi a mesma no período de 2001, quando estivemos como Relator da CPI dos Alimentos. Ele me confirmou que foi a mesma.

Até tive dificuldade de encontrar uma palavra para qualificar a prática feita pelas grandes redes de supermercados. Não quis usar a palavra "ilegal", porque o Presidente do CADE disse, na Comissão da Agricultura e em outra audiência pública, que considerava legal a prática de descontos e bonificações, que variavam de 2% até 20%. Eram vários os itens que se usavam para fazer esses descontos e bonificações. Ele considerava legal, porque se tratava de um contrato feito entre as partes, e uma das partes, o fornecedor, concordava com os descontos. Então, como havia sido pactuado por contrato, ele considerava legal. Na nossa avaliação, isso não é legal, porque há, é claro, abuso de poder econômico.

Tive essa dificuldade, porque o Presidente do CADE considerava legal essa prática. Não quero discutir a questão jurídica, a legalidade ou não. De qualquer forma, constitui uma prática abusiva.

Se V.Exa. concordar, sugiro colocar no seu relatório o pedido da Comissão da Assembléia Legislativa do Paraná para apurar, de imediato, essas denúncias de abusos de poder econômico.

Conforme a decisão do CADE, essa Comissão apresentará projeto de lei no Paraná – talvez possamos acompanhá-lo – , proibindo essa prática no Estado. Ela tem amparo legal para isso. Logicamente, ela se embasaria na decisão do CADE.

V.Exa., Relator, apresentou algumas sugestões do que deve ser apurado na CPI Mista, como a questão da lavagem ou da secagem do dinheiro, ou seja, da fabricação de passivo no País; a questão da CVM. Aliás, V.Exa. foi extremamente feliz. Realmente, temos de investigar, pois não tem cabimento uma empresa estar tendo prejuízos nos últimos 5 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Só não convoquei o Presidente da CVM porque tínhamos possibilidade de instaurar uma CPI. Mas, na primeira oportunidade, eu mesmo vou sugerir a vinda dele. O Presidente da CVM nos deve muitas explicações sobre esse fato.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Trata-se até de uma questão de segurança e confiabilidade para todas as pessoas que trabalham com ações e que compram ações. Isso diz respeito à segurança de todos os investidores brasileiros.

Eu incluiria, se V.Exa. e todos os membros da Comissão concordarem, uma investigação sobre a atuação da Junta Comercial de São Paulo. Foram criadas vinte e poucas empresas, um número absurdo – a cada hora se via uma nova empresa – , num prazo muito curto, e as pessoas sempre eram as mesmas. Foi confirmado, nos depoimentos, que muitas dessas pessoas dirigiam as empresas com apenas 1 real de capital. Quer dizer, havia um rodízio das mesmas pessoas na criação de empresas, e a Junta Comercial não levantou nem um questionamento em cima disso, tampouco questionou sobre uma empresa que está tendo prejuízo nos últimos 5 anos.

Há um terceiro ponto que devemos incluir. Além da vinda do Presidente da CVM e de um representante da Junta Comercial de São Paulo, eu acrescentaria a questão da atuação da Receita Federal.

Acredito que, se uma empresa do porte da Parmalat, uma da maiores do País, vem tendo prejuízos nos últimos 5 anos, não vem pagando absolutamente nada de Imposto de Renda, no mínimo, uma rigorosa fiscalização da Receita Federal deveria ter sido feita nesse período, e não o foi. Portanto, acho que, nesse caso, cabe uma investigação.

Como sou paranaense e tenho o dever de defender os interesses da população do Paraná, apresentei uma sugestão ao Dr. Keyler, interventor da Parmalat designado pelo Juiz Abraão: que tivéssemos uma solução diferenciada para o caso da Batavo. O próprio relatório mostra que a Batavo é uma empresa independente da qual a Parmalat tem ações. E a minha proposta, que considerava mais segura e mais propícia, era para que as cooperativas comprassem pequeno percentual do controle acionário, a fim de que tivessem tranqüilidade na gestão da Batavo. Essa empresa representa 25% do faturamento do Grupo Parmalat e gera 1.700 empregos diretos no Paraná e em Santa Catarina. A minha sugestão é, caso seja possível, colocar no relatório essa proposta, contrariando até a idéia do interventor, que direciona no sentido da compra dos 51% das ações da Parmalat. Sentimos claramente que o próprio interventor – ele confessou isto – não tinha segurança jurídica para aconselhar essa iniciativa. Mas, mesmo não tendo segurança jurídica, ele acompanhou as cooperativas, tanto do Paraná, quanto de Santa Catarina, à Presidência do Banco do Brasil aqui em Brasília, sugerindo um financiamento para a aquisição das ações. Isso é extremamente perigoso. Comprovadamente, não há segurança, tanto que novamente estamos num imbróglio jurídico – o Tribunal de Alçada tira o interventor ou não tira, faz com que os diretores assumam e depois os diretores não querem assumir. Enfim, está claro que não há segurança jurídica.

Gostaria que fosse apreciada a sugestão de que não fosse seguida a orientação do interventor na compra de 51%, e sim de um pequeno percentual – 3% ou 4% – , para que as cooperativas tivessem essa tranqüilidade.

Sr. Presidente, Sr. Relator, tive a informação de que a Batávia tem crédito junto à Parmalat. Sugiro que ela utilize esses créditos, com autorização judicial, na compra dessas ações. Ela não precisaria nem desembolsar recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – O Deputado Abelardo Lupion é o último inscrito.

Eu gostaria, tão logo o Deputado faça a sua exposição, de discutir se votamos ou não o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion. Como S.Exa. é do Paraná, os assuntos poderão ser assemelhados.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION – Concordo com o posicionamento do Deputado Leonardo Vilela para com o sistema cooperativista.

Os relatórios apresentados nas Comissões ficam arquivados nos Anais da Casa. V.Exa. fez um relatório que contou com o integral respeito de todos os seus pares. O seu relatório mostra uma perfeita radiografia da atual situação. V.Exa. dá ao cooperativismo amplo apoio, com propostas. Na página 46, que trata do cooperativismo, V.Exa. recomenda a instalação de Comissão Especial para apoiar as cooperativas, inclusive na formulação e na aprovação do ato cooperativo, etc. Mais na frente, V.Exa. fala em recomendar que às cooperativas sejam disponibilizados recursos federais para a compra, não para o apoio às empresas, etc.

Vemos, entretanto, que o posicionamento do Deputado Leonardo Vilela estaria se contrapondo à sua atuação como Relator, como se V.Exa. não acreditasse no sistema cooperativo. Temos conhecimento de que V.Exa. é um dos maiores admiradores do cooperativismo.

Considero importantes as recomendações do Deputado Leonardo Vilela. Elas vão enriquecer muito o seu relatório e vão deixar transparecer o que V.Exa. pensa. Sabemos que o relatório é feito a 4 mãos. Aqui

é citado a *Globo Rural.* A revista fala sobre uma cooperativa. Não podemos deixar que essa reportagem seja uma assertiva. É importante que V.Exa. faça essas mudanças, e V.Exa. já aceitou.

Somos do Legislativo. Temos aqui vários partidos, inclusive de oposição, que estão apoiando seu relatório. Não fica bem, no seu relatório, uma frase que diz: *"Sem dúvida, programas sociais do governo Lula deverão criar um cenário favorável ao consumo do produto"*. Estamos remetendo a responsabilidade para o Executivo. Isso está no final da página 42. E V.Exa. conclui dizendo o seguinte: *"Sem dúvida alguma, o leite deve ser um produto de destaque nas políticas de segurança alimentar"*. Isso já está dito.

Todos os partidos vão aprovar o seu relatório. Temos partidos de oposição, inclusive o meu, nessa situação. Sugiro a V.Exa. que essa frase seja retirada, pois não temos nada a ver com o Executivo. Somos um Poder independente, e, por mais que confiemos no Governo, às vezes a situação não pode realmente acontecer e daí vamos ficar mal, por termos acreditado que poderia vir a acontecer um programa social extremamente amplo. E esperamos, obviamente, que isso aconteça.

Meus parabéns pelo relatório. V.Exa. foi muito feliz e nos deixou extremamente envaidecidos de fazer parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Parece que o Deputado Assis Miguel do Couto terá de se ausentar por alguns instantes. V.Exa. vai responder agora aos questionamentos?

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Vamos concluir, são as 2 últimas falas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – Vamos começar com a ponderação do nobre Deputado Abelardo Lupion. Deputado Abelardo Lupion, vamos melhorar a redação. Eu não queria perder de vista a questão social. Há um déficit de consumo de leite no País, uma grande marginalização, 45, 50 milhões de brasileiros têm dificuldade de adquiri-lo. Programas sociais são extremamente importantes. **O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** – V.Exa. pode colocar: *"Esperamos que o Governo Federal tome medidas para que isso seja resolvido"*.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – O.k., acho que isso não vai nos trazer problema algum, nem para o relatório, nem para a concepção que temos. No entanto, concordo com a sua afirmação.

Em relação ao cooperativismo, há uma crítica. Realmente podemos resolver essa questão sem deixar de fazer nossas críticas. Aliás, quando faço uma crítica ao cooperativismo, faço a mim mesmo. Sou sócio de cooperativa há muitos anos, dirigente. Essa é uma autocrítica importante. Vamos centrar nossa crítica muito mais nos processos que estão tumultuados. Não vamos fazer o cooperativismo crescer no Brasil se não resolvermos o problema de legislação, que muitas vezes nos atropela, e acabamos cometendo injustiças com as próprias cooperativas.

Quanto à observação do Deputado Cezar Silvestri, do Paraná, acho que podemos, no item Complexo da Parmalat, abrir um ponto específico sobre a Batávia, sim. Essa observação é muito boa. Devemos orientar para o aspecto apenas da transferência do controle acionário, e não para a venda de algo que, no meu ponto de vista, ainda está muito obscuro. Acho que o controle acionário já teria que ter sido repassado para as cooperativas. Acato a sugestão de S.Exa.

Em relação à Receita Federal, Deputado Cezar Silvestri, consta, no item "g", último ponto das recomendações à CPMI, a indagação sobre o real passivo tributário do Grupo Parmalat no Brasil, incluindo investigação sobre os chamados incentivos fiscais concedidos nos vários Estados e sua destinação.

Nesse caso, quando se fala em passivo tributário, necessariamente tem-se que identificar o passivo tributário na Receita Federal. Então, a CPI terá que fazer um trabalho sobre a Receita Federal para identificar o passivo tributário, ou seja, a Receita Federal terá que dar uma resposta a essa indagação. Era essa a sua preocupação com a Receita?

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI – Refiro-me ao fato de uma empresa do porte da Parmalat vir acumulando sucessivos prejuízos, comprovadamente – faz parte do relatório – , nos últimos 5 anos, e ainda não ter havido nenhuma investigação. Quando qualquer contribuinte que vinha recolhendo Imposto de Renda deixa de recolher, a Receita, normalmente, faz uma investigação. Na minha avaliação, como a CVM está sob suspeição, a Receita Federal também passa a ficar suspeita. Não entendi por que não se fez uma investigação no momento em que ela deixou de ser contribuinte, uma empresa de grande porte, que movimentou bilhões de reais nos últimos anos. Talvez a Receita Federal tenha feito auditorias e tudo o mais, de forma sigilosa, o que não sabemos. Mas, se ela não fez, queremos saber por que não fez.

A Junta Comercial de São Paulo foi outra sugestão. Vi uma entrevista, em um dos canais de televisão de grande audiência nacional, com o Presidente da Junta Comercial, que dizia estar indignado. Poxa, Sr. Presidente, ele ficou indignado somente agora, depois que a Comissão levantou a questão, depois que a crise saiu? Mas eles criaram vinte e poucas empresas

nos últimos 2 anos. Se um era diretor-presidente, o outro era executivo, enfim, havia a mudança dos cargos, mas as pessoas eram sempre as mesmas, com participação mínima, e eles davam autorização para que essas empresas fossem criadas. Eu acho que isso tem de ser investigado.

Por último, Sr. Relator, se for possível, peço – e é um pedido, como eu lhe disse, da Comissão que foi criada na Assembléia Legislativa em função da CPI – que haja essa apuração por parte do CADE. É uma forma de pressionarmos. Um relatório tem peso.

O SR. DEPUTADO ASSIS MIGUEL DO COUTO – O.k. Já conversei com o consultor. Havíamos discutido sobre isso. Não há problema algum na inclusão. Nós citamos o CADE apenas na transferência dos ativos da Parmalat, não na questão da CPI. Eu acho que isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Tive oportunidade de pedir uma audiência à Receita Federal. Eu e o Deputado Assis Miguel estivemos lá. Temo que realmente seja uma questão de sigilo, Deputado Cezar Silvestri. Mas, de qualquer forma, cabe uma explicação, sem dúvida alguma. Mas o que me preocupa – e na época eu dizia isso – é que esses resultados sempre foram maquiados. Eu acho que a Receita, na hora em que for convocada por uma CPI, vai esclarecer algumas coisas. Posso lhe afiançar que o passivo tributário da Parmalat é muito grande.

Por isso, digo que a Comissão Especial, na sua atribuição, é muito limitada. Mas, como queríamos aproveitar o recesso e havia, por parte da Comissão de Agricultura... Fiz um pedido ao Relator, que já concordou. S.Exa. abre o relatório dizendo que o Presidente da Câmara criou. Evidentemente, devemos isso ao Presidente João Paulo. Foi a Comissão de Agricultura que provocou a criação dessa Comissão Especial. É uma forma de fazer justiça aos membros da Comissão, que me fizeram esse pedido. Aliás, qualquer um que fosse o Presidente teria de ter a iniciativa que tive. O mérito, sem dúvida alguma, é da Comissão de Agricultura. Foi lá que, extra-oficialmente – não podíamos nem nos reunir – , nos reunimos e deliberamos para que no Plenário pedíssemos a criação, inicialmente, de uma comissão de fiscalização e controle, e o Presidente acabou evoluindo para uma Comissão Especial, com a participação de todos os partidos.

O Deputado Assis Miguel do Couto fez um grande relatório. Sua equipe produziu um relatório que retrata fielmente tudo aquilo que foi discutido. Não me parece que S.Exa. tenha deixado de mencionar algo que fosse importante. Ele teve uma assessoria. Quero agradecer à consultoria jurídica, que tem ajudado a Comissão, ao Dr. Guilherme e ao Dr. Gustavo, e a todos os Parlamentares.

Em nenhum momento tivemos problema de *quorum*, muito pelo contrário. Produzimos um relatório que, tenho certeza, servirá para que possamos avaliar, primeiro, o setor leiteiro no Brasil, a questão da concentração. Também encaminhamos soluções que, se forem adotadas, vão, senão resolver os problemas, pelo menos melhorar em muito o setor leiteiro no País.

Quero – e tenho certeza de que o faço em nome de todos os membros desta Comissão – parabenizar o Relator, Deputado Assis Miguel de Couto, pelo relatório que produziu.

O Valdivino me disse que eu tinha de colocar a ata em votação, mas não quero votá-la. Pedi a ele que produzisse fielmente a ata desta sessão, que passo a V.Exa., para que possamos, se assim o Plenário entender, votar o relatório e dar por encerradas as atividades desta Comissão Especial. Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, que estava inscrito.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, as minhas palavras iniciais são no mesmo sentido das do Deputado Cezar Silvestri e do Deputado Abelardo Lupion, reforçando a solução do caso Batávia: a aquisição de ações pelas 3 cooperativas produtoras de leite da nossa região e por uma de Santa Catarina que ainda têm ações minoritárias, 49%. Se adquirirem 3% ou 4%, poderemos ter o controle.

O pedido é no sentido de que fique consignada essa proposta no relatório de V.Exa., Sr. Relator. No mais, meus parabéns a V.Exa.

Os melhores momentos da Câmara dos Deputados acontecem nas Comissões Temáticas e nas Especiais. É aqui que o Parlamentar tem condição de se pronunciar como se estivesse no ambiente do Senado da República, onde só há 81 Parlamentares. É numa Comissão dessas, com 30 ou 40 membros, que temos condições de expor nossas idéias, fazer os debates, o que no Plenário da Casa não é possível, pois só dispomos de 3 minutos. Antigamente, dispúnhamos de 5 minutos. Agora, pelas medidas provisórias, são apenas 3.

O trabalho de V.Exa. é de profundidade, é extraordinário. Com os assessores e consultores que a Câmara dos Deputados tem hoje, não perdemos mais para o Poder Executivo em termos de nível técnico. O Parlamento tem uma assessoria de alto nível. Isso ajuda.

Em certa oportunidade, no Parlamento americano e, depois, visitando alguns Parlamentos da Europa, constatei que o nível do Parlamento se eleva na medi-

da em que o nível da assessoria também se eleva. Vi que o Parlamento americano se equiparou ao Poder Executivo no momento em que as suas assessorias tinham o mesmo nível.

Deputado Waldemir Moka, V.Exa. presidia a Comissão de Agricultara e nós fazemos parte da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura e da Pecuária e da Frente Parlamentar em Defesa do Cooperativismo. Acreditamos na nossa agricultura. Se hoje há RECOOP e securitização, além de tantos acontecimentos na agricultura, PESA, PESINHA, abundantes financiamentos, isso se deve ao extraordinário trabalho da Câmara dos Deputados, à Comissão de Agricultura e a essas 2 frentes parlamentares.

O Deputado Assis Miguel do Couto, que vem do pequeno produtor rural, que vem com uma prática de participação, traz seu conhecimento como Relator desta Comissão. Creio que atingimos o objetivo esperado. As nossas palavras são de reconhecimento. Participei desta Comissão na busca de uma solução para um dos mais graves problemas do nosso País. Esse é apenas um passo decisivo para a Comissão Parlamentar de Inquérito e com extraordinário reflexo no Poder Judiciário. As respostas que os magistrados estão dando têm ressonância nesta Casa e são em função do que tem acontecido aqui. O Judiciário tem visto que a vontade e a determinação dos Parlamentares são muito grandes.

Creio que assim estejamos dando uma contribuição ao nosso País para a solução de um dos problemas mais graves que vivemos nos últimos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Vou colocar em votação o relatório do Deputado Assis Miguel do Couto.

Em discussão o relatório. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.)*

Os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação do relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado. *(Palmas.)*

Para encerrar, coloco em discussão a ata da 11ª reunião ordinária, realizada em 10 de março de 2004, da qual V.Exas. têm cópia.

Indago se posso dispensar a leitura da ata.

(Não identificado) – Sim, Sr. Presidente, pode dispensar a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) – Em discussão a ata desta sessão ainda em curso. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa*.)

Os Srs. Parlamentares que concordam com aprovação da presente ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão e também o trabalho da Comissão Especial.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Primeira Reunião Ordinária realizada em 7 de maio de 2003

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e três, às quinze horas e doze minutos, no plenário doze do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, sob a presidência da Deputada Marinha Raupp, na forma do artigo 39, § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Clóvis Fecury, Deley, Isaías Silvestre, Júlio Lopes, Júnior Betão, Léo Alcântara, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Luciano Leitoa, Marcelo Guimarães Filho, Marinha Raupp, Mário Assad Júnior, Odair, Reginaldo Lopes, Vignatti, Zico Bronzeado e Zonta, titulares; Carlos Abicalil, Carlos Nader, César Medeiros, Eduardo Barbosa, Heleno Silva, Homero Barreto e Jovino Cândido, suplentes. Não compareceram os Deputados Celcita Pinheiro, Eduardo Seabra, Milton Cardias, Professora Raquel Teixeira e Sandro Mabel. ABERTURA: Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos. ORDEM DO DIA: Instalação da Comissão e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes. A Deputada Marinha Raupp procedeu à leitura do Ato de constituição da Comissão Especial e, antes de dar início ao processo de votação, esclareceu ao Plenário que, por acordo de Lideranças, encontravam-se sobre a mesa cédulas com a seguinte chapa: para Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, do PT/MG; para Primeiro Vice-Presidente, Deputada Alice Portugal, do PC do B/BA; para Segundo Vice-Presidente, Deputado Lobbe Neto, do PSDB/SP; e para Terceiro Vice-Presidente, Deputado Marcelo Guimarães Filho, do PFL/BA. Informou, ainda, encontrarem-se na cabina de votação cédulas em branco, caso a escolha não recaísse nos nomes indicados. A Senhora Presidente convidou o Deputado Leonardo Picciani para auxiliar a presidência durante o processo de votação. Encerrada a votação e aberta a urna, verificou-se a

coincidência entre o número de sobrecartas e o de votantes: 17 (dezessete). Apurados os votos, obteve-se o seguinte resultado: Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, (dezessete votos); Primeiro Vice-Presidente, Deputada Alice Portugal, (dezessete votos); Segundo Vice-Presidente, Deputado Lobbe Neto (dezessete votos); Terceiro Vice-Presidente, Deputado Marcelo Guimarães Filho (dezessete votos). Participaram da votação os Deputados Odair, Reginaldo Lopes, Vignatti, Zico Bronzeado, Clóvis Fecury, Marcelo Guimarães, Benjamin Maranhão, Leonardo Picciani, Marinha Raupp, Lobbe Netto, Zonta, Homero Barreto, Mário Assad Júnior, Isaías Silvestre, Júnior Betão, Luciano Leitoa e Alice Portugal. A Senhora Presidente declarou eleito e empossado o Deputado Reginaldo Lopes e, ainda, os Vice-Presidentes. A seguir, convidou o Presidente eleito a assumir a direção dos trabalhos. O Senhor Presidente, usando da competência que lhe confere o artigo 41, inciso VI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, indicou, para Relator da Comissão, o Deputado Benjamin Maranhão, a quem concedeu a palavra. A seguir, os Deputados César Medeiros, Vignatti, Zico Bronzeado, Zonta, Clovis Fecury, Luciano Leitoa, Isaías Silvestre, Alice Portugal, Marcelo Guimarães e Lobbe Netto, teceram considerações a respeito da matéria. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos, antes convocando reunião para o dia quinze de maio, quinta-feira, às nove horas e trinta minutos, para definição da agenda dos trabalhos. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, , Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marinha Raupp) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que foi convocada pelo Presidente desta Casa, nos termos regimentais, para a instalação da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

Na forma do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, compete-me assumir a Presidência dos trabalhos. Caso ainda não tenham sido recebidos os ofícios, solicito aos representantes dos diversos partidos que procedam ao registro junto à Mesa, individualmente ou por chapa, dos candidatos aos cargos de Presidente e 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes da Comissão, de acordo com o art. 7º, inciso I, do Regimento Interno.

Esclareço aos nobres pares que esta Comissão é composta de 24 Deputados titulares e igual número de suplentes, em conformidade com o ato da Presidência, que passo a ler:

> "O Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 17, inciso I, alínea m, em conformidade com os arts. 22, inciso II, e 33, § 1º, todos do Regimento Interno, decide constituir Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar proposta de Políticas Públicas para a Juventude e resolve:
>
> 1 – Designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;
>
> 2 – Convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 7 de maio, quarta-feira, às 14h30min, no Plenário 12 do Anexo II.
>
> Brasília, 6 de maio de 2003. – Presidente **João Paulo Cunha".**

Indago aos Srs. Deputados se há necessidade de leitura da composição da Comissão. *(Pausa.)*

Pelo PT, são titulares os Deputados Odair, Reginaldo Lopes, Vignatti e Zico Bronzeado.

Pelo PFL, são titulares os Deputados Celcita Pinheiro, Clóvis Fecury e Marcelo Guimarães Filho.

Pelo PMDB, são titulares os Deputados Benjamin Maranhão...

O SR. DEPUTADO MÁRIO ASSAD – Sra. Presidenta, pela ordem.

Sugiro a V.Exa. que abra mão da leitura, pois teremos conhecimento dos nomes quando da chamada para a votação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marinha Raupp) – Se o Plenário estiver de acordo, adotarei sua sugestão. Obrigada, Deputado.

O *quorum* exigido para a eleição dos cargos desta Comissão é de treze Deputados, maioria absoluta. Peço aos Srs. Deputados compreensão no sentido de que permaneçam no recinto até o término da reunião.

Antes de iniciar o processo de votação, esclareço a V.Exas. que se encontra sobre a mesa de votação cédula com a seguinte chapa, resultante de acordo de Lideranças: para Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, indicado pelo PT; para 1ª Vice-Presidenta, Deputada Alice Portugal, indicada pelo PCdoB; para 2º Vice-Presidente, Deputado Lobbe Neto, indicado pelo PSDB; e para 3º Vice-Presidente, Deputado Marcelo Guimarães Filho, indicado pelo PFL.

Ainda há cédulas em branco para Presidente e Vice-Presidentes, caso a escolha não recaia sobre os nomes indicados.

Na medida em que forem chamados, as Sras. e Srs. Deputados, depois de assinarem a folha de vo-

tação e de posse da sobrecarta, devem dirigir-se ao local da votação e selecionar a cédula, colocando-a no mesmo envelope, que será depositado na urna que está a nossa esquerda.

Convido o Deputado Leonardo Picciani, do PMDB do Rio de Janeiro, para auxiliar a Presidência durante o processo de votação.

Deputado Leonardo Picciani, solicito a V.Exa. que proceda à chamada dos membros titulares e, em seguida, dos suplentes, até que se complete o número da referida bancada.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – PT:

Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*
Deputado Vignatti. *(Pausa.)*

PFL:

Deputada Celcita Pinheiro. *(Pausa.)*
Deputado Clóvis Fecury. *(Pausa.)*
Deputado Marcelo Guimarães Filho. *(Pausa.)*

PMDB:

Deputado Benjamin Maranhão. *(Pausa.)*
Deputado Leonardo Picciani. *(Pausa.)*
Deputada Marinha Raupp. *(Pausa.)*

PSDB:

Deputado Léo Alcântara. *(Pausa.)*
Deputado Lobbe Neto. *(Pausa.)*
Deputada Professora Raquel Teixeira. *(Pausa.)*

PPB:

Deputado Júlio Lopes. *(Pausa.)*
Deputado Zonta. *(Pausa.)*

PTB:

Deputado Eduardo Seabra. *(Pausa.)*
Deputado Milton Cardias. *(Pausa.)*

PL:

Deputado Mário Assad Júnior. *(Pausa.)*
Deputado Sandro Mabel. *(Pausa.)*

PSB:

Deputado Isaías Silvestre. *(Pausa.)*

PPS:

Deputado Júnior Betão. *(Pausa.)*

PDT:

Deputado Luciano Leitoa. *(Pausa.)*

PCdoB:

Deputada Alice Portugal. *(Pausa.)*

PV:

Deputado Deley. *(Pausa.)*
Suplentes do PT, uma vaga:
Deputado Ary Vanazzi. *(Pausa.)*
Deputado Zico Bronzeado, titular, venha votar. *(Pausa.)*

PFL, uma vaga:

Deputado Carlos Nader. *(Pausa.)*
Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

PSDB, duas vagas:

Deputado Eduardo Barbosa. *(Pausa.)*
Deputada Rose de Freitas. *(Pausa.)*
Deputada Thelma de Oliveira. *(Pausa.)*

PPB, uma vaga:

Deputado Ivan Ranzolin. *(Pausa.)*
Deputado Sandes Júnior. *(Pausa.)*

PTB, duas vagas:

Deputada Elaine Costa. *(Pausa.)*
Deputado Homero Barreto. *(Pausa.)*

PL, uma vaga:

Deputado Heleno Silva. *(Pausa.)*
Deputado Maurício Rabelo. *(Pausa.)*

PV, uma vaga:

Deputado Jovino Cândido. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marinha Raupp) – Está encerrada a votação.

Solicito ao Deputado Leonardo Picciani, que está auxiliando esta Presidência, que verifique se o número de sobrecartas coincide com o número de votantes. (*Pausa*.)

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – São dezessete sobrecartas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marinha Raupp) – Informo que o número de sobrecartas coincide com o número de votantes, num total de dezessete.

Passa-se à apuração dos votos.

Solicito ao Deputado Leonardo Picciani que proceda à contagem dos votos.

(Processo de apuração.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marinha Raupp) – Está encerrada a apuração. Vou proclamar o resultado:

Para Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, do PT.

Para 1ª Vice-Presidenta, Deputada Alice Portugal, do PcdoB.

Para 2º Vice-Presidente, Deputado Lobbe Neto, do PSDB.

Para 3º Vice-Presidente, Deputado Marcelo Guimarães Filho, do PFL.

Declaro empossados os referidos Deputados. *(Palmas.)*

Convido o Deputado Reginaldo Lopes para assumir a Presidência da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude.

Esta Comissão muito terá a propor ao Brasil. Espero que nós, com a nossa experiência, principalmente aqueles que já estão pintando os cabelos, possamos contribuir para que a nossa juventude represente mais do que a pouca idade, mas as propostas que apresentaremos ao Brasil.

A iniciativa do Deputado Reginaldo Lopes vem contribuir para o Governo, que tem proposta de desenvolvimento para um Brasil integrado, menos desigual, com mais justiça social para todos.

Agradeço ao Deputado Leonardo Picciani, que contribuiu com esta Presidência nesta eleição. Desejo pleno êxito no trabalho desta Comissão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Peço ao Deputado Reginaldo Lopes que assuma a presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Convido a Sra. Deputada Alice Portugal, do PcdoB da Bahia, 1ª Vice-Presidenta, o Sr. Deputado Lobbe Neto, do PSDB de São Paulo, 2º Vice-Presidente, e o Sr. Deputado Marcelo Guimarães Filho, do PFL da Bahia, 3º Vice-Presidente, para comporem a Mesa. *(Palmas.)*

Nos termos do art. 41, Capítulo VI, do Regimento Interno, designo para a Relatoria da Comissão o Sr. Deputado Benjamin Maranhão, do PMDB da Paraíba, a quem convido para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Passo a palavra para ao Relator.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Sr. Presidente, companheiros Deputados, antes de mais nada quero agradecer a confiança do meu partido, PMDB, e principalmente a confiança do Presidente e dos companheiros que ingressaram nessa luta desde o início, dando origem a esta Frente Parlamentar, que hoje se coroou com êxito na criação e instalação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude.

Meu trabalho como Relator desta Comissão será mais de coordenação e de divisão de tarefas entre os companheiros que estão engajados nessa luta, para que durante esse período que temos pela frente possamos executar a nossa maior tarefa, que é o Estatuto dos Direitos da Juventude. Essa foi a grande meta que esta Comissão estabeleceu.

Trabalho iniciado pelo Deputado Reginaldo Lopes e abraçado por todos nós, ele será coroado de êxito, porque vemos no engajamento de todos os Deputados aqui presentes a vontade de lutar por políticas públicas para a juventude, pelo seu resgate e pelo crescimento do País.

Obrigado ao Presidente pela confiança, ao Líder do PMDB, Deputado Eunício Oliveira e aos companheiros que apoiaram essa indicação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Em nome da Presidência, agradeço a todos que participaram dessa longa caminhada de construção da Comissão Especial. Essa é uma vitória de todos os Parlamentares e de todos os partidos políticos; acredito que com ela quem vence é o Brasil.

O Brasil tinha há muito uma dívida com a juventude brasileira. Nós, Parlamentares, temos obrigação de discutir nesta Casa alternativas e políticas para sua inclusão. Nossa Comissão tem um desafio muito grande: ser o berço propositor para o Governo Federal de ações políticas voltadas para a juventude. Portanto, temos vários e enormes desafios pela frente.

Estamos iniciando o debate sobre um tema sobre o qual temos pouco conhecimento e que ficou esquecido durante anos por várias razões. Então, devemos enfrentar esse desafio e começar aqui um grande debate envolvendo todo o Brasil.

Nosso País é grande e cheio de desvios regionais, tal qual a nossa juventude, cheia de contrastes. Nossa grande responsabilidade é compreender a temática, conceituar o que é ser jovem no Brasil de hoje e criar políticas para a juventude brasileira. Então, esses serão nossos desafios.

Nossa metodologia de trabalho será discutida nas próximas reuniões. O que nos unificou é a intenção de fazer o diagnóstico dos problemas da juventude no Brasil e desenvolver um plano nacional de políticas públicas para ela. Todos os Deputados terão espaço de sobra para participar do debate. Com certeza, teremos de constituir vários grupos de trabalho, com sub-relatorias. Tentaremos organizar o trabalho por regiões, para fazer um retrato da realidade da juventude em cada Estado.

Ao final dos trabalhos, apresentaremos para a sociedade brasileira e para o Parlamento o Estatuto dos Direitos da Juventude. Acho que esses são os três grandes desafios que esta Comissão assume hoje.

Antes de passar a palavra aos nossos Deputados, agradeço a nossa Presidenta Marinha Raupp, Deputada por três mandatos e ex-Primeira-Dama do Estado, de Rondônia, esposa do ex-Governador e hoje Senador Valdir Raupp. Agradeço a V.Exa. a competência e a sensibilidade na condução da eleição. A Presidência,

em nome da Comissão, agradece a V.Exa. a belíssima contribuição dada no início dos nossos trabalhos.

Antes de franquear a palavra aos nobres membros, lembro que na próxima reunião definiremos a agenda dos nossos trabalhos. Assim, caso os Srs. Deputados queiram sugerir nomes de pessoas a serem ouvidas em audiências públicas, deverão apresentá-los à Secretaria da Comissão com antecedência que permita a sua publicação na Ordem do Dia das Comissões. Aqueles que forem apresentados durante ou após a reunião somente serão apreciados depois de regimentalmente pautados.

Peço aos nobres pares que se inscrevam para falar e que declinem os seus nomes, para identificação junto à Taquigrafia. Está franqueada a palavra a quem queira dela fazer uso.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – Deputado Reginaldo Lopes, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela sua eleição e a dos demais Vice-Presidentes. Sua indicação para presidir esta Comissão é o ápice do sério e determinado trabalho realizado por V.Exa. no decorrer dos últimos meses.

Felicito V.Exa. pela escolha do companheiro do PMDB da Paraíba, Deputado Benjamin Maranhão, para a Relatoria da Comissão. Tenho certeza de que o Deputado saberá, diante do ritmo célere de trabalho imposto por V.Exa., dar forma ao relatório que culminará, sem dúvida alguma, em avanços inestimáveis para a nossa juventude em relação aos seus direitos, deveres e, principalmente, à busca de oportunidades para essa fatia da população.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, faço uma sugestão a V.Exa. Na próxima reunião, o Sr. Relator poderia apresentar um roteiro de trabalho para a aprovação do Plenário. Para elaborá-lo, o Relator poderia conversar com V.Exa. e com membros desta Comissão, de forma a apresentar algo para que possamos começar a discussão. Certamente surgirão novas idéias que aperfeiçoarão a proposta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra ao Deputado César Medeiros.

O SR. DEPUTADO CÉSAR MEDEIROS – Sr. Presidente, ao presenciar a instalação desta Comissão, relembro a primeira reunião que V.Exa. fez com os Deputados Clóvis Fecury e Zico Bronzeado, comigo e mais dois colegas. Externo agora minha alegria ao ver o interesse de tantos partidos pela temática da juventude.

Sr. Presidente, V.Exa. sempre insistiu, durante as nossas reuniões da Frente Parlamentar, na necessidade de abrirmos espaço para a participação de diversos movimentos da juventude. Então, sugiro que esta Comissão seja denominada Comissão Especial de Política Públicas de Juventude, para não dar a idéia de que estamos aqui fazendo algo para alguém. Para isso, precisamos ouvir os diversos movimentos de juventude.

A grande maioria dos Deputados aqui presentes se formaram a partir do movimento estudantil. Por isso, não devemos esquecer de, ao discutir as políticas públicas de juventude, incluir os jovens excluídos do ambiente educacional. Precisamos do jovem que trabalha no campo, que está na periferia, para que possamos ampliar nosso trabalho pensando na diversidade da juventude do País.

Com certeza, os jovens vêem com grande expectativa a instalação desta Comissão Especial, pois estão sedentos de participação.

Nobre Deputado, quero parabenizá-lo pela iniciativa e pela persistência até a instalação desta Comissão Especial. Ao mesmo tempo, quero parabenizar todos os membros da Mesa – a Deputada Alice Portugal, o Sr. Relator, Deputado Benjamin Maranhão, e os demais Deputados – e desejar-lhes sucesso na condução dos trabalhos. Que todos nós, Parlamentares desta Comissão, possamos envidar nossos esforços para que esta Comissão produza os frutos necessários a fim de que as políticas para a juventude de fato sejam implementadas neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradecemos ao Deputado César Medeiros as palavras.

Na condição de Presidente e acumulando duas funções – nesta Comissão e na Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude – , informo que nos vamos reunir na terceira semana do mês de maio para fazer um plano de trabalho e eleger a coordenação da Frente. Temos discutido com vários companheiros e companheiras e a intenção é estabelecermos coordenações por região. A Frente tem autonomia, envolve a sociedade civil e vários Deputados. Até o momento, noventa e oito Deputados aderiram à Frente. Por ser este o primeiro ano, esse número de participações é razoável.

Vamos discutir se a Frente poderá ser “de”, “para a” ou “com a” Juventude. Chegamos a discutir esse assunto na última reunião, quando acabamos chegando à conclusão de que deveria ser “para a”, devido ao envolvimento de amplos setores. Porém, temos de fazer esse debate.

É interessante que a Comissão Especial faça um seminário nacional – vamos apresentar essa sugestão como plano de trabalho – sobre o que é ser jovem, o que é juventude, para acertamos conceitualmente se é “de”, “para a” ou “com a”. Será um grande debate.

Vamos convocar a Frente para a terceira semana do mês de maio com a finalidade de eleger coordenações regionais e fazer um plano de trabalho aproximado com a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, que estará apresentando seu plano de trabalho na próxima reunião.

Agradeço a todos a participação.

Passo a palavra ao Deputado Vignatti, do PT de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Inicialmente, queremos cumprimentar o companheiro Reginaldo Lopes, Presidente eleito, que fez por merecer a função devido à coordenação, desde o início, do grupo de trabalho que construiu a Frente. Há toda uma formatação porque, para que a eleição fosse realizada hoje, a proposição tinha de ser lida ontem, o que acompanhamos junto com os Deputados Benjamin Maranhão e Reginaldo Lopes, para garantir que a assessoria da Casa produzisse, de fato, a convocação para hoje e o Presidente João Paulo Cunha a divulgasse na sessão extraordinária, às 22h. Isso foi feito para não passar para outro dia a possibilidade de fazermos a eleição durante esta semana e para não ficar um vácuo no processo.

Cumprimento também o Deputado Benjamin Maranhão por assumir a Relatoria, escolha merecida pela sua dedicação a esta Comissão desde o início.

Estendo meus cumprimentos aos demais integrantes da coordenação e da Mesa Diretora desta Comissão, muito bem representada. A Bahia acumulou duas funções, mas como está entre uma mulher e um homem, a composição acaba ficando proporcional. Também estão representados diferentes setores e regiões do Brasil.

Temos um grande desafio pela frente. Para que fiquem gravadas, vou reiterar algumas falas que fiz no lançamento da Frente Parlamentar.

Acho que vivemos um novo momento, uma nova expectativa, uma nova oportunidade de construção política neste País. A cada eleição renovam-se as esperanças. Tenho muita esperança neste Governo e na formulação de políticas para a juventude articuladas pelo Governo Federal.

Nós, do Congresso Nacional, implantamos um marco na história com a constituição desta Comissão. Mas precisamos trabalhar muito para que ela se torne permanente. Não ficarei satisfeito se ela não for transformada em Comissão permanente. É necessário que a construamos de forma permanente e não só com um projeto de resolução. Ela deve ocupar espaço nos debates do Congresso Nacional de forma a, cada vez mais, fazer a juventude brasileira interessar-se pelo processo de participação democrática e construção dos rumos do Brasil. É uma luta árdua, que dará certo se não fizermos deste um espaço apenas nosso, mas de todos. Trata-se de um espaço parlamentar privilegiado. Portanto, há que haver a participação popular da juventude.

O movimento estudantil e de igrejas, assim como outros setores da sociedade que pensam, organizam e pesquisam a juventude, têm de participar do processo democrático para construir, junto conosco, uma proposta para a juventude brasileira. Dessa forma, poderemos consolidar o espaço democrático e popular que oficializamos hoje com a eleição da Presidência, dos Vice-Presidentes e a indicação da Relatoria desta Comissão.

Deputado Reginaldo Lopes, como disse V.Exa., o Estado brasileiro tem uma grande dívida para com a juventude. Vamos debater essa dívida aqui, encontrando pontos comuns. Vamos construir um grande programa nacional para a juventude e assumir o compromisso do Estado brasileiro, e não só deste, mas também das assembléias legislativas, dos Governos dos Estados e dos Municípios, ou seja, o Estado como um todo.

Parabéns, Deputado Reginaldo Lopes; parabéns a todos nós por estamos aqui com essa grande responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradecemos ao Deputado Vignatti a participação. V.Exa. tem desempenhado importante papel ajudando a construir o processo de articulação desta Comissão assim como no debate e indicação dos nomes dos membros da Mesa. Agradecemos a V.Exa. o trabalho e empenho na Frente Parlamentar em defesa de políticas para a juventude.

Quanto à sua preocupação em transformar a Comissão Especial em permanente, fui informado hoje que o Deputado Rogério Silva, do PPS do Mato Grosso, entrou com projeto com tal finalidade. Meu projeto trata da instalação de Comissão Especial e o de S.Exa. é para criar a Comissão permanente. Por isso, queremos parabenizá-lo. O seu projeto já está na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Iremos apoiar a iniciativa de transformar em permanente a nossa Comissão Especial.

V.Exa. falou muito bem que esta Comissão tem o desafio maior de construir o plano nacional. É lógico que, depois de construído, uma Comissão permanente tem de se instalada para acompanhar a execução do plano nacional.

Passo a palavra ao Deputado Zico Bronzeado, do PT do Acre.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Saúdo todos e compartilho com a Mesa a alegria de estar participando de um projeto tão bonito para o jovem brasileiro como é esta Comissão Especial.

Acabo de vir de uma reunião com onze secretários municipais de educação do meu Estado. Hoje está havendo o encontro da UNDIME. Quando falei que viria mais cedo por causa deste evento, todos foram unânimes em dizer que esta é uma Comissão importante, porque a educação é um dos pontos mais positivos para a juventude brasileira.

Pude perceber a importância desta Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, quando começamos a discutir a criação da Frente e da Comissão. Quando se trata de juventude, há vários problemas. O jovem é o centro das atenções. Temos o jovem operário, o jovem artista. O jovem, a partir dos 14 anos, já está enfrentando todos os problemas e tem o sonho de ser um transformador. Quando discutimos políticas para a juventude, na verdade estamos discutindo todas as situações que dizem respeito a profissionalismo e a outros pontos.

Temos um longo caminho pela frente. Graças a Deus, a Câmara dos Deputados ganhou um significativo número de Deputados jovens e com muita vontade de trabalhar. Ontem, percebi isso através da minha iniciativa. Geralmente, os Deputados colocam um funcionário para colher assinaturas. Porém, entre 14h30 e 21h, consegui 200 assinaturas. A nossa vontade, a nossa força, a nossa disposição vêm acompanhadas do primeiro mandato. Temos muita vontade e vamos aproveitar para fazer desta uma Comissão das mais atuantes desta Casa.

Srs. Deputados, propus que levemos esta Comissão a todos os Estados brasileiros, procurando organizar o seu Estado na área de políticas para a juventude. Pediremos o apoio desta Casa para que possamos ir às assembléias legislativas e propor a criação nestas e nas câmaras municipais, de forma a inserir as novas lideranças que temos pelo Brasil afora.

Hoje, há um fórum de fato e de direito criado para que os jovens que estão isolados e que têm um enorme potencial possam realmente ter voz. É importante levarmos isso. Fiz a sugestão e gostaria que esta fosse a primeira proposta, para mostrarmos à juventude brasileira que há uma comissão trabalhando por suas causas.

Externo a minha satisfação e deixo registrado o meu agradecimento por estarmos concluindo essa nossa idéia, encabeçada por V.Exa. Estamos mais fortes, porque conseguimos alguns jovens não mais maduros, mas mais experientes, como a Deputada Alice Portugal, agora no País das Maravilhas, e o Deputado Zonta. É importante essa inovação.

Meu querido Deputado Zonta, costumo dizer que a coisa mais nova em uma pessoa de idade são os cabelos brancos.

Muito obrigado. Parabéns a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradecemos ao Deputado Zico Bronzeado a participação.

Peço a todos que falem de forma mais breve, para que os demais Deputados possam se manifestar.

Passo a palavra ao nosso Deputado Zonta, do PP de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, primeiramente gostaria de cumprimentá-lo pela eleição para Presidente, na instalação oficial desta Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. O mérito está representado no volume de votos – aliás, V.Exa. foi eleito por consenso – , por todo um trabalho, por acreditar em uma tese e levá-la adiante. Desejo a V.Exa. todo sucesso.

Cumprimento a Deputada Alice Portugal e todos os demais membros eleitos para compor esse grande time que conduzirá os destinos desta Comissão. Parlamentares, jovens de idade ou de espírito, participantes da juventude acumulada, da qual faço parte, assim como muitos outros, estamos aqui presentes com muito orgulho e emoção, num momento histórico desta Casa. É a primeira vez que há no Parlamento uma Comissão Especial reconhecida, aprovada, instalada e, com certeza, funcionando de vento em popa, a tratar de assuntos para a juventude.

Efetivamente, sinto-me muito bem entre V.Exas., que são mais jovens de idade, porque entendo que tenho missões a cumprir junto com os colegas que já viveram mais tempo que eu. A nossa missão não se encerra com o passar dos anos.

Acho que o espírito que preservamos tem de estar sempre presente. Os desafios se renovam a cada dia, e o Brasil, que é um país jovem e de jovens, tem muitos deles pela frente. Não podemos estar ausentes dessa batalha, independentemente da nossa idade. Queremos contribuir, estar presentes.

Certamente poderia ser um filho ou um neto o designado para aqui estar, mas o destino nos escolheu. Participamos desta Comissão com orgulho, em nome de Santa Catarina. Além de por mim, o Estado é representado nesta Comissão pelo Deputado Vignatti, que tem todos os requisitos para participar deste trabalho. Vamos trocar idéias para que possamos contribuir em favor da juventude do nosso Estado e do Brasil.

Os desafios que V.Exa. apresenta são fundamentais. Esse diagnóstico é importante para que a própria juventude possa sentir o quanto representa, porque talvez ela não saiba a força que tem se unida e organizada. Também é primordial colocar políticas públicas concretas e reais nas áreas de educação, saúde e o trabalho à disposição dos jovens.

Além disso, há as reformas de um novo tempo para o Brasil. Tanto esta Comissão quanto a Frente Parlamentar têm papel decisivo nesse campo, tendo em vista as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e partidária.

Parabéns e contem conosco para levar adiante essa tarefa, porque eu e o Partido Progressista, representado também pelo Deputado Júlio Lopes, estamos aqui para colaborar naquilo que for necessário e indispensável para este trabalho.

Este é um momento de muita alegria, que marca um novo tempo na história desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Zonta. A sua energia jovem nos fortalece nesses desafios.

Com a palavra o Deputado Clóvis Fecury.

O SR. DEPUTADO CLÓVIS FECURY – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizo V.Exa. pelo pleito de hoje. Como os votos já demonstraram, e é opinião unânime, esta Comissão se formou graças à perseverança e ao empenho de V.Exa. Sinto-me feliz por participar desta Comissão desde o início. Vi nascer o filho que hoje dá seus primeiros passos. Ainda é um passo muito pequeno, mas é o início.

Estamos criando nesta Casa um fórum que se propõe debater a juventude, que, segundo testemunhos, é um trabalho difícil. O Deputado Léo Alcântara confessou que já teve a idéia de criar uma Comissão como esta em outros anos, mas não conseguiu. Hoje, graças à compreensão da Presidência da Casa, aos Líderes dos nossos Partidos e à perseverança de V.Exa., da qual todos somos testemunhas, vemos o nosso filho dar o primeiro passo.

Desejo sorte a todos nós e saliento que estamos aqui empenhados em colaborar com esta Comissão no sentido de darmos uma resposta aos nossos eleitores, à nossa sociedade, que muito espera de nós.

Parabenizo mais uma vez toda a Mesa hoje eleita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Clóvis Fecury. Foi de extrema importância a associação de V.Exa. desde o início do processo, que permitiu a participação do PFL nesta Comissão, indicando o 3º Vice-Presidente, Deputado Marcelo Guimarães Filho, e a Deputada Celcita Pinheiro, que também integra a Comissão.

Nobre Deputada, esperamos sua forte contribuição na Frente Parlamentar em defesa das políticas públicas para a juventude. V.Exa. tem um papel muito importante, que é desenvolver o debate na Região Nordeste. Debateremos com outros companheiros, que consideram de extrema importância V.Exa. ajudar a coordenar a Região Nordeste.

Passo a palavra ao Deputado Luciano Leitoa, do PDT.

O SR. DEPUTADO LUCIANO LEITOA – Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes; a 1ª Vice-Presidenta, Deputada Alice Portugal; o 2º Vice-Presidente, Deputado Lobbe Neto; o 3º Vice-Presidente, Deputado Marcelo Guimarães Filho; e o Sr. Relator, Benjamin Maranhão.

Sr. Presidente, fui testemunha de seu esforço para a constituição desta Comissão. V.Exa. já foi bastante parabenizado, mas também quero lhe desejar sucesso nos trabalhos. Espero que no decorrer dos trabalhos não haja empecilhos para o sucesso da Comissão.

Solicito aos Parlamentares que se propuseram a integrar esta Comissão que participem ativamente. Dessa forma, evitaremos o que ocorre em algumas Comissões, das quais participam somente o Presidente, o Relator, e quase não há Parlamentares. Isso é ruim. Então, vamos adotar uma metodologia para que haja a participação efetiva dos Parlamentares. Eu, por exemplo, estou com o pé engessado, está havendo reunião do partido, mas fiz questão de estar aqui presente, porque se trata de um compromisso que tem de ser cumprido.

Tenho grande preocupação com a juventude de meu Estado. Desejo que a Comissão tenha sucesso, porque sou de um Estado pobre, o Maranhão, onde o trabalho infantil é o que mais causa problemas para a juventude. Alguns jovens são forçados a trabalhar, principalmente nas roças. Há uma série de fatores que deixam a juventude de fora da informatização, da educação.

Sr. Presidente, gostaríamos de convidar algumas entidades para participar de reuniões, como a UBES e a UNE. Na medida do possível, faremos convite aos Parlamentares para conhecer a realidade de diferentes Estados e comparar, por exemplo, o problema do Nordeste com o da Região Sul. Assim, poderemos fazer um apanhado e procurar soluções para os diversos problemas da juventude.

Para finalizar, Sr. Presidente, desejo sucesso a V.Exa., que está à frente dos trabalhos, aos demais Parlamentares e a todos os que estão empenhados nessa empreitada. Desejo-lhes muita sorte. Sempre cobrarei de V.Exa. soluções que possam fazer com que esta Comissão cresça e seja reconhecida na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Muito obrigado, Deputado Luciano Leitoa, nosso Deputado mais jovem, tanto da Comissão quanto da Casa. V.Exa. tem 22 anos, sua força e energia serão fundamentais para a credibilidade desta Comissão. Esse é um dever, um compromisso de todos nós.

Passo a palavra ao Deputado Isaías Silvestre, do PSB de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Parabenizo V.Exas., Parlamentares que têm compromisso com o Brasil, como o Deputado Reginaldo Lopes, a Deputada Alice Portugal e o Deputado Benjamim Maranhão, por esta iniciativa.

Estou muito feliz de aqui representar o PSB. Quero dar minha contribuição para que possamos, nesta Casa, com esta Comissão hoje constituída, resgatar a dívida com a juventude brasileira, que vem desde 1964. Há essa dívida porque não tivemos resgate para aquela grande aflição, aquele grande momento da vida nacional, do qual foram alijados jovens com ideal, com pensamentos positivos sobre o Brasil. Sinto uma enorme ansiedade nesta Casa para dar uma pequena colaboração nessa causa tão nobre da juventude.

Costumo dizer que a grande reforma que precisa ser feita nesta Casa é a política. Não há como passar por uma reforma política sem passar pela discussão de políticas para a juventude, que anseia por isso. Quando se tem juventude acumulada, como diz o nosso companheiro, a discussão se torna mais saudável e equilibrada para encontrarmos soluções para este grande momento por que passa o País.

Parabenizo a Mesa e todos os que participaram da caminhada para que chegássemos até aqui. Aproveito para me colocar à disposição para que possamos chegar ao sucesso com esta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Isaías Silvestre.

Passo a palavra à Vice-Presidenta, Deputada Alice Portugal, do PCdoB da Bahia.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, cumprimento o Deputado Reginaldo Lopes, que, na verdade, nos estimulou a levantar essa bandeira que outros tentaram empunhar em Legislaturas anteriores mas não o conseguiram por causa do fechamento das relações partidárias ou, mesmo, pela falta de ventilação em relação à circunstância por que passa a juventude brasileira e o Brasil, um país eminentemente jovem. Congratulo-me com o Deputado Reginaldo Lopes e com todos os companheiros da Mesa. Ressalto que teremos uma tarefa de gigantes.

Esta é uma Comissão de políticas para a juventude, políticas essas que serão realizadas e edificadas com a juventude, em que teremos de colocar em exercício todo o nosso poder criativo. Vamos propor ações para um governo que inicia um mandato tendo pela frente um país absolutamente endividado e com grandes dificuldades de execução de amplos programas.

Vivemos também uma dramática realidade na área social. Pesquisa realizada nesta a semana demonstra que minha cidade, Salvador, é a segunda do País em número de repetências, perdendo apenas para Teresina, no Piauí. Temos de lidar com uma triste realidade, em que a educação é colocada em plano secundário, em que o FUNDEF é fraudado, em que as relações políticas atropelam as necessidades sociais. Portanto, temos a expectativa de que esta Comissão, bem como a Câmara dos Deputados, seja de fato broto no processo de renovação das relações políticas no País.

Esta Comissão tem um papel preponderante. Por isso precisará se assessorar para, efetivamente, conseguir construir novos caminhos que coloquem, de maneira visível para a sociedade, as políticas para a juventude na rota de prioridade do Governo. Compreendo também que temos de nadar num mar de tarefas. Por isso mesmo teremos de objetivar nossa ação na Comissão, trabalhar com pragmatismo, mas também com profundidade, trazendo entidades ligadas à juventude e pesquisadores para o debate. Precisamos identificar onde a juventude mais tem problemas: educação, segurança pública, gênero, educação diferenciada entre meninos e meninas na escola pública, problema da mulher negra, do jovem negro, do jovem índio, e assim sucessivamente.

É fundamental mostrarmos que a juventude é muito mais do que uma calça velha, azul e desbotada. Esse é um *jingle* da minha juventude, quando fazer movimento estudantil era risco de vida. E aqueles que trazem consigo essa marca, sem dúvida alguma, conservam a juventude no sangue, sob a forma de rebeldia.

Acredito que é essa a marca que deve aparecer no rosto dos jovens que compõem esta Comissão, e não somente a certidão de nascimento. Sinto-me muito à vontade nesta Comissão, pois ainda ostento, com muita energia, a bandeira da rebeldia. Esperamos traduzir essa rebeldia em políticas públicas.

Deputado Reginaldo Lopes, parabéns por sua eleição. V.Exa. pode contar com nossa luta para a construção de um novo momento na Câmara dos Deputados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Sra. Vice-Presidenta.

Concedo a palavra ao 3º Vice-Presidente, Deputado Marcelo Guimarães Filho.

O SR. DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei breve, até porque sou o último orador e, quem fala por último, acaba sendo redundante.

Parabenizo V.Exa., Deputado Reginaldo Lopes, por todo o trabalho e empenho pela criação desta Comissão. Parabenizo o Relator de nossos trabalhos por sua eleição e lhe desejo sucesso na formatação de sua peça final. Apesar de saber que ela será feita com a ajuda de todos, a peça levará a assinatura de V.Exa. Parabenizo os demais Deputados por fazerem parte desta Comissão.

Tenho imensa satisfação em participar da Mesa e da própria Comissão. Hoje, no Brasil, vivemos um momento novo, de novo Governo e de esperança renovada em atingirmos os nossos objetivos e diminuirmos a desigualdade social que assola o nosso País. E, para isso, precisamos inserir o jovem em seu verdadeiro lugar, aquele que é seu de direito.

Temos condições de definir as diretrizes das políticas públicas com as quais o jovem precisa contar. Na última reunião de que participei compareceram órgãos do Executivo – isso é muito importante e interessante. Como Comissão, temos de explorar o máximo possível situações dessa natureza. Com a criação desta Comissão, o Poder Legislativo, em especial a Câmara dos Deputados, está dando o exemplo e fazendo sua parte. Temos de buscar no Poder Executivo uma parceria, a fim de que o trabalho seja completo.

Além da definição das políticas públicas, dois objetivos que temos de almejar são a transformação desta Comissão Especial em uma Comissão Permanente e a criação do Estatuto da Juventude, que será nosso trabalho final.

Por último, agradeço ao Deputado Clóvis Fecury, de meu partido, por ter aberto mão de sua indicação para 3º Vice-Presidente em meu favor. Tenho certeza de que V.Exa. terá efetiva e produtiva participação em nossa Comissão, assim como os demais Deputados.

Sr. Presidente, desejo-lhe sorte na condução dos trabalhos, assim como aos demais membros da Mesa e aos Deputados que compõem a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Marcelo Guimarães Filho.

Agradeço ao Deputado Estadual Rodrigo Soares a presença. S.Exa. é co-autor do requerimento que solicitou a criação de uma Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude no Estado da Paraíba.

Concedo a palavra ao Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Caro Presidente Reginaldo Lopes, cumprimento-o e, em seu nome, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a instalação desta Comissão no Parlamento.

Já não sou tão jovem como outros que aqui se encontram, mas me recordo de que minha primeira participação na vida política ocorreu quando fui eleito Vice-Prefeito da cidade de São Carlos. Na época, fui um dos mais jovens Vice-Prefeitos a assumir o cargo. Logo após, em 1986, fui eleito Deputado Estadual por São Paulo, e fui o mais jovem Parlamentar da Assembléia Legislativa daquele Estado. Depois de quatro mandatos, cheguei à Câmara dos Deputados. Como Deputado de primeiro mandato, creio que sou um dos mais jovens que aqui se encontra. Então, muito tenho o que aprender com aqueles que pertencem à Casa há mais tempo.

Lembrei-me desse primeiro momento na vida política e pública, quando chegamos com o ardor da juventude e vontade de promover mudanças. Entretanto, nem sempre essas mudanças são possíveis. Teremos a oportunidade de recordar os momentos que vivemos na Assembléia Legislativa e os de Vice-Prefeito da cidade de São Carlos. Poderemos contribuir com nossa experiência e aprimorar a idéia da criação de um espaço para o jovem na sociedade brasileira, não o utilizando como massa de manobra em determinadas fases por que passa o País, mas tornando efetiva sua participação na vida pública e política, especialmente em agendas voltadas para a juventude.

É muito importante procurarmos entender o que o jovem quer que os Parlamentares façam por ele. Não devemos preestabelecer políticas públicas para o jovem, orientadas apenas por nossas opiniões ou por idéias de lideranças de algumas entidades. Devemos realizar uma pesquisa nacional e, a partir do resultado, saber o que jovem deseja do Parlamento, saber se ele quer participar da sociedade, estudar ou trabalhar.

Nesse ponto, tratamos do projeto do primeiro emprego, que está sendo elaborado pelo Presidente da República. Teremos condição de traçar objetivos corretos. O Relator, Deputado Benjamin Maranhão, poderá escolher uma estratégia que atenda ao que os jovens desejam.

Sugiro que na próxima reunião solicitemos o apoio do Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, para a realização de pesquisa nacional, a fim de saber o que o jovem quer do Parlamento brasileiro e desta Comissão, além de ouvir as sugestões sobre política pública nacional. Dessa forma, estaremos enfocando o que realmente a juventude necessita e quer.

Às vezes, em algumas Prefeituras ou Estados, o governante acha que o jovem está precisando de determinado benefício e age no sentido de concedê-lo, mas, no fim, o jovem deseja algo muito mais simples do que imaginava o administrador.

Parabenizo o Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, todos os membros da Mesa e o Relator, que terão bastante trabalho.

Aproveito para agradecer ainda à Liderança do PSDB e à nossa bancada por ter-nos indicado como membro da Mesa. Vamos tentar ajudar o máximo possível a Comissão.

Coincidentemente, muitos de nós tivemos juntos em Minas Gerais; inclusive o Deputado Isaías Silvestre, que se ausentou do plenário e também faz parte da Comissão de Educação. É importante conciliarmos os trabalhos desta Comissão com o da Comissão de Educação, porque os assuntos estão muito ligados. Poderemos programar reuniões conjuntas para tratar do tema Educação para o Jovem, alicerce que proporciona um caminho melhor para a nossa juventude.

Em São Paulo, já existe a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, cujo Secretário é Lars Grael. Ela foi criada há pouco tempo e já obteve alguns resultados. Espero que essa idéia sirva de exemplo para outros Estados e Municípios, a fim de aprimorarmos cada vez mais a parte de execução na área da juventude.

Sr. Presidente, parabéns pela conquista do cargo. Tenha fé e esperança. Estaremos ao lado de V.Exa. para ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Lobbe Neto. Reforço suas palavras: a juventude tem vontade própria. V.Exa. foi muito feliz ao dizer isso. Parabenizo-o pela frase. Para nós é fundamental esse entendimento.

Passo a palavra ao Deputado Jovino Cândido, do PV.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, membros da Mesa, trago o abraço do Partido Verde, mesmo na condição de suplente.

Quando fui Prefeito da cidade de Guarulhos, com mais de 1 milhão de habitantes, senti de perto as dificuldades, a riqueza, a maravilha do mundo da juventude e o quanto eles precisam de ajuda e apoio.

Com muita felicidade, peço a Deus que o abençoe na direção dos trabalhos. Desejo também muita bênção ao Relator, aos membros da Mesa e a todos os Deputados que se comprometeram com esse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Jovino Cândido.

Justifico a ausência do Deputado Deley, membro titular, que tinha reunião marcada com o Comitê Olímpico. S.Exa. pediu-me que justificasse sua ausência. S.Exa. assinou a lista de presença, mas teve de se ausentar da reunião.

Informo a todos que a próxima reunião da Comissão será presidida pela Vice-Presidenta Deputada Alice Portugal, porque estarei nos Estado Unidos, em missão oficial pela Câmara dos Deputados, para participar de um encontro com 450 estudantes universitários, que nos apresentarão o projeto olímpico mais bem sucedido no ramo de investimento empresarial. Vamos conhecer o programa e a experiência daqueles estudantes, a fim de enriquecer o trabalho da Comissão.

Fui convidado pela Universidade do Arizona. Eles fundaram uma entidade no Brasil, em São Carlos, e querem discutir com a Comissão diversos assuntos e realizar parcerias importantes.

Muito obrigado a todos pela participação.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, convocando outra para quinta-feira, dia 15 de maio, às 9h30min.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Segunda Reunião Ordinária realizada em 15 de maio de 2003

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e três, às dez horas e dois minutos, no plenário cinco do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, sob a presidência da Deputada Alice Portugal. Compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Celcita Pinheiro, Deley, Eduardo Seabra, Isaías Silvestre, Júnior Betão, Léo Alcântara, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Marcelo Guimarães Filho, Marinha Raupp, Mário Assad Júnior, Milton Cardias, Odair, Professora Raquel Teixeira, Vignatti, Zico Bronzeado e Zonta, titulares; Ann Pontes, Carlos Abicalil, Carlos Nader, César Medeiros, Eduardo Barbosa, Homero Barreto, Jovino Cândido, Maurício Rabelo e Sandes Júnior, suplentes. Não compareceram os Deputados Clóvis Fecury, Júlio Lopes, Luciano Leitoa, Reginaldo Lopes e Sandro Mabel. ABERTURA – Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos. ATA – O Deputado Leonardo Picciani solicitou fosse retificada a ata da reunião anterior, para a inclusão do seu nome na lista de deputados que discutiram a matéria. A seguir, solicitou a dispensa da leitura da ata. Colocada em votação, a ata foi aprovada. ORDEM DO DIA – Definição do Roteiro dos Trabalhos. A Senhora Presidente deu conhecimento aos membros da Comissão do Roteiro de trabalho do Deputado Benjamin Maranhão, Relator, a quem concedeu a palavra. Após a leitura de seu Roteiro, o Deputado Benjamin Maranhão solicitou aos

senhores parlamentares, caso houvesse interesse, que encaminhassem à Secretaria sugestões com o objetivo de aprimorar o texto apresentado. A Senhora Presidente registrou a presença das Consultoras Legislativas Helena Heller Domingues de Barros, da área de Educação, e Maria Auxiliadora da Silva, da área de Direito do Trabalho, designadas para assessorarem esta Comissão Especial; de representantes da União Brasileira de Estudantes Secundaristas e da representante do núcleo de trabalho para participação política do Interagir, Mariana Lima. Usaram da palavra os Deputados Vignatti, Leonardo Picciani, Milton Cardias, Odair, Lobbe Neto, Professora Raquel Teixeira, Eduardo Barbosa e Zonta. A Presidência solicitou à Secretaria o encaminhamento do Roteiro de trabalho aos membros da Comissão. ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião às onze horas e cinco minutos, antes convocando reunião para o dia vinte e dois de maio, quinta-feira, às nove horas e trinta minutos. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, , Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pela Presidente Alice Portugal e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião ordinária desta Comissão destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

Em vista da distribuição de cópias da ata da primeira reunião a todos os membros presentes, indago se há necessidade de leitura.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – Sr. Presidente, solicito correção da ata. Na parte referente à participação dos Deputados, no trecho: *"A seguir, os Deputados César Medeiros, Vignatti, Zico Bronzeado e os que seguem teceram considerações a respeito da matéria"*, solicito seja incluído o nome deste Parlamentar, que também teceu comentários a respeito da matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – O Deputado Leonardo Picciani também será citado na ata. Mais alguma observação?

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – Peço dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Está dispensada a leitura.

Em votação a ata.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovada.

Esta reunião, conforme ficou acertado na anterior, tem por finalidade definir a agenda dos trabalhos da Comissão. Há *quorum* regimental para isso.

Estabelecemos um roteiro para nortear nossos trabalhos. O Relator, Deputado Benjamin Maranhão, em trabalho conjunto com a assessoria legislativa, que está acompanhando os trabalhos da Comissão, o que muito nos honra, elaborou um roteiro muito criativo, porque levou em consideração as notas taquigráficas das reuniões preliminares na formação da Comissão. Talvez nenhuma outra Comissão nesta Casa tenha feito isso antes. Esta Comissão nasce com uma herança genética estruturada, sistematizada, com as idéias oriundas das discussões preliminares já incorporadas na sua formação.

Tem a palavra o Sr. Relator, o Deputado Benjamin Maranhão, para as suas considerações e a leitura do roteiro elaborado em conjunto com a Consultoria Legislativa.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO – Sra. Presidenta, companheiros Deputados, como havia dito antes, houve todo um trabalho de articulação. Foram realizadas mais de 10 reuniões da Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas para a Juventude, que resultaram na própria Comissão. Para trabalharmos de forma mais democrática, com o auxílio da Consultoria Legislativa, de Maria Auxiliadora e de Helena, aqui presentes, decidimos fazer um apanhado de todas as notas taquigráficas, para saber o que cada Deputado havia sugerido em reuniões anteriores, tanto nas de coordenação da Comissão como nas da Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas para a Juventude.

Essas reuniões realizaram-se entre 26 de fevereiro de 2003 e 16 de abril de 2003, desde o início da Legislatura. Para que os Deputados que entraram agora na Comissão tomem conhecimento do que foi discutido preliminarmente, ressalto que essas discussões privilegiaram alguns enfoques, em torno da meta básica, do objetivo da Comissão, qual seja: elaborar o Plano Nacional para a Juventude e o Estatuto dos Direitos da Juventude. Os assuntos que mais suscitaram interesse e que devem ser investigados concentram-se, primeiro, nas áreas de educação, trabalho, drogas, violência, agricultura, meio urbano e rural; segundo, na garantia de ensino público de qualidade em todos os níveis – isso foi debatido exaustivamente – , no combate ao analfabetismo, no acesso às universidades públicas, com bolsas de estudo, financiamento, e cursos noturnos; terceiro, no esporte; quarto, na edu-

cação no campo; quinto, no trabalho, e essa discussão engloba o primeiro emprego, tema que sempre esteve presente em nossas reuniões, a bolsa de emprego, a questão da juventude infratora *versus* o emprego; e outras questões também foram consideradas importantes, como droga e violência urbana, programas no meio rural para os jovens, integração da juventude do meio urbano com a do meio rural.

A coleta de informações foi outra sugestão formulada no início, e será feita por meio de audiências públicas. Foi sugerido que várias entidades e pessoas fossem convidadas para as audiências públicas iniciais. Entre elas, destacamos a Pastoral da Juventude, a Dra. Marlova Noleto, coordenadora dos programas sociais da UNESCO no Brasil, a ex-Deputada Rita Camatta, pelo trabalho realizado no Estatuto da Criança e do Adolescente, Presidentes de entidades estudantis como UNE, UBES e DCEs, membros do Poder Executivo, como o Sr. Luiz Dulce, Secretário-Geral da Presidência, que já esteve presente nesta Comissão, Ministérios que têm atividades afins com tudo que será discutido na Comissão, como os da Educação, da Cultura e do Esporte, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Agrário, além do Movimento Nacional de Meninos de Rua, entre outras ONGs. Enfim, foi sugerido que uma série de entidades, órgãos e até pessoas participassem das audiências públicas em que se debaterá o tema juventude, inclusive as Comissões permanentes da Câmara dos Deputados que trataram do assunto e contam com subcomissões especializadas em assuntos correlacionados com educação, esporte, cultura e emprego, como a Comissão de Trabalho, entre outras, e ainda programas do Poder Executivo, a exemplo do PET e do Renda Mínima.

Também houve sugestões sobre o material a ser consultado, que não vou listar aqui, para evitar delongas. Nesse sentido, houve uma série de sugestões dos Parlamentares, para orientar essas reuniões.

Diante do exposto, sugerimos – esta iniciativa, com a qual concordamos, também partiu das reuniões preliminares – seja promovido um grande seminário de abertura, que por sugestão minha, ressalvando que outros Parlamentares também podem fazer sugestões, será intitulado *Juventude: Paradigmas Conceituais/Legais*. O objetivo é definir a faixa etária de abrangência desse segmento, tendo em vista fontes conceituais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a CLT, a Constituição brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei do Estágio, o Código Eleitoral, a Lei do Imposto de Renda, o Código Civil, o Código Penal e organismos internacionais, como UNESCO e Organização Mundial de Saúde.

Qual a importância desse seminário inicial? Estabelecer nesta Comissão um conceito definitivo sobre o que é "juventude", até do ponto de vista legal, para que a partir daí venham as propostas. Há uma certa confusão nos próprios indicativos sobre o que seja a juventude do ponto de vista legal. O Estatuto da Criança e do Adolescente prega que a adolescência começa aos 12 anos e vai até os 18. Se o adolescente é um pré-jovem, então o que é a juventude? Já a Organização Mundial de Saúde diz que a juventude compreende o período entre 15 e 24 anos. Por outro lado, outras correntes, que considero até mais corretas, pregam que não se deve falar em juventude do ponto de vista único e exclusivamente da faixa etária. Devem ser levados em consideração critérios subjetivos, como independência econômica, formação psicológica e uma série de outros.

O Seminário Juventude: *Paradigmas Conceituais/Legais* seria uma forma de estabelecer parâmetros para que nos debates da Comissão, levando em conta toda a legislação, as organizações e o trabalho dos Parlamentares, cheguemos a um conceito definitivo, firmado na Comissão de Políticas Públicas para a Juventude, até para que possamos, do ponto de vista legal, abranger toda a questão da luta pelos direitos da juventude brasileira.

Nesse debate preliminar surgiu a hipótese de um grande número de audiências públicas. O Presidente Reginaldo Lopes, na reunião anterior, falou até em colher sugestões dos Parlamentares em relação aos convites para audiências públicas. Como Relator, minha preocupação, que é dividida pela Vice-Presidenta Alice Portugal e por muitos outros companheiros, é buscar a melhor forma para dar andamento normal aos trabalhos diante de uma eventual enxurrada de audiências públicas. Só nesse levantamento preliminar que fizemos já se verifica um grande número de convidados para audiências públicas, o que vai tornar o trabalho da Comissão praticamente inviável. Logicamente os companheiros que fizeram as sugestões podem mudar de idéia, podem pensar melhor e decidir não convidar tantas pessoas.

A título de sugestão, depois de se analisar esse problema, uma idéia que surgiu foi a de, em vez de se fazer um grande número de audiências públicas, organizarmos o debate inicial sobre temas específicos por meio de um grande painel. É uma idéia a ser lançada. Poderíamos pinçar temas específicos, como "o jovem e o trabalho", discutindo a questão do primeiro emprego e a legislação trabalhista própria da juventude, do jovem trabalhador rural, e tantos outros temas que podem ser apresentados e foram debatidos anteriormente. O tema "juventude e educação" abrangeria

desde garantia do ensino médio de qualidade para a nossa juventude, assim como do ensino profissionalizante, a democratização da universidade e inclusão tecnológica; o tema "o jovem, a saúde e a sexualidade", por sugestão da companheira Alice Portugal, deve incluir as questões de gênero, as relativas à mulher, à jovem que enfrenta a gravidez precoce, a discriminação, tudo em relação à mulher, com outras sugestões que podem partir deste debate inicial; "o jovem, a cultura, o lazer e o desporto" é outro tema bastante amplo, já que cultura, lazer e desporto são essenciais na vida de nossa juventude e vêm sendo negados, principalmente à juventude da periferia das cidades, das classes menos favorecidas, dos locais mais distantes, dos rincões deste País. Outro dia mesmo, em conversa comigo, a Deputada Ann Pontes, que está presente, falou da juventude da Região Norte do País, das cidades como a de S.Exa., de até 80 mil habitantes, consideradas de médio porte para o Estado, mas sem uma universidade local sequer. Lá os jovens não têm acesso à cultura, ao lazer, fatores até essenciais para a formação da pessoa. Isso tem de ser debatido. E "o jovem, a violência e a cidadania" é um outro tema a ser discutido em painel específico.

Qual a nossa sugestão para esses painéis? Propomos que a Comissão faça a condensação de tudo que for exposto nas audiências públicas em painéis, e poderia ser debatida até a possibilidade de, dentro daquele trabalho inicial, inclusive sugerido por mim, assim como por muitos outros companheiros, buscar uma integração com as Assembléias Legislativas e aproveitar o trabalho realizado em cada Estado; se possível, que se realizem até teleaudências, ou algo parecido, para que se possa interagir, para que se possa debater esse tema de importância nacional, a juventude, em cada Estado, num trabalho articulado dos nossos Parlamentares, organizando-se esse debate em torno de temas específicos, em painéis que se realizassem ao mesmo tempo, nessas teleaudiências. Sugiro à Casa que realize algo desse tipo.

Outras sugestão que colhemos, também de fundamental importância para essa interação e para a visibilidade dos nossos projetos na Comissão, é a página da Comissão na Internet. É essencial que seja feita logo, e para isso existem técnicos capazes na Consultoria Legislativa da Câmara, com quem mantivemos um contato preliminar. Precisamos também dessa página na internet, como de um *banner* da Comissão, lançado na página da Câmara, mas principalmente veiculado em *sites* que são normalmente visitados por jovens, até para diminuir a distância entre o Parlamento brasileiro e a nossa juventude, num trabalho de motivação política dessa juventude, buscando sua participação direta em todas as proposituras que vão sair da Comissão.

Essas foram as idéias preliminares lançadas no trabalho realizado junto com a Consultoria Legislativa da Câmara, e acho que elas permitirão que se delineie desde logo a espinha dorsal do trabalho.

Na reunião de hoje, já que não temos como deliberar, porque havia uma pauta, gostaria de decidir pelo menos sobre os temas e receber dos companheiros Deputados as sugestões para o nome do seminário e sobre as datas possíveis. Não é tarefa para se fazer rapidamente. Nossa idéia inicial é começarmos pelos painéis, que são muito mais fáceis de serem organizados do que um grande seminário nacional. Não podemos fazer isso de improviso. Já a discussão do painel será rápida, pois os temas são bastante específicos. Vários Deputados aqui fazem parte de subcomissões ou de comissões que tratam especificamente desses temas. Por isso é mais fácil organizar as audiências, fazer os convites e condensar o material, iniciando-se pelos painéis – se possível, a título de sugestão, antes do fim deste mês. Estamos no dia 15; talvez o primeiro painel já possa ser feito daqui para o fim do mês, no mais tardar no início do mês de junho, fazendo-se uma seqüência. Se isso for decidido, poderíamos fazer um painel a cada 15 dias, ou um painel por mês. É outro ponto que vamos ter de decidir em breve, ou seja, já na próxima reunião deliberativa, definindo datas, nomes específicos para os painéis e se possível até sugestões de debatedores a serem convidados.

Inclusive houve uma sugestão, colhida por decisão da nossa Comissão de Seguridade Social e Família, de não haver mais que 4 convidados para uma audiência pública. No caso de um painel, 4 não seriam suficientes; podemos convidar mais, já que vai haver uma discussão mais ampla. Podemos decidir, na Comissão, um limite, um número máximo, para não haver superlotação nem redução de tempo para as explanações.

Foram as sugestões do Relator nesse trabalho inicial. Vamos ouvir a Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Obrigada, Sr. Relator.

Apresentadas as sugestões da metodologia, quero comunicar à Comissão que estou hoje eventualmente na Presidência substituindo o nosso Presidente, o companheiro Deputado Reginaldo Lopes, que está em viagem oficial aos Estados Unidos.

O Deputado Benjamin Maranhão ainda quer fazer algumas considerações.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Sra. Presidenta, esqueci-me de um detalhe: também é uma sugestão inicial, para que seja colocada em pauta na próxima reunião, a criação de grupos de trabalho

para cada um dos temas. Conversei com o Deputado Reginaldo Lopes e com todos os companheiros; quero que o nosso trabalho de relatoria seja extremamente democrático e participativo, a juntando todas as idéias da Comissão, e a forma mais democrática de fazê-lo é criando esses grupos de trabalhos de acordo com a afinidade de cada Parlamentar pelos temas que vão compor não só o Plano Nacional da Juventude, mas o próprio Estatuto dos Direitos da Juventude.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Sra. Presidenta, tendo ouvido esse belíssimo e riquíssimo roteiro, não sei se cabe, Sr. Relator, se poderíamos nele inserir para a nossa juventude o tema religião. No caso, poderíamos abrir em algum painel esse espaço, para que os jovens não se afastem muito da religiosidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Sua sugestão foi anotada, Sr. Deputado. Vou tentar sistematizá-la. V.Exa. poderá inclusive aprofundar sua sugestão.

Quero chamar a atenção para o fato de que já são 10h22 e às 11h teremos sessão extraordinária. Também é objeto de preocupação nossa o horário e a pontualidade nas reuniões. Marcamos para as 9h30 e só conseguimos começar às 10h, horário em que há enorme confluência de reuniões. Eu própria estou perdendo a reunião da Comissão da Seguridade Social, da Comissão da Reforma. Enfim, teríamos de verificar exatamente se esse é o horário mais viável e qual a disponibilidade dos Deputados para chegarem de fato no horário da reunião, a fim de que possamos compatibilizar nossos trabalhos com os demais compromissos. Esse seria o primeiro objeto organizacional, por assim dizer.

Após a leitura do roteiro e o complemento feito pelo Deputado Benjamin Maranhão, quero anunciar que já temos 2 requerimentos sobre a mesa, e há a possibilidade de haver mais um, mas hoje não estamos pautados para deliberar sobre requerimentos, que deverão ser apresentados na próxima reunião. Evidentemente, na medida em que desenhamos o modelo de funcionamento, teremos de discutir a sobrevida desses requerimentos; eu própria evitei apresentar requerimento hoje porque estava aguardando a moldura do nosso trabalho a seguir.

O primeiro requerimento é do Deputado Federal Odair, do PT de Minas Gerais, que solicita à Presidência da Comissão seja submetida ao Plenário a constituição de um grupo de trabalho que estude e apresente propostas para a solução dos problemas da violência e da dependência química que atingem a juventude brasileira, o que já foi contemplado na elaboração do roteiro, mas o requerimento entrará em pauta na próxima reunião. O outro requerimento, assinado pelo Deputado Vignatti em parceria com o Deputado Reginaldo Lopes, é de realização de seminário sobre políticas públicas da juventude, com a finalidade de qualificar as discussões da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude. E destaca-se, com muita similaridade com o que foi comentado pelo Deputado Benjamin Maranhão, o questionamento: o que é ser jovem, hoje, no Brasil? Quais as políticas públicas para a juventude no País? Qual o papel do Legislativo nas políticas públicas para a juventude? É essa a proposta para ser implementada pela Câmara dos Deputados nos dias 26 e 27 de junho, de 2003, no Auditório Nereu Ramos, inclusive com indicação de data e de temário, o que vem efetivamente ao encontro da proposta global do Relator e da Consultoria Legislativa.

Quero apresentar ao coletivo da Comissão os consultores legislativos indicados para o trabalho de apoio a este órgão: a Sra. Helena Heller Domingues de Barros, que coordena a área da educação, e a Sra. Maria Auxiliadora da Silva, da área de Direito do Trabalho, que muito nos poderá ajudar nesse desenho legislativo, e também na classificação jurídica do que é ser jovem no Brasil.

Enfim, esses requerimentos vão ao encontro do que foi elaborado.

Temos um contingente de Deputados inscritos. As inscrições continuam abertas, e agora vamos dar início ao debate. Peço a V.Exas. que usem os microfones para facilitar a gravação, e que cada Deputado tente falar objetivamente, por no máximo 5 minutos. Aos 4 minutos avisarei que o tempo estará prestes a encerrar-se, para que todos possam pronunciar-se aqui, na medida em que percebo um importante nível de consenso em torno da proposta de realização do seminário.

Com a palavra o Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Inicialmente, cumprimento a Deputada Alice Portugal, Presidenta da Mesa, e o Deputado Benjamin Maranhão, Relator da Comissão. Por ordem de inscrição, sou o primeiro orador, porque estava sentado aqui, mas o Deputado Benjamin Maranhão apresentou uma proposta para debate, e não necessariamente para ser decidida hoje. Acho que essa proposta submetida hoje aos Deputados, por causa do curto tempo, pode ser avaliada em outro momento. Faço parte da Comissão de Reforma

Tributária e também sou titular da Comissão do Orçamento, e ambas estão realizando reuniões no mesmo horário desta, por isso quero indagar da possibilidade de, como se trata de uma Comissão Especial, discutirmos um horário à tarde. O ideal seria fixarmos para a Comissão um horário à tarde, e não pela manhã, para nossos trabalhos não coincidirem com o horário de outras Comissões e com isso ficarem prejudicados. Se trabalharmos à tarde, com certeza vamos obter mais sucesso, porque o horário vai diferenciar-se do do trabalho normal desta Casa.

A proposta do Deputado Benjamim, como Relator, constitui um verdadeiro resgate do tema, e isso é importante, porque já se acumulam os debates desde o início da Frente Parlamentar e da Comissão da Juventude, que nos podem ser remetidos a partir de hoje, para na próxima reunião posicionarmo-nos a esse respeito. Não precisamos necessariamente posicionar-nos de forma firme hoje. A idéia que trouxemos com o requerimento é uma formulação construída a partir deste debate. Foi proposta uma data, negociável também, que não prejudica todos os temas. Não quero aqui fazer sua defesa, mas apenas apresentar a idéia de realizarmos um grande seminário, de âmbito nacional, para discutir esses assuntos e trazer aqui a juventude.

É difícil conhecer a opinião dos jovens em painéis diferentes. Vamos trazer grupos de interesse para falar em vários painéis. Mas isso não prejudica, de modo algum, os vários painéis, como os sugeridos pelo Deputado Benjamim. Para construir o debate, estamos propondo que o seminário possa inclusive realizar-se em julho ou agosto, o que vai depender de a Comissão considerar isso importante, ou decidir que só os painéis já vão resolver.

Precisamos estar abertos para o debate. A partir da informação apresentada pelo Deputado Benjamin, de forma rápida, ontem, no plenário, gostaria de poder assimilar isso e inclusive pensar, a partir do roteiro, em algumas sugestões para apresentar na próxima reunião, e sugiro também, Deputada Alice Portugal, que nessa ocasião possamos chegar a uma proposta que não acumule tantas atividades.

Minha sugestão é de que o encontro seja numa tarde de terça, quarta ou quinta-feira, para não se chocar com o trabalho de outras Comissões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Obrigada, Deputado Vignatti.

Passo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Deputado Odair.

O SR. DEPUTADO ODAIR – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, é uma alegria estar hoje na sessão de abertura, depois da instalação da Comissão. Primeiro gostaria de dizer que trabalharmos com a lógica de nos reunirmos numa quinta-feira à tarde vai ajudar mais a acomodação dos nossos trabalhos.

Como conversei com o Deputado Reginaldo, dada a complexidade dos temas e a necessidade de elaborarmos e sistematizarmos propostas e ações, para verificarmos bem a realidade dos diversos temas relacionados à juventude, a idéia de constituir um grupo de trabalho ajuda-nos inclusive a dividir um pouco as funções, as tarefas e a linha de ação.

Nesse sentido, acho importante estarmos constituindo um grupo de trabalho sobre violência e dependência química. Aliás, estou participando do debate sobre esse tema na Comissão de Segurança Pública. Para as senhoras e os senhores terem uma idéia, estamos votando a Lei de Entorpecentes, cujo projeto contém 56 artigos, dos quais somente 6 versam sobre o tratamento e a recuperação da dependência química, a prevenção do uso e do abuso de drogas, e 50 tratam da repressão ao narcotráfico. Portanto, não temos uma política efetivamente formulada para discutir a prevenção do uso de drogas e o tratamento do dependente químico.

Assim sendo, esta Comissão tem um papel fundamental no que se refere a desenvolver um trabalho de prevenção e de recuperação do dependente químico e debater a violência que atinge a juventude hoje em função desse problema.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Com a palavra o Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Nobre Presidenta em exercício, Deputada Alice Portugal, e nobre Relator, Deputado Benjamin Maranhão, gostaria de apresentar apenas algumas sugestões e um requerimento. Entre as sugestões, nossa Comissão Especial para Assuntos da Juventude poderia propor uma ação para implantarmos, a exemplo do que fizeram alguns Estados e Municípios, o Parlamento Jovem. Sugiro que seja instalado o Parlamento Jovem nesta Comissão, seguindo o modelo existente em algumas Assembléias e Câmaras Municipais, para que sirva de incentivo à instituição do Dia do Parlamento Jovem.

Não sei se todos sabem, mas na Assembléia Legislativa de São Paulo foi instituído o Dia do Parlamento Jovem, quando jovens assumem o lugar dos Parlamentares no plenário. Nesse dia, temas discutidos anteriormente numa comissão prévia são analisados de forma não-partidária, como, por exemplo, o meio ambiente. Os temas são selecionados, os jovens tomam assento como Deputados na Câmara Legislativa, há uma votação e escolhe-se o Presidente. Isso

serve de incentivo até para que os jovens conheçam o funcionamento do Parlamento. Essa é uma sugestão. Via Internet, temos um alcance mais rápido, mas é um incentivo para que outras Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas possam instalar seus Parlamentos Jovens, para funcionar pelo menos um dia durante o ano e sensibilizar parcela da população.

Em São Paulo, o funcionamento do Parlamento Jovem é comunicado a todas as escolas municipais e estaduais, públicas e privadas. Eles recebem a proposta, fazem estudos e pequenos projetos sobre diversas áreas; então uma comissão escolhe os projetos, e para cada projeto são eleitos alguns Parlamentares jovens. Elegem-se 94 Parlamentares, que tomam assento na Casa e passam o dia como se Deputados fossem. Na Assembléia Legislativa de São Paulo, vários projetos são apresentados como sugestão e muitos aproveitados com grande eficácia.

É a sugestão que faço à Comissão.

Outra proposta, constante do nosso requerimento, é realizarmos um seminário, ou uma audiência pública, dependendo do que for votado e decidido, para convidar os Secretários de Assuntos da Juventude das Prefeituras ou dos Estados. Proponho, em meu requerimento, convidar o Secretário de Assuntos da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, Laers Grael, para que venha à Comissão fazer uma explanação, o que foi reforçado pelo Presidente Reginaldo Lopes.

Como são poucos requerimentos, podíamos colocá-los em votação na base do "sim" ou "não", na maior democracia possível, até para decidir a questão, porque no caso de haver um seminário ou uma audiência pública, ou uma visita de alguém, já marcaríamos a data; caso contrário, vamos ter de esperar mais uma semana para depois decidir, fazer o convite e esperar que a pessoa o aceite.

Seria bom se o Sr. Laers Grael pudesse vir falar sobre a Secretaria da Juventude do Estado de São Paulo, assim como representantes de Secretarias de outros Estados, para fazermos um painel sobre o que está sendo feito hoje pela juventude nos Estados e Municípios. Concordo com a mudança de horário para mais cedo ou mais tarde. Poderíamos iniciar a reunião com um café da manhã, como a Comissão de Minas e Energia, batendo um papo às 8h da manhã e eliminando a pauta – não sei se os funcionários da nossa Comissão gostaram da idéia.

Praticamente, são essas as sugestões. Vou ter de ausentar-me, pois teremos reunião de bancada e logo depois sessão ordinária, para a qual todos nós estamos convocados, e logo após a bancada tucana vai participar de um almoço com o Presidente da República Luiz Inácio da Silva na casa do Presidente João Paulo Cunha. Estamos na expectativa de ver Lula de perto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Bom apetite. Espero que o consenso nacional esteja sendo trabalhado nesse encontro.

Deputado Lobbe Neto, quero registrar que hoje não temos, de fato, condições de aprovar a matéria, regimentalmente, porque ela não foi pautada. Estamos num processo de afunilamento para as deliberações. Indiscutivelmente, nas próximas reuniões todos os requerimentos e sugestões estarão pautados. Faremos então, inexoravelmente, a definição de todos os calendários.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sra. Presidenta, acato totalmente a decisão de V.Exa. Sugiro ao Relator ou a esta Presidência que analise a possibilidade de outros Secretários serem convidados para participar de reunião no mesmo dia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Ambas as idéias são interessantes.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Proponho também convidarmos os Ministérios que desejarem debater especificamente o assunto juventude – e acredito que todos os Ministérios têm propostas. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Sugestões anotadas.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, registro a presença do Sr. Juremar, representante da União Brasileira de Estudantes Secundaristas

Concedo a palavra à Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Obrigada, Sra. Presidenta. Bom dia a todos. Minhas sugestões são rápidas, até porque, assim como o Deputado Lobbe Neto, vou ter de preparar-me para o almoço com o Presidente Lula.

Na verdade, gostaria de reforçar a sugestão do Deputado Lobbe Neto de que nossas reuniões possam ser antecipadas. Eu, por exemplo, estou deixando de comparecer à Comissão de Orçamento, da qual sou membro titular, e à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que receberá o Ministro. Esse horário, então, é muito complicado, e a idéia de antecipar a reunião para às 8h é bem-vinda.

Cumprimento o Relator pela apresentação. Concordo com as linhas que traçou. Contudo, quero reforçar alguns pontos. Devemos fixar um limite para o número de audiências públicas no horário das reuniões ordinárias, porque há muitos pedidos de realização de audiências. Sugiro que as audiências públicas sejam até realizadas em outro horário, já que haverá uma série delas durante o ano, senão vamos criar a movi-

mentação, que é importante, mas não vamos conseguir conduzir-nos numa linha de trabalho organizada, disciplinada e sistematizada, o que efetivamente vai ter reflexos nas políticas públicas de juventude que todos desejamos.

É importante dizer que esta Comissão tem uma característica suprapartidária, o que a enriquece.

Gostaria de ampliar a proposta do Deputado Lobbe Neto no sentido de não apenas convidarmos o Secretário Estadual de Esportes de São Paulo, Lars Grael, mas também fazermos um levantamento nos 26 Estados, mais o Distrito Federal. Sugiro que o convite seja estendido a todos os Secretários de Assuntos da Juventude ou membros de Conselhos da Juventude. Vamos fazer um grande seminário, com a presença de todos os Secretários de Juventude do Brasil, para que tomem conhecimento dos trabalhos desta Comissão. É fundamental que ela seja um canal de manifestação de apoio, para que também tomemos conhecimento do que se faz nos Estados em termos de políticas para a juventude. Considero importante esse movimento.

Sugiro também, já que há uma demanda de audiências públicas e foi discutida a possibilidade de trabalharmos com as Assembléias, a organização de audiências públicas regionais. É importante que esta Comissão, além de convidar os Secretários, realize audiências públicas nos Estados, onde houver demanda, para tentar aglutinar todas as forças possíveis. Vejo aqui uma maioria de jovens Deputados, o que é natural, e jovens não tão jovens, como eu e outros, o que é importante. No entanto, pessoas como a Deputada Alice Portugal e eu temos um compromisso histórico com a juventude, independentemente da idade cronológica. Fui professora durante toda a minha vida, e tive o apoio de estudantes. Gostaria de ver empresários, outras categorias profissionais e lideranças políticas engajados nesta luta.

No sábado passado, tive vontade de fazer algo que há muito tempo não fazia: chamei uma amiga e saímos andando num bairro pobre e novo de uma periferia que não conhecia bem, em minha cidade, Goiânia. Conversei com as pessoas e fiquei chocada com a quantidade de jovens entre 14 e 20 anos fora da escola e do mercado de trabalho, jovens na situação que se rotula como de alto risco. Um deles disse-me: o povo pensa que eu sou um trombadinha, um marginal, mas eu quero trabalhar. Todos eles querem trabalhar. Perguntei-lhe se estava estudando e a resposta foi negativa. Perguntei-lhe por quê. Ele respondeu que o motivo era a falta de vagas. Então, descobri que a escola recusa esses alunos porque já estão rotulados. Mas, repito, todos eles querem trabalhar. O que se observa entre eles é o desânimo, o derrotismo, a anomia generalizada, e isso marcou-me profundamente. O sentimento é de derrota, de impotência, e muito deles às 10 da manhã já drogados. Então, a droga com certeza passa a representar uma fuga da situação. Não existe quadra de esporte, associação de moradores nem trabalho social nas proximidades. Portanto, só vamos resolver os problemas de educação e emprego dos nossos jovens quando a sociedade como um todo e de forma muito particular o setor produtivo e os empresários se engajarem na busca de oportunidades para a nossa juventude.

Mais uma vez, quero manifestar minha confiança no trabalho e minha alegria ao ver esta Comissão finalmente concretizada. Para que cumpra efetivamente a enorme responsabilidade que lhe cabe na condução dos jovens desta geração, Deputada Alice, V.Exa. vai conviver com um desafio com que nos últimos 200 anos nenhum jovem conviveu. Se examinarmos a História do Brasil nos últimos 200 anos, constataremos que as gerações mais novas tiveram uma vida melhor que a de seus pais, que por sua vez tiveram uma vida melhor que a dos seus. Essa é a evolução do País. Na média, as gerações mais novas têm conquistado melhores condições de vida do que seus pais. Pela primeira vez em 200 anos, a perspectiva e os estudos mostram que esta geração terá uma vida pior que a de seus pais. Portanto, se não tivermos a sociedade, de forma suprapartidária, engajada na solução dessa questão, vamos ter um País com problemas de cidadania e de emprego para a juventude profundamente agravados.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Obrigada, Deputada Professora Raquel Teixeira.

Com a palavra o último orador inscrito, o Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA – Cumprimento a Sra. Presidenta, o nosso Relator, as Sras. e os Srs. Deputados.

Também vejo, como a Professora Raquel, nesta Comissão, uma grande oportunidade de o Legislativo brasileiro se posicionar claramente em relação à lacuna das políticas públicas voltadas para a juventude. Essas políticas até agora não existem. Essa é a realidade.

Tivemos a oportunidade de vivenciar outros momentos nesta Casa, Sr. Relator, o que inclusive nos ajuda a oferecer sugestões, dentro da proposta apresentada por V.Exa., para de fato culminarmos com uma ação propositiva que possa traduzir os anseios e as expectativas da juventude brasileira. Tive a felicidade de presidir no ano passado a Comissão Especial que analisou o Estatuto do Idoso, que está prestes a ser votado pelo Plenário, havendo inclusive o compromisso

do nosso Presidente de pautá-lo o mais rapidamente possível, principalmente em função do fato de que este ano foi definido pela Igreja Católica como o ano da solidariedade ao idoso do Brasil.

Bom, naquela Comissão, seguimos uma sistemática de trabalho muito positiva. Promovemos um seminário, em forma de *workshop*, e convidamos representantes de segmentos organizados da área, para discutir as políticas com grupos pré-definidos de Parlamentares, a sociedade civil organizada, juristas, promotores etc. Ao término do trabalho, que se deu em 2 grandes etapas, em 2 grandes *workshops*, tivemos uma etapa de exposições, quando foram apresentadas algumas questões genéricas; depois os grupos reuniam-se, e cada Parlamentar da Comissão ficava responsável pela coordenação de um deles.

Devemos trabalhar os diversos capítulos propostos, até para entendermos se é necessária uma política nacional da juventude como lei, ou um estatuto da juventude, ou se nada disso é necessário, se as leis que temos já contemplam a questão e às vezes só precisamos de outro tipo de postura para fazer valerem na prática essas políticas. Assim, gostaria de propor, dentro dessa estrutura, que realizemos o seminário com essa metodologia, aproveitando inclusive a sugestão da Deputada Raquel.

Também tivemos a oportunidade de realizar alguns seminários regionais, nas 5 Regiões brasileiras, em que apresentávamos nossa proposição. Dessa forma, aqueles que não podiam vir a Brasília também tinham como influenciar, com o debate nas suas regiões, a proposição legislativa que nos interessava. Penso que isso é interessante, porque a nossa Comissão se não der em nada, pelo menos teremos pautado o assunto nas diversas Regiões do País e estaremos marcando como fundamental essa questão, que deve ser vista de frente pela sociedade brasileira. Realmente, acredito que essa metodologia é válida, e gostaria de passá-la ao Relator e à Comissão. Aquele trabalho foi muito produtivo.

Ora, nossa experiência aqui mostra que às vezes realizamos seminários, cada um sai com a sua verdade e faz uma proposição que muitas vezes não está centrada num único eixo; não raro acabamos até disputando proposições aqui, ou trabalhando de forma equivocada, com concepções divergentes, e depois temos de acertar a viola. E nesse seminário poderemos acertar tudo isso, inclusive porque a sociedade nos pressiona para aquilo que deseja.

Ao concluir, gostaria que, da mesma forma, fosse também incluída como temática a assistência social, aqui esquecida neste início. Sabemos que temos jovens em situação de risco social, e isso tem de ser encarado. Assim, essa política tem de ser propositiva também para esses jovens, em articulação com outras políticas sociais.

Também gostaria que lembrássemos, não como tema específico, mas como tema transversal a todos, a questão que o Relator propôs, do jovem portador de necessidades especiais, que é sempre esquecido. Nós, que convivemos constantemente com esse segmento, ouvimos suas queixas por não serem considerados jovens, por sentirem-se esquecidos; nem para uma simples festa de outro jovem da mesma idade são convidados, sob o pretexto de que não se sentiriam bem numa festa de jovens. Então, é interessante trazer como tema transversal aos demais a questão do jovem portador de deficiência.

Essas as minhas sugestões, e agradeço a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Bom, saio rapidamente da condição de Presidenta para a de mais uma Deputada observadora do debate, a fim de ir ao encontro da fala do Deputado Eduardo Barbosa. Precisamos de fato definir a metodologia. Vamos ter de defini-la, para que a Comissão não vire apenas um palco de debates sucessivos e absolutamente desconectados. Tenho verificado, neste meu primeiro mandato na Câmara, que as Comissões acabam funcionando um pouco dessa forma, isto é, um tema é pautado e na outra reunião discute-se um tema completamente diferente; não se constrói uma conexão, não há um aproveitamento do conjunto na matéria final, no conteúdo programático que a Comissão defende. Enfim, é complicado.

No nosso caso, como é algo novo e precisa ser ou não normatizado ou efetivamente agilizado o arcabouço legislativo que já existe em prol da juventude, acredito que de fato é importante uma metodologia unificada, nacional, que absorva a colaboração das entidades que atuam no movimento de juventude como um todo e navegue pelos temas educação, segurança pública, assistência social etc.

Um tema que também precisaria ser pautado é a situação do jovem do campo no Brasil. Verifico que as federações dos trabalhadores na agricultura têm feito trabalhos extraordinários com a juventude no campo, além de debates importantes. Na Comissão de Educação sempre debatemos como vai ser o transcurso da discussão acadêmica das escolas públicas do campo, na medida em que a sazonalidade das lavouras não é levada em consideração nas diversas Regiões, e por isso não há mecanismos próprios de adequação para continuidade dos cursos. O abandono é gigantesco, por causa da não-adaptação à realidade rural.

Enfim, precisamos desenhar nesse seminário os vários subtemas e levá-los para as Regiões. Tudo isso deve constar dessa proposta global, para que possamos colher os frutos que o Deputado Reginaldo enfocou, como a construção do Estatuto, mas não só isso, como muito bem disse o Deputado Eduardo Barbosa. Está em foco a questão do Estatuto, mas vamos verificar se de fato é de um Estatuto que a juventude precisa. Vamos ter de discutir isso de maneira mais intensa.

Antes de passar a palavra ao Relator para fazer suas considerações finais acerca da absorção...

Pois não, Deputado Zonta.

Antes de o Deputado Zonta falar, quero registrar a presença de Mariana Lima, representante do núcleo de trabalho para participação política do Grupo Interagir, que busca a articulação e o fomento do protagonismo juvenil. A todas as instituições e organizações da juventude que estejam presentes em nossa Comissão pediremos sempre que se manifestem, para que possamos registrar sua participação e inclusive interagir com esses organismos, que serão, junto conosco, protagonistas do seminário, do processo de construção das idéias que estarão transitando na Comissão. Agradeço-lhe a presença, Mariana.

Com a palavra o Deputado Zonta, em seguida o Relator. São 10h55 e combinamos que vamos pontualmente comparecer à sessão extraordinária que está sendo anunciada.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Obrigado, cara Deputada Alice. Cumprimento o Deputado Maranhão, o Secretário da Mesa, os colegas e a nossa juventude. Sou da "juventude acumulada". Estamos aqui juntos, firmes. Cheguei atrasado, e peço desculpas, pois estava em outra reunião, mas consegui acompanhar parte da discussão sobre a realização desse seminário. A idéia é fazer um aqui na Câmara, não é isso? Em algumas reuniões da Frente Parlamentar discutimos a hipótese de realizar alguns seminários nos Estados brasileiros.

A nosso ver, há 2 temas pacíficos que podem estar em pauta, porque o objetivo é alcançar a elaboração do Estatuto, garantindo os direitos da juventude, e de políticas públicas que possam agraciar concretamente os jovens. Então, nossa sugestão é de que possamos preparar também seminários estaduais, e realizar o seminário nacional como uma síntese deles; ou, ao contrário, com as posições levantadas no seminário nacional, realizarmos os seminários estaduais, com esses 2 objetivos: ouvirmos sugestões sobre o Estatuto e sobre as políticas, incluindo todos os segmentos.

Ouvi a Deputada Alice defender a participação do jovem do meio rural. Realmente, os jovens do meio rural, assim como os jovens do meio urbano, os estudantes, precisam ser assistidos. E temos belos exemplos de cooperativas que trabalham com a juventude, os jovens cooperativistas. O jovem cooperavista não é só o do meio rural; ele está no meio urbano também, está no meio estudantil; então, o cooperativismo é um segmento que podemos trazer para a Comissão Especial e para a própria Frente, como colaboração para a inserção desses jovens já de forma organizada.

Há exemplos pelo Brasil afora que podem adiantar inclusive esse aspecto da colaboração, em temas e fatos concretos, de programas da iniciativa privada e de organizações não-governamentais. O cooperativismo, assim como o sindicalismo, são fatores importantes. Essa é a nossa sugestão.

Muito obrigado. Desculpem-me o atraso, mas queremos poder colaborar sempre.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Ouviremos a seguir o Deputado Benjamin Maranhão, Relator da Comissão, mas antes quero dizer que já podemos iniciar o processo de análise de dois pontos: o dia e a hora da reunião. A Secretaria da Comissão levanta que é incomum as Comissões reunirem-se às 8h porque o sistema de som e todo o demais instrumental de apoio ainda não estão mobilizados nesse horário. Então, há o compromisso da Secretaria de fazermos um levantamento junto à Comissão de Minas e Energia, que foi citada, para saber qual o procedimento, como articularam, de que forma fizeram essa...

(Intervenção inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – É, começam às 8h. Então, vamos procurar saber como isso está funcionando lá.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Fazer na sala da Presidência? É informal.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – É a experiência falando.

Então, já estamos sabendo que é informal. Interessa-nos? Não seria o caso, então, de marcarmos para a parte da tarde? Essa decisão tem de ser tomada hoje, para que a próxima reunião já seja convocada em horário conveniente, porque, de fato, este não é um horário conveniente, como já foi aqui registrado por vários Deputados.

Com a palavra o Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Esse meu apanhando, que se pode dizer taquigráfico, pois tudo que está no relatório foi resultado, Deputado Eduardo Barbosa, do apanhado taquigráfico do debate antes realizado nas reuniões que deram origem ao

próprio motivo de esta Comissão existir, e dessa forma escolhi as sugestões iniciais, não é um documento rígido. É um documento que se fez, como eu disse, a partir das próprias sugestões dos Deputados. Vamos colher novas sugestões.

Quero deixar aqui, para a Presidência, um ponto de vista meu, no sentido de que seja incluído em pauta, o mais rapidamente possível, o debate dos temas que vão ser abordados tanto no seminário como nos painéis, se vão ser feitos esses painéis, e como vai ser a sistemática de funcionamento, para não se perder tempo.

Como bem disse a Professora Raquel, também nos preocupa o fato de as reuniões deliberativas serem preservadas. Isso eu acho fundamental, principalmente no transcorrer normal do trabalho. Quero fixar como objetivo desta Comissão o de obter um resultado concreto ainda este ano. Temos de fazer algo ainda este ano. Minha preocupação é possibilitar isso decidindo logo sobre a estrutura de funcionamento, para não perdermos tempo nem desperdiçarmos o momento, para não haver desestímulo, até por excesso de discussão sem produção alguma. É isso que queremos.

Para concluir, quero dizer que o horário à tarde, creio eu, é mais favorável, apesar de alguns Deputados gostarem de viajar quinta-feira à tarde. Mas, de todo jeito, tem de ser antes da Ordem do Dia. Creio que é a solução melhor.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Caro Relator, pela prática que está começando a acontecer na Casa, até em função das reformas, podemos sentir que estão sendo convocadas sessões extraordinárias nas quintas-feiras, com Ordem do Dia, como hoje, iniciando-se às 11h. Então esse problema fica indefinido. Temos de examinar bem; não é bom manter o horário de 9h por causa das votações e discussões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Vamos chegar lá. Temos duas questões, a primeira quanto à organização da Comissão. O Deputado Reginaldo está voltando, e precisamos saber do Presidente sua opinião sobre o momento da reunião. Por exemplo, na terça-feira podemos ter reunião à tarde também, porque é mais regular o início da Ordem do Dia no plenário, a partir das 16h. Poderíamos, em vez da quinta, que é um dia de evasão, definir – quem sabe? – a terça. Não sei. Enfim, vamos ter de conversar com o Presidente sobre essa disponibilidade, fazer uma consulta, mas temos de sair daqui pelo menos com um indicativo da próxima reunião. Ela poderia ser mantida na quinta-feira, quando fecharemos a data certa, o horário certo de funcionamento das reuniões deliberativas. Então, fica marcada para a próxima quinta, às 9h30, no Plenário 5.

A segunda questão são as deliberações metodológicas. A partir de hoje, então, a Secretaria vai empenhar-se, tenho certeza, para pôr nas mãos de todos os Deputados esse apanhado, que foi muito bem vindo, da notas taquigráficas das reuniões preliminares à criação da Comissão, e também a cópia dos requerimentos em pauta e um formulário, para que todos os Deputados possam sugerir ao Relator temas, subtemas e metodologias.

O Deputado Eduardo Barbosa, na minha compreensão, está automaticamente incorporado ao grupo de propostas metodológicas, porque teve uma experiência concreta que está gerando frutos, e poderá, de maneira mais sistematizada, oferecer propostas ao nosso Relator.

Na quinta-feira, o que faremos? O Relator vai receber, com certeza, no máximo até terça-feira, essas sugestões, e na quinta apresentaremos uma proposta-piloto para pôr na mesa e – quem sabe? – aprovar. Enfim, o importante é que as sugestões cheguem até a terça-feira. Embora não fisicamente, estaremos todo o tempo à disposição, aqui. Então, na quinta-feira, as sugestões vão chegar às mãos do Relator para que ele possa sistematizá-las, e na quinta bateremos o martelo sobre a metodologia. Mas nessa reunião teremos que deliberar, senão vai haver dificuldades. Na quinta, portanto, vamos deliberar sobre a metodologia e vamos construir.

Ouso também dizer que as entidades estão convidadas a fazer sugestões. Entidades e organizações, encaminhem suas propostas ao nobre Relator Benjamin Maranhão no Gabinete 380 do Anexo III. Encaminhem a sugestão ao Deputado, porque, na hora da sistematização, já serão levadas em consideração as opiniões das diversas organizações.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Terceira Reunião Ordinária realizada em 22 de maio de 2003

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e três, às dez horas e dezesseis minutos, no plenário

sete do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, sob a presidência do Deputado Reginaldo Lopes. Compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Celcita Pinheiro, Deley, Eduardo Seabra, Isaías Silvestre, Julio Lopes, Luciano Leitoa, Marinha Raupp, Mário Assad Júnior, Milton Cardias, Odair, Professora Raquel Teixeira, Reginaldo Lopes, Zico Bronzeado e Zonta, titulares; Carlos Nader, Eduardo Barbosa e Elaine Costa, suplentes. Compareceu, ainda, o Deputado Lindberg Farias, não-membro Não compareceram os Deputados Clóvis Fecury, Júnior Betão, Léo Alcântara, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Marcelo Guimarães Filho, Sandro Mabel e Vignatti. ABERTURA – Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. ATA – Dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por solicitação do Deputado Odair. Colocada em votação, a ata foi aprovada. EXPEDIENTE – Correspondência recebida: of. 74/2003, de 14-05-03, da Consultoria Legislativa, designando as consultoras legislativas Helena Heller Domingues de Barros e Maria Auxiliadora da Silva para prestarem assessoramento e consultoria técnica especializada à Comissão; of. 253/03, de 15-05-03, do Deputado Eduardo Barbosa, encaminhando sugestões ao Roteiro; of. 65/2003, de 20-05-03, do gabinete do Deputado Milton Cardias, sugerindo fosse acrescentado ao seminário, proposto pelo Relator, o título " O jovem e a consciência religiosa"; e of. 40/2003, de 21-05-03, do Deputado Jovino Cândido, informando estar de acordo com o cronograma de trabalho referente às atividades a serem desenvolvidas pela Comissão. ORDEM DO DIA – Definição do Roteiro dos Trabalhos e deliberação dos seguintes requerimentos: Requerimento nº 1/03, do Deputado Odair, que "Requer a constituição de um grupo de trabalho para estudar a problemática da violência e dependência química entre a juventude brasileira"; Requerimento n° 2/03, dos Deputados Cláudio Vignatti e Reginaldo Lopes, que "Solicita a realização de Seminário sobre Políticas Públicas de Juventude", com a finalidade de qualificar as discussões da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude; e Requerimento n° 3/03, do Deputado Lobbe Netto, que "Solicita seja convidado o Senhor Lars Schmidt Grael, Secretário de Estado da Juventude, Esportes e Lazer do Estado de São Paulo, a comparecer à Comissão para prestar esclarecimentos sobre a Política para a Juventude no Estado". Antes de iniciar o primeiro item da pauta, o Senhor Presidente fez considerações a respeito de procedimentos adotados pela Comissão e, logo após, concedeu a palavra ao Deputado Benjamin Maranhão, Relator. Usaram da palavra os Deputados Alice Portugal, Deley, Zonta, Odair, Milton Cardias, Zico Bronzeado e Elaine Costa. Com a concordância dos presentes, a Presidência informou aos membros que o Roteiro dos Trabalhos seria apreciado na próxima reunião para que novas sugestões pudessem ser apresentadas pelos parlamentares e analisadas pelo Relator; informou, ainda, que os requerimentos constantes da pauta não seriam deliberados naquela reunião, tendo em vista a falta de quórum. ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, antes convocando reunião para o dia vinte e nove de maio, quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, , Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente Reginaldo Lopes e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 3ª reunião ordinária destinada a acompanhar e estudar as propostas de políticas públicas para a juventude.

Tendo em vista a distribuição da cópia da ata da 2ª reunião a todos os membros presentes, indago se há necessidade de fazer a sua leitura.

O SR. DEPUTADO ODAIR – Sr. Presidente, solicitamos a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Está dispensada a leitura da ata, solicitada pelo Deputado Odair.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, passemos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

A Comissão recebeu várias correspondências e vários ofícios encaminhando sugestões de trabalho, como também de audiências e seminários. Vamos fazer a leitura de todos os ofícios, para depois passarmos para a Ordem do Dia.

Ofício nº 74/03, de 14 de maio de 2003, da Consultoria Legislativa, designando os Consultores Legislativos Helena Heller Domingues de Barros e Maria Auxiliadora da Silva, para prestarem assessoramento e consultoria técnica especializada a esta Comissão. As companheiras se encontram presentes e poderiam se levantar para que os demais Deputados as conheçam. Obrigado.

Ofício nº 253/03, do dia 15 de maio de 2003, do Deputado Eduardo Barbosa, encaminhando sugestões de roteiro. Acho que todos os Deputados as encontrarão na pauta.

Ofício nº 65/03, do dia 20 de maio de 2003, do gabinete do Deputado Milton Cardias, sugerindo que seja acrescentado ao Seminário, na proposta do Relator, o título "O Jovem e a Consciência Religiosa". Acho que todos também a receberam.

Ofício nº 40/03, do dia 21 de maio de 2003, do Deputado Jovino Cândido, informando que está de acordo com o cronograma de trabalho referente às atividades a serem desenvolvidas por esta Comissão.

Foram esses os ofícios encaminhados, que entrarão na pauta da nossa reunião.

Esta reunião tem como finalidade, primeiro, a definição do roteiro dos trabalhos da Comissão e, segundo, a deliberação dos requerimentos. Para o primeiro item, estabeleceremos um roteiro para nortear os trabalhos.

Antes de conceder a palavra ao nobre Relator, Deputado Benjamin Maranhão, gostaria de fazer algumas considerações iniciais. Primeiro, em relação ao dia das nossas reuniões ordinárias. Houve amplo debate na reunião anterior, mas, de acordo com o art. 46 do Regimento Interno, as reuniões têm de acontecer a partir das 9h até 18h.

O art. 46, que trata das reuniões, estabelece o seguinte:

As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara, em dias e horas prefixados, ordinariamente de terça a quinta-feira, a partir das nove horas, ressalvadas as convocações de Comissão Parlamentar de Inquérito que se realizarem fora de Brasília.

Não é possível fazer reunião antes das 9h, porque os trabalhos na Casa começam a partir desse horário. Fora do horário, poderíamos apenas realizar reunião na sala de gabinete ou na sala das reuniões, e seriam reuniões informais. Portanto, as reuniões ordinárias devem ser realizadas a partir das 9h, nas terças, quartas ou quintas-feiras.

Informo a V.Exas. que houve o debate sobre a proposta de se colocar um *banner* na primeira página do *site* da Câmara, para divulgarmos os trabalhos da Comissão. A Assessora das Comissões Especiais, Sra. Ana, articulou algumas conversas, e nós resolvemos encaminhar um ofício à Presidência da Casa.

Quero informar também a V.Exas. que estive com o Presidente da Casa, Deputado João Paulo, e fui pessoalmente ao Diretor-Geral da Casa, Dr. Sérgio Sampaio, solicitar a inclusão de um *banner* na primeira página do *site da* Casa. O problema é que, como existem várias Comissões, há pressão política, muitas vezes, por parte do Relator de algum projeto de lei considerado importante, para colocar um *banner* na primeira página por causa da visibilidade.

Estamos tentando – e ficamos de fazer uma reunião com a Assessoria de Comunicação sobre isso – elaborar um acordo no sentido de que, no início dos trabalhos, sejam realizados debates nos Estados. Resolvemos fazer uma proposta. Depois nós vamos discuti-la, mas a questão agora é que, para ficar fácil o acesso aos trabalhos e haver a divulgação da Comissão, estamos negociando que coloquem um *banner* na primeira página, divulgando-a até a data do nosso seminário nacional, porque temos de contar com a construção da Comissão Especial também nos Estados.

Essa argumentação é técnica e também política, pois é importante que a Casa facilite o trabalho desta Comissão, mesmo porque não teríamos condições nem recursos para fazer audiências em todos os Estados. É importante a contribuição da Casa no sentido de facilitar o acesso às pessoas que buscam informação sobre a Comissão. E o acesso na primeira página é mais fácil do que na segunda, sendo que, na segunda página, está sendo divulgada a Comissão.

Estamos caminhando no sentido desse acordo. Há grande possibilidade de colocarmos na primeira página o *banner*, tendo em vista que o prazo que estamos negociando seria até a realização do Seminário Nacional sobre Políticas para a Juventude. Vamos encaminhar hoje o ofício à Presidência da Casa.

Também quero informar que o *e-mail* institucional da Comissão já está disponível: juventude@camara.gov.br.

Em relação às propostas de seminários e audiências, também quero prestar esclarecimentos. Para se realizar qualquer audiência pública ou seminário, há que ter a antecedência de um mês. Por quê? Porque há um departamento responsável pela divulgação, que confecciona os cartazes, convites, *folders,* faz a publicidade e proporciona todo o suporte ao seminário, como a reserva de espaço físico. Em relação aos espaços físicos para seminários que não sejam realizados nas salas das Comissões, é preciso antecedência de 2 meses.

Temos de informar à Presidência todas as atividades que geram custo, pois também precisam de prévia autorização. Portanto, temos de comunicar previamente ao Presidente todos os pedidos de audiências e seminários, porque existe um ofício da Presidência para a contenção de gastos. Por isso é necessária a autorização prévia.

Antes de passar a palavra ao Sr. Relator para que apresente a proposta do roteiro de trabalho e leia

as sugestões que recebemos de vários outros Deputados, informo aos Deputados que, para fazer uso da palavra, devem fazer sua inscrição.

Na semana passada, o Relator já trouxe algumas contribuições. Então, vamos dar continuidade para tentarmos construir, por consenso, o roteiro de trabalho.

Convido o Deputado Benjamin Maranhão para compor a Mesa e para nos falar sobre as sugestões de vários Deputados e sobre a sua proposta de roteiro dos trabalhos.

Com a palavra o Relator, Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Antes de mais nada, quero dizer que todas as propostas seguem a linha da nossa proposta original. É positivo o fato de termos uma conduta para não haver conflito na Comissão.

A primeira proposta foi um roteiro de trabalho feito pelo Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, e pelo Deputado Vignatti, que seria mais ou menos uma adaptação do nosso roteiro. O interessante nesse roteiro é que o trabalho foi dividido em momentos. O primeiro seria o diagnóstico da juventude brasileira, que é também o que pensávamos fazer com relação aos painéis, mas com algumas adaptações.

O diagnóstico teria duas etapas, segundo a proposição do Deputado Vignatti. A primeira etapa seria de audiências públicas para debater os temas, tal como havíamos sugerido na reunião anterior.

A primeira audiência pública seria com o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão de Juventude da Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo, que criou a primeira Comissão Parlamentar de Juventude no Brasil.

O requerimento do Deputado Lobbe Neto sugere convocar para a audiência pública o Sr. Lars Grael, Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer do Estado São Paulo.

Na minha concepção, é muito produtivo convocar para uma audiência pública o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão de Juventude da Câmara de Vereadores de São Paulo e o Sr. Lars Grael, por ser São Paulo um Estado que tem mais experiência não só pelo fato de ter uma Secretaria de Juventude há mais tempo, como também pelo fato de que vários Municípios do interior de São Paulo já tratam da questão da juventude nas Prefeituras Municipais e nas Câmaras de Vereadores.

Portanto, Sr. Presidente, seria interessante colocar o requerimento do Deputado Lobbe Neto e do Deputado Vignatti para ser votado e apreciado.

A segunda audiência pública seria com órgãos de pesquisa e estatística do Governo Federal – IBGE, IPEA e INEP – para a apresentação de dados sobre a juventude. É lógico que, no trabalho inicial de diagnóstico, as estatísticas são fundamentais para se saber a real situação do jovem brasileiro. Ninguém melhor do que os órgãos a que me referi para fornecerem esses dados.

A terceira audiência pública seria justamente para tratar do tema O Jovem e o Trabalho. Seria convocado o Sr. Ministro do Trabalho, representando o Governo, junto com a Federação da Indústria e do Comércio, que representaria a sociedade.

Para a quarta audiência pública, o tema seria O Jovem e a Educação. O convite seria feito ao Sr. Ministro da Educação e à UNE. Há uma sugestão para convidar a Sra. Marília Sposito, especialista na área para discutir o tema.

A quinta audiência pública seria com os Ministros da Cultura e do Esporte, representantes do Governo Federal. O tema a debater seria O Jovem, a Cultura, o Lazer e o Desporto.

Sexta audiência pública. Convite para o Ministro da Saúde e para a Secretaria Antidrogas, representantes do Governo Federal, mais representantes da sociedade civil, cujos nomes estão em aberto. Peço aos Srs. Deputados que façam sugestão de nomes para esse debate. O tema é O Jovem, Sexualidade e Dependência Química.

Sétima audiência pública. Convidaremos o Sr. Ministro da Justiça, representante do Governo Federal, mais representantes de entidades não-governamentais e representantes da sociedade civil. Os nomes também estão em aberto. Peço aos Srs. Deputados que façam sugestões, que poderão ser trazidas nas próximas reuniões para discutirmos o tema O Jovem e a Violência.

Sugeri uma oitava audiência pública para a discussão do tema O Jovem e a Exclusão Social no Âmbito das Minorias, Deficientes, Negros, Mulheres, Índios e outras.

Vejam bem, se a Comissão partir dessa proposta inicial, já teremos pelo menos a primeira etapa do cronograma de trabalho.

A segunda etapa seria uma mesa-redonda, conforme sugestão do Deputado Vignatti. O Deputado Eduardo Barbosa chama de *workshop* e nós chamamos de painel – é mais ou menos a mesma coisa.

Depois de analisarmos tudo, gostaria de ter uma proposta definitiva, porque a estrutura é a mesma. A primeira etapa do diagnóstico seria audiências públicas seguidas de painel, *workshop* ou mesa-redonda com

representantes para discutir os temas abordados nas primeiras audiências.

Não há o que se discutir, já que o consenso é geral. Só falta a formulação do documento final.

O segundo momento será a instalação do Seminário Nacional, patrocinado pela nossa Comissão. Estamos recebendo sugestões para as mesas-redondas do seminário. A data prevista seria o dia 23 de setembro de 2003, quando se comemora o Dia Internacional da Juventude. *Q*uando fizemos a pesquisa, descobrimos que a última semana do mês de setembro é a Semana Nacional da Juventude, conforme lei de 1993. Temos de divulgar mais essa data.

Esse seminário começaria com um ato solene, que poderia ser com a realização de uma sessão solene da Câmara dos Deputados para a apresentação do trabalho não só nas audiências públicas, mas também nos *workshops* e nas mesas-redondas que deram origem ao diagnóstico do que é ser jovem no Brasil.

Os outros temas a serem debatidos no seminário seriam: As Diferentes Concepções da Juventude; Quais as Políticas Públicas para a Juventude; Qual o Papel Parlamentar da Política Pública para a Juventude.

Ao término do seminário, seria apresentada uma proposta da Comissão Especial para o Plano Nacional da Juventude e para os debates nas audiências dos Estados da Federação.

O terceiro momento seria a realização de audiências públicas nos Estados. De acordo com a nossa proposta e a do Deputado Eduardo Barbosa, não seriam realizadas audiências públicas em todos os Estados da Federação, mas audiências públicas regionais, divididas nas cinco Regiões do País, de acordo com critérios de densidade populacional e problemas de juventude.

Na Comissão, seriam votadas e escolhidas pela importância regional as cidades em que se realizariam essas grandes audiências públicas, que seriam quase um seminário estadual de propostas a serem colhidas para a Comissão.

A partir dessas propostas, iríamos tirar o conteúdo. As propostas serão elaboradas no decorrer do trabalho e levadas ao conhecimento de toda a população, não só pelos meios de divulgação da Câmara dos Deputados, mas também por meio de debates que serão realizados no grande seminário nacional e nas audiências públicas regionais. Além disso, cada Deputado da Frente Parlamentar da Juventude integrar-se-á a esse trabalho que poderá movimentar o debate da questão do jovem em seus Estados.

Propomos que seja feito um trabalho não só no âmbito da Comissão, mas também da Frente Parlamentar, a fim de que surjam propostas para a elaboração final do documento do Plano Nacional da Juventude e do Estatuto dos Direitos da Juventude.

A outra proposta, Deputado Reginaldo Lopes, é a criação de grupos de trabalho paralelamente à realização do debate que será feito nessas audiências públicas, seminários e *workshops,* de modo a já se ir fazendo o arcabouço do Estatuto do Direito da Juventude. Essa é uma proposta que quero considerar como definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passarei a palavra aos Deputados inscritos, antes porém, convido a nossa Vice-Presidenta, Deputada Alice Portugal, para compor a Mesa. Todos os Vice-Presidentes e o Relator sempre estarão convidados para compor a Mesa. Vamos ouvir primeiro os Deputados que se inscreveram, para em seguida passarmos à apreciação e debate do roteiro de trabalho.

Passo a palavra à Deputada Alice Portugal, primeira inscrita.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, acredito que o acúmulo de propostas que conseguimos já nos dá mais ou menos a idéia do caminho a trilhar. E fica claro, portanto, que, para que possamos construir um evento nacional, seja seminário, seja conferência, que venha ao encontro da expectativa de definição das políticas públicas do estatuto, é necessário passarmos por um momento preliminar, de preparação, de sedimentação de opiniões, contando com a presença de especialistas, do movimento social. Portanto, a divisão que o Deputado Benjamin Maranhão sintetizou é a ideal, na minha compreensão. É, sim, um longo trabalho, mas estamos começando a fazê-lo. Vamos ter de acumular opiniões com pluralidade, e auscultar todas as opiniões políticas que desfilam na sociedade leva certo tempo.

As propostas de realização de audiências públicas preliminares são bastante razoáveis no processo de definição do roteiro de políticas públicas e da formatação do estatuto. Gostaria de fazer algumas ponderações. Primeiro, em relação à cultura e ao esporte. Acredito que dois Ministros presentes na mesma audiência não dá certo, até porque o Ministro Gilberto Gil é baiano, expansivo e sempre tem muito a dizer. Além disso, é uma audiência que chama muita atenção, a imprensa aparece, porque tem o atrativo do carisma artístico do Ministro – o que é muito bom para a cultura nacional. Então, talvez fosse o caso de realizarmos duas audiências públicas, uma para cultura e outra para o esporte. Caso contrário, o esporte ficará encolhido no processo. Sendo assim, o Deputado Deley vai cometer falta conosco.

Sabemos da importância do esporte para a juventude como mecanismo de integração – retira os jovens das drogas – , inclusive de profissionalização, tanto na escola – e o Ministério tem uma proposta nesse sentido – , como no esporte de alta competitividade. Tudo isso tem grande importância na juventude. Talvez fosse o caso, Sr. Relator, de realizarmos duas reuniões.

O outro ponto. Não seria o caso de realizarmos uma sessão conjunta de diagnóstico e da Secretaria de Juventude de São Paulo? Talvez pudéssemos trazer o Lars Grael, o Secretário de Juventude de São Paulo e os institutos e fazer uma sessão só de diagnóstico, a fim de beber nessa fonte de experiência de São Paulo. Realizar uma sessão somente para ouvir a Secretaria de Juventude de São Paulo seria complicado, a não ser que trouxéssemos também as organizações juvenis. Poderia ser, então, uma reunião com a Secretaria de São Paulo e as organizações juvenis. Está aqui a turma do Interagir, da JS. Vamos ver quais são as outras, as juventudes partidárias talvez, para trazê-las. Ou fazemos uma reunião com a Secretaria de São Paulo, ou uma reunião de diagnóstico junto com a Secretaria. Talvez fosse o caso de as organizações de juventude participarem junto com a Secretaria, até para apresentar suas expectativas. Enfim, a proposta está feita para decidirmos o que é melhor. Acho que seria muito a realização de uma audiência pública apenas com a Secretaria de Estado.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Deputada, V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Bom dia. Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um sugestão. Sabemos que Lars Grael teve toda uma experiência na Secretaria Nacional de Esporte. Talvez pudéssemos convidá-lo para a mesma reunião em que virá o Ministro do Esporte. Isso enriqueceria o debate.

Quanto ao que V.Exa. disse anteriormente, eu diria o seguinte: pelo amor de Deus, já chega o que o Governo tem sinalizado em relação à cultura e ao esporte. Da última vez, o Ministro Guido Mantega, ao apresentar o Plano Plurianual, não tocou numa linha sobre a cultura e o esporte. Nós, que fazemos parte da Comissão de Educação, sabemos a força que tem esse instrumento. Estivemos com o Ministro Cristovam Buarque e ficamos muito tristes ao ver que algumas pessoas ainda não entendem o esporte e a cultura como instrumento social e educacional. Portanto, sugiro que seja convidado o Sr. Lars Grael junto com o Ministro do Esporte.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Para finalizar, Sr. Presidente, surgiu-me uma dúvida do ponto de vista organizacional. Vamos fazer, ao fim dessas audiências públicas, um painel, um seminário nacional ou um *workshop*, ou até uma conferência – não importa o nome. Talvez, depois disso, pudéssemos ousar fazer uma conferência da Câmara dos Deputados sobre juventude, a primeira conferência nacional.

A ordem dos fatores importa no produto. Talvez fosse o caso de realizarmos as audiências públicas regionais antes do evento nacional. A fase 2 seria as audiências públicas regionais, já levando as informações dos painéis e pegando os diagnósticos regionais.

E, por último, como terceira fase do nosso planejamento, a realização do painel nacional ou a conferência nacional. A idéia de conferência me atrai um pouco, porque a sua classificação está em um patamar mais elevado no trabalho da Comissão. Da conferência sairão as orientações de políticas públicas, de projetos específicos e, quem sabe, até do próprio estatuto, se conseguirmos avançar o suficiente.

São essas as minhas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputada Alice Portugal.

Passo a palavra ao Deputado Zonta, do PP de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Bom dia, Sr. Presidente, demais colegas membros da Mesa, colegas Parlamentares, representantes de entidades da juventude e imprensa.

O Deputado Benjamin Maranhão apresentou com muito fundamento a sua proposta. Mas gostaria de colaborar na mesma ordem que a Deputada Alice Portugal, no sentido de termos na proposta início, meio e fim. E o fim é buscar realizar, além do diagnóstico, as propostas para a juventude e o subsídio para depois encaminhar o Estatuto dos Direitos da Juventude, consagrando-o no dia e na semana da juventude em setembro.

É necessário que organizemos bem o tempo para cumprir toda a agenda até lá. V.Exa. sabe que temos problemas de horário, de espaços, de deslocamentos. Mas entendemos que as audiências públicas são importantes e sugeriria que se iniciasse com o levantamento dos dados sobre a juventude, porque só a partir daí vamos discutir fundamentados em dados. E para isso é necessária não só a presença numa primeira audiência pública de todas as entidades, como também é importante a obtenção de dados e informações do IBGE, etc. Vamos começar por aí. Pode ser realizada uma audiência pública mais restrita para formatarmos todo o levantamento de dados. A partir daí, todas as

audiências fundamentadas com dados e informações terão melhor resultado.

Também concordamos com as modificações sugeridas. Mas incluiríamos nos temas os fundamentos da sociedade e da juventude, que é a família. O tema família tem de ser discutido em uma das audiências públicas junto com um dos outros temas, para fortalecer cada vez mais a presença da juventude. A base da juventude está na família. Deputado Benjamin Maranhão, gostaria de advogar a tese de incluir a família nos temas das audiências.

Concordamos plenamente com a sugestão da Deputada Alice Portugal, porque isso marcará o início das discussões. O desenvolvimento dos temas serão as audiências públicas regionais. Deputado Benjamin Maranhão, isso deverá acontecer antes da conferência ou do seminário nacional, porque os resultados coletados nas audiências regionais já estarão absorvidos.

Portanto, é importante ir aos Estados ou às regiões antes do dia 23 de setembro. Tudo pode ser feito em um mesmo dia. E como fazer isso, se temos representantes de diversos Estados? Cada Parlamentar se encarrega de fazer a audiência pública ou o seminário na sua região ou no seu Estado.

Essa é a nossa sugestão para realizar a primeira etapa. Pode ser feita uma conferência ou um *workshop.* Afinal, é a Semana da Juventude .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Zonta.

Passo a palavra ao Deputado Odair, do PT de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO ODAIR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de pedir ao Deputado Benjamin Maranhão que esclarecesse um pouco mais a questão das fases, uma vez que não ficou muito claro.

Concordo com a Deputada Alice Portugal e com o Deputado Zonta. É melhor realizar as audiências públicas nos Estados, trazer as informações e concentrá-las na Comissão.

O que faremos em cada fase, especificamente? Como iremos monitorar o trabalho da constituição do Estatuto? Será feito em conjunto ou por grupos de trabalho? Constituímos os grupos e estes vão fazendo a sistematização por capítulo? Seria isso?

E desde já quero pedir a retirada do meu requerimento de pauta, visto ser importante constituirmos o grupo na perspectiva de um plano mais amplo e não setorial, como foi minha proposição. Aguardo a definição da Presidência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Odair.

Passo a palavra ao Deputado Milton Cardias.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Cumprimento a Mesa, as Sras. e os Srs. Parlamentares e as representações da nossa juventude.

Quero reiterar, neste momento, minha consideração na qual felicitei merecidamente nosso Relator pelas propostas e pelo encabeçamento para esse grande e importante trabalho que estamos discutindo com muita ênfase e propriedade, com respeito à nossa apreciada juventude.

Volto também, neste momento, a reiterar uma pequena pincelada que dei com respeito a uma proposta a ser inserida no relatório de painéis que pretendemos desenvolver para nossa juventude, creio que em âmbito nacional. Nessa proposta, o colega Deputado Zonta solicitou que fosse inserida a questão do jovem e da família. Quero ser um pouco extensivo, ir mais além, e acrescentar a consciência religiosa entre o jovem e a família. Creio que essa proposta já foi encaminhada ao Sr. Relator, do nosso gabinete: que a consciência religiosa seja inserida como um dos temas, porque a consideramos importantíssima, até por eu ser líder religioso – sou pastor evangélico da Igreja Assembléia de Deus.

Estamos, no dia-a-dia, participando efetivamente do desenvolver familiar, inclusive da plena convivência familiar, da relação entre pais e filhos. Temos muita propriedade para dizer isso pela nossa experiência: é de suma importância que se insira nesse contexto de trabalho – além da família e do jovem – a consciência religiosa. Somos testemunhas oculares de muitas transformações não só de jovens, mas também de pessoas que mergulharam na dependência de vícios degradantes. Por meio de trabalho na área espiritual, cristã, que se chama religião cristã, tivemos a grata satisfação de ver muitas pessoas recuperadas, e hoje estão na sociedade, constituíram família e são verdadeiros cidadãos, responsáveis e comprometidos com a sociedade e com seus deveres.

Portanto, com insistência, peço a gentileza de V. Exas. no sentido de que seja analisada essa proposta. Proponho-me, nessa área, se V. Exas. acharem por bem, a apresentar a pessoa para desenvolver o painel sobre o jovem, a família e a consciência religiosa.

Apresento essa proposta, e espero que seja ouvida e atendida, se assim for compreendido por V. Exas.

Muito obrigado. E que Deus continue nos iluminando e abençoando. Que este trabalho possa ser profícuo e possamos lograr êxito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Milton Cardias, do PTB do Rio Grande do Sul.

Informo aos nobres Deputados que aqueles que quiserem fazer uso da palavra podem se inscrever.

Passo a palavra ao Deputado Zico Bronzeado, do PT do Acre.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a intervenção dos nobres colegas reflete o que estávamos pensando.

Eu estava lendo o roteiro dos trabalho e percebi que há alguns requerimentos que não traduzem o que esperamos desta Comissão. Até onde a Comissão Especial poderia atuar?

O primeiro requerimento que apóio é o de autoria do nobre Deputado Odair. Assisti estarrecido ao *Fantástico* no domingo, e vi o problema dos jovens que cheiram cola e tíner, nas praças da nossa querida cidade do Rio de Janeiro. No meu Estado e em outros há o mesmo problema. Portanto, precisamos discutir essa questão com profundidade. Que esta Comissão possa contribuir com o Brasil, para evitarmos essa degradação.

Também sou evangélico e creio que as igrejas têm contribuído muito para a recuperação de muitos jovens jogados às noites. Espero, nobres colegas, que esta Comissão possa realmente colaborar, porque a situação está quase incontrolável. A violência no Brasil se dá mais pelo fato de deixarmos ela acontecer. Nós, Deputados Federais, somos responsáveis pela criação das leis e pela fiscalização. Temos de fazer com que elas sejam cumpridas. Ouvimos, injuriados, as autoridades afirmarem que a cola de sapateiro e que o tíner não são entorpecentes. Mas todos sabemos que esses produtos criam dependência gravíssima. Esses jovens dão 2 reais e compram a cola.

Nesta Comissão não temos de convidar apenas um Secretário da Juventude. Sugiro que seja convidado o Secretário da Juventude do meu Estado, o Acre. A Secretaria da Juventude do Estado do Acre existe há 3 anos; lá realiza-se um trabalho muito bonito. Há um programa chamado Adjunto da Solidariedade, do Governo do Acre, que atinge a criança de 6 anos até a maioridade.

Concordo com a proposta do nobre colega Deputado Zonta. Devemos começar a colher propostas nos Estados. Sugeri, no início, que levássemos esta Comissão aos Estados. Que não fôssemos ao meu Estado apenas eu e o meu colega Júnior Betão, mas um grupo que mostrasse aos jovens dos Estados que esta Comissão está preocupada com os problemas da juventude brasileira.

A sugestão seria fazermos uma escala de seminários nos Estados, para que os membros da Comissão pudessem deles participar. Se realizarmos um seminário no Acre, por exemplo, que o Presidente e o Relator possam ir, ou quem tiver interesse, para nos ajudar a mostrar que esta Comissão está preocupada em promover mudanças para melhor no comportamento da juventude.

Portanto, vamos começar imediatamente a realizar esses seminários. A juventude está ansiosa para ver resultados desta Comissão.

A outra proposta, Sr. Presidente, é no sentido de transformar esta Comissão em uma Comissão Permanente. Sendo Comissão Especial, até onde podemos atuar? Sendo uma Comissão Permanente, sabemos que seria algo mais seguro, e teríamos como promover grandes mudanças. Não é isso, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Concedo o aparte ao nobre Deputado Milton Cardias. Já concluí o que gostaria de dizer, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Creio que, com esse gesto nobre, quando a juventude tomar conhecimento de que nesta Casa temos uma Comissão específica para tratar desse assunto, será um bálsamo que amenizará muitas coisas.

Não há nada mais importante do que a pessoa se sentir valorizada, apreciada e reconhecida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Antes de passar a palavra à Deputada Elaine Costa, do PTB do Rio de Janeiro, gostaria de fazer uma apreciação. Como não é defesa de proposição, não preciso transferir a Presidência.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Sr. Presidente, peço desculpas pela interrupção, mas preciso viajar para Campos do Jordão daqui a pouco, em missão da Subcomissão de Turismo. Vou pedir licença a V.Exa. para me retirar. Trata-se de missão oficial da Comissão de Economia, Indústria e Comércio – não deixa também de ser um passeio, porque não conheço aquela bela cidade, a Suíça brasileira.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Boa viagem, Deputado. Nobre Relator, acredito que talvez seja melhor não apreciarmos o roteiro de trabalho, para que os demais Deputados e Deputadas possam enviar, até terça-feira, mais contribuições. Como foram apresentadas durante a semana várias sugestões, ficou ruim para os membros da Comissão terem acesso a um relatório pronto. Há o relatório e várias outras sugestões, inclusive uma feita por mim e pelo Deputado Vignatti. Acredito, Deputado, que seria melhor encaminharmos a apreciação na próxima reunião.

A Presidência solicita a V. Exa. que traga tudo sistematizado até, no máximo, quarta-feira – com um dia de antecedência. Assim, encaminharemos o material a todos os membros da Comissão. Faremos uma leitura rápida, submeteremos o relatório à discussão e à votação. Nesse caso, vamos resolver principalmente o questionamento do Deputado Odair, da Deputada Alice, do Deputado Zonta, e analisaremos contribuições feitas por vários Deputados, no sentido de esclarecer quais serão os caminhos.

A intenção do seminário nacional, proposto por nós em requerimento, é qualificar-nos. Como o Parlamento brasileiro está discutindo, pela primeira vez, a questão das políticas da juventude, não temos um acúmulo conceitual.

Acredito que é importante um debate conceitual. Ontem, dei entrevista na *Rádio Câmara* junto com o Deputado Vignatti, com o Deputado Mendes Thame, do PSDB de São Paulo, com o Deputado Marcelo Guimarães, nosso 3º Vice-Presidente. A imprensa e a sociedade civil querem uma definição por parte desta Comissão: qual o número de jovens, qual idade, qual o conceito. Costumo dizer que precisamos pensar nesse conceito. Estava fazendo algumas leituras, e é muito complicado dizer que jovem no Brasil é quem tem de 15 a 24 anos. Por quê?

Será que, por exemplo, um jovem rural de 15 a 24 anos tem a mesma vivência, a história de vida de um jovem de classe média, ou de um favelado? Como se dá essa relação? Esse seminário nacional tem a intenção de nos ajudar a chegar aos conceitos. Também seria o momento de nivelar nossos entendimentos, discutidos por vários outros pesquisadores no Brasil e fora do País.

Tenho feito contato com quem coordenou o Plano Nacional de Políticas Públicas para a Juventude na Espanha, que tem quase 50 anos de debates de políticas para a juventude. Então, acredito que teremos oportunidade de realizar um grande seminário.

A proposta da Presidência é no sentido de que aqueles que quiserem participar da organização desse seminário façam sua indicação durante a semana, porque nossa intenção é criar um grupo de trabalho para organizar o seminário, que seria de 2 dias, das 9h às 18h. E o mais importante é a intenção de realizar esse seminário com a sociedade civil organizada. Temos a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude, com mais de 120 Deputados filiados; há também vários Senadores e o movimento da juventude organizada para serem os protagonistas, os atores dessa criação.

Então, formaremos um grupo para coordenar os trabalhos. Portanto, solicito a V.Exas. que se manifestem. Na próxima semana aprovaremos esse grupo de organização do seminário, porque temos vários outros parceiros, tais como o Fundo Internacional da ONU voltado para as políticas públicas da juventude. Temos reunião marcada na próxima semana. A UNESCO está abrindo uma seleção de especialistas em políticas públicas para a juventude a fim de acompanhar os debates, ajudar a elaborar o Plano Nacional e o Estatuto dos Direitos da Juventude. Temos vários movimentos protagonistas de ações juvenis, tais como o Instituto Ayrton Senna, o Grupo Interagir, que está presente – agradeço-lhes a presença.

Para o lançamento da frente contamos com a participação de mais de 30 entidades. Esta semana, tive reunião com a Secretária Nacional de Políticas Públicas ao Jovem Rural da CONTAG, tive reunião com a Secretária Especial de Promoção e Igualdade Racial. Então, precisamos construir juntos. Estava lendo a sugestão encaminhada pelo Grupo Interagir, que pergunta sobre a questão conceitual: se a política é para a juventude, é de juventude ou com a juventude.

Vamos fazer esse debate. Quando definimos o trabalho, estabelecemos que não era a idade, mas sim o compromisso. E lógico que a Comissão de Políticas Públicas para a Juventude tem no jovem os principais atores. É uma experiência nova para todos nós, que estamos sendo pioneiros nessa grande tarefa para o Brasil e para a juventude brasileira. O reflexo disso já construiu uma comissão em Minas Gerais, na Paraíba. E vários Estados já estão criando essas comissões especiais que serão um tripé, junto com o movimento social para esse grande debate.

O Deputado Zico Bronzeado se referiu à sua proposta de realizar audiências nos Estados. Vamos ter de acertar isso com a Frente Parlamentar. Aliás, como coordenador, convocarei uma reunião da Frente Parlamentar. Como estou acumulando a Presidência da Comissão e a coordenação da Frente, a intenção é que a Frente tenha outro espaço para discutir a política para a juventude, porque ela é mais ampla e pode fazer com que os jovens sejam protagonistas dessa construção.

Então, convocaremos para daqui a 15 dias todos os Deputados que participam da Frente para construirmos um modelo de coordenação. Acredito que essa coordenação tenha de ser por regiões, para facilitar os debates, organizar as comissões e fazer um retrato em cada Estado. Há proposta do Deputado Eduardo Barbosa que se soma com nossa intenção de fazer o retrato em todos os Estados.

Talvez a solução seja organizar por regiões, porque seria quase impossível conseguirmos assumir a responsabilidade de uma coordenação em cada um

dos 27 Estados. Se conseguirmos socializar aqui a responsabilidade com cada um dos Deputados e construir essas coordenações por regiões, faremos uma integração mais rápida e dividiremos nossa responsabilidade, porque há tarefa para todos – e todos os Deputados têm de se envolver no projeto. Então, temos de contar muito com a Frente Parlamentar.

Esses eram os esclarecimentos que queria prestar. Aproveito para solicitar a todos os Deputados que compõem a Comissão Especial e a Frente que queiram fazer parte dessa coordenação por regiões que façam sugestões e indicações. Gostaria que todos os Deputados que compõem a Comissão participassem da reunião da Frente, porque tentaremos construir um roteiro de trabalho.

Esse é o instrumento que nos assessorará e colocará os jovens como agentes desse projeto, porque entendemos que o jovem tem ação própria. Cometeremos um erro se acharmos que vamos construir políticas públicas para a juventude sem que o jovem seja ouvido. Esse foi o erro das políticas anteriores. Esta Comissão vê nos jovens os agentes principais dessa mudança.

Passo a palavra à Deputada Elaine Costa, do PTB, do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA ELAINE COSTA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de me desculpar pela minha ausência nesta Comissão, mas sou titular de duas Comissões que têm reuniões muito demoradas. Entretanto, ao ler os jornais de hoje, fiquei estarrecia com a manchete de *O Globo*. Por isso, vi que tinha de cumprir minha missão nesta Comissão.

Acredito que a forma de elaborarmos um projeto de política para a juventude é por meio da família, da Igreja e, mais importante, do esporte, porque é através dele que se retira a juventude ociosa das ruas. No entanto, li que o Secretário de Esporte e Lazer do meu Estado pediu à polícia uma trégua no morro, porque os traficantes estão tendo pouco movimento na boca de fumo, estão vendendo pouca droga.

Então, queria pedir a esta Comissão que começasse pelo meu Estado. Hoje, o Rio de Janeiro, que já teve o título de cidade maravilhosa, é conhecido por cidade horrorosa. Invertemos os valores daquela cidade onde o coronel está preso e o bandido está solto. Vamos criar naquele Estado políticas para a juventude.

Sou do Município de São Gonçalo, segundo Colégio Eleitoral do meu Estado, e lá criei a Secretaria da Juventude, a Frente Parlamentar da Juventude, porque acredito nesse alicerce que é a juventude. É verdade que devemos nos preocupar com quem já está numa idade e tem problemas, mas temos de começar a cuidar desses problemas na base, que é através dos jovens.

Então, Sr. Presidente, queria pedir que começássemos qualquer tipo de ação pelo Estado do Rio de Janeiro, que não merece viver dessa forma. Os nossos jovens estão morrendo dentro das faculdades, nas portas dos cinemas, nos *shoppings*. Fomos eleitos para defender essa população. Por isso, devemos começar pela nossa juventude. Peço a ajuda dos nobres colegas para que comecemos pelo meu Estado, o Rio de Janeiro, que está nas manchetes dos jornais todos os dias.

Portanto, vim hoje pedir a ajuda de V.Exas. Não faltarei mais a uma reunião sequer da Comissão, porque sei da sua importância. Muito obrigada e conto com a ajuda de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputada Elaine Costa, do PTB do Rio de Janeiro.

Estava conversando com o Relator e com a Vice-Presidente Alice Portugal e surgiu a sugestão desta Comissão promover um seminário sobre violência no Estado do Rio de Janeiro. Essa é uma sugestão que depois, junto com o roteiro final do nosso trabalho, será submetida à apreciação e à aprovação de todos os Deputados.

Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ELAINE COSTA – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Benjamin Maranhão, para prestar alguns esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Antes de mais nada, desculpo-me com a Comissão pela confusão que causou o número de propostas aqui contidas. Elas têm todas um mesmo direcionamento, mas, como recebi várias até ontem à noite, ficou difícil juntar todos os dados em uma única proposta.

Esclareço ao Deputado Odair que a proposta do Deputado Vignatti divide esse primeiro momento de diagnóstico da juventude brasileira em duas etapas: de audiência pública e de consultas e questionamentos à juventude, que seriam feitos por meio de mesas-redondas e *workshops*.

A Deputada Alice Portugal tocou num ponto interessante. Terei de encontrar uma oportunidade de discutir o assunto com o Presidente, com a própria Deputada Alice Portugal e o Deputado Zonta. S.Exa. sugeriu fazer as audiências estaduais antes do seminário nacional. Isso tem de ser conversado para que a decisão saia antes da próxima quarta-feria, momento em que será lançado o documento final.

Com relação ao que disse o Deputado Milton Cardias, do PTB do Rio Grande do Sul, a questão da família e da consciência religiosa será debatida pela Comissão. Teremos de fazer isso por meio de audiência pública, de seminário ou de mesa-redonda. Vamos encontrar um espaço para discutir a questão da família dentro da Comissão.

O Deputado Odair refere-se à questão do Plano Nacional e do Estatuto. Tínhamos a preocupação de agilizar o trabalho, mas estou chegando à conclusão de que a melhor maneira de se chegar a uma posição definitiva em relação ao Estatuto é ouvindo a sociedade e o Poder Público em audiências públicas, seminários, audiências estaduais e, depois, sair com o Plano Nacional da Juventude e, finalmente, o Estatuto. Acredito que a melhor proposta é que esses grupos de trabalho sejam formados no transcorrer das próprias audiências públicas, de acordo com os interesses dos Parlamentares. Essa é uma proposta que levarei à análise dos Srs. Deputados.

Estaremos com a proposta definitiva desse cronograma até a próxima quarta-feira pela manhã. E ela será enviada aos gabinetes dos Deputados membros da Comissão. Creio que algumas alterações podem ser feitas na votação, mas não podemos mais adiá-la, até porque é preciso marcar essas audiências públicas e convocar Ministros.

Pelo que foi sugerido aqui – não só nas propostas, mas também pelos colegas em plenário – , a linha mestra do trabalho já está traçada até em relação aos temas a serem debatidos. O que pode sofrer alteração são os nomes a serem convocados, principalmente em relação a organizações não-governamentais que serão chamadas e a Secretários de Estado. Vou pedir que a sugestão de nomes seja feita pelos Deputados até quarta-feira de manhã, quando chegará a proposta do plano de trabalho. É necessário que isso venha logo para que votemos até a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Sugiro, então, que façamos a apreciação definitiva e a votação do relatório na próxima quinta-feira.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o adiamento da votação.

Informo que recebemos vários requerimentos, mas, devido à falta de *quorum*, vamos deixar para apreciá-los na próxima reunião, mesmo porque há consenso entre nós de construir isso dentro de uma política macro das nossas intenções em relação à Comissão. Além do mais, vários autores de requerimentos não se encontram presentes. Regimentalmente, os requerimentos não são discutidos, mas têm direito à defesa de 4 Deputados, 2 a favor e 2 contrários. Por isso, apreciaremos esses requerimentos na próxima reunião.

Convoco a próxima reunião para o dia 29, quinta-feira. Como houve grande debate sobre o melhor dia e horário, e como estamos tentando construir algo novo, vamos fazer um teste.

Convocaremos a reunião para quinta-feira às 14h.. Depois, realizaremos uma reunião, quem sabe, na terça-feira, de forma a encontrar o melhor caminho. Como esta é uma Comissão multidisciplinar, e todos aqui participam de várias outras temáticas, nossas ligações coincidem com várias ao mesmo tempo, vamos tentar encontrar o melhor horário para todos os Deputados.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

Obrigado a todos.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Quarta Reunião Ordinária realizada em 29 de maio de 2003

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e três, às quinze horas e vinte e quatro minutos, no plenário nove do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, sob a presidência do Deputado Reginaldo Lopes. Compareceram os Deputados Isaías Silvestre, Julio Lopes, Júnior Betão, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Marcelo Guimarães Filho, Marinha Raupp, Mário Assad Júnior, Odair, Professora Raquel Teixeira, Reginaldo Lopes, Vignatti e Zico Bronzeado, titulares; Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Carlos Abicalil, Eduardo Barbosa, Jovino Cândido, Maurício Rabelo e Sandes Júnior, suplentes. Não compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Celcita Pinheiro, Clóvis Fecury, Deley, Eduardo Seabra, Léo Alcântara, Luciano Leitoa, Milton Cardias, Sandro Mabel e Zonta. ABERTURA – Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. ATA – A leitura da ata da reunião anterior foi dispensada por solicitação do Deputado Lobbe Neto. Colocada em votação, a ata foi aprovada. EXPEDIENTE – Por ter distribuído antecipadamente cópia do expediente aos deputados, o Presidente deu como lida a seguinte correspondência recebida: 1) Of. GP-O/MA/917/03, de 30.04.03, do Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Casa, designando o Deputado Reginaldo Lopes para representar a Câmara dos Deputados no “USA

Students in Free Enterprise National Competition", no período de 11 a 14 de maio de 2003; 2) Of. nº 478-L-PFL/03, de 21.05.03, do Deputado José Carlos Aleluia, Líder do PFL, comunicando que o Deputado Carlos Nader deixava de integrar, como membro suplente, a Comissão; 3) Of. GP-O/MA/1197/03, de 22.05.03, do Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que naquele dia, o Deputado Lobbe Neto estaria integrando missão oficial da Câmara dos Deputados; 4) Of. GDEO/GM nº 69/03, de 28.05.03, da chefia de gabinete do Deputado Milton Cardias, informando que esse deputado estaria ausente à reunião, por estar representando o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, na cidade de Ibirubá, no Rio Grande do Sul; 5) OF/A/PSB/422/03, de 29.05.03, do Deputado Eduardo Campos, Líder do PSB, indicando o Deputado Lindberg Farias para integrar, como suplente, vaga na Comissão; e 6) Of. 649/2003 GDOZ, de 29.05.03, do Deputado Odacir Zonta, comunicando sua impossibilidade de comparecer à reunião. ORDEM DO DIA – Definição do Roteiro dos Trabalhos e deliberação de requerimentos. O Senhor Presidente comunicou aos presentes que o primeiro item da pauta seria retirado devido à ausência do Relator, por motivo de doença em pessoa da família. Logo após, passou à apreciação da matéria pautada: Requerimento nº 1/03, do Deputado Odair, que "Requer a constituição de um grupo de trabalho para estudar a problemática da violência e dependência química entre a juventude brasileira". Retirado, de ofício, em virtude da ausência do autor do requerimento no momento da votação. Requerimento nº 2/03, dos Deputados Cláudio Vignatti e Reginaldo Lopes, que "Solicita a realização de Seminário sobre Políticas Públicas de Juventude, com a finalidade de qualificar as discussões da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude". Em votação: aprovado. Requerimento nº 3/03, do Deputado Lobbe Neto, que "Solicita seja convidado o Sr. Lars Schmidt Grael, Secretário de Estado da Juventude, Esportes e Lazer do estado de São Paulo, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre a Política para a Juventude no Estado". Em votação: aprovado. O Deputado Lobbe Neto assumiu a presidência dos trabalhos e colocou em votação o Requerimento nº 4/03, do Deputado Reginaldo Lopes, solicitando "a aprovação de requerimento para a realização de Sessão Solene, no Plenário desta Casa, em 24 de setembro de 2003, para comemorar a Semana Nacional do Jovem". Em votação: aprovado. A seguir, o Deputado Reginaldo Lopes reassumiu a presidência e colocou em votação o Requerimento nº 5/03, do Deputado Benjamin Maranhão e Cláudio Vignatti, que "Solicita seja realizada audiência pública, no dia 05 de junho, para tratar do tema 'Ser jovem no Brasil: realidade e desafios', com a presença de representantes do IBGE, IPEA, INEP, um representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, e um representante da Fundação Perseu Abramo". Em votação: aprovado. Requerimento nº 6/03, do Deputado Benjamin Maranhão e Cláudio Vignatti, que "Solicita seja realizada audiência pública, no dia 12 de junho, para tratar do tema 'O jovem e o desporto', com a presença do Presidente da Comissão da Juventude da Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo, do Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer de São Paulo, e do Ministro do Esporte". Em votação: aprovado. Requerimento nº 7/03, do Deputado Benjamin Maranhão e Cláudio Vignatti, que "Solicita seja realizada audiência pública, no dia 26 de junho, para tratar do tema 'O jovem e o trabalho', com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, dos Presidentes da Confederação Nacional do Comércio e da Confederação Nacional da Indústria, e do Secretário Municipal do Trabalho de São Paulo". Em votação: aprovado. Requerimento nº 8/03, da Deputada Professora Raquel Teixeira, que "Solicita sejam convidados os representantes dos órgãos governamentais de juventude dos Estados e Capitais a comparecerem a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre a política para a juventude em seus Estados e cidades". Em votação: aprovado. Por sugestão dos Deputados Professora Raquel Teixeira, Lobbe Neto e Leonardo Picciani, foi aprovada a fusão dos Requerimentos nºs 3/03, 6/03 e 8/03, e a autonomia para a Presidência adequar as datas das reuniões de acordo com a conveniência dos trabalhos. Usaram da palavra os Deputados Vignatti, Lobbe Neto, Marcelo Guimarães, Professora Raquel Teixeira, Isaías Silvestre, Leonardo Picciani, Eduardo Barbosa e Zico Bronzeado. A Presidência registrou a presença do Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, Felipe Mike. ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos, antes convocando reunião para o dia cinco de junho, quinta-feira, às nove horas e trinta minutos. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, ,Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente Reginaldo Lopes e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Havendo número regimental, declaro abertos

os trabalhos da quarta reunião ordinária da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da terceira reunião a todos os membros presentes, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata, para agilizarmos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Está dispensada a leitura.

Em discussão a ata.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vários expedientes foram distribuídos e por isso considerados aprovados. Vou fazer a leitura de mais 2 expedientes que acabaram de chegar:

"Brasília, 29 de maio de 2003

Sr. Presidente, tenho a honra de indicar a V.Exa. o Deputado Lindberg Farias para a vaga de suplente da Comissão Especial destinada a analisar as políticas públicas para a juventude.

Atenciosamente, Deputado Eduardo Campos, Líder do PSB".

Esse expediente foi encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha.

O segundo ofício justifica a ausência do Deputado Zonta, do PP de Santa Catarina, devido à sua participação em seminário sobre suinocultura e Frigorífico Chapecó.

Passa-se à Ordem do Dia.

Temos 2 itens na pauta: primeiro, a definição do roteiro dos trabalhos da Comissão; segundo, a deliberação de requerimentos. Informo a V.Exas. que vamos passar para o segundo ponto, apreciação dos requerimentos.

Devido a problemas de saúde na família, o Relator, Deputado Benjamin Maranhão, não pôde estar presente. S.Exa. é responsável por sistematizar todas as propostas de cada membro desta Comissão. Por essa razão, vamos deixar para a próxima reunião a aprovação do roteiro de trabalho.

Conforme está publicado na Ordem do Dia, constam na pauta 8 requerimentos. Esclareço que não há defesa dos requerimentos, mas cada Deputado pode usar da palavra por 5 minutos, para falar contra ou a favor.

Vamos passar à apreciação dos requerimentos.

Requerimento nº 1/03. Uma vez que o Deputado Odair não se encontra presente, vou passar a apreciação do requerimento para a próxima reunião.

Requerimento nº 2/03, dos Deputados Vignatti e Reginaldo Lopes, de realização de seminários sobre políticas públicas para a juventude, com a finalidade de qualificar as discussões da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

Passo a palavra ao Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, integrantes desta reunião, quanto a questão de mérito anterior, quero dizer que não pude estar presente na reunião de quinta-feira passada porque viajei para meu Estado, acompanhado do Ministro da Educação, Cristovam Buarque. Participamos da III Conferência de Esporte e Educação, no Município de Chapecó, em Santa Catarina. Tive o privilégio de, juntamente com o Ministro, prestigiar a experiência na área de educação em Chapecó, com representantes de vários Estado brasileiros.

No requerimento que apresentei juntamente com o Deputado Reginaldo Lopes, trabalhamos 3 eixos para debate. Temos diferenças partidárias e de compreensão da juventude. O próprio jovem compreende de maneira diferente o que é ser jovem no Brasil. Precisamos discutir e aprofundar o papel desta Comissão e do Congresso Nacional em relação à juventude.

Outro tema que sugerimos por requerimento é um debate profundo sobre o papel das políticas públicas para a juventude – quais são elas, como são elaboradas e para quem devem ser construídas.

Sugiro que possamos deixar a cargo da Mesa a definição das datas das audiências e dos seminários – acho que todos os requerimentos deveriam seguir essa lógica. Propusemos uma data, que está vencida. No dia 23 de setembro comemora-se o Dia Internacional da Juventude. O Presidente Reginaldo Lopes propôs uma sessão solene. A idéia é resguardar o dia 23 pela manhã para a realização de uma sessão solene, e, à tarde, faríamos o seminário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Informo que o requerimento está sendo apresentado para o dia 24, pois na terça-feira pela manhã a maioria dos Deputados estão chegando à Casa.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, poderíamos promover a Semana Internacional da Juventude, que seria um feito para esta Casa. A idéia é fazer a sociedade participar. Esta Comissão vai dar certo se de fato trouxer a juventude para dizer o que pensa dela mesma e com o que pode contribuir. Esta Comissão tem que ser o diferencial desta Casa. A Câmara dos Deputados espera por isso.

Somos diferentes, temos o espírito da construção. O seminário tem em seu bojo essa possibilidade. A sociedade brasileira poderá expressar-se, poderemos ouvir os convidados, realizar mesas, painéis e oferecer oportunidades diferentes. A juventude, de forma geral, os Deputados Estaduais, os Vereadores, as organizações sociais e não-governamentais poderão participar do seminário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra o Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, a Lei nº 8.680, de 13 de julho de 1993, sancionada pelo ex-Presidente Itamar Franco, instituiu a Semana Nacional do Jovem, que tem início no dia 13 de julho. O Dia Nacional da Juventude é 12 de agosto, e a lei que o instituiu foi sancionada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Há ainda o Dia Internacional da Juventude.

Poderíamos instituir uma única data para trabalhar e promover um evento marcante. São 3 meses diferentes, 3 datas diferentes. Vamos comemorar em julho, agosto e setembro. Claro, todo dia é dia do jovem, assim como todo dia é dia da mulher – o homem só apanha. Quem sabe podemos agregar várias datas e escolher uma única como símbolo nacional de comemorações. Para a sessão solene, poderíamos escolher a data mais marcante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra a Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Sr. Presidente, registro a presença do Presidente da União Nacional dos Estudantes, Felipe Maia. É motivo de alegria para esta Comissão recebê-lo. Aproveito para dizer que o encontro nacional da UNE será realizado no próximo mês, em Goiânia, com o patrocínio do Governo do Estado. Lembro que, no primeiro mandato do Governador Marconi Perillo, do qual tive o privilégio e a honra de ser Secretária de Educação, recebemos e patrocinamos o encontro da UNE e da UBES. Portanto, esse será o segundo encontro da UNE sediado em Goiás, com o apoio do Governo. É muito bom que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Alguém gostaria de debater o requerimento? *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 3/03, do Deputado Lobbe Neto, para que seja convidado o Sr. Lars Grael, Secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimento sobre a política para a juventude em seu Estado.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, nos termos regimentais, requeiro a V.Exa., ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a participar de audiência pública, a realizar-se em data a ser definida pela Mesa, o Sr. Lars Grael, Secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, a fim de prestar informações sobre a política de juventude do Estado de São Paulo.

Desde já, atento ao diálogo que tive com o Sr. Presidente, proponho não só que o Secretário Lars Grael esteja presente, mas que outros Secretários da Juventude possam também participar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra a Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Sr. Presidente, consta da pauta de hoje o Requerimento nº 8, de minha autoria. Peço licença para juntá-lo ao requerimento do Deputado Lobbe Neto. Em vez de convidarmos apenas o Secretário da Juventude de São Paulo, sugiro convidar Secretários da Juventude dos Estados e das Capitais.

Adotei esse critério para que o painel não seja muito grande. Acho importante que esta Comissão tenha um painel das políticas de juventude que acontecem no País. Seria importante tomar conhecimento disso. Uberlândia e Maringá têm movimentos importantes, já consolidados, mas não podemos ampliar muito o painel, pois não haveria critério. Então, estou limitando o meu requerimento a políticas vinculadas aos Estados, políticas governamentais de Estados e de Capitais. Sugiro também, fugindo um pouco da regra de órgãos governamentais ligados a Estados e Capitais, o convite à juventude do MST.

Gostaria de convidar várias ONGs, como a Afro Reggae, mas para esta reunião, para limitar o número, estou incluindo apenas alguns endereços de Governos de Estados e Prefeituras, e solicito apreciação quanto à juventude do MST. Faremos um grande evento com esse painel do Brasil.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Sr. Presidente, demais colegas Deputados e Deputadas, acredito que, neste primeiro momento, temos de pen-

sar em algo bem abrangente, para que haja impacto que nos dê sustentação. Assim, não trataremos o assunto no varejo, mas no atacado. Se convidarmos para a discussão todas as Secretarias de desenvolvimento social ligadas à Secretaria de Esporte e Lazer, enriqueceremos esta Comissão, que não será apenas mais uma, pois dará o devido trato ao tema. Faço essa sugestão para que possamos ter no primeiro momento subsídios, a fim de desenvolver nossos trabalhos a partir daquilo que precisamos apresentar para nossa juventude brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Há algum Deputado que deseje encaminhar o requerimento do Deputado Lobbe Neto?

Pergunto ao Deputado Lobbe Neto se concorda com o encaminhamento da Deputada Professora Raquel Teixeira.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Concordo plenamente. Em conversa com a Presidência desta Comissão, entendi que, tendo em vista o tempo, convidaríamos mais palestrantes para a mesma data – primeiro aqueles que fazem política para a juventude em diversos Estados.

O outro requerimento é sobre as pesquisas. Acho que a primeira data – a Mesa vai decidir sobre isso – seria para explanação quanto a pesquisas sobre a juventude. É importante que os institutos compareçam. Após isso, os formadores de política para juventude viriam fazer exposições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Quero informar que, na lógica do encaminhamento do Deputado Lobbe Neto, há o Requerimento nº 6/03, que faz parte do roteiro de trabalho apresentado. Essas audiências estão no roteiro de trabalho apresentado pelo Deputado Benjamin Maranhão, prevêem tema sobre o jovem e o desporto e estão de acordo com a lógica da Deputada Professora Raquel Teixeira.

Pergunto aos Deputados Lobbe Neto e Professora Raquel Teixeira e ao Plenário se podemos passar à apreciação do Requerimento nº 6/03, que, segundo entendimento da Mesa, contempla as duas propostas e se soma à proposta do Deputado Isaías Silvestre, na lógica da política macro desta Comissão.

Solicito manifestação aos Deputados Lobbe Neto, Isaías Silvestre e Professora Raquel Teixeira.

Com a palavra o Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Acredito que os requerimentos poderiam ser todos votados e aprovados. Depois, a Mesa escolhe a melhor forma de realizar a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra a Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – O Deputado Lobbe Neto autoriza a Mesa a definir a melhor estratégia de realização, mas, tendo em vista que 12 de junho já está muito próximo, sugiro mantermos esse dia, como o Deputado Benjamin Maranhão sugeriu, para a audiência pública com o Secretário Lars Grael e o Ministro dos Esportes, que falarão especificamente sobre o jovem e o desporto, e marcarmos outra data para a vinda de todos os Secretários. Penso em um grande painel para o Brasil e não especificamente em um tema. São importantes os 2 eventos: o jovem e o desporto no dia 12 de junho, com Lars Grael e o Ministro Agnelo Queiroz e, depois, um grande painel com todos os Secretários, para apresentarem o panorama da situação das políticas públicas para a juventude no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Informo que o roteiro de trabalho da Comissão prevê conferência, painéis e seminários. Os painéis serão com os gestores de políticas públicas institucionais que estão sendo implementadas no Brasil. O primeiro ponto da pauta é aprovar o roteiro de trabalho da Comissão. Não é possível fazermos este debate, porque o que justificaria nossa argumentação seria a aprovação do roteiro que estava previsto. Ficaria mais fácil para a Presidência justificar, porque tenta incorporar os requerimentos, tendo em vista que ainda não os aprovamos, devido a motivo particular do Relator, Deputado Benjamin Maranhão. Acredito que, na próxima reunião, já estará aprovado o roteiro de trabalho.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 3/03, de autoria do Deputado Lobbe Neto.

Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 4/03, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Sr. Presidente, acho que V.Exa. também tem de colocar em votação o Requerimento nº 8.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Vamos colocar os requerimentos em votação pela ordem.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. É apenas uma questão regimental, para que não haja problemas. Uma vez que V.Exa. é autor do Requerimento nº 4/03, outro Deputado deve assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a Presidência para o 2º Vice-Presidente, Deputado Lobbe Neto, a fim de que eu possa apresentar o Requerimento nº 4/03.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Com a palavra o nobre Presidente desta Comissão, Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Meu requerimento é de sessão solene em homenagem ao Dia Nacional do Jovem. Como foi abordado aqui pelos nobres colegas, existem várias datas para comemoração do Dia da Juventude no Brasil. Há o Dia Nacional da Juventude, a Semana Nacional do Jovem e o Dia Internacional da Juventude. Acho oportuna a proposta do Deputado Lobbe Neto e de outros Deputados que se manifestaram de a Comissão apresentar projeto de lei para unificar uma data para comemorar o Dia da Juventude no Brasil.

Na lei de 13 de julho de 1993, promulgada pelo então Presidente, Itamar Franco, é instituída uma semana em comemoração ao jovem no Brasil. De acordo com a lei, durante essa semana, os órgãos de comunicação devem fazer ampla divulgação da problemática da juventude. É lógico que a lei não está sendo cumprida. Que eu me lembre, não houve debate na mídia durante essa semana.

Apresentei requerimento de sessão solene, para que pudéssemos abrir essa semana com grande ato no Congresso Nacional, para comemorar e fazer uma manifestação, tentando envolver os movimentos organizados da juventude no Brasil e chamar a atenção da mídia para o cumprimento de lei que existe no País.

E, como também aprovamos o Seminário Nacional sobre Políticas de Juventude no Brasil, que estaremos organizando no Congresso Nacional, a intenção é que a sessão solene seja na abertura. Isso também permitiria envolver mais setores organizados da sociedade civil que estão preocupados com a questão do jovem.

Peço aos nobres colegas a aprovação do requerimento. A abertura do seminário seria no dia 24, e, no dia 25, faríamos esse grande ato simbólico, esse grande debate sobre a Semana Nacional da Juventude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Com a palavra o Deputado Marcelo Guimarães Filho.

O SR. DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO – Sr. Presidente, quero apenas dar minha contribuição e apoiar o requerimento do Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta Comissão, que mais uma vez saiu na frente não só quando pregou a constituição desta Comissão. A sessão solene e o seminário terão repercussão muito grande. Será possível mostrar nosso empenho em aprovar e discutir as matérias e o engajamento da Câmara dos Deputados no processo. Haverá repercussão na mídia, e poderemos trazer representantes de diversas entidades da sociedade civil organizada.

Uso a palavra apenas para falar a favor do requerimento de S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Mais alguém quer encaminhar? *(Pausa.)*

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Quero informar ao Deputado Marcelo Guimarães Filho que o requerimento é de realização da sessão solene, mas peço autorização para que seja encaminhado em nome da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. Pelas normas regimentais, era necessário que eu apresentasse o requerimento e que a Comissão o aprovasse para, depois, em nome deste órgão, eu solicitar à Câmara dos Deputados a realização da sessão solene.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Mais algum encaminhamento? *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo com o requerimento do nobre Deputado Reginaldo Lopes permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço ao nobre Deputado Reginaldo Lopes que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradeço ao nosso 2º Vice-Presidente por ter exercido a função de Presidente da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude.

Passo agora à apreciação do requerimento nº 5/03, do Deputado Benjamin Maranhão e do Deputado Vignatti, que solicitam realização de audiência pública no dia 5 de junho, para tratar do tema *Ser Jovem no Brasil – Realidades e Desafios*, com a presença de representantes do IBGE, do IPEA e do INEP, um representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ou da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude e um representante da Fundação Perseu Abramo.

Os Deputados Vignatti e Benjamin Maranhão não estão presentes. Alguém deseja encaminhar o requerimento?

Com a palavra o Deputado Zico Bronzeado.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Sr. Presidente, não sei se regimentalmente podemos deixar para depois, porque nenhum dos dois está aqui. Gostaríamos de apoiar, dar algumas sugestões. Trata-se de tema de muita relevância.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de passar outros requerimentos

na frente, fazer uma inversão de pauta, para, depois, voltarmos a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – A Mesa acata a proposta do Deputado Lobbe Neto. Vou passar para o último ponto da pauta, a fim de que o Deputado Vignatti possa fazer a defesa do requerimento.

Passo à apreciação do Requerimento nº 6/03. O autor do requerimento também não está presente.

Requerimento nº 7/03.

Passo a palavra à Deputada Professora Raquel Teixeira para a leitura do Requerimento nº 8/03.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Reafirmando o que eu havia dito antes, meu requerimento tem por objetivo ampliar o requerimento do Deputado Lobbe Neto. Em vez de convidarmos apenas o Secretário da Juventude de São Paulo, poderíamos pensar num grande evento, no qual faríamos um painel das políticas públicas de juventude desenvolvidas hoje no Brasil pelos órgãos governamentais estaduais e das Capitais.

Além dos Estados e das Capitais, estou sugerindo também a inclusão da Coordenação da Juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em função das suas especificidades. Se quisermos realizar efetivamente um painel que retrate o Brasil e suas políticas de juventude, creio que seria conveniente convidá-la.

Portanto, sugiro a anexação do meu requerimento ao do Deputado Lobbe Neto, com a expansão sugerida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Algum Deputado deseja encaminhar o Requerimento nº 8/03, da Deputada Professora Raquel Teixeira?

Com a palavra o Deputado Zico Bronzeado.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Sr. Presidente, louvo a iniciativa da Deputada Professora Raquel Teixeira de, em tema de tamanha relevância, buscar uma discussão mais profunda, para recebermos mais contribuições, propostas e demandas, a fim de nos munirmos de informações e experiências de todos os Estados.

O meu Estado pode contribuir muito com esta Comissão, porque lá já existe uma experiência de trabalho com a juventude, já temos a Secretaria da Juventude há 2 anos. O Secretário da Juventude anterior é hoje Secretário de Esporte, e o novo Secretário da Juventude é uma pessoa que tem um desprendimento muito grande. S.Exa. já esteve nesta Casa. Parece-me que visitou o gabinete de V.Exa., mas V.Exa. estava nos Estados Unidos.

Essa idéia é muito interessante, e eu gostaria de apoiá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Esclareço que a Deputada Professora Raquel Teixeira propõe seja incorporado o seu requerimento à proposta do Deputado Lobbe Neto. Se aprovarmos o requerimento em separado, essas audiências acontecerão em outro dia. Nesse caso, é uma fusão dos 2 requerimentos.

Com a palavra a Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – A fusão, na verdade, era só para racionalizar, porque há 2 requerimentos para que se convide o Secretário Lars Grael, um para falar sobre jovem e desporto, já aprovado; outro para falar sobre as políticas públicas de juventude em São Paulo. Pode ser mantida essa audiência separada, mas creio que poderíamos racionalizar o tempo desta Comissão e das pessoas, em função até mesmo do deslocamento, de a pessoa ter que vir de São Paulo. Faríamos um grande painel do Brasil, e o Secretário teria participação importante, pela sua vivência, pela sua experiência de São Paulo. Foi uma proposta de racionalização de tempo e de custos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA – Sr. Presidente, quero abordar a discussão sobre as audiências públicas. Todos os requerimentos foram de audiência pública, mas V.Exa. lembrou muito bem que vamos votar o roteiro de trabalho posteriormente à votação das audiências públicas.

No meu entendimento, Deputada Professora Raquel Teixeira, temos que dar liberdade, depois do roteiro aprovado, para que se associe o que aqui está definido com a proposta do roteiro. Há muitas coisas que cabem, como o painel que antecede um seminário. E a questão que saltamos, o levantamento estatístico, é a primeira coisa que a Comissão tem que fazer. Temos que ver primeiro o cenário e, depois, trabalhar no detalhamento.

Então, creio que devemos encaminhar a votação, porque agilizamos a votação das audiências, mas temos de dar liberdade ao Relator de fazer a devida adequação conforme o eixo de trabalho que vamos aprovar na próxima semana. Senão, fazemos uma colcha de retalhos, desviando-nos de um eixo único de trabalho.

Era essa a questão que eu gostaria de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – Sr. Presidente, primeiro, encaminho o meu posicionamento favorável ao Requerimento nº 8, da Deputada Professora Raquel Teixeira. Aproveito para formular uma questão. Quando cheguei, a reunião já estava em andamento. Aprovamos os Requerimentos nºs 3 e 6 e agora votaremos o Requerimento nº 8, que trata do mesmo assunto. Gostaria que V.Exa. esclarecesse se vamos votar a fusão desses requerimentos ou se os votaremos em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Vamos votá-los em separado, mas vamos dar autonomia para que o Relator, que vai apresentar o roteiro de trabalho na próxima semana, possa contemplar e fazer a fusão da proposta da Deputada Professora Raquel Teixeira, que já foi apresentada na reunião anterior, com a previsão de painéis sobre as experiências institucionais no Brasil sobre as políticas para a juventude. Vamos aprovar, porque está em pauta, e, depois, no encaminhamento, a Mesa e o Relator...

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – Perfeito, Sr. Presidente. Concordo com V.Exa., mas lembro que, se buscamos aqui a celeridade na votação e o encaminhamento mais prático, o ideal seria que, a princípio, houvéssemos votado a fusão dos 3 requerimentos, já que haverá flexibilidade. Ao votarmos em separado, o Requerimento nº 3 prejudica parte do Requerimento nº 6, por ser posterior, e uma parte do Requerimento nº 8, ao excluir o Secretário de São Paulo. Então, se o objetivo é dar celeridade aos trabalhos, o ideal é que se faça logo a votação da fusão.

É esse o encaminhamento que faço, se houver concordância da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Concederei a palavra, para encaminhar, ao Deputado Lobbe Neto e à Deputada Professora Raquel Teixeira e, depois, ao Deputado Vignatti, para dizer se concorda ou não com a fusão dos 3 requerimentos.

Com a palavra o Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por mim não haveria nenhum problema em fazer uma fusão dos Requerimentos nºs 3, 6 e 8, embora ainda não tenhamos deliberado sobre o nº 6, porque o Deputado Vignatti não estava aqui. Estou totalmente de acordo com a fusão dos 3 requerimentos.

Encaminho ainda uma sugestão em relação ao Requerimento nº 4. Se, em vez de a sessão solene ser realizada em setembro, escolhêssemos uma data mais próxima, poderíamos ter um grande público, uma grande audiência. Os convidados já estariam aqui e participariam da sessão solene, o que seria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Quero só lembrar que já aprovamos o Requerimento nº 4. Proponho o dia 12 de agosto, que é o Dia Nacional da Juventude, ou então que o Deputado formule nova proposta para fazer um ato, e nós a colocaríamos em apreciação. Já aprovamos o requerimento.

Tem a palavra a nobre Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Concordo com a fusão das propostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Tem a palavra o nobre Deputado Vignatti, autor do Requerimento nº 6, de 2003, junto com o Deputado Benjamin Maranhão, para fazer a leitura e posicionar-se a respeito da fusão dos 3 requerimentos.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ausentei-me por uns minutos para dar entrevista ao *Canal Rural.* Nunca podemos negar-nos a atender à imprensa e sabemos por quê.

Com certeza, o Deputado Benjamin Maranhão não conseguiu fazer essa organização por causa do problema que está vivendo sua família.

Temos 2 temas no debate: um é o desporto, e o outro, a experiência da juventude. Se pudéssemos separar por temas e fazer a fusão por temas, não haveria problema algum. Senão vai ficar muito confuso. Não é só juntar. Teríamos de fazer 2 momentos, duas mesas, com dois temas: o desporto e as experiências. A Câmara de Vereadores de São Paulo tem uma experiência, o Governo de São Paulo tem uma experiência positiva. Temos de explorar essas experiências. E a outra questão é o desporto.

Concordo com a fusão, mas acho que poderíamos fazer a fusão e remeter à assessoria técnica da Casa – não vamos usar nosso tempo para debater isso – , para que se façam duas mesas separadas. Vamos separar em dois momentos. Depois, remete-se à Mesa para encaminhar, sem problema algum. Não há contrariedade a esse processo, mas acho que um debate é sobre o desporto e o outro é sobre a experiência desenvolvida com a juventude pela Prefeitura de São Paulo, pela Câmara de Vereadores e pelas outras instituições convidadas. São dois temas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Para o encaminhamento, informo que, no roteiro de trabalho, está prevista a questão dos painéis sobre experiências institucionais de várias Prefeituras e dos Governos de Estados.

Peço, então, à Deputada Professora Raquel Teixeira que encaminhe o requerimento de realização dos painéis sobre experiências institucionais. A partir daí, poderemos encaminhar a fusão dos 3 requerimentos. Fica contemplada a proposta do Deputado Vignatti se

a Deputada Professora Raquel Teixeira concordar em apresentar novo requerimento de painéis sobre experiências institucionais.

Tem a palavra a nobre Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Concordo. Não há problema. Acho que estamos começando a nos alongar muito nesse assunto. Quando eu disse que eu concordava com a fusão, eu queria dar à Mesa liberdade de definir, uma vez aprovado o roteiro de trabalho. Acho que estamos caminhando para coisas separadas. O jovem e o desporto é um assunto – Lars Grael já havia dito isso. O Ministro do Esporte viria falar sobre o jovem e o desporto, mas há outros temas, como o jovem e o trabalho, o jovem e a educação. Esse é um tipo de ação. A outra seria um convite aos Secretários da Juventude, inclusive o de São Paulo, para que esta Comissão possa conhecer todas as experiências públicas governamentais em andamento. O Acre tem experiências, assim como São Paulo e Minas Gerais.

Acho que a Mesa deve ter liberdade, Sr. Presidente, inclusive para levar em consideração a proposta do Deputado Lobbe Neto de realização de sessão solene na Semana da Juventude. A Mesa pode entender, na organização, que a sessão solene, se tivéssemos todos os Secretários de Juventude aqui, daria grande força política ao evento. E minha proposta de trazer todos os Secretários poderia, inclusive, ser a forma de realizarmos a sessão solene, para a qual traríamos o Brasil para falar sobre políticas públicas para a juventude.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. colocasse em votação esse meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Vamos colocar 2 requerimentos em votação. O primeiro propõe a fusão da proposta o jovem e o desporto; o segundo, da Professora Raquel Teixeira, contempla os painéis e as experiências dos gestores de políticas públicas nos Estados. A Mesa acata a sugestão.

Após a leitura dos requerimentos, quero indicar um grupo para coordenar tanto o Seminário Nacional sobre Políticas de Juventude, aprovado por esta Comissão, a ser realizado nos dias 24 e 25, como a sessão solene. É lógico que tanto a pauta do seminário, quanto a metodologia e os convidados para a sessão solene serão aprovados pela Comissão. *A priori*, a Mesa acata a sugestão do Deputado Lobbe Neto de convidar todos os Secretários de Estado que tratam de políticas públicas para a juventude.

Em votação.

Os Deputados que concordam com a fusão e a aprovação do Requerimento nº 3/03, do Deputado Lobbe Neto, do Requerimento nº 6/03, do Deputado Benjamin Maranhão e do Deputado Vignatti, e do Requerimento nº 8/03, da Deputada Professora Raquel Teixeira, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os 3 requerimentos, a fusão e também os pontos de destaque em cada um, em separado.

Requerimento nº 7/03, do Deputado Benjamin Maranhão, juntamente com o Deputado Vignatti.

Concedo a palavra ao Deputado Vignatti, para fazer a leitura do requerimento.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Posso fazer a apresentação do requerimento ou é necessária a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Está dispensada a leitura. Pode fazer só a apresentação.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Na verdade, dei uma sugestão ao Deputado Benjamin Maranhão, e S.Exa. incluiu meu nome no requerimento, para eu apresentá-lo hoje. Encaminhamos várias sugestões, inclusive para o Relator, e uma delas serviu para que S.Exa. pudesse fazer essa apresentação. A idéia de fazermos essa discussão é para aprofundar o tema o jovem e o trabalho. Esse é o debate do momento na Casa e poderá aprofundar a discussão sobre essa temática, devido ao Programa Primeiro Emprego.

Há nesta Casa, se não me engano, 7 ou 8 projetos que tramitam sobre esse assunto, de autores diferentes, inclusive alguns estão nesta Comissão. O Deputado Lobbe Neto, que está ao meu lado, é um dos autores. Conversamos, quando visitamos o Ministro do Trabalho, sobre a possibilidade de S.Exa. vir à Comissão aprofundar o debate sobre o tema.

Este momento é oportuno para que seja dada visibilidade a esse debate, para explicitar opiniões e diferenças existentes nesta Casa, conhecer, de fato, as experiências do Governo, saber do Ministério do Trabalho o que deseja com o Primeiro Emprego e se, além dessa, há outras políticas apensadas nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Alguém quer usar da palavra para encaminhar o Requerimento nº 7/03?

Todos aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 7/03.

Lembro que vários requerimentos de realização de audiências públicas com Ministros foram aprovados. Regimentalmente, os Ministros dispõem de maior tempo para as exposições. A tradição da Casa é convidá-los em separado.

A proposta da Mesa é a de que sempre que forem convidados Ministros e outras entidades, órgãos, lideranças e representantes de Estado façamos um painel. Por exemplo, painel 1, com a exposição do

Ministro, cujo tempo será superior, regimentalmente, ao dos outros convidados. Depois se faz o painel 2. Estou esclarecendo isso, porque senão teríamos que convocar outra audiência e, de uma maneira ou outra, estaríamos fragmentando nosso trabalho e o andamento do roteiro.

Vamos apreciar o Requerimento nº 5/03, do Deputado Benjamin Maranhão e do Deputado Vignatti, de realização de audiência pública no dia 5 de junho, na próxima quinta-feira, para tratar do tema *Ser Jovem no Brasil – Realidade e Desafio*, com a participação dos representantes do IBGE, do IPEA, do INEP, do Ministério Público, da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude e da Fundação Perseu Abramo.

Concedo a palavra ao Deputado Vignatti, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer justiça. O requerimento é de minha autoria, de autoria do Deputado Benjamin Maranhão e de V.Exa. Talvez V.Exa. tenha esquecido, mas acordamos apresentar esse documento. Gostaria que no requerimento fosse citado o seu nome.

A Fundação Perseu Abramo não está incluída neste requerimento, foi colocada posteriormente. O Deputado Benjamin Maranhão incluiu. Não tínhamos proposto, mas não há nenhum problema de discordância. Se permitem as assessoras, talvez essa devesse ser a primeira audiência, para compararmos os dados, porque há muitos dados diferenciados de institutos diferentes que tratam da juventude.

Para se fazer um debate mais organizado nesta Casa, a Comissão poderia privilegiar esses institutos e comparar os dados, porque seria mais fácil a realização de outros debates e de outros painéis posteriormente. A assessoria da Casa poderá fazer um relatório e passar esses vários dados para nós, a fim de começarmos o debate na Casa de forma organizada e com maior teor científico. Nunca tivemos a oportunidade de juntar esses 3 institutos e a Promotoria para comparar as informações e balizar nossa ação pública neste País. É a primeira vez que se fará essa comparação de dados.

Dentro do mérito da Comissão, a proposta é a de que seja o requerimento do primeiro debate a ser realizado, sem prejuízo dos demais, porque não é um debate político, de mérito, mas de aprofundamento dos nossos conhecimentos, das nossas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Sr. Presidente, quero colocar em discussão questão de ordem prática. Considero essa audiência pública da maior importância, pelos motivos que o Deputado Vignatti já expôs. Precisamos de dados. IBGE, IPEA, INEP e Fundação Perseu Abramo são instituições decisivas, essenciais para que tenhamos informação técnica.

Dadas a relevância e a importância disso, gostaria de expressar minha preocupação com a data do dia 5 de junho.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Deputada Professora Raquel Teixeira, se me permite, estou despido disso. Quando me referi ao requerimento, o primeiro assunto de que tratei foi que a Mesa tem que ter liberdade.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – A reunião é muito importante para ser realizada às pressas. Isso implica convites a instituições e pessoas que moram fora de Brasília, além de estudo e consolidação de dados.

Sugiro a aprovação do requerimento. Elogio seu mérito e sua importância, mas proponho que a definição da data da audiência fique a critério da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Encaminho o requerimento, destacando a posição da Deputada Professora Raquel Teixeira, ou seja, deixando a definição da data da audiência a critério da Mesa.

Lembro a todos que os requerimentos aprovados, relacionados tanto aos nomes, quanto às datas, serão encaminhados ao palestrante, serão baseados em estudo e estarão em concordância com a Mesa. Nas reuniões, aprovamos o assunto, e não as datas.

Passo a palavra ao Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, parabenizo o Deputado Vignatti pela apresentação do requerimento. Minha preocupação está relacionada à data da audiência e da próxima reunião da Comissão. Se o requerimento for aprovado, essa poderia ser a primeira reunião efetiva, antes de iniciarmos um trabalho com dados, como disse o Deputado Vignatti.

Quanto à data, temos experiência com audiências públicas em outras Comissões. Precisamos encontrar um dia, por questão de lógica, em que os Parlamentares possam estar presentes, evitando que os expositores participem da reunião com *quorum* muito baixo de Deputados. Isso é muito desagradável para os convidados e para os Parlamentares. O Presidente e o Relator poderão escolher uma data adequada para garantir o *quorum* elevado e a presença dos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Lembro aos nobres Deputados e Deputadas que, de acordo com o calendário de atividades previstas no roteiro de trabalho apresentado, em parte, pelo Relator, porque ainda não foi aprovado, existe o calendário dos dias disponíveis de cada mês, a fim de escolhermos o período das audiências públicas.

No relatório apresentado semana passada, que não aprovamos, constituímos uma estratégia de 8 audiências, tendo em vista que isso, nesse primeiro momento, contribuiria para o desenvolvimento das nossas atividades, na perspectiva de elaborar o plano nacional e o estatuto. Sugere, em junho, reuniões às quintas-feiras, nos dias 5, 12 e 26 – 19 de junho é feriado. Em julho, como haverá convocação extraordinária, podemos apenas discutir assuntos. A Comissão não funcionará. O assessor informa que, em julho, é impossível cumprir o calendário de reuniões. Em agosto, haverá os dias 7, 14, 21, 28. E, em setembro, os dias 4, 11, 12 e 24.

Queremos encerrar a primeira parte do nosso trabalho, as audiências públicas, até o dia do seminário, aprovado para 24 de setembro. O rigor nas datas faz parte do roteiro de trabalho, mas elas podem sofrer modificações, por causa da agenda dos palestrantes.

Informo que a Mesa vai articular a audiência para a próxima quinta-feira. Mas acho pouco provável que ela se realize nessa data. Podemos marcar a reunião para a próxima quinta-feira, a fim de votar, em definitivo, o roteiro de trabalho. Aprovaríamos, assim, a primeira audiência para o dia 12. Conseqüentemente, todas as outras reuniões ficariam atrasadas em uma semana.

Em votação o Requerimento nº 5, de 2003, com o destaque de que talvez tenhamos de adiar a primeira audiência em uma semana.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 5, de 2003, com nova data para realização da nossa primeira audiência, que será daqui a 15 dias, no dia 12 de junho, quinta-feira, às 9h30min.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, por que de manhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Devido à experiência das 3 reuniões anteriores, foi muito mais rápido atingir o *quorum* de manhã do que na parte da tarde, tendo em vista que todos os Deputados já estão presentes na Casa, por haver várias reuniões de Comissões. A avaliação da Presidência é de que não foi bem-sucedida esta primeira experiência à tarde. Então, vamos retornar para o período da manhã, no dia 5, quinta-feira, às 9h30min.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, se for para tratar de poucos assuntos e não houver nenhuma exposição, sugiro realizarmos a reunião na quarta-feira, às 9h, no plenário 10, da Comissão de Educação. Se são poucos assuntos, até as 10h estaríamos liberados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – De acordo com a assessoria, Deputado Lobbe Neto, as Comissões Permanentes têm preferência às quartas-feiras. Então, teríamos dificuldade de conseguir um plenário na quarta-feira de manhã.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Não estou querendo atrapalhar o trabalho da Comissão de Educação, da qual eu e a Deputada Professora Raquel Teixeira somos Vice-Presidentes. Muitos membros desta Comissão são também da Comissão de Educação, e sabemos que o início dos trabalhos está sempre marcado para as 10h, mas a reunião nunca começa no horário. Então, das 9h às 10h, poderemos resolver a questão se houver poucas deliberações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – De acordo com a assessoria, isso não é permitido, porque, regimentalmente, às quartas-feiras a preferência é das Comissões Permanentes. Não podemos marcar reuniões para as quartas-feiras. Vamos ter de convocar para quinta-feira, de manhã.

Deputado Lobbe Neto, a intenção da proposta é válida, mas teríamos dificuldades de atingir o *quorum* e poderíamos prejudicar a Comissão de Educação. Assim, o encaminhamento da Mesa é marcarmos nossa próxima reunião para a quinta-feira, às 9h30min. Entendido, Deputado Lobbe Neto?

Vou encerrar os trabalhos, lembrando que haverá reunião na próxima quinta-feira, 5 de junho, às 9h30min, no Plenário 5, para definição e aprovação do roteiro de trabalho e requerimentos apresentados até a data regimental.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Quinta Reunião Ordinária realizada em 05 de junho de 2003.

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e três, às dez horas e quatorze minutos, no plenário quatro do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a

Juventude, sob a presidência do Deputado Reginaldo Lopes. Compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Celcita Pinheiro, Deley, Eduardo Seabra, Isaías Silvestre, Julio Lopes, Júnior Betão, Léo Alcântara, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Marcelo Guimarães Filho, Marinha Raupp, Mário Assad Júnior, Milton Cardias, Odair, Professora Raquel Teixeira, Reginaldo Lopes, Vignatti e Zico Bronzeado, titulares; Agnaldo Muniz, Carlos Abicalil, César Medeiros, Eduardo Barbosa, Homero Barreto, Jovino Cândido, Maurício Rabelo, Sandes Júnior e Thelma de Oliveira, suplentes. Não compareceram os Deputados Clóvis Fecury, Luciano Leitoa, Sandro Mabel e Zonta. ABERTURA – Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. ATA – A leitura da ata da reunião anterior foi dispensada por solicitação do Deputado Zico Bronzeado. Colocada em votação, a ata foi aprovada. Antes de iniciar a pauta, o Senhor Presidente registrou a presença, naquela reunião, da representante do Grupo Interagir, Mariana Lima. ORDEM DO DIA – Definição do Roteiro dos Trabalhos e deliberação de requerimento.

Foi concedida a palavra ao Relator, que fez a leitura do cronograma das atividades da Comissão, ressaltando a criação dos seguintes grupos de trabalho: GT1 – O jovem e o desporto; GT2 – O jovem e o trabalho; GT3 – O jovem e a educação; GT4 – O jovem: saúde, sexualidade e dependência química; GT5 – O jovem, a cultura e o lazer; GT6 – O jovem: família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência, e GT7 – O jovem como minoria: deficiente, negro, mulher, índio, homossexual. Usaram da palavra os Deputados Isaías Silvestre, Léo Alcântara, Odair, Vignatti, Milton Cardias, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Júnior Betão, Zico Bronzeado e Eduardo Barbosa para discutir a respeito do cronograma dos trabalhos. Os Deputados Lobbe Neto e Isaías Silvestre propuseram o desmembramento do GT5, para que fosse incorporado aos grupos 1 e 3 , que passariam a se chamar: GT1 – O jovem, o desporto e o lazer, e GT3 – O jovem, a educação e a cultura. A proposta foi acatada e os seis grupos de trabalho foram aprovados . A seguir, aprovou-se, ainda, a constituição de um grupo de trabalho, composto de três deputados, para organizar o Seminário de Políticas Públicas para a Juventude e outro, também de três deputados, para organizar a sessão solene e a exposição das experiências em políticas públicas para a juventude no âmbito governamental e não governamental. Foi acertado que a nomeação dos membros que integrariam os mencionados grupos ficaria para a semana seguinte, estabelecendo-se como critério, a preferência temática de cada parlamentar. O Presidente esclareceu que se as escolhas recaíss em sobre algum grupo, ultrapassando o número de vagas, a definição seria orientada pelo princípio da proporcionalidade partidária. O segundo item da pauta, Requerimento nº 1/03, do Deputado Odair, que "Requer a constituição de um grupo de trabalho para estudar a problemática da violência e dependência química entre a juventude brasileira", foi retirado, a pedido do autor, com a justificativa de que a matéria já havia sido contemplada no Roteiro dos trabalhos, aprovado pela Comissão. ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, antes convocando reunião ordinária, no dia doze de junho, quinta-feira, às quatorze horas, para nomear os Grupos de Trabalho, e reunião extraordinária, no mesmo dia, às quatorze horas e trinta minutos, para audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE; Ana Amélia Camarano, Coordenadora do IPEA; Otaviano Augusto Marcondes Helene, Presidente do INEP; Helena Abramo, Coordenadora da Fundação Perseu Abramo; e Leslie Marques de Carvalho, Promotora de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, ,Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente Reginaldo Lopes e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 5ª reunião ordinária desta Comissão destinada a acompanhar e estudar as propostas de políticas públicas para a juventude.

Em vista da distribuição de cópia da ata da 4ª reunião a todos os membros presentes, indago se há necessidade de leitura.

Com a palavra o Deputado Zico Bronzeado.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Peço que seja dispensada a leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Dispensada a leitura, a ata está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Antes de passar à Ordem do Dia, registro a presença de Marina Lima, representando o grupo integrado. Seja bem-vinda, e muito obrigado pela participação.

O primeiro item da Ordem do Dia é a definição do roteiro de trabalho da Comissão. O segundo é a deliberação dos requerimentos, entre eles o de nº 1, do Deputado Odair, que solicita a constituição de um grupo de trabalho para estudar a problemática da violência e da dependência química entre a juventude brasileira.

Passaremos a palavra ao nosso Relator, o Deputado Benjamin Maranhão, para apresentar a proposta e a definição do roteiro de trabalho.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Bom dia a todos. Peço aos Deputados que passem à página 3 desse roteiro que elaboramos conjuntamente com a Consultoria Legislativa para dar um ordenamento melhor aos trabalhos da Comissão. Na página 3 encontrarão um quadro, onde está escrito: "Desenvolvimento dos Trabalhos da Comissão".

O desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, segundo as sugestões dos companheiros Deputados, será dividido em 3 momentos: o primeiro será a constituição de grupos de trabalho; o segundo, as audiências públicas, seminários e exposições; o terceiro, a discussão e a aprovação do Plano Nacional de Políticas Públicas da Juventude e Estatuto da Juventude. Onde está escrito "elaboração", leia-se "discussão". Houve aí um erro de redação.

Este primeiro momento seria o da constituição dos grupos de trabalho, o que será feito hoje, por meio de um requerimento que já se encontra na pauta extra, perseguindo um segundo objetivo, o de mapear as idéias relacionadas aos temas do Plano Nacional de Políticas Públicas da Juventude e o Estatuto da Juventude. Faremos um diagnóstico completo. E esses grupos de trabalho, que também vão elaborar proposituras para o Plano Nacional da Juventude e para o Estatuto da Juventude, serão divididos por temas. O primeiro grupo tratará do jovem e do desporto; o segundo, do jovem e do trabalho; o terceiro grupo, do jovem e da educação; o quarto grupo, do jovem, da saúde, da sexualidade e da dependência química; o quinto grupo, do jovem, da cultura e do lazer; o sexto, do jovem, da família, da cidadania, da consciência religiosa, da exclusão social e da violência; o sétimo grupo, do jovem como minoria, do deficiente, do negro, da mulher, do índio, do homossexual e outros.

Qual foi o objetivo da divisão desses grupos? Não somente normatizar o trabalho, como também permitir que cada Deputado analise uma área ligada ao trabalho que já realiza. Essa será uma forma de adiantar a nossa tarefa. Esses grupos não somente vão fazer um diagnóstico da situação do jovem brasileiro como também as proposituras que serão incluídas no relatório final, de acordo com o calendário que será estabelecido.

O segundo momento será o de audiências públicas. Esses grupos formados agora acompanharão essas audiências. Há 3 já agendadas; inclusive os requerimentos já foram aprovados aqui na Comissão, com os devidos convidados. Para a primeira audiência, que será realizada na próxima semana, dia 12 de junho, foram convidadas as direções do IBGE, do IPEA e do INEP. Isso já foi discutido em reunião anterior. A segunda audiência ocorrerá no dia 26 de junho. Assim, seguindo a seqüência, cada tema já tem data especificada, como V.Exas. podem verificar aqui. A terceira audiência será no dia 7 de agosto; a quarta, em 14 de agosto; a quinta, em 21 de agosto; a sexta, em 28 de agosto; a sétima, em 4 de setembro, e a oitava no dia 11 de setembro. Em seguida, nos dias 23 e 24 de setembro, promoveremos aqui na Casa o seminário nacional. E paralelamente esse seminário, que também vai estar relacionado à Semana Nacional da Juventude, realizaremos uma grande exposição, nos dias 23, 24 e 25 de setembro. Representantes de movimentos e órgãos não-governamentais que realizam trabalho relativo à juventude, Secretarias de Estado que tratam da questão e órgãos dos Governos Federal e Municipal apresentarão aqui essas ações relacionadas com a juventude, durante a exposição e o seminário.

No dia 25 de setembro será realizada no plenário da Câmara dos Deputados – o requerimento já foi apresentado – uma sessão solene para marcar a Semana da Juventude. Então, praticamente fecharemos essa parte. Logo em seguida, realizaremos, a partir do 16 de outubro, reuniões com os grupos que foram formados para apresentar relatório. Voltem à 3ª página, por favor, e encontrarão a informação. No dia 16 de outubro, apresentará seu relatório o primeiro grupo, "O jovem e o desporto"; no dia 23, o segundo grupo, "O jovem e o trabalho"; no dia 30 de outubro, o terceiro grupo, "O jovem e a educação"; no dia 6 de novembro, o quarto grupo, "O jovem, a saúde, sexualidade e dependência química"; no dia 13 de novembro, o quinto grupo, "O jovem, a cultura e o lazer"; no dia 20 de novembro será a vez do sexto grupo, "O jovem, a família, a cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência"; no dia 27 de novembro, o sétimo grupo, "O jovem como minoria – deficiente, negro, mulher, índio e homossexual". Todos esses grupos apresentarão seus relatórios para que sejam discutidos com a Comissão. Todo o trabalho que for feito, de diagnóstico e de proposituras, será apresentado em forma de relatório. No dia 4 de setembro abriremos uma discussão geral sobre o trabalho apresentado pelos grupos durante as semanas anteriores, e no dia 11 apresentarei meu

relatório, que será justamente a consolidação de todo o trabalho dos grupos.

Há um detalhe: a apresentação dos trabalhos na Comissão seguirá esse calendário, mas todos os grupos, até o dia 13 de novembro, tendo ou não apresentado em plenário, terão de me entregar o relatório, para que eu possa, juntamente com a Consultoria Legislativa e os demais assessores da Casa, elaborar o relatório final, porque precisamos apresentá-lo este ano ainda, visto que o próximo é ano eleitoral.

O que quero fazer? Quero consolidar todas as proposituras, todas as idéias surgidas aqui durante as nossas reuniões, as audiências públicas e o trabalho externo. Por requerimento, vamos sugerir ao Presidente da Casa que permita a criação de um grupo de trabalho externo para acompanhar a Frente Parlamentar em audiências públicas nos Estados, já que a Comissão não pode, regimentalmente, deslocar-se, conforme pretendíamos desde o início. Pediremos a formação de um grupo de trabalho externo para que se possa, conjuntamente com as Assembléias Legislativas, fazer pelo menos nas 5 Regiões do País audiências públicas que venham a polarizar o trabalho realizado, não só as experiências de órgãos governamentais, mas também não-governamentais, sobre a juventude, a fim de que se possa trazer idéias em relação a isso.

A idéia principal é dividir o trabalho de forma setorial, até os capítulos, mesmo no próprio estatuto. Essa proposta, ou seja, as proposições juntadas, até o dia 3 de novembro, devem chegar à nossa mão, para podermos fazer o relatório consolidado, acompanhando todas as reuniões que serão realizadas aqui na Comissão, já que cada grupo terá oportunidade de apresentar seu relatório, e apresentar tudo isso até o dia 11 de setembro, já de forma mais concisa, para que em 2004, logo no início do ano, possamos fazer a discussão da matéria com menos áreas de atrito, com mais pontos de confluência de opiniões, e votá-la rapidamente.

Minha grande preocupação, em relação à apresentação desse relatório, é com que surja um relatório que não tenha sido trabalhado antes e venha a ser levada à discussão na Comissão uma opinião única, o que vai acabar levando a um grande conflito, e a votação nunca acontecerá. Há exemplos aqui de projetos que passam anos e anos sem que se consiga chegar a um bom termo justamente por causa dos conflitos de opinião. Com a divisão em grupos de trabalho, corremos menos riscos, porque o tema não só será exaustivamente discutido no grupo como também será apresentado no plenário da Comissão e poderá tornar-se público no próprio debate, durante as audiências públicas e outras reuniões. Essa é a idéia básica.

De hoje até o dia 11 de dezembro, portanto, formularemos o relatório em relação ao Plano Nacional da Juventude e ao Estatuto do Jovem, com base não só no meu trabalho pessoal, mas no de cada grupo. Cada grupo terá um coordenador e um relator. Ao mesmo tempo, será dada aos nossos companheiros a oportunidade de participar de mais de um grupo, já que existem pessoas que trabalham em mais de uma área.

Esse é o cronograma que apresento. Está bastante simplificado, principalmente nas páginas 2 e 3, em que se consegue verificar a proporção exata do trabalho que será realizado, e – o principal – com datas marcadas, com prazos. Precisamos de prazo para entregar esse trabalho, para que se chegue pelo menos ao mês de maio de 2004 com o Estatuto e o Plano Nacional votados na Comissão e já encaminhados como conquista nossa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Em discussão o roteiro de trabalho apresentado pelo Relator, o Deputado Benjamin Maranhão. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Isaías Silvestre, do PSB de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são 7 grupos e 24 Deputados. A meu ver, os temas dos grupos 6 e 7 estão na mesma linha. São eles: "O jovem, a família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência" e "O jovem como minoria: deficientes, negros, mulheres, índios e homossexuais". Por que não juntar esses dois grupos para serem exatamente 6 grupos para 24 Deputados? Os grupos ficariam mais homogêneos, já que os assuntos são correlatos. Isso foi uma sugestão, ou já está definido como forma de trabalho? Esse grupo de trabalho já está definido ou será discutido?

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Está para ser discutido, apreciado e aprovado, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Concedo a palavra ao Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Esse trabalho é fruto da contribuição de outros Deputados. Tínhamos a idéia de dividi-lo em grupos, mas com as contribuições de alguns Deputados, Deputados Odair e Eduardo Barbosa, houve o pedido de se fazer essa divisão nesses grupos de trabalho. Realmente são assuntos afins, como também educação, lazer, cultura e desporto. Por haver pessoas que trabalham especificamente nessas áreas, resolvemos fazer dessa forma. Se o Plenário da Comissão achar conveniente

apresentar um requerimento de criação dos grupos, poderemos votá-lo agora. Se a maioria dos Deputados achar melhor juntarmos os grupos, vamos juntá-los.

Um esclarecimento: somos 48 Parlamentares, contando os Suplentes. Eles também podem participar dos grupos.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – São 48 com os Suplentes, exatamente. O tema "O Jovem e o Trabalho", por exemplo, estará embutido em todas as discussões. É exatamente o que discutiremos: "O Jovem e o Desporto", junto com "O Jovem e a Educação". Estamos abrindo muito o leque. Se trabalhássemos mais concentrados, com menos equipes, produziríamos muito mais. Já é difícil juntar o pessoal aqui. Temos inúmeras Comissões, e ainda vamos abrir vários grupos? Não teremos condições de apresentar um trabalho com data, início e fim determinados. Vamos fazer como acontece nesta Casa: apresentamos um projeto e durante 5, 6, 7 anos ficamos discutindo, e nada sai do papel.

Essa é a minha opinião. Vamos discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Concedo a palavra ao Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA – Minha preocupação é a mesma do Deputado que me antecedeu. Ao diversificarmos, formando tantos grupos de trabalho, acabaremos por não chegar a um denominador comum sobre a apresentação de um trabalho consistente.

O Deputado Benjamin Maranhão disse que há Deputados que trabalham especificamente com um tema, seja o do desporto, seja o da cultura etc. Não podemos fazer de um documento do grupo de trabalho o pensamento de um só Deputado. Essa é a ponderação que faço. Esse documento tem de ser fruto de um consenso. Às vezes, o que um Deputado pensa pode não ser o que eu penso.

Eu acho que o tema "O Jovem e o Trabalho" é o mais importante, porque hoje é o tema mais polêmico que temos de tratar, pois sabemos o que está acontecendo. Aí vêm outros debates sobre o primeiro emprego. Será que esse é realmente o problema? Essa é a solução do problema, ou estaremos tirando o emprego daqueles que já têm idade avançada? Esse é um outro debate que teremos dentro dos grupos de trabalho.

Minha preocupação é com que, ao criamos 7 grupos de trabalho, um deles expresse o pensamento de um só Deputado. Não gostaríamos que isso acontecesse. Mesmo que a criação desses grupos seja submetida ao Plenário, acredito que deveríamos criar 4 ou 5 no máximo, para que o trabalho realmente seja consistente, fruto do pensamento da Comissão, e não de um ou outro Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Concedo a palavra ao Deputado Odair.

O SR. DEPUTADO ODAIR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendo que a divisão sugerida não prejudica nosso trabalho, na medida em que a controvérsia sobre o tema determinará a amplitude do nosso relatório. Creio que o número 6 é o ideal, já que somos 24 efetivos; assim, as pessoas não precisariam participar de mais de um grupo. Vejo que é uma questão puramente de divisão. Do ponto de vista do conteúdo, temos muita bagagem para debater sobre os temas apresentados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a Presidência ao Deputado Lobbe Neto, para eu poder explicar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Sr. Presidente, ao iniciarmos este debate, que é recente no Parlamento, temos 2 grandes objetivos: o Plano Nacional de Políticas para a Juventude, um plano decenal, e o Estatuto. Precisamos construi-los juntos, com muita dedicação; ou seja, cada tema desses é de extrema importância para a vida do jovem.

Como o Deputado Léo Alcântara observou, o tema "trabalho" é muito importante, e dentro dele vamos tratar dos jovens favelados, do jovens trabalhadores rurais. É lógico que vários temas têm transversalidade, digamos assim. Queremos que haja dedicação e seja feito um estudo bem aprofundado de cada tema.

Quero dizer ao Deputado Léo Alcântara que não será pensamento de um único Deputado. Primeiro, a idéia é criar o grupo de trabalho com 3 Deputados titulares e 3 Suplentes. Depois, entrarei com requerimento extrapauta para oficializar os grupos de trabalho e distribuí-los, para que cada Deputado possa fazer a opção de ser titular num grupo e suplente em outro. Em tese, tem que haver muita dedicação. Acredito que é importante aprofundar bastante cada tema, e depois todas essas apresentações, todos esses estudos serão apresentados ao Relator e a todos os Deputados membros da Comissão. Após a apresentação do trabalho é que se iniciam de fato a sistematização e a elaboração do Plano Nacional de Políticas para a Juventude.

Na verdade, estamos apresentando esses grupos para que cada Deputado possa aprofundar-se no tema, mas depois vamos construir um todo. Pensamos, junto com o Relator, que cada Deputado da Comissão deve ser Coordenador de um grupo ou Relator de outro, porque senão ficam alguns Deputados trabalhando a questão e outros, por não terem a metodologia de se

comprometer, de participar, de socializar as obrigações, pouco envolvidos nessa construção.

Defendo a aprovação da proposta do Relator, mesmo em relação às minorias. Acho que trataremos de políticas diferenciadas no plano nacional, mas queremos que esse debate aconteça, tendo em vista também que esses grupos de trabalho vêm numa lógica de organização do roteiro de acordo com as audiências, que são preparatórias, para que cada grupo de trabalho tenha conhecimento mais técnico e profundo.

Concedo um aparte ao Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA – Deputado, demonstrei apenas a minha preocupação. Não posso ser contra esse roteiro porque não tenho participado como gostaria desta Comissão. Esse trabalho é fruto de uma série de debates nas reuniões. Infelizmente, não participamos só desta Comissão. Todos fazemos parte de várias outras. Eu sou Presidente da Comissão de Economia, faço parte da CPI da SERASA e da Comissão de Direitos Humanos, e vou fazer parte da Comissão de Reforma da Previdência. Infelizmente, esta Casa funciona apenas durante 2 dias, quando deveria ser diferente; mas temos de trabalhar com a nossa realidade.

Minha preocupação era com que, ao diversificarem-se, os grupos de trabalho ficassem esvaziados, porque acredito que o grupo sobre "O jovem e o trabalho" deverá ser o mais disputado. Quais serão os critérios que V.Exa. adotará para a distribuição? Cito o grupo "O jovem e o trabalho" porque esse é um tema que gostaria de debater; pode não ser o pensamento de outros Deputados. É apenas uma preocupação que estou demonstrando. Votarei a favor, porque, como disse, isso já foi debatido; infelizmente, eu não estava presente, e não posso opor-me ao que já foi fruto de consenso.

É essa a minha preocupação. Tenho certeza de que V.Exa. a levará em conta. Peço apenas muito cuidado na divisão dos grupos de trabalho, para que haja sempre 2 Deputados que realmente estejam comprometidos com esta Comissão. É a única ponderação que faço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Obrigado, Deputado Léo Alcântara, pela contribuição. Quanto ao questionamento de V.Exa. sobre o critério, *a priori*, vamos distribuir para que os Deputados façam a opção entre ser titular ou suplente. Posteriormente, vamos convocar reunião ordinária antes das audiências para que possamos decidir conjuntamente, o Relator e o Coordenador de cada grupo de trabalho. Pode ser pela própria opção, vocação, dedicação ou bandeira de cada Deputado, tendo em vista que esses grupos são o somatório de todos os requerimentos e sugestões para o roteiro dos Deputados Milton Cardias, Eduardo Barbosa, Odair, Leonardo Picciani e outros, no debate do Deputado Vignatti, construído nessa lógica de consenso.

Não queremos fazer uma colcha de retalhos. Fizemos um planejamento dos passos, tanto que o roteiro já marca as datas de apresentação dessa matéria. Tentamos organizar-nos, com data já preestabelecida, para obtermos um resultado satisfatório e depois alcançarmos os grandes objetivos: o Plano Nacional e o Estatuto.

Agradeço a intervenção. O critério, *a priori*, será o desejo de participação de cada Deputado. Num segundo momento, vamos decidir conjuntamente com o Coordenador e o Relator de cada grupo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Concedo a palavra ao Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, cumprimento o Relator, Deputado Benjamin Maranhão, e espero...

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Pois não.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Esqueci de dizer que vamos obedecer à representatividade de cada Partido na Casa e na Comissão. Falei do critério de opção, mas um dos critérios, para depois, caso não haja consenso, é a representatividade de cada partido.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Deputado Benjamin Maranhão, espero que seus problemas familiares de saúde estejam mais amenos.

Sr. Presidente, participei deste processo de forma direta desde o início. O roteiro tentou contemplar o debate acumulado nesta Casa, que foi rico. Se contém bastantes sugestões sobre os grupos de trabalho, é porque foi esse o conteúdo, de fato, que o Deputado Benjamin Maranhão tentou juntar do debate feito nesta Comissão, com sugestões de vários Parlamentares.

Outra questão importante: esta Casa nunca fez um debate como o que se está fazendo aqui. Isso cria, de certa forma, uma expectativa, uma demanda muito maior do que achávamos que existiria.

O roteiro ficou bom. Vai apertar um pouco o nosso trabalho, mas podemos administrar o processo. Se for preciso modificar ou suspender data, não há problema. Os grupos de trabalho são necessários para termos a formulação. Vão exigir um pouco de nós neste primeiro momento, mais do que imaginávamos, até porque queremos uma legislação que a Casa não tem, que o Brasil não tem sobre a juventude, hoje. E acho im-

portante o seminário proposto, esse grande seminário nacional, porque dentro dessa formulação de que falávamos na reunião passada temos de conseguir chegar a alguns denominadores comuns: no nosso entendimento, o que é ser jovem hoje? O que é política pública? Qual o papel do Parlamento e das políticas públicas construídas nas esferas federal, estadual e municipal? Para isso, temos de envolver a juventude no debate. Quanto mais conseguirmos envolver a juventude nesse processo, mais próximos da realidade brasileira vamos estar na construção dessa proposta do que a juventude poderia pensar.

Uma coisa é estarmos na Comissão discutindo, construindo, tentando representar a juventude nacional; outra é conseguirmos fazer com que a juventude participe desse feito. Se não for possível o consenso, temos o tempo necessário para costurar isso. O diálogo é possível, mas ainda defendo o atual roteiro.

Se for necessário, poderemos manter a segunda audiência pública, do dia 26 de junho, "O Jovem e o Desporto", e trabalhar os dois temas juntos, pois um tem relação com o outro. A idéia principal é explorarmos ao máximo a experiência da Comissão da Juventude da Câmara de São Paulo para podermos aproveitá-la na discussão desse tema. O Secretário está em outra pauta. Não é problema trabalharmos junto, mas ficará prejudicado o primeiro debate, pela experiência que motivou muito este debate nesta Comissão, a experiência da Câmara de São Paulo nesse sentido. A experiência do Secretário de Juventude, Esporte e Lazer de São Paulo é muito rica nessa questão do esporte e do lazer. De repente, um tema pode ficar ofuscado pelo outro, porque têm pontos em comum, mas são um pouco diferentes. Podíamos explorá-los mais se fossem separados; mas se não é possível, inclusive por causa da agenda, vamos juntá-los, sem problema, e explorá-los no debate nesse mesmo dia.

Para encerrar, há uma outra preocupação: precisamos firmar os papéis da juventude e da Comissão nesta Casa. As audiências públicas possibilitarão essa afirmação pública, fora e dentro da Câmara, porque isso acaba sendo divulgado nos jornais da Casa, na imprensa nacional, acaba por atrair o interesse dos Parlamentares que assinaram a Frente, além da Comissão, e isso pode contribuir, Deputado Léo Alcântara. Essa questão, se me permite dizer, assim ficará mais simples, pois houve iniciativa de sua parte e de outros Deputados nesta Casa; anteriormente, não havia tanta gente com vontade de ajudar.

Temos de aproveitar este momento, essas pessoas que têm vontade de contribuir, os Deputados e aqueles que estão contribuindo neste processo, que estão na Frente, de forma direta ou indireta, para firmar nosso trabalho. Se quisermos construir o Plano, visando ao Estatuto, terá de haver um debate bem organizado. Para isso, temos de obter o respeito nacional, senão não conseguiremos fazer a política positiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra o Deputado Isaías Silvestre.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Caro Presidente, temos de louvar a Comissão, que elaborou muito bem o projeto. O pensamento é realmente positivo e vai dar-nos condições de demonstrar a razão pela qual foi criada a Comissão de Políticas Públicas para a Juventude. Mas temos de pensar. Eu, por exemplo, tenho uma posição no sentido de que temos de produzir; e um grupo mais coeso tem condições de produzir mais do que se abrirmos o leque sem experiência. Temos companheiros com larga experiência na área de desenvolvimento social, como é o caso do Deputado Eduardo Barbosa. S.Exa. tem muito a contribuir com o grupo nesses segmentos variados: jovem e trabalho, jovem e desporto, jovem e primeiro emprego e outras áreas mais. Por exemplo, no que se refere aos itens 6 e 7, é uma área em que ele trabalhou muito tempo e tem muito a contribuir conosco. Nós temos, como já foi dito, um grande número de Comissões nas quais nós trabalhamos e isso vai pesar na hora em que debruçarmos sobre os assuntos inerentes à Comissão para que possamos produzir dentro de um tempo preestabelecido aqui. É lógico que as audiências públicas têm que acontecer; elas é que nos vão dar subsídios para desenvolver os trabalhos. Mas eu volto a insistir no número de grupos de trabalho. Somos 48, mas nem todos se dispõem a estar aqui. Estamos com número para abrir uma sessão – 24; é difícil reunir fora da obrigatoriedade da sessão. Já é muito complicado. Então eu vejo essa dificuldade. É exatamente isso que eu gostaria de ponderar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobbe Neto) – Com a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, concordar com o que disse o Deputado Léo Alcântara. Realmente, a Câmara dos Deputados vive num atropelo de muitas tarefas, funções e Comissões. Apoiamos o relatório apresentado pelo Deputado Benjamin Maranhão. Entendemos que o mesmo está bem fundamentado e repleto de boas intenções, como V.Exa. bem dizia quando falava da necessidade de trazer para os membros desta Comissão o comprometimento com os diversos temas. É evidente que notamos, como bem dizia o Deputado Isaías Silvestre, que o espectro está um pouco aberto, mas por um motivo nobre, que é forçar uma participação maior e dar oportunidades a todos. Repito: apoiamos o relatório. Se ainda não é perfeito, também

perfeito não será um novo apresentado. Achamos que devemos seguir esse modelo. A intenção da Comissão é buscar o debate e a integração da sociedade. Essa é a melhor forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Passo a Presidência ao Presidente efetivo da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Cardias.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo o Relator, Deputado Benjamin Maranhão, a quem agradeço por nos ter ouvido e acatado a sugestão para inserir o item "O jovem, família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência". Fiquei muito satisfeito e creio que contribuirá muito para este trabalho que a Comissão está pretendendo desenvolver em relação a nossa juventude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Deputado, isso é fruto de uma contribuição coletiva.

Com a palavra o Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pelo trabalho de V.Exa., juntamente com o Relator, Deputado Benjamin Maranhão. Estamos chegando ao roteiro de trabalho efetivo. Nossa preocupação é que isso passe para todos os Parlamentares o mais rápido possível para que possamos optar pelo grupo e darmos início ao trabalho.

Entre as sugestões, até para que possa haver um pouco mais de unanimidade nesta Comissão, está a questão que o nobre Deputado Isaías Silvestre abordou de ficar menos grupos. Sugiro que quebremos o grupo 5, passando a educação e a cultura, o desporto e o lazer. Com isso, ficariam apenas 6 grupos.

Outra sugestão seria a divisão dos efetivos desta Comissão. Depois, claro, soma-se mais 4 suplentes. Ficariam 4 mais 4. Tem também a sugestão para que os presentes já pudessem fazer suas opções para agilizarmos isso. Depois a Presidência encaminharia para todos os gabinetes a sugestão de que cada um indique sua preferência, para que possamos fechar isso no próximo dia 12, antes até da audiência. Daí para frente determinaríamos os trabalhos dos grupos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – A Mesa acata a proposta de encaminhamento de V.Exa. e também a do Deputado Isaías Silvestre e quer colocar a matéria em discussão e apreciação.

Há duas propostas: a original, do Relator; e a do Deputado Lobbe Neto, de incluir no Jovem e o Desporto, o Lazer, e no Jovem e a Educação, a Cultura. Com isso, o Grupo de Trabalho 5, Jovem, Cultura e Lazer, está excluído. Será incorporado à Educação e ao Desporto.

Pergunto ao nobre Deputado Isaías Silvestre se a proposta do Deputado Lobbe Neto contempla sua idéia, de passar para 6 os grupos de trabalho.

Concedo a palavra ao Deputado Isaías Silvestre.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Sr. Presidente, não tenho nenhuma dificuldade em aderir à proposta do Deputado Lobbe Neto. Minha preocupação é de que tenhamos muitos assuntos para formar temas, se olharmos o horizonte da proposta da Comissão. As Comissões já estão instaladas e o tempo que teremos para desenvolver os assuntos propostos é curto. Para mim, não há nenhuma dificuldade. Gostei do que S.Exa. propôs, ou seja, juntar, para desenvolver um trabalho mais coeso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Quero lembrar, Deputado Isaías Silvestre, que a proposta elaborada pelo Deputado Lobbe Neto – se o nobre Deputado me permitir – , é o somatório de nosso debate, encaminhado com sua sugestão, de reduzir para 6 os grupos de trabalho.

Pergunto ao Relator, Deputado Benjamin Maranhão, se S.Exa. concorda com a inclusão e exclusão do Grupo de Trabalho 5. Na verdade, não estamos excluindo, estamos incluindo, dividindo entre dois grupos de trabalho: o Desporto e a Educação. Passa a ser Desporto e Lazer e Educação e Cultura.

Pergunto ao Plenário se algum Deputado quer se manifestar em relação ao GT-5, que está em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Sr. Presidente, nossa intenção com esse relatório foi evitar, o máximo possível, o confronto. Como bem disse o Deputado Leonardo Picciani, é uma forma de o trabalho ficar dividido e dar a todos a oportunidade de participarem. Essa foi nossa idéia desde o princípio.

Quando se sugeriu 7 grupos de trabalho, foi em função do próprio debate que surgiu na Comissão, em que cada um dos Deputados manifestou o interesse de debater temas específicos. Para sermos mais uma vez democráticos, procuraremos evitar o confronto e acataremos a proposta. Em vez de 7 grupos – apesar de 7 ser um número muito bonito, mágico – , que fiquem os 6 grupos até que se juntem. Minha idéia inicial era juntar o Desporto e o Lazer em um único grupo, para facilitar sua correlação. A Educação e a Cultura ficariam em um único grupo e o Grupo de Trabalho 5 deixaria de existir, estaria fundido nos outros 2 grupos.

Apesar de haver uma grande correlação entre os Grupos 6 e 7, que se mantenha a forma como está, porque, apesar dessa grande correlação, existe a necessidade de se aprofundar esses temas específicos. Que seja dada aos Deputados que já manifestaram o interesse de trabalhar em áreas específicas a chance de poderem fazer dessa forma. Os Grupos 6 e 7 também são correlatos, como os outros que foram fundidos, mas, pelo próprio pedido dos Deputados, que se permaneça dessa forma, para evitar possíveis confrontos. Vamos chegar a um ponto de equilíbrio.

É importante que se decida essa questão hoje, que entreguem as fichas, a fim de os Deputados escolherem os grupos, para que possamos efetivamente começar o trabalho, porque sem a formação desses grupos não há como iniciá-lo. Não podemos continuar debatendo, alterando relatório, sem que se chegue a um consenso em relação a isso.

Precisamos, até o dia 11 de dezembro, estar com esse relatório pronto em relação ao Plano Nacional da Juventude e o Estatuto do Jovem Brasileiro. Isso só conseguiremos depois do passo inicial, a formação e o estabelecimento dos grupos. Que cada Parlamentar diga de que grupo quer participar para que façamos a divisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Está em apreciação a fusão do grupo GT-5 ao GT-1, Desporto e Laser, e ao GT-3, que passa a ser Jovem, Educação e Cultura. Então, o GT-5 está excluído. A leitura passa a ser: GT-1, Jovem, Desporto e Lazer; GT-2, Jovem e o Trabalho; GT-3, Jovem, Educação e Cultura; GT-4, Jovem, Saúde, Sexualidade e Dependência Química; GT-5, Jovem, Família, Cidadania, Consciência Religiosa, Exclusão social e Violência; GT-6, Jovem, com minoria, deficiente, negro, mulher, índio, homossexual.

Pergunto ao Plenário se está de acordo com a fusão e a inclusão.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Gostaria de justificar o desmembramento do item 5.

A Comissão Permanente da Casa é chamada de Educação, Cultura e Desporto. Acredito que essa mudança facilitará bastante o trabalho que já fazemos, como é o caso da Professora Raquel e meu.

A Professora Raquel – posso falar em nome dela – e este Deputado gostariam de participar do grupo relacionado à Educação e Cultura. Queremos estar inscritos nesse grupo.

Se cada Parlamentar que participa de outras Comissões Permanentes ou como suplentes trouxesse as afinidades dessas outras Comissões para os grupos, facilitaria e agilizaria o trabalho. O resultado seria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Deputado, estamos com a relação de todos os grupos disponíveis. Já temos o GT-1. Peço às pessoas que considerem. Vou tirar o GT-5. Quando fizerem sua opção pelo Jovem e o Desporto, estarão incluídos Lazer, Educação e Cultura.

Lembro também que vamos oficializar. Vou mandar um ofício para o gabinete dos 48 Deputados com a lista pedindo-lhes para fazerem a opção. Vou solicitar à assessoria que pegue a preferência de cada um dos nobres companheiros que participam da Comissão como titular ou suplente e Coordenador ou Relator.

A intenção é decidirmos, já na próxima reunião, depois de termos em mãos a opção de cada Deputado – encaminharemos os nomes com alguns critérios, decididos na reunião, que levem em consideração a responsabilidade política de cada partido – , a nomeação do Coordenador e do Relator. Marcaremos uma reunião para decidirmos essa questão. Será convocada reunião extraordinária, porque as 3 próximas serão ordinárias para audiência pública.

Cada Deputado pode participar de um grupo como titular e, como suplente, de outro. Vamos formar grupos com 3 titulares e 3 suplentes. Será original, apesar da proposta do Deputado Lobbe Neto. Aprovamos a inclusão, mas não debatemos a constituição dos grupos de trabalho, porque entraremos com requerimento extrapauta. Depois voltaremos a debater o assunto.

Passo a palavra ao Deputado Odair, do PT de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO ODAIR – Sr. Presidente, já temos o acúmulo das propostas. Poderíamos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – A Mesa acata a proposta do Deputado Odair e coloca em apreciação o roteiro.

Alguém mais quer se manifestar a respeito do roteiro? *(Pausa.)*

Em votação o roteiro.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Está aprovado o nosso roteiro de trabalho, com ressalvas às alterações aprovadas anteriormente.

Com a palavra o Deputado Eduardo Barbosa, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA – Sr. Presidente, cheguei atrasado e não participei da discus-

são, mas já consegui me inteirar do assunto e peguei o fechamento. Quero cumprimentar o Relator, pois acho que ele foi muito feliz por ter conseguido absorver todas as idéias que aqui foram debatidas anteriormente. Creio que ele contemplou todos nós nas discussões feitas e naquilo que foi apresentado formalmente.

Parabéns! Não é fácil apresentar um roteiro de trabalho tão abrangente como este, que também contempla todas as necessidades.

Era só o que gostaria de registrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Há mais algum Deputado que gostaria de se manifestar?

Vamos passar para o item 2 da pauta, apreciação dos requerimentos.

Temos um requerimento apresentado pelo Deputado Odair, a quem passo a palavra para se manifestar a respeito.

O SR. DEPUTADO ODAIR – Sr. Presidente, creio que esse meu requerimento, dado o bom trabalho do nobre Relator, Deputado Benjamin Maranhão, está prejudicado. Por isso peço a sua retirada da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – A Mesa acata a retirada do requerimento, de acordo com as normas regimentais e conforme solicitação feita pelo autor.

Passo a Presidência ao Deputado Lobbe Neto, para que eu possa encaminhar 2 requerimentos aprovados em extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Requerimento dos Srs. Deputados Reginaldo Lopes e Benjamin Maranhão para criação de grupos de trabalho para analisar a proposta temática sobre a juventude brasileira:

"Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., nos termos regimentais, a criação dos seguintes grupos de trabalho, constituídos de três titulares e três suplentes, sendo um Coordenador e um Relator, com o objetivo de analisar e de estudar as propostas temáticas relacionadas aos jovens, visando subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Políticas Públicas da Juventude e o Estatuto da Juventude.

Grupos de Trabalho:

O Jovem, o Desporto e o Lazer;

O Jovem e o Trabalho;

O Jovem, a Educação e a Cultura;

O Jovem: saúde, sexualidade e dependência química;

O Jovem: família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência;

O Jovem como minoria: deficiente, negro, mulher, índio, homossexual."

Assinado, Deputado Reginaldo Lopes.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Na verdade, esse requerimento é uma confirmação do roteiro de trabalho já aprovado. No nosso requerimento, estava prevista a constituição de 7 grupos, mas foram automaticamente aprovados 6.

Estamos solicitando aos nobres colegas que seja aprovada a constituição de tais grupos com 3 titulares, 3 suplentes, 1 Coordenador e 1 Relator. Então, como o roteiro já foi aprovado, esse requerimento é para que possamos enviar amanhã para todos os gabinetes o ofício solicitando a participação em tais grupos, em continuidade aos nossos trabalhos.

Sei que o Deputado Lobbe Neto, nosso Presidente, fez uma proposta inicial de 4 membros titulares e 4 suplentes. Nesse caso, gostaria de uma manifestação da Mesa no sentido de permanecer com a proposta, retirá-la ou debatê-la. Daí coloco em apreciação e peço a votação do requerimento.

(Não identificado) – A minha pergunta foi em relação à matemática do trabalho, mas não tenho nenhuma objeção a fazer aos Requerimentos nºs 3 ou 4. Era só para facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Não havendo mais oradores para discutir. Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. *(Pausa.)*

Requerimento do Deputado Reginaldo Lopes para a constituição de grupos de trabalho, a fim de organizar o Seminário Nacional da Juventude, sessão solene e exposição de experiências das políticas de juventude implantadas no Brasil.

"*Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., nos termos regimentais, a criação dos seguintes grupos de trabalho: 1- grupo composto por 3 Deputados para organizar o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude;*

2- grupo composto por 3 Deputados para organizar a sessão solene e a exposição das experiências em políticas públicas para a juventude no âmbito governamental e não governamental."

O Deputado Reginaldo Lopes assina o requerimento.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Aprovamos, dando continuidade ao nosso roteiro de trabalho, para melhor andamento e melhor organização da Semana Nacional do Jovem, uma lei de 1993, feita pelo então Presidente e hoje Embaixador em Roma,

Itamar Franco, e faz parte do roteiro de trabalho que aprovamos aqui.

Para ficar mais fácil a organização, peço aos nobres colegas que aprovemos a constituição de mais 2 grupos de trabalho. O primeiro é para organizar o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. A proposta inicial é que seja composto por 3 Deputados. O segundo grupo de trabalho é para organizar a sessão solene, que já foi aprovada por esta Comissão, no dia 25 de setembro, e também a exposição das experiências em políticas públicas para a juventude em âmbito governamental e não governamental.

Na verdade, vamos estar fazendo o que a Semana Amazônica fez nos corredores desta Casa. Traremos aqui todas as Prefeituras e ONGs que têm alguma política implementada para o jovem, para que tenham oportunidade de divulgar a todos os Parlamentares e à Casa.

Esta proposta também é uma sugestão. Até aprovamos o requerimento da Deputada, Professora Raquel Teixeira, no qual ela salienta a importância de convidar para a sessão solene todos os secretários estaduais e municipais que tenham implementado políticas nesse sentido por este Brasil afora.

Dessa forma, pensamos contemplar a proposta da Professora Raquel Teixeira e – como observou muito bem o nosso Presidente,— enriquecer a nossa sessão solene. A proposta é que, terça-feira, no início da Semana Nacional do Jovem, dia 23 de setembro, façamos uma grande abertura, às 10h, com a exposição de todas as experiências governamentais e não-governamentais feitas para a juventude no Brasil. Depois vamos encerrar essa exposição, permitindo que, no dia 25, todos os secretários municipais e estaduais e ONGs possam se manifestar na sessão solene em homenagem ao Dia Nacional da Juventude.

Peço aos nobres companheiros a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Vignatti para discutir, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, Deputado Lobbe Neto, não quero fazer o debate sobre o requerimento, mas apenas advogar em defesa própria. Como propusemos o requerimento do Seminário Nacional, queria estar entre os 3 Parlamentares que irão organizá-lo. Gostaria que o meu nome pudesse figurar entre os 3 indicados, porque tenho uma idéia do que é o seminário e queria passar a proposta que transcrevemos para ajudar nessa coordenação entre os 3 Parlamentares.

Essa é a advocacia em causa própria que queria fazer anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – A título de sugestão, que os componentes desses grupos de trabalho, já que são específicos para a organização dos 2 eventos, fiquem livres para participar dos dois eventos, porque existirão os que são praticamente permanentes, pois vão trabalhar durante toda a existência da Comissão, e esses específicos, que vão apenas tratar da exposição e do seminário. Que seja livre o Deputado para escolher não só a permanência nos demais grupos de trabalho fixo, como desse provisório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Eu, como autor do requerimento, acato a sugestão do Relator, Deputado Benjamin Maranhão, e faço uma nova sugestão para que aprovemos a criação desse grupo especial e a Mesa indique um coordenador. Esse coordenador constituirá o grupo de acordo com as necessidades do trabalho de organização tanto do seminário nacional quanto da sessão solene e da exposição.

Acato a sugestão do Deputado e peço que se coloque em votação os dois grupos especiais de trabalho, sendo que onde se fala em 3 Deputados se permita que a Mesa, a coordenação da Comissão, indique um coordenador e este teria a responsabilidade de constituir o grupo de trabalho. Seria esse o novo encaminhamento, acatando a sugestão do Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Com a palavra, para discutir, o Deputado Júnior Betão.

O SR. DEPUTADO JÚNIOR BETÃO – Sr. Presidente, somente a título de sugestão, deveríamos convidar os representantes dos partidos políticos que estão envolvidos com a juventude de seus partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Quero lembrar que é justamente para isso, Deputado Júnior Betão. Faremos essa coordenação e depois a própria Comissão aprovará o trabalho dos coordenadores dos eventos. Eles têm a atribuição de organizar, pensar os temas, os convidados e terão de submeter à apreciação da Comissão. Depois aprovaremos uma data limite para a apresentação de todo o roteiro, de todas as propostas, todos os temas que serão abordados no

seminário nacional, quem são os convidados para a sessão solene e como será encaminhado.

Quero dizer aos nobres colegas que a partir de amanhã, depois de aprovado o nosso requerimento, as sugestões de todas as companheiras e companheiros Deputados que queiram apresentar ONGs ou Secretários municipais e estaduais, qualquer entidade que tenha política ou trabalho voltado para a juventude, nós, enquanto Presidente da Comissão, estaremos encaminhando as sugestões para esses coordenadores dos grupos especiais de trabalho. Depois, uma reunião extraordinária será convocada para aprovar a proposta do nobre coordenador, tanto do seminário quanto da exposição e da sessão solene. Este é o meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores para discutir, em votação. Os Sr. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Passo a Presidência ao Deputado Reginaldo Lopes para que encerre esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Quero agradecer ao ilustre Deputado Lobbe Neto pela Presidência e o trabalho e convoco a próxima reunião ordinária para quinta-feira, dia 2 de junho, às 14h, para tentar fechar a coordenação dos grupos de trabalho. Também quero convocar, em seguida, uma reunião extraordinária para audiência pública, na qual teremos como convidados o Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE; a Sra. Ana Amélia Camarano, Coordenadora do IPEA; o Sr. Otaviano Augusto Marcondes Leme, Presidente do INEP; a Sra. Helena Abramo, Coordenadora da Fundação Perseu Abramo; e a Sra. Leslie Marques de Carvalho, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Agradeço a todos a presença. Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Sexta Reunião Ordinária realizada em 12 de junho de 2003.

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e três, às quatorze horas e cinqüenta e quatro minutos, no plenário sete do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, sob a presidência do Deputado Reginaldo Lopes. Compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Eduardo Seabra, Isaías Silvestre, Julio Lopes, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Luciano Leitoa, Marcelo Guimarães Filho, Mário Assad Júnior, Milton Cardias, Odair, Professora Raquel Teixeira, Reginaldo Lopes, Vignatti, Zico Bronzeado e Zonta, titulares; Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Carlos Abicalil, César Medeiros, Eduardo Barbosa, Homero Barreto, Jovino Cândido, Lindberg Farias e Maurício Rabelo, suplentes. Não compareceram os Deputados Celcita Pinheiro, Clóvis Fecury, Deley, Júnior Betão, Léo Alcântara, Marinha Raupp e Sandro Mabel. ABERTURA – O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. ATA – A leitura da ata da reunião anterior foi dispensada por solicitação do Deputado Zonta. Colocada em votação, a ata foi aprovada. EXPEDIENTE – O Senhor Presidente considerou lidas, por terem sido distribuídas anteriormente, as correspondências recebidas a seguir: 1) Of. nº 215/03, de 06-06-03, do Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, informando a impossibilidade de comparecer à reunião de audiência pública do dia 12-06-03, para a qual foi convidado; 2) fax do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de 09-06-03, informando que a Professora Dirce Gomes iria substituir o presidente da Instituição, Otaviano Augusto Marcondes Helene, na reunião de audiência pública do dia 12-06-03. A seguir, leu o fax do INEP, de 12-06-03, comunicando o não compadecimento da Professora Dirce Gomes, por motivo de trabalho. ORDEM DO DIA – I – Audiência púbica com a presença das Senhoras Ana Amélia Camarano, Coordenadora do IPEA; Dirce Gomes, Diretora de Avaliação para Certificação de Competências do INEP, e Leslie Marques de Carvalho, Promotora de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para debaterem o tema "Ser Jovem no Brasil: realidade e desafios"; II – Definição dos Grupos de Trabalho – temáticos e de coordenação de eventos. O Senhor Presidente convidou as expositoras a tomarem assento à mesa e fazerem suas exposições. A Presidência registrou a presença dos representantes da Juventude de São Paulo, Alceu José Hauy; da União dos Escoteiros do Brasil, Rubem Suffet; do Grupo Interagir, e do Deputado Estadual do PT da Bahia, Rodrigo Soares. Usaram da palavra os Deputados Vignatti, Zonta, Ann Pontes, Alice Portugal, Eduardo Barbosa, Marcelo Guimarães Filho, Luciano Leitoa, Lobbe Netto e Milton Cardias. Às dezessete horas e seis minutos, o Deputado Reginaldo Lopes passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Marcelo Guimarães Filho, reassumindo-a às dezessete horas e

vinte e três minutos. ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos, antes convocando reunião ordinária, no dia dezoito de junho, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, para nomear os Grupos de Trabalho. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, ,Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente Reginaldo Lopes e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Boa tarde. Declaro abertos os trabalhos da 6ª reunião ordinária desta Comissão, destinada a acompanhar e estudar políticas públicas para a juventude. Tendo em vista que a ata se encontra sobre a mesa, pergunto aos companheiros se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Sr. Presidente, como já estamos de posse da ata, solicito a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Dispensada a leitura da ata.

A ata se encontra em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que concordam com a aprovação da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos para a Ordem do Dia.

Temos 2 pontos: o primeiro relacionado à nossa audiência e o segundo, à designação dos grupos de trabalho. Após a audiência, vamos avaliar se há possibilidade de decidirmos aqui e designarmos os grupos de trabalho. Caso contrário, convocaremos reunião para a próxima quarta-feira.

Quero convidar para fazer parte da Mesa a Sra. Ana Amélia Camarano, consultora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e autora do livro *A Transição para a Vida Adulta: Novos e Velhos Desafios*, nossa primeira palestrante *(Palmas).* Convido também a Dra. Leslie Marques de Carvalho, Promotora de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. *(Palmas)*

Ambas falarão sobre o tema Ser jovem no Brasil: Realidades e Desafios.

Quero também comunicar que a Sra. Helena Abramo, Coordenadora da Fundação Perseu Abramo, e o Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE, justificaram suas ausências, em razão de compromisso assumido anteriormente.

Informo que nos chegou um fax justificando a ausência da professora Dirce Gomes, que iria substituir o Sr. Eduardo, Presidente do IBGE, que, por motivo de trabalho, não pôde estar presente.

Quero esclarecer que cada palestrante terá 20 minutos para a explanação. Depois, na fase de perguntas, cada Deputado terá 3 minutos para fazer suas considerações.

Com a palavra a Sra. Ana Amélia Camarano.

A SRA. ANA AMÉLIA CAMARANO – Em primeiro lugar, quero agradecer o convite. Para nós, pesquisadores, é muito importante o diálogo com quem elabora a formulação e a avaliação de políticas, senão os resultados de nossas pesquisas ficariam estéreis.

O tema que discutimos hoje é sobre ver com preocupação os jovens brasileiros. A pergunta que me fiz quando comecei a trabalhar: por que a preocupação com os jovens brasileiros? A juventude é tradicionalmente um processo de inquietação porque diz respeito à transição da infância para a vida adulta, e todo momento de transição é um momento de incerteza, de insegurança.

Particularmente, nos últimos 5 ou 6 anos, temos ouvido muito falar na crise dos jovens. O que é novo? Por que é uma crise dos jovens e não é uma questão estrutural de transição que vem há mais tempo? Primeiro, para nos situarmos, chamamos de jovens a população de 15 a 24 anos, considerando-se que a vida adulta se dá quando o jovem adquire independência econômica e pode constituir sua família, ou seja, sai da casa dos pais e passa a ser chefe de família ou cônjuge, por meio do casamento.

O que dá para medir quanto à preocupação com a crise dos jovens, é que, em primeiro lugar, falamos de um contingente elevado. O Censo de 2000 encontrou 34 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos. Aparentemente seria um resultado inesperado, porque a fecundidade já vem caindo muito desde o final dos anos 1960. Todo mundo fala do envelhecimento populacional, enquanto temos 14 milhões de pessoas com mais de 60 anos, tem-se 34 milhões de brasileiros no grupo de 15 a 24 anos. Esses 34 milhões são responsáveis por 20% da população brasileira. No entanto, eles respondem por 47% do total de desempregados brasileiros, por 37,3% dos pobres brasileiros e por 40% dos óbitos por homicídios no Brasil. O que se denomina crise dos jovens, muito embora desemprego, pobreza, violência e AIDS surjam como fenômenos – não estou de posse dos dados, mas a maior incidência de AIDS se dá no grupo de pessoas de 15 a 29 anos – é a informalização e as drogas, e também não temos posse desses dados que afetam toda a população brasileira. E esse grupo de 15 a 24 anos é o mais vulnerável, o mais suscetível a esse fenômeno. Por isso denominou-se a crise dos jovens.

Para citarmos um exemplo, aproximadamente 4% dos homens que passaram dos 15 anos não chegam aos 25. Eles morrem assassinados.

A conseqüência disso, além dos fenômenos mencionados, é que estamos vivenciando um período da instabilidade afetiva, com casamentos e descasamentos, além da gravidez precoce. Enquanto a fecundidade cai rapidamente para mulheres acima de 20 anos, ela sobe entre as mulheres de 15 a 19 anos, sendo que um terço dessas mulheres não saem da casa dos pais. Elas moram na casa dos pais, na condição de filhas, e já têm filhos. Condição imediata é o adiamento da idade de filhos que saem de casa – adiamento ou a volta.

Tenho trabalhado muito com as duas pontas, os idosos e os jovens. Vimos que, enquanto os idosos de hoje viveram o mundo da estabilidade do casamento, do emprego, da possibilidade de comprar uma casa própria, hoje casados, aposentados, com filhos – e as mulheres viúvas estão numa melhor situação do que boa parte da população brasileira – , os jovens vivem o mundo da instabilidade, do desemprego, das relações não-afetivas e da falta de perspectivas.

Por que a preocupação com esse segmento? Primeiro, são 34 milhões de pessoas; segundo, há um momento no ciclo de vida desses jovens, a transição para a vida adulta; terceiro, temos de levar em conta o contexto da economia brasileira, em que as duas últimas décadas, 80 e 90, foram marcadas por grandes transformações, como a queda do padrão de crescimento econômico, vigente desde o pós-guerra, a crise do petróleo na década de 70 e a redução relativa da participação no emprego industrial.

A soma desses 2 fatores resulta em uma mudança no mundo do trabalho, conjugado a um volume expressivo de jovens, além de uma pressão maior de um retraído mercado de trabalho com maiores exigências de qualificação profissional que, ironicamente, pede experiência profissional e que tem deixado à margem segmento expressivo da população jovem brasileira, a despeito de maiores ganhos na escolarização.

Os ganhos de escolaridade da população brasileira, na década de 90, foram expressivos, mas não foram suficientes para melhorar a condição de inserção do jovem no mercado de trabalho. Além de tudo, trata-se de um grupo carente de políticas públicas específicas. Temos políticas para idosos, para mulheres, crianças, negros e índios. No entanto, esse grupo só é alvo de políticas universais – educação e saúde. Não há nenhuma política específica para esse grupo. É um grupo bastante heterogêneo. É claro que nem todos os jovens experimentam a mesma situação. Parte desse contingente de jovens já deveria ter terminado o curso superior ou médio e estar se preparando para sua entrada no mercado de trabalho. No entanto, vemos grandes parcelas de jovens que ainda apresentam níveis de escolaridade reduzidos em relação à idade e que já participam do mercado de trabalho.

Assim, dividimos nossos jovens em quatro categorias: o que estuda e trabalha, o que só trabalha, o que só estuda e aquele que não estuda nem trabalha. O que chama a atenção em primeiro lugar é o aumento do número de jovens que estudam e trabalham, ou só estudam. O que me preocupa é que – desculpem-me porque aqui só tenho dados de 2001, mas podem acreditar em mim – , analisando grupos de jovens de 15 a 24 anos, temos 40% de homens do grupo que só trabalham; 21% trabalham e estudam; 28% só estudam e 12% não estudam nem trabalham. Essa proporção é crescente em relação a 1981. Então, é um grupo que nos preocupa, principalmente se considerarmos que, entre os jovens de 20 a 24 anos, 14% não trabalham nem estudam. Essa proporção foi a que mais cresceu nos últimos 20 anos. Significa que, certamente, esses indivíduos deixaram a escola e não ingressaram no mercado de trabalho.

Em relação às mulheres que trabalham, as proporções são menores, embora seja crescente no tempo. É maior a proporção de mulheres que só estudam e maior a proporção de mulheres que não estudam nem trabalham. A situação da mulher é um pouco diferente porque existem mulheres que não estudam nem trabalham, grande número delas casadas e com filhos.

Quero chamar a atenção para um fato que considero também preocupante. Trata-se do aumento da percentagem de jovens do sexo masculino, com mais de 18 anos, que não trabalham nem estudam. Dentre esses, quase a metade estava procurando trabalho e a outra metade não – é o chamado desemprego por desalento. As pessoas não saem para procurar trabalho por não acreditar que acharão algum emprego. É a falta de perspectiva que, certamente, está ligada a drogas e à violência.

Dentre as mulheres, 48% das que não estudavam nem trabalhavam já tinham constituído suas famílias. Estão casadas, as chefes de domicílios, e 58% delas já tinham tido filhos.

O fato positivo, como já mencionei aqui, é que foram observados ganhos expressivos na escolaridade entre os anos de 1981 a 2000 para ambos os sexos. Os maiores ganhos foram para os jovens desocupados: os que não estudam nem trabalham, principalmente as mulheres.

Os ganhos reduzidos encontram-se entre aqueles que estudam, mas já tinham níveis mais elevados em 2001. Muito embora esses ganhos de escolaridade tenham sido expressivos, as taxas de atividade da

população masculina, ou seja, a proporção de jovens no mercado de trabalho decresceu e as de desemprego caíram muito, principalmente entre as mulheres. As relações de trabalho ficaram mais informais, porque mais de 60% dos empregos sem carteira assinada no Brasil encontram-se entre a população jovem. Em parte isso é esperado, porque geralmente o primeiro emprego dá-se em atividades mais informais, mas a proporção ainda é bastante elevada. A famosa flexibilização do mercado de trabalho é, na verdade, uma informalidade e os trabalhos são cada vez mais temporários. O emprego que os idosos tiveram, quando se assinava a carteira de trabalho, e que ia até o fim da vida, acabou. Hoje, o jovem tem trabalho durante 3 meses e passa outros 3 meses sem trabalhar, sem carteira assinada.

É claro que essa inserção ficou difícil para todo mundo, mas ficou mais difícil para a população jovem, como se pode ver nos gráficos de taxas de desemprego por idade. As duas linhas abaixo, azul e vermelha, são de 1981, e as duas acima são de 2001. A vermelha representa as mulheres e a azul representa os homens. Observamos que as taxas de desemprego cresceram nesses últimos 20 anos para todo mundo, mas o crescimento foi muito maior na população jovem e feminina. Além disso, a informalidade, como disse, foi mais intensa entre a população jovem. Entre 1989 e 2000, foram destruídos 950 mil postos de empregos formais para trabalhadores com idade entre 15 e 24 anos. Por outro lado, foram criados 3 milhões e 700 mil postos de trabalho para a população maior de 25 anos. A população de 25 anos foi a que mais cresceu, 35%, e o emprego formal desse grupo cresceu 20% nos últimos 20 anos. A população jovem cresceu 32% e o número de empregos formais decresceu 14%.

Um dos indicadores das condições de vida da população, que poderia ser a proporção de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, é a classificação por domicílios pobres, jovens que moram em domicílios pobres ou são indigentes. A proporção de jovens sem rendimento, conforme observamos, encontra-se nos domicílios mais pobres, onde os jovens não trabalham nem estudam. Cinqüenta por cento dos domicílios que têm jovens que não trabalham nem estudam são classificados abaixo da linha de pobreza; desses, 94% não têm nenhum rendimento. Os jovens que apenas estudam encontram-se na categoria de domicílios mais pobres, e os jovens que estão trabalhando encontram-se numa categoria de domicílios menos pobres, o que ratifica o fato de que, se o jovem não estuda nem trabalha, não é porque está bem de vida e pode não fazer nada, mas porque é muito pobre e não tem qualquer perspectiva de estudo nem de trabalho. Como disse, 50% dos domicílios que têm jovens nessa categoria estão abaixo da linha de pobreza, incluindo pessoas do sexo masculino e feminino, só que, no caso das mulheres, as proporções são menores. A proporção de domicílios pobres em qualquer uma das categorias segue a mesma ordem, mas as proporções são mais baixas, ou seja, as mulheres jovens vivem em domicílios menos pobres. Essa situação reforça a importância da renda do jovem para reduzir a pobreza desses domicílios.

Outro resultado que encontramos é a associação clara entre a inserção no mercado de trabalho e o processo de formação de família, no caso dos homens. A entrada no mercado de trabalho é que condicionará o jovem a poder constituir sua família. Isso nem sempre acontece com as mulheres, porque elas podem constituir suas famílias pelo casamento. Na categoria de cônjuges, elas as constituem sem estar vinculadas ao mercado de trabalho. Por outro lado, se as constituem antes disso, estarão comprometendo mais tarde sua entrada no mercado de trabalho.

A conseqüência, como já disse, é que há uma proporção mais elevada de jovens vivendo com os pais. Nos trabalhos que tenho feito sobre envelhecimento, observamos ser crescente o número de filhos adultos e netos que moram com pais idosos. Hoje, famílias de 3 gerações estão crescendo muito. Pensava-se que famílias de idosos eram ninhos vazios, mas hoje famílias de 3 gerações são crescentes; os ninhos estão cheios. Vou fazer uma propaganda, porque a renda da Previdência tem sido fundamental para manutenção dessas famílias de 3 gerações. É justamente nas famílias em que os jovens não têm renda – a renda é do pai idoso, que recebe benefício previdenciário – que há um pacto fundamental para redução da pobreza.

Como já havia falado anteriormente, além de os filhos não saírem mais de casa, os netos também estão morando lá. Das jovens que tiveram filhos, 35% delas moram na casa dos pais na condição de filhas. Na última parte do trabalho que apresentarei, poderemos ver os domicílios de jovens que constituíram suas famílias. Dez por cento dos domicílios brasileiros são de jovens chefes de famílias ou jovens cônjuges, o que chamamos de domicílio de jovens. Dentro deles, há 75% de filhos morando com os pais, constituídos de casais com filhos; 15% são casais sem filhos; 10% são de pessoas que moram sozinhas.

Nos domicílios de jovens, as condições de vida são muito mais precárias do que nos demais. Eles são ligeiramente maiores do que a média dos domicílios sem jovens; a renda domiciliar *per capita* é quase a metade nos domicílios de jovens; a proporção de pobres ou indigentes é 70% mais elevada; a escolaridade dos

chefes é maior entre os domicílios de jovens do que os de não jovens; o número de pessoas que trabalham é mais ou menos igual nos 2 tipos de domicílios; a dependência da renda do chefe é um pouco maior nos domicílios de jovens.

Concluindo, os domicílios de jovens estão em piores condições de vida do que os sem jovens, e isso não depende da escolaridade, que é maior do que a dos chefes dos outros domicílios, e do número de pessoas que trabalham, porque é mais ou menos igual ao de pessoas que trabalham. E, fundamentalmente, há ainda o aspecto da remuneração, porque a renda desse domicílio é quase a metade da do domicílio onde não há jovem. É claro que um domicílio de jovem, pelo seu momento no ciclo de vida, tem renda mais baixa, o que é esperado, porque está entrando no mercado de trabalho, ou seja, ainda não acumulou patrimônio. É o começo de uma vida profissional. Portanto, espera-se que ele tenha renda mais baixa. Mas o que está acontecendo no Brasil e em vários países do mundo é que essa dificuldade vem se acirrando pela conjuntura econômica.

Chegamos à conclusão de que a transição da adolescência para a vida adulta ficou mais difícil nos últimos 20 anos, principalmente a inserção no mercado de trabalho. Se pensarmos nas regras de aposentadoria atuais e nas novas regras que se pretendem fixar com a reforma, será difícil assegurar um futuro para os jovens de hoje, que irão se tornar os velhos de amanhã. De crianças de rua, provavelmente teremos velhos de rua.

Outro ponto importante: as crianças de ambiente de renda mais baixa. Setenta e cinco por cento desses domicílios têm crianças. Em que condições elas estão sendo criadas? São domicílios vulneráveis, onde se pode comprometer a qualidade da educação dessas crianças, em termos de alimentação. Certamente tais ambientes reproduzirão jovens com dificuldades no mercado.

Com o atual momento de restrições orçamentárias do Estado, a pergunta que se faz é: como se pode assegurar a esses jovens condições de uma vida digna?

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradeço à Sra. Ana Amélia Camarano a participação.

Concedo a palavra à Sra. Promotora, Dra. Leslie Marques de Carvalho.

A SRA. LESLIE MARQUES DE CARVALHO – Boa tarde a todos. Cumprimento todos os presentes na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta Comissão. Para nós, que trabalhamos com o sistema de Justiça ligado à infância e à juventude, é uma rica experiência estar aqui.

Acredito que todos vamos nos enriquecer com essa troca de experiências. Estamos numa ponta e a Sra. Ana Amélia Camarano está na outra ponta desse grande sistema que precisa estar em constante intercâmbio.

Como já foi dito, sou Promotora da Infância e Juventude. Como tal, lido com crianças e adolescentes na faixa etária entre 0 a 18 anos e, em algumas situações, até os 21 anos, fato que explicarei posteriormente.

É importante o estabelecimento dessas faixas etárias, porque, pelo que vejo, o interesse desta Comissão é elaborar normas e programas voltados a uma determinada faixa etária que se chamaria de juventude. Nós, que trabalhamos desde a primeira infância até a adolescência, às vezes até a juventude, incluindo pessoas acima de 15 anos de idade, pudemos observar que muitos problemas que desembocam na juventude, os quais a Sra. Ana Amélia acabou de citar, têm seu início na infância, prolongam-se pela adolescência e talvez nem dela passem.

Sem querer puxar a sardinha para o nosso lado, operadores do sistema de Justiça da infância e da juventude, quero ressaltar a importância de que, antes de tudo, se pense na implementação completa dessa lei que já vigora há quase 13 anos – o Estatuto da Criança e do Adolescente. A par disso, já se fala em revogação de dispositivos importantes que nem sequer foram testados. Nós, que trabalhamos com essa área, estamos preocupados com algumas propostas legislativas voltadas a determinadas mudanças do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vivemos atualmente na era dos microssistemas jurídicos, e o Estatuto é um deles. Há também o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto das Cidades e por aí vai. Os enormes códigos que os juristas e advogados levavam debaixo dos braços ainda servem, mas como normas gerais que devem ser seguidas. É necessário que surjam microssistemas para disciplinar determinadas categorias e situações jurídicas que merecem atenção especial. A iniciativa de criação de normas específicas para a juventude é salutar e bem-vinda, desde que as normas estejam harmonizadas. Temos vários outros microssistemas. Eles têm de estar em harmonia, para que situações constrangedoras não sejam criadas.

Quero mencionar a entrada em vigor do novo Código Civil, no início do ano, que trouxe algumas influências ao Estatuto da Criança e do Adolescente, as quais estamos aprendendo a harmonizar ao interpretar essas duas leis. Essa tarefa não é fácil e trouxe conseqüências em relação à idade. Antes do novo Código

Civil, as pessoas só alcançavam a plena maioridade civil aos 21 anos de idade. A partir daí, eram tratadas de maneira idêntica a outra pessoa até a faixa de mais ou menos 65 anos. Desta idade em diante, existiam normas específicas.

Depois do Código Civil, a maioridade passou a ser considerada em sua plenitude aos 18 anos de idade. A partir daí não se fala mais em tutela ou em guarda, porque essas pessoas são plenamente capazes de exercer todos os atos da vida civil. Em relação à maioridade penal, não houve modificação alguma. Houve enorme confusão que, creio, está sendo pacificada. No Estatuto da Criança e do Adolescente existe dispositivo que trata de medida socioeducativa mais grave, a de internação, e pode ser aplicada até os 21 anos de idade. Com o advento do novo Código Civil, houve quem entendesse que, a partir dos 18 anos, não se poderia mais aplicar a medida socioeducativa de internação. Já foram feitos estudos a esse respeito e o assunto está sendo pacificado, pois uma coisa não tem nada a ver com a outra. Os 21 anos do Estatuto e os 21 anos do antigo Código Civil são mera coincidência. A razão jurídica, social e política de existência dessa idade é completamente diversa. Vamos imaginar a seguinte situação: um adolescente com 17 anos, 11 meses e 29 dias, que hoje pratica um latrocínio, amanhã, já que ele completará 18 anos, não mais lhe poderá ser aplicada a medida socioeducativa. Isso seria um absurdo e reforçaria ainda mais a corrente que defende a redução da imputabilidade penal, à qual não me filio. Sou membro da Associação Brasileira de Promotores e Juízes da Infância e Juventude, que defende essa mesma posição.

Como os senhores podem ver, lidamos com várias faixas etárias. A fixação do critério idade, seja no Estatuto, seja no Código Penal, em relação às responsabilidades que o ser humano vai adquirindo ao longo de sua vida, é adotada por critério político. É lógico que o critério político se vale das pesquisas, da ciência e dos conhecimentos humanos em geral. Para se decidir se serão 18, 21 ou 25 anos adota-se o critério político. Ele leva em consideração todo um sistema social. Tanto que existem muitas divergências entre diversos países.

Então, temos uma lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que está de acordo com todos os direitos fundamentais criados pela Constituição Federal de 1988. Na verdade, não foram exatamente criados, mas estabelecidos como prioridade absoluta a ser cumprida não só pelo Estado, mas também pela família e pela sociedade.

Essa lei passou a enxergar a criança, o adolescente e os jovens nessas situações a que me referi não como objeto de direito do chamado mundo adulto, mas sim como sujeito de direitos: direito à vida, direito à convivência familiar, direito à educação, à profissionalização e ao trabalho.

Parece-me que essa passagem tão conflituosa para a vida adulta, a que se dá o nome de juventude, não pode ser pensada em termos de legislação, nem mesmo de ciências sociais humanas, sem se ter parâmetros da infância e da juventude, porque essa transição não acontece num piscar de olhos. Não é porque a pessoa completa 18 ou 21 anos de idade que se opera um milagre em sua vida. Existe uma legislação que regulamenta tal situação e ela precisa estar muito bem harmonizada.

Fiz questão de trazer essa minha preocupação porque, senão, em vez de proporcionarmos e ampliarmos direitos e oportunidades para essa população, iremos sacrificar outras faixas etárias, o que talvez seja mais indesejável.

São as contribuições que pretendia trazer, com a certeza de que esta Comissão levará a bom termo o trabalho de codificação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradeço à Promotora Leslie Marques de Carvalho a participação.

Convido para compor a Mesa o Relator Deputado Benjamim Maranhão, a quem passo a palavra neste instante.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Sr. Presidente, companheiros Deputados, senhoras convidadas, ouvi atentamente a Dra. Ana Amélia. Na sua explanação, confirmou-se, em dados reais, uma preocupação desta Comissão. Desde o início dos nossos trabalhos, à época em que organizávamos esta Comissão, ficou claro o sentimento de toda a população brasileira de que estamos atravessando um momento histórico, de que a vida da nossa juventude será pior do que a de seus avós e pais.

Infelizmente essa realidade vem sendo demonstrada pelas pesquisas do IPEA e do IBGE, além de outros dados de que temos conhecimento. Então, o grande desafio não só deste Governo, mas dos que virão em seguida, tendo em vista a continuidade de restrições orçamentárias, como já foi dito aqui muitas vezes, é mudar a perspectiva de vida do nosso povo, implementando um crescimento real para o País.

Estamos preocupados também com o que é ser jovem no Brasil. Dados da Organização Mundial de Saúde dizem que o jovem estaria situado numa faixa entre 15 e 24 anos. A pergunto que lhe dirijo, Dra. Ana Amélia, é se, dentro dessa conjuntura socioeconômica do Brasil, não seria melhor adotar outro parâmetro, ou sequer haver parâmetros.

Qual a idade em que o jovem tem autonomia restrita ou real para sair dessa fase de transição?

Outro aspecto levantado, também bem explanado em seu trabalho, foi a situação das jovens, das mulheres mesmo, e o grande número de mães – as casadas e as que vivem na casa dos pais – que engravidam no início da puberdade, aos 15 ou 16 anos, constituindo família sem nenhuma estrutura, abandonando completamente qualquer possibilidade de ingresso no mercado de trabalho e de um desenvolvimento econômico e cultural normais. Elas abandonam os estudos e ficam nessa situação. É outra pergunta que faremos, com certeza.

Outro ponto refere-se a uma preocupação constante de todos os componentes desta Comissão, e, acredito eu, desta Casa como um todo, o desemprego. Ele está diretamente vinculado à falta de expectativa de uma vida melhor da juventude e o desenvolvimento do nosso País.

Vivemos um tempo, as décadas de 60 e 70 e o início dos anos 80, quando o País crescia entre 5% e 7% ao ano, e a grande massa de jovens que surgia tinha acesso ao mercado de trabalho. Muitos dos que aqui estão presentes, a exemplo do Deputado Zonta, conviveram com isso e puderam ver o quanto era mais fácil ingressar no mercado de trabalho, bem ao contrário do que ocorre hoje. Havia diferença até entre a própria qualificação. Outro dia me mostraram uma fila no SESI de Goiânia, mais de 60 candidatos por vaga que pretendem ingressar em um curso profissionalizante.

Qual sua opinião em relação a isso? Como melhorar o ingresso do jovem no mercado de trabalho? Trata-se pura e simplesmente de se criar um programa do primeiro emprego, que está sendo implementado com a melhor das intenções? Nós até nos solidarizaremos com esse programa, se se resolver o caso, mas o que vemos são medidas contra a juventude, como a redução drástica do número de vagas no mercado formal de trabalho, com aumento cada vez maior da nossa capacidade de competir, e a falta de expectativas.

Outro ponto que nos preocupa é o grande número de jovens, principalmente do sexo masculino, que se encontram em estado de indigência, sem nenhuma expectativa. São os desocupados. Esse assunto foi abordado aqui, em reuniões anteriores, pela Deputada Professora Raquel Teixeira, que observou esse quadro na periferia de Goiânia, bem como a Deputada Ann Pontes, em caso idêntico, na periferia de Tucuruí, sua cidade. Convivo com isso na Paraíba, onde vejo casos semelhantes.

Quero saber se a Previdência Social está se preocupando com esse problema. Preocupa-nos bastante o aumento do número de jovens que permanecem na casa dos avós. A médio e a longo prazos, tal situação trará um efeito terrível. Essa realidade tem muito a ver com a questão nordestina. Em muitas cidades nordestinas existe renda sem existir produção. É um fato inédito. Primeiro, vem a produção de algum bem de consumo para depois haver a renda. Nas pequenas cidades do interior do Norte e Nordeste acontece uma inversão desse fato. Existe uma renda baseada em transferências governamentais, feita pelo INSS para aposentados que sustentam gerações inteiras de famílias, chegando até aos netos e bisnetos, e o que é pior, sem qualquer possibilidade de trabalho e expectativa para esses jovens.

Eram estas observações e perguntas que pretendíamos fazer, uma vez que houve todo um estudo e compilação de dados tão bem realizado pela Dra. Ana Amélia Camarano sobre tema da mais alta importância.

Eu e a Dra. Leslie temos a mesma idade e, coincidentemente, comungamos da mesma idéia sobre redução da idade penal. Não é a redução da idade penal que irá resolver a questão da violência no Brasil. O sistema correcional não funciona sequer para aqueles que estão lá – todos os dados mostram isso. E pior ainda: mostram que, hoje em dia, no Brasil existe a figura do preso profissional. Ele ingressa no presídio aos 18 anos; os que sobrevivem aos primeiros anos vão permanecer lá por um longo tempo para, depois, retornarem à sociedade.

Já que existem tantos jovens de 18 anos nessa verdadeira máquina moedora de carne, não queremos que os jovens de 16 anos também lá ingressem.

Comungamos da mesma idéia: temos de defender já, como Comissão da Juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Temos de trabalhar pelo Estatuto da Juventude.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Benjamim.

Vamos fazer blocos de 3 perguntas. Antes, como o Relator fez várias perguntas, vamos passar a palavra para a Dra. Ana Amélia e depois para a Promotora Leslie.

A SRA. ANA AMÉLIA CAMARANO – São várias perguntas. Vou ver se consigo responder pelo menos a metade.

Concordo plenamente com a primeira pergunta. O que é ser jovem? Trabalhamos com a faixa etária de 15 a 24 anos, a da OMS, porque precisamos ter um corte. Agora, é claro que há jovens e jovens. Há jovens mais jovens que outros.

A idade média que os jovens, homens e mulheres entram no mercado de trabalho é 20 anos. A idade média que as mulheres formam sua família, casam-se, considerando casar-se como sair de casa, é 21 anos. Agora, há um crescimento da gravidez na adolescência, em que a idade é mais baixa. E a idade para os homens é 22 anos.

Essa faixa é extremamente diferenciada – estamos fazendo isso agora – por cor e r classe social. A adolescência na classe média alta vai até 30 anos; a adolescência na favela deve acabar aos 10 anos ou nem existir. Na verdade, a juventude é um constructo, que depende da cultura e da sociedade.

Em relação à gravidez na adolescência, por exemplo, a minha avó teve filho com 13 anos, quando isso era supernormal. Ela era casada, tinha um marido que a sustentava e teve seu primeiro filho com 13 anos. Hoje, estamos preocupados com as meninas de 16, 17 e até com as de 13 que estão tendo filhos. E por que estamos preocupados? Porque mudou o contexto social. Como disse aqui antes, e V.Exa. ainda ressaltou, é um paradoxo, porque se há esse grupo jovem adiando a saída de casa, adiando a entrada no mercado de trabalho, há também um crescimento de jovens que se tornam mães cada vez mais cedo. Então, há mulheres tendo filhos cada vez mais tarde e outras cada vez mais cedo. Hoje, já é estatisticamente significativa a proporção de mães com 14, 15 anos – e são mães que não saem de casa, têm os filhos na casa dos pais.

É curioso porque hoje não se pode falar que seja falta de conhecimento de métodos contraceptivos. Tudo bem que a sexualidade está começando mais cedo, mas o conhecimento e o acesso a anticoncepcionais hoje é amplamente difundido no País.

Tenho trabalhado com uma hipótese. Há, é certo, grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho e falta de perspectivas. Quando a minha geração se formava sabia que haveria emprego. Hoje, a pior coisa para um jovem que estuda é ter a idéia de que ao se formar – e quando está na faculdade ainda tem ânimo – não vai saber o que fazer da vida.

Acho que a maternidade precoce hoje é um papel social. Mesmo que a jovem não se case, com a falta de perspectiva, a maternidade é um papel social, porque ainda é um papel social reconhecido, valorizado e até incentivado, mesmo que ela fique na casa dos pais, na condição de filha.

Que alternativas têm esses jovens? Claro, falamos aqui de alternativas negativas, como a violência, as drogas e a gravidez. Mas tem havido experiências bem sucedidas, como, por exemplo, a de grupos culturais, o grupo Axé, incidindo no lazer, na cultura e na busca de identidade. Acho que é uma experiência de juventude bem sucedida. A religião tem sido também um apoio para essa população jovem. Cresce o número de jovens envolvidos em atividades religiosas. O crescimento da igreja evangélica, muito aglutinadora, é uma alternativa para a população jovem.

Quando se pergunta sobre o Primeiro Emprego, acho que é um programa que funciona como um sistema de quotas. Isso terá de acontecer. Temos de colocar esse povo para trabalhar num emprego formal. Agora, é uma faca de dois gumes. Está bem, vou dar o emprego para um jovem. E daí? Vou tirar o emprego de um adulto para dá-lo a um jovem? Então, até que ponto não estou vestindo um santo e descobrindo outro?

Temos outra realidade: o *office-boy*. Hoje, o *office*-idoso está substituindo o *office-boy*. *(Pausa.)* Vocês ainda não repararam as filas dos bancos? Com a atual legislação, o idoso com mais de 65 anos não paga transporte – então a empresa não precisa pagar vale-transporte – , e se for aposentado não vai pagar INSS. Então, ele está competindo, de forma desigual, com o jovem. Ele não tem a agilidade do jovem, mas tem a experiência, a responsabilidade e tem uma fila especial. *(Risos.)* Então, são situações novas que têm surgido.

A questão fundamental – detesto falar isso, mas tem hora que temos de discutir – é o nosso modelo de desenvolvimento. Ele é excludente, altamente poupador de mão-de-obra e produz para uma minoria. Enquanto não mudarmos isso vai ficar difícil. A economia tem que voltar a crescer de forma inclusiva, de forma que gere emprego para a população.

Em relação à Previdência, no Nordeste, os jovens permanecem na casa dos pais, que vivem da renda da Previdência. As transferências de renda da Previdência Rural, em 61% dos Municípios brasileiros, são maiores que qualquer outra transferência governamental. É o que move a economia local. Embora vivam de uma atividade não-produtiva, a renda gerada causa impacto na economia. Quando o pagamento dessas aposentadorias atrasa nos Municípios pequenos do Nordeste há uma queda no comércio. É claro, vai ser maior e terrível o impacto quando morrerem esses idosos. Aí, os filhos e os netos não terão essa renda para se sustentarem. Vai ser terrível, repito, porque não estarão mais em uma atividade produtiva.

Outro dia, dava uma aula num curso de Gerontologia, quando chegou uma médica atrasada. Ela me pediu desculpas por chegar atrasada e disse que estava atendendo a uma paciente de 88 anos, com câncer, em estado terminal, que lhe disse o seguinte: *"Doutora, não me deixe morrer, porque sou eu quem sustento meus 2 netos. Tenho uma filha desmiolada, tenho 2 filhos, um de cada pai, que moram comigo, sou viúva e*

se eu morrer não sei o que vai acontecer". Quer dizer, isso é terrível. Os jovens têm que se inserir, têm que buscar sua independência – está certo?

Não sei se respondi a pergunta inicial, mas acho que ser jovem é uma parte da nossa vida e a sociedade depende dessa juventude. Ela dura mais para uns do que para outros. A forma como ela se insere é diferenciada, porque há uns que vão constituir família aos 14 anos com o trabalho precoce; outros procuram um trabalho de alto risco, indo para o narcotráfico, fazendo com que aquele menino, que muitas vezes não teve infância, também não tenha juventude; e ainda há aqueles que a adolescência vai até os 30 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Sra. Ana Amélia.

Passo a palavra à Promotora Leslie Marques de Carvalho.

A SRA. LESLIE MARQUES DE CARVALHO – Sr. Deputado Benjamin Maranhão, demais presentes, vou adentrar, se me permitem, um pouco nessas considerações que foram dirigidas a Sra. Ana Amélia Camarano e falar um pouco mais sobre a idade.

Como já tinha dito anteriormente, a transição não acontece num passe de mágica, a passagem da adolescência para a vida juvenil ou adulta. Então, parece-me que quaisquer programas, qualquer legislação que se volte para esse público jovem, tem que atingir um pouco a faixa etária anterior e adentrar um pouco mais na faixa etária que se diz propriamente jovem, porque toda a problemática e toda a diversidade nacional, no caso específico do Brasil, e todos os conflitos da juventude têm seu início se não na fase da infância, na fase da adolescência.

O que acontece? Nós, que operamos pelo menos o sistema de Justiça da criança e do adolescente, não temos como implementar a maioria daqueles direitos fundamentais estabelecidos na Constituição e também no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ali já se fala em profissionalização, esporte, cultura e lazer, mas não conseguimos. O que nos falta, Srs. Deputados, é realmente uma rede de apoio, de atendimento, para que toda assistência que porventura venha a faltar na primeira infância seja suprida na adolescência. Se isso não acontecer, esse problema vai aumentar cada vez mais. Se quisermos combater um problema, temos de começar pela sua raiz.

Louvo a iniciativa de criação do Estatuto do Jovem, mas se estamos lidando com problemas que afligem a juventude, não adianta querer combater a doença com paliativos. Temos de combater a doença na sua origem. Creio que todas essas medidas devem passar pela implementação de políticas sociais básicas e dos direitos fundamentais garantidos à infância e à juventude.

Quanto à redução da maioridade penal, não podemos dizer *"sou contra porque sou contra"*. Isso não tem relação nenhuma com o fato de o adolescente de 16 anos entender o que é certo e o que é errado. Como disse aqui, trata-se de um critério político. O que adianta diminuirmos a imputabilidade penal para 16 anos, se o sistema carcerário está um caos? Talvez devêssemos, e esta Comissão poderia pensar nisso, estabelecer alguns mecanismos de melhoria do sistema carcerário para essa população jovem, porque será ela que vai sair mais cedo ou mais tarde. Convivemos com um sistema de despenalização. Estamos na era do Direito Penal mínimo, isto é, só se aplica a pena privativa de liberdade realmente para os crimes considerados gravíssimos. A tendência moderna é pela despenalização. As pessoas vão retornar à vida social cada vez mais cedo.

Precisamos realmente melhorar o atual sistema antes de qualquer coisa, antes de se pensar em redução da imputabilidade penal. Isso realmente não vai resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Promotora.

Passo a palavra aos próximos Deputados inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Inicialmente quero cumprimentar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ana Amélia Camarano, do IPEA, Leslie Marques de Carvalho, da Promotoria da Justiça da Infância. Quero dizer que estamos um pouco tristes porque o IBGE não se faz presente também.

Sugerimos ao Relator e ao Presidente da Comissão que fizéssemos este painel dentro de uma seqüência de debates para fazer o preparatório desta Comissão inicial. Esta é a primeira audiência pública desta Comissão, que é nova nesta Casa, e tem o objetivo de pautar este debate em âmbito nacional. Vai combinar com o Dia Internacional da Juventude num grande seminário nacional em que pretendemos envolver a juventude do Brasil, e estamos contando com a contribuição dos institutos e da Promotoria do Ministério Público.

Será um grande seminário de conteúdo, de debate do papel do Legislativo, das políticas públicas para a juventude, do papel do Executivo e do que é ser jovem no Brasil. O IPEA tem uma boa contribuição nesse sentido, assim como outros institutos. Este primeiro debate aprofunda o estudo do tema.

Está correto. Temos que discutir, de fato, um Brasil diferente. Almejo construirmos, com essa nova expec-

tativa da população brasileira frente ao novo Governo, um Estado mais forte. Um Estado ausente de políticas públicas empobrece cada vez mais a maioria da população, que mais sofre e precisa melhorar a qualidade de vida. Um Estado forte significa um Governo forte, que conseguirá construir também essa relação com o conjunto da sociedade, assim como um Parlamento forte que vai fazer o mesmo. Geralmente no Parlamento e no Brasil constrói-se até uma fase da nossa intervenção. Em outra fase, não avançamos porque não conseguimos construir conceitos e debates profundos além do que queremos.

Nesse sentido, temos de ter um novo modelo econômico. Está correto. Esse novo modelo deverá trabalhar também com a desigualdade social. Somos um país que tem uma das piores desigualdades sociais do mundo. No Brasil precisamos distribuir renda e gerar empregos com qualidade.

Esse é o debate que esta Casa tem necessidade de fazer. O Primeiro Emprego vem pautar um debate nacional. O mais importante desse programa é fazer o debate com a juventude e dar-lhe acesso ao trabalho no âmbito nacional. Não podemos deixar de pautar nesta Casa e no País a importância da evasão do mercado de trabalho.

Hoje tem aumentado a possibilidade de a juventude ir para a escola, uma forma de ocupação pela falta de emprego não porque a escola que lhe é oferecida muitas vezes não é a que gostaria de ter, mas porque não participa da construção da escola.

Temos que pensar num Estado forte, nesse parâmetro econômico e na educação. Temos hoje um índice de 14% de analfabetismo e 32% de semi-analfabetos no Brasil.

Temos que pensar um Estado com saúde pública de fato, com acesso à terra para a juventude rural, com habitação, mas principalmente no acesso à renda.

Ainda tenho que ir no lançamento do Plano Safra Nacional, às 16h, no Palácio do Planalto. Somos da Comissão de Agricultura e não temos como deixar de ir.

Há uma questão importante. Vejo um pouco desse conceito que é uma tradição jovem. A juventude é uma fase da vida. Não é uma transição – a interpretação que V.Sa. dá é correta – , é uma fase.

Quanto ao estatuto da juventude – a Sra. Leslie falou dele – , antes de discuti-lo, temos que debater o Plano Nacional da Juventude, com uma audiência pública em torno dos países, que é a meta de responsabilidade do Estado brasileiro: União, Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Vignatti.

Passo a palavra o Deputado Zonta, do PP de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Agradeço, Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes; cumprimento a Dra. Ana Amélia, a Dra. Leslie e os demais presentes.

Efetivamente o debate sobre a juventude envolve responsabilidade muito grande. Vamos discordar com a idéia de que, de 18 a 24 anos, é muito pouca a idade para fixarmos aqui.

Eu sou da juventude acumulada. (*Risos*.) Estamos na juventude acumulada. Ser jovem é também um estado de espírito.

Uma afirmação que nos chamou atenção é a de que uma criança de rua hoje pode ser, no futuro, o velho de rua. Essa é uma preocupação.

Tudo isso, ao nosso ver, começa pelo fortalecimento da família. Como anda a nossa família hoje? Qual o conceito de família?

Faço uma questão para a Dra. Leslie: como V.Sa. vê o grau de rigidez da nossa legislação em relação ao combate à criminalidade, especialmente ao tráfico de drogas? A legislação é suficiente? Tem que ser mais rígida? O que V.Sa. sugere hoje para este Parlamento?

Da mesma forma que o Deputado Vignatti, não vamos ouvir a resposta ao vivo, mas vamos ler a resposta no relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Zonta.

Passo a palavra a Deputada Ann Pontes, do PMDB do Pará.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da mesa, gostaria de fazer o *link* com o que a Dra. Ana Amélia Camarano falou.

Cheguei e escutei o final da sua apresentação. Quero ver se entendi certo: se as reformas que estão sendo propostas se concretizarem, vão fazer com que o atual menino de rua se transforme no velho de rua de amanhã. Gostaria que fosse feito esse *link.* Não consegui alcançar o seu raciocínio.

Desejo também saber da promotora de que forma nós conseguiremos fazer com que o ECA possa ser não só conhecido, mas também entendido pela sociedade brasileira?

Moro no interior e é muito comum – trabalhei na Defensoria Pública – os pais chegarem e quererem entregar os seus filhos aos promotores, dizendo que não os agüentam mais, porque não obedecem ou são violentos. Toma que o filho é seu.

Não sei se V.Sa. já passou por essa experiência, mas é importante tornar o ECA conhecido, entendido, e

a criança e o adolescente devem ser encarados como sujeitos de direito.

Com relação às medidas socioeducativas, V.Sa. acredita que, de fato, são eficazes para promover a ressocialização do menor que praticou algum tipo de infração?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigada, Deputada, pela contribuição. Seja bem-vinda à nossa Comissão.

Passo a palavra à Sra. Ana Amélia Camarano.

A SRA. ANA AMÉLIA CAMARANO – Houve três indagações, vou começar pela de V.Exa.

As regras vigentes da aposentadoria pelo INSS requerem contribuição de 30 ou 35 anos para a aposentadoria por tempo de serviço, se mulher ou homem, e 55 ou 60 anos de idade, também se mulher ou homem. A situação do jovem brasileiro quanto à instabilidade e informalidade no emprego é e ficará mais difícil, pois essas pessoas não conseguirão tempo de contribuição para se aposentar. Então, no futuro, serão candidatos a velhos de rua. Por outro lado, pensando na situação domiciliar desses jovens que já são pais, os seus filhos são candidatos a crianças de rua. Temos as duas pontas, o futuro desse jovem, quando chegar à última fase da vida – vamos chamar assim – , estará a descoberto; para o presente, os filhos dele, certamente criados nessas condições também vão estar descobertos.

A outra pergunta foi sobre a família.

É claro que a família é fundamental para a educação das crianças. O meio onde os jovens vivem e as famílias estão se transformando muito. Hoje contamos com uma infinidade de arranjos familiares: famílias chefiadas por mulheres; mãe com filhos; até pais morando com filhos estão crescendo; as famílias homossexuais. Os arranjos são os mais variados possíveis e há muitos que dizem que as famílias estão em crise, estão desestruturadas. Acho que as famílias nunca foram tão resistentes como agora, em toda a América Latina. É a família que está segurando as pontas de toda essa situação de ajuste dos anos 80 e 90. É a família que cuida sozinha e arca com seus segmentos de dependentes. O idoso está cuidando do neto; a mulher trabalha e tem que cuidar do filho pequeno, porque não há creches; do idoso fisicamente dependente e sem autonomia, a família é que cuida, porque não temos instituições para abrigar idosos.

Entendo que nunca a família foi tão resistente como agora e está muito fragilizada. Fragilizada economicamente, porque a mulher tem que trabalhar, ela não trabalha por uma questão de *status*, ela tem de trabalhar e, ao mesmo tempo, tem de cuidar dos segmentos dos dependentes da família, e as famílias estão cada vez menores, estão cada vez tendo menos filhos. Do ponto de vista da população idosa, isso vai ser também um momento de vulnerabilidade das famílias, porque os futuros cuidadores desses idosos são cada vez menores.

Um Deputado falou que a juventude é uma fase ou uma transição. A juventude tanto é uma fase quanto uma transição. Estamos sempre em transição, na verdade. A infância é uma transição para a juventude, a juventude é uma transição para a vida adulta. Estamos chamando atenção para o fato de que essa transição, essa entrada na vida adulta está se dando com mais dificuldade para um grande segmento da população. Ela está se estendendo, sim, porque há 100 anos, não se falava em juventude. A criança era criança e adulto e ia imediatamente para o trabalho. Hoje a juventude envolve um conjunto social novo na história e está se estendendo.

A infância está se encurtando, as crianças começam a vida sexual mais cedo, as mulheres tem a menarca mais cedo. A infância está se encurtando, a adolescência está se prolongando; para a classe média chega até 30 anos, a vida adulta começa mais tarde e acaba mais tarde.

Como estava dizendo para a Deputada, estamos rejuvenescendo e não envelhecendo. Hoje quem tem 70 anos, é como quem tinha 50 há 20 anos. A vida adulta começa mais tarde, mas também acaba mais tarde. A última fase da vida, a terceira idade, começa aos 60 anos. Na verdade não é aos 60 anos. Se se pensar na fase do aparecimento da vulnerabilidade, será muito mais tarde e também depende de cada grupo social.

Quanto à educação é fundamental haver políticas. O Primeiro Emprego tem o importante papel de colocar o tema na agenda dos políticos.

Aproveito para parabenizar esta Comissão por colocar na agenda essa questão da juventude. O Primeiro Emprego tem o papel de colocar a discussão na praça. A educação é uma variável importantíssima por si só; é uma questão de direito, não pode ser vista como uma panacéia, porque quanto mais educada for a população, mais ela deixa de ser o diferencial. Hoje, para alguém se candidatar a copeira de uma firma de prestação de serviços tem que ter o 1º grau completo. O requisito educacional não tem a ver com a real necessidade do trabalho.

O acesso à terra é igualmente questão importante, porque a migração rural urbana – eu não falei sobre isto – é principalmente da população de 15 a 24 anos; são os jovens que estão migrando para a cidade. É claro que há uma grande parcela que migra para estudar, as meninas que vêm para a cidade para

ser empregada doméstica, mas o grosso da migração está certamente na possibilidade de os jovens buscarem sua independência econômica. Se não há trabalho no campo, vêm para cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra a Sra. Leslie Marques de Carvalho.

A SRA. LESLIE MARQUES DE CARVALHO – Apesar de os Deputados Zonta e Vignatti não estarem presentes, desejo responder questões a mim dirigidas.

Em respeito à municipalização do atendimento, toda essa campanha a que o Deputado Vignatti se referiu, eu acho louvável, porque vem exatamente ao encontro do que estabelece a política de municipalização do atendimento previsto no Estatuto. Não adianta eu ter um ótimo hospital em Brasília, se lá no interior, em cada cidade, onde é feito o atendimento do jovem, do adolescente, da criança não tenho essa mesma rede de atendimento. É preciso haver a rede formada em cada Município e daí a municipalização do atendimento à criança, ao adolescente e à juventude, por assim dizer.

Com relação às políticas públicas, deve haver um conjunto articulado de ações entre as políticas federais, estaduais e municipais, a harmonização de todas essas legislações e políticas.

Sobre o tráfico, aspecto ventilado pelo Deputado Zonta, na minha opinão, o tráfico se tornou uma questão de crime organizado. Não podemos jamais tratar o tráfico como a situação daquele atravessador pego portando determinada quantidade de droga. Não é isso. Hoje, no Brasil, temos de encarar o tráfico como crime organizado e como tal deve ser combatido. Então é preciso que todo o aparato policial e judiciário e também do Ministério Público estejam tão atualizados quanto o crime organizado. Isto não acontece só no Brasil, sabemos que o tráfico tem origem em grande parte no exterior. A maior parte de toda a droga consumida no Brasil não é produzida aqui. Portanto, temos também de lidar com a questão internacional e isso demanda o aparelhamento de todo o sistema da Polícia Federal e da Justiça.

A par disso, nós e esta Comissão também temos o importante trabalho de pensar no consumidor e questionar o porquê de esses adolescentes e jovens começarem cada vez mais cedo a consumir drogas. É preciso fazer esse trabalho também.

Quanto à legislação penal em si, quero crer que, embora comporte mudanças em termos processuais, como, por exemplo, favorecer a quebra de sigilo, algumas medidas processuais poderiam ser tomadas ou abreviadas para acelerar a apuração desses crimes. O apenamento do crime de tráfico não está a merecer grandes reparos.

Esta é a minha posição.

Com relação ao questionamento da Deputada Ann Pontes, S.Exa. veio apontar exatamente o nosso dia-a-dia. Independentemente de ser no interior ou no Distrito Federal, todos os dias assistimos a mães que querem entregar seus filhos, como se a Justiça pudesse recebê-los e tratar deles. No entanto, sabemos que a situação não é assim. O que precisa ser feito – e já disse isso antes em outras palavras – é a implantação do ECA. Talvez o Poder Público ainda não tenha condições de implementá-lo, mas, quando digo Poder Público, refiro-me aos executores das políticas públicas. Isso porque, em termos de legislação – posteriormente falarei sobre as medidas socioeducativas e concordo com o aumento do período de internação – , o Estatuto merece alguns reparos que a nossa prática diária vem demonstrando serem necessários.

Acho que os direitos fundamentais precisam ser bem compreendidos pelos executores das políticas públicas. Antes disso, não adianta fazermos divulgação, uma vez que a população vai acabar cobrando, só que de outra forma. Para que a própria população possa ser esclarecida, é preciso que essas políticas, primeiro, existam para depois serem executadas e divulgadas. Mas o que está acontecendo é exatamente o processo inverso. Como as políticas não são executadas e muitas vezes não são até mesmo criadas, acabam sendo cobradas pela sociedade civil que se está organizando, embora lentamente.

Vou citar o exemplo do Distrito Federal. Estamos às vésperas das eleições de todos os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e ninguém sabe disso. É a maior dificuldade fazer essa divulgação e sequer conseguimos as urnas do Tribunal Regional Eleitoral. A eleição de conselheiro tutelar é tão importante – eu poderia dizer – quanto as eleições para os cargos do Executivo e do Legislativo. Por que não? Os conselheiros tutelares têm, em muitas circunstâncias, os mesmos poderes que os juizes, só que eles atuam lá na ponta, onde se encontram as crianças, os adolescentes, mas a maioria das pessoas não sabe disso. Portanto, enfrentamos uma dificuldade muito grande em termos de implementação e compreensão do que é essa lei. Realizamos muitos encontros e seminários, mas eles costumam ficar restritos aos círculos de operadores de sistemas de garantias. Pouco a pouco a sociedade vai se organizando e cobrando, mesmo que isso esteja acontecendo pela via inversa.

Sobre a eficácia das medidas educativas, há muita relação com o que acabei de dizer. Ora, se o Estatuto

não é implementado, também as medidas socioeducativas não o são.

No Distrito Federal, nós, Promotores da Infância e Juventude, evitamos aplicar determinadas medidas porque sabemos que elas não terão eficácia. Para não aplicar uma medida mais severa, às vezes, acabamos aplicando uma mais branda, porque seria injusto com o adolescente aplicar a mais severa. Sem a implementação, fica até difícil de falar na eficácia. O que poderia dizer é que algumas mudanças, como o aumento do tempo máximo de internação, que hoje é de 3 anos, poderiam ser feitas. Tive conhecimento de um projeto de lei nesse sentido.

Outro aspecto refere-se à criação de uma lei de execução das medidas socioeducativas. Nesse caso não dá para aplicar a Lei de Execução Penal porque os critérios são completamente diferentes. Já existe um projeto também elaborado pela Associação dos Promotores e Juízes da Infância e da Juventude e ainda vai ser apresentado na intenção de que seja encampado por alguma Comissão ou algum Parlamentar.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, pela ordem. Eu só gostaria de justificar minha ausência, pois, daqui a pouco, vai ser instalada a CPI de combate à violência infanto-juvenil, à violência sexual e eu tenho que estar presente.

Com certeza, V.Sas. vieram trazer luz num campo em que todos temos inúmeras angústias, interrogações e bem poucas soluções e alternativas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputada pela participação.

Passo a palavra à Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Sr. Presidente, senhoras convidadas, senhoras e senhores, primeiro, pelo mesmo motivo da Deputada Ann Pontes, vou falar e sair, não vou poder continuar bebendo na fonte do conhecimento de V.Sas. nas áreas específicas de atuação. Terei de me dirigir para a instalação da CPI que acompanhará o tráfico e a rede da prostituição infanto-juvenil no Brasil, circunstância também dramática e que aborda em especial essa faixa da sociedade e, de maneira cruel e criminosa, as crianças.

Objetivamente esta Comissão está começando do nada porque temos, na Casa, Comissões importantes que estão tratando de temas que há 20, 25, 30 anos se discutem. Nós estamos começando a tratar da construção de um arcabouço legislativo para determinado estrato da sociedade extremamente eclético e que tem realidade também muito diferenciada de acordo com a sua composição social.

Muito bem disse a pesquisadora do IPEA. Tem se numa faixa social pessoas que continuam adolescentes, embora perto dos 30 anos, e outras que muitas vezes sequer tem o direito a essa fase da vida, passam direto para a fase adulta e muitas vezes sustentam a família. É, portanto, tarefa muito grande que temos nos ombros; cumpre-nos diagnosticar, caracterizar, definir o que é a juventude brasileira e como se estrutura. Partimos de um patamar importante, da análise estatística e sociológica que V.Sa. trouxe nesta tarde, porque, sem dúvida, são dados acerca da resposta dos jovens. Há no País 47% de desempregados e 37,3% de pobres, e essa relação direta com a violência, em função da exclusão e da pobreza nos dá sustentação para as buscas que vamos fazer no curso da ação desta Comissão.

Quero abordar um aspecto, central para mim, que o Deputado Vignatti levantou com propriedade. Não poderei ouvir a resposta, mas depois lerei o relato. Trata-se da ausência gradativa do Estado das suas funções sociais.

Ouvimos os antigos sempre dizerem que o 5º ano primário foi muito mais importante, mais bem sedimentado do que o curso universitário, que ainda vai precisar de pós-graduação para ser consolidado enquanto saber instituído.

No Brasil, há 3 décadas, a escola pública era elitizada, e havia menor possibilidade de incorporação do que há hoje, ofereciam-se menos vagas do que hoje, mas ao mesmo tempo havia a garantia de qualidade diferenciada de ensino. Atualmente, a escola pública procura abranger uma parte significativa da população brasileira, mas decidiu não reprovar, não garantir que essas estatísticas cheguem à sociedade, porque senão não vêm os recursos externos para que o Brasil continue ampliando a sua rede. Objetivamente, o Estado ganha o papel massificador, mas perde o de provedor.

A natureza e estratégia das políticas neoliberais têm feito com que o Estado se ausente das suas funções sociais mais importantes, das suas funções típicas: saúde, educação, segurança pública. Para o ensino fundamental, não há na LDB a definição de que o Estado é o provedor e, portanto, é obrigado a garanti-lo. Isso leva, por exemplo, crianças de 3 ou 4 anos de idades a sofrerem queimaduras porque ficam em casa, presas com o irmão maior, e vão para o fogão. São centenas de casos desse tipo por ano na periferia das grandes cidades.

Gostaria de aprofundar esse tema, porque é minha esperança resolvermos o problema da assunção pelo Estado da sua obrigação de prestar parceria na construção da família. Querer que a família de hoje seja aquela tradicional, de base monogâmica, que substituiu a relação poligâmica da comuna primitiva, é

engessar a sociedade. A família já não é a mesma. A mulher foi para o mercado de trabalho; a crise econômica mundial levou a mulher a ser co-participante do processo de provimento do sustento familiar. De que forma um instituto qualificado como o IPEA encara a necessidade do retorno do Estado, de alguma forma, ao seu lugar? Os filhos não são só responsabilidade da mãe que os gerou. Como o Estado divide essa responsabilidade, na construção do cidadão? Para mim, isso precisa ser resolvido, para que não fiquemos só nesta discussão, que é importante, mas precisamos também discutir como resolver os efeitos da má formação social. Isso é dramático, é necessário, mas hoje a sociedade debruça-se muito mais sobre os efeitos da má formação social do que sobre a própria origem dessa má formação.

O Estado precisa voltar a ser provedor, tratar o problema da educação infantil, discutir as circunstâncias da divisão social do trabalho na família, com políticas públicas que identifiquem a educação do homem e da mulher para a construção familiar. Ao mesmo tempo, deve tratar a educação ideologicamente nas escolas, acompanhar como são educados os meninos e as meninas, para que essa educação não diferenciada não gere discriminação na sociedade.

Por outro lado, no que tange à relação de trabalho para a própria juventude, fala-se em primeiro emprego, mas a prioridade real da criança, do adolescente e do jovem na primeira fase da sua formação, na transição para a idade adulta, é estudar. De que forma podemos priorizar, garantir que o jovem busque sua renda e sua autonomia quando ainda em formação escolar, ao mesmo tempo sem tirá-lo da sala de aula? Como impedir que ele se coloque no grupo dos que só trabalham e que, com o desemprego e a crise, podem ser empurrados para o grupo dos que não trabalham nem estudam? As escolas de aprendizes seriam uma saída. No passado tivemos muitas. Não sei como aconteceu nos outros Estados, mas na Bahia o Liceu de Artes e Ofícios atendeu a muita gente das camadas mais pobres. Hoje ele é dirigido por uma fundação privada, mas como ajudou a juventude a desenvolver um ofício, uma profissão, continuando dentro da escola!

O próprio ideário de Anísio Teixeira, grande educador brasileiro, levantava a idéia da escola integral, que depois foi copiada; Brizola também fez uma experiência no Rio; Collor criou no resto do Brasil os CIACs; mas jamais se conseguiu uma escola integral.

Como o Estado deve participar? Se a compreensão é a de que a política do Estado mínimo, do Estado *diet*, desresponsabilizado das suas funções sociais, não é o grande fator da má formação, o grande causador do desalento e de falta de perspectiva da juventude brasileira, nossos jovens muitas vezes acabam encontrando nos portões dos aeroportos a saída para essa falta de perspectiva, e vão tornar-se lavadores de pratos na Califórnia. Essa é a minha preocupação.

Esta Comissão, ao adotar políticas públicas, vai entrar em choque com essa macropolítica, que lamentavelmente não estimula o reaquecimento da economia, da produção, da geração de empregos e da participação do Estado nas relações de vida dos seus cidadãos.

Parabéns aos homens e mulheres de carreira jurídica no Brasil. O trabalho é árduo, mas acredito que temos que ir ao cerne da questão, que é a participação do Estado na resolução dos problemas. A juventude tem sido muito forte quando se estrutura como grupo de pressão, mas muito frágil quando o vetor individual de crescimento é analisado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Quero registrar a presença do Sr. José Raulin, representante da juventude de São Paulo.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA – Sr. Presidente, pelo mesmo motivo, também vou para a CPI, e, considerando que as intervenções são por bloco, gostaria de perguntar a V.Exa. se posso ouvir as respostas antes de me ausentar. Se for possível, peço a V.Exa. que pergunte ao próximo inscrito se vai participar da CPI ou se tem outro compromisso.

Quero cumprimentar os nossos convidados e dizer que é um prazer ouvi-los, principalmente a Sra. Ana Amélia Camarano, que muito tem contribuído não só com este País mas particularmente com esta Casa. Tive a honra de presidir a Comissão do Estatuto do Idoso, e naquela ocasião S.Sa. contribuiu muito, principalmente, como está fazendo aqui, trazendo um diagnóstico real, concreto, verdadeiro e translúcido, para começarmos a pensar no rumo a tomar. Mas, como disse a Deputada que me antecedeu, estávamos partindo de uma proposição; portanto, era mais fácil. Agora temos de formular outras propostas, e isso torna-se ainda muito mais complexo para todos nós Deputados que fazemos parte desta Comissão, principalmente para o Relator, que tem o tremendo desafio de elaborar uma proposição como essa.

Algumas questões já foram contempladas nas respostas a outros Deputados; contudo, quero fazer algumas considerações mais objetivas. Em primeiro lugar, creio que a Dra. Leslie Marques de Carvalho nos trouxe um marco interessante. Esta Comissão tem de se posicionar claramente para fazermos com que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja de fato aplicado em todas as esferas. E a partir do momento em que toma esta posição esta Comissão dá

um importante passo nesse sentido. V.Sa. já abordou claramente essa questão hoje. É o ponto de partida, é o marco fundamental que vem fortalecer outras lutas, tanto desta Casa quanto da sociedade, para que haja o fomento do Estatuto no País. De outra forma não conseguiríamos fazê-lo. Portanto, se nessa questão da juventude estivermos unidos, com essa proposta talvez possamos conseguir êxito até quanto a outros desafios. Isso é importantíssimo, e será um marco para nós.

Em relação às questões econômicas levantadas com clareza pela Sra. Ana Amélia Camarano, vamos estudá-las para obtermos mais dados comparativos sobre essa realidade. É um fato de que a meu ver ninguém discorda, essa relação com a realidade econômica, com a retração do mercado. O reflexo de tudo isso afeta a juventude. Esse é um ponto que, como disse a Deputada, também vamos ter de enfrentar.

Hoje o jovem vive uma crise de referência, citada nos estudos de V.Sa. O processo da violência, por exemplo, aparece em todas as classes sociais. A violência não é fenômeno de uma classe específica, apesar de existir em maior percentual entre os jovens pobres, que são mais vítimas de um determinado tipo de violência, enquanto entre os jovens de classes privilegiadas há outros tipos de violência, ou pelo menos as causas são um pouco diferenciadas. E como lidar com essa crise de referência, que tem a ver com a mudança do perfil familiar, com tudo a que V.Sa. aludiu? Percebemos que o jovem não acredita mais nos valores impostos pelas gerações anteriores. Ao mesmo tempo, não estão sendo apontados outros valores de referência. Como isso é tratado nessa pesquisa? O imobilismo do jovem desempregado aparece nas estatísticas. A impressão é a de que ele não tem força nem estímulo para buscar trabalho. Mas qual é a verdadeira causa disso? É apenas a retração do mercado? É o fato de ele não acreditar que pode ter sucesso na busca de trabalho? Ou há algo maior do que isso, que envolve esse jovem de forma mais ampla?

A própria resistência da família, um aspecto que V.Sa. levantou aqui, é muito mais para o suprimento; ela não tem a mesma capacidade para enfrentar esse outro processo de crise que o jovem vive. A Promotora sabe que hoje a família é tão vulnerável a essas crises que muitas vezes lava as mãos em relação ao seu jovem, e inclusive dificulta o trabalho da Promotoria nesse sentido. Responsabilizamos o Estado, a família, a sociedade, mas chega-se a um ponto em que a família não quer ser responsabilizada e foge desse compromisso.

Sobre essa questão, tenho certeza de que V.Sas. não podem dar-nos todas as respostas, mas temos de começar a pensar, na nossa Comissão, em como tratar desse assunto, que de alguma forma vai ser, e precisa ser, discutido entre nós. Concentramos o debate em torno apenas da crise de desenvolvimento do País. Esse é fato, essa é uma vertente importantíssima, talvez determinante para a grande maioria dos jovens, mas não é a única, no meu entendimento. Como trabalhar com essas duas questões?

Basicamente, era só isso, e acho que para mim já é assunto bem complicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Eu já havia acordado com o próximo inscrito, o Deputado Marcelo Guimarães Filho, no sentido de passarmos a palavra à Sra. Ana Amélia e depois à Promotora, para responderem à Deputada Alice Portugal e ao Deputado Eduardo Barbosa.

A SRA. ANA AMÉLIA CAMARANO – Vou começar respondendo ao Deputado Eduardo. Essa questão também me deixa de cabeça quente. Concordo plenamente com V.Exa. Há um lado importante da crise, que é a questão do emprego, da inserção no mercado de trabalho. Mas também há uma grave crise de valores.

Bem, primeiro, há jovens e jovens. V.Exa. falou da violência. Ora, a violência tem uma razão na classe baixa, outra na classe alta. A falta de perspectiva também se diferencia. Falta de perspectiva de emprego para um menino da favela é muito diferente do que é para o filhinho de papai rico. Não tenho nada pronto sobre isso. Tenho pensado, tenho lido, mas não cheguei a conclusão alguma. Parece-me, porém, que estamos fazendo confusão entre ser e ter. As pessoas estão muito mais preocupadas com ter do que com ser. A escassez deixou de ser o paradigma da economia. Quando entrei na Escola de Economia, diziam que o problema da economia era a escassez. Acho que hoje é o excesso. A questão, hoje, é a distribuição. Nosso problema é a desigualdade. O paradigma da economia, hoje, é a distribuição. Não falta nada para ninguém; quer dizer, não falta nada à sociedade, mas o que existe é mal distribuído.

Nosso modelo econômico de globalização está criando uma falsa escassez. Hoje, um menino de rua briga e assalta não porque precisa de sapatos, porque está descalço, mas sim porque quer um tênis Reebock. Ele rouba não porque quer um relógio, mas porque quer um Louis Vuitton. O ter é o que mais importa.

Estou muito assustada. Parte da violência é associada à miséria, à ação do narcotráfico, do crime organizado; no entanto, há outra violência para a qual não consigo explicação. Como entender a menina de São Paulo que matou o pai e a mãe, uma menina de classe média alta, que poderia ter roubado o carro e o

dinheiro dos pais e ter ido embora com o namorado? Parece que faltam limites. Faltou limite para muitos dessa geração. Nós pais – eu tenho filhos adolescentes – não soubemos dar limites, buscar limites. Então, para onde vamos? Vamos para as drogas, vamos para a violência. Vamos matar a avó, que não nos deu dinheiro para a droga. Vamos matar o pai, que não nos deixou namorar. Nossa geração de pais não conseguiu colocar limites e chegou ao extremo de dizer: não sei mais lidar com isso; entrego para o Estado.

É uma questão muito complicada. Juntam-se a falta da escassez, ou seja, a falta da falta, a falta de limite e a sociedade do ter. Por que o empresário da Barra da Tijuca matou a família há duas semanas? Porque estava em uma crise financeira. É o ter! A pessoa prefere matar a não ter, a não poder conviver, porque hoje, para estar incluído na sociedade, não se tem de estar apenas calçado, mas calçado com um tênis Reebock. É complicado. Temos um quadro em que se misturam todas essas coisas. Hoje, para se estar na sociedade, precisa-se de muita coisa; mas, ao mesmo tempo, faltam as coisas básicas. Falta até a falta! Isso gera a crise da perspectiva, a crise dos valores.

É claro que os pais desta geração, a família, enfim, está muito resistente. Nunca foi tão resistente como provedora. Hoje o Estado encolhe e a família vai lá, comparece de alguma forma, mas também tem as suas crises, e está desarticulada, quebrada.

E temos que criar outra Comissão para cuidar da meia idade. Com o aumento da longevidade, por um lado, e o aumento do tempo que os filhos passam em casa, por outro, há a geração do meio, a da meia idade, que é a "geração sanduíche". Ela tem que cuidar dos pais, vulneráveis, e dos filhos, ainda dependentes, e isso dificulta o seu papel. Além disso, tem de trabalhar, porque também tem de ser provedora.

Avançamos muito no campo do gênero, mas hoje, com o fato de trabalhar, a mulher assumiu mais uma função, a de provedora, e no entanto continua com a de cuidadora, porque o homem não assumiu a função de cuidador. A mulher tem uma dupla jornada de trabalho. Em que isso vai resultar? Num atendimento de pior qualidade à família.

A questão é muito imbricada, muito complicada. Nosso sistema educacional, como mencionou a Deputada Alice Portugal, prioriza a quantidade. Hoje a taxa de escolarização é altíssima; mas qual é a qualidade? Há classes de aceleração. Hoje ninguém mais leva bomba. Com as classes de aceleração, a defasagem na escola é reduzida. Mas qual é a qualidade do ensino? Ora, escola não existe apenas para a criança aprender a ler e a escrever. Escola é um importante elemento de socialização. Não basta a família. A escola é um lugar de socialização. A professora primária, além de ensinar o menino a ler e escrever, tem o papel de socializá-lo. Se o menino passa cada vez menos tempo na escola, torna-se impossível essa tarefa.

O Brasil é um dos poucos países que adota um horário escolar curto, incompatível com o fato de a mãe trabalhar. Ou o menino estuda de manhã, ou de tarde, e a mãe trabalha o dia inteiro; então, não é compatível. A escola em tempo integral é fundamental, não só para que a criança não fique em casa sozinha, ou com o irmão menor, mas também para que possa ser socializada na escola. Não basta a qualidade do ensino formal da escola, mas também deve haver a socialização – o que a mãe está tendo mais dificuldades de suprir.

O Estado tem de ser forte. Espero que com o novo Governo mude um pouco essa concepção de Estado mínimo. O Estado tem de ser grande. Num País desigual como o nosso, o Estado tem de intervir, pois só ele poderá reduzir as desigualdades. Nossa Constituição é citada no exterior como a única da América Latina que universalizou os três serviços sociais básicos: educação, seguridade social e saúde. Mas o que é isso? Que qualidade temos? Vamos pôr isso em prática. Não precisamos fazer mais nada de novo, e sim implementar o que já está no papel. Não vamos ficar inventando outras coisas e deixando de realizar o fundamental.

Não sei se confundi mais ou esclareci. A questão é complicada, mas tem de ser enfrentada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra à Promotora Leslie Marques de Carvalho.

A SRA. LESLIE MARQUES DE CARVALHO – Vou do fim para o começo, em deferência à sua presença. Também reforço tudo que já foi dito. Vivemos uma crise, mas a maior preocupação, o que mais me aflige é o seguinte: essa menina que matou os pais, que é de família abastada, e os meninos que queimaram os índios em Brasília, que também são pessoas que tiveram, teoricamente, todas as oportunidades de receber limites, representam uma face do problema. A outra face refere-se àquele menino da periferia, que mata alguém não por falta de comida em casa, mas porque quer uma bermuda, ou um boné da Ciclone. É um problema muito sério. Esse menino tem menos opções, menos escolhas, e a família dele também tem menos oportunidades para impor limites.

Precisamos tratar da menina que matou os pais, dos meninos que queimaram o índio, um problema que deve ser o mesmo que acontece nos Estados Unidos com aqueles adolescentes que chegam à escola e descarregam suas armas. Há uma falta de limites. Mas

preocupa-me muito a falta real de oportunidades para as pessoas economicamente menos favorecidas, a falta de oportunidades para pelo menos terem de onde buscar todos esses recursos. E aí entra o questionamento da Deputada Alice Portugal: a escola tem de ser o local o mais adequado possível para que se tenha essa oportunidade de reflexão, de aprendizado.

Quando falo em escola, refiro-me também aos pais, à escola de pais. Não há como conceber toda a formação da mentalidade, da consciência, se não houver educação. Preocupa-me muito esse aspecto da educação.

O Estado está tornando-se tão mínimo que daqui a pouco vai desaparecer, porque mesmo esses mínimos que estão dispostos na Constituição, essas leis maiores, que estabelecem as diretrizes básicas das políticas, não estão sendo implementadas. A realidade é essa. Como integrante do Ministério Público, temos provocado diversas vezes o Poder Judiciário, porta em que temos de bater quando os demais Poderes não cumprem suas obrigações legais, a par das próprias cobranças sociais, e também temos enfrentado dificuldades, porque isso entra no princípio da independência dos Poderes, e muitas vezes o Judiciário entende que determinadas decisões interfeririam na discricionariedade do Executivo, e por aí vai. É uma dificuldade muito grande.

Trata-se de uma questão de mentalidade. Vivemos uma crise social, sim, mas estou mais preocupada com aquele andar mais embaixo, pois o problema básico, estrutural, não está resolvido, e acho que devemos começar por aí.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA – Obrigado, Deputado Marcelo. Peço desculpas por ter de sair. Quero dizer que vamos ter de nos juntar, porque parece que vem uma proposta de desvinculação dos recursos para as políticas públicas. Ficaremos mais fragilizados, se realmente se desvincularem os recursos para aplicação em saúde, em educação e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Antes de passar a palavra ao Deputado Marcelo Guimarães Filho, nosso 3º Vice-Presidente, representante do PFL da Bahia, quero agradecer ao representante da União dos Escoteiros do Brasil, Rubens, a presença.

Passo a palavra ao Deputado Marcelo Guimarães Filho.

O SR. DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO – Sr. Presidente, inicialmente, quero parabenizar as duas palestrantes, a Dra. Leslie e a Sra. Ana Amélia, pelas exposições extremamente proveitosas.

Quem fala quase por último termina sendo redundante. Então, vou procurar ser mais breve e ir direto ao ponto, para não repetir tudo que os colegas já disseram.

A parte que me chamou a atenção na exposição da Sra. Ana Amélia foi quando citou e demonstrou com dados que os ganhos de escolaridade dos jovens não representam a inserção desses jovens no mercado de trabalho. Isso mostra que realmente temos outras deficiências a sanar, para inserir o jovem no mercado de trabalho e diminuir toda a problemática da nossa juventude. Temos de buscar alternativas que não o simples primeiro emprego – inclusive, sou autor de um projeto nesse sentido em tramitação na Casa.

O Governo encaminhará o mais brevemente possível o Projeto do Primeiro Emprego, e acho que a iniciativa é bem-vinda, para que procuremos uma alternativa para a discussão. Para mim está muito claro, sem sombra de dúvidas, que a questão do jovem e do emprego só vai ser sanada com o crescimento do País, a movimentação da economia, a geração de empregos, de renda e tudo mais, porque não há mágica a ser feita. Se não há emprego para ofertar, o empresário que obtiver uma isenção fiscal ou algo do tipo para oferecer emprego ao jovem fatalmente vai buscar uma alternativa, como, por exemplo, a de demitir um empregado mais velho que esteja lá. Por mais que busquemos fiscalizar e fazer tudo que devemos, será sempre uma solução paliativa. Sem o crescimento do País, sem geração de emprego e renda, não conseguiremos resolver esse problema.

Em relação ao que disse a Dra. Leslie, aproveito para fazer uma pergunta: V.Sa. falou sobre a harmonização de diversas normas de microssistemas – acho que foi a palavra que usou – que são bastante importantes hoje, mas que precisam harmonizar-se para termos clareza acerca das normas e de sua efetivação. A Comissão está propondo-se a, ao fim de todo o trabalho, porque já há um calendário, no final do ano, em dezembro, apresentar um Estatuto dos Direitos da Juventude, que seria mais um microssistema para se integrar a todos os já existentes. Então, pergunto: Dra. Leslie, o que V.Sa., que é uma operadora do Direito e está na outra ponta deste trabalho, acha desse Estatuto? Onde ele se encaixaria? E como a Casa poderia, da melhor forma possível, discutir a posição desse Estatuto em todo esse conjunto de microssistemas?

Por ora, seriam essas as minhas colaborações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Quero também registrar a presença do Conselho da Mocidade Evangélica do Distrito Federal, aqui representado pelo seu Presidente, Jesus Marcelo, e por Márcio Vieira e Josué, a quem agradeço a participação.

Passo a palavra ao Deputado mais jovem da Casa, Luciano Leitoa, de 22 anos, representante do PDT do Maranhão. Talvez o Estatuto deva proibir a eleição para Deputado aos 22 anos. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO LUCIANO LEITOA – Sr. Presidente, Sra. Ana Amélia Camarano, a quem, de antemão, peço um autógrafo no livro *A Transição para a Vida Adulta, Novos e Velhos Desafios*; Sra. Leslie Marques de Carvalho, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, sou de um Estado problemático, cheio de desafios, principalmente no que se refere à infância e à juventude: o Maranhão.

É papel principal desta Comissão discutir os problemas da infância e da adolescência, que só são lembrados em alguns momentos.

Vou procurar ser breve, até porque, como disse o Deputado Marcelo Guimarães Filho, quem fala por último acaba sendo redundante.

Reporto-me ao caso de um cidadão que conheci em período eleitoral, residente na BR-226, pai de 18 filhos – infelizmente, chega a esse ponto a falta acesso à informação. Devo dizer que é minha preocupação trabalharmos pela infância tanto na zona rural como na zona urbana, áreas totalmente diferentes uma da outra, e diferenciarmos o trabalho conforme as Regiões; no Nordeste a problemática é uma, no Sudeste é outra. Enfim, precisamos atuar de acordo com a diversidade política e cultural. Preocupa-me o fato de que os principais meios que poderiam contribuir para que pudéssemos ter uma melhora nessa área acabam influindo negativamente; por exemplo, a televisão, que por meio de novelas e filmes estimula a violência e a sexualidade precoce. Enfim, vários instrumentos que deveriam agir em benefício da sociedade acabam atropelando nosso trabalho.

Minha primeira pergunta, direcionada à Sra. Ana Amélia Camarano, refere-se ao aumento da idade para efeito de aposentadoria. Será que com isso não estaremos tirando a possibilidade de emprego de um jovem que esteja ingressando no mercado de trabalho? Precisamos discutir questões como essas, que são de interesse nacional. Realmente, a reforma da Previdência é o assunto mais importante que vamos discutir, e quero saber da nossa amiga qual a sua opinião a respeito do aumento da idade de aposentadoria.

Informo que no Maranhão existe o Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento, de que participam alguns Municípios. Por meio desse consórcio, criamos um projeto segundo o qual alguns jovens são levados a trabalhar na casa de famílias rurais, onde ficam morando por algum tempo, e quando retornam passam aos pais o que aprenderam. Foi a alternativa que encontramos para resolver problemas locais.

Novamente quanto à questão da Previdência, pergunto: em que o aumento da idade poderá prejudicar ou fortalecer a juventude?

E à companheira Leslie Marques de Carvalho dirijo uma pergunta sobre um assunto que o Relator Benjamin Maranhão chegou a comentar, ou seja, sobre a redução da idade de inimputabilidade penal para 16 anos. Outro dia estavam colhendo assinaturas para esse projeto. Eu disse que não o assinaria porque há vários fatores que é preciso analisar. Para julgarmos um jovem de 16 anos precisamos saber de onde ele vem. Não podemos comparar um jovem de classe média com um jovem da periferia. O caso daquela jovem, que foi aqui mencionado, é uma exceção. Não podemos tratar a exceção como regra. Portanto, gostaria de saber, objetivamente, qual a opinião da Dra. Leslie Marques de Carvalho quanto à mudança da idade de inimputabilidade penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – A Deputada Professora Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás, estava inscrita, mas teve de sair; passo então a palavra ao Deputado Lobbe Neto, nosso 2º Vice-Presidente, do PSDB de São Paulo. Logo após, para encerrar, usará a palavra o Deputado Milton Cardias, do PTB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela audiência pública de hoje, e saúdo a Sra. Ana Amélia Camarano e também a Dra. Leslie Marques de Carvalho, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude.

Não vou ser repetitivo. Gostaria de obter de cada uma das nossas palestrantes de hoje uma avaliação sobre a mídia, principalmente a televisiva. Quero ouvir suas opiniões sobre as telenovelas, os filmes violentos, sobre esse pacote para fazer publicidade, em que um programa compete com outro na exibição de cenas de sexo quase explícito, que a cada dia são veiculadas em horário mais cedo. A questão é bem subjetiva: gostaria de saber qual a interferência da mídia no comportamento da juventude do País, e os prejuízos que pode causar ou não.

Como disse a Dra. Leslie Marques de Carvalho, haverá eleição para o Conselho Tutelar, mas a mídia não divulga. Por outro lado, o Poder Judiciário, mais exatamente a Justiça Eleitoral não libera as urnas para que possa haver essa eleição, que é muito importante para o que estamos discutindo. Se queremos implementar o Estatuto da Criança e do Adolescente, e avançar, não só com a criação de mais leis, mas pondo em prática o que já existe, temos de estabelecer uma parceria com a mídia, o Poder Judiciário e o Poder Executivo, a fim de que possamos atingir o bem comum.

Parabenizo as palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Lobbe Neto.

Quero avisar que está tendo início o processo de votação nominal no Congresso.

Passo a palavra ao Deputado Milton Cardias, do PTB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizar V.Exa. pela sábia iniciativa de convidar pessoas ilustres como as palestrantes de hoje, que trouxeram, com suas palavras, grandes e magníficas contribuições, principalmente para esta Comissão, que está iniciando um trabalho tão importante para a juventude do Brasil.

Quero cumprimentar a professora e escritora Ana Amélia Camarano. Devo dizer-lhe que gostei muito das suas observações. Para mim, particularmente, V.Sa. foi muito precisa quando, de relâmpago, relatou uma das forças que temos, não só no Brasil, mas no mundo, para contribuir efetivamente para a melhora da formação ideológica da querida juventude brasileira: os evangélicos. E deu até alguma ênfase ao efetivo trabalho desse segmento com a juventude, com pessoas mais maduras e até com pessoas em idade avançada.

Como evangélico, quero ressaltar que estamos trabalhando fortemente pela nossa juventude; nossa atividade, porém, está um tanto restrita à juventude exclusiva da igreja, porque não temos campo de ação para alcançar os demais jovens, mas a intenção é essa. Quero parabenizá-la pela sua lembrança e dizer-lhe que as igrejas evangélicas estão prontas para trabalhar pelos nossos jovens.

Também a nossa Promotora foi brilhante nas suas considerações. Fiquei muito sentido com a sua observação quanto à falta de apoio, principalmente no Distrito Federal. Urnas não são difíceis de adquirir. No Rio Grande do Sul, conseguimos urnas até para a renovação da Mesa Diretora da nossa igreja, nas convenções. É fácil adquirirmos urnas oficiais. Mas creio que esses fatores todos vão mudar, e o Ministério Público terá condições de efetuar um trabalho profícuo, que venha ao encontro dos anseios da sociedade.

Parabéns, e que Deus continue abençoando a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Quero também registrar a presença do Deputado Estadual Rodrigo Soares, do PT da Paraíba, autor da proposição que criou a Comissão Especial de Políticas para a Juventude naquele Estado. Ele estava aqui, mas teve de ausentar-se momentaneamente. Também quero registrar a presença do Grupo Interagir, que está sempre conosco. Agradeço a consideração.

Passo a palavra à Sra. Ana Amélia Camarano, e depois ouviremos a Promotora Leslie Marques de Carvalho, para as considerações finais.

A SRA. ANA AMÉLIA CAMARANO – O Sr. Deputado voltou à questão dos ganhos de escolaridade, que não têm um grande impacto na inserção do jovem no mercado de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a Presidência ao Deputado Marcelo Guimarães Filho para poder participar da votação. Vou retornar em seguida. Peço desculpas.

A SRA. ANA AMÉLIA CAMARANO – Deputado, respondendo à sua indagação, se os ganhos de escolaridade não têm representado um grande impacto na inserção do jovem no mercado de trabalho, volto a insistir que a educação é um bem em si mesma. Quanto mais educada, mais escolarizada a nossa população, melhor. A educação não pode ser vista como uma panacéia para a questão da mobilidade social e da inserção no mercado de trabalho. A educação é importante. Ela representa um diferencial de ganhos quando a maioria tem um baixo nível escolar, situação em que os que têm um nível elevado se sobressaem; mas, quando todos têm um grau de escolaridade mais elevado, a educação como diferencial não têm mais importância.

Hoje, na Argentina, um problema sério é o da superqualificação. As pessoas têm uma superqualificação para as funções que desempenham. Isso gera insatisfação, porque o indivíduo se forma em Direito e espera ter um emprego nessa área, mas se torna caixa de banco. No Brasil, as empresas de prestação de serviços atualmente exigem o primeiro grau completo para o cargo de copeira! É claro que essa exigência funciona apenas como filtro. Uma pessoa não precisa ter o primeiro grau completo para servir café. Mas, para evitar uma fila enorme de candidatas, as empresas começam a colocar filtros, e há pessoas com o primeiro grau completo que vão ser copeiras. Nesse caso, a educação funciona mais como um filtro do que como elemento de mobilidade social.

Temos que examinar que educação estamos oferecendo, com essa questão de classe de aceleração. Penso que o ensino profissionalizante que a Deputada Alice Portugal mencionou, esse, sim, é fundamental, porque se direciona para determinadas funções. Atualmente, na Inglaterra, um professor universitário com doutorado ganha tanto quanto sua secretária. Não há mais esse diferencial.

Sobre a questão da idade para a aposentadoria, essa é uma discussão muito antiga na Europa. Desde que a longevidade começou a aumentar muito e começou a pressão sobre o sistema de previdência, veio a questão: aumenta-se a idade mínima para a

aposentadoria? Em paralelo à longevidade, há essa reestruturação produtiva, que é altamente poupadora de mão-de-obra. Resultado: fica-se com um *trade-off*: Se aumenta a idade para a aposentadoria, deixa-se de abrir uma vaga para o jovem. Bem, isso funciona na Europa, mas no caso brasileiro aumentar a idade para a aposentadoria não implica tirar a vaga do jovem, porque a legislação brasileira permite que o aposentado volte ao mercado de trabalho. Cinqüenta e quatro por cento dos homens brasileiros aposentados estão no mercado de trabalho. Portanto, não é a aposentadoria que tira o jovem do mercado de trabalho. É até contraditório usar aqui o termo "aposentadoria", que vem de "aposento". Em inglês é *retirement*, de retiro; em espanhol, também retiro; em francês, idem; em português, "aposento" – mas no Brasil o aposentado volta ao mercado de trabalho sem nenhuma penalidade. Dessa forma, pode-se aumentar a idade para a aposentadoria, porque isso não vai criar problema algum para o jovem.

Sobre a questão da mídia, o Deputado tem razão. A mídia não cria valor, não cria comportamento, mas os difunde. O padrão de consumo como forma de inclusão social é muito incentivado pela mídia. Os senhores devem ter visto o filme *Bye bye, Brasil*. As culturas regionais estão desaparecendo em função da televisão. As novelas adotam o padrão Leblon/Jardins. Esse é o modelo de consumo, de estilo de vida – culto ao corpo da mulher, até a questão da família – que está sendo divulgado. As novelas dos anos 60 eram do tipo *O Direito de Nascer*; debatia-se o direito ao nascimento, e até uma criança bastarda tem esse direito. A família dos anos 90, segundo mostra a televisão, é uma família quebrada, instável, formada até por homossexuais. Esse é o padrão que está sendo divulgado no Brasil inteiro: culto ao corpo, ao consumo, à beleza. A mídia não criou este valor, ele já existia, mas está difundindo-o Brasil afora.

O mesmo acontece no que se refere à violência: a mídia não está inventando, mas difundindo a violência, assim como a impunidade, para o Brasil inteiro, e isso serve como modelo a ser imitado.

Acho que fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Guimarães Filho) – Com a palavra a Dra. Leslie.

A SRA. LESLIE MARQUES DE CARVALHO – Vou começar pela indagação do Deputado Marcelo Guimarães Filho quanto à harmonização dessas normas. Creio que devemos ficar abertos a tudo que vier para melhorar essa situação e esses problemas que afligem a juventude. Vejo que existem lacunas muito grandes no tocante à profissionalização; há que se dar continuidade a esse processo, e também levar o adolescente, que vai passando para a fase da juventude, a concluir seus estudos, de forma a poder ingressar no mercado de trabalho. Esta Comissão poderia debruçar-se sobre essas questões, como também sobre o problema do planejamento familiar.

As jovens mães realmente precisam de um trabalho de orientação, de programas de orientação, que não existem. Não temos para onde encaminhar. Existe uma lei sobre planejamento familiar, mas não conseguimos cumpri-la, não conseguimos dar-lhe efetividade. Várias ações poderiam ser aprimoradas.

Bem, respondendo ao questionamento do Deputado Luciano Leitoa, creio que não há necessidade de rebaixamento da idade penal. Não sei se seria oportuno mexer em pontos que já estão mais do que sedimentados, como a responsabilização criminal, a maioridade e a capacidade civil. Reafirmo aqui que me posiciono contra esse rebaixamento não por princípio, como já disse. Não sou contra porque sou contra; não é bem assim. Há que se indagar que benefícios esse rebaixamento traria para a nossa sociedade.

No que se refere à questão da criminalidade, tememos que a delinqüência atinja, cada vez mais, faixas etárias menores da população.

Quanto ao tráfico, os traficantes gostam de fazer avião as pessoas inimputáves, porque crêem na impunidade. Um dos argumentos que incentivam os defensores da tese do rebaixamento da imputabilidade penal é a sensação de impunidade, a falsa impressão de impunidade, que se apregoa por aí em relação ao Estatuto.

Se medidas socioeducativas não forem bem implementadas, realmente vai-se gerar uma sensação de impunidade. Quem, como nós, trabalha numa Vara da Infância e da Juventude sabe muito bem, por exemplo, que num furto praticado por duas pessoas, uma maior e outra menor de 18 anos de idade, às vezes o menor vai sair muito mais severamente apenado do que o outro. Isso porque, para a aplicação de uma medida socioeducativa, não se leva em consideração tão-somente o fato praticado pelo adolescente, mas também todo o seu contexto social, seu histórico de vida e também o familiar. Entende-se que aquela pessoa merece tratamento especial, não no sentido do favorecimento, mas de despenalizar. O fato é que a pessoa, estando em fase de desenvolvimento e sendo parte integrante da geração futura da Nação, deve ser tratada de forma especial.

Então, não se considera simplesmente o fato e a pena prevista na lei penal para aquele fato, mas também as perspectivas de retomada do curso natural da vida daquele adolescente. E dependendo das

perspectivas, temos certa maleabilidade na aplicação das medidas socioeducativas.

É isso o que gera essa falsa sensação de impunidade. Se fosse divulgada a aplicação do Estatuto, se ele fosse implementado como deveria, tenho certeza de que essa tese cairia por terra imediatamente.

Sobre a pergunta do Deputado Lobbe Neto, já tive oportunidade de nesta Casa participar de reunião de Comissão, presidida pela Deputada Laura Carneiro – não lembro qual – , que tratava desse tema, a mídia. Foram chamados diversos representantes dos canais de tevês existentes. Todo mundo tem medo de falar em censura, por se tratar de um mito derrubado a duras penas neste País, de falar no estabelecimento de classificação pelo Ministério da Justiça, de imposição de penalidades, sejam criminais, sejam administrativas – as criminais ainda não existem – , no Estatuto da Criança e do Adolescente, porque esse ponto é muito vulnerável.

Deve existir, antes de tudo, responsabilidade social de todos nós, inclusive dos detentores de concessões dos canais de televisão, porque a maior parte da população às vezes não tem uma casa, mora em barraco, mas tem televisão. E muitos pais não têm informação suficiente ou outra opção de lazer que não a televisão para proporcionar aos seus filhos. Não podemos nos esquecer disso.

Acho que se deve aprimorar cada vez mais esse sistema de classificação do Ministério da Justiça. Uma vez havendo essa classificação – isso está no Estatuto da Criança e do Adolescente – , cabe ao Ministério Público, aos conselhos tutelares e ao juiz fiscalizar. Todos os dias, na Promotoria, recebemos notícias, às vezes por *e-mail*s, de pessoas que afirmam ter assistido a propaganda tal totalmente inadequada para o horário. Requisitamos a cópia da propaganda ou programa para análise. Se realmente verificarmos a inadequação, imporemos penalidade, embora eu a ache muito leve para determinados canais. A infração administrativa sujeita o infrator a uma pena de 3 a 20 salários mínimos, muito pequena. Poder-se-ia aprimorar o sistema de punição e, mais do que isso, promover a conscientização.

A respeito dos conselhos tutelares, que foi parte do questionamento de S.Exa. e do Deputado Milton Cardias, fico feliz que meu apelo tenha tido eco.

A cidade de São Paulo poderia ser comparada ao Distrito Federal, pelo tamanho e pela sua população, que já alcançou os 3 milhões de habitantes. Seriam 3 milhões de eleitores, descontadas as crianças e os adolescentes, todos habilitados a votar, segundo a lei distrital que regulamenta essa matéria. Portanto, uma eleição de enormes proporções.

Na cidade de São Paulo, o TRE concedeu as urnas eletrônicas. No entanto, no Distrito Federal, o Tribunal Regional Eleitoral impôs a seguinte condição: faria o empréstimo mediante o recadastramento de todos os eleitores. Mas imaginem a dificuldade de recadastrar todas as pessoas. Se já existe um cadastramento da Justiça Eleitoral, se o Estatuto prevê ampla realização de eleições, porque isso é uma forma de participação popular, de co-gestão popular na administração pública, não se deve limitar. Os conselhos tutelares nascem dessa idéia. Então, não seria justo restringir. Caso fôssemos fazer esse cadastramento prévio, teríamos um duplo trabalho, porque já houve um.

Se alguém no Distrito Federal tiver alguma idéia sobre o assunto, vamos recebê-la de muito bom grado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Guimarães Filho) – Por questão de respeito à hierarquia, retorno a Presidência dos trabalhos ao nobre Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradeço ao nobre Deputado Marcelo Guimarães Filho, 3º Vice-Presidente da Comissão, por ter assumido a Presidência dos trabalhos.

Tínhamos em pauta a discussão sobre como será composto o grupo de trabalho, para o qual será designado Coordenador e Relator, mas, devido ao horário, vamos adiá-la para a próxima reunião.

Agradeço aos palestrantes as belíssimas contribuições nesta primeira audiência pública da Comissão. Trata-se de trabalho inédito no Legislativo. Antes da aprovação do Estatuto da Juventude, devemos avaliar a importância de construirmos um plano nacional de políticas que resolverá grande parte dos nossos problemas.

Mais uma vez, agradeço à Promotora de Justiça Leslie Marques de Carvalho e à Profa. Ana Amélia Camarano as belíssimas exposições.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, tomo a liberdade de dizer que a Comissão está aberta para receber todas as sugestões, a fim de que possamos aprimorar os trabalhos do Relator, Deputado Benjamin Maranhão, e de ajudar o Ministério Público nas questões do Conselho.

Estamos à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Faço minhas as palavras de V.Exa., Deputado Lobbe Neto.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando a próxima reunião para o dia 18 de junho, quarta-feira, no Plenário 14, para

formação dos grupos de trabalho da Comissão e designação do Relator e do Coordenador.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Oitava Reunião Ordinária realizada em 26 de junho de 2003.

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e três, às dez horas e quinze minutos, no plenário12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, sob a presidência do Deputado Reginaldo Lopes. Compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Deley, Eduardo Seabra, Júnior Betão, Leo Alcântara, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Luciano Leitoa, Marcelo Guimarães Filho, Mário Assad Júnior, Milton Cardias, Odair, Professora Raquel Teixeira, Reginaldo Lopes, Vignatti e Zonta, titulares; Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Carlos Abicalil, César Medeiros, Eduardo Barbosa, Elaine Costa, Heleno Silva, Homero Barreto, Laura Carneiro, Lindberg Farias e Maurício Rabelo, suplentes. Não compareceram os Deputados Celcita Pinheiro, Clóvis Fecury, Isaías Silvestre, Julio Lopes, Marinha Raupp, Sandro Mabel e Zico Bronzeado. **ABERTURA** – O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **ATA** – A leitura da ata das reuniões dos dias 12 e 18 de junho de 2003 foi dispensada por solicitação do Deputado Lobbe Neto. Colocada em votação, as atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE** – l) – Of. GP – 1195/03, de 16-06-03, do Chefe de Gabinete da Presidência da Casa, em resposta à solicitação de inserção de destaque especial para esta Comissão, informando que o Centro de Informática somente poderia divulgar na homepage os eventos temporários da Comissão; e 2) – Ofício n° 248/2003, de 24-6-03, do Deputado Lobbe Neto, justificando ausência à reunião do dia l8-6-03, por motivo de viagem ao município de Ibaté – SP. **ORDEM DO DIA** – Audiência pública, com a presença do Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, e do Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer de São Paulo, Lars Schmidt Grael, para falar a respeito do tema "O jovem, o desporto e o lazer", e deliberação dos requerimentos: nº 9/03, do Senhor Deputado Reginaldo Lopes, que "Solicita seja realizada uma videoconferência sobre políticas públicas para os jovens, no decorrer da Semana Nacional da Juventude", e nº 10/03, do Senhor Deputado Luciano Leitoa, que "Solicita seja incluído no Grupo de Trabalho 6 o tema " o jovem no semi-árido e o jovem rural". O Deputado Reginaldo Lopes convidou o Senhor Ministro a tomar assento à Mesa para fazer a sua exposição. A seguir, passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Lobbe Neto, às 10h25. Foi concedida a palavra ao próximo expositor, o Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer, Lars Grael. Falaram a respeito da matéria os Deputados Vignatti, Zico Bronzeado, Zonta, Deley, César Medeiros, Ann Pontes, Luciano Leitoa, Marcelo Guimarães Filho, Professora Raquel Teixeira, Lobbe Neto e Walter Feldmann. O Deputado Reginaldo Lopes reassumiu a presidência àsllh10, e determinou à Secretaria fosse encaminhado aos membros da Comissão o Pré – Projeto entregue pelo Deputado Vignatti, Coordenador do Seminário. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente colocou em votação os requerimentos constantes da pauta. Os requerimentos foram aprovados. ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e trinta e dois minutos. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, ,Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente Reginaldo Lopes e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Bom dia a todos! Vamos dar início a esta audiência pública, com a apresentação do primeiro painel "Jovem, Desporto e Lazer". Receberemos o Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz. S.Exa. já se encontra presente. Depois da fala de S.Exa., vamos iniciar o segundo painel com a exposição do Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer de São Paulo, Lars Grael.

Declaro abertos os trabalhos da 8ª reunião ordinária da Comissão, destinada a acompanhar e estudar os propósitos de políticas públicas para a juventude.

Tendo em vista a distribuição das cópias das atas das reuniões dos dias 12 e 18 de junho a todos os membros presentes, indago se há necessidade da leitura. (*Pausa*.)

Está dispensada a leitura das atas.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-las, passa-se à votação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura das atas. Numa das atas eu gostaria

que se fizesse uma correção. Na quinta-feira passada, eu me encontrava na comemoração do aniversário da cidade de Ibaté. Já encaminhei o ofício para a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Na próxima ata constará expediente com a justificativa da ausência de V.Exa. da reunião.

As atas estão em discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Expedientes:

Recebemos o Ofício nº 1195/03, de 16 de junho de 2003, da Presidência da Casa, em reposta à solicitação encaminhada por esta Comissão, informando que o Centro de Informática não poderá publicar um destaque permanente para esta Comissão, mas que os eventos temporários poderão ser divulgados; ou seja, nós acertamos que os seminários, as exposições, sessão solene... Nós estaremos criando um *banner* para a primeira página da Câmara dos Deputados. O nosso companheiro Vignatti está na coordenação do seminário. S.Exa. já poderia acertar com a Comissão de Divulgação da SECOM a criação de *banners* para começarmos a divulgação do seminário.

Com a palavra o Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Sr. Presidente, quanto à questão levantada por V.Exa, hoje pela manhã fechei uma proposta para a questão do desembolso do seminário. Vou distribuir aos Deputados material para escrever, rabiscar e retornar para o gabinete até terça-feira. Terça-feira, junto com a assessoria da Comissão e com V.Exa., pretendo construir as várias sugestões para apresentar uma proposta definitiva para o seminário, a fim de adiantarmos o processo de organização do seminário. Já comunicamos aos Deputados. Para os Deputados que não se encontram presentes vou enviar material para os seus gabinetes ainda hoje, e até o final da reunião vou passar uma proposta de metodologia e sugestões de convidados para fazermos um acordo entre as forças políticas, partidos, que as pessoas acham importante cuidar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Vignatti.

Vamos passar ao tema "Jovem, Desporto e Lazer".

Nós temos como convidado para o primeiro painel o Sr. Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, a quem convido para compor a Mesa. Convido também para compor a Mesa o Relator desta Comissão, Deputado Benjamin Maranhão. *(Pausa.)*

Antes de conceder a palavra ao Sr. Ministro, esclareço que o convidado disporá, inicialmente, de 40 minutos para sua explanação, prorrogáveis por mais 20 minutos.

O SR. MINISTRO AGNELO QUEIROZ – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da Comissão de Políticas Públicas para a Juventude. Em seu nome, quero elogiar a iniciativa de constituir esta Comissão. Tenho certeza de que a Comissão chegará a um dos anseios mais sentidos da população, que é buscar, através de políticas públicas, alternativas para a nossa juventude. Cumprimento também o Relator, Deputado Benjamin Maranhão; a Deputada Alice Portugal, Vice-Presidente da Comissão; o Deputado Lobbe Neto, 2º Vice-Presidente, Marcelo Guimarães Filho, 3º Vice-Presidente, e os demais colegas Deputados. Inicialmente, agradeço-lhes o honroso convite de participar desta reunião. Tenho conhecimento dos trabalhos da Comissão, pois os acompanho um pouco de longe. E sei que a Comissão dará uma grande contribuição para um tema tão importante como este, que é a juventude no Brasil.

Não tenho dúvida de que a principal razão do Ministério dos Esportes é também trazer alternativas e compreender que o esporte é um importante instrumento de política pública para a nossa juventude. É evidente que ele tem um conceito mais amplo porque se trata de um instrumento de política pública para toda a população, e de todas as idades, mas em particular para a juventude. O esporte é um instrumento do desenvolvimento, tanto físico como intelectual, da população. E é justamente na fase da formação, na juventude, que o esporte pode agir de forma mais adequada como instrumento de política pública, que tem como objetivo a formação de recursos humanos para a grandeza de uma nação. E, por isso, tem de ser política pública; não pode ser como infelizmente ainda é hoje: em que o esporte termina sendo uma ferramenta apenas para parte da população, para pessoas que têm recursos financeiros para colocar seus filhos em uma atividade esportiva a fim de complementar a atividade escolar, para pessoas que identificam que as crianças e os adolescentes que praticam esporte têm melhor desenvolvimento em todos os aspectos. E, assim, buscam, por conta própria, dar essa oportunidade aos seus filhos. É evidente que em alguns nichos há administradores públicos que têm essa compreensão e conseguem tomar atitudes. Em alguns lugares temos bons exemplos de organizações não-governamentais que se mobilizam para oferecer esse instrumento para a comunidade. E os resultados são imediatos, inquestionáveis, sempre muito positivos quando se possibilita o acesso à práti-

ca do esporte como um direito, e, consequentemente, isso ajuda na formação da juventude.

Tendo em vista esse conceito mais geral de um direito de todos e tendo claro que o esporte é uma importante ferramenta para o desenvolvimento humano, evidente que devemos partir para outro raciocínio, que é como o esporte deve dar sua contribuição. Por isso fiz questão de dizer que, se o esporte é uma ferramenta do desenvolvimento humano, num país com um grau de desigualdades como o Brasil – existem no País 32 milhões de pessoas que têm até 17 anos de idade e vivem abaixo da linha da pobreza, pertencentes a famílias que ganham menos que meio salário mínimo – é evidente que num quadro desses somente a política pública pode alcançar toda essa juventude para evitar um futuro desastroso para a sociedade brasileira. Não basta tomar algumas iniciativas louváveis e positivas, iniciativas de alguns gestores de Município, de alguma entidade não-governamental etc. É necessário que haja uma política pública que atinja todo o País no que diz respeito à nossa juventude e, em particular, à juventude que não tem acesso à atividade esportiva, para que essa atividade ajude no desenvolvimento dessas crianças, ajude a resgatar a cidadania dos adolescentes.

O nosso desafio é este: como nós deveremos proceder? O papel da Comissão é destacado e pode indicar essas políticas nas diversas áreas de políticas públicas ligadas à juventude. Vou tratar da parte ligada ao esporte. Espero trabalhar em conjunto com a Comissão e com a Câmara dos Deputados para a solução de problemas tão graves para o nosso povo. Aí não estamos falando de um problema secundário. Estamos falando de investimento na pessoa, de dar oportunidade aos jovens, formar bem o cidadão, investir nas crianças, nos adolescentes, na juventude, para que estes possam se desenvolver plenamente, estudar, ter um bom aproveitamento na escola. Reconheço que na faixa da população mais pobre é possível ter política pública que alcance essas crianças. Com políticas para a juventude é possível dar adequada formação e preparar melhor a juventude, para que ela possa se desenvolver plenamente, competir e ter a possibilidade de viver do seus próprio esforço.

Por isso é preciso ter uma política publica para a juventude. Como é prioridade do Governo Lula diminuir a desigualdade social existente no Brasil, este é o principal objetivo do nosso Governo. Todas as demais políticas têm de dar sua colaboração. Não adianta crescimento econômico e desenvolvimento, se houver exclusão social, miséria de milhões de brasileiros, e a juventude e a infância continuarem sem oportunidade de desenvolver-se plenamente.

Esse é um tipo de violência que acontece no dia-a-dia. Estamos muito acostumados com a violência física – assaltos, assassinatos, seqüestros – e, às vezes, esquecemos que há uma violência tão cruel ou mais perversa: a que não permite a uma criança ter desenvolvimento pleno, intelectual e físico, para poder amanhã ter seu emprego, constituir sua família, com um grau de produtividade adequado, absorvendo as novas tecnologias; enfim, ter uma vida plena de cidadão. O grau de desigualdade tão perverso e brutal faz com que a nossa sociedade como um todo assista indiferente a essa condenação prévia daqueles que estão sem defesa, sem alternativa, sem opção.

Temos de compreender a gravidade do problema. Precisa ser dito que isso é política pública e que é preciso política de Estado, que é mais do que política de governo, para resgatar plenamente a cidadania do que há de mais caro em uma sociedade, em uma nação: seu povo, especialmente as crianças, nossos recursos humanos de amanhã. Para esse recurso humano poder incorporar-se ao mercado de trabalho, ter grande produtividade amanhã, poder inserir-se na vida social com normalidade, é preciso dar oportunidades.

Basta ver a situação dos presídios no Brasil. Quase a totalidade dos presos têm entre 18 e 24 anos de idade. Essa é a faixa da população que mais mata e morre, a ponto de começar a alterar nosso mapa populacional, por falta de gente, em particular do sexo masculino.

Meus companheiros, é da maior importância o trabalho desta Comissão, como o serão as sugestões a serem apresentadas. Precisamos atuar junto às Comissões Permanentes de Educação e Cultura e de Turismo e Desporto para a elaboração do Orçamento.

Trago aquilo que diz respeito à nossa área, o que podemos fazer como política pública para ajudar a resolver esse problema. É preciso que haja uma política nacional que dê oportunidade de formação à juventude brasileira, em particular à excluída. Esse é o principal papel do Estado brasileiro. É preciso haver política para toda a sociedade. De uma forma ou de outra, quem tem algum grau de inclusão, salário e condições mínimas, ainda consegue colocar seus filhos em uma atividade complementar que ajude na escola.

A prioridade do Ministério é a inclusão via o esporte, é formar nossos recursos humanos, transformar o esporte em ferramenta de desenvolvimento. Essa ferramenta deve alcançar quem está excluído, à margem do acesso à prática de esporte. Neste sentido, devemos desenvolver, como política prioritária do Ministério, à prioridade de se democratizar o acesso à pratica esportiva no Brasil. Esse é o ponto principal, a prioridade zero.

Democratizando o acesso, para alcançar as crianças e adolescentes excluídos, estaremos permitindo que a criança possa estudar em um turno. Hoje o grau de matrículas é elevado; e temos que manter a qualidade do ensino, o que é importante. Acho que esse é um esforço que devemos fazer com muita determinação: transformar a escola em local prazeroso, atraente para a juventude. Em outro turno, o jovem praticará esportes. As crianças adoram praticar esportes. Não é preciso brigar com criança nenhuma para praticar esporte; basta oferecer-lhes as condições. Junto com o esporte, que é essa ferramenta, devemos agregar outros elementos, como alimentação, principalmente, porque estamos tratando de uma faixa excluída e pobre. Junto com a alimentação, o reforço escolar para que a criança que esteja praticando esporte num programa como esse possa ter seu tempo ocupado. Isso ajudará seu desenvolvimento tanto físico quanto intelectual. Que seja, algo prazeroso para que a criança queira cumprir o outro turno da escola.

Repito que estamos tratando de uma faixa excluída que vive em condições extremamente precárias, que tem que ficar na rua o tempo todo, ou que não tem auxílio para tirar as dúvidas da escola nem estímulo para fazer as tarefas escolares. Quando se agrega esporte ao reforço escolar, a criança sai daquele período com a tarefa pronta, vai para casa com tranqüilidade e para escola com o trabalho realizado, com a cabeça levantada, com a auto-estima elevada. Assim a criança vai gostar mais da escola, haverá menos repetência e melhor desempenho escolar.

Com essa ferramenta, estamos ajudando o desenvolvimento humano dessa criança. Essa é a essência. O esporte está sendo uma ferramenta, um elemento utilizado como política pública para milhões, e não para poucos. Então, essa é a grande meta.

Queremos discutir o projeto na Comissão. Posteriormente, com o resultado do trabalho, aliados o Ministério dos Esportes, a Comissão e os Parlamentares, viabilizaremos as condições de aplicabilidade de um projeto como esse.

Estamos chamando o projeto de "Segundo Tempo". O primeiro tempo é na escola. Temos de reforçar isso na consciência, no coração e na mente de todas as crianças. Essa é uma etapa indispensável para o desenvolvimento da cidadania. O "Segundo Tempo" é o programa de esportes. A criança contará com prática esportiva, alimentação e reforço escolar. Esse é um programa extremamente simples e muito determinado. Devemos atingir crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos prioritariamente, em especial as crianças que estão nessa faixa consideradas excluídas, pobres, em áreas de vulnerabilidade, com risco pessoal e social etc. Para elas temos que oferecer um programa como esse.

Numa fase inicial, precisamos, obviamente, para oferecer política pública e atingir milhões de brasileiros, ocupar os espaços esportivos disponíveis no País. Não podemos construir os espaços. Vamos estabelecer a meta de 1 milhão de crianças. Se fôssemos construir esses espaços para as crianças, o tempo e o custo seriam altos. Então, nossa primeira meta é usar o espaço esportivo disponível no Brasil que não está sendo utilizado pelas crianças. Fizemos parcerias com várias instituições que dispõem de equipamento esportivo. Fizemos isso com o SESI, que tem um maravilhoso espaço e a maior lâmina de água do Brasil, da América Latina, quiçá do mundo. Podemos usar os equipamentos maravilhosos do SESC. Há 6 mil clubes sociais no Brasil filiados à Confederação Brasileira de Clubes. Durante a semana, qualquer um pode ir a esses clubes. Em Brasília há vários clubes completamente vazios. A quadra de esportes, a piscina e o ginásio são um espaço seguro, maravilhoso e belo. Evidente que ali se contribuirá para a formação integral da criança.

As Forças Armadas dispõem de equipamentos esportivos maravilhosos e também serão parceiros nesse projeto. Já está funcionando o projeto piloto nos espaços das Forças Armadas. O Centro de Educação Física da Marinha, localizado na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, espaço maravilhoso que já serviu para treinamento de várias equipes de seleção do Brasil, equipes olímpicas de diversas modalidades, está sendo usado por crianças da Favela da Maré. Em um período tão curto, já há resultados. Há aproximadamente 3 meses iniciamos esse projeto em parceria com as Forças Armadas, e as crianças já estão engordando, têm melhor desempenho na escola e auto-estima mais elevada. O efeito é imediato!

Num período em que estaria na rua, na "selva", a criança está num espaço seguro, aprendendo modalidades esportivas.

As organizações não-governamentais que exercem atividades isoladas, como o Instituto Ayrton Senna, e as universidades serão parceiras do Ministério dos Esportes. Os Municípios também farão parcerias para que as crianças utilizem seu espaço esportivo durante a semana. Pode-se observar que os espaços de lazer, as praças são utilizados à noite e no fim de semana. Então, pode-se usar o espaço durante a semana e adotar uma máxima: "todo espaço esportivo será uma escolinha." Haverá instrutor remunerado, para que haja continuidade. Podem-se agregar voluntários como forma de ampliação, mas é necessário o esquema profissional.

O Ministério dos Esportes assegura o material esportivo, o uniforme, o pagamento dos instrutores e professores, alimentação e material pedagógico. O programa é muito barato. Em média – há uma variação de parceiro para parceiro – gastam-se 25 reais por criança por mês. No ano são 10 meses, pois há 2 meses de férias. Total: 250 reais por criança por ano. Esse é o custo do que pode significar uma formação integral para milhões de jovens no Brasil. Comparem isso com o que se gasta nas FEBEMs da vida e nos presídios!

O grau de violência é tão grande que, às vezes, ficamos satisfeitos em apenas ocupar o tempo dos jovens, o que é bom, melhor do que ficarem na rua. Mas não estamos satisfeitos com isso. Nesse conteúdo, há uma tecnologia educacional, um objetivo. Por isso, as universidades estão participando do programa. Ao final vamos acumular essa tecnologia para reproduzi-la. Há conteúdo de auto-estima, de respeito ao próximo, de trabalho em equipe, de desenvolvimento de habilidades, tudo com brincadeira, de forma tão discreta que a criança nem percebe que há conteúdo educacional que vai ajudá-la em seu desenvolvimento pleno.

Podemos utilizar os espaços esportivos no Brasil e ensinar milhões de jovens com um custo muito baixo, fazendo parcerias com quem tem espaço físico. Mas isso não basta. É preciso fazer esse "segundo tempo" também na escola. Esse deve ser o objetivo estratégico para que a criança tenha sua formação integral e possa permanecer na escola, como em vários países do mundo que têm grau de excelência e maior desenvolvimento de escolaridade.

Deve ser nosso objetivo estratégico possibilitar que daqui a 10, 15 anos, no máximo, haja nas escolas todos esses programas que hoje existem nessas instituições. Toda criança que estiver estudando deve completar sua atividade na escola. Essa não é a realidade do Brasil porque nossas escolas públicas são ocupadas nos 3 turnos – de manhã, de tarde e de noite – e não têm estrutura para permanência dos nossos jovens. Devemos começar com as que já têm estrutura e, paulatinamente, criar as condições, com investimentos, para que a criança possa permanecer na escola.

Estamos pensando não apenas nas crianças selecionadas para o programa, mas em todas. Se a escola dispõe de infra-estrutura, com quadras de esportes para a prática de educação física, para o lazer à comunidade etc., tem objetivo muito maior de facultar que determinadas instituições de ensino façam esse "segundo tempo" nelas próprias. Vamos criar estímulos para que essa outra parte se desenvolva por completo. Isso vai exigir investimentos para a construção de mais quadra esportivas; reformas nos banheiros, já que a criança ficará o dia inteiro na escola e terá de tomar banho; construir uma cozinha, com refeitórios adequados etc.

Então, vamos fazer projeto piloto no Estado de Goiás, nas cidades de Goiânia, Aparecida e Anápolis, com escolas que possuem mais de 500 alunos. Nosso objetivo é que os alunos permaneçam o dia inteiro na escola: almocem lá, pratiquem esportes, façam o lanche da tarde, façam o trabalho pedagógico e voltem para casa satisfeitos. Essa é a formação integral!

Há aproximadamente 10 dias, assinamos contrato com as Prefeituras das respectivas cidades. Serão beneficiadas 26 mil crianças.

Neste semestre também temos a meta de atingir as periferias das capitais, onde as crianças serão selecionadas pelas escolas de acordo com o grau de carência financeira, da situação familiar e de sua necessidade de permanecer na escola nesse "segundo tempo". Devemos então alcançar 700 mil crianças, em aproximadamente 3.500 escolas das capitais, onde há maior vulnerabilidade para o tráfico de escuta, onde a violência tenta captar as crianças. Esta a nossa prioridade. Para atingir 694 mil crianças na escola, com todas essas parcerias, iremos alcançar 1 milhão de crianças fora da escola. E, com o "segundo tempo" e com a ajuda de nossos colegas, esse número de crianças corresponderá a um custo de 16 milhões e 900 mil reais, aproximadamente 17 milhões de reais. Com as parcerias do Ministério dos Esportes, que irá contribuir aproximadamente com 11 milhões de reais, e do Ministério da Educação, que irá contribuir com 6 milhões de reais, há a previsão de gasto por aluno de 24 reais, num período de 5 meses, o que significa 4,8 reais. Repito: para mantermos a criança em tempo integral na escola, almoçando na escola, fazendo atividades físicas em pelos menos 3 modalidades esportivas, tendo direito a lanches, desenvolvendo atividade pedagógica, indo para casa com sua tarefa feita, enfim, estudando o dia todo, isso vai custar, em 5 meses, aproximadamente 5 reais por criança.

Essa a essência do que desejamos discutir.

Isso é política pública para a juventude, é política de inclusão social, que vai estimular todas escolas que dispuserem de tempo integral. E as crianças que não dispuserem de tempo integral na escola vão fazer educação física. Associado a isso, estamos trabalhando com o Ministério da Educação para disponibilizar paulatinamente material esportivo nas escolas, para reforçar a atividade do professor de educação física, importante instrumento de recursos humanos nessa área. Estamos na fase inicial com as escolas que têm mais de 500 alunos, que já têm pelo menos uma

quadra de esportes, já dispõem de equipamentos esportivos. Certamente, se investirmos praticamente em recursos humanos e material, sem investimento físico, poderemos atingir cerca de 700 mil crianças em áreas de vulnerabilidade na escola e mais outro tanto que estiver fora dela. Como disse, queremos atingir até o próximo ano 1 milhão de crianças.

Se os senhores forem até a Escola dos Fuzileiros Navais da Marinha, localizado ao lado do Iate Clube de Brasília, irão ver as atividades que as crianças do Varjão, do Paranoá, de regiões extremamente pobres do Distrito Federal, estão desenvolvendo. Isso também gera emprego, porque para cada núcleo de 100 crianças há professores, coordenadores, monitores. Nesse projeto piloto na escola, alunos universitários de educação física vão receber bolsa, graças à parceria das universidades com esse programa.

Não tenho dúvida alguma de que iremos criar condições para o pleno desenvolvimento da nossa juventude em áreas extremamente carentes. Estamos tirando as crianças da ociosidade, que só as leva para o caminho da droga, da violência e da prostituição infantil. Ali a criança vai fazer o que deseja. Por exemplo: abrimos inscrição na escola de educação física da Marinha, sem propaganda – porque é proibida; portanto, só no boca a boca. Pois bem, no outro dia já havia 500 inscritos. Nosso intuito era começar com um núcleo de 100. Ou seja, tivemos de aumentar um pouco esse núcleo inicial. Hoje há cerca de 150 alunos, e a tendência é aumentar o número de vagas em cada local desses, com o "segundo tempo" fora da escola. Já, já iremos sintetizar e possibilitar essa alternativa.

No "Segundo Tempo", só na escola, o total de professores corresponde a 13 mil, sendo que desses 7 mil são estagiários. Queremos mostrar que a ação de inclusão social gera emprego. Devemos aumentar o número de fábricas no chamado programa "Pintando a Liberdade", em que os presos confeccionam material esportivo, bolas, redes, uniformes. Isso ajudará a ressocializar os presos. Vamos fazer parceria com outras empresas, inclusive com a PETROBRAS, e vamos instalar mais 20 fábricas.

Se a Comissão examinar essa questão, der sua contribuição, aperfeiçoar esse programa e ter como meta de política pública o investimento nessa faixa, que é mais delicada e vulnerável das nossas crianças, certamente vamos conseguir os necessários recursos para implementar esse programa. E, para conseguirmos colocar 1 milhão de crianças na escola, precisamos de 250 milhões de reais. Com 88% de recursos contingenciados, começamos o "Segundo Tempo" com 100 mil crianças, no Ministério dos Esportes. Seguramente, haverá parcerias com a iniciativa privada e outras formas de financiamento.

Confio, sobretudo, não só nos colegas desta Comissão mas também nos das Comissões Permanentes. Vamos citar como exemplo o Orçamento, com recursos próprios que garantam bancar 1 milhão de crianças. Com as outras fontes bancaremos outras alternativas. Não tenho dúvida de que é irrisório, insignificante, investir 250 milhões de reais para que 1 milhão de crianças que vivem em áreas empobrecidas, vulneráveis, desassistidas, na rua, passem a ter formação integral, estudando praticamente os dois turnos, porque esporte também ajuda no aspecto do intelecto, desenvolve o físico e trabalha positivamente a juventude.

Essa a contribuição do Ministério dos Esportes como grande ferramenta de inclusão social, de desenvolvimento humano, de política pública para os jovens. Os Secretários Estaduais de Esporte serão nossos parceiros. Temos a honra de contar com a presença do Lars Grael, grande atleta brasileiro, ex-Secretário Nacional de Esportes, e Secretário de Esporte e Lazer da Juventude do Estado de São Paulo, que coordena o Fórum Nacional de Secretários Estaduais, e tem dado grande contribuição não só pelo legado que deixou mas também por toda a articulação que tem feito para promover essa política em âmbito nacional. Nosso objetivo é fazer o mesmo em cada Estado e Município, criar núcleo de inclusão com essas crianças, conforme o projeto piloto em Goiânia, Aparecida e Anápolis, em Goiás. As Prefeituras serão nossos grandes parceiros em termos de estratégica, pois, ao longo do mandato do Presidente Lula, desejamos municipalizar nossas ações do esporte no Brasil e manter canal direto com o que acontece nos Municípios. Temos de ser formuladores, estimuladores dessa política. Essas parcerias irão se dar exatamente nesses locais, com os grandes parceiros nacionais, que dispõem de equipamentos, como o SESC, o SESI, os clubes, as Forças Armadas.

Agradeço, portanto, a oportunidade e coloco-me inteiramente à disposição dos senhores, confiante de que daremos um grande salto de investimento em política pública para a juventude no Brasil, resgatando o maior tesouro desta Nação: a juventude brasileira! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Agradeço ao Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, sua presença nesta Comissão de assuntos para a juventude. O Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, teve de se ausentar momentaneamente, mas em breve estará de volta para dar continuidade aos trabalhos.

Informo que ontem tivemos o prazer de receber a Comissão de Educação, da qual somos um dos Vice-

Presidentes, com a presença do Lars Grael, Presidente da Comissão Nacional dos Atletas, e de vários ídolos do esporte brasileiro. E suas reivindicações residem exatamente no incentivo ao esporte, por meio de lei, assim como temos o incentivo à cultura, com a Lei Rouanet. Recebemos deles documento que diz respeito ao assunto e o encaminhamos ao Presidente da Câmara, Deputado João Paulo, e ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, juntamente com a comissão de ex-atletas, que muito ajuda a divulgar o plano de esporte nacional. Atletas de destaque em grandes competições internacionais, como a Paula, o Bernard, a Ana Mozart, estavam presentes na Casa.

Sabemos que o Ministro Agnelo Queiroz, enquanto Deputado, já trabalhava bastante para incentivar o esporte, juntamente com aqueles que desejam patrocinar os atletas, não só os de competição, mas também as escolinhas de esporte. Parabenizo o Ministro pelo projeto piloto em parceria com o Estado de Goiás, dando início a importante trabalho voltado para a juventude no País: o "Segundo Tempo".

Dando continuidade à reunião, informo que cada Parlamentar disporá de 3 minutos.

Passo, de imediato, a palavra ao Relator, Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Sr. Ministro, parabenizo V.Exa. pelo trabalho que vem desempenhando frente ao Ministério. Apesar do contingenciamento de recursos, V.Exa. apresenta projeto inovador no que diz respeito à reengenharia na questão do esporte como política pública no Brasil. Também como V.Exa. acredito que o melhor caminho para o desenvolvimento do esporte é o aproveitamento das estruturas já existentes, como a inclusão de clubes, para que esse programa possa efetivamente funcionar.

É inadmissível que um país com 174 milhões de habitantes tenha resultados tão pífios nas grandes competições, em Olimpíadas, em Jogos Pan-Americanos, nas diversas modalidades existentes. Mais inadmissível ainda é ver esse imenso contigente de jovens e crianças abandonadas, na rua, sem ocupação, excluídas sociedade.

Como os companheiros da Casa, acredito necessário aumentar os recursos não só para a educação como também para a prática desportiva. É necessário acabar com esse modelo ultrapassado de turno único na escola no Brasil, em que a criança passa parte do dia na escola e, no restante, fica desocupada, sem ter o que fazer, ficando suscetível à cooptação pela droga, pela violência, de ser vítima ou agressor em determinados casos.

Sr. Ministro, desejo saber se algo deverá ser feito em relação ao Centro de Treinamentos de Alto Nível, necessidade de todos os atletas, na sua maioria jovens, que insistentemente estão a reclamar das péssimas condições dos aparelhos. Apesar de o País dispor de algumas estruturas desse tipo, principalmente em universidades, esses equipamentos se encontram abandonados, a maioria sem condições de uso, o que impede aos alunos que pratiquem atividades físicas.

Outra pergunta, que já foi parcialmente respondida, diz respeito aos investimentos para o ano de 2004. Este ano, com todos esses contingenciamentos, esses investimentos vão estar limitados, como V.Exa. disse, mas alguns centros estarão sendo utilizados como projeto piloto. Cem mil crianças para se dar início a um projeto é considerável, mas ainda pequeno. Temos milhões de jovens que precisam ser incluídos. A minha preocupação é com relação ao interior – como diz o Deputado Vignatti, à roça – do País, onde há falta de expectativa para o jovem. Se por um lado, os grandes centros são realmente focos da violência e de todos os problemas e mazelas que atormentam as grandes cidades, o interior também não é diferente. Existe processo muito intenso de deterioração de qualidade de vida no interior. E é preciso também que o Ministério seja parceiro dessas pequenas Prefeituras, das entidades que trabalham no interior, para que isso funcione efetivamente como meio de inclusão social.

Na condição de membro desta Comissão, vou batalhar para que esse projeto de incentivo a financiamentos para a prática esportiva aconteça realmente, mas de forma diferente dos projetos de cultura hoje existentes. Houve uma concentração muito grande para projetos culturais, as leis tiveram a melhor das intenções, houve incentivo à produção cultural nacional, de uma forma geral, mas o que ocorreu foi concentração de recursos, localizados principalmente no eixo Rio–São Paulo.

Precisamos mudar essa realidade. Se vamos votar uma lei de incentivos fiscais para quem patrocina o esporte, devemos começar a mudar essa realidade desde agora. As próprias empresas estatais, a exemplo do Banco do Brasil, PETROBRAS e Caixa Econômica Federal, concentram demais os poucos recursos que dispõem para a prática esportiva, e em poucos esportes. É preciso que haja diversidade. Um país com as dimensões do Brasil, com população tão numerosa, não pode se limitar a 2, 3 esportes considerados nacionais. Temos uma costa enorme para desenvolver esportes náuticos, temos todo um interior que pode ser aproveitado, e talento é suscetível de surgir em qualquer local.

Antigamente, até racismo era divulgado pelo esporte. Afirmava-se que o negro não servia para a natação, que o negro não poderia ser jogador de tê-

nis, não poderia jamais ser jogador de golfe, esporte considerado nobre. Mas hoje tudo isso já caiu por terra. O pobre e o negro, seja de que raça for, tem tanta habilidade, ou até mais, do que qualquer outra pessoa. O exemplo disso está em Tiger Woods, o maior nome do golfe mundial hoje em dia – negro.

Precisamos disso: ter o esporte como meio de inclusão social, escola em tempo integral e também incentivar o esporte de alto nível através desses centros. Precisamos que o Ministério tenha esse lado social, com certeza, mas que não esqueça do esporte de competição.

No mais, quero parabenizar o Ministro pela explanação e principalmente pelo projeto. Já estive no Ministério levando alguns *players* do meu Estado e pude ver as dificuldades que enfrenta o Ministério dos Esportes. Mas vamos batalhar para que no Orçamento de 2004 seja diferente e que a orientação dos trabalhos seja outra em relação ao esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Vamos passar a presidência dos trabalhos ao nosso Presidente Reginaldo Lopes, que já retornou, convidando o Sr. Lars Grael para que tome assento à mesa, haja vista que será o próximo expositor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Quero justificar minha ausência. Fui fazer um pronunciamento, em nome da Liderança do PT, na sessão solene em homenagem a Chico Xavier.

Passo a palavra ao Deputado Vignatti, pelo PT de Santa Catarina, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VIGNATTTI – Cumprimento o Sr. Lars Grael, que acaba de chegar, e o Sr. Ministro, companheiro Agnelo Queiroz. Pelo trabalho que V.Exa. vem desenvolvendo no Ministério dos Esportes, vejo que o PCdoB se especializou na área do esporte. No País todo temos nos aperfeiçoado nessa política de inclusão e temos bons companheiros do PT, como em outros partidos, que discutem essa questão. Cumprimento V.Exa. também pela bela equipe, que discute todo esse processo de inclusão e que trabalha com poucos recursos. Mas dá para fazer muito. Nem sempre conseguimos montar uma boa equipe que produza tanto com os poucos recursos que V.Exa. dispõe. Somos parceiros nesse processo porque sabemos da importância das escolinhas existentes no País e do programa "Segundo Tempo" – porque temos prática em prefeitura, já fomos governo – , no processo de inclusão. É tão barato esse tipo de programa! E as experiências demonstram que esse é o mais barato que pode ser desenvolvido. E tem uma estrutura disponível muito boa, como o SESI e o SESC, mais ainda os bairros, as escolas etc.

Faço parte da Comissão de Orçamento e vamos trabalhar para construir políticas de inclusão. Indago de V.Exa., Sr. Ministro, como está a relação interministerial, porque isso abrange política de assistência e de educação. Não se fala em saúde? Outra questão importante são os espaços disponíveis. Muitas escolas não têm quadra esportiva. Não podemos mais autorizar a construção de escolas sem quadra esportiva, seja polivalente, seja ginásio, conforme a estrutura que conseguirmos – já conversei com o Ministro Cristovam sobre isso. A quadra esportiva tem de ser uma extensão da sala de aula, tem de coexistir com a sala de aula, com a biblioteca. E como vamos discutir no PPA se podemos incluir as escolas que não têm quadra de esportes? Como as escolas que têm quadra esportiva podem estar abertas para o programa e para a sociedade, se nem todas são abertas? E como podemos avançar no caso das escolas particulares e nas universidades particulares para celebrarmos convênios? São os questionamentos que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Concedo a palavra ao Deputado Zico Bronzeado, pelo PT do Acre.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, primeiro lamento a ausência de V.Exa. nas peladas dos Deputados às terças-feiras. Para nós é motivo de orgulho cobrar do Ministro dos Esportes, na pelada dos Deputados, as demandas dos nossos Estados.

Ministro, não temos nenhuma dúvida quanto a importância do Ministério de V.Exa. para que possamos dar grande contribuição ao Governo, à sociedade brasileira e oportunidade a tantos jovens deste País. Quando menos se espera aparece um grande craque na periferia.

Sou de um Estado do interior, o Acre, um dos mais distantes. Mas lá o esporte é muito importante. Sou de uma comunidade rural onde também praticamos esporte. Muitas vezes, promovemos torneios e convidamos os times das diversas comunidades. E muitos jogadores andam 12 horas em lombo de cavalo ou de burro para jogar apenas 20 minutos.

Cada vez mais me conscientizo de que o esporte é um meio de integração e de recuperação. Se você der uma camisa de futebol e uma bola para uma criança, mostrar-lhe a escolinha, ela deixa de ir à escola e para a igreja e vai jogar bola. Eu mesmo faltei muitas vezes à escola à noite para jogar bola.

Se você der material esportivo e uma bola para uma criança, ela monta um time e vai jogar. Geralmente eles jogam no horário mais difícil, às 13h, porque às 16h a turma maior toma o espaço.

O esporte é o mais importante para despertar a aptidão da criança. A maioria da juventude faz opção pelo esporte, não é pela música, tocar um instrumento, é pela bola. De cada 10 crianças, a aptidão de 8 é para jogar bola – falo de crianças do sexo masculino.

E o Estado do Acre tem uma política voltada para o esporte. Tem a Secretaria da Juventude e a Fundação Elias Mansur. O Governador do Acre, Jorge Viana, criou a Lei de Incentivo à Cultura, até 12 mil reais. As associações de bairro, de moradores, qualquer cidadão apresenta um projeto e tem lazer. Se for no meio rural, pode ser o lazer no seringal. Se for aprovado, ele promove aquela atividade e depois presta contas. Se prestar contas, no próximo ano tem direito a novo projeto. E isso tem-se expandido. Foi tão interessante que foi descentralizado. Hoje existe a Secretaria de Esporte, a Secretaria da Juventude e a Fundação Elias Mansur. São 3 instituições importantes para que o esporte, o lazer e a cultura ganhem dimensão. E começou com um valor ínfimo em relação a essa área, um milhão de reais.

Quero dizer que o Ministério dos Esportes é muito importante e nós, Deputados, temos a obrigação de ajudar na elaboração do próximo orçamento para que esse Ministério possa contribuir com as políticas públicas para a juventude nessa área do esporte e do lazer.

Na qualidade de acadêmico do Curso de Educação Física, quero dar uma sugestão. Na minha turma somos 48 e só uns 10 ou 15 são funcionários públicos, os demais fazem parte da comunidade, todos desempregados. As bolsas para o acadêmico de educação física seriam importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Concedo a palavra ao Deputado Zonta, do PP de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ZONTA – Cumprimento o caro Ministro Agnelo Queiroz; cumprimento também o amigo da juventude brasileira, Lars Grael, que nos dá um belo exemplo; cumprimento o nosso Presidente, Reginaldo Lopes, os colegas presentes e os representantes das entidades.

Somos da juventude acumulada, assim como V.Exa., ou seja, a idade não importa, conta o desafio de manter a mente voltada para a importância do jovem na sua integração na sociedade, na comunidade, no emprego, na escola, em todas as atividades.

A presença de V.Exa nesta Comissão é de importância fundamental. Primeiro queremos reconhecer a importância do Ministério do Esporte, feliz iniciativa do Governo Lula ao criá-lo. É o Ministério que envolve, em seus programas, o maior número de pessoas, além da educação, e vai dar grandes oportunidades ao retirar da rua, do vício, muitos jovens e crianças com uma ação concreta. Cumprimentamos V.Exa. também pelos programas que começam a fluir. V.Exa. pode contar conosco

para a tramitação e aprovação dos bons projetos que chegarem a esta Casa e para o reforço orçamentário. Sem orçamento não dá para fazer muito. Mas da forma como está sendo feito, na busca de parceria, dá para multiplicar por muito. Receba nosso apoio e nossos cumprimentos.

Queremos contribuir com algumas sugestões. Dentro desse Programa Segundo Tempo é fundamental ocupar a criança e o jovem em tempo integral na escola. Já temos resultados práticos muito importantes, temos belos exemplos em nosso Estado de Santa Catarina.

Com relação ao Programa Fome Zero, muitas vezes fiquei em dúvida em como estender a contribuição com cartão magnético. O que fazer? A escola e o esporte são o melhor local e o melhor modelo para confirmar esse recurso para os pais e para os jovens. A sugestão é que se vincule a presença do filho na escola e no esporte para receber o Programa Fome Zero. É a melhor forma de controlar. E para aquele que tem entre 15 e 17 anos, que possa ser estendida essa contribuição para que ele pratique o esporte na escola. Essa é a nossa sugestão.

Outro papel fundamental é a questão da integração dos Municípios, que V.Exa. apresentou. É no Município que acontece tudo. Nosso pedido é para que ampliemos os recursos para os convênios com os Municípios. Que eles executem com atraso, mas fiscalizados pela comunidade.

A terceira sugestão é a possibilidade de se começar a tratar de centro de convivência e lazer com o jovem do meio urbano e o jovem do meio rural. Isso vai integrar cada vez mais, reduzir a distância hoje existente e evitar a saída do jovem do meio rural porque lá ele não tem oportunidade.

No que se refere às universidades privadas, temos aquelas voltadas para o esporte, que adotam o esporte profissional. Cito, como exemplo, a UNISUL, em Santa Catarina, que acabou de contratar um grande atleta da Argentina para jogar voleibol. Tinha de haver um direcionamento dos Ministérios do Esporte e da Educação no sentido de só receber autorização se praticar esporte olímpico, amador. Deixem a empresa fazer isso, não a escola. Vamos jogar isso para a juventude que tem menos poder aquisitivo. Vamos democratizar essa área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) Concedo a palavra ao Ministro Agnelo Queiroz.

O SR. MINISTRO AGNELO QUEIROZ – Agradeço a todos as perguntas, muito boas. O Deputado Benjamim Maranhão afirmou muito bem, é nessa direção que devemos trabalhar, porque, realmente, se você der alternativas para que as crianças tenham uma atividade saudável, elas não vão preferir a rua, vão preferir uma atividade como essa.

É óbvio que devemos oferecer como política pública ter inscrição em cada lugar desse, cada parceiro fora da escola vai abrir inscrição para a comunidade carente. Para este ano, a meta é de 700 mil crianças atendidas, só da escola, mais as 100 mil de fora – estou falando caso não haja nenhuma alteração orçamentária. Mas haverá. A economia já dá sinais de melhoria e serão feitos descontingenciamentos ao longo do ano. Tenho certeza de que este ano atenderemos a 800 crianças, número razoável, porém muito inferior ao necessário, haja vista que existem no Brasil milhões de crianças e jovens excluídos.

Concordo com o Deputado Benjamin Maranhão quanto aos investimentos nas quadras. Nossa intenção é trabalhar com os colegas no Congresso a fim de possibilitar que, mediante esse projeto, haja atividades no contra turno escolar. Podemos, por meio de emendas parlamentares, construir quadras em escolas que não as tenham. Assim, o Parlamentar atenderá a sua comunidade. E essa quadra vai ser utilizada. Ela não será instalada em lugar que não tenha tanta demanda ou onde ela seja utilizada apenas como espaço de lazer. O Ministério pode exigir, como contrapartida, que a Prefeitura instale no local uma escolinha de futebol de salão ou futebol de campo, até porque, desenvolvendo atividade permanente, preservam-se os equipamentos. A área pode servir para o lazer à noite e nos finais de semana, mas à tarde funcionar a escolinha, para onde as crianças possam ir depois da aula desenvolver a parte lúdica. Haverá instrutor. E se algo for quebrado vai se ter a quem reclamar, porque o equipamento não será de uso eventual. Podemos discutir isso.

Sobre o que mencionou o Deputado Herculano Anghinetti, ou seja, a possibilidade de exigir das escolas que as quadras sejam vistas como salas de aula, concordo. Elas já assim são consideradas, para educação física, muito importante na formação e desenvolvimento das crianças e para que estas tomem contato inicial com o esporte.

Portanto, vamos treinar professores para essa atividade mais de iniciação e não de competição, para que não haja desestímulo – se a idade for inadequada, o rendimento pode não ser bom. Vamos ter as competições correspondentes, como jogos estudantis etc.

Não mencionei toda a política de esporte porque queria centrar-me mais nas políticas públicas para inclusão social. É evidente que o Ministério vai dar atenção especial também para o esporte de alto rendimento, nem poderia deixar de fazê-lo. Para tanto, criou-se a Secretaria de Esporte de Alto Rendimento, que tem à frente a grande jogadora de basquete Magic Paula.

Um país de dimensões tais como as do Brasil, com clima e características raciais extremamente favoráveis ao esporte e com muitos talentos, é claro, tem que ter bom destaque no esporte. Isso ajuda a vender a imagem do País, a difundir o sentimento pátrio e de unidade social. Tudo isso o esporte de alto rendimento traz. Além disso, nossos atletas são referência para a juventude. Oportunamente vou mencionar a política para essa área, mas vamos dar importância a esse tipo de esporte, sim. A propósito, vamos lutar para que sejam realizados no Brasil os jogos Pan-Americanos de 2007, assim como as olimpíadas. Seria um marco histórico: a primeira realizada na América do Sul em toda a história das olimpíadas. Sem falar na Copa do Mundo de 2014.

Grandes eventos como esses estimulam a formação de recursos humanos, incentivam o esporte de alto rendimento e a realização de competições em âmbito internacional favorecem o turismo. Tudo isso, aliado ao bom desenvolvimento do nosso esporte, muito admirado, sobretudo o futebol, ajuda a melhorar a imagem do Brasil e dos produtos brasileiros. A dimensão do esporte é gigantesca. Trata-se de um instrumento que ajuda o desenvolvimento humano, mas também propicia o crescimento da economia.

Imagino que dará certo a democratização do acesso à prática esportiva. Com isso, vai crescer a indústria de material esportivo e de entretenimento.

A lei de incentivos para o esporte foi ontem muito discutida nesta Casa e houve grande aceitação. Vários atletas aqui estiveram, grandes ídolos do País que trouxeram muitas alegrias para o nosso povo e que sabem ser necessária a lei de incentivos fiscais para o esporte. Essa será uma grande batalha.

Quero também, respondendo ao Deputado Vignatti, dizer que estamos preocupados com as relações interministeriais. É objetivo do Presidente Lula promover a integração dos Ministérios. No que se refere ao Programa Segundo Tempo, por exemplo, já existem convênios formalizados. A política de esporte nas escolas será desenvolvida particularmente pelos Ministérios da Educação e do Esporte, mas será parceira também a Secretaria de Segurança Alimentar – participará com 15 milhões – , além do Ministério da Cultura, na parte de artes, também muito importante. Relações interministeriais são indispensáveis. Esse é um programa de

governo e, como tal, envolve vários Ministérios: o Ministério da Assistência e Promoção Social, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde e outros.

Deputada Professora Raquel Teixeira, já anunciei o convênio para desenvolver em Goiás um projeto piloto. Quando as crianças retornarem do recesso escolar – nesse período, estaremos recrutando e treinando monitores – , já estarão incluídas no Programa Segundo Tempo Escolar, que a partir de agosto estará funcionando naquele Estado.

Fiz questão de falar o *minimum minimorum*, mas nos Municípios, havendo articulação com a rede pública e privada de saúde, as crianças inscritas no programa poderão fazer exames periódicos para investigar seu crescimento etc. Também poderá a rede privada doar computadores para que as crianças tenham aulas de iniciação à informática, indispensáveis para sua formação. Mas o mínimo está garantido: esporte, alimentação e apoio pedagógico, com o reforço escolar. Poderemos, acrescentando novos parceiros, melhorar ainda mais o programa. O mínimo necessário é preciso oferecer, para atrair crianças e ajudar no desenvolvimento da escola também. Isso é importante.

À escola com quadra já me referi e concordo: é uma bola de neve. Concedido o benefício, entregue o material esportivo, funcionando regularmente esses equipamentos, o próximo passo é abrir essa escola no fim de semana para o lazer da comunidade. Desta forma, ela passará a defender o espaço contra depredação, o que é muito importante. Abrir a escola no fim de semana será um dos critérios para que a escola receba material esportivo, para xadrez, por exemplo. Para abertura das escolas no fim de semana, contamos com a parceria, além do Ministério da Educação, como disse, também da UNESCO.

Quero agradecer ao Deputado Zico Bronzeado, meu parceiro no futebol. Não tenho ido aos jogos, mas o craque Deley também tem sido faltoso. Retornarei em breve.

Desenvolver essas atividades no meio rural e em assentamentos é igualmente importante. Temos discutido inclusive com os movimentos organizados sobre como fazer chegar material esportivo e professores a essas áreas. É indispensável que isso se faça. Pode funcionar apenas a escolinha de futebol – o investimento é baixo; tendo um campinho, é só passar o trator. Todo mundo se mobiliza para, no fim de semana, jogar ou assistir.

O programa de bolsas é outro fator importante. Inicialmente, nesse projeto piloto que estamos desenvolvendo em Goiás e nas Capitais, temos condição de atender a 7 mil estagiários estudantes de educação física com a oferta de bolsas. Imaginem isso estendido a todo o Brasil, quanto emprego não vai gerar.

Agradeço ao Deputado Zonta, de Santa Catarina, e digo a S.Exa., assim como ao Deputado Vignatti, que esse programa tem um formato mínimo, mas pode ser enriquecido, de acordo com as condições e a realidade de cada lugar. Exemplo disso é o padre que faz um trabalho belíssimo em Joinville com cozinhas comunitárias para pessoas carentes e bancas. O Presidente Lula e eu estivemos lá. Perguntei ao padre o que as crianças faziam no período entre o lanche e o almoço. Elas não tinham nem uma bola para jogar. Sugerimos que se implantasse esse programa, só a parte esportiva. Nós forneceríamos o material esportivo e os instrutores – a prática do esporte tem de ser continuada, portanto, não basta usar voluntários, que vão um dia e faltam em outro. Estamos firmando convênios, em Joinville, com vários núcleos. Lá existe agora o esporte, a banca e a alimentação, que já era uma conquista da comunidade. Isso já está assegurado. Estamos exclusivamente, nesse caso, introduzindo a atividade esportiva.

Para finalizar, como vários colegas Deputados disseram, com esse investimento no esporte economiza-se em saúde e em segurança e investe-se no desenvolvimento humano.

São Caetano foi eleita a cidade com o maior IDH do País. Ela é a que mais investe na área esportiva – 5% do orçamento são destinados ao esporte, grau de investimento que nenhum outro Município tem. Um grande investimento. Com isso, vê-se a força que tem o esporte no que se refere a melhorar a qualidade de vida de um povo. As conseqüências são imediatas. É claro que há outras medidas, mas por isso São Caetano foi escolhida a cidade com melhor qualidade de vida do Brasil.

O SR. DEPUTADO DELEY – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra o Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar nosso querido Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, e o Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer, Lars Grael. Tenho acompanhado o trabalho do Ministério e sou testemunha de que o Ministro está no caminho correto.

Sr. Presidente, a grande luta desta Casa tem sido sensibilizar não só os Parlamentares, mas também o próprio Executivo para as ações necessárias. E não se trata de crítica. Ontem tivemos um belo avanço na Comissão Nacional de Esporte. Parece que se vai atender

aos anseios da população quanto à criação da Lei de Incentivo ao Esporte. Isso é importantíssimo.

O esporte tem que ser visto como instrumento educacional, como ferramenta de inclusão social e como negócio. Por isso, não tenho dúvida de que o Ministro está no caminho certo. Aqui estarei sempre para sensibilizar o Executivo e os Deputados desta Casa.

Parabéns, Ministro. Parabéns, Lars.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Deley.

Passo a palavra ao Deputado César Medeiros.

O SR. DEPUTADO CÉSAR MEDEIROS – Sr. Ministro, é um prazer tê-lo aqui na Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. Sr. Lars Grael, meus cumprimentos.

Fiquei muito satisfeito em ouvir a linha de ação do Ministério, principalmente em se tratando de políticas para a inclusão social. Todos sabemos quão importante é inserir as crianças e os jovens no âmbito esportivo, porque reconhecemos a importância que o esporte tem para o desenvolvimento humano.

Depois de tudo o que foi apresentado, desejo fazer uma reivindicação. Fui Secretário de Educação em um Município do interior de Minas Gerais. No Governo passado, exigia-se dos Municípios como um dos critérios para inclusão em convênios ter certo número de alunos. Porém, os pequenos Municípios do interior nunca vão ter número de alunos favorável. Portanto, peço ao Sr. Ministro que os considere, até porque a maioria dos Municípios brasileiros são de pequeno porte, e para eles reserve uma cota. Que esse projeto não os deixe de fora, uma vez que a maioria da sua população é proveniente do meio rural.

Eu me sentia excluído dos programas de Governo na área do esporte. Espero não me sentir excluído novamente.

É nesse sentido a reivindicação que faço, em nome dos pequenos Municípios e em nome de todo um grupo de pessoas que vivem no campo, que também devem merecer o desenvolvimento através do esporte.

Penso que, ao estabelecer os critérios para inclusão de Municípios no programa, às vezes se questiona sobre como vai ser utilizada a quadra em um Município pequeno. Acho que se poderia pensar em estender o programa para o grupo da terceira idade. Basta ter instrutores. Nesse sentido, acho que esses convênios com os Municípios para que liberem professores de educação física é positivo. Com o tempo, o programa deve abranger toda a sociedade. Atender apenas às pessoas que estão dentro do âmbito escolar é restringir muito. Acho que em esporte pode-se ter uma visão mais ampla.

Agradeço a oportunidade de estar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Cesar Medeiros, que se manteve rigorosamente nos 3 minutos. Peço aos nobres colegas que se atenham ao tempo preestabelecido. Depois teremos outro painel.

Passo a palavra à Deputada Ann Pontes, do PMDB do Pará.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Ministro, também sou do interior, do sul do Pará, de Tucuruí. Confesso que fiquei muito feliz em saber que o Governo Federal tem a preocupação de firmar parcerias com os Municípios. De fato, Prefeitos e Vereadores, autoridades públicas mais próximas, sabem das necessidades e premências dos munícipes. Nosso País é grande, por isso sugiro que as políticas públicas voltadas para a juventude sejam adequadas, não apenas à realidade de cada região mas igualmente à dos Municípios.

Ouvi os companheiros falarem do futebol. Na minha região, onde há considerável quantidade de rios, nossas crianças, aos 4 anos, são verdadeiras piabinhas – expressão que usamos – , porque já sabem nadar. Poderemos aproveitar as peculiaridades dos Municípios – não precisaremos gastar – e adaptá-las. Dessa forma empregaremos a mão-de-obra local, pessoas que moram e vivem nos Municípios.

É claro que essa política está voltada para os alunos que estão no ensino regular. Desejo perguntar a V.Exa. se existe uma política voltada para os jovens infratores e para os jovens indígenas, porque na nossa região a população indígena é considerável.

Gostaria de lhes apresentar a pesquisa chamada de Mapa do Analfabetismo no Brasil, realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que também contou com indicadores do IBGE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Segundo esta pesquisa, o Brasil possui cerca de 16 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, justamente na faixa etária que estamos discutimos aqui. Quando eu ouço falar em inclusão digital, acho que o nosso grande desafio, enquanto país em desenvolvimento, é fazer com que os nossos jovens saibam ler e escrever. Precisamos ainda do básico para chegar ao computador.

A título de ilustração, no meu Estado, também essa pesquisa aponta que temos 800 mil analfabetos. O País espera que centremos esforços e os parcos recursos com o objetivo de atender aos que mais precisam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra ao Deputado Luciano Leitoa,

do PDT do Maranhão. É o nosso caçula. Tem 22 anos, Ministro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO LEITOA – Não, fiz 23 anos no domingo.

Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, Sr. Ministro, nosso grande esportista Lars Grael, Relator Benjamin Maranhão, inicialmente, quero fazer uma pequena observação relativa ao que o companheiro Zico Bronzeado falou, que o Ministro tem feito falta na nossa pelada. Depois que o Ministro parou de ir à pelada, eu tive mais contato com a bola, porque todo mundo queria tocá-la para o Ministro.

Sabemos das dificuldades do Ministério do Governo Lula. Criticar é fácil; difícil é solucionar os problemas. Às vezes, ações do Governo e do próprio Ministério são criticadas. Os recursos são muito limitados para atender a demanda de 5 mil, 651 Municípios que querem participar dos esportes.

Cheguei um pouco atrasado porque estava em uma reunião da bancada do Nordeste.

Quero fazer uma indagação ao Ministro referente à parte material e à Região Nordeste, que, a nosso ver, merece especial atenção, pois nossas dificuldades são muitas em todos os aspectos. Desejo saber o que o Ministério pretende realizar em relação ao Nordeste. Quanto ao programa do envio de material via presídios, o Nordeste tem poucos presídios dentro disso. A título de sugestão, gostaria de saber qual seria a proposta do Ministério para o incentivo à formação de cooperativas entre alguns times de futebol e fundações, especialmente para que estas pudessem confeccionar materiais, maior obstáculo à prática do esporte. Quem já jogou sabe que há times que emprestam materiais para outros, atleta que não tem chuteira e que pega emprestada, falta até bola para se jogar uma partida de futebol. E sabemos que o incentivo ao esporte é a existência do mínimo necessário para a prática, ou seja, o campo, a bola e o material. A maior dificuldade é a confecção desse material e foi exatamente essa a questão levantada em relação às capitais, porque lá serão confeccionados esses materiais.

Também em relação ao Nordeste – e cito como exemplo o meu Estado, o Maranhão, extremamente pobre – , queremos que o Ministério tenha uma forte atuação e que chegue a atingir sobretudo Municípios com maiores dificuldades.

Acredito, portanto, que o esporte seja a melhor saída para os jovens evitarem o caminho das drogas, porque é barato e, como política pública, tem uma repercussão maior.

Gostaria, então, de fazer essas duas indagações ao Ministro: o que o Ministério planeja para a Região Nordeste e para o incentivo às cooperativas, que, a nosso ver, seriam uma nova alternativa para a confecção de material, facilitando a prática de esportes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Luciano Leitoa.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcelo Guimarães Filho, do PFL da Bahia.

O SR. DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO – Inicialmente quero cumprimentar o Relator, Deputado Benjamin Maranhão, o nosso grande desportista Lars Grael, assim como o Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, e o Ministro Agnelo Queiroz.

Quero parabenizar S.Exa., o Ministro Agnelo Queiroz, pela exposição e disposição de estar presente a esta Comissão para prestar esclarecimentos e também discorrer sobre as iniciativas do Ministério e o esforço que vem empreendendo à frente daquela pasta, principalmente face ao contingenciamento de recursos.

Farei apenas algumas observações, porque me chamou atenção positivamente, Ministro, a idéia da municipalização das iniciativas em relação ao esporte. Acho fundamental, porque costumo sempre dizer que o Brasil tem uma peculiaridade, pois é um País geograficamente muito grande, com diferenças regionais imensas. Como citou a Deputada Ann Pontes em relação ao seu Estado, nada melhor que as Prefeituras e as autoridades que convivem e conhecem de perto as dificuldades para dar essa contribuição e melhor potencializar as iniciativas do Ministério, atuando este órgão federal como coordenador, fomentador, enfim, incentivador dessas políticas voltadas para o esporte.

Acho que, realmente, o que se está fazendo é definir e praticar uma política pública para determinado segmento.

Esta Comissão vai efetivamente trabalhar da melhor forma possível para contribuir com as diretrizes e projetos que o Ministro vai implementar nos próximos três anos. Assim afirmo porque a Comissão, ao final deste ano, já terá seu cronograma de trabalhos planejado, a fim de que tenhamos no relatório a sugestão de criação do estatuto e tudo o mais, o que certamente levaremos ao Ministro para que essas contribuições possam melhorar o trabalho de S.Exa., além do trabalho que deverá ser feito individualmente pelos Deputados integrantes desta Comissão, via emendas individuais, coletivas ou de bancada.

Já deu para perceber, inclusive pela exposição do Sr. Ministro, que com um pouco de criatividade e muita força de vontade podemos trabalhar com os poucos recursos de que dispomos.

Chamou-me a atenção também o fato de o Ministro ter dito que com aproximadamente 5 reais por mês consegue-se atender quase 700 mil crianças e

jovens. E isso já será realizado no primeiro projeto a ser implantado pelo Ministério.

A única pergunta que gostaria de fazer – e a questão já foi levantada pela Deputada Ann Pontes – é sobre os jovens infratores, pois o esporte, efetivamente, é um meio de socialização importante na sociedade. Há alguma idéia do Ministério ou algum projeto para que se possa trabalhar mais especificamente com o jovem infrator, para que ele possa mais rapidamente se ressocializar e voltar à sociedade como um cidadão normal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Marcelo Guimarães Filho.

Concedo a palavra à Deputada Professora Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Bom-dia, Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, Lars Grael, e Sr. Relator. Em primeiro lugar, cumprimento a Presidência pela iniciativa desta reunião, assim como o Sr. Ministro, em razão da disposição de S.Exa. de comparecer a esta Casa sempre que convidado. Quero igualmente cumprimentar o Secretário Lars Grael, que desde ontem tem participado conosco das audiências pública realizadas na Comissão de Educação, o que é muito importante. Esta Casa tem que trabalhar com o Executivo, principalmente neste momento de tantos desafios, quando temos que juntar forças para atingirmos nosso objetivo maior, que é a construção do tão sonhado mundo mais solidário, justo e fraterno.

Quero pontuar algumas coisas. Como V.Exa. já mencionou, quero explicitar, em nome do Estado de Goiás, a nossa alegria com o projeto piloto Segundo Tempo. Participamos da assinatura desse convênio e quase 150 escolas estaduais e municipais serão beneficiadas por esse projeto que envolve a Universidade Federal de Goiás, a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria Municipal de Educação. É uma atividade extremamente importante.

Quero associar-me à questão levantada pela Deputada Ann Pontes e pelo colega Deputado que me antecedeu. Já fiz alguns depoimentos, mas eu me dei a missão, o desafio, a tarefa, seja lá o que for, de conhecer os jovens que não chegam às nossas escolas. Os que chegam eu já conheço. São escolas violentas e difíceis, às vezes, mas há um contingente que sequer chega a elas. Tenho reservado três ou quatro horas dos meus sábados para caminhar sozinha nos bolsões de pobreza de Goiânia e a coisa mais assustadora que vi foi a quantidade de jovens com 14, 20 e 22 anos sem trabalho e, acima de tudo, sem perspectiva, sem projeto de futuro, derrotados. E são jovens que me disseram que não querem roubar, mas querem roupa. A idéia do consumismo na sociedade capitalista é tão assustadora que ouço jovens dizendo que querem roupa, mas não dizem que querem comida. O modismo e o consumismo são também muito graves e devemos pensar sobre esses aspectos.

Gostaria, então, de reforçar nosso pedido para que o Ministério pensasse também em empreender ações. Os jovens cobram, Deputado, uma quadra de esportes para terem o que fazer. O índice de violência cresce 70% aos sábados e domingos, quando os jovens estão ociosos. Uma quadra de esportes, às vezes, livra do crime organizado, das drogas e da violência um número enorme de jovens.

Portanto, reforço a preocupação dos colegas nesse sentido. Queria compartilhar um sentimento de profunda frustração que me acometeu ontem à noite, pois fiquei até às 23h na Comissão de Orçamento – os Deputados Reginaldo Lopes e Vignatti também estavam presentes e ouviram meu desabafo – em razão de um destaque de minha autoria pedindo o não-contingenciamento nas áreas da Cultura e do Desporto, Sr. Ministro, mas fui voto vencido. Na verdade, eu pedia o não-contingenciamento das verbas da Educação, Cultura e Desporto. Foi aprovado parcialmente o destaque para a Educação, esta não foi contingenciada, mas restaram o Esporte e a Cultura. Insisti para que fosse votado como destaque em separado, a fim de contemplar essas duas áreas, mas, ao final, fui obrigada a retirá-lo e fazer um acordo, porque minha insistência colocaria em risco o próprio orçamento para a Educação.

Acho que devemos pensar em ações mais articuladas, pois me senti um pouco sozinha na Comissão de Orçamento para garantir esses recursos, inclusive para que o Ministro possa trabalhar.

Quando digo que devemos trabalhar juntos, estamos aqui para desempenhar esse papel de apoio ao Ministério para que as ações efetivamente aconteçam.

Diferentemente do Deputado César Medeiros, que não recebeu apoio por ser Secretário Municipal, quero agradecer ao Secretário Lars Grael, porque, quando no Ministério, pôde nos ajudar. Fui Secretária Estadual de Educação e sei que há escolas com mil ou 2 mil alunos, portanto, se uma quadra de esportes pode atender a 100 ou a mil alunos, acabamos por fazer a opção pela construção daquela que atenderá maior número. Lamentamos ter que proceder dessa forma, porque sabemos que todos precisam, mas quero cumprimentá-lo pelas iniciativas e dizer a S.Exa. que estamos todos nessa luta.

Faço uma última observação em relação às observações da Deputada Ann Pontes. S.Exa. está certíssima quando externa a preocupação com os analfabetos em idade acima dos 15 anos, mas quero lembrar a todos que temos um fundo, o FUST, cujos recursos não se incluem no orçamento, pois a arrecadação provém de descontos em nossa conta telefônica, que pode ser usado para inclusão digital dos nossos jovens. Se esperarmos a inclusão pela alfabetização para só depois pensarmos na alfabetização digital, daqui a 10 ou 20 anos ainda estaremos enfrentando a questão do analfabetismo digital, que terá efeitos tão graves quanto o analfabetismo clássico de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputada Professora Raquel Teixeira. Quero, igualmente, lamentar e me solidarizar com o sentimento de frustração de V.Exa. sobre a rejeição do destaque, mas tanto o Deputado Vignatti quanto eu tivemos 4 propostas rejeitadas, todas com a perspectiva de transformar os debates desta Comissão em políticas públicas para a juventude. Mas acredito que o momento não é propício e, no próximo ano, a Comissão poderá melhor se articular, a partir de um trabalho iniciado neste ano, para tentar implementar nossas políticas já quando da discussão da LDO, esperando uma situação mais favorável da economia brasileira.

Concedo a palavra ao Deputado Deley, do PV do Rio de Janeiro, que já se manifestou por meio de uma questão de ordem, garantindo a S.Exa. os 3 minutos requeridos. Depois, como último orador antes da intervenção do Ministro Agnelo Queiroz, terá a palavra o Deputado Walter Feldman. Logo após, passaremos ao nosso segundo painel.

O SR. DEPUTADO DELEY – Obrigado. Serei breve, Sr. Presidente. Estou vendo que o passe do Ministro está muito valorizado. Mas gostaria que S.Exa., até em razão do que já foi dito nesta reunião, se pudesse, também falasse um pouco sobre o programa Pintando a Liberdade, iniciado na gestão do Secretário Lars Grael, e também sobre o novo projeto intitulado Pintando a Cidadania, para que os Parlamentares também possam ter conhecimento, pois será também um grande avanço nas políticas do Ministério dos Esportes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra ao Deputado Walter Feldman, do PSDB de São Paulo.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Deputado Reginaldo Lopes, tenho acompanhado bastante o trabalho de V.Exa. nos bastidores desta Comissão, em especial o seu esforço e empenho na criação desta Comissão Especial. É um dia de glória quando, já nos desdobramentos dos trabalhos, podemos contar com a presença do Ministro dos Esportes e de Lars Grael, Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer, lá de São Paulo, que veio acompanhado pela sua Coordenadora, Patrícia Carletto.

Fiquei muito satisfeito com a disposição do Secretário e quero conceitualmente manifestar apenas uma convicção: criamos a Secretaria da Juventude em São Paulo ainda na gestão do ex-Governador Mário Covas, a qual foi implementada agora na gestão do Governador Geraldo Alckmin, com a convicção de que juventude não é apenas um instrumento de análise estatística. Sabemos estar vivendo um período grave, seja na economia, seja no acúmulo dos problemas sociais, e os governantes e o Poder Público, o aparelho de Estado, precisam desenvolver políticas adequadas para a juventude, para que possamos assegurar não só uma juventude mais saudável, mas mais sintonizada com a produção que se renova de maneira acelerada.

Portanto, o problema da juventude passa pela questão da educação, da informação, da capacidade de absorção de conhecimentos e de adaptação a comunidades cada vez mais complexas em centros urbanos, em grandes metrópoles, onde os conflitos sociais se desdobram e se exacerbam de maneira absolutamente dramática.

As políticas no Brasil tanto para a juventude como para os esportes têm sido marginais. Quanto à aplicação dos recursos, que já não são adequados, não há por parte dos governantes a compreensão ideológica, conceitual, de que é exatamente para esse setor que deveríamos deslocar nossos esforços, para que pudéssemos rapidamente resgatar o controle e minimizar a perda nesse segmento extraordinário para o crescimento nacional que está sendo atraído muitas vezes para a área da criminalidade.

Portanto, é necessária a concepção de novas políticas para a juventude, como há absoluta necessidade de priorizarmos o esporte. Talvez não haja um instrumento mais poderoso hoje para atrairmos a juventude do que as atividades esportivas.

Tenho acompanhado em São Paulo a empolgação com a administração do Secretário Lars Grael. Participei de uma reunião na periferia de São Paulo, num equipamento público chamado Clube da Turma, onde havia 18 grupos, todos comandados por jovens da periferia que têm a sua *expertise*, sua especialidade em alguma atividade técnica, esportiva, de lazer e de entretenimento, e pude notar como nessa comunidade específica da região do Piraporinha – região de conflitos próxima ao Jardim Ângela, identificada como a zona de maior conflito na região metropolitana de São Paulo – essa atividade de lazer, esporte e integração da juventude reduziu a criminalidade, muito

mais do que a instalação de equipamentos ligados à segurança pública.

Fizemos isso inicialmente, quando criamos lá a polícia comunitária e tentamos integrar a população com a polícia, mas os resultados foram pífios. Porém, quando fizemos a acomodação, o encontro de espaços comunitários, tal medida reduziu drasticamente os índices de criminalidade. Quer dizer, o fato está aí e a experiência já está vivida.

Lamento o fato de não termos conseguido êxito na tentativa da Deputada Professora Raquel Teixeira no sentido de não permitir o contingenciamento. Esta é uma questão estratégica para nós: o apoio e o trabalho que devem ser feitos em relação à juventude. Não pode mais ser tratada marginalmente esta questão na prática das políticas públicas brasileiras, seja no plano federal, estadual ou municipal.

Para a cultura, quando muito, o orçamento total chega a 1%; para esportes é melhor nem falar. Ou seja, precisaríamos pensar em mecanismos alternativos, convencer de maneira estrutural o Governo de que há uma visão equivocada sobre a compartimentação nas áreas de Educação, Esporte e Saúde. Precisamos unir esforços para que esses segmentos sejam priorizados de fato, não apenas no discurso, como tem sido até agora.

Cumprimento o Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, e agradeço ao Ministro dos Esportes e ao Secretário a presença. É uma satisfação para nós recebê-los neste Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Walter Feldman.

Concedo a palavra ao Ministro Agnelo Queiroz.

O SR. MINISTRO AGNELO QUEIROZ – Acho também que esta rodada reforçou os aspectos relacionados ao problema enfrentado pelas pequenas cidades. Acredito que, seguindo de fato uma política nacional, iremos chegar a uma boa solução, pois como o projeto piloto começa pelas escolas maiores, que já dispõem de equipamentos, vamos economizar investimentos físicos nessas instalações, o que nos possibilitará traçar um projeto para completar o plano de instalação de quadras nas demais escolas.

Pretendo já este ano iniciar um censo esportivo no Brasil, pois o último é muito antigo. Então, temos que atualizar isso e ter um censo de todos esses equipamentos esportivos nas escolas para, ao longo de um período, ir completando. Podemos trabalhar muito junto com o Congresso porque, como existem já iniciativas como emendas etc., se elas estiverem dentro de um projeto como esse, quer dizer, dentro de um planejamento, é só atender, porque já estão dentro da prioridade de atendimento das áreas onde não há equipamento. Ou seja, em vez de concentrar onde já tem, tentar dirigir para onde não tem. E já associado com isso, porque se vai ter o equipamento mas vai ter o programa continuado para que ele seja utilizado e preservado. Essa combinação de fatores é indispensável. E claro que, tendo equipamento, ele pode ser utilizado por outros segmentos, como o Deputado César Medeiros disse aqui, como é o caso da terceira idade.

Também acho importante o que a Deputada Ann Pontes levantou, as características de cada local. Isso é fundamental. Por isso que o modelo do Segundo Tempo é mínimo, ele deve ser enriquecido com as características de cada local. Por exemplo, temos o Programa Navegar, do Ministério dos Esportes, que envolve remo, vela e canoagem, e lá em Tucuruí há esses programas. É evidente que isso pode ser bastante ampliado para ajudar uma área que tenha uma maior vocação para determinada modalidade de esporte. Acho que isso temos que levar em consideração, e mesmo em programas como o Segundo Tempo temos que introduzir modalidades que dizem respeito à cultura local. Ele não é fixo justamente para atender essas características locais.

Vários oradores se referiram aos menores infratores. Esse é um segmento que devemos alcançar também. Temos o programa Pintando a Liberdade, de confecção de material esportivo pelos presos, e podemos incluir os menores para que possam ter não só uma ocupação, mas que utilizem esses equipamentos, como bolas etc. Imaginem jovens dessa faixa etária sem ter o que fazer o dia todo. É um desastre completo. É preciso ocupá-los, e pode-se associar essa ocupação a um programa mais completo. É importante que eles tenham um horário de estudo, e sempre que tenham uma atividade como essa, lúdica, prazerosa, porque qualquer jovem que esteja cumprindo uma pena de reclusão vai querer fazer o esporte, essa atividade pode estar vinculada a outras coisas, como a escola.

Sobre as crianças indígenas, temos os Jogos Indígenas, um belíssimo evento, que este ano será realizado em Tocantins. Acho que é preciso traçar programas que possam desenvolver a prática de esportes de forma continuada nas aldeias. Há modalidades originais, que são disputadas nos Jogos Indígenas, que fortalecem a cultura desses povos. Não se pode colocar todo mundo para jogar futebol deixando de lado as belíssimas modalidades que são disputadas nos Jogos Indígenas, que têm grande repercussão não só nacional como internacional, e o próximo passo é utilizar a mesma metodologia do Segundo Tempo, ou seja, oferecer condições para que nas aldeias haja uma prática continuada desses esportes tradicionais, a fim de fortalecer a atividade cultural. Já conversa-

mos sobre isso com várias entidades indígenas, em Mato Grosso do Sul, que também estão interessadas nesse desenvolvimento. É a mesma escolinha, mas com características próprias, cujos instrutores são os próprios índios.

O Deputado Luciano Leitoa centrou sua intervenção na parte de material e no Nordeste. No Brasil, um programa de inclusão tem que levar em consideração o aspecto regional. Há áreas mais carentes, com maiores dificuldades, que têm que merecer uma atenção especial. Não se pode tratar desiguais igualmente, temos que adotar metodologias que ajudem a desconcentrar um pouco. Há áreas em que há um maior desenvolvimento, que têm mais equipamentos, então, isso vai ser levado em consideração. Estamos discutindo isso com o Fórum de Secretários Estaduais, que está nos ajudando inclusive na busca de fontes futuras de financiamento que levem em consideração esse aspecto, que não se baseiem apenas na arrecadação de cada local, porque, do contrário, se reproduz o ciclo de concentração de recursos. Estamos trabalhando com esse objetivo. Por exemplo, esse projeto Pintando a Liberdade, em que os presos confeccionam material esportivo, queremos ampliar para comunidades carentes de certas regiões.

Esse programa vai ser ampliado agora, com a instalação de aproximadamente 30 novas fábricas no Brasil. Só com a PETROBRAS são 20; com o Ministério do Trabalho, mais 5; com o BNDES, outras 5. Enfim, estamos ampliando e vamos obviamente instalar essas novas unidades onde se possa gerar emprego, renda, socialização, no caso do preso, ou até fora, como em Feira de Santana, onde há uma unidade fora do presídio. Lá as comunidades carentes confeccionam esse material esportivo, e um percentual do que é produzido é usado pela comunidade. Instalando essas fábricas em vários Estados do Nordeste, vamos ter mais material esportivo nas escolas e, no Segundo Tempo, fora delas. É justamente esse material que vai municiar o programa Segundo Tempo.

Essa idéia de cooperativas é boa, devemos estudar essa hipótese, ver formas criativas diferentes de realizar esse trabalho.

O Deputado Marcelo Guimarães Filho e a Deputada Professora Raquel Teixeira também citaram o caso dos menores infratores com esse mesmo raciocínio, ou seja, buscar uma alternativa. Acho que podemos, sim, envolver outros agentes, e não tenham dúvida de que o esporte pode e deve desempenhar um papel importante como ferramenta de recuperação etc.

Estamos, inclusive, fazendo convênio com 30 Municípios da Bahia em áreas carentes, e vamos ampliar bastante, para a instalação do programa Segundo Tempo, já fornecendo o material que é produzido nessa unidade de produção em Feira de Santana, uma parceria com a Fundação de Amparo ao Menor – essa unidade está em uma fazenda, um trabalho belíssimo; estive lá recentemente. Vamos ampliar a produção de material esportivo para que se possa fornecê-lo para vários Municípios da Bahia no programa Segundo Tempo.

Ainda com referência ao Pintando a Liberdade, vamos estender esse programa para comunidades carentes para gerar emprego, renda e fornecer material esportivo. Às vezes, uma bola para uma comunidade tem um efeito muito grande. Então, fornecer esse material a baixo custo é um dos nossos objetivos.

Concordo com o Deputado Walter Feldman. Acho que é preciso uma concepção diferente de formação de recursos humanos, porque é uma ferramenta de desenvolvimento humano de um país, e é indispensável. Todos os países desenvolvidos investiram pesadamente na área do esporte.

A atividade esportiva faz parte da cultura de um país, e não pode ser um privilégio. Tem que ser um direito de todos. Os efeitos do esporte na formação dos jovens se reproduz por toda a vida, inclusive na terceira idade. Temos aí a nossa campeã Maria Lenk, que aos 88 anos continua nadando, competindo, uma coisa maravilhosa. Isso representa saúde. Na fase de formação, o esporte colabora para o desenvolvimento tanto intelectual como físico. Posteriormente, ele representa a promoção de saúde. Aqueles que têm talento, vão ganhar medalhas e ajudar muito o País.

O esporte tem que ser encarado como política pública de saúde. Vamos fazer parcerias com o Ministério da Saúde. É preciso implantar a cultura de que todos podem praticar uma atividade física, desde que orientados, obviamente. Com certeza, isso fará com que nosso povo viva mais, melhor, adoeça menos. Várias doenças crônicas mutilantes poderiam ser evitadas com uma atividade física regular. Portanto, a prática de esporte representa qualidade de vida. Vamos fazer campanhas educativas institucionais, inclusive em parceria com empresas que são bastante capilarizadas. Estamos formatando projetos nesse sentido.

Não tenham dúvida de que o primeiro é a concepção, que vem acompanhada dessa demanda de financiamento para que essa concepção possa ser colocada na prática. É preciso materializar essa concepção através de programas, e para isso é preciso que haja recursos, mesmo que sejam de pequena monta.

Como o esporte é hoje tão pouco financiado, um aumento, mesmo pequeno... Dei o exemplo do Segundo Tempo, onde vamos colocar na escola, até o final do ano, como um projeto piloto – em três Municípios

de Goiás e nas Capitais do Brasil – , 700 mil jovens e crianças; ou seja, eles almoçam na escola, praticam atividades esportivas, lancham e têm o reforço escolar. Será uma atividade integral. Para atingir isso, vamos gastar 17 milhões – quase 11 milhões do Ministério dos Esportes, 6 milhões do Ministério da Educação; um custo por aluno, nesses 5 meses, de 24 reais, ou menos de 5 reais por mês.

(Não identificado) – Ou seja, 0,25% da taxa de juros já é suficiente para fazer um programa de esporte para todo o País.

O SR. MINISTRO AGNELO QUEIROZ – Já resolve.

Em outro programa, que estamos fazendo em parceria com instituições como clubes, SESI, SESC, Forças Armadas, o custo é de 25 reais por criança ao mês, em média. Quando a parceria é feita com o Município, esse custo cai para 17 até 15 reais, como no caso de Araraquara. Estamos estimando esse custo em 25 reais. Portanto, para atingirmos 1 milhão de crianças, precisaríamos de 25 milhões, o que é absolutamente insignificante em se tratando do Orçamento e levando em consideração o que se economizaria em termos de segurança pública, saúde, com uma menor repetência escolar, que tem um custo material e humano enorme. É preciso traduzir isso na concepção e na destinação de recursos. Tenho certeza que poderemos formatar isso com o Congresso, com as nossas Comissões.

Parabenizo esta Comissão, voltada para as políticas públicas para a juventude, composta inclusive por muitos jovens. Há os que não são tão jovens, mas têm um firme espírito de juventude e estão colaborando com os jovens integrantes deste Congresso. Contamos também com as Comissões de Educação e Cultura, de Turismo e Desporto e de Seguridade Social e Família para criar essa cultura e aprovar esses financiamentos.

Inclusive, queria finalizar minha intervenção com um pedido, aproveitando a gentileza e toda essa vontade política dos nossos companheiros desta Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude. Temos um instrumento do qual podemos lançar mão de imediato para financiar programas sociais e esportivos, como esse programa de inclusão a que acabei de me referir, através do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Esse Conselho permite que haja um financiamento de 1% de pessoas jurídicas e 6% de pessoas físicas para programas sociais e esportivos, programas de inclusão pelo esporte. Então, as empresas podem fazer isso. Só que o valor que estava destinado nesse Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente era de 100 mil reais. Evidentemente, não há como, não há lastro para funcionar. Então, nós constituímos uma comissão inclusive de chancela para ser provocado, já foi provocado, há uma demanda de em torno de 35 milhões, e vamos examinar. Vamos supor que se aprove 15 ou 20 milhões. É preciso adequar para ver se será aprovado cada projeto desses. Se for aprovado, não poderá ser atendido porque não há um lastro nesse fundo, pois é o Congresso quem define.

Já fizemos uma comunicação ao Ministério do Planejamento e, em conjunto com nossos colegas do Congresso, tenho certeza de que poderemos corrigir isso, conseguirmos de 15 a 20 milhões este ano, e no próximo ano até mais, porque haverá uma provocação maior.

Há um prazo até o meio do ano para se fazer os pedidos, quer dizer, o credenciamento ser examinado pelo comitê, que chancela, aprova, depois vai para o pleno do CONANDA, que aprova. Aí, quem solicitou esse tido de isenção pode captar na praça e ter o abatimento no Imposto de Renda, mas é preciso ter o lastro que é justamente o que esse fundo permite. Portanto, é algo viável, exeqüível, que podemos fazer de imediato para financiar programas sociais.

Além disso, temos a grande luta dos atletas do nosso País, que é a aprovação de uma lei de incentivos fiscais para o esporte, que pode financiar tanto programas sociais como o treinamento de nossos atletas. Uma lei como essa vai estimular a que as empresas privadas financiem o esporte, o que é muito importante. Hoje as empresas estão mais conscientes de seu papel social, estão vendo a importância de associar sua imagem ao esporte. Isso está acontecendo com certas universidades, como aqui foi dito pelo Deputado Zonta.

Nós também estamos desenvolvendo uma política para a área universitária, a fim de que o aluno universitário pratique esportes. Não basta a universidade ter um time que serve de *marketing*, o que é bom, é importante; é preciso que os universitários como um todo pratiquem esporte, que haja um circuito universitário que incremente a prática desportiva. Esse é um dos programas que estamos tocando no Ministério, mais especificamente na Secretaria Nacional de Esporte Educacional.

Assim, o incentivo fiscal vai estimular o financiamento do esporte no Brasil.

Vamos incluir isso no Orçamento do próximo ano. Agora, no PPA, o Ministério está encaminhando e debatendo, e pedimos sugestões do Congresso, a inclusão de programas como o Segundo Tempo. Então, na verdade, é só ampliar o aporte na elaboração do

Orçamento, no segundo semestre. Portanto, são várias as iniciativas que financiam o esporte no Brasil.

Há um projeto de minha autoria, o Bolsa-Atleta, que está na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – sendo aprovado, vai para o Senado; é um projeto terminativo – , para o qual peço também a atenção desta Comissão. Será uma conquista financiar o atleta diretamente, e isso vai ajudar muito. Temos recursos no Orçamento deste ano – pouco, mas temos – de cerca de 2 milhões para essas bolsas, que variam de 300 a 2 mil e 500 reais. O objetivo é financiar desde aquele atleta escolar até atletas olímpicos, de alto rendimento. Desde que se encaixem em determinados critérios, eles poderão ter bolsas. Às vezes, o aluno tem bom rendimento na escola nos jogos da juventude e pára de estudar porque tem de trabalhar para se manter. Se ele tivesse aquela bolsa, continuaria praticando e mostrando seu talento no treinamento.

Há iniciativas importantes de financiamento do esporte no Brasil . Essa concepção tem de ser refletida também pela iniciativa de financiamento. Tenho certeza de que com a ajuda do Congresso Nacional vamos mudar essa face, tendo outro tipo de aporte de recursos para o esporte no País. Hoje, o menor orçamento da Esplanada dos Ministérios é o do esporte. Com esse esforço coletivo e a articulação com todos os Secretários Estaduais de Esporte e Secretários municipais – e já reunimos os Secretários das Capitais com os atletas – com a Comissão Nacional de Atletas, que também está ajudando na elaboração dessa política, com o Conselho Nacional de Esportes, que já reunimos também e queremos incrementar tudo isso, conseguiremos êxito. Não podemos esquecer de mencionar a ajuda que a imprensa tem dado ao mostrar todo o potencial do esporte. Com a ajuda de todos vamos convencer muitas áreas que ainda não compreendem que em esporte não há gasto, mas investimento. O que gastarmos aqui estamos investindo em nossa gente. Temos, por isso, de ter dedicação maior com o esporte, investir mais nele. Com isso, estaremos investindo em recursos humanos no País.

Agradeço ao Deputado Reginaldo Lopes o convite para aqui estar. A Comissão está prestando grande serviço em prol do esporte. Trata-se de grande iniciativa. A juventude brasileira aposta muito na produção desse material. A tramitação dos projetos, que aqui estão, ligados à juventude pode ser acelerada pelos senhores. Na condição de membro do Congresso Nacional, sei que a tramitação de matérias nesta Casa depende da articulação de todos. Se houver maior união, suprapartidária, sobre determinado tema, conseguiremos dar passos importantes, colocar a matéria em pauta e aprová-la. Isso tem acontecido aqui em alguns momentos históricos importantes. Tenho certeza de que estamos vivendo esse momento.

Os Jogos Pan-Americanos serão realizados neste mês de agosto em Santo Domingo, República Dominicana. Estamos levando para lá a maior delegação brasileira da história: 700 atletas. Não tenho dúvida de que em 2007 nossa delegação no Pan-Americano será maior do que a dos Estados Unidos. Nosso desempenho também certamente será muito maior do que o de outros países das Américas, dos quais ainda estamos bem atrás. Com esse tipo de planejamento, inclusive com os investimentos – e o nosso Relator já falou sobre patrocínio – que as estatais estão fazendo, teremos bons resultados.

Hoje, o patrocínio passa por um comitê. Ele está sendo distribuído por várias modalidades. Para os senhores terem idéia, só está faltando o esporte coletivo mais de ponta, que é o basquetebol. Estamos, contudo, tentando resolver isso. Daqui a pouco todos vão ter patrocínio de empresas também. Depois desse ciclo das áreas de ponta, vamos para outras modalidades, que não têm essa tradição toda, não têm essa capacidade de captação. Vamos ajudar nisso. Vamos partir para o ciclismo e para várias áreas individuais.

Estamos desenvolvendo trabalho com os clubes sociais no Brasil para que eles retomem a prática do esporte de rendimento, que progressivamente está deixando de existir. Pretendemos que cada clube social desenvolva atividade coletiva e individual e que esses dois tipos sirvam de programa geral de formação de recursos humanos, sintonizado com a sua confederação, Comitê Olímpico, Ministério do Esporte. Temos de saber onde o esporte está sendo praticado e desenvolvido. Com isso, haverá a possibilidade de os clubes sociais no interior do Brasil, no Maranhão, Santa Catarina ou em Tocantins, por exemplo, se tornarem excelência em formação de recursos humanos naquela modalidade. Isso acontecerá se eles tiverem prioridade e ajuda da Federação, da Confederação e do Ministério. Em estando desenvolvidas essas áreas por intermédio do esporte, elas projetarão sua cidade e até mesmo o Estado no cenário nacional.

O esporte pode tornar-se especializado, adquirir grande *know-how* se esta Comissão se articular para isso. Ela vai acompanhar todas as políticas de juventude e vai ajudar a aprovar os projetos nesse sentido. Da articulação bem sintonizada, sairão novas sugestões, que serão aperfeiçoadas. A política pública da juventude tem de vir para a agenda nacional do Brasil e do Congresso Nacional.

Parabéns! A Comissão, sempre que precisar, contará comigo e com a estrutura do Ministério. Nossa

área técnica está à disposição integral dos senhores para ajudar a aperfeiçoar esse trabalho.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Em nome dos Deputados que compõem esta Comissão, queremos agradecer ao Ministro a presença. Estamos à disposição do Ministério. V.Exa pode estar certo de que aqui tem parceiros nessa grande caminhada. Para as políticas de juventude é fundamental tratarmos do esporte e do lazer. Sei que V.Exa tem outras obrigações a desempenhar. Fique, então, à vontade para sair ou aqui permanecer.

Vamos agora passar para o segundo painel.

Com a palavra o Secretário da Juventude, Esporte e Lazer, do Estado de São Paulo, Lars Grael, que disporá de 30 minutos. Depois de sua exposição, vamos passar à fase das perguntas e à explanação dos Deputados.

O SR. LARS GRAEL – Boa-tarde a todos. Quero saudar inicialmente o ilustre Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, a quem parabenizo. Na condição de atleta, considero S.Exa. um excelente Ministro. Nunca alguém chegou a essa Pasta com tanto prestígio no Congresso Nacional e sobretudo na comunidade esportiva nacional. S.Exa. tem hoje todo o nosso apoio para fazer um brilhante trabalho, afinal tem boas propostas, basta haver orçamento para colocar em prática o anseio de toda a comunidade esportiva brasileira.

Minhas saudações aos membros desta Comissão: o Presidente, Deputado Reginaldo Lopes; o Relator, Deputado Benjamin Maranhão, e o Vice-Presidente, Deputado Lobbe Neto, de São Paulo.

Estendo minhas saudações aos outros Deputados Federais de São Paulo que aqui estiveram: Walter Feldman e Julio Semeghini; ao Deputado Deley; à Coordenadora da Juventude do Estado de São Paulo, Ana Patrícia Carletto e os demais presentes.

Ao iniciar esta explanação, gostaria de citar uma frase sobre o tema juventude, para a qual peço reflexão: *"A história não está escrita. Ela está sendo escrita. E os jovens não são meros espectadores dessa história, mas seus agentes. O futuro começa agora. E ele se chama juventude".* Essa frase é do saudoso ex-Governador André Franco Montoro, que, já na terceira idade, viu a importância do tema juventude em políticas públicas. Ainda no ano de 1986, Franco Montoro criou, no âmbito do Governo do Estado de São Paulo, um conselho estadual de juventude. Mais tarde, em 1997, o então Governador, o saudoso Mário Covas, recriou esse conselho, que estava descontinuado e criou por decreto a Secretaria Estadual da Juventude em 1999. Já na gestão do Governador Geraldo Alckmin, em 2001, foi criada definitivamente a Secretaria Estadual da Juventude, Esporte e Lazer, modelo adotado com sucesso pelo governo francês.

A juventude ter uma secretaria é algo importante e já se torna tendência nacional. Estados como Tocantins, Ceará, Amazonas, Acre e Sergipe já tratam a juventude com a devida prioridade.

Dados do IBGE de 2000 apontam que o Brasil tinha nessa data 34 milhões de jovens, sendo apenas no Estado de São Paulo 7 milhões e 100 mil jovens. Isso de um apanhado de 15 a 24 anos de idade, faixa etária considerada pela ONU como a da juventude.

Pesquisa realizada em São Paulo já há alguns anos detectou o que mais preocupa a juventude nacional: em primeiro lugar, a violência; em segundo, o desemprego; em terceiro, as drogas; em quarto, problemas com a família; em quinto, a falta de educação. Todos esses problemas estão interligados e quase todos vinculados à ociosidade. O papel do esporte é hoje muito importante. Nós todos já incorporamos o jargão como meio de inclusão social, de prevenção à violência, mas o que fazemos efetivamente para colocar o esporte como meio de promoção da juventude? Aí é que está a grande limitação.

O Ministro Agnelo Queiroz citou interessante dado, que levei ontem à reunião da Comissão Nacional de Atletas e que nos remete a boa reflexão: o caso de São Caetano do Sul, Município que surpreendeu o Brasil. Esse Município, o primeiro do *ranking* nacional de qualidade de vida, com o mais elevado IDH, tem no Prefeito Luiz Olinto Tortorelo veemente defensor da questão da juventude e do esporte. Em São Caetano do Sul, há anos, ele ousou destinar ao desporto 4,8% da sua dotação orçamentária. E o Prefeito mensurou o que esse investimento gerou em termos de economia em segurança pública e em saúde. E comprova que o esporte hoje não é gasto, é investimento. Talvez seja esse o caminho a ser perseguido por todo o País.

A Secretaria que assumi recentemente no Governo de São Paulo representa 0,13% da dotação orçamentária do Estado. É insignificante. O Ministério do Esporte é muito menos. Hoje seu orçamento é inferior ao do Governo de São Paulo, inferior até mesmo ao da Prefeitura do Estado. Temos muito o que avançar dando apoio a esse Ministro, que se propõe a manter os programas sociais da outra gestão que deram certo, e a introduzir novas idéias, evoluindo todo um processo de política nacional de esporte.

O que a Deputada Raquel Teixeira nos trouxe é lamentável. S.Exa. tentou aprovar um destaque para o descontingenciamento da cultura e do desporto, e não obteve êxito. Isso demonstra falta de sensibilidade por parte de alguns.

Hoje o papel do esporte no combate à ociosidade, junto com a cultura, sobretudo busca oferecer à juventude alternativas, o que ela pode fazer no contraturno da escola. A busca do turno integral prevista na Lei de Diretrizes e Bases já seria uma grande referência. Quando concebida, a LDB previa para o ano 2006 o turno integral para o ensino básico. Estamos longe disso. O esporte pode oferecer esse complemento – e com muita eficiência.

Em 2000, lançamos o programa Esporte na Escola, que foi um novo paradigma, teve eco no Congresso Nacional e alterou essa LDB, resgatando a obrigatoriedade do ensino de Educação Física na escola, permitindo já um movimento de valorização da própria Educação Física e a recriação das olimpíadas colegiais.

Sou egresso dos JEBs dos anos 70. Hoje já são realidade nacional as olimpíadas colegiais. Apenas no Estado de São Paulo neste ano, em parceria com a Secretaria de Educação, foram mobilizados 242 mil atletas da rede pública de ensino. Houve doação de material esportivo oriundo do projeto Pintando a Liberdade, que o nosso Ministro soube muito bem descrever. Há, contudo, necessidade de quadras poliesportivas, de preferência cobertas, nas escolas públicas do Brasil. A quadra nada mais é do que a sala de aula do profissional de Educação Física. Temos no Brasil grande desigualdade com relação a isso. Em São Paulo temos uma média de, a cada quadra poliesportiva em escola, uma escola e meia. Isso já está se aproximando do ideal de cada escola ser dotada de uma quadra poliesportiva – e há grande empenho em avançar nesse sentido.

Na Região Nordeste, contudo, a realidade é bem diferente. A cada quadra poliesportiva compreendem 23 escolas públicas. Aí, conseguimos ver o vácuo realmente do papel da Educação Física e do esporte no ensino básico.

Em São Paulo foi lançado recentemente um programa que reputo de grande envergadura social: o Escola de Família. O Secretário Estadual de Educação, que é meu antecessor na Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, Gabriel Chalita, conseguiu lançar um programa para ocupar as escolas durante os finais de semana, aproximando a família dos jovens. Eles freqüentam as escolas, usam o aparelho esportivo para praticar atividades de lazer e têm assistência social.

O programa contou com o apoio do Instituto Ayrton Senna, que já agregou 3 milhões de reais da iniciativa privada. A UNESCO está dando todo o apoio na captação de recursos do Governo do Estado de São Paulo. Inicialmente foram arrecadados 17 milhões de reais. A idéia é pegar bolsistas, que hoje são apoiados por São Paulo, nas faculdades particulares. Hoje 25 mil bolsistas serão beneficiados. Eles recebem a bolsa do Estado em troca de trabalho voluntário nos finais de semana como monitores de esporte e lazer nas escolas. Vinte e cinco mil bolsistas estarão atuando em 6 mil escolas nos finais de semana.

Pode representar grande avanço aquilo que o Deputado Vignatti disse e que é fundamental: trazer a juventude para a escola, proporcionando-lhe ambiente de esporte e lazer. Temos de avançar ainda no estímulo a programas sociais e esportivos; muitos já existem, foram deixados pelo Governo Fernando Henrique. O Ministro Agnelo Queiroz pretende mantê-los. O problema é que não há hoje dotação orçamentária para tal, para criar novos, então, nem se fala. S.Exa. tem buscado importantes parcerias como o Ministério da Educação e com outros, mas programas, como o Esporte Solidário, estão ameaçados de não continuarem por falta de orçamento. O Esporte Solidário é um programa que hoje está em quase todo o Brasil. Tivemos um caso bonito de uma jovem, a Edna Schumaker, que uma vez mandou uma foto para o Presidente da República com um bilhete atrás da foto: *"Para aqueles que de alguma forma e de algum jeito permitiram a melhor realização do meu sonho: representar o meu Brasil numa competição internacional".* Essa menina praticava Educação Física na sua escola em Ivoti, Rio Grande do Sul e teve acesso ao programa Esporte Solidário. Graças a um profissional de Educação Física, evidenciou talento para o atletismo numa prova de 400 metros com barreira. Ela, então, teve oportunidade de competir e representar seu Município na Olimpíada Colegial do Estado. Foi representar o seu Estado na Olimpíada Colegial Brasileira e sagrou-se campeã sul-americana e campeã dos Jogos Sul-Americanos Escolares. Essa é a oportunidade que queremos dar ao jovem brasileiro.

Em relação ao projeto Navegar, posso citar o caso de outra menina, a Heleninha, lá de Ribeirão Claro, Paraná – e esse projeto está também em Tucuruí, Município da Deputada Ann Pontes – , órfã de pai, com mãe alcoólatra e desempregada, ela tinha saído da escola por mau comportamento, teve acesso ao Projeto Navegar – remo e canoagem – em Ribeirão Claro, na represa de Xavantes. E revelou-se um talento em canoagem: começou a competir em Ribeirão Claro, foi representar seu Município numa competição estadual e sagrou-se campeã brasileira infanto-juvenil em 2001; em 2003, foi campeã brasileira juvenil e já integra a equipe olímpica de canoagem. Esse menina é um exemplo para o País. É isso o que nós queremos.

Hoje atuo no meio político, embora ainda seja um atleta. Nós já incorporamos o discurso da importân-

cia do esporte como meio de ação social, vinculado a programas de educação, saúde, segurança pública. Nós incorporamos o discurso, mas temos de colocá-lo em prática. Temos de dar a devida importância a esta Comissão, por exemplo, e ao Ministério dos Esportes, que tem de ser dotado de orçamento.

O atual Ministro do Esporte reúne todo o apoio da comunidade esportiva nacional. Foi um Deputado exemplar, que defendeu o esporte com a aprovação da Lei Agnelo/Piva e que luta pela aprovação do projeto de lei que institui o Bolsa-Atleta. S.Exa. faz hoje um belíssimo trabalho, mas precisa ser apoiado com recursos, para que todas as suas idéias, a exemplo do Programa Segundo Tempo, que reputo de grande relevância esportiva e social, sejam implementadas em âmbito nacional. Para tanto deve haver a mobilização dos atletas, técnicos, treinadores, dirigentes e sobretudo dos Congressistas, a quem chamamos para vestir essa camisa, segurar essa bandeira a fim de incluir o Ministério do Esporte na agenda de prioridades do Governo Federal.

Esperamos que o Ministério do Esporte tenha o mesmo grau de importância que têm hoje o Ministério da Educação e o da Saúde, não no que se refere à proporção orçamentária, mas aos meios necessários para que possa trabalhar e obter resultados. Creio que esse seja o nosso grande desafio.

Ontem tivemos um debate muito favorável, e os membros da Comissão Nacional de Atletas redigiram o "Manifesto do Esporte", que foi encaminhado à Presidenta, Deputada Professora Raquel Teixeira. Tivemos oportunidade de encaminhar esse manifesto ao Deputado Federal João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, e ao Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

Vou ler rapidamente o manifesto, que considero uma grande reivindicação da comunidade esportiva nacional. Diz o seguinte:

O esporte é uma das traduções mais ricas da cultura brasileira. Na verdade, a história do esporte se confunde com a própria formação da identidade cultural do Brasil. A competição esportiva é um dos poucos fenômenos sociais capazes de produzir um dos maiores valores da sociedade democrática, que é justamente a igualdade entre os indivíduos. Pensando nisso, o legislador constituinte transformou o esporte em direito dos cidadãos e em obrigação do Estado. Logo, o Congresso Nacional é fundamental para que o esporte brasileiro alcance de uma vez por todas lugar de destaque no cenário internacional.

Uma lei de incentivos fiscais para o esporte é uma reivindicação histórica do desporto nacional, sendo uma prioridade da Comissão Nacional de Atletas desde a sua criação oficial junto à Presidência da República, em 14 de dezembro de 2002.

Isso posto, e considerando que existem vários projetos de lei tramitando no Congresso Nacional sobre esse tema – na verdade são 7 desde 1995 – , a existência de uma lei de incentivos fiscais em favor da cultura, a Lei Rouanet, e a inexistência de uma lei no mesmo sentido para o esporte são sintomas manifestos de iniqüidade.

A Organização Desportiva integra o patrimônio cultural brasileiro, o que está previsto na atual Lei Pelé, a Lei nº 9.615, em seu art. 4º § 2º. Dados da Organização Mundial da Saúde demonstram que para cada dólar investido em esporte são economizados em média 7 dólares em saúde pública.

O esporte, por seu caráter multidisciplinar, envolve questões relacionadas às áreas de educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos, justiça, inclusão e inserção social, auto-estima e espírito cívico e patriótico, hoje tão ausentes em nossa cultura e fundamentais na formação do cidadão. E consideramos ainda a proximidade dos jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Atenas, em 2004, a realização dos Jogos Pan-Americanos e Parapanamericanos em 2007, no Brasil, e a candidatura aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2012.

Os integrantes da Comissão Nacional de Atletas, por intermédio do presente manifesto, vêm à presença de V.Exa., Sr. Deputado Reginaldo Lopes, reivindicar com a máxima urgência a aprovação de uma lei de incentivos fiscais específica para o desporto nacional.

Brasília, 25 de junho de 2003.

Então, passo o manifesto às mãos de V.Exa. e completo aqui a minha intervenção. Hoje, na condição de Secretário Estadual da Juventude, Esporte e Lazer tenho vontade de colaborar com as políticas públicas de juventude. Tenho um desafio em meu Estado e um desafio ainda maior na condição de Presidente da Comissão Nacional de Atletas e Presidente do Fórum de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte: colaborar com esta Comissão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Queremos agradecer ao Secretário de Estado o entusiasmo assinalado na sua explanação, o que é muito importante.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Benjamin Maranhão, e logo após passarei a palavra aos Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Antes de mais nada, quero registrar este feliz momento em que recebemos nesta Comissão a visita do Ministro Agnelo Queiroz, bem como a de Lars Grael, grande homem e atleta, por tudo que representou e

representa para o esporte nacional e pelo entusiasmo com que tem abraçado essa causa, não só na época em que esteve à frente da Secretaria Nacional do Esporte, mas também nesta, em que realiza belo trabalho no Estado de São Paulo.

Comungo das mesmas preocupações em relação ao futuro do esporte e ao futuro da juventude brasileira. É preciso integrar o esporte como meio de modificação da estrutura social e, para isso, é necessário que sejam criadas possibilidades, porque sem recursos não se faz nada.

Sr. Presidente Reginaldo Lopes, eu era Prefeito na época em que se criou o FUNDEF e foi aprovada a PEC da Saúde, que permitiu a vinculação de recursos tanto para a saúde como para a educação. Apesar das limitações e dos problemas que ainda atravessam esses setores no País, com certeza, sem essas alterações feitas no Congresso Nacional, a situação seria muito pior hoje em dia.

Para se fazer qualquer transformação, antes de mais nada, são necessários recursos orçamentários. Vemos a boa vontade do Ministro Agnelo Queiroz, a luta que S.Exa. está travando para criar novos programas, mas sem recurso nada vai ser possível. Um dos desafios desta Comissão é abraçar essa causa e lutar para que mais recursos sejam destinados ao esporte. Com certeza, cada um dos membros da Comissão vai empenhar-se nesse sentido. Até já incluímos como uma das questões principais desta Comissão o tema *O Jovem e o Desporto*. Vamos debatê-lo constantemente na Comissão, para que seja tratado como prioridade nas políticas públicas para a juventude e nas políticas públicas nacionais.

Sou ex-atleta. Apesar das limitações de biótipo e de talento – e, por isso, não ter conseguido me destacar – , trago comigo sempre essa experiência que me fez crescer como ser humano. Durante a época de disputas, obtive ganho em relação à própria saúde e por isso percebo a importância que tem o esporte. Se alguns vão se destacar, isso é algo que realmente não se pode prever, é quase que uma loteria, mas a grande maioria dos que praticam esporte com certeza vão ganhar experiência muito proveitosa para a vida. Essa experiência eu trago comigo, e a relação boa que eu tenho com o esporte vem dessa época.

Quero mais uma vez parabenizar o Secretário Lars Grael pelo entusiasmo – bem frisou o Presidente da Comissão – com que abraça essa causa. S.Exa. traz dados precisos sobre o que deve ser feito no País no que se refere ao esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Relator Benjamin Maranhão.

Passo a palavra à Deputada Ann Pontes, do PMDB do Pará.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Secretário, vejo a cidade de São Paulo na vanguarda das idéias, que acabam se espraiando pelos demais Estados da Federação.

Percebemos que já está chegando ao Governo Federal a preocupação com a prática desportiva e principalmente a mudança de mentalidade em relação ao assunto. Aumento de dotação orçamentária para a prática desportiva tem de ser visto como investimento. É nessa tecla que devemos bater.

Aliada à questão dos recursos, ainda que sejam parcos, temos a criatividade brasileira, que adapta as nossas peculiaridades regionais e municipais. No meu Estado, a modalidade do atletismo é muito forte. Temos uma garota de 16 anos, se não me falha a memória, que corria descalça. Parece-me que o Banco do Brasil acabou financiando, e a garota está aí ganhando prêmios...

(Não identificado) – A Caixa Econômica.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Caixa Econômica. Ela está levando o nome do nosso País, do nosso Estado e da nossa cidade para o exterior.

Tenho 3 filhos adolescentes e sei que a juventude é um desafio enorme. O jovem sempre questiona e quer extravasar todo o seu potencial e energia intrínseca. E como bem foi citado, nossos desafios são: violência, desemprego, drogas, problemas com a família e falta de educação. Quem sabe pela via do esporte teremos condições de equacionar todas essas questões?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigada, Deputada.

Passo a palavra para o nosso 3º Vice-Presidente, Deputado Marcelo Guimarães Filho, do PFL da Bahia.

O SR. DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO – Sr. Presidente, inicialmente, quero parabenizar o Secretário Lars Grael pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer de São Paulo, e salientar um ponto mencionado pela Deputada Ann Pontes.

Todos nós que de alguma maneira trabalhamos na esfera pública, seja no Executivo ou no Legislativo, temos de ter em mente, quando formulamos políticas públicas para a juventude direcionadas para o esporte, que todo o gasto previsto se transforma em investimento na medida em que diminui a violência e os gastos com saúde e tudo o que o esporte traz de bom para o indivíduo que o pratica.

O Relator, Deputado Benjamin Maranhão, citou algo fundamental e que já está incorporado ao discurso da sociedade civil. Todos costumamos dizer que o esporte é um meio de inclusão social, que o esporte deve ser fomentado, implementado, etc. De tudo isso nós já sabemos. É uma discussão que fazemos com nossos pares, dentro ou fora da Comissão. Mas temos de ter plena convicção de que só o faremos com verba e se não ficarmos no campo da fantasia, do discurso bonito. Só teremos ações concretas se tivermos verbas para implementá-las. É o que a Comissão tem de ter em mente ao final de seu trabalho.

Devemos lutar nesta Casa para conseguir recursos para que o Ministro Agnelo Queiroz tenha condições de implementar todas as iniciativas que tem em mente. E devemos fazer isso não só na condição de Comissão, mas também de Parlamentares, nas emendas individuais e nas emendas de bancada que apresentamos. Assim, atenderemos às comunidades de alguma forma e conseguiremos ajudar o Ministro e o Executivo a implementarem tais ações.

Vemos que há recursos humanos, pessoas de valor como o Ministro Agnelo Queiroz e Lars Grael, que têm excelentes idéias. Encontramos com relativa facilidade pessoas de valor para implementar esses trabalhos. Precisamos, porém, de recursos financeiros para que essas iniciativas sejam colocadas em prática.

Quero agradecer mais uma vez ao Secretário Lars Grael a presença e a disposição de prestar esclarecimentos e contribuir com os trabalhos da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Marcelo Guimarães. Informo que o coordenador do grupo de trabalho responsável por apresentar ao Relator o nosso Plano Nacional de Políticas para a Juventude estará presente até o final dos trabalhos, o Deputado Marcelo Guimarães Filho, bem como o nosso craque Deputado Deley, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEY – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou satisfeito em ver que estamos descobrindo vários talentos nesta Comissão. Quero registrar meus agradecimentos pela presença do nosso querido amigo e Secretário de Estado Lars Grael, a quem peço para estar sempre próximo desta Comissão, porque sabemos de toda sua experiência e competência Com certeza, S.Exa. vai ser de muita utilidade para desenvolvermos essa política.

Como bem se disse, o discurso parece já estar incorporado à sociedade. Todos nós temos a certeza das possibilidades que o esporte nos apresenta. É preciso que passemos às ações.

Ontem estiveram presentes a esta Casa vários atletas e ex-atletas, o que só aumentou a nossa responsabilidade de interferir para que a lei de incentivos fiscais para o esporte possa ser aprovada o mais rapidamente possível, a fim de resgatar a injustiça que há ao longo dos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Deley.

Passo a palavra o Deputado Lobbe Neto, do PSDB de São Paulo.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, Reginaldo Lopes, caro Secretário da Juventude Esporte e Lazer do Estado de São Paulo e também Presidente da Comissão Nacional de Atletas, Lars Grael. Ontem tivemos uma grande audiência pública na Comissão de Educação sobre o incentivo ao esporte, e vários atletas estiveram presentes, nossos ídolos do basquete, do vôlei e o próprio Lars Grael, esse grande atleta.

Hoje, a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude novamente conta com a presença do Ministro do Esporte e de Lars Grael. Só temos a agradecer pela presença aqui, nós que fomos um dos autores do requerimento que trouxe o Secretário a esta reunião para falar sobre o que está sendo realizado na Secretaria, embora saibamos que o orçamento não é dos melhores em São Paulo – mas como disse, é maior do que o do Ministério.

Solicito ao Secretário que fale um pouco a respeito das parcerias que estão acontecendo em São Paulo entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Esporte, relativamente à questão do incentivo e sobre o Programa Escola Aberta, que permite que a comunidade utilize a escola durante os finais de semana, com a orientação de monitores e professores de Educação Física.

Com essas explicações, nosso Relator poderá ir costurando o seu relatório final para que possamos chegar ao desejado estatuto de assuntos da juventude. Gostaria, portanto, de ouvir um pouco sobre essas parcerias. Acredito que temos direito a um patrimônio na parte física que é muito grande no Brasil, a questão é utilizá-lo melhor, não deixá-lo subutilizado. Nós temos sindicatos com áreas esportivas que durante a semana ficam ociosas; temos praças esportivas de colônias de férias, do Sistema "S" e de outros tantos lugares que durante a semana ficam ociosas; temos os clubes sociais que ficam também ociosos durante a semana. Temos, enfim, vários espaços e não precisamos necessariamente partir para novas construções. Devemos utilizar o que já existe para que haja investimento no atleta e na escola de formação de novos atletas.

Mais uma vez, cumprimento o Secretário Lars Grael e agradeço a S.Exa. a presença. Parabenizo o Presidente e o Relator da Comissão. Por fim, peço à Comissão Nacional de Atletas que traga sugestões e opiniões para que o nosso Relator possa preparar bem seu relatório sobre a questão da juventude e o esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Lobbe Neto.

A Presidência também agradece aos Deputados Ann Pontes, Lobbe Neto e Benjamin Maranhão por permanecerem até o final dos nossos trabalhos. Muito obrigado.

Passo a palavra ao Secretário Lars Schmidt Grael.

O SR. LARS GRAEL – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Deputado Benjamin Maranhão as carinhosas e lúcidas palavras. Agradeço também à nobre Deputada Ann Pontes. S.Exa. é de uma terra pela qual tenho paixão: o Pará. Tenho a honra de ter sido dignificado com o título de cidadão maranhense. Foram muitos os projetos que implantamos em parceria com a Secretaria Executiva de Esporte e Lazer do Estado, que desejo continue crescendo. No próprio projeto Navegar, fizemos uma implantação. Estivemos também em Tucuruí, Salinópolis, São Domingos do Capim, Santarém e Senador José Porfírio. O Pará é fantástico e tem essa vocação da população ribeirinha para a prática de esportes náuticos.

Quero também agradecer ao Deputado Marcelo Guimarães o aparte. Falta no Brasil de hoje um grande programa voltado para a juventude, um programa nacional que tenha realmente impacto. Ainda ontem, conversávamos sobre isso após a saída da audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Desporto com o Deputado Lobbe Neto. Troquei também idéias com o Deputado Lindberg Farias, do PT do Rio de Janeiro. Falávamos sobre se há algum tipo de programa que possa ser aproveitado. Será que o corpo acadêmico, os alunos do sistema das entidades de ensino superior, alunos universitários não poderiam fazer um programa, como ocorreu no passado, do tipo projeto Rondon? Havia aquele lema: *Integrar para não entregar*. Não posso nutrir nenhum tipo de saudade do Governo militar, mas aquele programa tinha belo objetivo de integração nacional.

O esporte talvez seja uma maneira de estimular a juventude. Poderíamos aproveitar jovens universitários de todo o Brasil, bolsistas ou não, e estimulá-los a se tornarem monitores de esporte, cultura, lazer, indo a comunidades, pequenos Municípios, aos bolsões de pobreza, às regiões metropolitanas das grandes cidades, onde a violência é uma mazela nacional, a fim de criar um grande programa de integração, tendo como foco a juventude. Seria motivo de discussão posterior formatar isso. A juventude está muito centrada no campo acadêmico e sem propostas consistentes a serem colocadas em prática.

Quero também agradecer ao meu querido amigo e Deputado Deley, do Partido Verde do Rio de Janeiro, com quem tive estreito convívio nos últimos anos, uma vez que S.Exa. era Secretário Municipal. Aliás, esse homem, que não teve uma experiência anterior no Legislativo, chegou à Câmara Federal graças a um trabalho motivacional fantástico realizado em seu Município, Volta Redonda, com o apoio do Prefeito Antônio Francisco Neto, buscando tornar o esporte prioridade nas políticas públicas sociais.

Em Volta Redonda, hoje o esporte está à disposição de pessoas portadoras de deficiência, todos os logradouros públicos esportivos estão adaptados aos deficientes, é realizada uma olimpíada de deficientes, exemplo nacional. Além disso, há o projeto, realizado com apoio do Ministério do Esporte, chamado Dê Vida Ativa para a Melhor Idade, tal programa é exemplar e tem até um bloco de carnaval dos idosos. O Programa Esporte Solidário, presente em quase todos os bairros de Volta Redonda, reformou e recuperou um parque aquático público e gratuito que atende a 15 mil cidadãos. Esse trabalho mostra a capacidade do esporte no campo social.

Quero também agradecer ao Deputado Lobbe Neto, que me convidou para participar desta reunião. S.Exa. é do Município de São Carlos, que visitaremos nos próximos dias. S.Exa. falou da experiência da nossa integração com outras Pastas e Secretarias do Estado de São Paulo. Trago como maior compromisso nosso esse programa chamado Escola de Família, ao qual me reportei há pouco. Esse é um grande desafio que está começando a ser colocado em prática, com ampla parceria com as Secretarias de Educação, de Cultura e de Assistência Social, abrindo 6 mil escolas que beneficiarão mais de 3 milhões de jovens, 25 mil bolsistas financiados pelo Governo do Estado de São Paulo com apoio da iniciativa privada. Esse é o caminho que devemos tomar. Jovens que ficam ociosos nos finais de semana e que não têm acesso a um clube, que, por definição, é uma agremiação elitista, ficam soltos na comunidade e sujeitos à marginalidade. Eles podem usar a escola como ambiente de lazer, de integração social perante a família e a comunidade. Hoje há escolas pagando seguranças para não serem depredadas. A melhor forma de protegê-las é pela utilização, trazendo a comunidade. Esse é um grande programa.

Há um outro, a ser implantado nos próximos meses: uma parceria da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer com a Secretaria de Habitação, que tem em seus núcleos 743 quadras construídas, todas sem um profissional de Educação Física que possa fazer um programa de integração da comunidade, sobretudo com a juventude que lá está ociosa e correndo riscos sociais. Ter uma quadra poliesportiva sem um profissional de Educação Física que ministre aulas, motivando a comunidade, é como ter um posto de saúde sem um médico. A tendência é a depredação, é o espaço ser usado sem critério algum e depois abandonado.

Queremos contratar monitores de esporte e lazer para atuar em cada quadra. É com essa motivação que tentamos mostrar que o papel do esporte está muito além do que 0,3% previsto no Orçamento. Devemos ter integração e coerência, e precisamos do apoio desta Casa, onde está sendo feito um trabalho belíssimo para colocar em prática o que é um sonho nacional.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Queremos agradecer ao Secretário Lars Grael. Temos programado uma semana nacional de juventude. Trata-se de uma lei criada pelo então Presidente Itamar Franco, hoje embaixador, em 1993. A lei fala da importância de os meios de comunicação fazerem um debate sobre a juventude no País, nos Parlamentos, nos Governos. Estamos organizando várias atividades, videoconferências, sessões solenes, exposições. Inclusive, convido V.Exa. para participar da sessão solene que realizaremos.

Este é o momento de todos nós, Deputados da Comissão, nos comprometermos a articular e aprovar projetos, como a reivindicação do manifesto do Conselho Nacional dos Atletas e a Lei de Incentivo Fiscal. É momento de sensibilizar a Câmara dos Deputados, a Presidência e o Colégio de Líderes para colocar em pauta a matéria. Aqui há sempre a instituição de uma semana especial para debatermos temas como o combate às drogas, racismo, enfim defesa de minorias. E a Casa sempre fica mais sensibilizada para debater esses temas.

Sr. Lars Grael, quero também pedir seu apoio para a construção desse plano nacional. Ainda é um debate novo, mas é fundamental que consigamos no final do ano ou no próximo a aprovação de plano nacional que determine as metas para Municípios, Estados e União para um período de 10 anos, até para que avaliemos futuramente o resultado do nosso trabalho nesta Comissão.

O Brasil tem muitos problemas. Aplicamos dinheiro público em projetos sociais, mas não temos nenhum método para avaliar quais os resultados. Se chegarmos à conclusão que não têm efeitos, é melhor não gastar o dinheiro público ou gastá-lo de outra forma.

V.Exa. representa o Conselho Nacional dos Atletas e está à frente da primeira experiência nessa área. Queremos destacar publicamente que a primeira Secretaria de Juventude do País foi criada pela iniciativa de Governo que não é do meu partido, mas é do PSDB, o Governo Geraldo Alckmin, a quem queremos parabenizar. Do fundo do coração, devo dizer que só um atleta campeão como V.Exa. pode nos ajudar a colocar a juventude na pauta nacional e na política do Brasil. É fundamental trazer a juventude para o debate, para a discussão.

Tenho certeza de que, se conseguirmos aprovar no primeiro semestre de 2004 o Plano Nacional de Políticas Públicas, ele será um instrumento fundamental para que cada jovem deste País faça o debate com seu candidato a Prefeito. Como disse a Deputada Ann Pontes, nascemos e nos criamos nos Municípios deste País. É fundamental que na disputa de 2004 a pressão política das ruas, a força do povo exija em cada Município uma ação voltada para a política de inclusão da juventude na política brasileira como presente e não como futuro, como algo positivo e não negativo. Estamos muito animados e acreditamos que seja um grande instrumento. Por isso pedimos de novo o apoio de V.Exa.

Sras. e Srs. Deputados, ainda estão em pauta 2 requerimentos e há os Ofícios de nºs 9 e 10. Após isso encerraremos nossos trabalhos.

Quero registrar o ofício do Deputado Lobbe Neto, justificando sua ausência na reunião anterior, do dia 18.

Passo a Presidência ao Deputado Lobbe Neto, pois há um ofício de minha autoria a ser votado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Requerimento nº 9, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes. Para encaminhar, concedo a palavra ao autor, Deputado Reginaldo Lopes, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Esse requerimento vem somar-se às atividades na Semana Nacional da Juventude. Ontem, tivemos a informação de que é possível realizar junto com o seminário nacional uma videoconferência. Estamos dando entrada a esse requerimento, para o qual peço a aprovação dos nobre colegas, porque queremos transformar o Seminário Nacional de Juventude em uma videoconferência.

Esse requerimento, portanto, propõe a realização de videoconferência na semana nacional.

Quero informar ainda que, pela regulamentação da Intelig, podemos ter simultaneamente 5 assembléias participando do debate com a presença de vários mo-

vimentos pelo 0800. Depois, articularemos para envolver 5 Estados simultaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Em discussão.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, gostaria de manifestar meu apoiamento ao requerimento do nobre Deputado, que visa dinamizar a discussão. A finalidade é extrapolar as paredes desta Comissão. E as idéias e sugestões que serão apresentadas, com certeza, enriquecerão cada vez mais o debate. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Não havendo mais oradores para discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Agradeço à Deputada Ann Pontes a aprovação da matéria e a manifestação. Como sugestão para a coordenação do seminário, poderíamos envolver as escolas que têm meios de realizar videoconferência. Poderíamos tentar sensibilizar essas escolas no sentido de que acompanhem pelo menos parte do nosso seminário. Se envolvêssemos umas mil escolas, seria um grande ganho na tentativa de trazer a temática à pauta da nossa política nacional. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Devolvo a direção dos trabalhos ao nosso Presidente, para que analise também um requerimento do Deputado Luciano Leitoa. Antes, porém, gostaria de fazer um registro da presença do Vereador Neno, da cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo, que acompanha nossa reunião e pode ver que trabalhamos bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Temos ainda o Requerimento de nº 10, do Deputado Luciano Leitoa. Na verdade, S.Exa. pede para incluir no Grupo VI, além das minorias, o jovem do semi-árido e o jovem rural. Na reunião anterior, já tínhamos aprovado. Estamos oficializando a inclusão de mais 2 temas no Grupo VI.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Não sei se o coordenador está. Se não estiver, peço que o Relator-Geral rapidamente faça o encaminhamento e passemos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Lobbe Neto.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Sr. Presidente, o requerimento do Deputado Luciano Leitoa é pertinente. Acredito que trazer a temática do jovem do semi-árido e do jovem rural à discussão desta nossa Comissão é muito importante. Sou pela aprovação do requerimento. Creio que será um enriquecimento muito grande para o debate incluir duas categorias de jovens – ainda mais com o conhecimento que temos acerca da forma como é tratado o jovem do semi-árido e o jovem que habita no meio rural de forma geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Pergunto ao Plenário se há mais alguma manifestação. *(Pausa.)*

Passa-se à votação. Aqueles que concordam com a aprovação do Requerimento nº 10 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar, devo dizer que enviaremos para cada gabinete o pré-projeto do Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude, elaborado pela Coordenação, que tem à frente o Deputado Vignatti. Enviaremos a todos os gabinetes ainda hoje, para que, no máximo na quarta-feira, todos possam dar sua contribuição ao coordenador do seminário, o Deputado Vignatti, do PT de Santa Catarina. A partir daí, tomaremos as providências para organizar o seminário, tendo em vista que o Regimento da Casa regulamenta o prazo, no mínimo, em 3 meses.

Mais uma vez, agradeço a todos os visitantes, Deputados e Deputadas a presença.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Estão encerrados nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Bom dia a todos. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião do dia 26 de junho a todos os membros e representantes, indago da necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta Presidência dá como lido o expediente, tendo em vista a distribuição antecipada do mesmo.

Passamos à Ordem do Dia.

Trataremos do tema *O jovem e o trabalho*.

Convidamos para compor a Mesa o Dr. Carlos Augusto Simões, Diretor do Departamento de Emprego e Salário, representando o Ministro do Trabalho, e o Sr. Márcio Pochmann, Secretário do Desenvolvimento do Trabalho e Solidariedade de São Paulo.

Antes de conceder a palavra ao Dr. Carlos Augusto Simões, esclareço que os convidados disporão inicialmente de 20 minutos para sua explanação. Encerrada a fala dos expositores, cada Deputado disporá de 3 minutos para considerações e perguntas, com o mesmo prazo para resposta e possíveis réplicas e tréplicas.

Tem a palavra o Dr. Carlos Augusto Simões.

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Ministério do Trabalho pelo convite e ao Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta Comissão. Desejo justificar a ausência do Ministro do Trabalho, que teve um compromisso hoje pela manhã com o Sr. Presidente da República. Estou à disposição para o debate.

Organizei a apresentação rapidamente no prazo previsto, tendo como horizonte uma apresentação bastante sintética do projeto de lei do Programa Primeiro Emprego, que se deve, em grande medida, a uma iniciativa do Governo, em processo de elaboração desde o período da campanha eleitoral. O Ministro Jaques Wagner, assim que assumiu o Ministério do Trabalho, organizou uma equipe para elaborar e estruturar um programa para ser submetido ao Governo e ao Congresso Nacional.

Gostaria, em primeiro lugar, de afirmar o porquê do projeto de lei. Esse é um aspecto importante. A iniciativa do Governo de estruturar um programa e enviá-lo a esta Casa é política, no sentido de fortalecer a sua relação com o Congresso Nacional e submeter à apreciação um programa considerado e reconhecido por todos como de importância e de prioridade política de governo, que conta com amplo apoio na sociedade. É reconhecidamente pública a importância de estruturar um programa de inserção do jovem no mercado de trabalho.

Em segundo lugar, por que estruturar um programa específico para inserção do jovem no mercado de trabalho? Faria menção a 3 aspectos fundamentais.

O primeiro, é que a taxa de desemprego entre os jovens é praticamente o dobro da do adulto. O jovem tem dificuldade de inserção no mercado de trabalho superior às dificuldades já encontradas por todos.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração é que essa dificuldade se deve em grande medida a um círculo vicioso que limita as dificuldades ocupacionais dos jovens, sobretudo as crescentes exigências de escolaridade, associadas, ao mesmo tempo, à experiência profissional, seja por parte das grande, média e pequenas empresas, seja de todo o setor de atividade econômica. Então, o jovem vive um círculo vicioso: se não tem experiência, não tem a primeira oportunidade no mercado do trabalho, se não tem essa primeira oportunidade, não adquire experiência, ou seja, não consegue agregar a sua estrutura curricular uma experiência profissional que possa apresentar ao mercado de trabalho e disputar as vagas que são oferecidas, seja no setor privado seja no setor público.

O terceiro aspecto importante é que, para o desenvolvimento desse programa, nós nos guiamos em um segundo aspecto fundamental. Não se trata, e esse era um postulado básico da concepção desse programa, de elaborar um programa de inserção do jovem no mercado de trabalho descolado de outras políticas que devem compor ações conjugadas dessa inserção. Estou me referindo às necessidades de estruturação de um programa específico de inserção do jovem no mercado, associado a políticas na área da educação, da cultura e do lazer, que tem sido estruturado como uma ação conjugada que envolve os Ministérios da Educação e do Trabalho e outros que desenvolvem ações e políticas voltadas especificamente para o público jovem. Trata-se, portanto, de mais uma política de inserção do jovem no mercado de trabalho. Esse programa é uma iniciativa que, ao longo de seu processo de execução e implementação, preconiza estruturar um conjunto de ações na área de educação, esporte, lazer e de assistência social, com políticas voltadas à inserção do jovem no mercado de trabalho. Esse é um princípio importante que orientou toda a concepção do programa, e está expresso no projeto de lei, já submetido e sendo analisado por esta Casa.

O público alvo do programa são os jovens de 16 a 24 anos, desempregados, precariamente ocupados ou que procuram o primeiro emprego, com prioridade de acesso para os jovens de baixa renda. O critério utilizado por nós para baixa renda é de renda *per capita* familiar de meio salário mínimo, baixa escolaridade, educação básica incompleta, com destaque especial para gênero, raça e portadores de necessidades especiais.

O programa está estruturado em 3 grandes eixos. O primeiro é a geração de emprego para os jovens, e diz respeito, sobretudo e em particular, à subvenção econômica às empresas de micro e pequeno portes, de 200 reais por 6 meses, e às de médio e grande portes, de 100 reais por mês, com o compromisso da empresa de manter no mínimo por 12 meses o jovem no emprego.

O segundo eixo fundamental é a preparação para o primeiro emprego, que envolve ações vinculadas a estágio, aprendizagem e trabalho comunitário.

O terceiro, que denominamos Construção Participativa da Política do Primeiro Emprego, está voltado, sobretudo, à estruturação de iniciativas que chamamos Espaços da Juventude, que envolveria o encontro do

Governo com a sociedade civil, especialmente no apoio à estruturação de iniciativas já existentes de organizações não-governamentais, que tenham notório saber e especialização em trabalho com jovens, especialmente jovens em situação de risco. Vale dizer que a prioridade é, sobretudo, o jovem egresso do sistema penal e de instituições socioeducativas.

Ainda dentro do primeiro eixo de geração de emprego, há 2 outras linhas de ação. Uma delas é o estímulo à responsabilidade social das empresas. Nós já temos um protocolo assinado por cerca de 25 empresas, na sua grande maioria empresas privadas, que assumem compromisso similar à linha da subvenção econômica de remuneração do jovem por período determinado de 12 meses, e, no mínimo, da manutenção do jovem por 12 meses. A responsabilidade financeira é da empresa, sem nenhum ônus para o Erário público. Está sendo estruturado. Na verdade, está em processo de discussão com o conjunto preliminar de empresas, as primeiras que se capacitaram para estruturar um processo de certificação, no qual as empresas, até dezembro de 2004, seriam monitoradas pelo Ministério do Trabalho, para que mantenham os compromissos assumidos no Termo de Adesão. Esse termo trata das mesmas obrigações que constam das empresas que poderão contar com subvenção econômica. Além das 25 empresas que já assinaram o protocolo, o Ministério do Trabalho está discutindo, em conjunto com outras áreas governamentais, com mais 400 empresas, que tenham compromisso de participar do programa nessa linha de responsabilidade social.

Outra iniciativa, ainda no âmbito da geração de emprego para os jovens, é a do empreendedorismo. O FAT já aprovou a estruturação de um programa com recursos próprios para geração de postos de trabalho por meio de micro e pequenas empresas e cooperativas, nas quais é o parceiro fundamental, não exclusivo, dessa ação. Já contamos com um termo de cooperação com o SEBRAE.

No âmbito da preparação para o primeiro emprego é importante ressaltar as seguintes ações: qualificação profissional, que estará conjugada com as experiências dos Espaços da Juventude, feita com o trabalho comunitário e, ao mesmo tempo, a qualificação profissional para os jovens que serão intermediados no Sistema Nacional de Emprego, via modalidade da subvenção econômica. Pelo menos, dos jovens que serão intermediados, segundo as metas previstas para este ano, cerca de 30 a 35% terão associado à experiência profissional do primeiro emprego um programa de qualificação profissional.

No âmbito do jovem aprendiz, temos discutido praticamente com todas as confederações da indústria, do comércio, de serviços e diversas federações a estruturação de um plano e de um programa de aprendizagem para o jovem, segundo a lei em vigor, no qual se estabeleceria uma meta adicional às previstas em lei, em que a empresa, segundo determinados parâmetros de obrigações, receberia um certificado da linha de responsabilidade social como empresa amiga do Programa Primeiro Emprego a que me referi.

Apoio estável significa, em última instância, iniciativa do Ministério do Trabalho de apoio à resolução do Conselho Nacional de Educação, que regulamenta o estágio no ensino médio e na educação profissional que está em debate nesta Casa do Congresso Nacional. E o serviço voluntário, que é por dentro dos Espaços da Juventude, a modalidade de remuneração de um auxílio de custo para o jovem egresso do sistema penal ou das instituições socioeducativas de 150 reais, durante 6 meses. A operacionalização dessa linha de trabalho comunitário se dará por intermédio de um termo de cooperação que já fizemos com os Ministérios dos Esportes, da Cultura e da Educação. Nesse caso, requer a estruturação de um programa de alfabetização específico de jovens e adultos, dentro do EJA e do Ministério da Educação, particularmente para os jovens egressos do sistema penal e das instituições socioeducativas. Esse jovem será envolvido e lhe será oferecido um programa de qualificação para ações com empreendedoras e para ações voltadas para as iniciativas dos Ministérios dos Esportes, da Educação e da Cultura e Lazer.

Diversas ações são estruturadas nesse sentido. Temos como meta a estruturação de 10 experiências-piloto desses Espaços da Juventude em 10 áreas metropolitanas e Capitais, nas quais as taxas de desemprego são relevantes e robustas. Têm também de ser relevantes a quantidade de jovens desempregados e a experiência da ação de mobilização junto à sociedade civil, na qual se dá boa parte das ações de estruturação dos consórcios e, em particular, o monitoramento e a avaliação desse programa.

Nós pretendemos contar com o desenvolvimento de conferências regionais, especialmente com ONGs e instituições da juventude, bem como com ouvidoria no SINE, nos sistemas de intermediação dos Estados, com o jovem e instituições da juventude para acompanharem o desenvolvimento e o monitoramento do programa. Ao mesmo tempo, criamos um sistema de monitoramento e avaliação, porque envolve subvenção econômica, bastante sofisticado e que requereu completa reestruturação do sistema operacional já existente no Ministério do Trabalho, o SIGAE, que é o Sistema Operacional do Sistema de Intermediação nos 27 Estados e em parceiros nacionais do Ministério

do Trabalho, com vistas não só a estruturar o módulo específico do primeiro emprego, para a captação das vagas das empresas, como também a inscrição e colocação do jovem no mercado de trabalho, sobretudo para fazer rebatimentos, como o CAJED, que é o sistema de registros que os senhores conhecem. Dessa forma podemos observar, no momento de adesão da empresa, qual é o estoque de trabalhadores e de compromisso dessa empresa na adesão ao programa. Podemos, depois, durante 12 meses, monitorar a empresa para saber se o compromisso de manutenção do nível médio de emprego, acrescido do número de jovens com que ela se comprometeu no âmbito do programa está sendo mantido. Esse monitoramento será feito pelas comissões estaduais e municipais de emprego. O Ministério do Trabalho já está estruturando um amplo programa de capacitação das comissões estaduais e municipais de emprego para exercerem o papel ativo de monitoramento e avaliação do programa e, ao mesmo tempo, aquilo que compete às Delegacias Regionais de Trabalho.

Ressalto, sobretudo, a iniciativa e a importância política que nós conferimos ao papel do próprio jovem, por meio da figura da Ouvidoria, seja no Sistema Nacional de Emprego instalado em todos os 27 Estados e parceiros nacionais, seja na Ouvidoria do Jovem e nos consórcios, que são os Espaços da Juventude, iniciativas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais com organizações não-geovernamentais.

Para o Ministério do Trabalho, além dos instrumentos de que já dispõe, estruturados para esse programa, de monitoramento e avaliação, a participação ativa do jovem pode transformar-se não só em instrumento de mobilização para o Programa Primeiro Emprego, como também de monitoramento e avaliação crítica para o aprimoramento desse programa ao longo de seu período de execução.

Estas são as bases fundamentais do programa e estou aberto ao debate.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Dr. Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Diretor do Departamento de Emprego e Salário, representando o Ministro do Trabalho, Jaques Wagner.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, convido para tomar assento à mesa a Profa. Léa Viveiros de Castro, Diretora de Formação Profissional do Departamento Nacional do SENAC, representando a Confederação Nacional do Comércio, e também o Sr. Otto Euphrásio de Santana, Diretor-Técnico do Departamento Nacional do SESI, representando a Confederação Nacional das Indústrias.

Concedo a palavra ao Sr. Márcio Pochmann, professor de Economia da UNICAMP.

O SR. MÁRCIO POCHMANN – Muito bom-dia a todos. Quero iniciar agradecendo o convite para participar desta reunião da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar as propostas de políticas públicas para a juventude. Parabenizo a iniciativa da Comissão, por intermédio de todos os Deputados, especialmente na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes. Além da oportunidade, certamente estamos vivendo momento especial do ponto de vista das novas iniciativas orientadas para o enfrentamento dos problemas atinentes à questão da juventude.

Quero cumprimentar o Sr. Carlos Augusto pela exposição, em relação à qual não tenho sugestão alguma a fazer. A proposta de primeiro emprego está bastante completa, como foi possível observar.

Vou dividir minha exposição em 2 etapas. Na primeira, quero socializar as informações referentes aos indicadores sobre a dramaticidade da situação da juventude brasileira, uma vez que, lamentavelmente, apesar de o Brasil ter população jovem significativamente relevante, não temos, quando comparado a outros países, reflexão tão ampla sobre a temática da juventude. Há escassez de instituições que estudam, que propõem e que trabalham a questão da juventude e, de certa forma, reconhecemos escassez também de políticas voltadas à juventude.

O Brasil avançou no que diz respeito à ação mais efetiva sobre criança e adolescente, mas certamente ainda há muito que avançar quanto à juventude. Sob o ponto de vista etário, não há muita precisão do que é a juventude. Tradicionalmente, utiliza-se o conceito de jovem para o segmento etário de 15 a 24 anos – as Nações Unidas tomam essa faixa como referência. Mas há vários países que se utilizam de faixa etária mais larga para identificar a juventude, reconhecendo a idéia de juventude como etapa de transição da adolescência para a vida adulta. Essa etapa foi identificada com sendo de 9 anos, de 15 a 24 anos, a partir de expectativa média de vida muito inferior à que vivemos hoje. Tomou-se como referência a expectativa média de vida em torno de 40 a 50 anos, portanto, é adequado analisar que, em 9 anos, pode-se dar a transição da situação da adolescência para a vida adulta.

Quando tratamos de sociedades cuja expectativa média de vida se aproxima dos 70, 80 anos, dada a complexidade da vida humana, certamente 9 anos é relativamente pouco para identificar a situação de juventude – sair da família para a constituição de uma nova; abandonar a situação de dependência para uma situação de autonomia, pelo trabalho, por exemplo. No

Município de São Paulo, adotamos, como aquela que identifica a juventude, a faixa etária de 25 a 29 anos.

Trouxe a esta Comissão e entreguei ao Deputado Reginaldo Lopes o último exemplar de publicação que temos a respeito da experiência dos Municípios de São Paulo sobre políticas de inclusão social, entre as quais há programa específico para enfrentamento da questão da juventude, que vou falar na segunda parte – as diferentes ações para a temática da juventude.

Sem mais delongas, vamos analisar alguns indicadores sobre a situação dos jovens que dão algumas pistas sobre a profunda transformação da situação do jovem brasileiro. Se utilizarmos como referência as estatísticas oficiais – estou usando o censo demográfico e a pesquisa nacional por amostra e domicílio, situando-me na faixa etária de 15 a 24 anos de idade – , verificaremos que a parcela jovem do total da população vem regredindo desde a segunda metade dos anos 80 no Brasil. Quer dizer, a cada ano que passa, temos menos jovens no total da população. Na média dos anos 80, os jovens representavam 20,3% do total da população brasileira; nos anos 90, 19,4% da população brasileira. Esse é um indicador da chamada transição demográfica, que faz com que a parcela jovem represente cada vez menos no total da população, demonstrando situação de envelhecimento natural, que não é experiência exclusiva brasileira. A Europa sobretudo já vem registrando esse fato desde os anos 50.

Esse dado está em contraposição a algumas teses de que estaríamos vivendo uma onda jovem, com muitos jovens no mercado de trabalho, com muitos jovens na sociedade brasileira. Em termos relativos, isso não é verdade.

O segundo aspecto que desejo ressaltar diz respeito ao problema dramático em relação aos jovens associados à situação do mercado de trabalho. Nos anos 80, de cada 10 jovens que ingressavam no mercado de trabalho, 9 encontravam uma ocupação; apenas 1 ficava desempregado. Nos anos 90, de cada 10 que ingressavam no mercado de trabalho, 9 ficavam desempregados e 1 apenas encontrava uma ocupação. Inverteu-se a situação.

Mais importante ainda foi o aumento da chamada inatividade. De cada 10 jovens, na faixa de 15 a 24 anos de idade, na década de 80, 8 se tranformavam em população economicamente ativa, em força de trabalho – estavam trabalhando ou procurando trabalho – e 2 apenas eram inativos. Nos anos 90, de cada 10 jovens, 5 representavam força de trabalho e 5 eram inativos. Portanto, temos uma situação de inatividade pouco conhecida no País. Temos dados que provam que parte da inatividade dos jovens é forçada, não voluntária.

A primeira leitura que poderíamos fazer é que o jovem inativo estaria aumentando sua escolaridade, portanto, ingressaria mais tardiamente no mercado de trabalho. Há dados que contradizem essa interpretação.

Dos 33,2 milhões de jovens, de 15 a 24 anos (dados de 2001), 62% estão no mercado de trabalho brasileiro. Ou seja, de cada 10 jovens no Brasil, 6 estão no mercado de trabalho. Esse dado está em contradição com a experiência dos países desenvolvidos, cujo contingente de jovens que ingressam mais tardiamente no mercado de trabalho vem aumentando sempre. Para se ter idéia, na Alemanha, a cada 10 jovens, nessa mesma faixa etária, 8 estão na inatividade e 2 no mercado de trabalho. Estaríamos vivendo situação parecida com a que ocorreu no final do século XIX e início do século XX. Quem conhece a história da industrialização européia sabe que ela foi construída com base na mão-de-obra infantil, crianças e jovens, sobretudo.

A partir do início do século XX, há uma conscientização, uma revolução do ponto de vista conceitual, em que se estabelece leis e garantias de renda para que os menores de 16 anos de idade sejam afastados do mercado de trabalho, sendo garantidas as condições mínimas para que elevem a escolaridade e entrem no mercado de trabalho após essa idade.

Se olharmos o curso dos fatos nos países avançados atualmente, percebemos que há outro movimento com o objetivo de que os jovens ingressem no mercado de trabalho após os 20 anos, e que lhes sejam garantidas as condições para que possam elevar sua escolaridade e entrar no mercado de trabalho com possibilidade melhor de competir pelo posto de trabalho. De tal forma que se realiza, nesses países desenvolvidos, um conjunto de ações cujo objetivo é postergar o ingresso do jovem no mercado de trabalho.

Então, 4 jovens a cada 10 estão no mercado de trabalho. O desemprego do jovem é quase o dobro do que o do adulto. Há 4 países com situação inversa. Na Áustria, Alemanha, Japão e Suiça a taxa de desemprego juvenil é inferior à dos adultos. Nos demais países, a situação é muita parecida com a do Brasil.

Os especialistas acreditam, em grande medida, que uma das razões pelas quais o desemprego juvenil é inferior ao dos adultos é o sistema educacional dual, que permite ao jovem combinar sua formação técnica especializada com a experiência e formação no local do trabalho. Situação que não temos no Brasil.

Do universo de jovens em inatividade, em 2001, quase 2 milhões, 800 mil e 635 jovens não fazem nada, do ponto de vista do indicador do IBGE. Eles não estudam, não trabalham e não procuram trabalho. O que estão fazendo esses jovens?

Dos 33,2 milhões de jovens no Brasil, 16,2 milhões estudam, ou seja, 48,8% dos jovens brasileiros estudam e 51,2% não estudam. Se verificarmos os jovens que estudam, na faixa etária de 15 a 16 anos, apenas 43% estão na série que deveriam estar. A maior parte dos jovens brasileiros, 57%, na faixa etária de 15 a 16 anos, não estão na série que deveriam estar, mas nas anteriores. De 17 a 19 anos, 25,7% são jovens que estão na série que deveriam. Na faixa etária de 20 a 24 anos, somente 13,4% do jovens estão na série que deveriam estar.

Há um problema seriíssimo entre os jovens que estudam, que não é a maior parte da juventude brasileira. Dos jovens de 15 a 19 anos de idade, 69% estudam. Do total de jovens de 20 a 24 anos, somente 25,9% estudam.

Uma fotografia da juventude brasileira: entre 100 jovens – do universo de 33,2 milhões – , 25% só estudam; 20% estudam e trabalham; 20% só trabalham; 5% estudam e procuram trabalho; 5% só procuram trabalho; e 25% não estudam, não trabalham nem procuram trabalho.

Do total dos jovens (33,2 milhões), 62%, praticamente dois terços, são urbanos; um terço dos jovens está no meio rural. Se verificarmos a força do trabalho juvenil, entre 15 a 24 anos, 82,7% são urbanos; quase 50% estão concentrados nas regiões metropolitanas.

Quanto aos desempregados, são 3,7 milhões: 18% (taxa de desemprego juvenil de 2001) na faixa entre 15 e 24 anos; 21,8%, entre 15 a 19 anos; e 15,2% entre 20 a 24 anos. Esses dados, falando como especialista e não como Secretário do Trabalho, estão subestimados, porque o critério de medição de desemprego utilizado pelo IBGE subestima o indicador de desemprego. Se utilizarmos a metodologia do DIEESE/Fundação SEADE, a taxa de desemprego chega a um terço; a 50% na faixa etária de 15 a 17 anos de idade. O DIEESE/SEADE não tem o dado nacional, e estou trabalhando com dados nacionais, mas, a meu juízo, aqueles são dados subestimados em termos de situação de ocupação.

Como estava falando, em relação aos desempregados, 88% dos jovens estão nas cidades; 12% no meio rural. São 400.000 jovens desempregados no meio rural contra 3,3 milhões de jovens desempregados no meio urbano.

Dos jovens ocupados, que são 16,9 milhões, 11,2 milhões são empregados, ou seja, 66% dos jovens que estão trabalhando são empregados, embora menos de um terço tenha registro em Carteira. Quatro milhões ou 23,7% dos jovens ocupados exercem atividade de trabalho doméstico e 1,7 milhões ou 10% são trabalhadores autônomos.

Espero não tê-los cansado demais com tantos números, mas é um pouco da radiografia da situação da juventude, sem paralelo algum na história republicana brasileira.

A segunda parte diz respeito à maneira de se enfrentar tal quadro dramático. Certamente, a proposta de primeiro emprego vai nesse sentido, verificando-se inclusive a experiência do Município de São Paulo. Há 2 alternativas de enfrentamento da questão juvenil, sobretudo no que diz respeito à concorrência, à vulnerabilidade do jovem, que vive entre a criminalidade, o comércio de drogas e a prostituição. Inexistem dados oficiais, mas sabemos que parcela importante dos jovens se encontra envolvida com ações de ordem ilegal.

Quanto às alternativas para enfrentamento desse quadro dramático, divido-as em 2 partes. A primeira diz respeito a uma ação sobre a oferta de mão-de-obra, sobre os jovens, não voltada para abrir postos de trabalho. Embora haja alternativas de elevação do emprego do jovem, esse fator está associado fundamentalmente ao desempenho da economia nacional. É muito difícil, pelo menos não há experiência internacional que demonstre, resolver o desemprego do jovem sem crescimento econômico. O primeiro ponto seriam ações para retirar ou postergar o ingresso do jovem no mercado de trabalho. É fundamental um conjunto de ações nesse sentido.

Digo isso porque já ocorre por iniciativa das famílias. Os filhos de ricos ingressam no mercado de trabalho após 20 anos de idade, em geral, formados pela universidade; em geral, ocupando postos de trabalho de maiores salário e de direção. Os jovens filhos de pobres estão condenados a ingressar no mercado de trabalho com poucas possibilidades de inclusão ou mobilidade social. Quando esses encontram trabalho, são postos de baixa produtividade e baixos salários. Se reproduzíssemos essa situação ao longo do tempo, até com baixo desemprego, não conseguiríamos reduzir os enormes indicadores de desigualdade que temos no Brasil, hoje, reproduzidos exatamente pelo momento de inserção do jovem no mercado de trabalho. O jovem filho do pobre ingressa muito cedo no mercado de trabalho e em postos de trabalho com salários mais baixos; o filho do rico entra mais tarde nos melhores postos de trabalho. Os filhos dos ricos têm poupança familiar para financiar a inatividade por mais tempo; o mesmo não ocorre com os filhos dos pobres.

É fundamental ação ampla por parte do Poder Público para garantir, aos filhos dos pobres interessados em aumentar sua escolaridade, uma bolsa de estudos, e que exerça atividades comunitárias, sem pressionar o mercado de trabalho. Essa ação permiti-

ria, numa situação de melhor ocupação, aos filhos de pobres competirem por postos de trabalho, basicamente associados hoje aos filhos dos ricos ou daqueles que conseguem completar o nível universitário.

Lembro também, pela situação econômica que vivemos, o maior contingente de pessoas de nível universitário desempregadas do que desempregados analfabetos. No Município de São Paulo atualmente, e não apenas nele – e temos dados que comprovam – , há mais desempregados de nível universitário do que desempregados analfabetos, justamente porque as ocupações que têm mais crescido são as precárias. Cinco ocupações no Brasil foram responsáveis por 70% das vagas abertas nos últimos 12 anos. A ocupação que mais cresceu no Brasil foi o trabalho doméstico, 30% das vagas; a segunda ocupação foi o trabalho ambulante; a terceira ocupação que mais cresceu foi de asseio e conservação, limpeza ;e a quarta foi segurança pública e privada. Essas 4 ocupações representam 70% do total da ocupação aberta no Brasil. São postos de trabalho de baixa qualificação, lamentavelmente.

Finalizando, um conjunto de ações fundamentais seria um grande programa de transferência de renda, associado a bolsas, para que jovens de baixa renda tenham sua escolaridade elevada e que possam também desenvolver atividades comunitárias, para atender em torno de 1,8 milhão a 2 milhões e 4 mil jovens, se quisermos fazer ação efetiva.

A segunda alternativa voltada para o jovem diz respeito a ações concretas de vagas especificamente para jovens. Por quê? O jovem tem dificuldade de competir por vagas, abertas tradicionalmente para eles, porque chefes de família desempregados competem com as vagas que tradicionalmente eram ocupados por jovens. Por isso, na grande parte das vezes, nas entrevistas, os empresários informam que não contratam jovens porque eles não têm experiência, embora considere-se que as vagas abertas para os jovens sejam para quem não precisa de experiência. Mas como há uma oferta abundante de mão-de-obra, pessoas com 25 anos ou mais, com maior escolaridade, com experiência anterior de trabalho, vão preenchendo as vagas ocupadas tradicionalmente por jovens. Nesse sentido, deveria ter um programa que pudesse associar a preparação para o mercado de trabalho, com formação dentro da empresa, ou seja, hoje toda empresa que contrata em regime de CLT paga o percentual do custo do trabalho para o Sistema S brasileiro. O Sistema S oferece uma qualificação, mas essa qualificação não está associada à experiência no local de trabalho, na maior parte das vezes.

O que estou propondo aqui é repensar o financiamento do nosso sistema de formação para que as empresas pudessem ter alternativas, como é a experiência alemã. As empresas alemãs oferecem um local onde há equipamento, o sistema, a lógica do trabalho, a disciplina do trabalho, que permitem a experiência de jovens no local do trabalho. Nós aqui teríamos a alternativa do estágio, que é uma excelente oportunidade, mas lamentavelmente, a prática do estágio no Brasil avançou muito como sendo uma forma adicional de precarização da mão-de-obra. Há uma parcela importante de jovens que estão ocupados no estágio, mas, lamentavelmente, esse estágio pouco tem a ver com a necessidade da formação desses jovens. Seria uma outra alternativa, que é o custeio, o financiamento da formação no local de trabalho. A empresa que contrata o jovem teria uma recompensa, pois a formação que seria dada no local de trabalho seria paga com recursos públicos ou nessa alternativa do Sistema S.

Em 1 minuto apenas, vamos informar como é em São Paulo. Em São Paulo tem um programa que atende a 42.000 jovens. Talvez seja um dos maiores programas municipais do Brasil. A experiência que apresentei aqui ocorre em termos concretos. Para os jovens até 20 anos de idade, que não possuem o ensino médio completo, jovens pobres, desempregados etc., a Prefeitura paga uma bolsa chamada Bolsa Trabalho-Renda. Ele ganha uma bolsa com o objetivo de voltar a estudar para completar o ensino médio e, simultaneamente, assina um termo de compromisso para fazer um curso e desenvolver atividades comunitárias. São os agentes comunitários de saúde, de lazer, de transporte, de meio ambiente. São “n” alternativas vinculadas ao terceiro setor, valorizando sobretudo as qualidades como o protagonismo e o pertencimento. Para os jovens que não encerraram o ensino médio ou a universidade e não têm experiência no local do trabalho, a Prefeitura tem o programa Bolsa Trabalho-Estágio, que fornece condições para que o estágio se realize. São 10.000 pessoas em situação de estágio supervisionado coordenado pela Prefeitura. Para os jovens que concluíram o ensino médio ou a universidade e não têm experiência na formação pela qual se certificaram, a Prefeitura tem o Bolsa Trabalho-Emprego, um programa que paga à empresa pela formação supervisionada do jovem na empresa. É um pagamento de 3 a 5 meses para a empresa que contrata em regime de CLT e oferece uma formação no local de trabalho supervisionada por uma instituição. São as universidades que controlam a qualidade dessa formação. Temos ainda o Bolsa Trabalho-Cursinho para os jovens que encerraram o ensino médio e pretendem ingressar na universidade. No Município de São Paulo, no

ano passado, menos de 6% dos jovens que prestaram vestibular para a FUVESP, a universidade pública, era de origem pobre. Então, a Prefeitura tem esse programa, que oferece mais de 3.000 vagas em cursinho de boa qualidade, para que o jovem possa ingressar ou pelo menos competir para entrar nas universidades de melhor nível, sejam elas públicas ou privadas. E ainda o programa garante que, se o jovem ingressar na universidade, a Prefeitura pagará uma bolsa para que ele possa concluir a universidade.

São estas as informações que eu gostaria de trazer para a Comissão, agradecendo a oportunidade e parabenizando-os por esta iniciativa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Muito obrigado, Dr. Márcio Pochmamn.

Vou passar a palavra à Sra. Léa Viveiros de Castro, representante do SENAC.

A SRA. LÉA VIVEIROS DE CASTRO – Bomdia a todos. Em nome da CNC e do SENAC, gostaria de agradecer a todos o convite para participar deste debate em continuação à audiência pública de ontem. Hoje, nossa intenção é trazer alguma contribuição para um aspecto específico do Programa Primeiro Emprego e dessa discussão sobre políticas públicas voltadas para a juventude brasileira. Vamos lidar mais especificamente com as questões voltadas para a qualificação profissional do jovem, como contribuições para esta audiência pública.

Concordo com o Dr. Márcio Pochmamn, quando diz que o ideal para o Brasil seria adiar a entrada do jovem no mercado de trabalho, contribuindo de alguma forma para que ele pudesse continuar na escola para elevar o seu nível de escolaridade, tendo mais condições evidentemente de se inserir na vida produtiva.

Entretanto, complementando um pouco os dados estatísticos que ele trouxe, gostaria de dizer que estudos realizados pelo PINAD, em 1999, mostram que 5,5 milhões de famílias brasileiras, com crianças e adolescentes até 14 anos e com renda *per capita* menor que meio salário mínimo, têm, nessas crianças e adolescentes trabalhadores, um fator importante de sustento da família. Quer dizer, as famílias dependem da renda trazida para casa por essas crianças e adolescentes. Outros fatores de desigualdade que contribuem para essa discussão e a tomada de consciência dos números brasileiros mostram também que a pobreza se concentra fortemente na infância, na adolescência e na juventude e, de forma mais categórica, entre negros e mulheres dessa faixa etária, e que a proporção de pessoas vivendo em condições de pobreza, com essa renda familiar de até meio salário mínimo, ilustra que fatores relacionados à raça, gênero e faixa etária se conjugam na produção das desigualdades sociais. Quer dizer, esse é um quadro extremamente preocupante quando lidamos com a questão da inserção precoce do jovem e da criança no mundo do trabalho. O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe que a criança menor de 16 anos esteja no mercado de trabalho, exceto em condições de aprendizagem, dos 14 aos 16 anos.

A contribuição que pretendo trazer brevemente faz parte de um trabalho realizado no ano de 2002 por um grupo, liderado pelo UNICEF – e fico muito feliz porque muitas pessoas aqui presentes tiveram a oportunidade de trabalhar nesse grupo. Eu queria reforçar nesse momento algumas recomendações que esse grupo de trabalho fez com relação à educação profissional especificamente.

Nessa ampla discussão, diversos aspectos foram levantados. Quanto à educação profissional, entendendo que uma das linhas do Programa Primeiro Emprego é a capacitação profissional do jovem, gostaríamos de retomar o que esse grupo, ao longo de um ano e através de audiência pública por meio de teleconferência , trouxe de contribuição para esse assunto.

Com relação à educação profissional, verificamos que diversos mecanismos para aumentar essa oferta ocorreram no País, principalmente com a entrada dos recursos do FAT para financiar programas de educação profissional. Além dos programas do Sistema S – SENAI e SENAC – , tradicionais na oferta da educação profissional, os recursos do FAT vieram para financiar programas de outras instituições no sentido de aumentar a oferta da educação profissional no País.

Sem entrar no mérito desses programas, de qualquer forma, é uma tentativa de ampliar a oferta de educação profissional. Ao discutir a situação do jovem e do adolescente e do grande contingente de jovens que não têm acesso à profissionalização em nível universitário, o grupo de trabalho, coordenado pelo UNICEF, faz algumas proposições que passo a enumerar: a primeira delas, no sentido de articular as ações de educação profissional e educação básica, buscando-se elevar o nível de escolaridade do jovem, concebendo a educação profissional como formação complementar e educação formal, que está inclusive na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para tanto, ressaltamos a importância da parceria, com intermediação do Governo, entre a escola e as instituições de educação profissional.

A segunda proposição seria instituir um plano de formação continuada por meio de cursos de curta, média e longa duração, organizados em módulos seqüenciais e flexíveis, que constituem itinerários formativos, correspondentes às diferentes especialidades

ou ocupações pertencentes aos diferentes setores da economia.

A terceira, é garantir o reconhecimento legal dos cursos de qualificação e requalificação profissional, mediante o fornecimento de créditos e certificados escolares, reconhecidos pelo MEC e pelo Ministério do Trabalho, e vinculá-los aos processos regulares de ensino, para que sejam considerados pelas empresas nas negociações, convenções e contratos coletivos.

Outras proposições são reabrir o debate sobre a lei de aprendizagem, de modo a rever a permissão para realização de jornadas de trabalho de 8 horas diárias e incluir a obrigatoriedade de freqüência à escola em qualquer nível de ensino, no qual o aprendiz estiver, seja no ensino fundamental ou no ensino médio; vincular o planejamento das políticas públicas de emprego e formação profissional às políticas regionais de desenvolvimento. Para tanto, criar observatórios permanentes de situação de emprego e formação com gestão pública e participação multipartite; priorizar uma formação profissional progressiva e contínua, visando à formação integral do adolescente, ou seja, escolaridade, profissionalização e cidadania, de modo a garantir-lhe o efetivo ingresso no mundo do trabalho; desenvolver políticas específicas de educação para o trabalho voltadas aos jovens nas várias faixas etárias em situações sociais diferenciadas; criar políticas de apoio às famílias dos adolescentes a fim de garantir-lhes renda suficiente para manutenção do adolescente na escola regular e no curso profissionalizante diferentemente das políticas assistencialistas atuais; elaborar e implementar políticas de formação profissional integradas às políticas de desenvolvimento econômico e social; criação de fóruns estaduais sobre aprendizagem e formação profissional; construção e implementação de projetos de certificação de competências profissionais, com participação de diferentes setores da sociedade; ampliar o número de matrículas de adolescentes na educação profissional, nos níveis de aprendizagem e técnico, promovendo maior integração entre eles; criar projeto que vise à definição de itinerários para formação profissional de jovens, articulado à política de elevação de escolaridade, com participação de diferentes setores da sociedade; criar mecanismos de controle social de recursos aplicados em formação profissional, por meio de Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, utilizando seus respectivos fundos; definir política de qualificação profissional, garantindo a formação socioeducativa, com ênfase em formação específica, conceito de cidadania, reconhecimento de potencialidades pessoais e estímulo ao protagonismo juvenil; criar mecanismos que garantam recursos para financiamento de programas de educação profissional e bolsas de estudo para jovens; inclusão em programas de formação profissional de jovens que cumpram medidas socioeducativas; diagnosticar diferentes experiências de profissionalização de jovens, para expansão das iniciativas bem-sucedidas e articulação das ações; fortalecer as escolas técnicas federais e estaduais, promovendo a reformulação curricular dos programas oferecidos e a utilização da estrutura instalada, mediante a prática de gestão participativa; garantir a formação profissional de adolescente da zona rural, com a gestão participativa dos atores sociais envolvidos, de forma a possibilitar a organização da produção no campo, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e do acesso à leitura; promover cursos de educação profissional de nível básico em espaços públicos e privados, respeitando a inclusão de 30% de adolescentes portadores de necessidades especiais; articular políticas de formação profissional com políticas de primeiro emprego e renda; ampliar o envolvimento das empresas nas ações, visando à geração de oportunidades de trabalho, e criar mecanismos para que os adolescentes se informem mais sobre as políticas públicas e para que possam apropriar-se das oportunidades e ofertas geradas por sua implementação.

Essas foram as recomendações do grupo de trabalho que trabalhou, coordenado pelo UNICEF, durante o ano de 2002. Elas estão à disposição de todos em documento impresso com esse objetivo.

Com relação ao trabalho do SENAC com adolescente dessa faixa etária, gostaria de dizer – assim como o Dr. Marcio Pochmann mencionou o trabalho da Secretaria de São Paulo – que o SENAC tem desde 1986 o Programa de Educação para o Trabalho, importante programa de profissionalização voltado para jovens de 14 a 21 anos, cuja preocupação não é exatamente ensinar uma ocupação, mas fazer com que o jovem, através das Oficinas de Vivências, que é uma metodologia própria criada para o programa, possa ter condições de desenvolver competências básicas para seu posterior ingresso no mundo do trabalho.

É um programa que está no Brasil inteiro. Foi iniciado pelo SENAC São Paulo e hoje é oferecido em todos os Estados brasileiros e tem como ponto importante a se salientar a parceria com a empresa. Nossa parceria com as empresas de comércio de bens e serviços possibilita o desenvolvimento do programa. Ele é inteiramente gratuito para o jovem e é financiado parte pelo SENAC e parte pelas empresas parceiras, que oferecem ao jovem as vivências na empresa, nas situações semelhantes a um estágio, e financiam também seu programa de educação profissional.

Talvez a contribuição maior que o SENAC tenha a dar neste momento para uma ação para o jovem de baixa renda e baixa escolaridade seja o Programa de Educação para o Trabalho, além dos programas de aprendizagem oferecidos de acordo com a legislação.

Muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Muito obrigado, Profa. Léa Viveiros.

Passo a palavra ao Sr. Otto de Santana, representante da Confederação Nacional da Indústria.

O SR. OTTO EUPHRÁSIO DE SANTANA – Bomdia a todos, ao Deputado Reginaldo Lopes, aos demais Deputados e ao Deputado Relator.

É uma satisfação associar-me, em nome da Confederação Nacional da Indústria e do Deputado Armando Monteiro, nosso Presidente, a esse esforço da sociedade nesta Casa, que é a casa de ressonância das preocupações do País inteiro. Venho trazer a nossa contribuição ao debate, à procura de caminhos para nossa juventude.

Nosso amigo Márcio já apresentou uma visão boa e profunda, muito mais na qualidade de especialista no assunto do que como Secretário. Na verdade, foi o pano de fundo dessa trágica situação dos jovens no País. É uma situação muito complicada.

Do ponto de vista da nossa contribuição aqui e já tendo trabalhado junto a diversas entidades da sociedade, aqui estamos nós, que participamos há quase 2 anos de estudos sistemáticos, de produção. A Profa. Léa acabou de falar. O texto que ela leu é este aqui, produzido por nós todos e publicado pelo UNICEF. Na verdade, é um bom panorama de toda a vontade da sociedade civil.

Deputado Reginaldo Lopes, é ótimo que isso esteja desaguando na Casa do povo. É preciso partir para uma política pública. Nós, que não somos do braço público, esperamos a manifestação da vontade organizada, estruturada, que é a política pública. Nós nos inserimos, sim, nela. A sociedade precisa estar sempre inserida nas políticas públicas, para dar sua contribuição, somar.

E é sob a perspectiva de soma, parceria, apoio e estímulo à manifestação do Poder Público que decidi trazer a proposta de política para a juventude da nossa entidade, a qual foi estruturada ao longo do tempo e tomou forma usando os saberes de todas as entidades que se reuniram em torno do UNICEF, onde, na verdade, fomos buscar o saber para estruturar nossa política.

Faço essa apresentação por meio de um texto que está sendo distribuído.

Vou pular as 5 primeiras páginas, sobre o contexto da instituição e da situação nacional, com dados, e começar na página 5, para dar um pequeno contexto do cenário institucional.

Na verdade, a Confederação Nacional da Indústria está muito comprometida com a construção coletiva de um projeto de nação. E aqui há uma frase do Deputado Armando Monteiro: *"É indispensável elevar a qualidade e a eficiência das políticas sociais. Precisamos de estratégias que reforcem a inclusão. O nosso desafio é crescer mais e melhor"*.

Mais do que uma economia forte, devemos construir um projeto de nação, de uma sociedade que não seja marcada por tantas desigualdades e, como dizia uma professora outro dia, não seja, na verdade, ferrada com a injustiça e a exclusão social, quase naturalizadas. E naturalizadas porque de tanto estarmos em contato todos os dias com as exclusões, já as achamos quase naturais.

Nossa proposta é fortemente intersetorial. Na verdade, compreendemos que a política de juventude tem de trabalhar fortemente com educação, saúde, lazer, sendo o emprego a possibilidade natural do desaguamento do futuro do jovem.

Em cima de experiências acumuladas, há necessidade da institucionalização dos projetos sociais de juventude.

Quais são a política e a missão do SESI? Do nosso ponto de vista, essa ação da juventude fortalece a indústria, os serviços integrados. Ela tem como fundamento a visão da responsabilidade social da empresa e das entidades e tem como base o desenvolvimento sustentável, alguma coisa, por conseguinte, que seja de médio e longo prazo. E não há como tudo isso não desaguar na melhoria da qualidade de vida de forma contínua e sustentável.

Qual é, pois, a missão dessa política de juventude? Diagnosticar, propor, articular, implementar e avaliar ações integradas de educação, saúde e lazer que garantam a promoção do desenvolvimento de adolescentes e jovens, no contexto do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social da indústria. Por conseguinte, diagnosticar, propor, articular e implementar ações integradas que promovam o jovem no contexto do desenvolvimento e da sociedade articulada.

Qual é o público-alvo? O jovem. E aí abrimos para todos eles: o jovem que está na sala de aula, o jovem que está no contexto do trabalho e o jovem que não está na sala de aula e no emprego, nem procura emprego, que são, como o Márcio acabou de nos dizer, 25% dos jovens brasileiros.

Com que visão? Com a visão do jovem como solução, e não como problema, do jovem com enor-

me potencialidade para tomar o destino da própria vida nas mãos e, apoiado pela sociedade, encontrar múltiplas saídas. O primeiro emprego é um, sem dúvida, a escola é outro, sem dúvida, a família é outro, e assim por diante.

Tem que se partir da visão do jovem como solução, aliada à segunda concepção, a do jovem como fonte de responsabilidade, de iniciativa, de liberdade, a da construção da identidade própria do jovem. E que ele, a partir daí, construa seu próprio projeto de vida, feito em parceria, em articulação com as diversas instâncias, desde a família até as instituições mais amplas do Poder Público e da iniciativa privada.

A terceira concepção fundamental é a do protagonismo juvenil e, por conseguinte, do jovem como sujeito a tudo aquilo que possamos imaginar.

Deputado Reginaldo Lopes, esta política pública de juventude, na verdade, tem que estar fundamentada no jovem como sujeito do seu próprio crescimento, do seu próprio destino. Estamos aqui como instrumento para fortalecer e facilitar essa construção pessoal e coletiva a partir do seu grupo, da sua família, e assim por diante.

Com que objetivos? Garantir o acesso do jovem à educação formal e o encaminhamento para sua educação profissional. Este é o primeiro grande objetivo da nossa política: assegurar ao jovem educação e trabalho. Isso é fundamental.

Aliás, nosso grupo de trabalho com a UNICEF põe isso, se pudermos falar aqui com a linguagem dos advogados, como cláusula pétrea de toda ação para a juventude. Não existe possibilidade para um jovem de futuro se ele não tiver educação e abertura para o mundo do trabalho.

Pretende também promover significativas atividades culturais de lazer como fator de desenvolvimento humano, da cultura, de protagonismo, através, por conseguinte, de ações que estejam envolvidas com atividades cultural, de lazer e outras.

Por fim, vem promover a educação conscientizadora da sua importância. E aqui colocamos algumas questões de qualidade de vida. Pusemos saúde, como se poderia pôr outras dimensões, como as dimensões da participação política, do voluntariado, da construção com outras de situações de vida.

Com que princípios? Com os princípios da participação, da responsabilidade social, do desenvolvimento humano, da sociabilidade, da qualidade de vida, do desenvolvimento sustentável, do compromisso ético e da descentralização.

Entendemos como diretrizes técnicas a implementação de uma política institucional para a juventude com vistas ao fortalecimento da missão do SESI, do SENAI, da CNI. Isso aqui não pode ser uma coisa que seja desejo apenas de alguns de boa vontade, a quem pedimos participação, ajuda. Não se trata disso. Deve-se tratar, como no poder público, de uma política institucional.

A segunda é a consolidação do método de gestão intersetorial; e, a terceira, a diretriz técnica, que é a realização de ações integradas em rede institucional, governamental e da sociedade civil. Não entendemos as ações do SESI e da CNI senão interligadas com todas as políticas públicas municipais, estaduais e federais e com toda a rede da sociedade civil.

Falamos aqui de três experiências de setores diferentes com os quais estamos envolvidos neste momento.

A primeira é o programa Largada 2000, um programa socioeducativo alicerçado nos eixos da educação para valores. Na verdade, fazemos força para mostrar ao jovem que ter valores é fundamental: valor da individualidade, valor do grupo, valor da sexualidade, valor da família. Procuramos introjetar no jovem, por meio de múltiplas ações educativas, que acreditar, ter alguns valores fundamentais, faz com que o jovem balance ao sabor dos anos, das correntes e das modas, mas tenha sua raiz fincada fortemente naquilo que são seus valores, que constituem sua identidade como pessoa e cidadão.

Segundo eixo fundamental: o protagonismo juvenil, o jovem como solução, o jovem como resposta às suas necessidades, às necessidades do seu grupo e da sociedade. E terceiro: a cultura da "trabalhabilidade". O jovem precisa perceber que o trabalho é o seu instrumento de realização pessoal e de condições da sua própria sobrevivência.

Com esse programa, estamos trabalhando em 6 Estados e 41 Municípios nas escolas dos SESI. Algumas Prefeituras fazem parceria conosco. E nós realizamos, em parceira com as Prefeituras, essa ação, e com os jovens que estão em escolas. Estamos com cerca de 135 mil jovens e com uma ação sistemática, fundamentada na capacitação de mais de 3 mil professores. Por conseguinte, ações para com o jovem na escola.

O segundo programa é em parceria com o Ministério do Esporte, que antigamente era denominado Esporte Solidário, mas hoje se chama Segundo Tempo, e tem como objetivo contribuir para a promoção dos jovens de famílias de baixa renda. E aí, sim, é outro público. Famílias de baixa renda para as quais nós, através de ações formativas e educativas, possibilitamos o crescimento pessoal, a melhoria da qualidade de vida, oferecendo saúde, reforço escolar, reforço alimentar e a oportunidade de participar de um expediente, duas

vezes por semana, nas instalações do SESI. Criamos todo esse suporte para receber esses jovens e oferecer a eles a possibilidade de bons momentos, com todos esses objetivos que estão aqui. São 135 mil jovens nos 27 Estados da Federação, com a participação de cerca de 200 Municípios.

E, por fim, outra dimensão, que é o programa oferecido ao jovem de articulação do ensino médio com a educação profissional. Esse é um programa que está sendo basicamente experimentado. Estamos concluindo, desde o ano passado, os primeiros grupos e estamos oferecendo esses serviços ao jovem na idade escolar própria, ou ao jovem não mais na idade escolar própria, mas na da aprendizagem própria, de 16 a 18 anos; ou o jovem que já passou disso, aquele que é da educação de jovens adultos, ou seja, quem ultrapassou os 18 anos. A estes estamos dando a escola articulada, educação média e ensino profissional de 3 anos e de tempo integral. E o jovem passa os 3 anos fazendo um expediente no ensino médio e outro no profissional, ambos articulados, ganhando aquilo que a legislação própria do Ministério permite: 25% de redução da carga horária. E, na verdade, estamos fazendo com que exista diálogo entre as disciplinas do ensino médio e as do profissional. E, por conseguinte, esse diálogo favorece a aplicabilidade daquilo que está sendo o despertar do universo do jovem.

Para o aprendiz e para o jovem entre 16 e 18 anos, estamos oferecendo isto, com todas as riquezas possibilitadas pela aprendizagem, que é basicamente a obrigatoriedade do estágio. E isso, na verdade, traz uma riqueza toda especial.

Para o jovem acima dos 18 anos usamos as possibilidades da educação dos jovens e adultos e reduzimos essa oferta a 2 anos. Na verdade, reduzimos tudo aquilo que pode ser reduzido pela lei, tanto pela oferta de ensino profissional como de ensino médio, de tal modo que fazemos isso em 2 anos. E em 2 anos oferecemos aos jovens dois diplomas: o do ensino médio e o da educação profissional. Isso é algo que pode ser difundido como tendo uma quantidade enorme de jovens. Na verdade, o fator limitante é a capacidade mesma das nossas instituições de ensino profissional, porque é aí onde está a limitação.

No caso do SENAI, por exemplo, a instituição aceita em suas escolas, nos seus ambientes profissionais, classes de 18 alunos. E aí certamente está uma grande limitação. Está a ampliação dessa experiência, porque achamos que pode ser para o jovem que está no ensino médio, regular, ou para o jovem que está excluído de baixa renda e também de baixa escolaridade, ou para o que tem possibilidade de fazer essa formação profissional e do ensino médio articulado. De qualquer forma, em qualquer um, o jovem tem de ser visto como solução, aquele que constrói hoje. Ele não é o futuro; ele é o presente, e hoje toma a vida nas suas mãos e a constrói com as nossas contribuições.

Deputado Reginaldo Lopes, essa a nossa contribuição a esta Casa, a contribuição das Prefeituras, a contribuição dos Ministérios e da sociedade civil. E estamos muito contentes de poder estar afirmando aqui que estamos dispostos a contribuir para esse "hoje" do nosso jovem! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Otto Euphrásio de Santana .

Com palavra o Relator, Deputado Benjamin Maranhão, para fazer suas considerações.

Quero dizer a todos que dirijam as primeiras perguntas ao Secretário Márcio Pochmann, porque ele tem compromisso ainda hoje à tarde em São Paulo.

O SR. DEPUTADO BENJAMIM MARANHÃO – Antes de mais nada, meu bom-dia a todos os companheiros Parlamentares, aos convidados, ao Dr. Carlos Augusto Simões, Márcio Pochmann e Léa Viveiros.

Quero agradecer aos companheiros a presença e o compromisso que têm com esta Comissão. Apesar de terem permanecido na Casa até altas horas da madrugada, por causa da votação no plenário, aqui estão presentes os colegas pela importância que dão a esse trabalho que estamos fazendo, colocando no fórum de debates na Casa do povo a juventude brasileira.

Depois de ouvir todos os expositores, e até depois de tantas audiências públicas, chegamos a algumas conclusões sobre o jovem, que é o tema do debate de hoje.

Não podemos pensar numa política pública de trabalho que não inclua a educação como base de tudo. Não só a educação profissionalizante, mas o ensino básico é realmente a grande base que vai permitir esse desenvolvimento.

Temos plena convicção disso. Existe um compromisso da Comissão em levar essa luta adiante para a inclusão do jovem no ensino médio de qualidade que permita que não aconteçam absurdos, como vemos atualmente, de o jovem concluir o ensino médio sem ter condições de escrever sequer uma carta, sem condição nenhuma de prestar vestibular para um curso que lhe possa proporcionar melhores condições de vida.

Essa questão levantada pelo Secretário de Desenvolvimento do Trabalho e Solidariedade, Dr. Márcio, é fundamental. Precisamos inserir no nosso programa de políticas públicas para a juventude uma ação direta que leve ao incentivo, através de bolsas que permitam ao jovem carente estudar.

Tenho uma pergunta ao representante do Ministério do Trabalho, Dr. Carlos Augusto Simões. Nós

nos debruçamos sobre o Projeto nº 394; inclusive isso foi foco de debate na *TV Câmara.* O Deputado Lobbe Neto e eu discutimos esse tema, porque uma das nossas preocupações é a forma de financiamento desse programa. A princípio, o projeto de lei vai ser, com certeza, melhorado na Câmara. E o Relator é o nosso Presidente, Deputado Reginaldo Lopes. S.Exa. disse que o programa será financiado com recursos do Orçamento Geral da União e do FAT. Sabemos das dificuldades para liberação de recursos, das limitações orçamentárias, e até da própria utilização dos recursos do FAT, que têm muitas outras aplicações. Não se pode simplesmente priorizar as bolsas de trabalho que são geradas pelo Programa Primeiro Emprego. E nós temos até dúvida sobre a eficácia desse programa diante da economia recessiva em que se encontra atualmente o País.

Nos últimos dias, votamos as reformas na Câmara, o que gerou um certo constrangimento a todos. Votamos, já vislumbrando a possibilidade de se criar mais estabilidade econômica e haver real crescimento da economia. Precisamos realmente retirar a economia desse marasmo. Nenhum programa tipo primeiro emprego vai resolver o problema de desemprego da juventude sem que se saia de índices quase beirando a zero, de 1,5%, de 1% de crescimento do PIB anual. Isso não vai resolver, com certeza.

Foi muito oportuna a intervenção do Sr. Márcio, no que diz respeito ao desemprego juvenil. Criou-se uma máxima até entre aqueles que são críticos aos programas de primeiro emprego em relação a isso. Afirmam que em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, os índices de desemprego juvenil são tão altos quanto no Brasil. Na verdade, essa é uma questão em que há uma certa contradição. Mas a informação de que na Áustria, na Suíça, no Japão e em outros países o desemprego da juventude é bem menor é uma informação muito positiva, até para escolher o modelo que queremos. Se queremos um modelo de educação e profissionalização no emprego, através das atividades diretas de aprendizado em fábricas, isso, com certeza, vai ser muito positivo.

Com relação ao Ministério do Trabalho, essa é realmente a nossa grande preocupação. A CNI, através do SESI e SENAI, tem prestado um grande serviço na inclusão do jovem no aprendizado. Mas, com certeza vamos precisar de outras ações de incentivos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do jovem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra o Sr. Carlos Augusto, e, em seguida, ouviremos outros membros da Mesa que queiram tecer considerações.

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES – Em primeiro lugar, temos um aspecto absolutamente importante que recorta, um pouco de fundo, o debate sobre a estruturação de programas voltados para a juventude, ou seja, a relação da educação com o trabalho.

Nós, no Ministério do Trabalho, temos a concepção de que é possível conciliar um programa que envolva 2 eixos fundamentais: educação e trabalho. Não acreditamos na dualidade ou na contraposição como se apresentam, muitas vezes, as relações entre educação e trabalho. Há diversas experiências, aqui não citadas, que estruturaram programas vinculados, especialmente de educação profissional e escolaridade, por exemplo, à chamada qualificação ocupacional – experiências no Japão, Alemanha, entre outros países. Isso significa, como pressuposto, que alguns países, de fato, exibem taxas de desemprego juvenil muito mais baixas que outros porque foram capazes de aliar políticas públicas, de dimensão ampla de público, que conciliam educação e experiência, ou a chamada qualificação profissional, a experiência profissional. Para nós, esse é um aspecto fundante na estruturação do programa.

Em qualquer das modalidades estruturadas do programa, seja de primeira linha, de estímulo à geração de empregos na modalidade da contratação do emprego formal dos jovens, seja na linha de preparação ou qualificação para o primeiro emprego, ou na do trabalho comunitário, nessas 3 dimensões do programa, a educação constitui pré-requisito, seja a matéria e a freqüência escolar, para a participação do jovem nesse programa.

O segundo aspecto importante que eu gostaria de ressaltar é o valor do trabalho na formação do jovem. O importante a ser qualificado aqui é o trabalho. Vamos inserir o jovem no mercado de trabalho de modo precoce, de modo desvinculado e desarticulado com o sistema educacional. Ou seja, temos condições de estruturar uma política pública que seja capaz de associar 2 valores fundamentais na estruturação do caráter, de valores éticos para a juventude? Digo isso sob um aspecto fundamental. De fato, a participação do jovem no mercado de trabalho, em termos relativos, tem se reduzido, em face do próprio envelhecimento. A participação menor do jovem no mercado de trabalho tem se refletido em grande medida não por opção, em face de inúmeras mudanças gerenciais, organizacionais e tecnológicas que têm se processado no mercado de trabalho, e as faixas intermediárias na estrutura etária no País têm empurrado adultos acima de 40, 45 anos para fora do mercado de trabalho, e também o jovem. E insisto no jovem – isto é importante fique claro.

Que jovem tem tido mais dificuldade, seja em termos relativos ou quantitativos, de se inserir no mercado

de trabalho? De se inserir e permanecer no mercado de trabalho?! É importante ter claro isso. E, sobretudo, se inserir para permanecer motivado a essas circunstâncias. É importante ter claro isso também.

Boa parte da taxa de desemprego do universitário se explica, em grande medida, pela discriminação existente na dificuldade de o jovem ingressar no mercado de trabalho; ou seja, ausência de experiência. Mas é importante levar em consideração outro aspecto: o jovem da mais alta escolaridade, o universitário, tem mais condições de escolha no mercado de trabalho; por isso a sua taxa de desemprego é superior à do jovem de baixíssima escolaridade. Esse não tem escolha. O jovem, em geral de alta escolaridade, não está nas faixas mais baixas de renda familiar. Ele ainda tem alguma oportunidade de escolha no mercado. E ainda tem condições de retardar o seu ingresso no mercado. O jovem pobre, não. Esse, tendo política pública ou não, vai ingressar precocemente no mercado de trabalho. Trata-se de uma lógica de sobrevivência, e a forma como estruturamos o Programa Primeiro Emprego está voltada para o esforço de aliar a realidade de trabalho, que é trágica, à inserção precoce no mercado de trabalho, mas forçando as empresas – e o próprio jovem – a estimular que o jovem volte à escola.

Nessa estrutura de renda, notamos o público prioritário do programa. Não é um programa universal para a juventude – isso por mais polêmico que possa ser. O programa se volta para o jovem pobre, aquele que não substitui o adulto no mercado de trabalho. É importante deixar isso claro. O jovem de educação média completa e o universitário já estão substituindo o adulto, sem estímulo econômico; basta ver os indicadores do CAGED. O drama fundamental é o jovem pobre. E esse, sem dúvida nenhuma, se não estiver associado a um programa de estímulo, certamente estará engrossando as ocupações que mais cresceram nos anos 1990.

Outro aspecto importante, que é preciso ficar claro na proposição desse programa, é que não é objetivo dele resolver o problema do desemprego juvenil. O objetivo fundamental, é a redução da taxa de desemprego juvenil e, também, de adulto, e a variável fundamental é o crescimento econômico, sobretudo o horizonte de expansão de investimentos públicos e privados a médio e longo prazo. Acho que quanto a isso não há divergência nesta Casa. Na nossa concepção, trata-se de um programa que é complementar a um conjunto de políticas públicas voltadas para a juventude e que deve, em grande medida, incentivar a experiência profissional a um público que não faz parte do processo de seleção das empresas. Esse jovem jamais fará parte ou será encaminhado ou será admitido no processo de seleção, seja de micro, pequenas ou médias empresas. O que queremos é, por meio desse incentivo, incentivar uma mudança de cultura na relação das empresas com os jovens pobres e de baixa escolaridade – um compromisso ético e social de mudança cultural.

Este é um aspecto importante. O outro é esclarecer um elemento a que se referiu o Deputado Benjamim Maranhão. A dúvida quanto à eficácia do Programa, diante do quadro macroeconômico, seria absolutamente pertinente, com a qual teríamos a mais absoluta concordância, se, de fato, o objetivo desse Programa fosse gerar empregos para todos os jovens. Se fosse esse o objetivo fundamental do Programa, certamente, diante do quadro macroeconômico, o próprio Governo adiaria a sua apresentação a esta Casa. Mas insisto: o objetivo fundamental deste Programa é oferecer a oportunidade de uma experiência profissional aliada ao retorno à escola, seja no ensino regular, seja nos programas de alfabetização, seja, em algumas circunstâncias, nos programas de qualificação, que devem envolver parcerias com o Sistema S e que contam com os recursos do FAT.

Já no que diz respeito à estrutura mais geral de financiamento do Programa, é a Fonte 300. Só uma parte do financiamento desse Programa advém do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). É a sua dimensão de cooperativismo que, de fato, conta com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, mas aí já se trata de uma linha de financiamento tradicional do FAT. Aí, a única novidade é que estamos estruturando um programa específico no âmbito do PROGER, um programa já existente, dedicado exclusivamente ao jovem e para o qual estamos contando com a parceria do SEBRAE.

Agora, há 2 aspectos que precisam ficar absolutamente claros no debate. O primeiro é a concepção do Ministério do Trabalho de que é possível avaliar educação com inserção no mercado de trabalho, e sabendo-se que tipo de inserção no mercado de trabalho. O segundo é do próprio objetivo do Programa. Ou seja, não faz parte das pretensões do Governo fazer com que, através desse Programa, se resolva o problema da taxa de desemprego juvenil. Sem dúvida nenhuma, pretendemos minimizá-la, mas não resolvê-la. Isso requer, talvez, no âmbito desta Comissão, um conjunto de ações de políticas públicas intersetoriais muito mais estruturadas e abrangentes, que é parte do compromisso do Programa Primeiro Emprego; ou seja, inserir uma política mais global para o jovem, um horizonte no qual o crescimento econômico, sobretudo na recuperação de investimentos públicos e privados, se faça presente nos seus impactos positivos, de médio e

longo prazos, para geração de ocupações, que, digase de passagem, esperamos ser de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Secretário.

Passo a palavra, para fazer suas considerações finais, ao Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, Sr. Márcio Pochmann.

O SR. MÁRCIO POCHMANN – Eu me preparei para ficar a manhã toda, mas não contava com o trabalho extraordinário da sessão que se prolongou pela madrugada. Por isso começamos a reunião um pouco mais tarde.

Lamentavelmente, não tenho condições de permanecer aqui mais tempo, em função de compromissos assumidos anteriormente.

Quero dizer da nossa expectativa em relação ao trabalho da Comissão. Certamente, um importante espaço está sendo construído, pela primeira vez, eu diria, no âmbito do Governo Federal, por intermédio do Programa Primeiro Emprego.

Queremos chamar a atenção para um aspecto que me parece ser hoje inequívoco. Hoje, a questão da juventude tem uma divisão de classe social muito clara. Os filhos dos ricos estão saindo do País. O Brasil, que até o final dos anos 1980, era um país de imigrantes, ou seja, absorvia um número muito maior de pessoas que para cá vinham do que as que saíam. A partir dos anos 1980, e sobretudo nos anos 1990, o Brasil tornou-se um país exportador de mão-de-obra qualificada. Quando se compara o Censo de 1991 com o de 2000, identificamos que 1.350.000 jovens saíram do Brasil; e quem consegue sair, em geral, são pessoas de maior escolaridade e maior renda. Essa é uma questão fundamental: estamos preparando jovens universitários e do ensino médio que, lamentavelmente, não estão ficando no País, pois as perspectivas aqui não são as melhores.

Já os filhos dos pobres estão contaminados pelo ambiente da violência. De cada 3 homicídios praticados no Brasil, um diz respeito a pessoas com menos de 25 anos de idade. Quase 70% dos presos tem menos de 25 anos de idade. No caso de São Paulo, o custo de um jovem interno na FEBEM é de quase R$1.300 mensais.

Esses valores devem ser colocados à mesa, porque é absolutamente fundamental uma modificação drástica na ação do Poder Público voltada para o jovem, sobretudo quando verificamos que, para cada 9 jovens de 15 a 24 anos de idade, 4 não conseguem completar o ensino médio e apenas 1 chega à universidade.

Então, é fundamental a Educação, conforme foi dito por praticamente todos e ressaltado pelo Sr. Augusto, ser pensada junto com uma política para o trabalho.

Despeço-me, agradecendo a oportunidade, mais uma vez, e parabenizando a iniciativa.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, peço desculpas por eu ter chegado atrasado. Não assisti à primeira exposição. Sei que o Sr. Márcio já está se despedindo, mas, antes de S.Sa. deixar a Comissão, gostaria de fazer-lhe uma pergunta com relação ao primeiro emprego para o jovem, sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho.

Aumentamos o tempo de serviço para que a pessoa possa se aposentar. Com isso, ela vai ficar no emprego mais tempo. Eu gostaria de saber se isso vai atrapalhar todo o esforço – ou se não tem nada a ver – que o Governo está fazendo na questão do primeiro emprego, da inclusão dos mais jovens no mercado de trabalho. Uma ação poderá anular outra? Gostaria de saber a sua opinião especificamente sobre este assunto. Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO POCHMANN – Lamento não ter muito tempo para responder, porque esta é uma questão muito complexa.

Acho que não estamos tratando tão bem o jovem e as pessoas com mais idade. Segundo dados oficiais, temos praticamente 6 milhões de trabalhadores aposentados e pensionistas, que, embora recebam pensão, continuam a trabalhar.

Não consegui acompanhar plenamente os debates, mas um aspecto que me causou espanto é o de que não foi objeto de discussão da reforma previdenciária – e esse é um requisito que existe praticamente em todos os regimes previdenciários – esta questão: a pessoa, quando se aposenta, não pode voltar a trabalhar. O regime previdenciário é para que as pessoas, depois de terem trabalhado muito, passem a viver na inatividade, tendo financiada a sua inatividade. Lamentavelmente, os valores percebidos pelos aposentados e pensionistas, parece-me, seriam insuficientes para que eles se mantenham nessa condição. Portanto, temos essa pressão. Seis milhões de pessoas que, em tese, não deveriam estar trabalhando, estão trabalhando. Então, a postergação da aposentadoria certamente compromete, eu diria, a situação da ocupação, na hipótese do não-crescimento econômico, do não-aumento do índice de emprego.

Especialmente, na questão do jovem, a minha avaliação é a seguinte: eu prefiro que o jovem que não tenha escolaridade completa até o ensino médio não ingresse no mercado de trabalho; que lhe seja oferecida a condição de só estudar e de ter garantida uma bolsa, no caso de situações de baixa renda.

A minha preocupação é a seguinte. Você pega um jovem, por exemplo, de 19 anos de idade que tenha a 6ª série do 1º Grau. Você faz um esforço danado e ele consegue um emprego. Daqui a um ano, por hipótese, ele perde o posto de trabalho. Ele vai estar com 20 anos, na 6ª série, e, portanto, vai ser muito mais difícil ainda que ele consiga um posto de trabalho, face à pouca escolaridade que ele tem.

Sei que não é fácil fazer num regime de contingência fiscal etc., mas, do ponto de vista de perspectiva, seria muito importante que o jovem pudesse ter a oportunidade de elevar sua escolaridade, associada a atividades comunitárias, postergando seu ingresso no mercado de trabalho, para que ele pudesse entrar em melhores condições.

Lamento não poder ficar mais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Quero agradecer, em nome da Comissão, a presença do Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo. Sou testemunha da disposição de S.Sa. de estar debatendo conosco.

Passo a palavra à Profa. Léa Viveiros de Castro, para que faça suas considerações sobre a explanação do Relator e, logo em seguida, ouviremos o Sr. Otto Santana.

A SRA. LÉA VIVEIROS DE CASTRO – Eu queria apenas reforçar o que já foi dito aqui com relação à imperiosa necessidade de se cuidar da educação da juventude brasileira. Sem escolaridade, sem um diploma do nível médio, dificilmente o jovem brasileiro vai conseguir inserir-se, de forma permanente e não-precária, no que a OIT chama hoje de trabalho decente. Por outro lado, quem lida com educação profissional, como nós, no SENAC, sabe que uma parcela muito pequena da juventude brasileira tem hoje acesso ao ensino médio. Oitenta por cento da clientela do SENAC é composta de jovens entre 16 e 25 anos que não têm o ensino fundamental completo, ou seja, não têm sequer a 8ª série. Oitenta por cento é um percentual muito grande. E isso é mais contundente no Norte e Nordeste do País, onde o nível de desigualdade é extremamente maior do que no Sul e Sudeste.

Hoje, o SENAC não precisa oferecer apenas educação profissional para esse jovem. Isso não é suficiente. Hoje, a educação profissional, *stricto sensu,* não dá conta de preparar minimamente o jovem para ele ingressar em postos de trabalho precários. Precisamos trabalhar programas compensatórios para elevar os conteúdos, que são de competência da escola pública, que está precária. Se não trabalharmos comunicação, oral e escrita, e matemática, pelo menos dentro da educação profissional, esse jovem não conseguirá sequer acompanhar programas de qualificação básica.

Por outro lado, temos de considerar também a inclusão digital. Se a escola pública ainda não pode oferecer a todos os jovens brasileiros condições de terem acesso à informática, a educação profissional é obrigada a fazê-lo, porque hoje não existe uma área de formação profissional que não exija minimamente o uso da tecnologia da informação baseada na informática.

Então, eu acho que a atuação da educação profissional é complexa, para dar conta de suprir deficiências e dificuldades oriundas da educação formal, principalmente. Por outro lado, se não houver uma política muito forte no sentido de elevar o nível de escolaridade do jovem, como disse o Márcio... E a manutenção do jovem na escola só poderá ser conseguida se melhorarmos a renda da família desse jovem, porque, às vezes, ele é arrimo de família ou, então, contribui significativamente para a sustentação da família. Então, que garantíssemos uma bolsa de estudos, porque um jovem de 16 anos, 18 anos, 20 anos também precisa de um mínimo de condições para se manter na escola, no caso de ele não ter um trabalho.

Considerando a economia brasileira, eu diria que este é um trabalho hercúleo: não sabemos por onde começar. Agora, não se pode fechar os olhos para essa realidade.

No Brasil, quem trabalha com jovem sabe que a situação é muito assustadora. Eu, que moro no Rio de Janeiro e lido com uma realidade de violência permanente, aconselharia a quem ainda não leu que lesse o livro de Caco Barcelos, um jornalista famoso, chamado *Abusado*. Esse livro fala sobre o jovem das favelas do Rio de Janeiro. É triste verificar a situação de um jovem que, aos 10 anos, entra para o narcotráfico como "avião", "olheiro", e, com 13 anos, já está com o fuzil ou a metralhadora na mão, matando, assaltando, fazendo parte da guerra do narcotráfico.

Então, na sociedade em que estamos vivendo hoje são tantas as situações de perigo e de precariedade para os jovens que, se não houver políticas públicas que tentem dar conta dessa questão global do jovem... É claro que a política de primeiro emprego é importantíssima!É claro que uma política que conjugue educação, formação profissional e emprego atenderá ao jovem de forma mais global. Mas, como disse o Otto, além disso é preciso atentar para as condições de saúde, de lazer etc. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal, o jovem tem direito a uma vida digna, com educação, moradia, alimentação, trabalho, lazer e saúde. Esse

desafio é muito grande, para o Governo e para a sociedade civil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra o Sr. Otto Santana.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Presidente, eu gostaria de sugerir que, se for possível, nós ouçamos em seguida os Parlamentares e, depois, as respostas dos debatedores. Acho que isso facilitaria o andamento dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – A Mesa acata a sugestão do Deputado Lobbe Neto e passa a palavra ao Deputado Milton Cardias.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Nobre Presidente Reginaldo Lopes, parabenizo V.Exa. pela maneira brilhante e competente como vem conduzindo esta Comissão. Cumprimento nosso Relator, Deputado Benjamin Maranhão, e todos os convidados para esta audiência pública, que nos mostram novos horizontes para o desenvolvimento de um projeto que vá ao encontro dos anseios da sociedade, principalmente da família e da juventude brasileira. Saúdo também os demais pares, a assessoria da Comissão e a Imprensa.

Sr. Presidente, são de suma importância para a sociedade brasileira as tratativas que estamos fazendo, as orientações que estamos definindo. Mas quero mostrar aos senhores o exemplo da pequena cidade que represento, situada na região noroeste do Rio Grande do Sul – Panambi, Município muito forte na área da indústria e da agricultura.

Podemos dizer com orgulho e sem soberba que não temos por lá problema de desemprego. O que estamos tendo, isto sim, é dificuldade de incluir o adolescente no mercado de trabalho, não do trabalho profissional, mas do estágio, o mercado de trabalho do aprendiz.

Recebi dos industriais da minha região um pedido, que já enviei à consultoria desta Casa com a intenção de que seja transformado numa PEC; qual seja, que se reduza a idade mínima para o menor aprendiz que já concluiu o Ensino Fundamental e está na faixa etária dos 14 aos 15 anos. A legislação em vigor não permite que antes dos 16 anos o adolescente seja empregado, mesmo como estagiário ou aprendiz.

Temos em Panambi um colégio profissionalizante muito bom: o Colégio Evangélico Panambi. As empresas subsidiam em até 80% o estudo do adolescente incluído nos seus quadros funcionais. O problema é que o jovem procura as empresas, mas a legislação em vigor não permite o seu ingresso no estudo médio profissionalizante, porque ele não pode fazer parte do mercado de trabalho.

Creio que a consultoria da Casa já esteja prestes a nos enviar um parecer sobre esse pedido. Eu gostaria de contar com a compreensão dos nobres pares. Talvez este seja um exemplo único no Brasil, mas temos um problema real no Município, um problema até benéfico.

Ouvi atentamente o Dr. Márcio, que já se retirou. Ele insiste em querer tirar do mercado de trabalho os jovens na faixa de 14 a 18 anos de idade. Ocorre que a realidade neste País mostra que a maior parte das famílias não tem condições de calçar, vestir e alimentar o filho de 18 anos, muito menos de custear o seu lazer. Como se diz no linguajar popular, essas pessoas trabalham de dia para comer à noite. Estamos vendo nossos adolescentes mergulhando no mundo das drogas. Estão ociosos, não têm o que fazer. Se ficam em casa, a mãe não os atura, e eles não podem continuar os estudos, a não ser no sistema público, que me parece não lhes dá preparo profissional.

Vejo a preocupação das nossas autoridades constituídas em qualificar a mão-de-obra dos jovens brasileiros, mas não vejo a política governamental oferecer uma formação profissional à altura do que está a merecer a nossa sociedade.

Esperamos que o Governo crie uma política de bolsas de estudos. Somos procurados insistentemente por pais de família e estudantes que nos pedem com veemência esse benefício. Com o coração dilacerado, temos de dizer que não temos como ajudar.

Milhares de estudantes têm muito tempo ocioso. Chegam a concluir o curso fundamental totalmente despreparados para o mercado de trabalho. Daí a importância dos cursos profissionalizantes. As entidades públicas não comportam o contingente de estudantes que precisam dessas escolas.

Sr. Presidente, quero reforçar algumas palavras que já ouvimos nesta audiência pública. É muito importante que o Governo implemente uma política para atender os nossos estudantes adolescentes. De certa forma, a infantilidade está sendo atendida, mas não está sendo fácil manter na escola os alunos do ensino fundamental ao profissionalizante.

Agradeço a oportunidade. Estamos nesta Comissão engajados numa luta para educar a família brasileira, a fim de que os pais possam oferecer a seus filhos uma orientação de vida que os impeça de cair no emaranhado de fatores negativos que desestruturam a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Muito obrigado, Deputado Milton Cardias.

Passo a palavra ao Deputado Isaías Silvestre. (*Pausa.*)

Ausente.

Se a Deputada Ann Pontes concordar, vou passar a palavra ao Deputado Casara, que tem um compromisso logo mais e terá de se retirar. (*Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO CASARA – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero cumprimentar os nossos convidados: o Dr. Carlos, a Dra. Léa, o Dr. Otto. Obrigado pela presença. Saúdo também os nossos pares e demais presentes neste plenário. Obrigado, Deputada Ann.

Sr. Presidente, a Dra. Léa tem contribuído enormemente com as nossas audiências. Sempre de forma brilhante, tem-se posicionado sobre o tema que debatemos.

Quero fazer algumas observações com relação a um alinhamento que precisamos definir para as políticas públicas e as políticas de governo. Como já dissemos, há uma necessidade grande de descentralização dos serviços neste País. Muito se fala no princípio federativo, mas ele é pouco exercitado. Temos de reconhecer que a União tem caminhado um pouco mais no sentido de alinhavar as políticas de governo com as políticas públicas. É claro que ainda há necessidade de ajuste, mas a situação mais grave está nos Estados e nos Municípios. Cada vez mais as soluções se parecem com gotas d'água no oceano. Deixa-se de lado todo um encaminhamento de políticas públicas, como bem disse o Dr. Carlos, e considera-se apenas a linha unilateral e sectária das políticas de governo, por causa da eleição seguinte. Essa correção nós temos de buscar, por isso eu me referi bastante, na audiência de ontem, à necessidade de se adotar o princípio federativo, à necessidade de descentralizar. Se não vincularmos todas as políticas temáticas ou setoriais às políticas matriciais, sempre encontraremos dificuldade para implementar aquilo de que precisamos.

A Dra. Léa falava com muita sabedoria sobre educação. A educação é um instrumento fantástico para a implementação dessas políticas, acima de tudo integradoras. Do contrário, Sr. Presidente, teremos sempre a geração de dados em quantidade enorme, mas com pouco uso efetivo.

Segundo pesquisa feita, um sistema de produção foi identificado, mas ele não consegue atingir a camada social, principalmente a mais desamparada. Muitas vezes esses dados não são transformados em informação, não chegam a gerar conhecimento, e, se isso não acontece, não conseguimos fazer com que as informações auxiliem no planejamento do aparelho de Estado, em qualquer nível de governo, e teremos dificuldades enormes para encaminhar políticas públicas.

Sr. Presidente, V.Exa. tem conduzido da melhor forma possível os nossos trabalhos, com muita sabedoria, permitindo-nos conviver com a diversidade de idéias. É dessa maneira que vamos encontrar o melhor produto. Temos de seguir um pouco o papel do profeta e olhar para trás para ver o futuro, aprendendo com o passado a consolidar este programa para o presente e para o futuro.

Sinto-me muito honrado de poder participar desta Comissão. Dr. Carlos, eu sempre tenho usado o verbo "ousar" no sentido de ultrapassar as fronteiras do que propõe esse programa. Tenho andado por este País de norte a sul, de leste a oeste, visitando os rincões mais distantes do Brasil. Vejo o quanto será importante, tanto para a matriz educacional quanto para a matriz da saúde e do meio ambiente, cortar esse elo que está conduzindo o jovem ao tráfico de drogas. Baseado nisso é que eu gostaria de acompanhar o meu antecessor, o colega Deputado pelo Rio Grande do Sul que mostrou com muita precisão a necessidade de fazermos a vinculação desse programa com a educação. Temos um número enorme de jovens que não conseguem concluir o segundo grau. E muitos dos que já cumpriram essa etapa não podem nem ao menos pagar os cursos pré-vestibulares. Há também aqueles que até conseguem adentrar na faculdade, mas são obrigados a abandonar os estudos no 2º ou 3º mês, por incapacidade de pagar as mensalidades. Esta Comissão poderia sugerir uma forma de amparar não só o estudante secundarista, mas também esse jovem que já está praticamente pronto para ingressar na faculdade, precisando apenas de um empurrãozinho.

Uma segunda sugestão é elaborarmos no corpo dessa integração entre o programa e as políticas matriciais princípios públicos para a juventude, o quanto mais melhor. Ainda temos um olhar unilateral para um tomador de decisão. Refiro-me ao jovem que vai ser um tomador de decisão no futuro próximo, nesta Casa, no Executivo ou no Judiciário. Precisamos muito de princípios públicos para a tomada de decisão da nossa juventude. Ainda existe a idéia de que nossa juventude está sendo formada com uma visão estreita; temos de ampliá-la, temos de olhar as coisas de modo multidisciplinar para que esse campo de trabalho futuro também seja ampliado. E o jovem, quando for tomar decisão, tenha noção das variáveis éticas, culturais, sociais, ecológicas, econômicas, políticas, a fim de prosseguirmos com o sonho de um País cada vez mais forte e melhor.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Casara.

Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, antes de mais nada peço desculpas pelo meu atraso. Cheguei após o início da palestra da Dra. Léa. De fato é um desafio, doutora.

Ontem recebi uma carta provavelmente de um adolescente. Estou participando da CPMI que investiga a exploração sexual infanto-juvenil. Lerei um pequeno trecho para que os senhores tenham a idéia:

"É revoltante saber que nossos adolescentes estão se perdendo no submundo da prostituição, das drogas e da violência. E os jovens procuram o caminho das drogas por não terem incentivo que lhes garanta emprego. O Governo cria diversos projetos sociais, e a camada que era para receber os mesmos não recebe".

Ele conseguiu mostrar de fato, com probidade, a desesperança com relação ao Estado constituído, que precisa olhar de forma particularizada o jovem, hoje vulnerável à violência sexual, ao tráfico, aos trabalhos precários.

Venho do Pará, Dra. Léa, e faço questão de dizer isso. Venho, mais precisamente, do interior. Um jornal publicou um dado também alarmante. Das nossas crianças e adolescentes, 25.605 trabalham como domésticas no meu Estado. E no Brasil esse número chega a meio milhão. Foi feito um perfil: 93% são do sexo feminino; 61%, descendentes de negros; 45% têm menos de 16 anos; e 50% vêm de famílias pobres. Esse é o diagnóstico, esse é nosso desafio, da sociedade civil organizada, dos Poderes constituídos.

Urge rompermos com esses entraves macroeconômicos, senão ficaremos aquém do desenvolvimento dessas tecnologias. Se em muitos Municípios, Dra. Léa, não temos nem energia, como se falar em inclusão digital?

Então, essas políticas públicas, além de integradas, precisam levar em consideração as particularidades das regiões, das cidades, uma vez que dentro da mesma região há características específicas.

Espero que esta Comissão, a partir das palestras, tenha um norte, de forma que possamos apresentar alternativa e aplicá-la. Apesar de dispormos do Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumento jurídico excepcional, falta aplicá-lo, falta de fato ver a criança e o adolescente como agente de direitos e deveres.

Recortei artigo de jornal do Prof. Rios Neto, em que ele divide o jovem brasileiro em 3 grupos. Gostaria de saber se os senhores comungam da idéia do professor. Ele diz que hoje há 3,6 milhões de jovens de 15 a 24 anos procurando emprego, o que corresponde à cerca da metade dos desempregados nacionais. O primeiro grupo é o dos que não estudam, não têm emprego e não estão procurando trabalho. Temos 3 milhões, descontadas as jovens que cuidam de filhos. Segundo ele, esse grupo precisa de um programa caro, subsidiado e custeado por algum tipo de renúncia fiscal.

O segundo grupo, dos que estudam, querem continuar estudando e procuram trabalho – deve ter sido o indicado pelo Deputado que me antecedeu – , soma cerca de 1,6 milhão de jovens. Ele sugere ampliação da estrutura de estágios, porque atualmente nossa legislação proíbe estagiários sem o 2º Grau. E pergunto: seria essa a alternativa?

O terceiro e último grupo são os dos que procuram emprego, mas não estudam: 2 milhões.

Eram essas minhas palavras. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputada Ann Pontes.

Passo a palavra ao Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, caro Relator Benjamin Maranhão, Srs. Deputados, agradeço a presença dos ilustres convidados nessa difícil missão e empreitada de sair das teorias, dos dados, das estatísticas e ir a campo buscar soluções.

Tenho um pouco mais de sorte do que a Deputada Ann Pontes, uma vez que sou de São Carlos, no Estado de São Paulo, onde há 2 universidades, sendo uma pública, da USP, bancada pelo orçamento estadual, e outra federal. Para orgulho e satisfação, existe o Sistema S, praticamente 4 entidades, faltando algumas na área de transporte. Infelizmente, agora houve essa divisão e da cooperativa. Existem a Escola SENAI profissionalizante, que, com muito orgulho e honra, leva o nome do meu avô, seu patrono, o SESI, SESC e SENAC. Então, para nós que conhecemos e entendemos o Sistema S em nosso imenso País ele é uma das poucas coisas que estão dando certo e há muito tempo.

Parabenizo, então, os representantes do SESI, do SENAC pelo sério, digno e competente trabalho que realizam, cada vez incluindo mais adolescentes e jovens nas áreas profissional, esportiva, cultural e de lazer. Infelizmente, alguns Parlamentares desta Casa ainda tentam mostrar que a divisão é a melhor solução para alguns problemas. Se essa é uma entidade que está dando certo, por que então dividi-la para ter mais uma estrutura administrativa, estruturas meio, dividindo aqueles que contribuem?

Não estamos precisando só de espaço físico, mas, no fim, tanto os Governos Municipais e Estaduais, como o Federal, às vezes querem muito mais executar algumas obras do que programas; querem gastar mais em obras, com licitação, do que com programas que incluam a juventude. Na questão do espaço físico, temos várias: clubes sociais e de serviços; escolas

estaduais e municipais; universidades; órgãos ligados a sindicatos e a entidades; Sistema S; igrejas; praças públicas e ruas. Então, não é por aí que vamos resolver, construindo mais quadras, ginásios. É claro que a construção de escolas é importante, mas também existem muitos salões e salas em igrejas, tanto católicas como evangélicas e outras, que ficam ociosos durante toda a semana e podem ser emprestados à comunidade.

Então, poderia ser uma ação governamental capitaneada por quem legitimamente obteve expressiva votação: o Presidente da República. Embora não seja do partido de S.Exa., o respeito por ser o Presidente do meu País. Aproveitando a legitimidade e essa expressiva votação, temos de buscar alternativas e fazer com que haja a união de todos os órgãos governamentais interministeriais, porque é importante os Ministros fazerem programas em conjunto; e não cada um tentar chutar a bola para um lado, pois isso leva a um acúmulo de gastos e, no fim, o resultado é pífio, assim também no âmbito das Secretarias de Estado, dos Governos Estaduais, das Prefeituras. Então, há de haver uma união sobre o mesmo tema e uma política pública para a inclusão do jovem.

Então, quero elogiar o sistema. Fui Secretário do Trabalho – na época era Trabalho e Promoção Social – em São Paulo. Infelizmente, o Ministro era o Sr. Antônio Rogério Magri. Então, não deu para fazer alguns convênios. Mas conseguimos implementar alguns programas, não à contento como gostaríamos, mas ainda tentamos, por falta até de uma perspectiva. O Ministério, maior representante da área, não implementou vários programas nacionais nem deu agilidade ao estudo dessa questão, até para incentivar as Secretarias Estaduais e Municipais quanto a esse tema.

Aquela preocupação que eu levantei, antes de o Dr. Márcio ir embora, é no sentido de que não adianta uma política de governo que queira tapar todos os buracos que temos no País. A Deputada Ann Pontes levantou questões seriíssimas: saneamento básico, iluminação pública e outras. Então, é necessário haver uma prioridade governamental. Existe toda uma geração de jovens que já está meia perdida. Então, vamos salvar os que estão vindo. É preciso haver uma concentração de esforços de todos os órgãos não-governamentais e governamentais, com uma ação liderada pela Presidência da República e por vários Ministros que têm ação direta nessa área, a fim de que possamos implementar uma política para que esses jovens, que serão futuros adultos, possam ter melhores dias durante contando, pelo menos, com um programa de 4 ou 8 anos. Então, essa é a minha sugestão para que esta Comissão possa fortalecer essa questão. Que possamos ter especificamente um programa muito forte com relação à educação e à cultura do jovem, que não foi muito falada. Podemos ter aula de balé, dança e de tantas outras atividades de culturas regionais. Portanto, é importante que haja a inclusão desses jovens que ficam à toa. Se eles não gostam de ir para a escola, que aprendam a cultura regional. Na questão do esporte, vemos os resultados pelas medalhas recebidas pelo Brasil. Um país com a dimensão do Brasil, com tantos milhões de habitantes, com tantos milhões de jovens, não deveria ter uma participação pífia no quadro de medalhas das competições internacionais. Isso acontece porque não há incentivo para o jovem. E incentivo ao jovem não é fazer quadras de esportes, ginásios, mas sim dar-lhe uma rede e uma bola para ele jogar na praça, voluntários para lhes dar aulas de ginástica, dança etc. Alguns programas que o SESI e o SESC fazem, como o *Desafio*, o *Dia da Praça* e outros, em parceria com outras entidades, como, por exemplo, com a Rede Globo, promovem realmente a inclusão do jovem na sociedade.

Então eu quero ressaltar aqui – até como sugestão também para o SENAC, na questão da informação – sobre a necessidade de desenvolvermos o turismo no País. Hoje, para se ter uma indústria está difícil – porque polui, é complicada e, no fim, o empresário às vezes fica pedindo incentivo para fazer isso ou aquilo, como agora, mais uma vez, o Governo dá incentivo para o IPI. Não vai adiantar nada, é uma coisa paliativa. Daqui a 2 meses aumenta-se o preço do carro outra vez e não vão conseguir vender esse produto se a população não tiver renda. Então, nós temos de desenvolver o turismo. E, para atender bem o turista interno e principalmente o do exterior, precisamos ensinar os nossos jovens, formá-los como guias, para mostrar a qualidade das nossas belezas naturais, históricas e culturais, portanto, dando-lhes curso específico para guias. Há ainda opões na área gastronômica, de hotelaria etc. É preciso incentivar cada vez mais essa área, porque é uma forma de gerarmos vários empregos a um custo mais baixo e receber o turista que traz divisas para o País.

Então, essas são algumas sugestões. Quero parabenizar os representantes do Sistema S. Esperamos que esta Comissão também ajude o Sistema S avançar e não tentar dividir. Houve algumas divisões, como o SEST e outras na área do transporte; infelizmente, fica-se atendendo muito meio e não fim. E a divisão vai ser muito prejudicial. Há muita gente com olho gordo em cima dessa contribuição que as entidades recebem, porque a falta de dinheiro no País é grande. Então, todo mundo olha sempre para o Sistema S, que não pode ser a solução de tudo no País. Não vai ser por

aí. E, se começarem a mexer muito nisso, vão quebrar esse sistema, que vai indo bem. O FAT tem recursos, mas também tem de ser bem utilizado, bem repassado, auditado. Já se repassou dinheiro para várias centrais, sindicatos. E o que fizeram com esses recursos na questão dos cursos profissionalizantes? Pois, se ainda existem aquelas escolas, os cursos acabaram, usaram o dinheiro e não tem mais. O Ministério tem de estar atento para isso. Houve época em que seria bom que se tivesse CPI sobre esse assunto. Depois abafaram o caso, e não teve. Mas não se precisa de CPI, mas, sim, de se resolver o problema; e, se houve desvio, que se pague o que foi tirado do FAT. O FAT deve ser usado para gerar emprego e não para emprestar dinheiro a um grande empresário para que construa *shopping center* e outras coisas mais.

Era o que tinha a colocar, Sr. Presidente, senhores visitantes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Lobbe Neto.

Solicito aos Deputados e Deputadas que permaneçam no recinto. Depois votaremos alguns requerimentos para a próxima audiência.

Passo a palavra ao Sr. Otto Euphrásio de Santana, para fazer suas considerações finais.

O SR. OTTO EUPHRÁSIO DE SANTANA – Tenho 3 idéias para apresentar. Primeiro, quero agradecer o convite e reforçar que é importante a participação da sociedade civil. Deputado, V.Exa. acabou de falar sobre a participação do Sistema S. É muito confortador ouvir um depoimento como o seu. Nós, do Sistema S, estávamos na verdade muito preocupados. De vez em quando passam aí essas idéias de acabar com o Sistema S. No momento, estamos num posicionamento melhor, uma vez que o Presidente da República disse que deve a sua escolaridade ao Sistema S. Na verdade, foi no Sistema S que ele estudou. Ele costuma dizer: *"O meu primeiro salário devo ao diploma do Sistema S. A minha primeira geladeira e o meu primeiro carro vêm daí"*. Portanto, esse é um testemunho importante da contribuição que o Sistema S dá ao nosso País. Obrigado, Deputado.

Eu quero lembrar a esta Comissão 2 assuntos que devemos debater: a educação e o trabalho, como temas fundamentais, além de reforçar a importância da cultura, do esporte e do lazer para a juventude.

A minha contribuição, antes, era nessa direção. Não se pode perder essa dimensão, porque ela é própria da juventude. E, como não se tem um posicionamento e um direcionamento para esses 3 temas, na verdade o que se faz na educação e na busca do trabalho muitas vezes é desfeito na cultura, na falta de cultura, ou na contra-cultura, na ocupação do tempo livre, na ocupação da dimensão lúdica, que é própria da juventude e que é inclusiva, formadora de posicionamentos, de comportamentos, da convivência pacífica, da questão do trabalho em equipe etc. É fundamental trazer para esta Comissão essas contribuições dessas outras coisas.

Por fim, tenho a impressão de que isso deve estar incluso nas preocupações da Comissão – e estou percebendo aqui toda a dificuldade sobre o que vou dizer – mas é fundamental trazer o jovem para cá, ir buscar sua contribuição. E não é preciso trazê-lo propriamente para cá, mas, sim, organizar, para que ele traga através do seu sistema. O jovem gosta de desafio. Organizem o jovem para que ele possa trazer para esta Mesa a sua contribuição através dos múltiplos grupos que estão por aí, essa estruturação capilar. O SESI se coloca à disposição desta Comissão para contribuir nessa direção, de ir buscar a fala do jovem. Eu não sei muito como se vai fazer. Sei que é um enorme desafio, mas sei que é preciso, porque este é um dos elementos fundamentais da política da juventude; isto é, que o jovem seja protagonista e, por conseguinte, que ele possa dizer o que pensa do seu presente e da sua formação.

Muito obrigado pela participação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado pela contribuição, Sr. Otto Euphrásio de Santana.

Nós tínhamos dúvida e consultamos o Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, sobre isto, que, em sendo Comissão Especial, teríamos embasamento legal para realizar audiências fora de Brasília. Ele deu sinal verde. Nós vamos poder constituir pelo menos 5 audiências públicas ou seminários em cada região geográfica do País. Então, a intenção talvez seja, neste momento, de conseguir envolver os movimentos e a juventude de cada região do País para trazê-los ao debate e fazer com eles um diagnóstico acerca da realidade dos jovens.

Passo a palavra à Profa. Léa Viveiros.

A SRA. LÉA VIVEIROS DE CASTRO – Sr. Presidente, nada mais tenho a acrescentar. Quero agradecer ao Deputado Lobbe Neto o reconhecimento do trabalho do SENAC e dos S, de forma geral. Não estamos acostumados a elogios. Foi muito bom e saio daqui satisfeita, assim como – tenho certeza – o Otto.

Eu tenho consciência de que temos dado contribuição importante para a educação profissional deste País, não tenho a menor dúvida, com relação ao SENAC/SENAI, e à cultura, lazer e esporte, com relação ao SESC/SESI e Assistência Social. Agora, reforço alguns pontos. O Otto levantou uma questão importantíssima com relação às diferenças existentes no Brasil,

um país de dimensões continentais: não se pode ter uma política engessada, mas que se permitam adaptações nos diferentes Municípios, com suas peculiaridades locais. O SENAC está presente em cerca de 1.900 Municípios e sabemos a diferença de necessidades entre um e outro. Então, a descentralização da implementação é fundamental.

Uma outra questão colocada pelo Otto, que eu reforço: os projetos mais interessantes que temos no Brasil e mais bem-sucedidos de inclusão social do jovem têm como base a cultura, música e dança. São projetos muitíssimo bem-sucedidos. Através da música e da dança recupera-se o jovem para a educação e para o trabalho. Quer dizer, a recuperação dá-se quando o jovem é incluído por intermédio da cultura de forma geral, principalmente da música e da dança. Começa-se um trabalho com ele de reescolarização, de formação, justamente através do que o atrai: o esporte e a cultura.

Agradeço em nome do SENAC e da CNC por estamos aqui participando e discutindo. Colocamo-nos à disposição para a implementação das políticas públicas. É um compromisso que as instituições têm com o Governo e a sociedade.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, professora.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Augusto.

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES – Em primeiro lugar, quero, mais uma vez, reiterar o agradecimento, em nome do Ministério do Trabalho, aos membros da Comissão, em particular ao Presidente Reginaldo Lopes, pela oportunidade de estar presente nesta reunião.

Certamente, todas as contribuições trazem elementos novos para reflexão de uma política pública para a juventude.

Ressalto aspectos fundamentais que são um pouco horizonte para além da relação da educação e do trabalho: a dimensão do esporte, do lazer e da cultura. De fato, a terceira dimensão para uma política pública é o campo natural da própria trajetória de vida do jovem, um período de ebulição de muita criatividade, de busca de conhecimento. E a cultura, o lazer e o esporte são aspectos importantes não só para a formação de valores éticos e culturais, mas para a expansão da criatividade, do desenvolvimento de habilidades, requeridas não só por uma escolha profissional nesses campos no futuro, mas cada vez mais pelo campo do trabalho – a iniciativa e a criatividade. Então, essa terceira dimensão de política é absolutamente crucial e deveria ser tomada de fato como indissociável das outras dimensões.

O último aspecto, em particular, é talvez um esforço adicional, além do que já temos feito no Governo. No âmbito da cultura e do esporte já há uma espécie de coordenação ainda não formalizada, mas construída na prática do Programa Primeiro Emprego, deste Governo, que envolve os Ministérios do Trabalho, da Ação Social, do Esporte e da Educação e Cultura exatamente pela concepção de articulação dessas dimensões de políticas. Mas há uma outra dimensão da relação de construção dessa política pública que envolveria uma relação muito mais próxima do espaço estatal com o espaço público representado pelo Sistema S, que certamente poderá dar uma contribuição muito maior para a estruturação de uma política pública. Já na própria estruturação do Primeiro Emprego quero deixar testemunho da contribuição do Sistema S, especialmente através do SENAI, que redefiniu seu planejamento estratégico e ampliou em mais de 260 mil o número de vagas para o Programa de Aprendizagem Profissional, como parte de uma contribuição efetiva ao Programa Primeiro Emprego. Nas outras dimensões, o Departamento de Qualificação do Ministério, que é quem tem a responsabilidade por esse eixo de preparação para o trabalho, já realizou no mínimo 20 reuniões com regionais e a direção nacional do Sistema S, com o intuito de estruturar uma ação conjugada que envolveria Poder Público e Sistema S na estruturação das ações de preparação para trabalho do programa.

Mais uma vez reitero a esta Comissão meus agradecimentos pela oportunidade de diálogo com a Câmara dos Deputados. Em nome do Ministro Jaques Wagner, coloco o Ministério do Trabalho à disposição dos senhores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradeço aos companheiros da Mesa a belíssima contribuição. Conhecemos bem o desafio que temos pela frente. Muitas vezes ficamos angustiados, porque estamos empenhados em realizar esse debate na Câmara dos Deputados, com a participação da sociedade brasileira, mas há sempre alguma limitação. Sempre que se fala em limitação, a idéia da limitação orçamentária vem à mente. É lógico que esta Comissão, como bem disse o Deputado Casara, tem de ser capaz de ousar. Não temos a intenção de ficar presos à questão orçamentária para debater a política de direitos. Primeiro a política de direito, depois a forma de implementá-la, senão a questão orçamentária vai impedir-nos de seguir a lógica do direito. E há outra preocupação além da orçamentária. Será que os jovens estão conscientes de que têm direitos? Sabem que têm o direito de ir e vir, por exemplo, num transporte coletivo urbano? Mas como, se não têm condição fi-

nanceira? Como fazer esse debate de inclusão? São vários os direitos, direito à cultura, ao lazer, ao tempo livre, à educação.

Concordo com o Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo. Quanto mais pudermos retardar a entrada do jovem no mundo do trabalho, tanto melhor será sua qualificação. A Deputada Ann Pontes disse muito bem que existem 500 mil meninas fazendo trabalho doméstico e muitas vezes também o trabalho de iniciação sexual dos filhos da casa, geralmente de classe média. E muitas famílias vêem nisso uma glória para suas filhas, a única oportunidade que encontraram. Com a ausência do Estado, aquela é às vezes a única porta que se abre para a menina do interior, que vive muitas vezes sem saneamento ou luz elétrica. O problema é que essa perspectiva de melhora no grande centro pode significar a precarização do futuro da jovem.

Há divergências entre nós, muito bem levantadas pelo Deputado Milton Cardias, que acha que se deve reduzir a idade de ingresso do jovem no mercado de trabalho, sob a lógica da proteção do mundo empresarial, o que sabemos muito bem ser um risco. Queremos construir políticas voltadas para a lógica do Estado, de um projeto de nação, por isso o Programa Primeiro Emprego precisa ser elogiado. Vem em forma de projeto de lei e se propõe a seguir a lógica do Estado. Sou Relator desse projeto. O pano de fundo da falta de emprego para a juventude é a falta de crescimento econômico. Temos consciência disso, mas, independentemente do crescimento econômico, é importante que o Estado promova a inserção do jovem no mundo do trabalho, protegido pelo Estado, sob as regras do Estado, protegido pela qualificação profissional. Então, na verdade, vejo esse programa como o início de uma política pública do Estado brasileiro para a juventude. Não importa o número, a quantidade; importa que é o início, o primeiro projeto. Eu costumava brincar que a nossa única política de Estado para a juventude brasileira, e um Deputado se referiu a isso muito bem, são as FEBEMs, o que é muito triste. O Estado brasileiro tem uma política para a juventude: as FEBEMs. Essa é a realidade até então. Não estou procurando culpados – não é esse o debate, mas é aonde chegamos.

Quero agradecer, na condição de Presidente da Comissão, a todos a contribuição e especialmente ao Sr. Otto as palavras de carinho e de incentivo, colocando-se à disposição. Isso mostra também como está mudando, em relação aos empresários, o conceito fundamental de responsabilidade social, o compromisso de se ter uma juventude mais qualificada e trabalhadores mais qualificados. Lógico que esse compromisso tem de ser de todos nós, do próprio empregado, mas também do empregador, de todos nós, da sociedade, do Governo, um pacto mesmo para este País, principalmente em se tratando de educação.

Agradeço à professora que esteve aqui ontem e debateu na Comissão o projeto do Primeiro Emprego, ao Secretário que já se retirou e também ao Secretário Carlos Augusto, que representou o Ministro Jaques Wagner.

Vamos organizar de 23 a 25 de setembro a Semana Nacional da Juventude. Até então, estávamos chamando de Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Mas como existe uma lei da época de Itamar Franco em que os últimos 7 dias de setembro se comemoraria a Semana Nacional da Juventude, com envolvimento de autoridades e mídia, para debater a problemática da juventude – e essa lei foi criada em 11 de julho de 1993 – , estamos tentando promover esse debate. Qual é o nosso objetivo? Há 3 eixos principais para essa Semana Nacional da Juventude. Quero resumir que ele tenta encerrar esse primeiro trabalho na Comissão, com a realização de audiências qualificadas para cada temática dos 6 grupos de trabalho que aqui constituímos. Vamos trazer para essa Semana Nacional da Juventude experiências internacionais e nacionais, para que possamos dar início à elaboração do Plano Nacional de Políticas para a Juventude. Acreditamos que até 11 de dezembro ele será sistematizado pelo nosso Relator. Então, até 11 de dezembro, ele poderá ser discutido com a sociedade, com movimentos organizados da juventude, mas também pela nossa Comissão, no primeiro semestre de 2004, para ser transformado num projeto de lei que será encaminhado a esta Casa.

Depois vou pedir à Secretária que elabore a proposta sobre a Semana Nacional da Juventude. Vamos organizar também, paralelamente à Semana Nacional, uma exposição com experiências de governos e de entidades não governamentais.

Aproveito esta oportunidade para convidá-los para participarem dessa exposição, apresentando algum trabalho da confederação, do comércio, da indústria, voltado para a juventude. Disporemos de espaços nos corredores. Vamos poder mostrar também a prática, porque no nosso seminário debatemos mais aspectos conceituais, bem como complementação de painéis e testemunhos – e os testemunhos são dados pelos próprios jovens que atuam em diversos movimentos juvenis. Vamos discutir então diversos posicionamentos em relação à juventude. Espero contar com a presença de todos.

Convido, para assumir a Presidência, o Deputado Lobbe Neto. Em seguida, vamos deliberar sobre alguns requerimentos, inclusive um de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Vamos deliberar sobre alguns requerimentos.

Requerimento nº 11, de autoria do nosso Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, em que "solicita seja realizada audiência pública com a presença do Ministro da Cultura, Gilberto Gil".

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Sr. Presidente, Deputado Lobbe Neto, esse requerimento visa dar continuidade às nossas audiências públicas, quando debateremos jovens, educação e cultura. Então, estamos propondo esse convite ao Ministro da Cultura, Gilberto Gil, para a próxima audiência, a ser realizada no dia 14.

Peço aos nobres colegas a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Lobbe Neto.

Requerimento nº 12/03, de autoria da Deputada Alice Portugal, que "solicita realização de audiência pública com a presença do Prof. Dr. Antônio Nery, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia".

Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, se for possível, solicito o apensamento do Requerimento nº 13, já que também sugere o convite a mesma pessoa, Sr. Antônio Nery.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – A Mesa acata a sugestão da Deputada Ann Pontes e apensa o Requerimento nº 13 ao anterior.

Com a palavra o Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, o primeiro requerimento é de autoria da Deputada Alice Portugal. Acho que houve um desencontro, mas os 2 tratam do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Em discussão o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Lembro que o Requerimento nº 13 foi apensado ao de nº 12 e passa a ter 2 autores, a Deputada Alice Portugal e o Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, o requerimento é de autoria somente da Deputada Alice Portugal. Apresentei o segundo requerimento a pedido de S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo à apreciação do Requerimento nº 14/03, do Deputado Lobbe Neto, que "solicita seja convidado o Sr. Rafael Barbosa de Moraes, Vice-Presidente da UNE – União Nacional dos Estudantes, a participar de audiência pública".

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, essa solicitação é do Deputado Vignatti, Relator do nosso grupo de trabalho. Tendo em vista até a exposição e sugestão do Otto, de se trazer mais jovens para participar, acho que é muito apropriada a aprovação do requerimento. A solicitação foi do Deputado Vignatti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Lembro então que esse requerimento passa a ter 2 autores, os Deputados Lobbe Neto e Vignatti, do PT de Santa Catarina.

Em discussão o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo à discussão do Requerimento nº 15/03, do Deputado Lobbe Neto, que "solicita seja convidado o Sr. Hermes Zanete, professor da Universidade de Brasília – UnB e Diretor do Instituto Teotônio Vilela, a participar de audiência pública".

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, vou falar apenas uma vez em relação a todos os requerimentos para evitar as mesmas explanações.

Agradeço aos Deputados Vignatti, Carlos Abicalil, Deley e Alice Portugal a contribuição, à Consultora desta Casa, Dra. Helena, pela indicação de livros e autores e também a pessoas que trabalham com jovens pelas indicações para a próxima audiência pública, a ser realizada, se não me engano, na semana que vem. O nosso objetivo é aprovar esses requerimentos. Daí sim, em comum acordo com a Coordenação e a Presidência, estabelecer quais serão os próximos convidados. Nossa intenção, com esses requerimentos de convite, é trazer pessoas que poderão contribuir com mais informações. Elas poderão ser agrupadas se fizerem parte de entidades governamentais ou não, como o requerimento de convite ao Ministro Gilberto Gil, que acabamos de aprovar. Também pretendemos trazer o Ministro Cristovam Buarque – quem sabe até um mesmo painel com a presença dos 2 Ministros. Vai depender da Presidência da Comissão. De outro lado, um painel com professores e outras pessoas de várias entidades, com 10 minutos para exposição, para agilizar os debates.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Lobbe Neto.

Passa-se à votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Informo a todos os Srs. Deputados que a Mesa acata a sugestão do Deputado Lobbe Neto para agrupar todos os requerimentos de acordo com a data das duas próximas audiências, uma sobre jovem, educação e cultura e a outra sobre jovem, saúde, sexualidade e dependência química. A Mesa, depois, vai fazer o agrupamento em painéis, de acordo com as audiências.

Os Requerimentos nºs 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, todos de 2003, passam a ser conjuntos, de autoria dos Deputados Deley, do PV do Rio de Janeiro, Carlos Abicalil, do PT do Mato Grosso, Vignatti, do PT de Santa Catarina, Alice Portugal, do PCdoB da Bahia, e Lobbe Neto, do PSDB de São Paulo, na condição de co-autor e responsável pela defesa dos requerimentos.

Passo à apreciação do Requerimento nº 16/03, de vários autores, que "solicita seja convidado o Sr. Gilberto Dimenstein, jornalista e Presidente da ONG Cidade Escola Aprendiz, a participar de audiência pública".

Para fazer a defesa em nome dos Deputados autores do requerimento, passo a palavra ao Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, vou esclarecer mais uma vez. Já fiz a defesa naquele primeiro momento. Por mim, basta votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passa-se à votação do Requerimento nº 16/03, de vários autores.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 17/03, de diversos autores, que "solicita seja convidada a Sra. Viviane Senna, Presidente do Instituto Ayrton Senna, a participar de audiência pública".

Em discussão o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 18/03, de vários autores, que "solicita seja convidada a Sra. Marília Spózito, Presidente da Ação Educativa e professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, a participar de audiência pública".

Em discussão o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 19/03, de diversos autores, que "solicita seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, a participar de audiência pública".

Está prejudicado, porque já foi aprovado o Requerimento nº 12/03, que versa sobre o mesmo assunto.

Em apreciação o Requerimento nº 20/03, de vários autores, em que "solicita seja convidado o Sr. Ministro de Estado da Educação, Cristovam Buarque, a participar de audiência pública".

Em discussão o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 21/03, de vários autores, que "solicita seja convidado o Sr. Luiz Antonio Groppo, professor da UNICAMP – Universidade de Campinas, a participar de audiência pública".

Em discussão o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 22/03, de vários autores, em que "solicita seja convidado o Sr. Paulo Cesar Rodrigues Carrano, professor da Universidade Federal Fluminense, a participar de audiência pública".

Em discussão o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 23/03, de vários autores, que "solicita seja convidada a Sra. Glória Diógenes, socióloga da Universidade Federal do Ceará, a participar de audiência pública".

Em discussão o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 24/03, de diversos autores, que "solicita seja convidada a Sra. Jussara Dutra Vieira, Presidente da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a participar de audiência pública".

Em discussão o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para o dia 14 de agosto, quinta-feira, às 9h30min, com a

seguinte pauta: deliberação de requerimentos e audiência pública sobre jovem, educação e cultura.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária realizada em 21 de agosto de 2003.

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e três, às dez horas e vinte e nove minutos, no plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, sob a presidência do Deputado Reginaldo Lopes. Compareceram os Deputados Eduardo Barbosa, Isaías Silvestre, Júlio Lopes, Júnior Betão, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Luciano Leitoa, Marinha Raupp, Mário Assad Júnior, Reginaldo Lopes, Vignatti e Zonta, titulares; Agnaldo Muniz, César Medeiros e Maurício Rabelo, suplentes. Não compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Celcita Pinheiro, Clóvis Fecury, Deley, Eduardo Seabra, Marcelo Guimarães Filho, Milton Cardias, Odair, Professora Raquel Teixeira, Sandro Mabel e Zico Bronzeado. **ABERTURA** – O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **ATA** – A leitura da ata da reunião anterior foi dispensada por solicitação do Deputado Lobbe Netto. Colocada em votação, a ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA** – 1) Audiência pública, com a presença dos Senhores Vera Lopes dos Santos, Assessora-técnica da Unidade de Prevenção de AIDS, do Ministério da Saúde, e Gilson Maestrini Muza, do Núcleo de Assistência à Saúde do Adolescente, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; e 2) Deliberação dos seguintes requerimentos: Requerimento nº 31, do Deputado Davi Alcolumbre, que requer a realização de encontro temático na cidade de Macapá – AP, para discussão do tema sobre políticas públicas para a juventude; Requerimento nº 32/03, da Deputada Ann Pontes, que solicita seja realizada audiência pública com a presença da Dra. Luciana Bertini Leitão, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Requerimento nº 33/03, da Deputada Ann Pontes, que solicita seja realizada audiência pública com a presença do Dr. Marcel Theodor Hazeu, Coordenador Regional de Estudos do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da República de Emaús – PA; Requerimento nº 34/03, da Deputada Ann Pontes, que solicita seja realizada audiência pública com a presença da Irmã Ângela Falquetto, Assessora Nacional da Pastoral da Juventude, da CNBB; Requerimento nº 35/03, da Deputada Ann Pontes, que solicita seja realizada audiência pública com a presença do Senhor Nestor Masotti, Presidente da Federação Espírita Brasileira, e Requerimento nº 36/03, da Deputada Marinha Raupp, que solicita seja convidada a Senhora Marta Porto, Representante do Escritório da UNESCO, no Rio de Janeiro. O Senhor Presidente convidou os palestrantes a tomar assento à Mesa para fazer as suas exposições. Falaram a respeito da matéria os Deputados Luciano Leitoa, Isaías Silvestre e Lobbe Netto. A presidência registrou a presença do Diretor do Hospital Samaritano de Governador Valadares, em Minas Gerais. A seguir, colocou em votação os requerimentos de nºs 31 a 36, constantes da pauta, que foram aprovados. O Senhor Presidente solicitou aos Membros da Comissão que encaminhassem requerimentos com nomes para as audiências públicas nas capitais e informou que as referidas audiências seriam realizadas no mês de outubro. ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e treze minutos, convocando outra para o dia vinte e sete, quando comemorariam a data de 12 de agosto, Dia Mundial da Juventude, e divulgariam cartilha referente aos direitos dos jovens. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, ,Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente Reginaldo Lopes e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Declaro abertos os trabalhos da 11ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude.

Tendo em vista distribuição de cópia da ata da reunião do dia 14 de agosto, pergunto aos membros se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Está dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Lobbe Neto.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de iniciarmos a presente audiência pública, solicitada pela nobre Deputada Alice Portugal,

Vice-Presidente da Comissão, pergunto se os requerimentos serão votados já ou logo após a audiência.

Vou entregar à Mesa requerimento da Deputada Marinha Raupp sobre convite a autoridade para comparecimento à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – A apreciação de requerimentos é o segundo item da pauta.

Passamos à audiência pública, cujo tema é *Saúde e Sexualidade*.

Convido para compor a Mesa o Dr. Gilson Maestrini Muza, do Núcleo de Assistência à Saúde do Adolescente, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, e a Dra. Vera Lopes dos Santos, Assessora Técnica da Unidade de Prevenção do Programa Nacional de DST e AIDS, do Ministério da Saúde.

Antes de conceder a palavra ao Dr. Gilson Maestrini, esclareço que os convidados disporão inicialmente de 20 minutos para suas explanações. Encerradas as falas dos expositores, cada Deputado disporá de 3 minutos para considerações e perguntas, com mesmo prazo para respostas e possíveis réplica e tréplica.

Concedo a palavra ao Dr. Gilson Maestrini Muza.

O SR. GILSON MAESTRINI MUZA – Bom dia a todos. Farei rápida apresentação de mim mesmo. Sou médico e trabalho na Secretaria de Saúde, num órgão responsável pela organização dos serviços de saúde disponibilizados aos adolescentes do Distrito Federal.

Não estou representando a Secretaria de Saúde. Fui convidado por uma pessoa que deve conhecer alguém da Comissão. Vim trazer algumas considerações a respeito de como, a partir de minha experiência e do conhecimento que adquiri ao longo do tempo em que tenho trabalhado com adolescente, posso contribuir para o estabelecimento de política de saúde voltada para a promoção da saúde do adolescente.

O Núcleo em que trabalhamos na Secretaria de Saúde tem o papel de organizar a atenção à saúde do adolescente, nosso grande propósito neste momento na Secretaria de Saúde, ou seja, estabelecer um serviço de referência, para que o adolescente reconheça que o serviço existe na Secretaria de Saúde e que ele pode procurá-lo e ser atendido.

Ocorre que, na busca do atendimento a tais propósitos, convivemos com alguns obstáculos importantes. Um deles é a dificuldade de acesso do adolescente ao serviço de saúde – acredito que esta questão não seja regional, mas nacional – devido a inúmeras barreiras – aliás, chamo a atenção para este fato – relacionadas à capacidade do serviço de acolhimento do adolescente que o procura.

Temos algumas experiências no Distrito Federal relacionadas a isso. Adolescentes, por exemplo, que vivem na rua, suscitam no profissional de saúde, em diversas situações, sensação de ameaça, o que faz com que o profissional rejeite sua aproximação do serviço de saúde, quando, na verdade, os adolescentes que vivem na rua seriam dos que mais precisariam de suporte do sistema.

Entendo que a questão central na dificuldade de acesso do adolescente ao serviço de saúde e sua permanência nele decorra também da capacitação do profissional de saúde.

Temos atualmente a consciência de que o profissional de saúde é formado a partir de um modelo biomédico, calcado na questão dos transtornos de nível biológico. Quando se trata de adolescente, vemos que tais questões não são tão expressivas. São poucos os adolescentes que procuram o serviço de saúde com dor de cabeça, gripe e resfriado. Na verdade, sabemos que boa parte desse grupo etário padece de transtornos que não estão ligados à esfera biológica, mas, sim, ao desenvolvimento psicossocial: questões da sexualidade, tema de que estamos tratando hoje, do abuso de drogas e da violência. Trata-se de 3 temas capitais no que diz respeito à saúde do adolescente. A questão é importante, e temos de nos preparar para dar conta dessa demanda no serviço de saúde.

Entendemos que o adolescente pertence a um grupo etário que tem características específicas em razão da dinâmica própria do desenvolvimento do grupo. Compreendemos a adolescência como período de formação da identidade da pessoa. Como se está desfazendo da identidade infantil e ainda não tem a adulta concreta, o adolescente passa por um período em que sua identidade é extremamente frágil. Por conta da fragilidade, a influência do grupo se torna um dos elementos mais importantes nesse grupo etário. Além disso, o adolescente tem sentimento de onipotência em relação às coisas do mundo, como se pudesse fazer tudo sem que nada acontecesse com ele. Isso, aliado à falta de experiência própria, decorrente do fato de ele não ter vivido muitos anos, coloca o grupo etário em situação de risco de agravos à saúde.

O recorte feito na reunião de hoje, centrando o tema na questão da sexualidade, não é feito na Secretaria de Saúde. Lá tratamos as questões ligadas à adolescência incluindo as vinculadas a uso e abuso de drogas e as ligadas à violência e todas as suas conseqüências. Entretanto, como há o recorte da questão da sexualidade, vou-me ater ao tema e apresentar nossa experiência com o adolescente do Distrito Federal.

Em relação à sexualidade, trago para V.Exas. alguns indicadores de saúde que considero relevan-

tes para a discussão de políticas públicas voltadas ao adolescente. Um dos indicadores de saúde relaciona-se com a gravidez na adolescência – não poderíamos deixar de tratar do tema.

Quero mostrar a V.Exas. quadro que retrata a prevalência de gravidez entre adolescentes em algumas regiões do Distrito Federal. *(Aponta para o quadro.)*

A coluna maior mostra a prevalência de gravidez em adolescentes de certa cidade satélite da periferia de Brasília. A coluna menor, a penúltima do lado direito de V.Exas., diz respeito à prevalência de gravidez entre adolescentes que moram no Lago Sul.

Temos que a gravidez na adolescência é fenômeno que atinge todos os agrupamentos sociais, porém em expressões completamente diferentes. Veremos que a gravidez é muito mais expressiva entre adolescentes da periferia da cidade – isto resume também a situação de outras localidades do Brasil, não se trata de peculiaridade do Distrito Federal – do que nas populações que não convivem com dificuldades materiais, cujos índices são bem menores, cerca de um terço. O índice não se equipara aos de países desenvolvidos, em relação aos quais se situa um pouco abaixo, mas podemos chamar de algo próximo.

Outro elemento que considero importante tratar aqui, fruto de algumas pesquisas que temos realizados com adolescentes do Distrito Federal, diz respeito ao conhecimento que detêm em relação à sexualidade.

Se perguntarmos a um adolescente, por exemplo, se sabe o que pode fazer para evitar a gravidez, quase 100% dos entrevistados confirmam que sabem o que fazer. Entretanto, quando pedimos que descrevam a utilização do método mais comum, têm grande dificuldade em explicitar como agir para prevenir a gravidez não planejada.

Sendo assim, muitas das pesquisas sobre sexualidade do adolescente realizadas apontam o item conhecimentos a respeito da sexualidade, que inclui gravidez, DST/AIDS. A maioria das pesquisas identificam que o adolescente tem conhecimento de tais temas, importantes em sua vida. Entretanto, não sabemos, na verdade, com que qualidade o adolescente retém as informações.

Precisamos chamar a atenção para o fato, porque não podemos ficar contentes com determinados itens que indicam ter o adolescente conhecimento a respeito da sexualidade, quando sabemos que grande parte da população de adolescentes refere saber algo a respeito de sexualidade e de saúde reprodutiva, mas não consegue descrever os conhecimentos que possuem.

Outro elemento que considero interessante compartilhar com V.Exas. – trata-se de estudo que fiz recentemente, porém não com o propósito de apresentar na reunião de hoje – refere-se a aborto, muitas vezes solução para interrupção de uma gravidez não planejada.

Fiz o levantamento do número de abortos...

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Dr. Gilson, apenas pela oportunidade: a gravidez ocorre com maior freqüência em que faixa etária?

O SR. GILSON MAESTRINI MUZA – Estamos tratando da faixa etária de 10 a 19 anos.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – A incidência maior seria...

O SR. GILSON MAESTRINI MUZA – A incidência maior ocorre entre 15 e 19 anos de idade. Temos observado crescimento no número de ocorrências de gravidez na faixa etária entre 10 e 14 anos, mas evidentemente o número maior se dá na faixa entre 15 e 19 anos de idade. O fato de haver gravidez ainda entre garotas de 14 a 19 anos não deixa de ser muito mais preocupante por conta de todas as conseqüências que traz.

Outro indicador de saúde selecionado são os atendimentos feitos pela rede hospitalar de saúde do Distrito Federal em razão de aborto, incluídos o espontâneo – caso em que a paciente relata perda do feto na gravidez em curso sem que tenha feito nada – , o realizado por indicações médicas – sustentado por aparato judicial – e o ocorrido por razões diferentes das apontadas – destes o maior número é de abortos induzidos.

Se olharmos o total dos últimos 5 anos – 1998 a 2002 – , verificaremos que o número de abortos feito na rede pública de saúde, consideradas as 3 categorias relatadas, está em torno de 800 abortos.

Na verdade, esse número é pequeno em relação ao número real de aborto entre os jovens no Distrito Federal. Por quê? Sabemos que muitas adolescentes, possivelmente junto com seus parceiros, utilizam recursos para interromper uma gravidez sem que seja necessário recorrer a uma instituição pública de saúde. Muitas vezes os abortos são realizados em clínicas que não fazem parte do SUS. Portanto, esses números estão fora da realidade. Temos um número bem maior de abortos.

Podemos relacionar outros eventos preocupantes que dizem respeito à sexualidade, como a DST/AIDS, sem considerar as adolescentes que se envolvem em relações sexuais promíscuas, um corolário de eventos danosos para a saúde.

Quero tecer ainda algumas considerações. Por que esses eventos com a saúde do jovem, baseados mais na sexualidade, têm essa expressão na população adolescente e por que se expressa diferentemente nas

classes sociais? Devemos saber porque esses fatos acontecem para não elaborarmos uma política pública relacionada à juventude homogênea para todas as regiões do Brasil e para todos os eventos, dos quais muitas vezes o adolescente é vítima. Temos de ter o máximo de informações a respeito do assunto, como cada um desses eventos se expressam na sociedade para elaborarmos políticas públicas que possam atingir de fato o âmago da questão e obter os melhores resultados possíveis a partir desse esforço institucional.

Todas essas questões relacionadas à sexualidade, como gravidez, aborto, DST, envolvimento do adolescente com a prostituição e a promiscuidade sexual, têm a ver com a organização da sociedade. Por exemplo, se observarmos a população que vive na periferia de Brasília, podemos trabalhar com o conceito de casa vazia. Significa que, por conta das dificuldades materiais, muitas dessas famílias acabam tendo de sobreviver com a ausência do pai, realidade de muitas famílias hoje no Distrito Federal, e acredito que em todo o País. Em função disso, a mãe tem que trabalhar e os filhos ficam sós em casa. Daí o conceito casa vazia. Só em casa, o adolescente não tem referência para construção de sua identidade social e, muitas vezes, acaba à mercê da convivência com outros jovens que também não têm a experiência que gostariam de ter, ou então com a mídia, com suas representações sobre sexualidade e adolescência. Nesse percurso acaba havendo uma dificuldade de o adolescente internalizar os valores relacionados com a sexualidade e ele acaba assumindo uma conduta em relação à sexualidade não sustentada pelos valores que gostaríamos fossem incorporados.

Além da casa vazia, há o vazio social. Muitas vezes o adolescente não conta com a presença dos pais para dialogar a respeito da sexualidade, ou porque os pais sentem vergonha, ou estão ausentes, ou porque sentem medo, ou porque desconhecem o assunto, e ele se sente só. E mais, muitas vezes não encontra ressonância no próprio sistema educacional. Reconhecemos que na periferia o ensino é de baixa qualidade, e a preparação dos profissionais da educação não incorpora conhecimentos relacionados com a sexualidade ou com outros temas de relevância para o adolescente.

Baseado nessas questões, devemos levar em consideração que o adolescente nessas condições tem enorme dificuldade de idealizar um projeto de vida. Assim, não lhe resta outra alternativa a não ser viver o presente. Muitas vezes, nesse "viver o presente", ele faz do seu corpo a única oportunidade de lazer.

Nesse percurso há uma série de atividades que o próprio adolescente inventou, como as modalidades de namoro, que hoje incluem a relação sexual. Se há 5, 10 anos o ficar significava simplesmente a oportunidade de contato mais íntimo com o companheiro do sexo oposto, hoje o ficar, para muitas comunidades, já incorpora o ato sexual em si, e a possibilidade de uma gravidez acaba sendo freqüente.

Ao tecer essas considerações, quis mostrar que a sexualidade, com gravidez na adolescência, aborto, DST, se traduz num fenômeno multissêmico. Não podemos tratar o assunto por um único prisma, como, por exemplo, distribuir camisinhas. Essa é uma atitude importante e inadiável, mas não suficiente para enfrentarmos o problema. Precisamos ampliar nosso conhecimento desse fenômeno em cada população, para que saibamos agir com mais eficácia, a fim de promover, de fato, a saúde do adolescente.

Era o que tinha a dizer, baseado na minha experiência, na condição de profissional que trabalha na organização de um serviço de promoção da saúde do adolescente. Continuo à disposição de V.Exas. para discutirmos um pouco mais a respeito de outros aspectos relacionados à adolescência que possam ser úteis na elaboração de uma política pública para a juventude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Dr. Gilson Maestrini Muza.

Passo a palavra à Dra. Vera Lopes dos Santos, representante do Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST/AIDS.

A SRA. VERA LOPES DOS SANTOS – Bom dia a todos. Estamos satisfeitos por contribuir com os trabalhos desta Comissão Especial. Posteriormente, poderemos enviar informações e dados, caso haja necessidade.

Abordarei as tendências da epidemia de AIDS na população jovem, em âmbito nacional, comparando-as com as da população em geral. Sabemos que as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS são componentes importantes no campo da saúde do adolescente. Não podem ser deixadas de lado, precisam ser tratadas de forma adequada e, no contexto da sexualidade, de forma mais ampla. Todo o esforço que a Coordenação Nacional de DST/AIDS, do Ministério da Saúde, vem fazendo, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e a sociedade civil organizada, tem procurado contextualizar esse trabalho de abordagem da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS no tratamento mais amplo da sexualidade. É dessa forma que vimos tentando desenvolver nosso trabalho.

Antes de apresentar as lâminas, quero comentar as tendências da epidemia no âmbito nacional.

Trinta por cento dos Municípios com casos notificados de AIDS na população jovem apresentam hoje número de casos femininos superior ao de masculinos. Temos hoje 3 grandes tendências na epidemia de AIDS no Brasil: a feminização, a AIDS está atingindo um número cada vez maior de mulheres; a pauperização, atinge cada vez mais a população de baixa renda; e a interiorização. A epidemia de AIDS instalou-se inicialmente nos grandes centros urbanos, e hoje cerca de 4 mil Municípios já têm notificado pelo menos 1 caso da doença. Temos observado que a epidemia vem atingindo cada vez mais cidades de pequeno porte.

A epidemia na população jovem apresenta tendência bastante próxima da verificada na população em geral. O número de casos de AIDS notificados na população jovem atingiu seu ponto máximo no ano de 1997. A partir desse ano, observamos decréscimo no número de casos. O somatório de casos de AIDS entre os jovens, nos últimos 20 anos, apresenta a razão de 1,77 homem para cada mulher, com menos de 20 anos. Temos hoje na população jovem a tendência bastante forte de inversão da razão de sexo nos casos de AIDS, ou seja, tem-se um número maior de casos na população feminina do que na masculina. Essa tendência vem se confirmando desde 1998. Passamos a ter número de casos maior na população feminina do que na masculina, principalmente na faixa etária de 17, 18 e 19 anos. Existem algumas hipóteses que vimos trabalhando, a partir de pesquisa de comportamento sexual, para entender o porquê dessa inversão e também para orientarmos nosso trabalho. Do ano de 2000 até hoje, inverteu-se essa razão, tendo sido notificados mais casos da doença em mulheres do quem em homens. Há ainda diferenças regionais. Nas Regiões Norte, Nordeste, e principalmente na Região Sul, a epidemia entre a população jovem continua tendo ligeiro crescimento. Embora tenha atingido o ápice, de forma geral, na população de jovens no Brasil no ano de 1997, nessas 3 regiões ainda se observa crescimento da epidemia. Nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste, a epidemia passa por certa estagnação, com tendência até de decréscimo. As razões de sexo também se inverteram no Sul desde 1999. Nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, no ano 2000. E nas Regiões Norte e Nordeste ainda há maior número de casos na população masculina do que na feminina. Existem algumas diferenças regionais em relação à população jovem. O Ministério continua recebendo mais notificações de casos de AIDS em adolescentes do sexo feminino do que do masculino. Depois, podemos passar para a assessoria da Comissão todos os números.

Alguns indicadores podem explicar o aumento da epidemia entre a população jovem do sexo feminino. Um deles é o início da vida sexual cada vez mais precoce. Uma pesquisa que fizemos com estudantes em 14 capitais, em parceria com a UNESCO, apontou a média de iniciação da vida sexual de 14,5 anos, entre os meninos, e de 15,5 anos, entre as meninas. Também existem diferenças regionais para esse indicador. Nas Regiões Norte e Nordeste, essa iniciação é mais precoce do que nas Regiões Sul e Sudeste. Esse é um dos motivos que identificamos na inversão da razão de sexo nos casos de AIDS na população feminina e masculina. As meninas normalmente estabelecem parceria sexual com homens de idade um pouco mais avançada que sua faixa etária. Na maioria das vezes, as meninas têm menos poder de negociação numa relação em que estabelecem parceria sexual com pessoas mais velhas. Elas se sentem mais fragilizadas para negociar o uso do preservativo, um dos métodos tanto de prevenção da AIDS quanto da gravidez.

Identificamos ainda outra razão: as meninas associam mais o uso do preservativo à prevenção da gravidez do que das doenças sexualmente transmissíveis, e os meninos associam mais à prevenção das doenças e se desresponsabilizam, de certa forma, em relação à prevenção da gravidez. As mulheres são mais responsabilizadas pela sociedade quanto à prevenção da gravidez. Muitas vezes isso faz com que as meninas usem de forma descontínua o preservativo. Várias pesquisas de comportamento sexual analisam os porquês do não uso e como se usa o preservativo. Nelas identificamos o uso descontínuo mais pelas meninas do que pelos meninos. Uma das razões é as meninas associarem mais o uso do preservativo à prevenção da gravidez, usando-o apenas nos períodos férteis. Identificamos alguns fatores como os responsáveis pela inversão da razão de sexo na população jovem. Isso faz com que haja aumento no número de casos de transmissão vertical, entre mãe e filho. Hoje, o Ministério dispõe do Projeto Nascer, que tenta ampliar o diagnóstico do HIV no pré-natal, tentando controlar esse índice de transmissão de mãe para filho.

Em relação às principais categorias de transmissão da AIDS, 58% dos casos entre os homens são por relações sexuais; entre as mulheres, 86% dos casos.

Quero mostrar agora alguns dados e ações que vimos desenvolvendo no Programa Nacional de DST/AIDS.

Temos aqui alguns dados referentes à forma de transmissão do HIV na população entre 13 e 24 anos. A transmissão sexual é a mais importante e responde por 49% dos casos; a sangüínea, 35%, e contamos ainda com 15% de casos ignorados.

Em relação à prática sexual entre os jovens brasileiros, na pesquisa que realizamos junto com o SE-

BRAP, identificamos que 44% dos jovens na idade entre 16 e 25 anos reportaram o uso do preservativo de forma contínua. Há mais de 5 anos, a Coordenação Nacional também acompanha os conscritos do Exército, para monitorar o uso do preservativo na população masculina de 17 a 19 anos, identificando de que maneira e em que situações se adota mais o uso do preservativo, se com parceiros fixos, se em atividades sexuais pagas, se em relações sexuais com parceiros casuais.

Outro indicador diz respeito ao início da vida sexual: 14,5 anos entre os meninos e 15,5 anos entre as meninas, média nacional. Esse é um dado bastante preocupante.

Em relação à gravidez na adolescência, identificamos o dobro do número de meninas grávidas entre 10 e 14 anos na última década. O IBGE vem monitorando esses dados da saúde reprodutiva, tendo incorporado nas pesquisas a faixa etária de 10 a 14 anos. Enquanto há diminuição da taxa de fecundidade nas mulheres adultas, na faixa etária de 15 a 19 anos observa-se ainda crescimento.

Com relação ao uso de preservativo na primeira relação sexual, houve um aumento: de 4% em 1986 para 48% em 1999.

Quanto às ações dirigidas às crianças e aos adolescentes escolarizados, bem como às crianças e adolescentes que se encontram fora da escola, na rua ou privados de liberdade, a Coordenação desenvolve, em parceria com os Governos Estaduais e Municipais e a sociedade civil, um trabalho de prevenção de DST/AIDS e estratégias de abordagem da sexualidade e outras questões, como o uso de drogas na gravidez, que tem importante interface nesse trabalho.

Nesse tocante, temos como premissas para nosso trabalho: desenvolvimento de estratégias que promovam informações sobre os riscos do sexo desprotegido e o compartilhamento de seringas; formação de educadores e professores de diferentes disciplinas em sexualidade; disponibilização de preservativos em escolas e em serviços de saúde; exercício responsável da sexualidade; e prevenção da gravidez não planejada.

Alguns resultados desse trabalho. Na pesquisa que realizamos, em conjunto com a UNESCO, em 2001, para avaliação do impacto das ações de prevenção, identificamos que 67% das escolas contemplam a temática da prevenção no seu projeto político-pedagógico. Embora as escolas não desenvolvam trabalho sistemático com os alunos sobre sexualidade e prevenção, grande parte delas faz, ao longo do ano, alguma atividade educativa abordando essa sistemática.

Quarenta e cinco por cento dos professores que participaram da pesquisa se auto-avaliam com informação suficiente para abordar a temática de saúde sexual e reprodutiva e 80% dos alunos avaliaram como agradáveis as atividades de prevenção desenvolvidas pela escola.

A gente considera o ambiente escolar bastante favorável ao desenvolvimento de atividades educativas no campo da saúde. Temos, no que concerne a essa política intersetorial, tentado avançar na interlocução com a área de educação, a fim de que esse trabalho se dê em todos os níveis de escolaridade e os adolescentes possam de fato ter onde tirar suas dúvidas, comentar seus problemas e ser orientados de forma adequada. Isso, evidentemente, sem tirar da família e dos pais a responsabilidade, apesar de que muitas vezes eles se sentem pouco à vontade para discutir o assunto com os filhos, atribuindo, assim, à escola essa obrigação. Temos procurado aumentar a participação dos pais e da comunidade nessas ações.

A respeito da fonte de informação sobre DST/AIDS e drogas referida pelos alunos nessa pesquisa, 60% deles identificam os professores como sua principal fonte de informação. Também se incluem a mãe, colegas, pai, irmãos.

Outros dados da pesquisa. Oitenta e quatro por cento dos pais que participaram de atividades de prevenção promovidas pela escola são favoráveis à distribuição de preservativo. Eles compreendem essa ação como complementar, evidentemente, a uma abordagem mais ampla dessa temática dentro do projeto educativo da escola.

Sessenta por cento dos alunos com vida sexual ativa e intensa exposição às atividades de prevenção na escola usaram o preservativo em todas as relações sexuais no último ano. Diante disso, percebemos que a ação de prevenção desenvolvida nas escolas tem impacto real no comportamento sexual.

Trinta por cento dos alunos com vida sexual ativa e baixa ou nenhuma exposição às atividades de prevenção reportaram o uso de preservativo em algumas relações no último ano.

Em média, 40% das escolas já fazem alguma distribuição de preservativos em atividades específicas.

Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Ano passado, fizemos um levantamento, em âmbito nacional, em todas as unidades de semiliberdade, internação provisória, para identificar que ações de saúde estão sendo desenvolvidas, num trabalho de parceria não só com o Programa de DST/AIDS, mas também com outras áreas do Ministério da Saúde – Saúde do Adolescente, Promoção da saúde – e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Identificamos, na época (junho do ano passado), a existência de 138 unidades que atendem à internação, 73 unidades

de internação provisória e 54 unidades de semiliberdade. A população dessas instituições era de 11.835 adolescentes, 95% deles do sexo masculino. Muito nos preocupa o trabalho de prevenção de DST/AIDS e abordagem em torno da sexualidade com essa população, porque nós a consideramos como a de maior vulnerabilidade a doenças sexualmente transmissíveis e outras questões também.

A partir desse levantamento, verificamos que cumprem medidas socioeducativas de internação: na Região Norte, 6% dos adolescentes; na Região Sul, 14%; na Região Sudeste, 54% – vale a pena registrar que só o Estado de São Paulo tem 50% dos adolescentes do País privados de liberdade; na Região Centro-Oeste, 8%; na Região Nordeste, 21%.

Sobre a escolaridade desses adolescentes, indicador superimportante em termos de saúde, do ponto de vista da análise da vulnerabilidade, identificamos que: a maioria desses adolescentes tem baixa escolaridade, com até 6 anos de defasagem nos estudos; 57% nunca tiveram instrução formal; e 28% não freqüentavam mais a escola.

Ações de saúde desenvolvidas. Setenta e dois por cento das unidades disseram desenvolver alguma atividade educativa de prevenção de DST/AIDS, grande parte em parceria com organizações da sociedade civil.

A Coordenação Nacional de DST/AIDS financia projetos. Hoje temos cerca de 300 projetos implantados no campo da prevenção, voltados especificamente para a população jovem do País, grande parte dos quais estão sendo desenvolvidos por organizações da sociedade civil. Procuramos, nesse trabalho, dar prioridade às parcelas da população com maior vulnerabilidade social, de que os adolescentes privados de liberdade são parte.

Cinqüenta e sete por cento dessas instituições informaram realizar encaminhamento de adolescentes para exame de HIV. O Ministério da Saúde não determina que esse encaminhamento seja compulsório. O diagnóstico deve ser feito na medida em que houver necessidade concreta do exame, conforme identificado por profissional de saúde.

Vinte e dois por cento referiram a distribuição de preservativo e 3,4% têm espaço para encontro íntimo.

Se realizadas de forma adequada, essas ações podem favorecer a abordagem do tema sexualidade, tarefa muito difícil e delicada em se tratando de adolescentes privados de liberdade.

Outras ações de saúde identificadas nesse levantamento – são muitos os números e podemos encaminhá-los à Comissão.

No caso da saúde bucal, atendimento nutricional e dietético, atendimento na área de saúde mental, imunização e promoção da saúde, exames laboratoriais, etc., observamos que há uma rede instalada de saúde, muito embora ela funcione de maneira precária no tocante à atenção à saúde dos adolescentes privados de liberdade. No que se refere à sexualidade, a questão é ainda mais problemática. Estamos elaborando proposta mais adequada para a saúde desses adolescentes.

Com relação aos adolescentes convivendo com HIV/AIDS no Brasil, hoje nós temos uma primeira geração de adolescentes oriundos da transmissão vertical, ou seja, crianças que nasceram com HIV e que, por conta do acesso a medicamentos, à terapia anti-retroviral, chegaram à adolescência. Eles deixam espantados os profissionais de saúde, educação e outros, que não estão tendo como lidar com a saúde reprodutiva desses adolescentes, com a questão da sexualidade. Isso tem se apresentado como um grande desafio.

Realizamos, semestre passado, dentro do serviço de saúde, em parceria com o UNICEF, 8 oficinas com adolescentes que convivem com o HIV, para deles ouvir a sua percepção quanto ao atendimento realizado no serviço de saúde e a questões gerais, como adolescentes vivendo com HIV: que demandas têm, que preocupações têm. A partir daí, realizamos 3 fóruns macrorregionais, com a participação de profissionais de saúde de todos os Estados, de organizações não-governamentais e dos próprios adolescentes. Foi um processo muito rico. Semana que vem, dias 28 e 29, estaremos realizando, junto com o UNICEF, um fórum um pouco mais enxuto, para fazer a interlocução da realidade desses adolescentes com outras políticas, na área da educação, do esporte, do trabalho – o primeiro emprego – , da justiça, etc. A Assistência Social também tem uma rede de apoio a esses adolescentes, muitos deles órfãos, que demandam uma autonomia maior, até para decidir sobre a sua própria vida.

Muitas vezes, essas instituições de apoio criam vínculo afetivo com esses adolescentes ao cuidar da sua saúde, mas não compreendem sua demanda quanto a outras questões. Estamos tentando nos organizar para desenvolver uma política mais adequada, orientando os profissionais de saúde, criando espaços coletivos de discussão para os adolescentes, seus pais e cuidadores, dentro dos serviços, onde eles possam se encontrar e também para que tenham uma orientação mais adequada sobre como lidar com essa realidade.

Outra questão que muito nos preocupa é a discriminação. Os adolescentes que vivem com HIV/AIDS no Brasil sofrem violento processo de discriminação nas

escolas. Quando, de alguma forma, revela-se a condição sorológica dessas pessoas, muitas vezes elas são discriminadas, sendo obrigadas a trocar de escola. Embora se saiba que existem mecanismos legais para coibir a discriminação, o próprio adolescente às vezes sente-se constrangido e vê-se obrigado a mudar de escola ou até de cidade. Infelizmente, a realidade desse segmento é cruel em nosso País.

Portanto, um dos trabalhos que queremos desenvolver com o Ministério da Educação no âmbito das políticas intersetoriais é uma ampla campanha de combate à discriminação nas escolas contra as pessoas que convivem com HIV/AIDS.

Com isso, encerro. Há mais dados sobre transmissão materno-infantil e o Projeto Nascer, que dão o diagnóstico da população de adolescentes e gestantes. Temos feito esse monitoramento, mediante o Projeto Sentinela, em âmbito nacional, e temos procurado ampliar bastante o diagnóstico nas maternidades para, com isso, barrar a transmissão materno-infantil no País. Essas informações estão disponíveis. Colocamo-nos à disposição da Comissão para qualquer esclarecimento. Grata pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Dra. Vera Lopes dos Santos, Assessora Técnica da Unidade de Prevenção de AIDS, do Ministério da Saúde, agradecemos a V.Sa. a belíssima contribuição.

Com a palavra o Deputado Isaías Silvestre.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Bom dia. Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes; Dr. Gilson, muito obrigado pela sua presença na Comissão; Dra. Vera, muito obrigado por ter aceito o convite. Desejo manifestar algumas preocupações que tenho.

O Governo tem desenvolvido muitas campanhas, muitos programas, mas às vezes ficamos em dúvida quanto à sua eficácia, ao seu êxito. Trata-se de ações impostas de cima para baixo, sem estudo prévio, sem ampla discussão. Por essa razão, temos visto que os programas do Governo nunca passam de 40%, nunca alcançam seu objetivo. Esse, por exemplo, exclui o mais importante: a família. Pais entregam a educação de seus filhos às professoras. Durante o período de aula, o menino está sob orientação dos professores. Mas muitas famílias têm desvios de comportamento, uma vez que formadas nos bolsões de miséria. E os filhos seguem o legado de seus pais. Por isso é que, no Sudeste, 54% dos jovens delinqüentes cumprem pena ou encontram-se sob regime de educandários, para voltarem à vida normal. Por que razão não chegamos à reeducação da família nesses bolsões? Não seria mais eficaz?

Vê-se a distribuição de preservativos em escolas. Tudo bem, ouviu-se parte da família. Mas tenho certeza de que àqueles que mais precisavam a informação não chega. Eles não têm obrigação de acompanhar os filhos nas escolas. Muitas matérias inerentes à família e atribuídas à escola não têm acompanhamento, porque o Governo não remunera os professores à altura, e estes, conseqüentemente, não lhes dão a atenção devida. Têm que trabalhar em 3 ou 4 escolas para complementar o orçamento. Então, nosso aprendizado é um faz-de-conta. Ficamos muito preocupados com isso. A tendência é aumentar o problema.

No que diz respeito à distribuição de preservativos, que segurança teremos de que esse material vai chegar na hora em que o adolescente precisa? E qual será o método de distribuição? Será feita na escola? O material vai ser entregue à família ou ao adolescente? Isso nos causa grande preocupação.

Não resta dúvida de que medidas devem ser tomadas, mas o caminho adotado ainda não é o que nos vai trazer frutos, tendo em vista a grande dificuldade que temos no Brasil.

Era essa a minha intervenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Isaías Silvestre.

Também quero dar uma contribuição a respeito da temática sexualidade e saúde. Elaboramos na Comissão, junto com o Fundo de Populações das Nações Unidas, por intermédio de sua Coordenadora, Sra. Rosemary Barber-Madden, o livro: *Direitos da População Jovem – Um Marco para o Desenvolvimento*. No seu texto, a Presidente do Fundo nos Estados Unidos diz que a partir de 2006 a expectativa é de que, por dia, 50 mil jovens no mundo sejam contaminados pelo vírus HIV. Debater o assunto é importante. O próprio Deputado Isaías Silvestre manifestou algumas preocupações, quanto à família, por exemplo.

O problema é como a família se encontra nesse debate, se está preparada para ele, se faz esse diálogo com seus filhos, com os jovens. Parece dualista falar em prevenção, conscientização, informação sobre transmissão e incentivo da prática sexual. Na verdade, essa dificuldade das famílias tem levado ao contato com o vírus.

Está comprovado por várias pesquisas que o jovem que tem informação e um diálogo aberto sobre a sexualidade, com pais que tratam o assunto como direito, cada vez mais retarda sua vida sexual ativa. Além de retardá-la, eles começam a vida sexual com todas as informações e segurança. A falta de informação também cria a curiosidade. Se a educação é feita só pelos colegas, e acho que 40% das informações são dadas pelos colegas, pelos grupos, corremos muitos riscos. Sabemos que existem vários grupos, principalmente na adolescência, que formam opinião,

muitas vezes mais do que a família, principalmente a de baixa renda e escolaridade. Dependendo do grupo que forma opinião, há um risco.

Como vamos intervir na educação dos jovens para que eles comecem a vida sexual ativa com todas as informações possíveis? Temos que ampliar esse debate, negá-lo é um risco para a juventude brasileira, como está sendo para todo o mundo. Há países na África com altos índices de contaminação, não sei qual o percentual.

Como poderíamos trabalhar a propaganda nas escolas, para fazermos o debate? A informação não incentiva a entrada na vida ativa sexual, pelo contrário, ela tenta fazer com que a opção do jovem seja consciente.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Sr. Presidente, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Vimos que no interior, onde há menos informação, está havendo crescimento da doença. Se não houver o envolvimento da igreja, das pastorais, dos segmentos organizados, haverá uma calamidade, uma epidemia.

Estamos tratando agora daquele grupo que tem menos imunidade. A criança e o adolescente são as vítimas de hoje. Se não fizermos uma discussão e envolvermos os segmentos organizados, vamos pagar um preço muito alto.

Foi bem observado pelo nosso Presidente o que ocorreu na África, onde houve quase a dizimação de um povo. A geração está comprometida por causa da contaminação. E estamos vendo isso acontecer no Brasil. Cinqüenta e quatro por cento dos encarcerados no Sudeste estão à deriva. Precisamos tomar uma posição.

Ficamos muito sensibilizados quando vemos que as famílias estão recebendo só o remédio, sem prevenção. A família é a prevenção. Como foi dito, não adianta a professora falar com o aluno se ele não tem formação para entender aquilo numa primeira hora, ele vai demorar 1 ano, 2 anos para assimilar a informação. Na hora em que assimilá-la, a doença já chegou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Luciano Leitoa, do PDT do Maranhão.

O SR. DEPUTADO LUCIANO LEITOA – Sr. Presidente, Dra. Vera Lopes, Dr. Gilson Maestrini, inicialmente, peço desculpas pelo atraso, estava participando de outras reuniões de Comissões e reuniões partidárias.

Quero contribuir com o debate, principalmente no que se refere à AIDS. Acho que a Região Nordeste é uma das que tem maior número, proporcionalmente, de casos de AIDS.

Se fizermos uma pesquisa agora, no plenário, para saber quantas pessoas têm preservativo, veremos que são poucas. Às vezes, ficamos com vergonha de abrir a bolsa e deixar aparecer o preservativo. Há essa pequena preocupação de algumas pessoas.

Para a população mais pobre, é difícil o uso do preservativo. Tive a oportunidade de conversar com um amigo e falarei de situação ímpar que acontece nos presídios. Um amigo que foi preso disse que nos presídios há muitos estupros. Então, há grande transmissão da doença. No presídio, os presos, há muito tempo ali dentro, quando chega, como dizem, uma carne nova, acabam fazendo atos ilícitos e transmitindo a doença.

Não sei se há programas de saúde da família que ensinem a usar o preservativo e esclareçam as famílias como prevenir a AIDS, que tem aumentado muito em nosso País, devido justamente à falta de compreensão.

Fala-se muito em AIDS, mas ver é diferente de ouvir. Tive a oportunidade de conhecer uma pessoa que morreu de AIDS em meu Município. Quando o vi no enterro, os olhos fundos, a pele grudada no osso, bem magro, aquilo me causou medo, e tenho certeza de que causaria medo a várias pessoas.

Sei que é difícil passar vídeos em escolas públicas, porque são necessários recursos. Tenho certeza de que, em se fazendo isso, haverá resultado. Às vezes, só ouvimos falar, não vemos o problema de perto e achamos que isso nunca vai acontecer conosco.

Como bem observou o Deputado que me antecedeu, preocupa-nos a falta de informação e de condições das famílias mais pobres. É difícil falar de AIDS para a população de uma cidadezinha do Nordeste que às vezes nem televisão tem, nunca ouviu falar em computador, não conhece nada. Ela não tem formação, sabe o que é uma bicheira, uma pulga na unha e esse tipo de coisa, mas dificilmente conhece a AIDS. É preciso procurar algumas alternativas que possam chegar com eficiência a alguns povoados, principalmente da Região Nordeste, a que mais sofre com a falta de informação. Da Região Sudeste para cá, a informação é muito mais acessível.

Fica registrada nossa preocupação. Desejo que a Dra. Vera Lopes nos dê contribuição para que possamos, juntamente com esta Comissão, procurar alternativas para evitar essa doença que tanto mal tem causado ao nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra o Deputado Isaías Silvestre.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Sr. Presidente, gostaria de apresentar à Comissão o Diretor do Hospital Samaritano de Valadares, Dr. Marcos, que veio fazer-nos uma visita e colher algumas informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Seja bem-vindo à Comissão. Estamos discutindo tema que o senhor vive no dia-a-dia: a saúde pública do País, com foco na sexualidade da juventude.

Com a palavra a Dra. Vera Lopes dos Santos.

A SRA. VERA LOPES DOS SANTOS – Achei muito interessante as observações apresentadas a partir da nossa breve exposição. É muito importante o que o Deputado disse sobre a participação da família no processo educativo. Essa é uma grande preocupação. Temos procurado sempre nos projetos que apoiamos incentivar a comunidade a participar desse processo. É importante que a família também seja ouvida.

Mais recentemente, nessa proposta que estamos desenvolvendo agora em parceria com o Ministério da Educação, há a disponibilização de preservativo na escola. Todas as formações de profissionais envolvem a formação de pais e mães na discussão sobre a sexualidade. Os cursos que temos promovido em parceira com as Secretarias têm procurado envolver os pais ativamente. Em Curitiba, por exemplo, fizemos um curso dividido em 3 segmentos, igualmente representados: pais, professores e profissionais de saúde. Observamos que quando conseguimos a participação dos pais a mudança é qualitativa, o alcance da proposta é muito maior.

Muitas vezes encontramos dificuldades. Observamos isso no campo da educação. Muitas vezes as famílias não participam de forma ativa do acompanhamento escolar dos filhos. Isso cria dificuldade no diálogo da escola com os pais. O diálogo otimiza muito o trabalho. Tenha certeza de que é justa a preocupação que o senhor apresenta.

Nós sempre procuramos trabalhar em parceria com as famílias. Há uma experiência no Distrito Federal que talvez o Gilson possa citar, um acompanhamento feito com os adolescentes. A abordagem no trabalho de saúde do adolescente é feita essencialmente pelo trabalho com os pais. Se não se consegue trabalhar no campo da saúde com os pais, dificilmente haverá resultado positivo com relação aos adolescentes, isso quando o problema já está instalado.

Do ponto de vista preventivo, quanto mais pudermos envolver a comunidade melhor, e a entendemos nas suas mais diversas formas de organização, há inclusive parceria com as igrejas e associações. Temos muitas parcerias com trabalho comunitário de que participam diferentes organizações religiosas, de diferentes orientações.

O Deputado Luciano Leitoa referiu-se à ação educativa. Temos uma preocupação muito grande com o assunto. Já tivemos a experiência no Programa há muito tempo. Na África do Sul, por exemplo, 50% da população de 15 a 24 anos está infectada pelo vírus HIV. O impacto econômico da epidemia na África é estrondoso.

Temos observado que muitas vezes a orientação no campo educativo, com relação às campanhas, parte de um tipo de abordagem que causa reação. Já observamos no Brasil, ao longo da história, com a experiência do Programa de bastante tempo, que muitas vezes não é eficaz esse tipo de abordagem educativa, que afasta ainda mais a pessoa do problema. Aparentemente a campanha vai chocar, mas muitas vezes leva a pessoa a se afastar mais do problema. Naquele momento cria um impacto, mas não necessariamente transforma isso numa ação posterior, numa atitude.

Gostaria de esclarecer que dos 11 mil adolescentes do Brasil que hoje cumprem medidas socioeducativas de internação, 54% estão na Região Sudeste, sendo que 50% no Estado de São Paulo.

Com relação ao acesso ao preservativo, foi mencionado o incentivo à prática sexual. Fomos buscar a experiência de países que já implantaram esse programa há 4, 5 anos, onde já foi possível fazer uma avaliação de impacto. Observamos que não houve aumento da atividade sexual entre os estudantes. Todas as pesquisas dos Estados Unidos e da Europa que analisamos demonstram que não houve aumento. Onde se ampliou o acesso do adolescente ao preservativo com orientação adequada no campo educativo não houve aumento do nível de atividade sexual, ampliou-se, sim, entre os adolescentes que têm vida sexual, a adesão ao uso do preservativo.

O Presidente ressaltou que quando se consegue desenvolver programa no campo da sexualidade de forma adequada, com profissionais formados e habilitados para trabalhar a questão junto aos jovens, observamos que de fato o jovem, tendo espaço para tirar suas dúvidas, desenvolve uma consciência e tem uma atitude muito mais positiva com relação ao exercício de sua sexualidade. De forma mais responsável, está mais consciente e sabe adotar os métodos preventivos quando se fazem necessários. Isso é uma premissa, uma orientação que o programa vem adotando.

Com relação aos presídios, de fato, há uma preocupação bastante grande. Foi veiculada na imprensa notícia sobre um estudo realizado no Rio de Janeiro.

Conseguimos impactar a prevalência de HIV na população de pessoas encarceradas no Rio de Janeiro. Diminuiu a taxa de infecção de 15 para 3,5%, a partir das ações de prevenção que são feitas e do trabalho junto a toda a estrutura do presídio, os funcionários que trabalham lá dentro, diretamente com o preso. Sabemos que é um trabalho de formiguinha, mas estamos fazendo um esforço grande para trabalhar com todos o presídios.

Conseguimos desenvolver um programa que já foi discutido. Semana passada, foi aprovado no Conselho Nacional de Saúde um programa nacional, com a participação ativa dos Estados, na área da saúde e da justiça.

Com relação ao Maranhão, estive lá diversas vezes, acompanhando as ações do Programa. Há questões muito importantes que dizem respeito à realidade de cada local. Boa parte da população do Maranhão sai em busca de novas oportunidades, principalmente nas diversas regiões da Amazônia, na área de garimpo, onde também desenvolvemos nosso trabalho. A mobilidade populacional é importante fator de vulnerabilidade para as doenças sexualmente transmissíveis. Também temos estratégia específica para trabalhar com a população do garimpo, no campo da prevenção. Sabemos que há grande dificuldade do garimpo clandestino na Guiana Francesa, onde há muito maranhense – já estive lá – , e até nos Estados do Amazonas e do Pará. Por isso, o trabalho preventivo se faz realmente necessário. Os homens deixam suas famílias, vão em busca de melhor condições de vida e, na verdade, encontram imensas dificuldades de sobrevivência, pois o grau de exposição é muito elevado. Temos tido bastante preocupação de trabalhar essa interface nesse Estado, que é do Nordeste, mas possui relativa influência do Norte e no qual percebemos que o início da vida sexual é bem precoce. Assim, temos procurado trabalhar nessas frentes com a sociedade civil e as Secretarias.

Enfim, no programa de abordagem de saúde e prevenção na escola, uma das ações será a de disponibilizar preservativos, mas o objetivo principal é investir na formação dos profissionais e dos pais, a fim de que possam lidar com essa temática. Esperamos, de fato, dar salto qualitativo no trabalho que estamos desenvolvendo no campo da prevenção.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Para suas considerações finais, passo a palavra ao Sr. Gilson Maestrini Muza, representante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O SR. GILSON MAESTRINI MUZA – Sr. Presidente, na minha intervenção, vou aproveitar o tema de extrema importância abordado pelo Deputado Isaías Silvestre, a família.

Antes, porém, chamo a atenção para alguns aspectos da minha fala inicial, que talvez tenha relação com a frase final da Vera. Para conseguirmos lidar com questões ligadas à sexualidade, para trabalhar com o adolescente ou com a família, precisamos de recursos humanos. Devemos ter preocupação com a capacitação de profissionais da área da saúde, o que não ocorre atualmente.

Vou resgatar um pouco minha própria formação de médico, na qual não foi incluído qualquer tema relacionado com adolescência ou com sexualidade – não posso afirmar isso quanto aos colegas presentes. Se fizermos uma comparação com a formação dos médicos mais jovens, vamos constatar que a situação não melhorou absolutamente nada. Nos cursos de Enfermagem e de Assistência Social, relativos à área da saúde, também é precária a formação quanto a temas referentes a sexualidade e, mais ainda, a desenvolvimento emocional, muito ligado com a adoção de atitudes e comportamentos do adolescentes relacionados com a sexualidade, por exemplo.

Se não tivermos pessoas capazes de encontrar estratégias para lidar com o tema da sexualidade, que é complexa, com todos os desdobramentos que vimos aqui – o número de abortos; o número de gravidezes não planejadas, que trazem prejuízos para a própria adolescente, para a família e para a sociedade; as questões da AIDS, bem exploradas aqui, eventos que possuem expressão na saúde do indivíduo – , vamos patinar em relação à promoção da saúde ligada a esse tema.

Temos de chamar aqueles que têm a responsabilidade de formar profissionais na área da saúde para que incluam na formação esses temas ligados à sexualidade e à adolescência.

Outra questão de grande dificuldade para nós é a aproximação da família. No sistema de saúde, temos a preocupação de, toda vez que formos lidar com adolescente, não deixar de fora a família. Porém, existe o obstáculo da aproximação. Toda vez que o sistema de saúde tem oportunidade de convidar os pais para participarem do programa de promoção à saúde do adolescente, o *quorum* é pequeno. Não por culpa deles, mas por uma série de circunstâncias que os impedem de comparecer ao sistema de saúde, que funciona no horário comercial. Os pais trabalham, muitas vezes, por conta própria, e não têm como conseguir atestado de comparecimento ou licença para comparecer ao serviço de saúde, para acompanhar algum tema relacionado com a saúde do filho. Então, há essa dificuldade, que não pode nos imobilizar. Esse o propó-

sito de estarmos hoje aqui, para sugerir alternativas de enfrentarmos situação real e concreta e não ficar imobilizados. Ou seja, não há como trabalhar com os pais porque é difícil alcançá-los.

Existem experiências aqui em Brasília ou em outras localidades. Recorremos às ONGs, que têm habilidade de fazer essa aproximação com os pais, porque são os próprios pares de vizinhança, que participam de associação ou, por conhecimento, que devem estar capacitados para funcionar no papel de líderes comunitários e podem provocar os temas relacionados com o papel de pai e de mãe.

Lidar com o tema sexualidade ainda é muito complicado, pelo tabu que a envolve, pela vergonha que o assunto suscita, e pelo próprio medo de, por exemplo, ao discutir isso com nossos filhos, estimulá-los a ter relação sexual fora de hora. É um despropósito achar que isso possa estimular o adolescente a iniciar sua sexualidade. Os estudos já demonstraram isso e temos consciência disso, mas convencer os pais de que essa é uma realidade não é tão simples como gostaríamos. A família tem de ser alcançada e, evidentemente, a informação e a comunicação a respeito desses temas é indispensável, mas temos de cuidar da qualidade da informação e da comunicação que chega até os pais. A família brasileira vive hoje uma crise sem precedentes na sociedade, e temos de dar conta de que é no meio dessa crise que devemos convocá-la para reassumir esse papel de fundamental importância, que não pode ser delegado exclusivamente aos professores ou a outros agentes sociais. Ou seja, devemos estar do lado dela e encontrar estratégias para que as dificuldades de aproximação sejam superadas.

Somente com capacitação, treinamento e aproximação, por intermédio daqueles que já lidaram com essas questões, vamos poder acumular informações e estratégias para chegar ao nosso objetivo com mais eficácia e eficiência. Urge que façamos isso.

Por isso, vamos fazer campanhas, que considero importantes, para chamar a atenção da população, mas nos preocupar em que elas sejam permanentes, no âmbito das Secretarias de Saúde, das Prefeituras Municipais e das comunidades, para garantirmos acesso à informação. Vamos refletir sobre esses papéis de pai e de mãe a que estou me referindo, para garantir maior qualidade na veiculação da informação aos adolescentes, a fim de que eles tomem decisões com mais autonomia, sobriedade e seriedade, sem trazer prejuízos para sua vida afetiva, emocional e sexual, enfim, para sua vida como pessoa.

Essas questões precisam ser muito bem cuidadas para que tenhamos um mínimo de possibilidade de sucesso nesses propósitos de lidar com temas relacionados com a sexualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradeço ao Dr. Gilson Maestrini a contribuição.

Esta Comissão tem realizado várias audiências – inclusive uma com o Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada, IPEA – na tentativa de construir um plano nacional de políticas para a juventude e também criar um marco legal dos direitos dos jovens brasileiros, grande desafio para nós.

O Gilson abordou a crise da família, e, por incrível que pareça, de acordo com esse instituto, as famílias nunca estiveram tão fortes como hoje. É lógico que entendi as considerações dele, mas também acho que a pesquisa do IPEA está correta. Na verdade, todos dispõem de muita informação, principalmente com o avanço dos meios de comunicação, como, por exemplo, a televisão, a que praticamente todas as famílias têm acesso hoje.

Também há uma mudança e uma individualização, especialmente dos jovens, influenciados pela ideologia liberal, que vivenciamos desde a década de 80 até o início da década de 90. Esse engajamento coletivo das pessoas e famílias tem sofrido com essas mudanças de valores, e estamos passando por momento de transição. A família é forte, porque mesmo com a crise econômica – e o IPEA retrata muito bem – o número de pessoas que vivem sob o mesmo teto tem aumentado, ou seja, a família ainda é solidária e mantém esse núcleo familiar. Mas, ao mesmo tempo, ela perde força com relação aos conceitos morais e éticos. Essa é a crise. Talvez tenhamos de acertar nossa política de informação quanto à questão educativa, com correta política, para que consigamos aproximar a família para tratar da sexualidade. Quanto a esse assunto, também temos posturas conservadoras. Precisamos de um pouco de cuidado, pois se faz necessária a implementação de políticas públicas, com a lógica do Estado que pretendemos construir, com o entendimento de que a informação ao jovem sobre a sexualidade é fundamental para prevenir as doenças sexualmente transmissíveis. Esse o debate que devemos consolidar.

Na escola, por exemplo, algumas coisas funcionam. Pode ser que os pais não participem, não acompanhem o jovem nos postos de saúde, não vão ao médico, há toda essa dificuldade. Mas, quando fui eleito pela primeira vez membro de colegiado, em Minas Gerais, no ano de 1992, com a democratização da escola por meio de eleição, sempre que convocávamos os pais a comparecem, eles participavam. A família entende que a educação é uma possibilidade de ascensão social. O colegiado talvez pudesse ser

também forte aliado, caso as escolas o assumissem de maneira pedagógica, nessa política para ajudar o debate sobre a prevenção de doenças sexuais.

Conversei com a Dra. Vera Lopes sobre a inquietação do Deputado Luciano Leitoa com relação do PSF – Programa de Saúde da Família, que considero o maior aliado para fazermos esse trabalho de conscientização. Tenho experiência com minha companheira, que já foi Secretária de Saúde e milita nessa área. Há dificuldade de qualificar esses agentes de saúde. É a questão dos recursos humanos, preparar para a correta abordagem no lar. Caso contrário, vai afastar a família mais ainda. Então, são todos esses desafios.

A SRA. VERA LOPES DOS SANTOS – Apenas um aparte. No campo da sexualidade, há uma questão fundamental quando falamos em informação. Para a pessoa lidar com esse tema, precisa antes estar tranqüila quanto a sua própria sexualidade. Isso serve para os pais, para os professores, para os profissionais de saúde, enfim, para qualquer um que vá trabalhar essa temática com a juventude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Eram essas as minhas considerações. A Vera disse muito bem que os pais ou profissionais devem estar tranqüilos. Tivemos experiência, na Secretaria de Saúde da pequena cidade de Santa Rita do Ibitipoca, com relação a exames periódicos preventivos. As mulheres que atuavam na saúde da família ou nunca os tinham feito ou estavam sem realizá-los há mais de 3 anos. Então, como a pessoa pode ser agente, promover a saúde pública preventiva se ela própria desconhece ou tem preconceito? E a grande reclamação é que não é profissional. São muitos problemas culturais. Então, o momento é de transição, e temos de fazer essa disputa sobre os direitos, sobre a informação.

Fico muito feliz com a explanação do Deputado Isaías Silvestre sobre o conceito religioso, que também é muito importante. Este debate é muito importante, precisamos romper barreiras para tratar da sexualidade, também direito do jovem. É um absurdo acharmos que, se abordarmos esse tema, o jovem vai antecipar sua vida sexual. Ou tentar impedi-la. Mais cedo ou mais tarde, isso vai acontecer. Por isso, é importante prestar a ele todas as informações.

Dividimos a temática em saúde/sexualidade e saúde/dependência química. Vamos realizar outra audiência no dia 4 de setembro, para dar continuidade ao tema.

Informo aos nobres colegas que vamos apreciar o segundo ponto da pauta, que trata da aprovação de requerimentos.

Deixo o convite aos convidados e expositores, caso queriam permanecer. Mas sintam-se à vontade para se retirar, pois muitos têm outros compromissos.

Em nome da Comissão, agradeço a todos por terem aceito o convite para participar desta reunião.

Em apreciação o Requerimento nº 31, de 2003, do Deputado Davi Alcolumbre, para realização de encontro temático na cidade de Macapá, para debate sobre políticas para a juventude.

Solicito ao Deputado Luciano Leitoa que faça a defesa do requerimento, devido à justificada ausência do autor, Deputado Davi Alcolumbre. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUCIANO LEITOA – Sr. Presidente, este requerimento é importante e, posteriormente, se faz também necessário analisar a possibilidade de realizar esses programas em outras capitais. Quanto ao requerimento não há objeção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Informo a V.Exa. que já aprovamos a realização de audiências públicas, que chamamos de reuniões temáticas sobre a juventude, em 11 capitais. Na verdade, estamos aprovando para mais uma capital, Amapá.

Os nobres Deputados que desejarem realizar audiências em seu Estado que apresentem requerimento a ser apreciado pela Comissão. No mês de outubro, realizaremos essas audiências, para entregar os relatórios dos grupos de trabalho. Então, peço a todos os colegas que apresentem sugestão de calendário para realizarmos reuniões temáticas nas capitais de seu Estado.

Em discussão o requerimento do Deputado Davi Alcolumbre para a realização de audiência na cidade de Macapá.

Concedo a palavra ao Deputado Isaías Silvestre.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE – Concordo com a realização dessa audiência, é uma necessidade que temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Em votação o Requerimento nº 31/03.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 32/03, da Deputada Ann Pontes, para realização de audiência pública com a presença da Dra. Luciana Bertini Leitão, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que atua na 3ª Promotoria Civil em Defesa dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e Juventude.

Em discussão.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 33/03, da Deputada Ann Pontes, para realização de audiência pública com a presença do Dr. Marcel Theodor Hazeu, Coordenador Regional de Estudos do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, do Pará.

Em discussão.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 34/03, da Deputada Ann Pontes, para realização de audiência pública com a presença da Irmã Ângela Falquetto, Assessora Nacional da Pastoral da Juventude, da CNBB.

Em discussão.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 35/03, da Deputada Ann Pontes, para realização de audiência pública com a presença do Sr. Nestor Masostti, Presidente da Federação Espírita Brasileira.

Em discussão.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO LEITOA – Sr. Presidente, será que haverá tempo para ouvirmos todos no mesmo dia. A Deputada conversou com o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Informo que aprovamos os requerimento, mas nem todos confirmam presença, não podem atender na data designada. Costumamos aprovar vários nomes para facilitar a convocação diante dos aspectos regimentais. A emissão de passagem aérea exige que o nome do convocado esteja em ata. Sendo possível a presença de todos, podemos agrupá-los em 2 audiências ou em 2 painéis.

Em apreciação o Requerimento nº 36/03, da Deputada Marinha Raupp, para realização de audiência pública com a presença da Sra. Marta Porto, representante do Escritório da UNESCO no Rio de Janeiro.

Em discussão.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO LEITOA – Sr. Presidente, as audiências, às vezes, são realizadas com poucos Parlamentares. Se pudéssemos agendá-las para quinta-feira à tarde, haveria mais presenças. É o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Deputado Luciano Leitoa, fizemos várias experiências no início dos nossos trabalhos. O melhor horário confirmou-se ser quinta-feira pela manhã. Todas as outras audiências tiveram número maior de participantes. Esta quinta-feira é atípica, devido a não termos votações nominais em plenário – os Deputados anteciparam a volta ao Estado. Vários Deputados das Regiões Norte e Nordeste têm vôos à tarde, o que torna difícil a presença nesta Comissão.

Recebi requerimento do Deputado Milton Cardias, do PTB do Rio Grande do Sul, que justifica sua ausência devido a compromissos assumidos anteriormente.

Convoco audiência pública para o dia 27 de agosto, quarta-feira, às 14h30min, em comemoração ao Dia Mundial e também ao Dia Nacional da Juventude, ocorrido em 12 de agosto. Naquela oportunidade, lançaremos uma cartilha, junto com o Fundo de Populações das Nações Unidas, o MEC e outras entidades, com o resumo do livro que lançamos no Dia Mundial de População: *Direitos da População Jovem – Um Marco para o Desenvolvimento*. Nossa intenção é convidar os Secretários Estaduais de Educação para ajudar na divulgação dessa cartilha. É nossa intenção, também, distribuí-la para cada jovem que está no 2º grau, para quem o Estado tem compromisso de fazer políticas públicas específicas.

Declaro encerrados nossos trabalhos.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária realizada em 28 de agosto de 2003.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e três, às dez horas e vinte minutos, no plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, sob a presidência do Deputado Reginaldo Lopes. Compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Eduardo Seabra, Isaías Silvestre, Júlio Lopes, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Marcelo Guimarães Filho, Marinha Raupp, Mário Assad Júnior, Milton Cardias, Odair, Reginaldo Lopes, Vignatti, Zico Bronzeado e Zonta, titulares; Agnaldo Muniz, César Medeiros, Daniel Almeida, Elaine Costa e Maurício Rabelo, suplentes. Compareceu ainda o Deputado João Alfredo. Não compareceram os Deputados Celcita Pinheiro, Clóvis Fecury, Deley, Eduardo Barbosa, Júnior Betão, Luciano Leitoa, Professora Raquel Tei-

xeira e Sandro Mabel. **ABERTURA** – O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **ATA –** A leitura das atas das reuniões dos dias vinte e um e vinte e sete de agosto foi dispensada por solicitação do Deputado Lobbe Neto. Colocada em votação, as atas foram aprovadas. **ORDEM DO DIA** – Audiência pública, com a presença da Senhora Glória Diógenes, Socióloga da Universidade Federal do Ceará. O Senhor Presidente convidou a palestrante a tomar assento à Mesa para fazer a sua exposição. Falaram a respeito da matéria os Deputados Vignatti, Zico Bronzeado e Lobbe Neto. **ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, convocando outra para o dia quatro de setembro. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, ,Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente, ,Deputado Reginaldo Lopes, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Declaro aberta a 13ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar as propostas de políticas públicas para a juventude.

Tendo em vista a distribuição de cópias das atas das reuniões dos dias 21 e 27 de agosto a todos os membros presentes, indago se há necessidade de se proceder à leitura das mesmas.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Lobbe Neto.

As atas dos dias 21 e 28 estão em discussão.

Não havendo quem queira discuti-las, passamos à votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Passamos à Ordem do Dia.

Convido a socióloga Glória Diógenes, da Universidade Federal do Ceará, para debater o tema "O jovem e a cultura" e a convido para compor a Mesa.

Esclareço ainda que a convidada disporá inicialmente de 20 minutos para a exposição. Encerrada a manifestação da expositora, cada Deputado disporá de 3 minutos para as considerações e perguntas, com o mesmo prazo para resposta e possíveis réplicas e tréplicas.

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – Bom-dia. Cumprimento a Mesa e todos os presentes. É um prazer estar aqui. Eu relia um livro antes de me dirigir para cá e pensava na idéia de ficarmos circunscritos à universidade, espaço fechado onde todas as questões teóricas são discutidas, e me lembrei de São Francisco – é uma comparação meio longínqua – , quando, ao ser criada a Ordem Franciscana, disse: *"Vou-me embora, porque sou um peregrino da palavra, tenho de andar e levar essa palavra".*

Eu construo teses em movimento e não entendo a universidade como uma instituição fechada, longe de todos os acontecimentos da vida social. Vou tentar dividir minha fala em 3 momentos. No primeiro, o que significa ser jovem hoje; no segundo, como as políticas públicas têm tratado a questão da juventude; e, no terceiro momento, o que poderia ser pensado como diretrizes para outra atuação das políticas públicas no campo juvenil.

Começo com o pedacinho de um trecho de Clarice Lispector no livro *A Descoberta do Mundo*, sobre o que seria ser jovem. Ela diz:

> "Ele é grande, tem ombros largos, anda um pouco curvo. Isto passa, é o peso da adolescência. Ele é lento, ele é profundo, ele é meio devagar, ele é desastrado, quebra coisas sem querer, pede desculpas com meio sorriso assustado, é preciso ter paciência com ele, com os que são grandes como ele.
>
> Tanto paciência porque ele pode vir a ser esse silencioso desastrado a vida toda e não passar disso. É um dos tipos de adolescência mais perigosos, aquele em que muito cedo já se é um homem curvo e também se sente a grandeza sem palavras".

Ou seja, há essa idéia de que é preciso ter paciência com ele.

Em 1994, comecei uma tese de doutorado, mas antes disso também fiz vários trabalhos de pesquisa sobre moradores de rua em Fortaleza. Fizemos o primeiro censo no Brasil, por intermédio do CBIA e do UNICEF, sobre meninos e meninas de rua, sobre cenários de ambigüidades, e trabalhei com história de vida com meninos de rua, técnica que, no geral, só se faz com pessoas mais velhas. Examinamos 8 casos exemplares em Fortaleza, e comecei a perceber que é como se os jovens tivessem uma vontade de se comunicar que vem através do corpo, uma linguagem de sinais, como se houvesse quase um abismo de comunicação.

Naquele momento, meus estudos estavam mais direcionados à produção de imagens, no Governo Ciro Gomes – dá para os senhores perceberem como é um pouco longe. Eu estudava a mídia e fui convidada

a fazer essas pesquisas e pensei: vou ter de mudar de rota.

Em 1994, comecei o doutorado sobre gangues de rua. Era um momento em que esse fenômeno era extremamente emergente. Eu fiz em Fortaleza o levantamento de 9 gangues e acompanhei uma durante 1 ano, num trabalho mais antropológico. Depois terminei essa tese. Penso em lançar um livro. Poderia lançá-lo aqui em primeira mão. É sobre grupos de academia de jiu-jítsu, violência na classe média – Brasília é um grande palco também – , grupos de bailes *funk* – passei 2 anos indo a esses bailes – e torcidas de futebol, que congrega os 2 tipos de segmento juvenil, classe média e grupos de periferia.

Agora vou contar o que seria ser jovem conforme minha trajetória, em que pesquisei atitudes, sinais e valores juvenis. Vou apresentar 10 pontos, vou ser bem objetiva com relação ao que chamo de cultura juvenil. O primeiro ponto é: a juventude é a vitrine das tensões sociais. É uma coisa que trabalho muito nesse livro. A juventude "vitriniza" tudo o que é tensão e crise. Podemos saber se a sociedade está em crise através do comportamento juvenil, que crise uma sociedade atravessa, ou que forma de políticas públicas ela constrói através do signo da juventude.

A juventude "vitriniza" as tensões através do corpo, através do silêncio, através da tensão com a escola, com a família, através da própria mídia ou dos meios de comunicação de massa, ou através de um estilo juvenil próprio, a formação de tribos e guetos.

Esse primeiro ponto, a juventude é a vitrine das tensões sociais, leva-me para um segundo, o de imaginar que a juventude é como um *outdoor*. A juventude é o grande *outdoor* da era da comunicação de massa. Vivemos o momento – e acho que poucos percebem isso – do refluxo da força da palavra. Os senhores percebem que a palavra quase não é mais ouvida. Temos palavras que não causam o impacto que poderiam causar. Gosto muito de citar Hannah Arendt quando, a partir dos gregos, ela se refere à força de uma palavra viva, que é o próprio *slogan* do João Alfredo. É a idéia de que a palavra tem de ser dita com o corpo todo, com a experiência do sujeito.

Os jovens são exatamente o signo de uma sociedade em que há ódio e ação, e não a palavra. Num diálogo com os jovens, ouvimos "beleza", "massa". É difícil para o jovem construir uma narração, uma fala. Eles são os *outdoors* de todos os signos de um mundo e "vitrinizam" as tensões sociais.

O terceiro ponto é a ambigüidade. É tão interessante que há um livro do filósofo Henry Lefebvre – acho que é o maior clássico sobre modernidade – , escrito em 1972, *Introdução à Modernidade*, que diz:

> "A marca do mundo moderno é a ambigüidade. Ser e não ser ao mesmo tempo, querer e não querer ao mesmo tempo, poder e não poder ao mesmo tempo".

Essa ambigüidade está muito presente no discurso juvenil quando perguntamos a um jovem o que ele quer. Ele diz *"eu quero isso e aquilo"*, *"eu quero, mas não sei"*, e nós esperamos certezas, quando nosso mundo é de ambigüidades. O mundo é extremamente ambíguo, e o jovem também "vitriniza" essa ambigüidade, essa tensão entre lados, que vai ocorrer também pelo quarto ponto, porque a juventude representa uma passagem entre a infância e o mundo adulto.

Agora vamos voltar para o primeiro ponto, quando eu digo que a juventude é a vitrine das tensões sociais. Mais do que isso, a juventude é o signo do mundo moderno. Todos nós queremos ser jovens. A juventude é o símbolo de um tempo. E podemos pensar: mas isso não é natural? Não é. Porque, entre determinados povos históricos, entre determinadas estruturas de construção de filosofia de mundo, a velhice é o símbolo de um tempo, mas no nosso tempo não. A juventude é o signo do mundo moderno, onde tudo, de certo modo, passa pela idéia de que o mundo se congela no tempo. E a juventude sabe disso. Ela vive a tensão de que deveria mudar, tornar-se adulta, mas ser jovem sempre. Há nuanças. Às vezes, não compreendemos certos comportamentos juvenis porque não penetramos nos referentes culturais presentes.

As escolas preparam os jovens para o futuro. Essa frase é emblemática. Os jovens não sabem que futuro é esse. Eles vivem sob tensão porque não são preparados para o presente. A visão do jovem para o futuro é uma visão normativa que baliza a sociedade em geral. O que é uma visão normativa? Acho que todos aqui compactuamos com a mesma visão: dizer para o outro como eu gostaria que ele fosse. Digo para meu filho: *No futuro, quando você crescer, terá de ser um homem responsável como seu pai*. O discurso pedagógico da família e da escola está centrado no futuro, o que cria um hiato, um abismo psicológico no jovem , pois ele não é construído no presente. Traz ambigüidade, tensão, incerteza, vontades.

Ontem mesmo, meu filho queria fazer luzes no cabelo, mas estava com medo de ser visto na escola como *gay* . Em casa, depois que fez as luzes e ficou com a aparência de um surfista, ele chorou, disse que ia raspar a cabeça porque sabia o que o esperava na escola. Imaginem a angústia de ser diferente e ter um traço seu. Era uma descoberta dele, de querer ser isso e entrar em conflito com o mundo normatizado, o que ele deveria ser como aluno filho do Deputado

João Alfredo. Essa tensão cria um impacto no universo juvenil.

O quinto ponto é o movimento. A juventude cataliza toda a nossa idéia do mundo, que é de estar sempre em movimento.

Lembro música de Chico Buarque que marcou minha vida e – acho – não chama a atenção de ninguém: *Sinal fechado.* Nela ele diz: *"Me perdoa a pressa, é a alma dos nossos negócios tal qual. Não tem de que, eu também só ando assim".* Fala de duas pessoas que se encontram num sinal fechado. A tônica da conversa é a pressa, o movimento. Nada se aprofunda na tônica do movimento.

Lembro as expressões: *Parou. Por que parou? Parou por quê?* Elas também são emblemáticas de um tempo. Ouvimos isso num *show,* num estádio de futebol. Passei 2 anos em estádios. As torcidas são muito interessantes. Quando o jogador do time da torcida faz algo que desagrada o time, a torcida cai em cima: *Por que parou? Vai lá! Está mal! Está parado! Está congelado!* Dá ode ao movimento.

O sexto ponto é a mutação permanente. Mil estilos! Os jovens são capazes de sair de manhã como *punks* e à noite vão a uma festa no Mucuripe e sabem que têm de ir mais "plaiboynhos". As meninas agem do mesmo jeito. Há uma profusão de estilos, a idéia de mutação permanente.

Sétimo: o jovem fala com o corpo. No trabalho que realizei, no começo eu pretendia fazer entrevistas. Imaginem! Uma socióloga clássica, chegando para entrevistar gangues. Eles me mostravam as marcas e diziam: *"Isso aqui foi uma furada que eu levei. Isso aqui foi a polícia numa treta. Isso aqui foi um enxame".* A fala era toda contada através do corpo. Comecei a fazer um inventário das cicatrizes como uma história cravada no corpo. Falavam também das tatuagens: *"A primeira tatuagem que eu fiz foi de um gnomo fumando um baseado.* Eles chamam duende de "duente"*. "É um duente muito doido".* Significa a iniciação às drogas. O registro no corpo conta a história de uma iniciação no mundo juvenil.

As gírias juvenis descrevem o movimento. Vou dizer coisas que podem parecer estranhas, mas é necessário. Para um jovem, fazer xixi é "tirar água do joelho". Ele conta. A gíria é uma narrativa, ele narra com o corpo.

Esse sétimo ponto é para mim fundamental no trabalho que realizo em uma ONG – não sei se dará para exibir o vídeo – , o Projeto Enxame. É dar percepção a esse corpo juvenil. Uma das coisas que percebi é que as escolas – isso ouvi de um jovem em palestra que proferi em uma escola – matriculam, segundo eles, só a cabeça, 3 por 4. As escolas se esquecem dos corpos. O corpo é inquieto, o corpo quer participar.

Lembro-me de que eu era uma aluna muito inquieta, quebrava a ponta do lápis para me levantar e pedir outro porque não tinha apontador. A idéia na sala de aula é de que a pessoa tem que esquecer o corpo para construir o conhecimento, que nada é empírico, que nada é percebido com o corpo. Saramago, em seu último livro, diz que em cada dedo da mão, falange, falangeta, há um cérebro. A mão sabe primeiro que a rocha é dura. A percepção do cérebro vem depois. Então, ele vai falar do corpo como sendo esse lugar de pedagogia, de aprendizado, que a escola não experimenta.

O oitavo item é sobre a desadaptação. O Projeto Enxame, a ONG que coordeno, que ganhou o Prêmio Ayrton Senna e BNDES, está fazendo uma pesquisa no UNICEF sobre a metodologia que desenvolvemos. Temos conseguido um apoio interessante. A forma de seleção do Enxame é a seguinte: se você se encontra desadaptado na família ou na escola, se é alguém que ninguém quer, nós do Enxame queremos; alguém que não tem lugar, que parece não ter lugar na esfera pública, que se sente estranho, um revoltado, entra no Enxame. São 40 jovens. Temos trabalhado com artes visuais. Vamos encenar um espetáculo neste ano que se chama *"O Inventário de Gestos".* Vai ser um espetáculo todo silencioso. Garimpamos gestos juvenis usuais que vamos levar para as escolas para dizer: *"Estão vendo? Os jovens falam e vocês não compreendem!"* Eles falam assim. Queremos provocar o debate a partir de uma fala que nós, que estamos institucionalizados a partir de referências normativas, não decodificamos.

O nono item é muito lindo, é a reinvenção permanente. Nós viemos ao mundo para inventar. A condição humana é de invenção permanente. Só que desde pequeno a mãe diz: *"Menino, você inventa muito. Sossega!"* A gente vai podando essa nossa condição. Uma orientanda minha que é atriz diz que os velhos vão pegando... Os gestos vão ficando assim... A gente não vai aparando a criança, como diz o nordestino, para que ela não derrube as coisas? Porque a gestualidade dela é expandida, ela é toda expandida; até que um dia ela se torna adulta.

Outro ponto: o jovem é a própria capacidade instituinte. Há um filósofo que diz que o mundo se constrói a partir de dois momentos: o instituído, como a Câmara, todas as situações sociais instituídas, e o instituinte, que é a capacidade de criar algo novo. O jovem é a capacidade, é o canal instituinte da vida social. Mas se tenho medo dele... Aí vem o décimo ponto: nós tememos o jovem, nós tememos tudo o que nos

escapa, tememos tudo o que foge ao nosso controle, nós queremos que ele se ajuste ao que chamamos de mundo normatizado.

Então, o décimo ponto é o medo. Lembro-me do Belchior, compositor e intérprete, que diz assim: *"Medo, medo, medo/Cada qual com medo/Cada um guarda mais o seu segredo/A sua mão fechada*". O jovem tem medo dessa energia descontrolada porque sente que a escola vai dizer que ele é descontrolado, que é um risco. Imagine o que é um jovem se perceber como alguém que ainda não tem a percepção de trabalhar essa profusão energética e todos nós dizendo para ele, de algum modo, que ele é perigoso, ameaçador.

A partir daí, vou trabalhar 5 pontos dessa cultura juvenil, que perpassa todo o mundo social. Peguei coisas muito generalizantes – poderia me aprofundar mais – do que eu vou chamar de políticas de juventude.

Então, agora vamos entrar no que as políticas de juventude têm construído a partir desses referentes.

Um eu vou chamar de presente adiado. Nunca vai haver presente, só futuro. Uma das coisas que percebi é que a juventude é um segmento mais centrado no aqui e agora. Os jovens são mais empíricos, eles são mais terra. O Enxame é uma ONG que foi criada há 2 anos por uma bolsa que eu recebi da Fundação MacArthur. Aquelas velhas definições – ressocializar, recuperar – estou chamando de ressignificação de valores e atitudes. Como é que isso acontece? Eu chamei alguns jovens da área de Direito para ministrar uma oficina de cidadania. Os meninos do Enxame acharam aquilo esquisitíssimo porque no Enxame não existe oficina de cidadania, existe vivência de cidadania. Como é que isto acontece? A gente está grafitando um muro, por exemplo. Um menino grafita com a cor rosa. Outro chega e diz assim: *"Rosa é coisa de veado, não pode".* E o que a gente trabalha como ressignificação? *"Ah, quer dizer que só mulher é dona da cor rosa, homem não têm mais direito à cor rosa?"* E por aí vai.

Por exemplo, temos uma oficina de música que trabalha o *rap*, trabalha a música mundo, passamos por samba, dor de cotovelo, Pixinguinha; temos poesia, Carlos Drummond, malandragem. E pegamos a música *Ai, que Saudades da Amélia*. Isso provocou uma discussão de gênero interessantíssima. Ficou tudo tão dividido que ficaram os homens de um lado e as mulheres de outro. Os homens diziam que mulher gosta é de homem mau. Foi muito interessante. Isso tudo está registrado. No momento da discussão, construímos intervenções significativas. O que é um homem que não diz para a mulher que a ama? Quem é mais corajoso: quem diz que ama, sofre, se descabela, fica feliz, tem êxtase ou é aquele que é todo contido para não perder o controle? Isso vai sendo ressignificado. Isso é o Enxame. Foi sobre essa metodologia que o UNICEF pediu que escrevêssemos um livro este ano. Estamos fechando isso junto com o Ministério da Justiça. Essa metodologia seria replicada, levada para todo o Brasil.

Então, o presente adiado cria um fosso enorme no mundo juvenil entre a idéia de vivido e a idéia de futuro que não chega nunca. Ontem, a discussão aqui foi interessantíssima. Por quê? Porque o futuro pode não ter chegado para alguém com 40 anos. Ele não é mais jovem, mas ele deveria ser, porque ele tem de ser sempre jovem. E há essa coisa de todo mundo querer ser jovem. Tem gente que chega para mim, que tenho 45 anos, e diz que eu pareço uma jovem. Eu digo que não pareço, não; tenho 45 anos e tenho que parecer interessante com 45 anos. Quando você recebe um elogio nesse campo, o emblema é de que você está muito conservado. Não, eu não estou conservada, eu sou viva, é diferente.

O segundo ponto seria a padronização das condutas. O jovem entra na escola, vive na família com a idéia de que sua conduta tem de ser padronizada, ou seja, não pode ser diferenciada; o jovem que se diferencia é punido. Eu dei um curso durante um ano e meio na Polícia Civil sobre cidadania. Foi uma das coisas mais pesadas que eu já fiz na minha vida. Um agente policial teve um acontecimento terrível, trágico: o filho se suicidou em sua frente porque ele dizia que o filho estava chorando por causa de uma mulher e estava tirando notas baixas no Colégio Militar. O filho pegou o revólver em sua frente e se suicidou.

O que percebemos é que essa idéia de padronização de conduta é muito forte, está nas escolas, está em nós, que trabalhamos com os jovens, que nos dizemos libertários, criadores de um novo tempo. Por exemplo, se o Mário Volpi, do UNICEF, vai ao Enxame, eu não preparo os meninos para recebê-lo. Somos isso, com nossas contradições. Não há aquele discurso de que *"depois que eu entrei na ONG sou um menino recuperado, hoje não fumo, não uso mais drogas"*. Há menino que entra no Enxame e ainda usa droga durante um ano. Vai usando menos. Eu não digo para o menino que usar droga é feio, que ele não deve usar droga. Eu canalizo a energia da violência para a criação social. Na medida em que ele vai sendo reconhecido, que vai crescendo por outras referências que não a droga, a pichação, vai deixando. Isso é algo muito natural no processo.

O quarto ponto é que o corpo, nas escolas e na família, é um lugar de investimento de poder, e o mais cruel. Eu dei consultoria durante um ano e meio no São Miguel, onde ficam os jovens privados de liberdade em Fortaleza. Eles têm o que chamam de tranca,

um lugar onde os meninos são punidos e jogados lá dentro. Isso é contra o ECA, não é permitido. Alguns desses jovens têm 17 anos, são casados, têm filhos, têm vida sexual. Eu perguntei se os jovens têm direito a receber namoradas. Disseram: *"O que é isso?"* Eles não têm direito nem à privacidade! A atividade sexual deles é em conjunto. Se passa um filme erótico e está todo mundo junto, tudo o que acontece é com todo mundo junto. Na época foi difícil, disseram que eu queria transformar a tranca em sala de transa. Graças a Deus, em um ano e meio conseguimos fazer alguma coisa lá dentro.

O corpo é o lugar mais cruel de investimento de poder, é o lugar onde as cicatrizes, no geral, têm de ser muito retrabalhadas. É por isso que qualquer ONG, qualquer trabalho social tem que partir da subjetividade do jovem. Não adianta só profissionalizar. No meu trabalho com os jovens eles dizem assim: *"Eu ganhei um trabalho no McDonald's. No primeiro dia eu quebrei a perna; no segundo, derrubei o sanduíche".* Quer dizer, ele precisa se perceber como sujeito de direito, numa perspectiva subjetiva: eu sou sujeito de direitos, eu tenho direito a ter direitos.

O quarto ponto é que para que o jovem fale sobre algo é preciso que a gente perceba o conjunto de signos. Quer dizer, se vou para o estádio, para compreender isso eu tenho de perceber bandeira, boné, o signo da torcida dele, da ala, do núcleo; tenho de perceber como é que ele se estrutura. A gente percebe o andar de um jovem que faz parte de uma galera e o andar de um *rapper* que faz parte do *hip-hop*. É completamente diferente. Quer dizer, é preciso perceber todos esses signos, o que as escolas e instituições em geral não têm feito.

No quinto ponto, tenho um pouco de resistência ao termo protagonismo, porque acho muito óbvio. *"Vamos promover o protagonismo juvenil".* Não, o jovem já é protagonista, não é preciso promover nada, só suportar, tolerar. Nós temos uma dificuldade imensa de chegar e deixar que o jovem construa o que ele sempre foi, o que já estava ali. Lá no Enxame há um menino que é sobrinho daquele sujeito que matou os portugueses. Ele furou alguém. Ele veio porque nós recebemos jovens que vêm da liberdade assistida – LA. Conseguimos junto ao juizado receber jovens da LA para fazer arte. Isso é inédito. Está sendo uma experiência significativa. Esse menino chegou e não dizia uma palavra. Ele dizia que não sabia nada, que não tinha jeito – essa frase para mim sempre foi emblemática – , que não adiantava, que ele não sabia fazer nada. E no CD que nós vamos lançar este ano ele é um dos maiores *rappers*. Ele se descobriu um *rapper* e começou a contar a vida dele. *Rap* é ritmo e poesia. O *rap* é uma crônica de periferia, é a volta da força da palavra.

Então, o que poderíamos fazer para mudar todas essas questões? São soluções simples. Não vejo a necessidade de muito dinheiro, de grandes investimentos de recursos humanos, quantitativamente falando. O que precisamos é de pessoas preparadas para essa tarefa, preparadas mesmo. Por quê? Para que o jovem não ameace a própria pessoa, a própria idéia de controle que está no educador, a própria idéia de disciplina que está no educador.

Então, o primeiro ponto seria perceber que a arte... E aí não é preciso que sejam artes plásticas, pode-se trabalhar a matemática, a arte do corpo todo, a arte de se reinventar, as artimanhas de si, como estou vendo aqui tantas pessoas. Cada um deve saber como foi que construiu a sua identidade. Então, o jovem, de certo modo, tem artimanhas para a construção dessa identidade que não podem aparecer. E eu percebo que a arte, de certo modo, derrete territórios anestesiados do corpo e da alma.

Digamos que eu tenha algo latente, como a perda do pai, algo de que não me esqueço, uma revolta. A arte irriga algo que está latente e faz com que aquilo se transforme em criação. A arte é o grande ponto para se trabalhar jovens em situação de risco, jovens que não se comunicam com o corpo social, jovens que desistiram de si mesmos. A pior exclusão é a auto-exclusão. Viviane Forrester, no livro *O Horror Econômico,* um livro fácil de se ler, maravilhoso, já dizia que a mais profunda questão que vive o jovem é a indiferença – a indiferença no sentido de que ele não é bem-vindo, de que ele é alguém estranho, diferente.

Então, este é o primeiro ponto: trabalhar a arte como grande propulsora da criação social, como canalizadora da violência. Uma das coisas com que brinco é: quer saber o que é ressignificação? Aí vamos pegar o segundo ponto, que é trabalhar com ressignificação, não do ponto de vista normativo.

Vocês assistiram ao filme *Guerra nas Estrelas*, aparentemente besta, no qual Luke Skywalker vai encontrar-se com o último dos Jedis, que é o Mestre Yoda. Ele quer tornar-se um Jedi. Vamos tomar isso como uma metáfora: eu quero me tornar um Jedi. É o que todos queremos, como diz o Instituto Ayrton Senna, transformar nossas habilidades em competências. Eu quero ser o Jedi que eu posso ser. Então, ele chega ao planeta – lembram-se do Mestre Yoda? – tentando encontrar o grande Deus. E está lá um bichinho alegre, que pula, sem pressa. Ele: *"Me leva para o Mestre Yoda, me leva!"* Com aquela pressa de quem quer tornar-se um Jedi. E o Mestre Yoda brinca, brinca. Lá pelas tantas, como dizem os jovens, quando ele está

conversando com o Mestre, tomando um chá, ele olha e cai a ficha: *"Você é o Mestre Yoda? Você é o Deus que eu estou procurando?"* Ele diz assim: *"E você veio para cá fazer o quê?" "Eu quero me tornar um Jedi."* O Mestre diz: *"Com essa pressa?"*

Então, se eu trabalho o jovem com a mesma tônica do movimento e da pressa, não estou trabalhando o que ele está construindo, não estou trabalhando o que Clarice Lispector diz: *"Ele é um desastrado"*. Eu tenho que trabalhar é no desastre dele, é por dentro dos erros.

Vamos pegar outro filmezinho, o *Dom Juan de Marco*, a que todo mundo deve ter assistido. Está lá o Dom Juan, naquela cena que acho emblemática – as políticas públicas são aquilo ali – , dizendo que vai se matar. Embaixo está a seguinte claque: uns dizem que não, que a vida é linda, que ele não se deve matar, essa coisa meio piegas, cristã, no sentido mais conservador da palavra. E outros: *"Pula! Pula, que a gente quer ver a desgraça".* E sobe alguém do meio, como se diz no budismo, do lugar do meio, um psiquiatra, e pergunta o nome dele, pergunta quem é aquela pessoa, aquele jovem. Isso é muito significativo. Ele diz: *"Dom Juan".* E o psiquiatra diz: *"E eu sou Dom Otávio del Flores, amigo de Dom Juan".* O delírio psicótico de Dom Juan, o personagem, é construído a partir do próprio psicanalista. E naquele momento os dois descem juntos. Em nenhum momento o psiquiatra pede para o Dom Juan descer. Mas há uma questão: nunca mais o psiquiatra é o mesmo, ele se "donjuaniza".

Esse é o nosso risco. Nós estamos prontos para assumir? O meu corpo de educadora, a minha subjetividade está pronta para construir no código cultural do outro, com ele, com suas gírias, com seus desastres, com suas incertezas, uma outra realidade?

O terceiro ponto seria a força da palavra. Tem gente que chega ao Enxame – trabalhamos artes plásticas, estamos com uma discussão com o Centro Cultural Maria Lívia, de Belo Horizonte (adoro a Maria Lívia) – e diz assim: *"Ai, Glória, você quer que os meninos falem. Às vezes, é só arte"*. E eu digo para a Maria Lívia que esses meninos não querem falar nunca. Estamos fazendo um trabalho que vamos lançar neste ano. São auto-retratos. Pegamos duas fotos deles. Todos os dias eles chegam e trabalham as mesmas fotos. Dependendo do humor, eles investem nas fotos. E eles vão ter uns 100 auto-retratos, como cada um é. Depois a gente trabalha em cima de cada um desses auto-retratos.

Mas por que eu acho que a fala é fundamental? Porque a fala funda a condição humana, a fala diferencia, a fala dá força.

Temos uma idéia tão importante da fala que eu digo para o meu filho: *"Está com raiva? Não tenha raiva, não! Não, você não está com raiva da sua irmã"*. O que eu digo: *"Você está com raiva da sua irmã, mas como é essa raiva?" "Eu quero matar ela, eu quero matar essa menina!"* O que se pode fazer com isso aí? O que podemos fazer com essa raiva? Mas nunca pegar um sentimento e voltar contra o corpo do próprio jovem. Você tem que transformar isso em palavras.

No momento em que eu pergunto – e esse sentimento é comum entre os adolescentes – se meu filho tem ciúmes, recebo como resposta um não. "Eu tenho ciúme, eu estou ciúme", isso pode ser dito sem a necessidade de puxar os cabelos ou se fechar.

Como é falar de sentimentos fortes? Os rappers conseguem construir a força dessas palavras, o que nós, adultos, não conseguimos. Digo sempre para o meu filho: "Meu filho, seja sempre uma pessoa controlada". Ora, mas eu também não tenho raiva? "Meu filho, seja uma pessoa comportada." Somos permanentemente ambíguos.

Como quarto ponto, vou falar do futuro. O Cazuza diz assim: "O nosso amor a gente inventa para se distrair". Eu acho essa frase maravilhosa. O nosso amor a gente inventa, no sentido da invenção social. O nosso amor a gente inventa, tudo bem. Mas eu digo assim: o nosso futuro a gente inventa. Trabalhar o tempo todo com produção de sentido. O que é isso?

Não sei se os senhores sabem, mas agora os pichadores vão para o Iguatemi, um dos melhores shopping centers, dar autógrafos para os superboys. Às 7 horas da noite de domingo, você chega lá, eles estão sentados dando autógrafos. Eles dizem que são os que mais detonam, são os mais destacados. Ficam lá dando autógrafos para os superboys dos colégios Faria Brito, Batista etc.

Digo aos pichadores que procurem construir alguma coisa para o futuro. Eles respondem que não têm futuro e que vão morrer a qualquer hora. Eles picham paredes altíssimas. Percorri toda a cidade com eles. Por meio das pichações nos muros eles me contavam suas histórias. Eu olhava para aqueles prédios imensos da Avenida da Abolição, com 20 andares, todos pichados. Um deles me dizia: "Aquele ali é meu, tem minha assinatura, fui em quem o fiz." Indaguei-lhe como conseguiu fazer aquela pichação no último andar do prédio. Ele respondeu: "Um amigo me segura de cabeça para baixo e eu picho. Aliás, um amigo morreu há 15 dias fazendo isso. Estava sendo segurado pelas calças, mas estas escorregaram do seu corpo e ele desceu." Eles contam isso com a coisa mais normal do mundo, é como se a vida não tivesse valor algum. A vida dele não tem valor, como a sua vai ter?

O que eu vou trabalhar com esse jovem? O sentido de vida dele. Eu sei que o sentimento dele é de morte. O que eu tenho de resgatar? Uma outra produção de sentido, de vida. Os senhores entendem como é difícil? Vou dizer-lhe uma coisa bem besta. Alguns garotas dizem que homem nenhum presta. Todo homem é assim, segundo elas. Uma garota está namorando um cara massa, mas ela insiste em dizer-lhe que ele não presta. Aí, ele passa a não prestar mesmo. Vejam, o cara é ótimo, está disposto a ser bacana com ela, mas ela continua com a mesma opinião, sabe que vai ser abandonada a qualquer hora. E ela vai conseguir ser abandonada – e rápido. O sentido deles é algo muito mais concreto do que qualquer coisa. Ah, isso é subjetivo! O subjetivo, senhores, tem uma força enorme.

Para terminar, diria que a violência é uma força. Venho trabalhando com isso. Fui falar sobre isso com o Secretário de Segurança, que me considerou uma mulher maluca. Hoje, mudou de idéia e diz: " A Profa. Glória diz que a violência é uma força". Então, a violência é uma força às avessas. É uma sombra insólita. Os senhores notam que quando nos tornamos violentos sempre dizemos: "Foi uma coisa que deu em mim". "Fulano falou comigo e eu respondi assim." A pessoa sempre diz, depois de ter tido um comportamento agressivo: "Não era eu". É isso que a gente sempre diz. A violência nunca é admitida como sendo parte do indivíduo.

O que seria um grande trabalho social para o jovem? A violência, a revolta e a transgressão fazem parte do universo juvenil. Qual é grande idéia? Como canalizar isso para a fala.

Hoje nós, no Enxame, temos um trabalho muito legal com o rapper Lobão, que é nosso oficineiro, é nosso coordenador comunitário. A gente trabalha com rap, com xote, com baião, com xaxado. Ele tem sido muito legal. E o Lobão tem um rap que diz assim – cito todas as vezes: "A minha consciência é a minha arma/A letra do meu rap é a minha bala/Quando solto a voz estou dando tiro/Quando eu abro a boca estou puxando o gatilho".

Acho que esse é o grande desafio. (Palmas.)

Vou apresentar um vídeo do Enxame, feito por eles.

(Segue-se exibição de imagens.)

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – *"Fazer um enxame"* é um termo usado pela galera que significa fazer desordem, ameaçar as galeras. Fazer enxame com a polícia é todo mundo se juntar e detonar a polícia. Vamos aproveitar essa mesma expressão juvenil para fazer enxame de arte, de fotografia, de grafite, tudo isso.

Em todos os lugares que vou, visito por minha conta as ONGs que trabalham com arte e educação para jovens. Pretendo escrever sobre isso. Vou visitar a Garotos do Parque, sexta-feira.

Agradeço ao Deputado João Alfredo, à Câmara dos Deputados e ao Deputado Reginaldo Lopes o convite. Vou conversar com o Deputado Reginaldo sobre a possibilidade de lançar o livro aqui. Vou ter muito prazer em fazer isso.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradeço, em nome da Comissão, à Profa. Glória Diógenes a presença. A Comissão recebeu o livro *Cartografias da Cultura e da Violência*. Ele está aqui à disposição de todos os membros. Não vamos precisar nem aprovar o requerimento para convidá-la. A senhora já está, desde logo, convidada. Vamos apenas programar o dia.

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – E chamar mais jovens. Eu gosto de falar para eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Vamos programar a Semana Nacional da Juventude para os dias 23, 24 e 25 de setembro. Depois a secretária vai passar a todos a programação da semana. A intenção é convidar pelo menos 600 jovens das várias regiões do País.

Com a palavra o Relator, Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Sr. Presidente, Profa. Glória, companheiros Parlamentares, o tema hoje abordado é realmente muito interessante. Não podemos partir para as sugestões de políticas públicas para a juventude sem termos conhecimento aprofundado sobre a questão cultural do jovem e o que ele pensa.

A Profa. Glória falou sobre algo muito forte: o rótulo que colocam nesses jovens considerados fora do padrão normal. Sempre que algum não tem o comportamento padrão, são imediatamente rotulados pelos pais, escola e família como sem futuro. Dizem: "*Esse daí é um rapaz ou uma moça sem futuro".*

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – É um perdido.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – É um perdido, como diz o Deputado Vignatti. Esse é um combate que temos de fazer constantemente pelas pessoas que fogem do padrão normal. A vida da maioria dos grandes gênios da humanidade, em algum momento, destoou do padrão normal. Se tudo é igual, se os tijolos são todos iguais, não vai haver de maneira alguma aquele que se sobressaia e que traga alguma coisa de novo.

Pergunto à Profa. Glória, que há muito tempo trabalha com jovens – e nós temos obrigação de sugerir

políticas públicas para a juventude no nosso plano – , de que maneira podemos tornar o que hoje é pontual – existem vários projetos bem sucedidos, como o Axé, o seu e outros espalhados pelo Brasil – em algo mais abrangente. Todos esses projetos esbarram num problema muito sério, ou seja, são focalizados em pequeno número de jovens. Quando se parte para a quantidade, há dificuldade muito grande. Precisamos encontrar um meio de sugerir políticas públicas capazes de capacitar educadores para trabalhar com esse tipo de jovem. Esse jovens estão excluídos do sistema e precisam ser nele inseridos. Nossa grande preocupação em relação à criação de uma nova escola no País esbarra nisso. Precisamos que a cultura e a arte estejam presentes nisso, para tornar a escola mais atrativa. Necessitamos de dar um futuro a essas pessoas até...

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – Consideradas sem futuro.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – ... consideradas sem futuro, como bem disse a professora, e parar com esse eterno adiamento do futuro. Isso cria um sentimento negativo na juventude. Isso também aconteceu comigo, apesar de ter tido todas as oportunidades. Mas durante a minha juventude senti uma saudade do meu futuro misturada com o presente. Era uma ansiedade imensa para que ele chegasse, sem saber o que era. Se nós tivemos esse sentimento, se nós passamos por isso, todos os presentes aqui, que tiveram chances muito superiores às dos jovens criados na periferia, imaginem eles, que não têm outro caminho a não ser procurar um grupo desses – seja um grupo de *funk,* seja uma gangue*,* seja um time de futebol – para ter uma identidade e até ganhar respeito. Isso é uma fuga.

Pergunto: como poderíamos sugerir uma política pública que tornasse o que hoje é uma exceção, um exemplo bem sucedido e focal, em uma realidade para uma nova escola no Brasil? Esse é uma política verdadeira.

Agradeço, mais uma vez, à Profa. Glória a presença nesta Comissão. Todos nós estamos muito felizes com sua vinda à Comissão. Lastimo o fato de muitos convidados não terem podido vir a esta audiência.

Convido-a para a Semana da Juventude, que se iniciará no dia 22 de setembro. A participação de V.Sa. será muito importante.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO – Sr. Presidente, estou saindo para outra Comissão. Não pertenço a esta Comissão, mas conheço o trabalho de V.Exa. e do Deputado Benjamin Maranhão. O lançamento da Frente foi bem sucedido na Comissão. A Profa. Glória foi minha companheira. Fomos casados durante um período e temos dois filhos, um natural e um adotivo, o que muito me orgulha. Por isso fiz questão de assistir ao seu depoimento. Mesmo não mais sendo casado com ela, sou seu fã de carteirinha. Sempre que posso assisto às suas exposições. Orgulho-me do seu trabalho.

Sr. Presidente, gostaria de sugerir que aproveitássemos esse grande seminário, a Semana da Juventude, que a Comissão vai realizar, para dar à professora um espaço, a fim de que ela possa fazer essa apresentação novamente. Hoje, quinta-feira, é um dia atípico – estava explicando isso a ela. Quinta-feira, principalmente depois de uma votação como a de ontem, da reforma, quando dá uma ressaca e muita gente vai embora, não é o dia melhor para isso. Acho muito importante trazermos o pessoal do Projeto Enxame. Eu conheço. Poderiam trazer o pessoal que trabalha *rap*, grafite, música, fotografia. Tudo isso que vimos rapidamente é muito importante. Esta Comissão vai sugerir ao Relator, Deputado Benjamin, a ajuda da Profa. Glória. Ela pode colaborar na elaboração das políticas públicas justamente nessa mudança de enfoque, que ela mesma apresentou. Refiro-me à mudança normativa para essa idéia de ressignificação. Aprendi muito isso com ela. Sou normativista, porque sou formado em Direito. Eu, convivendo com uma socióloga, que é meio filósofa também, acabei tendo de aprender todos esses termos e essa visão nova e diferente. Seria importante que se pudesse aproveitar desse seminário a contribuição teórica e prática. A grande vantagem do Projeto Enxame é essa. As universidades, muitas vezes, estão encerradas nas suas paredes. A universidade, por intermédio do trabalho dela, saiu e está na periferia de Fortaleza. Os jovens poderiam estar em outra situação, mas realmente estão em situação de muito mais vulnerabilidade.

Parabéns ao Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, ao Relator, Deputado Benjamin. Sei que há importante consultoria na área. Estendo meus parabéns à Glória, pela exposição e pelo belo trabalho que desempenha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradeço ao Deputado João Alfredo.

Passo a palavra ao Deputado Vignatti, coordenador do seminário, que já deve ter acolhido a sugestão. S.Exa. vai refazer a programação para não apenas realizar a exposição, mas também levar os jovens da oficina.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI – Quero inicialmente cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes. Quanto

à sugestão do Deputado João Alfredo, eu já havia feito aqui comentário a esse respeito.

Profª Glória, fiquei impressionado com a clareza e o conteúdo da sua exposição. Com todo o respeito, ouso dizer que de todas as palestras que tivemos nas audiências públicas, a sua foi a que melhor retratou a juventude. A cada dia, durante essas audiências públicas, estamos descobrindo mais pessoas que constróem entendimento acerca do que é ser jovem hoje no Brasil. E isso está sendo fantástico para esta Comissão e para a Casa, porque nosso trabalho é no sentido de construir um plano nacional e elaborar um estatuto nacional para a juventude. E o seminário vai delinear esse trabalho.

É imprescindível, Profª Glória, sua colaboração. Ao seminário vão estar presentes todas as ONGs relativas ao tema, que são as mais diversas – aliás, aqui já vieram representantes de várias ONGs de todo o Brasil. Temos o desafio de envolver toda a Câmara dos Deputados nesse seminário. Ontem, eu falava sobre isso com a assessoria. O PT e todos os partidos que contam com a militância da juventude percebem o que ela reclama – eu tenho uma relação permanente com a juventude do meu Estado de Santa Catarina. A juventude é a carregadora do piano. Queremos criar a co-responsabilidade dos Deputados. Vamos enviar um *e-mail* por semana pedindo a cada Deputado que se responsabilize por trazer alguém do seu Estado para falar sobre o tema. Mesmo que isso não surta grande efeito, pelo menos envolverá todos os Deputados nessa questão e poderemos conhecer as diferentes experiências que ocorrem em todo o Brasil durante a Semana Nacional da Juventude.

Eu falava para o Deputado João Alfredo que por se tratar de uma atividade oficial, pode o Prefeito ou o Governador disponibilizar transporte e hospedagem. Acho importante a experiência do vídeo. Vamos ter de utilizar vídeos em salas e transmitir o seminário de forma permanente. Também podemos trazer os jovens do Enxame para, com sua experiência, dialogar com o Brasil inteiro. Isso é importante.

Uma das questões que me chamaram atenção foi a discussão sobre o que é ser jovem hoje no Brasil. A Profª Glória trouxe vários entendimentos a partir desse estudo. Gostaria de saber como a senhora tem feito o debate sobre a questão da faixa. Nós temos um problema sério no que se refere às políticas públicas quando se define a faixa etária de 14 a 24. Acho que isso está ultrapassadíssimo, e já fizemos o debate. Quero fazer esse questionamento, porque me chamou muito a atenção essa questão.

Voltei-me a mim mesmo, e com certeza cada um fez uma retrospectiva da sua história, do seu passado, da sua vida. Lutamos para congelar essa fase da nossa vida. Sempre queremos continuar a ser jovens, sempre queremos estar o mais próximo possível da realidade da juventude. O tempo vai passando para nós, que vamos construindo outras filosofias, outras concepções, outros sentimentos, mas sempre queremos esta próximos da juventude e congelar essa que é a melhor fase da nossa vida. Então, é relevante aprofundarmos esse entendimento importantíssimo a respeito da questão da fase.

Outra questão que ma chama muito a atenção é o valor da vida, para entendermos a questão da violência. Não estamos trabalhando o jovem problema. Temos muito forte a impressão de que ele representa a violência, a morte, a vida dos outros. Gostaria de pedir para aprofundarmos um pouco mais esse assunto.

Isso tudo servirá para o relatório. O Deputado Lobbe Neto é Presidente da Subcomissão da Educação. A Sub-Relatora da Cultura não está presente porque está dando uma entrevista ao vivo à *TV Câmara*. Mas o conteúdo dessa exposição vai também para o relatório.

Uma terceira questão é a da compreensão da escola. Vivemos um problema sério. Já falei com o Cristovam a respeito disso e quero falar da experiência que eu vivi no meu Município de Chapecó, em Santa Catarina, com uma administração popular. Lá, em 7 anos de Governo baixamos o índice de analfabetismo de 16% para 3,5%. Construímos uma metodologia em que o jovem e o adulto participam, discutem que escola querem freqüentar e como se adaptariam. Temos também o MOVA, criado por Paulo Freire. A Ação Educativa tem feito um vídeo em São Paulo sobre o repúdio que há em relação à escola formal, ao jeito que está estabelecida, porque muitas vezes não atende à realidade que o mundo jovem vive hoje.

Então, gostaria de saber se V.Sa. conseguiu aprofundar seu estudo sobre essa relação jovem-escola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Vignatti.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Zico Bronzeado, do PT do Acre.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados e público presente, saúdo a Sra. Glória Diógenes pela bela explanação sobre esse trabalho. Precisamos de pessoas como a senhora para mostrar que há grande possibilidade de incluir os excluídos da sociedade por intermédio da valorização das suas potencialidades, cobrindo uma lacuna deixada pelo Governo e pela sociedade.

Tenho observando no meu dia-a-dia questões relacionadas à família, aos irmãos, aos pais. Eu sou evangélico, ou tento ser. Na verdade, temos nossas fa-

lhas diárias, mas minha mãe é evangélica há 40 anos. E nós sempre procuramos avaliar as palavras pelo lado espiritual, os elogios e as críticas.

Às vezes, quando nos cumprimentamos, dizemos, por exemplo: *"Como vai, Benjamin?"* E ele responde: *"Mais ou menos".* O Reginaldo diz: *"Eu não estou bem como o senhor, mas vou levando."*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Quando alguém me responde *"mais ou menos",* eu pergunto: *"Mais para mais ou mais para menos?"*

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO – Às vezes, se diz: *"Não estou bem como o senhor, não".* E às vezes o senhor a quem se está referindo está com um baita problema crônico de saúde e queria estar igual ao seu próximo.

Eu queria contar uma cena. Tenho um filho de 5 anos, que adoro. Mas filho nos faz raiva, e às vezes queremos bater, como se ele fosse um bicho ou um estranho. Tudo o que meu filho vê, ele quer que compre, até porque somos do interior do Acre e lá na minha região não há tanta tecnologia em brinquedos. Aqui, em Brasília, vamos ao *shopping* conhecer as coisas; e ele quer tudo. E um dia desses ele foi me levar ao aeroporto. Tudo o que ele foi vendo, ele queria. Certa hora, quando eu estava sozinho com ele, ele me aperreou tanto que eu, como se diz na nossa gíria popular, "reinei" com ele. Nesse instante, o meu dente quebrou ao meio. *(Risos.)* Eu não falei nada, apenas soltei aquela expressão de raiva, e o meu dente partiu.

Por isso é que falamos do poder da palavra. Como geralmente as crianças são inocentes, sabemos disso, em função da proteção que elas têm, nós recebemos de volta. Assim, pude perceber que nós temos a mania e o defeito de soltar fluídos ruins para os outros, para os filhos, para os amigos. Então, pude avaliar como a nossa cultura às vezes é prejudicial.

Sobre a questão do tratamento, queria citar os nomes que os nossos pais nos dão e que somos obrigados a aceitar. Por exemplo, Saulo. Ele foi um perseguidor de Cristo e passou a ser chamado de Paulo depois que teve aquela visão, segundo nos explica a Bíblia. Saulo era uma pessoa má, atrapalhava os cultos, matava os cristãos etc. E tem gente que acha o nome bonito e coloca no filho. Então, precisamos começar a corrigir os nossos costumes, os nossos tratamentos. Devemos iniciar pelo lado espiritual, pelo nosso interior, observando o poder da palavra e corrigindo algumas coisinhas simples.

Quero citar o exemplo da recuperação dos pichadores. Eles têm uma potencialidade enorme. Aliás, tenho um pronunciamento para fazer – estava falando aqui com o Deputado Lobbe Neto – sobre Brasília, que é a Capital do Brasil, é a nossa cidade. Quando eu estou em Brasília eu me sinto brasiliense, porque esta cidade é de todos nós e não só dos brasilienses que aqui nasceram. Aqui nós vemos um sistema de transporte precário, os prédios públicos todos pichados e uma desorganização enorme. Há um grande desrespeito para com a Capital, uma desorganização, e precisamos cobrar dos Governos Federal e Estadual cuidado para com a cidade. E uma das coisas interessantíssimas que há é o projeto para inclusão dos pichadores, que visa a recuperação daquilo que eles picharam buscando atender o ego, a vontade de pintar, de registrar a marca deles.

Num outro seminário podemos abranger uma comunidade maior. A partir desses encontros da nossa Comissão, poderemos ter uma concepção de recuperação maior e melhor. Eu, por exemplo, sou da floresta. Produzi um *slogan* na minha página: *"Desenvolvimento sustentado: a inclusão social dos povos da floresta".* Na Amazônia, grande parte dos trabalhadores são rurais, e o extrativismo está ultrapassado. O plano de manejo florestal vai incluir os povos da floresta como cidadãos que estão crescendo, que têm outra alternativa de sobrevivência, para se manterem e ajudarem a gerar emprego e renda. Então, inclusão social é produzir. Acho que temos de incluir esses cidadãos discriminados e fazê-los produzir para ajudar a embelezar os nossos prédios públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Zico Bronzeado.

Passo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Caro Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, caro Relator, Deputado Benjamin Maranhão, Srs. Deputados, seria muito importante que todos os Parlamentares desta Comissão estivessem presentes para escutar o depoimento da nobre socióloga. Infelizmente, tendo em vista a votação de ontem e o funcionamento de algumas outras Comissões, estamos com um *quorum* não a contento. A nossa Relatora da cultura acabou de chegar, é a Deputada Marinha Raupp. Já demos a ela a tarefa de ler tudo o que aconteceu durante o depoimento.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – Tarefa que foi aceita de pronto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Seria pedir muito que a socióloga Glória repetisse tudo outra vez para a Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – Tenho certeza de que o Deputado Lobbe Neto vai me passar as informações. Já estava aqui ouvindo dos assessores que foi maravilhoso. Vamos conversar depois.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Quero parabenizar a socióloga Glória Diógenes pelo depoimento. De todos os depoimentos que tivemos aqui, o dela foi o que mais focalizou o jovem, o que mais está próximo da juventude. Os outros depoimentos, de várias entidades e de vários segmentos da sociedade, ao final falavam do que seria bom para o jovem e não do que o jovem realmente gostaria que fizessem por ele. O depoimento da socióloga Glória foi muito profundo. Parabenizo-a também pela energia e pelo conhecimento da área.

Acredito que o Relator Benjamin Maranhão e nossos Relatores das Subcomissões e do Grupo de Trabalho obtiveram hoje um bom material para trabalhar. Depois da explanação da socióloga Glória, entendemos que o melhor plano, o melhor estatuto para a juventude é não ter estatuto. Devemos deixar o jovem com a sua liberdade. Não devemos normatizar nada. Aqui estamos trabalhando para fazer uma normatização sobre o que seria bom para a juventude, mas depois do depoimento da socióloga Glória entendemos que o melhor é não ter estatuto nenhum, é deixá-los ter liberdade. O que temos que fazer é um estatuto apenas para entendê-los. Aprendi isso hoje. É sempre bom ir aprendendo a cada dia. A sociedade normatiza tanto os costumes, a vontade, a expressão da liberdade que, ao fazermos um estatuto para a juventude, podemos estar cerceando sua liberdade, suas vontades, seu jeito, sua maneira de expressão.

Então, devemos ter cuidado, caro Relator, com a normatização do que seria bom para o jovem. E dentro dessas questões, gostaria de perguntar...

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Só um aparte, Deputado Lobbe Neto. Temos de garantir nesse plano nacional para a juventude que pelo menos o jovem tenha direito de expor sua individualidade, ou melhor, sua singularidade – singularidade é diferente de individualidade; a singularidade é única.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Certo. E dentro do que estamos conversando, eu gostaria de fazer algumas questões. Uma delas é a seguinte, Sra. Glória: o que a senhora acha de os próprios jovens virem a esta Comissão dar seus depoimentos? Estamos ouvindo muitas entidades, muitos segmentos, muitos setores falando sobre o jovem, mas ainda não ouvimos o próprio jovem falar sobre ele, sobre o que gostaria, sobre a maneira de ele ser incluído na sociedade. Essa é uma questão.

Outra questão. A Constituição nos garante direitos culturais. Nesse sentido, todos os brasileiros têm o direito de usufruir e de participar dos movimentos culturais que existem. Só que a cultura ainda é privilégio para alguns poucos. Pergunto: o que poderemos fazer para que o princípio da cidadania cultural se torne realidade para o segmento da juventude brasileira? Quero referir-me a uma questão mais ampla e não apenas a alguns projetos que massificam a arte e a cultura.

Aproveitando a oportunidade, o que acha do esporte como meio de inclusão do jovem, para que ele também possa incluir-se na arte e na cultura?

Gostaria de reforçar o convite que o nosso Presidente fez para que volte a estar conosco na Semana da Juventude. Acho que é muito importante trazer a entidade, para que participe ativamente, até com depoimentos dos próprios jovens sobre a entidade e sua inclusão na sociedade.

Gostaria também de saber, no que se refere ao Projeto Enxame, como está a inclusão escolar propriamente. Queria saber, na relação direta com a escola, como está a inclusão e como eles conseguem participar de uma escola cuja norma é totalmente antiquada, vamos dizer assim, em relação à estrutura do Enxame. Queria saber como é essa inclusão em relação à escola normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra à professora e socióloga Glória Diógenes.

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – Vou começar fazendo uma brincadeira, porque o Deputado Zico Bronzeado falou da questão da família. Muitas vezes, nessa tensão entre juventude e família, estamos muito preocupados com o jovem, mas não estamos preocupados com os pais. Certa vez, minha filha me disse: *"Mãe, eu queria que você fosse uma mãe normal".* Para mim, foi um veio de discussão maravilhoso. Como é uma mãe normal? A mãe normal não sai na semana de prova da filha; leva a filha para o pagode, embora o odeie; enfim, ouvi tudo sobre a mãe normal. Sobre a idéia do comportamento normativo, está na nossa cabeça o que seria um pai ou uma mãe ideal. Isso provoca uma culpa, um abismo, um hiato dentro de cada um de nós, porque todos nós corremos atrás do prejuízo. Lembro-me de que, quando comecei a perceber isso – tenho 4 filhos – , tive muita preocupação de como ser uma mãe legal. Minhas amigas contavam sempre historinhas para os filhos dormirem. Certo dia, um filho meu pediu: *"Mãe, conta uma historinha".* Aí, eu pensei: *"Estou mais é precisando de ouvir uma historinha. Você não quer contar uma historinha para sua mãe?".*

Fui estudar a história da juventude. Há um livro de Norbet Schindler, *Os Tutores da Desordem,* que é genial. Nossos jovens vivem essa precatória em todos os níveis, mas um dia farão alguma coisa. Pegamos esses jovens e congelamos dentro de casa, para que um dia possam ter uma ação mais ativa.

Adalberto Barreto diz algo muito engraçado, ou seja, que criamos umas lesminhas na classe média. Pegamos as lesminhas e dissemos: *"Não saia do shopping".* Então, tiramos do *shopping,* levamos à escola etc. Aí a lesminha sai na rua sozinha e o carro a pega, porque não sabe lidar com o mundo.

Fui descobrindo que atualmente é muito importante falar aos pais como poderíamos não ter culpa. Aí vem a festa das mães, quando estou sempre com problemas. Eu digo: *"Meu Deus, meu filho está me homenageando e eu fazendo tanta coisa! Será que estou dando mais para os meninos do Enxame ou para meus filhos?"* Fica sempre aquela preocupação. É também importante essa discussão de como agir nesse momento, dentro de uma estrutura normativa, porque também existe uma estrutura normativa de valores em relação aos pais e mães.

Uma das questões que tenho trabalhado, quando forneço consultoria, é que não há família sem solução. Como devo permanecer dentro da minha família? Na Curumins, uma ONG para a qual dei consultoria, eles tiram os meninos da rua e levam para as famílias, o que é próprio das políticas públicas. Ora, numa família específica que conheci, a mãe bebe – como o pai, que está preso – , se prostitui e vende drogas pequenas. O menino volta para essa família, como se fosse a solução para a vida dele, completamente despreparado. Nessa época, pensei num plano para a FEBEM, que incluía família, cidadania e qualidade de vida. Fala-se em questão holística. A questão holística é a família. Deve-se trabalhar esse tripé: família, jovem, escola.

Nossas políticas públicas são para o jovem, o velho, a mãe, o pai. Isso é família. Deve-se trabalhar como o jovem se situa dentro dessa constelação. Dissemos que sua mãe é assim e o seu pai é assim. Como lidar com isso? Não é a família ideal, que está na cabeça do educador, de quem trabalha com a criança.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Pela oportunidade, gostaria apenas de fazer uma pergunta, tendo em vista o que V.Sa. abordou sobre uma mãe que usa drogas etc. Pelo trabalho que realizou, o filho do pai ou da mãe fora do padrão normal quer fazer o contrário do pai ou ser o espelho do mesmo? Por exemplo, se o pai bebe muito, fuma, joga, o filho vai querer fazer o mesmo ou ficará avesso àquilo que o pai está fazendo fora do padrão? Gostaria de saber a sua opinião como socióloga, até para sabermos o que fazer com nossos filhos.

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – Eu já anotei tanta coisa, mas não sei se darei conta. Se eu esquecer, V.Exa. me lembra?

O Deputado Vignatti me perguntou a respeito de como estamos analisando a faixa etária de 14 a 24 anos. Quando chegamos no Enxame, era algo muito atípico. O Enxame começou com uma bolsa da Fundação MacArthur, que tinha um concurso – parece-me que não tem mais – no Brasil. Eles davam bolsas a brasileiros para começar um projeto que considerassem exemplar. Não é uma ONG, mas algo social, de empreendedorismo. Começamos com oficinas de arte, todos os sábados, no Morro Santa Terezinha. A idéia, inicialmente, era só oficina de arte. Não seriam todos os sábados, mas os jovens pediam mais e não havia oficineiro. Eu comecei a ser oficineira sem ser artista. Convidei um amigo que sabia fazer fotos em latinhas e comecei a fazer oficinas sobre lugares que contam suas histórias e pessoas que contam suas histórias. Eles fotografavam o morro, o cemitério, onde eles se escondiam da polícia, guarda-roupas desfocados. Eu perguntei: *"Que guarda-roupa é esse?"* Uma pessoa me disse que casou muito cedo, que a mulher era muito ciumenta e tinha o sonho de ter um guarda-roupa de 6 portas. Na primeira briga, ela quebrou o guarda-roupa, que na foto estava estranho. Havia uma foto com uma mãe, de costas, sentada numa cadeira de balanço. Essa foto foi muito significativa. Eu perguntei: *"De quem é essa foto?".* E me disseram: *"Da minha mãe. É como ela fica".* Começamos a pegar imagens e narrações.

A partir daí, algo interessante, nessa primeira leva do Enxame, é que havia jovens de 22, 23, 24 anos. Nós não éramos uma ONG e não tínhamos satisfação nenhuma a dar a ninguém, pois éramos bolsistas da Fundação MacArthur.

Certa vez, saiu no jornal *O Povo* uma matéria de página inteira e uma pessoa do Ministério da Justiça leu e perguntou: *"Quem é essa pessoa?"* A Graça Gadelha disse: *"É a Glória".* A pessoa queria me conhecer. Eu corri para o aeroporto para conhecer essa pessoa. Era a Nevinha, que disse: *"Eu quero financiar essa ONG".* Eu disse: *"Mas não é ONG".* Então, começa o processo do Enxame tornar-se ONG, o que era algo completamente atípico. Os financiadores, em geral, exigem uma faixa etária de 13 a 18 anos. Aí comecei a pensar: não preciso disso, sou professora da UFC, a ONG não é minha, não é meu ganha-pão, o que me dá muita liberdade. Sou de uma família de Jaguaribe, onde o povo é pistoleiro. Sou meio tinhosa. Gosto de me divertir na vida, fazer o que eu acredito. Se não for do meu jeito, invento outra coisa. Adoro inventar. As instituições financeiras já sabem que o Enxame é daquele jeito.

Aí vem a sua pergunta: por que 40 pessoas? Até hoje tem jovem com 21 anos que não considero pronto para sair, como existe jovem com 12 anos que considero pronto para entrar. Certa época, o Enxame ficou

sem nenhum tostão. Era a época da greve na universidade. Meu salário ficou atrasado. Minha poupança foi para sustentar a história, para ela não morrer. Em casa, fiquei sem nada, e os meninos queriam me matar. Nessa época, um jovem chamado Dô olhou para mim e disse: *"O Enxame não pode morrer. Várias vezes eu coloquei um canivete aqui para me matar. Se o Enxame morrer, eu não sei para onde eu vou".* Esse rapaz hoje está legal, trabalha no aeroporto, tem, como eles dizem, um trampo legal. Hoje, de vez em quando, quando não fica bem, vai lá. Quando não está bem, por alguma coisa, ele diz: *"Oi, Glória, vim aqui".* Ele vai lá em alguma atividade, como, por exemplo, o ensaio da banda, e vai embora.

O que são os 40? Gosto muito de ler coisa que não é da minha área. Comecei a ler sobre física quântica e comecei a relativizar um monte de coisas: a idéia de tempo, de quantidade. Por exemplo, um dos meninos que era pichador e se tornou *rapper*, me disse que tinha de cantar para os meninos do bairro dele. Ele não é do Mucuripe, mas do Caça e Pesca. Imagine um cara que sai da casa dele, pega um ônibus, vai para o baile *funk*, briga com a polícia e com uma galera. Um cara como esse no PT é um militante aguerrido, é um cara que tem força! Mas quando um cara desse se torna outra coisa...

Uma das meninas que vocês viram ali, a negra, a Lila, entrou com 13 anos. Começamos a receber meninos da LA, entraram 10 de uma vez. Eu nunca coordenei nada. Estou aprendendo. O Enxame tem 2 anos e meio. Entrou uma leva de 10 meninos da LA. Era menino vendendo loló, era guerra de galera. Eu tive de fechar 10 dias. Eles marcavam lá dentro. A Lila, nessa época, entrou nesse grupo e cometeu um assalto. Imagine! Era menina da fundação do Enxame. Vai para o Aldaci Barbosa. Só que lá ela descobre que é diferente e que o Enxame está dentro dela. Ela saiu e hoje é uma grande *rapper.* Eu queria que ela hoje viesse aqui. Ela passou por isso, mas sua visão, suas ferramentas são diferenciadas. O relato dela mexe com mais 20 ou 30. Vocês estão entendendo?

Eu não quero mais que 40, porque o trabalho da ONG não é governamental. O Governo deve atender a população. Qual o trabalho da ONG, a meu ver? Criar uma metodologia para subsidiar a política pública governamental. Estou testando metodologia. Estou atendendo para ter um suporte, um conhecimento, para poder estar com vocês, para poder estar no UNICEF. Esta é a função restrita. Criar um balcão de atendimento é muito pouco para uma ONG.

Tenho visitado várias ONGs, inclusive em Salvador. Sento com meu gravador e pergunto: O que vocês fazem e como? Ninguém sabe dizer como fazer, ninguém tem uma construção metodológica. As ONGs não estão preparadas para sistematizar um conhecimento metodológico. Elas fazem, mas não sabem qual estratégia usam. Quando estou usando uma máquina de fotografia para pedir que conte sua história, eu sei o que estou fazendo. Posso chegar em outro lugar, mas sei o que estou fazendo. Não me interessa o que, o quanto, mas como. Não existe o poder, mas práticas e relações de poder. Quero saber como ele se exerce. Se eu souber como ele se exerce, posso intervir, mas se eu souber só o que ele é, quem tem poder, quem não tem poder, isso não existe. Tenho que saber como ele se exerce. No Enxame, estou interessada nos "comos", como cada coisa acontece, como cada jovem relaciona-se. Aí eu aprendo, reaprendo o tempo inteiro e posso levar essa experiência.

Na questão da normatização, não é que não normatizamos nada, mas algo em movimento. Essa é a idéia, algo oxigenado, poroso. A norma não pode ser congelada como instituição. O meu problema é que crio normas e cobro depois. Eu digo para o meu filho: *"Mas você não disse que queria isso? Agora está querendo outra coisa!".* A gente não entende que a vida é um processo de construção. Até brinco que a idéia da cultura é como identidade. Ninguém perdeu a identidade. Todos nós temos nossa identidade, que pode ser auto-excluída, de costas para o Estado, como dizia Ruth Cardoso. Podemos ter tudo isso. Agora, temos de reconstruir a idéia de complexidade dessa identidade, que às vezes é simplificada: o bem e o mal, o bandido e o mocinho, o que presta e o que não presta. Esse não é um processo fácil. Todos têm cultura.

Conhecem aquela discussão esquisita sobre revitalização do centro da cidade? É como dizer que o povo tem cultura. O centro da cidade tem a sua vitalidade, os seus códigos: prostitutas, travestis etc. Por que vou revitalizar? Porque quero uma cidade oficial, com turismo e normas institucionais.

O que os jovens têm? A cultura deles. Citarei um filme besta, o *Batman*. A cidade existente é Gotham City. A cidade do Pingüim está nos esgotos. Então, digo que eles não têm cultura. Só que existe uma cultura submersa tão potente que faz com que estejamos aqui perguntando como trabalhar a violência, esses códigos, que são todos cifrados, como hieróglifos, quase outra linguagem. Por quê? Porque está lá na cidade submersa. No filme, quando o Pingüim fura a terra, sobe com outra lógica, que ninguém conhece. Trata-se da nossa perplexidade permanente. Para entendermos isso, é preciso entender que a cultura é circular, um movimento permanente. Preciso me movimentar para perceber.

A questão da família. No Ceará usamos a palavra "ispilicute", que é uma pessoa espevitada. Somos novinhos, começamos a trabalhar agora. Com o BNDES, que é complicado, começaremos a trabalhar a família e a escola. Com 2 anos e meio, priorizamos trabalhar por dentro. Nunca quis dar uma pernada maior do que tínhamos em termos de recursos humanos. Pretendemos fazer o quê? Criamos o seguinte plano: criamos um certificado. Não existe o selo UNICEF? Pois é. Fizemos um selo bem bonito do Enxame. Cada menino da escola vai ter um certificado, mas ele vai fazer uma intervenção artística e vai ficar na escola – aqui tem um menino do Enxame. Aí vamos dizer para a escola o que aquele menino faz, porque a escola não sabe do que ele é capaz, que ele tem um potencial. Pretendemos levar para a escola do Morro Santa Terezinha o trabalho desenvolvido pelo Enxame, para que as escolas possam perceber que o pichador é um cara considerado, como eles dizem: *"O cara é considerado, rapaz. Pois não é? O cara arrebenta no grafite. O cara canta isso aí? Como é que pode um negócio desse?"*

O espetáculo *Um Inventários de Gestos* está sendo feito em torno disso. Existe um CD, cuja trilha sonora é toda nossa, todo de *rap*, que eu chamo de *rapper*-mundo.

Por exemplo, trabalhamos Drumond. Não sei se vocês sabem que Drumond foi expulso da escola dos Jesuítas por insubordinação mental – achei isso ótimo. Não tem aquela música do Drumond que o Paulo Diniz, nosso nordestino, canta e que diz: *"E agora, José? A festa acabou, a luz apagou".* Vocês conhecem? Então, no Enxame, nós trabalhamos a música *E agora, José?* Pedimos para cada jovem dizer: *"E agora, Mariana? E agora, Lila? E agora?"* E o *rap* é legal, porque ele pode ser "sampleado". O que é "samplear"? É, no meio do *rap*, entrar uma voz. Entra *Patativa*, pode entrar *Triste Partida*, de Luiz Gonzaga, pode entrar *E agora, José?* E aí entra o *rap* da Lila, que diz: *E agora, Lila?* Vocês estão entendendo?

Todo o processo desse teatro vai ser filmado. Vou levar o vídeo para as escolas, para se discutir uma linguagem de sinais juvenis, uma estética juvenil. O espetáculo é todo silencioso, é todo feito numa linguagem que as escolas não percebem. Os jovens, o tempo todo, ensejam com seus corpos, atitudes, adereços. Isso tudo será discutido nas escolas.

O Mário Volpi foi lá e nós dissemos a ele que não procuramos experiência exitosa. Eu disse que não considero o Enxame uma experiência exitosa. E por quê? Porque estamos engatinhando mesmo. Ainda somos pequenininhos, temos 2 anos e meio. Temos mais atrevimento, idéias e vontade do que algo consolidado – e nem pretendemos ter. Vocês entendem? Não quero que vocês pensem que o Enxame é tudo. Não é, pessoal. Trata-se de uma experiência de aprendizagem ainda. Ainda temos um bocado de dificuldades, principalmente de lidar com financiadores, o que é muito chato, porque eles são difíceis, querem impor coisas.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, quero reforçar aqui a questão da escola. A pergunta que fiz não é sobre o que o Enxame está fazendo em relação à escola.

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – O que eu penso?

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Quero saber como estão os jovens que participam do Enxame em grau de escolaridade, e não o que o Enxame vai fazer na escola. Essa é uma questão específica de quem freqüenta o Enxame. Eu queria saber como está a vida escolar deles.

Outra coisa que eu quero saber é sobre o pai ou a mãe fora da curva. Qual a relação do jovem com o pai que bebe ou a mãe que fuma etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Professora, para que possamos organizar. Temos 2 Deputadas inscritas depois do Deputado Benjamim Maranhão. Logo após a fala de S.Exas., a senhora responde à pergunta.

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – Deixe-me responder agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Tem a palavra V.Sa.

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – No Enxame temos 40 jovens. Sendo assim, temos uma história de vida, e temos uma pasta, que sempre é atualizada, contendo tudo de cada um deles. As gírias que eles falam no começo, o que eles vão mudando, os trabalhos que eles vão fazendo, os auto-retratos, processo do Juizado, tudo isso é acompanhado.

Quanto à escola, o pessoal disca e diz assim: *"E você?" "Estou fora da escola." "Como é que tu aceita, Glória, um menino fora da escola?"* E eu digo: *"E quem que vai aceitar? Eu vou aceitar para ele um dia voltar."* Agora, eu não vou dizer: *"Olha, você entrou no Enxame e na mesma hora tem de entrar na escola".* Não sou louca! Ele vai entrar, ele volta. Ele tem o seu tempo. Eu aceito.

Temos 3 meninos do Enxame que estão fora da escola. E por quê? Por insubordinação. Não são aceitos em nenhuma escola do bairro, o que dificulta, porque já picharam, já depredaram, já fizeram treta de gangue em frente à escola. Então, essa é a relação: ou estão na escola ou dizem para tirar de tempo, que é um termo juvenil. Tirar de tempo significa que o jovem não tem nada para fazer, por isso, de repente, ele vai

para a escola. Tirar de tempo é uma expressão legal, até a assumi para mim.

Agora, vontade de estar na escola quase nenhum jovem do Enxame tem. A escola não seduz. Um menino colocou tachinha na cadeira da tia, outro queria colocar uma bomba no armário. Não é brincadeira! Mas fazemos um acompanhamento. Um outro menino pegou aquela música que diz: *"O chefe da polícia, pelo telefone, mandou me avisar".* Ele ouviu a música e fez uma redação sobre o surgimento do samba no Brasil. E vejam o que a professora fez. Perguntou ao menino: *"Mas você não quer nada com a vida. O que está acontecendo? Está acontecendo alguma coisa, só pode estar doente".* Ele veio contar para mim que a professora perguntou o que estava acontecendo. E perguntei: *"O que você respondeu?"* Ele disse: *"Aí, Glória, eu tive uma pena dela, sabe?"* Quer dizer, antes ele tinha raiva, mas depois ele pensou que não valeria a pena gastar munição com ela. E, num terceiro momento, ele pôde dar um outro significado ao que aconteceu e ensinar à professora. Eu disse a ele: *"Da próxima vez, passe para ela o que ela poderia ter dito para você".* E o que ela poderia ter dito? *"Cara, onde foi que você aprendeu isso?"*

Então, é um outro modelo. A mãe é tudo para esse segmento. Fiz uma pesquisa para o UNICEF sobre o que o jovem pensa do futuro. Perguntei sobre o que eles pensam do futuro do planeta, do Brasil, da família e deles mesmos. Resultado: 84% dos alunos das escolas públicas e particulares disseram que o planeta vai acabar rapidamente; 64% dos alunos acentuaram, sobre o futuro do Brasil, desemprego, desigualdade. A média foi muito parecida na PUC, que é particular, e isso me chamou muito a atenção. Quando chegou neles, responderam que todo mundo vai se dar bem. Vocês estão entendendo a questão do individualismo? O planeta vai explodir e eles vão para um outro planeta. Deve ser. A percepção de futuro é algo que deve ser trabalhado, já que predomina a idéia de que "eu vou me dar bem, o planeta pode até explodir".

Então, a mãe é sagrada nesse segmento e o pai é alguém que é negado ou afirmado como modelo. Por exemplo, o pai e a mãe de um dos meninos de lá estão presos, e ele está com a avó. Ele sonha com a volta da mãe, mas quanto ao pai ele espera que "esse diabo" fique preso mais tempo. E a mãe cometeu tantos atos infracionais quanto o pai, talvez piores, segundo ele me conta, pois ela batia nos filhos. Mas a mãe é uma figura emblemática, salvaguardada. Agora, o pai voltou, foi para uma igreja evangélica e levou o filho. Aí o filho dizia assim: *"Eu não acredito nesse meu pai".* É um total descrédito em relação à figura paterna que chego a dizer que todas as leis foram rompidas: a lei do pai, a lei do patrão, a lei de Deus. Não se tem mais referencial onde se possa, a partir daí, ter mais humildade, ter limite. Temos que resgatar esses valores. Não necessariamente vir aqui resgatá-los, mas a pessoa tem que temer no sentido de respeito, não no sentido do medo.

Então, eu digo que o pai é um modelo às avessas. Se ele bebe, *"eu bebo durante um época, mas depois é capaz de eu ficar legal".* Um dos meninos de lá diz que o pai é um bonde errado. Sabem o que ele faz com o pai e por isso estou morrendo de medo? Quando o pai chega bêbado, ele bate no pai. E ele conta isso no grupo. O Enxame é um lugar onde tudo é dito, como, por exemplo: *"Furei um ontem".* Perguntam-me: *"Mas, Glória, como é que você ouve isso?"* E eu digo: *"Eu passei 6 anos ouvindo isso".* Eles dizem assim: *"A gente conta para ela porque ela é limpeza".* Será que somos "limpeza" e podemos ouvir tudo isso?

Então, ele bate no pai para ensinar o pai a ser homem. Qualquer dia ele mata o pai, ou o pai o mata. No mundo moderno do trabalho não existe a figura do pai como provedor. Há crise nessa área, porque a figura do pai não é a de trabalho, ele não é modelo. Ele diz que o trabalho não compensa, que não dignifica, porque o pai dele está lascado, bebe, bate na mãe. Mas a mãe, eu ainda não entendo por que, merece muito. A mãe pode fazer o que quiser, porque a mãe é mãe.

Do mesmo jeito, fizemos atividades de corpo, porque eles têm a maior dificuldade nesse campo. Trabalhamos com coreógrafos várias atividades de dança e de teatro; trabalhamos com autores importantes, do modo mais contemporâneo possível, ou seja, a arte com excelência. Para eles, tocar no outro é a coisa mais difícil. Eles têm o corpo crispado, completamente fechado. Perguntei se eles eram tocados por alguém, e a resposta era sempre: só pela mãe; só a mãe tocava neles. Então percebi que a mãe podia ser alcoólatra ou se prostituir, mas era a única que tocava neles. No geral, ela tem afeto, que pode ser até meio irracional, mas tem. Ela não perdeu isso, é algo que vem do coração, é visceral. Eles somente são tocados pela mãe. Acho que isso responde alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Concedo a palavra à Deputada Marinha Raupp.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – Dra. Glória, primeiro, minhas desculpas por eu não estar presente durante seu pronunciamento. A senhora viu que fui cobrada por causa do meu atraso, e agradeço muito sua compreensão, mas tive um compromisso no exato momento de sua fala. No entanto, pelo entusiasmo de todos, considero que foi muito boa. A Deputada Alice Portugal disse que sua explanação foi muito importante para a Comissão. O tema, aliás, é

muito importante. Nós estávamos procurando entender como o Governo vai definir as políticas públicas para a juventude, se precisamos ou não "normatizar", entre aspas, um estatuto para a juventude. Alguns acham que sim, pois já aprovaram o Estatuto do Idoso, então defende-se também o Estatuto da Juventude.

Sr. Presidente, preocupa-me muito o fato de que projetos e ações bem-sucedidos de universidades ou de ONGs tornam-se muito difíceis quando partem para a área do Governo. Esse é o ponto fundamental. Em todos os Estados acabamos vendo atividades direcionadas para a juventude serem desenvolvidas com êxito, mas não no âmbito nacional. O Governo do Ceará desenvolve bem essas políticas? Ele participa do projeto? Existe alguma política pública definida na instância da cultura no seu Estado?

E no âmbito municipal? Já há integração do Estado com os Municípios, existe uma secretaria municipal ou estadual para assuntos da juventude? Como é essa interação? Trata-se de questão fundamental para nós, porque a Câmara dos Deputados tem a missão maior de mostrar como trabalhar nessa área no Brasil.

No que tange à questão do financiamento – outro ponto importante – , é difícil para uma ONG buscar recursos; mas, ao mesmo tempo, sem eles, como executar as atividades? Quando se fala das experiências com teatro, dança, pintura, grafitismo, como isso se dá? Como poderemos formatar isso no âmbito nacional? Existe alguma coisa oficializada e um percentual definido no Ceará? Há outras informações que poderiam nos ajudar. É exatamente isso o que buscamos. Quando cheguei várias pessoas, entre elas o Deputado Lobbe Neto, disseram-me que a senhora trata da questão em termos novos, especificamente, o caso da mutação permanente: a exclusão e a auto-exclusão. Qual delas é a pior? A senhora tem experiência quanto à auto-exclusão do jovem?

Com relação à educação, nas redes pública e particular de ensino, a senhora considera possível desenvolvermos atividades, a exemplo de sua experiência, dentro da escola? Em caso afirmativo, como seria? Poderia ser uma proposta curricular? Será que no primeiro momento, deveríamos cobrar e, depois, deixar a coisa mais aberta?

A senhora fala de interação e da universalização do jovem. Se isso for fragmentado, estaríamos normatizando, pontuando e rotulando. E se não for feito assim, como o jovem vai ter essa "cultura", entre aspas, nas áreas em que eles já têm interesse: dança, pintura, artesanato? Enfim, será que poderemos pontuar, num primeiro momento, com o objetivo de cobrar e, depois, gradualmente, ir crescendo?

Sr. Presidente, não sei se já informaram a V.Exa. de que estamos planejando seminários nas várias regiões. Eu sou da Região Norte, do Estado do Acre, onde temos grande interação com a Universidade Federal de Rondônia. Quero ver se há possibilidade de o Presidente comparecer ao evento que pretendemos realizar lá para debater a cultura. Já houve reunião em Belém com o Ministro Gilberto Gil. Na ocasião S.Exa. propôs que as universidades participem do momento novo, apresentando propostas ao Ministério da Cultura. Gostaria que em Rondônia acontecesse o mesmo.

No mais, quero agradecer à Dra. Glória a presença. Em outra oportunidade conversaremos mais e trocaremos informações para que possamos dispor de mais instrumentos para o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Muito obrigado, Deputada. A Mesa pede a V.Exa. que encaminhe a proposta de realização de audiências públicas nas Capitais.

Quero também lembrar que encaminharemos para todos os membros da Comissão pedido de sugestão de data para a realização das audiências entre o dia 1º e 30 de outubro. Queremos encerrar logo a fase das audiências. Para coordená-las em 13 Capitais, elegeremos um coordenador. Então, cada Deputado deverá indicar a melhor data, após a Semana Nacional da Juventude, no sentido de que em novembro possamos encaminhar os relatórios dos diferentes grupos de trabalho.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Em primeiro lugar, peço desculpas pelo atraso, que se deveu às várias tarefas que temos a realizar nesta Casa. Cumprimento a Prof. Glória pelo importante pronunciamento, do qual ouvi parte significativa e que considerei quase um laboratório parlamentar sobre a natureza da juventude brasileira. A senhora falou de trabalho realizado pela iniciativa privada, ações promovidas por organizações não governamentais e de ações estatais, que são poucas, mas lapidares. Vamos ver se, a partir dessas amostras, conseguimos dar formato a uma política pública nacional para a juventude. Não há política nesse sentido. Há um vazio, e esse vazio tem levado ao que o último palestrante nos trouxe, ou seja interessante ensinamento sobre a metodologia da discussão acerca da juventude – a professora, parece-me, apresenta um objeto prático da ação da juventude.

Foi-nos dito que a ausência de política faz com que ajamos de maneira focalista: ou é o primeiro emprego ou o combate às drogas. Nós não temos uma política universal sobre a questão da juventude no Brasil, que trate não apenas de fatiar a crise, mas do

indivíduo como pessoa e como membro da coletividade, da sociedade.

É atras disso que estamos. Cada reunião é um aprendizado, e sinto por não ter conseguido acompanhar integralmente todas as exposições. Mas, Profa. Glória, peguei uma parte, e quero perguntar sobre a formação do formador. Esse é um problema que vivenciamos no Brasil. Tenho experiência muito particular: minha filha, com 3 anos de idade, chorou na escola por algum motivo. Acho que era incontinência urinária infantil mesmo; a professora chamou sua atenção, e ela chorou. Depois disso, minha filha não queria mais voltar para a escola. Não queria e já verbalizava muito bem. Fui conversar com a professora, que me disse que era carência. Bom, se mãe e o pai trabalham, a criança é carente. Disse à professora que minha filha era uma menina amada, amparada etc. Finalmente a professora disse que a solução era transferir de turma. Tratava-se do Maternal de uma escola conceituada. Eu disse: *"Bom, então você não tem condição nenhuma de educar porque, se não quer repactuar, dialogar e reconstruir sua relação com a menina, não tem como"*. Isso aconteceu no início do ano letivo. Matriculei minha filha num estabelecimento de ensino de meu agrado, e a primeira coisa que ela – uma criança de 4 anos – perguntou ao entrar na escola foi*: "Aqui pode chorar?"* Entendem? Então, como formar o formador?

Fui Deputada Estadual por 8 anos e tenho vários projetos nessa área de educação. Pelo que mais tinha zelo, que não foi aprovado na Bahia, era o que tratava de construir para o professor a possibilidade de ele dar uma educação não diferenciada no aspecto social para meninos e meninas. De que maneira a senhora, Profa. Glória, docente de uma universidade, enxerga essa possibilidade? Como podemos inserir, na cabeça do formador, que menino e menina não são diferentes no essencial, do ponto de vista coletivo, não obstante o fato de que os gêneros se instalam na raiz cultural? Como colocar na cabeça do formador que a criança, o jovem tem de ser enxergado coletiva, mas também individualmente na construção da sua sensibilidade, na relação com o educador? Isso me preocupa muito porque podemos até instruir a norma, o estatuto, mas é preciso construir uma rede de consciência, ter como traduzir.

A adoção é outro problema. Tomemos como exemplo um menino do Enxame, que volta para o núcleo familiar, mas, num contato social, afeiçoou-se a outra experiência familiar. Não me parece suficientemente resolvido o problema da adoção. Tenho convivido com uma família que adotou uma menina desde que ela era bebê. A menina é negra, a família, branca. Neste último semestre, a garota, com 15 anos de idade, teve 70 faltas na escola. Já não há compatibilidade na relação, que evoluiu para uma situação em que ela era uma cria e não uma filha. Com isso, a revolta imediatamente se instalou. A família, cheia de princípios, achava que a menina é rebelde por causa do DNA. Por causa do DNA, vejam! Então, como tratar? Devolver para a instituição? Para o juizado de menores? Como resolver? Como tratar, nesse caso, o educador familiar, o tutor? Isso me preocupa muito.

Podemos criar a política, mas, se não houver a garantia de construção de uma rede consciente de aplicação dessa política, ela virará letra morta. É uma preocupação que tenho e sobre a qual gostaria de ouvir a opinião de uma educadora.

Por último, quero fazer um convite a todos. Finalmente consegui marcar a sessão solene em homenagem ao aniversário da UNE, que foi no dia 11 de agosto, mas vai ser comemorado no dia 3, semana que vem. Várias sessões foram marcadas antes. Convido toda a Comissão a estar presente. É importante homenagearmos uma organização juvenil de mais de 60 anos. E o Deputado Reginaldo Lopes está convidado a compor comigo a Mesa dessa sessão, porque é emblemático que esta Comissão esteja em todas as ações que digam respeito à organização da juventude no Brasil, em particular, dos universitários. Será, então, dia 3, quarta-feira da semana que vem, às 9h30 da manhã, no plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputada, pelo convite. Já está aceito. Também iremos pedir à Secretária que envie um ofício convidando todos os membros da Comissão a participarem da sessão.

Passo a palavra ao Deputado Mário Assad Júnior.

O SR. DEPUTADO MÁRIO ASSAD JÚNIOR – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa., mas me sinto contemplado com os questionamentos dos colegas. Quero apenas cumprimentar a Dra. Glória Diógenes pela maravilhosa apresentação com que nos brindou. Apenas lamento que a *TV Câmara* não tenha feito a devida cobertura, para que essa lição de vida pudesse chegar aos lares de todos os brasileiros. Parabéns, Dra. Glória. Sua palavra foi muito enriquecedora. Também lamento não ter chegado a tempo de desfrutar da palestra desde o início.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra à Profa. Glória Diógenes.

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – Agradeço ao Deputado Mário Assad Júnior. Vou começar pelas observações da Marinha – posso chamá-la assim, não?

Marinha, você tem um grande assessor. Não o conheço, mas tenho um certo pressentimento, já olhei para a Helena e sinto que ela é pura sensibilidade. E isso é muito importante em tempos tão difíceis.

Você falou sobre a auto-exclusão, talvez a mais desafiadora das questões. Temos várias formas de criar políticas sobre participação, mas, enquanto o jovem não se sentir convidado ou mobilizado, ele não participará. Por quê? Por uma razão muito simples: ele não se acredita capaz. E isso não ocorre somente na periferia, mas em escolas de classe média, escolas boas. O jovem diz: *"Não consigo, não sei, não posso."*

Eu criei uma máxima para mim, que comecei a usar como educadora. Faço um trabalho de corpo, para o qual quase não tenho tempo. Trata-se de alongamento consciente, consciência corporal, o método Pilates. Às vezes, estou cansada, sem poder, mas vou assim mesmo. Eu criei esse negócio, estão entendendo? É o que temos de fazer: trabalhar a idéia do não consigo, não posso e não sei. Cito um exemplo: o louco professor do meu filho de 11 anos passou como trabalho a criação de uma enorme maquete. O meu filho não aceitou, os colegas o tiraram da equipe, e ele teve que fazer o trabalho sozinho. Ficou até com dor de barriga. Eu lhe disse*: "Meu filho faça o que você puder, o que der. É o que você fez, o que conseguiu."* Ele respondeu: *"Ainda tenho 5 páginas para decorar. Eu tenho que fazer a maquete e decorar 5 páginas no livro de Ciências."* Eu falei*: "Não, você leva um papelzinho e pontua o que quer falar".* Ao que ele respondeu: *"Você é doida, mãe? A professora não quer que eu olhe para o papel!"*

A auto-exclusão não se dá somente por não se sentir incluído na sociedade, mas por se sentir fora de qualquer instância que revele potencialidade, possibilidade. Às vezes, um jovem pode ser um ótimo músico ou poeta, mas não acredita. E a mãe lhe diz: *"Mas, você tem de estudar para ser um ótimo poeta."* Se ele quer ser poeta, ele tem que ser muito bom. Não basta somente a vocação. Rodin, para fazer suas esculturas, ralou muito. Ele tinha muita vocação, mas também muito conhecimento.

Essa exclusão cala mais fundo no jovem já em situação de risco quando ele diz: *"Eu não tenho mais jeito".* Esta foi a frase que me fez criar o Enxame. Era um final de tarde, eu estava entrevistando um jovem que morreu 15 dias depois e era chefe da GDQ – Galera da Quadra. Sobre esse assunto vou falar no próximo livro que vou lançar, apenas quero esclarecer que chamados "chefes" não falam sobre galera, eles só são integrantes do que denominam "corpo". No livro vou trabalhar esse "corpo" como sendo um escudo dentro de um baile *funk*. Não sei se V.Exas. já foram a algum, mas existe um corredor, os "corpos" se situam de um lado e do outro do salão, e há também seguranças com cacetes, todos dançando uma música que eu chamo de "dança da violência". Normalmente esses "corpos" são divididos e nominados pelas torcidas como Lado A, B ou C. Os seguranças batem com seus cacetes nesses grupos, e os integrantes de cada um deles comentam: "*Hoje o Lado A está apanhando mais que o Lado B*". Quer dizer, está claro que todos têm de apanhar. Esses bailes foram proibidos, mas continuam acontecendo, de forma clandestina.

O jovem a que me referia mal fala, porque faz parte do "corpo" e fica de frente para os corredores. Os chefes de uma gangue não são como um chefe estratégico, como é a nossa idéia de chefe estrategista, são os que menos têm medo, "*aqueles que estão para rir ou para chorar*" – expressão deles – , para estes a vida não vale nada e, portanto, podem fazer qualquer coisa. Então, esse jovem com quem conversava olhou para mim e perguntou: "*Por que você está conversando comigo? Eu não tenho mais jeito."* Era um jovem de 16 anos...

Essa parte do meu trabalho foi muito difícil, porque há uma idéia na academia no sentido de que devemos escrever de forma seca e falar como professora de universidade, sem expressar sentimento. Mas rompi com essa fórmula, e tem sido difícil. Há pessoas que dizem que meu livro parece poesia, literatura. Às vezes acontece, mas acho que tudo tem de ser feito com muita beleza. O Frei Beto diz que *"o povo tem fome de pão e de beleza"*.

O que dizer dessa auto-exclusão desse jovem, quando disse *"Eu não tenho mais jeito"*? Como se pode trabalhar com um discurso normativo? Vou esclarecer: "normativo" é um discurso em que o interlocutor diz como o outro deve ser; é quando se cria uma política apontando o que deveria acontecer e como deveria ser. Não é que não deva haver política, mas todas as políticas são normativas, porque são normas e devem existir. Mas como vou criar uma norma e dizer para um jovem como ele deve ser? Não, tenho de partir dos códigos desses jovens e da referência de mundo que têm, saber como acontecem as coisas em seu mundo e só então criar políticas, que são normas.

Estou misturando um pouco, Deputada Marinha Raupp, mas já retornarei ao assunto.

Neste ponto quero comentar a questão levantada pela Deputada Alice Portugal, qual seja, a necessidade de criarmos não políticas focalistas, mas universais. A universalidade seria povoada por singularidades que se entrelaçam. Aliás, na ECO-92 ouvi uma citação belíssima do Ailton Krenak, Presidente da União Nacional Indígena*: "Fraternidade é identificar o que nos separa*

e convocar o que nos une". Universalidade é identificar o que nos separa, códigos culturais, mas convocar o que nos une. E que nos une? Aqueles 10 pontos que citei nos unem, a exemplo da idéia de movimento.

Esqueci-me de falar sobre a descartabilidade. Tudo o que tenho é para passar rápido. Um outro dia ouvi minha filha dizendo: "*Essa bolsa não se acaba, que diabo de bolsa que não se acaba!*" É a idéia de que nada deve durar. Outro exemplo é o "fica". "*Fiquei*", disse minha filha. "*Mas quem era essa pessoa?*", pergunto. "*Não sei, eu só fiquei*". Quer dizer, nada se enraíza, nada se aprofunda. Essa idéia de profunda descartabilidade nos une, porque é fundamento da cultura de um tempo.

E o que nos separa? Um jovem do Acre não é diferente, provavelmente, de um jovem de São Paulo em aspectos como a estética, os ornamentos, o que usam para dar destaque, tudo.

A filósofa Agnes Relle escreveu acerca da condição da pós-modernidade. Nessa obra, ela fala sobre o ser humano inteiro, aliando o universal com a singularidade. Quando se vai elaborar uma política, deve-se pensar no ser humano inteiro, como é esse ser humano e em todas as particularidades que formam uma política. Ele precisa de educação, mas como será essa educação? Como deve ela se entrelaçar com a questão da cultura? Não há educação sem diálogo com a cultura. E por quê? Porque em sala de aula fala-se de pêssego para um jovem que só come banana.

Dentro dessa perspectiva, vou voltar ao assunto, até porque não quero que saiamos daqui pensando que sou anarquista e que não quero normas. Não. Quero uma norma densa. Aliás, o antropólogo Gertz fala sobre densidade. Norma densa é aquela cheia de significados, de experiências de vida, de lições de mundo, a que faz com que a pessoa reflita, a que mexe com as pessoas, enfim, a que faz sentido.

Quanto à formação, Deputada Alice Portugal, acho ser este o ponto nevrálgico de tudo o que estamos falando. Dentro dessa perspectiva, quero citar como exemplo experiência minha: tenho uma neta de 1 ano e meio, uma criança que é uma doçura – não por ser minha neta – , cujo apelido é Bubu, mas a avaliação escolar a caracterizou como "agressiva". Chamei a mãe, Jamile, e perguntei se a Bubu era realmente agressiva. E sabem por que a caracterizaram dessa forma? Porque quando perguntamos à criança se quer Danoninho ela diz "não, prrrruuuu..." Ela faz assim mesmo: "não, prruuuu..." E o "não" dela é "não" mesmo. Ela não quer, não gosta e não vai ser simpática com você. Quer dizer, o "não" da criança está sendo podado desde 1 ano e meio de idade. A capacidade de dizer "não" faz com que no boletim seja ela assim caracterizada. Enfim, sugeri à minha filha que fosse à escola e dissesse que o "não" da minha neta não servia só como uma negativa.

Nesse exemplo percebemos que aquele formador andava ouvindo muitos "nãos". Está entendendo, Deputada Alice Portugal? O problema está na raiz de cada um, é a potência que o ser humano traz em seus porões ainda como sujeito, não como formador.

Penso que a saída para o problema é ir devagar, lentamente. Algo meio budista, no sentido da capacitação. A coisa mais estranha do mundo é a capacitação para a formação de formadores. São inúmeros quadros e métodos, mas ninguém mexe com ninguém.

Participo de um grupo de subjetividade com o pessoal da PUC, e lá se diz o seguinte: "*Latiu, tem que morder*". Há até uma publicação: *Caderno de Subjetividade*. "*Latiu tem que morder*". Ou seja, eu tenho de afetar você. Nosso grande desafio e ser afetado e afetar o outro, caso contrário nada sai do canto e não há aprendizado. Para que isso aconteça devo ter um corpo vivo de formadores, até mesmo com contradições. A formadora da sua filha poderia pedir perdão e até dizer que vai aprender ou quer aprender.

Também fui à escola do meu filho. Com apenas 11 anos, ele não mais queria ir à escola. Fomos – eu e o João Alfredo, seu pai – perplexos, porque o menino não queria ir à escola. Lá soubemos que queriam pegá-lo no Iguatemi, que a turma o apelidava e mais alguns outros motivos.

Aproveitando uma oportunidade – e meu filho, quando não sabe fazer alguma tarefa, me enlouquece – , disse ao meu filho que fizesse as tarefas erradas ou que começasse a aula dizendo ao professor que não sabia, mas queria aprender. "*Mãe, isso não pode!".* Fui até a escola e indaguei: "*Por que vocês não começam pelos erros e não pelos acertos? É extremamente pedagógico: vamos começar pelo que vocês não conseguiram, para podermos conseguir juntos*?"

Somos guardiães de um novo tempo, temos um papel social muito profundo: levar, mobilizar, desafiar, provocar. Quando, como educadora, estou ministro cursos de sociologia urbana, levo para a sala de aula tipos populares de Fortaleza, como um bodinho que conta a história da cidade. O que faço? Mexo com a percepção de cidade, peço a cada um que faça uma poesia ou uma crônica sobre Fortaleza, e só então os alunos se dão conta de que nunca olharam para a cidade, nunca viram a cidade em que moram. Os meninos dizem que não sabem fazer poesia, e eu retruco: "*Faça qualquer coisa, uma redação, escreva algo*". Aí começam a falar sobre a cidade. Se começássemos pelo concreto modo de vida, experiência, partiríamos

dos conceitos, das categorias, das coisas que já foram resultado de uma vivência e de uma construção.

Quando me perguntam qual é a saída, respondo que é formar pequenos grupos que irão trabalhar dentro de nova metodologia, como se fossem – como eu diria – comunicadores de um novo tempo em que o sujeito é considerado na sua inteireza, e o corpo vai ser tomado como referência no processo de aprendizagem, não como lugar de problema.

Eu comecei a dar aula em Quixadá, foi o melhor que aconteceu na minha vida. Dei aula nessa cidadezinha durante 6 anos. As pessoas me levavam tapioca, milho da colheita. O Luiz Osvaldo é outro petista educador. Muita coisa foi mexida naquela região.

Eu acredito no ser humano. Acredito que temos muita vontade de aprender, de viver, basta alguém nos tocar. Nós precisamos tocar pessoas, para que elas toquem outras. É um processo de onda. Nossa responsabilidade é grande.

Eu às vezes vou assistir a palestras. Mas, vou dizer a verdade, não tenho paciência para palestra, porque em geral o sujeito não está ali, não está falando de verdade. Eu tenho uma amiga, uma comediante lindíssima, que diz que há 2 tipos de pessoa: gente que é e gente que quer ser. Gente que quer ser faz tipo, encarna um personagem. Quem é mesmo vai sendo, constrói, afeta e é afetado. A nossa tarefa é humanista mesmo, de resgate do ser humano inteiro.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – Glória, já há alguma interação com o Poder Público?

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – O Enxame foi criado há 2 anos e meio. Como se sabe, santo de casa obra pouco milagre. Eu sou uma consultora para eles, sou a Glória Diógenes, socióloga e escritora. Para tu teres uma idéia, um professor da minha universidade foi visitar o Enxame. Fizeram festa de Natal lá, com presença de grandes artistas: Hélio Rola, Eduardo Elói, Mano Alencar. Só foi um professor da universidade. Ninguém do laboratório de estudos da violência foi visitar o Enxame. A Secretária de Cultura, Cláudia Leitão, é minha amiga desde o tempo do Colégio Dorotéias. Nunca foi. Eu disse a ela: "*Mulher, vai lá que você vai gostar."* Mas vai não sei quem não sei de onde visitar o Enxame.

Eu tenho um problema de tutela. Não quero criar uma política pública atrelada ao Governo. Eu dou consultoria para a FUNCI, que é a Fundação da Criança, para a Secretaria de Ação Social. Ou seja, isso está chegando o tempo inteiro. Lá tem muito da experiência da EDISCA. A EDISCA é maravilhosa, mas é outra proposta, bem diferente do Enxame, porque eles só aceitam meninos que não têm risco. Tenho profunda admiração por esse trabalho, mas é outra coisa. A nossa intenção é trabalhar com aqueles que ninguém quer, nem a escola, nem a família, nem o vizinho agüenta. Mas essa coisa ainda não está solidificada. Está em Porto Alegre.

Aproveito para dizer que pedi muito para vir pela VARIG, porque preciso completar minhas milhas para poder ir ao encontro em Porto Alegre.

Quero dizer duas coisas antes de terminar. Primeiro: convidem-me com certa antecedência. Eu nem quis hotel, porque não tenho grande disponibilidade de tempo – sou da pós-graduação da UFC e tenho um monte de orientandos para atender. Não posso me aposentar mais cedo depois da reforma da Previdência, e eu ia continuar fazendo um monte de coisas. Dou aula desde os 17 anos. Bem, digo tudo isso para explicar que não tenho tanta disponibilidade de tempo.

Em segundo lugar, quero dizer que gostei muito de estar aqui, muito mesmo. Eu sabia que tinha de vir. Parece que foi o Oriá quem me indicou. Se foi, agradeço muito. Deve ter até ficado chato para ele. Alguém deve ter dito que me chamaram só porque eu sou cearense. Eu não sou cearense, sou carioca. Oriá, isso já livra alguma coisa.

Este é apenas um primeiro momento. Eu gostaria muito que os senhores também fossem a Fortaleza. Vamos recebê-los com muito gosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Antes de encerrar, quero justificar a ausência do Deputado Eduardo Barbosa, que se encontra em Porto Ferreira, São Paulo, em missão oficial da CPMI que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Agradeço à Profa. Glória. Como já disseram os Deputados Lobbe Neto, Vignatti, Alice Portugal e Marinha Raupp, a senhora nos mostrou muito bem a problemática do jovem. Sua participação foi extremamente importante para esta Comissão. Nossa intenção não é criar novas normas para enquadrar o jovem. Pelo contrário, queremos ressaltar que ele é um sujeito de direito. O debate é bem mais amplo.

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – Quero agradecer também à Ana Clara, que teve muito trabalho comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Fica então registrado o nosso agradecimento. Vamos organizar uma audiência pública na Capital do Ceará, Fortaleza. Se eu for até lá, vou articular nossa visita ao Enxame.

Muito obrigado pela atenção e pelo carinho.

A SRA. GLÓRIA DIÓGENES – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Acredito que todos fomos afetados pela sua palestra.

Declaro encerrados os trabalhos desta manhã e convoco audiência pública para o dia 4 de setembro, quarta-feira, às 9h30min, com o tema *Violência, Exclusão Social, Cidadania e Família*.

Obrigado a todos pela presença.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária realizada em 4 de setembro de 2003.

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e três, às dez horas e quarenta minutos, no plenário 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, sob a presidência do Deputado Reginaldo Lopes. Compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Celcita Pinheiro, Eduardo Barbosa, Eduardo Seabra, Isaías Silvestre, Júnior Betão, Lobbe Neto, Marcelo Guimarães Filho, Mário Assad Júnior, Milton Cardias, Reginaldo Lopes, Vignatti e Zico Bronzeado, titulares; Ivo José e Maurício Rabelo, suplentes. Não compareceram os Deputados Clóvis Fecury, Deley, Júlio Lopes, Leonardo Picciani, Marinha Raupp, Odair, Professora Raquel Teixeira, Sandro Mabel e Zonta. **ABERTURA** – O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **ATA** – A leitura da ata da reunião anterior foi dispensada por solicitação do Deputado Lobbe Neto. Colocada em votação, a ata foi aprovada. **EXPEDIENTE** – I) – Carta-resposta, do Senhor João Luiz de Souza, da Cidade de Bicas – MG, solicitando que lhe seja encaminhado todo o material produzido nesta Comissão; 2) Of. Ann 146/2003, de 19.08.2003, solicitando o adiamento da audiência pública do Grupo de Trabalho nº 5, de 28.08.2003 para 04.09.2003; 3) Ofício nº 186/03, de 20.08.2003, do Deputado Odair, justificando sua ausência à reunião do dia 21.08.2003, desta Comissão; 4) Ofício-circular 02/03, de 21.08.2003, do Presidente da Casa, Deputado João Paulo, solicitando aos Presidentes de Comissão que assegurassem a presença dos Secretários de Comissão na reunião explicativa do sistema carta-resposta do dia 22.08.03; 5) Fax, da Deputada Alice Portugal, justificando sua impossibilidade de comparecer à audiência pública do dia 21.08.2003; 6) Fax, da chefia de gabinete do Deputado Milton Cardias, justificando a ausência do deputado à reunião do dia 21.08.2003; 7) Fax, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Roberto Rodrigues, justificando sua impossibilidade de comparecer à reunião de comemoração do Dia Internacional da Juventude, no dia 27.08.2003; 8) Ofício nº 271/03/GDPRT, de 22.08.2003, da Senhora Cristiana Calaça, encaminhando declaração médica do afastamento da Deputada Prof. Raquel Teixeira, a partir de 11.08.2003, por treze dias; 9) Ofício nº 88/2003, de 22.08.2003, do Deputado Clóvis Fecury, colocando à disposição o cargo de Coordenador do Grupo GT 2, desta Comissão; 10) Fax, da chefia de gabinete do Deputado Eduardo Barbosa, justificando sua ausência à reunião do dia 28.08.2003, desta Comissão; 11) Carta nº 584/2003-Pres., de 25.08.2003, do Presidente da CNI, Deputado Armando Monteiro Neto, designando o Diretor Técnico do SESI Nacional, Dr. Otto Euphrásio de Santana, para representar a CNI na audiência pública em comemoração ao "Dia Mundial da Juventude"; 12) Ofício/SEJUV/GASEC/nº 2207, de 26.08.2003, do Senhor Rogério Ramos de Souza, Secretário Estadual da Juventude do Estado do Tocantins, agradecendo o convite e confirmando sua presença na exposição sobre a situação do jovem no Brasil, a realizar-se no período de 23 a 25.09.2003; 13) Telegrama do Ministro da Justiça, Senhor Márcio Thomaz Bastos, agradecendo o convite e informando sua impossibilidade de participar da comemoração do Dia Internacional da Juventude, em 27.08.2003; 14) Fax, do Diretor de Programa da SE/MEC, Senhor Maurício Dutra Garcia, designando o Senhor Edson Cláudio Pistori para representar essa pasta na reunião da comemoração do Dia Internacional da Juventude, em 27.08.2003; 15) Fax, da Takano Cidadania, justificando a ausência da Senhora Maria Porto, Diretora, à audiência pública do dia 28.08.2003, sobre "Juventude e Cultura"; 16) Fax, da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, confirmando a participação do Secretário Marcio Pochmann no Seminário do dia 23.08.2003; 17) Resposta, do Senhor Nestor João Masotti, Presidente da Federação Espírita Brasileira, designando a Senhora Rute Vieira Ribeiro, Diretora do Departamento de Infância e Juventude dessa Entidade, para participar da reunião de audiência pública do dia 04.09.2003; 18) Fax, do Diretor da "area de la juventud de la casa de la cultura ecuatoriana", Senhor Fabricio Segovia Betancourt, confirmando sua presença em Seminário desta Comissão a realizar-se em setembro. **ORDEM DO DIA** – 1) Audiência pública, para debater o tema "O jovem: família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência", com a presença dos Senhores Selma Sauerbronn, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em substituição à Promotora Luciana Bertini Leitão; Clemildo Sá, Secretário Nacional da Pastoral da Juventude do Brasil, da CNBB, representando a Irmã Ângela Falqueto, Assessora da Pastoral, e Rute Vieira Ribeiro,

Diretora do Departamento de Infância e Juventude da Federação Espírita Brasileira, representando o Senhor Nestor Masotti, Presidente dessa Entidade. O Deputado Reginaldo Lopes convidou os palestrantes a tomar assento à Mesa para fazer as suas exposições. Falaram a respeito da matéria os Deputados Milton Cardias e Lobbe Netto. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente registrou a presença em plenário da Irmã Ângela Falqueto, Assessora da Pastoral da Juventude, da CNBB, e do Senhor Alceu José Hauy, Presidente da União Nacional da Juventude, de São Paulo. A seguir, esclareceu ao Deputado Milton Cardias que as viagens da Comissão às capitais seriam coordenadas por um deputado do seu próprio estado e começariam no mês de outubro, devendo ser estendidas até o próximo ano, quando já teria sido elaborado o pré-Projeto do Plano Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e trinta e um minutos. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, ,Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente Reginaldo Lopes e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Bom-dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da 14ª reunião ordinária desta Comissão Especial, destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas para a juventude.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião do dia 28 de agosto a todos os membros presentes, indago se há necessidade de sua leitura.

Tem a palavra o Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Está dispensada.

Em discussão a ata da reunião de 28 de agosto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada.

Ordem do Dia.

A presente audiência pública tem o tema *O jovem: família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência*.

Convido para compor a Mesa a Dra. Selma Sauerbronn, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e o Sr. Clemildo Sá, Secretário Nacional da Pastoral da Juventude do Brasil, da CNBB, representante da Irmã Ângela Falquetto, Assessora Nacional da Pastoral da Juventude.

O Sr. Nestor Masotti se encontra no plenário? (*Pausa*.) Não.

Quero esclarecer que cada convidado disporá de 20 minutos para sua explanação inicial. Encerrada essa exposição, os Deputados interessados em interpelar os convidados disporão de 3 minutos, tendo cada expositor igual prazo para a resposta. Aos Deputados serão facultadas a réplica e a tréplica, também pelo prazo de 3 minutos.

Com a palavra a Dra. Selma Sauerbronn, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A SRA. SELMA SAUERBRONN – Bom-dia a todos. É com muita satisfação que o Ministério Público do Distrito Federal participa desta audiência pública. Inicialmente, gostaríamos de agradecer o convite ao Presidente da Comissão.

O tema que vamos abordar é *Cidadania, Família e Violência*. Minha fala não pode ser outra senão a de contextualizar esses 3 itens no ordenamento jurídico, na nossa Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando um desenho de políticas públicas para a seara infanto-juvenil.

Houve uma grande mudança no nosso País quando a Assembléia Nacional Constituinte prestigiou a cidadania, os direitos fundamentais de todos os brasileiros e, de forma muito especial, a infância e a juventude. Esse prestígio à infância e à juventude foi inserido no art. 227 da nossa Constituição e foi fruto de emenda popular que contou com quase 300 mil assinaturas. Isto é, todo o suporte jurídico em torno da elaboração de políticas públicas tem de levar em consideração o que contém o art. 227, além do comando constitucional em torno da formulação de políticas públicas.

Diz o art. 227 que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais da infância e da juventude, o direito à vida, à alimentação, à saúde, à educação, à profissionalização, respeitando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. É possível observar nesse ditame a co-responsabilidade entre família, sociedade e Estado. O dispositivo está atrelado, ou de mãos dadas com um dos fundamentos do Estado democrático de Direito, também descrito no nosso texto constitucional, no art. 1º, qual seja, o exercício da cidadania e a dignidade da pessoa humana.

O Estatuto da Criança e do Adolescente nada mais é do que a materialização desse dispositivo constitucional. É no Estatuto que vamos descobrir de que forma esses direitos fundamentais, essa co-respon-

sabilidade e essa prioridade absoluta, em termos de formulação de políticas públicas para a infância, serão implementados, materializados. O Estatuto nada mais faz do que descrever, de forma muito detalhada, a responsabilidade de todos estes entes coobrigados: família, sociedade e Estado. Ele sempre aponta, ao assegurar um direito fundamental, quem é o responsável pela garantia desse direito. Para tanto, organizou um sistema de garantias dos direitos fundamentais e montou um sistema de atendimento que considera não só a Justiça, mas também a participação da sociedade civil, através dos conselhos tutelares e dos conselhos de direitos. Os conselhos tutelares funcionariam como órgão que atua na prevenção da criminalidade infanto-juvenil. Representantes da sociedade aplicam medidas de proteção à infância e à juventude. Os conselhos de direitos são os responsáveis pela formulação e organização das políticas públicas no País, em nível municipal, estadual e federal. Nessa seara, o Estatuto nada mais fez do que acatar o comando constitucional.

No campo social, nossa Constituição aponta algumas diretrizes para a formulação de políticas públicas e estabelece que essa política será descentralizada quando entrega parte da sua elaboração ao Município e dispõe, no art. 204, inciso II, que é necessária a participação popular na gestão pública. Nós não podemos fugir disso. No campo social, aí consideradas não apenas a área educacional, mas também a de saúde e de atendimento à infância e juventude, é imprescindível que a sociedade civil participe da formulação e da elaboração das políticas públicas, senão praticaremos um modelo que não vai ter nome, que vai ser completamente distorcido, além de afrontar, e muito, o texto constitucional e o Estado democrático de Direito.

O Estatuto apresenta todo um modelo de políticas públicas. O que seguir? O que fazer? Como atender nossos jovens na área educacional? Como atendê-los no campo das políticas sociais básicas? De quem é a responsabilidade pela elaboração dessas políticas? Só do Poder Público, ou há uma certa responsabilidade entregue à sociedade civil? Ele também aponta todo um sistema de políticas supletivas de atendimento, que buscam promover a inclusão social de uma criança ou de um jovem que por algum motivo foi excluído das políticas sociais básicas. Por exemplo, na área educacional, uma criança evadida da escola, ou uma criança que está em situação de repetência já há algum tempo. É necessário que se assegure uma política supletiva para trazer essa criança de volta à escola, ou vamos ter de considerar a possibilidade de que se transforme num adolescente autor de atos infracionais, aquele adolescente que não foi contemplado por uma política social básica. Se a política de proteção também falhou, e ele terminou caminhando para a criminalidade infanto-juvenil, então, para que alcance a socialização, para que tenha seus direitos fundamentais respeitados, em cumprimento à Constituição Federal, é necessário assegurar-lhe um programa direcionado ao resgate do indivíduo, um programa voltado para medidas socioeducativas.

Tudo o que deve conter esse programa está descrito no Estatuto. Tudo o que diz respeito à infância e à juventude, tudo o que diz respeito a direitos fundamentais, em todas as searas, seja da educação, seja da profissionalização, seja da saúde, seja das necessidades especiais, tem de estar bem próximo de nós. O Estatuto vai ser nosso orientador; não só ele, mas também o texto constitucional. Hoje, a impressão que temos é de que, quando se elaboram políticas públicas, foge-se muito à Constituição. Muitas vezes se busca uma saída para o atendimento da infância em Marte, em Júpiter. Esquece-se de que no Brasil há um ordenamento jurídico, e, se temos dúvida, temos de procurar o texto constitucional e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Principalmente neste momento, não é preciso fazer grandes estudos para concluir que várias crianças e adolescentes estão completamente excluídos das políticas públicas. Vou dar um exemplo. Aqui na Capital da República, eu recebi um adolescente de 17 anos que tinha sido apreendido por tentar furar o segurança de um supermercado com um gargalo de garrafa. Ele praticou um ato infracional com uso de violência, ou grave ameaça à pessoa, e foi apreendido em flagrante. Eu perguntei a ele o seu nome, e ele só me dizia o nome, nunca o sobrenome. O pai, esse ele não sabia quem era. Perguntei pela mãe – mãe ele tinha de saber quem era. Disse que também não sabia. Eu então comecei a prestar um pouco mais de atenção naquele jovem. Perguntei de onde ele vinha, ele disse que sempre viveu no meio da rua. Eu quis saber qual era a última lembrança que ele tinha de quando era criança. Ele me disse que se lembrava de quando tinha uns 4 ou 5 anos de idade e revirava lixo no Setor Comercial Sul, para comer. Isto é, esse menino, abandonado não só pela sociedade, mas pelo Estado e pela família, ficou nessa condição até os 17 anos. O Estado só enxergou esse brasileiro quando ele tentou furar uma pessoa num supermercado. Esse é só um exemplo do grau de exclusão social da nossa população, especialmente das nossas crianças e jovens.

Na semana passada, conversei com alguns técnicos da área social. Eles fizeram uma constatação sobre Brasília: já estamos na terceira geração da população de rua. Uma avó que foi criada no meio da rua tem netos que também vivem na rua. Apesar de nossa

Constituição e nosso Estatuto designarem responsabilidade aos entes família, sociedade, Estado, o que se verifica é que o Estatuto da Criança e do Adolescente alcançou apenas 40% da sua implementação. Acredito que 60% restem por fazer. Há responsabilidade para todo mundo. Ninguém pode ficar de fora desse sistema de garantias dos direitos fundamentais da infância e da juventude. Há responsabilidades para a mãe, o pai, os entes familiares, o cidadão. O exercício da cidadania plena é buscar reconhecer o direito alheio e assegurar o direito do semelhante.

Agora há pouco, eu estava conversando com a Irmã Ângela, que tive a satisfação de conhecer. Estávamos discutindo a participação do jovem no campo da elaboração das políticas públicas. Todo o enfoque e o espírito do Estatuto é nesse sentido. Precisamos ouvir o jovem. Qual o seu nível de satisfação, o que é melhor para que elaboremos uma política pública mais adequada, que atenda melhor a seu interesse como sujeito de direitos fundamentais?

Estávamos discutindo a importância de se trabalhar na elaboração de políticas públicas, o que chamamos de protagonismo juvenil. Temos que, juntamente com o jovem, buscar soluções. Ontem, tive uma experiência bastante rica. Estamos vivendo, a exemplo de todo o País, rebeliões em várias unidades de internação onde adolescentes estão cumprindo medidas socioeducativas. O CAJE, a exemplo de outras unidades, está longe de seguir o que manda o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estamos trabalhando ainda com um atendimento de mera contenção, em que não há muita preocupação com os direitos fundamentais. Digo sempre que um adolescente autor de ato infracional está com a liberdade de ir e vir cerceada, enquanto, em relação aos demais direitos fundamentais, não. Não podemos cerceá-lo.

Mandaram-me um bilhete, na semana passada, agendando uma próxima rebelião que aconteceria amanhã, às 11h da manhã, em que eles matariam um monitor, declinando até seu nome. Ficamos numa situação bastante complicada, independentemente das ações judiciais já interpostas contra o Distrito Federal a fim de que promova a descentralização dessa unidade e cumpra o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

É um momento em que o Ministério Público não pode ficar de fora. O Juiz da Infância, também não. Ninguém pode ficar de fora, porque vidas podem ir embora a qualquer momento. Resolvemos fazer uma reunião com eles para ouvi-los. Perguntamos a eles o que os estaria mais angustiando, nessa escala de valores, de objetos, de direitos que estão apontando.

Primeiro, é a questão da alimentação. Eles querem uma alimentação digna e não podre, como estava sendo fornecida na unidade. Eles postularam respeito às mães, que estavam sendo desrespeitadas na revista nos dias de visita. Estavam postulando não-espancamento, e, quando fossem dormir, um desafogamento da unidade, porque não queriam dormir com a cabeça dentro da boca-de-boi, o vaso sanitário utilizado em penitenciárias. Dissemos que o tratamento é indigno e eles não o mereciam. A nossa Constituição lhes assegura outro tratamento.

Outra coisa que eles postulavam, que para mim foi uma surpresa, é mais tempo na escola, mais aulas. Eles disseram: "*Doutora, se quisermos mudar o curso da nossa história, a saída é a escola*". Ouvimos isso de adolescentes infratores. Gestores públicos, membros do Poder Público ouviram isso de um adolescente. A partir daí, começamos a sedimentar um canal de comunicação com os adolescentes infratores perigosos, que não estão ali por infração pequena, mas pela prática de latrocínio ou homicídio. Se a proposta, o espírito do Estatuto, a determinação do nosso ordenamento jurídico é resgatar esse jovem e o adulto que pratica crimes, vamos fazê-lo, mas buscando a colaboração e ouvindo os jovens.

Hoje, a mensagem que trago é exatamente a que aprendi ontem com os adolescentes, ou seja, é preciso formular políticas públicas em parceria com aquele que vai recebê-las. O adolescente tem muito a colaborar. Não dá, hoje, para se afastar, deixar de olhar, não prestar atenção ao protagonismo juvenil. Acredito que, no momento que estamos atravessando, esse seja o olhar não só mais adequado diante da realidade que estamos vivendo, mas também determinado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Se é um desafio elaborar políticas públicas para a área da infância, tenho certeza de que membros de poder, agentes políticos, sociedade civil, comunidade religiosa, especialmente a criança e o adolescente, unidos, conseguirão transformar esse desafio numa realidade, construindo políticas públicas adequadas à nossa infanto-adolescência, que as merecem.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradeço a belíssima contribuição à Promotora Selma Sauerbronn.

Convido para compor a Mesa a Sra. Ruth Vieira Ribeiro, representando o Sr. Nestor Masotti, Presidente da Federação Espírita Brasileira. Registro ainda que se encontra presente a Irmã Ângela Falquetto, Assessora da Pastoral da Juventude da CNBB, a quem agradeço a presença.

Passo a palavra ao Sr. Clemildo Sá.

O SR. CLEMILDO SÁ – Primeiramente, bom-dia a todos. Gostaria de saudar o Presidente da Mesa e fazer um registro das questões referentes à juventude. Acredito que a Câmara dá um passo significativo ao criar esta Comissão Especial para refletir sobre essas questões.

A Pastoral da Juventude é uma ação da Igreja Católica Romana, que, junto com seus pastores e educadores, promove vida digna para a juventude. Há princípios que, para nós, são inegociáveis. Dentre eles estão o seguimento da proposta de Jesus Cristo, o protagonismo juvenil e a formação integral dos jovens.

A partir desses eixos, gostaríamos de contribuir para o debate. Para nós, é inegociável o seguimento de Jesus, com elementos de nossa formação e de nossa vivência na comunidade. Os jovens devem ser os protagonistas dessa ação. Isso vale tanto para nossa prática na Igreja quanto para nossa atuação na sociedade. O Evangelho nos leva a esse compromisso.

Abordo esse aspecto do protagonismo juvenil a fim de chamar a atenção das Sras. e Srs. Deputados para a necessidade de que esta discussão sobre a juventude e a elaboração do Estatuto da Juventude, como pano de fundo da criação desta Comissão, possa contribuir para que um maior número de jovens reflita com os Parlamentares e o Poder Público sobre esse Estatuto e sobre as políticas públicas para a juventude.

O momento que estamos vivendo é singular. Há algum tempo, o Estado, na sua onipresença, atendia a todas as realidades, e o cidadão era meramente passivo. Agora, com a dinâmica social, que contribui de forma ativa, juntamente com a implementação de algumas políticas governamentais, a participação da sociedade civil torna-se muito significativa. Quanto mais abrirmos espaço para a juventude, para setores que representam a juventude, no sentido de refletir sobre a aplicação e a elaboração de políticas públicas, mais a sociedade civil sairá ganhando.

Um elemento importante, sobre o qual gostaria de refletir com base na minha prática junto com assessores, padres, religiosos e leigos, é o acompanhamento do jovem e a temática das políticas públicas. Um dos temas da Mesa é a consciência religiosa. Em muitas pesquisas, 90% dos jovens dizem acreditar em Deus. Esse elemento é importante, não importa qual seja nossa denominação ou consciência religiosa, para o imaginário dos jovens, tanto os universitários quanto os secundaristas. É uma marca muito importante, que deve ser considerada um pressuposto a partir do qual o desejo do jovem é o de contribuir com seu semelhante.

Esses são 2 elementos fundamentais para compreender o grande e farto momento do voluntariado jovem, que quer ajudar na sociedade, não mais na forma clássica do engajamento político ou do movimento estudantil. Para o jovem que quer participar e contribuir para um mundo melhor, isso é significativo. Prova disso foi o Acampamento da Juventude, que reuniu 25 mil jovens em Porto Alegre, em janeiro deste ano.

É importante destacar que a consciência religiosa hoje está muito fragmentada pelo fenômeno da pós-modernidade, pela globalização e pela prática religiosa que há em nosso País. Elementos que enriquecem nossa cultura nacional também contribuem para que o imaginário e a prática religiosa do jovem sejam diversos.

Outro tópico desta audiência pública é a família. Hoje estamos vivendo em outro contexto familiar. Não existe mais a família da década de 60 ou de nossa época, em que o jovem tinha de seguir alguns parâmetros. Hoje, observamos uma grande pluralidade de concepção da vivência familiar, e os jovens fazem suas próprias experiências de relação matrimonial ou extramatrimonial, o que vai interferir na sua vivência.

A juventude, segundo observamos, não é contra a família, mas contra a hipocrisia que há na família. É natural o conflito entre gerações nesse espaço privilegiado de formação do jovem. Muitas vezes, podemos pensar que o jovem, tentando se identificar, o que é necessidade de sua formação, contestará a família. Isso é natural. O modelo que nos é apresentado está falido. Acreditar nesse modelo falido não convém ao jovem. Então, ele quer constituir uma nova realidade, um novo núcleo familiar, às vezes não institucionalizado pela sociedade civil, como o casamento, ou pelas igrejas – não me refiro apenas à Igreja Católica.

Estamos assistindo à inauguração de uma nova concepção de prática familiar, queiramos ou não. Basta observar o movimento dos próprios jovens, mas precisamos fazê-lo com referenciais sólidos. Não basta dizer que é certo ou errado. Temos de considerar suas aspirações de construção de algo novo, se pretendermos construir uma nova sociedade, uma nova relação de poderes e uma nova prática familiar.

Vamos falar, agora, sobre cidadania. Como pastoral orgânica da ação evangelizadora da Igreja, decidimos não ficar somente entre 4 paredes, mas também nos preocuparmos com a vida dos nossos jovens, do nosso povo. A doutrina social da Igreja nos instiga a estar presentes nas diversas realidades que o mundo vive. Assumimos, na aplicação do eixo cidadania, a construção de políticas públicas para a juventude, em que abrangemos aproximadamente 40 mil grupos de jovens. Há os que estão iniciando e os que já estão na militância.

Queremos contribuir como atores sociais para que a sociedade e as comunidades reflitam sobre as políticas públicas para a juventude. Compreendemos tais políticas como um conjunto coerente de intenções do Estado, o que envolve todos os atores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Aí entra a parceria da sociedade civil. Colocamo-nos como sociedade civil, que contribui nesse aspecto.

Participo também da interação com outros movimentos da juventude. Os jovens luteranos e metodistas também se preocupam com os traçados das políticas governamentais que interferem na sua vida. A expressão deles não é tão grande quanto a de outros grupos, como a UNE ou o movimento *hip-hop*. Observamos que a juventude, a partir do segmento religioso, também se preocupa de forma contundente com a elaboração e a aplicação dessas políticas públicas.

Queremos, como sociedade civil, contribuir com o Estado. Muitos teóricos chegam a dizer que só a sociedade civil deve contribuir, mas ela não pode assumir as atribuições constitucionais do Estado. É minha obrigação contribuir, como participante da Igreja e da sociedade civil, para a elaboração, a aplicação, a fiscalização e a avaliação das políticas públicas em qualquer âmbito, em qualquer aspecto, mas é errada a idéia de que tal movimento, por mais expressivo que seja, substitua a ação do Estado. Aí, a gente entra numa discussão muito maior que a da elaboração de políticas públicas. Nós, que estamos construindo essa participação, assim como os Srs. Parlamentares, temos de ter essa preocupação.

Um ponto fundamental para a elaboração e a aplicação de políticas públicas é o conceito que temos de adolescente e de juventude. Se fizermos uma análise do discurso do Poder Público, vamos verificar que o Poder Judiciário, a Vara da Infância e da Juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente falam da infância e da adolescência, assim como outros atores sociais. O Estatuto da Criança e do Adolescente abrange direitos para uma faixa etária da população que vai até os 17 anos ou 18 anos. E depois disso? As estatísticas sobre emprego, especialmente as feitas por universidades, consideram a juventude até os 29 anos.

Quando falamos de adolescência, partimos de que ótica? Da cronológica? Quando falamos de juventude, partimos de que ponto de vista? Chamo a atenção para o fato de que precisamos assumir referenciais que balizem as nossas aplicações de políticas públicas em termos de leis. Para a criança e o adolescente, existe o Estatuto, um mecanismo jurídico que permite à sociedade civil exigir do Poder Público o cumprimento de seus direitos. Mas e quanto ao jovem? Acho que esta é uma boa reflexão, que serve como pano de fundo para este debate.

Temos de considerar também que não há somente um tipo de jovem ou de categoria social. Alguns teóricos dizem que, quando se fala em adolescente, está-se partindo do ponto de vista da Psicologia, e quando se fala em juventude, da Sociologia. Aí estão 2 áreas do saber que nos complementam e nos ajudam como interventores e acompanhadores das ações da juventude.

Então, quando falamos em categoria social, na linguagem sociológica, temos de compreender que não temos apenas um tipo de jovem. O jovem do Rio Grande do Sul, com suas influências, seus contextos, sua trajetória, sua história, é diferente do que mora em Itaquatiara, no interior do Amazonas, porque tem outra cosmovisão, tem vivência com a natureza, é influenciado pela maneira como corre o rio, por exemplo, diferentemente do que ocorre com o que mora em Macaé, no Rio de Janeiro.

Então, temos de considerar, num país continental como o Brasil, essas histórias singulares. Se observarmos as Regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, veremos que a constituição do nosso povo, nessas regiões, se dá de maneira específica, por mais que alguns insistam em dizer que a identidade nacional é única. No entanto, se considerarmos os elementos históricos e outras vertentes, teremos de usar a palavra "juventude" no plural – e com "s" maiúsculo – , porque a diversidade é muito grande, não só do ponto de vista cronológico, mas também em relação ao lugar onde ela vive e se relaciona com a sociedade.

Outro ponto importante a considerar é o preconceito que temos da juventude. Chamo a atenção dos senhores e das senhoras para uma questão. Toda vez que falamos sobre políticas públicas, dizemos: *"Os jovens estão muito violentos, estão matando muita gente, inclusive outros jovens. Então, temos que fazer quadra de esportes, para os jovens se dedicarem ao esporte e não matarem mais"*. Acredito que esse seja um preconceito da mídia e de outros segmentos que vamos reproduzindo. As nossas falas, às vezes, até inconscientemente, revelam isso.

Este seria outro ponto para reflexão na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas: quais são os nossos preconceitos em relação aos jovens? Quando falamos de jovens, nós partimos de algum referencial, nem que seja o meu, como estou fazendo agora. Considerando os diversos atores, não só a Igreja, mas as universidades e outros movimentos, temos de realizar debates sobre os preconceitos que temos em relação aos jovens. A mídia sempre apresenta uma juventude que mata ou que sofre violência dela

própria. Isto é preocupante: olhamos o jovem como objeto, e não como sujeito, apesar de defendermos o seu protagonismo.

Outro aspecto a se considerar nas políticas públicas é que o Estado precisa dar poder ao jovem. Quando digo isso, quero dizer compreender o jovem como sujeito do presente. Temos o discurso de sempre jogar a juventude para o futuro, para o amanhã. Não. Queremos ser considerados como sujeitos e atores deste presente. Queremos contribuir com a sociedade para que nossas aspirações também sejam as suas.

A Profa. Helena Abramo, da Comissão Especial da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, num encontro que tivemos em janeiro deste ano, disse algo interessante: *"Vocês, jovens católicos, encontram dificuldades para que a instituição reconheça as suas necessidades".* Observamos o mesmo dentro dos partidos políticos, em que a juventude encontra dificuldades para que suas demandas sejam as de todos os partidos, e não as de um em particular.

Esse exemplo também serve para o que ocorre nas universidades. O jovem estudante, chegando à academia, tem que lutar muito para que suas preocupações e demandas sejam as do conjunto das universidades.

Isso me levou a uma reflexão: como nós, jovens, em qualquer segmento, poderemos chamar a atenção da sociedade para que as nossas preocupações sejam também as dos adultos? Não numa linha assistencialista, do tipo: *"Coitadinhos deles, estão se matando, precisamos fazer alguma coisa; coitadinha da formação dos jovens".* Não é nesse sentido. Temos de pensar desde a LDB e outras leis que afetam a juventude.

Agora, o nosso Governo está fazendo, por exemplo, um programa-piloto para distribuir preservativos em algumas capitais. Esse projeto já recebeu algumas reflexões. Eu me pergunto: além de distribuir preservativos aos jovens, qual a campanha educativa que se faz sobre isso? Acho que essa é uma tarefa de todos. Não basta a sociedade dizer: *"Usem camisinha. Usem camisinha e vocês podem fazer o que quiserem".* É preciso uma educação para a vida, para o crescimento, além do respeito à pessoa do jovem e da jovem. Fica muito fácil a sociedade, os meios de comunicação e o educador dizerem: "*Usem camisinha*", apenas chamando a atenção para os benefícios desse uso, sem entrar no mérito da questão. Eles deveriam interagir melhor com o jovem. Defendo o uso da camisinha, sim, mas acho importante discutir essas questões mais profundamente.

Para concluir, como a Comissão, posteriormente, vai continuar a refletir sobre o tema, gostaria de fazer alguns questionamentos: quais são as características e as especificidades da população jovem? Quando falo em especificidade, estou provocando diversos conceitos, estou me referindo a diversas categorias de jovens, estou usando "juventude" no plural. Qual a incidência das situações mais problemáticas que a juventude experimenta, como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, dependência química, violência, evasão escolar, desemprego? Como fazermos uma grande pausa para discuti-las? Como verificar a capacidade de participação social do jovem? Um viés importante nas políticas públicas para a juventude é que, por mais que a sociedade nos veja como apáticos, não o somos e sempre queremos espaço para participação.

Esse é um viés importante não só para envolver a juventude na discussão sobre políticas públicas, mas também para empoderar o jovem a fim de que seja mais participativo. Como fazer uma escola mais democrática, para que ele possa escolher seu diretor? Como se juntar à associação do bairro? Como participar do grêmio estudantil, do DCE? Como construir instrumentos para que as nossas instituições se tornem mais participativas? Para isso é importante a contribuição dos Deputados.

Preocupa-nos também a proposta de emenda constitucional que discute a diminuição da idade penal. Na Legislatura passada, essa proposição foi retirada de pauta, mas nosso receio é de que a qualquer momento seja incluída novamente. Não temos medo da tramitação dessa PEC no Congresso. Apenas queremos que os Deputados que se preocupam com a juventude garantam o rito de tramitação da matéria, bem como convoquem a sociedade para discutir o tema. Como representantes de uma das forças da sociedade, vamos querer discutir os prós e os contras dessa emenda. Em respeito ao Estado democrático, queremos que a PEC tramite, mas também queremos ser ouvidos, assim como toda a sociedade. Não queremos que o rito de tramitação seja burlado, para aprovar a proposta mais rápido. Se essa PEC não for incluída na pauta este ano, poderá sê-lo nos próximos 4 anos do mandato de V.Exas. Pedimos que os nossos representantes garantam um amplo debate em torno desse assunto.

Achamos muito louvável a idéia de construir, junto com a sociedade civil, o Estatuto da Juventude, porque é ele que nos vai garantir direitos diante do Poder Público. O movimento fantástico, extraordinário, histórico, que houve quando da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, quem sabe, possa ser repetido quando da criação do Estatuto da Juventude.

Agradeço a todos a atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Sr. Clemildo Sá.

Só para matar a saudade, quero lembrar que eu pertencia a um desses 40 mil grupos de jovens que V.Sa. citou. Lembro-me de que comecei nele com 10 anos e, com 12, já coordenava o Grupo de Jovens de Oração da Igreja São José, de Bonsucesso, minha cidade natal. Tenho enorme saudade da Pastoral.

Por isso, quando fizermos um pré-texto sobre o Plano Nacional de Políticas para a Juventude e o Estatuto da Juventude, quero que a Pastoral da Juventude, com o poder de capilaridade que tem, possa mobilizar para o debate a sociedade e principalmente os jovens, a fim de recebermos contribuições da diversidade que hoje representam no País. Então, quero contar com o apoio da Pastoral e também reafirmar-lhe o convite para participar da Semana Nacional da Juventude. Espero que pelo menos um representante da Pastoral de cada Estado compareça.

Passo a palavra à Sra. Ruth Vieira Ribeiro, representante do Sr. Nestor Masotti, Presidente da Federação Espírita Brasileira.

A SRA. RUTH VIEIRA RIBEIRO – Bom-dia a todos. Prezados companheiros da Mesa, Srs. Deputados, sentimo-nos realmente muito felizes em participar deste importante evento em que se discute a conscientização do jovem na sociedade.

Somos uma instituição espírita de 120 anos e temos braços federativos em todo o Brasil. Temos 27 Federativas Estaduais que trabalham conforme as orientações da Federação Espírita Brasileira. Nosso trabalho engloba cerca de 10 mil centros espíritas por todo o Brasil, e em grande parte deles trabalhamos com a infância e a juventude.

Nosso trabalho, como o de toda a doutrina espírita, é de caráter educativo. Contamos com várias atividades que envolvem grupos de jovens, que se reúnem com os fins de estudo da doutrina espírita, de vivência e prática da fraternidade, da caridade e do amor junto à sociedade.

O trabalho que realizamos junto à sociedade é feito através de campanhas que desenvolvemos dentro do movimento espírita. Algumas ainda são bastante tímidas – quando saímos dos centros espíritas, percebemos que ainda estão muito deficitárias. Trata-se de campanhas no sentido de evangelizar a criança e o jovem. Muitas já têm 25 anos e grande abrangência. Também são feitas no sentido de promover o fortalecimento da família – como a "Aperte melhor esse laço" – e a valorização da vida.

Tendo em vista esses 3 segmentos, a Federação Espírita Brasileira vem atuando no sentido de dotar o jovem e aqueles que freqüentam o movimento espírita de uma consciência sobre seu papel na sociedade e sobre a importância da sua participação no progresso, na melhoria da humanidade.

Então, o trabalho da Federação Espírita Brasileira vem se realizando em todo o Brasil, dentro dos limites dos centros espíritas. Temos pouca atuação na sociedade. Acho que precisamos ser mais ousados e sair do nosso ambiente.

Temos alguns exemplos de trabalho muito interessantes no Rio Grande do Sul, junto a unidades da FEBEM, e que têm surtido muitos bons resultados no que se refere à modificação do comportamento dos jovens e à sua conscientização perante a vida e a sociedade. Esse é um dos objetivos da Federação Espírita Brasileira, perseguido através de trabalhos junto aos centros espíritas.

Temos uma meta audaciosa: a de que, pelo menos nas 10 mil casas espíritas que temos espalhadas pelo Brasil, haja o trabalho com a infância e a juventude. Não conseguimos ainda alcançar esse objetivo, mas estamos trabalhando nesse sentido, porque acreditamos que somente através da educação e da orientação vamos modificar a consciência e a formação do jovem, que tanto necessita de apoio e amparo.

Sentimo-nos muito felizes em poder participar desse processo de formação de políticas, de elaboração de ações que visem dotar a juventude de melhores condições para enfrentar a atual realidade. Temos um trabalho com jovens nas várias classes sociais: desde os que estão nas favelas, nos agrupamentos carentes, até os de níveis sociais mais elevados. E vemos que as problemáticas são relativamente as mesmas. O jovem se sente muito só e muito abandonado, tanto nas favelas e nos meios menos favorecidos como dentro das casas em que os pais lhes dão todas as condições econômicas de vida. O jovem se sente desprotegido, desamparado, sem orientação e, acima de tudo, sem limites. Acho que o maior trabalho tem de ser feito junto à família, que parece agora desconhecer seu papel na formação moral dos filhos.

Concordo com o que disse o nosso companheiro, que realmente as famílias tenham mudado. A constituição da família mudou, e nós temos de modificar nossa maneira de abordá-la, mostrando a ela sua responsabilidade na formação da criança e do jovem que recebe em seu seio.

O trabalho junto à família deve ser prioritário, porque é com ele que vamos atingir os nossos jovens, oferecendo-lhes condições de serem realmente, de maneira sadia, elementos formadores e participantes da sociedade. Mesmo aqueles que estão nas casas de detenção ou nas ruas, de uma maneira ou de outra, têm uma família. Alguém, em algum momento, os

colocou no mundo. É preciso que busquemos essas pessoas e procuremos formar junto com elas um trabalho orientador das responsabilidades.

Nós também achamos que o Estado tem a sua responsabilidade. Porém, na condição de elementos da sociedade, temos obrigação de dar as mãos ao Estado, procurando formar um elo, um laço, uma grande cadeia que dê condições ao jovem de participar de maneira mais sadia da sociedade.

Então, estamos aqui hoje mais para ouvi-los, para participar deste evento e colaborar no que for possível para a nossa organização, a fim de que essas políticas sejam as melhores para a sociedade.

Agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição para os trabalhos e as atividades que forem necessárias.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Sra. Ruth Ribeiro, representante da Federação Espírita Brasileira, pela belíssima contribuição.

Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Antes de mais nada, desejo um bom-dia a todos. Quero pedir desculpas aos companheiros e aos convidados pelo atraso, em função da ressaca das votações que se estenderam até de madrugada. Estamos revivendo um antigo costume da Câmara. Acho que desde a época da Constituinte não ocorria tanta votação durante a madrugada como agora.

O tema que está sendo abordado é muito propício, até pela necessidade de se debater a situação do jovem dentro da família brasileira.

A família brasileira vem sofrendo uma sobrecarga de funções muito grande, causada pela omissão do Estado em todas as áreas. Na área da educação, há falta de uma estrutura educacional correta. Na área do trabalho, a falta de emprego faz com que, cada vez mais, maior número de pessoas sejam sustentadas por menor número de provedores. E por aí vai.

Sinto muito ter perdido a exposição da Dra. Selma Sauerbronn, Promotora de Justiça, sobre as penas socioeducativas. Nós, na Comissão, estamos preocupados com isso.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, criou-se o instituto das penas socioeducativas, que, conforme se vê, não estão funcionando como deviam. A prevista reformulação das FEBEMs e de instituições que deveriam aplicar corretamente essas penas nunca ocorreu. Muitas vezes, nessas estruturas voltadas para o adolescente e para a criança, encontra-se uma situação bem pior do que a de vários presídios, haja vista as imagens a que temos assistido pela televisão – aqueles que tiveram alguma oportunidade de freqüentar uma instituição dessas sabem disso. A situação que ocorre num local que deveria ser voltado para a educação e a formação do jovem faz com que ele mergulhe muito mais no crime. Pelo fato de não haver uma estrutura adequada no Brasil para essa função, gostaria de saber como o Ministério Público vê a questão. Muitas vezes, o jovem que fica numa instituição dessas até os 18 anos, cumprindo as chamadas penas socioeducativas, ao sair de lá entra de novo na criminalidade e vai para a prisão, onde pode passar o resto da vida. Outras vezes, volta para a rua e continua na criminalidade. Trata-se de questão muito séria, que tem de ser bastante discutida na Comissão.

Considero importante que em todos os nossos debates contemos com a presença de representantes das diversas religiões, em função do trabalho que realizam. Refiro-me à Pastoral Católica da Juventude e à Federação Espírita Brasileira, cujos representantes estão presentes e prestam relevante serviço social ao País. Também quero citar as Igrejas Evangélicas que, embora não estejam presentes, igualmente prestam um grande trabalho.

Conhecemos o trabalho de inserção de jovens, através da valorização da família, promovido por essas entidades, objetivando evitar que eles ingressem no crime. Acho que essa é a principal função desses grupos. E a nossa posição dentro da Comissão é de manter o equilíbrio e o respeito entre todas as religiões. O Brasil é um Estado laico e assim deve continuar. Em nosso País existe tolerância a todas as práticas religiosas e respeito a cada uma das suas manifestações.

Quero ouvir o posicionamento da Promotora de Justiça, em relação às penas socioeducativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Informar ao Plenário que vamos responder às perguntas em bloco, devido ao horário da convocação da reunião extraordinária. Os nossos expositores poderão responder em conjunto a todas as perguntas dos nobres pares.

Passo a palavra ao Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Bom-dia, Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes; Dra. Selma Sauerbronn, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal; Sr. Clemildo Sá, representante da Pastoral da Juventude, da Igreja Católica; Sra. Ruth Vieira Ribeiro, representante da Federação Espírita Brasileira.

Gostaria de parabenizar a Pastoral da Juventude e a Federação Espírita pelo trabalho social de inclusão que realizam, muitas vezes fazendo o papel do Estado,

quando atendem aqueles que mais necessitam, que precisam não só do bem espiritual, mas também da atenção necessária, no que se refere à alimentação, ao vestuário etc. Enfim, parabenizo todas as entidades não-governamentais que fazem esse tipo de trabalho. Se não o fizessem, acredito que a crise em nosso País seria muito pior para a sociedade e principalmente para o Governo. Com essas atitudes em favor do ser humano, que é nosso próximo, essas entidades preenchem uma lacuna deixada pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Deixo registrados aqui os nossos cumprimentos. Desejo que, cada vez mais, tenham ânimo e energia para continuar a prestar esses relevantes serviços à sociedade.

Quero mencionar o exemplo da cidade de São Carlos, Estado de São Paulo. Ali foi desenvolvido um projeto piloto, que iniciou uma parceria entre o Governo do Estado de São Paulo – na época do Governador Mário Covas – e a Prefeitura de São Carlos, contando com a participação do Ministério Público e dos Salesianos. O Padre Agnaldo foi quem capitaneou e comandou essa experiência na cidade de São Carlos. Refiro-me ao Núcleo de Atendimento Integrado – NAI, um centro de acolhimento para adolescentes autores de ato infracional. Vemos que é um projeto diferenciado, em relação às FEBEMs, cujo protótipo poderia ser estendido a outros Estados.

A partir do momento em que o Governo do Estado ou do distrito tiver de criar um tipo de FEBEM ou um centro maior, ficará mais difícil estabelecer contato mais pessoal com aquele que está ali sendo atendido ou recolhido, vamos dizer assim. Se todas as cidades pudessem contar com os serviços prestados pelo NAI, o Governo não precisaria construir os grandes centros. Com isso, atenderíamos os jovens da própria comunidade. É essa a idéia. Eles ficariam mais próximos da sua família, na sua cidade, no seu bairro. Por sua vez, as famílias teriam chances de participar e de ajudar na ressocialização.

Vou dar um exemplo. Eu trouxe alguns dados. Poderei passá-los aos interessados, principalmente à nossa Promotora. Temos 8 adolescentes em internação provisória, 140 em regime de liberdade assistida e 15 em semiliberdade. Esses prestam serviço à comunidade – 140 mais 15. Houve uma redução de 80% dos atos infracionais graves cometidos por adolescentes nas cidades. Em um ano, houve 15 homicídios em São Carlos e região. Esse número caiu para 2 homicídios/ano. A reincidência foi de 3.6%. A estrutura compõe-se de salas de aula, oficina de artesanato, assistência social, esportes etc.

É claro que esse exemplo ainda não é o perfeito, mas nós o apresentamos em razão até do comentário da Promotora, no sentido de considerá-lo e reivindicar aos governantes que descentralizem as instituições. A vantagem é que os jovens poderão ser melhor atendidos, ter um vínculo de trabalho com a comunidade e se ressocializar . Dessa forma, poderíamos ter menor reincidência.

Parabenizo a Promotora pelo trabalho que vem desenvolvendo. Esperamos que a Comissão possa aprender com V.Sas. e que possamos cumprir nossa missão, com o nosso Presidente e o nosso Relator Benjamin Maranhão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Lobbe Neto.

Passo a palavra ao Deputado Milton Cardias.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Inicialmente, cumprimento V.Exa., Deputado Reginaldo Lopes, e nossos ilustres convidados, que nesta oportunidade vêm se juntar a nós em importante causa em prol da nossa juventude. O trabalho desta Comissão Especial é sobre as políticas públicas para os jovens. Lamento não ter podido estar presente desde o início da reunião, mas pude escutar coisas muito importantes neste momento.

A questão dos adolescentes/jovens deve preocupar muito mais do que parece as nossas autoridades constituídas e a sociedade.

A atual relação com os jovens está muito difícil, a não ser no aspecto pessoal, físico. Até mesmo na aparência fica complicado definirmos adolescentes e jovens, porque ambos estão exercendo quase que a mesma função, vivendo uma mesma condição de vida. A situação é muito preocupante, porque os adolescentes estão sendo violentados. Ao mesmo tempo, praticam o sexo por livre e espontânea vontade.

Devemos olhar para a família, porque muitos dos sérios problemas que nossos adolescentes e jovens sofrem hoje têm origem no seio familiar. Na condição de pessoas interessadas em proporcionar melhor condição de vida para a juventude, devemos verificar o convívio familiar do jovem. Podemos dizer que, quando se trata diretamente do âmbito legal, em conformidade com a lei, com as autoridades constituídas para atuarem nessa área, parece se tornar um complexo diferenciado. A Igreja, por sua vez, teria atuação diferenciada, porque age no campo espiritual, na conscientização. Evidentemente, contamos com autoridades – inclusive há maior atuação do Ministério Público – , pessoas preparadas para agir. Mas a Igreja está munida de conhecimento próprio e atua de duas formas: intelectual e espiritualmente. Devemos entender que, não menosprezando

o intelectual ou a técnica, o espiritual tem potencial invisível, muito difícil de alguém assimilar e pôr em prática, porque se trata de vocação divina, que não se aprende na escola, é algo singular. Então, a Igreja tem, sim, no seu bojo, forte influência.

Gostaria que os mandatários federais, estaduais e municipais dessem mais ênfase à Igreja, para que ela possa atuar de forma mais efetiva no seio familiar, a fim de estancar essa sangria, essa avalanche de desagrado, de desprazer que estamos vendo hoje, em relação ao adolescente. A Igreja deve ser estimulada e dispor de maior abertura, para atuar de forma especial na fonte geradora da desgraça, principalmente em relação ao adolescente e ao jovem. E ela já está agindo dessa forma.

Espero que, por intermédio desta importante Comissão Especial, possamos proporcionar às Igrejas maior abertura. Quando se trata de religião, parece que ficamos sós, mas na verdade o jovem precisa ter, primeiro, um laço fraterno, afetivo com a família. Aí, sim, ele conseguirá conceber consciência religiosa sobre inclusão e exclusão social. Tenho certeza de que assim conseguirá fugir da violência. Quando o jovem não conta com o amparo da família, ocorre o que vimos hoje. O número de casos vem aumentando assustadoramente. Nós, que temos consciência dessa violência, ficamos perplexos.

Quando se fala em Igreja, ninguém quer saber de nada. Poucos lhe dão valor. Poucos acreditam que ela, por intermédio de Nosso Senhor Jesus Cristo, tem condições de transformar, regenerar a mente de qualquer delinqüente ou pessoa transviada que não quer saber de nada, muito menos de Deus e da sua própria salvação.

Sr. Presidente, saiba V.Exa. que lutarei incansavelmente para, juntamente com este maravilhoso manancial de pessoas com conhecimento técnico para trabalhar na recuperação do jovem, conscientizar as autoridades.

Como bem disse o representante da Pastoral da Juventude do Brasil, da CNBB, o Governo, por intermédio dos órgãos competentes, não resolve o problema, apenas o ameniza, com a distribuição de preservativos. De acordo com meu ponto de vista, o Governo está incentivando o adolescente e o jovem a praticarem sexo antes do tempo. Essa não é a solução!

Temos de pedir a Deus Todo-Poderoso – e Ele tem condições, pois é nosso criador – que transforme a mente das pessoas. E falo por experiência própria, porque fui perverso na adolescência. Na juventude, nem se fala! Com 12 anos de idade, sentava-me em mesas de salões de baile e tomava cerveja como um rapaz, um jovem, um moço. Esta é a verdade. Precisamos contar com a participação da Igreja para que a juventude seja sadia. Devemos estancar a fonte da violência.

Que a sociedade brasileira seja próspera, feliz e abençoada por Deus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Deputado Milton Cardias, quero dizer a V.Exa. e ao representante da Pastoral da Juventude do Brasil que, hoje, se pudéssemos definir uma entidade que aglutina a juventude, com certeza seria a Igreja, seja qual for a concepção religiosa – principalmente as evangélicas, que têm forte poder de aglutinação.

Na semana passada, em Nova Lima, participei de debate sobre políticas públicas para a juventude. Temos de manter diálogo com os jovens e, ao mesmo tempo, ter coragem de ousar nas proposições e na informação.

Preocupo-me com o conservadorismo da juventude, na capacidade de entendimento das várias mudanças que o País vive. Não devemos perder oportunidades. Se temos a capacidade mobilizadora forte, precisamos construir um diálogo capaz de avançar na concepção da atual realidade brasileira, de suas demandas e necessidades. Esta Comissão Especial tem de pegar esse poder de capilaridade, de organização e abrir franco diálogo. Esta é a minha opinião.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Sr. Presidente, lógico que somos favoráveis ao diálogo. A escola proporciona ao jovem o conhecimento, o desenvolvimento. Refiro-me ao comportamento familiar, diante desse emaranhado que os jovens começam a encontrar até nos portões das escolas. A família e a Igreja dão sustentação para que o jovem tenha força interior para repudiar, resistir, não aceitar aquilo que vem sendo oferecido para a degradação da própria pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Deputado Milton Cardias, V.Exa. pediu explicação sobre as viagens aos Estados. A intenção é realizar as audiências nos Estados a partir de outubro, a fim de elaborar diagnóstico sobre a realidade da juventude. Aprovamos audiências em 13 Capitais, inclusive em Porto Alegre. Indicaremos os coordenadores que trabalharão nos referidos Estados. Ao conversar com alguns Parlamentares, decidimos elaborar um anteprojeto para ser apresentado nas audiências, a fim de permitir que o debate seja pautado no plano nacional, e ainda acatar sugestões dos movimentos organizados nas diversas Capitais. A intenção é realizar todas essas audiências no mês de outubro. Talvez seja melhor iniciá-las em outubro e realizá-las nos meses subseqüentes, até a elaboração definitiva do Estatuto e do Plano Nacional

de Políticas Públicas para a Juventude, previstos para o primeiro semestre de 2004.

Para iniciarmos essas audiências nos Estados, temos de formar um grupo para coordenar um anteprojeto que pautará os seminários regionais. Indicaremos o Relator para o cargo de coordenador, juntamente com os Deputados Lobbe Neto e Alice Portugal. O anteprojeto será apresentado no mês de setembro, depois da Semana Nacional da Juventude, e servirá de referência para todo o trabalho. Na verdade, queremos construir diálogo com a juventude nos Estados. A secretária está preparando um quadro com os Parlamentares que pertencem à Comissão, para dele extrairmos os coordenadores. Não precisamos ficar presos ao mês de outubro. Acredito que possamos realizar cerca de 4 audiências por mês e estendê-las até o início de 2004. É interessante salientar que aqueles Estados que optarem por realizar a audiência no próximo ano contarão com o anteprojeto, que será entregue até o dia 11 de dezembro.

Registro a presença do Presidente da União Nacional da Juventude.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Sr. Presidente, temos opinião formada, somos contra a censura e a favor da liberdade de expressão, mas queremos saber a opinião pessoal da Dra. Selma, ou do Ministério Público, sobre a veiculação de filmes violentos e cenas mais picantes nas novelas, em diversos horários, principalmente logo após o almoço. Há influência sobre nossos jovens? Como poderíamos, sem retrocesso, regulamentar essa exibição televisiva?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Para tecer suas considerações finais, passo a palavra à Dra. Ruth Vieira Ribeiro; em seguida, à Dra. Selma Sauerbronn e ao Sr. Clemildo Sá.

A SRA. RUTH VIEIRA RIBEIRO – Em relação ao que disse V.Exa., é preciso haver certa definição dos horários da programação. Realmente enfrentamos esse problema. Cada vez mais os pais saem de casa para trabalhar e os jovens ficam à mercê da programação exibida – na maioria das vezes, inadequada para a sua formação moral e intelectual.

Vemos o que ocorre nos grupos com os quais trabalhamos, compostos por crianças a partir dos 3 anos de idade, quando representam tudo aquilo que vêem na televisão. Não há como negar que os programas de televisão são formadores de comportamento da nossa juventude. Não adianta queremos achar que a família pode suplantar esse fato, porque elas não estão preparadas para lidar com a situação. Não quero advogar a favor da censura, mas é possível encontrar uma maneira de limitar essas exibições a horários de difícil acesso para as crianças. Não há como dizer que isso não influencia a formação. Há jovem que bebe, usa droga e se comporta de modo liberal até demais em relação a sexo. Há também a sexualidade prematura de nossas crianças. Nós, que lidamos com crianças desde pequenas, vemos que elas estão sendo sexualizadas. Usam vestimentas iguais às dos artistas de televisão, imitam os seus trejeitos e a maneira de agir.

É preciso que o Estado, aqueles que participam desses debates, as emissoras e os produtores encontrem uma maneira de não exibir esses filmes, ou de exibi-los em horários em que crianças e jovens não estejam tão presentes. Também achamos que isso é uma dificuldade e um desagregador da personalidade e do comportamento da criança e do jovem.

O SR. DEPUTADO MILTON CARDIAS – Sr. Presidente, enriquecendo a pergunta do nobre colega, há também a publicação em classificados de propaganda de sexo fácil. Com a permissão do colega, incluo essa questão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Realmente é um problema muito sério, exaustivamente debatido na Comissão de Seguridade Social e Família. Foi aprovado há 2 meses um projeto de lei que tratava das restrições a esse tipo de propaganda na imprensa escrita. É nosso dever pedir ao Presidente da Casa e às lideranças partidárias que agilizem esse projeto, extremamente salutar. Ele foi aprovado depois de muito debate. Houve duas reuniões na Comissão de Seguridade Social e Família. Algumas adaptações foram feitas para que não houvesse exageros. Acho que o jovem deve ser preservado, mas o maior de idade que quiser optar por isso, até pela liberdade individual que deve ser respeitada, tem esse direito assegurado. Conseguiu-se essa conquista no debate da Comissão de Seguridade Social e Família e foram criadas restrições a esse tipo de propaganda, inclusive as publicadas nos classificados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Vamos passar a palavra à Promotora.

Anotei as reivindicações dos jovens infratores. São direitos básicos, fundamentais para o ser humano a alimentação, o respeito às mães, o não-espancamento, o desafogamento das unidades penitenciárias e mais tempo nas escolas.

Será que não chegou o momento de extinguir as FEBEMs e criar nova proposta? Como poderíamos trabalhar com outras medidas socioeducativas que não tirassem a liberdade dos jovens? Será que haveria outro encaminhamento?

A SRA. SELMA SAUERBRONN – As medidas socioeducativas, em termos de políticas públicas, estão no ápice de uma pirâmide. Tem de haver investimento nas políticas sociais e depois, mais acima, nas

políticas supletivas de caráter protetivo, buscando inclusão social e prevenindo a criminalidade. Com isso, certamente vamos ter um número muito pequeno de adolescentes em conflito com a lei ou de adolescentes infratores.

É evidente que em todo esse modelo experimentado em nosso País, com exceção de alguns locais, como o Município de São Carlos, não se pratica o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas um regime penitenciário muitas vezes mais perverso do que o conferido ao adulto. A realidade é esta.

O erro não está no modelo de medida socioeducativa. Claro que o Estatuto traz uma série de medidas socioeducativas que não implicam privação da liberdade de ir e vir do adolescente. As unidades de internação ou de reeducação estariam voltadas para os adolescentes mais comprometidos com a criminalidade, buscando sua ressocialização e a construção de um projeto de vida pautado na educação e na profissionalização, buscando também estreitar os laços familiares, que muitas vezes estão completamente rompidos.

Para trabalhar essa medida socioeducativa é necessário que seja elaborado um plano individual de atendimento ao adolescente, que tem de ser tratado de forma individualizada. As necessidades dos jovens têm de ser consideradas. Até o aspecto espiritual tem de ser tratado. Deve ser assegurado engajamento em entidade religiosa escolhida pelo jovem. Enfim, todas as áreas da vida dos ser humano têm de ser trabalhadas pelo plano de atendimento individualizado.

Para trabalhar as necessidades individualizadas, precisamos ter unidades menores, que, segundo resolução do CONANDA, comportem aproximadamente 48 adolescentes. Num lugar com 48 adolescentes, uma liderança, indo para o lado negativo, tranqüilamente é controlada pela direção e pela equipe técnica. E os monitores dessa unidade devem deixar de assumir a condição de carcereiros para se transformarem em educadores. Para isso eles precisam de capacitação. Esse é o modelo previsto no estatuto. A prática está muito distante, como o exemplo que eu dei com a unidade de internação. A mesma situação ocorre em São Paulo. Estive na Unidade Franco da Rocha. Aquilo é um terror.

Como o Ministério Público enxerga essa questão? Na condição de cidadã, eu vejo isso, claro, com muito pesar. O Estatuto tem 13 anos. Precisamos caminhar mais, inclusive tirar esse nome FEBEM, que representa uma retaguarda de atendimento pernicioso, que não respeitou os direitos fundamentais – isso na época do Código de Menores. Foi com base nesse fracasso das FEBEMs que se buscou um novo modelo de atendimento para a infância e a juventude. Então, o primeiro passo é acabar com o nome FEBEM. Depois, implodir todas as unidades de internação e inaugurar um modelo que seja adequado ao que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não há segredo algum para se buscar outro modelo de atendimento. Aí, sim, vamos conseguir avaliar se as medidas socioeducativas descritas no Estatuto têm esse efeito ressocializante ou não. Antes disso, seria irresponsabilidade da nossa parte buscar qualquer alteração legislativa. Eu e os outros colegas, pelo Brasil afora, temos exigido que o Poder Público cumpra seu papel na área da infância e da juventude, através de ações civis públicas, buscando o termo de ajustamento de conduta.

Estamos engatinhando num termo de ajustamento com o Governo do Distrito Federal, a fim de que se mude o atendimento ou o olhar para os nossos adolescentes infratores e também para as ações de improbidade administrativa. Se um gestor público não tem condição, ou é incompetente para resolver a questão, ou tem má vontade, precisa ser afastado e outro tem de ir para o seu lugar.

Há uma preocupação muito grande em relação à censura. A nossa Constituição Federal, no art. 221, proíbe a censura, mas ao mesmo tempo traz princípios quanto à programação de rádio e TV. Isso não significa que a Constituição proíba e ao mesmo tempo abra mão dessa vedação constitucional. Então, eu não considero de forma alguma censura. O Estatuto, da mesma forma, estabelece que compete ao Poder Público controlar ou fixar normas para a programação de rádio e de televisão. Só que há dificuldades. Será que esse regramento viria através de uma lei, ou de uma portaria, ou da ABERT? Enquanto se discute de quem é a competência, a nossa televisão está recheada de filmes transmitidos em horários inadequados. Muitos recebem classificação do Ministério da Justiça, mas apesar dela as televisões insistem em transmiti-los.

O Estatuto prevê uma série de medidas contra as empresas de rádio e televisão, que dizem respeito especialmente ao art. 76. Houve um caso em Brasília. No filme *Brinquedo Assassino*, um dos atores tem o formato de um brinquedo, o que desperta a atenção da criança. Uma criança de 6 anos, vendo o filme, que passou até no SBT, em horário que não correspondia à classificação do Ministério da Justiça, no dia seguinte, brincando com a coleguinha, também de 6 anos, foi até a cozinha, pegou uma faca parecida com a utilizada pelo boneco do filme e estocou a colega, fazendo os mesmo movimentos do boneco. Seguramente, há uma interferência na formação da criança, especialmente no processo cognitivo.

Outra séria questão abordada pela colega é a erotização precoce. Temos programas de TV que es-

timulam, e muito, a erotização da criança. Essa erotização subtrai da criança o direito de se desenvolver como tal. A televisão é responsável por aquilo que divulga e também tem de cuidar da sua programação. Se os empresários e donos das redes de TV e rádio lessem o nosso texto constitucional e seguissem os princípios do art. 121, certamente não seria preciso todo esse regramento, através de um projeto de lei ou de um portaria do Ministério da Justiça. É preciso fazer algo. A sociedade tem de fazer o controle.

Outra questão muito séria em torno da interferência na formação da criança é a propaganda subliminar. A propaganda de uma das cervejarias, acho que a Skol, começou a utilizar uma tartaruga – não sei se vocês se recordam disso – , na época da Copa. Isso estimula a criança a prestar atenção à informação. Utilizar esse tipo de figura é chamar a atenção da criança para algo altamente prejudicial. A criança assimila muito mais rápido a informação quando se utiliza um brinquedo ou um boneco. A propaganda subliminar também tem sido alvo de ações por parte do Ministério Público.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, existe a portaria do Ministério das Comunicações, mas ela não é seguida, e a sanção é muito pequena. Para uma TV de grande porte, a sanção por veicular programa em horário inadequado não é sentida no bolso. É preciso que haja correção nas sanções. Quem sabe assim a grande imprensa possa adequar-se aos horários estipulados, com portarias e leis. É só seguir o que já existe. Está faltando apenas uma sanção mais severa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra ao Sr. Clemildo Sá.

O SR. CLEMILDO SÁ – Farei algumas considerações. A nossa sociedade é muito complexa e nela existem áreas autônomas que interagem. Cito a ciência, a cultura e a religião. Temos de considerar como linhas norteadoras a complexidade da nossa sociedade e a interação de vários sistemas.

Existe a naturalização de algumas questões. A erotização nos preocupa muito, no que se refere à formação da criança e do adolescente. Como refletir com a sociedade essas questões? Esta Casa pode contribuir, e muito, para o debate, na formação de consciência e também na relação com cada grupo. Defendemos que o Estado precisa ter uma postura clara diante da sociedade, mesmo que grupos expressivos contestem essas orientações. Com isso, fortalecemos a relação de democracia que estamos construindo em nosso País.

É preciso respeitar as diversas autonomias – segmento religioso, somos uma dessas autonomias – , frente ao que a universidade prega e ao aspecto da cultura e da ciência. Precisamos debater e construir isso juntos. Da interação de interesses, de pontos de vista surgem o consenso, algo com que podemos criar uma nova realidade.

Parece que estamos sendo influenciados pelo poder da imagem, que é espertamente utilizado pelos meios de comunicação social. Na divulgação da cultura, não podemos negar a influência positiva ou negativa das telenovelas. O que a novela mostra sobre o idoso influencia a discussão nesta Casa sobre a Lei do Idoso. Em contrapartida, os meios de comunicação influenciam também de modo negativo.

Como considerar esse elemento diante da impotência que a sociedade tem frente a alguns elementos? Hoje não somos tratados pelos meios de comunicação como cidadãos, mas como consumidores. Os jovens e as crianças, principalmente, sofrem muito com isso. O exemplo da Promotora é fantástico.

Quanto à propaganda, até as propagandas eleitorais sofrem a influência da imagem. Podem observar as estratégias de propagandas utilizadas na última eleição, em qualquer nível. Nós, enquanto sociedade, somos influenciados para o consumo. E como cidadãos, na hora de exercer nosso direito de voto, somos influenciados pelas campanhas eleitorais.

Esse é um debate oportuno que esta Casa, os senhores e as senhoras podem fazer, refletindo de forma mais ampla sobre a Lei de Comunicação. É importante discutir esse tópico, e há orientações legislativas no campo mais jurídico. É preciso discutir de forma mais ampla o poder da comunicação em nosso País. Isso nos dará alguns horizontes para discussão.

Por fim, gostaria de contribuir com a Comissão nas atividades que serão realizadas nos Estados. Acredito ser mais prudente convidar toda a sociedade para discutir alguma proposta, porque assim se parte de um pressuposto. Acho louvável a iniciativa de ir às Capitais, descentralizar um pouco a discussão e escutar a sociedade. Nós nos colocamos como parceiros para articular os diversos segmentos da juventude nas cidades em que estão sendo marcadas audiências. A Pastoral da Juventude pode ajudar, não só convidando os jovens de seu segmento para participar do evento, mas também mobilizando no local os diversos segmentos da juventude.

Agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição dos senhores e das senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradeço a todos a presença, especialmente à Sra. Selma Sauerbronn, à Sra. Ruth Vieira Ribeiro e ao Sr. Clemildo Sá.

Antes de encerrar a presente reunião, convoco audiência pública para o dia 11 de setembro, quinta-feira, às 9h30min.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária realizada em 11 de setembro de 2003.

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e três, às dez horas e vinte minutos, no plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, sob a presidência do Deputado Reginaldo Lopes. Compareceram os Deputados Alice Portugal, Benjamin Maranhão, Eduardo Barbosa, Eduardo Seabra, Júlio Lopes, Júnior Betão, Leonardo Picciani, Lobbe Neto, Marcelo Guimarães Filho, Mário Assad Júnior, Milton Cardias, Odair, Professora Raquel Teixeira, Reginaldo Lopes e Vignatti, titulares; Ann Pontes, suplente. Não compareceram os Deputados Celcita Pinheiro, Deley, Isaías Silvestre, Marinha Raupp, Sandro Mabel, Zico Bronzeado e Zonta. **ABERTURA** – O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **ATA** – A leitura da ata da reunião anterior foi dispensada por solicitação da Deputada Alice Portugal. Colocada em votação, a ata foi aprovada. **EXPEDIENTE** – I) – Fax, de 2.9.03, da Senhora Elena Azpiroz Villar, indicando a senhora Irene Garcia Suárez, Subdiretora Geral de Programas e Atividades, para participar do Seminário a ser realizado por esta Comissão, nos dias 23 e 24.9, devido a impossibilidade do seu comparecimento; 2) Ofício nº 255/03, de 4.9.03, do Deputado Odair, justificando sua ausência à reunião do dia 4.9.03, desta Comissão, e 3) Ofício s/n, de 4.9.03, do Presidente da União Nacional da Juventude, Senhor Alceu José Hauy, registrando o seu comparecimento à reunião do dia 4.9.03, desta Comissão. **ORDEM DO DIA** – 1) Audiência pública, para debater o tema "O jovem e a dependência química", com a presença dos Senhores Antônio Néri, Professor da Universidade Federal da Bahia, especialista em dependência química; Fátima Sudbrack, do Departamento de Psicologia da UnB; Lorena Bernadete, Pesquisadora da UNESCO, área de AIDS, sexualidade e drogas, e Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Diretora do Departamento de Prevenção e Tratamento, da Secretaria Nacional Antidrogas. O Deputado Reginaldo Lopes convidou os palestrantes a tomar assento à Mesa para fazer as suas exposições. Falaram a respeito da matéria os Deputados Alice Portugal, Lobbe Netto, Ann Pontes e Odair. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente registrou a presença em plenário do Prefeito de Ipiúna/SP, Ildebrando Prata, e esposa; do Presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo, Marcos Bueno, dos senhores Suely Reis, Antonio Celso, Vereador Erson, João Aurélio, João César, Diretor adjunto do DNPM; Aláude Soares Júnior, economista; Vereadores de Erexim/RS, Alceu Hauly, Presidente da União Nacional da Juventude; representantes da Bancada do PFL, e da Juventude do PMDB/DF. A seguir, agradeceu a presença do Deputado Evilásio. A deputada Alice Portugal ao assumir a presidência dos trabalhos, das treze horas e vinte minutos às quatorze horas, sugeriu visita à Secretaria Nacional Antidrogas e comunicou aos presentes o convite da UNESCO à Comissão para participar da missão de visita a experiências com políticas públicas para a juventude, no período de vinte e sete de setembro a oito de outubro, em Portugal, Espanha e França. Logo após, o Deputado Reginaldo Lopes reassumiu a presidência dos trabalhos. ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às quatorze horas e dez minutos. A reunião foi gravada, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte integrante desta ata. E, para constar, eu, ,Ana Clara Fonseca Serejo, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente Reginaldo Lopes e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 15ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada a estudar Políticas Públicas para a Juventude.

Tendo em vista a distribuição antecipada de cópia da ata da 14ª reunião, consulto o Plenário sobre a necessidade da leitura.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Em discussão a proposição da Deputada Alice Portugal.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo a V.Exas. que as correspondências recebidas estão em cima das bancadas.

Ordem do Dia.

Audiência pública para debate do tema "*O jovem e a dependência química*".

Convidados: Sr. Antônio Neri Filho, professor da Universidade Federal da Bahia, especialista em dependência química; Sra. Fátima Sudbrack, do Departamento de Psicologia da UnB; Sra. Lorena Bernadete, Pesquisadora da UNESCO, área de AIDS, sexualidade e drogas; Sra. Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Diretora de Prevenção e Tratamento, da Secretaria Nacional Antidrogas.

Convido S.Sas. para ocuparem a Mesa.

Informo que a Dra. Fátima Sudbrack se atrasará, pois está ministrando aula na UnB.

Esclareço a todos que cada um dos convidados terá 20 minutos para sua exposição inicial. Encerradas as explanações, os Srs. Deputados que desejarem interpelá-los disporão de 3 minutos e cada expositor igual tempo para as respostas, sendo facultadas a réplica e a tréplica.

Com a palavra o Prof. Antônio Neri, Professor da Universidade Federal da Bahia.

O SR. ANTÔNIO NERI FILHO – Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes; Deputada Alice Portugal, minha colega da Universidade Federal da Bahia, por quem tenho grande respeito; companheiros de Mesa; minhas senhoras e meus senhores, temo desapontá-los, na medida em que não trabalho com transparências ou *PowerPoint.*

Vou falar sobre a questão do consumo de substâncias psicoativas, como chamo, e não consumo de drogas, porque o termo "drogas" remete à maconha, à cocaína e ao *crack*, quando sabemos que o problema começa com o álcool, passa pelo tabaco, enverada pelos medicamentos tranqüilizantes e acaba nos inalantes – os 4 grupos de substâncias lícitas, legais, cuja venda é estimulada no comércio.

Quanto à maconha, as estatísticas do Prof. Elisaldo Carlini, da Escola Paulista de Medicina, mostram que de 3% a 5% da população em geral, particularmente nossos filhos e filhas, têm acesso a ela – menos de 3% quando se trata de uso regular, isto é, quando se refere ao uso pelo menos uma vez na última semana. Quanto à cocaína, de 3% a 5% experimentaram cocaína uma vez na vida, número que cai para menos de 1% quando verificamos o uso regular. O consumo de álcool está em torno de 85%; do tabaco, em torno de 60%; dos medicamentos, em torno de 17%, e dos inalantes, também em torno de 17%. Então, sejamos cuidadosos. Do ponto de vista da saúde pública e, particularmente, dos nossos filhos, no que diz respeito a estatísticas, números, não temos a pirâmide da cocaína e do *crack* em cima, mas embaixo. E Deus seja louvado por ser assim.

Por outro lado, estamos diante da enorme dificuldade de poder dizer e fazer com que as pessoas acreditem que o que mata os nossos filhos é o acidente de automóvel ligado ao uso de bebida alcoólica. O que matará os nossos filhos no futuro é o câncer de pulmão, de gengiva, de bexiga e de próstata, pelo uso da nicotina. O problema no carnaval da Bahia é o uso do inalante, do lança-perfume, do loló, do clorofórmio, do éter e do benzeno, substâncias que provocam a parada cardiorrespiratória de muitas pessoas durante as festas de fim de semana.

Não estou aqui, de modo algum, dizendo que o consumo de maconha, cocaína e *crack* não seja importante. Há pouco uma jornalista me perguntava como vejo o consumo dessas substâncias e que dados apresentaria nesta reunião. Respondi-lhe que hoje a minha tarefa, se puder produzir algum efeito, algum sentido, que seja no sentido de repensarmos o nosso discurso. Devemos fazê-lo de Norte a Sul, de Leste a Oeste deste País, em todas as instâncias sociais, mas não de forma arrevesada, que confunda a ordem econômica com a ordem de saúde, porque, do ponto de vista da economia, o comércio de drogas ilegais gera no mundo em torno de 500 bilhões de dólares.

Observem a quantidade de pessoas que usam essas substâncias, particularmente a maconha, a cocaína e a heroína, na Europa. Neste momento, abro um parêntese: dizem que no Brasil está havendo consumo de heroína. A escolha das substâncias psicoativas não se faz por imposição de mercado, mas pela natureza da cultura. Quem dos senhores e das senhoras pode imaginar um carnaval do Rio de Janeiro movido a substância sedativa? Como funcionaria um trio elétrico na Bahia com uma substância que faz as pessoas dormirem em cima do trio elétrico, como é o caso da heroína? Contrariamente, as substâncias do tipo estimulante, como a cocaína, são largamente consumidas nessas festas em que a cultura se expande. A cultura baiana, carioca, brasiliense, enfim, a cultura brasileira é de expansão, diferentemente da cultura francesa, que é de introspecção. Mas há quem diga que o Brasil começa a ter heroína. Esse é um discurso falacioso. Dizem que há um laboratório no Brasil que já produziu um medicamento para tratamento do consumo de heroína. Quer dizer, inventamos um medicamento para, em seguida, inventarmos uma doença? Não é possível trabalharmos nessa direção. Portanto, precisamos, neste País, redimensionar o nosso discurso sobre a questão da maconha, cocaína, *crack* e substâncias outras ilegais. Precisamos compreender que, se um grama de cocaína custa entre 25 e 35 reais e se uma cerveja custa de 1 real a 1 real e 50 centavos, estamos numa ordem econômica absurdamente diversa. É por isso que, do ponto de vista da economia, as substâncias psicoativas e ilegais movimentam extraordinário

volume de dinheiro. Mas, do ponto de vista da saúde pública, atenção, temos uma inversão: a droga nacional mais barata, a número um, a droga dos amigos, a droga da amizade, a droga do futebol, a droga que nos move nos finais de semana é a bebida alcoólica, que toma 85% da sociedade brasileira e, de modo geral, da sociedade ocidental.

Não sou alcoólico anônimo e não defendo que se interdite o uso da bebida, mas que tenhamos um discurso pautado na seguinte lógica: se o homem é o animal do sofrimento, se o que significa a natureza humana é o conhecimento da sua finitude, finitude esta que produz dor – sei que vou morrer e sofro com isso – , o que define um homem não é que ele seja bípede. Galinha também é bípede, os senhores me permitam a comparação, que não é digna desta Casa, mas o que separa um homem de uma galinha é o fato de que a galinha não pensa sobre o seu futuro, sobre a sua vida, não se reúne em parlamento para discutir o seu destino, a sua história. Os homens, sim. E é por essa razão que eles sofrem.

Então, o que define o homem é a sua natureza, marcada pelo reconhecimento do sofrimento e pela possibilidade de falar desse sofrimento. O sentimento e a palavra nos distinguem e nos fazem homens. Nada mais do que isso. Não é a fisiologia que nos faz homens, absolutamente. Todos os animais, ou quase todos, pelo menos os de sangue quente, têm a mesma fisiologia. O que faz com que o homem seja homem é a sua percepção do sofrimento e a capacidade de falar sobre isso. Quanto mais o sofrimento se expande, mais o homem tem buscado alternativa para esse sofrimento – pode ser pelo trabalho, poesia ou religião. Mas a substância psicoativa, legal ou ilegal, tem sido o instrumento mais eficaz e rápido para o sofrimento humano.

Por essa razão, todas as culturas elegem um produto com o qual, homens e mulheres – estou falando em tese – , em sua maioria, lidarão com o sofrimento. Na cultura ocidental, o álcool é a substância que nos alivia nos finais de tarde, nos finais de semana, na hora do almoço, nas festas, nos batizados e nos casamentos. Sempre estamos mediando as nossas relações por uma substância que altera nosso comportamento, levemente, se for consumida controlada, ou grandemente, se não for feito esse tipo de controle: a bebida alcoólica.

Portanto, assumindo a posição dos alcoólicos anônimos, não estou aqui para dizer que se deve proibir o álcool, mas que reconheçamos o lugar dessa substância em nossa história, em nossas vidas, e sejamos capazes de promover – vou usar uma expressão forte – o uso adequado da substância.

Recentemente perguntaram-me como ficam, então, os nosso filhos e filhas. Proponho que digamos aos nossos filhos: se beber, não dirija; se dirigir, não beba. Que possamos mostrar os riscos do consumo da bebida alcoólica, mas que reconheçamos a impossibilidade de fazer esta ou qualquer sociedade funcionar sem uma substância psicoativa.

Há outra questão quando se fala de substâncias psicoativas e lícitas: a maconha, este monstro que assusta a família e a sociedade brasileiras. Tenho dito que a maconha assusta mais pela ignorância e pelo desconhecimento do que pela sua própria realidade química. Primeiro, a maconha é uma substância incapaz de matar por intoxicação aguda. Uma pessoa pode usar a quantidade que o seu organismo, enquanto ele estiver acordado, permitir, e ele não morrerá por intoxicação aguda; segundo, a capacidade de produzir dependência química. Pessoas que usam maconha durante 15 anos param imediatamente sem nenhum sofrimento, porque a capacidade do THC, tetrahidrocanabinol, produzir a necessidade de repetição do consumo, do ponto de vista químico, é desprezível. Pergunto aos senhores: por que as pessoas usam maconha? Porque são homens. Se ficamos dependentes da Globo e do nosso time de futebol; se nós, homens, somos dependentes das nossas mulheres; se ficamos escravos, dependentes dos nossos filhos – sim, porque vivemos, neste momento, uma verdadeira "filhocracia" – , os senhores dirão que não somos dependentes dos nossos filhos, no sentido do que estou provocando aqui? Ora, ficamos ligados aos filhos, e não é essa dependência uma ligação permanente, coerciva, insustentável? Não paramos de pensar ou telefonar para o filho, isso é diferente de uma dependência, ou outra coisa? Talvez seja até mais grave do que até a dependência do álcool, pois há pais que são mais dependentes dos filhos do que de qualquer outra coisa. A dependência da maconha, como de outras substâncias, é muito mais de ordem psíquica, da necessidade que o homem e a mulher têm de consumir aquela substância. Não preciso provocá-los muito, mas apenas perguntar quem conhece uma pessoa que, quando a televisão quebra, e precisa ver se o Téo já se levantou da cama para resolver a questão da filha e do filho, vai à casa da vovó para assistir àquele capítulo da novela, que era exibida às 8h e agora passa quase às 10h. Isso não é dependência? E quanto aos dependentes do trabalho, os *workaholics*, que não vêem os filhos, a mulher, os amigos, apenas trabalham, trabalham e trabalham? Isso não é uma dependência? E quanto às pessoas dependentes de ganhar dinheiro, que quanto mais ganham, mais acumulam? Isso não é uma dependência? Fecho aqui os parênteses.

Voltando à maconha, do ponto de vista químico, ela tem pequena possibilidade de produzir dependência, mas a relação das pessoas com a maconha, esta é outra coisa. Algumas pessoas têm, sim, dependência de maconha. Pergunto-me: por que a maconha se tornou um verdadeiro crocodilo, quando, quimicamente, é uma lagartixa? Por que estamos vendo um crocodilo no lugar da lagartixa? Por que não falamos da maconha com honestidade? Por que não reconhecemos que os nossos filhos usam maconha num ritual de transgressão e que o risco do uso da maconha está em ser preso, em apanhar, em se contactar com o traficante, porque quem vende maconha vende também cocaína? Aí está o risco.

Ah! Sras. e Srs. Deputados, há, em âmbito nacional, a falácia de que a primeira droga é a maconha. Permitam-me a irreverência, mas, em um congresso, em Belo Horizonte, quando me perguntaram qual era a primeira droga, respondi que era a mãe, porque se ela é boa, não a deixamos nunca; se ela é ruim, ela não nos deixa nunca. Essa foi uma grande provocação que, talvez, eu não deveria repetir aqui, porque esta Casa é séria. Mas, deixando essa brincadeira provocativa, eu diria aos senhores que a primeira droga está nos medicamentos. Os meus colegas pediatras os prescrevem monstruosamente. As mães são fabricantes de toxicômanos, pois não suportam mais diarréias, febres e dores dos filhos. Os pediatras, então, medicam a pedido das mães. Saibam os senhores que há crianças pequenas dependentes de xarope para a tosse, porque no xarope para a tosse há uma substância que produz séria dependência química: um derivado opiáceo. Conheço crianças cronicamente tussígenas, tossem permanentemente, e as mães permanentemente restauram a toxicomania. Chamaria isso de toxicomania de seus filhos. É disso que precisamos falar.

Mas voltemos à maconha, para terminar. A maconha é um objeto de transgressão para os nossos filhos. Reconheçamos as possibilidades químicas da maconha, o seu comércio, o seu risco de compra junto ao traficante. Uma questão que trago para que os senhores refletirem é a seguinte: trabalho há 25 anos com usuários de substâncias psicoativas, alguns são doentes, outros não. Raríssimas vezes encontrei uma pessoa capaz de manifestar violência verbal ou física sob efeito de uma substância. O que tenho vivido é uma enorme violência vinculada ao comércio das substâncias psicoativas, porque quem detém 1 quilo de maconha tem certeza de que tem grana alta na mão ao final de poucas horas. Realmente, é um comércio promissor, invejável, do ponto de vista da ordem comercial. Nunca um produto atendeu tanto à ordem de mercado: produz 1 quilo, vende um quilo e meio; produz 2 quilos, vende 5 quilos. Então, há um plantio garantido, o que não acontece com o feijão, com o arroz e com outros produtos de que precisamos, porque há outra lógica de mercado. É esse tráfico, é essa economia atraente, porque há uma outra lógica de mercado para esse produto. Sejamos honestos para dizer o que faz o risco: o consumidor está entre dois vendedores. E é nessa luta de vendedores que a violência ocorre para o controle do comércio. Os senhores compreendem o que estou dizendo? Se politicamente interferirmos no comércio, estaremos interferindo na violência e, conseqüentemente, estaremos protegendo nossos filhos dessa violência. Haverá alguns que irão dizer: "*E o rapaz que matou a velhinha para pegar dinheiro e comprar cocaína?"* Dou a minha vida em troca se me provarem que essa pessoa não tem uma doença mental. Então, é da doença mental que se trata, não do consumo de drogas. Mas nós também não falamos muito nisso.

Mais de 60% dos consumidores de cocaína têm transtorno mental, depressão ou doença mais grave. Por que, então, ficamos falando da cocaína e não das pessoas doentes que usam cocaína? Por que não falamos dos deprimidos que usam cocaína, dos esquizofrênicos que usam cocaína, das pessoas com transtornos graves de personalidade que usam cocaína? Por que optamos pelo objeto cocaína, em lugar de pensar que são homens e mulheres doentes que se beneficiam – perdoem-me se estou sendo ousado – com o uso da substância? Os deprimidos melhoram quando cheiram cocaína, mas, em seguida, estão mais deprimidos e precisam usar um pouco mais. E, em seguida, eles estão um pouco mais deprimidos. Então, do que se trata, da doença ou da cocaína? Para onde deveremos virar o nosso olhar? Para a cocaína ou para as pessoas doentes?

Nossos filhos e filhas usam maconha, repito, num ritual de transgressão. Quem já teve um adolescente em casa sabe que quando propomos comer *pizza,* eles resolvem comer feijoada; quando sugerimos que usem uma camisa colorida, eles resolvem usar camisa branca. Por quê? Porque é assim que o homem passa da infância para a vida adulta: rompendo, rasgando, transformando por dentro e por fora. E, nessa transformação, nossos filhos usam os mecanismos que a sociedade oferece. No meu tempo foi o sexo. Quem tem, como eu, quase 60 anos sabe que os meninos se tornavam homens quando eles podiam provar a sua primeira relação sexual. Hoje, a relação sexual acontece aos 13 anos de idade. Aos 14 anos as meninas já ficaram com vários meninos e vice-versa. O tabagismo não é mais transgressão.

O que é transgressão hoje? É ganhar do computador. Os senhores pouco ouvem falar de dependência eletrônica, mas fiquem sabendo que muita gente tem um garotão em casa absolutamente dependente da máquina, mas ninguém diz nada. Apenas comentam que ele fica trancado no quarto jogando. E, às vezes, ficam assim um final de semana inteiro: 18 horas por dia. Isto é toxicomania, meus caros! Não é droga, mas é uma forma de dependência grave que nós não temos estudado.

Portanto, nossos filhos transgridem hoje com os instrumentos que a sociedade oferece. E a maconha é um instrumento de transgressão.

Sr. Presidente, sei que já ultrapassei o tempo, mas vou terminar dizendo a V.Exa. o seguinte: a maconha – e acho que este Parlamento precisa pensar nisso – tem múltiplas funções. Se pensarmos apenas na função destrutiva, desorganizadora, passaremos ao largo da maioria dos nossos adolescentes, que descobriram na maconha um duplo mecanismo: primeiro, a maconha é um sedativo psíquico; segundo, um relaxante muscular; terceiro, um fazedor de alianças. Raramente, encontra-se um adolescente que fuma um baseado sozinho. Apertar um fininho implica coletivamente separar a droga, partilhar, alisar o papel. Há uns que sabem apertar mais do que outros. Há especialização entre os adolescentes para cada uma dessas funções. E, depois, o cigarro circula numa relação – eu diria – socializada. Pode não ser legal, e não é; pode não ser boa, e não é; mas é uma relação de socialização entre os adolescentes, cuja função é fazer laços.

Dois: a maconha reduz o sofrimento. Eu comecei aqui falando de sofrimento, porque adolescente sofre e muito. Já pensou um sujeito com uma cara como a minha na adolescência? Ninguém queria. Oferecia-me às mocinhas, elas olhavam para mim e diziam: "*Vade retro, feioso*". *(Risos.)*

Os senhores acham que o meu sofrimento foi pequeno na adolescência e que não temi não conseguir alcançar o que todos alcançavam? Os senhores acham que é fácil uma mulher não saber se terá peitos grandes ou pequenos? Acham que é fácil uma pessoa querer jogar basquete e ter apenas 1 metro e meio? Acham que é fácil sustentar o nome de uma pessoa? Há pouco tempo pedi para incluir o "Filho" em meu nome, porque carrego o nome de outra pessoa. Pensam os senhores que é fácil ter o nome de outra pessoa? Por isso exijo o "Filho", para marcar que não sou ele. Sou outra pessoa. Quero que digam que sou o filho, não o pai.

É fácil ser adolescente? É fácil olhar o futuro e não enxergar nada? É fácil encarar a escola, que não é mais um lugar de formação, mas, sim, um lugar de luta entre a família, o professor e o estudante? A escola deixou de ser um lugar de cidadania e passou a ser um lugar de luta. Os alunos batem nos professores, os professores detestam os alunos, e os pais detestam os professores. Eis aí a equação das escolas atuais.

E o emprego? Quem dos nossos filhos, hoje, com o mínimo de inteligência, acredita que ter um diploma universitário representa algo para o seu futuro? Quanto mais se estuda, menos se ganha. Quanto mais se estuda, mais se trabalha. Quanto mais estudo, mais idiota. Hoje, as pessoas vivem do imediatismo, do passageiro. Ninguém mais dá valor ao conhecimento, porque o que conta é banal, o transitório. São os 5 minutos de glória que cada um tem pelo menos uma vez na vida.

Para concluir – e já disse isso 4 vezes; sou um mentiroso – , gostaria de fazer mais uma observação: nossos filhos usam maconha, mas não são doentes, não são toxicômanos. Estão à revelia da lei, isso é verdade. Eles são punidos pela lei, são presos. São extorquidos quando são pegos com maconha. Tomam a grana deles: "*Quanto você tem aí, cara*?" – "*Tenho 50 contos*" – "*Então me dê*". O adolescente leva uns tapas e vai para casa. Essa é a regra.

Os adolescentes usam maconha porque descobriram que esse risco vale a pena. Descobriram que essa substância não mata. Descobriram que ela alivia o sofrimento, produz socialização, relaxa a musculatura, facilita o sono, faz com que o surfista suporte horas e horas dentro d'água – sim, porque a maconha reduz a percepção térmica. Tudo isso faz com que os jovens utilizem essa droga.

Falta, porém, a outra metade da equação. A maconha, sendo proibida, sendo uma droga de horror para a família, Deputados, médicos, psicólogos, comunicadores, é uma lagartixa que se enxerga como crocodilo. Então, os adolescentes usam essa substância porque ela provoca horror social. E é isso o que o adolescente quer. Isso fará com que ele diga: "*Estou sendo reconhecido inteiramente através de um ato que provoca horror*".

Mais tarde ele abandonará a maconha, pelo menos essa é a nossa experiência nos últimos 20 anos. A maioria dos adolescentes abandonará a maconha. Dez por cento farão uso regular e, desse percentual, outros 10% desenvolverão a doença. Mas essa doença é psíquica, não é causada pela maconha.

Sras. e Srs. Deputados, não trouxe transparências nem estatísticas. Estas podem ser encontradas na *Folha de S.Paulo*. Basta abrirmos o *site* desse jornal que veremos uma belíssima página com estatísticas, que eu não seria capaz de produzir – www.folha.com.

br. Lá encontraremos tudo. Agora, na *Folha de S.Paulo*, V.Exas. não encontrarão essas reflexões.

Os Deputados brasileiros precisam tomar consciência do problema, sob pena de ficarmos atrasados ou sermos incongruentes ou matarmos nossos filhos em nome da salvação e da proteção social. Essa é a questão que me interessa discutir. E foi por isso, Deputada Alice Portugal, que fiz todo o possível para estar aqui hoje. Abandonei minhas atividades, deixei de dar aula para estar aqui. No meu ponto de vista, droga não é uma questão de médicos, de professores. Talvez seja até uma questão de mídia, mas é, sobretudo, uma questão política.

Espero que V.Exas. consigam sensibilizar os Deputados deste País, para que a questão das substâncias psicoativas seja discutida inteligentemente. Que possamos, por exemplo, produzir uma lei que sirva para nossos filhos, e não para a expansão da maconha, da cocaína, do *crack*. Temos de proteger nossos filhos. Eles não são marcianos. São os homens e mulheres que farão o Brasil do futuro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Prof. Antônio Neri.

Passo a palavra, por 20 minutos inicialmente, à próxima expositora, Sra. Lorena Bernardete, pesquisadora da UNESCO na área de AIDS, sexualidade e drogas.

A SRA. LORENA BERNARDETE – Bom-dia a todos. Diferentemente do Prof. Antônio Neri, para não me perder no assunto nem no tempo, valho-me do *PowerPoint*. Preciso mostrar alguns dados.

Como dito, sou pesquisadora da UNESCO. No ano passado, fizemos uma pesquisa sobre drogas nas escolas. Nosso foco foram os jovens de 10 a 24 anos. Essa pesquisa foi realizada em 14 Capitais brasileiras, em escolas públicas e privadas, com alunos dos ensinos médio e fundamental. O que pretendíamos era conhecer não só a percepção desses jovens escolarizados, como também a de seus pais e professores, sobre drogas lícitas e ilícitas, motivos e transgressões. Então, basicamente, apresentarei a V.Exas. – o mais rápido que puder – algumas informações e percepções a respeito dessa população.

Sempre privilegiamos a escola. Até porque na UNESCO acreditamos que a escola é o espaço adequado para qualquer estratégia, ação de prevenção.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou citar algumas características demográficas relativas à dependência química. Entrevistamos 50 mil alunos, 10 mil pais e 3 mil professores. Na expansão da amostra dos jovens escolarizados chegamos a 4 milhões e 600 mil alunos. Desses 4 milhões e 600 mil, 53% são do sexo feminino, 37% possuem de 13 a 15 anos, e 34%, de 16 a 18 anos. Quase 70% deles vivem em família, digamos assim, tradicional – com pai e mãe – , em muitos outros casos vivem com padrasto e mãe ou madrasta e pai.

Concordo plenamente com o Prof. Antônio Neri quando diz que um dos maiores problemas da nossa sociedade é o álcool. Esse é um problema sério. E, por incrível que pareça, quando perguntado aos pais que drogas eles consideram ser um perigo, uma ameaça, a primeira coisa que vinha à cabeça deles era a cocaína, a maconha. Ao fazer essa comparação, eles não consideravam o álcool a pior droga. A preocupação desses pais era realmente com a maconha, com a cocaína, não com o álcool, que é uma droga legalizada muito perniciosa e que está aí no nosso dia-a-dia.

O Prof. Antônio Neri já falou sobre os problemas causados pelo álcool: acidentes de trânsito – e muitas vezes são computadas causas outras, quando, na verdade, o motivo foi excesso de álcool – , afogamentos, suicídios e inúmeras outras mortes.

No Brasil, assim como em outros países, vive-se o paradoxo das drogas legalizadas. Maconha é crime, mas pode-se comprar facilmente cigarros. Tranqüilizantes, em princípio, precisam de receita médica, enquanto que o álcool e o cigarro são vendidos e consumidos com a maior facilidade. Então, temos de ficar mais atentos ao problema do álcool em nossa sociedade.

Com relação ao sexo – estou falando dos jovens, minha análise é sempre focada nos jovens – , perguntou-se sobre os que nunca bebem, os que bebem regularmente, ou seja, bebem todos os dias ou quase todos os dias ou nos finais de semana, estes seriam dependentes, e os que bebem somente em festas e ocasiões especiais. Percebeu-se que os homens bebem mais do que as mulheres. Mas há um detalhe: em festas e ocasiões especiais, eles bebem igualmente. Não há diferença entre meninas e meninos. Eles bebem a mesma quantidade. É o que acontece com em torno de 45% deles.

Percebeu-se também nessa pesquisa que as primeiras experiências com álcool, por incrível que pareça, acontecem em ambiente familiar, incentivadas normalmente pelo pai ou pela mãe. Alguns pais acreditam até que se o filho experimentar em casa, ele poderá reconhecer o sabor, saberá como é e que, dessa forma, eles terão possibilidade de controlá-lo.

A pesquisa revelou também que eles consomem álcool com os amigos como forma de sociabilidade, masculinidade, valentia e também para paquerar uma garota. Quer dizer, ele precisa ingerir alguma droga, nesse caso, o álcool, para ter coragem, e chega a cometer transgressões – mas isso tudo o Prof. Antônio Neri já mostrou.

Ao compararmos as informações sobre álcool e cigarro, verificamos que há uma crítica relativa menor ao uso do cigarro. A extensão dessa droga é bem mais baixa do que a registrada no caso de bebida alcoólica – isso entre os alunos. Enquanto o uso do cigarro com alguma freqüência, ou seja, os que fumam às vezes ou todos os dias, engloba 466 mil alunos, a exposição a bebidas, ou seja, os que bebem em festas e ocasiões e bebem regularmente, a soma dessas duas situações abrange um contingente 5 vezes maior que o registrado no caso do cigarro. Então, cerca de 2,5 milhões de alunos, em algum grau e alguma modalidade, consomem bebidas alcoólicas. Percebemos que o consumo de bebidas entre os jovens é muito maior do que o consumo de cigarro. Precisamos estar alertas a este problema.

Em relação às drogas ilícitas, o Prof. Neri também já disse que a droga sempre existiu, em qualquer civilização, e ela sempre foi usada em rituais. Só que hoje o consumo de drogas vem entrelaçado com sérias considerações sobre problemas de saúde e farmacodependência. O consumo de drogas está entrelaçado com a questão do tráfico. Então, são dimensões que afetam de forma peculiar a juventude.

Entre os alunos pesquisados, 3% deles fazem uso regular de drogas ilícitas. Eu nem dei o número do consumo do álcool – acho que é 85%. Oitenta e cinco por cento dos alunos afirmam que fazem uso de álcool, não uso regular, mas no geral.

Em relação às drogas ilícitas, 3% afirmam fazer uso regular, quer dizer, todos os dias. Por volta de 5% já experimentaram e não usam mais, mas 92% dos alunos declaram que nunca usaram drogas.

Quando comparamos o uso no passado com o uso no presente de drogas ilícitas, percebe-se que o uso no presente é sempre menor do que o uso no passado, mas não deixa de ser preocupante. E mesmo os percentuais sendo menores e mais baixos do que outros, também não deixa de ser preocupante o uso de algumas drogas ilícitas. E esse uso no presente é mais preocupante por ser um uso diário, um uso dependente. O uso no passado, não: a pessoa usou e não usa mais.

Para a maconha, temos um uso regular de 2%; o uso de cocaína não chega a 1% e das outras drogas também não chega a 1%. A maconha continua a droga ilícita de maior uso – tanto no passado, como no presente – , não há dúvida.

O Prof. Neri também afirmou que a maconha não mata e não cria dependência – isso tudo é verdade. Concordo plenamente com tudo que ele falou em relação à maconha: que facilita a socialização, lógico; que alivia sofrimento, sim. Porém, a maconha tem alguns problemas, como o álcool, que tira a percepção. Ela tira a noção de distância quando se está dirigindo; tira a percepção de velocidade e de som. E acaba sendo um problema tanto quanto o álcool, porque está se colocando em risco a própria vida e a vida alheia quando se dirige sob o efeito dessa droga.

Os senhores vão ver na tela alguns depoimentos que colhemos dos alunos, professores e diretores. Cabe ressaltar que existem diferenças entre as diversas Capitais quanto ao testemunho sobre ter visto pessoas usando cocaína em pó e inalantes, porque determinadas drogas predominam em determinadas regiões. Nas Regiões Norte e Nordeste, predominam inalantes e maconha; nas Regiões Sul e Sudeste do País, a cocaína em pó. A cocaína injetável predomina principalmente no Sul do País. Por quê? Provavelmente pela localização desses Estados – Santa Catarina, por exemplo, tem três portos, é um Estado muito pequeno com três portos. Entra muita droga no País pelas fronteiras do Sul. E essa droga que entra é muito para consumo interno. O elevado número de consumo de droga injetável deve-se também ao poder aquisitivo que essas regiões têm. Por isso, temos um predomínio de cocaína nessas regiões.

Interessante notar que, no Centro-Oeste – especialmente em Goiás e no DF – , há o predomínio da merla, droga que não é muito conhecida em outros Estados, pelo menos nossa pesquisa não detectou isso. Quando se pergunta o que consideram drogas e damos uma relação de drogas, eles não assinalam a merla, porque não conhecem essa droga cujo consumo, no Distrito Federal e em Goiás, é muito elevado. O consumo de cada tipo de droga, portanto, depende da região.

Quanto aos motivos que os alunos alegam para o uso da droga, uma das principais respostas é a curiosidade: "*Eu fui usar droga por curiosidade*". Pesam bastante também outras questões como pressão do grupo de amigos, ou estar em grupos de amigos, porque a droga é usada no grupo; por prazer; para aliviar a dor; por problemas pessoais e familiares, para fugir de problemas. Mas, o que mais percebi foram realmente esses que citei: curiosidade e pressão do grupo.

Eles também citam muito o problema da exclusão social, da falta de oportunidades e de perspectivas. Outros motivos que alegam é a vontade de transgredir e de ter coragem de cometer algum ato.

Sessenta e oito por cento dos alunos que usam droga com freqüência consideram a droga um perigo e uma ameaça. E 86% dos que nunca usaram droga também a consideram perigo e ameaça. Quando foi perguntado se eles consideram perigo e ameaça algo normal, uma doença, normalmente as respostas se concentraram no perigo e na ameaça – mesmo que eles sejam consumidores habituais, eles consideram que é um perigo e uma ameaça.

Também demos uma relação de transgressões, para saber se existia uma relação entre drogas e violência. E não podemos afirmar que a droga seja um fator determinante e único da violência ou da transgressão. É preciso haver outros fatores. O consumo de drogas ilícitas é considerado por muitos como mecanismo facilitador e deflagrador de transgressões. E, ao perguntarmos aos alunos sobre um elenco de comportamentos socialmente considerados como transgressões, identifica-se que a grande maioria – cerca de 92% do jovens – que consome drogas regularmente, ou que já usou e não usa mais, já cometeu pelo menos algum tipo de transgressão. Noventa e dois por cento deles disseram que já cometeram transgressões, repito. Mas, ao mesmo tempo, entre os que nunca usaram drogas, apesar de ser menor o percentual dos que já cometeram uma daquelas transgressões, o número também é alto. Logo, não conseguimos estabelecer como fator único e determinante. Existem outros fatores que pesam para a droga estar relacionada com transgressões e violência.

Verificou-se também o consumo de drogas dentro da escola. Alunos e professores, mais do que diretores, afirmam que há uso de drogas dentro da escola e, inclusive, tráfico. Muitos diretores negam o consumo ou o tráfico de drogas nas escolas, mas os alunos jamais deixam de admitir. Muitos diretores não falam sobre o assunto por conta do que impera na escola: a lei do silêncio. Têm medo de a escola e seus alunos serem prejudicados, têm medo de ameaça e, por isso, adotam o "*faço que não vejo*". Muitas vezes, os diretores mantêm boa relação com alunos traficantes e parentes de traficantes, o que chamamos de lei do silêncio. Alunos, menos do que diretores, também adotam esse comportamento e se utilizam da lei do silêncio. Pais não percebem a droga dentro da escola, até porque se trata de um ator que está fora, não está inserido diariamente no ambiente escolar.

Todos falam muito sobre a facilidade de aquisição da droga. Alegam que é tão fácil quanto comprar pão e leite. E, além da droga na escola, existe o problema do tráfico e do consumo na redondeza da escola. Falam sobre carrocinhas de cachorro-quente, bombonzeiros, etc.

Dentro da escola, procuram usar as drogas nos lugares de menor circulação, normalmente banheiros. Seguranças de escolas não se envolvem muito com isso, principalmente nas escolas particulares, porque normalmente são profissionais terceirizados, e isso é um problema do corpo técnico da escola, que não se envolve porque não é problema dele. Os seguranças sabem mais do que professores e diretores, conhecem mais como está circulando a droga dentro da escola e no entorno dela, mas procuram não se envolver porque "*não é problema deles*", como comenta a própria direção da escola.

Em relação ao problema do tráfico e do consumo, várias escolas utilizam câmeras e usam controles do tipo uniforme escolar e carteira de identificação, mas percebem que não funciona muito bem.

Nos Estados Unidos gastou-se muito com instalação de equipamentos em escolas para tentar minimizar o problema de drogas. Não funcionou. Na pesquisa aparecem algumas recomendações de políticas públicas para tentar minimizar o problema das drogas. O que a UNESCO defende não é esse controle, que muitas vezes não funciona. O que defendemos é a construção de uma escola protetora ou protegida, voltada para a formação integral e para a articulação de programas. A UNESCO considera que a escola é um local privilegiado, como já disse, para realizar ações de prevenção, porque lá é o ambiente dos jovens.

A escola pode melhorar a auto-estima e incentivar o comprometimento social e as formas de sociabilidade pautadas no respeito e na solidariedade. Em muitos casos, predomina no imaginário social como vontade a valorização positiva da escola; ainda que criticada, insiste-se em que a escola goza de legitimidade numa comunidade de relações sociais primárias e na família, em particular entre os jovens.

A perspectiva da UNESCO é desenvolver estratégias de proteção e repensar a cultura pedagógica, a formação de professor melhor qualificado, a identidade profissional, a estabilidade na equipe de professores, o número de horas que os mesmos permanecem na escola, as recomendações para a escola protegida, a identificação de sinais de risco e de iniciação no uso de drogas. É uma cultura de paz que estimula e enfatiza o sentimento de o aluno pertencer à escola e de desenvolver a auto-estima. Isso é muito importante.

A UNESCO tem projetos desenvolvidos em algumas Capitais do Brasil. Há o projeto Escola Aberta, realizado nos fins de semana, voltado para a cultura, o esporte e o lazer, em que a escola envolve os professores, a comunidade, os pais e os alunos distribuindo atividades. Isso tem dado resultados. É o que ela chama de cultura de paz.

É preciso reforçar o laço entre escola e família e parar com a situação que sempre ocorre: a escola normalmente culpa a família quando aparece o problema de drogas; a família, por sua vez, passa a responsabilidade para a escola. É inevitável que se promova diálogo e ação. É necessário parar com a culpabilidade dos 2 lados.

Explicitação de regras e limites nas relações. A escola precisa deixar claro quais as suas regras e o que não tolera. Muitas vezes se confunde regras com

disciplina interna. Faz recomendação sobre juntar esforços no combate ao tráfico, parceria que deve ser considerada tanto em programas específicos afins à realidade das drogas na comunidade e nas escolas. Percebemos que existem escolas mais vulneráveis que outras, como, por exemplo, aquelas localizadas em morros ou em áreas como a Baixada Fluminense, onde as escolas são mais vulneráveis ao tráfico e ao consumo de drogas dentro delas.

Envolvimento dos Governos Federal, Estadual e Municipal na delimitação clara de recursos para capacitação de professores, de pessoal de campo, de segurança, realização de eventos culturais e esportivos, suprimento de material didático. O jovem tem de ser o foco das ações. Deve haver o investimento para que ele desenvolva capacidade crítica e construa seus próprios mecanismos alternativos às drogas. O foco e toda a perspectiva da UNESCO é o jovem. Ele tem de ser escutado. Tem de haver diálogo.

É basicamente o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Agradecemos à Dra. Lorena Bernadete.

Convidamos, para fazer parte da Mesa, a Dra. Fátima Oliveira Sudbrack, professora titular do Departamento de Psicologia e Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e Coordenadora do PRODEQUI, Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas da UnB.

Concedo a palavra à Sra. Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Diretora de Prevenção e Tratamento da Secretaria Nacional Antidrogas.

A SRA. PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Bom-dia a todos. Agradeço a gentileza do convite da Deputada Alice Portugal. Cumprimento o Deputado Reginaldo Lopes, demais componentes da Mesa e cada um dos senhores presentes.

Embora não tenha sido convidada como debatedora, sempre fico muito tentada a debater o assunto, uma vez que, como o Prof. Neri, há 25 anos brigamos e batalhamos por uma melhor compreensão do fenômeno do consumo de drogas na sociedade.

Quando falo em compreensão, não me refiro ao que ouvimos muito comumente: "*lutamos contra as drogas*". Não lutamos contra as drogas. Nós, especialistas, na verdade tentamos compreender a relação do indivíduo com a droga e o meio ambiente de forma mais ampla do que simplesmente focar o consumo em aspectos individuais.

Enfim, como mencionei, meu papel hoje não é debater. Quero apenas, em nome da Secretaria Nacional Antidrogas, cumprimentar, na pessoa da Deputada Alice Portugal, todos os senhores presentes pela iniciativa e dizer o quão importante é um evento dessa natureza. Pela primeira vez, nestes 25 anos de trabalho na área de drogas, vejo uma comissão de jovens pensando em legislar para jovens – certamente bastante mais jovens do que nós, não é Neri? Esse é o primeiro grande ganho. Discussões desse tipo, feitas por jovens, voltadas a pensar legislação para jovens, fazem com que tenhamos a possibilidade de corrigir um grande problema quando falamos da questão das drogas, porque temos no Brasil uma discussão muito polarizada, muito voltada para o bem e o mal. De um lado, a discussão é absolutamente banalizadora em relação ao consumo de drogas; de outro lado, absolutamente demonizadora. Isso nos impossibilita de aplicar, de criar, de implementar ações de forma pragmática, como disse o Neri inicialmente. Tendemos a ir para um lado absolutamente moralista e fora da realidade.

O que temos hoje em termos de Brasil? Uma discussão muito pouco esclarecida em relação às drogas. A discussão é emocional e, repito, polarizada – bem e mal. Também é fundamentada, em geral, nos exemplos pessoais que cada um de nós tem, nas vivências pessoais, ou nas informações da mídia. E nós embasamos nossas discussões em muito poucos dados científicos que nos dariam a possibilidade de agir de forma pragmática.

Minha fala é muito mais para cumprimentar a iniciativa dos senhores e dizer que, na condição de mãe de adolescente, professora universitária e hoje integrante do Governo, sinto-me absolutamente confortável em estar aqui. Sinto-me também na obrigação de dizer que a qualquer momento a Secretaria Nacional Antidrogas está disponível para vir discutir possibilidades e trazer pouco do que pensamos em termos de política pública neste novo Governo.

Muito obrigada e parabéns a todos os senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Paulina.

Passo a palavra à Profa. Fatima Sudbrack.

A SRA. FATIMA SUDBRACK – Bom-dia a todos. Peço desculpas por só ter chegado agora, em especial aos colegas que não pude ouvir, mas apenas anteontem recebi o convite para estar aqui e não pude me reorganizar. Estou muito feliz por poder contribuir com esta Comissão de Políticas Públicas para a Juventude. Meus parabéns pela forma como os senhores organizaram esse contexto de reflexão e de ações políticas.

A minha inserção no tema das drogas veio com a juventude. Sinto-me um pouco dinossauro na área, como os colegas Paulina e Neri, em razão de trabalhar com adolescente. A minha história é de psicóloga clínica, terapeuta de adolescentes e de família e, num percurso universitário, na condição de pesquisadora,

professora e formadora de pesquisadores, orientando teses de mestrado e doutorado.

Minha grande preocupação é relativa ao que se conhece nessa área e o que se desconhece, mas em especial sobre o tipo de conhecimento que produzimos a respeito do que seja esse jovem.

No convite que recebi estava escrito: "*O jovem e a dependência química*". No meu entender, o primeiro aspecto que precisamos compartilhar é a responsabilidade da academia, é o que se conhece e de que forma estamos nos propondo a conhecer. Então, vou falar rapidamente como me tenho situado em relação a quem é esse jovem usuário de drogas – não vou falar de dependente de drogas. Vou falar de forma mais ampla e, depois, de como vejo o atual momento das políticas públicas relacionadas à atenção a esse jovem, na ampla articulação que representa pensar no jovem, e não só no usuário de drogas. Eu gostaria de me comunicar nesse nível. Espero que consigamos fazê-lo nesse espaço curto de tempo.

A Profa. Paulina contextualizou muito bem o tema. Não estava presente por ocasião da fala do Prof. Neri, mas sei que também seu discurso deve ter aquecido todos, para que possamos compreender esse jovem na complexidade que representa essa condição em que tendemos a colocá-lo ora como doente, ora como delinqüente. Esse é o primeiro ponto a ser desconstruído, no meu ponto de vista. Não nos ajudarão a avançar em nenhuma política decente para o jovem usuário de drogas as marcas de doente, criminoso e delinqüente, embora elas estejam presentes na sua vida, no seu cotidiano e no de quem trabalha com ele nos serviços em que chega, seja no de saúde, como um doente, seja no da Justiça, como alguém que transgrediu a lei quando o seu consumo é relativo às drogas ilícitas.

Então, como poderíamos avançar sem marcar ainda mais esse jovem, até como vítima? Um doente é marcado como vítima. Quando falamos em doenças relativas à dependência química, raramente damos conta de distingui-las das doenças fatais, daquelas que são até independentes do sujeito que adoece. Penso que essa dimensão do jovem doente é muito destrutiva de sua identidade. É praticamente uma sentença de morte dizer a um jovem: "*Você é doente*".

Vamos considerar esse paradigma de modelo, no meu entender, superado, mas ainda muito presente, de que a dependência química é uma doença irrecuperável, idéia muito construída até pela forma de tratamento que oferecemos. O primeiro ponto seria entender, sim, como questão de saúde. Trata-se de uma questão de saúde, obviamente, mas não podemos marcar o jovem, mesmo aquele bastante comprometido, como um doente irrecuperável. Essa é a pior sentença que podemos colocar na identidade de um jovem usuário ou dependente de drogas.

O outro extremo. Consideramos, então, que ele não é vítima de uma doença incurável, mas um culpado, um criminoso, um transgressor da lei, e, portanto, deve ser abordado o contexto da Justiça. É também essa uma dimensão extremamente redutora, inaceitável até pela relação totalmente linear entre drogas e criminalidade, que não representa a realidade. Precisamos conseguir mostrar para a sociedade que o usuário de drogas não é o responsável nem o causador da violência que nos assola, embora muita violência esteja sendo cometida em função de todo um contexto de envolvimento com drogas. Aí entra a dimensão do tráfico e toda uma situação mais ampla. Sou totalmente contra essa idéia e até gostaria de pedir para que saíssemos desse discurso que prega, por exemplo, que quem consome drogas financia a violência. Essa é uma grande violência contra o usuário de drogas, porque é colocar apenas na sua pessoa as conseqüências de uma situação muito mais ampla. Todos sabemos que o usuário de drogas é apenas um consumidor dentro desse mercado pelo qual se digladiam e debatem nações. Enfim, imputar essa dimensão de financiador da violência ao usuário, no meu entender, é a maior violência que podemos cometer com ele.

Então, como poderíamos construir uma outra compreensão desse sujeito? O que nos interessa é entender o consumo de drogas como um sintoma, um sinal, não como um problema em si, mas uma busca de solução para algo que é anterior. Existe uma demanda, o consumo de drogas vem ocupar o lugar de algo que falta. É o que precisamos entender. Mas que falta é essa? Que busca é essa? Quais as razões desse consumo? Trabalharemos, então, com a dimensão da demanda.

Em relação à dimensão do controle e da função das políticas públicas na área da Justiça, precisamos também avançar no sentido de possibilitar que a política que já há na legislação para o jovem, o Estatuto da Criança e do Adolescente, possa ser cumprida, executada, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, no art. 101, inciso VI, que jovens e familiares com problemas por drogas sejam atendidos em serviços especializados e alvos de programas especializados. Essa é a dimensão da assistência e do controle que cabe aos jovens.

Fico pensando que trabalhamos muito sobre a descriminalização do usuário, o que não quer dizer que não tenhamos de batalhar também para que o controle socioeducativo necessário se faça – e o controle da oferta é igualmente importante. Temos uma legislação que proíbe que menores comprem bebida alcoólica, mas temos dificuldade de colocar isso em execução. Então, não criminalizar o usuário, mas também não

deixar de lado as ações de controle educativo necessárias, não de controle criminal, penalizador.

Face a esse primeiro aspecto de quem é esse sujeito, vamos pensar um pouco quais seriam as políticas públicas que, no meu entender, devem contemplar a abordagem do consumo de drogas entre os jovens. Não se trata de abordar o tratamento do dependente químico, é algo mais amplo e que precisa ser feito em vários níveis, em vários contextos de abordagem.

O primeiro, com certeza, é a educação. Acredito que a colega, com essa pesquisa da UNESCO, já trabalhou muito bem o que cabe à escola como o contexto primeiro, privilegiadíssimo, para que façamos a prevenção primária, mas também a secundária, porque o que está acontecendo nas escolas é que elas estão com dificuldade de incluir o jovem usuário, mesmo o de uso recreativo. Isso é inaceitável e inconcebível. Agora, a escola também precisa ser ajudada para isso, precisa também estar preparada, os professores precisam estar formados para essa abordagem na escola.

O segundo segmento, com o qual me identifico mais por ser psicóloga, é o da saúde. Gostaria de trazer para a Comissão uma preocupação muito grande que tenho, no sentido de que se possa seguir alguns aspectos de política de saúde já definidos pelo Ministério da Saúde, que é o órgão competente para definir as políticas e programas de assistência, mas também para pensarmos o que mais pode ser colocado nesse lugar a partir do que já se tem, porque às vezes temos dificuldade em dar conta desse amplo espectro, porque são muitas instâncias.

O Ministério da Saúde, não sei se isso já foi dito aqui, tem muito claro e já definido que o tratamento, o atendimento e também a definição das políticas de prevenção primária estão referenciados nos serviços da Coordenação de Saúde Mental, que define, então, como instâncias de execução de sua política, os CAPS, CAPS Drogas nos Estados. Esta é a política definida, é uma política séria, no meu entender, o Centro de Atenção Psicossocial propõe um modelo de abordagem comunitária, evitando ao máximo a exclusão dos sujeitos da comunidade. O trabalho é ambulatorial, o Hospital-Dia, mas está difícil implantar isso nos Estados.

Então, acredito que, em termos de apoio de políticas públicas com relação à assistência, seria o caso talvez de construirmos ainda qual seria esse modelo de assistência para o jovem, porque este ainda não está construído. Tive a oportunidade de participar de oficina promovida pelo Ministério da Saúde – e o Prof. Neri também estava presente – dentro de congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, e o tema era o modelo de assistência que vai embasar o trabalho dos CAPS Drogas. Muito ainda precisa ser construído nesse nível junto à Coordenação de Saúde Mental.

Acredito que temos de resgatar o que já se fez, o que já se pensou – o Prof. Neri sempre fala muito sobre isso. Nós, que temos uma certa antigüidade na área, ficamos às vezes muito preocupados com a descontinuidade, mas cada Governo deve, no mínimo, resgatar o que de bom já se fez em termos de documentos e construir a nova política, porque realmente as situações são novas, a forma como se apresenta a questão do consumo de drogas entre os jovens é completamente diferente de uns anos para cá – e não falaria de muitos anos, de uns 3 a 5 anos. Precisamos dar conta de modelos mais amplos, mais complexos e mais aprofundados em função das situações específicas que se apresentam.

Em termos de saúde, penso que a política pública deveria se articular com o movimento do CAPS Drogas, mas, na verdade, está previsto que o adolescente seja atendido nos CAPS infantis de saúde mental. Não se criou um CAPS de adolescente, o que talvez fosse algo a ser pensado. Não é adequado que se trabalhe com o adolescente usuário de drogas, enquanto dependente de drogas, com essa identidade de usuário de drogas. Então, talvez o próprio CAPS Drogas não seja o melhor lugar para o adolescente, o melhor seria um CAPS de adolescente e que, dentro dele, houvesse um programa específico para essa dimensão da dependência das drogas.

Em termos de assistência, precisamos também pensar numa política pública, porque sabemos que pobreza, condições de vida precárias não são motivos suficientes para levar o jovem a consumir drogas – não devemos fazer uma relação linear entre pobreza e consumo de drogas. Por outro lado, quando esse consumo se apresenta nas populações favorecidas, a complexidade é grande, e a assistência, fundamental. É impossível pensarmos em qualquer trabalho sem um mínimo de apoio nas políticas de assistência. Precisamos, então, nos articular bastante com essas políticas da assistência.

É impressionante, mas às vezes esbarramos com situações em que o paciente não vem para o atendimento porque não tem dinheiro para pagar a passagem. Falo, porém, de algo mais, falo de políticas de inserção social, de profissionalização, de apoio às famílias que têm filhos com esse problema e que devem ser atendidas plenamente e não apenas em relação à saúde.

Por fim, quero referir-me também às políticas relativas à Justiça. Tenho me dedicado bastante ultimamente às demandas que vêm da Justiça, pelo fato de que infelizmente os usuários de drogas estão muito mais registrados como delinqüentes e usuá-

rios no Poder Judiciário do que na saúde. E a Justiça está consciente de que não é com grades ou com a criminalização do usuário que se resolve a questão; demanda profissionais de saúde, mas é também uma interface delicada. Há toda uma clientela que é apreendida na Justiça apenas por porte de drogas, mas também há uma clientela que comete atos infracionais e consome drogas. Então, precisamos pensar, sim, em políticas públicas articuladas – saúde e Justiça – , o que é um desafio por si só. Nós, os profissionais de saúde, em geral temos muita dificuldade em trabalhar no contexto da Justiça, e penso que os profissionais da Justiça também têm muitas dificuldades de se articular com uma visão mais ampla, entendendo essa questão que, por vezes, é de transgressão à lei, mas também de saúde.

Com relação aos jovens, penso que a legislação está apresentada em uma medida protetora no art. 101, inciso VI. Agora, quem poderia estar, digamos, articulado com a Vara da Infância e da Juventude, o órgão máximo para executar esse trabalho especializado junto àqueles que têm esse duplo registro, consumo de drogas e transgressão à lei? É um desafio. Temos algumas experiências nesse sentido que, se for possível, em algum momento poderemos compartilhar.

Penso que meu tempo se esgotou. Agradeço a todos a oportunidade e, de público, digo que podem contar comigo, estou em Brasília, estou perto.

Muito obrigada por este momento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Profa. Fátima Sudbrack.

Antes de passar a palavra ao nosso Relator, quero agradecer ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara e aos Vereadores de Ibiúna, São Paulo, a presença.

Passo a palavra ao Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO – Sr. Presidente, companheiros Deputados, ilustres convidados, quero fazer uma observação e uma pergunta em relação à posição da UNESCO. Pergunto ainda como o Prof. Antônio Neri vê a questão da chamada escola protegida.

Eu e alguns companheiros da Comissão entendemos necessária a construção de uma nova escola – e creio até que um dos melhores trabalhos que esta Comissão pode fazer é a articulação no sentido de que, dentro de um plano nacional da juventude, se possa pensar em algo diferente da escola nacional. Entendemos que uma escola fechada, a chamada "escola protegida", entre aspas, não vai evitar o consumo de drogas nem vai resolver o problema do dependente, até porque ninguém vive numa ilha. Se fosse assim, as famílias de classe média dos grandes centros, do Rio de Janeiro e de São Paulo, que vivem trancadas em condomínios fechados, vivendo uma situação quase larval, de proteção absoluta, não estariam passando os problemas por que passam.

A escola tem de encontrar no jovem um ator principal, um elemento não só fim de educação, mas ativo participante desse processo. E isso está sendo construído graças aos debates e que vamos levar não só para o seminário nacional, na Semana Nacional da Juventude, que vamos realizar, mas nas audiências e encontros temáticos que promoveremos por todo o Brasil a partir do mês de outubro.

Há uma pergunta em relação a isso: como poderíamos conceituar essa nova escola? Qual o ponto de partida para conceituarmos uma nova escola que não leve em conta esse modelo protetor, protegido, uma escola de conscientização, que é realmente o que se pode fazer em relação ao jovem?

A pergunta que faço para a Dra. Fátima Sudbrack é em relação à questão da política de conscientização do jovem realizada hoje na mídia. S.Sa. faz uma crítica ao modelo atual. Que modelo poderia ser adotado para esse sistema de conscientização, uma vez, como sabemos, com a ausência da família em casa, com pai e mãe trabalhando fora, muitas vezes a televisão demais meios de comunicação são os grandes instrumentos que podem ser utilizados para educar ou deseducar o jovem.

Há outra pergunta que quero fazer em relação ao termo "usuário recreativo". Não sou especialista no assunto, de forma alguma, mas, pela simples visão do momento atual, acredito que uma das coisas que tem feito subir muito o consumo de drogas não é só essa procura pelo novo da juventude, mas a banalização do consumo e, principalmente, a escolha de certos usuários recreativos como modelo.

Conheço esse tipo de usuário desde a minha adolescência, gente que nunca teve problema com isso, como também conheço pessoas que bebem regularmente e não têm nada, mas conheço muitos casos de gente que morre de cirrose hepática aos 32 anos e de outros que descambam para aquele estado mais grave da dependência química. O jovem copia esse usuário que, física e profissionalmente, não aparenta ter problemas – com certeza, ninguém quer copiar um dependente químico que se encontre em deplorável estado de saúde, com a carreira e a vida familiar destruídas.

Por último, peço que a Sra. Fátima Sudbrack conceitue melhor a questão de como poderia ser a alteração desse CAPS.

Temos feito um debate na Comissão muito interessante em relação ao jovem que está no regime das chamadas penas socioeducativas, no que diz respeito à necessidade de haver ação familiar, já que muitas vezes ele não tem apoio na instituição, que é falida, nem na família, o que é pior ainda. Então, como é que poderia ser feita, em termos de políticas públicas, a melhoria da ação desses CAPS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Sugiro que façamos blocos de 3, ou seja, 3 Deputados se manifestam e os convidados respondem.

Passo a palavra à Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Bomdia a todos. Gostaria de dizer que essa talvez seja uma das Mesas mais importantes que realizamos. Temos realizado outras também muito interessantes, mas esta é especialmente importante pela complexidade do tema, porque temos que fazer esse casamento ideal entre a individualidade e a coletividade, trabalhar isso sem ser absolutamente focalista – o que me parece ser o grande drama das políticas públicas para a juventude – , e, ao mesmo tempo, sem perder a visão de que se precisa ser universalista.

O cruzamento do foco do indivíduo, como a Dra. Fátima Sudbrack faz de maneira excepcional, e o objeto da grandeza de transformar essa circunstância individual num apoio exemplar para o debate coletivo – e nesse ponto o Dr. Antônio Neri de fato nos aqueceu no processo inicial – é de grande complexidade e, talvez por isso, os governos, os Estados nacionais, em diversas etapas da história da humanidade, não conseguiram dar conta ainda de uma clareza mais ampliada sobre a circunstância que envolve o homem e as substâncias psicoativas. Esse é um problema histórico. Temos a natureza cultural do uso de substâncias psicoativas, como nos Andes, com a coca; no oriente, com o ópio; e no Brasil, com a *Cannabis*, dentre outras ervas que inclusive têm sido muito úteis no suporte fitoterápico para medicamentos de combate à dor e outros males que assolam a humanidade, enfim, é de fato um tema complexo.

Esta Comissão, que é uma novidade na Câmara, porque, durante esses anos todos, quer no período da ditadura, quer nesses últimos anos de suspiro democrático no Brasil, a juventude sempre se expressou até a porta da rua, com as bandeiras, com a luta, com a legalização da UNE etc., mas aqui dentro nós não tínhamos espaço. Digo nós porque sou diretamente interessada no assunto, pela minha relação com a juventude, eu que sou jovem já há algum tempo. Mas aqui dentro é a primeira vez que a Câmara dos Deputados instala um espaço específico para o debate sobre a juventude brasileira.

Quem ou o que é a juventude brasileira? É a calça velha, azul e desbota do passado? O que é ela? Quem é essa juventude? Quem são os jovens brasileiros? O que querem e o que pensam?

Precisamos analisar o que é esse fenômeno psicossocial que explodiu em Salvador esses dias, porque a juventude não é apenas a que está organizada, mas também, uma parte que inclusive rejeita a organização e quer tratar do seu drama individual, da falta de dinheiro para ir à escola, do fato de sua família o estimular a ir à rua, parar os ônibus, porque um pai com 4 filhos, mesmo assalariado, não tem condição de bancar o sistema de transporte coletivo. Enfim, a juventude se expressou, já há 10 dias, obstruindo total ou parcialmente a ordem social, em função de várias crises que estão postas, inclusive a da sua própria identidade.

O Brasil tem a responsabilidade de discutir a juventude hoje, e a Câmara teve a sensibilidade em adotar esse espaço, onde estamos trabalhando com uma esperança aflita, mas com muito medo de não dar em nada, de discutirmos e não conseguirmos construir.

O Presidente Reginaldo Lopes tem uma atitude visionária, no sentido que precisamos construir um plano nacional de políticas públicas para a juventude e depois um estatuto. É legalismo demais? Não. A idéia é concretizar em um espaço parlamentar, em uma peça, pelo menos as opiniões iniciais de políticas que possam ser implementadas diretamente para a juventude. Não é qualquer tarefa.

Primeiramente, quero dizer que a vinda de vocês todos foi espetacular. A UNESCO tem sido uma parceria indispensável. Tenho experiência com a Dra. Mary Castro, na Bahia. A Dra. Mary tem sido uma orientadora excepcional de políticas públicas para mulheres, para negros e para jovens. A Secretaria Nacional de nossa parte resultou uma inexperiência e uma desinformação muito grande, mas agradecemos pelo descortino e pela iniciativa de estar aqui entre nós, pois a partir de agora, sem dúvida, beberemos na fonte. Agradeço também aos 2 especialistas que nos brindaram com palestras e opiniões espetaculares.

Não se preocupe, Dr. Neri, porque a transparência que o senhor traz na sua alma e na sua forma de se expor já nos foi de grande valia. Particularmente já conheço esse brilhantismo, essa percepção e essa sensibilidade de como tratar o problema das substâncias psicoativas.

Quero entrar no mérito de maneira mais rápida. Primeiramente, vou ao âmago do problema das políticas públicas. Como não sermos somente protetores do jovem usuário eventual ou usuário permanente de drogas e como não o tratarmos necessariamen-

te como doente ou como delinqüente? De que forma podemos consolidar essa política para a abordagem da questão nos amplos espaços de vivência do jovem: família, escola e rua? Achei muito interessante essa idéia do CAPES de adolescentes, mas pergunto: como a hebeatria, como especialidade da Medicina, entra nesse processo de políticas para a juventude, já que não é uma especialidade que massificada? Pergunto se de fato, é uma especialidade que tem a concretude, assim como classificamos doença e síndrome: a síndrome são os sinais; a doença está consolidada com os sintomas, o tratamento etc.? A hebeatria está consolidada de fato como especialidade? Os adolescentes e os jovens podem ser colocados numa faixa com características absolutamente definidas? Essa sua sazonalidade, a natureza transitória, não esgaça essa conceituação?

Quero saber isso porque, se criarmos centro psicossocial para adolescente e jovem, vamos ter que criar também para outras áreas, não só para tratar o problema das drogas. Seria esta a saída: ter áreas específicas, como temos para mulheres agredidas, com casas de passagem, ação jurídica específica, ação psíquica e psiquiátrica específica? Seria o caso de termos um aparato interdisciplinar e interministerial para a juventude? Quero abordar isso para nos ajudar a pensar as políticas.

Em segundo lugar, em relação mesmo a essa conceituação, o Dr. Neri foi brilhante quando levantou um certo descaso com a questão do álcool e do fumo. Acredito que a juventude vem rejeitando o fumo, pois as campanhas têm sido fortes e fumar virou careta, porque não transgride. Já que o pai e a mãe fumam, imediatamente a geração posterior contesta, fica alérgica à fumaça, como eu, que sou filha de uma fumante que morreu aos 52 anos, no auge da produção, de câncer de pulmão. Então, tenho horror ao cigarro desde a infância, mas será que a minha filha terá em função de eu ter? Ou a transgressão será exatamente me contestar? Felizmente, até agora estamos unidas, mas não sei até quando. *(Risos.)*

Pergunto ao Dr. Neri, por provocação dele mesmo e como farmacêutica que sou, o que fazer em relação a essa questão das drogas lícitas. A maior parte dos envenenamentos no Brasil – estatística do Ministério da Saúde demonstra isso – se dá por drogas e substâncias lícitas. Como tratar esse problema das drogas lícitas? As tarjas já se mostraram absolutamente ineficazes e, por outro lado, temos essa questão do comércio.

Nesses dias, as revistas de circulação nacional estão com páginas e encartes do "Experimenta!". Aquilo é uma agressão completa, um estímulo, uma indução. "Experimenta, Experimenta!", com figuras de projeção das artes e da cultura, especialmente entre a juventude. São meninas que apresentam os programas da *MTV* mandando experimentar: "Experimenta!". Ela é agressiva! Essa propaganda, essa intenção mediática, é absolutamente invasiva, um negócio que realmente me chamou a atenção. O que fazer legalmente diante disso?

Por outro lado, vem a ação invasiva individual com o detector de drogas, que as revistas comentaram nesta semana. Você vai ter como no plano teste uma fitinha com um marcador que você vai passar no telefone do seu filho e vai ver se ele usou ou não drogas, com a possibilidade dos erros da detecção, pois, se ele estiver tomando um remédio para emagrecer, vai aparecer ou outra pessoa pode ter falado ao telefone e você vai dizer que foi seu filho etc. Essa ação invasiva, em substituição ao diálogo, à relação interpessoal, ao aprofundamento dos laços, combate o uso? Será que você observar seu filho na forma de vestir, de falar, de se comportar, a cor dos seus olhos, a temperatura das suas mãos não é muito mais eficaz do que a fita detectora do uso de drogas que vai ser vendida nas farmácias por um alto custo?

Por último, cito o objeto mesmo da escola. O que mais me assusta na escola é exatamente o problema da formação do professor, da capacitação do professor em lidar com o assunto. O professor da periferia das grandes cidades, que está na ponta do sistema, no cinturão de pobreza que aperta as nossas metrópoles, esse cidadão se protege e busca se afastar do problema.

Mesmo em escolas de classe média, com uma visão mais liberalizante e até com debates acontecendo, o menino usuário é expulso, como medida exemplar. Tenho vários exemplos em Salvador de escolas que, se não expulsam peremptoriamente, no ano seguinte, não matriculam, se o adolescente tiver um envolvimento, mesmo que sazonal, com drogas. Como tratar do problema dessa formação?

O problema da formação de professores no Brasil é grave; começa no salário e chega ao desestímulo, à perspectiva de não crescer na carreira, à queda da auto-estima. Na sociedade os homens já não querem ser professores, não apenas pelo elemento protetor da personalidade feminina, mas porque o rendimento é muito baixo. Então, pergunto: que tipo de programa poderíamos propor ao Ministério da Educação? A Comissão Nacional Antidrogas teria possibilidade de formatação de um processo de cursos de capacitação, com multiplicadores nos Estados para indicar que não é colocando o menino para fora que se vai resolver o problema tanto da sua inclusão como da sua relação

social? Assim como fizemos com a Síndrome de Down, estamos fazendo em relação a isso.

Enfim, seriam essas as questões. Agradeço profundamente a vocês a presença, que foi muito útil e educativa. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra ao Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO – Sr. Presidente, senhores palestrantes, quero cumprimentá-los, especialmente o Dr. Antônio Neri Filho, meu xará, pois sou Antonio Lobbe Neto. Uso muito o Lobbe Neto, pois adoro meu avô, que não está mais aqui, e tento representá-lo bem. Cumprimento a Fátima Sudbrack; a Lorena Bernadete, pesquisadora da UNESCO; a Sra. Paulina Duarte. Para nós é uma satisfação ter aqui uma Mesa que traz enorme conhecimento a esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, inicialmente gostaria de pedir desculpas, pois saí algumas vezes para atender o telefone. A pedido do Presidente, estamos agendando a audiência em São Paulo, na Assembléia Legislativa, juntamente com as Comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia, para que, no mês de outubro, conforme determinação do nosso Presidente, possamos ir à Capital de São Paulo fazer essa reunião na Assembléia Legislativa, para colher mais subsídios para o nosso Relator, Deputado Benjamin Maranhão.

Também gostaria de cumprimentar os nossos visitantes: o Prefeito e Vereadores de Ipeúna, entre eles o Vereador Marco Bueno, Presidente da Câmara, os quais estão fazendo uma visita ao Parlamento Nacional. Para nós é uma satisfação recebê-los nesta Casa para tentar ajudá-los. Embora as verbas estejam muito contingenciadas e os problemas financeiros não sejam só dos Municípios, mas também dos Estados e da União, recebemos as reivindicações e vamos encaminhá-las aos responsáveis imediatos.

Não tenho muito o que falar, porque a nossa brilhante Alice Portugal já fez várias indagações, muitas delas semelhantes às que eu tinha anotado, mas gostaria de saber do Prof. Neri Filho o que ele acha daquele programa da Polícia Militar sobre o PROERT. Não sei se ele é nacional, mas no Estado de São Paulo é um programa que se vem desenvolvendo bastante com as crianças, num certo período escolar, até ensinando o que é a droga, como é a droga, como se faz a repressão à droga e deixando as crianças um pouco mais à vontade para saberem escolher, para ficarem longe das drogas. Então, quero saber sua opinião específica sobre isso.

Uma outra questão é dirigida à Sra. Paulina, da Secretaria Nacional Antidrogas, sobre a nossa mídia hoje, principalmente a TV. A Deputada Alice Portugal expôs bem o que vem acontecendo em algumas campanhas publicitárias, principalmente de cerveja, com uma propaganda induzindo ao consumo do álcool imediatamente, mais rapidamente, e é claro que isso entra nos nossos lares.

Estávamos todos conversando com a consultora da Comissão e da Comissão de Educação a respeito dessa responsabilidade que todos cada vez mais passamos à escola. É claro que há a questão governamental e a questão da família. Para aumentar o orçamento familiar, hoje, esposa, marido, todos trabalham. No fim, o jovem fica cada vez mais sem diálogo com o pai ou com a mãe e alguns outros problemas acontecem dentro da família. Daí a família deposita a criança na escola e espera que a escola resolva todos os problemas de educação, de bons costumes, de sociabilidade etc. Então, gostaria de saber também qual a relação que poderíamos fazer com a mídia que chega dentro da nossa casa, para que pudesse haver uma regra melhor de horários de propaganda, principalmente de drogas lícitas.

São essas questões apenas. Gostaria de parabenizar todos e dizer que, em São Paulo, também, o Governador Geraldo Alckmin abrirá as escolas no fim de semana. Isso, acredito, será um ponto de encontro. Esperamos que esse programa dê certo, uma da últimas tentativas até de a escola ser um local de entretenimento, de lazer, para que o jovem goste de ir à escola e não sinta obrigação de ir a uma escola chata, policiada, cheia de regras, muito normativa. Que ele possa ir à escola e possa fazer um pouco daquilo que ele tem vontade, na parte de esporte, cultura e lazer, para, aí sim, gostar da escola e até cuidar da escola, que muitas vezes é apedrejada no fim de semana.

Essas são algumas considerações que queria fazer. Agradeço aos senhores a presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Lobbe Neto.

Passo a palavra, começando pela minha direita, ao Prof. Antônio Neri Filho.

O SR. ANTÔNIO NERI FILHO – Não sei até que horas vamos, Sr. Presidente, se até às 18, ou 19, ou 20 horas. V.Exa. poderia dar uma idéia de até que horas vamos.

Eu gostaria de, didaticamente – quando sou didático, faço isso para mim porque preciso ver melhor o que estou fazendo – , pensar assim: se a alguém que tiver uma doença grave, precisar procurar um médico, precisar de uma intervenção rápida, for pedido exame de sangue, tomografia, o médico tiver que consultar um colega nos Estados Unidos, só se vai saber o que o paciente tem depois de este estar morto. Haverá morte. Precisamos ter muito cuidado para não bana-

lizar o quadro e fazer um diagnóstico de pneumonia quando há um câncer grave de pulmão. Mas também não podemos tratar o câncer de pulmão como se fosse uma pneumonia. Haveremos de encontrar um meio-termo. O que quero dizer com isso? Que precisamos pensar uma política para a juventude brasileira – não há discordância nisso – e que haveremos de ser suficientemente competentes para inseri-la dentro de uma realidade nacional, local e, mesmo correndo o risco de ser banal, universal. Nossos filhos – os de classe média pelo menos – navegam pela Internet e reconhecem o mundo. Portanto, haveremos de ser competentes – espero que não haja nenhum Deputado que me pergunte como, porque eu não sei – nesta tarefa de descobrir como compreender o todo para fazer, o que é a responsabilidade desta Casa, políticas que atendam ao geral, considerando a realidade, mas ao particular também.

No que diz respeito à questão das drogas, teremos que considerar o comércio de drogas ilícitas e legais, o modo de funcionamento da família hoje, com o pai que não almoça mais com a mãe, que não almoça mais com o filho, que não almoça mais com a irmã. Essa é a realidade. Se pensarmos numa política de restauração da unidade familiar dos anos 50, adeus, não vai dar. Nós devemos reconhecer que perdemos algo, mas que precisamos fazer algo, levando em consideração a realidade que perdemos. Portanto, como trabalharmos agora com cada um comendo separado? Estabeleceremos que regras? Falaremos ao telefone? Montaremos um videocassete com uma gravação para que nossos filhos, quando estiverem almoçando, nos vejam? Existe alguma estratégia? Devemos pensá-la. Esse é o ponto número 1.

(Intervenção inaudível.)

O SR. ANTÔNIO NERI FILHO – Pois é, essa é a estratégia número 1.

Tenho trabalhado muito com famílias de adolescentes e vejo que há um novo modelo familiar, em função da nova realidade político-social do mundo. Como ficar numa posição nostálgica de uma comunicação que se perdeu, de uma organização talvez irrecuperável? Nós precisamos inventar um novo modo de relação entre filhos e pais. Na verdade, hoje estou muito mais preocupado com a perda da referência à lei que a família representava do que com o próprio funcionamento em termos de horário de encontro dos pais com os filhos.

A representação subjetiva – este lugar destituído em que o pai não existe mais como referência de lei – é o problema. Quer dizer, presente ou não, o filho não está nem aí para o pai. Essa é a questão. Se subjetivamente a família for uma representante da lei, como tenho chamado de margem direita e de margem esquerda na construção destes rios que são nossos filhos, ela vai funcionar. Podemos passar 3 dias fora, minha cara, que o adolescente vai estar lá pensando como vai ser quando a mamãe chegar e o que ela vai dizer da transgressão que ele fez. Essa é uma questão.

Com relação à escola – e minha esposa é professora – , penso que ela assumiu uma responsabilidade que não lhe competia, ou seja, fazer a educação doméstica. Portanto, haveremos de encontrar também um meio de restaurar a dignidade dela. As escolas não têm mais dignidade. Elas são feias, sujas e estão sem sanitário, sem material de trabalho, imundas.

Quando trabalhei com meninos e meninas de rua na Caixa D'Água, um bairro de Salvador, entrei numa sala – permitam-me a grosseria – e tinha merda em todas as paredes. Quando entrei, pensei: isto tem um sentido, porque ninguém passa merda nas paredes sem que haja um sentido. Imagine estarmos aqui lambuzando esta sala, a não ser que quiséssemos dizer: "Isto aqui é uma merda". Fui aos meninos e perguntei-lhes: "O que é isto?" Aí começamos a ver que eles apanhavam todos os dias naquela sala, que os funcionários não tinham o menor respeito por eles e que inclusive os utilizavam como mão-de-obra do tráfico e, pior, que os meninos descobriram que, quando passavam merda nas paredes, eles garantiam a identidade de menino transgressor. Daí fomos ver que, sem essa identidade, eles não eram nada. A única coisa que aqueles meninos tinham era a possibilidade de se reconhecerem transgressores. Se eles não passassem merda na parede, morreriam, desapareceriam. Daí pensei, se quisermos que os meninos não passem merda nas paredes, teremos de reconhecer outra identidade neles. Teremos de passar a chamá-los pelo nome, perguntar o que eles querem, propor-lhes alguma atividade, reconhecer o saber de que dispõem e tantas coisas que poderia dizer aqui.

Ora, precisamos reconhecer a escola e a sua desorganização como um sintoma e fazer o mesmo tipo de pergunta que fizemos aos meninos: o que é isto? Por que os professores estão literalmente passando merda nas paredes? Por que a comunidade arranca a pia e até os vasos sanitários das escolas? Por quê? Porque esta escola não está sendo um lugar de representação subjetiva. Podemos dar o que quisermos para as escolas que, enquanto ela não for resgatada na sua dignidade, de nada adiantará. Isto passa por um professor não receber 120 reais, por ele também não chegar tão faminto quanto o aluno, por ele não vender a merenda ou a distribuir com quem ele quiser. Ou resgatamos a escola como um lugar de dignidade ou não me venham com esta história bonitinha de que a

escola tem que ser um lugar para prevenir drogas. Se ela não consegue ser lugar de dignidade, como instituição, e de representação de todos nós, como é que vamos atribuir-lhe o que quer que seja?

Fui à minha cidade natal, Vitória da Conquista, na semana passada, e visitei a minha primeira escola. Cada vez que vou lá, visito a minha escola. Isso foi nos idos de 50. Sou saudosista, é verdade, mas sempre visito a minha primeira professora, que tem o mesmo nome da minha mulher. Não deve ser à toa que escolhi uma professora Maria Angélica para me casar. *(Risos.)* Quer dizer, essa é a questão, meu caríssimo conterrâneo. Vamos resgatar a dignidade da escola, depois pedir a ela que faça algo: educação, cidadania, ensino, prevenção de consumo de maconha. Temos um barato legal para fazer com a escola, mas, antes disso, há uma condição: resgatar a sua dignidade e ponto final. Resolvi meu problema com a escola, o problema é os senhores resgatarem a dignidade dela.

Fizeram-me uma pergunta – não sei onde a anotei – sobre a ação que o Exército faz com os meninos. Tudo que signifique não-cerceamento da liberdade para o sujeito crescer, tudo que ofereça a essas crianças aprender e fazer coisas interessantes é possível. O que não estou de acordo é pegarmos nossos filhos e transformá-los em coisas vestidas de verde. Aí estou fora. Mas oferecer possibilidades a quem não as tem, estou de acordo e sei que o Exército não oferece só alternativas às drogas, mas outras oportunidades na vida para este grupo de crianças e adolescentes. Ótimo, excelente.

Com relação à mídia, fiquei entusiasmado com a propaganda da nova Schincariol. Um garçom, diante de um homem que não quer beber, diz: "Experimenta!". O cara fica em dúvida e o garçom repete: *"Experimenta!"*. Todos que estão felizes – mas aí existe uma mensagem subliminar porque há uma convocação extraordinariamente eficaz à liberdade, à partilha – gritam na sala: *"Experimenta, Experimenta!"*. O que é mais interessante, Fátima, é que, imediatamente, na cena seguinte, todo mundo aparece na rua como se fossem os meninos de Salvador. Essa cena é igual à dos meninos da Bahia fazendo reivindicação por uma tarifa de ônibus mais barata. Aí aparece uma rua com as pessoas dizendo: *"Experimenta!"*. Depois, vem o Estado e a Nação dizendo: *"Experimenta!"*. Todos vão experimentar. No final, aparece silenciosamente: *"Quem tiver menos de 18 anos, não experimente"*. Mas isso dura 10 segundos. Os surdos não ouviram e os cegos não viram. *(Risos.)*

Outra coisa, para terminar de verdade, é que precisamos mudar a lei. Sabiam as senhoras e os senhores que o álcool não está regido pela Lei da Mídia, aquela que foi feita nesta Casa e que proibiu propaganda de produtos alcóolicos? A cerveja ficou de fora porque ela tem 12% de teor alcóolico, e só pegaram do vinho para cima. A cerveja ficou de fora – bonito isso. Nós bebemos cerveja que não acaba mais. Os meninos se embriagam com cerveja. Até a dita cerveja que não tem álcool tem álcool sim e já foi constatado que há resíduo de álcool nela. Por isso, algumas pessoas têm-me perguntado: *"Por que fico bêbado quando tomo aquela cerveja sem álcool?"* Eu lhes pergunto: *"Quantas latas?" "Tomei 10."* (*Risos*.) Como sei que há um resíduo de álcool na cerveja sem álcool, o indivíduo vai se embebedar pela quantidade de cerveja e pelo resíduo que aumenta com 3 ou 10 cervejas.

Portanto, Deputada Alice Portugal, é preciso rapidamente mudar a lei. Precisamos, sim, incluir o álcool na Lei de Mídia e controlar a publicidade. Penso que a publicidade é um instrumento de luta que precisamos usar; é moderna, mas precisamos ser eficazes. Vejam que, enquanto a propaganda de cerveja é feita todo o tempo de um modo extraordinariamente eficaz, não fazemos esta contrapropaganda e creio que caberá, sim, a um Estado sério, primeiro, legislar sobre esta propaganda, segundo, utilizar os meios de comunicação para dar proteção aos nossos filhos e filhas, dando-lhes as informações de que precisam.

Última palavra, *drugwipe*. Fiquei indignado com esse negócio do teste de drogas. Imaginem os senhores e as senhoras se inventassem um detector de tipo de sabonete de motel, sabonete que não se usa em casa. *(Risos.)* Em casa só se usa Dove. Um dia, a minha mulher diria: *"Como é que você está com resíduo de sabonete Lever?"* Eu perguntaria: *"Como é que você sabe?" "É que eu passei uma fita em você e aqui em casa só tem Dove e você está com resíduo de sabonete Lever."* Portanto, eu vou ter que dizer o que eu não queira dizer. Onde está a liberdade individual? E se eu me limpei com o tal sabonete porque caiu um pouco de café em mim? Como ficarão nossos filhos sendo o tempo todo submetidos a um controle da ordem da fantasia? Onde vamos parar? Portanto, estou preocupadíssimo com os efeitos desse detector, que é caríssimo – só espero que as pessoas não o comprem porque ele é caro —, mas que vai ficar barato, porque vamos ter problemas, segundo minha visão de psiquiatra, na ordem da relação interpessoal. Se já não existe confiança, se já não há relação de afeto, se a dúvida já está instalada entre os pais e os filhos sem esta relação de lei, esse instrumento vai ser um desastre para o que estamos pensando obter.

Devo ter outras questões, mas vou me calar, do contrário passarei das 6 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra para a Professora Fátima Sudbrack. Antes, registro a presença do Deputado Zezéu Ribeiro, da Bahia.

A SRA. FÁTIMA SUDBRACK – Somos todos muito animados, os senhores podem notar, com o trabalho nesta área de drogas, porque logo saímos da droga e vamos ao que interessa; isso que é importante. O tema da droga nos remete a tudo, a valores, a leis, a transgressões, à qualidade de nossas vidas. Portanto, isso é muito bom e não termina nunca. Nós professores precisamos ser controlados, porque temos muito a falar, mas agradeço este momento. Conhecendo o Relator, a Deputada Alice Portugal e o Presidente, já me sinto totalmente estimulada a estar com os senhores a partir de agora.

Com relação à questão da proteção apresentada pelo Sr. Relator como a escola protegida e a escola trancada, acho que há um equívoco. Quando falamos em proteção do adolescente ou em escola protegida, no meu entender, é no sentido de fazermos face ao medo que nos assola. Até há pouco tempo, as emoções que estavam relacionadas às drogas eram prazer e sofrimento, mas hoje temos que considerar o medo, por conta de todo o contexto criado pela violência do tráfico e do usuário envolvido com tudo isso.

No meu entender, proteção não é trancar. Ao contrário, é não ser paralisado pelo medo que nos faz seguir a lei do silêncio, a lei que interessa a quem quer ganhar dinheiro vendendo a droga e não a quem quer ajudar os usuários ou combater o consumo. Então, temos que pensar por uma outra via. É claro que cada comunidade ou cada escola vai ter que descobrir de que forma vai se sentir mais em condições de não se paralisar pelo medo. Isso às vezes poderá ser feito com polícia na frente da escola, às vezes construindo um muro, mas não entendo que seja isolando a escola. Ao contrário, a escola hoje é muitas vezes o único espaço comunitário que existe nas vilas e nas periferias das grandes cidades. Antes eram as igrejas; hoje são as escolas, os CIAPs, os CIEPs. Portanto, é um espaço muito privilegiado que não deve ser isolado. No meu entender, proteger a escola é dar a ela condições para que se comunique sem medo e não se tranque.

Quanto à questão da mídia, o Prof. Antônio Neri já falou muito, mas entendo que fazer prevenção é fazer contracultura, o que é muito difícil. Costumamos ouvir isso dos jornalistas. É difícil fazer campanha de prevenção porque somos formados para estimular o consumo, e não o contrário. Mas a questão vai muito além e é muito séria. Tenho uma preocupação imensa em relação ao que está sendo permitido nas propagandas – acho que está passando dos limites – nos horários sem nenhum controle. Fiz parte de um grupo que fez *lobby* para que não se retirasse a cerveja daquela lei aqui citada, e ficamos muito revoltados com a sua aprovação.

Mas, em termos de legislação, é o que os senhores mais podem fazer. Como se resgataria isso? Por favor, dessas emergências apresentadas pelo Prof. Neri, talvez esta seja a primeira, porque é muito difícil elaborarmos uma informação que tenha sentido a partir de toda uma outra enganosa no sentido contrário. Fica realmente muito complicado e os apelos são imensos. Outro dia, comprei a *Playboy* porque era lindo demais aquela mulher totalmente nua numa posição estratégica. Daí, tinha a fitinha da Kaiser com uma flechinha para dentro. Eu disse: vou ter que abrir. Eu tenho que abrir para saber onde está a Kaiser. Não preciso dizer onde estava a Kaiser, porque até aquele lugar era: "A sua orelha gostosinha merece uma Kaiser"; "a sua perninha gostosinha...", até chegar no lugar mais gostosinho. Enfim, a mulher está se prestando também para tudo isso.

Acho que há uma associação da cerveja com a sensualidade – a lourinha, a moreninha. Até bicho engole cerveja. Olha, eu não sei, há um negócio muito perverso, é demais. Se precisarem priorizar alguma coisa, Srs. Deputados, em termos de política, seria o controle da publicidade, do álcool. Com o cigarro já se avançou muito, mas o álcool está demais.

Quanto à questão que o Deputado Lobbe Neto trouxe, do PROERT, eu não concordo com a política de prevenção feita pela polícia na escola. Eu posso, em outro momento, debater isso com vocês. Eu acho que é importantíssima a atuação do profissional policial, acho que ele precisa ser inclusive resgatado na sua dignidade como autoridade para o controle das drogas, mas eu não acho que será através do policial dentro da escola que nós vamos poder ajudar os jovens a repensar o consumo de drogas.

Escola e família. Eu sou terapeuta de família, tenho trabalhado muito com as famílias e acho que está ficando muito pesado, tanto para a escola como para a família. Nós precisamos pensar em outras instâncias da comunidade que também precisam estar juntas nessa questão. A escola e a família estão precisando de ajuda. Como enfrentar o problema? Como ajudar os filhos? Como ser pai e mãe na atual conjuntura social? Como ser professor?

Não se trata de tirar do professor essa carga; o professor é fundamental. Vejam só: casou-se com uma mulher que tem o nome da professora. *(Risos.)* O professor, quer queira, quer não – e isso não é novo, já deve fazer alguns anos —, é modelo, ele é a oportunidade que o jovem tem de encontrar novos modelos

de autoridade. Mas o que eles estão fazendo? Estão indo beber cervejinha para poderem se sentir próximos dos alunos. É triste.

Mas isso ocorre por desinformação, por falta de preparo para estar com adolescentes. O professor não sabe, por exemplo, trabalhar com grupos. É maravilhoso você incentivar o protagonismo juvenil nas escolas, o jovem tem que contestar, tem que se confrontar com a autoridade. Mas se ele não tem na escola essa possibilidade, onde ele vai se confrontar? Na rua. E com quem ele se confronta? Onde é que ele se debate? Eu acho que a questão seria: como estar mais junto com família e com escola para que elas pudessem estar da melhor forma com os jovens?

Deputada Alice Portugal, fiquei muito estimulada e acho que seu discurso é muito interessante. De todas as afirmações que a senhora fez, eu escolhi uma para deixar a minha contribuição. Como está esse espaço para o adolescente? Você falou em termos da hebeatria, do profissional do adolescente, mas, veja, nós estamos em dívida com os adolescentes, nós estamos em dívida com o jovem. O jovem que transgride, que vai pelo caminho do desvio, faz isso porque sente que há uma injustiça contra ele.

Nós precisamos assumir essa nossa falta de condições de dar continência de viver a adolescência, que é um dos direitos fundamentais. Não é por nada que o Estatuto da Criança e do Adolescente fala em adolescente, porque é um ser em desenvolvimento. A adolescência tem características, e o adolescente precisa ser respeitado no seu tempo de viver a adolescência e, muitas vezes, consumir drogas apenas faz parte de um repertório de experiências adolescentes.

Não quero dizer que devamos estimular isso, que devamos fechar os olhos, mas precisamos dar mais conta, sim, de conter essa adolescência, que é transformadora, e nós tendemos a vê-la muito mais como inconveniente e destruidora. Na hora de termos espaço para trabalhar com ela, onde está? Onde está o CAPS de adolescentes? Onde está a política para adolescentes? Onde estão as Comissões de Adolescentes? Na Câmara, vocês estão dizendo que é primeira vez que isso é abordado.

Eu tenho uma inserção profissional e de referência na França, onde fiz meu doutorado e meu pós-doutorado. Lá existe o Ministère de la Jeunesse, Ministério da Juventude! E o número de jovens da França é pequeno, não é nada. Talvez seja por isso, porque eles também queiram estimular, mas juventude lá é minoria, é um Ministério de minoria. Nós aqui deveríamos ter o Ministério da Juventude como maioria, porque a população jovem é maioria.

Eu acho que a solução, em termos talvez de política, mas talvez até de filosofia, seria acreditar nesse adolescente como o nosso grande potencial de transformação. O Brasil é um país jovem, mas nós não estamos mais acreditando e não estamos mais investindo nos nossos jovens para que eles também dêem conta de assumir o seu papel de transformador.

O que é a adolescência? É a inserção nos valores de uma cultura. Você sai de uma inserção nos valores da família, que era onde você estava referenciado, e vai ser inserido nos valores da cultura. Então, tudo o que nós dizemos que está ruim nos jovens, com certeza, está ruim nos valores dessa nossa cultura, dos adultos, que nós estamos oferecendo a esses jovens.

Entre isso tudo está a questão do consumo de drogas, porque não são só jovens; no mínimo, eles querem ficar importantes e se sentir adultos, e isso é triste. Outro dia uma colega minha, professora de Psicologia, disse: *"Meu filho ficou homem."* Eu disse: oba, está apaixonado? Casou? *"Chegou de porre em casa."* Eu ouvi isso de uma colega! Eu quase quis desistir, porque é demais. Mas é isso aí, infelizmente, está acontecendo.

Para finalizar, eu queria só deixar uma reação à pergunta, que acho que foi do Sr. Benjamin, com relação às medidas socioeducativas. Enfim, é só uma provocação, até pela presença da Profa. Paulina – eu acho que é um privilégio para a SENAD e para nós a termos na direção dos programas de prevenção e tratamento. Talvez, a grande questão em termos de políticas públicas seja: quem será o articulador das diferentes dimensões das políticas públicas para o jovem? Porque há a saúde, há a assistência etc. Qual é esse espaço? Eu acho que esta Comissão tem um papel fundamental, e a SENAD também tem. Talvez nós precisássemos pensar um pouco juntos em como fazer com que essas políticas se construam de forma articulada, a partir de uma definição na Secretaria Nacional, e também em como esses serviços podem encontrar um espaço de articulação. Eu acho que uma Comissão desse tipo tem uma função grande nesse sentido.

Muito obrigada, mais uma vez.

O SR. ANTÔNIO NERI FILHO – V.Exa. me permite dizer uma frase? Eu vou me calar e não sei se ainda vou ser convidado para vir aqui outra vez. Pode ser a última, então vou aproveitar. Dois pontos: uma é a questão do usuário recreativo, que eu não vou deixar passar. Eu não gosto da expressão "usuário recreativo", porque dá a impressão de que é um usuário de brincadeira, e não há uso de droga de brincadeira; isso não existe. Essa foi uma expressão que um colega nosso, Richard Bucher, em Brasília, usou por um tempo e que nós não temos utilizado mais. Usuário experimentador,

usuário repetidor ou, como nós chamamos, ocasional, e o dependente químico. Nunca mais usamos essa expressão usuário de brincadeirinha, porque, mesmo que seja um baseado, um cigarrinho de maconha, haverá sempre um risco. Se não houver risco para a saúde, haverá um risco social, um risco que existe quando se faz uma transgressão. Esse é um ponto.

O segundo ponto, Deputada Alice, é uma sugestão paradoxal com a minha posição, dita aqui, de especialista. Não tomem a questão da política do jovem nem da juventude pela via da doença e da patologia, tomem pela normalidade, tomem pelo banal, pelo viver e não ter vergonha de ser feliz. Estimulem, nas suas leis, nos seus debates, nas suas convocações, a normalidade, com todo o risco que essa palavra possa ocasionar. Tragam para cá pessoas que possam falar menos da doença e mais da saúde, menos da droga e mais das possibilidades de exercício da vida plena.

Pode ser utópico, mas é isso o que nos vai fazer avançar. Caso contrário, o que teremos feito? Ficaremos aqui falando sobre droga, sobre uso de maconha, sobre doença, tristeza, e isso vai ocasionar leis tristes, leis doentes, proposições que ninguém vai levar em conta. Estimulem a vida, leis para a vida.

Há um documento – eu vou mandar para vocês – que se chama *Valorização da Vida*. Foi feito no Governo Chiarelli e sumiu. Acho que sou das raras pessoas que têm uma cópia dessa proposta. Eu vou mandar para esta Comissão, porque é uma proposição de vida que trata da morte, mas pela via da valorização da vida. Eu acho que é disso que nós precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra para a Profa. Paulina e, em seguida, para a Profa. Lorena Bernadete.

A SRA. PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Depois que o Prof. Antônio Neri utiliza da palavra, é sempre complicado falar. Afinal, nossa sensação é a de que ele sempre diz aquilo que deveria ser dito e que estávamos pensando em dizer.

Responderei à pergunta da Deputada Alice Portugal em relação à escola. Hoje, ouvimos dizer que a escola tem de ser um espaço para desenvolvimento e crescimento integral do ser humano. Especificamente em relação às drogas, mesmo que o Prof. Neri diga que temos de falar da vida – afirmação com a qual concordo plenamente, o que temos no Brasil, hoje, é uma escola absolutamente excludente. A escola exclui sumariamente o aluno. Concordo com a Deputada, que disse que, se a escola não expulsa quando o aluno é pego, ela não o renova sua matrícula no ano seguinte. Não falo isso por causa de uma posição de Governo, mas em virtude dos 25 anos em que trabalho como especialista, consultora e professora universitária. Em relação aos professores e à lida com a questão das drogas, percebemos que a escola exclui não por ser má, preconceituosa ou por não querer saber do problema, mas por desconhecimento, medo e por não saber o que fazer.

Ao prestar uma consultoria para um grupo de colégios particulares do Estado do Paraná, um professor me disse ter visto um aluno passando um vidro de benzina para outro. Ele se arrepiou e ficou paralisado, sem saber o que fazer. Perguntou-me o que poderia fazer em uma situação dessas. Eu simplesmente lhe perguntei o que ele teria feito se percebesse, em um dia de prova, que um aluno estava passando uma anotação para outro. Ele me disse que, nesse caso, teria retirado a cola do aluno, porque ela não é compatível com a prova. Eu disse que, do mesmo modo, a benzina não é compatível com a atividade escolar.

Então, o professor não age por má vontade ou por desinteresse, mas porque ele não sabe o que fazer. Como eu disse no início dos nossos trabalhos, o assunto drogas é discutido entre nós a partir de uma visão absolutamente moralista e polarizada – ou tudo ou nada. Assim como não existe uma discussão esclarecida dentro de casa, ela também não existe na escola ou na comunidade. Discutimos a partir de nossas experiências pessoais. Então, o professor repete o discurso da mesma forma como ele o discute em sua família e observa na mídia, onde mora e na própria universidade.

Enfim, a escola exclui esse aluno por desconhecimento. O professor sabe que tem de fazer algo e, certamente, quer fazer algo. Não sei, mas, em meus 20 anos de vida universitária e mais do que isso na área de drogas, não vi, até hoje, um único professor dizer que quer que o aluno se dane. Nunca ouvi isso – pelo menos, não claramente.

Precisamos fazer isso que a Profa. Fátima Sudbrack disse – sei que ela não contou por esperar que eu citasse alguma iniciativa. Como Governo, legisladores, professores e comunidade, temos de começar por levar a informação para os professores. Precisamos capacitar o professor para que, no mínimo, ele tenha condições de conversar sobre o assunto. Não estou dizendo que o professor tenha de se tornar um especialista no assunto; ao contrário, cada vez mais, concordo com o Prof. Neri e com a Profa. Fátima quanto ao fato de que a questão das drogas saiu do pólo da especialidade e veio para um contexto muito maior, pois temos de pensar em determinantes macrossociais e em outras questões. O professor tem, sim, de saber como desenvolver habilidades naquele aluno ou, pelo menos, favorecer o aparecimento de habilidades. Além disso, o professor precisa saber como abordar o aluno

que, porventura, já se tenha envolvido de alguma forma em uma situação de uso de drogas. Como o professor pode entrar em contato com aquele pai ou mãe? Sim, temos de fazer isso; e vamos fazê-lo, primeiramente, por meio de uma política de educação.

A questão das drogas não pode mais ser discutida dentro das escolas em virtude do interesse isolado de algum professor ou diretor; ela precisa ser encarada como um tema fundamental e importante para o desenvolvimento e a educação do aluno. Nessa perspectiva de articulação e de intersetorialidade com a qual começamos a trabalhar neste Governo – digo nós porque cheguei há pouco à Secretaria Nacional Antidrogas – em relação à escola, já existe uma iniciativa bastante concreta, que está sendo levada adiante pelo Ministério da Educação, por meio da *TV Escola*, pela Secretaria Nacional Antidrogas e pela Universidade de Brasília, aqui representada pela Profa. Fátima Sudbrack. Está sendo oferecido um curso de capacitação para professores. Em um primeiro momento, capacitaremos, via *TV Escola* e estudos complementares, todos os professores da rede pública – tanto os do ensino fundamental como os do ensino médio receberão um curso de 40 horas, no qual terão não apenas informações sobre drogas, mas, como o Prof. Neri disse, de forma bastante pragmática, informações de como lidar com esse aluno para que ele valorize a vida. Pretendemos que a droga não apareça mais como elemento essencial no desenvolvimento do aluno. Quando aparecer, a droga deverá ser vista como sintoma de alguma coisa que não está bem. Então, nossa intenção é que a escola e o professor consigam mostrar formas de valorizar a vida e que ela seja tratada adequadamente pelo aluno e por sua família, dentro da própria comunidade.

Esse curso está em desenvolvimento e sendo objeto de nosso trabalho. Até o último dia letivo deste ano, os professores de 5 mil escolas, divididos proporcionalmente entre as 5 regiões geográficas do País, serão matriculados para participar de um projeto piloto com o objetivo de uniformizar a iniciativa. É claro que precisaremos considerar as diferenças regionais, pois estaremos lidando com professores do Rio Grande do Sul, do Tocantins, do Amazonas e dos outros Estados. Queremos, mais ou menos, uniformizar um curso, para que, depois, ele possa ser estendido aos demais professores da rede pública de ensino.

Em minha opinião, essa iniciativa é um alento, porque o curso não tem como objetivo o professor ensinar ao aluno que a droga mata, em absoluto. Esse curso dará ao professor conhecimentos sobre drogas, formas de consumo, e elementos sobre a importância de que o pai desse aluno discuta o assunto na escola. Aliás, espera-se que a discussão não seja apenas sobre drogas, mas sobre limites, auto-estima, lazer e uma série de outras questões. Esse era um assunto que eu desejava tratar em relação à escola.

Outro ponto que desejo abordar refere-se à saúde e ao álcool. Cito à Comissão uma ação que já vem sendo tomada. Trata-se de iniciativa liderada pelo Ministério da Saúde e que conta com a participação da Secretaria Nacional Antidrogas e de diversos outros Ministérios. Foi formado um grupo interministerial para discutir exatamente a propaganda do álcool e algumas questões relacionadas à sua produção e distribuição. A idéia é que esse grupo conclua um documento, que será levado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a fim de que o Conselho legitime a necessidade do estabelecimento de uma política do álcool para o Brasil. Queremos uma política que não seja baseada apenas na redução do consumo, mas que leve em consideração também a regulamentação da produção, da venda e da taxação, além das questões de prevenção ao uso, de atenção ao usuário e ao dependente e de reinserção social.

Então, a minha sugestão é levar essas considerações ao grupo. Mas, com certeza, melhor seria se, oficialmente, esta Comissão se posicionasse junto a esse grupo. Trata-se de um grupo instituído por meio de um decreto do Presidente da República. É fundamental que esta Comissão esteja presente nesse grupo de discussões.

Estamos discutindo as iniciativas em relação ao álcool. Apavora-me ver, como disse o Prof. Neri, a capacidade de convencimento e a beleza das propagandas de indução ao consumo. Então, penso que é de novo a história da contracultura. Nós estamos aqui timidamente falando é preciso fazer isso ou aquilo, enquanto que a Schincariol está investindo milhões para convencer através do “Experimenta!”. E chega uma hora que você vai experimentar. Isso é em relação ao álcool.

Ainda, complementando em relação à mídia, para terminar, eu diria que a mídia é uma faca de 2 gumes em relação à questão das drogas. Da mesma forma que ela pode ser absolutamente positiva, como aconteceu a algum tempo atrás, em relação a uma novela em que, naturalmente, guardada as devidas proporções para a característica caricatural que qualquer novela ou programa de televisão tem, foi um momento fantástico no País, tanto em termos de discussão da questão das drogas como em termos de procura para tratamento e ajuda. Essa novela foi um grande serviço de utilidade pública, guardadas as proporções de caricatura e aquelas coisas todas. Realmente, a televisão teve um papel muito importante.

Mas da mesma forma que tem esse lado, tem um outro lado, em que vemos a moça que derrama cerveja na calcinha, e isso é apresentado às 6 horas da tarde. E é lastimável, é deplorável, enfim, qualquer adjetivo que usemos ainda é pouco.

Portanto, penso também que a questão da propaganda é uma questão para ser discutida especialmente em termos de legislação. Ora, existe o Conselho Nacional de Propaganda, e eles têm um regulamento. Se lermos tal regulamento – eu tenho estudado isso em função das questões do álcool – verificaremos que ali existem alguns preceitos éticos, mas que efetivamente não são cumpridos. E, realmente, a Associação de Veículos de Comunicação é, sem dúvida, o segmento que mais reage a qualquer controle em relação – eu não diria proibição – à regulamentação de propaganda e de exposição na mídia.

Creio que nós podemos sim fazer algo e que esta Comissão e o Governo têm muito a fazer. Hoje, estando numa função executiva no Governo, eu, em nome da Secretaria Nacional Antidrogas, deixo aqui todo o nosso interesse e toda a nossa disposição em estar junto com os senhores, trabalhando no sentido de que possamos ter de alguma forma uma lida melhor com essa questão, porque não se trata de uma cruzada, não se trata de uma luta. Trata-se, primeiro, da compreensão da questão e, segundo, de um aprendizado sobre como lidar e qual a melhor forma de abordar essa questão referente a drogas, consumo e regulamentação. Enfim, acho que nós temos muito, muito a fazer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Passo a palavra para a pesquisadora Lorena Bernadete.

A SRA. LORENA BERNADETE – Penso que não restou muito a falar depois de tudo isso. A UNESCO está à disposição de todos vocês. A única coisa que eu posso falar é em relação à escola, à educação – até porque é uma das áreas da UNESCO, para contar algumas experiências inovadoras e exitosas que temos realizado, no sentido de termos uma escola de paz e de uma cultura de paz. Tal experiência vem dando certo porque, no momento em que a escola abre os espaços, ela desenvolve a cidadania. Temos atuado nas escolas de ensino médio, não só no momento em que se preocupam com o exame do vestibular, mas também em outros momentos, quando a escola se preocupa em ensinar matemática, ensinar português, para junto com isso passar cidadania e justiça social. Passando isso, aumenta a auto-estima, como já se disse aqui, o sentimento de pertencimento do jovem à comunidade e à escola, porque a escola é hoje a referência. Assim como disse a Profa. Fátima, antes, foi a Igreja; hoje, é a escola. Isso tudo faz com que se reduza violentamente não só o uso de drogas, porque esse programa não é só para as drogas, mas também a violência, física ou simbólica, o preconceito, a exclusão.

De alguma forma, esse tipo de ação vai e resgata a dignidade. Ora, primeiro, tem-se que resgatar a dignidade, porque essas coisas acabam vindo junto, e o aluno passa a cuidar mais da sua escola. Ou seja, ele passa a ter uma preocupação maior com a escola na hora em que há este programa. Quer dizer, fazendo isso, eu percebo uma mudança.

Outra questão é que a escola não está sozinha, ela não tem toda a responsabilidade – isso na visão da UNESCO. Ela faz parcerias com a liderança da comunidade, com os pais, com o clube de mães, com a Igreja, com o policial do bairro. Assim, todas essas pessoas, juntamente com a escola e com o aluno, que é o foco, traçam as ações de prevenção, seja em relação ao uso de drogas, seja em relação à violência. Então, é uma ação de parceria. A escola não recebe toda a responsabilidade.

Em relação ao fato de que os professores têm de ser capacitados, não há dúvidas quanto a isso. Inclusive, falou-se aqui sobre o programa de capacitação que está sendo feito. O professor precisa ser capacitado e precisa de uma capacitação por profissionais da área, enfim, têm de ser especialistas. E essa capacitação tem de ser contínua, não pode ser alguns pontos no tempo. Acontece que nós enfrentamos um sério problema que percebemos nas escolas, principalmente nas escolas públicas, quando falamos do professor taxista. Ele tem de correr de uma escola para outra para poder garantir um salário melhor. Muitas vezes a dificuldade de capacitar esses professores está aí, ou seja, na corrida que ele tem de fazer de escola em escola, e o horário da capacitação não é compatível com isso. Então, é uma outra questão para se pensar e levantar.

Eu acho que é só. Qualquer problema estou à disposição na UNESCO. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Antes de passar a palavra para os demais Deputados inscritos, quero registrar a presença da Juventude do PMDB do DF, em nome do Presidente Jean Marques de Freitas Souza. Obrigado pela participação. Também quero registrar a presença dos Vereadores da cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul, Vereador Rafael Sottili Testa, Líder da bancada do PFL, e do Vereador, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Erechim, Adacir. S.Exa. encaminha uma carta com sugestões para a nossa Comissão. Por último registro a presença do Presidente da União Nacional da Juventude, Alceu José Hauy, que também está sempre conosco aqui. Muito obrigado.

Passo a palavra a nossa Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros convidados, de fato é uma honra para nós tê-los aqui, porque, hoje, tivemos uma aula, justamente para que nós pudéssemos discutir de forma esclarecida a temática. Mas eu confesso que ainda tenho algumas dúvidas e não posso perder essa oportunidade, especialmente pela presença do Prof. Antônio Neri, pois admirei a forma clara e objetiva com que ele aborda a questão.

Ainda que eu pareça jovem, sou mãe de 3 adolescentes. Pelo novo Código Civil, a pessoa com 18 anos já é considerada adulta. Eu tenho a minha caçula de 17 anos, mais uma de 19, e outra de 20, portanto, sei o que é lidar com adolescente.

Eu queria, professor, ter um esclarecimento. Há diferença entre o consumidor de maconha e de outras drogas? O fator genético contribui para que o jovem tenha maiores probabilidades de se viciar? E para fechar as minhas dúvidas com o professor: ainda que a maconha não gere dependência, e falando em nome de qualidade de vida, eu estava lendo uma edição da revista *Veja* especial para o jovem, que diz que a maconha causa apatia e perda de motivação, prejudica a memória e o raciocínio. Estudos mostram que quem fuma maconha está mais sujeito a sofrer de insuficiência cardíaca e esquizofrenia.

Pergunto para a Profa. Fátima: com a possível legalização da maconha se garante essa liberdade de escolha e, em contrapartida, não se vai causar um dano na qualidade de vida e da saúde dessa pessoa? No exercício da sua profissão, qual a idade média que a senhora tem detectado do primeiro contato do jovem com algum tipo de droga? Quanto mais cedo, maiores são os riscos para se tornar viciado? Conforme sua experiência, conversando com o jovem ou mesmo com o usuário, qual a opinião dele com relação à legalização da maconha?

Em uma das minhas viagens para o interior do Estado, sentei-me ao lado de um rapaz. Conversamos sobre drogas. Para minha surpresa, ele era um ex-viciado. Falei na possibilidade da legalização, e a reação dele foi a pior possível. Como usuário e em trabalho para tentar sair do vício, pedia que por favor não fizesse isso, porque para eles ainda representa uma espécie de barreira. Se for tirada essa dificuldade, eles não têm mais nenhum tipo de justificativa para tentar sair. Fiquei sem argumento diante do ponto de vista dele. Isso ficou batendo forte e, por isso, queria aproveitar essa oportunidade para dividir isso com vocês. O usuário, o jovem quer a legalização da maconha?

Profa. Paulina, sou do Pará, então, às vezes, fico na Capital, porque minhas filhas estão lá, e tenho observado nas esquinas uma quantidade considerável de crianças e adolescentes cheirando cola. São muitos. Quais as conseqüências para a saúde da criança e do adolescente que cheira cola? Gera dependência? Foi falado que teria que ter um treinamento com os professores para poder abordar a questão. Que tal também fazermos um treinamento com as promotorias da infância e da adolescência, com os conselheiros tutelares, porque acredito que desta forma o ECA terá aplicabilidade. A criança e o adolescente serão vistos como sujeitos de direitos e de deveres também.

Dra. Lorena, foi dito que a droga na escola tem sido estudada. E a droga em casa? Há algum estudo? A casa também não seria um espaço propício para preservação, prevenção, já que o jovem passa grande parte da sua vida naquele ambiente?

Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputada. Passo a palavra ao Deputado Odair.

O SR. DEPUTADO ODAIR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados e convidadas, primeiro quero dizer que participar deste seminário hoje é um alento e um alimento para nossas esperanças na luta contra as drogas. Vivemos e somos movidos por utopias.

Este evento, esta Comissão e o trabalho que percebemos que cada um desenvolve na luta por uma qualidade de vida melhor para o nosso povo e para a nossa gente, especialmente para os nossos jovens, anima também a nossa caminhada na Comissão da Juventude.

Dizer que essa luta contra as drogas é muito mais do que efetivamente termos ações concretas, construirmos isso ou aquilo, armarmos mais as polícias na repressão é uma questão cultural.

Sou membro da Comissão de Segurança Pública, e fizemos a revisão da lei de entorpecentes. Dois terços dos artigos daquela lei se referiam à repressão e menos de um terço se referia à prevenção. Menos ainda que um terço se referia ao tratamento. Então como nós podemos efetivamente fazer essa junção?

Profa. Paulina, uma discussão que estamos fazendo dentro do Governo do Presidente Lula é sobre o montante de recursos que vamos destinar à Secretaria Nacional Antidrogas, porque é irrisório e hilário o orçamento disponível. É até um trabalho da nossa Comissão discutir, no orçamento do ano que vem, quais são os recursos que efetivamente estamos destinando a políticas públicas a serem implementadas no Ministério da Saúde e no Ministério da Justiça, em programas ligados à Secretaria Nacional Antidrogas,

dada a importância do tema e a luta que temos que fazer contra as drogas.

Como fizemos na lei de entorpecentes, vejo que, muitas vezes, aplicamos muito mais esforços na repressão do que na prevenção. Sabemos que, cada vez mais, com a evolução tecnológica e científica do mundo hoje, para essas drogas sintéticas, a repressão vai ser ineficaz, se há um comprimido que se carrega em qualquer lugar e que vale milhares de reais. Então, efetivamente, o caminho da repressão é fadado ao fracasso. Mas essa é uma questão cultural.

Eu fiz Direito, sou advogado e tenho uma luta nas comunidades terapêuticas. Quando tive aula de Medicina Legal, que tratava da questão das drogas psicotrópicas, aprendi a capitular uso, porte, tráfico, valoração da pena e qual droga existia naquele mundo, naquele momento. Não tratamos, nas faculdades de Direito, a questão das drogas como de políticas públicas.

Quero dar um testemunho: meu pai usou álcool por muitos anos, tinha uma sensação de vazio. O tempo inteiro de vida do meu pai, que graças a Deus ainda está vivo, usou álcool: pinga, cachaça e cerveja. Eu, meus 2 irmãos e minha mãe pressionamos meu pai na perspectiva do amor, do carinho, da família, até que ele chegou no fundo do poço na questão do álcool. Nós, que o preenchíamos de amor, carinho e atenção lhe dissemos: *"Ou o senhor fica com a cachaça ou conosco".*

O ápice é quando o indivíduo cai na sarjeta. Meu professor dizia que, quando o indivíduo bebe, passa por 3 fases: a do leão, quando fica corajoso; a do macaco, quando fica brincalhão; e a do porco, a pior, quando cai na sarjeta. Meu pai chegou à última fase. Quando chegou a essa fase, nós o pressionamos, e ele optou, então, pela família. Mas o vazio que existia nele, que era preenchido pelas drogas, já não existia mais, porque a família era para ele o preenchimento necessário à sua vida.

Quero corroborar nesse sentido a importância que a família tem. Como disse o Prof. Antônio Neri, se a família está degradada, que novo modelo de família cumpre o papel daquele modelo antigo? Podemos institucionalizá-la, criá-la ou fomentar sua criação em nosso País?

Finalmente, queria perguntar à Prof. Fátima e ao Professor Neri: se existe, qual o tipo ideal de tratamento para a questão dos dependentes químicos?

Á Profa. Paulina pergunto se temos controle ou previsão de controle das comunidades terapêuticas que existem no País. Como efetivamente podemos colocar os Municípios na luta contra as drogas? Criar um CAPS, um Centro de Atendimento em cada Município? Não vamos conseguir fazer isso, é utopia. Mas o que podemos? Criar pólos? Como encontraríamos uma solução para isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Muito obrigado.

Quero também registrar que o Deputado Milton Cardias estava inscrito, mas está ausente.

Com a palavra Aláude Soares Júnior, economista, de Brasília.

O SR. ALÁUDE SOARES JÚNIOR – Eu gostaria de aproveitar, neste momento em que estamos discutindo políticas públicas para a juventude, para a família, como dependência química, escola, e como foi mencionada a experiência da França, onde existe o Ministério da Juventude, para dizer que na França também há o Ministério da Família e de Políticas Sociais. Lá existe articulação e integração. Aqui, eu questiono se, de fato, está havendo articulação e intersetorialidade na abordagem da dependência química.

Eu, inclusive, gostaria de deixar minha sugestão aqui de que, sim, na França, existe uma lei que trata do relacionamento entre a família e o aluno. E essa lei – não existe uma similar no Brasil – permite a participação da família, permite a gestão e o controle social, sim, das atividades, da participação dos pais, dos responsáveis, junto dos seus filhos. Lá existe essa democratização. Dentro dessa lei, é também discutido como tem que ser equacionado o problema do dependente químico dentro da escola. É só procurar essa lei, que ali tem a resposta, ali tem a solução de como é essa participação, de como é esse relacionamento em nível comunitário.

Gostaria também de deixar uma sugestão, porque o Deputado que me precedeu estava perguntando como é feito o tratamento em nível internacional, um tratamento efetivo, com qualidade, que tem respostas para esse problema, para esse drama da sociedade brasileira, que não está sendo enfrentado. Eu pergunto sempre nos eventos internacionais: qual é o nível de reabilitação, de recuperação, de reinserção, quantos são os beneficiados, quantos são os dependentes químicos que resolveram o seu problema, quantos tiveram esse encaminhamento, esse tratamento? E aqui a resposta é zero, porque não temos essa política funcionando em nível do Ministério da Saúde, nem da SENAD. E só existe uma possibilidade. A resposta seriam – já temos a lei para funcionar aqui no País – as cooperativas sociais, onde se poderia, inclusive, criar um programa de reabilitação em base comunitária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, em nome da Comissão. O senhor pode encaminhar essas suas contribuições para a Secretaria da Comissão. Elas vão ser muito bem aceitas.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É só para registrar a presença do Dr. João César, Diretor-Adjunto do DNPM e que também está nos prestigiando com a sua presença.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, meu amigo João César, que tem uma militância e discute muito a questão da juventude, como o Prof. Antônio Neri disse, pela vida, pelo amor. Lembro-me de que fizemos uma campanha juntos e foi maravilhoso ter tido a oportunidade de debater junto com o senhor. Obrigado pela presença. Como diz o meu amigo, não viramos à direita, mas quebramos à direita. Para mudar, vamos começar pela esquerda.

Vamos começar pela nossa pesquisadora, Sra. Lorena Bernadete. Em seguida, passaremos aos demais expositores.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Eu gostaria de sugerir que, já na fala dos nossos convidados, as considerações finais fossem feitas. O Plenário está em andamento. Já são 13h20min, e nós já afunilaríamos para o fim da reunião

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputada. Então, também vamos limitar três minutos para as considerações finais e para responder às perguntas.

Passo a palavra para a Sra. Lorena Bernadete.

A SRA. LORENA BERNADETE – Serei breve. Por que a droga não é estudada em casa ou na família e por que a droga é estudada na escola? Particularmente, sou uma pesquisadora da UNESCO, e a UNESCO é educação, ciência e cultura. E todas as nossas pesquisas são voltadas para a juventude escolarizada. Normalmente, qualquer estudo – AIDS, sexualidade, drogas, ensino médio ou ensino fundamental – é sempre voltado para a população de escola e dentro da escola. Nós, da UNESCO, nunca fizemos pesquisa em casa ou com família. Nós até captamos as percepções sobre os temas de pais e de outros adultos, mas normalmente nossas pesquisas sempre se dão dentro das escolas ou no entorno delas.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem. Só para esclarecer se há estudo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Então, vamos passar a palavra...

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Sra. Presidenta, só para concluir o que a Deputada Ann Pontes disse.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Pois, não, Deputado Reginaldo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES – Ela quer saber se há estudo e onde estão esses estudos. Ela quer localizar isso como contribuição para a Comissão.

A SRA. LORENA BERNADETE – Sim, há estudos sobre o problema, sim. Há estudos internacionais. E não sei se o CEBRID ou a SENAD têm estudos. A Paulina poderia até informar melhor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Passamos a palavra para a Dra. Paulina.

A SRA. PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE – Vou começar respondendo à Deputada Ann Pontes. Complementando a resposta da Lorena, o único estudo feito no Brasil sobre consumo de drogas, não especificamente na família, mas família por família, foi o primeiro levantamento domiciliar de consumo de drogas. Esse foi um estudo feito em todas as cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes. E é esse estudo, feito em conjunto – a SENAD com a Universidade Federal de São Paulo —, que tem nos alimentado em termos de dados epidemiológicos básicos. Temos esse estudo e posso disponibilizá-lo aos senhores individualmente e também à Comissão. É um primeiro levantamento nacional, é um estudo novo, foi publicado no ano passado. E é um estudo que nos dá conta de que 11,2% da nossa população entre 12 e 65 anos é dependente do álcool.

Especificamente no âmbito da família não temos estudos. Temos, sim, estudos clínicos e outros, mas sobre prevalência não temos.

A outra questão, respondendo à sua pergunta, é sobre a cola de sapateiro, se é usada por crianças e se isso faz mal. Sem dúvida, cola é uma droga extremamente prejudicial, ela é uma droga depressora do sistema nervoso central e que compromete significativamente o desenvolvimento da criança, inclusive deixando seqüelas irreversíveis. Então, a cola é uma droga depressora muito séria e muito problemática, muito usada por crianças de rua, muitas vezes para atenuar o frio, para atenuar a fome etc. Já trabalhei durante anos em Vara de Infância e Juventude e trabalhei muito de perto com esse tipo de população, e é lamentável.

A outra pergunta ainda é sobre se está sendo feito algo em termos de capacitação de pessoas e conselhos que trabalham com esse tipo de população. E vem bem a calhar, porque está, sim. Então, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e a SENAD estão – estamos —desenvolvendo um trabalho que começou com o levantamento sobre consumo de drogas entre crianças em situação de rua. Quando falamos em situação de rua, não é mais aquele menino de rua que tínhamos, porque existem crianças que passam parte do tempo na rua, mas elas mantêm vínculo, muitas vezes, com a escola, com a

família; elas têm alguns pontos de referência na rede social. E começamos fazendo um levantamento com o CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas. Exatamente hoje está acontecendo em São Paulo o treinamento dos coordenadores desse estudo. É um estudo que está sendo feito nas 27 Capitais brasileiras, para saber o consumo de drogas entre essas crianças que vivem nas ruas. É um estudo também de interesse da Secretaria Especial de Direitos Humanos, para trabalhar e subsidiar outras políticas não só em relação a drogas, mas também em relação a abuso, violência sexual, abandono da escola e uma série de outras questões.

O segundo passo – já respondendo à pergunta do Deputado Odair em relação a Municípios – é que estamos fazendo uma capacitação para conselheiros comunitários municipais. E aí entrariam os Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Antidrogas ou de Entorpecentes, Conselhos Municipais de Saúde e de Educação. Isso está sendo feito pela SENAD e pela Universidade Federal de Santa Catarina. É um curso a distância, a exemplo de um que já houve, no ano passado, para multiplicadores de informações preventivas. Esse é um curso diferente, porque vai falar de mobilização social e de articulação de recursos comunitários, através dessa lideranças, que, muitas vezes, são as mesmas nos diversos conselhos existentes no Município. E vai falar, evidentemente, de recursos da comunidade e também sobre as drogas, as formas de uso, etc.

Sobre se temos algo em relação à existência das comunidades terapêuticas, na verdade, minha posição aqui é contar o que está sendo feito, mas nesses poucos meses acho que temos conseguido avançar. E está sendo feito um trabalho – discutimos isso com a Frente Parlamentar que se instalou nesta Casa – com a Universidade de São Paulo, especificamente com o setor de epidemiologia, num grande mapeamento de todas as instituições de atenção às dependências químicas no País. Não nos estamos limitando às comunidades terapêuticas, porque realmente, se você me perguntar hoje se eu, como Diretora Técnica da SENAD, sei quais os recursos que temos no Brasil, eu não saberia dizer. Sei como especialista na área, porque conhecemos sempre em cada Estado um pólo, mas nem a SENAD nem o Ministério da Saúde dispõem hoje de um banco de dados atualizado e claro. Evidentemente que poderíamos fazer um levantamento da rede pública, que recebe recurso público. Mas dessas instituições que compõem essa rede social de assistência, ainda não temos. Estamos fazendo esse mapeamento – que tenho preferido chamar de censo, porque vamos pesquisar todas, não vamos fazer uma amostragem – e, no meu entender, será o primeiro passo para respondermos a sua pergunta, no sentido de avaliarmos efetividade de programas de tratamento. Não há, realmente, no Brasil, nenhum estudo sobre efetividade de tratamento. Evidentemente existem estudos internacionais. Agora, eu diria também, complementando a resposta a sua pergunta, que acredito que, em relação a tratamento no País, o Brasil está um pouquinho melhor do que zero. Existem algumas iniciativas sérias, tanto por parte do Ministério da Saúde, como por parte da própria comunidade, que se mobiliza e cria suas próprias instituições, a exemplo de algumas comunidades terapêuticas e outras, mesmo se considerarmos os próprios grupos de ajuda mútua, que são encontrados em todos os Municípios e em todas as cidades.

Acredito que estamos num momento extremamente profícuo, num momento realmente inicial de articulações de ações e de esforços neste Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Agradeço à Dra. Paulina.

Nosso Presidente teve de fazer alguns contatos e me pediu para assumir a condução dos trabalhos. Mas tenho certeza de que posso falar em nome de todos os nossos companheiros de Comissão que o mais breve possível faremos uma visita, para que possamos conhecer mais de perto os programas de iniciação e a política construída nessa área. Vamos beber nessa fonte, a fim de que também a nossa produção seja compatível com o que já existe, conhecendo essa realidade e avançando para novas expectativas e realidades internacionais.

Esta Presidência comunica que esta Comissão foi convidada pela UNESCO para visitar Portugal, França, Espanha e Itália. A participação de alguns membros da Comissão vai depender da possibilidade de se garantir estrutura para essa visita, a fim de que tenhamos acesso às políticas públicas desses outros países de maneira mais sistematizada. E é muito bem-vinda a participação de todos. E vamos sair daqui com essa agenda pronta com a Secretaria.

Antes de passar a palavra para os dois últimos oradores, quero falar sobre o uso das drogas lícitas, que foram deixadas de lado por nós, uma vez que só falamos do álcool e do cigarro.

Temos, hoje, uma verdadeira ação agigantada em relação à ditadura da estética, que faz com que as mulheres optem pelas fórmulas mágicas de emagrecimento. Esse é um problema grave. Inclusive já encontrei na minha ambiência universitária pessoas centradas absolutamente descompensadas, devido à combinação de anfetaminas com diuréticos, tranqüilizantes e outros bichos. A combinação dessas substâncias provoca o emagrecimento rápido, depois o efeito

esponja e a descompensação. Minha preocupação é como devemos tratar esse problema.

Temos uma série de projetos de lei sobre a comercialização dos medicamentos. Como no caso das cervejarias, o *lobby* é pesado. É uma pressão violenta às vezes amparada pela própria institucionalidade governamental acerca da arrecadação. As cervejarias pagam muitos impostos. Quanto às indústrias de medicamentos, nem se fala. Segundo estatísticas, 80 milhões de brasileiros não têm dinheiro para comprar remédio, no entanto, farmácias não seguem regra alguma de zoneamento. Há uma farmácia a cada esquina, às vezes duas. Um verdadeiro supermercado de ofertas múltiplas muitas vezes das mesmas fórmulas medicamentosas, mas com nomes diferentes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Pela ordem, Sra. Presidente, gostaria de pedir autorização para ir ao plenário registrar minha presença, pois se está encerrando a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Autorização concedida. Vamos inclusive nos revezar nessa expectativa de não termos pauta na nossa sessão.

Concedo a palavra à professora Fátima.

A SRA. FÁTIMA SUDBRACK – A ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, faz um trabalho importantíssimo de articulação em termos de políticas de controle de medicamentos.

Recentemente, em encontro com o Dr. Carline, seu ex-diretor, fomos informados da quantidade de álcool existente na maracujina. A tal da calma e da tranqüilidade que se compra não vem do maracujá.

Como conselheira do CONFEM, órgão nacional anterior ao SENAD, comecei a aprender um pouco mais sobre o controle dos fármacos, por exemplo. Porque não é só uma questão de não fazermos repressão, há que se fazer um controle no âmbito da educação dos adolescentes.

Lembro-me da época de que uma das primeiras medidas do Governo Collor foi a liberação da circulação da acetona, que é o fármaco mais importante na produção da cocaína. Ou seja, o controle dos fármacos é muito importante, principalmente nessa questão das drogas químicas.

A Deputada Ann Pontes apresentou algumas questões, mas saiu. Não sei se devo respondê-las agora. Não sei se S.Exa., em algum momento, vai ter acesso à resposta que vou dar.

(Não identificado) – A senhora pode responder, porque a Deputada terá acesso às notas taquigráficas.

A SRA. FÁTIMA SUDBRACK – Ela trouxe a questão do uso precoce. Infelizmente, as pesquisas que temos, que não são muitas, já estão confirmando o uso cada vez mais precoce das drogas lícitas, em especial o álcool – por volta dos 12 anos. Mas o que mais nos preocupa é o aparecimento de dependência de drogas em idades mais precoces, em função do tipo. Por exemplo, *crack*, merla, que temos aqui em Brasília e são drogas que geram uma dependência muito rápida. Mas também já temos crianças e adolescentes dependentes de álcool – é uma dependência que se instala lentamente.

Então, a grande preocupação do uso precoce de drogas é legítima. Já sabemos alguma coisa dessa questão, que cientificamente ainda não está resolvida. O que faz com que, entre tantas pessoas que consomem drogas, algumas se tornem dependentes? Uma coisa nós já sabemos, já está constatado em estudos longitudinais: a precocidade do uso tem proporcionalidade com a instalação da dependência. Então, realmente, em termos de políticas de campanhas, é importante atrasar ao máximo o primeiro contato. Esse é um ponto.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. FÁTIMA SUDBRACK – O elemento genético existe, não se pode descartá-lo. E há uma interação entre o genético e o cultural, como em todas as áreas. O que não pode haver é colocar um determinismo genético. Por exemplo, em relação ao alcoolismo, é muito freqüente as gerações de alcoolistas, mas isso pode ocorrer também por padrões adquiridos, no que se refere à maneira de lidar com a emoção, com a frustração. Nós também aprendemos a dar conta das dificuldades e do sofrimento por meio das drogas. Também é algo aprendido. Mas é óbvio que, se a pessoa tem um fator genético de predisposição, vai ter mais fragilidade para que a dependência se instale.

Então, esse fator genético é útil, as pesquisas têm avançado nesse sentido. Mas não poderemos jamais reduzir essa dimensão a fatores genéticos, porque, mesmo tendo predisposição, se o ambiente e a cultura não estiverem estimulando o consumo, você pode não desenvolver a dependência, assim como ocorre em relação a outras doenças. Eu acho que nós já exageramos em apresentar essa dimensão genética e biológica.

O modelo médico e medicalizado das dependências químicas tem-nos impedido de trabalhar de forma mais eficiente no próprio tratamento, e temos de tomar muito cuidado. Qual é o tipo de política que esse modelo vai, digamos assim, fundamentar, ou qual é o modelo de tratamento? Também é um modelo medicalizado. Talvez seja o caso de apenas trocar uma droga pela outra. E a indústria farmacêutica está em cima.

Nós fazemos parte da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas – ABEAD, e os nossos congressos eram muito mais fartos e ricos quando não falávamos sobre medicamentos. Quando nós nos posicionamos, acabou o dinheiro das passagens, não carregávamos mais a sacolinha de propaganda dos remédios. É importante para nós saber quais as pesquisas que têm financiamento. Enfim, e é uma questão bastante complexa a relação do modelo de compreensão da dependência química com o que ele gera, enquanto modelo de tratamento; e, depois, enquanto política pública.

Achei muito interessante a preocupação da Deputada Ann Pontes. É claro que precisamos ouvir o que os adolescentes querem. Não conheço nenhuma pesquisa mais sistematizada sobre o assunto, mas, com certeza, eles não querem ser criminalizados. Trabalho com adolescentes da Vara da Infância. Vemos o sofrimento que representa para um indivíduo ser considerado delinqüente, porque consome drogas. Então, não vejo isto como um desejo: ser controlado em âmbito criminal. Eles querem ser ouvidos, e às vezes têm de cometer um ato criminoso para serem ouvidos por nós, as instâncias educativas e da lei. Então, acho que o usuário quer ser ouvido. Precisamos construir um espaço de escuta. E aí esses exames, essa parafernália arbitrária para descobrir se usam drogas ou se pararam perdem o sentido.

Outro dia, um juiz da Vara da Infância me fez uma pergunta. Ele queria aplicar o exame da urina e pediu-nos um projeto. Disse ele: "*Mas, professora, como vamos saber se eles usam ou não drogas*?" Não temos problema em saber se eles usam ou não drogas. Eles estão se manifestando, e é facílimo ouvi-los, quando nos propomos a fazê-lo. Mas em que dimensão? Em que contexto? Para fazer o que com essa informação?

Creio que foram essas as perguntas.

Quanto à legalização da maconha, o tema é bastante complexo, mas me irrita um pouco, quando só ficamos nestes extremos: o controle repressor e criminalizante e a liberação, como se nós, inclusive os legisladores ou os educadores, estivéssemos deixando de lado a questão dos prejuízos que essa droga representa. Temos de falar mais sobre o controle educativo, necessário, de todos os tipos de drogas, mas também do que representa no imaginário social proibir ou não um tipo de droga, porque, com certeza, a lei também constrói representações sociais. Ela não é suficiente. O senhor, que é economista, falou muito na lei, na lei, na lei. Ela é necessária, mas não é suficiente para mudar crenças. Então, precisamos pensar mais sobre o que representaria isso e o que viria junto, em termos de controle educativo necessário para todas as drogas.

Só mais uma palavra, em relação ao que o Deputado disse: que somos movidos por utopias. Sinto-me muito identificada com a sua posição nesse sentido e quero lhe agradecer a espontaneidade de se apresentar como filho de alcoolista. Trabalhamos muito com famílias de alcoolistas e já aprendemos a respeitá-las, a ver o quanto elas se reorganizam. Há até trabalhos sobre famílias de alcoolistas, sobre o quanto elas se esforçam para dar conta do pai alcoolista, que é a maioria dos casos, e o quanto é importante entendermos que, no fundo, no fundo, há um grande sofrimento de todos, desde quando o pai adoece até o momento em que a família mesmo resolve tomar uma atitude.

Por outro lado, o início do consumo de drogas lícitas é na família – o álcool em especial. Isso está nas pesquisas. As pessoas experimentam pela primeira vez a bebida alcoólica em casa. Então, temos uma imensa seara nessa relação entre drogas, famílias e adolescentes com pais alcoolistas. A família tem representado – isso tem sido mostrado nas pesquisas – um fator de risco pela presença do consumo de drogas também no seu próprio seio.

A postura, em termos de saúde, é no sentido de se cuidar da família como um todo, porque não se trata também de dizer: não é o filho que é o problema, mas o pai. Não é por aí. Somos todos uma sociedade, uma comunidade, uma família, e temos de pensar como está esse consumo em cada um dos seus segmentos, dos filhos, dos pais.

É muito interessante quando conseguimos reverter a situação. O adolescente, por exemplo, diz: "*Ah, pai, você não gosta do meu barato com a maconha? Mas, e o seu barato com o* whisky?" Então, é importante podermos reverter a situação. Não só o pai tem-se preocupado com o filho. Também o filho se preocupa com o pai. Precisamos buscar a maneira de lidar com isso tudo e com essas experiências, que precisam ser compartilhadas. Um pai, por exemplo, pode dizer: "*Foi tão difícil eu deixar de fumar! Estou entendendo que o meu filho não pode largar o vício de uma hora para outra.* É uma forma diferente de abordar a questão sem procurar vítimas ou culpados, mas trabalhando com as relações e mostrando o quanto uns podem aprender com os outros, nos seus diferentes papéis de pais e de filhos.

O meu tempo já está curto, já estou aqui no meu lado mais terapêutico. Acho que não é por aí.

Encerro fazendo um pedido. Temos uma situação muito grave no Distrito Federal. Como todos estão aqui e Brasília é a Capital do País, acho que merece o carinho de todo o Brasil. Peço ao Governo do Distrito Federal que dê mais atenção às suas responsabilidades, na instalação dos seus serviços de CAPS Drogas.

O Distrito Federal não encaminhou nenhum projeto para ser contemplado com os CAPS Drogas, que o Ministério da Saúde determinou. Há 2 anos a Universidade de Brasília está conveniada para capacitar as equipes, e nós não recebemos sequer uma lista de alunos, não temos sequer com quem conversar sobre a evolução do atendimento de usuários do Distrito Federal.

Se possível, gostaríamos que esta Comissão nos ajudasse nessa dimensão, que é política, que está muito séria. É o pedido que faço neste momento.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Dra. Fátima, acho que a nossa Comissão, inclusive, pode tirar uma indicação do seu colegiado, lida em plenário, encaminhada inclusive à Presidência da Casa. Nós encaminhamos ao Governo do Distrito Federal essa opinião, porque, inclusive, a Dra. Paulina diz que há verba. Não é possível que o Distrito Federal não tenha projeto a esse respeito, quando todos temos notícias do resto do Brasil sobre as condições especialíssimas da natureza urbana de Brasília, que leva a fenômenos diferenciados, em relação a outros Estados.

A SRA. FÁTIMA SUDBRACK – Não há nenhum serviço na rede pública. Temos um serviço no Hospital Universitário, com 5 pessoas, uma demanda imensa. É uma violência à comunidade brasileira, porque Brasília, afinal de contas, é um cenário nacional e merece mais cuidado.

(Não identificado) – Sra. Presidenta, agora é a minha vez de ir registrar presença. Peço desculpas à Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) – Sr. Presidente, peço que V.Exa. assuma a Presidência, para eu poder registrar a minha presença.

(Não identificado) – Pela ordem, Sra. Presidenta. Antes de passarmos a palavra ao professor, gostaria de registrar, como falei há pouco, que sou de Tucuruí, no Pará, e na minha cidade temos o CAPS. Ainda que seja um Município de quase 100 mil habitantes, apesar de todas as dificuldades, é mantido o serviço de forma conjunta ao adolescente e ao adulto.

Talvez até com essa nova política de também não segregar, os deficientes físicos, hoje, estudam com as crianças no ensino regular, e eles acabam também adotando a mesma política. Mas o fato é que temos o serviço e já não temos mais aquela cena bizarra de ver doentes mentais vagando pela rua. Hoje há acompanhamento com a família. Também as famílias de dependentes de drogas são acompanhadas.

Obrigada.

O SR. ANTÔNIO NERI FILHO- Acredito que seja a minha vez. Vou ser rápido. Quero fazer uma pergunta: Deputado almoça? Porque eu sou movido a açúcar; aliás, o cérebro funciona com açúcar. Uns são mais sensíveis que outros. Eu sou sensível e começo a apagar, com certeza.

Vou responder as suas questões. Não tome o que vou dizer aqui como verdade absoluta, pelo conhecimento que tenho em relação, por exemplo à primeira pergunta. É a seguinte: há diferença entre o consumidor de maconha e o consumidor de outras drogas?

Do ponto de vista do coletivo, sim. A cocaína não interessa aos adolescentes. Foi a perspectiva que coloquei aqui no início. Por quê? Porque a cocaína mata, e o adolescente não quer morrer. A cocaína faz dependências gravíssimas, e o adolescente não está interessado em ficar doente. Então, pela experiência que tenho – os outros colegas também devem ter alguma experiência nesse sentido, de cada 100 adolescente, em torno de 90 estão interessados no efeito sedativo, menos euforizante, pequeno da maconha, na socialização que a partilha da maconha permite, que as outras drogas não permitem de modo nenhum. O *crack*, nem pensar. Usar *crack* é ficar isolado, é ficar sozinho, é ficar em uma excitação que não permite comunicação social com ninguém. Então, nesse sentido, eu diria que o consumidor de maconha não é igual ao consumidor de outras drogas. Entretanto, conforme disse no início, não é a droga que faz o consumidor; é o consumidor que faz a droga. Ora, se eu preciso de drogas, e hoje a politoxicomania – aí estou falando da doença – é o mais freqüente, as pessoas doentes vão fazer uso de maconha, cocaína, álcool, de toda mistura.

Na minha experiência de clínica, posso afirmar que é raríssimo encontrarmos usuário de cocaína que não seja usuário de álcool. Primeiro bebe, para abrir as portas para a cocaína. Raramente a pessoa cheira cocaína sem reduzir um pouco a sua culpa e o seu sofrimento com o álcool.

Do ponto da vista da genética, até hoje não há nenhum sinal, nenhuma indicação de que na cadeia genômica haja um determinante da toxicomania. A única coisa que sabemos é que filhos homens de pais alcoolistas nascem com taxa mais alta de uma enzima chamada alcoolase. Pelo fato de ele ter essa enzima que metaboliza o álcool mais rápido, bebe mais do que a população em geral e fica mais vulnerável ao alcoolismo. É a única coisa que sabemos. É claro que cada um de nós tem um patrimônio genético, e a utilização de determinadas drogas pode nos trazer doenças. Mas isso é outra coisa. Eu estava dizendo que não há um reconhecimento para que possamos dizer : vamos tratar genomicamente deste aqui, porque ele vai fazer uma dependência química. Não sabemos de nada desse tipo. Particularmente, eu acho que o uso de drogas é muito mais um fenômeno psicossocial do que de determinação biológica.

Não posso deixar de falara sobre os efeitos da maconha. Sabemos que a maconha produz efeitos psíquicos, físicos e, diria eu, sociais. Efeitos psíquicos: redução da ansiedade, da angústia, da tensão social. Provoca nos usuários crônicos perda de ânimo para a vida, mas isso varia em função do patrimônio psíquico e biológico de cada um. Faz com que os adolescentes usuários crônicos, com 3, 4, 5 anos de uso bastante regular, comecem a perceber que a vida lhes interessa menos.

Do ponto de vista da educação, a maconha é um problema, porque há um antagonismo entre o THC e a produção de molécula de memória, que chamamos de engramas. Se o indivíduo fumar maconha, ele não vai gravar nada, não vai memorizar nada. Se alguém nesta platéia tiver usado maconha antes de começarmos a falar, amanhã, se perguntarmos a ele o que foi discutido aqui, só vai se lembrar de pedaços, porque há um comprometimento na intoxicação aguda.

O problema com os adolescentes é que ele vão fumando, vai ficando um resíduo de THC, e há um certo comprometimento com a memorização. Mas, Deus seja louvado, os meninos não a usam regularmente. Portanto, esse comprometimento da memória é mais raro do que imaginamos. Saliento que o modo como as coisas são passadas para os meninos é mais grave do que o uso da maconha: falta de motivação, professores desinteressados, salas quentes. Imaginem, na Bahia, no verão, assistir a uma aula sem ar-condicionado. É difícil. A meninada leva mais tempo se abanando e pensando na praia. Isso é mais comprometedor para o aprendizado do que o uso da maconha.

Não tenho conhecimento de casos de cardiopatia devido ao uso da maconha. Sei que ela é um relaxante muscular, mas o coração bate com estímulo elétrico; ele não relaxa, porque a estimulação elétrica não o permite. Sei que a cocaína provoca cardiopatia, porque ela impregna na musculatura cardíaca, estimula o músculo e faz com que o coração bata muito forte, causando doenças sérias, gravíssimas.

Em relação à esquizofrenia, há uma questão. Os psiquiatras aqui presentes que me ajudem. Sabemos que pessoas que têm disposição para adoecer psiquicamente... Por exemplo, famílias em que há prevalência de esquizofrenia, em que cada geração tem 2, 3 esquizofrênicos... Se eu fosse de uma família em que houvesse prevalência de esquizofrenia, não usaria maconha. Sabem por quê? Porque não só a maconha, mas outras drogas – a maconha em particular – funcionam como um saca-rolhas, um *tire-bouchon,* como dizem os franceses. Quer dizer, se na família há um avô, duas tias e um primo esquizofrênicos, eu devo ficar longe da maconha, porque poderei ter – aí, sim – disposição familiar, biológica e genética para adoecer. Se eu puser maconha na minha cabeça... Ela é um facilitador. E la não provoca a esquizofrenia. Atenção, maconha não provoca esquizofrenia, mas, para os que têm possibilidade de adoecer esquizofrenicamente, ela é um facilitador muito sério.

Tenho aproveitado para fazer prevenção. Digo: "*Olha, cara, como eu não sei se você tem ou não possibilidade de esquizofrenizar*..." Aí eu mostro como é o esquizofrênico. "*Agora você escolhe. Você não sabe, mas escolhe*." De modo geral, há um certo repúdio. Eu não sei. Talvez. Quem sabe. Na dúvida, pró réu. Mas isso não é uma regra de prevenção.

Vou ser rápido. Legalização. Eu não sou favorável atualmente à legalização. Do ponto de vista clínico, não sou favorável à legalização, porque ela não influi no resultado da terapia um a um, o terapeuta e seu cliente. Não é a legalização que resolve; é algo da ordem da subjetividade. Não vou falar disso agora. É mais complexo e fica para a próxima vez. Mas eu sou favorável, Deputada, à descriminalização do uso da maconha.

Quando pesamos os danos sociais em geral, relacionados à ação da lei, da escola, da polícia, sobre os usuários de maconha, é muito mais danosa essa ação do que os efeitos do uso da maconha. Aí eu sou favorável à descriminalização do consumo de maconha. Se você me perguntar se sou favorável à descriminalização da cocaína, eu vou dizer: "*Vamos discutir, porque a maconha tem tudo aquilo que eu disse no começo: não mata, não faz isso, não faz aquilo. A cocaína, não. Cocaína é mais complicado".*

Então, primeiro eu negociaria a descriminalização. Pelo amor de Deus, descriminalizar não é a mesma coisa que legalizar. Portanto, sou favorável à descriminalização do uso da maconha pela minha prática e pelo meu reconhecimento do dano social; da cocaína e do *crack*, eu discuto depois, não agora Quanto à legalização, eu não sou favorável em momento nenhum, porque eu acho que a sociedade brasileira não suportaria a legalização das drogas.

Aproveito para repetir: esta Casa é que vai arcar com o ônus de discutir ou não a questão da geoeconomia das drogas. É claro que a SENAD vai ser o capitão desse time para discutir a questão da economia das drogas. Nós vamos ter de chamar os Deputados economistas, os Deputados brigões, os Deputados corajosos para discutir a questão da economia relacionada a substâncias psicoativas. Ou se mexe na economia, ou nós não saímos de onde estamos. Para se mexer na economia é preciso falar, com certeza, em legalização.

Quero chamar a atenção para o que me foi perguntado: e o tratamento ideal? Eu sei do tratamento que não é ideal. Estou fora de todo tratamento que não

leve em consideração a liberdade. Não é o ideal. Estou dentro de todo tratamento que leve em consideração a liberdade do usuário. Eu acho que é possível discutir. Essa é minha regra geral.

Agora, eu acho que não se pode tratar todo mundo do mesmo modo. Eu penso que há pessoas que se beneficiam. Eu não sou sectário. Sou psicanalista, sou médico, mas não sou sectário da psicanálise. Eu não acho que todo mundo se beneficie com psicanálise. Por exemplo, se a Deputada Alice Portugal fizesse análise, vocês perderiam uma boa Deputada, porque ela perderia metade da sua coragem. A análise vai reduzir a coragem, e nós precisamos de Deputados que não tenham medo. É preciso ser meio doidão para fazer certas coisas, e a análise reduz a capacidade de muita gente. Passamos a ficar mais frouxos quando fazemos análise, lamentavelmente.

Eu não recomendo análise para todo mundo, não recomendo análise para todo paciente. Outros se beneficiam com a comunidade terapêutica, outros se beneficiam com terapia psicodramática, outros se beneficiam com terapia cognitiva. É preciso que nós sejamos capazes de reconhecer qual é a aptidão daquela pessoa para aquele tratamento.

Mas há pessoas que só se beneficiam com psicanálise. Certos intelectuais que usam cocaína e que estão ficando complicados não vão fazer bolinha de sabão com uma terapia. Eles precisam pensar, ruminar, pagar caro. Aí eles melhoram. *(Risos.)* Cada qual com o seu tratamento. Agora, não generalizemos, porque há muito Deputado precisando de tratamento. Isso é outra coisa. *(Risos.)*

Enfim, para terminar, quero chamar a atenção, Alice, para a questão dos anabolizantes. Podem tomar nota, Srs. Deputados desta Comissão: ou o Brasil regula o consumo de esteróides anabolizantes... E aí nós estamos em plena conversa com os nossos filhos. Sras. e Srs. Deputados, visitem as academias. Olhem aquelas bombas, aqueles bombados. Aquilo é anabolizante, que causa morte súbita, lesão valvular cardíaca, hipertensão maligna arterial. Estamos vendo em todas as cidades deste País a abertura indiscriminada de academias que utilizam anabolizantes. Uma estatística realizada em nosso centro, na Bahia, demonstrou que meninos de 12, 13, 14 anos compram o anabolizante na própria academia.

Um outro problema é que o anabolizante é consumido por via injetável, o que pode provocar septcemia e contaminação pelo vírus HIV. Ou pensamos nisso, ou vamos passar ao lado de uma verdadeira epidemia do uso de uma substância de que ninguém fala. Se eu não tivesse mencionado essa questão, falaríamos de maconha, cocaína, *crack,* álcool, tabaco e esqueceríamos os anabolizantes.

Os filhos chegam em casa e mostram como estão fortes. Às vezes, os pais nem notam. Acham até que o filho está saudável, com uma musculatura desenvolvida, mas na verdade ela é a movida a esteróide. Quando eles param de usá-lo, murcham; isso se não morrerem repentinamente, sem que a família saiba por quê.

Deixo essa lembrança aqui e peço para que na sua agenda seja incluída a questão dos esteróides anabolizantes, que são comprados até em farmácia veterinária. Os frangos e boizinhos que comemos crescem movidos a esteróide, Todo mundo que come muito frango pode saber que é movido um pouco a esteróide. Então, os nossos filhos estão injetando anabolizantes para animais, para ter esse "corpo bonito", entre aspas. Se eu fosse mulher, não dormiria com um homem bombado. Prefiro os mais magrinhos, os mais enxutos. *(Risos.)* Mas isso é outra coisa, não interessa. Prefiro mesmo as mulheres. *(Risos.)* Digo isso para não deixar dúvida a respeito de minhas preferências sexuais. *(Risos.)*

Por último, agradeço à Deputada Alice Portugal, minha companheira e amiga. Trabalhamos juntos, quando eu era estudante de Medicina e ela era aquela faladeira horrorosa da Farmácia. Digo sempre que ela não precisa de microfone. Temos pouca aproximação em Salvador, mas nutro por ela enorme respeito. Votei, quando pude, em S.Exa.

Se meu trabalho – e acho que o dos meus colegas também – não serviu para muita coisa, ao longo desses anos, serviu pelo menos para podermos vir aqui hoje reconhecer que o Brasil avança. E isso é bom para todos nós.

Agradeço a V.Exa., à Presidência, às Sras. e aos Srs. Deputados que participaram deste trabalho e foram generosos escutando essas histórias que temos para contar.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Registro a presença do Deputado Dr. Evilásio e agradeço a sua participação.

Com a palavra a Profa. Fátima Sudbrack.

A SRA. FÁTIMA SUDBRACK – Já estamos numa Casa Legislativa. Não posso deixar de dizer que não foi uma questão cultural que deixou a lei atual tão ruim; foi uma questão política.

Sugiro aos Srs. Deputados que resgatem a legislação que estava prevista para ser colocada. Na época, era conselheira do CONFEM. Trabalhamos mais de 3 anos com juristas de renome nacional, coordenados pelo Dr. Matias Flach. O projeto de lei era extremamente bem elaborado, dava conta da complexidade das situações que enfrentamos hoje. Entretanto, por questão

política e não cultural, foi preferido esse projeto que entrou em vigor, mas que teve mais da metade dos seus artigos revogados. Ele não foi escrito por legisladores. Sabemos de onde veio, não preciso dize-lhes.

Há uma proposta de mudança da legislação. A legislação que citei era muito bem elaborada, mas não foi sequer colocada em discussão e trazida à Câmara, porque, pelas negociações, não veio a proposta do Executivo feita a partir do CONFEM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL – Sugiro a V.Exa. que agendemos pegar esse projeto. Já combinamos aqui meio informalmente, à revelia de V.Exa., que, tenho certeza, nos seguirá *(Risos)*. A nossa intenção é que todos os Deputados que compõem a Comissão e aqueles que quiserem participar apresentem de forma conjunta essa proposição relacionada ao controle do álcool, à questão da propaganda de bebidas alcóolicas, especialmente da cerveja. Então, a idéia é construir isso, e estamos esperando a colaboração dos colegas.

Também queremos ter conhecimento da agenda da Secretaria para irmos lá tomar conhecimento dos programas, nos engajar, a fim de podermos apresentar proposições de acordo com o cronograma de ação dos senhores. O Deputado Reginaldo Lopes assenhorou-se da produção da UNESCO e já transformou o organismo em parceiro. S.Exa. vai estar nos dando assessoria no seminário nacional que vai ser composto por diversas mesas. Muito provavelmente vamos requisitá-los novamente em breve tempo para que esse assunto seja traduzido.

A nossa idéia é que essas audiências adubem o solo e o seminário sirva para fecharmos as proposições. Então, a partir de agora nos debruçaremos na produção legislativa, para que no seminário o processo seja coroado e, no final do ano, talvez no início do próximo, essas idéias sejam transformadas em projeto de lei e encaminhados ao plenário da Casa.

Por último, agradeço a todos por terem vindo à Comissão de Políticas Públicas para a Juventude. Sem dúvida alguma, tivemos uma aula especial de grande valia. Foi um prazer sentarmos à mesa com os especialistas que cuidam da cabeça da nossa gente. Esperamos que V.Sas. possam nos ajudar a construir esse novo tempo, em que a harmonia seja o elemento essencial das políticas que venhamos a traçar a partir daqui.

Obrigado de coração. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Com a palavra o Deputado Dr. Evilásio.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO – Estou chegando agora, porque estamos participando de um outro evento da Casa. Aproveito para cumprimentar o Sr. Presidente e a companheira Deputada Alice Portugal, que ontem divulgou a realização desta audiência pública no plenário da Casa.

Entretanto, testemunho o grande prejuízo para aqueles que não vieram preencher essas cadeiras e ouvir o Sr. Antônio Neri Filho. Ouvi apenas o final das suas palavras, mas faço idéia da importância do que foi dito aqui pelos senhores que compõem a Mesa.

Estava presidindo, no plenário, um trabalho que também fala sobre drogas. Mas as que entram, através dos vídeos, nas nossas salas e nos pegam totalmente indefesos. Trata-se de debate sobre televisão pública. De forma que peço desculpas por não ter vindo mais cedo, mas sei que esta Comissão e a Casa foram premiadas com a presença dos senhores.

Se tiverem algum tempo, por favor, dirijam-se ao Plenário 13, onde estamos realizando o I Seminário Internacional sobre Televisão Pública, promovido por esta Casa e pela Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública, que tem entre seus membros os Deputados aqui presentes.

Para encerrar, digo que a contaminação se dá por osmose. Por isso, a Deputada Alice Portugal não é mais um patrimônio do Bahia e sim do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) – Obrigado, Deputado Dr. Evilásio, pela contribuição. Aproveito o ensejo para parabenizá-lo pela iniciativa de construir a Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública. É sugestivo o número do seu plenário.

Ao encerrar, agradeço pela contribuição ao Prof. Antônio Neri Filho, à Profa. Fátima Sudbrack, à Diretora da Secretaria Nacional, Sra. Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, e à Sra. Lorena Bernadete

Convoco a próxima reunião da Comissão para o dia 18 de setembro, quinta-feira, 9h30min, que terá como pauta a preparação para a Semana Nacional da Juventude. Deixo aqui um convite a todos.

De 23 a 25 de setembro, estaremos organizando a Semana Nacional da Juventude, que contará com a participação de vários pesquisadores, estudiosos do assunto. Virão à Casa vários Ministros e pesquisadores de outros países que estudam a juventude. Além disso, realizaremos na quinta-feira pela manhã sessão solene em homenagem às políticas para a juventude e exposição com várias ONGs, entidades e pastorais que trabalham com a temática, além de experiências governamentais.

Declaro encerrados os trabalhos.

SEÇÃO II

MESA DIRETORA

Presidente:
JOÃO PAULO CUNHA - PT - SP
1º Vice-Presidente:
INOCÊNCIO OLIVEIRA - PFL - PE
2º Vice-Presidente:
LUIZ PIAUHYLINO - PTB - PE
1º Secretário:
GEDDEL VIEIRA LIMA - PMDB - BA
2º Secretário:
SEVERINO CAVALCANTI - PP - PE
3º Secretário:
NILTON CAPIXABA - PTB - RO
4º Secretário:
CIRO NOGUEIRA - PP - PI
1º Suplente de Secretário:
GONZAGA PATRIOTA - PSB - PE
2º Suplente de Secretário:
WILSON SANTOS - PSDB - MT
3º Suplente de Secretário:
CONFÚCIO MOURA - PMDB - RO
4º Suplente de Secretário:
JOÃO CALDAS - PL - AL

LÍDERES E VICE-LÍDERES

PT
Líder: ARLINDO CHINAGLIA
Vice-Líderes:
Angela Guadagnin, Antônio Carlos Biffi, Vignatti, Durval Orlato, Fernando Ferro, Henrique Fontana, Iara Bernardi, Iriny Lopes, Ivan Valente, João Grandão, José Eduardo Cardozo, José Pimentel, Luiz Sérgio, Maria do Rosário, Nilson Mourão, Neyde Aparecida, Orlando Desconsi, Paulo Pimenta, Paulo Rocha, Roberto Gouveia, Wasny de Roure e Zezéu Ribeiro.

PMDB
Líder: JOSÉ BORBA
Vice-Líderes:
Mendes Ribeiro Filho, Sandra Rosado, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, André Luiz, Adelor Vieira, Osvaldo Biolchi, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Henrique Eduardo Alves, Wilson Santiago, Jorge Alberto, Zé Gerardo, José Divino, Rose de Freitas, Jader Barbalho, Silas Brasileiro e Takayama.

PFL
Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA
Vice-Líderes:
Rodrigo Maia (1º Vice), Roberto Brant, Murilo Zauith, Kátia Abreu, José Roberto Arruda, Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Ronaldo Caiado, Abelardo Lupion, Paulo Bauer, Pauderney Avelino, Nice Lobão, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Ney Lopes e Corauci Sobrinho.

PP
Líder: PEDRO HENRY
Vice-Líderes:
Celso Russomanno (1º Vice), José Linhares, Francisco Dornelles, Romel Anizio, Ivan Ranzolin, Francisco Appio, Mário Negromonte, Ricardo Fiuza, Ricardo Barros, Sergio Caiado, Professor Irapuan Teixeira, André Zacharow, Reginaldo Germano e Julio Lopes.

PTB
Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Vice-Líderes:
Ricarte de Freitas (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, José Carlos Elias, Ricardo Izar, Pastor Reinaldo, Marcondes Gadelha, Roberto Magalhães, Iris Simões, Paes Landim e Ronaldo Vasconcellos.

PSDB
Líder: CUSTÓDIO MATTOS
Vice-Líderes:
Alberto Goldman (1º Vice), Jutahy Junior, Zenaldo Coutinho, Yeda Crusius, Antonio Cambraia, Ronaldo Dimas, Lobbe Neto, Carlos Alberto Leréia, Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Carlos Hauly, João Almeida, Antonio Carlos Pannunzio e Walter Feldman.

Bloco PL, PSL
Líder: SANDRO MABEL
Vice-Líderes:
Miguel de Souza, Carlos Rodrigues, Inaldo Leitão, Lincoln Portela, João Paulo Gomes da Silva, Carlos Mota, Maurício Rabelo, Aracely de Paula, Luciano Castro, Paulo Marinho, João Mendes de Jesus e Almir Moura.

PPS
Líder: JÚLIO DELGADO
Vice-Líderes:
Lupércio Ramos (1º Vice), B. Sá, Cláudio Magrão, Maria Helena, Geraldo Resende e Cezar Silvestri.

PSB
Líder: RENATO CASAGRANDE
Vice-Líderes:
Dr. Evilásio (1º Vice), Dr. Ribamar Alves, Isaías Silvestre e Pastor Francisco Olímpio.

PDT
Líder: DR. HÉLIO
Vice-Líderes:
Pompeo de Mattos (1º Vice), Álvaro Dias e Severiano Alves.

PCdoB
Líder: RENILDO CALHEIROS
Vice-Líderes:
Jamil Murad, Perpétua Almeida e Inácio Arruda.

PSC
Líder: PASTOR AMARILDO
Vice-Líderes:
Renato Cozzolino (1º Vice) e Zequinha Marinho.

PV
Líder: EDSON DUARTE
Vice-Líderes:
Deley e Sarney Filho.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PRONA

Repr.: ENÉAS

Liderança do Governo
Líder: PROFESSOR LUIZINHO
Vice-Líderes:
Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

Liderança da Minoria
Líder: JOSÉ THOMAZ NONÔ

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Alceste Almeida - PMDB
Almir Sá - PL
Dr. Rodolfo Pereira - PDT
Francisco Rodrigues - PFL
Luciano Castro - PL
Maria Helena - PPS
Pastor Frankembergen - PTB
Suely Campos - PP

Amapá

Antonio Nogueira - PT
Coronel Alves - PL
Davi Alcolumbre - PDT
Dr. Benedito Dias - PP
Eduardo Seabra - PTB
Gervásio Oliveira - PDT
Hélio Esteves - PT
Janete Capiberibe - PSB

Pará

Anivaldo Vale - PSDB
Ann Pontes - PMDB
Asdrubal Bentes - PMDB
Babá - S.PART.
Jader Barbalho - PMDB
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Nicias Ribeiro - PSDB
Nilson Pinto - PSDB
Paulo Rocha - PT
Raimundo Santos - PL
Vic Pires Franco - PFL
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zé Lima - PP
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PPS
Carlos Souza - PP
Francisco Garcia - PP
Humberto Michiles - PL
Lupércio Ramos - PPS
Pauderney Avelino - PFL
Silas Câmara - PTB
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Agnaldo Muniz - PPS
Anselmo - PT
Confúcio Moura - PMDB
Eduardo Valverde - PT
Hamilton Casara - PSB
Marinha Raupp - PMDB
Miguel de Souza - PL
Nilton Capixaba - PTB

Acre

Henrique Afonso - PT
João Correia - PMDB
João Tota - PL
Júnior Betão - PPS
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Ronivon Santiago - PP
Zico Bronzeado - PT

Tocantins

Darci Coelho - PP
Eduardo Gomes - PSDB
Homero Barreto - PTB
Kátia Abreu - PFL
Maurício Rabelo - PL
Osvaldo Reis - PMDB
Pastor Amarildo - PSC
Ronaldo Dimas - PSDB

Maranhão

Antonio Joaquim - PP
César Bandeira - PFL
Clóvis Fecury - PFL
Costa Ferreira - PSC
Dr. Ribamar Alves - PSB
Eliseu Moura - PP
Gastão Vieira - PMDB
João Castelo - PSDB
Luciano Leitoa - PSB
Nice Lobão - PFL
Paulo Marinho - PL
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Remi Trinta - PL
Sarney Filho - PV
Sebastião Madeira - PSDB
Terezinha Fernandes - PT
Wagner Lago - PP

Ceará

Almeida de Jesus - PL
Aníbal Gomes - PMDB
Antonio Cambraia - PSDB
Ariosto Holanda - PSDB
Arnon Bezerra - PTB
Bismarck Maia - PSDB
Gonzaga Mota - PSDB
Gorete Pereira - PL
Inácio Arruda - PCdoB
João Alfredo - PT
José Linhares - PP
José Pimentel - PT
Léo Alcântara - PSDB
Leônidas Cristino - PPS
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PMDB
Mauro Benevides - PMDB
Moroni Torgan - PFL
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Rommel Feijó - PTB
Vicente Arruda - PSDB
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Átila Lira - PSDB
B. Sá - PPS
Ciro Nogueira - PP
Júlio Cesar - PFL
Marcelo Castro - PMDB
Moraes Souza - PMDB
Mussa Demes - PFL
Nazareno Fonteles - PT
Paes Landim - PTB
Simplício Mário - PT

Rio Grande do Norte

Álvaro Dias - PDT
Carlos Alberto Rosado - PFL
Fátima Bezerra - PT
Henrique Eduardo Alves - PMDB
Lavoisier Maia - PSB
Nélio Dias - PP
Ney Lopes - PFL
Sandra Rosado - PMDB

Paraíba

Benjamin Maranhão - PMDB
Carlos Dunga - PTB
Damiao Feliciano - PP

Domiciano Cabral - PSDB
Inaldo Leitão - PL
Lúcia Braga - PT
Luiz Couto - PT
Marcondes Gadelha - PTB
Philemon Rodrigues - PTB
Ricardo Rique - PL
Wellington Roberto - PL
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

André de Paula - PFL
Armando Monteiro - PTB
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PFL
Joaquim Francisco - PTB
Jorge Gomes - PSB
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - PFL
José Múcio Monteiro - PTB
Luiz Piauhylino - PTB
Marcos de Jesus - PL
Maurício Rands - PT
Miguel Arraes - PSB
Osvaldo Coelho - PFL
Pastor Francisco Olímpio - PSB
Paulo Rubem Santiago - PT
Pedro Corrêa - PP
Raul Jungmann - PPS
Renildo Calheiros - PCdoB
Ricardo Fiuza - PP
Roberto Freire - PPS
Roberto Magalhães - PTB
Severino Cavalcanti - PP

Alagoas

Benedito de Lira - PP
Givaldo Carimbão - PSB
Helenildo Ribeiro - PSDB
João Caldas - PL
João Lyra - PTB
José Thomaz Nonô - PFL
Jurandir Boia - PSB
Olavo Calheiros - PMDB
Rogério Teófilo - PPS

Sergipe

Bosco Costa - PSDB
Cleonâncio Fonseca - PP
Heleno Silva - PL
Ivan Paixão - PPS
Jackson Barreto - PTB
João Fontes - S.PART.
Jorge Alberto - PMDB
José Carlos Machado - PFL

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL
Aroldo Cedraz - PFL
Claudio Cajado - PFL
Colbert Martins - PPS
Coriolano Sales - PFL
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Duarte - PV
Fábio Souto - PFL
Félix Mendonça - PFL
Fernando de Fabinho - PFL
Geddel Vieira Lima - PMDB
Gerson Gabrielli - PFL
Guilherme Menezes - PT
Jairo Carneiro - PFL
João Almeida - PSDB
João Carlos Bacelar - PFL
João Leão - PL
Jonival Lucas Junior - PTB
José Carlos Aleluia - PFL
José Carlos Araújo - PFL
José Rocha - PFL
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - PFL
Marcelo Guimarães Filho - PFL
Mário Negromonte - PP
Milton Barbosa - PFL
Nelson Pellegrino - PT
Paulo Magalhães - PFL
Pedro Irujo - PL
Reginaldo Germano - PP
Robério Nunes - PFL
Severiano Alves - PDT
Walter Pinheiro - PT
Zelinda Novaes - PFL
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Anderson Adauto - PL
Aracely de Paula - PL
Athos Avelino - PPS
Bonifácio de Andrada - PSDB
Cabo Júlio - PSC
Carlos Melles - PFL
Carlos Mota - PL
Carlos Willian - PSC
César Medeiros - PT
Cleuber Carneiro - PFL
Custódio Mattos - PSDB
Dr. Francisco Gonçalves - PTB
Edmar Moreira - PL
Eduardo Barbosa - PSDB
Eliseu Resende - PFL
Fernando Diniz - PMDB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Isaías Silvestre - PSB
Ivo José - PT
Jaime Martins - PL
João Magalhães - PMDB
João Magno - PT
João Paulo Gomes da Silva - PL
José Militão - PTB
José Santana de Vasconcellos - PL
Júlio Delgado - PPS
Lael Varella - PFL
Leonardo Mattos - PV
Leonardo Monteiro - PT
Lincoln Portela - PL
Marcello Siqueira - PMDB
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Maria do Carmo Lara - PT
Mário Assad Júnior - PL
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair - PT
Odelmo Leão - PP
Osmânio Pereira - PTB
Paulo Delgado - PT
Rafael Guerra - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Roberto Brant - PFL

Romel Anizio - PP
Romeu Queiroz - PTB
Ronaldo Vasconcellos - PTB
Saraiva Felipe - PMDB
Sérgio Miranda - PCdoB
Silas Brasileiro - PMDB
Virgílio Guimarães - PT
Vittorio Medioli - PSDB

Espírito Santo

Feu Rosa - PP
Iriny Lopes - PT
José Carlos Elias - PTB
Manato - PDT
Marcelino Fraga - PMDB
Marcus Vicente - PTB
Neucimar Fraga - PL
Nilton Baiano - PP
Renato Casagrande - PSB
Rose de Freitas - PMDB

Rio de Janeiro

Alexandre Cardoso - PSB
Alexandre Santos - PP
Almerinda de Carvalho - PMDB
Almir Moura - PL
André Luiz - PMDB
Antonio Carlos Biscaia - PT
Bernardo Ariston - PMDB
Carlos Nader - PL
Carlos Rodrigues - PL
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PT
Deley - PV
Dr. Heleno - PP
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Paes - PSDB
Elaine Costa - PTB
Fernando Gabeira - S.PART.
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Dornelles - PP
Itamar Serpa - PSDB
Jair Bolsonaro - PTB
Jandira Feghali - PCdoB
João Mendes de Jesus - PSL
Jorge Bittar - PT
José Divino - PMDB
Josias Quintal - PMDB
Juíza Denise Frossard - S.PART.
Julio Lopes - PP
Laura Carneiro - PFL
Leonardo Picciani - PMDB
Lindberg Farias - PT
Luiz Sérgio - PT
Maria Lucia - PMDB
Miro Teixeira - PPS
Moreira Franco - PMDB
Nelson Bornier - PMDB
Paulo Baltazar - PSB
Paulo Feijó - PSDB
Reinaldo Betão - PL
Renato Cozzolino - PSC
Roberto Jefferson - PTB
Rodrigo Maia - PFL
Sandro Matos - PTB
Simão Sessim - PP
Vieira Reis - PMDB

São Paulo

Alberto Goldman - PSDB
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB
Amauri Gasques - PL
Angela Guadagnin - PT
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Carlos Sampaio - PSDB
Celso Russomanno - PP
Cláudio Magrão - PPS
Corauci Sobrinho - PFL
Delfim Netto - PP
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Dr. Evilásio - PSB
Dr. Hélio - PDT
Dr. Pinotti - PFL
Durval Orlato - PT
Edna Macedo - PTB
Elimar Máximo Damasceno - PRONA
Enéas - PRONA
Gilberto Kassab - PFL
Gilberto Nascimento - PMDB
Iara Bernardi - PT
Ildeu Araujo - PP
Ivan Valente - PT
Jamil Murad - PCdoB
Jefferson Campos - PMDB
João Batista - PFL
João Herrmann Neto - PPS
João Paulo Cunha - PT
José Eduardo Cardozo - PT
José Mentor - PT
Jovino Cândido - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciano Zica - PT
Luiz Antonio Fleury - PTB
Luiz Carlos Santos - PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Ortiz - PV
Marcos Abramo - PFL
Mariângela Duarte - PT
Medeiros - PL
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PL
Nelson Marquezelli - PTB
Neuton Lima - PTB
Orlando Fantazzini - PT
Paulo Kobayashi - PSDB
Paulo Lima - PMDB
Professor Irapuan Teixeira - PP
Professor Luizinho - PT
Ricardo Izar - PTB
Roberto Gouveia - PT
Robson Tuma - PFL
Rubinelli - PT
Salvador Zimbaldi - PTB
Telma de Souza - PT
Vadão Gomes - PP
Valdemar Costa Neto - PL
Vanderlei Assis - PP
Vicente Cascione - PTB
Vicentinho - PT
Walter Feldman - PSDB
Wanderval Santos - PL
Zarattini - PT
Zulaiê Cobra - PSDB

Mato Grosso

Amador Tut - PL
Carlos Abicalil - PT

Celcita Pinheiro - PFL
Lino Rossi - PSB
Pedro Henry - PP
Ricarte de Freitas - PTB
Teté Bezerra - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB

Distrito Federal

Alberto Fraga - PTB
Jorge Pinheiro - PL
José Roberto Arruda - PFL
Maninha - PT
Osório Adriano - PFL
Sigmaringa Seixas - PT
Tatico - PTB
Wasny de Roure - PT

Goiás

Barbosa Neto - PSB
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Enio Tatico - PTB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Leonardo Vilela - PP
Luiz Bittencourt - PMDB
Neyde Aparecida - PT
Pedro Chaves - PMDB
Professora Raquel Teixeira - PSDB
Ronaldo Caiado - PFL
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PL
Sergio Caiado - PP
Vilmar Rocha - PFL

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PTB
Geraldo Resende - PPS
João Grandão - PT
Murilo Zauith - PFL
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - PFL
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PMDB
Alex Canziani - PTB
André Zacharow - PP
Assis Miguel do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PL
Colombo - PT
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Dra. Clair - PT
Eduardo Sciarra - PFL
Giacobo - PL
Gustavo Fruet - PMDB
Hermes Parcianello - PMDB
Iris Simões - PTB
José Borba - PMDB
José Janene - PP
Luiz Carlos Hauly - PSDB
Max Rosenmann - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Oliveira Filho - PL
Osmar Serraglio - PMDB
Paulo Bernardo - PT
Ricardo Barros - PP
Selma Schons - PT
Takayama - PMDB

Santa Catarina

Adelor Vieira - PMDB
Carlito Merss - PT
Edison Andrino - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PFL
Ivan Ranzolin - PP
João Matos - PMDB
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
Leodegar Tiscoski - PP
Luci Choinacki - PT
Mauro Passos - PT
Paulo Afonso - PMDB
Paulo Bauer - PFL
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Adão Pretto - PT
Alceu Collares - PDT
Ary Vanazzi - PT
Augusto Nardes - PP
Beto Albuquerque - PSB
Cezar Schirmer - PMDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Érico Ribeiro - PP
Francisco Appio - PP
Francisco Turra - PP
Henrique Fontana - PT
José Ivo Sartori - PMDB
Júlio Redecker - PSDB
Kelly Moraes - PTB
Luciana Genro - S.PART.
Luis Carlos Heinze - PP
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Milton Cardias - PTB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - PFL
Orlando Desconsi - PT
Osvaldo Biolchi - PMDB
Pastor Reinaldo - PTB
Paulo Gouvêa - PL
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Tarcisio Zimmermann - PT
Yeda Crusius - PSDB

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Leonardo Vilela (PP)
1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
2º Vice-Presidente: Assis Miguel do Couto (PT)
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Adão Pretto	Guilherme Menezes
Anselmo	Odair
Assis Miguel do Couto	Orlando Desconsi
João Grandão	Paulo Pimenta
Josias Gomes	Rubens Otoni
Zé Geraldo	Vignatti
PMDB	
Airton Roveda vaga do PTB	Darcísio Perondi
Confúcio Moura	José Ivo Sartori
Moacir Micheletto vaga do PSC	Leandro Vilela
Odílio Balbinotti	Osvaldo Reis
Silas Brasileiro	Pedro Chaves
Waldemir Moka	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto	Abelardo Lupion
Kátia Abreu	Cleuber Carneiro
Ronaldo Caiado	João Carlos Bacelar vaga do PC do B
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Lael Varella
	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PP	
Augusto Nardes	Benedito de Lira
Dilceu Sperafico vaga do PSDB	Cleonâncio Fonseca
Francisco Turra	Érico Ribeiro vaga do Bloco PFL, PRONA
Leonardo Vilela	Romel Anizio
Luis Carlos Heinze	1 vaga
Nélio Dias vaga do PC do B	
Zonta vaga do Bloco PFL, PRONA	
PSDB	
Anivaldo Vale	Bosco Costa
Antonio Carlos Mendes Thame	Julio Semeghini
Júlio Redecker	2 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PTB	
Carlos Dunga	Alberto Fraga
José Carlos Elias	Joaquim Francisco
Rommel Feijó	Josué Bengtson
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Nelson Marquezelli
Bloco PL, PSL	
Almir Sá	Amador Tut
Anderson Adauto	Jorge Pinheiro
Heleno Silva	Mário Assad Júnior
PPS	
Cezar Silvestri	Júnior Betão
PSB	
Luciano Leitoa	1 vaga
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Pompeo de Mattos
PC do B	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Zequinha Marinho

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36
Telefones: 216-6403/6404/6406
FAX: 216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Júnior Betão (PPS)
1º Vice-Presidente: Agnaldo Muniz (PPS)
2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (PDT)
3º Vice-Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Antônio Carlos Biffi	Josias Gomes
Antonio Nogueira	Paulo Rocha
Henrique Afonso	Terezinha Fernandes
Nilson Mourão	Zé Geraldo
PMDB	
Ann Pontes	Mauro Lopes
Asdrubal Bentes	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Enéas	Elimar Máximo Damasceno
2 vagas	Nice Lobão
	Vic Pires Franco
PP	
Carlos Souza vaga do Bloco PL, PSL	Eliseu Moura
Francisco Garcia	Suely Campos
Zé Lima	
PSDB	
Helenildo Ribeiro	Anivaldo Vale vaga do PMDB
1 vaga	João Castelo
	Zenaldo Coutinho
PTB	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Ricarte de Freitas
1 vaga	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Bloco PL, PSL	
Miguel de Souza	Luciano Castro
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Raimundo Santos
PPS	
Agnaldo Muniz vaga do PMDB	Lupércio Ramos
Júnior Betão	Maria Helena vaga do PTB
PSB	
Janete Capiberibe	Hamilton Casara
PDT	
Davi Alcolumbre	Dr. Rodolfo Pereira
Gervásio Oliveira vaga do PTB	
PC do B	
Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin
PSC	
Zequinha Marinho vaga do PMDB	

Secretário(a): Cristiano Ferri Soares de Faria
Local: Anexo II - Sala T- 59
Telefones: 216-6432
FAX: 216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Gilberto Kassab (PFL)
1º Vice-Presidente: Wilson Santiago (PMDB)
2º Vice-Presidente: Julio Semeghini (PSDB)
3º Vice-Presidente: Júlio Cesar (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Jorge Bittar	Angela Guadagnin
Mariângela Duarte	Fernando Ferro
Nazareno Fonteles	Mauro Passos
Professor Luizinho	Paulo Delgado
Walter Pinheiro	Zarattini
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PMDB	
Adelor Vieira vaga do PTB	Confúcio Moura vaga do PT

Aníbal Gomes vaga do PP	Edson Ezequiel
Eduardo Cunha	Luiz Bittencourt
Gustavo Fruet	Pastor Pedro Ribeiro
Henrique Eduardo Alves	Vieira Reis
Jader Barbalho	Zé Gerardo
Wilson Santiago	

Bloco PFL, PRONA

Corauci Sobrinho	José Carlos Araújo
Gilberto Kassab	José Carlos Machado
João Batista vaga do PP	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
José Mendonça Bezerra	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
José Rocha	
Júlio Cesar vaga do PDT	

PP

Ricardo Barros	Antonio Joaquim
Vanderlei Assis	Augusto Nardes
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Reginaldo Germano
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Sandes Júnior

PSDB

Ariosto Holanda	Alberto Goldman
Julio Semeghini	Carlos Alberto Leréia
Narcio Rodrigues	Nilson Pinto

PTB

Iris Simões	Antonio Cruz
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Romeu Queiroz
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Salvador Zimbaldi

Bloco PL, PSL

Mário Assad Júnior	Almir Moura
Paulo Marinho	Carlos Nader vaga do Bloco PFL, PRONA
Pedro Irujo vaga do PTB	João Mendes de Jesus
Raimundo Santos	Maurício Rabelo

PPS

Nelson Proença	Raul Jungmann

PSB

Jurandir Boia vaga do PT	Renato Casagrande
Luiza Erundina	

PDT

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Dr. Hélio vaga do Bloco PFL, PRONA
	1 vaga

PC do B

Jamil Murad	Alice Portugal

PSC

Costa Ferreira	Pastor Amarildo

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49
Telefones: 216-6452 A 6458
FAX: 216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Maurício Rands (PT)
1º Vice-Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)
2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
3º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)

Titulares	**Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia	Dra. Clair
José Eduardo Cardozo	Fátima Bezerra
José Mentor	Iara Bernardi
Luiz Eduardo Greenhalgh	Ivan Valente
Maurício Rands	João Alfredo
Odair	José Pimentel
Rubens Otoni	Lindberg Farias
Rubinelli	Luiz Couto
Sigmaringa Seixas	Nelson Pellegrino
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	1 vaga

PMDB

Eliseu Padilha	Ann Pontes
Jefferson Campos	Asdrubal Bentes
José Divino	Cezar Schirmer
Mendes Ribeiro Filho	João Matos
Michel Temer	Mauro Benevides
Nelson Trad	Sandra Rosado
Osmar Serraglio	2 vagas
Takayama	

Bloco PFL, PRONA

Antonio Carlos Magalhães Neto	André de Paula
José Roberto Arruda	Coriolano Sales
Luiz Carlos Santos	Enéas
Ney Lopes	Laura Carneiro
Paulo Magalhães	Marcos Abramo
Vic Pires Franco	Mendonça Prado (Licenciado)
Vilmar Rocha	Moroni Torgan vaga do PP
	Onyx Lorenzoni
	Robson Tuma vaga do PC do B
	Ronaldo Caiado vaga do PSB

PP

Darci Coelho	Celso Russomanno
Ildeu Araujo	Ivan Ranzolin
Odelmo Leão	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Reginaldo Germano	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Ricardo Fiuza	2 vagas
Wagner Lago	

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira	Antonio Carlos Pannunzio
Bosco Costa	Átila Lira
João Almeida	Bonifácio de Andrada
Jutahy Junior	Helenildo Ribeiro
Vicente Arruda vaga do PT	João Campos vaga do PSC
Zenaldo Coutinho	Léo Alcântara
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Wilson Santos (Licenciado)

PTB

Antonio Cruz	Jair Bolsonaro
Edna Macedo	Jovair Arantes
Paes Landim	Luiz Antonio Fleury
Roberto Magalhães	Neuton Lima
Vicente Cascione	Roberto Jefferson

Bloco PL, PSL

Carlos Mota	Almeida de Jesus
Carlos Rodrigues	Coronel Alves
Edmar Moreira	Jaime Martins
Inaldo Leitão	João Leão
João Paulo Gomes da Silva	Neucimar Fraga

PPS

Dimas Ramalho	Agnaldo Muniz
Roberto Freire	Colbert Martins
	Fernando Coruja vaga do PP

PSB

Alexandre Cardoso	Isaías Silvestre
Gonzaga Patriota	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PDT

Alceu Collares	Severiano Alves

PC do B

Sérgio Miranda	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PSC

Pastor Amarildo	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

PV

Marcelo Ortiz	Sarney Filho

S.PART.

Juíza Denise Frossard vaga do PSDB
Secretário(a): Rejane Salete Marques
Local: Anexo II,Térreo, Ala , sala 21
Telefones: 216-6494

FAX: 216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Paulo Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)
2º Vice-Presidente: Julio Lopes (PP)
3º Vice-Presidente: Jonival Lucas Junior (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Dr. Rosinha	Antonio Nogueira
Maria do Carmo Lara	Luiz Bassuma
Paulo Bernardo	Rubinelli
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Walter Pinheiro
PMDB	
Leandro Vilela vaga do PPS	André Luiz
Luiz Bittencourt	Max Rosenmann
Olavo Calheiros	Silas Brasileiro
Pastor Pedro Ribeiro vaga do PV	
Paulo Lima	
Wladimir Costa vaga do PT	
Bloco PFL, PRONA	
José Carlos Machado	Marcelo Guimarães Filho
Marcos Abramo	Ney Lopes
Robério Nunes	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PP	
Celso Russomanno	Alexandre Santos
Julio Lopes	Ricardo Fiuza
PSDB	
Paulo Kobayashi	Manoel Salviano
Sebastião Madeira	Professora Raquel Teixeira
PTB	
Jonival Lucas Junior	Alex Canziani
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Ricardo Izar
Bloco PL, PSL	
Maurício Rabelo	Amauri Gasques
Sandro Mabel	Wellington Roberto
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dimas Ramalho
PSB	
Jorge Gomes	Givaldo Carimbão
PV	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Deley
PCdoB	
	Daniel Almeida vaga do Bloco PFL, PRONA
PSC	
Renato Cozzolino vaga do PTB	

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 216-6920 A 6922
FAX: 216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Gonzaga Mota (PSDB)
1º Vice-Presidente: Dr. Benedito Dias (PP)
2º Vice-Presidente: Almeida de Jesus (PL)
3º Vice-Presidente: Reginaldo Lopes (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Durval Orlato	Luiz Eduardo Greenhalgh
Jorge Boeira	Paulo Bernardo
Lindberg Farias	Vicentinho
Reginaldo Lopes	Zico Bronzeado
PMDB	
Bernardo Ariston	Luiz Bittencourt
Carlos Eduardo Cadoca	Odílio Balbinotti
Edson Ezequiel	Paulo Afonso
Bloco PFL, PRONA	
Fernando de Fabinho	Carlos Melles
Gerson Gabrielli	Jairo Carneiro
Osório Adriano	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PP	
Dr. Benedito Dias	Delfim Netto
Sergio Caiado	Nélio Dias
PSDB	
Gonzaga Mota	Bismarck Maia vaga do PV
Léo Alcântara vaga do PV	Júlio Redecker
Ronaldo Dimas vaga do PTB	Yeda Crusius
Vittorio Medioli	
PTB	
Nelson Marquezelli	Armando Monteiro
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Dr. Francisco Gonçalves vaga do Bloco PFL, PRONA
	Enio Tatico
Bloco PL, PSL	
Almeida de Jesus	Giacobo
Reinaldo Betão	Ricardo Rique
PPS	
Lupércio Ramos	Nelson Proença
PSB	
1 vaga	1 vaga
PV	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 27
Telefones: 216-6601 A 6609
FAX: 216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Silas Câmara (PTB)
1º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)
2º Vice-Presidente: Walter Feldman (PSDB)
3º Vice-Presidente: Cezar Schirmer (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Ary Vanazzi	Carlito Merss
Fátima Bezerra	Devanir Ribeiro
Terezinha Fernandes	Ivo José
Zezéu Ribeiro	Maria do Carmo Lara
PMDB	
Cezar Schirmer	Jader Barbalho
Jorge Alberto	Leonardo Picciani
Mauro Benevides	Marinha Raupp
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Claudio Cajado	Dr. Pinotti
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Francisco Rodrigues
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	José Roberto Arruda
PP	
Eliseu Moura	Zé Lima
Romel Anizio	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Walter Feldman	Paulo Kobayashi
Wilson Santos (Licenciado)	Sebastião Madeira
PTB	
Jackson Barreto	José Carlos Elias
Joaquim Francisco vaga do PDT	Pastor Frankembergen
José Chaves vaga do PMDB	Tatico vaga do PP
Pedro Fernandes vaga do Bloco PFL, PRONA	
Ricardo Izar vaga do Bloco PL, PSL	
Silas Câmara	
Bloco PL, PSL	
Paulo Gouvêa	Anderson Adauto
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Chico da Princesa

PPS

Ivan Paixão vaga do Bloco PFL, PRONA	B. Sá
Maria Helena	

PSB

Dr. Evilásio	Barbosa Neto

PDT

(Dep. do PTB ocupa a vaga)	1 vaga

PC do B

Inácio Arruda	1 vaga

Secretário(a): James Lewis Gorman Júnior
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 216-6551/ 6554
FAX: 216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Mário Heringer (PDT)
1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT)
2º Vice-Presidente: Jairo Carneiro (PFL)
3º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Iriny Lopes	Adão Pretto
Luci Choinacki	Carlos Abicalil
Luiz Couto	Chico Alencar
Orlando Fantazzini	Luiz Alberto
	Maria do Rosário vaga do PMDB
PMDB	
Fernando Diniz	(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
Jairo Carneiro	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Zelinda Novaes	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
PP	
2 vagas	José Linhares
	Nilton Baiano
PSDB	
Thelma de Oliveira	João Almeida
(Dep. do PV ocupa a vaga)	(Dep. do PV ocupa a vaga)
PTB	
2 vagas	Marcus Vicente
	Pastor Reinaldo
Bloco PL, PSL	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Lincoln Portela vaga do Bloco PFL, PRONA
	Paulo Gouvêa
PPS	
Geraldo Thadeu	Cláudio Magrão
Miro Teixeira vaga do PMDB	
PSB	
Pastor Francisco Olímpio	Lavoisier Maia
PDT	
Mário Heringer vaga do Bloco PL, PSL	Enio Bacci vaga do Bloco PFL, PRONA
PV	
Leonardo Mattos vaga do PSDB	Edson Duarte vaga do PSDB

Secretário(a): Ruy dos Santos Siqueira
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 216-6575
FAX: 216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Carlos Abicalil (PT)
1º Vice-Presidente: César Bandeira (PFL)
2º Vice-Presidente: João Matos (PMDB)
3º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlos Abicalil	Antônio Carlos Biffi
Chico Alencar	Colombo
Iara Bernardi	Fátima Bezerra
Ivan Valente	Henrique Afonso
Maria do Rosário vaga do PSB	Paulo Rubem Santiago
Neyde Aparecida	Selma Schons vaga do PMDB
PMDB	
Gastão Vieira vaga do PTB	Luiz Bittencourt
João Matos	Osmar Serraglio
José Ivo Sartori	Paulo Lima
Marinha Raupp	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Osvaldo Biolchi	
Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro	Antonio Carlos Magalhães Neto
César Bandeira	Clóvis Fecury
Osvaldo Coelho	Murilo Zauith
PP	
Professor Irapuan Teixeira	Márcio Reinaldo Moreira
Suely Campos	Vanderlei Assis
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Wagner Lago
PSDB	
Átila Lira	Domiciano Cabral
Bonifácio de Andrada vaga do PP	Eduardo Barbosa
Lobbe Neto	Rafael Guerra
Nilson Pinto vaga do Bloco PL, PSL	
Professora Raquel Teixeira	
PTB	
Eduardo Seabra	Elaine Costa
Kelly Moraes	Rommel Feijó
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Bloco PL, PSL	
Milton Monti	Humberto Michiles
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Pedro Irujo
PPS	
Rogério Teófilo	Athos Avelino
PSB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Luciano Leitoa
PDT	
Severiano Alves	1 vaga
PC do B	
Alice Portugal	Sérgio Miranda
PSC	
	Costa Ferreira vaga do PTB

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
Telefones: 216-6622/6625/6627/6628
FAX: 216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Nelson Bornier (PMDB)
1º Vice-Presidente: Alexandre Santos (PP)
2º Vice-Presidente: Paulo Rubem Santiago (PT)
3º Vice-Presidente: Carlos Willian (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlito Merss	Henrique Fontana
José Pimentel	Jorge Bittar
Paulo Rubem Santiago	Jorge Boeira
Vignatti	José Mentor
Virgílio Guimarães	Wasny de Roure
PMDB	
Marcelino Fraga vaga do PTB	André Luiz
Max Rosenmann	Eduardo Cunha
Nelson Bornier	João Magalhães
Paulo Afonso	1 vaga
Pedro Novais	
Bloco PFL, PRONA	
Coriolano Sales	Gerson Gabrielli
Eliseu Resende	João Batista
Félix Mendonça	José Carlos Araújo
Luiz Carreira	Júlio Cesar
Mussa Demes vaga do Bloco PL, PSL	Paulo Bauer vaga do PSC

Onyx Lorenzoni vaga do PC do B
Pauderney Avelino vaga do PSB
Roberto Brant vaga do PTB

PP

Alexandre Santos vaga do PDT — Feu Rosa
Benedito de Lira — Francisco Turra
Delfim Netto — Zonta
Francisco Dornelles

PSDB

Antonio Cambraia — Gonzaga Mota
Luiz Carlos Hauly — Ronaldo Dimas
Yeda Crusius — Vittorio Medioli

PTB

Armando Monteiro — Jonival Lucas Junior
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — José Militão
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) — Sandro Matos

Bloco PL, PSL

João Leão — Almir Sá
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) — José Santana de Vasconcellos

PPS

Fernando Coruja — Miro Teixeira

PSB

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) — Beto Albuquerque

PDT

(Dep. do PP ocupa a vaga) — 1 vaga

PC do B

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) — 1 vaga

PSC

Carlos Willian — (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

Secretário(a): Maria Linda Magalhães
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 216-6654/6655/6652
FAX: 216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: José Priante (PMDB)
1º Vice-Presidente: André Luiz (PMDB)
2º Vice-Presidente: João Magno (PT)
3º Vice-Presidente: Enio Bacci (PDT)

Titulares — **Suplentes**

PT

Eduardo Valverde — Luiz Sérgio
João Magno — Professor Luizinho
Wasny de Roure — Roberto Gouveia
(Dep. do PP ocupa a vaga) — Virgílio Guimarães

PMDB

André Luiz — Aníbal Gomes
João Correia vaga do Bloco PL, PSL — Nelson Bornier
João Magalhães — Wladimir Costa
José Priante

Bloco PFL, PRONA

José Carlos Araújo — José Carlos Machado
Paulo Bauer — José Roberto Arruda
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) — (Dep. do PSC ocupa a vaga)

PP

Leodegar Tiscoski vaga do PT — Dr. Heleno
Márcio Reinaldo Moreira — José Janene vaga do PV
Ronivon Santiago — Odelmo Leão
Simão Sessim vaga do PV — Pedro Corrêa vaga do PTB

PSDB

Alberto Goldman — Luiz Carlos Hauly
Manoel Salviano — Walter Feldman

PTB

Elaine Costa — (Dep. do PSC ocupa a vaga)
Sandro Matos — (Dep. do PP ocupa a vaga)

Bloco PL, PSL

Almir Moura — Carlos Rodrigues
Carlos Nader vaga do Bloco PFL, PRONA — João Caldas
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PPS

(Dep. do PDT ocupa a vaga) — Rogério Teófilo

PSB

Barbosa Neto — (Dep. do PDT ocupa a vaga)

PV

(Dep. do PP ocupa a vaga) — (Dep. do PP ocupa a vaga)

PDT

Enio Bacci vaga do PPS — Pompeo de Mattos vaga do PSB

PSC

Cabo Júlio vaga do PTB
Renato Cozzolino vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): Edilson Saraiva Alencar
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 216-6671 A 6675
FAX: 216-6676

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: André de Paula (PFL)
1º Vice-Presidente: Mendonça Prado (PFL)
2º Vice-Presidente: Colombo (PT)
3º Vice-Presidente: Jaime Martins (PL)

Titulares — **Suplentes**

PT

Colombo — Orlando Fantazzini
Lúcia Braga — Tarcisio Zimmermann
1 vaga — (Dep. do PSB ocupa a vaga)

PMDB

Almerinda de Carvalho — 3 vagas
Moraes Souza
1 vaga

Bloco PFL, PRONA

André de Paula — Fernando de Fabinho
Mendonça Prado (Licenciado) — Laura Carneiro vaga do PTB
1 vaga

PP

Nilton Baiano — Enivaldo Ribeiro (Licenciado)
1 vaga — Ronivon Santiago

PSDB

2 vagas — Eduardo Gomes
Vicente Arruda

PTB

Marcondes Gadelha — (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Roberto Jefferson — 1 vaga

Bloco PL, PSL

Jaime Martins — Inaldo Leitão
1 vaga — Marcos de Jesus

S.PART.

João Fontes — 2 vagas
1 vaga

PSB

Luiza Erundina vaga do PT

Secretário(a): Gardene Maria Ferreira de Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 216-6692 / 6693
FAX: 216-6700

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Paulo Baltazar (PSB)
1º Vice-Presidente: Givaldo Carimbão (PSB)
2º Vice-Presidente: César Medeiros (PT)
3º Vice-Presidente: João Alfredo (PT)

Titulares — **Suplentes**

PT

César Medeiros	Anselmo
Ivo José (vaga do PTB)	Assis Miguel do Couto
João Alfredo	Iriny Lopes
Leonardo Monteiro	Nazareno Fonteles
Luciano Zica	
Luiz Alberto (vaga do PTB)	

PMDB

Osvaldo Reis (vaga do PDT)	José Divino
Teté Bezerra	Luiz Bittencourt
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Max Rosenmann
1 vaga	

Bloco PFL, PRONA

(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Aroldo Cedraz
2 vagas	Gervásio Silva
	Milton Barbosa (vaga do Bloco PL, PSL)
	(Dep. do PSC ocupa a vaga)

PP

Antonio Joaquim	Sergio Caiado
Damiao Feliciano	(Dep. do PV ocupa a vaga)

PSDB

Itamar Serpa	Affonso Camargo
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Antonio Carlos Mendes Thame

PTB

(Dep. do PT ocupa a vaga)	Paes Landim
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Ronaldo Vasconcellos

Bloco PL, PSL

Amador Tut	Wanderval Santos
Oliveira Filho	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PPS

B. Sá	Cezar Silvestri

PSB

Givaldo Carimbão (vaga do PSDB)	Janete Capiberibe
Paulo Baltazar	
Renato Casagrande (vaga do Bloco PFL, PRONA)	

PDT

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Davi Alcolumbre

PV

Edson Duarte (vaga do PMDB)	Jovino Cândido (vaga do PP)
Sarney Filho	Marcelo Ortiz

S.PART.

Fernando Gabeira	1 vaga

PSC

Carlos Willian (vaga do Bloco PFL, PRONA)

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150
Telefones: 216-6521 A 6526
FAX: 216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: João Pizzolatti (PP)
1º Vice-Presidente: Eduardo Gomes (PSDB)
2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB)
3º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fernando Ferro	Eduardo Valverde
Luiz Bassuma	Hélio Esteves
Luiz Sérgio	Luciano Zica
Mauro Passos	Vander Loubet
PMDB	
Marcello Siqueira	Alceste Almeida
Moreira Franco	João Matos
Rose de Freitas	Josias Quintal
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Aroldo Cedraz	Celcita Pinheiro (vaga do PSC)
Carlos Alberto Rosado (vaga do PSC)	César Bandeira
Eduardo Sciarra	Luiz Carlos Santos
Gervásio Silva	Pauderney Avelino (vaga do PDT)
	Robério Nunes
PP	
Dr. Heleno	Nelson Meurer
João Pizzolatti	Ricardo Barros
José Janene (vaga do PMDB)	Simão Sessim (vaga do PTB)
Vadão Gomes (vaga do PPS)	
PSDB	
Eduardo Gomes	Antonio Cambraia
Nicias Ribeiro	Lobbe Neto
Paulo Feijó (vaga do PSB)	
PTB	
Marcus Vicente (vaga do PDT)	Edna Macedo
Osmânio Pereira	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Salvador Zimbaldi	
Bloco PL, PSL	
João Caldas	Aracely de Paula
José Santana de Vasconcellos	Miguel de Souza
PPS	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Leônidas Cristino
PSB	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Jurandir Boia
PDT	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PSC	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 216-6711 / 6713
FAX: 216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Carlos Melles (PFL)
1º Vice-Presidente: Maninha (PT)
2º Vice-Presidente: Marcos de Jesus (PL)
3º Vice-Presidente: André Zacharow (PP)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Maninha	João Magno
Paulo Delgado	Leonardo Monteiro
Zarattini	Nilson Mourão
Zico Bronzeado	Sigmaringa Seixas
PMDB	
Edison Andrino	Marcelino Fraga
Fernando Lopes	Moreira Franco
Vieira Reis	(Dep. do PV ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
Carlos Melles	Claudio Cajado
Francisco Rodrigues (vaga do Bloco PL, PSL)	João Carlos Bacelar
José Thomaz Nonô	Robério Nunes (vaga do Bloco PL, PSL)
Murilo Zauith	Roberto Brant (vaga do PTB)
	Vilmar Rocha
PP	
André Zacharow	Dilceu Sperafico
Feu Rosa	Francisco Dornelles
Ivan Ranzolin	Luis Carlos Heinze (vaga do PPS)
	Professor Irapuan Teixeira
PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	Aloysio Nunes Ferreira
João Castelo	Antonio Carlos Mendes Thame
Zulaiê Cobra	Luiz Carlos Hauly (vaga do PMDB)
	Professora Raquel Teixeira
PTB	
Arnon Bezerra	Jackson Barreto

Jair Bolsonaro	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Pastor Frankembergen	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Bloco PL, PSL	
Lincoln Portela vaga do PMDB	João Paulo Gomes da Silva
Marcos de Jesus	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
PPS	
Átila Lins	(Dep. do PP ocupa a vaga)
João Herrmann Neto vaga do PDT	
PSB	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Dr. Evilásio
PDT	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Manato
PCdoB	
Renildo Calheiros vaga do PSB	
PV	
	Leonardo Mattos vaga do PMDB
S.PART.	
	Fernando Gabeira vaga do PTB

Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Wanderval Santos (PL)
1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)
2º Vice-Presidente: Moroni Torgan (PFL)
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Nelson Pellegrino	Antonio Carlos Biscaia
Paulo Pimenta	Maurício Rands
Vander Loubet	Reginaldo Lopes
PMDB	
Gilberto Nascimento	Luiz Bittencourt
Josias Quintal	2 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
Moroni Torgan	1 vaga
PP	
Sandes Júnior	Carlos Souza vaga do Bloco PL, PSL
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Darci Coelho
	Francisco Appio
PSDB	
Carlos Sampaio	Zulaiê Cobra
João Campos	(Dep. do S.PART. ocupa a vaga)
PTB	
Alberto Fraga	Vicente Cascione
Ronaldo Vasconcellos	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Coronel Alves	Edmar Moreira
Wanderval Santos	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PPS	
Raul Jungmann	Roberto Freire
S.PART.	
Babá	Juíza Denise Frossard vaga do PSDB
	Luciana Genro
PDT	
Pompeo de Mattos vaga do PP	
PCdoB	
	Perpétua Almeida vaga do Bloco PFL, PRONA
PSC	
Cabo Júlio vaga do PMDB	

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 216-6761 / 6762
FAX: 216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Eduardo Paes (PSDB)
1º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
2º Vice-Presidente: Dr. Francisco Gonçalves (PTB)
3º Vice-Presidente: Selma Schons (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Angela Guadagnin	Dr. Rosinha
Guilherme Menezes	Durval Orlato
Henrique Fontana	Luci Choinacki
Roberto Gouveia	Maninha
Selma Schons	Telma de Souza
PMDB	
Benjamin Maranhão	Almerinda de Carvalho
Darcísio Perondi	Jorge Alberto
Hermes Parcianello vaga do PSC	Silas Brasileiro
Sandra Rosado	Teté Bezerra
Saraiva Felipe	
Bloco PFL, PRONA	
Dr. Pinotti	José Mendonça Bezerra
Elimar Máximo Damasceno	Zelinda Novaes
Milton Barbosa	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Nice Lobão	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
PP	
José Linhares	André Zacharow
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Dr. Benedito Dias
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Eduardo Barbosa	Thelma de Oliveira
Eduardo Paes	Walter Feldman
Rafael Guerra	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Arnon Bezerra vaga do PP
Dr. Francisco Gonçalves	Kelly Moraes
Homero Barreto	Marcondes Gadelha
	Milton Cardias vaga do PSC
	Osmânio Pereira
Bloco PL, PSL	
Amauri Gasques	Carlos Mota
Neucimar Fraga	Gorete Pereira vaga do Bloco PFL, PRONA
	Medeiros
PPS	
Athos Avelino	Geraldo Thadeu
Geraldo Resende vaga do PP	
PSB	
Dr. Ribamar Alves	Alexandre Cardoso vaga do Bloco PFL, PRONA
Lavoisier Maia vaga do PP	Jorge Gomes
PDT	
Manato	Mário Heringer
PC do B	
Jandira Feghali	Jamil Murad
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)

Secretário(a): Flávio Alencastro
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Tarcisio Zimmermann (PT)
1º Vice-Presidente: Dra. Clair (PT)
2º Vice-Presidente: Isaías Silvestre (PSB)
3º Vice-Presidente: Luciano Castro (PL)

Titulares	Suplentes
PT	
Dra. Clair	Carlos Santana
Paulo Rocha	José Eduardo Cardozo
Tarcisio Zimmermann	Lúcia Braga
Vicentinho	Neyde Aparecida
PMDB	
Leonardo Picciani	Ann Pontes
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Luiz Bittencourt
1 vaga	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Clóvis Fecury	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Rodrigo Maia	2 vagas
(Dep. do PC do B ocupa a vaga)	
PP	
Érico Ribeiro	Mário Negromonte
Pedro Corrêa	Vadão Gomes
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Ariosto Holanda
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Carlos Sampaio
1 vaga	Narcio Rodrigues
PTB	
Jovair Arantes	Arnaldo Faria de Sá
Luiz Antonio Fleury	Eduardo Seabra
Milton Cardias vaga do PMDB	Homero Barreto vaga do PPS
Bloco PL, PSL	
Luciano Castro	Paulo Marinho
Medeiros	Sandro Mabel
Ricardo Rique vaga do PSDB	
PPS	
Cláudio Magrão	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSB	
Isaías Silvestre	Pastor Francisco Olímpio
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
Vanessa Grazziotin vaga do Bloco PFL, PRONA	
PV	
Jovino Cândido	Leonardo Mattos
PDT	
	Alceu Collares vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: José Militão (PTB)
1º Vice-Presidente: Pastor Reinaldo (PTB)
2º Vice-Presidente: Colbert Martins (PPS)
3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PSB)

Titulares	Suplentes
PT	
Gilmar Machado	César Medeiros
Orlando Desconsi vaga do PP	João Grandão
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Mariângela Duarte
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PMDB	
Alceste Almeida	Edison Andrino
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Jefferson Campos
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Marcelo Teixeira
Bloco PFL, PRONA	
Cleuber Carneiro	Eduardo Sciarra
Marcelo Guimarães Filho	José Rocha vaga do Bloco PL, PSL
	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PP	
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Ildeu Araujo
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Julio Lopes
PSDB	
Bismarck Maia	Carlos Alberto Leréia
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Jutahy Junior
PTB	
Alex Canziani vaga do PT	Philemon Rodrigues
Enio Tatico vaga do PSDB	Ronaldo Vasconcellos
José Militão	
Josué Bengtson vaga do PT	
Pastor Reinaldo	
Ricarte de Freitas vaga do PMDB	
Tatico vaga do PMDB	
Bloco PL, PSL	
João Mendes de Jesus	Reinaldo Betão
João Tota	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PPS	
Colbert Martins	João Herrmann Neto
PSB	
Hamilton Casara	Dr. Ribamar Alves
PCdoB	
	Renildo Calheiros vaga do Bloco PFL, PRONA
PV	
Deley vaga do PP	

Secretário(a): Elizabeth Paes dos Santos
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 216-6831 / 6832 / 6833

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Wellington Roberto (PL)
1º Vice-Presidente: Giacobo (PL)
2º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB)
3º Vice-Presidente: Neuton Lima (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Santana	Ary Vanazzi
Devanir Ribeiro	Zezéu Ribeiro
Hélio Esteves	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Telma de Souza	1 vaga
PMDB	
Marcelo Castro	Eliseu Padilha
Marcelo Teixeira	Marcello Siqueira
Mauro Lopes	Osvaldo Reis
Pedro Chaves	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Lael Varella	Aroldo Cedraz
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Cleuber Carneiro
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
PP	
Francisco Appio	Francisco Garcia
Mário Negromonte	Leodegar Tiscoski
PSDB	
Affonso Camargo	Nicias Ribeiro
Domiciano Cabral	Paulo Feijó
PTB	
Neuton Lima	Carlos Dunga
Philemon Rodrigues	Iris Simões
Romeu Queiroz vaga do PSC	José Chaves vaga do PSC

Pedro Fernandes vaga do PT

Bloco PL, PSL

Aracely de Paula vaga do Bloco PFL, PRONA — João Tota vaga do Bloco PFL, PRONA
Chico da Princesa vaga do PDT — Milton Monti
Giacobo — Oliveira Filho
Humberto Michiles vaga do Bloco PFL, PRONA
Wellington Roberto

PPS

Leônidas Cristino — Átila Lins

PSB

Beto Albuquerque — Gonzaga Patriota

PDT

(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga) — Mário Heringer

PSC

(Dep. do PTB ocupa a vaga) — (Dep. do PTB ocupa a vaga)

Secretário(a): Ruy Omar Prudencio da Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 216-6853 A 6856
FAX: 216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A "ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS".

Presidente: José Thomaz Nonô (PFL)
1º Vice-Presidente: Edson Ezequiel (PMDB)
2º Vice-Presidente: Alberto Goldman (PSDB)
3º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)
Relator: Maninha (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
José Pimentel	Ary Vanazzi
Lindberg Farias	Dra. Clair
Maninha	Henrique Fontana
Paulo Delgado	Ivan Valente
Rubens Otoni	Luci Choinacki
Tarcisio Zimmermann	Paulo Pimenta
PFL	
Fábio Souto	Robério Nunes
José Thomaz Nonô	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Marcos Abramo	3 vagas
Ney Lopes	
Ronaldo Caiado	
PMDB	
Cezar Schirmer	Bernardo Ariston
Edson Ezequiel	Moacir Micheletto
Max Rosenmann	2 vagas
Silas Brasileiro	
PSDB	
Alberto Goldman	Aloysio Nunes Ferreira
Antonio Carlos Mendes Thame	Luiz Carlos Hauly
Antonio Carlos Pannunzio	Nilson Pinto
Yeda Crusius	1 vaga
PP	
Feu Rosa	Francisco Dornelles
Francisco Garcia	Leodegar Tiscoski
Francisco Turra	Vadão Gomes
PTB	
Jackson Barreto	Arnaldo Faria de Sá
Roberto Jefferson	Arnon Bezerra
	Paes Landim vaga do PFL
PL	
Amador Tut	Humberto Michiles
João Paulo Gomes da Silva	Paulo Marinho
PSB	
Alexandre Cardoso	Janete Capiberibe
Luiza Erundina	Renato Casagrande
PPS	
Nelson Proença	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Manato
PC do B	
Jamil Murad	Inácio Arruda
PRONA	
1 vaga	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE DEFINIR A ATUAÇÃO DESTA CASA NAS AÇÕES DESTINADAS A IMPLEMENTAR AS PROVIDÊNCIAS REFERIDAS NA LEI Nº 10.745, DE 9 DE OUTUBRO DE 2003, QUE DEFINE O ANO DE 2004 COMO O "ANO DA MULHER".

Presidente: Jandira Feghali (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Vanessa Grazziotin (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Iara Bernardi (PT)
3º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)
Relator: Rose de Freitas (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fátima Bezerra	Iriny Lopes
Iara Bernardi	Lúcia Braga
Luci Choinacki	Maninha
Maria do Rosário vaga do PDT	Selma Schons
Mariângela Duarte	
PFL	
Celcita Pinheiro	3 vagas
Kátia Abreu	
Laura Carneiro	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Marinha Raupp
Rose de Freitas	Teté Bezerra
Sandra Rosado	1 vaga
PSDB	
Thelma de Oliveira	Professora Raquel Teixeira
Yeda Crusius	Zulaiê Cobra
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Suely Campos	2 vagas
(Dep. do PC do B ocupa a vaga)	
PTB	
Elaine Costa	2 vagas
1 vaga	
PL	
Maurício Rabelo	(Dep. do PC do B ocupa a vaga)
PSB	
Luiza Erundina	Janete Capiberibe
PPS	
Maria Helena	1 vaga
PDT	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Severiano Alves
PC do B	
Jandira Feghali	Alice Portugal vaga do PL
Vanessa Grazziotin vaga do PP	Perpétua Almeida
S.PART.	
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	

Secretário(a): Maria de Fátima Moreira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6204/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES

TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.

Presidente: Affonso Camargo (PSDB)
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)
3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Chico Alencar	Luiz Couto
José Eduardo Cardozo	Maria do Carmo Lara
Paulo Delgado	4 vagas
Paulo Rocha	
Rubens Otoni	
Rubinelli	
PFL	
André de Paula	Fernando de Fabinho
Eduardo Sciarra	Rodrigo Maia
Jairo Carneiro	Ronaldo Caiado
Mendonça Prado (Licenciado)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Nice Lobão	1 vaga
PMDB	
Cezar Schirmer	Marcelo Castro
Eliseu Padilha	3 vagas
Henrique Eduardo Alves	
Jefferson Campos	
PSDB	
Affonso Camargo	Antonio Carlos Pannunzio
Aloysio Nunes Ferreira	Bonifácio de Andrada
Rafael Guerra	Bosco Costa
Vicente Arruda	Zenaldo Coutinho
PP	
Enivaldo Ribeiro (Licenciado)	Leodegar Tiscoski
Pedro Corrêa	Mário Negromonte
Romel Anizio	1 vaga
PTB	
Roberto Magalhães	Arnaldo Faria de Sá
Vicente Cascione	Luiz Antonio Fleury
PL	
João Paulo Gomes da Silva	Carlos Nader vaga do PFL
Lincoln Portela	Inaldo Leitão
	Oliveira Filho
PSB	
Pastor Francisco Olímpio	2 vagas
1 vaga	
PPS	
Raul Jungmann	Colbert Martins
PDT	
Manato	Davi Alcolumbre
PC do B	
Renildo Calheiros	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Ana Lucia R. Marques
Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A
Telefones: 261-6214/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).

Presidente: Laura Carneiro (PFL)
1º Vice-Presidente: Antonio Nogueira (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
Relator: Átila Lira (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Nogueira	6 vagas
Carlos Abicalil	
Fátima Bezerra	
Jorge Boeira	
Odair	
Tarcisio Zimmermann	
PFL	
João Carlos Bacelar	Antonio Carlos Magalhães Neto
Laura Carneiro	José Roberto Arruda
Ney Lopes	3 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
1 vaga	
PMDB	
Jefferson Campos	Adelor Vieira
Jorge Alberto	3 vagas
José Ivo Sartori	
Leonardo Picciani	
PSDB	
Átila Lira	Ariosto Holanda
Eduardo Barbosa	Zenaldo Coutinho
Helenildo Ribeiro	2 vagas
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
PP	
Feu Rosa	Nilton Baiano
Nélio Dias	Zé Lima
Sandes Júnior	1 vaga
Vanderlei Assis vaga do PFL	
PTB	
Eduardo Seabra	Philemon Rodrigues
José Carlos Elias	Ronaldo Vasconcellos
PL	
Luciano Castro	Medeiros
Paulo Marinho	Welinton Fagundes (Licenciado)
PSB	
Gonzaga Patriota	2 vagas
Hamilton Casara vaga do PSDB	
Pastor Francisco Olímpio	
PPS	
Agnaldo Muniz	Geraldo Thadeu
PDT	
Alceu Collares	Pompeo de Mattos
PC do B	
Alice Portugal	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58-A, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO DE ALIENAÇÕES DE TERRAS PROCEDIDAS PELOS ESTADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA".

Presidente: João Grandão (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Ary Vanazzi	Antonio Nogueira
Eduardo Valverde	Hélio Esteves
João Grandão	Zico Bronzeado

José Eduardo Cardozo	3 vagas
Nilson Mourão	
Vignatti	
PMDB	
Alceste Almeida	Darcísio Perondi
Confúcio Moura	João Matos
Osmar Serraglio	Moacir Micheletto
Teté Bezerra	Nelson Trad
Waldemir Moka	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra	Ronaldo Caiado
Francisco Rodrigues	3 vagas
Murilo Zauith	
Onyx Lorenzoni	
PP	
Cleonâncio Fonseca vaga do PV	Ivan Ranzolin
Luis Carlos Heinze vaga do PSB	José Janene
Pedro Henry	1 vaga
Ronivon Santiago	
Sergio Caiado	
Zonta vaga do PSC	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Helenildo Ribeiro
Júlio Redecker	Manoel Salviano
Thelma de Oliveira	Nicias Ribeiro
PTB	
Nelson Marquezelli	Iris Simões
Ricarte de Freitas	Silas Câmara
1 vaga	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Amador Tut	Anderson Adauto
Carlos Mota	Edmar Moreira
Inaldo Leitão	João Paulo Gomes da Silva
PPS	
Maria Helena	Lupércio Ramos
PSB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Barbosa Neto
PDT	
Gervásio Oliveira	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PSC	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Zequinha Marinho
PV	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior sala 170-B
Telefones: 216.6215
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL.

Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Divino (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Iriny Lopes
Eduardo Valverde	5 vagas
João Alfredo	
José Eduardo Cardozo	
Maurício Rands	
Paulo Delgado	
PFL	
Coriolano Sales	Antonio Carlos Magalhães Neto
José Roberto Arruda	José Thomaz Nonô
Luiz Carlos Santos	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Marcelo Guimarães Filho	2 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
José Divino	Ann Pontes
José Ivo Sartori	Osmar Serraglio
Marcelino Fraga	2 vagas
Nelson Trad	
PSDB	
Carlos Sampaio	Bonifácio de Andrada
Nicias Ribeiro	Helenildo Ribeiro
Vicente Arruda	Zenaldo Coutinho
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
PP	
Cleonâncio Fonseca	Ivan Ranzolin
Darci Coelho vaga do PFL	2 vagas
Dilceu Sperafico	
Ricardo Fiuza	
Wagner Lago vaga do PDT	
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Antonio Cruz
Vicente Cascione	Paes Landim vaga do PFL
	1 vaga
PL	
Edmar Moreira	Inaldo Leitão vaga do PSDB
Mário Assad Júnior	José Santana de Vasconcellos
	Raimundo Santos
PSB	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PPS	
Cezar Silvestri	Dimas Ramalho
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Severiano Alves
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PV	
Sarney Filho	Marcelo Ortiz
PSC	
Carlos Willian vaga do PSB	
S.PART.	
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	

Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).

Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)
1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT)
Relator: Paes Landim (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Arlindo Chinaglia	Devanir Ribeiro

José Pimentel	Fernando Ferro
Luiz Sérgio	Neyde Aparecida
Professor Luizinho	Nilson Mourão
Rubens Otoni	Paulo Rocha
Zarattini	1 vaga
PMDB	
Fernando Diniz	Almerinda de Carvalho
Gastão Vieira	Aníbal Gomes
Jader Barbalho	Pastor Pedro Ribeiro
José Borba	Wilson Santiago
Nelson Trad	Zé Gerardo
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	Ney Lopes
Moroni Torgan	Rodrigo Maia
Robério Nunes	2 vagas
Vic Pires Franco	
PP	
Benedito de Lira	Feu Rosa
Leodegar Tiscoski	Romel Anizio
Professor Irapuan Teixeira	1 vaga
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira	Bismarck Maia
Jutahy Junior	Bosco Costa
Luiz Carlos Hauly	Carlos Alberto Leréia
PTB	
José Múcio Monteiro	Iris Simões
Paes Landim	Jovair Arantes
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Luciano Castro	Inaldo Leitão
Sandro Mabel	Medeiros
Valdemar Costa Neto	Paulo Marinho
PPS	
João Herrmann Neto	Átila Lins
PSB	
Dr. Evilásio	Jorge Gomes
PDT	
Álvaro Dias	Mário Heringer
PC do B	
Daniel Almeida	Jamil Murad
PV	
Sarney Filho	Jovino Cândido
PSC	
Pastor Amarildo vaga do PTB	

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, DO SR. GERVÁSIO OLIVEIRA, QUE "MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".

Presidente: Ricarte de Freitas (PTB)
1º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Neyde Aparecida (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antônio Carlos Biffi	Zezéu Ribeiro
João Grandão	5 vagas
Maninha	
Neyde Aparecida	
Rubens Otoni	
Wasny de Roure	
PFL	
Celcita Pinheiro	Eliseu Resende
José Roberto Arruda	Lael Varella
Vilmar Rocha	Ronaldo Caiado
2 vagas	2 vagas
PMDB	
Aníbal Gomes	4 vagas
Fernando Diniz	
Luiz Bittencourt	
Moacir Micheletto	
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Átila Lira
Professora Raquel Teixeira	João Campos
Ronaldo Dimas	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Thelma de Oliveira	1 vaga
PP	
Romel Anizio	Carlos Souza
Sergio Caiado	Eliseu Moura
Zé Lima	1 vaga
PTB	
Ricarte de Freitas	Ronaldo Vasconcellos
Sandro Matos	1 vaga
PL	
Jaime Martins	Raimundo Santos
Maurício Rabelo	Ricardo Rique
PSB	
Janete Capiberibe	Hamilton Casara vaga do PSDB
1 vaga	2 vagas
PPS	
Raul Jungmann	Júnior Betão
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Enio Bacci
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PRONA	
1 vaga	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 227-A, DE 2004, QUE "ALTERA OS ARTIGOS 37, 40, 144, 194, 195 E 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (PEC PARALELA - ALTERANDO A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 2003 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA).

Presidente: Roberto Brant (PFL)
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)
2º Vice-Presidente: Antonio Joaquim (PP)
3º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB)
Relator: José Pimentel (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Eduardo Valverde	Devanir Ribeiro
Henrique Fontana	Durval Orlato
José Pimentel	Guilherme Menezes
Maurício Rands	Ivan Valente
Nelson Pellegrino	Mariângela Duarte
Nilson Mourão	Paulo Pimenta
Professor Luizinho	Roberto Gouveia
PFL	
Gervásio Silva	Dr. Pinotti
Júlio Cesar	Laura Carneiro
Murilo Zauith	Pauderney Avelino
Onyx Lorenzoni	Robson Tuma
Roberto Brant	2 vagas
Vilmar Rocha	
PMDB	
Aníbal Gomes	Adelor Vieira

Fernando Diniz	Mauro Benevides
Jorge Alberto	Silas Brasileiro
Olavo Calheiros	2 vagas
Wilson Santiago	
PSDB	
Alberto Goldman	Antonio Carlos Pannunzio
Anivaldo Vale	Bismarck Maia
Eduardo Barbosa	Zenaldo Coutinho
João Campos	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Yeda Crusius	1 vaga
PP	
Antonio Joaquim	Benedito de Lira
José Linhares	Dr. Benedito Dias
Ronivon Santiago	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Ricardo Izar
Iris Simões	Ricarte de Freitas
Luiz Antonio Fleury	1 vaga
PL	
Carlos Rodrigues	Almir Moura
Inaldo Leitão	Chico da Princesa
Milton Monti	Wellington Roberto
PSB	
Dr. Evilásio	Dr. Ribamar Alves
Paulo Baltazar	Jurandir Boia
PPS	
Leônidas Cristino	Geraldo Thadeu
PDT	
Alceu Collares	Manato
PC do B	
Jamil Murad	Inácio Arruda
PV	
Leonardo Mattos	Deley
S.PART.	
	Juíza Denise Frossard vaga do PSDB

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, DE 2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlito Merss	Devanir Ribeiro
Jorge Bittar	José Pimentel
José Mentor	Nilson Mourão
Paulo Bernardo	Paulo Delgado
Virgílio Guimarães	Paulo Pimenta
Walter Pinheiro	Paulo Rubem Santiago
Zezéu Ribeiro	Wasny de Roure
PFL	
Antonio Carlos Magalhães Neto	Abelardo Lupion
Gerson Gabrielli	Eduardo Sciarra
José Roberto Arruda	Eliseu Resende
Mussa Demes	José Carlos Machado
Pauderney Avelino	Luiz Carreira
Vic Pires Franco	Paulo Bauer
PMDB	
Eduardo Cunha	André Luiz
Henrique Eduardo Alves	Ann Pontes
Osmar Serraglio	Benjamin Maranhão
Pedro Chaves	José Priante
Pedro Novais	Wilson Santiago
PSDB	
Antonio Cambraia	Anivaldo Vale
Julio Semeghini	Antonio Carlos Mendes Thame
Luiz Carlos Hauly	Gonzaga Mota
Walter Feldman	Ronaldo Dimas
Zenaldo Coutinho	Yeda Crusius
PP	
Delfim Netto	Enivaldo Ribeiro (Licenciado)
Francisco Dornelles	Feu Rosa
Romel Anizio	Professor Irapuan Teixeira
PTB	
Armando Monteiro	Jackson Barreto
José Militão	Pedro Fernandes
Philemon Rodrigues	Vicente Cascione
PL	
Miguel de Souza	Carlos Rodrigues
Raimundo Santos	Humberto Michiles
Sandro Mabel	Jaime Martins
PSB	
Beto Albuquerque	Barbosa Neto
Renato Casagrande	Gonzaga Patriota
PPS	
Lupércio Ramos	João Herrmann Neto
PDT	
Manato	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Sérgio Miranda	Daniel Almeida
PRONA	
Enéas	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Leonardo Monteiro	6 vagas
Maninha	
Nilson Mourão	
Orlando Fantazzini	
Paulo Delgado	
Zarattini	
Zé Geraldo vaga do PMDB	
PMDB	
Fernando Lopes	5 vagas
João Correia	
Vieira Reis	
Wilson Santiago	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Francisco Rodrigues	4 vagas
João Carlos Bacelar	
Murilo Zauith	
Vilmar Rocha	
PP	
André Zacharow	Dilceu Sperafico
Feu Rosa	Francisco Dornelles
Ivan Ranzolin	Professor Irapuan Teixeira

PSDB

Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
Helenildo Ribeiro	Luiz Carlos Hauly
João Castelo	Manoel Salviano

PTB

Arnon Bezerra	3 vagas
Jackson Barreto	
1 vaga	

Bloco PL, PSL

Almeida de Jesus	Edmar Moreira
Carlos Mota	Inaldo Leitão
João Paulo Gomes da Silva	Jaime Martins

PPS

João Herrmann Neto	Átila Lins

PSB

Alexandre Cardoso	1 vaga

PDT

Severiano Alves	Mário Heringer

PC do B

Jamil Murad	1 vaga

PSC

Zequinha Marinho	Carlos Willian

PV

1 vaga	1 vaga

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 347-A, DE 1996, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUINDO O DISPOSITIVO QUE PROÍBE A INTERRUPÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA SEM APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL).

Presidente: Orlando Desconsi (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Isaías Silvestre (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Mauro Passos
Chico Alencar	5 vagas
Gilmar Machado	
Orlando Desconsi	
Selma Schons	
Walter Pinheiro	
PFL	
Corauci Sobrinho	Laura Carneiro
Dr. Pinotti	Marcelo Guimarães Filho
Milton Barbosa	3 vagas
Vilmar Rocha	
1 vaga	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Alceste Almeida
Edson Ezequiel	João Correia
Nelson Bornier	2 vagas
Pedro Chaves	
PSDB	
Alberto Goldman	Átila Lira
Nicias Ribeiro	Helenildo Ribeiro
Ronaldo Dimas	Paulo Kobayashi
1 vaga	Professora Raquel Teixeira
PP	
André Zacharow vaga do PDT	3 vagas
Cleonâncio Fonseca	
Márcio Reinaldo Moreira	
Roberto Balestra (Licenciado)	
PTB	
José Carlos Elias	Milton Cardias
1 vaga	Pastor Reinaldo
PL	
Carlos Rodrigues	Heleno Silva
Wellington Roberto	João Paulo Gomes da Silva
PSB	
Isaías Silvestre	2 vagas
Pastor Francisco Olímpio	
PPS	
Leônidas Cristino	Lupércio Ramos
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Mário Heringer
PC do B	
Jamil Murad	Daniel Almeida
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga

Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 349-A, DE 2001, DO SR. LUIZ ANTONIO FLEURY, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 52, 53, 55 E 66 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ABOLIR O VOTO SECRETO NAS DECISÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL".

Presidente: Juíza Denise Frossard (S.PART.)
1º Vice-Presidente: Ney Lopes (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Eduardo Cardozo (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Chico Alencar	6 vagas
José Eduardo Cardozo	
Nilson Mourão	
Orlando Desconsi	
Rubens Otoni	
Sigmaringa Seixas	
PMDB	
Cezar Schirmer	5 vagas
Eliseu Padilha	
José Ivo Sartori	
Paulo Afonso	
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
José Roberto Arruda	Eduardo Sciarra
Luiz Carlos Santos	Onyx Lorenzoni
Ney Lopes	2 vagas
Ronaldo Caiado	
PP	
Francisco Turra	Enivaldo Ribeiro (Licenciado)
Romel Anizio	Márcio Reinaldo Moreira
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
Zenaldo Coutinho	Átila Lira
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Bonifácio de Andrada
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Jovair Arantes
Roberto Magalhães	2 vagas
1 vaga	
Bloco PL, PSL	
Almir Sá	João Leão
Carlos Rodrigues	Mário Assad Júnior
João Paulo Gomes da Silva	Oliveira Filho
PPS	
Ivan Paixão	Dimas Ramalho
PSB	
Alexandre Cardoso	Renato Casagrande
PDT	
1 vaga	Enio Bacci

PC do B	
Renildo Calheiros	Jamil Murad
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
Marcelo Ortiz	Sarney Filho
S.PART.	
Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB]	

Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE 2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Presidente: Jamil Murad (PCdoB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mário Heringer (PDT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Angela Guadagnin	6 vagas
Jorge Boeira	
Maria do Rosário	
Selma Schons	
Tarcisio Zimmermann	
Telma de Souza	
PFL	
André de Paula	5 vagas
Fábio Souto	
Jairo Carneiro	
Laura Carneiro	
Mendonça Prado (Licenciado)	
PMDB	
Cezar Schirmer	João Correia
Gilberto Nascimento [vaga do PSB]	Osvaldo Reis
Marcelo Castro	Sandra Rosado
Max Rosenmann	1 vaga
Paulo Afonso	
PSDB	
Antonio Cambraia	Carlos Alberto Leréia
Eduardo Barbosa	Rafael Guerra
Thelma de Oliveira	Walter Feldman
Yeda Crusius	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PP	
Benedito de Lira	André Zacharow [vaga do PDT]
José Linhares	Antonio Joaquim
Suely Campos	Zonta
	1 vaga
PTB	
Kelly Moraes	Arnaldo Faria de Sá
Marcondes Gadelha	1 vaga
PL	
Almeida de Jesus	Marcos de Jesus
Oliveira Filho	Wanderval Santos
PSB	
Luiza Erundina	2 vagas
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PPS	
Athos Avelino	Geraldo Resende
PDT	
Mário Heringer	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PC do B	
Jamil Murad	Alice Portugal
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga
S.PART.	
Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB]	

Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).

Presidente: Isaías Silvestre (PSB)
1º Vice-Presidente: José Thomaz Nonô (PFL)
2º Vice-Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)
3º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)
Relator: Tarcisio Zimmermann (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Chico Alencar
Dra. Clair	Eduardo Valverde
Leonardo Monteiro	João Grandão [vaga do PSB]
Neyde Aparecida	Jorge Boeira
Paulo Rocha	Orlando Fantazzini
Tarcisio Zimmermann	Zé Geraldo
	1 vaga
PFL	
Francisco Rodrigues	Abelardo Lupion
José Thomaz Nonô	Fernando de Fabinho
Kátia Abreu	José Carlos Araújo
Marcos Abramo	Milton Barbosa
Ronaldo Caiado	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Sandra Rosado
Asdrubal Bentes	3 vagas
Bernardo Ariston	
Teté Bezerra	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira	Bosco Costa
Anivaldo Vale	João Almeida
Eduardo Barbosa	Júlio Redecker
Helenildo Ribeiro	Léo Alcântara
PP	
André Zacharow	Cleonâncio Fonseca
Wagner Lago	Enivaldo Ribeiro (Licenciado)
Zé Lima	Ivan Ranzolin
PTB	
Homero Barreto	Alberto Fraga
Josué Bengtson	Pastor Reinaldo
PL	
Medeiros	Luciano Castro
Ricardo Rique	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSB	
Isaías Silvestre	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Luiza Erundina	1 vaga
PPS	
Colbert Martins	Geraldo Resende
PDT	
Enio Bacci	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Daniel Almeida	Jamil Murad
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PSC	
	Pastor Amarildo [vaga do PL]

Zequinha Marinho [vaga do PFL]
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6211
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC 524-A, DE 2002, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, A FIM DE INSTITUIR O FUNDO PARA A REVITALIZAÇÃO HIDROAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO".
Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)
1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB)
3º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)
Relator: Fernando Ferro (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Josias Gomes
José Pimentel	5 vagas
Luiz Bassuma	
Virgílio Guimarães	
Walter Pinheiro	
Zezéu Ribeiro	
PFL	
Fernando de Fabinho	José Carlos Araújo
José Rocha	Júlio Cesar
Luiz Carreira	3 vagas
Osvaldo Coelho	
1 vaga	
PMDB	
Jorge Alberto	4 vagas
Mauro Lopes	
Olavo Calheiros	
Wilson Santiago	
PSDB	
Eduardo Gomes	Antonio Cambraia
Gonzaga Mota	Narcio Rodrigues
Helenildo Ribeiro	Vicente Arruda
João Almeida	Walter Feldman
PP	
Cleonâncio Fonseca	3 vagas
Márcio Reinaldo Moreira	
Mário Negromonte	
PTB	
Jackson Barreto	Jonival Lucas Junior
Marcondes Gadelha	1 vaga
PL	
Heleno Silva	João Leão
Jaime Martins	Roberto Pessoa (Licenciado)
PSB	
Givaldo Carimbão	2 vagas
Gonzaga Patriota	
PPS	
Raul Jungmann	Colbert Martins
PDT	
Mário Heringer	Severiano Alves
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PRONA	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Angélica Maria L. Fialho Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 534-A, DE 2002, QUE "ALTERA O ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE AS COMPETÊNCIAS DA GUARDA MUNICIPAL E CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL".
Presidente: Iara Bernardi (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Durval Orlato
Devanir Ribeiro	José Mentor
Eduardo Valverde	Odair
Iara Bernardi	Patrus Ananias (Licenciado)
Mariângela Duarte	2 vagas
Paulo Rubem Santiago	
PFL	
César Bandeira	Abelardo Lupion
Coriolano Sales	José Carlos Araújo
Dr. Pinotti	3 vagas
Félix Mendonça	
Paulo Magalhães	
PMDB	
Benjamin Maranhão	Edison Andrino
Cezar Schirmer	Osmar Serraglio
Gilberto Nascimento	Silas Brasileiro
Mauro Lopes	1 vaga
PSDB	
João Campos	Bosco Costa
Zenaldo Coutinho	Helenildo Ribeiro
Zulaiê Cobra	Vicente Arruda
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Dr. Heleno	Érico Ribeiro
Francisco Garcia	Julio Lopes
Nelson Meurer	Leodegar Tiscoski
PTB	
Alberto Fraga	Ricardo Izar
Arnaldo Faria de Sá	Romeu Queiroz
PL	
Coronel Alves	Humberto Michiles
Edmar Moreira	Maurício Rabelo
PSB	
Givaldo Carimbão	2 vagas
Gonzaga Patriota	
PPS	
Geraldo Resende	Dimas Ramalho
PDT	
Pompeo de Mattos	Mário Heringer
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	Leonardo Mattos
S.PART.	
Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB]	

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª REGIÕES".
Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares	Suplentes

PT

Dra. Clair — Orlando Fantazzini
Eduardo Valverde — 5 vagas
Gilmar Machado
Guilherme Menezes
Iriny Lopes
João Magno

PFL

Coriolano Sales — Murilo Zauith
Eduardo Sciarra — (Dep. do PP ocupa a vaga)
Fábio Souto — 3 vagas
Fernando de Fabinho
1 vaga

PMDB

Gustavo Fruet — (Dep. do PPS ocupa a vaga)
Mauro Lopes — 3 vagas
Rose de Freitas vaga do PSDB
Wilson Santiago
Zé Gerardo

PSDB

Custódio Mattos — Affonso Camargo
João Almeida — Narcio Rodrigues
Luiz Carlos Hauly — Sebastião Madeira
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — (Dep. do PL ocupa a vaga)

PP

André Zacharow vaga do PDT — Darci Coelho vaga do PFL
Dilceu Sperafico — Mário Negromonte
Herculano Anghinetti (Licenciado) — 2 vagas
(Dep. do PL ocupa a vaga)

PTB

Iris Simões — 2 vagas
José Militão

PL

João Tota vaga do PP — Carlos Mota
Mário Assad Júnior — Chico da Princesa
Oliveira Filho — Inaldo Leitão vaga do PSDB

PSB

Pastor Francisco Olímpio — 2 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)

PPS

Geraldo Thadeu — Cezar Silvestri
Maria Helena vaga do PMDB

PDT

(Dep. do PP ocupa a vaga) — Mário Heringer

PC do B

Jamil Murad — 1 vaga

PV

Leonardo Mattos — Sarney Filho

PSC

Carlos Willian vaga do PSB

Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Sandra Rosado (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Edna Macedo (PTB)

Titulares — **Suplentes**

PT

Iara Bernardi — Iriny Lopes
Luci Choinacki — Maninha
Maria do Rosário — 4 vagas
Mariângela Duarte
Selma Schons
Telma de Souza

PFL

Celcita Pinheiro — (Dep. do PSC ocupa a vaga)
Kátia Abreu — 4 vagas
Laura Carneiro
Nice Lobão
Zelinda Novaes

PMDB

Almerinda de Carvalho — Benjamin Maranhão
Ann Pontes — Teté Bezerra
Marinha Raupp — 2 vagas
Sandra Rosado

PSDB

Professora Raquel Teixeira — Eduardo Barbosa
Thelma de Oliveira — Ronaldo Dimas
Yeda Crusius — Sebastião Madeira
(Dep. S.PART. ocupa a vaga) — Zulaiê Cobra

PP

Benedito de Lira — Celso Russomanno
Cleonâncio Fonseca — 2 vagas
Suely Campos

PTB

Edna Macedo — Kelly Moraes
Elaine Costa — 1 vaga

PL

Maurício Rabelo — Carlos Mota
Oliveira Filho — Marcos de Jesus

PSB

Janete Capiberibe — 2 vagas
Luiza Erundina

PPS

Maria Helena — Geraldo Thadeu

PDT

Alceu Collares — Álvaro Dias

PC do B

Alice Portugal — Jandira Feghali

PV

(Dep. S.PART. ocupa a vaga) — Leonardo Mattos

PSC

Renato Cozzolino vaga do PFL

S.PART.

Fernando Gabeira vaga do PV
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: José Carlos Elias (PTB)
1º Vice-Presidente: Enio Tatico (PTB)
2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL)
Relator: Sérgio Miranda (PCdoB)

Titulares — **Suplentes**

PT

João Grandão — 6 vagas
José Pimentel
Paulo Bernardo
Paulo Rubem Santiago
Vander Loubet
1 vaga

PMDB

Eliseu Padilha — 5 vagas

Marcelino Fraga
Max Rosenmann
Nelson Trad
Zé Gerardo

Bloco PFL, PRONA

Abelardo Lupion — Eduardo Sciarra
Corauci Sobrinho — Pauderney Avelino
Gilberto Kassab — Paulo Bauer
Mussa Demes — 1 vaga

PP

Pedro Corrêa — 3 vagas
Ricardo Barros
Zonta

PSDB

João Almeida — Julio Semeghini
Léo Alcântara — Luiz Carlos Hauly
Paulo Kobayashi — Walter Feldman

PTB

Elaine Costa — Dr. Francisco Gonçalves
Enio Tatico — José Chaves
José Carlos Elias — 1 vaga

Bloco PL, PSL

José Santana de Vasconcellos — Edmar Moreira
Miguel de Souza — João Leão
Milton Monti — 1 vaga

PPS

Átila Lins — Geraldo Thadeu

PSB

Gonzaga Patriota — 1 vaga

PDT

Mário Heringer — 1 vaga

PC do B

Sérgio Miranda — Vanessa Grazziotin

PSC

Carlos Willian — Zequinha Marinho

PV

Marcelo Ortiz — Edson Duarte

Secretário(a): Carla Medeiros
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1756, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A LEI NACIONAL DA ADOÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Maria do Rosário (PT)
1º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL)
2º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)
3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)
Relator: Teté Bezerra (PMDB)

Titulares — **Suplentes**

PT

Angela Guadagnin — Luiz Couto
Fernando Ferro — Neyde Aparecida
Maria do Rosário — Terezinha Fernandes
Rubens Otoni — 3 vagas
Selma Schons
Telma de Souza

PFL

Corauci Sobrinho — Celcita Pinheiro
Laura Carneiro — Kátia Abreu
Paulo Bauer — Nice Lobão
Zelinda Novaes — 2 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)

PMDB

João Matos — Ann Pontes
Marcelo Castro — Marinha Raupp
Paulo Afonso — 2 vagas
Teté Bezerra

PSDB

Eduardo Barbosa — Professora Raquel Teixeira
Helenildo Ribeiro — Yeda Crusius
Júlio Redecker — 2 vagas
Thelma de Oliveira

PP

Darci Coelho vaga do PFL — Antonio Joaquim
Francisco Garcia — 2 vagas
José Linhares
1 vaga

PTB

Kelly Moraes — Jonival Lucas Junior
Rommel Feijó — 1 vaga

PL

Amador Tut — Almeida de Jesus
Marcos de Jesus — Lincoln Portela

PSB

Luiza Erundina — 2 vagas
1 vaga

PPS

1 vaga — 1 vaga

PDT

Severiano Alves — Enio Bacci

PC do B

Perpétua Almeida — 1 vaga

PV

Marcelo Ortiz — Deley

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares — **Suplentes**

PT

João Grandão — César Medeiros
Maninha — 5 vagas
Mariângela Duarte
3 vagas

PMDB

Alceste Almeida — 5 vagas
Carlos Eduardo Cadoca
João Matos
Pedro Chaves
1 vaga

Bloco PFL, PRONA

Fábio Souto — 4 vagas
Marcelo Guimarães Filho
Ney Lopes
1 vaga

PP

Alexandre Santos — Francisco Garcia
Dr. Benedito Dias — 2 vagas
João Pizzolatti

PSDB

Bismarck Maia — Eduardo Paes
Carlos Alberto Leréia — Luiz Carlos Hauly
Domiciano Cabral — Professora Raquel Teixeira

PTB

Alex Canziani — Arnon Bezerra
Ronaldo Vasconcellos — 2 vagas
1 vaga

Bloco PL, PSL	
Chico da Princesa	João Tota
João Mendes de Jesus	Ricardo Rique
Reinaldo Betão	Roberto Pessoa (Licenciado)
PPS	
Geraldo Thadeu	Nelson Proença
PSB	
Isaías Silvestre	Barbosa Neto
PDT	
Severiano Alves	Álvaro Dias
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2401, DE 2003, QUE "ESTABELECE NORMAS DE SEGURANÇA E MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES QUE ENVOLVAM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS - OGM E SEUS DERIVADOS, CRIA O CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CNBS, REESTRUTURA A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBIO, DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Silas Brasileiro (PMDB)
1º Vice-Presidente: Darcísio Perondi (PMDB)
2º Vice-Presidente: Kátia Abreu (PFL)
3º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB)
Relator: Renildo Calheiros (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Adão Pretto
João Grandão	Anselmo
José Pimentel	Assis Miguel do Couto
Josias Gomes	João Alfredo
Luci Choinacki	Selma Schons
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PFL	
Abelardo Lupion	Aroldo Cedraz
Celcita Pinheiro	Carlos Melles
Kátia Abreu	José Carlos Araújo
Onyx Lorenzoni	Murilo Zauith
Ronaldo Caiado	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
PMDB	
Darcísio Perondi	Jorge Alberto
Marcelo Castro	Leandro Vilela
Moacir Micheletto	2 vagas
Silas Brasileiro	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Ariosto Holanda
Nilson Pinto	Helenildo Ribeiro
Yeda Crusius	Júlio Redecker
1 vaga	Julio Semeghini
PP	
Dilceu Sperafico	Augusto Nardes
Leonardo Vilela	Francisco Turra
Luis Carlos Heinze	1 vaga
PTB	
Dr. Francisco Gonçalves	Alberto Fraga
Iris Simões	Arnaldo Faria de Sá
PL	
Chico da Princesa	Giacobo
Paulo Gouvêa	Oliveira Filho
PSB	
Beto Albuquerque	Hamilton Casara
(Dep. do PC do B ocupa a vaga)	1 vaga
PPS	
Nelson Proença	Cezar Silvestri [vaga do PFL]
	Roberto Freire
PDT	
Dr. Hélio	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Renildo Calheiros	Perpétua Almeida
Vanessa Grazziotin [vaga do PSB]	
PV	
Edson Duarte	Sarney Filho

Secretário(a): Wálbia Vânia de Farias Lora
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2546, DE 2003, QUE "INSTITUI NORMAS GERAIS PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

Presidente: Dimas Ramalho (PPS)
1º Vice-Presidente: Paulo Afonso (PMDB)
2º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL)
3º Vice-Presidente: João Almeida (PSDB)
Relator: Paulo Bernardo (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss	Iriny Lopes
Luiz Couto	Mauro Passos
Maria do Carmo Lara	Professor Luizinho
Nilson Mourão	Walter Pinheiro
Paulo Bernardo	Wasny de Roure
Roberto Gouveia	Zezéu Ribeiro
PFL	
Eliseu Resende	Aroldo Cedraz
Gerson Gabrielli	Eduardo Sciarra
José Roberto Arruda	Fernando de Fabinho
Luiz Carlos Santos	Luiz Carreira
Vilmar Rocha	1 vaga
PMDB	
Eliseu Padilha	Eduardo Cunha
Gilberto Nascimento	3 vagas
João Matos	
Paulo Afonso	
PSDB	
Alberto Goldman	Anivaldo Vale
Aloysio Nunes Ferreira	Júlio Redecker
Eduardo Gomes	Ronaldo Dimas
João Almeida	Yeda Crusius
PP	
Feu Rosa	Benedito de Lira
Mário Negromonte	Francisco Appio
Nelson Meurer	Ricardo Barros
PTB	
Eduardo Seabra	Armando Monteiro
Jovair Arantes	1 vaga
PL	
Miguel de Souza	Luciano Castro
Milton Monti	Welinton Fagundes (Licenciado)
PSB	
Alexandre Cardoso	Barbosa Neto
Hamilton Casara	Gonzaga Patriota
PPS	
Dimas Ramalho	Leônidas Cristino
PDT	
Dr. Hélio	Enio Bacci
PC do B	
Alice Portugal	Inácio Arruda
PV	
Leonardo Mattos	Jovino Cândido

Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Henrique Fontana (PT)
1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL)
2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP)
3º Vice-Presidente: Eduardo Gomes (PSDB)
Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Devanir Ribeiro
Henrique Fontana	Eduardo Valverde
Luciano Zica	José Pimentel
Mauro Passos	Telma de Souza
Paulo Bernardo	Zezéu Ribeiro
Terezinha Fernandes	1 vaga
PMDB	
Eliseu Padilha	Almerinda de Carvalho
Leonardo Picciani	Darcísio Perondi
Mauro Lopes	Eduardo Cunha
Moreira Franco	Gilberto Nascimento
Osmar Serraglio	José Priante
Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra	Aroldo Cedraz
Eliseu Resende	José Carlos Araújo
José Roberto Arruda	Rodrigo Maia
Vilmar Rocha	1 vaga
PP	
Dr. Benedito Dias	André Zacharow
Francisco Appio	Leodegar Tiscoski
Ricardo Barros	Vadão Gomes
PSDB	
Alberto Goldman	Julio Semeghini
Antonio Carlos Mendes Thame	Ronaldo Cezar Coelho (Licenciado)
Eduardo Gomes	Ronaldo Dimas
PTB	
Iris Simões	Jovair Arantes
Jackson Barreto	Luiz Antonio Fleury
Jonival Lucas Junior	Nelson Marquezelli
Bloco PL, PSL	
José Santana de Vasconcellos	Medeiros
Luciano Castro	Paulo Marinho
Mário Assad Júnior	Ricardo Rique
PPS	
Fernando Coruja	Roberto Freire
PSB	
Renato Casagrande	Dr. Evilásio
PDT	
Dr. Hélio	Severiano Alves
PC do B	
Sérgio Miranda	Inácio Arruda
PSC	
Renato Cozzolino	Cabo Júlio
PV	
Sarney Filho	Deley

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.476, DE 2004, QUE "DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À INOVAÇÃO E À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO AMBIENTE PRODUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Renato Casagrande (PSB)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Wilson Santiago (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Zarattini (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Luiz Bassuma	Mauro Passos
Luiz Couto	5 vagas
Mariângela Duarte	
Nazareno Fonteles	
Walter Pinheiro	
Zarattini	
PMDB	
Bernardo Ariston	5 vagas
Gustavo Fruet	
Henrique Eduardo Alves	
Wilson Santiago	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Aroldo Cedraz	Pauderney Avelino
Gerson Gabrielli	3 vagas
Luiz Carreira	
Rodrigo Maia	
PP	
Antonio Joaquim	Augusto Nardes
Érico Ribeiro	Pedro Corrêa
Reginaldo Germano	Ricardo Barros
PSDB	
Ariosto Holanda	Carlos Alberto Leréia
Julio Semeghini	Narcio Rodrigues
Ronaldo Dimas	Nilson Pinto
PTB	
Armando Monteiro	Josué Bengtson
Jovair Arantes	Marcondes Gadelha
Nelson Marquezelli	1 vaga
Bloco PL, PSL	
João Mendes de Jesus	Almir Moura
Mário Assad Júnior	Paulo Marinho
Maurício Rabelo	Pedro Irujo
PPS	
Roberto Freire	Nelson Proença
PSB	
Renato Casagrande	Luiza Erundina
PDT	
Dr. Hélio	Severiano Alves
PC do B	
Sérgio Miranda	1 vaga
PSC	
Renato Cozzolino	Carlos Willian
PV	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216.6201
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3582, DE 2004, QUE "DISPÕE

SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Gastão Vieira (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Clóvis Fecury (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Colombo (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Antônio Carlos Biffi	Ary Vanazzi
Colombo	Chico Alencar
Henrique Afonso	Gilmar Machado
Maria do Rosário	Iara Bernardi
Neyde Aparecida	Lindberg Farias
Vignatti	Paulo Rubem Santiago
PMDB	
Gastão Vieira	Gilberto Nascimento
João Matos	4 vagas
Marinha Raupp	
Osmar Serraglio	
Osvaldo Biolchi	
Bloco PFL, PRONA	
Clóvis Fecury	Celcita Pinheiro
Corauci Sobrinho	César Bandeira
Murilo Zauith	2 vagas
Paulo Magalhães	
PP	
Márcio Reinaldo Moreira	Celso Russomanno
Simão Sessim	Professor Irapuan Teixeira
Suely Campos	Vanderlei Assis
PSDB	
Átila Lira	Nilson Pinto
Bonifácio de Andrada	Professora Raquel Teixeira
Lobbe Neto	Ronaldo Dimas
PTB	
Eduardo Seabra	Luiz Antonio Fleury
Marcus Vicente	Ricardo Izar
Paes Landim	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Bloco PL, PSL	
Humberto Michiles	Almir Moura
Milton Monti	Carlos Mota
Paulo Marinho	João Caldas
PPS	
Rogério Teófilo	Fernando Coruja
PSB	
Luciano Leitoa	Jorge Gomes
PDT	
Severiano Alves	Mário Heringer vaga do PTB
	1 vaga
PC do B	
Alice Portugal	Jamil Murad
PSC	
Costa Ferreira	Carlos Willian
PV	
Leonardo Mattos	Edson Duarte

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6214/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Leonardo Mattos (PV)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Celso Russomanno (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Angela Guadagnin	Luci Choinacki
Antônio Carlos Biffi	5 vagas
Assis Miguel do Couto	
Maria do Rosário	
Neyde Aparecida	
1 vaga	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	5 vagas
Marinha Raupp	
Osvaldo Biolchi	
Rose de Freitas	
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	4 vagas
Milton Barbosa	
Zelinda Novaes	
1 vaga	
PP	
Celso Russomanno	José Linhares
Ildeu Araujo	Suely Campos
Julio Lopes	1 vaga
PSDB	
Eduardo Barbosa	Rafael Guerra
Professora Raquel Teixeira	Walter Feldman
Thelma de Oliveira	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Luiz Antonio Fleury
Pastor Reinaldo	Marcus Vicente
Rommel Feijó	Ricardo Izar
Bloco PL, PSL	
Lincoln Portela	Coronel Alves
Maurício Rabelo	Gorete Pereira
Paulo Gouvêa	Marcos de Jesus
PPS	
Athos Avelino	1 vaga
PSB	
Dr. Evilásio	Luciano Leitoa
PDT	
Severiano Alves	Enio Bacci
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PSC	
Pastor Amarildo	Costa Ferreira
PV	
Leonardo Mattos	Deley
S.PART.	
	Juíza Denise Frossard vaga do PSDB

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6203
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3884, DE 2004, QUE "INSTITUI NORMAS GERAIS DE CONTRATOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS, BEM COMO DE CONTRATOS DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO DE GESTÃO ASSOCIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Angela Guadagnin	6 vagas
Antonio Carlos Biscaia	
Carlos Abicalil	
Maria do Carmo Lara	

Neyde Aparecida	
Zezéu Ribeiro	
PMDB	
Eliseu Padilha	5 vagas
João Magalhães	
Max Rosenmann	
Paulo Afonso	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto	4 vagas
Fernando de Fabinho	
José Carlos Aleluia	
José Rocha	
PP	
Alexandre Santos	3 vagas
André Zacharow	
Antonio Joaquim	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira	Alberto Goldman
Antonio Carlos Pannunzio	Gonzaga Mota
Bismarck Maia	Yeda Crusius
PTB	
Alberto Fraga	3 vagas
Alex Canziani	
Antonio Cruz	
Bloco PL, PSL	
Almeida de Jesus	3 vagas
Almir Moura	
Almir Sá	
PPS	
Geraldo Thadeu	Ivan Paixão
PSB	
Alexandre Cardoso	Luciano Leitoa
PDT	
Gervásio Oliveira	Mário Heringer
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
Pastor Amarildo	Carlos Willian
PV	
Deley	1 vaga

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO RECEBIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 4874, DE 2001, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO DESPORTO".

Presidente: Deley (PV)
1º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL)
2º Vice-Presidente: Bismarck Maia (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Gilmar Machado (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
César Medeiros	Antônio Carlos Biffi
Dr. Rosinha	5 vagas
Gilmar Machado	
João Grandão	
Jorge Bittar	
Mariângela Duarte	
PMDB	
Aníbal Gomes	Nelson Bornier
Darcísio Perondi	Tadeu Filippelli (Licenciado)
Gastão Vieira	3 vagas
Pedro Chaves	
Wilson Santiago	
Bloco PFL, PRONA	
José Roberto Arruda	Claudio Cajado
José Rocha	Corauci Sobrinho
Marcelo Guimarães Filho	Onyx Lorenzoni
Ronaldo Caiado	Rodrigo Maia
PP	
Ivan Ranzolin	Alexandre Santos
Julio Lopes	Pedro Corrêa
Ronivon Santiago	1 vaga
PSDB	
Bismarck Maia	Lobbe Neto
Léo Alcântara	Nilson Pinto
1 vaga	Professora Raquel Teixeira
PTB	
José Militão	Josué Bengtson
Jovair Arantes	Ronaldo Vasconcellos
Marcus Vicente	Sandro Matos
Bloco PL, PSL	
Carlos Rodrigues	João Mendes de Jesus
Paulo Marinho	João Tota
Reinaldo Betão	Maurício Rabelo
PPS	
Júnior Betão	Cláudio Magrão
PSB	
Dr. Ribamar Alves	Luciano Leitoa
PDT	
Pompeo de Mattos	Davi Alcolumbre
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PSC	
Carlos Willian	Costa Ferreira
PV	
Deley	Leonardo Mattos

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6211

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Carlos Abicalil (PT)
1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)
2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Sandro Mabel (PL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antônio Carlos Biffi	Maninha
Carlos Abicalil	Sigmaringa Seixas
João Grandão	4 vagas
Neyde Aparecida	
Rubens Otoni	
Wasny de Roure	
PMDB	
Luiz Bittencourt	Leandro Vilela
Nelson Trad	4 vagas
Pedro Chaves	
Teté Bezerra	
Waldemir Moka	
Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro	José Roberto Arruda
Murilo Zauith	Vilmar Rocha
Osório Adriano	2 vagas
Ronaldo Caiado	
PP	
Darci Coelho	Pedro Henry
Leonardo Vilela	Sandes Júnior
Sergio Caiado	1 vaga
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Eduardo Gomes
João Campos	Ronaldo Dimas

Professora Raquel Teixeira	Vittorio Medioli
PTB	
Jovair Arantes	3 vagas
Ricarte de Freitas	
1 vaga	
Bloco PL, PSL	
Amador Tut	Luciano Castro
Jorge Pinheiro	Maurício Rabelo
Lincoln Portela vaga do PV	Miguel de Souza
Sandro Mabel	
PPS	
Geraldo Resende	Júlio Delgado
PSB	
Barbosa Neto	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Mário Heringer
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
Pastor Amarildo	Zequinha Marinho
PV	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6206/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".

Presidente: Marcelino Fraga (PMDB)
1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT)
2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Zezéu Ribeiro (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fátima Bezerra	João Alfredo
José Pimentel	Josias Gomes
Leonardo Monteiro	Luiz Alberto
Luiz Couto	Maurício Rands
Paulo Rubem Santiago	Terezinha Fernandes
Zezéu Ribeiro	1 vaga
PFL	
André de Paula	José Carlos Araújo
César Bandeira	4 vagas
Fábio Souto	
Luiz Carreira	
1 vaga	
PMDB	
Jorge Alberto	Carlos Eduardo Cadoca
Marcelino Fraga	Mauro Lopes
Mauro Benevides	Moraes Souza
Sandra Rosado	Zé Gerardo
PSDB	
Antonio Cambraia	Átila Lira
Bosco Costa	Gonzaga Mota
Helenildo Ribeiro	João Castelo
João Almeida	1 vaga
PP	
Benedito de Lira	Enivaldo Ribeiro (Licenciado)
Cleonâncio Fonseca	Márcio Reinaldo Moreira
Ricardo Fiuza	Wagner Lago vaga do PDT
	Zé Lima
PTB	
Armando Monteiro	José Carlos Elias
1 vaga	1 vaga
PL	
Jaime Martins	Inaldo Leitão
Roberto Pessoa (Licenciado)	Sandro Mabel
PSB	
Isaías Silvestre	Eduardo Campos (Licenciado)
Maurício Quintella Lessa (Licenciado)	1 vaga
PPS	
B. Sá	Leônidas Cristino
PDT	
Álvaro Dias	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PC do B	
Renildo Calheiros	Inácio Arruda
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".

Presidente: Átila Lins (PPS)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PSB)
Relator: Paulo Rocha (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Anselmo	Antonio Nogueira
Carlos Abicalil	Eduardo Valverde
Hélio Esteves	Nilson Mourão
Henrique Afonso	Zé Geraldo
Paulo Rocha	Zico Bronzeado
Terezinha Fernandes	1 vaga
PFL	
Kátia Abreu	Clóvis Fecury
Pauderney Avelino	Francisco Rodrigues
Vic Pires Franco	3 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
1 vaga	
PMDB	
Alceste Almeida	Ann Pontes
Asdrubal Bentes	Confúcio Moura
Marinha Raupp	Wladimir Costa
Osvaldo Reis	1 vaga
PSDB	
Nicias Ribeiro	Anivaldo Vale
Nilson Pinto	Eduardo Gomes
Wilson Santos (Licenciado)	João Castelo
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Zenaldo Coutinho
PP	
Darci Coelho vaga do PFL	Zé Lima
Francisco Garcia	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Ronivon Santiago	1 vaga
Suely Campos	
PTB	
Pastor Frankembergen	Josué Bengtson
Silas Câmara	1 vaga
PL	
Humberto Michiles	Coronel Alves vaga do PSB
Raimundo Santos	João Tota vaga do PP

	Luciano Castro
	Maurício Rabelo
PSB	
Dr. Ribamar Alves	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Hamilton Casara vaga do PSDB	1 vaga
Janete Capiberibe	
PPS	
Átila Lins	1 vaga
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Davi Alcolumbre
PC do B	
Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin
PV	
Sarney Filho	Deley

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
1º Vice-Presidente: Alice Portugal (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Lobbe Neto (PSDB)
3º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL)
Relator: Benjamin Maranhão (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Odair	Ary Vanazzi
Reginaldo Lopes	Carlos Abicalil
Vignatti	César Medeiros
Zico Bronzeado	Ivo José
	Lindberg Farias vaga do PSB
PFL	
Celcita Pinheiro	Clóvis Fecury
Marcelo Guimarães Filho	Laura Carneiro
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Benjamin Maranhão	Ann Pontes
Leonardo Picciani	Darcísio Perondi
Marinha Raupp	Rose de Freitas vaga do PSDB
	1 vaga
PSDB	
Eduardo Barbosa	Thelma de Oliveira
Lobbe Neto	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Professora Raquel Teixeira	1 vaga
PP	
Julio Lopes	Ivan Ranzolin
Zonta	Sandes Júnior
PTB	
Eduardo Seabra	Elaine Costa
Milton Cardias	Homero Barreto
PL	
Mário Assad Júnior	Heleno Silva
Pedro Irujo	Maurício Rabelo
PSB	
Isaías Silvestre	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Luciano Leitoa vaga do PDT	
PPS	
Júnior Betão	1 vaga
PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Davi Alcolumbre
PC do B	
Alice Portugal	Daniel Almeida
PV	
Deley	Jovino Cândido

Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6235 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.

Presidente: Roberto Brant (PFL)
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Pimentel (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Arlindo Chinaglia	Adão Pretto
Dr. Rosinha	Assis Miguel do Couto
Eduardo Valverde	Durval Orlato
Henrique Fontana	Guilherme Menezes
Ivan Valente	Lindberg Farias
José Pimentel	Maninha vaga do PSB
Nilson Mourão	Mariângela Duarte vaga do PSB
	Roberto Gouveia
	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PFL	
Félix Mendonça vaga do PTB	Luiz Carreira
Gervásio Silva	Vic Pires Franco
Murilo Zauith	Vilmar Rocha
Onyx Lorenzoni	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Roberto Brant	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Robson Tuma	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
Adelor Vieira	Osvaldo Biolchi
Darcísio Perondi	4 vagas
Jorge Alberto	
Mendes Ribeiro Filho	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PSDB	
Alberto Goldman	Anivaldo Vale
Custódio Mattos	Bismarck Maia
Eduardo Barbosa	João Campos
Yeda Crusius	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Alexandre Santos vaga do PSDB	Antonio Joaquim
Darci Coelho vaga do PFL	Feu Rosa vaga do PSDB
José Linhares	Ivan Ranzolin
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Reginaldo Germano vaga do PFL
1 vaga	Ronivon Santiago
PTB	
Alberto Fraga vaga do PMDB	Jair Bolsonaro
Arnaldo Faria de Sá	Marcondes Gadelha vaga do PFL
Dr. Francisco Gonçalves	Ricardo Izar
Marcus Vicente vaga do PP	Vicente Cascione
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
PL	
Carlos Mota	Humberto Michiles
Chico da Princesa	Maurício Rabelo
Medeiros	Paulo Marinho vaga do PFL
	Wellington Roberto
PSB	
Dr. Evilásio	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Paulo Baltazar	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PPS	
Leônidas Cristino	Geraldo Thadeu
PDT	
Alceu Collares	(Dep. do PSL ocupa a vaga)
PC do B	
Jandira Feghali	Alice Portugal
PRONA	
Enéas	1 vaga
PSL	

João Mendes de Jesus vaga do PDT

S.PART.

Luciana Genro vaga do PT

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.

Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)
1º Vice-Presidente: João Alfredo (PT)
2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Iriny Lopes
Dra. Clair	Mariângela Duarte
João Alfredo	5 vagas
José Eduardo Cardozo	
José Mentor	
Maurício Rands	
Rubinelli	
PFL	
Coriolano Sales	José Mendonça Bezerra
Jairo Carneiro	Robério Nunes
Luiz Carlos Santos	Vilmar Rocha
Mendonça Prado (Licenciado)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PMDB	
Bernardo Ariston	Osmar Serraglio
Marcelino Fraga	Paulo Lima
Nelson Trad	3 vagas
Wilson Santiago	
1 vaga	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira	Bonifácio de Andrada
João Campos	Bosco Costa
Vicente Arruda	Nicias Ribeiro
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Zenaldo Coutinho
1 vaga	Zulaiê Cobra
PP	
Benedito de Lira	Celso Russomanno
Darci Coelho vaga do PFL	Nélio Dias
Ricardo Fiuza	Roberto Balestra (Licenciado)
Wagner Lago vaga do PDT	
1 vaga	
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Arnaldo Faria de Sá
Paes Landim vaga do PFL	Jair Bolsonaro
Vicente Cascione	1 vaga
1 vaga	
PL	
Carlos Mota	João Paulo Gomes da Silva
Inaldo Leitão	Paulo Marinho vaga do PFL
José Santana de Vasconcellos	Raimundo Santos
	Wellington Roberto
PSB	
Renato Casagrande	2 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
PPS	
Dimas Ramalho	Fernando Coruja
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Pompeo de Mattos
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRONA	
1 vaga	1 vaga

PSC

Carlos Willian vaga do PSB

S.PART.

Juíza Denise Frossard vaga do PSDB

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA POLÍTICA.

Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Ronaldo Caiado (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Chico Alencar	César Medeiros
Devanir Ribeiro	Colombo
Fernando Ferro	João Alfredo
José Eduardo Cardozo	Luiz Sérgio
Luiz Couto	Maria do Carmo Lara
Paulo Delgado	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Rubens Otoni	1 vaga
PFL	
André de Paula	Antonio Carlos Magalhães Neto
Luiz Carlos Santos	Eduardo Sciarra
Marcos Abramo	José Rocha
Ronaldo Caiado	Marcelo Guimarães Filho
Vic Pires Franco	Paulo Bauer
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Zelinda Novaes
PMDB	
Cezar Schirmer	Almerinda de Carvalho
José Divino	Jorge Alberto
Marcelino Fraga	Leandro Vilela
Osmar Serraglio	Mauro Benevides
Osvaldo Biolchi	Vieira Reis
PSDB	
Affonso Camargo	Carlos Alberto Leréia
Aloysio Nunes Ferreira	Nicias Ribeiro
Bonifácio de Andrada	Thelma de Oliveira
João Almeida	Vicente Arruda
Professora Raquel Teixeira	1 vaga
PP	
Leodegar Tiscoski	Nélio Dias
Mário Negromonte	Ricardo Barros
Nilton Baiano	1 vaga
PTB	
Jackson Barreto	Edna Macedo
Paes Landim vaga do PFL	José Múcio Monteiro
Philemon Rodrigues	Neuton Lima
Roberto Magalhães	
PL	
Carlos Rodrigues	Almeida de Jesus
João Paulo Gomes da Silva	Mário Assad Júnior
Lincoln Portela	Oliveira Filho
PSB	
Alexandre Cardoso	2 vagas
Luiza Erundina	
PPS	
Agnaldo Muniz	Átila Lins
PDT	
Severiano Alves	Mário Heringer
PC do B	
Renildo Calheiros	Inácio Arruda
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz

S.PART.

João Fontes vaga do PT

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6214 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.

Presidente: Vicentinho (PT)
1º Vice-Presidente: Maurício Rands (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Chaves (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlos Santana	Antônio Carlos Biffi
Dra. Clair	Antonio Carlos Biscaia
Luiz Alberto	Henrique Afonso
Maurício Rands	Josias Gomes
Orlando Desconsi	Neyde Aparecida
Paulo Rocha	Tarcisio Zimmermann
Vicentinho	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PFL	
Coriolano Sales	Celcita Pinheiro
João Batista	Gerson Gabrielli
Paulo Bauer	Onyx Lorenzoni
Robson Tuma	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Vilmar Rocha	2 vagas
(Dep. do PL ocupa a vaga)	
PMDB	
Leonardo Picciani	Jefferson Campos
Marcelo Teixeira	Leandro Vilela
Wladimir Costa	Pastor Pedro Ribeiro
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Takayama
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	Ariosto Holanda
Carlos Alberto Leréia	Átila Lira
Eduardo Paes	Carlos Sampaio
Ronaldo Dimas	2 vagas
Zenaldo Coutinho	
PP	
Francisco Dornelles	Leonardo Vilela
Nelson Meurer	Luis Carlos Heinze
Roberto Balestra (Licenciado)	Vadão Gomes
PTB	
Iris Simões	Homero Barreto
Joaquim Francisco	Paes Landim vaga do PFL
José Chaves vaga do PMDB	Philemon Rodrigues
José Múcio Monteiro	1 vaga
PL	
Almir Moura	Heleno Silva
Miguel de Souza	Milton Monti
Paulo Marinho vaga do PFL	Raimundo Santos
Sandro Mabel	
PSB	
Dr. Ribamar Alves	Luciano Leitoa vaga do PDT
Isaías Silvestre	2 vagas
PPS	
Cláudio Magrão	Raul Jungmann
Maria Helena vaga do PMDB	
PDT	
Pompeo de Mattos	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PC do B	
Daniel Almeida	Jamil Murad
PRONA	
1 vaga	1 vaga
S.PART.	
	Babá vaga do PT

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6206 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlito Merss	Ary Vanazzi
Jorge Bittar	Paulo Pimenta
José Mentor	Reginaldo Lopes
Paulo Bernardo	Telma de Souza
Paulo Rubem Santiago	Vignatti
Virgílio Guimarães	Wasny de Roure
Walter Pinheiro	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PFL	
Gerson Gabrielli	Aroldo Cedraz
José Carlos Machado	Eduardo Sciarra
José Roberto Arruda	Eliseu Resende
Mussa Demes	Gervásio Silva
Pauderney Avelino	Júlio Cesar
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Vic Pires Franco
PMDB	
Carlos Eduardo Cadoca	Ann Pontes
Luiz Bittencourt	Jorge Alberto
Marcelo Teixeira	Paulo Afonso
Max Rosenmann	Pedro Chaves
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Antonio Cambraia	Anivaldo Vale
Eduardo Paes vaga do PFL	Antonio Carlos Mendes Thame
Julio Semeghini	Gonzaga Mota
Luiz Carlos Hauly	Yeda Crusius
Narcio Rodrigues	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Walter Feldman	
PP	
André Zacharow vaga do PDT	Augusto Nardes
Delfim Netto	Márcio Reinaldo Moreira
Francisco Dornelles	1 vaga
Romel Anizio	
PTB	
Armando Monteiro vaga do PMDB	Arnon Bezerra vaga do PSDB
José Militão	Enio Tatico
Nelson Marquezelli	Pedro Fernandes
Ronaldo Vasconcellos	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PL	
Edmar Moreira	Jaime Martins
João Leão	João Paulo Gomes da Silva
Sandro Mabel	Reinaldo Betão
PSB	
Beto Albuquerque	Pastor Francisco Olímpio
Renato Casagrande	1 vaga
PPS	
Lupércio Ramos	João Herrmann Neto
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
PC do B	
Sérgio Miranda	Vanessa Grazziotin
PV	
Edson Duarte	Leonardo Mattos
PSC	
	Zequinha Marinho vaga do PTB
S.PART.	

Fernando Gabeira vaga do PT
Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho de Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OUVIR OS DIVERSOS POSICIONAMENTOS A RESPEITO DO TEMA E PROPOR MEDIDAS VISANDO A REFORMA UNIVERSITÁRIA.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
6 vagas	6 vagas
PMDB	
Gastão Vieira	Osmar Serraglio
João Matos	4 vagas
José Ivo Sartori	
Marinha Raupp	
Osvaldo Biolchi	
Bloco PFL, PRONA	
César Bandeira	4 vagas
Clóvis Fecury	
Corauci Sobrinho	
Murilo Zauith	
PP	
Feu Rosa	Márcio Reinaldo Moreira
Professor Irapuan Teixeira	Ronivon Santiago
Simão Sessim	Suely Campos
Vanderlei Assis	Wagner Lago
PSDB	
Átila Lira	Bonifácio de Andrada
Nilson Pinto	Lobbe Neto
Professora Raquel Teixeira	Rafael Guerra
PTB	
Alberto Fraga	Alex Canziani
Eduardo Seabra	Elaine Costa
Jonival Lucas Junior	Paes Landim
Bloco PL, PSL	
Carlos Mota	Almir Moura
Milton Monti	João Caldas
Paulo Marinho	Pedro Irujo
PPS	
Rogério Teófilo	Fernando Coruja
PSB	
Luciano Leitoa	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	1 vaga
PC do B	
Alice Portugal	Jamil Murad
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
Sarney Filho	Marcelo Ortiz

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	
PMDB	
Mendes Ribeiro Filho	
PFL	
Moroni Torgan	

Secretário(a): -
Local: CEDI
Telefones: 216-5615 / 5625

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS".

Presidente: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB)
1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)
2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Sarney Filho (PV)

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha	João Alfredo
Henrique Afonso	3 vagas
Leonardo Monteiro	
Nilson Mourão	
PMDB	
Leandro Vilela	3 vagas
Luiz Bittencourt	
Moacir Micheletto	
Bloco PFL, PRONA	
João Carlos Bacelar	3 vagas
Osório Adriano	
Robson Tuma	
PP	
Antonio Joaquim	Roberto Balestra (Licenciado)
Sergio Caiado	1 vaga
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Nicias Ribeiro
Nilson Pinto	Thelma de Oliveira
PTB	
Antonio Cruz	Pastor Reinaldo
Josué Bengtson	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Coronel Alves	Amador Tut
Miguel de Souza	João Caldas
PPS	
Lupércio Ramos	Maria Helena
PSB	
Hamilton Casara	1 vaga
PDT	
Gervásio Oliveira	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin
PV	
Sarney Filho	Edson Duarte

Secretário(a): Saulo Augusto
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B
Telefones: 216-6276/6252
FAX: 216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR A AÇÃO CRIMINOSA DAS MILÍCIAS PRIVADAS E DOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO EM TODA A REGIÃO NORDESTE".

Presidente: Bosco Costa (PSDB)
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)
3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)
Relator: Luiz Couto (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Guilherme Menezes
João Alfredo	José Pimentel
Luiz Alberto	Maurício Rands
Luiz Couto	Nelson Pellegrino
PFL	
José Carlos Araújo	Fernando de Fabinho
José Carlos Machado vaga do PRONA	Rodrigo Maia
Marcelo Guimarães Filho	1 vaga
1 vaga	
PMDB	
Josias Quintal	Pastor Pedro Ribeiro
Marcelo Castro	Sandra Rosado
Mauro Lopes	1 vaga
PSDB	
Bosco Costa	Carlos Sampaio
Helenildo Ribeiro	João Campos
Vicente Arruda	1 vaga
PP	
Enivaldo Ribeiro (Licenciado)	Márcio Reinaldo Moreira
Mário Negromonte	Nélio Dias
PTB	
Jonival Lucas Junior	Arnaldo Faria de Sá
Romeu Queiroz	Osmânio Pereira
PL	
João Caldas	Almeida de Jesus
Marcos de Jesus	Edmar Moreira
PSB	
Dr. Ribamar Alves	1 vaga
PPS	
Geraldo Thadeu	Colbert Martins
PDT	
1 vaga	Davi Alcolumbre
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PRONA	
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): Francisco de Assis Diniz
Local: Anexo II, Sala 151-B
Telefones: 216-6213 / 6252
FAX: 216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS ATUANTES NO TRÁFICO DE ÓRGÃOS HUMANOS.

Presidente: Neucimar Fraga (PL)
1º Vice-Presidente: Pastor Frankembergen (PTB)
2º Vice-Presidente: Zico Bronzeado (PT)
3º Vice-Presidente: Dr. Pinotti (PFL)
Relator: Pastor Pedro Ribeiro (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Ivo José	Nelson Pellegrino
Paulo Rubem Santiago	3 vagas
Rubinelli	
Zico Bronzeado	
PFL	
André de Paula	3 vagas
Dr. Pinotti	
Laura Carneiro	
PMDB	
Benjamin Maranhão vaga do PV	Adelor Vieira
Jefferson Campos	Jorge Alberto
José Ivo Sartori	1 vaga
Pastor Pedro Ribeiro	
PSDB	
João Campos	Eduardo Barbosa
Rafael Guerra	Thelma de Oliveira
Walter Feldman	1 vaga
PP	
Antonio Joaquim	Carlos Souza vaga do PL
Dr. Benedito Dias	José Linhares
	Nilton Baiano
PTB	
Marcus Vicente	Dr. Francisco Gonçalves
Pastor Frankembergen	Marcondes Gadelha
PL	
Carlos Mota	João Tota
Neucimar Fraga	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSB	
Dr. Ribamar Alves	Jurandir Boia
PPS	
Geraldo Resende	Geraldo Thadeu
PDT	
Manato	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PV	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Manoel Alvim
Local: Anexo II, Sala 151-B
Telefones: 216-6210
FAX: 216-6285

REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Titulares	Suplentes
PT	
Chico Alencar	
PMDB	
José Divino	
PFL	
Laura Carneiro	
PSB	
Alexandre Cardoso	
PC do B	
Jandira Feghali	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A FAZER DIAGNÓSTICO TÉCNICO SOBRE O ACIDENTE COM O VEÍCULO LANÇADOR DE SATÉLITE VLS-1 E SOBRE O PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO, PODENDO DESLOCAR-SE À BASE DE ALCÂNTARA - MA, AO CENTRO TÉCNICO AEROESPACIAL - CTA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, OU A QUALQUER OUTRA LOCALIDADE QUE SE FIZER NECESSÁRIO.

Coordenador: Corauci Sobrinho (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Terezinha Fernandes	
1 vaga	
PFL	
César Bandeira	
Corauci Sobrinho	
PMDB	
Pastor Pedro Ribeiro	
Pedro Novais	
PSDB	
João Castelo	
PP	
Wagner Lago	
PTB	
Pedro Fernandes	
PL	

Paulo Marinho

PSB

Dr. Ribamar Alves

PC do B

Vanessa Grazziotin
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Coordenador: Orlando Fantazzini (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Luiz Eduardo Greenhalgh	
Orlando Fantazzini	
PMDB	
Gilberto Nascimento	
Jefferson Campos	
Bloco PFL, PRONA	
Dr. Pinotti	
PP	
Celso Russomanno	
PSDB	
Zulaiê Cobra	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	
Bloco PL, PSL	
Wanderval Santos	
PPS	
Geraldo Thadeu	
PSB	
Luiza Erundina	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.

Titulares	**Suplentes**
PT	
Josias Gomes	
Paulo Rocha	
Professor Luizinho	
Zico Bronzeado	
PMDB	
Alceste Almeida	
PFL	
Francisco Rodrigues	
PTB	
Pastor Frankembergen	
PP	
Suely Campos	
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	
PC do B	
Vanessa Grazziotin	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.

Titulares	**Suplentes**
PT	
Maninha	
Zarattini	
PMDB	
Moreira Franco	
PFL	
Carlos Melles	
Murilo Zauith	
Robério Nunes	
PP	
Feu Rosa	
Ivan Ranzolin	
PTB	
Jair Bolsonaro	
PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	
PL	
Marcos de Jesus	
PPS	
João Herrmann Neto	
PV	
Edson Duarte	
S.PART.	
Fernando Gabeira	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAÍ.

Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Eduardo Valverde	
Luiz Eduardo Greenhalgh	
Virgílio Guimarães	
PFL	
José Roberto Arruda	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	
PSDB	
Eduardo Barbosa	
PL	
Carlos Mota	
PPS	
Colbert Martins	
PCdoB	
Sérgio Miranda	

Secretário(a): Maria de Fátima Moreira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6204/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.

Titulares	**Suplentes**
PT	
Angela Guadagnin	
Guilherme Menezes	
Nelson Pellegrino	
PMDB	
Geddel Vieira Lima	
Jorge Alberto	
Bloco PFL, PRONA	
José Rocha	
1 vaga	

PP

Nilton Baiano
Vanderlei Assis

PSDB

João Almeida

PTB

Jonival Lucas Junior

Bloco PL, PSL

Amauri Gasques

PPS

Colbert Martins

PSB

Jorge Gomes

PC do B

Alice Portugal

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.

Titulares **Suplentes**

PT

Assis Miguel do Couto

PMDB

Osmar Serraglio

PFL

Eduardo Sciarra

PP

Nelson Meurer

PTB

Alex Canziani

PSDB

Luiz Carlos Hauly

S.PART.

Fernando Gabeira

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENVENENAMENTO DE ANIMAIS OCORRIDO NA FUNDAÇÃO ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO.

Coordenador: Marcelo Ortiz (PV)

Titulares **Suplentes**

PT

Devanir Ribeiro
Roberto Gouveia

PMDB

Ann Pontes
(Dep. do PV ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

Dr. Pinotti
(Dep. do PV ocupa a vaga)

PP

Ildeu Araujo
Professor Irapuan Teixeira

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame

PTB

Arnaldo Faria de Sá

Bloco PL, PSL

Amauri Gasques

PPS

Geraldo Thadeu

PSB

Dr. Evilásio

PV

Edson Duarte vaga do PMDB
Marcelo Ortiz
Sarney Filho vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CONFRONTOS ENTRE OS GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA-LARGA PELA EXPLORAÇÃO ILEGAL DO GARIMPO DE DIAMANTES NA RESERVA ROOSEVELT, SITUADA NO SUL DE RONDÔNIA.

Coordenador: Alberto Fraga (PTB)
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

Titulares **Suplentes**

PT

Carlos Abicalil
Eduardo Valverde

PP

Luis Carlos Heinze

PTB

Alberto Fraga
Nilton Capixaba

PL

Miguel de Souza

PPS

Agnaldo Muniz

PCdoB

Perpétua Almeida

PV

Edson Duarte

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DESENVOLVER DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO PERTINENTES À ÁREA, COM VISTAS A BUSCAR SOLUÇÃO PARA A GRAVE CRISE DO SETOR.

Coordenador: Mário Heringer (PDT)

Titulares **Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia
Chico Alencar

PMDB

Gilberto Nascimento
Josias Quintal

Bloco PFL, PRONA

Laura Carneiro

PP

Reginaldo Germano

PSDB

(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

Bloco PL, PSL

Almir Moura
Wanderval Santos

PPS

Geraldo Thadeu

PSB

Alexandre Cardoso

PDT

Mário Heringer

S.PART.

Juíza Denise Frossard vaga do PSDB

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO

MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.

Coordenador: César Medeiros (PT)
Relator: Renato Cozzolino (PSC)

Titulares	Suplentes
PT	
César Medeiros	
Leonardo Monteiro	
PMDB	
Luiz Bittencourt	
Nelson Bornier	
PP	
Julio Lopes	
PTB	
Ronaldo Vasconcellos	
Sandro Matos	
PSC	
Renato Cozzolino	
PV	
Deley	
Edson Duarte	
Jovino Cândido	
Leonardo Mattos	
Marcelo Ortiz	
Sarney Filho	
S.PART.	
Fernando Gabeira	

Secretário(a): .

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.

Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)
Relator: Vicente Cascione (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Durval Orlato	
Jorge Boeira	
Maria do Rosário	
Terezinha Fernandes	
PFL	
Laura Carneiro	
Zelinda Novaes	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
Ann Pontes	
Osmar Serraglio	
Rose de Freitas	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira	
Eduardo Barbosa	
Thelma de Oliveira	
PP	
Darci Coelho vaga do PFL	
Ivan Ranzolin	
Ricardo Fiuza	
PTB	
Luiz Antonio Fleury	
Vicente Cascione	
PL	
Carlos Mota	
PSB	
Luiza Erundina	
PPS	
Rogério Teófilo	
PDT	
Severiano Alves	

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6276/6232
FAX: 216-6225

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO N° 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.

Titulares	Suplentes
PT	
Iara Bernardi	
PMDB	
Gastão Vieira	
PFL	
Paulo Magalhães	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira	
Professora Raquel Teixeira	

Secretário(a): -

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

TÍTULOS PUBLICADOS — 2001/2002

COLAPSO ENERGÉTICO NO BRASIL E ALTERNATIVAS FUTURAS

ISBN: 85-7365-141-5

R$ 4,40

HOMENAGEM AOS ATLETAS PARAOLÍMPICOS DO BRASIL

ISBN: 85-7365-147-4

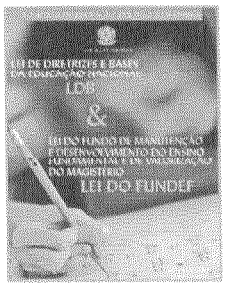
R$ 1,10

ENCONTRO DAS ÁGUAS

ISBN: 85-7376-146-6

R$ 2,20

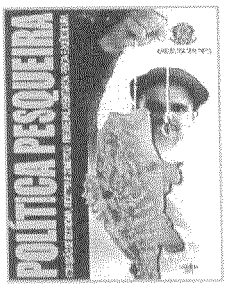
LDB E LEI DO FUNDEF



ISBN: 85-7365-142-3

Esgotado

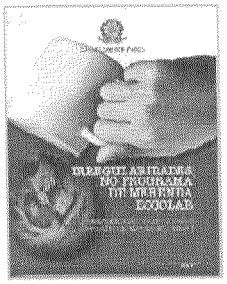
POLÍTICA PESQUEIRA



ISBN: 85-7365-138-5

R$ 2,20

IRREGULARIDADES NO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR



ISBN: 85-7365-136-9

R$ 5,50

Locais de venda: Mídia Livraria. Ed. Principal e Anexo IV da Câmara dos Deputados. Telefones: (61) 318-6477/7271.
Informações: Coordenação de Publicações. Telefone: (61) 318-6864. E-mail: publicacoes.cedi@camara.gov.br

EDIÇÃO DE HOJE: 600 PÁGINAS